

22.109

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
BRAZILEIRO

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
BRAZILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO LXVII

PARTE I

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1906

CATALOGO

DOS

DOCUMENTOS MANDADOS COPIAR PELO SENHOR D. PEDRO II.

TORRE DO TOMBO

Carta d'El-Rey D. Manoel por que mandou se dessem a Pero Alvares Cabral, Fidalgo de sua casa, 13\$ de tença	
Outra carta d'El-Rey D. Manoel, que mandou se dessem a Pero Alves Cabral, Fidalgo de sua casa, 30\$ de sua tença	1 v
Carta dos embaixadores João de Faria e Pedro Correia a El-Rey D. João III sobre a hida de Simão d'Alcaçova e Estevão Gomes ao Caya.	2 v
Provisão d'El-Rey D. João III para o recebedor da Chancellaria da Corte dar a D. Duarte da Costa, seu armador-mór, 15\$ de tença com o dito officio e de mantimento de dois homens.	5 v
Provisão para o Almoxarife dos portos entre Tejo e Goudiana dar a D. Duarte da Costa 21\$432 réis de sua tença: 9 de março de 1531	6 v
Outra provisão d'El-Rey D. João III para se darem a D. Duarte da Costa 20\$ de sua tença: 9 de junho de 1534	7 v
Provisão do Cardeal Infante de Portugal D. Affonso para o recebedor da Chancellaria do Bispado de Lisboa dar a D. Duarte da Costa 60\$ de tença. 24 de junho de 1535	8
Carta do Bispo da Bahia a El-Rey D. João III sobre a sua jornada, em que lhe diz algumas cousas de Cabo Verde ser terra de muito dinheiro e poucas virtudes e de como necessitava de pastor. 11 de abril de 1551	9
Carta do Governador da Cidade do Salvador no Brasil, em que dá conta a El-Rey D. João III dos Corsarios e os officios que deve haver naquella cidade. 18 de julho de 1551	11
Carta do Bispo do Salvador a El-Rey, dizendo-lhe encomendara o Daiado daquella se a um padre virtuoso e letrado, esperando a confirmação. 12 de julho de 1552.	16 v

Carta de Luiz Dias a El-Rey D. João III dando-lhe conta de que tinha recebido os apontamentos para o Governador Thomé de Sousa, e de se terem feito dous baluartes, um muito poderoso, outro mais pequeno, e cadeia e casa de Camera. Bahia 15 de agosto de 1551	18 v
Carta do Bispo de S. Salvador a El-Rey D. João III dando-lhe parte dos desaforos que naquella terra havia e se faziam. 11 de abril de 1554.	20 v
Carta que escreveu D. Duarte da Costa a El-Rey D. João III, em que lhe dá conta como naquella cidade qualquer cousa que haja de se por em demanda em cousa pertencente ao serviço do D ^e . Sr. veem logo com suspeição e pede também provisões geraes e se passem humas capitánias para outras. 3 de abril de 1555.	23
Carta de D. Duarte da Costa a El-Rey D. João III, expondo-lhe o mal que tinha servido Antonio Cardoso o officio do Provedor-mór da Bahia, e dos procedimentos que contra elle tivera, e que pedia a S. M. mandasse vir os autos da devassa para vir no conhecimento do bem que fizera. 3 de abril de 1555.	23 v
Carta de D. Duarte da Costa a El-Rey D. João III, queixando-se do Bispo e de como toda a gente da terra estava escandalizada d'elle e do que fazia. 8 de abril de 1555	24
Carta de D. Duarte da Costa a El-Rey, em que lhe dá satisfação a muitos particulares arguidos pelo Bispo a D. Alvaro. 20 de maio de 1555.	36 v
Carta de Jorge Fernandes a El-Rey, em que se queixa do Governador da Bahia D. Duarte e seu filho, de violencias e roubos que os ditos consentiam que se lhe fizessem. 10 de junho de 1555	42
Carta do Dr. Pedro Borges a Rainha D. Catharina (Nossa Senhora), em que lhe dá conta do procedimento de Paulo Dias no serviço de S. A., e que pôde S. A. encarregar-o em alguma capitania de navio. 7 de agosto de 1558	45
Carta do Bispo do Salvador para a Rainha D. Catharina, em que lhe pede queira fazer mercê a Francisco Fernandes por ser o primeiro vigario geral que a serviu naquella terra e pelos muitos que lhe tinha feito. 13 de setembro de 1560.	45 v
Carta de Lourenço Pires de Tavora a El-Rey D. Sebastião, em que lhe dá conta do que tinha passado com o Papa sobre as expectativas, pelo que lhe beijará o pé por parte do descanso da Christandade, etc. 16 de fevereiro de 1561.	47

- Carta que escreveu a El-Rey D. Felipe II o Governador D. Diogo de Menezes, em que se lhe queixa delle não ter respondido das queixas que tem recebido do Bispo, havendo nelle tanta rasão para as manifestar, como he não querer guardar sentença sua da relação e abrir-lhe uns maços que hiam para sua mulher, pera varios concelhos e pera o dito Senhor ver o que nellas continha, e retelas em sua mão e excommangara o Provedor-mór e lhe puzera interdictos e a elle pelos pagamentos dos Conegos, em relação das despesas do Estado do brasil. 20 de janeiro de 1610 50
- Carta de D. Diogo de Menezes, Governador do Brasil, a El-Rey (D. Felipe 2º) em que lhe dava conta do Bispo que fazia muito mal sua obrigação e que só hia a ajuntar dinheiro e assim servia de muito prejuizo, e que era necessario que S. M. puzesse resguardo. 7 de Fevereiro de 1611. 56 v
- Carta d'El-Rey Felipe 2º para os Governadores verem um Memorial do Governador do Brasil em que pede o titulo de Viso Rey. 24 de Abril de 1619. 59
- Carta de D. Diogo de Menezes, Governador do Brasil, a El-Rey (D. Felipe 2º), em que lhe deu conta da sua chegada á aquella cidade, e da partida do Galeão Espirito Santo para a India, e da despesa que com elle fez, e da prisão de Sebastião Martins pelo que fez ás Donzellas que levou no seu navio. 8 de Fevereiro de 1609. 59 v
- Carta de D. Diogo de Menezes, Governador do Brasil, a El-Rey, em que se lhe queixa de prover D. Francisco de Sousa as Fortalesas do Espirito Santo, Rio de Janeiro e S. Vicente, desobrigando-o da omenagem que dellas tinha, e lhe aponta alguns inconvenientes pertencentes ao Governo daquella Provincia e a sua fazenda. 22 de abril de 1609. 64
- Carta de D. Diogo de Menezes a El-Rey (Felippe 2º) em que dá conta o ter mandado tirar a devassa de D. Constantino de Menezes, capitão do Galeão que arribou na Bahia, e sobre as necessidades que experimentavão os Senhores de Engenhos, e a sua causa, e que os ministros não levassem salarios das diligencias e residencias que tirassem. 8 de Maio de 1610. 73
- Carta de D. Diogo de Menezes, Vice-Rey da Bahia a El-Rey, em que lhe dá boa informação do Maranhão de ser terra mui fertil e utilissima para o contracto e juntamente lhe dá seu parecer sobre as suas conquistas para se melhor evitar todo o prejuizo que se possa fazer e ser pera bem de sua coroa e repartirem-se as terras por seus districtos, etc. 1 de Março de 1612 77

- Carta do Padre Manoel da Nobrega a El-Rey D. João 3º sobre os maus costumes que achara naquella capitania, e que todos vivião em peccado como os gentios, sem terem reverencia ao Sacramento, e que entre elles não se extranhava o peccar. E lhe diz o grande fruto que tem feito com a sua pregação e sobre esta materia diz varias coizas. Olinda, 14 de Setembro de 1551. 84 v
- Carta de Alexandre de Moura escripta de Olinda para El-Rey de Castella, em que lhe responde a tres que delle reebem sobre certos navios e lhe pedia lhe mandasse piques e mosquetee por ter delles muita falta. 27 de Janeiro de 1607 86
- Carta que o Governador do Brasil escreveu a El-Rey que o Bispo não obedecia a nada e tinha se portado mal na terra, e devia o Papa mandalo tirar de tudo. 1 de Março de 1612. 86
- Informação de Luiz de Moura Feijó sobre os motivos por que forão escusas certas pessoas, que tinham bens da coroa, de pagar a contribuição para soccorrer o Brasil. 24 de Setembro de 1639. 90
- Informação a S. A. sobre conquista de terras. 92
- Carta de Luiz de Oliveira escripta a El-Rey dizendo que a nova que lhe mandara dizer de estar na paragem dos Ilheos trinta caravellas de inimigos hera menos verdadeira, a qual fora dada por huns Indios dos Padres da Companhia. A 7 de Setembro de 1628 96
- Instrumento de navegação que fez Leon Pacaldo, filho de Manfino, cidadão de Saona, com El-Rey de Portugal, D. João 3º. 30 de Setembro de 1531. 97 v
- Carta de Gaspar Palha para El-Rey D. João 3º em que lhe dava conta de alguns contractos que se ajustarão. E de uma carta de El-Rey que alli tinha chegado para fazer pases João da Silveira com Leom Pacaldo. 1 de Maio de 1531. 103
- Carta que escreveu a El-Rey D. Manoel Estevão Frões, em que lhe dá conta do que tem passado na prisão e como Micer Francisco Corso e Pero Corso forão sentenciados a tormento e nelle o que lhe perguntarão, e que regeitarão suas rasões não querendo admittir cousa alguma, e que os Indios os queriam matar, e que não podião ir as terras de El-Rey de Castella. 30 de Julho de 1514. 116
- Carta de D. Antonio de Atayde a S. A. em que lhe dizia que depois da partida de Luis Affonso, mandara João Vas, irmão do Dr. Gaspar Vás, ao que já tinham escripto a S. A., e que já se tinham lançado os pregões

- em alguns portos da Normandia, e que quatro náus que se aparelhavam hião para a costa de Guiné. 18 de Agosto de 1531. 116
- Carta de Ruy Fernandes a Diogo de Gouvea, em que lhe dá conta como El-Rey lhe prometteo por vezes que não iria ninguem ao Brasile Malagueta e tambem como tinha mandado apregoar por todos os portos do reino que ninguem não roubasse nem tocasse em portuguez &. Lião 21 de Agosto de 1536. 120
- Carta d'El Rey para Ruy Fernandes sobre os capitulos que lhe dera Micer Raimondo, embaixador de França, e o que tinha assentado sobre os vassallos de S. A. poderem fazer suas negociações; e que diga a el rey que elle era mal informado dos grandes roubos e danos que eraõ feitos por seus naturaes e vassallos aos de S. A. Evora 24 de Novembro de 1536. 122
- Carta que escreveo Manoel de Araujo a Pedro de Alcaçova Carneiro, em que lhe dá conta como partira da cidade de Paris a correr os portos da Normandia, por chamado de Braz de Alvide &. 8 de Maio de 1548. 124
- Carta que escreveo ao Secretario Pedro de Alcaçova Carneiro de Londres Manoel de Araujo, com notta da costa da Mina Malagueta e outros. 26 de Abril de 1561. 127
- Carta d'El Rey em que lhe dá conta da paz com Holanda, escrita a D. Nuno Alvares Botelho. 6 de Agosto de 1621. 127
- Carta d'El Rey para Ruy Fernandes, Embaixador de França, em que lhe dis que na ilha Terceira estavaõ cinco embarcações portuguezas, e vieraõ uns navios francezes e as captivaraõ e as levarãõ para França. 1537. 128 v
- Carta que de Olinda escreveo Duarte Coelho a El Rey D. João 3º, em que lhe disia tinha dado ordem a se fazerem alguns engenhos de assucares, por haver grande somma de canas plantadas, e que no que respeitava o ouro, nunca deixava de inquirir e procurar sobre o negocio. 27 de Abril de 1542. 131 v
- Cartas de Antonio de Albuquerque, Capitão da Parahyba, em que dá conta a El Rey como os Holandezes vieraõ com 60 náos sobre Pernambuco e deitaraõ 2,000 homens no Páu amarello, e saquearãõ e estaõ senhores da villa de Olinda, a que acudira Mathias de Albuquerque. 17 de Fev. de 1630. 133
- Cópia da carta de Antonio de Albuquerque para V. M. 133
- Cópia de outra carta de Antonio de Albuquerque para o mesmo Senhor. 137
- Cópia da carta de Fernão Gomes de Quadros. 137 v

Documento que está junto com as cópias das cartas de Antonio de Albuquerque e de Fernão Gomes de Quadros	138 v
Carta de Jeronymo de Albuquerque em que lhe falla sobre a guerra e huma capitania que Luiz de Seixas servia na ilha de Tamaraquá, dizendo a deixara desamparada, levantando pé com dividas e levando consigo uns homisiados. Agosto de 1555.	139
Carta de Jorge de Albuquerque em que pede a El Rey munições e armas para a Capitania de Pernambuco, e tambem pede uma provisão para cobrar as rendas da sua Capitania de Pernambuco. 12 de Junho 584 . . .	141 v
Conta que dá a El Rey Christovão de Barros, Provedormór da Fazenda na Bahia, de algumas cousas d'aquellas capitancias. 18 de Novembro de 1578.	143
Carta de D. Diogo de Menezes a El Rey em que lhe dá conta das insolencias que o Bispo lhe tinha feito. Olinda 12 de Julho 608	145 v
Carta de Francisco de Cernide, Corregedor das ilhas dos Açores, em que dá noticia serem os Hollandezes deitados fora da villa de Olinda &. 1 de Junho de 1630. 150	
Provimientos que fez o Desembargador Sebastian de Carvalho sobre a ordem que se deve ter na arrecadação da imposição dos vinhos. Pernambuco 30 de 7br. 1608. . .	157
Cópia de um capitulo da carta d'El Rey para D. Diogo de Castro lhe remetter os despachos para os assignar do Contrato que fez com Fernão Lopes, contratador do páu brasil—cujo preço e tempo se declaraõ. 16 de Março de 630.	159
Carta de Duarte Coelho a El Rey sobre a povoação e governo e de muitas cousas, o que uma dellas he fazerem se as povoações muy perto umas das outras, e que a serem bem feitas seriam distantes umas das outras para se dilatar a Nova Lusitania e fazerem grande Brasil. Olinda 20 de Dezembro da 1546. . . .	160
Carta de Duarte Coelho a S. M. em que lhe dá conta do procedimento de Vasco Fernandes, almoxarife, e juntamente que S. M. não tenha em pouco as terras do Brasil e em especial a nova Lusitania. 22 de Março 548	167
Carta de Duarte Coelho a El Rey disendo-lhe como vira por uns apontamentos que lhe deraõ, certas pessoas se offerenciaõ a S. A. para povoarem e ajudarem a povoar as capitancias perdidas para o que pedião por vinte annos lhe desse o brasil todo de toda a costa, e disimos e rendas &. 15 de Abril de 1549.	169
Carta de Jeronymo Correa Barem a El Rey sobre dinheiros para o socorro do Brasil. 30 de Abril de 1636 . .	173

- Carta que Duarte Coelho escreveu a S. M. em que lhe diz estima muito o guardar-lhe suas doações, e que se não entenda nelle o que tinha mandado a Tomé de Sousa. 24 de Novembro de 1550. 179
- Consulta de Estado sobre a ilha de Fernando de Noronha e informações mandadas a El-Rey D. Felipe 3º por Mathias de Albuquerque. 7 de Março do 1630. 184
- Carta por que El-Rey faz mercê a Felipe de Guilhem de vinte e cinco mil réis de ordenado de cada um anno, assentados na Casa da India para ensinar e servir a El-Rey com os instrumentos que inventou para tomar a altura do sol. 2 de 9brº 1528 188
- Carta do Dr. Gouveia a El-Rey sobre uns presos francezes que se prenderão no Brasil, e levaram um frade para hirem lá fundar, e das mais cousas que estes fiserão nos Brasis. Ruaõ 1 de Março de 1532 189
- Carta do Dr. Gouveia a El-Rey sobre se mandarem soltar uns presos francezes á requerimento do Almirante, por elle assim pedir o escreverse. Ruaõ 18 de Novembro de 1531 194
- Carta do Dr. Gouveia a El-Rey sobre as armadas dos francezes que traziaõ muita gente e no mar eraõ muyto poderosos e sobre os graduados de França &. Paris 17 de Fevereiro de 1538. 196
- Carta de Felipe de Guilhem á El-Rey, dizendo lhe quanto tem feito em seu serviço, e que sempre cuidara em buscar as minas que estavaõ muito abundantes de oiro, e varias pedras preciosas que as fas tenção ir colher brevemente para lh'as offertar, e de outras cousas. Bahia 20 de Julho de 1550 202 v
- Carta de Felipe de Guilhem a Rainha em que lhe dá conta como tinha noticia das guerras do Rio de Janeiro com os Francezes, e pelo Dr. Pero Borges escreve a S. A. com mais individuação. 12 de Março de 1561. 206 v
- Carta de D. Diogo de Menezes, escripta da Bahia a El-Rey D. Felipe 2º, mandando-lhe o Patraõ que fora descobrir os Abrolhos. 19 de Abril de 1609. 209 v
- Carta escripta a El-Rey a respeito do successo que houvera na ilha de Fernão de Noronha contra os Hollandezes, que foraõ presos e da armada dos mesmos que ia a Pernambuco. 23 de Abril 636. 210
- Carta de João da Silveira para El-Rey em que lhe dá conta como o Almirante mandava cinco náus a um grande rio na costa do Brasil e que fallara nisto largamente e pedira a resposta por escripto, e que o dito rio he o que descobrio Christovão Jaques, com outras noticias. 23 de Dezembro de 1527 213 v

- Regimento que se deu a Diogo Lopes de Siqueira quando
o mandaraõ descobrir terras, e do que havia de obrar
e fazer com os navios que levava em sua companhia.
13 de Fevereiro de 1508 214
- Cópia de varias cartas d'El-Rey a Furtuoso Barbosa e a
Martim Leitaõ sobre a factura da fortaleza na barra
da Paraíba, como tambem a copia da relação que fez
Lourenço Correa sobre as differenças entre João Alva-
res Sardinha e João Rodrigues Coutinho. 1 de Outu-
bro de 1585. 230
- Carta de Duarte de Lemos a El-Rey, em que dis que de
Porto Seguro lhe escrevera, dando lhe parte de como
o Governador Thomé de Sousa o fizera capitão da
capitania de Pero de Campo, em quanto S. A. o
houvesse por bem, e que naquella terra havia ouro,
e que para o buscarem tinha já 20 homens, cujo despen-
dio corria por conta do dito governador, etc. Porto
Seguro 14 de julho de 1550 236
- O capitão do Pará Manoel Madeira pede que se lhe dem
6 ou 8 homens, dos que estão no Limoeiro senten-
ciados para o Brasil. 6 de novembro de 1638 238
- Carta de Diogo Lopes de Carvalho Deça.
- Relação do successo que teve Silvestre Manso da jornada
que fez a Itamaracá, e do das nossas armas com os
Hollandezs em Pernambuco. 14 agosto de 1630 . . . 240
- Carta de Simão de Mello a El-Rei, em que lhe dizia a
dilatada jornada que tiveram e o muito que pade-
ceram indo arribar a Bahia etc. 8 de setembro
de 1545 242 v
- Carta de D. Diogo de Menezes a El-Rey sobre a arribada
a Bahia do Galião Espirito Santo, de que era capitão
D. Constantino de Menezes, e lhe advertiu a forma
com que deviam ser governadas as aldeias dos gentios
23 de agosto de 1603. 249
- Carta de D. Diogo de Menezes em que lhe dá conta
(a El-Rey) da sua chegada a Bahia etc. 251 v
- Carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos a El-Rey, em
que lhe diz que a partida do Emperador não está tão
proxima etc. Medina del Campo 10 de Outubro de 1531 255
- Carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos a El-Rey, em que
lhe dá conta como elle fallara a Imperatriz no negocio
do Rio da Prata e como ella lhe não tem respondido, mas
que se ha de determinar pelo seu Conselho de Estado,
18 de novembro de 1531. 256 v
- Alvará de El-Rey para se dar um navio a Vasco Fer-
nandes Coutinho, e o mais que lhe for necessario dos
seus armazens. 27 de junho de 1534 259 v

- Carta de Affonso Gonçalves a El-Rey dizendo-lhe que naquella terra de S. Crus não havia justiça ; e que assim que chegara lhe deram noticia de 7 náos francezas quepassarão para os pitigoares. 3 de maio de 1548. 261
- Carta de Luiz de Góes que dá conta a El-Rey soccorra a Villa de Santos, e mais capitánias, por que receia sejam tomadas pelos Franceses. 12 de maio de 1548. . 263
- Carta de Pero de Góes a El-Rey, em que lhe dá conta de como achara aquella sua ilha e capitania, e que de novo fizera pelo rio acima uma povoação de muitos visinhos. 29 de abril de 1546 265
- Carta que escreveu Pedro de Góes a El-Rey, em que lhe dá conta que pelejara com um galeão francez na bahia de cabo frio etc. Bahia 29 de abril de 1551. . . 267 v
- Carta de Vasco Fernandes Coutinho, que escreveu da Villa dos Ilheos ao governador do Brasil. Ilheos 22 de maio de 1558. 271
- Carta de D. Diogo de Menezes a El-Rey, em que lhe deu conta da ruina em que se achavam os fortes da Parahiba e Rio Grande e lhe fez aviso de outras muitas cousas. Recife 4 de dezembro de 1608. 273
- Notas á Historia do Brasil. 278
- É uma traducção dos primeiros quinze livros da Historia de Beauchamp, annotada pelo traductor.

A. R. DAS SCIENCIAS

TOM. 1º

- Portaria para se entregarem ao Ministro do Brasil em Lisboa os manuscritos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira 5
- Catalogo dos Manuscriptos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira pertencentes á sua viagem ao Pará, rio Negro, Matto Grosso e Cuyabá ; os ques foram entregues ao conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drumond em virtude da portaria supra. VII. . . 7
- Catalogo dos manuscritos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, entregues por sua viuva D. Germana Pereira de Queiroz Ferreira ao Dr. Felix de Avellar Brotero 37

PARTICIPAÇÕES

PARTE I

I. ^a Datada de Barcellos 13 de Setembro de 1785	1
II. ^a Datada 30 Janeiro 1786	19
III. ^a Datada 5 Fevereiro 1786	37
IV. ^a Datada 19 Fevereiro 1786	50
Memória sobre a introdução do Arroz branco no Estado do Gram Pará com a historia dos primeiros progressos que fizerão as Machinas de descascar, segundo a minutou na villa de Barcellos o tenente coronel Theodosio Constantino de Chermon.	79
De 20 Maio de 1785.	85
V. ^a Datada 30 Março	85

SUPPLEMENTO A PARTICIPAÇÃO V^a

Estratto del Diario del Viaggio al Rio Marie in Septembre de 1775—per il decimento promesso e scritturato dalli due Principali Manacary e Aduana suo fratello per Antonio Giuseppe Landi.	170
VI. ^a Datada da fortaleza de S. Joaquim do rio Branco 14 Junho.	192
VII. ^a Datada do mesmo logar	

TOM. 2^o

Diario da Viagem Philosophica pela Capitania de S. Joseph do rio Negro, etc., pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.	
--	--

2^a PARTE

I. Participação. Barcellos 31 de Outubro de 1786	
Supplemento a participação primeira	95 v
Documentos que o acompanhão	110
II. Participação — 16 de novembro de 1786	162
III. Participação — 12 de dezembro de 1786.	181
IV. D. ^a — 11 de maio de 1787.	205
V. D. ^a — 7 de junho de 1787	221
Supplemento	237
VI. D. ^a — 30 de junho de 1787	251
VII.	261

INDICE DOS TITULOS

I. Antiga denominação do rio Negro e a razão da moderna	264 v
II. Observações sobre a côr das suas aguas para se deduzir a razão della.	265
III. Quando, como, até onde descoberto e navegado pelos portuguezes.	267 v
IV. Quando, como e até onde entram os Hespanhoes	269 v
V. Situação da sua fôz.	271
VI. Extensão até a Serra do Cocuy.	271
VII. Sua direcção.	271 v
VIII. Largura.	272
IX. Profundidade.	272 v
X. Leito do rio.	273
XI. Suas margens	273
XII. Ilhas	273 v
XIII. Enseadas.	274
XIV. Pedraria	275
XV. Rios que desaguão nelle	276

TOM. 3º

Diario da viagem Philosophica pela Capitania de S. Joseph do Rio Negro pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

2ª PARTE

VII. Participação continuado do volume antecedente .	
XVI. Gentios que o habitarão e o habitão nelle pela ordem dos rios indicados no tit. 15	5
XVII. Fortalezas que o guarnecem.	17 v
XVIII. Povoações	19 v
XIX. Habitantes	20 v
XX. Governo.	29
XXI. População.	34
XXII. Agricultura	36 v
XXIII. Commercio	43
XXIV. Navegação.	49
XXV. Manufacturas.	51

XXVI. Clima.	62
XXVII. Dietetica	68
XXVIII. Enfermidades.	91
Historia natural (Mammaes),	152

TOM. 4º

Representação feita a S. M. em que se propõem os meyos para dirigir o Governo dos Indios do Pará á felicidade de todo o Estado — por Antonio José Pestana da Silva	I
Extracto das perdas e roubos que fizeram as tropas inimigas mandadas pelo Governador de Buenos Ayres — D. Miguel de Salcedo á praça da Nova Colonia desde 29 de Julho de 1735 até o presente, sendo o maior saque no dia 20 de outubro do dito anno.	196
Roteiro ou Diario particular de A. R. Ferreira	
Descripção de uns ossos não conhecidos que apparecerão em maio de 1785 na Capitania de Minas Geraes do Estado do Brasil	216
Memoria sobre a viagem lo terreno nitros, por José de Sá Bittencourt Accioly.	222
Memoria sobre as Minas de Cobalto da capitania de Minas Geraes, por José Vieira Couto.	252
Carta de José Bonifacio de Andrada datada de Viena a 10 de Outubro de 1796 sobre assumptos concernentes ás Minas	282
Relacion de lo acuerdo em Buenos Ayres desde el ingreso del Gobierno del Brigadier D. Miguel Salzedo acerca de reglar los limites de la Colonia del Sacramento.	294
Razões com que se prova quaes sejam o territorio e colonia do Sacramento que S. M. C. se obrigou a restituir a Portugal pelo tratado de Utrecht.	298

TOM. 5º

Representação dos moradores da Capitania do Rio Grande do Sul contra o estanco do sal.	5
Informação da Mesa da Inspeção da Parahiba do norte ao requerimento dos senhores do Eogenho para augmento daquella cultura 17 de Julho de 1792	15
Requerimento supra.	
Juizo critico acerca do MS. jornada do Maranhão, etc.	26

Differentes officios sobre descobrimento de Minas. . . .	34
Discurso de A. R. F. sobre o estudo da Conchiologia. . .	54
Carta do mesmo (incompleta).	64
Descripção chorographica do Estado do Grão Pará que por ordem alphabetica descreveu João Vasco Manoel de Braun, anno de 1789.	74
Roteiro chorographico da viagem que o Illm. e Exm. Sr. Martinho de Sousa e Albuquerque Governador e Capitão General deste Estado determinou fazer ao rio das Amasonas, em a parte que fica comprehendida na Capitania do Grão Pará.	124
Instrucções que o Sr. D. João 5º deu a Martinho de Men- donça de Pina e Proença, quando por ordem da mesma Magestade passou a America e ás Minas	174
Carta que a S. M. escreveu Antonio Gonçalves de Araujo em 1734 sobre as Minas.	185
Roteiro por onde se deve governar quem quizer ir por terra da Colonia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou V. ^a de Santos.	187 v
(Dom ^{os} da Filgueira 1703).	
Noticia que Gabriel da Rocha deu das minas de prata junto á Colonia.	190
Memorial que o Ten. ^{te} . Cel. Alvaro J. de Serpa Sotó Maior deu a S. M. em 6 de Abril de 1728.	191
(Contém 12 Noticias).	

TOMO 6º

Dissertação instructiva sobre a escolha dos Governadores das Conquistas, a sua existencia nos governos e o seu regresso para a Corte, por Francisco de Almeida e Silva.	
Relaçam Historica e Politica dos Tumultos que succederam na cidade de S. Luis do Maranhão, com os successos notaveis que nella aconteceram, etc. por Francisco Teixeira de Moraes.	

PARTE 1ª

Cap. 1.	
Cap. 2.	
Cap. 3.	
Cap. 4.	
Cap. 5.	

Cap. 6.	
Cap. 7.	
Cap. 8.	
Cap. 9.	
Cap. 10.	
Cap. 11.	
Cap. 12.	
Cap. 13.	

PARTE 2ª

Cap. 1	
Cap. 2	
Cap. 3	
Cap. 4	
Cap. 5	
Cap. 6	
Cap. 7	
Cap. 8	
Cap. 9	
Cap. 10.	
Cap. 11.	
Cap. 12.	
Cap. 13.	
Cap. 14.	

EVORA

TOMO 1º

Summario das armadas que se fiserão e guerras que se derão na conquista do rio Parahiba, escripto e feito por mandado do muito Reverendo Padre em Christo, o Pº. Christovão de Gouvea, visitador da Companhia de Jezus de toda a provincia do Brasil	f. 13 52
Cap. 1	
Cap. 2. Da hida do Dr. Fernão da Silva á Parahiba e do Governador Luis de Brito de Almeida	

- Cap. 3. Como Furtuoso Barboza foi encarregado do Parahiba.
- Cap. 4. Como chegando Diogo Flores á Bahia se ordenou vir ao Parahiba
- Cap. 5. Salto do Capitão Simão Falcão e fugida dos nossos.
- Cap. 6. No primeiro soccorro que por diligencia e industria do Ouvidor Geral se mandou á Parahiba.
- Cap. 7. O segundo soccorro que se mandou ao Parahiba e destruição das náos francezas
- Cap. 8. Em como o Ouvidor Geral Martim Leitão foi ao Parahiba a primeira vez
- Cap. 9. Da ordem da Jornada e do primeiro rompimento e cerca tomada.
- Cap. 10. Como se tentarão as pazes com o Braço de peixe que não houverão effeito
- Cap. 11. Como foi desbaratado o pico do Braço de peixe.
- Cap. 12. Como João Paes foi á Bahia da Treição
- Cap. 13. Como o Capitão Castrejon fugio e largou o forte e o Ouvidor Geral o prendeu e agasalhou os soldados.
- Cap. 14. Novas do Braço de peixe, principio das amissades.
- Cap. 15. A segunda jornada do Ouvidor Gerál e como se fez o forte.
- Cap. 16. Como o Ouvidor geral foi á Bahia Treição. . .
- Cap. 17. De como chegamos á Bahia da Treição e passo de noite milagroza
- Cap. 18. Como derão nos inimigos.
- Cap. 19. Partida da Bahia da Treição para Tujucupapo.
- Cap. 20. A vinda do capitão Moralles do Reino e como se aviou o Ouvidor Geral para ir por mar.
- Cap. 21. Como o Ouvidor geral partiu da Parahiba para o Copaoba.
- Cap. 22. Como destruida a Copaoba forão ao Tujucupapo onde tiverão a maior briga de todas
- Cap. 23. Da vinda e tomada do Ouvidor geral e dos nossos da Capaoba
- Cap. ULTIMO. Como, despedida a gente o Ouvidor geral fez o forte de São Sebastião
- X N. R. Impressa na *Revista* de 1873, P. 1.
- Trabalhos dos primeiros jesuitas no Brazil comprehendendo. f. 54 74 v

Huma carta d'El-Rey a Men de Sá sobre a conversão do gentio.	
Resolução tomada a este respeito pelo Bispo, Governador Ouvidor geral e Padres da Companhia a 30 de Julho de 1566	
Auto feito a requerimento do Padre Antonio Pires, Provincial da Companhia de Jesus.	
Assento que se tomou sobre o resgate dos Indios do Estado do Brasil, 1574.	
Provisão d'El-Rey dom Sebastião sobre o mesmo assumpto de 20 de Novembro de 1575	
N. R. impressa na <i>Revista</i> de 1894, P. 1º.	
De principio e origem dos Indios do Brasil, e de seus costumes, adoração e cerimoniaes	75 90 v
Dos casamentos.	
Do modo que tem em seu comer e beber.	
Do modo que tem em dormir.	
Do modo que tem em se vestir.	
Das casa	
Da criação dos filhos.	
Do costume que tem em agasalhar os hospedes.	
Do costume que tem em beber fumo	
Do modo que tem em fazer suas roçarias e como pagão hunç aos outros	
Das joias e metaras	
Do tratamento que fazem as mulheres e como as escudeiras.	
Dos seus bailes e cantos	
De seus enterramentos.	
Das ferramentas de que usão.	
Das armas de que usão.	
Do modo que este gentio tem acerca de matar e comer carne humana	
Das cerimoniaes que se fazem ao novo cavalleiro	
Da diversidade de nações e linguas.	
N. R. Impressa na <i>Revista</i> de 1894, P. 1. Attribuido a Fernão Cardim; traduzido em inglez e publicado por Samuel Purchas, desde 1625.	

- America abreviada, suas noticias o de seus naturaes, e em particular do Maranhão, titulos, contendas, e instrucções á sua conservação e auhmento mui uteis, pelo Padre João de Souza Ferreira. 91 — 219 v
- Cap. 1. America abreviada, como se estende como se descorre o mundo todo a roda costa do Brasil, e conquistas de Estrangeiros na America.
- Cap. 2. Como se descobriu o que della toca á corôa de Portugal, conio lhe toca e suas conferencias.
- Cap. 3. E em particular o Maranhão.
- Cap. 4. Que Governadores tem governado o Maranhão, leis que a seu favor tem precedido, e suas consequencias te o anno de 1688.
- Cap. 5. Noticia de seus naturaes habitadores.
- Cap. 6. De como no Maranhão um ortelão fingindo governador fez conselho de guerra com um pastor — dialogo allegorico
- Chronologia dos Governadores do m.^m (e Bispos)
- Chronologia dos Governadores, Provinciaes, e Reitores do Maranhão e Pará.
- Catalogo dos Capitães-móres do Maranhão até 1745
- Catalogo dos Capitães-móres do Pará até o mesmo anno de 1745
- N. R. Impressa na *Revista* de 1894, p 1.

TOMO 2º

- Cartas do P.^o Nobrega, provincial da Provincia do Brasil.
- aos moradores de S. Vicente
 - para os irmãos de Portugal (esta é de outro P.^o)
 - do Padre Nobrega para o P. provincial de Portugal 12
 - Outra para el Rey D. João. 16
 - para o mesmo rey 19
 - para o Padre Mestre Simão. 21
 - para o Padre Ignacio. 26 v
 - para o mesmo Padre Ignacio, 1556 29
 - para o mesmo — quadrimestre de Janeiro até Abril de 1557 32
 - para o P.^o provincial de Portugal, 38
- Dialogos do P.^o Nobrega sobre a conversão do gentio: interlocutores Gonçalo Alves e Matheus Nogueira 44
- Morte do Padre Navarro (em hespanhol) 60

Noticia e informação que derão os PP. da Companhia das pensões que se recebião, feitas por D. Henrique	63
N. R. Impressa na <i>Revista</i> de 1880 P —	
Noticias do clima e terra do Brasil, e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar . .	70
— dos animaes	70 v
— das cobras que andão na terra e não tem peçonha. .	76
— das cobras que tem peçonha	77
— das aves que ha na terra e della se sustentão. . . .	78 v
— das arvores de fruto.	83
— das arvores que servem para medicinas.	86
— dos oleos de que usão os indios para se untarem . .	88
— da arvore que tem agua.	89 v
— das arvores que servem para madeira	89 v
— das ervas que dão fruto e se comem.	90
— das ervas cheirozas	95 v
— dos peixes que ha n'agua salgada.	98 v
— dos peixes peçonhentos	101
— dos homens marinhos e monstros (do mar)	102 v
— dos mariscos.	103
— das arvores que se crião n'agua salgada	106
— dos passaros que se sustentão e achão n'agua salgada.	106 v
— dos rios d'agua doce, e cousas que nelle ha	108
— dos animaes, arvores e ervas que vierão de Port. e se dão no Brasil.	111 v
Informação dos casamentos dos Indios do Brasil (do Padre Joseph d'Anchieta) Impressa na <i>Revista</i> de 1846. . .	116
N. R. Atribuida a Fernão Cardim ; traduzida em inglez e publicada por Samuel Purchas: impresso pela sociedade de Geographia de Lisboa no Rio de Janeiro.	
Informação dos casamentos dos Indios do Brasil, do Padre Francisco Pinto	121
Que cousa seja necessaria ou não necessaria para que os casamentos dos gentios sejam validos	122 v
Noticia da 1ª pratica. Que dá ao Padre Mestre Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga do que se passou na primeira bandeira que entrou ao descobrimento das Minas dos Goyazes até sahir na cidade do Belem do Grão Pará, 25 de Agosto de 1734	127

- Noticias praticas do novo caminho que se descobrio das
campanhas do Rio Grande e Nova Colonia do Sacra-
mento para a Villa de Coritiba, no anno de 1727,
por ordem do Governador Geral de S. Paulo, An-
tonio da Silva Caldeira Pimentel, dada ao R. P. M.
Diogo Soares pelo Sargento mór de Cavallaria, Fran-
cisco de Souza e Faria, primeiro descobridor e abridor
do dito caminho, 21 de Fevereiro de 1738 142
- Roteiro do certão e minas de Inhanguera, vindo da Villa
de Coritiba para ellas 146
- Noticia 2ª, dada ao Padre Mestre Diogo Soares, sobre a
abertura do novo caminho pelo piloto José Ignacio,
que foi e acompanhou em todo elle ao mesmo Sar-
gento mór Francisco de Souza e Faria, 29 de Março
de 1738 147 v
- 3ª, dada pelo Coronel Christovão Pereira de Abreu,
sobre o mesmo caminho, ao Revd. Padre Mestre
Diogo Soares (incompleta) 150 v
- Noticias praticas das minas geraes do ouro e diamantes .
- Noticia 1ª, pratica que dá ao R. Padre Diogo Soares
o Capitão mór Luiz Borges Pinto sobre os seus des-
cobrimentos da celebre caza da casca, compre-
hendidos nos annos de 1726, 1727 e 1728, sendo Go-
vernador e Capitão General D. Lourenço de Almeida . 159
- 2ª, dada pelo Alferes Moreira ao P.º M.º Diogo Soares,
das suas bandeiras no descobrimento do celebrado
morro da Esperança, comprehendido nos annos de
1731 e 1732, sendo General D. Lourenço de Almeida. 163
- 3ª, que dá ao Revd. Padre Diogo Soares o Mestre de
Campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros
descobrimientos das minas geraes do ouro, 2 de Ja-
neiro de 1733 165 v
- 4ª, que dá ao mesmo padre o Sargento mór José
Mattos? sobre os descobrimientos do famoso rio das
Mortas 169 v
- Noticias praticas da costa e povoações do mar do Sul . .
- Noticia 1ª e resposta que deo o Sargento mór da praça
de Santos Manoel Gonçalves d'Aguilar ás perguntas
que lhe fez o Governador e Capitão General da Cidade
do Rio de Janeiro e Capitania do Sul, Antonio de
Brito e Menezes, sobre a costa e povoação do mesmo
mar, 26 de Agosto de 1721 173
- 2ª, que dá ao P.º M.º Diogo Soares o Capitão Chris-
tovão Pereira, sobre as campanhas da nova co-
lonia e Rio Grande ou Porto de S. Pedro (incom-
pleta). 183 v

- pratica do sitio da Nova Colonia do Sacramento e mais operações dos inimigos, desde o mez de Setembro até 18 de Dezembro de 1735, sendo Governador daquella praça Antonio Pedro de Vasconcellos. 187
- Desde 18 de Dezembro de 1735 até 21 de Fevereiro de 1736 (incompleto). 196 v

TOMO 3º

HISTORIA DA COMPANHIA DE JESUS DA PROVINCIA DO MARANHAM
E PARÁ PELO PADRE JOSÉ DE MORAES

LIVRO 1º

DA CAPITANIA DO MARANHÃO

- Cap. 1 — Dá-se huma breve noticia da Cidade do Maranhão, e seu presente estado 1
- Cap. 2 — Primeiro descobrimento do Maranhão, e sua origem 6
- Cap. 3 — Continúa-se o mesmo descobrimento por terra, e varias desordens de Pedro Coelho, que por então o impedirão. 10
- Cap. 4 — Partem os Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao descobrimento da ilha do Maranhão. . . 14 v
- Cap. 5 — Continua-se a mesma materia, e a gloriosa morte do V. Padre Francisco Pinto 18 v
- Cap. 6 — Breve noticia do pouco, que podemos alcançar da vida, e virtudes do V. Padre Francisco Pinto . . 27 v
- Cap. 7 — Povoam os francezes a Ilha do Maranhão. . . 31
- Cap. 8 — Continúa-se a mesma materia. 33 v
- Cap. 9 — Primeiro encontro das nossas armas com os Francezes. 37
- Cap. 10 — Do que obrarão os Portuguezes depois da sahida dos Francezes, e do muito que trabalharão os nossos Missionarios na conversão daquellas almas. 48 v
- Cap. 11 — Dá-se noticia da trasladação dos ossos do Veneravel Padre Francisco Pinto, o que Deos obrou por sua intercessão, e do Roteiro que o Servo do Senhor guardava na educação dos gentios. 58
- Cap. 12 — Continuação os Padres Manoel Gomes e Diogo Nunes com o mesmo fervor o louvavel exercicio dos seus ministerios na ilha do Maranhão; e ultima resolução que tomarão á vista dos injustos procedimentos de seus já ambiciosos, e não menos orgulhosos moradores 70 v

- Cap. 13 — Noticia chronologica do tempo, em que a Companhia e mais Religiões Sagradas entrarão no Estado do Maranhão 76 v

LIVRO 2º

PROGRESSOS DA COMPANHIA NO MARANHÃO

- Cap. 1 — Chegão os Padres Luiz Figueira e Benedicto Amodei ao Maranhão, e de como foram hospedados de seus moradores. 89
- Cap. 2 — Do que obrarão no Maranhão os Padres Luiz Figueira, e Benedicto Amodei ; e dos primeiros principios da nossa fundação nesta Cidade. 95 v
- Cap. 3 — Do mais que obrou o Padre Luiz Figueira, e seus companheiros no Maranhão no feliz governo de seu primeiro governador e Capitão-General Francisco Coelho de Carvalho 102
- Cap. 4 — Entrada dos Hollandezes na ilha do Maranhão, e do que obrarão os nossos Portuguezes por esse tempo 106
- Cap. 5 — Do que obrarão os nossos Portuguezes na restauração do Maranhão do poder dos Hollandezes, animados dos Religiosos da Companhia. 111 v
- Cap. 6 — Continúa-se a mesma materia 117
- Cap. 7 — Varios acontecimentos e gloriosas acções dos nossos Restauradores 123
- Cap. 8 — Do mais que obrarão os nossos Portuguezes até concluirem a restauração da liberdade 128 v

LIVRO 3º

ENTRADA DA COMPANHIA NA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ

- Cap. 1 — Breve noticia do seu descobrimento, fundação, e do seu presente estado. 138 v
- Cap. 2 — Dá-se uma breve noticia das mais capitánias deste Estado 146
- Cap. 3 — Entra no Pará o Padre Luiz Figueira ; parte de ois para o Reino a buscar operarios da Companhia para esta tão grande seara, e volta para o Maranhão com uma grandiosa Missão 150
- Cap. 4 — Continuação-se os varios successos do Padre Luiz Figueira até a sua morte 157

- Cap. 5 — Successos dos Religiosos da Companhia no Pará e Maranhão do anno de 1644 o até anno de 1648 170 v
- Cap. 6 — Morte dos Padres Francisco Pires, e Manoel Monis, e do irmão coadjutor Gaspar Fernandes. . 178
- Cap. 7 — Restabelece-se a Companhia no Estado do Maranhão e Pará, promovida com ardente zelo e Real grandeza pelo piissimo Sr. D. João o 4º V . . 182
- Cap. 8 — Fervorosa resolução do Padre Antonio Vieira em querer passar ao Maranhão a restabelecer a nova Missão, mortos todos os Missionarios, vencendo para isso as maiores difficuldades na Corte. 189
- Cap. 9 — Chegão ao Maranhão com feliz viagem os nove Religiosos mandados pelo já nomeado Superior de toda a Missão o Padre Antonio Vieira. 205 v
- Cap. 10 — Feliz viagem para a Missão do Maranhão do grande Padre Antonio Vieira, embarço grande que teve ; antes da sua partida poderes e mercê, com que o despediu opiissimo e sempre augusto Rey oe Sr. D. João 4º. 213 v

LIVRO 4º

DO QUE SE SEGUIU DA ENTRADA DA COMPANHIA NO PARÁ E DA DO PADRE ANTONIO VIEIRA NO MARANHÃO

- Cap. 1 — Fundão naquella caza os Padres Soutto-Maior, e Gaspar Fragoso, e das conveniencias espirituaes, que resultarão 227 v
- Cap. 2 — Proseguem-se os trabalhos dos nossos Padres na sua primitiva fundação na cidade do Pará. . . . 245 v
- Cap. 3 — Chega ao Maranhão o Padre Antonio Vieira com hum pequeno soccorro de Missionarios ; dá-se noticia do que obrarão depois da sua estancia naquella Capital. 235 v
- Cap. 4 — Committem os Reverendos Conegos da Bahia, sede vacante, a direcção do governo espiritual aos nossos Padres do Maranhão ; moção popular por causa de dois Vigarios Geraes, que se queriam introduzir, e da grande prudencia e acerto, com que o Padre Vieira ultimamente acodiu á paz e quietação de todos. 260
- Cap. 5 — Primeira tormenta, e moção popular do Maranhão por respeito da nova Ley sobre o injusto captivo dos Indios. Pericia, com que o Padre Vieira socega os mares, e se oppõe ao impeto de tão precipitada corrente no maior perigo de seus subditos. 266

- Cap. 6 — Cópia da resposta que derão os Padres, e de como ultimamente socegou tudo a grande prudencia do Padre Antonio Vieira. 274
- Cap. 7 e ultimo — Noticia summaria das Leis Reaes sobre o captiveiro dos Indios do Estado do Maranhão e Pará 283

TOMO 4º

LIVRO 5º

DAS MAIS ACÇÕES DOS NOSSOS MISSIONARIOS NO ESTADO DO MARANHÃO, E DAS DO GRANDE PADRE ANTONIO VIEIRA ATÉ A SUA PARTIDA PARA O PARÁ.

- Cap. 1 — Chegão a esta Capital do Maranhão mais obreiros da Companhia da Provincia do Brasil; e do que o Padre Vieira obrou em serviço de Deus e bem das almas 299
- Cap. 2 — Do que obrarão os Padres Antonio Vieira, e Thomé Ribeiro na visita das Aldeas daquella ilha do Maranhão. 312 v
- Cap. 3 — Missão, que os Padres Francisco Vellozo, e José Soares fizerão aos Indios Goajajáras no rio Pinaré por mandado de seu superior o Padre Antonio Vieira 319
- Cap. 4 — Continúa a mesma materia 327
- Cap. 5 — Do que obrarão os nossos Padres na Capitania do Pará este anno de 1653. 338 v
- Cap. 6 — Do mais que se obrou na Capitania do Pará depois de chegados os dous Padres Manoel de Souza, e Matheus Delgado 342 v

LIVRO 6º

DA ENTRADA DO PADRE ANTONIO VIEIRA NA CAPITANIA DO PARÁ AO DESCOBRIMENTO ESPIRITUAL DO RIO DAS AMAZONAS, E DAS ALDEAS QUE NELLE FUNDARÃO OS RELIGIOSOS DA COMPANHIA DE JEZUS.

- Cap. 1 — Entra o Padre Antonio Vieira na Cidade do Pará a dar principio a esta espirital conquista. . . 350
- Cap. 2 — Intenta o Padre Antonio Vieira entrar pelo rio das Amazonas, e reduzir o gentilismo mas não o consegue; offercem-lhe a entrada do rio Tocantins, que aceita. Dá-se noticia do ditório, e do que resultou desta viagem. 360 v

- Cap. 3 — Continúa a Carta do Padre Vieira com as mesmas noticias do rio e missão dos Tocantins . . . 376
- Cap. 4 — Continuação as noticias da missão e rio dos Tocantins. 384
- Cap. 5 — Dos primeiros descobridores do rio das Amazonas, segundo o que referem as Historias estranhas e do seu descobrimento pelos nossos Portuguezes, conforme as nossas noticias mais modernas nos relató. 395
- Cap. 6 — Descripção geographica do famoso rio das Amazonas com as missões, que nelle fundarão os da Companhia, e dos maiores Rios, que nelle desembocão até a fortaleza do Gurupá. 403 v
- Cap. 7 — Continúa a descripção do rio Amazonas e Missões da Companhia desde o Gurupá até o rio Tapajóz. 413 v
- Cap. 8 — Continúa a descripção do rio das Amazonas e Missões da Companhia desde o rio Tapajoz até o rio da Madeira. 422
- Cap. 9 — Descripção do rio das Amazonas desde o rio da Madeira até o rio Negro, e missões da Companhia que neste houve. 432
- Cap. 10 — Continúa a mesma descripção até os ultimos confins do dominio de Portugal. 437
- Cap. 11 — Breve relação do rio das Amazonas e seus collateraes desde os ultimos confins de Portugal até as suas cabeceiras. 446
- N. R. A chronica de José de Moraes foi publicada em volume por Candido Mendes de Almeida, Rio 1860.
- Observações relativas á agricultura, commercio e navegação do continente do Rio Grande de S. Pedro no Brazil, pelo Tenente-Coronel Domingos Alves Branco Moniz Barreto. 455

TOMO 5º

- E' cópia do que o Sr. Rivara chamou Livro Grosso do Maranhão, comprehendendo 230 folhas do Cod. e no Catalogo Eborense de pags. 59 a 88 1 — 260 v

TOMO 6º

- Continuação do Livro Grosso do Maranhão. Chega até a folha 492 do Cod. e no Catalogo do Sr. Rivara até ao fim da pag. 115 3 — 265

TOMO 7º

Conclue-se o Livro Grosso do Maranhão, cujo indice no Catalogo do Sr. Rivara chega até a pag. 133, anno de 1745. 23 — 202

TOMO 8º

Fragmento de uma chronica da Companhia de Jesus no Maranhão, pelo P.º Jacintho de Carvalho.

Cap. 1.º—Trata do descobrimento do Maranhão e de seus primeiros povoadores 2

Cap. 2.º — Dos primeiros missionarios que intentarão pregar a fé no Maranhão 5 v

Cap. 3.º — Jornada dos P.ºs Francisco Pinto e Luiz Figueira até chegarem á serra do Ibiapaba 9 v

Cap. 4.º — Prosegue a viagem dos P.ºs Francisco Pinto e Luiz Figueira; morte gloriosa do Padre Francisco Pinto. 12 v

Cap. 5.º — Da conquista do Maranhão, por Jeronymo de Albuquerque 20 v

Cap. 6.º — Dos primeiros padres que entrarão no Maranhão e entrega que delle fizeram os Francezes. . . 26

Cap. 7.º — Descobrimento do rio das Amazonas pelos Castelhanos. 30

Cap. 8.º — Do descobrimento do rio das Amazonas pelos Portuguezes 35 v

Cap. 9.º — Dá-se noticia do mais que succedeu no Pará. 39

Descripção geographica do Maranhão e de alguns rios assim pertencentes á Capitania do Maranhão, como do celebre rio das Amazonas, rios que neste se mettem e nações de que são povoados 42

N. R. Escripita por 1750; tem largos exerptos do livro de C. d'Acuna.

Successo da viagem do Maranhão. 65

N. R. Refere o naufragio do Luiz Figueira em 1643.

Relação da viagem da caravella de N. S. das Candeas em 1652 em que vieram o P.º Manoel de Lima ao Maranhão e os P.ºs Antonio Vieira, Matheus Delgado e Manoel de Souza. 71

Papeis que se escreverão entre o Bispo do Maranhão D. Gregorio dos Anjos e os P.ºs Missionarios da Companhia de Jesus sobre a controversia da administração das Igrejas em 1630 e 1681. 77

TOMO 9º

Carta do P ^e Simão de Vasconcellos da Companhia de Jesus, mestre em Theologia. Trata da entrada dos Holandezes na Bahia).	1
Diário da jornada que fiz ao Pacajá anno de 1656	7
Requerimento que os officiaes da Camara de Belém, capitania mór do Grão Pará mandarão fazer ao capitão mór e Governador destas capitanias Ignacio do Rego Barreto, anno 1653.	23
Carta escripta a S. M. em 26 de Maio de 1639 por D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre	27
Supposições certas e como fundamentos do modo com que se possão fazer as missões no Estado do Maranhão.	32
N. R. E' anterior a 1683.	
Descripção dos rios Madeira e Tapajoz	43
N. R. Escripto cerca de 1750.	
Requerimento do Povo do Pará ao Governador Ignacio do Rego Barreto contra os P ^{es} em 1654	50
Certidão passada por Antonio Pinto da Gaya, capitão maior da cidade de Belém do Grão Pará a 6 de Fevereiro de 1671, sobre certo descimento de indios do rio dos Tocantins.	54
Noticia abreviada, mas verdadeira, que se dá do rio da Madeira com a individuação e clareza que é precisa para se vir no conhecimento da distancia e communicação que pôde haver com os moradores das minas do Matto Grosso.	57
Copia das instrucções que o Marquez de Pombal deu ao Exm. Luis Pinto, indo governar o Estado de Matto Grosso	60
Relação por maior das cousas sobre que escrevi a S. Magestade e seus Ministros na Caravella do Paxão que partio para Lisboa a 26 de Abril de 1636.	67
N. R. Anonymo, porém escripto pelo governador Pedro da Silva, o <i>Duro</i> .	
Relação do que tem succedido na Bahia de 5 de Junho de 1638.	75
informação a S. Magestade de todo o Estado Ecclesiastico que comprehende a Capitania ou Estado do Maranhão	82
N. R. Escripto depois entre 1700 e 1711.	
Petição do Padre Pedro de Pedroza á Junta de repartição dos Indios em nome dos missionarios e dos mesmos Indios sobre a dita repartição	88

- Protesto que faz o P.^o Pedro de Pedro de Pedroza da
Companhia de Jezus, Visitador das missões deste
Estado, em seu nome e dos principaes das aldeias e
Padres missionarics sobre a repartição dos Indios:
Collegio de S. Alexandre 12 de Dezembro de 1680 . . . 92
- Petição do P.^o Antonio Vieira, da Companhia de Jezus,
a D. Pedro de Mello, Governador do Maranhão, . . . 95

PAPEIS SOBRE O LEVANTAMENTO DE PERNAMBUCO CONTRA
OS OLANDEZES

- Treslado do assento que se faz sobre as cousas de Per-
nambuco (18 de Julho de 1645) 100
- Proposta do Sr. Governador 100 v
- Carta que recebeu dos moradores de Pernambuco, pedindo
soccorro. 102
- Carta que escreverão os moradores de Pernambuco aos
Hollandezes da Bolsa 103
- Compromisso dos conjurados 105
- Um papel (a que hoje chamariamos Proclamação) de João
Fernandes Vieira e Antonio Cavalcanti. 105 v
- Treslado de um assento que se tomou em presença do
Governador deste Estado do Brasil, sobre a carta de
André Vidal de Negreiros, em que dá conta de ser
fugido Henrique Dias 111
- Copia da carta que escreveu o Sr. Antonio Telles da Silva,
Governador e Capitão Geral deste Estado do Brasil,
aos moradores de Pernambuco na occasião de seu
alevntamento. , 114
- Outra do mesmo aos do Supremo Conselho em Pernam-
buco 115
- Outra do mesmo aos mesmos pelo Capitão mór da Armada
Hieronimo Serrão de Paiva 115 v
- Treslado de um auto de deligencia sobre a arribada a esta
Bahia do navio chamado N. S.^{ra} do Rozario e Santo
Antonio, que sahio na companhia da armada de
Pernambuco, de que foi por capitão mór o Coronel
Hieronimo Serrão de Paiva, e Capitão de mar e
guerra do dito navio João Alves, e Mestre e Piloto
Manoel Ferreira Lima. 118
- Copia de uma carta que escreverão da companhia de
Pernambuco os mestres de Campo Martim Soares
Moreno e André Vidal de Negreiros 131
- Outra dos mesmos aos Governadores Hollandezes no
Recife, escripta em Serinhaem. 139 v

Outra dos mesmos aos ditos depois da batalha de Turlão.	141 v
Carta que os do Supremo Conselho, Governadores em Pernambuco, escreverão aos Srs. Antonio Telles da Silva, Governador e Capitão Geral deste Estado por dous Embaixadores, que a esta cidade mandarão	145
Resposta do Sr. Antonio Telles da Silva	146 v
Carta do mesmo dando conta a S. M. de todo o antecedente.	151

TOMO 10º

Escriptura de contracto entre os Procuradores de Sua Magestade e Gil de Goes sobre a capitania de Cabo Frio no Estado do Brasil.	1
N. R.— Impresso na Revista de 1893.	
Carta que o Marquez de Montalvão Vice Rei do Brazil, escreveo ao Conde de Nasáan, em que lhe faz saber da aclamação e juramento que se fez no reino, d'El-Rey Dom João o 4º nosso senhor	8
N. R.— Publicado na Revista de 1893.	
Noticias do Arcebisado da Bahia para se poder supplicar a Sua Magestade em favor do culto divino e salvação das almas.	11
N. R.— Publicado na Revista de 1893.	
Mappa da carga embarcada nos navios da frota em 12 de agosto de 1786.	53
N. R.— Publicado na Revista de 1893.	
Memorial de D. Francisco de Portugal, Conde de Vimioso e primeiro Marquez de Valença, a El-Rei D. João 5º sobre os seus direitos ao senhorio da capitania de Pernambuco.	55
Exposição sobre a administração dos fundos da Companhia de Pernambuco	64
N. R.— Publicado na Revista de 1893.	
Papel que se fez quando se preparou a Armada, com que se foi restaurar parte do Brazil, e mui especialmente o Estado e Capitania de Pernambuco.	68
N. R.— Publicado na Revista de 1893.	
Breve do S. P. Clemente X a favor do V. P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, isentando-o de todas as inquisições de Portugal (Traduzido) anno de 1675.	75
Noticia de uma grande tempestade na Bahia na noite de 19 de março de 1721.	79
N. R.— Publicado, <i>ib.</i>	

- Carta de Francisco Barreto dando conta da victoria que alcançou nos Guararapes em 1648 81
N. R.— Publicado, *ib.*
- Memorial que o P.^o Antonio Vieira deu a El-Rey D. Pedro 2.^o, no tempo de Principe Regente dos reinos de Portugal em que refere os seus serviços que offerece por parte de seu irmão 86
- Parecer do Marquez de Montalvão, em que discursa o quanto convem ter fortificada a cabeça e principal cidade do Estado do Brasil, que he a bahia de Todos os Santos 93
Publ. *Revista*, de 1893.
- Parecer que sobre as cousas do Brasil e principalmente da restauração da Capitania de Pernambuco deu a El-Rey o P.^o Antonio Vieira no anno de 1647. . . . 100
Publ. *Revista*, de 1893.
- Copia de huma carta que o Capitão Manoel da Fonseca Jaime, cabo da fortaleza de Tamandaré, escreveu ao capitão secretario Antonio Barboza de Lima (1712). . 116
- Provisão do Arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide, convocando ao Bispo de Angola para Synodo que ha de celebrar em 12 de junho do anno que vem de 1707. 133
Publicado, *ib.*
- Parecer que deu o P.^o Antonio Vieira sobre se entregar a Companhia de Pernambuco aos Hollandezes (Em 21 de outubro de 1648)—para o effeito de se ajustarem as pases, a qual commumente se chama «Papel forte». 136
Publ. *ibidem*.
- Catalogo dos Religiosos da Companhia do Maranhão — desde 1615 a 1748 180
N. R.— Publicado na Revista de 1892, parte I.

TOMO 11^o

- Memorial dirigido a El-Rey pelos Povos do Maranhão contra os Jesuitas, em 24 de junho de 1734.
- Primeira parte (§§ 1 a 236) da-se noticia geographica e historica do Estado do Maranhão, e das controversias com os Jesuitas. Trata com extensão dos tempos do P.^o Antonio Vieira. 1
- Segunda parte (§§ 237 a 357) impugna as opiniões, e acção dos Jesuitas. 92
- Terceira parte (§§ 358 a 452) traslada a Monita secreta da Companhia em Castelhana. 129

Quarta parte (§§ 453 a 470) em conclusão deste Memorial se offeressem os meios mais idoneos, que tem descoberto as experiencias de mais de 12 annos para o melhoramento do Estado. 163

TOMO 12º

Carta y relacion de la Provincia del Paraguay.

- S 1. Estension de la Provincia, gobierno de los Estados Externos — ecclesiastico y politico, y numero de colegios, residencia y sugetos religiosos. 7
- S 2. Viage a la misiones guaranis, calidades de estos Indios en su infidelad (incompleta) 22
- Traducion de la Carta que los Indios del pueblo de San Luis escribieron al Gobernador de Buenos Ayres 18 de julio de 1753 25
- Memoria (castelhana) sobre o estado da controversia dos limites, tirada da correspondencia dos Generaes. . . 26 v
- Concideraciones que hace la Corte de Lisboa a su emba-
jador em carta de 16 de junio deste año, sobre la
evacuacion de los pueblos de Uruguay 28 v
- Ordens do dia do exercito castelhano no arroyo del Tigre
en agosto de 1754 31 v
- Varias cartas sobre os limites da America Meridional.
- 1.^a Carta de D. Ricardo Wall, ao Conde de Unhão (em
castelhano) Buen Retiro 16 de agosto de 1755 48
- 2.^a Carta Castelhana ao Conde de Perada. 49
- 3.^a Dita do Conde de Perada a D. Ricardo Wall (em
castelhano) Madrid 6 de outubro de 1755 51
- 4.^a Carta (portugueza) sem nome nem direcção. 55
- 5.^a Dita (portugueza) a D. Ricardo Wall, 13 de agosto
de 1755. 57
- 6.^a Fragmento de uma carta castelhana. 58
- Verdad desnuda, oprimida contra la calumnia artificiosa-
mente divulgada. Manifiesta el justo y arreglado
prozeder de los Missioneros Jesuitas sobre la entrega
de los siete pueblos de Indios Guaranis que El-Rey,
nuestro Sr. D. Fernando el sexto mando hazer a el
Fid^{mo}. Rey de Portugal.
- Parte primeira — Trata-se de la buena conduta de los
Padres Provincial y Missioneros de la Sagrada Reli-
gion de la Compañia de Jezus de Paraguay y de los
precipitados procedimientos de los comisarios para
desalojar de los siete pueblos a los Indios Guaranis,

mui distante pais inculto, sin asentir a representar a S. M. los insuperables inconvenientes, que de ello necessariamente se havian de originar 59

Parte ultima—Exponen-se los fundamentos que asisten a lossiete pueblos guaranis de la Provincia del Paraguay para que se les conserbe en la corona de España, bajo de la proteccion de nuestro piadozo rey, como lo han estado en tiempo de sus reales progenitores; y los inconvenientes que se pueden seguir a la real Corona y comercio de España de la entrega de los siete pueblos a la de Portugal. 93

Capitulo Solto de obra mayor; mas que por si só faz uma pequena chronica, e he

Capitulo Tercero — Mission de los Omaguas, Jurimaguas, Aysuares, Ibanomas y outras naciones desde Napo hasta el rio Negro.

- § 1. Pacificacion y costumbres de los Omaguas. 128
- § 2. Diario de la bajada del P^o. Samuel Fritz, Misionero de la Corona de Castilla en el rio Marañón, desde S. Juakin de los Omaguas, hasta la ciudad del Gran Pará por el año 1689 y buelta del mismo Padre desde dicha Ciudad hasta el pueblo de la Laguna, cabeza de las Misiones de Maynas por el año 1691. . . 137
- § 3. Passa el P^o. Samuel del Marañón a la corte de Lima y de allí buelbe otra vez a su mision de Omaguas. . 154
- § 4. Carta del P^o. Samuel al Padre Diego Francisco Altamirano, Visitador de la Provincia de Quito, en que se refiere lo susedido en esta mision desde septiembre de 1693, hasta fines de julio del año de 1696. 163
- § 5. Diario del Padre Samuel, en que se refiere lo susedido en esta mision desde el año de 1697 hasta el año de 1703. 179
- § 6. Se refiere brevemente lo susedido por los años de 1703 a 1707. 181 v
- § 7. Prosigue el diario del Padre Samuel hasta el año de 1728. 183 v
- § 8. Breve resumen de los echos, virtudes y muerte del Padre Samuel. 195
- § 9. Estado de la mision de los Omaguas y Jurimaguas despues del año de 1715. 200 v
- Enformacion de la Provincia del Brasil para nuestro Padre — Bahia de todos los Santos de Deziembre de 1583. 206
- N. R. — Attribuido a José de Anchieta, e publicada traduzida para o vernaculo nas *Informações e fragmentos*, Rio. 1886.

Catalogus Personarum Missionis Maragnonensis. A. D. 1720	229
Petição que fez a S. M. el-rei D. João V o padre Bartholomeu Lourenço.	235 v
Litterae Regis Smi. ad Illm. Episcopum Paraensem	237
Protestatio quod fieri debet hac vel simili ratione coram Illms. Episcopum Paraensi	238
Parecer sobre quaes são os meios mais faceis para conservar e melhorar os Estados do Brasil	241
N. R.—Datado do Almiranta, 2 de Setembro de 1654.	
Nomes dos Missionarios que foram para o Maranhão em 1724	249
Catalogo dos Religiosos da Companhia do Estado do Maranhão e dos logares em que estão	251
Catalogo dos religiosos que ficam no Collegio do Pará e por fóra pelas fazendas delle	257
Maranhão conquistado a Jesus Christo e a Coroa de Portugal pelos Religiosos da Companhia de Jesus. São fragmentos de uma Chronica por letra do P. ^o . Bento da Fonseca, escripta depois do anno de 1757.	261
LIVRO PRIMEIRO — Descreve-se o Estado do Maranhão e a sua grande extensão, que os Religiosos da Companhia conquistarão.	
Cap. 1. Do nome, situação e divisão geral do Estado do Maranhão.	262
Cap. 2. Descripção geographica do Estado do Maranhão e suas Capitánias e Bispados.	265
Cap. 3. Descreve-se a capitania do Piagui, mais oriental do Estado do Maranhão	274 v
Cap. 4. Descreve-se a Capitania de S. Luiz do Maranhão	277
Cap. 5. Descripção da Capitania Geral do Pará.	278
Cap. 6. Descreve-se as terras do Cabo do Norte e a verdadeira divisão dos Dominios de Portugal e França na Colonia de Caena	280
Cap. 7. Descripção do rio das Amazonas desde a sua boca até a cidade do Pará.	287
Cap. 10. Descripção da Capitania e Governo de S. José dos Solimões	269
Mais fragmentos da mesma obra :	
Cap. 6. Causas e motivos que precederam ao levantamento e moção popular do Estado do Maranhão em Maio de 1661.	293

- Cap. 7. Do levantamento dos moradores do Maranhão prisão e expulsão dos Religiosos da Companhia da Capitania do Maranhão 296
- Cap. 8. Continua a prisão e expulsão dos Religiosos da Companhia do Pará e Missões em 1661 300 v
- Cap. 9. Continua a prisão e expulsões dos Religiosos do Pará e Missões 305 v
- Cap. 10. Chega o P^o. Antonio Vieira com seus companheiros expulsos a Lisboa, e expede a Rainha Regente a Senhora D. Luiza novo Governador a Ruy Vaz de Siqueira, e manda restituir os P^{es}. ao Estado em 1662 314 v
- Cap. 11. São restituídos os P^{es}. as suas Cazas e Aldeias e o que se obrou até o fim do anno de 1662 319
- Cap. 12. Vinte e cinco capitulos que o Procurador dos povos derão em Lisboa contra o P^o. Vieira e seus companheiros e resposta a elles. (Falta).
- Cap. 13, 14, 15 e 16. Continuam os Capitulos contra os P^{es}. e suas respostas (Faltam).
- Cap. 17. Castigos particulares dos principaes cabeças do levantamento, e geraes de todo o Estado na epidemia geral das Bexigas 321
- Cap. 18. Retirão-se os dous P^{es}. Missionarios da serra de Ibiapaba para o Maranhão com quatrocentas almas que situão na ilha por revoluções dos Indios da serra 1662 325
- Cap. 19. Chegão os P^{es}. Salvador do Valle e João Maria Gorçone, expulsos do Reino, e do que obrarão os P^{es}. por este tempo na epidemia das bexigas 328
- Cap. 20. Continúa no Governo da Missão o P^o. Manoel Nunes, e o que succede no Pará até o fim de 1663 332
- Cap. 21. Voltão os P^{es}. expulsos para o Maranhão, que partirão de Lisboa a 8 de Dezembro de 1663, e chegarão em Janeiro de 1664 sua disposição, e dos sujeitos que não voltarão 337
- Cap. 22. Da lei de 1663 e suas clausulas, e controversias que houve sobre ella. 340
- Cap. 23. Do Governo das aldeias por estes annos e tropas que se fizerão, principalmente no rio Urubú e de- scripção delle. 343
- Cap. 24. Continúa o seu governo o P^o. Manoel Nunes: vem do Brasil o P^o. Salvador do Valle, Superior da Missão, que não exercita, e o mais que succedeu em 1667 349

Cap. 25. Successos do anno de 1668	353
Apontamentos chronologicos para a continuação desta obra, de que falta todo o restante.	353 v

TOMO 13º

CHRONICA DA COMPANHIA DE JESUS DA MISSÃO DO MARANHÃO
PELO PADRE DOMINGOS DE ARAUJO, ESCRIPTA EM 1720

PRIMEIRA PARTE — LIVRO PRELIMINAR — Nome, descobrimento, estado do Maranhão, suas Provincias ou Capitánias e seus primeiros habitantes.

Cap. 1. Nome e situação do Maranhão.	3 v
Cap. 2. Descobrimento do Maranhão, e seus primeiros habitantes	10 v
Cap. 3. Habitão o Maranhão os Francezes e pouco depois voltão para França.	20
Cap. 4. Descreve-se a ilha do Maranhão, ilhotes, rios e mais pertenças	23
Cap. 5. Clima do Maranhão e suas pertenças.	28
Cap. 6. Capitánias que pertencem á cidade de S. Luiz, cabeça do Estado.	37
Cap. 7. Cidade de Belem do Grão Pará, suas capitánias e mais pertenças.	45
Cap. 8. Capitánias do Grão Pará.	50 v
Cap. 9. Missões da Companhia de Jezus pertencentes ao collegio de S. Alexandre do Grão Pará, especialmente deste rio.	54 v
Cap. 10. Mandu El-Rey entregar aos Missionarios da Companhia todas as missões do Estado do Maranhão.	58 v
Cap. 11. Rio do Grão Pará, e suas pertenças.	60 v
Cap. 12. Genio, engenho, e costumes dos Indios do Estado do Maranhão	64
Cap. 13. Conclusão da materia do Capitulo antecedente.	87
Cap. 14. Dos impedimentos que ha para receberem a fé, e Santa ley de Christo os Indios do Estado do Maranhão.	93
Cap. 15. Viã de remover os ditos impedimentos. (Capitulo incompleto.)	101

LIVRO SEGUNDO — Dos primeiros Padres da Companhia de Jezus que vierão ao Maranhão, e do que obrarão elles e os mais missionarios, que da mesma Companhia vieram depois até o terceiro Governador do Estado, em cujo tempo o tomarão os Hollandezes.

- Cap. 1. Dos primeiros Missionarios que deram principio á missão do Maranhão. 114
- Cap. 2. Noticia summaria da vida do bendito Martyr o P^o Francisco Pinto. 120
- Cap. 3. Volta o P^o Luiz Figueira a Pernambuco, e torna por mar com outros missionarios ao Maranhão. 122 v
- Cap. 4. Reflexão á Chronologia pertencente á verdade desta historia nos capitulos seguintes e antecedentes. 126
- Cap. 5. Que os religiosos da Companhia de Jezus, forão os primeiros Missionarios do Estado do Maranhão. . 131 v
- Cap. 6. Continúa-se e conclue-se a materia do cap. 5. . 144
- Cap. 7. Conclusão da materia antecedente. 148
- Cap. 8. O que obrarão os Missionarios da Companhia de Jezus, depois de chegarem ao Maranhão. Descobrimiento do Grão Pará, e successos deste tempo. . . . 151 v
- Cap. 9. Guerra dos Portuguezes com os Tupinambás, e seus successos. 155
- Cap. 10. Principio da guerra dos Portuguezes contra os Hollandezes no Estado do Maranhão. 158
- Cap. 11. Primeiro Governador e Capitão Geral do Estado 159 v
- Cap. 12. Entrão os Hollandezes e tomão o Maranhão. . 161 v
- Cap. 13. Principio e processo da Illustris-sima familia da Senhora do Monte do Carmo, e de alguns varões seus em virtudes eminentes no Estado do Maranhão. 166
- Cap. 14. Empreendem os Portuguezes no Maranhão expulsar os Hollandezes á força de armas. O que obram nestas guerras os Missionarios da Companhia de Jezus 171
- Cap. 15. Conclusão da guerra dos Portuguezes contra os Hollandezes no Maranhão, e successos dos Missionarios da Companhia por esse tempo. 173 v
- Cap. 16. Chega de Portugal ao Maranhão o Padre Luiz Figueira com 16 Missionarios Jezuitas, em companhia de Pedro de Albuquerque 4^o Governador do Estado — anno 1644. Seu naufragio na barra do Pará. Depois de governar 6 mezes Albuquerque, succede no Governo Francisco Coelho, o Sardo, anno de 1652 (alias 1646) governando entre tanto Capitães mores. 179
- Cap. 17. Matão os Tapuyas no Tapocurú a tres Religiosos em tempo do Governador Luiz de Magalhães, que succedeu a Francisco Coelho de Carvalho, o Sardo, anno de 1649. 182

Cap. 18. Vem de Portugal 4 missionarios, entre elles os P ^{es} João de Soutto Mayor e Gaspar Fragoso. . .	183
Cap. 19. Soutto Mayor, e seu companheiro perseguido e doente	186
Cap. 20. Vem para a missão da Companhia de Jesus, no Maranhão, novos missionarios do Brasil	190
Cap. 21. Carta do muito illustre e R. Cabido da Bahia de todos os Santos, sede vacante, para o Reverendo Padre Superior da Companhia de Jezus no Maranhão, em que lhe commette absoluta e universal eleição dos Ministros do Governo ecclesiastico naquelle Estado	192 v
Cap. 22. No anno de 1652, vem de Lisboa para a missão do Maranhão com seus companheiros, o grande P ^o Antonio Vieira.	194
Cap. 23. Delibera o Padre Superior Antonio Vieira com os mais missionarios sobre hir á Corte um Padre a negocios da Missão e do Estado.	197
Cap. 24. Ultima determinação e conclusão na antecedente deliberação. Embarca-se para Lisboa o Padre Superior Antonio Vieira, e despacho dos Negocios da Missão, que na Corte vai tratar.	201
LIVRO TERCEIRO — O que obraram os Missionarios Jesuitas e successos desde o anno 1655 até	
Cap. 1. Chegado segunda vez de Lisboa ao Maranhão o Padre Superior Antonio Vieira, e publicadas as novas leis do Serenissimo Sr. D. João 4. ^o , tomam posse os Missionarios de uma administração com outra, da temporal com a espirital, repartindo-se pelas Missões ou Presidencias.	208
Cap. 2. Manda o Governador André Vidal uma tropa a castigar os Aroás, que mataram o P ^o Luiz Figueira e seus companheiros, naufragantes na barra do Pará. Vai por seu missionario o P ^o João de Soutto Mayor com interesses do evangelho importantes, e successos desta expediçam.	211
Cap. 3. Tropa para o rio Pacajá, seu Missionario o P ^o João de Soutto Mayor com seu companheiro o P ^o Salvador do Vallo. Este não prosegue; fica no Cametá com quatro missõ s. Successos do Pacajá, da tropa e morte do P ^o Soutto Mayor com o que passou depois.	214 v
Cap. 4. Testamento do P ^o João de Soutto Mayor. . . .	220
Cap. 5. Missão do P ^o Francisco Vellozo ao rio das Amazonas.	222

- Cap. 6. Missão do mesmo P^o Francisco Velloso aos Tupinambás pelo rio dos Tocantins. 226
- Cap. 7. Entra o P^o Manoel Nunes outra vez pelo rio Tocantins, com uma tropa, e o que nella se obrou. . (Não ha capitulo com o n. 8; mas parece nada faltar.)
- Cap. 9. Manda o Padre Superior Antonio Vieira ao rio dos Jurunas os Padres Manoel de Souza, e Manoel Pires com o successo desta missão 228
- Cap. 10. Missão ao mesmo rio das Amazonas dos mesmos P^{es}, Manoel Pires e Manoel de Souza, e a morte deste na mesma missão. 230
- (Está incompleto este capitulo ; e falta todo o resto da obra.)

TOMO 14^o

- Indice dos papeis do Cartorio dos Jesuitas do Maranhão pela ordem dos Massos : letra do P^o. Bento da Fonseca 1
- Declarações, que fez o Secretario de Estado, Roque Monteiro Paim, sobre os pontos que lhe propoz o P^o. João Philippe Betendorf, Superior das Missões da Companhia, acerca do Regimento. Em 7 de Fevereiro. . . 60
- Declarações ao dito Regimento pelo Governador Arthur de Sá de Menezes. 30 de Junho de 1687 61 v
- Resoluções da Junta das Missões. 65 v
- Provisão do 1^o de Abril de 1680 67
- Alvará de 31 de Março de 1680. 72 v
- Carta Regia ao Governador, Ignacio Coelho da Silva, sobre a repartição dos Indios, desfazendo a equivocação da Provisão de Março do anno passado — 1^o de Abril de 1680 73 v
- Carta Regia ao P^o. João Phelippe, Superior das Missões, sobre o modo dos resgates, e entradas dos Sertões, e Governo das Aldeas. 22 de Janeiro de 1693 74 v
- Alvará de 6 de Fevereiro de 1691. 75 v
- Ley de 9 de Abril de 1655 76 v
- Resoluções, que os P^{es}. da Missão tomarão sobre as duvidas, que podião occorrer acerca dos cazos da Ley antecedente. 80
- Modo de examinar os Indios captivos. 81

Forma do Registo	82
Provisão ao Governador, em 30 de Maio de 1718.	82 v
Provisão para que aos Religiosos da Companhia se continue na Bahia com o pagamento da Ordinaria, que teem para sustento dos Missionarios do Maranhão, enquanto neste Estado não houver effeitos para alli ser paga. 20 Outubro de 1676	83 v
Provisão, que concede administrações particulares da Aldeas livres de gentios aos moradores do Maranhão, e a forma e condições della. 2 Setembro 1684.	85
Carta Regia ao P ^o . Superior das Missões, que ora vai para o Estado de Maranhão, encommendando-lhe o bom governo dos Missionarios e Aldeas. 19 de Março de 1693.	89
Carta Regia ao Superior das Missões da Companhia, em 26 de Fevereiro de 1693.	90
Carta Regia ao dito Superior lembrando-lhe a obrigação, que teem os Missionarios de registrarem suas canoas no Gurupá, 20 de Novembro de 1699.	90 v
Carta Regia ao dito Superior de 7 de Fevereiro de 1699.	91
Carta Regia ao dito Superior P ^o . Antonio Coelho, permitindo que o P ^o . Ignacio Ferreira possa tornar para o Collegio onde assistia. Declara El Rey que nunca duvidou da fidelidade dos Padres da Companhia, e encommenda ao dito Superior que divirta ao mesmo P ^o . de algumas paixões de animo, e de se intrometer em negocio algum temporal d'aquelle Estado. 25 de Abril de 1702.	91 v
Carta Regia á Junta das Missões do Estado do Maranhão sobre o descendimento e repartição dos Indios 21 de Abril 1702	92 v
Carta Regia ao Superior das Missões da Companhia de Jêsus, de 15 de Maio de 1703.	93
Carta Regia ao dito Superior, em 6 de Maio de 1703	93 v
Carta Regia ao Superior, P ^o . Manoel Saraiva, queixando-se da falta de noticias das Missões, e encommendando-lhe muito o cuidado dellas. 3 de Maio de 1705.	94
Carta Regia ao dito Superior, em 25 de Agosto de 1706.	94 v
Carta Regia ao Governador, em 27 de Maio de 1706	95
Carta Regia ao Governador para que se observe o Regimento e ordens, que ha sobre a administração dos Indios, e como isto se deve entender nas Aldeas dos Donatarios. 2 de Fevereiro de 1706.	95 v
Carta Regia á Junta das Missões sobre as queixas, que se teem feito dos Missionarios, e os meios de as remediar 6 de Setembro de 1706.	96 v

- Carta Regia ao P.^o João Carlos Orlandini sobre o ter elle
fechado as Escolas da cidade do Maranhão por causa
das desordens dos Estudantes. de 30 de Março de 1708. 98
- Provisão ao Superior das Missões da Companhia, em 20
de Novembro de 1713 99 v
- Carta Regia ao Governador sobre a repartição dos Dis-
trictos dos Missionarios naquella Estado em 19 de
Março de 1693. 100 v
- Provisão ao Superior das Missões da Companhia para que
remova logo da aldeia do Pinaré ao P.^o Missionario
Manoel d'Abreu, por não ter querido dar Indios para
o Real Serviço. 29 de outubro 1718. 103
- Provisão ao dito para remover ao P.^o Manoel dos Reis
da Missão da aldeia do Icatú, por ter acolhido e occul-
tado os Indios fugidos da Caza forte do rio Iguará. 16
de Novembro 1718. 113 v
- Provisão ao dito, em 12 de Outubro 1719 104 v
- Provisão ao dito, de 8 de Junho de 1720. 105 v
- Provisão ao Governador, Bernardo Pereira de Berredo, so-
bre a obrigação dos Missionarios registarem as suas
canoas no Gurupá. 6 de Maio de 1720. 106 v
- Provisão ao Superior das missões da Companhia para
guardar o Privilegio, que teem os P.^{es}. do Collegio
de Nossa Senhora da Luz da Cidade de S. Luiz, para
lhes não serem tirados os Indios da Aldêa do Maraetú,
salve pela necessidade publica da expedição da guer-
ra, ou outra que seja inevitavel. 4 de Fevereiro de
1721 108 v
- Provisão, que reforma a ordem passada em 8 de Março
de 1693 contra o Padre Reitor e mais Religiosos do
Collegio da Companhia de Jesus da Cidade de Olinda,
pela qual se lhes tirava a administração temporal
dos Indios daquella Capitania, e se commettia aos Ca-
pitães-Móres. E ordena que fiquem em seu vigor as
Resoluções anteriores, pelas quaes pertencia aos ditos
P.^{es}. a mesma administração temporal, com declara-
ção porém que a tal administração não é Jurisdicio-
nal, mas somente hum poder como de curadores dos
miseraveis Indios. 26 de Março 1721.
- Provisão ao Superior das Missões da Companhia sobre o
descendimento dos Indios. 9 de Fevereiro de 1722. 110 v
- Provisão ao Governador, João da Maya da Gama, conce-
dendo a Antonio Rodrigues, Soldado pago a 17 annos
no Pará, licença para poder entrar na Companhia de
Jesus. 21 de Janeiro de 1723. 110 v

- Provisão ao Provincial da Companhia para que os seus Religiosos se não escusem de ir fazer os resgates. 25 de Março de 1722. 112
- Provisão ao Superior das Missões da Companhia, em 18 de Fevereiro de 1724 112 v
- Provisão em forma de Ley sobre os cazos, em que hé justo o captiveiro dos Indios. 17 de Outubro de 1653 . . . 113 v
- Provisão em forma de Ley, de 12 de Setembro de 1663 . 116
- Carta Regia ao Governador, Antonio de Albuquerque Coelho, para que se execute a Ley e Declaração, que ultimamente se publicou, acerca do captiveiro e uso dos Indios, salvo no que aqui altera sobre a repartição d'elles. 19 d'Abril 1667. 118 v
- Carta Regia ao Governador, Christovão da Costa Freire, que fez bem em preferir os P^{es}. da Companhia aos outros Religiosos para irem baixar do sertão do Jary os Indios das nações Guyapires e Mocurás. 2 Abril 1709. 118 v
- Carta Regia ao Governador, de 2 de Julho de 1710. . . . 119 v
- Provisão ao Governador, João da Maya da Gama, declarando que o Capitão-mór do Pará não podia assentar praça aos quatro Estudantes da classe do collegio da Companhia; o que só compete aos Generaes. 18 de Fevereiro de 1724. 120 v
- Carta Regia ao Governador, em 20 de Fevereiro de 1706. 121 v
- Carta Regia ao Governador Christovão da Costa Freire, em 25 de Outubro de 1707. 122 v
- Provisão ao P^e Jacintho de Carvalho, em 6 de Fevereiro de 1726. 124
- Provisão ao Bispo do Pará respondendo-lhe aos quatro Pontos por elle propostos sobre a ingerencia que elle hade ter nos Missionarios, e nas Missões, e logar na Junta d'ellas. 31 de Março de 1725. 125 v
- Provisão concedendo aos P^{es}. da Companhia licença para que possam resgatar trinta ou quarenta escravos para serviço dos seus Collegios e Fazendas em cada uma das entradas, que se fizerem aos Sertões. 7 d'Abril de 1726. 127
- Provisão concedendo licença aos P^{es}. da Companhia para fundarem hum Hospicio na Villa de Tapuitapera, districto da capitania do Cumá, unicamente para seis Religiosos, que ensinem a ler, escrever, latim, e doutrina christã. 12 de Fevereiro de 1716. 127
- Provisão ao Governador, João da Maya da Gama, para que faça com que haja nas Aldeas officaes de ferreiros, tecelões, carpinteiros, e oleiros, e que não possam ser tirados d'ellas. 16 de Janeiro de 1727. 129

- Provisão ao dito Governador para que não mude do logar, em que os deixou o P.^o Fr. João da Assumpção e Cunha, aos Indios do sertão do Pindaré, das nações Japuparana,—Muirão, Corobayepé, Tapirembó, Panacu Mocu. 16 de Dezembro de 1722. 130
- Carta d'Elrei ao P.^o Antonio Vieira. De...de Outubro de 1652 131
- Provisão ao Governador para que as Religiões requeiram confirmação das Sesmarias dentro de dois annos, e paguem dizimos. 27 de Junho de 1715. 131 v
- Carta Regia ao Provelor da Fazenda do Estado do Maranhão para obrigar aos Religiosos a que paguem dizimos. 27 de Junho de 1711. 132 v
- Provisão ao Governador, em 13 de Abril de 1728. . . . 133
- Provisão ao Superior das Missões da Companhia para que ponha efficaç diligencia em que os Indios sejam praticos na lingua portugueza, e usem de officios mecanicos. 12 de Setembro de 1727. 134
- Carta Regia ao Governador, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre a controversia entre a jurisdicção secular, e a ecclesiastica do Bispo pelo excesso com que este se houve na vizita geral que fez. 6 de Março de 1699. 135 v
- Provisão ao Governador, João da Maya da Gama, fazendo grande apologia dos Religiosos da Companhia de Jesus; e que prenda um escandaloso Clerigo, que he um dos expulsos da dita Companhia. 23 de Novembro de 1722. 136 v
- Carta Regia ao Governador de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas d'Alencastro, sobre os Indios escravos, que fogem para as Aldeas. 11 de Janeiro de 1701. 140 v
- Carta Regia ao dito Governador sobre se não venderem Indios senão em praça publica. 11 de janeiro de 1701 140 v
- Carta Regia ao Governador e Capitão Geral do Estado do Brazil para que se não concedão administracções das Aldeas dos Indios a Seculares. 17 de Janeiro de 1691
- Regimento e Leys sobre as Missões do Estado do Maranhão. Anno de 1724.
- Parecer dado pela Camara do Maranhão em 29 de Maio de 1734. 142

TOMO 15º

Representação de Paulo da Silva Nunes, pedindo que se mande observar o que nella se contém, quando não parecesse mais conveniente a observancia da Provisão de 2 de Setembro de 1684.	1
Requerimento que fez o Senado da Camara do Grão Pará ao Governador e Capitão Geral do Maranhão Joseph da Serra. Em 2 de Setembro de 1732 . . .	23
Papel que Paulo da Silva apresentou na côrte, e correo nas mãos de alguns ministros, depois da vinda do Dr. Dezembargador Francisco Duarte dos Santos, etc.	31
Viagem e visita do certam em o Bispado do G. Pará em 1762 e 1763. Escripta pelo Bispo D. Fr. João de S. Joze.	53
N. R.— Impresso na Revista de 1847.	

TOMO 16º

Alvará que manda o Desembargador Francisco Duarte dos Santos, por Commissario ao Maranhão, para informar sobre os requerimentos dos povos e dos Missionarios. 13 de Abril de 1734.	2
Alvará de 13 de Abril de 1728, sobre o descimento e repartição dos Indios	3
Assento que se tomou em Junta de Missões sobre descimento de Indios para os moradores (Governo de Alexandre de Sousa Freire). 15 de Setembro de 1728	4
Bando que Alexandre de Sousa Freire mandou lançar em execução do assento supra	7 v
Pareceres de João da Maya da Gama, Governador que foi do Maranhão, sobre os requerimentos, que a El Rey apresentou Paulo da Silva Nunes, contra os Missionarios	10 v
Miscellanea de papeis da parte do Procurador das Camaras e dos Jesuitas, sobre os descimentos e repartição dos Indios.	
Certidões passadas a favor dos Jesuitas	39
Requerimento dos Jesuitas e certidão por elles pedida, da casa da Mina, sobre o cacão, cravo e salsa, por elles remettido	62
Cartas de Paulo da Silva Nunes á Camara do Pará.	
A 1ª. Começa : A incuria de não haverem os Senhores Republicos, etc	66

A 2 ^a . Aos officiaes da Camara do Maranhão, de Lisboa. 31 de Março de 1726.	67 v
Carta do mesmo Procurador, a Clemente Sueiro Palheta. Lisboa, 25 de Março de 1726	71 v
Carta de Bernardo Pereira de Berredo, ao Senado do Pará. Lisboa, 6 de Abril de 1725	76
Carta de João da Maya da Gama a S. M. respondendo as queixas de Paulo da Silva. Pará 28 de agosto de 1722.	76 v
Resposta que deu João da Maya ás queixas do Pro- curador da Camara que eram as mesmas apresen- tadas por Paulo da Silva — era ut supra	78
Capitulos de uma carta do mesmo Governador a S. M. de 27 de agosto de 1722.	81 v
Requerimento do Procurador de João da Maya pedindo uma certidão dos resgates feitos no seu governo e dos direitos delles pagos á fazenda.	87
A certidão mencionada. Do Pará 19 de agosto de 1729	87 v
Representações dos moradores do Estado do Maranhão.	
A primeira Com: Representão a V. M.	90
A segunda: Os povos do Estado do Maranhão	94 v
Cópia do termo que se fez em junta de Missões no Ma- ranhão sobre a forma do descimento dos Indios. 20 de Março de 1719.	95
Papéis apresentados pelos Jesuitas para se ajuntarem áqueles requerimentos	106
Certificado da quantidade e qualidade dos generos em- barcados pelos mesmos padres	107
Papel que o Padre Jacintho de Carvalho, Visitador Geral das Missões do Maranhão, apresentou a el-rey para se ajuntar aos dous requerimentos do Procurador Paulo da Silva Nunes. Datado do Collegio de S. Antão 16 de Dezembro de 1729.	110
Vista que se mandou ao Padre João Teixeira dos dois requerimentos dos povos do Maranhão.	165
Allegação do Procurador dos Padres Manoel Gonçalves da Silva, em favor dos seus constituintes.	167
Representação do Padre Jacintho de Carvalho contra as medidas adoptadas por Alexandre de Souza Freire acerca dos decimentos	182
Parecer do Procurador da Coroa.	184
Do Padre Jacintho com duas copias das cartas regias de 9 de fevereiro de 1722 e 13 de abril de 1728	184 v

Extracto dos pontos que contem as providencias de que carecem os Povos do Maranhão e por seu Procurador Paulo da Silva Nunes nesta corte ha quatorze annos estão requerendo para, por meio dellas aquella ser conquista a melhor no agrado de Deos e no real conceito de S. M. com os augmentos espirituaes e temporaes, que está promettendo a esta Monarquia.	198
Arbitrio do Irmão Diogo da Conceição sobre os augmentos espirituaes dos vassallos de S. M. nos Estados do Brasil	217

TOMO 17º

Extracto dos pontos que contém as providencias que os povos do Maranhão e Pará em suas propostas requerem a S. M. para por meio dellas aquelle Estado ser um emporio ou a mayor e melhor conquista do mundo no agrado de Deus e no real conceyto de S. M. para os augmentos esperituaes e temporaes de sua Monarchia	2
Catalogus sociorum qui in Missione Maragnonensi ante eorum expulsionem numerabantur; et modo post e eandem numerantur 1684	20
Catalogo dos Missionarios que foram para o Maranhão em 12 de fevereiro de 1695	23
Catalogus Sociorum Missionis Maragnonesis 1697: nelle se especificam nomes, patria, idade, força, ministerio, tempo da Companhia e graduação.	23 v
Calculo do importantissimo cabedal, que embolsam os RR. Missionarios, os seus Prelados e Comunidades das negociações que fazem com os Indios e Indias nas aldeias chamadas Missões etc	30
Venerabilis Patris Joannis de Villar e Societate Jesus post vitam religiosissimam actam mors illustris.	52
Lista dos despachos que vão de S. A. 1680	64
Copia da informação e parecer do Desembargador, Francisco Duarte dos Santos que S. M. mandou ao Maranhão em 1734 para se informar do Governo temporal dos Indios e queixas contra os Missionarios.	68
Noticias das Missões dos Jesuitas no Maranhão desde 1712 até 1767.	94
Informação do Brasil e de suas Capitánias	
Dos Governadores e capitães da Bahia	124
Dos outros capitães das mais Capitánias	127
Dos Bispos e Prelados do Brasil.	130 v

Da primeira entrada dos Franceses no Brasil	132
Dos Frades que antes e depois da Companhia vierão ao Brasil	134
Da vinda dos Padres da Companhia ao Brasil	136
Das occupaões e trabalhos da Companhia	139 v.
Dos Collegios da Companhia no Brasil	
Dos Provinciaes do Brasil e Rectores dos Collegios.	147 v.
Das reliquias e indulgencias.	
Dos costumes dos Brasis.	
Dos impedimentos para a conversão dos Brasis e depois de convertidos para o aproveitamento nos costumes e vida christã.	153
N. R.— Sem data, mas da segunda metade do século 16º.	
Algumas duvidas que se offerecem nas Missões	157
N. R.— Atribuida a Anchieta; impressa na Revista de 1844.	
Rio Japoca, onde estão os marcos d'lRey.	167
Breve noticia do rio Tapajoz.	171
Resolução a tres propostas nas quaes se mostra que os religiosos e religiosas estão obrigados a pagar dízimos.	209

TOMO 18º

Traslado das duas propostas das Camaras do Maranhão e Pará que forão apresentadas pelo procurador das mesmas Camaras P. da S. Nunes a S. M., as quaes propostas se achavam demoradas no Conselho Ultramarino ha mais de 5 annos. Pedem agora a S. M. apresse a Consulta sobre ellas.	
1ª Proposta. Instantaneamente carece o Estado do Maranhão.	1 v.
2ª Privados os RR. PP. Missionarios	5 v.
Proposta da Camara do Pará a S. Magestade, apresentada pelo Procurador do Estado Paulo da Silva Nunes.	13
Copia da representação, que se fez a S. Magestade sobre a izenção do ordinario, no tocante as visitas dos Missionarios em 1727	35
Copia da representação que Martinho de Mendonça fez ao Conde das Galvêas Governador das Minas	55
Copia da sentença que tiverão os delinquentes prezos pelo cazo da caza da moeda do Rio de Janeiro &.	67

Ad Reverend. P. Michaellem Angelum Tamborinum Societ. Jesu, proepos, Generalem, Epistola de rebus gestis per P. P. ejusdem Societ. in Missione Maranhones, ab ann. 1614 usque ad ann. 1649.	69
Relatio de statu Maraguonensi, missiones in qua summatim explicantur omnia, etiam mala, qua possunt evanire Missionariis, eam praesertim disiderantibus Anno 1714.	93
Alguns pareceres e Papeis sobre os descaminhos do quinto do ouro nas minas 1734.	
Parecer sobre os descaminhos do quinto do ouro nas minas, por P. Mendonça	108
Copia do termo da Junta que se fez para se escolher o meio mais conveniente para a cobrança dos quintos, e se evitarem os descaminhos delles.	114
Perecer sobre a cobrança do 5º do ouro nas minas.	123
Parecer sobre a arrecadação do quinto do Ouro nas minas por Manoel Teixeira da Silva, Commissario Intendente da Real Capitação no districto de Mato Dentro da Comarca de Serro frio	132
Relação do descobrimento das Minas de São Felix dada pelo Capitão mór João Alvares de Gusmão	149
Parecer do Desembargador José dos Santos Palma sobre os dous requerimentos das Camaras do Maranhão e Pará — Lisboa 12 de Abril de 1735.	155
Regimento que João de Abreu Castello Branco, Governador e Capitão Geral do Maranhão, mandou guardar ao Procurador dos Indios	162
Carta do Padre Joseph Vidigal a D. Francisco de Almeida Mascaranhas, Principal da Patriarchal, escripta do Collegio do Pará em 7 de Outubro de 1730	171
Proposta da Camara do Pará a S. M. apresentada pelo Procurador do Estado Paulo da Silva Nunes 1724	176
Carta que veio ultimamente da Missão do Maranhão pertencente á Provincia do Brasil da Assistencia de Portugal Escripta do P. João Felipe Bettendorf. Supr. ao P. João Paulo Oliva Geral da Companhia de I E S U.	215
Catalogo dos Sugeitos da Companhia que foram para o Maranhão desde 1615 até 1748	227

Capítulos sobre os máus procedimentos do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão João da Maya da Gama	26
Carta do P. Bartholomeu Rodrigues datada de Guaicuru-pá dos Topinambaranas a 2 de Maio de 1714 — Ao P. Pl. Jacintho de Carvalho.	52
Illustre morte que padeceu o Veneravel P. João de Villar depois de sua religiosa e Santa Vida no Estado do Maranhão	62
Carta annexa do P. Manoel da Silva ao P. provincial Caetano Ferreira datada de Pastos Bons a 16 de Julho de 1745.	78
Fragmento de obra maior :	
Cap. 3. Que cousa sam Indios, donde mostram descenderem. Como se fazião contra a charidade desordenadamente <i>christãos</i> captivos. E como podem servir com ordem e caridade.	99
Carta por que El-Rei apresenta ao P. Antonio José Baptista em a Igreja de S. Matheus, do Bispado do Rio de Janeiro	108
Carta de Pero de Goes a Martim Ferreira 18 de Agosto de 1545.	94
Breve falla que na presença dos Exm ^{as} . Snrs. Bispo do Rio de Janeiro e Vice-Rei do Estado do Brasil, fez a seus discipulos Francisco Rodrigues, Xavier Prates, professor regio de philosophia 28 de Junho de 1774	119
Ley de 20 de Março de 1720 para que pessoa nenhũa possa passar as Capitánias do Estado do Brasil, sinão as que forem providas em governo, postos, cargos ou officios da justiça ou fazenda.	124
Memorial do cabedal pertencente a Santa Casa da Misericórdia da Cidade da Bahia, e dinheiro que se tem dado á razão de juros a 6 e 4 % feita por ordem de S. M. no anno de 1727.	128
Epitome das vantagens que Portugal pode tirar das suas colonias do Brasil pela liberdade do commercio do sal n'aquelle continente.	154
Colonias da America portugueza.	
(E' fragmento de um roteiro que compunha o P. João Bautista de Castro).	172
Arbitrio que se offereceu a Elrey sobre as fazendas da India e Brasil a bem do negocio de Portugal	176
Carta dos inquisidores para que os relaxados a justiça ou reconciliados pelo Santo Officio não sirvão officios publicos, nem seus filhos e netos.	188

Foral da Capitania da Bahia e Cidade do Salvador. Evora 26 de agosto de 1534.	190
Ley sobre os christãos novos que se vão para fora ou vendem seus bens D'Elrey Felipe 1º.	198
Doação Ja Capitania de Duarte Coelho	206
Alvarás	
Que se degradem para a capitania do Rio Grande as pes- soas que por alguns crimes merecerem ser degra- dadas para algumas destas partes do Estado do Brasil.	218
Sobre as grozas que o chanceller puser	220
Porque S. M. ha por bem que o Governador do E. do Brasil possa nos casos nelle declarados passar alvarás na forma que pelo regimento da relação se lhe con- cede. 18 de Setembro de 1610	220 v
Alv. de S. M. sobre o vigario geral.	221 v
Regimento dos Juizes das confiscações pelo crime da he- regia.	222
Provisão de S. M. que o Juis da Coroa e Fasenda na relação do Brasil se não intrometta em faser seques- tros e inventarios.	
Parecer do P. Antonio Vieira sobre as cousas do Brasil, anno de 1647	248
Foral da Capitania de Duarte Coelho	266

CONSELHO ULTRAMARINO

REGISTOS

TOMO 1º

1848

10 de Dezembro — Alvará de mercê a cristovão d'aguiar do officio de almoxarife do armazem e mantimentos da Bahia por 5 años com 50\$ reis de ordenado. . . .	90
12 de Dezembro — Alvará de mercê a francisquo de frei- tas do officio de escrivão do almazem da Bahia por 5 anos e 30\$ de ordenado.	87 v.
14 de Dezembro — Alvará de mercê a antonio alves do officio de provedor da fazenda da capitania de jorge de figueiredo em dias de sua vida	94

- 16 de Dezembro — Alvará de mercê a pedro ferreira do
 officio de tesoureiro das rendas do brasil por 5 anos
 com 80\$ reis de ordenado. 81 v.
- 29 de Dezembro — Alvará de l.^{ca} a cristovão d'aguiar
 para de sua roupa poder resgatar todos os annos hñ
 escravo livre de direitos. 74
- 29 de Dezembro — Alvará de l.^{ca} a fr.^{co} de freitas pera
 poder resgatar de sua roupa em cada um ano hñ es-
 cravo livre de direitos. 74 v.

1349

- 2 de Janeiro — Alvará de mercê a antonio do reguo do
 officio de escrivão da provedoria e alfandegua da
 Bahia por 5 anos com 30\$ reis de ordenado. 35 v.
- 3 de Janeiro — Alvará de mercê a manioel monis do officio
 de escrivão dos contos da bahia, e terras do Brasil
 por 5 anos com 35 mil reis de ordenado. 53 v.
- 5 de Janeiro — Alvará de mercê a gaspar camarguo do
 officio de contador da Bahia por tempo de 5 anos com
 70\$ reis de ordenado. 8 v.
- 5 de Janeiro — Alvará de mercê do officio de escrivão da
 armada que vay ao brasil a nuno alvares. 61 v.
- 6 de Janeiro — Alvará de licença a gaspar camarguo para
 poder resguatar de sua roupa em cada hñ ano duas
 peças d'escravos 18 v.
- 7 de Janeiro — Alvará de mercê a quem casasse com uma
 filha legitima de gaspar camarguo, fallecendo no
 brasil. 13 v.
- 7 de Janeiro — Alvará de l.^{ca} a manioel moniz para
 poder resguatar de sua roupa 1 escravo cada ano, e
 que servisse de escrivão dos contos 57 v.
- 7 de Janeiro — Alvará de licença a nuno alvares para
 poder de sua roupa resgatar cada ano 1 escravo,
 livre de direito. 63 v.
- 7 de Janeiro — Alvará de mercê a antonio cardoso de
 barros do officio de provedor-mór da fazenda do
 brasil por 3 anos com 200\$ reis de ordenado. 79 v.
- 9 de Janeiro — Alvará de mercê a pero de guões de ca-
 pitão mór do mar da costa do brasil por 3 annos
 com 200\$ reis de ordenado. 211 v.
- 9 de Janeiro — Alvará de licença a pero de guoes pera
 tirar dois mil quintaes de pão brasil de sua capitania 132
- 10 de Janeiro — Alvará de mercê de 20\$ reis por ano e
 tempo de 5 anos a francisco mendes da costa es-
 crivão da fazenda do Brasil. 190

- 10 de Janeiro — Mandado para se pagar ao sobre dito 50\$ reis adiantados 190 v.
- 14 de Janeiro — Mandado para se pagar hum quartel adiantados a manôel moniz escrivão dos contos do brasil. 232
- 14 de Janeiro — Alvará marcando o ordenado de 72\$ reis por ano a luis dias que ia por mestre das obras da fortaleza de salvador 187 v.
- 14 de Janeiro — Alvará marcando o ordenado de 36\$ rs. por ano ao pedreiro D^o peres, e que se falecesse luis dias ficasse ele por mestre das obras da fortaleza do salvador 188
- 16 de Janeiro — Alvará de licença a Rodrigo d'arguilho que podesse resgatar um escravo cada ano, em quanto servisse de provedor da fazenda da fortaleza do salvador. 185 v.
- 15 de Janeiro — Alvará de mercê a... do officio de provedor da fazenda da fortaleza do salvador por 5 anos e 30\$ de ordenado. 106 v.
- 15 de Janeiro — Mandado para se paugar 15\$ reis adiantados ao provedor. 212 v.
- 15 de Janeiro — Mandado para se pagar 25\$ reis adiantados a christovão de aguiar almoxarife do armazem da Bahia 232
- 15 de Janeiro — Mandado para se pagar tres quartéis adiantados ao licenciado jorge de valadares, que vai por selorgião da armada do Brasil. 232 232
- 15 de Janeiro — Alvará de merce a nuno alvares de escrivão da armada do Brasil, e de outra que lá se armasse. 233
- 15 de Janeiro — Alvará mandando pagar a diogo de castro, boticaíro que ia com tomé de souza 15\$ reis de ordenado em cada ano 188
- 15 de Janeiro — Alvará de lembrança ao dr. ouvidor geral do brasil — peroborges de, servindo bem, ser feito desembargador da casa da soplicação. 189
- 17 de Janeiro — Mandado para se dar 40\$ reis por anno a Simoa da costa, mulher de pero borges 189
- 17 de Janeiro — Mandado para se adiantar 18\$ reis a Diogo peres pedreiro. 189
- 17 de Janeiro — Alvará de merce de 30 crusados a luis dias mestre das obras da fortaleza do salvador. 189v.
- 21 de Janeiro — Alvará parr que dessem 20\$ reis adiantado a Braz Fernandes, escrivão d'ante o ouvidor goral das tes do brasil 233 v.

- 18 de Fevereiro — Mandado a tomé de souza para pagar 15\$ reis de ordenado em cada ano ao clérigo manóel lourenço que ia por vigário da igreja do Salvador. . 197 v
- 18 de Fevereiro — Mandado a tomé de souza para dar ao dito vigário 4\$ reis em cada ano para as despesas de vº azeite e farª. 198
- 18 de Fevereiro — Mandado ao mesmo para pagar ao vigário 2\$ reis cada ano em quanto servisse de tesoureiro da dita igreja. 198 v
- 18 de Fevereiro — Alvará de lª a manóel lourenço para poder resgatar dois escravos por ano livres de direito. 199
- 26 de Junho — Mandado para se dar 15\$ reis cada ano ao vigário da misericórdia de Santos gonçalo monteiro. 208 v
- 26 de Junho — Mandado para se pagar ao dito vigário 2\$ reis cada ano em quanto servisse de tesoureiro da dita igreja. 209
- 26 de Junho — Mandado para se pagar ao dito vigário 4\$ reis cada ano para as despesas de vinho, azeite, farª. 209
- 26 de Junho — Alvará de merce ao dito vigário para resgatar cada ano duas peças de escravos lªs de direito 209
- 21 de Outubro — Alvará de merce a pero garcia de carguo de feitor e almoxarife da capitania das Ilhas de jorge de figueiredo 207
- 22 de Outubro — Alvará de merce a Domingos Vás do officio de escrivão da feitoria e provedoria de martim affonso de souza por tempo de tres anos. 210
- 24 de Janeiro — Alvara de merce do officio de escrivão d'ante o provedor mor da fazenda do Brasil a francisco mendes da costa por tempo de 5 anos 197

1880

- 20 de Janeiro — Alvará de merce do officio de tesoureiro dos defuntos da capitania de Martim Affonso em dias de sua vida a Rodrigo de lucena. 210 v
- 20 de Janeiro — Alvará de mercê a Rodrigo de Lucena do cargo de tesoureiro dos defuntos 210 v

1881

- 2 de Abril — Carta a tomé de souza para mandar pagar a felipe de guilhem morador no Brasil 50\$ reis por ano. 82

- 28 de Abril — Alvará para se dar o ordenado de 5\$ reis por ano ao oleiro que ia para o Brasil. 191 v
- 20 de Julho — Alvará de merce aos que fossem povoar o Brasil. 191 v
- 5 de Agosto — Carta de tomé de souza para que paçasse alv. de fiança aos expostos por temor de seus crimes andarão homiziados entre os gentios 91
- 6 de Agosto — Provisão a tomé de souza para poder paçar perdões aos moradores criminosos do Brasil 95
- 16 de Setembro — Alvará mandando dar á sé da baia casa azeite, far^a para ostias, vinho para missas & & 93
- 16 de Setembro — Sobre os disimos que ha de levar o Bispo dom pedro por tempo de seis annos. 113
- 22 de Setembro — Carta a tomé de souza para que mandasse fazer com toda promptidão casas para o Bispo. 97
- 4 de Dezembro — Alvará para que feitas as precisas diligencias se pagassem 200\$ reis a braz cubas despendidos com guerrear o gentio de S. Vicente. 80
- 5 de Dezembro — Alvará de merce a T. Lopes de officio de mestre de capella da Sé da bahia com 20\$ reis de mantimento. 200 v

1882

- 25 de Setembro — Esmola de tres escravos aos Pes da companhia Jesus do salvador. 234 v
- 20 de Outubro — Alvará de merce a Pero Cord^o do officio de almoxarife do almazem da bahia por 5 anos com 5 reis de ordenado. 201
- 22 de Outubro — Alvará de merce a luiz guarcez do officio de tesoureiro de todas as terras do brasil em dias de sua vida com 80\$ reis de ordenado. 97 v

1883

- 17 de Fevereiro — Alvará de merce a pero carvalho do officio de escrivão de tesoureiro da baya cm sua vida com 40\$ de ordenado. 202
- 20 de Fevereiro — Alvará de 3\$ reis de esmola a Igreja de S. Vicente. 211
- 10 de Março — Alvará concedendo a dom duarte da costa governador do Brasil mais 200\$ reis alem dos 400\$ reis que tinham tido seus antecessores. 102
- 12 de Março — Alvará de merce a lopo machado pedreiro do officio de mestre das obras do c. do Salvador com 72\$ reis de ordenado. 201 v

10 de Abril — Alvará de merce a sebastião alves do officio de escrivão da fazenda, por tempo de 3 annos das terras do Brasil e 80\$ reis de ordenado	133 v
15 de Abril — Merce a antonio pinheiro do officio de escrivão da provedoria da Bahia por 6 annos com 30\$ reis	202 v
17 de Abril — Esmolas de 12 vaccas aos P ^{es} da com- panhia da Bahia.	235
17 de Abril — Alvará mandando descontar do p ^{do} orde- nado 20\$ reis a luiz guarcez tesoureiro da Bahia, que os recebera adiantados para pagamento dos d ^{ds} da chancellaria do dito officio.	103
18 de Abril — Alvará de merce a porto carrero do officio de capitão do mar do brasil por 3 annos com 100\$ reis de ordenado	204
20 de Abril — Alvará de merce a christovão cabral da ca- pitania de uma caravella ou navio de remo que ser- visse na costa do brasil	131 v
20 de Abril — Alvará de merce a sebastião ferreira do offi- cio de e-crivão de uma caravella que avia d'andar na Costa do Brasil	203
20 de Abril — Alvará de merce ao licenciado jorge fernandes do officio de fisico do salvador por tempo de 3 annos com 60\$ reis.	203 v
20 de Abril — Mandado para que se acudisse com o que fosse necessario o 8 orfãos que ião ao brasil para se casarem, em quanto se não casassem.	235
22 de Abril — Alvará de merce a João de Guimarães de es- crivão do almazem e mantimentos por 3 anos com 30\$ reis de ordenado.	204
24 de Abril — Alvará de merce a mestre pedro do cargo de selorgião da cidade do salvador	235 v

1834

2 de Janeiro — Alvará de merce a bastião coelho de es- crivão de um galeão que ia ao brasil.	204 v
25 de Abril — Alvará de merce a pero botelho do cargo de porteiro da alfandegua e contos da baya em dias da vida	213
30 de Abril — Alvará de merce de 30\$ reis por ano ao capi- tão joão de Coaça em quanto não fosse provisto de algun cargo no brasil	205
2 de Maio — Alvará de merce a diogo monis barreto do cargo de alcaide mor da bahia em dias da sua vida com 20\$ reis cada ano.	206 v

8 de Junho—Alvará de merce a simão rebello do officio de escrivão dos portos do brasil em dias de sua vida . .	117 v
8 de Junho—Alvará de merce a lopo de robello do officio de escrivão dante o provedor geral dos portos do brasil	123 v
14 de Junho—Alvará de licença, João de Coaça para poder resguatar 12 escravos cada ano na cap. do Brasil. .	205 v
14 de Junho—Alvará de licença a João Coaça para poder mandar a este reyno dous escravos cada ano livres de direito.	206
20 de Julho—C. a D. da Costa para que nenhuma pessoa vencesse soldo, á custa da R. fazenda dos que anda- vão assentados nelle	154
23 de Julho—Carta a dom duarte de C. para que os jesui- tas não penetrassem nos certões do brasil sem li- cença sua.	191
23 de Julho—Alvará concedendo algumas liberdades aos que fossem povoar e morar no Brasil	191 v
26 de Setembro—Alvará de licença a antonio dias cação do officio de escrivão do almoxarifado do porto se- guro com 2 % do rendimento arrecadado.	180 v
30 de Outubro—Alvará de merce a antonio do reguo do cargo de tesoureiro dos portos do B. no impedimento de Luis guarces.	213 v
16 de Novembro—Alvará de merce a bertolomeu Guer- reiro do officio de almoxarife da Bahia pelo tempo e com o ordenado conteudo no Reg.	215
20 de Novembro—Alvará de merce a diogo lopes de mena do officio de almoxarife do alm. da Bahia.	214
10 de Dezembro—Mandado a dom duarte da Costa para dar embarcação a pero carvalho, thesoureiro das rendas do Brasil e prover-se o officio em pessoa suf- ficiente.	214 v
30 de Dezembro—Acerca dos orfãos da Bahia	

1888

26 de Março—Carta de fernão de lemos do officio do alma- zem e mantimentos do Brasil por 4 annos com 30\$ reis de ordenado	84
2 de Abril—Alvará de merce a João de crasto do officio de almoxarife da alfandega do porto seguro	215 v
20 de Junho—Alvará mandando que visto haver no brasil muitos navios feitos na terra, duarte da costa apare- lhace os que fossem necessarios para guarda da costa.	196

- 10 de Julho— Alvará de merce a gaspar de seixas de es-
crivão de uma das náos que vão ao brasil. 183
- 3 de Agosto—Carta de diogo gonçalves vieira do officio de
provedor e contador das rendas da B. com 2 % do
que se arrecadasse para a fazenda. 86
- 6 de Agosto—Mandado para que se desobrigassem os fia-
dores do adaião da sé da Bahia Padre guomes ri-
beiro. 218
- 9 de Agosto—Mandado para que se pagasse ao mesmo
adeião o que lhe faltasse para comprimento de seus
ordenados. 218 v
- 17 de Setembro—Alvará de ordenado do Vigario geral
Bel. Francisco Fernandes. 216
- 17 de Setembro — Francisco Fernandes na ausencia do
Bispo Alvará de merce de 20\$ reis por ano ao dito
vigario geral do Brasil 216 v
- 5 de Outubro—Alvará de merce a rodrigo de freitas do
officio de tesoureiro das rendas do Brasil. 219

1886

- 10 de Março—Alvará passado a cristovão de barros de
capitão mor de navios que ora vão ao Brasil 184
- 24 de Março—Carta do officio de provedor da fazenda em
dias de sua vida a Felipe Guilhem, na cap. de porto
seguro. 181 v
- 21 de Julho— Alvará de merce a pero de carvalho de
mestre das obras da cidade do salvador. 219 v
- 21 de Agosto—Alvará para se dar por ano a 200\$ reis
alem dos 400\$ reis de seo ordenado. 220
- 21 de Outubro—Alvará de merce a fr.º luis de espina do
officio de escrivão da feytoria e provedoria da villa
dos ilheos por 4 anos 171 v
- 22 de Outubro—Alvará de merce a jorge martins do offi-
cio de almoxarife da alfandega dos ilheos em dias de
sua vida. 179 v

1887

- 30 de Janeiro — Alvará de merce a sebastião de rabello do
officio de escrivão da fazenda por tempo de 4 anos . 221
- 6 de Fevereiro—Alvará de merce ao vigario geral do B. de
20\$ reis para serem descontados do ordenado do bispo
se constasse com certeza ser elle falecido 217

6 de Fevereiro — Alvará para se pagar em dinheiro o ordenado do Vigário geral e em mercadorias só o de que ele carecesse	217 v
10 de Fevereiro — Alvará concedendo ao tesoureiro dos defuntos da cidade do salvador 4 % de tudo que arrecadasse	220 v
10 de Fevereiro — Alvará de mercê a obras alcoforado, tesoureiro dos defuntos de 4 % que dos taes defuntos arrecadasse	140 v
12 de Fevereiro — Alvará fazendo esmola aos pobres de 4 panicles de farinha hu alqueire de arros ou milho e um crusado em dinheiro	20
22 de Fevereiro — Alvará concedendo a Cristovão d'aguiar o espaço de 2 annos para dar suas contas de almoxarife do alm. da Bahia	104
10 de Março — Alvará mandando ao governador da Bahia que fizesse liquidar o que se devesse ao selorgião jorge de valadares	221 v
18 de Março — Alvará de mercê a joana correa para quem com ella casasse do officio de almoxarife do alm da Bahia	117 v
27 de Março — Alvará concedendo a joão coelho escrevaninha de um dos bergantins que andavão na B. ao resgate	105
10 de Abril — Alvará de mercê a guaspar pinheiro do officio de escrivão da alfandega provedoria etc. no impedimento do proprietario	168 v
— Alvará passado aos p ^{es} . do I ^o . D. Henrique	28 v
3 de Agosto — Alvará para que o licenciado bras fragoso servisse o officio de prov.-mor da fazenda tendo 60\$ réis de ordenado deste officio, alem dos 200\$ réis que tinha cá o cargo de Ouvidor geral. . .	60
— Alvará de D. H. (incompleto) sobre os padres	28
3 de Agosto — Alvará sobre o ordenado de bras fragoso ouvidor geral das partes da Bahia por 3 annos . . .	107
19 de Agosto — Alvará para que o licenciado bras fragoso ouvidor geral da Bahia tivesse consigo 2 homens em que servisse, a rasão de 600 réis por mez a cada homem.	108 v

1888

21 de Julho — Alvará de mercê a f ^{co} . de caldas provedor e contador do B., durante a minoridade do proprietario miguel gonçalves vicira.	99
--	----

1839

- 29 de Março — Alvará para que não se embarcassem degradados nos navios fretados para o B. contra a vontade dos senhorios, mestres e pilotos dos taes navios. 88
- 26 de Junho — Alvará de mercê a salvador da funseca de escrivão dante o provedor por tempo de 5 anos. . 62
- 22 de Agosto — Alvará de licença a manôel gonçalves para 50 q^{as}. de pao brasil e resgate de 6 peças de escravos tudo livre de fretes e direitos. 222
- 25 de Agosto — Alvará por esmola a f^{co}. darguilho do cargo de moço do coro da Sé ne Baia. 149 v
- 25 de Agosto — Alvará por esmola a f^{co} Darguilho de 4\$ réis por ano o tempo de tres anos. 153 v
- 26 de Agosto — Alvará marcando o ordenado de 20\$ reis ao cura da Bahia joão lourenço 89
- 4 de Setembro — Alvará para que se desse ao bispo do salvador ou a seu V. geral embarcação de s. a. quando fosse visitar o Bpd^o. 146 v
- 4 de Setembro — Alvara de mercê a joão de araujo das capitancias de um dos bergantins que andão na costa do B. 223
- 7 de Setembro — Alvará do ordenado de luis martins que s. a. manda ao Brasil examinar as minas de metaes que lá se diz haver. 222 v

1861

- 6 de Maio — Alvará de mercê a bastião luiz do cargo de escrivão do almazem e mantimentos da B. em dias da sua vida com 30\$ reis de ordenado. 223 v

1862

- 10 de Março — Prov. para fernão vas da costa contador do B. poder carregar 5 toneladas de fasenda nos navios de s. a. 224 v
- 16 de Outubro — Alvará de mercê a cristovão de aguiar da capitania da caravela S. João que vae ao Brasil. . 183 v
- 17 de Outubro — Alvará a antonio Ribeiro do officio de provedor da fasenda do salvador. 529
- 28 de Novembro — Alvará para se dar pero teiveira um officio de justiça ou fasenda qual nelle coubesse . . . 225

1364

- 27 de Junho — Alvará de mercê a fernão vas da costa do ofício de tesoureiro das rendas do B. por tempo de 6 anos 265 v

1365

- 27 de Fevereiro — Alvará de mercê a jordão vas do cargo de provedor da fazenda da cap. dos Ilheos, em quanto fosse ausente a pessoa cujo era o dito ofício. . 207 v

1366

- 4 de Abril — Mandado para que se desse ao bispo dom pedro leytão 200\$ reis por provimento de algumas igrejas da sua diocese 230
- 25 de Setembro — Alvará de mercê a pero de escrivão da provedoria da cidade do salvador por tempo de 3 anos. 226 v
- 6 de Novembro — Alvará passado a antonio rois bacelar, do cargo de provedor da fazenda da cap. Itamaracá. 4 v
- 7 de Novembro — Alvará sobre o mantimento que ão de ter os 60 p^{es}. da C. de Jesus residentes no B. . . . 32 v
- 7 de Novembro — Alvará para que se desse aos p^{es}. da C. a redisima de todos os dízimos da Bahia 9

1368

- 11 de Fevereiro — Alvará para que em S. V^{ce}. se fundasse um collegio para 50 p^{es}. os quaes ouvessem o mesmo mantimento que tinham os do B. 38 v
- 10 de Dezembro — Mercê a joão crasto do ofício de meyrinho da correição do Brasil e campos do Rio de Janeiro 231

1370

- 20 de Março — Lei sobre a liberdade dos Indios 3
- 5 de Maio — Alvará mandando pagar aos p^{es}. o que se lhes devesse de seus ordenados 12

1371

- 16 de Setembro — Alvará sobre os dízimos que avia de aver o bispo dom pedro para o seu mantimento e do seu cabido

1872

- 24 de Fevereiro — Mandado para que o almox. de P. —
tomasse em conta a Bento dias de santiago 17\$780
reis despendidos em padrões de medidas
- 11 de Março — Alvará para que fosse entregue o que se
arrecadasse da fazenda de miguel gomes ao thesou-
reiro do B. para pagamento dos P. da Companhia 30

1873

- 14 de Fevereiro — Alvará para que se desse embarcação
aos P. quando fossem visitar a Prov.^{cia}. 14
- 14 de Fevereiro — Alvará para se pagar aos P. da
Comp.^a seus ordenados ainda que não apresentassem
certidão de como estava completo o n.º que devia
ser. 15
- 14 de Fevereiro — Alvará para que se visse o modo com
que os P. da C. fossem pagos no B. de seus orde-
nados 16
- 14 de Fevereiro — Alvará sobre o rendimento da redi-
sima, aos Padres residentes no Brasil 17

1876

- 4 de Janeiro — Alvará de esmola de 500 crusados cada
ano ao reitor dos Jes. p.^a a fabrica dos 3 collegios
que tinham no B.^l. 23
- 5 de Janeiro — Alvará para que em differentes casos da
fazenda fossem pagos os P. da C. B. e Rio de
2:200\$ reis que tinham para seo mantimento, em vez
da redisima que lhe fora doada, e não bastava para
iso, podendo, quando quisessem avelos. 26
- 6 de Janeiro — Alvará por que foi dotado o col. de
Olinda em 400\$ reis cada ano pagos em assucares dos
disimos da Capitania 19
- 25 de Janeiro — Alvará passado a luis d'abreu do almo-
xarif. dos almazens e mantimentos do B. por 3 anos
com 50\$ reis de ordenado. 64
- 23 de Fevereiro — Que se tomasse em pagamento a
Bento dias 27\$570 reis gastos em um padrão de metal 187
- 24 de Fevereiro — Idem da quantia de 17\$780 reis. . . 187
- 25 de Fevereiro — Diogo zorilha alcaide do mar da
Bahia 67

- 25 de Fevereiro — Alvará para que diogo zorilha foi nomeado P. dos Indios da Bahia. 65 v
- 19 de Agosto — Alvará pasado a pedro gomes de abreu soares do cargo de almoxarife da cap. de pern. por 3 anos com 70\$ reis de ordenado. 130
- 29 de Agosto — Pedro de magalhães provedor da fazenda na cap. do B. por tempo de 6 anos com 30\$ reis de ordenado. 68
- 10 de Novembro — Alvará para que antonio ribeiro depois de ter servido 3 anos o officio de almoxarife de pern., servisse mais tres em attenção a ter casado com uma das orfãs que forão em companhia de dom luis fernandes. 144
- 22 de Novembro — Alvará para os officiaes da alfandega de Olinda tornarem a diogo rois villa lobos os direitos individamente pagos n'aquella alfandegua de 83 escravos de S. tomé. 184 v
- 7 de Dezembro — Alvará de licença a bastião de lucena para renunciar em fº, ou sendo fº em quem com ella casasse do offº de feitor e alm. de pern. 100 v
- 23 de Dezembro — Alvará de esmola de 200\$ reis para se comprarem ornamentos para as igrejas dos Indios pagos no contratador dos disimos bento dias de santiago. 22

1877

- 13 de Julho — Alvará para que se acitasse em pagamento a bento dias de S. tiago letras para este reino ou cautelas. 83
- 18 de Agosto — Alvará para que se levasse em conta a B. dias de S. tiago 5 mil crusados que ele entregara a mateus mendes de carvº, que servia de thes. da casa da mina
- 6 de Setembro — Carta ao prov. da fazenda de como lour.º da veigua levava 12 homens em soldo de 500 reis por mez. 69
- 27 de Setembro — Carta passada a fernão ribeiro do cargo de tesoureiro da fazenda do B. por tres anos . 227
- 8 de Novembro — Provisão para que se tornasse a dar a pedro da noronha 284\$ reis que individamente pagara em pernão-buco de direitos de escravos vindos de S. tomé. 151
- 22 de Outubro — Prov. para que se tomasse em pagamento a Bento dias de S. tiago 23\$50 reis pelas despesas feitas no concerto das tercenas de pão br. . 151

1378

- 25 de Maio — Provis. acerca de 5\$ crusados que B. dias entregara ao tesoureiro da casa da India. 148 v
- 10 de Junho — Alvará para se pagar no B. ao ouvidor cosme rangel o ordenado que elle vencera como provedor da fazenda na Madeira 227

1379

- 25 de Janeiro — Alvará marcando dusesentos mil reis a fruytoso barbosa do ordenado por tempo de 10 anos. 132
- 25 de Janeiro — Alvará a fr. barbosa de capitão de mar e terra da gente que levára a conquista de Parahyba 129
- 27 de Janeiro — Alvará a João roiz de araujo de feitor da armada e negocio e povoação de Parahiba 128
- 7 de Abril — Mercê a belchior alves d'araujo do officio de tesoureiro da cidade do salvador em sua vida com 80\$ reis de ordenado. 228 v
- 24 de Abril — Prov. para que o collegio de em vez de 400\$ que tinha, recebesse 800 @ d'assuquar br^o e 100 de somenos.
- 28 de Setembro — Contendo o alv. de 4 de Janeiro de 576 sobre a mercê que tinham os P. de 500 crusados por ano para fabrica de seus collegios 46

1380

- 12 de Dezembro — Alvará do off. de feitor da armada e negocio e povoação de parahiba Domingos Fernandes 116

1381

- 30 de Outubro — Alvará concedendo a fruy. barboza que ia conquistar a pov. da Par. duas mil l.^{cas} de pão brasil 119
- 17 de Novembro — P. ao alvará do feytor da Parahiba arbitrando-lhe 50\$ reis de ordenado cada ano . . .

1382

- 1 de Outubro — Carta porque s. m. manda que manioel telles barreto governador do Brasil, levasse e tivesse para seo servisso 20 homens a rasão de 15\$ reis por ano a cada hũ 186
- 2499 — 5

- 30 de Novembro — Alvará sobre dizerem os padres que
além dos 130 rel. que tinham mantimento avia mais
10 nas igrejas do certão — que estes tivessem 20\$
reis cada um 54

1384

- 2 de Novembro — Alvará para que bento dias pagasse
aos P^{es}, no reino, 600\$ reis do que se lhes devia de
seos mantimentos, por os of. de s. a. lhe não terem
feito pagamento dos seos tres mil crusados nos portos
do B. 52

1385

- 6 de Fevereiro — Alvará para que os P^{es} da Com-
panhia tivessem de Bento dias até 600\$ reis do que
lhe faltasse para seo mantimento do ano de 584 . . . 56
- 8 de Fevereiro — Carta a Bento dias para que em cada
hú ano pagasse aos P^{es} de S. V.^o hum conto de
reis de seo mantimento durante o tempo de seo con-
tracto. 58

1387

- 23 de Fevereiro — Lei sobre a liberdade dos indios. . . 5
- 21 de Agosto — Alvará para que os indios convertidos
não pagassem disimos nem premissas por espaço de
15 anos. 71
- 21 de Agosto — Alvará para que aos indios que descem
ao certão se dessem terras para suas aldeas, junto às
fazendas, e sesmarias para suas lavouras 73

1388

- 21 de Março — Alvará arbitrando o ordenado de chan-
celer da relação que s. a. mandara criar na Bahia,
Dr. Luis Machado de Góvêa 124

1390

- 28 de Setembro — Alvará a Diogo Cirne, de provedor
da fazenda de Pernb. por 3 anos 136
- 1 de Dezembro — Carta da governança do B. passada a
d. fr.^{co} de souza 109

- 13 de Dezembro — Alvará permetindo a Gabriel Soares proseguir nos seus descobrimentos, além do rio de S. fr.^{co}, attendendo ao trabalho e despesas que tinha tido neste negocio 77
- 13 de Dezembro — Carta a D. Fr.^{co} de souza, para dar a Gabriel soares 200 frecheiros da Bahia, para o ajudarem na jornada a que ia do rio 79
- Alvará prometendo honras e mercês aos pr.^{os} que acompanhasssem a G. soares e o ajudassem na jornada de S. Fr.^{co} 76
- 13 de Dezembro — Alvará promettendo a 4 cunhados e a 2 primos de G. soares que o acompanhasssem no descobrimento do rio de S. Fr.^{co} o habito de Cristo com 50\$ reis de tença, e a-sy a mercê a gabriel soares de 12 habitos co 20\$ reis de tença para outras tantas pessôas que fossem capitães nesta jornada. . . 175
- 13 de Dezembro — Alvará para que gabriel soares morrendo na sua empreza podesse nomear capitão em seo logar com os seos poderes. 176
- 13 de Dezembro — Alvará para que gabriel soares podesse dar o foro de cavalleiros fidalgos até a 100 pessoas que o acompanhasssem até a derradeira povoação do rio de S. Fr.^{co} 177
- 13 de Dezembro — Alvará para que gabriel soares podesse nomear todos os officiaes de justiça e fazenda, desde que começasse a sua conquista. 178
- 8 de Dezembro — Alvará para que se concedessem terras ás pessoas que fossem com familia povoar o Brasil. : 174
- 13 de Dezembro — Alvará para que qualquer pessoa condenada a degredo podesse acompanhar a g. soares na sua conquista 181
- 13 de Dezembro — Alvará para que se procurasse com diligencia entre os condenados a degredo ofíciaes mecanicos que acompanhasssem a g. soares na sua empreza 182

1591

- 27 de Janeiro — Alvará para o G^{or} do B. mandar dar a Gabriel soares 50 quintaes de algodão em caroço para armas das pessoas que o acompanhasssem no seu descobrimento. 179
- 27 de Janeiro — Carta a João Gomes da S.^a para se dar mantimento e embarcação ás pessoas que fossem com gabriel soares 180

- 7 de Fevereiro — Alvará para o piloto m.^{el} glz. servir o officio de patrão mór da Cap. de Pernb 173
- 12 de Fevereiro — Alvará para que D. fr.^{co} de souza podesse levar para seu governo 20 homens a rezão de 15\$ reis de soldo por ano 166
- 1 de Março — Carta de sargento-mór do B. a pedro de oliveira para ir servir em companhia de d. Fr.^{co} de souza 145
- 7 de Março — Alvará para 12\$ reis de ordenado ao ser-ralheiro adrião francisco. 156
- 15 de Março — Alvará passado a baltesar ferras que ia ao Brasil occupar-se de negocios da fazenda, ven-cendo 300\$ de ordenado, em quanto aniasse occupado no dito negocio, e não tivesse algum outro emprego . 167
- 15 de Março — Alvará para que se desse a baltasar ferras as embarcações necessarias para os logares em que fosse em serviço. 168
- 16 de Março — Alvará do officio de coronheiro a do-mingos dias, no Brasil, com 8\$ reis de ordenado e as suas obras 155
- 26 de Março — Alvará para o tesoureiro da Bah. pagar ao castilhano agostinho de soute maior 884\$ que lhe erão dividos do seu ordenado do officio de pro-vedor das minas de Monomotapa. 78
- 26 de Março — Alvará a agostinho de soute maior, de provedor das minas do Brasil, com 100\$ reis de orde-nado 165
- 27 de Março — P. a D. Fr.^{co} de souza, para que man-dasse de retorno, carregadas d'assuquar, pão brasil e outras mercadorias da terra, as 2 urquas, uma em que ia ele, e a outra em que ia G. soares. . 191
- 3 de Abril — Prov. sobre a conveniencia de se faseré avenças com os moradores do Brasil 152

1592

- 13 de Fevereiro — Alvará para que gaspar de figuei-redo morrendo em viagem para o Brasil, ou antes de tornar ao reino, podesse testar 40\$ de tença a quem lhe aprouvesse 171
- 14 de Fevereiro — Alvará concedendo ao licenciado Gaspar de Figueiredo 100\$ reis de mercê e 200\$ reis de ordenado cada ano, em quanto servisse de ouvidor geral 170

- 7 de Março — Alvará mandando pagar a gaspar de figueiredo, ouvidor geral da Bahia, 325\$ réis de ordenado de desembargador. 123
- 6 de Abril — Alvará de ordenado de 200\$ réis a custodio de figueiredo, provedor dos defuntos e residuos com 200\$ réis por anno. 169
- 5 de Novembro — Alvará dos ordenados do feitor das minas de ferro do B. João Corrêa, e mais empregados que iam trabalhar nelas
- 6 de Novembro — Alvará passado a fulgencio pereira, de meirinho do mar e procurador dos indios forros da Bahia por 3 anos. 70

1893

- 5 de Fevereiro — Carta a gabriel fernandes, dos officios de porteiro da fazenda, contos e alfandega, e zelador dos panos da dita alfandega da Bahia. 120
- 12 de Fevereiro — Alvará passado a Manoel Carvalho, do officio de guarda do mar da B. por 3 anos. . . . 121
- 19 de Fevereiro — Alvará passado a Miguel de Pinna, de escrивão da receita e despesa do cargo de tesoureiro da Bahia. 75
- 16 de Março — Alvará de mercê a Paulo Moreira, do officio de almoxarife do Salvador por tempo de 3 anos 196
- 16 de Março — Alvará passado a Paulo Moreira, do officio de procurador dos feitos da fazenda, da B. . . . 72
- 16 de Março — Alvará de mercê a Pero Moreira, do officio de almoxarife da Bahia na vaga dos providos antes deste alvará. 195
- 17 de Março — Alvará passado a Manoel de Castilho, dos officios de feitor e almoxarife do rio por 6 annos, podendo no caso de bem servir, requerer no fim desse tempo a propriedade delle.
- 19 de Março — Alvará passado a Miguel de Pinna, do officio de escrивão da alfandega. 157
- 19 de Março — Alvará passado a João de Basto, do officio de provedor da fazenda do rio de J. por tempo de 3 anos. 158
- 20 de Março — Alvará passado a Gonçalo Veloso de Baros do officio de alm. do almazem da Bahia. . . . 122
- 26 de Março — Alvará concedendo 150\$ réis annuaes a Martins Carvalho, que ia ao Brasil fazer as avenças dos dinheiros pertencentes á real fazenda. 112

- 1 de Abril — Mercê a Manoel de castilho, de feitor e
almojarife do salvador por 6 anos. 159

1394

- 19 de Março — Alvará passado a Antonio marreiros do
officio de escrivão dos contos do Estado do B. da Bahia
por 6 anos com 50\$ réis de ordenado. 160

1397

- 22 de Dezembro — Alvará passado a João Rodrigues de
Almeida, de capitão do forte do Recife. 139 v

1398

- 8 de Janeiro — Alvará do cargo de sargento mór de
Pernb. passado a Ambrozio de Barros, enquanto na
dita capital assestisse. 134
- 8 de Janeiro — Alvará do officio de sargento mor do
B a Francisco Netto, com 80\$ réis de ordenado por
anno 138
- 12 de Março — Carta de governança da Capital do Rio
de Janeiro, a Francisco de Mendonça de Vasconcellos,
por 3 anos com 100\$ réis de ordenado 125
- 27 de Maio — Alvará passado a Bastião de Brito Corrêa,
da cap. do forte de S. Antonio, começado na Bahia 162
- 2 de Junho — Carta de dada de uns chãos na cidade da
Bahia a Pedro Arias de Aguirre 141
- 27 de Maio — Alvará passado a Pedro Arias de Aguirre
da capitania do forte de S. Felipe da Bahia com 80\$
réis de ordenado 163
- 21 de Outubro — Alvará passado a Sebastião da Silva,
do officio de escrivão de thesouraria da Bahia por
tempo de 3 anos 164

1399

- 12 de Janeiro — Alvará para que Sebastião da Silva,
fosse provido em algum officio que vagasse e nelle
coubesse ou de capitão de soldados na Bahia. 173
- 2 de Setembro — Alvará passado em attenção aos ser-
viços a Antonio Gonçalves Menaja, feitos á fazenda,
á sua filha mercê da capitania do forte do Cabedello.
Parahiba 127

1604

- 20 de Julho — Alvará deferindo os requerimentos dos
P^{es}. da C. que pediam poderem apontar os en-
genhos, onde ouvessem em açucar o pagamento dos
38 crusados de seu mantimento. 43
- 20 de Julho — Prov. aos P^{es}. da C. do Rio, para
que tivessem pagamento de seu conto de réis em
açucar pagos em Pern. a rasão de 700 réis arroba. 49

TOMO 2º

1330

- 9 de Setembro — Carta ao Conde da Castanheira man-
dando pagar 54\$ reis cada anno a miguel martins,
mestre de fazer cal, que ia para o Brasil. 19
- 7 de Dezembro — Alvará passado a vicente fernandes do
officio de escrivão da alfandega e almoxarifado em
dias da sua vida 11 v

1331

- 25 de Junho — Alvará para que os moradores de sam vi-
cente querendo contribuir para as obras da sua capi-
tania não pagassem os 1.800 crusados que tinham to-
mado á fazenda real para as despesas da guerra. . . 79
- 26 de Setembro — Alvará confirmando a bastião monis no
cargo de alcaide do mar da V.^a de S. Jorge dos
Ilheos 10

1332

- 7 de Maio — Carta passada a tomé çalema do cargo de
provedor e contador das rendas da capitania do Espi-
rito Santo. 60
- 28 de Novembro — Alvará para que na igreja de S. Vi-
cente não ouvesse mais que dous beneficiados em vez
de quatro que havia. 81 v

1333

- 1 de Março — Carta que passou a D. duarte da costa do
Governador do Brasil

- 26 de Setembro — Alvará passado a vicente de carvalho do cargo de escrivão dante o provedor da fazenda, em dias da sua vida, com 2 % de tudo quanto por sua industria viesse a boa arrecadação 12
- 6 de Novembro — Alvará de mercê de 20 arrobas de assucar ao Conde de Castanheira 99
- 10 de dezembro — Alvará para que tomé de souza do gado que tinha na capitania da Bahia podesse tirar até a terça parte para qualquer outra capitania. . .

1884

- 30 de Dezembro — Alvará para que os meninos orfãos da Bahia podessem resgatar as cousas necessarias para suas casas. 96 v
- 30 de Dezembro — Alvará concedendo cinco annos aos meninos orfãos da Bahia para aproveitarem suas terras 130 v

1886

- 23 de Julho — Carta que se passou a men de sá do Governo do Brasil. 133 v
- 20 de Setembro — Carta passada a salvador pereira para que depois de servir o officio de almoxarife do almazem e mantimentos da Bahia, e feita a entrega, servisse de provedor da fazenda no espirito santo com 2 %, de todas as rendas 62
- 16 de dezembro — Alvará de mercê a luiza monjolo de um officio para a pessoa que cazasse com uma de suas filhas. 27

1887

- 4 de Janeiro — Alvará de mercê ao Conde da Assegua de 50 arrobas de assucar em dias da sua vida. 97
- 25 de Janeiro — Alvará passado a fellype de guilhem de provedor da fazenda da capitania de porto seguro em dias da sua vida. 57 v
- 25 de Janeiro — Alvará de lembrança passado a simão machado para o cargo de escrivão da alfandega de S. Vicente.

1838

- 21 de Julho — Alvará de lembrança passado a miguel
gonçalves vieira. 16

1839

- 29 de Março — Alvará que se passou sobre os direitos do
assucar. 100 v
- 29 de Março — Alvará sobre se poderem trazer escravos
de sam thomé. 114
- 20 de Maio — Carta de doação a fernão de noronha da
capitania da ilha de S. João 168
- 3 de Agosto — Carta a dom gilianes da costa sobre a fer-
ramenta com que os moradores do Brazil poderiam
negociar com os gentios 3
- 17 de Agosto — Partição do officio de escrivão da fazenda:
ficando miguel de oliva escrivão dos despachos e pro-
vizões da mesa da fazenda — e francisco de barbuda
escrivão dos mesmos feitos. 27
- 21 de Agosto — Alvará passado a joão gonçalves dromond
de provedor da fazenda na capitania dos ilheos du-
rante a ausencia de francisco alves 56 v

1860

- 5 de Janeiro — Alvará de mercê de quinhentos quintaes
de páu brasil emprestados a gomes soares. 68
- 16 de Março — Alvará que se passou sobre os direitos
dos assucares do brasil 116
- 18 de Março — Carta que se passou a men de saa sobre a
fortaleza da Bertoga e cousa de que necessitava . . . 47 v
- 11 de Novembro — Carta passada a simão machado do
officio de escrivão dante o provedor e almoxarife da
alfandega de s. vicente, em dias de sua vida 69

1861

- 14 de Novembro — Provisão que se passou sobre o páo
brasil. 103 v

1363

- 10 de Junho — Alvará que passou sobre o páo brasil. . . 106 v
 20 de Junho — Alvará de lembrança a dom simão da lus
 de noronha para 2 mil quintaes de páo brasil. . . .
 8 de Julho — Alvará de lembrança a D. Manoel de Oli-
 veira sobre mil quintaes de páo brasil 111
 10 de Dezembro — Alvará de seis leguas de terra da ses-
 maria a thomé de souza 120
 10 de Dezembro — Alvará para que thomé de souza po-
 desse tirar da Bahia até a 3ª parte do gado que ali
 tinha para qualquer outra capitania. 8 v

1364

- 20 de Junho — Alvará de lembrança a dom simão da lus
 de noronha para dois mil quintaes de páo brasil. . . 12
 16 de Setembro — Alvará para se não passar precatorio
 affirm de embargar páo algum do Brasil a requeri-
 mento de. 112 v

1365

- 3 de Março — Alvará passado a belchior d'azevedo de
 provedor da fazenda, e orphãos da capitania do Espi-
 rito Santo. 64
 20 de Outubro — Provisão reformando a sesmaria conce-
 dida a thomé de souza. 122
 27 de Novembro — Doação a D. Alvaro da Costa da capi-
 tania de Jaguaribe 150

1367

- 12 de Abril — Carta passada a lourenço da veiga do go-
 verno do brasil por 6 annos com 600\$ rs. de ordenado

1369

- 29 de Janeiro — Carta passada a sebastião de lucena dos
 officios de feitor e almoxarife das 60 leguas de Per-
 nambuco em dias da sua vida com dois por cento do
 que arrecadasse. 83
 16 de Março — Alvará que se passou sobre os di-
 reitos dos assucares do Brasil.

1370

- 6 de Fevereiro—carta que se passou a Dom Luis Fernan les de Vasconcellos do capitão e governador das terras do Brasil por 3 annos. 136
- 7 de Março — Alvará passado a Antonio Salema de 300\$ de ordenado e 120\$ para 10 homens, em quanto andasse em serviço 43

1371

- 2 de Outubro — Provisão passada a Manoel Pinto de feitor e almoxarife de São Sebastião do Rio de Janeiro 91
- 4 de Outubro — Provisão passada a Cristovão de Barros para que podesse mandar trazer das capitánias de S. Vicente e Espirito Santo o que houvesse por serviço d'El-Rey 89
- 19 de Outubro. — Provisão passada a Luis Freire de escrivão da feitoria de San Sebastião 93
- 27 de Outubro — Provisão passada a Christovão de Barros de como havia de dar terras aos moradores do Rio de Janeiro. 90
- 31 de Outubro — Provisão passada a Christovão de Barros de capitão do Rio de Janeiro por 4 annos. . 87
- 31 de Outubro — Outra para o mesmo Christovão de Barros servir juntamente o officio de provedor da fazenda. 88
- 17 de Novembro — Provisão passada a Francisco Gonçalves de mestre da fortificação da cidade do Salvador com 80\$ de ordenado 95
- 17 de Novembro — Alvará passado a João Gomes, carpinteiro que ia servir nas obras da fortificação do Salvador com 36\$ de ordenado 31
- 17 de Novembro — Alvará passado a Simão Fernandes carpinteiro que ia servir nas obras de fortificação do Rio de Janeiro com 36\$ de ordenado. 33
- 17 de Dezembro — Alvará de lembrança a Christovão de Barros para poder tirar seis centos quintaes de pão brasil da capitania do Rio de Janeiro. . . . 36 v
- 22 de Dezembro— Alvará passado a Christovão de Barros para poder dispender certas quantias no serviço do El-Ray 25 v
- 22 de Dezembro — Alvará para que Christovão de Barros podesse dar soldo e mantimento aos patrões das galeotas d'El-Rey. 45

1572

- 19 de Janeiro — Alvará passado a Gaspar de Freitas do
officio de feitor e almoxarife do Rio por tres annos. . 45
- 3 de Fevereiro — Alvará passado a André da Silva de
Vasconcellos de escrivão da alfandega de S. Salvador
por seis annos 46
- 20 de Abril — Alvará para que se tornasse a Pero de
Noronha os direitos de 39 peças de escravos de São
Thomé pagos indevidamente na alfandega de Olinda
- 4 de Julho — Carta passada a Antonio de Faria do officio
de contador dos contos da cidade do Salvador com
100\$ de ordenado 25
- 30 de Agosto — Alvará de mercê a Duarte de Sequeira
do cargo de escrivão da alfandega e almoxarifado da
villa de Olinda
- 6 de Setembro — Alvará de mercê ao mesmo a cerca do
referido officio 13
- 18 de Outubro — Alvará passado a Simão Ribeiro de es-
crivão dos contos da cidade do Salvador. 14 v
- 15 de Novembro — Carta que se passou a Martim Car-
valho de thesoureiro das rendas da Bahia por 6 annos 20

1573

- 12 de Dezembro — Alvará de lembrança a Don Francisco
de Menezes para 2.000 quintaes de pau brasil 22

1576

- 6 de Dezembro — Alvará para se tornarem a Francisco
Mendes e a Garcez Mendes os direitos indevidamente
pagos na alfandega de Olinda de 48 peças de escravos
de S. Thomé

1577

- 15 de Janeiro — Provisão Passada a Antonio Salema,
governador do Rio de Janeiro para lhe ser pago o
que se lhe devesse de seu ordenado. 38
- 12 de Abril — Carta passada a Lourenço da Veigua do
governo do Brasil. 139

- 20 de Abril — Alvará para que o almoxarife de Itamaracá tornasse a Francisco Mendes os direitos pagos naquella alfandega de 29 escravos de S. Thomé . . .
- 2 de Maio — Carta a Lourenço da Veigua sobre os direitos que pagaria o pau brasil importado para o reino ou para fóra delle 48 v
- 2 de Maio — Alvará de mercê á cidade do Salvador da terça parte das rendas reaes para as obras publicas da mesma capitania 51
- 23 de Agosto — Alvará passado a Miguel Gonçalves Vieira dos officios de provedor e contador das rendas da capitania de Pernambuco com dous por cento do que arrecadasse 16
- 12 de Setembro — Provisão passada a Salvador Corrêa de Sá da governança do Rio de Janeiro por 3 annos e 100\$ de ordenado 53
- 6 de Dezembro — Provisão passada a Francisco Mendes para lhe serem tornados os direitos indevidamente pagos na alfandega de Olinda de 48 escravos de São Thomé

1578

- 19 de Outubro — Alvará passado a Francisco de Souza do officio de feitor e almoxarife do Rio de Janeiro por tres annos 39 v

1579

- 2 de Junho — Alvará passado a Nuno do Amaral de escrivão da provedoria da Bahia de Todos os Santos por 3 annos. 40 v
- 17 de Junho — Alvará passado a Nuno Martins de Gouvêa de thesoureiro das rendas e direitos da cidade do Salvador com 80\$. 41 v
- 29 de Dezembro — Carta a Lourenço da Veigua sobre se não haver dado posse o Bento Dias das rendas desde Janeiro de 1578 71 v

1581

- 20 de Novembro — Carta que se passou a Manoel Telles Barreto do governo do Brasil 145

1882

- Incompleto. Para Bento Dias ter oscrivão seu que assis-
tisse á subita dos assuareos 67
- 12 de Dezembro — Carta passada a Bento Dias de San-
tiago para que se lhe cumrisse e guardasse em tudo
as condições do seu contracto. 67

1883

- 25 de Janeiro — Alvará passado a Bento Dias de Santiago
para que no Brasil não fozem despachar os assuareos
sem certidão dos seus feitores. 77
- 25 de Janeiro — Carta a Manuel Telles para que os es-
crivães das feitorias e a lantegas não pasassem des-
pachos de assuareos sem que as partes lhe apresen-
tassem certidão dos feitores de Bento Dias de como
tinham pago os direitos 77
- 9 de Março — Carta que se passou a Francisco Giraldes
da governança do Brazil. 149
- 25 de Novembro — Alvara para se espassarem 10 dias
nos pagamentos que Bento Dias tinha de fazer em
virtude do seu contracto. 75 v

1884

- 5 de Janeiro — Carta de confirmação a Bento Dias de
Santiago de cinco mil braças de terra que lhe tinham
sido dadas na capitania do Itamaracé 7
- 7 de Fevereiro — Alvará passado a Manoel de Carvalho
do cargo de almoxarife de Itamaracá por 3 annos . . . 88 v

1888

- 17 de Março — Alvará passado a Francisco Gomes do
provedor da fazenda da capitania do Espirito Santo
por 3 annos. 65 v

1897

- 20 de Junho — Provisão de sesmaria a Antonio Cardoso
de Barros. 124

1601

- 6 de Fevereiro — Carta de confirmação passada a Antonio de Albuquerque do aforamento de uns chãos que fizera nos salgados da villa de Olinda para tersena de pau brasil. 127
- 20 de Fevereiro — Carta passada a Diogo Botelho do governo do Brasil 147 v

Faltam neste catalogo documentos que estão no livro respectivo entre 127 a 147 v. e desta pagina até o fim do livro.

TOMO 3º

- Regimento que se deu a tomé de souza governador do Brasil. 17 de Dezembro de 1548 1
- Regimento que levou antonio cardozo de barros. 17 de Dezembro de 1548 23
- Regimento que levou francisco girardes, que s. m. ora manda governar o Brasil. 30 de Março de 1588. . . 72
- Regimento que se deu a baltazar roiz, provedor mor da fazenda nas partes do Brasil. 12 de Março de 1588 . . 98
- Regimento dos provedores da fazenda d'elrey noso senhor nas terras do Brasil. 17 de Dezembro de 1548. . . . 35
- Regimento da disima para que no Brasil se não pague dos frutos da terra. 17 de Setembro de 1557. 56
- Regimento que foi dado ao licenciado baltezar ferraz para cobrar o que se deve á fazenda de s. m. 12 de Fevereiro de 1591 106
- Regimento que levou lourenço da veigua. 6 de Maio de 1577 113
- Regimento do Superintendente, guarda-mor e mais officiaes das minas de ouro de S. Paulo, com algumas modificações subseqüentes. 19 de Abril de 1702. . . 117
- Pauta pela qual se cobravão os direyos da alfandega do Maranhão. 10 de Setembro de 1780 137

TOMO 4º

- PATENTES — A Antonio da Fonseca, de escrivão da Camara da Bahia. 19 de Novembro de 1642. 1
- A Agostinho Figueira de Mendonça. Alvará para que possa renunciar o officio de Escrivão da Bahia. 23 de Dezembro de 1643 2

A Manoel Lopes Coelho, de Sargento Mór do Rio de Janeiro. 22 de Fevereiro de 1644.	3 v.
A Francisco Garcez Barreto, de Sargento Mór de S. Vicente. 7 de Março de 1644.	4 v.
Ao mesmo. Alvará do offiço de Provedor das Minas de S. Vicente e S. Paulo para quem casasse com huma de suas filhas	6
A Alexandre de Castro, mercê da Companhia do Presidio do Rio de Janeiro. 6 de Abril de 1644.	7
A Diogo Lobo Telles, de Juiz d'Orfãos do Rio de Janeiro. 7 de Abril de 1644	7 v.
A João Antonio Corrêa para ser provido em algum dos cargos que vagarem no Rio, não estando providos por Sua Magestade. 8 de Abril de 1644.	8 v.
A Manoel de Almeida do Canto de Provedor da Fazenda dos defuntos e auzentes no Espirito Santo. 7 de Maio de 1644.	9 v.
A Gaspar de Barros Calheiros, de escrivão do peso dos as-sucares na Bahia. 18 de Maio de 1644	10
A Manoel de Almeida do Canto, de uma companhia de infantaria no Espirito Santo. 25 de Maio de 1644 . .	10 v
A D. Maria Lins. Alvará de lembrança. 4 de Junho. . .	11 v
A' mesma, de uma companhia de Infantaria para seu filho mais velho. 4 de Junho	12 v
A' mesma. Vinte mil reis de tença nas rendas das baleas da Bahia. 6 de Junho de 1644.	14
A Diogo Gonçalves Laço, de capitão do Forte de S. Felippe da Bahia. 6 de Junho	14 v
A Ignacio do Rego Barreto, de Capitão do Pará. 18 de Julho	15 v
A Antonio de Andrade, de escrivão dos orfãos e sesmarias do Rio de Janeiro. 22 de Julho.	17
A Antonio de Lemos Carneiro, de Administrador do pau brasil nos Ilhéos. 3 de Agosto	17 v
Ao mesmo, de Capitão mor e ouvidor dos Ilhéos. 3 de Agosto	18 v
A Manoel Fernandes Bacellar, de meirinho da ouvedoria do Maranhão. 4 de Agosto.	19 v
A Manoel Fernandes Chaves, de feitor do pau brasil nos Ilhéos. 11 de Agosto	21 v
A André Vidal de Negreiros, de Sargento mór do Maranhão. 11 de Agosto	21 v
A Manoel da Motta Botelho, de Escrivão da Ouvedoria do Maranhão. 11 de Agosto	23

A Gaspar de Barros, de feitor do páu brasil na Bahia. 13 de Agosto.	24
A Paulo Soares de Avelar, de capitão da fortaleza do Gurupá. 22 de Agosto.	25
A Jorge Pereira, de capitão do Ynfanteria do Presidio do Rio de Janeiro. 6 de Outubro	25 v
A Francisco Souto Maior, de Governador do Rio de Janeiro. 6 de Outubro.	26 v
A Manoel Jeronimo, a propriedade do officio de inqueridor do Rio para filho ou filha. 22 de Outubro. . . .	28 v
A Manoel Caldeira, de capitão do Gurupá. 23 de Outubro. .	28
Ao mesmo., de Escrivão do Almoxarifado do Pará. 26 de Outubro.	29 v
A Manoel Castilho, de Ajudante do Presidio do Maranhão. 18 de Novembro.	30 v
A Francisco Gonçalves, de Alcaide do Maranhão. 13 de Dezembro.	31
Ao mesmo. Alvará de lembrança na mesma data	32 v
A João Lopes. de Patrão mor da Bahia. 23 de Janeiro de 645	33
A Antonio Mendes Netto, de escrivão do Almoxarifado da Bahia. 26 de Maio de 1645.	34 v
A Nuno Amorim Salgado, de capitão da infanteria da Bahia. 16 de Junho	35 v
A Manoel Pires Corrêa, da capitania da Parahyba. 20 de Julho.	36 v
A Diogo Coelho de Albuquerque, de capitão mor do Seará. 13 de Julho	39
A Simão Alves de la Penha, de Provedor mor da Fazenda. 22 de Agosto	
A Manoel Alves Deus—dará de Provedor da Fazenda em Pernambuco. 23 de Agosto	42
A Jeronimo de Burgos, de Provedor da Fazenda da Bahia. 18 de Setembro	42 v
A André Rodrigues, de Sargento mor do Seará. 26 de Setembro	43 v
A Paulo de Araujo de Azevedo, de Provedor da Fazenda de Pernambuco. 20 de Outubro	44 v
Ao mesmo, para que podesse renunciar o officio em filho ou filha. 22 de Outubro.	
A Manoel Pitta da Veiga, de Provedor da Fazenda do Maranhão. 23 de Dezembro	47 v

A Manoel Jorge Brandão, de escrivão do judicial no Maranhão. 3 de Janeiro de 1646.	49 v
A Bernardo Vieira Ravasco, de Secretario do Brasil. 17 de Fevereiro	50
A João Rodrigues Morales, do posto de Ajudante no Rio de Janeiro. 8 de Março	51
A Izabel dos Santos, alvará para quem com ella casasse. 13 de Março	52 v
A Francisco Coelho de Carvalho, Governador do Maranhão. 20 de Março	53 v
A Mathias de Abreu Lobato, de escrivão da Alfandega da Bahia. 23 de Março	56
A Mathias de Freitas da Costa, de capitão de infantaria no Rio. 5 de Abril	58
A Bernardo Vieira Ravasco, Thesoureiro dos dons reaes das caixas de assucar da Bahia. 20 de Abril	59 v
A Lopo Alves da Fonseca, de sargento mor do Rio. 5 de Maio	60 v
A Helena da Fonceca, terça parte do rendimento do officio de meirinho. 10 de Maio.	62 v
A Bernardo Vieira Ravasco, do ordenado de cem mil reis com o cargo de Secretario. 15 de Maio	63
A Felipe da Fonceca e Gouvea, de Sargento mor do Maranhão. 16 de Maio	63 v
A Pedro da Costa, da servontia de escrivão das execuções do Rio. 1 de Junho	64 v
A Belchior Mondes Torres, de Meirinho do Maranhão. 18 de Junho	65 v
A Cosme Dias Maciel, de uma capitania em Pernambuco para quem casasse com uma irmã. 7 de Julho. . . .	66 v
Ao mesmo de uma companhia de infantaria. 7 de Julho. . . .	67 v
A Agostinho Jeronymo de Oliveira do officio de meirinho do mar de Pernambuco, 13 de Agosto	68
A Antonio Corrêa Teixeira de tabellião de Sergipe. 25 de Agosto.	69
Ao mesmo de escrivão dos orphãos, dos defuntos e ausentes, em Sergipe. 25 de Agosto.	70
Ao mesmo, para renunciar em huma de suas filhas. Mesma data.	70 v
A João Trancoso de Lyra, de capitão d'artilharia do Espirito Santo. 26 de Agosto.	71
Ao mesmo, de um officio de Fazenda para o casamento das filhas. 26 de Agosto	72

Ao mesmo, de officios no Espirito Santo, para o mesmo fim. Idem	72 v
A Antonio Mendes Neto, para fazer a receita do The- soureiro. 2 de Outubro	72 v
A Manoel Rodrigues Bulhões, escrivão da Fazenda do Maranhão. 8 de Outubro.	73 v
A Manoel Furtado, promessa de um officio de justiça. 19 de Outubro.	74 v
Ao mesmo, promessa do habito S. Thiago ou Aviz com 60\$000 de tença e descobrindo e mandando cravo. 6 de Novembro.	75
A Felix de Olanda, de Juiz de Orphãos do Maranhão. 14 de Novembro.	75 v
A Lucas do Couto, de alferes da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio. 21 de Novembro	76 v
A Bernabé Velloso Barreto, lembrança de hum officio de justiça, guerra ou fazenda, pelos serviços prestados no Brasil. 28 de Novembro,	77 v
A Belchior Mendes Torres, alvará de supprimento de idade. 15 de Dezembro.	78 v
A Filippe Bandeira de Mello, de Tenente General mestre de campo, de Pernambuco. 20 de Dezembro	79
A Antonio Gonçalves Seabra, Governo da Fortaleza de Tapagipe, na Bahia. 5 de Janeiro de 1647.	81
A Gaspar Lopes de Figueiredo, promessa de um officio no Rio. 7 de Janeiro	82 v
A André Cardoso Pinto, promessa de um officio no Rio. 7 de Fevereiro.	82 v
A Francisco Barreto, Mestre de Campo General do Brasil 12 de Fevereiro	83 v
A Salvador Corrêa de Sá, de Governador do Rio. 18 de Fevereiro.	84 v
A João Jacome do Lago, de Ouvidor geral do Brasil. 15 de Março.	85 v
A Ruy de Carvalho Pinheiro, de escrivão da Camara da Bahia. 10 de Abril.	86
A Rodrigo Sanches, de Provedor da Fazenda no Espirito Santo. 9 de Maio.	87
A Diogo da Costa, licença para ir dar as suas contas no Rio. 17 de Maio.	87 v
A Francisco de Lyra de Freitas, de Provedor da Fazenda da Parahyba. 24 de Maio	88
Ao mesmo, de promessa de hum officio no Brasil. 24 de Maio	88 v

A Antonio da Fonseca, de escrivão da Camara da Bahia. 10 de Julho.	89
A Francisco de Aranzeda, provisão para advogar na Bahia. 1 de Agosto.	90 v
A João de Molina, de escrivão da Fazenda e Almoxtarifado do Rio. 6 de Agosto.	91
A Balthasar de Castilho, de Ouvidor geral do Rio. 13 de Agosto.	91
A Ascenso Gonçalves Mattoso, de uma companhia para o Brasil. 17 de Agosto.	92 v
A Paulo de Araujo de Azevedo, para renunciar cargos da Republica na Bahia. 7 de Setembro.	93 v
A Miguel de Abreu Soares, do almoxtarifado de Pernambuco, para casar a filha. 7 de Setembro.	94
Ao mesmo, de uma companhia de infantaria no Rio. 7 de Setembro.	95
A Francisco Lopes Refinado, de meirinho do mar da alfandega de Santos e S. Vicente. 17 de Setembro.	95 v
A Vicente de Andrade, de escrivão dos defuntos e ausentes. 2 de Outubro.	96 v
A Luis de Freitas Mattoso, de um officio de justiça a quem casar-se com a filha. 10 de Outubro.	97
A Clemente de Nogueira da Silva, da Fortaleza de Santa Cruz. 10 de Outubro.	98 v
A Manoel de Queiroz de Siqueira, licença para levantar uma companhia e servir com ella no Brasil — 18 de Outubro.	99
A Manoel Rodrigues de Bulhões, de escrivão da Fazenda do Maranhão. 6 de Dezembro.	100
A Vicente de Andrade, de escrivão dos orphãos no Rio. 10 de Dezembro.	100 v
A João Vieira, de Capitão-mór da Nazareth. Mesma data.	101
A José Tavares de escrivão da Camara de Pernambuco. 12 de Dezembro.	101
A Nicoláo Aranha Pacheco, de Mestre de Campo de Pernambuco. 22 de Abril de 1648.	103 v
A Alvaro de Azevedo Barreto para servir no terço de Nicoláo Aranha. 30 de Abril de 1648.	104 v
A Antonio Lameira da França de Capitão-mór do Maranhão. 25 de Maio.	105 v
A Luiz de Magalhães, de Governador do Maranhão. 20 de Junho.	106

A Luiz de Macedo, de Alferes do mar de Pernambuco. 13 de Agosto.	106 v
Ao Padre Manoel Rodrigues, de Capellão-mór do terço velho na Bahia. 25 de agosto	107 v
A Balthesar de Fontes de Mello, de Capitão dos Tocantins. 26 de Agosto	108
A João de Albuquerque de Almeida, de Capitão da Forta- leza do Itapicurú. 3 de Setembro	108 v
Ao mesmo da promessa de hum officio de justiça para casamento de huma filha. 3 de setembro	109
A Manoel Ferreira do Valle, de Almoxarife do Rio de Ja- neiro. 18 de Setembro	109
A Antonio Nogueira da Silva, de Capitão da Fortaleza de Santa Cruz. 24 de Setembro.	109 v
A Francisco da Costa Tristão, de Almoxarife do Pará. 9 de Outubro	110
A Domingos Calreira, de escrivão da Fazenda do Pará. 15 de Outubro.	111
A Antonio Galvão, de Sargento-Mór do Rio. 29 de Novem- bro,	111 v
A Salvador de Britto Pereira, de Governador do Rio. 30 de outubro	112
Ao mesmo. 5 de Novembro	112 v
A Thomaz da Silva, de Capitão de Infantaria do Rio. 5 de Novembro.	113
A Manoel Matheus, Nomeado polvarista para o Rio de Janeiro. 9 de Dezembro	113
A Antonio Leite Pereira, de Ajudante do Sargento-mór. 15 de Novembro.	113 v
A Gonçalo Pinto de Freitas, para renunciar o officio de escrivão da Fazenda da Bahia em filho ou filha. 6 de Fevereiro de 1649.	114 v
A Mathias Cardoso, de Tabellião da Bahia. 14 de Setembro de 1650.	115 v
A D. Francisco de Figueiredo, de Ouvidor Geral do Brazil. 20 de Agosto de 1651.	116

Segunda Parte

REGISTOS

Mandando pagar a Mathias Gonçalves Salazar 298\$330, que se lhe tomarão em breu e pregaduras para o apresto da Armada que foi a Pernambuco. 13 de Agosto de 1643.	239
Alvará de mercê a Luiza de Seixas Telles, de um officio de fazenda ou guerra para quem com ella cazasse, Serviços de Fernão Martins de Seixas. 21 de Abril de 1646.	240
A Diogo Carrilho Rotulo, Sargento-mór da Capitania da Condeça de Vimieiro. 2 de Abril de 1647.	241 v
A Antonio de Araujo, de Inquiridor e Contador da Ouvidoria do Brasil. 3 de agosto de 1648	242 v
A Diogo de Oliveira de Carvalho, de Capitão de huma Companhia de 100 homens para a jornada do Brasil em que hia com o Conde de Castello Melhor. 6 de Agosto de 1649.	243
A Antonio da Vide, mercê de uma Companhia de infantaria para o Brasil. 6 de Agosto de 1649	244
A João de Castilho Pinto, mercê de hum officio da fazenda justiça ou guerra no Brasil para hum filho seu. 2 de Abril de 1649	244 v
A João Tinoco, do officio de Sargento-mór do Terço Velho da Bahia. 15 de setembro de 1649	245
A Manoel Couceiro, de huma Companhia de Infanteria que houvesse de ficar de guarnição no Recife. 23 de setembro de 1649	246
A Gabriel Corrêa de Bulhões, mercê de hum officio de justiça, fazenda ou guerra para quem cazasse com huma de suas filhas. 24 de Setembro de 1649	246 v
A Jorge Rodrigues de Nisa da propriedade do officio de Escrição da Fazenda e Almoxarifado da villa de Santos 16 de Outubro de 1649	247 v
A Duarte Lopes Ulloa, de huma Companhia das do presidio da cidade do Salvador. 20 de Outubro de 1649	248
A Manoel de Toar Froes, mercê de huma companhia para continuar no serviço do Brasil. 29 de Outubro de 1649.	249

A Lourenço Carneiro de Araujo, de Juiz da Alfandega de Pernambuco, quando se recuperasse, por seis annos. 21 de Outubro de 1649	249 v
A Matheus Ferreira Villas Boas de Provedor mór da Fazenda do Brasil por 3 annos. 4 de Agosto de 1649	250 v
A Antonio Dias Cardozo de Mestre de Campo da Gente da Ordenança da Capitania de Pernambuco. 12 de Novembro de 1648.	251 v
A Antonio Dias Cardoso alvará de lembrança para quem cazasse com huma prima sua. 12 de Novembro de 1648.	252
A Gabriel Teixeira Franco da Capitania do Pará. 13 de Novembro de 1649	252 v
A Bernardo Vieira Ravasco, de Secretario de Estado e Guerra do Brasil sem limitação de tempo. 7 de Março de 1650	254 v
A Felicianno de Araujo de Azevedo de Juiz de Orfãos da capitania de Pernambuco quando se restaurasse. 3 de Janeiro de 1650	255
Mercê a Christovão de Barros Rego. 18 de Julho de 1648.	254 v
A Domingos Machado de huma Companhia de Infantaria no Estado do Maranhão. 16 de Abril de 1649	256
A Ruy de Carvalho Pinheiro de Escrivão da Camara e Orfãos da Bahia. 4 de Abril de 1650.	256 v
A Antonio Camello de Escrivão da Ouvidoria Geral do Brasil. 14 de Maio de 1650	257 v
Ao Licenciado Mathias Lopes de Araujo, de Ouvidor Geral do Maranhão por tempo de trez annos. 17 de Junho de 1650.	258
A Isabel de Abreu, alvará de lembrança para casamento de sua filha mais velha, por serviços de seu marido e filho. 20 de Dezembro de 1650	258
AMathias Ricardo de Abreu, mercê a seu filho Antonio de Abreu de Contador, Inquiridor e Escrivão da Almotaçaria de Pernambuco. 20 de Dezembro de 1650	260
A João Gonçalves Peniche de Capitão de Cavallos por serviços nas guerra de Pernambuco. 5 de Fevereiro de 1651.	259 v
Ao mesmo. Alvará de lembrança para casamento de huma filha. Era supra.	261 v
A João Velho de Azevedo de Ouvidor da Capitania do Rio. 10 de Setembro de 1651.	261 v
A João Fernandes Vieira de Mestre de Campo do Terço das Companhias de Infantaria e Ordenança de Pernambuco. 12 de Junho de 1651.	262

- A João Tinoco de Tenente do Mestre de Campo General da cidade de S. Salvador em 1 de Junho de 1651. . . . 243 v
- A Francisco Velho de Lemos, filho de Manoel Gonçalves Romeiro, dos Offícios de Patrão-mór e Juiz dos Calafates de Pernambuco para casamento de huma filha. 14 de Outubro de 1650. 264 v
- A Manoel da Silva Pereira, de huma Companhia de Infantaria paga no Brasil. 7 de Junho de 1651. 265
- A Simião Carvalho Capitão do Espirito Santo. 17 de Junho de 1651. 266
- A Sebastião Martins, Cirurgião do presidio do Rio de Janeiro. 27 de Junho de 1651 267
- A Antonio Galvão de Sargento-mór do Rio de Janeiro. 12 de Junho de 1651 267 v
- Ao Dr. Fernão da Maia Furtado, de Dezembargador da relação do Brasil. 3 de Novembro de 1651 268
- Ao Lc.do Simão Alves de la Penha, de Dezembargador dos Aggravos da relação da Bahia. 27 de Novembro de 1651. 269
- Ao Dezembargador Francisco de Figueiredo de Ouvidor Geral do Estado do Brazil. 15 de Novembro de 1651. . 269 v
- A Agostinho de Figueiredo de huma das Companhias de Infantaria que havião de hir com o Governador D. Luiz de Almeida. 24 de Novembro de 1651 270
- A Garcia da Gama de huma das Companhias de Infantaria que havião de hir com D. Luiz de Almeida. 24 de Novembro de 1651. 270 v
- A D. Luiz de Almeida de Capitão-mór e Governador do Rio de Janeiro por trez annos. 7 de Setembro de 1651. 271
- A Fr. Manoel da Silveira de Caellpão mór do terço de André Vidal. 21 de Novembro de 1651. 272
- A Pero Gomes de Sargento-mór do terço velho da Bahia. 15 de Novembro de 1651. 272 v
- A Antonio Monteiro, mercê a seu filho Sebastião Monteiro, de Meirinho da Correição e Ouvidoria Geral do Rio. 14 de Junho de 1649. 273
- Ao Licenciado Francisco Barradas de Mendonça de Provedor mór dos defuntos e auzentes. 26 de Agosto de 1651. 273 v
- A Luiz de Mello Pinto, de huma Companhia de Infantaria. 28 de Novembro de 1651. 274
- A Manoel Soares Garcez, de Capitão do Forte do Calvario. 7 de Dezembro de 1651, 274 v

- A Gaspar de Souza de Carvalho, de Sargento mór do Terço Velho da Bahia. 7 de Dezembro de 1651 . . . 275
- A Pero de Sousa de Brito, de huma Companhia de Infantaria no Brasil. 22 de Agosto de 1647. 275 v
- A Gaspar de Souza Uchoa para ser provido de hum dos terços da Infantaria da Bahia. 15 de Dezembro de 1651. 276 v
- A Pero Luiz Paim, mercê da Companhia em que era provido por Salvador de Brito Pereira. 17 de Fevereiro de 1652. 277
- A Antonio Vieira do Pedrosa, Porteiro da Alfandega e Guarda dos Livros das Contas da Bahia, licença para renunciar. 26 de Fevereiro de 1652. 277 v
- A Ignacio do Rego Barreto, de Capitão mór da Capitania do Pará. 3 de Março de 1652. 278
- A Felix Madeira de Gusmão da Capitania de Cabo Frio. 4 de Setembro de 1647. 279
- A Balthazar de Souza Pereira, de Capitão-mór do Maranhão. 16 de Abril de 1652. 280
- A Antonio da Fonseca, de Carcereiro da Bahia. 3 de Julho de 1652 280 v
- A Antonio da Fonseca, alvará de lembrança para quem cazasse com huma de suas filhas. 3 de Julho de 1652 281 v
- A Francisco de Carvalho, Porteiro da Alfandega e Guarda dos Livros das Contas da Bahia. 20 de Junho de 1652 282
- A Manoel Rodrigues de Bulhões, de Escrivão da Fazenda, Almojarifado e Alfandega do Maranhão. 14 de Junho de 1652. 282 v
- Ao Ld.º Antonio Coelho Gasca, de Ouvidor do Pará. 3 de Agosto de 1652. 283
- A Pero Correia, de Sargento-mór do Pará. 29 de Julho de 1652. 283 v
- A Antonio Correa que pudesse dar as suas contas no Rio de Janeiro pelo risco que corria em vir á Bahia. 13 de Agosto de 1652. 284
- A Filippe da Fonseca e Gouvea, de Sargento-mór do Maranhão. 6 de Agosto de 1652. 284 v
- A Daniel Diogo Estrangeiro, Engenheiro de fogos e Petardeiro de Pernambuco. 10 de Setembro de 1652 . . . 285 v
- A Gregorio Mendes da Silva, de Provedor-mór da Fazenda do Brasil. 25 de Agosto de 1652 286
- Ao Dr. Affonso Soares, de Desembargador da Relação do Brasil. 8 de Novembro de 1651. 287

A Manoel Gonçalves Caroco, de Capitão do Forte de S. Francisco da Bahia. 26 de Setembro de 1652.	287 v
A Jorge Gomes Alamo, mercê de oito legoas de terra na Capitania do Pará. 10 de Outubro de 1652	288
A Valentim Durão de Carvalho, de huma Companhia de Infantaria no terço de Nicoláu Aranha Pacheco. 5 de Outubro de 1652	295
A Manoel de Queiroz Sequeira, de Provedor da Fazenda real da Parahiba. 18 de Outubro de 1647.	295 v
A Francisco Gonçalves de Alcaide e Carcereiro da Villa do Recife. 1 de Agosto de 1650.	296 v
A Christovão de Burgos Contreiras, de Desembargador dos aggravos da Relação da Bahia. 21 de Janeiro de 1653.	297 v
A Gaspar Pacheco e Contreiras, de huma Companhia de Infantaria no terço velho da Bahia. 1 de Novembro de 1653.	298
A Pero de Miranda, de Sargento-mór do Terço de Francisco de Figueiroa. 23 de Maio de 1653.	299
A André Borges, de huma das Companhias que havião de acompanhar o Conde de Atouguia. 3 de Julho de 1653.	299 v
A Antonio Barbalho, de huma Companhia no Terço de Nicoláu Aranha. 21 de Junho de 1653.	300
A Manoel de Andrade, de uma das Companhias que havião de acompanhar o Conde de Atouguia. 9 de Julho de 1653.	300 v
A Miguel de Abreu Soares, de uma Companhia de Infantaria no Rio de Janeiro, 9 de Julho de 1653.	301 v
A José de Sousa de Capellão da Fortaleza da Barra do Rio de Janeiro. 24 de Março de 1653.	302
A Felipe Gitão, de Engenheiro no Brasil, 21 de Fevereiro de 1653.	302 v
A João Mendes de Vasconcellos, de uma Companhia de Infantaria, no terço velho da Bahia. 21 de Junho de 1653.	303
A Francisco Pereira de Meirinho do mar e alfandega da Bahia. 20 de Agosto de 1653	303 v
A Francisco Gonçalves, mercê a seu filho Antonio Rodrigues de Meirinho da Correição da Villa do Recife. 1 de Agosto de 1650.	304

CONSELHO ULTRAMARINO

PAPEIS VARIOS

TOMO 1º

1. Carta familiar na data de 6 de Julho de 1752, escripta pelo Illmo. Exmo. Sr. Secretario de Estado, Sebastião José de Carvalho e Mello a seu irmão o Illmo. e Exmo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, em que felicita sobre a sua chegada ao dito Estado, louva as suas primeiras disposições, participa-lhe a resolução que Sua Magestade havia tomado a respeito do Ouvidor louco que alli tinha achado, e communica-lhe que no mesmo dia tinham partido para Madrid ratificadas as Instruções dos Commissarios dos limites para os quaes elle Governador se achava nomeado principal commissario e plenipotenciario, remettendo-lhe a carta geographica, e o Tratado de limites, e instruindo-o sobre as prevenções que desde logo devia antecipar para as demarcações 1
2. Carta ao mesmo Governador na data de primeiro de Dezembro do dito anno, promettendo-lhe escrever mais largamente pela frota, e participando-lhe as noticias de haver Sua Magestade resoluta em Consulta do Conselho Ultramarino mandar levantar dois regimentos no Pará e um no Maranhão e abrir o Commercio pelo rio da Madeira para o Matto Grosso e Goyazes. 15
3. Consulta do Conselho Ultramarino de 7 de Agosto de 1752 sobre o assumpto de que na carta acima se faz menção. 19
4. Consulta do mesmo Conselho de 16 de Janeiro de 1751, sobre a conta que deu Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, de ter arrematado os terços daquelle Capitania. 45
5. Relação dos soldos, praças de farinha e mantimentos de cavallos que antes de arrematados vencião na dita Capitania as tropas della. 53

6. Relação dos ditos soldados, praças de farinha e mantimentos que ficão vencendo depois de arremetidos. 57
 7. Relação da despeza que fica cessando, do almoxarifado do Pará, conforme o plano proposto na sobredita consulta 60
 8. Relação da despesa que se fará com dois regimentos no Pará conforme o referido plano. 63
 9. Voto que deu o Ilmo. e Exmo. Sr. Sebastião José de Carvalho e Mello sobre o referido plano 65
 10. Relação do que custará no Maranhão um regimento, sendo Coronel delle o mesmo Governador, sem novo soldo, e consistindo em oito companhias de cincoenta homens cada huma 71
 11. Carta de Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, achando-se governando o Estado do Grão-Pará, escripta ao Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte Real em 1º de Dezembro de 1751, sobre a ordem que se lhe espediu para mandar restituir ás Minas dos Arinos uns homens que dellas havião decido aquella Cidade de Belém pelo rio dos Tapajoz, a qual se fez pelo rio da Madeira, e com aquelle pretexto se fizerão as explorações que refere, 74
 12. Carta que o Secretario de Estado Marco Antonio de Azeredo Coutinho escreveu ao dito Governador e Capitão General em 15 de setembro de 1748 sobre a dita averiguação 93
 13. Navegação do rio da Madeira principiada em 25 de setembro de 1749 102
 14. Breve noticia das serranias de que procedem as cachoeiras do rio Madeira. 159
 15. Navegação do rio Aporé até chegar ás Minas de Matto Grosso. 249
 16. Situação do Matto Grosso, seu descobrimento de Minas, e estabelecimento de seus arrayaes. 391
 17. Descobrimento de ouro e diamantes que tem havido a leste da chapada de Matto Grosso, impedido pelas justças de Cuyabá. 404
- N. R. Os numeros de 13 a 17 referem-se á exploração do Madeira realisada por José Gonçalves da Fonseca. C. Mendes de Almeida, no segundo volume das Memorias, publicou a primeira parte, comprehendendo os numeros 13, 14 e 15, já antes impresso em Lisboa. Os numeros 16 e 17 foram impressos na Revista de 1866, p. 1ª. Na cópia falta tudo quanto se refere á navegação do Amazonas, correspondente as

- pags. 269-289 de Candido Mendes. José Gonçalves da Fonseca terminou seu trabalho no Pará 20 de Janeiro de 1752.
18. Carta do Illm. e Exm. Sr. Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, escripta ao Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte Real em 20 de Janeiro de 1752, em que declara, depois de ouvir algumas pessoas sobre o juizo que fazião do Tratado de limites, o seu parecer. 469
 19. Parecer que deu João de Sousa de Azevedo sobre o referido em 26 de Janeiro de 1752. 492
 20. Juizo que o Bispo do Pará, D. Fr. Miguel de Bulhões, expõe ao Secretario de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a navegação e exploração do rio Madeira em Carta de 12 de janeiro do dito anno. 503
 21. Juizo que fórma o Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, em carta dirigida ao mesmo Secretario de Estado de 3 de Dezembro de 1751 e Sobre o mesmo assumpto. 525
 22. Carta do dito Governador e Capitão General, ao Secretario de Estado Pedro da Motta e Silva de 2 de setembro de 1750, sobre o que lhe parece quanto ao Tratado de limites. 549
 23. Lembrança do que diz o dito Governador pôde ser preciso para a expedição da medição dos dominios de S. M. F. e C. 557
 24. Parecer do referido João de Souza de Azevedo, feito em 16 de Janeiro de 1752 sobre o Tratado dos limites. 561
 25. Lista dos moradores que ha no Matto Grosso. . . . 605

TOMO 2º

1. Carta do Illm. e Exm. Secretario de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello de 6 de Julho de 1752 para o Bispo do Pará D. Fr. Miguel de Bulhões, de mero comprimento. 4
2. Carta do mesmo Illm. e Exm. Secretario de Estado de 30 de Abril de 1753 para seu irmão o Illm. e Exm. Francisco Xavier de Mondonça Furtado, Governador e Capitão General do dito Estado do Pará, em que accusa os papeis que lhe remete e são os que abaixo se declaração. 4 v
3. Relação dos papeis que se remettem 5 v

4. Pleno poder d'El-Rei Nosso Senhor de 30 de Abril de 1753, em que constitue o Illm. e Exm. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão, seu primeiro commissario para as conferencias e demarcações 7
5. Instrucção que Sua Magestade mandou expedir ao sobredito Governador e Capitão General, assignada pela sua real mão em 30 de Abril de 1753, como seu principal Commissario para se regular nas referidas conferencias e demarcações 8 v
6. Carta familiar e secretissima escripta pelo Illm. e Exm. Secretario Sebastião José de Carvalho e Mello ao dito seu irmão em 10 de Maio de 1753 para servir de supplemento á referida Instrucção particular, e sobre a fôrma de praticar a demarcação dos limites. 18 v
7. Tratado sobre a intelligencia das cartas geographicas com data de 17 de Janeiro de 1751 e ratificada em 18 de Abril do dito anno 28
8. Tratado de prorogação, assignada em 17 de Janeiro de 1751 e ratificada em 18 de Abril do dito anno. 30 v
9. Artigos separados do Tratado concluido e assignado em 17 de Janeiro de 1751 34 v
10. Tratado de 17 de Janeiro de 1751 e supplemento a elle assignado em 17 de Abril do dito anno. 40 v
11. Tratado de 24 de Junho de 1752 e ratificado em 23 de julho do dito anno. 67
12. Tratado de 31 de Julho de 1752 85 v
13. Carta familiar escripta secretissimamente em 14 de Maio de 1753 pelo Illm. e Exm. Secretario de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello a seu irmão, que serviu de cuberta as duas cartas por que El-Rei Nosso Senhor havia mandado instruir a Gomes Freire de Andrade, manifestando-lhe os motivos que concorriam para se precaver, assim contra os commissarios hespanhóes, como contra as diligencias que se faziam para invalidar o Tratado e contra os perigos que ameaçavão os Astrologos estrangeiros que hiam introduzir-se no Brasil. E participando-lhe o modo por que Gomes Freire de Andrade se tinha havido, assim com o principal commissario, como com os Engenheiros e Astronomos, e remettendo-lhe as relações seguintes 88 v
14. Relação dos Engenheiros, que forão para o Pará. 89 v
15. Relação dos soldos e congruas das pessoas destinadas para a regulacão dos limites. 92 v

16. Carta familiar e secretissima ao mesmo Ilm. e Exm. Governador e Capitão General na data de 15 de Maio de 1753 em resposta dos seus despachos do mez de novembro proximo precedente. 93 v
17. Um breve impresso. Não se tirou cópia.
18. Carta para o Bispo do Pará de 16 de Maio de 1753 pela qual se lhe participa havel-o Sua Magestade encarregado do Governo temporal daquella Capitania durante a ausencia do Governador e Capitão General, e sobre alguns negocios que occorrerão. 107
19. Carta para João Antonio Pinto da Silva, Secretario de Estado do Pará, em que se lhe participa deve seguir ao Governador e Capitão General como Secretario das Conferencias. 108 v
20. Carta familiar escripta ao referido Governador e Capitão General na data de 5 de Agosto de 1753, em que se lhe participa tudo o que accresceu depois da partida da Frota sobre a execução do Tratado de limites. . 109 v
21. Carta familiar na mesma data sobre o mesmo assumpto. 111
22. Negocios representados a El-Rei Nosso Senhor pelo Bispo, Governadores e Ministros do Pará e Maranhão pelos navios que chegarão no anno de 1754, que necessitavão resolução do mesmo Senhor para se expedirem pela Frota de 1755, e nelle se veem os pareceres sobre os ditos negocios. 113
23. Carta familiar para o sobredito Governador e Capitão General de 17 de Março de 1755 sobre as ultimas novas que havião chegado de Gomes Freire de Andrade concernente ao estado das demarcações dos limites pela banda do norte do Brasil até o mez de Outubro de 1754. 132
24. Carta firmada pela real mão de Sua Magestade na data de 3 de Março de 1755 para sahirem do Maranhão e Pará os Jesuitas Theodoro da Cruz, Manoel Gonzaga e Roque Underfunt 137
25. Carta firmada pela mesma real mão na mesma data para o Desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro hir ao Piauihy com hum pleno poder a reduzir á ordem os desconcertos daquella Capitania. 138 v
26. Carta instructiva expedida na mesma data pelo Secretario de Estado Pedro da Motta e Silva ao dito Ministro sobre a mesma materia 141 v
27. Trez cartas firmadas pela real mão na mesma data para o Vice-Rei da Bahia e Governadores de Pernambuco e Maranhão darem ao referido Desembargador todo o auxilio militar que lhe pedisse. 143

28. Carta firmada pela mesma real mão na mesma data para se erigir a aldeia do Trocano em villa com a denominação de Borba a nova. 143 v
29. Carta firmada pela mesma real mão na mesma data para se erigir a aldeia, que o mesmo Senhor mandou fundar entre a boca oriental do rio Javary e aldeia de S. Pedro em villa, capital do novo Governo de S. José do rio Negro, que também manda estabelecer 144 v
30. Cópia da Provisão que foi expedida em 5 de Agosto de 1746 para se fundar a capital de Matto Grosso . . 149
31. Cópia de huma carta escripta em 25 de Outubro de 1752 pelo Governador e Capitão General o Ilm. e Exm. Francisco Xavier de Mendonça Furtado a seu irmão o Ilm. e Exm. Sebastião José de Carvalho e Mello, em que representava o terem replicado os regulares á execução da ordem que fora no anno de 1748 para se praticar naquelle Estado a ordem que no anno de 1731 se expediu para o arcebispo de Goa visitar as aldeias 153
32. Quatro copias das cartas que os Prelados d'aquelle Estado escreverão ao Bispo do Pará no assumpto acima. 157
33. Carta firmada pela real mão de Sua Magestade na data de 3 de Março de 1755 para sahirem os regulares da Companhia da referida aldeia de S. Pedro que manda erigir em Villa, deixando-se por ora a sua administração espirital aos religiosos do Carmo. 161
34. Carta expedida pelo Secretario de Estado Pedro da Motta e Silva em data também de 3 de Março do dito anno, que acompanhava a carta acima 162 v
35. Carta do Ilm. e Ex. Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 20 de Janeiro de 1752, escripta ao Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, que deo assumpto a se escreverem as duas cartas acima. 163 v
36. Diferentes documentos que acompanharão a mesma carta. 169
37. Carta firmada pela real mão de Sua Magestade na data de 11 de Março de 1755 sobre a deserção dos Indios, que os Jesuitas haviam fomentado, e sobre as providencias para a evitar. 178
38. Carta cominatória que o Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte Real escreveu em 18 de Maio de 1753 aos superiores das Missões que fornecessem os Indios, e que os mesmos superiores subterfugirão pelo meio da deserção. 181
39. Carta do Ilm. e Ex. Francisco Xavier de Mendonça Furtado escripta em 10 de Setembro de 1754 a seu irmão, que deu assumpto á carta regia que fica acima. 182

40. Carta escripta na mesma fórma em 14 de Junho do dito anno sobre o mesmo assumpto 184
41. Relação de todos os Indios das aldeias de cima e de baixo que se ausentaram da cidade de Belém do serviço de Sua Magestade athe 15 de Março de 1754. 186
42. Relação de todos os Indios que tem desertado da fabrica das canoas do Pará até 27 de Abril de 1754 . . 183
43. Carta do Illm. e Ex. Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 1 de Julho de 1754 para seu irmão, que acompanham dous papeis de noticias, que tinha recebido dos Governadores do Matto Grosso e Maranhão sobre os successos da demarcação da parte do sul e outras diferentes copias 192
44. Diferentes cópias de documentos que vieram na carta acima 204
45. Carta do Illm. e Ex. Francisco Xavier de Mendonça Furtado para seu irmão com data de 10 de Setembro de 1754, em que refere os embarços que tem experimentado para fazer a sua viagem, pela deserção dos Indios, porem que espera concluir a sua sahida dia de Nossa Senhora das Mercês. 216 v
46. Diferentes documentos que trasia a dita carta. . . 218
47. Carta do sobredito Illm. Ex. Francisco Xavier de Mendonça Furtado escripta a seu irmão em 16 de Setembro de 1754, sobre o assumpto acima, para effeito do que mandara proceder a huma Junta de Missões e o que se resolvera sobre aquella materia 226
48. Assento que se tomou na junta de que acima se faz menção 228
49. Carta secretissima da mão propria do dito Illm. Ex. Francisco Xavier de Mendonça Furtado do 1º de Outubro de 1754, em que refere partia para sua viagem no dia seguinte, e o que tenha occorrido sobre ella. 229 v
50. Conta das canoas que leva para a dita jornada. 230
51. Carta familiar do Bispo do Pará para o Illm. e Ex. Sebastião José de Carvalho e Mello, em que lhe comunica algumas noticias d'aquelle Estado 231
52. Summario do regimento das Missões do anno de 1686, e ordens que a elle andam juntas. 234 v
54. Relação do dinheiro, mantimentos, generos, materiaes e munições de guerra que levou a Frota do anno de 1755, para a Meza, culturas das terras, resgates dos Indios, aprestos e pinturas das canoas e defesa do Estado e todas as ordens e Decretos que se passarão a esse respeito 239

55. Carta familiar do Illm. e Ex. Secretario de Estado para seu Irmão na data de 14 de Março de 1755, recopilando as resoluções que Sua Magestade havia tomado sobre os negocios mais importantes e urgentes d'aquelle Estado. 247
56. Carta familiar pela Real mão de Sua Magestade na data de 14 de Fevereiro de 1755 para o Ouvidor Geral João da Cruz Diniz Pinheiro tirar a residencia do Ouvidor do Maranhão Manoel Sarmento e a remetter á Real presença do mesmo Senhor. 254 v
57. Carta tambem firmada pela real mão de Sua Magestade participando ao Governador e Capitão General esta noticia. 255
58. Tres cartas firmadas pela real mão na data de 14 de Março de 1755 para se dobrarem os ordenados ao Secretario João Antonio Pinto da Silva, e aos Thesoureiros Mathias da Costa e Sousa, e Lourenço Anvers Pacheco em quanto durar a expedição das demarcações. 255 v
59. Aviso ao Conselho Ultramarino da mesma data para se passarem patentes de Principaes aos Indios Alberto Coelho e Gonçalo de Sousa, e de Sargentos-móres aos Indios Luis de Miranda e Francisco de Sousa. 257
60. Carta do Illm. e Ex. Secretario de Estado para seu Irmão na data de 14 de Março de 1755, sobre os requerimentos e despachos dos Ministros e officiaes do Estado do Pará. 257 v
61. Carta do mesmo Illm. e Ex. Secretario de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello para seu Irmão, de 17 de Março de 1755, em que lhe participa as ultimas novas que haviam chegado de Gomes Freire de Andrade, concernente ao Estado aas demarcações dos limites pela banda do norte do Brasil, até o mez de Outubro de 1754. 262
62. Carta escripta na forma acima na data de 15 de Março sobre as machinações que se tem formado contra a regularidade da partida das Frotas, e contra o estabelecimento das casas de Inspeção. Participando-lhe a causa com que se demorou a partida da Frota, e recommendando-lhe a applicação dos meios para a fazer voltar com brevidade. 268
63. Carta secretissima escripta na sobredita fórma em 18 de Março de 1755 sobre o character do Bispo do Maranhão, e dos officiaes e Ministros que vão na Frota para servirem naquello Estado. 271
64. Carta ao Bispo do Pará na data de 20 de Março, respondendo-lhe aos negocios sobre que havia escripto no anno proximo precedente. 273

65. Outra carta ao mesmo Bispo em estilo familiar na data de 21 do dito mez. 274
66. Carta ao Ouvidor Geral João da Cruz Diniz Pinheiro na data de 3 de Março de 1755 para fazer sahir do Pará ao rabula João Baptista Gomes 275 v
67. Outra carta ao mesmo Ouvidor Geral na data de 21 de Março de 1755, em resposta das suas do anno proximo precedente. 276
68. Carta para o Juiz de Fôra Francisco Rodrigues de Rezende, respondendo-lhe as que havia escripto no anno proximo precedente, e participando-lhe os despachos que Sua Magestade lhe havia conferido 277
69. Decreto por que forão despachar os Bachareis João da Cruz Diniz Pinheiro, Francisco Rodrigues de Rezende e Thomaz Luiz de Barros na data de 27 de Março de 1753, 278
70. Decreto de 12 de Março de 1755 a favor de Francisco Rodrigues de Rezende, Juiz de Fôra do Pará, por que Sua Magestade lhe fez mercê de que, findos os seis annos, e dando boa residencia, logo que chegar a esta côrte, se lhe passe carta de Dezenbargador da Relação do Porto 279
71. Regimento formal pelo dito Ministro para o lugar de Juiz de Fôra do Pará. 280
72. Decreto de 12 de Março de 1755 da quantia de oitocentos mil réis que particularmente se entregarão a huns credores do dito Bacharel, de dinheiro que tomou para se preparar e as quitações se lhe remetterão 285
73. Decreto de 12 de Março de 1755 para se entregarem annualmente nesta cidade á ordem do dito Bacharel 80\$000 pela folha das familias do Conselho 285 v
74. Carta na data de 21 de Março de 1755 escripta ao Secretario de Estado do Pará João Antonio Pinto da Silva, respondendo as suas do anno proximo precedente. 286
75. Carta na referida data escripta ao Provedor da Fazenda Reil, Mathias da Costa, em resposta tambem das cartas do anno precedente 286
76. Carta na mesma data e referida fôrma, escripta a Lourenço Anvers Pacheco 287
77. Despacho que Sua Magestade concedeu ao Sargento mór João Baptista de Oliveira, que fundou a villa de Macapá. 280 v
78. Decreto a favor do Sargento mór Luiz José Soares Serrão, e de seu irmão, e de outros papeis concernentes aos mesmos. 292

79. Decretos do estabelecimento dos dois Regimentos do Pará e das nomeações dos Coroneis delles 293
80. Relação dos soldos e congruas que vencem os Governadores e Bispos da America portugueza 296
81. Aviso que foi ao Presidente do Conselho Ultramarino em 3 de Março de 1755, assignado pelo Sr. Secretario de Estado Pedro da Motta e Silva, para subirem á real presença de Sua Magestade as Consultas, papeis e ordens pertencentes ás demarcações do territorio do Piauhý, e os tres ultimos contractos dos dizimos d'aquella Provedoria, suspendendo-se no entretanto todas as ordens e arrematações. : 296
82. Seguem-se todos os papeis que subirão do Conselho Ultramarino 297
83. Carta de 12 de Maio de 1755, expedida pelo navio que transportou o brigadeiro Antonio Carlos de Castro, sobre o estabelecimento da Companhia do Commercio, sobre a lei para se restituir a liberdade dos Indios, sobre as congruas dos regulares 293 v
84. Duas cartas regias de 10 de Julho de 1755 para sahirem do Pará e Maranhão os religiosos da Provincia da Piedade, e para que os da Provincia da Conceição passassem para o Estado do Maranhão, onde teem os seus Conventos 312 v
85. Quatro Provisões do Conselho Ultramarino respectivas aos Religiosos da Provincia da Conceição, expedidas em differentes annos. 314 v

TOMO 3º

- Para os Officiaes da Camara do Pará. Mandando retirar a Sebastião de Lucena, Capitão mór da capitania do Pará, e substitui-lo no mesmo posto Ayres de Sousa Chichorro, nomeado pelo Governador Ignacio do Rego Barreto — 28 de Setembro de 1648 1
- Para os Officiaes da Camara do Pará. Que Luiz de Magalhães, mandado por Governador do Estado, lhes communicaria um negocio muito importante para haver dinheiro com que se sustentasse a gente de guerra — 21 de Outubro de 1648. 1 v
- Para Antonio Figueira Durão sobre a ordem do Provedor para que nenhuma pessoa podesse pescar, excepto por ordem dos Officiaes da Fazenda — 1 de Agosto de 1650. 2
- Para os Officiaes da Camara. Sobre a rede de pescar que ha na ilha dos Joannes para sustento da Infantaria — 8 de Agosto de 1650 2 v

Para os officiaes da Camera do Pará. Dividindo a Capitania do Pará do Governo do Maranhão — 27 d'Abril de 1652.	3
Para os Officiaes da Camara do Pará Restituindo áquella Capitania os Padres da Companhia — 28 de Setembro de 1652.	3 v
Para os Officiaes da Camara. Sobre a nova lei da liberdade dos Indios — 9 de Abril de 1655	4
Para os Officiaes da Camara. Que ponderassem o parecer de André Vidal de Negreiros que julgava mal escolhido o local da Cidade, e conveniente mudal-a para os Joannes — 17 de Junho de 1656	4 v
Para os Officiaes da Camara do Pará. Agradecendo-lhes o zelo com que tinham concorrido para a obra da atalaia mandada executar por André Vidal de Negreiros em favor da navegação — 12 de Junho de 1656	5
Para André Vidal, approvando-lhe o seu parecer de se pagar o salario dos Indios a metade em pano e a outra em ferramenta — 12 de Julho de 1656.	5 v
Provisão acerca do mesmo assumpto — 12 de Julho . . .	6
A André Vidal. Que devia ouvir os Officiaes da Camara, e não sómente dar o seu parecer, acerca das obras da igreja dos Religiosos da Companhia que ficavão servindo de padraço á fortaleza — 17 de Outubro de 1656	6 v
Comunicação da morte do Rei—regencia na minoridade do Principe D. Affonso: luto por dois annos, e como se traria — 17 de Novembro de 1656	7
Para os Officiaes da Camara. Acto do levantamento da rainha, que fizessem o mesmo, e mandassem certidão para se guardar na Torre do Tombo — 17 de Novembro de 1656	8
Para D. Pedro de Mello, communicando-lhe estar declarada guerra com os Estados de Hollanda — 29 de Novembro de 1656.	8 v
Provisão confirmando o perdão concedido pelo Governador aos implicados no motim e expulsão dos Padres — 12 de Setembro de 1663	9
Para os Officiaes da Camara. Que se tinha attendido aos apontamentos do seu Procurador Paulo Martins Garro — 18 de Março de 1671.	9 v
Para os Officiaes da Camara. Nomeando Marçal Nunes da Costa para o cargo de Capitão mór — 15 de Março de 1663	9 v
Para os Officiaes da Camara. Extranhando-lhe o seu procedimento na publicação e execução que se procurava	

- dar á nova lei sobre os Indios, e que não entendessem com os do Gurupá e Ingaibas — 21 de Novembro de 1673 10
- Para os Officiaes da Camara. Que se não intromettessem no governo dos Indios da capitania do Camutá, de que era donatario Antonio de Albuquerque Coelho — 24 de Abril de 1674 11
- Para os Officiaes da Camara. Que o Governador lhes communicaria um negocio muito importante para conservação e augmento do Estado — 4 de Abril de 1675. 11 v
- Para os Officiaes da Camara. Sobre a queixa do Capitão mór Marçal Nunes, a quem se não concediam Indios na repartição delles — 10 de Maio de 1675. 11 v
- Para os Officiaes da Camara. Do estanco que se mandava estabelecer por conta da Fazenda Real; promessa de se lhe mandar dinheiro — 19 de Setembro de 1676 . . 12
- Para os Officiaes da Camara. Agradecendo-lhe o como havião tratado os 50 cazaes ali mandados do Fayal, e quanto á moeda se ficava tratando do modo de a introduzir — 9 de Novembro de 1677 13
- Para os Officiaes da Camara. Que se registrassem as fazendas de embarque, e se remetteste o manifesto della á Casa da India — 16 de Fevereiro de 1680. . . 13
- Para os Officiaes da Camara. Sobre a lei que em nenhum caso podesse captivar indio algum—10 d'Abril de 1680 14
- Para os Officiaes da Camara. Sobre o assento celebrado no Reino com os homens de negocio, que se publicasse no Estado — 24 de Março de 1682. 14 v.
- Alvará com a copia do assento ou Estando — 12 de Fevereiro de 1682 14 v
- Para os Officiaes da Camara. Que communicada a acceitação de Estanco aos assentistas se recommendava a bondade dos generos que houvessem de mandar aquelle Estado — 7 de Agosto de 1683. 20
- Para os Officiaes da Camara. Morte do Rei, luto até que se lhes mandasse tirar — 13 de Setembro de 1683. . 20 v
- Para os Officiaes da Camara. Dizendo-lhe que quando chegara a sua recommendação a favor de André Pinhoiro de Lacerda para capitão da fortaleza do Corupá, já estava provido o logar; mas ficavão em lembrança os merecimentos do dito Lacerda — 11 de Novembro de 1683. 20 v
- Para os Officiaes da Camara. Que entregassem uma carta que se lhes mandava ao Provedor da Fazenda e enviassem certidão de como o havião feito — 17 de Dezembro de 1683. 21

Para os Officiaes da Camara. Morte da Rainha — que durasse o mesmo luto ordenado pelo falecimento do Rei, seu irmão, até nova ordem — 28 de Dezembro de 1683.	21 v
Alvará impondo pena de confisco no Cravo falsificado e cacáu corrupto e degredo por cinco annos para Angola aos criminosos — 2 de Setembro de 1684.	21 v
Provizão concedendo administrações particulares de aldeias de Indios livres debaixo de certas condições — 2 de Setembro de 1634.	22 v
Aos Officiaes da Camara. Sobre o zelo com que assistirão ao Governador por occasião dos motins do Maranhão — 28 de Fevereiro de 1685.	25
Provizão de regalia aos Senhores de Engenho do Maranhão para que não podessem ser nelles penhorados durante seis annos — 21 de Abril de 1688.	26
Alvará para que os Senhores de Engenho do Maranhão não fossem obrigados a servirem em Camara até se mandar o contrario — 21 de Abril de 1688.	27
Para os officiaes da Camara do Pará. Concedendo-lhes as rendas do Ver-o-pezo — 21 de Março de 1688	27 v
Para os Officiaes da Camara. Que os navios do Estado partissem em tempos determinados para evitar o perigo de encontro com piratas — 5 de Fevereiro de 1691	28 v
Para o Governador do Maranhão. Que os navios partissem em tempo a poder chegar ao Fayal de 10 de Agosto a 10 de Setembro e não podendo ser, ficassem ali para invernaem — 3 de Fevereiro de 1691	28 v
Para os Officiaes da Camara. Provimto do officio de seu escrivão em Henrique Lopes, não se tendo antes recebido a informação do Senado a favor do que servia Innocencio Moreira de Figueiredo — 11 de Fevereiro de 1693.	29 v
Para os Officiaes da Camara. Que não tinham razão de se queixarem dos preços dos escravos de Angola e Guiné — 27 de Novembro de 1693.	29 v
Para os Officiaes da Camara do Pará. Que se lhes não podem vender escravos a 130\$ como pedem, e elles havião assentado no preço por que erão vendidos — 10 de Dezembro de 1695.	30
Para os Officiaes da Camara. Que se lhes continúa o provimento de escravos, mas sem abatimento no preço — 16 de Novembro de 1697.	31
Para os Officiaes da Camara. A respeito das poucas embarcações que ião ao Estado, se dá ordem a que vão	

mais, mas que não podem os donos ser obrigados a navegarem para ali si não tem nisso vantagem — 16 de Novembro de 1697	31 v
Para os Officiaes da Camara. Que apesar da mortandade que com as bexigas haviam soffrido nos escravos, se lhes não pode permittir o descimento de Indios — 10 de Janeiro de 1697.	32
Para os Officiaes da Camara. Que não se lhes pode abaixar o preço dos Escravos de Guiné—10 de Janeiro de 1697.	32 v
Para os Officiaes da Camara. Que Fernão Carrilho vai nomeado Logar Tenente do Governador — 23 de Setembro de 1699	33
Para os Officiaes da Camara. Declarando-lhes como devem proceder se os Ouvidores lhes não guardão a sua jurisdição e a dos juizes ordinarios da mesma Camara — 13 de Novembro de 1700.	33 v
Para os Officiaes da Camara. Que aconselhavão o abandono da fortaleza do cabo do Norte pela insalubridade do logar, que não sendo isso da attribuição da Camara o devião representar ao Governador — 13 de Novembro de 1700.	34
Para os Officiaes da Camara, que pedião 15 indios para os mandarem buscar drogas ao certão afim de acudir as despesas da Casa da Camara, que não tem logar — 13 de Novembro de 1700.	34 v
Para os Officiaes da Camara. Que se consulta sobre a sua representação de lhes ser concedida a administração dos Indios — 15 de Março de 1702	34 v
Para os Officiaes da Camara. Que se manda ordem ao Governador do Estado que chegando ao Maranhão navio com escravos fique ali metade, e metade venha para o Pará — 20 de Novembro de 1702.	35
Para os Officiaes da Camara. Sobre ponderarem a divisão do officio de Provelor d. Fazenda e Ouvidor Geral, que dissessem de que parte sairia o dinheiro para o novo logar—10 de Março de 703	35 v
Para os Officiaes da Camara do Pará. Agradecendo terem os moradores concorrido com os seus escravos, pela falta de Indios para as obras do recolhimento da pólvora e reedificação da fortaleza — 25 de Agosto de 1705	36
Para os Officiaes da Camara. Que se lhe remetta 50 quintaes de ferro para o Estado, pois se havia tomado o do negocio para as obras reaes—26 de Agosto de 1705.	36 v
Para os Officiaes da Camara. Sobre a exorbitancia dos fretes, se ordena que os mestres ponhão editaes do que hão de levar — 23 de Setembro de 1705.	37

Para os officiaes da Camara. Que se ordenava aos officiaes da Fazenda não tomassem pano para a Fazenda Real — 28 de Setembro de 1705.	37
Para os officiaes da Camara. Que se medissem as datas de sesmarias por corda e rumo, não obstante as reflexões dos Officiaes da Camara — 28 de Setembro de 1705:	38
Para os officiaes da Camara. Que se não pôde mandar baixar o sal de preço, pois é genero tão necessario, e o Commercio é que o fornece — 25 de Agosto de 705	38 v
Para os Officiaes da Camara. Sobre as desordens que ha na eleição dos Almoxarifes—que os eleitos sejam pessoas afasendadas e que deem boas fianças — 21 de Setembro de 1705	39
Para os Officiaes da Camara. Sobre as desordens do clero com o Vigario geral — 12 de Maio de 1706	39 v
Para os Officiaes da Camara. Providencia contra os atravessadores de fazendas e remedios que a isso se manda applicar — 13 de Maaio de 706.	40
Para os officiaes da Camara. Que devião escrever carta, em auto da Camara, assignada pelo escrivão — 14 de Maio de 1706	41
Para os officiaes da Camara. Sobre a introduccão da moeda de prata e cobre com avango, — que não parecia conveniente e a do Brasil corresse pelo seu justo valor — 30 de Julho de 1706	41 v
Para os officiaes da Camara. Sobre o levantamento dos Estudantes contra os mestres da Companhia, que lhes não permittirão mascararem-se — Abril de 708	42
Para os Officiaes da Camara. Que se manda ao Governador informe ao requerimento em que pedem poder mandar ao Certão das Amazonas — 24 de Julho de 709.	42 v
Para os Officiaes da Camara do Pará. Que se mande ao Governador informe sobre se concederem salarios convenientes ao Alcaide, Porteiro e Thesoureiro do Conselho — 24 de Julho de 709	43
Para os Officiaes da Camara. Que se repartão com igualdade entre Maranhão e Pará os escravos que forem ao Estado — 13 de junho de 1709	43 v
Para os Officiaes da Camara do Pará. Ordenado ao Alcaide, Thesoureiro e Porteiro do Conselho — 24 de Fevereiro de 1712	44
Para os Officiaes da Camara. Sobre o logar que nas procições competia ao Secretario do Estado—29 de Novembro de 1712	44 v

- Para os Officiaes da Camara. Que se da providencia as ve-
xações causadas pelo Ouvidor quanto aos bens per-
tencentes ao Caixa que foi do Contracto — 27 de
Janeiro de 1713 45
- Para os Officiaes da Camara. Noticiando estar celebrada a
paz com o Rei de Castella—15 de Maio de 1713 . . . 45 v
- Para o Governador. Sobre os officiaes da Camara terem
eleito Sargento mór, Capitão e mais officiaes sem
assistencia do Capitão mór — 13 de Janeiro de 1715 . 46
- Para os officiaes da Camara. Sobre o Ouvidor Geral haver
mandado trancar uns autos, por conter materias
incurias quando só devia conhecer do agravo —
10 de Setembro de 1715 46 v
- Para o Ouvidor Geral. Approvando-se-lhe a forma que
mandou observar nos aggravos, cartas de seguro e
alvarás de fiança — 21 de Maio de 1715 47
- Para os Officiaes da Camara. Que visto o que representão
das desordens com o Vigario Geral se lhes mandará
Bispo e assim tambem para Maranhão — 1 de Junho
de 1715 47
- Para os Officiaes da Camara. Sobre os mestres de navios
terem levantado no frete um tostão por arroba, por
carta que havião levado ao Secretario de Estado —
4 de Junho de 1715 47 v
- Para os Officiaes da Camara. Que se manda dar baixa com
certas condições aos soldados que sabem officios me-
chanicos e os que os quizerem aprender — 4 de Julho
de 1715 48
- Para o Ouvidor Geral. Que havia de conhecer dos Offi-
ciaes da Camara na fórma da Ord. e do direito —
10 de Setembro de 1715. 48 v
- Para os Officiaes da Camara. Sobre a prisão do porteiro
da Ouvedoria por haver comprado umas libras de
cacáo de um Indio — 10 de Setembro de 1715 49 v
- Para os Officiaes da Camara. Que se manda conhecer da
queixa que fazem do Ouvidor, mas que se abusa-
rem do seu privilegio de cidadãos do Porto, se lhes
mandarão tirar — 21 de Março de 1716 49 v
- Para o Governador. Sobre querer a Camara exigir um
Convento de freiras — 4 de Julho de 716. 50
- Para o Governador. Sobre os religiosos de S. Antonio
— sobre missões e a demolição do Hospicio que es-
tavão fazendo — 7 de Julho de 716. 51
- Para os Officiaes da Camara. Que procedão como vas-
sallos zelosos, e não escandelisem os Missionarios —
8 de Julho de 1716. 51

Para os Officiaes da Camara. Sobre a falta de sal, se dá providencia para que os Mestres de navio o levem — 18 de Agosto de 1716.	52
Para o Governador. Para que se consulte com as Camaras algum modo afin de se não soffrer tanto prejuizo com os generos de Commercio do Estado — 8 de Outubro de 1716.	52
Para o Governador. Que ouça as Camaras sobre a introducção da moeda de cobre — 8 de Outubro de 1716.	52 v
Para o Governador. Que nas casas subterraneas da sua residencia se não prendão senão os delinquentes que não possão estar seguros nas fortalezas — 28 de Julho de 1719.	53
Para os Officiaes da Camara. Sobre pedir em medico que não tinham, promettendo lhe fazer partido, se lhe diz que além disso tratassem de lhe dar uma ajuda de custo — 14 de Novembro de 1721.	54
Para os Officiaes da Camara. Sobre a ordem que se mandava ao Governador quanto aos carcereas do palacio — 15 de Novembro de 1721.	54 v
Para o Capitão Mór do Pará. Que não podia ter presa a pessoa alguma por mais de 8 dias — 1 de Dezembro de 1721.	55
Provisão para que os Missionarios da Conceição podessem ter uma casa de enfermaria — 13 de Janeiro de 1724	55 v
Para os Officiaes da Camara. Que pedião se lhes mandassem caldeireiros, se lhes diz que neste particular concertem entre si os senhores de engenho — 18 de Fevereiro de 1724.	56 v
Sobre o logar que deve occupar a Camara nas festividades a que assistir o Bispo — 2 de Junho de 1724.	57
Para os Officiaes da Camara. Sobre serem escolhidos para servir no Senado alguns excluidos por lei — 17 de Janeiro de 1725.	57
Para os officiaes da Camara. Que representavão não terem conhecimento de muitas ordens que ião para o Estado, se lhes diz que sempre se lhes remetterão as que lhes disião respeito — 2 de Fevereiro de 1725.	57 v
Para o Ouvidor Geral. Que se manda ao Governador não estorvar a obra da casa da Camara — 18 de Julho de 1726.	58
Para os officiaes da Camara. Que a elles competia ordenar a fórma que se havia de observar nas pescas das tartarugas — 30 de Janeiro de 1728.	58 v

Para os officiaes da Camara. Queixa sobre os padres da Companhia que alteravão os moradores com as suas demarcações, e se manda ao Ouvidor que informe — 21 de Abril de 731.	59
Para os Officiaes da Camara. Estranhando-se-lhes que pedissem a reconducção do governador Alexandre de Sousa Freire, quando ainda não tinha dado residência — 18 de Maio de 1731.	59 v
Para os Officiaes da Camara. Sobre as custas dos processos — 11 de Fevereiro de 1733.	60
Para os Officiaes da Camara. Que se mandão observar as leis e não possam os Ministros introduzirem a seus criados em officios de justiça — 12 de Fevereiro de 1733.	60
Para os officiaes da Camara. O que se providencia acerca da queixa contra o Juiz dos Orphãos na arrecadação dos bens de João da Camara de Vasconcellos — 25 de Abril de 1733.	61
Para os Officiaes da Camara. A respeito de querer ser alistado na Companhia da Nobreza o filho de hum ferreiro — 17 de Março de 1735.	61
Para os Officiaes da Camara. Representando contra os Almozarifos que não recebem pagamento senão em cacoão, se lhes diz que não tem logar o que pedem os Camaristas — 11 de Abril de 1735.	61 v
Para os Officiaes da Camara. Que continuasse o imposto nas canoas que ião ao Certão, por se não ter ainda satisfeito a offerta promettida para o casamento dos Principes — 1 de Junho de 1735.	62 v
Para os officiaes da Camara. Que não havia logar o desfazer-se a Companhia de Nobreza, ainda que fosse obrigada a fazer guarda — 1 de Junho de 1735. . .	63
Para o Ouvidor Geral — Que se observem os privilegios dos Officiaes da Camara — 27 de Abril de 1736. . . .	63
Para os Officiaes da Camara. Determinando o logar que lhe compete nas procissões — 23 de Março de 737. .	63 v
Para os officiaes da Camara. Que se repete a ordem para que os ministros não possam empregar os seus criados em Officios publicos — 30 de Março de 737. .	64
Para os Officiaes da Camara. Mandando-se-lhes declarar quaes são os privilegios que lhes tem sido quebrantados pelos Governadores — 1 de Abril de 1737. . .	64 v
Para os Officiaes da Camara. Sobre as obras da Camara e cadeia, e logar em que se devia fazer — 10 de Maio de 1737.	65

Para os Officiaes da Camara. Sobre o modo por que se hade taxar o frete dos navios — 16 de Maio de 1737 . . .	65 v
Para os Officiaes da Camara. Que se manda dar cumprimento as condições do contracto do sabão.— 17 de Maio de 1737	66 v
Para os Officiaes da Camara. Sobre os militares não poderem commerciar, e se pergunte por isso na residencia ou se denuncie — 25 de Abril de 1738 . . .	67
Para os Officiaes da Camara. Que paguem os ordenados ao medico.— 25 de Abril de 738.	68
Provisão para que o Fisico-Mór do Pará podesse voltar a Portugal, findos os 6 annos por que tinha ido.— 26 de Abril de 1738	68 v
Para os Officiaes da Camara. Que á vista da sua representação, e não estar introduzido o estanco do sabão, se não innovasse cousa alguma nesta materia.— 18 de Junho de 1738.	69
Para os Officiaes da Camara. Controversia com o Cabido acerca do logar que competia a Camara nas procissões. — 26 de Abril de 1739	70
Para os Officiaes da Camara. Sobre o irem os Ouvidores Geraes á Camara em correição.— 2 de Abril de 1739.	70
Para os Officiaes da Camara. Que se não paguem as peças do certão no mesmo genero em que forão resgatadas não obstante o regimento das missões.— 1 de Abril de 1739.	70
Para os Officiaes da Camara. Que os Ouvidores podem conhecer dos agravos e appellações interpostos della para elle.— 16 de Março de 1741.	70 v
Para os Officiaes da Camara. Sobre os legitimados, filhos de indias e escravas, que pretendião ser alistados na Companhia da nobreza.— 20 de Março de 1741. . .	71
Para os Officiaes da Camara. Sobre a abertura de testamento e processo de inventario.— 24 de Março de 1741	71 v
Para os Officiaes da Camara. Que requerião se prohibisse a introdução do Café estrangeiro no Reino, se responde que isso terá logar quando a producção for sufficiente para o consumo.— 4 de Maio de 1741 . . .	72
Para os Officiaes da Camara. Destinando-se-lhes o serviço dos Indios do Iguarupé grande para as obras da Casa da Camara.— 26 de Junho de 1744	72 v
Para os Officiaes da Camara. Communicando-lhe que João Marques Barreto tem ordem para não voltar ao Maranhão e quanto ao advogado Luiz Freire Barreto, que os Juizes das cauzas o podem suspender.— 1 de Julho de 1744	72

- Para os Officiaes da Camara. Sobre a reserva que se fez da colheita do cacau desde o Macipá até ao rio de Vicente Pinçon — queixa da Camara. — 3 de Julho de 744 73
- Para o Provedor da Fazenda. Que se lhe manda dar 60\$ para aposentadorias em vez de 40 que d'antes tinham. — 31 de Junho de 1745 73 v
- Para os Officiaes da Camara. Que estando o Ouvidor na Comarca e Villas della não tem logar servir de Ouvidor o Juiz ordinario. — 1 de Julho de 1745 74
- Para os officiaes da Camara. Que quem votasse em pessoa sem sufficiencia para occupar os cargos da Republica, pagasse 400\$ da cadeia e fosse desterrado para os certões do Piahy — 14 de Março de 1747. 75
- Para o Governador sobre o exame das peças que se resgatão, fórma do registro — 21 de Junho de 1748 75 v
- Para os Officiaes da Camara. Do que se ha de obrar quando por morte dos senhores ficam escravos de escravidão duvidosa. — 3 de Julho de 1748. 77
- Para os Officiaes da Camara. Que não pareceo conveniente recolher á Relação de Lisboa as causas de liberdade. — 6 de Julho de 1748 77
- Para os Officiaes da Camara. Que os escravos que nas causas da liberdade allegarem sevicias pleiteiem de casas de seus Senhores. — 10 de Julho de 1748 78
- Para os Officiaes da Camara. Que Francisco de Sequeira e Queiroz fosse obrigado a servir na Camara, visto não ser senhor, mas administrador de um engenho que não estava longe da cidade. — 3 de Setembro de 1748 78
- Para os Officiaes da Camara. Queixando-se da demora da frota, e pedindo que houvesse um navio fóra da monção, se lhes diz que está providenciado o caso com a resolução de que partissem em Março. — 12 de Março de 1750. 79
- Para os Officiaes da Camara. Sobre o requerimento que os embargos a eleição da Camara não impedissem os eleitos de tomarem posse. — 20 de Abril de 1750. 79
- Para os Officiaes da Camara. Que não pareceo justo tirar-se os chãos a quem os não tratasse com limpeza. — 21 de Abril de 1751 80
- Para os Officiaes da Camara. Que se continuassem a pagar as propinas ao Secretario do Conselho Ultramarino — 23 de abril de 1751 80 v
- Para os Officiaes da Camara. Que não pareceo conveniente conceder-se-lhe esquipação de indios para o contracto das carnes. — 29 de abril de 1751 81

Para os Officiaes da Camara. Nomeação do Governador Francisco Xavier de Mendonça. — 5 de junho de 1751	81
Para os Officiaes da Camara. Sobre as pessoas que devem levar os recados, cartas e requerimentos dos Officiaes da Camara. — 6 de junho de 1751.	81 v
Para os Officiaes da Camara. Concedendo a faculdade e determinando o modo que se havia de ter na communição da Capitania do Pará com as minas e Matto Grosso. — 14 de novembro de 1752	82
Para os Officiaes da Camara. Que não pareceu conveniente fixar-se o preço dos fretes nos navios. — 12 de abril de 1753.	83
Para os Officiaes da Camara. Que não tinha logar tirar-se os 10 % de direitos d'Alfandega das fazendas introduzidas na Capitania. — 18 de abril de 1753 . .	84
Carta Regia da nomeação do primeiro Juiz de Fóra Francisco Rodrigues de Rezende. — 5 de maio de 1753	85
Para os Officiaes da Camara. Nomeação do Físico-mór Pascoal Pires de Castro com 600\$ de ordenado pagos pelo meio imposto da carne. — 1 de junho de 1753. .	85
Para os officiaes da Camara. Com o regimento dos Ministros e Officiaes de justiça. — 15 de novembro de 1754	86
Para os Officiaes da Camara. Regimento para as frotas. — 31 de janeiro de 1755.	86
Para os Officiaes da Camara. Que não pareceu conveniente conceder-lhes um imposto sobre os couros para a obra da Camara, e que esta não desse mais datas sem licença. — 21 de março de 1755.	86 v
Para os officiaes da Camara. Quanto a falta de sal, se lhe remette na frota e se recommenda ao Governador faça cultivar as marinhas. — 22 de abril de 1755. . .	87
Carta régia. Nomeando Juiz de Fóra a João Ignacio de Brito e Abreu. — 7 de junho de 1756.	87 v
Para os Officiaes da Camara. Que tem obrigação de assistir sem vencer propinas a solemnidade de S. Francisco de Borja, e Patrocínio de Nossa Senhora. — 3 de fevereiro de 1758:	88
Para o Juiz de Fóra. Mandando que se lhe paguem as propinas do logar do tempo que houvesse servido. — 8 de agosto de 1758.	88
Provisão declarando o privilegio dos cidadãos da Camara — 8 de fevereiro de 1762	89
Para a Camara do Pará. Que se manda um cirurgião aquella Cidade. — 5 de julho de 1765.	91

Para os Officiaes da Camara do Pará. Mandando-se pagar certas propinas ao Ouvidor Gerál por assistir as tres Procições Reaes. — 5 de abril de 766	91
Para os Officiaes da Camara. Communicando-lhes a nomeação de João Pereira Caldas para governador do Estado. — 8 de outubro de 772.	92
Para os Officiaes da Camara. Nomeação de D. Francisco Mauricio Coutinho para Governador do Estado. — 9 de novembro de 1789	92 v
Para os Officiaes da Camara. Que o Conselho Ultramarino fica inteirado dos serviços de D. Francisco de Souza Coutinho. — 29 de maio de 1793.	92 v
Cartas régias desde 1662 que se achão registadas em 14 Livros do Senado da Camara.	
Para Ruy Vaz de Siqueira, que se guardasse o assento feito sobre o preço da moeda e dos escravos do sertão — 3 de abril de 1663.	94
Para Pedro Cezar de Menezes sobre as minas de que dava noticia o Padre Antonio Raposo. — 23 de outubro de 1674	94 v
Para Pedro Cezar de Menezes que se executasse a planta do Engenheiro Thomé Pinheiro de Miranda, e que se ajustasse o meio de levar a obra a execução. — 19 de setembro de 1677.	95
Carta de Nomeação de Ignacio Coelho, para Governador do Estado. — 23 de setembro de 677	97
Lei para que se não tome dinheiro procedido das fazendas dos defuntos e ausentes. — 14 de fevereiro de 1679	98
Lei sobre o captiveiro e liberdade dos Indios. — 1 de abril de 1680.	99
Sobre a repartição dos Indios na mesma data. — 1 de abril de 1680	101 v
Alvará sobre a repartição dos Indios. — 31 de março de 1680	107
Provisão sobre o commercio que fazião os Governadores e arbitrariedades que por essa causa commettião. — 27 de fevereiro de 1673	108 v
Alvará isentando de pagar direitos o cacáo e anil por seis annos — e nos quatro seguintes pagassem só meio direito. — 30 de março de 1680.	109 v
Para Ignacio do Rego Barreto, extinguindo o estanco do chocolate, e communicando-lhe as providencias adoptadas para o augmento da cultura do anil e cacáo. — 1 de abril de 680.	110 v

- Para o Governador do Estado. Declarando um ponto da Provisão sobre a repartição dos Indios. — 10 de abril de 1680. 111
- Para o Governador. Sobre a falta de sal e máo estado das salinas do Estado.—6 de março de 687. 112
- Para o Reitor do Collegio da Companhia. Que informe o requerimento do donatario dos Joannes para que lhe não fossem tirados os Indios, afim de poder formar Villa.—8 de julho de 1671 112 v
- Para os Officiaes da Camara. Que não tinham autoridade para chamar o Governador ao Senado. — 4 de dezembro de 1677. 113 v
- Próvisão dando fórma as congruas no tempo das vagas dos Bispos. — 11 de agosto de 1682 114
- Para o Ouvidor Geral. Recommendando-lhe o cumprimento do Alvará que manda aos officiaes dos defuntos, remettão as fazendas destes nos fructos da terra. — 4 de setembro de 684 115
- Para Francisco de Sá e Menezes. Sobre as quatro fortalezas que Francisco da Motta Falcão se obrigou a fazer em quatro annos pelo rio das Amazonas. — 15 de dezembro de 1684 115
- Para Gomes Freire. Que remetteste todos os annos uma relação das pessoas que estivessem servindo no Estado com informação do seu merecimento. — 16 de outubro de 1686. 115 v
- Para Gomes Freire. Que se ordena a Arthur de Sá e Menezes, seu successor, não tome posse do Governo, emquanto aquelle alli se detivesse.— 20 de dezembro de 686 116
- Para Gomes Freire. Approvando-se-lhe o seu procedimento de remetter presos a Cayenna os francezes que tinham vindo ao Pará a propor commercio e outras disposições relativas ao mesmo assumpto, e do Governo do Estado. — 21 de dezembro de 1686. . . 116
- Para Arthur de Sá. Sobre os officiaes de espingardeiro e coronheiro, que passam para o Estado, em sua companhia, a custa da Fazenda Real. — 20 de dezembro de 1686. 118 v
- Para Arthur de Sá. Sobre a obrigação que tinham os Padres Missionarios de estarem em numero, ou que o preenchessem com padres portuguezes, ou não lhes assignasse a certidão de alimentos.—24 de dezembro de 686 119
- Para Arthur de Sá. Sobre se mandar fazer forte e povoação no rio Itacu, costa do Ceará, e condições com que isso se faria.—21 de Dezembro de 1686. 119 v

- Para Arthur de Sá. Que se manda dobrar a congrua e o numero de missionarios.—4 de Janeiro de 1687. . . . 121
- Para Arthur de Sá. Sobre o navio que o vai levar e trazer Gomes Freire.—6 de Dezembro de 1686. 122 v
- Para Gomes Freire. Que use dos meios que lhe parecerem mais convenientes, se, como informa o capitão-mór do Pará, os indios commetterão violencia contra os que ião ao cado.—2 de Março de 1686. 123
- Para Gomes Freire. Que impeça a entrada dos Francezes, prendendo-os se fôr preciso, mas não chegando a impor-lhes pena capital.—20 de Fevereiro de 1686. . . . 123 v
- Para Arthur de Sá e Menezes. Que procure a amizade dos indios, e faça fortaleza na terra firme.—24 de Novembro de 686. 124
- Para João Duarte Franco. Que exercitasse o cargo de Sargento-mór do Pará no impedimento de Antonio de Albuquerque Coelho.—23 de Janeiro de 1701 124 v
- Para João de Velasco e Molina. Que durante o dito impedimento fosse ao Maranhão exercer o posto de capitão-mór. Era supra. 125
- Para Antonio de Albuquerque, dando-se-lhes licença para tratar da sua saude, ficando Fernão Carrilho em seu logar.—14 de Janeiro de 1701. 125 v
- Provisão para que Carlos de Azevedo não mostrasse as cartas e mais provisões que levava, antes lhes fosse dada toda mais ajuda e favor, e o Governador tivesse particular conta com a segurança da sua pessoa.—18 de Janeiro de 1702 126
- Para os officiaes da Camara. Que se dera a providencia necessaria contra o que praticara Fernão Carrilho de crear novos postos na ordenança contra o seu regimento, e regalias do Senado.—13 de Novembro de 1702. 126 v
- Para Antonio de Albuquerque. Sobre as fortificações do Estado e queixas da Camara por causa do imposto.—14 de Dezembro de 697. 127
- Para Antonio de Albuquerque. Sobre as fortificações do Estado, medidas que aponta para a segurança das Missões, e agradeça-se lhe o zelo com que se houve na viagem do sertão.—12 de Dezembro de 1697 . . . 127
- Para Antonio de Albuquerque, sobre a comunicação que havia feito de não ter posto uma pessoa nas Aldeias, pela repugnancia que achou nos prelados.—6 de Dezembro de 698. 129 v
- Para João de Velasco e Molina. Que sendo conveniente suspender-se a D. Manoel Rolim de Moura e não ca-

- bendo no tempo manda-lhes successor se lhe confiava o governo do Estado,—em 15 de Abril de 1705. . . . 130
- Para o Governador de Velasco e Molina. Agradecendo-lhes o zelo com que se tem havido nas mostras das tropas e a deligencia com que se applica ao manejo e disciplina dellas. -4 de Novembro de 1702. 130 v.
- Para o Governador do Maranhão. Que não tem logar assistir o Senado á Junta das Missões, mas que não dêsse licença a pessoa alguma para ir ao sertão, sem dar vista aos officiaes da Camara, e que a repartição dos indios se fizesse com assistencia do Vereador mais velho.—5 de Dezembro de 1705. 131 v.
- Para o Governador. Sobre o que se ha de observar na data de terras de sesmaria.—16 de Setembro de 1705 132 v.
- Provisão impondo penas aos senhores de engenho que fabricassem aguas ardentes.—18 de Setembro de 1706 133 v.
- Para o Governador. Que se recolha a patente de coronel de Hilario de Moraes Bttancourt, por ter sido o posto creado sem a real approvação.—15 de Julho de 1706. 134
- Para o Governador. Sobre a competencia de logares do Governador-mór, Provedor, officiaes de Fazenda etc.—30 de Janeiro de 1703. 134 v.
- Para o Governador do Estado. Sobre a partida de navios independentes das frotas.—2 de Setembro de 1706. . 135
- Para Christovão da Costa Freire. Declarando-se os capitulos do regimento dos Governadores sobre a concessão dos Alvarás de fiança e perdão.—28 de Março de 1708. 136
- Para o Ouvidor Geral. Que se revoga uma concessão de terras feita a Francisco Petefelis, e Manoel Alvares de Lima, por pertencerem ao conselho para pastos e logradouros.—3 de Abril de 1708 136 v.
- Para os officiaes da Camara. Que os moradores possuão descer casaes de indios.—26 de Dezembro de 1707. . 137 v
- Para o Governador. Que se concede licença ao capitão João Furtado de Mendonça para descer 40 casaes de indios.—26 de Agosto de 1709. 138
- Para o Governador Sobre certos abusos que havia na eleição das Camaras, para evitarem o serviço militar.—14 de Junho de 1710. 139
- Para o Governador. Que lhe toca a nomeação dos postos em um terço por ser creado de novo, e assim tambem os de Capitães e Sargentos móres nos outros, e dahi para baixo ao Coronel com approvação do Governador — 14 de Junho de 1710. 139 v
- Para o Governador. A proposito da sahida do Ouvidor a devassar das pancadas dadas a um Missionario na al-

- deia dos Tapajós, — que em lugar do Ouvidor ficar só servindo o juiz ordinario — 7 de Julho de 1710. . . . 140
- Para João de Barros da Guerra. Que por temer da invasão franceza chamava todas as tropas a serviço — se lhe declara que em taes occasiões não ha privilegio, como allegava a Companhia da Nobreza — 15 de Dezembro de 1711. 141
- Para o Governador. O qual communicava haver tirado os 12 cazaes de indios a Francisco do Amaral Soares, nem os tinha dado a outra pessoa por não haver quem quizesse cultivar o anil — 24 de Novembro de 1711 141 v
- Para o Governador. Sobre os salarios dos officiaes encarregados da medição das terras — 11 de Dezembro de 1711 142 v
- Para o Governador. Declarando que a Companhia da Nobreza é da ordenança — 20 de Novembro de 1711. . . 142 v
- Para o Governador. Que quanto á falta de officiaes de ferreiro, se manda ao Regeitor que havendo alguns com pena de degredo, sejam remettidos para no Estado o cumprirem — 14 de Março de 1706. 143 v
- Para o Governador. Mandando-lhe observar o que está disposto para a nomeação dos postos da ordenança — 13 de Janeiro de 1715 144
- Para o Governador. Que não tem authoridade para passar Alvarás de suprimimento de idade — 17 de Dezembro de 1715. 144 v
- Para o Governador. Sobre se guardarem os privilegios concedidos aos Officiaes da Bulla da Cruzada — 25 de Fevereiro de 1716. 145
- Para o Governador. Sobre a nomeação de Bernardo Pereira do Berredo para o Governo do Estado — 21 de Janeiro de 1718. 145
- Provisão do Provedor da Fazenda a Francisco Galvão da Fonseca, com algumas declarações ao seu regimento — 19 de Dezembro de 1716. 145 v
- Para o Ouvidor. Contenda com a Camara, e reprehensão aos Camaristas de como se havião portado — 29 de Abril de 1717. 147
- Para o Provedor. Communicando-lhe um assento feito para a introdução de escravos no Estado — 24 de Fevereiro de 1718. 148
- Para o Governador. Que as pessoas que usão de varas em virtude de cargo, não se lhe apresentem sem ellas — 10 de Novembro de 1717 149 v

- Para o Governador. Sobre a introdução de Roque Bequiman no Senado, que se tivesse causado ali algum escandalo não fosse mais admittido nelle, e se manda registrar esta ordem na qual se conta os successos da sua familia — 20 de Novembro de 1717. 150
- Provisão para que os cargos ecclesiasticos do Maranhão fossem providos nas pessoas nomeadas pelo Bispo, D. Fr. José Delgarte — 16 de Janeiro de 717 151
- Para o Governador. Para que se não observe ordem alguma não sendo passada pelo Conselho Ultramarino — 24 de Dezembro de 1717. 152 v
- Alvará concedendo dois officiaes de vara branca ao Bispo do Maranhão — 10 de Fevereiro de 1715. 153 v
- Para o Ouvidor Geral. Que se não devião culpar os senhores das embarcações que vão ao certão nos quaes se fazem algumas peças contra a disposição da lei — 22 de Agosto de 1716. 154
- Para o Governador. Que na sua ausencia, cabe ao Capitão Mór o provimento de todos os officios de guerra, justiça e fazenda — 10 de Junho de 1717. 155
- Para o Governador. Que nas fés de officio se declare a terra e paes do requerente, para que outro de igual nome se não aproveite de serviços alheios — 15 de Março de 1719. 156
- Alvará sobre a lei da forma e tempo em que se hão de findar os livramentos, e que o Governador possa duplicar o tempo della — 27 de Abril de 1702. 156 v
- Para o Ouvidor Geral. Que o Capitão Mór de uma villa está sujeito a pena de correição, como qualquer outro povo — 27 de de 1721. 157
- Provisão. A favor de Francisco da Gama Pinto, que ia em uma diligencia secreta, e se recommenda ao Governador a segurança da sua pessoa — 30 de Março de 1722. 157 v
- Para o Governador. Sobre o modo que se manda ter no descimento dos indios — 9 de Março de 1718. 158 v
- Para o Governador. Que as pessoas que lhe forem sujeitas não tenham a confiança de escreverem ao Rei mas se dirijão ao Governador — 18 de Junho de 1709. 160 v
- Para o Governador. Sobre a companhia da nobreza, e queixas que fas o Sargento mór contra o revoltoso Roque Bequiman e outros — 15 de Maio de 1721. . . . 161
- Para o Governador. Que a Camara não pode nomear Escrivão no impedimento do proprietario; mas que podia o juiz com a Camara chamar qualquer official

- seu para escrever nas vereações — 10 de Junho de 1717 162
- Para o Commissario dos Religiosos das Mercês. Sobre os bons Religiosos que ião mandando para as suas aldeias e retirandó dellas alguns que não tenham boa opinião, e se manda lhe dê conta do fructo que nellas fazem 23 de Novembro de 1722. 162 v
- Para o Governador. Que fizesse registrar e cumprir inviolavelmente os decretos que acompanhão esta carta — 16 de Janeiro de 1723 163
- Que os ministros dos tribunaes e officiaes delles se não podem fazer procurador das partes — 19 de Novembro de 1722. 163 v
- Continuação e ampliação da mesma materia — 9 de Janeiro de 1723. 164
- Para o Governador. Que fizera bem restituindo ao cargo de Procurador da Camara a Mancel Barboza Martins, despedido por Berredo — 22 de Fevereiro de 1724 . . 164 v
- Alvará permittindo o negocio aos officiaes da Ordenança, não obstante ser isso prohibido a todos Vice-Reis, Governadores, Ministros — 3 de Janeiro de 1724. . . , 165 v
- Para os Officiaes da Camara. Que ao novo Governador Ignacio Coelho da Silva se recommenda a cultura do cacáu e baunilha — 8 de Dezembro de 1677. 166 v
- Para o Ouvidor do Estado, que se não criem novos officios, e para as obras da cadeia se applique a terça parte do rendimento do Conselho — 19 de Julho de 1730 167
- Para José Borges Valerio. Que se ordena ao Governador não estorve as obras da Camara, antes concorra para que ella se faça com toda a promptidão — 18 de Julho de 1726. 168
- Para os Officiaes da Camara. Extranhando-lhes que recommendassem os serviços do Governador Alexandre de Souza Freire, antes de ter dado residencia — 18 de Maio de 1731. 168 v
- Para o Ouvidor Geral. Sobre as desordens que estavam succedendo por falta de cadeia, e que esta se fizesse pelas rendas da Camara — 7 de Agosto de 1731 . . . 169 v
- Para o Ouvidor Geral. Sobre a criação dos lugares de Juiz e escrivães dos Orphãos — 23 de Maio de 1731. 170
- Alvará para que não possão vir mulheres para o reino sem licença — 10 de Março de 1732 170
- Para Alexandre de Souza Freire. Recommendando-lhe a cultura do café e canella — 30 de Julho de 1731 . . . 171 v

- Para o Governador. Que obrava mal passando ordem para não ser preso um réu o escrivão da Camara Mathheus Caetano Soares, autoado pelo Ouvidor — 26 de Maio de 1732 172
- Para o Provedor da Fazenda. Que se manda ao Governador estranhe asperamente não o ter o Ouvidor de S. Luiz reconhecido por juiz — 25 de Maio de 1723. 173
- Para o Ouvidor Geral marcando o como se devião pagar as custas — 11 de Fevereiro de 733. 173 v
- Para o Ouvidor Geral. Sobre os bens dos orphãos, e que se não deem a juro seus dinheiros se não sobre valores maiores de ouro e prata — 17 de Abril de 1733. . 174
- Para o Governador. Sobre a representação da Camara que seus filhos não assentassem praça na Companhia da Nobreza, advirta-lhes que eduquem a seus filhos para as armas ou letras, e que usem dos seus meios quando lhe não guardarem seus privilegios — 4 de Março de 1733. 175
- Para o Bispo de Pará. Sobre o como se devião interpor os agravos, e que se lhe não contassem os dias feriados nos tres em que devia responder — 10 de Fevereiro de 1730. 175 v
- Para o Governador. Que todo o Ministro da Justiça que se casasse no Estado ficasse por esse facto suspenso, e riscado para mais não poder servir — 27 de Março de 1734 176 v
- Para o Governador. Em resposta á sua representação de faltarem soldados que se lhe manda, é neste particular guarde os privilegios concedidos as Vilas da Vigia, Tapuytaperá etc. — 1 de Abril de 1728. . . . 177
- Provisão para que se pague ao Medico do Pará os seus ordenados do tempo que tem servido e no que for servindo — 30 de Março de 1735 177 v
- Para os Officiaes da Camara. Sobre as obras da Cadeia e que ao Governador se ordena dê os Indios necessarios para ellas — 20 de Abril de 1737. 178
- Para o Governador. Que informe o requerimento em que os Officiaes da Camara do Maranhão, pedem que no Pará se não cultivasse algodão — 27 de Abril de 736. 179
- Para o Governador. Que mande as Camaras informar de quanto pode render ao Contracto o sabão preto que vai do Reino — 17 de Maio de 1737. 179 v
- Para o Governador. A proposito do descobrimento das Minas de S. Felis, e temor de que se abandonasse a cultura das terras, se lhe ordena que aquelle governo não intenda em materia de minas — 31 de Maio de 737. 180

- Para o Ouvidor Geral. Que condemne em pena arbitrária os culpados na devassa dos que vão ao certão e extrahem os fructos verdes — 20 de Abril de 737. 181
- Para o Governador. Que se não attenda as certidões e papeis obtidos pelos Ministros, durante os seus cargos, 10 de Abril de 738. 181 v.
- Para o Ouvidor Geral. Que se mandão Juizes ordinarios para os districtos da Parnahiba e Capitania do Gorupá afim de se evitarem as desordens que ali se praticam, 17 de Março de 739. 182
- Para o Governador. Que os syndicantes dos Ouvidores sirvão no mez da residencia do officio do syndicado, ainda que haja Ouvidor provido de novo, 1 de Junho de 1742. 183
- Para o Governador. Dissenção da Camara sobre a eleição e posse de um almotacé, sem nobreza, 29 de Maio de 1742. 183 v.
- Provisão para se pagar 40\$ de aposentadoria ao Ouvidor Thimoteo Pinto de Carvalho, 16 de Maio de 1742 . . 184
- Provisão para que as Camaras ultramarinas podessem fazer esmola, segundo os seus redditos ao Commissario geral da Terra Santa, 25 de Janeiro de 1741 184 v.
- Para os officiaes da Camara. Que não carecem de meics para impedir a eleição de pessoas indignas de servirem no Senado, 20 de junho de 1744 185
- Para o Governador. Que mande ouvir as Camaras antes de conceder sesmarias. 27 de Junho de 1744 185 v.
- Para o Provedor. Que o Ouvidor arrecade a terça parte dos bens do Conselho para as obras da cadeia, 19 de Julho de 1730. 186
- Para o Governador. Que se observem as ordens do Contador-mór que respeitarem as contas, e senão dessem por correntes as residencias dos Ministros de Ultramar, em quanto não apresentassem certidão dos contos de terem cumprido as suas ordens, 20 de Novembro de 744 186 v.
- Para o Ouvidor. Duvidas e resolução sobre algumas materias criminaes, — e se devem tomar posse os Vereadores eleitos, que estão em culpa, 10 de Junho de 744 . 187
- Para o Governador. Que o Juiz ordinario servindo de Ouvidor, não pôde fazer correição, 8 de Fevereiro de 1747 188 v.
- Para o Governador. Sobre as eleições dos Capitães-móres, 18 de Abril de 747 189 v.
- Para o Ouvidor. Que as Camaras devem pôr carcereiros nas cadeias, não o havendo, servir o alcaide, e não

- sendo este capás, se guardem os presos pelos moradores, 13 de Março de 747. 189 v
- Para o Ouvidor. Sobre os Mercenarios não quererem pagar pensão de um engenho que possuem nas terras do Conselho de 10 de Julho de 748 190 v
- Para o Ouvidor. Que os senhores de engenho paguem o imposto de 6\$ annuaes—os de assucar em assucar, os de agua-ardente em cacáo, 25 de junho de 748 . . . 191 v
- Para o Governador. Que se attenderia aos que adiantassem a cultura da canella, 24 de Junho de 748 192
- Para o Governador. Que se concede a graça (prorogada) de não pagarem por mais 10 annos direitos do café e canella, 1 de Maio de 1747 192 v
- Para o Ouvidor. Que se mande fazer a obra da cadeia com o dinheiro em ser para semelhante effeito, 27 de Fevereiro de 1743. 193 v
- Para o Governador. Sobre um indio que ia a padecer, e foi tirado do poder da justiça pelos Missionarios, reprehende-se o facto, mas manda-se que em taes casos não sejam os réus conduzidos por logares que gosão immunnidade, 25 de Março de 1750 194
- Para os officiaes da Camara. Sobre não terem recebido na Junta da Crusada, e se lhe remete o Alvará de 22 de Junho de 1672, 30 de agosto de 1748. . 195
- Para o Governador. Sobre os caminhos que devem levar os officiaes da Fazenda quando vão a faser as medições de terras, 10 de Março de 1750 198
- Para o Governador. Sobre a creação de seminario e recolhimento, informasse se havia dotes para elles, 29 de Maio de 1750. 198 v
- Para o Governador. Sobre o mesmo assumpto, que proponha logo os meios para levar a effeito tão santa obra e recommenda-se-lhe proteja as missões e liberdade dos Tapuyos, 29 de Maio de 1750 199
- Provisões por que se manda restituir as honras e privilegios de cidadão a Luiz Francisco Barreto, 18 de Setembro de 748. 199
- Para o Governador. Para nomear Capitão do campo e matto nos termos das cidades e villas do seu governo tambem sobre os Quilombos e receptadores de escravos, 12 de Maio de 751 200
- Para o Governador. Para que tome a seu cuidado a inspecção das obras da cadeia, e se nomeie um Thesoureiro dos dinheiros applicados a esse fim, 16 de Abril de 1751. 201 v

- Para o Governador. Que os cidadãos não são dispensados de comparecerem nas mostras das ordenanças, 16 de Abril de 1751. 202
- Para o Governador. Sobre a taxa dos emolumentos aos officiaes de justiça, e falta de moeda corrente, 6 de Junho de 1751. 202 v
- Para o Governador. Communicando-lhe a morte do Rei, e que se fação as demonstrações do costume, 5 de Agosto de 1750 203 v
- Para o Governador. Que fica abolida a prohibição da colheita do cacão na villa do Gorupá, 27 de Abril de 1751. 204
- Para o Governador. Sobre a imposição do meio real no arratel de carne para partido do Medico — Mancel Ignacio de Andrade, 11 de Junho de 1751. 204 v
- Para o Bispo. Que os Ministros e Officiaes da justiça ecclesiastica não levem maior taxa que os da Justiça Secular, 18 de Agosto de 1730 205
- Para os Officiaes da Camara. Sobre a nova criação do logar de Juiz de Fóra — nomeado Francisco Rodrigues de Resende, 5 de Maio de 1753. 205 v
- Para o Governador. Que os negociantes com loja de retalho tirassem licença da Camara, 24 de Julho de 1753. 206
- Para Francisco Xavier de Mendonça. Que passasse ao rio Negro como Commissario para a demarcação dos limites do Estado, 9 de Maio de 1753. 207
- Para o Bispo. Encarregando-o do Governo na ausencia do Governador, 9 de Maio de 1753. 207 v
- Alvará sobre a cobrança dos Quintos, 25 de Janeiro de 1755 208
- Provisão para que os estudantes dos Collegios dos Padres não fossem recrutados, 16 de Março de 1755. 208 v
- Carta ao Governador, capitão general do Maranhão sobre contas falsas da Camara e os privilegios dos cidadãos, 3 de julho de 1756 209 v
- Para João da Cruz Diniz Pinheiro, nomeando-o intendente das colonias, commercio, agricultura &c, 30 de Maio de 1756. 210 v
- Para o Governador. Creação do novo Governo de S. José do rio Negro, 3 de Março de 1755 211 v
- Para o Governador. Declarando em que casos se pagarão as dividas confessadas em testamento, 23 de Setembro de 1715 215 v
- Revogação de donativos de officios para que elles fossem melhor servidos, 10 de Julho de 1757. 217

- Para o Governador. Mandando estabelecer padrões de pesos e medidas, 7 de Julho de 757. 217 v
- Para o Ouvidor. Sobre os Religiosos das Mercês que pretendião pagar certos foros que devião á Camara com as esmolas dos acompanhamentos das procissões, 10 de Julho de 748. 218 v
- Para os Officiaes da Camara. Que mandassem celebrar todos os annos procissão com jejum em acção de graças de nada ter soffrido a familia real com o terremoto, 13 Novembro de 756 219 v
- Para os Officiaes da Camara. Que na falta do Provedor servisse o Ouvidor, e na falta deste a pessoa que o Governador nomeasse, 15 de Julho de 757 220 v
- Para os Officiaes da Camara. Nomeação de Manoel Bernardo de Mello e Castro para Governador do Estado. 28 de Julho de 758. 221
- Para os Officiaes da Camara. Que se dê posse ao dito Governador não obstante não ter Jado homenagem de posto, 1 de Setembro de 758. 221 v
- Nomeação de Feliciano Ramos Nobre para o logar de Juiz de Fora do Pará. 31 de Julho de 758. 222
- Alvará que o Governador possa passar alvarás de fiança nos crimes processados ante o Juiz de Fóra, ouvindo a esse, sem dependencia do parecer do Ouvidor.—17 de Junho de 1761 222 v
- Para o Governador. Aceitando-se a proposta do povo de meio real em arratel de carne para as obras dos quartéis. 16 de Junho de 1761. 223 v
- Para o Governador. Sobre os bens da extincta Companhia de Jesus.—11 de Junho de 1761 224 v
- Para os Officiaes da Camara. Sobre os excessos com que se transportavam os escravos da Africa, Asia e America e que se observasse a lei de 19 de Setembro passado.—12 de Outubro de 1761 230
- Nomeação de Fernando de Athaide Teive para Governador do Estado.—16 de Julho de 763 230 v
- Para Bernardo de Mello e Castro. Que entregasse o Governo ao seu successor.—15 de Junho de 1763 231
- Para os Officiaes da Camara. Sobre o mesmo assumpto. —15 de Junho de 1763 231 v
- Recondução de Feliciano Ramos Nobre no logar de Ouvidor por mais tres annos.—10 de Novembro de 1763 231 v
- Alvará de nomeação a João de Amorim Pereira do logar de Intendente Geral do Commercio, Agricultura, etc. de Julho de 763. 232

- Alvará de nomeação do mesmo para Juiz Conservador da Companhia Geral do Estado.—15 de Outubro de 763. 232 v
- Para o Governador. Sobre attentados e insultos commettidos pelo Prior e religiosos Carmelitas calçados.—4 de Fevereiro de 765. 233
- Para os Officiaes da Camara. Que attendendo-se a necessidade, se lhe manda cirurgião.—5 de Julho de 765. 235
- Para o Governador. Providenciando a falta de disciplina que havia nas forças do Estado.—19 de Abril de 1766 235 v
- Para o Juiz de Fóra. Sobre duvidas occurrentes no Inventario e Partilha de D. Maria Josefa da Conceição.—10 de Janeiro de 1771 237
- Alvará sobre o estudo da lingua patria e que nas escolas se não lessem sentenças.—30 de Setembro de 1770. . 237 v
- Para os Officiaes da Camara. Nomeação de João Pereira Caldas para o governo do Estado.—8 de Outubro de 1770 239
- Alvará da successão dos Vice-Reis, Governadores, e Capitães-Generaes.—12 de Dezembro de 770 239 v
- Desmembração da Capitania do Maranhão e Piahy da do Pará.—9 de Julho de 774. 241
- Para o Governador. Mandando fechar todas as casas de sortes debaixo de penas severas.—11 de Março de 1777 241 v
- Para o Governador. Que com a extinção da Companhia do Commercio do Estado, se tornava este livre de novo, e se passavam as ordens necessarias.—25 de Fevereiro de 1778 242
- Provisão sobre o meio real de carne, para as obras dos quartéis, disputa do Governador e Camara.—17 de Agosto de 1778 243
- Sobre o commercio e exportação da polvora nacional e estrangeira.—1 de Outubro de 778 244
- Para os Officiaes da Camara. Sobre o requerimento de Lazaro Fernandes Borges, se diz a Camara que lhe não cumpria interpretar, mas cumprir as reaes ordens.—29 de Janeiro de 719. 247
- Para o Governador. Faça executar a real ordem do pagamento das propinas ao Secretario do Conselho Ultramarino.—15 de Setembro de 1780 248
- Para os Officiaes da Camara. Nomeação de José Pedro Fialho de Mendonça para Juiz de Fora da cidade do Pará.—26 de Setembro de 1781 249
- Para os Officiaes da Camara. Sobre o abuso de se introduzirem nella pessoas indignas de occupar aquelles empregos.—20 de Outubro de 1780 250 v

Para Pedro de Siqueira e Queiroz. Sobre a arrematação do contracto do ver-o-pezo. —20 de Setembro de 1780	251
Provisão para o lugar de substituto da aula de Rhetorica e Poetica da cidade do Pará. —26 de Março de 1783 .	252
Carta. Ao Juiz de Fora indicando-lhe o lugar que lhe cabe no acompanhamento das procissões. —24 de Maio de 1783	252 v
Provisão da nomeação de substituto da aula de Philosophia do Pará. —23 de Agosto de 1783.	253
Para o Governador. Que pelos Ouvidores faça escrever ao vereador 2. ^o memorias annuaes dos novos estabelecimentos, factos e casos notaveis dignos da historia. —20 de Julho de 1782.	253 v
Provisão da nomeação de substituto da aula de Grammatica latina da cidade do Pará. —25 de Agosto de 1784	254
Provisão para que nos livros da Camara se registrasse uma certidão apresentada pelo Juiz de Fora em sua defesa contra os depoimentos de sua residencia. —8 de Agosto de 1791	254 v
Governo de Sua Alteza o Principe no impedimento de Sua Magestade a Rainha. —10 de Fevereiro de 1792 . . .	255 v
Para o Vice-Rei do Brazil. Sobre a creação de postos para corpos de ordenanças nominaes. —2 de Novembro de 1787.	256
Provisão do ordenado do professor de Philosophia. —12 de Julho de 1793	258
Provisão de substituto para uma das escolas de ler do Pará. —31 de Março de 1793.	259
Provisão da nomeação e ordenado de um mestre de ler para o Pará. —9 de Agosto de 1793	259 v
Carta da nomeação de João Francisco Leal para o lugar de Ouvidor Geral, dispensando-lhe dar residencia. —22 de Fevereiro de 1793	259 v
Nomeação de José Joaquim Nabuco para o lugar de Ouvidor do Pará. —13 de Novembro de 1794	260 v
Nomeação de Juiz de Fora do Pará. A Luiz Joaquim Frota de Almeida. —3 de Setembro de 1794.	260 v
Alvará de serventia do officio de Provedor ao mesmo Juiz de Fora. —18 de Novembro de 1794	261
Provisão para aposentadoria do mesmo Juiz de Fora. —27 de Setembro de 1794.	262
Alvará de serventia do officio de Provedor ao Ouvidor José Joaquim Nabuco de Araujo. —7 de Janeiro de 1795	262

Provisão de confirmação passada ao Capellão da Cadeia do Pará.—23 de Maio de 1789	263
Para o Ouvidor. Sobre os requerimentos e papeis por justificações solemnes de serviço.—15 de Outubro de 1795	263 v
Provisão para que os requerentes apresentassem os documentos originaes de seus serviços.—10 de Março de 1690).	264 v
Para o Governador do Brasil. Sobre o modo como deviam informar aquelles ditos papeis.—19 de Janeiro de 1713	267
Para o Governador. Mandando cessar as abusivas denominações dos chefes dos corpos auxiliares e ordenanças.—24 de Março de 1797	267
Para Luis de Vasconcellos. Sobre a creação que alli se havia feito de corpos nacionaes.—2 de Novembro de 1787.	268
Sobre a organização das milicias á imitação da das tropas pagas.—7 de Agosto de 1793	270
Para o Ouvidor. Para pagamento das propinas do Secretario do Conselho Ultramarino.—20 de Março de 1797	271
Para Francisco Xavier de Mendonça. Sobre o augmento daquellas importantes capitánias por meios de premios e castigos,— 28 de Agosto de 1758	271 v
Para o Governador. Informe o pedido da Camara de se lhes conceder as terças dos bens do Conselho para as obras de calçadas, campinas, & — 16 de Julho de 1758	273 v
Carta ao Governador sobre certas prohibições ao Commercio em favor da Companhia.— 1 de Agosto de 1758	274
Para o Vice-Rei. Sobre a prohibição do commercio de officiaes e marinheiros de navios.— 14 de Abril de 1756.	275
Para o Governador Francisco Xavier. Que entregue o Governo a Mancel Bernardo de Mello e Castro. — 28 de Julho de 1759	276
Provisão de nomeação de Physico-Mór para o Pará.— 24 de Novembro de 1759	276
Para o Governador. Que faça suspender o Intendente e Ouvidor,— nomeação de outros, em lugar dos suspensos.— 21 de Abril de 1760.	277

TOMO 4º

Companhia Geral do Commercio de Pernambuco e Paraiba

Representações contra a Companhia Geral:

- Da Camara de Olinda.— Queixando-se do exorbitante preço, por que as fazendas e negros erão vendidos, de serem dados aos compradores, sem escolha destes, generos caros, e avariados, computando, pela sua parte os Deputados da Companhia, os fructos da terra num valor pequenissimo; da falta de moeda para as transacções dos habitantes; e, finalmente, da diminuição de direitos nas Alfandegas. — 17 de Setembro de 1777. 1
- Da Camara do Recife.— Clamando, depois de apresentar algumas das queixas acima, contra o avanço de 45 % sobre o primeiro custo das fazendas em Lisboa; e contra o privilegio de não ser obrigad aa Companhia a pagar juro das suas dividas. — 1 de Outubro de 1777 9
- Dos moradores de Pernambuco.— Queixando, além do que já está referido, de se ter estendido ao sertão o commercio exclusivo; demonstrando os prejuizos que resultarão de poderem vir os generos de particulares consignados á Junta; poderando a decadencia nos rendimentos dos Contractos; e queixando-se, por ultimo, e em particular, dum individuo da Direcção. . . 15 v.
- Consulta da Junta da Companhia, em resposta ás queixas das Camaras e moradores das Capitancias. — 20 de Abril de 1780 26

Demonstrações:

- 1.^a Do estado de decadencia, em que se achavão as Capitancias de Pernambuco e Paraiba no tempo do Commercio livre; e do augmento, que tiveram com a fundação da Companhia. 28 v.
- 2.^a Contrariando as representações nos pontos, em que tratão da escravatura. 40 v.
- 3.^a Da abundancia, qualidade e preço das fazendas, que durante a existencia da Companhia se vendião com muito maior beneficio dos moradores, do que no tempo do Commercio livre. 42 v.
- 4.^a Do grande augmento nos preços dos Contractos, e nos direitos das Alfandegas, — e das utilidades, que recebeu a industria daquellas Capitancias — com o estabelecimento da Companhia 51

- 5.^a Do estado de riqueza das Capitánias, depois da fundação da Companhia. 62 v.
- 6.^a Dos nocivos abusos praticados pelos Directores da Companhia em Pernambuco 68
- 7.^a Das vantagens das Companhias de Commercio, quando convenientemente condusidas. 73 v.

Documentos:

- 1.^o Edicto do Capitão General de Pernambuco, promovendo a fundação da Companhia—18 de Maio de 1760. 88
- 2.^o Carta do mesmo Capitão General, fazendo algumas reflexões a favor da Companhia—30 de Junho de 1760 91
- 3.^o Carta da Direcção de Pernambuco á junta de Lisboa, sobre adiantamentos aos senhores de engenhos—30 de Junho de 1760. 92 v.
- 4.^o Idem, remettendo uma relação dos engenhos então existentes, e apresentando com ella algumas reflexões — 18 de Fevereiro de 1761 94
- 5.^o Parallelo das exportações das duas Capitánias, feitas 10 annos antes e 10 annos depois do estabelecimento da Companhia. 96
- 6.^o Certidão de uma impugnação, em que 26 senhores de engenhos reclamavam contra o modo, por que erão calculadas as sufragas—23 de Abril de 1777 97
- 7.^o Requerimento feito á Mesa da Inspeção, em nome de todos os senhores de engenhos, sobre o mesmo objecto — Maio de 1777. 97 v.
- 8.^o Mappa do assucar transportado por particulares para Lisboa a titulo de mimo de 1 de Janeiro até 28 de Setembro de 1777, e de 15 de Abril de 1777 até 21 de Janeiro de 1778 99
- 9.^o Mappa comparativo dos engenhos, que existião antes da Companhia, e dos que se erigirão depois da fundação da mesma. 99 v.
- 10.^o Edital da Direcção da Companhia, com o fim de promover a agricultura do assucar e do tabaco — 10 de Junho de 1760. 100
- 11.^o Carta da Direcção á junta sobre a agricultura e o tabaco — 20 de Junho de 1760 101
- 12.^o Mappa comparativo dos couros, que forão exportados desde 1772 a 1779 para Lisboa, por conta de particulares, e da Companhia. 103
- 13.^o Parallelo da importação e exportação de escravos durante os 10 annos anteriores á Companhia, com as dos dez annos posteriores á sua fundação 104

- 14.º A Carta da junta á Direcção, estranhando a esta o não ter convenientemente fomentado o commercio com Angola — 27 de Agosto de 1772 104 v.
- B — Resposta da Direcção a esta Carta desculpando-se com a falta de embarcações, etc.—18 de Abril de 1763. 106
- C — Carta da junta, contendo algumas ordens á Direcção sobre o referido assumpto—16 de Novembro de 1761 . 107 v.
- D — Carta da Direcção, em resposta á antecelente, fazendo algumas observações sobre o mesmo assumpto — 18 de Janeiro de 1762 108 v.
- 15.º Mappa da importancia das expedições, feitas de Lisboa, Porto e Ilhas, para as duas Capitánias, desde 1762 até 1771 110
- 16.º Mappa das fazendas, que ficarão em ser nas Alfandegas das duas Capitánias nos annos de 1766 a 1778 . . 110 v.
- 17.º Calculo dos lucros, que a Companhia tirava dos generos, que saião do Porto para as duas Capitánias. . . 111
- 18.º Nota dos accrescimos, que a Mesa da Inspecção arbitrou sobre os preços de cada arroba de assucar nos annos de maior esterilidade, e que a Companhia pagou aos seus proprietarios 111 v.
- 19.º Certidão do Alvará de 2 de Abril de 1756 sobre o modo das vendas e arrematações do tabaco e assucar no Brasil 112
- 20.º Idem do Termo da arrematação do Contracto da Dízima das Alfandegas das duas Capitánias nos annos de 1751, 52 e 53. 113 v.
- 21.º Idem, idem nos annos de 1756, 57 e 58 114
- 22.º Calculo da importancia do que a Companhia extraiu das fabricas do Reino, desde o seu estabelecimento até 1779 inclusive. 117 v.
- 23.º Relação de alguns devedores á Companhia 118
- 24.º Mappa demonstrativo do que devião á Companhia os moradores de Pernambuco. 118 v.
- 25.º Demonstraçõ do commercio, que as duas Capitánias fizeram com o Reino desde o estabelecimento da Companhia até o fim do anno de 1777. 119
- 26.º Mappa dos effeitos exportados das duas Capitánias em 1778 para Lisboa e Porto por conta de particulares 121
- 27.º Idem no anno de 1779. 121
- 28.º Carta anonyma ao Provedor e Deputados, em que se dão algumas noticias, relativas ás maquinações contra a Companhia ; e á má administração da mesma em Pernambuco. 121 v.

- Carta da junta da Companhia ao Capitão General de Pernambuco e Paraíba, José Cezar de Menezes, justificando-se das imputações, que lhe tinham sido dirigidas pelo mesmo Capitão General — 13 de Fevereiro de 1778 126
- Carta da Junta á Direcção de Pernambuco, estranhando-lhe a falta de cumprimento das suas determinações na mesma data. 137 v.
- Nova; Representações contra a Companhia
- Da Camara da villa do Recife, pedindo a abolição da Companhia, como prejudicial á Fazenda Real e ao commercio 146

Documentos:

- Certidão do rendimento da Dizima da Alfandega de Pernambuco nos dezoito annos, antes e depois da Companhia, 29 de Maio de 1778 149
- Idem da importação na Alfandega de Pernambuco da escravatura de Angola e Mina durante es mesmos periodos, 26 de Maio de 1778 149 v.
- Demonstração dos prejuizos, que exprimentou a industria de cortidor com o estabelecimento da Companhia . . 150 v.
- Dos habitantes de Pernambuco e Paraíba, pedindo a extincção da Companhia pelos prejuizos que causava ao Commercio daquellas Capitánias. 152 v.

Documentos:

- 1.º Termo de uma penhora, feita a requerimento do Procurador da Direcção, contra o Senhorio dum engenho 169 v,
 - 2.º Requerimento dum morador de Pernambuco, pedindo que a Direcção lhe passasse uma letra sobre a Junta pela importancia do que aquella lhe devia. 170
 - 3.º Certidão do rendimento da Dizima da Alfandega dezoito annos antes e dezoito annos depois da Companhia . . 170 v.
 - 4.º Idem da importação de escravatura de Angola e Mina durante aquelles dous periodos. 171 v,
 - 5.º Demonstração dos prejuizos que os Direitos Reaes soffreram com a fundação da Companhia 172 v.
- Consulta da Junta, pedindo a adopção de algumas providencias para a liquidação e arrecadação dos cabedaes da Companhia, 21 de Abril de 1780 176

Documentos:

- 1.º Carta da Secretaria d'Estado ao Capitão General de Pernambuco, sobre adiantamentos aos Senhores de engenhos, 21 de Julho de 1760 182 v.

2.º Mapa da exportação das duas Capitánias para Lisboa e Porto no anno de 1779.	183 v.
3.º Carta da Direcção á Junta, sobre pagamentos de dividas á Companhia &, 11 de Novembro de 1779 . .	184 v
4.º Portaria do Capitão General, ordenando que a Direcção desse a razão porque deixara de executar certas ordens da junta da Companhia, 25 de Outubro de 1779	189
Resposta da Direcção a esta Portaria.	189 v.
5.º Relação de alguns devedores á Companhia.	199
Consulta da Junta, supplicando alguma providencia, a exemplo da que se deu á Companhia do Grão Pará para a devida arrecadação dos seus bens, 2 de Agosto de 1780.	200
Aviso de 16 de Março de 1778. dirigido á Junta da Companhia do Grão Pará, a que a consulta supra se refere .	201 v.
Consulta sobre as providencias que se deveriam adoptar para a administração, liquidação e arrecadação dos cabedaes da Companhia, apresentada pela Junta da mesma Companhia, 16 de Setembro de 1780	203

Documentos:

1.º (Vai com o n. 25º, junto aos documentos que acompanhão a Consulta de 20 de Abril de 1780)	209 v.
2.º Resumo do estado da Companhia	212
3.º Mappa dos navios da Companhia.	218 v.
4.º (E' o documento 1º, que está junto á Consulta de 21 de Abril de 1780)	219
5.º e 6.º (Documentos que debaixo dos ns. 23 e 24 fazem parte da Consulta de 20 de Abril de 1780). . .	220
Aviso dirigido á Junta, em que se estabelece o modo da arrecadação dos fundos da Companhia.	221
Requerimento de alguns accionistas, reclamando contra a continuação do commercio por parte do Presidente e Directores da extincta Companhia.	226
Carta da Administração em Pernambuco ao Provedor e Directores da Companhia, dando parte do que se resolvera na Capitania relativamente ao pagamento dos juros aos devedores da Companhia	228
Mapas do estado do Credito e divida da Companhia . . .	230

TOMO 5º

Relação de todos os contractos e mais rendas que tem S. Magestade que Deos Guarde na Capitania do Rio de Janeiro, suas origens e creações e para o que forão applicadas as suas consignações, que ordenou o dito Snr. por carta de 14 de Dezembro de 1733 se lhe remetteste.

Do contracto dos disimos reaes.	1
» » do subsidio grande dos vinhos.	1 v.
» » » pequeno » »	2
» » das agoas ardentes da terra	2 v.
» » da aguardente do reino.	3
» » do azeite doce.	3
» » do tabaco	3 v.
» » da disima da alfandega	4
» » das baleias.	4 v.
» » das passagens dos rios Parahiba e Parahibuna.	5
Do contracto dos direitos dos escravos que vão para as Minas.	5 v.
Direitos dos escravos da costa da Mina.	5 v.
Passagens dos rios do Aguassú	6
Contractos dos quintos dos couros da Colonia.	6
Contracto do sal.	6 v.
Imposto para Guarda Costa.	6 v.
Relação dos contractos e mais rendas que teve a Fazenda real na cidade de S. Sebastião no anno de 1732.	8
Relação das despesas que fez a Fazenda real no mesmo anno	11 v.
Relação das rendas na dita cidade no anno de 1733	14 v.
Relação das despesas que fez a Fazenda real no mesmo anno	17
Relação das rendas em 1734	20 v.
Relação da despeza no dito anno.	24
Cópia das ordens e resoluções que houve sobre se estabelecerem os contractos e mais rendas reaes.	29
N. 1. Requerimento do Governo para se continuar o imposto nos vinhos.	29
Resposta em que se declara ter a Camara e povo concorrido com muito dinheiro para o presidio e fortificação.	30

2ª Carta em que o Governador propoz a Camara devião continuar em concorrer para defensão da terra e fortificação	32
Assento da Camara e Povo.	34
Assento sobre o modo da arrecadação do imposto dos vinhos e vintena para as fortificações do presidio . .	35v.
Assento da Camara para se continuar no imposto de subsidio dos vinhos para defensão da terra.	41v.
Levantamento do tributo dos vinhos com declaração de tornar-se a por sendo necessario.	42v.
Assento para se continuar o tributo de vinho para defensão da terra.	43v.
Assento sobre outro modo de correr e arrecadar-se o imposto nos vinhos	44v,
Termo por que se mostra que mandando-se continuar o subsidio dos vinhos, se alterara o povo, por já ter concorrido naquelle anno com muito dinheiro para a defensão da terra e outros empregos (1648). . . .	46
Assento afim de se impôr tributo nos vinhos para sustento do presidio	48
Assento para que o tributo nos vinhos fosse applicado para sustento da infantaria, e que se arrendasse o rendimento do dito imposto.	50v.
Assento que fes a Camara para que se continuasse o imposto nos vinhos e se arrendasse.	51
Outro as ento sobre o mesmo ,	54
Carta em que se declara que o imposto dos vinhos foi para sustento do presidio e defensão da terra. . . .	55v.
Carta em que se declara que se fiserão tributos pela Camara e Povo para sustentar o presidio, dando S. M. permissão para se conservarem aquellas que fossem necessarias	56
Provisão por que S. M. foi servido determinar que o subsidio pequeno que se impôz nos vinhos fosse applicado ás obras da Camara e Cidade	57
Provisão por que foi S. M. servido mandar que o subsidio pequeno dos vinhos se applicasse para a obra da Carioca.	58
Carta em que se declara que foi S. Magestade servido mandar applicar as sobras da casa da moeda para a obra da Carioca até se findar, ficando o subsidio pequeno do vinho para a fazenda real.	59v.
Carta em que S. Mag. foi servido resolver que o subsidio pequeno dos vinhos se cobrasse pela sua real fazenda	

- e que quando não bastassem as sobras da casa da moeda para a obra da Carioca, continuasse esta pelo dito subsidio 60
- Assento porque se principiou o tributo e contracto da agua ardente da terra para as fortificações e presidio por não bastar o imposto nos vinhos. 61
- Auto e condições de arrematação. 62
- Assento no tributo da agua ardente da terra para pagamento do presidio. 64 v.
- Carta em que S. M. agradece á Camara o pedide que fez para o soccorro da Nova Colonia, e reedificação das fortalezas da barra do Rio de Janeiro 65 v.
- Carta em que S. M. agradece á Camara a offerta de oito mil crusados com que os moradores concorrerão voluntariamente para as fortificações da cidade 66
- Carta de S. M. em que se declara contribuir a Camara cada anno com cinco mil crusados para os soccorros da Nova Colonia e outros cinco para as fortificações desta praça, para os quaes effeitos se fez a imposição nas aguas ardentes da terra, que se embarcaram para fóra, e se creou o estanco do tabaco. . . . 67
- Carta de S. M. por que se declara que a Camara impoz 800 réis em cada barril de agua ardente do reino para pagamento da infantaria da Nova Colonia. . . 68 v.
- Carta de S. M. por que se declara que a imposição dos dois crusados por cada barril de agua ardente do reino será para a infantaria da Nova Colonia. . . . 70 v.
- Carta de S. M. em que ordena á Camara fizesse imposições suaves para o pagamento do soldo dos governadores e se declara a pozessem no azeite doce. 71 v.
- Carta de S. M. porque foi servido approvar o imposto no azeite para soldo dos governadores. 72 v.
- Carta de S. M. em que agradece á Camara a offerta da disima da alfândega para pagamento da infantaria. . 73
- Carta de S. M. de 17 de outubro de 1699 porque foi servido ordenar que os contractos que até ahi se administravão pela Camara, e os que se administravão pela fazenda real continuassem na mesma fórma, e que assistisse a Camara ao pagamento dos soldados. . 74
- Provisão de 22 de Fevereiro de 1731 porque foi S. M. que Deus G.º servida mandar que os contractos, cuja administração corria por conta do Senado da Camara passassem para a Provedoria da Fazenda real. . . 75
- Carta de S. M. porque consignou no rendimento do Contracto das baléas, a importancia da Congrua do Bispo, Dignidades e mais beneficiados da Sé. . . . 76

Carta de S. M. sobre applicar o imposto de vinte réis em cada medida de azeite de peixe para o soldo dos Governadores desta praça, e as sobras, havendo-as, para o sustento do presidio da Nova Colonia. . . .	76 v.
Carta de S. M. pela qual ordena que o rendimento da disima da alfandega desta praça se applique ao sustento da infantaria della.	77
Carta de S. M. em que declara estar applicado o contracto do Tabaco desta Capitania á ajuda da fazenda real na sustentação da infantaria.	78
Carta de S. M. em que consigna para a obra da Carioca o rendimento do contracto do subsidio pequeno. . .	80
Cópia da carta de S. M. por que mandou declarar que o contractador dos disimos não havia de dar fardas aos soldados desta praça, porque estas se havião remetter do Reino, enviando-se de cá a sua importancia.	81
Carta de S. Mag. ^o pela qual ordena e arbitra em cada um anno quarenta mil cruzados para as obras da fortificação desta praça na disima da alfandega della. .	81 v.
Carta de S. Mag. ^o pela qual ordena que o pagamento do terço e cavallaria do presidio da Nova Colonia se ha de fazer do rendimento da disima da alfandega. . .	82 v.
Carta de S. Mag. ^o sobre se pagar ao Provedor da Santa Casa da Misericordia o gasto das curas que fizerem aos soldados desta praça.	85
Carta de S. Mag. ^o em que consigna para satisfação do que se deve do subsidio á consignação da obra da Carioca a passagem do rio da Paraíba do Sul. . .	86
Carta de S. Mag. ^o pela qual ordena que pela disima da Alfandega se dem quatro mil cruzados todos os annos para a fortificação da fortaleza da barra de Santos	87 v.
Termo da resolução que se pos para sustento da Guarda-costa no contracto do estanco do Tabaco nesta capitania.	89
Carta de S. Mag. ^o em que ordena se supra uma grande parte da despeza da não Guarda-Costa pela disima da alfandega.	90 v.
Carta de S. Mag. ^o em que ordena se pague pelo direito dos escravos que para as minas vão a obra da correnteza da agua da Carioca para o mar.	93
Carta de S. Mag. ^o pela qual ordena pela sua real fazenda se administrem os contractos que até agora administrava o Senado da Camara.	93 v.

Carta de S. Mag. ^o para o contractador do Tabaco, Manoel Correia Bandeira, poder extrahir da Bahia quatro mil arrobas de Tabaco em cada anno para consumo do dito contracto.	94 v.
Provisão do Marquez d'Angeja, V. Rei que foi deste Estado, para que pague cada escravo que fôr para as Minas, assim da costa da Mina como Angola 4\$500 réis de direito.	95 v.
Carta de S. Mag. ^o sobre haver arrematado os direitos de dôse tostões que foi servido impor em cada escravo que entrasse de toda America sahidos da costa da Mina, ilha do Principe e mais partes nella declaradas.	98
Carta de S. Mag. ^o em que ordena se não cobrem mais direitos que dez tostões por cada escravo da costa da Mina e mais partes, por reconhecer uma equivocação que houve na arrematação.	99
Uma das condições (14 ^a) do contracto do sal.	100 v.
Alvará de S. Mag. ^o sobre o um por cento de todos os contractos e para que é applicado.	101
Dá provisão para que de todos os contractos hajão propinas para as municações, e da permutação de dois barris de polvora, que cada navio hade fazer com outros tantos, velhos, da fazenda real.	104 v.
Provisão de S. Mag. ^o por onde manda que quando o prelado della for ou mandar visitar as villas do Sul o Governador lhe arbitre quantia bastante para ida e volta.	106
Arbitramento,	107
Ordem de S. Mag. ^o , em que ordena que do capital das rendas reaes se tire todos os annos 6 por cento, e se remettão para o reino.	108
Provisão pela qual manda S. Mag. ^o que a consignação de dois contos de réis se prorrogasse por todo o tempo que durassz a obra da cadeia.	109
Provisão de S. Mag. ^o pela qual manda dar ao Governador D. Lourenço do Almeida quatro mil cruzados de ajuda de custo para a sua ida á Minas e outra tanta quantia para a volta.	110 v.
Ordem de S. Mag. ^o pela qual se remette para o Conselho a importancia de 3,200\$ rs. para fornecimento dos armazens.	111
Provisão de S. Mag. ^o por que faz mercê ao Mestre de Campo, Governador da Villa de Santos, Antonio Gaioso Nogueirol, 20\$ rs. de ajuda de custo á ida e outro tanto de torna viagem.	111 v.

- Provisão de S. Mag.^o pela qual manda se dê 250\$ rs. por anno por tempo de quatro para a obra do corpo da igreja de N. Sn.^a do Pilar de Aguassú. 112v.
- Provisão de S. Mag.^o pela qual manda dar tres mil cruzados para a reedificação da igreja de S. João de Itaborahy por tempo de tres annos a 400\$ rs. por anno 114r.
- Alvará de S. Mag.^o que trouxerão os P.^{as} Diogo Soares e Domingos Chapaci, religiosos da Companhia de Jesus. 114v.
- Provisão porque S. Mag.^o ordena mande logo fazer os concertos de que necessita a igreja matriz do Cabo Frio 117
- Carta de S. Mag. pela qual manda pagar ao capitão Bernardo Francisco Passos. 118
- Carta de S. Mag. pela qual manda pagar a Diogo Barbosa Leitão 118v.
- Provisão de S. Mag. pela qual ordena que o Governador e capitão-general vença por ajuda de custo o seu soldo desde o dia que se embarcar da cidade de Lisboa 119v.
- Provisão de S. Mag. pela qual ordena que o soldo que o Governador Luis Vahia Monteiro tem, se lhe continue até desembarcar em Lisboa 120v.
- Ordem por que se manda para Santos a importancia de 1:600\$, além de outros tantos que já tinha de consignação 120
- Provisão de S. Mag. para ser pago Antonio da Silva e Sá do pão de munção 121
- Carta de Sua Magestade porque applica os cinco mil cruzados que estavam consignados á obra da cadeia para a fortificação da colonia. 129
- Provisão de Sua Magestade em que ha por bem fazer mercê ao Ouvidor Agostinho Pacheco Telles do ordenado de 400\$, começando a correr do dia do seu embarque por ajuda de custo. 122
- Provisão de Sua Magestade em que ordena pague a João Roiz, Ouvidor de S. Paulo, 300\$ de ajuda de custo. 123
- Provisão de Sua Magestade em que ordena se dê 100\$ de ajuda de custo ao Juiz de Fóra, Matheus Franco Pereira. 124
- Provisão de Sua Magestade em que ordena que o Alferes de artilharia Manoel de Assumpção e Sá vença soldo do dia em que embarcar até ao da chegada. 124v.

- Provisão de Sua Magestade pela qual manda por a Igreja de Santo Antonio de Sá em sua perfeição, com as rendas da real fazenda 126

Registro das ordens expedidas para a Capitania de Pernambuco

- Provisão em que se ordena ao Provedor da Fazenda remetta as certidões dos rendimentos annuaes na fórma da relação que se lhe remette 127
- Provisão em que se declara ao Provedor da Fazenda como não satisfaz a ordem de 14 de julho de 1766 com as certidões que mandou dos rendimentos, e se lhe ordena que remetta supplementos, que as aclarem, satisfazendo aos apontamentos que vão juntos. . . . 130 v.
- Relação dos principaes defeitos que se acham na certidão dos rendimentos e despezas da fazenda real da Provedoria do Rio Grande do Norte, do anno de 1766; como tambem os defeitos que se acham em outras contas remettidas antecedentemente da mesma Provedoria. Apontão-se as circumstancias essenciaes, com que ali se devem passar as certidões de todos os rendimentos e contractos reaes, que se houverem cobrado e de todas as despezas que se houverem feito desde o 1º de Janeiro de 1762 até o presente, e pelo tempo futuro com o formulario para as ditas certidões. 143
- Relação do que ocorre no Real Erario a respeito das certidões da receita e despeza da Provedoria do Ceará pertencentes aos annos de 1761 a 1764 assignados pelo Escrivão da Fazenda Real etc., na mesma Capitania. 161
- Provisão em que se ordena ao Provedor acabe de satisfazer ao que se lhe ordenou pela Provisão de 18 de Setembro de 1767, com a remessa dos supplementos pertencentes aos annos de 1762 e 1763, e com as das certidões pertencentes ao de 1764 e 1765 168
- Provisão em que se adverte ao Provedor da Fazenda que todas as remessas para o real Erario devem vir acompanhadas de contas em que se declare a sua natureza e o mais necessario a respeito dellas. . . . 169
- Carta para o Governador a respeito da arrematação do contracto do subsidio das carnes e de outros, apou-

tando varias circumstancias importantes á respeito das arrematações e arrecadação da real fazenda. . . .	170
Decreto de 23 de Agosto de 1760	173
Carta para o Governador em que de novo se recommenda a remessa das certidões do rendimento do Rio Grande do Norte e Ceará Grande	174
Carta ao Governador para que faça recolher ao cofre da capital o dinheiro que existir na Capitania do Ceará, para que ordene se guarde para o futuro com tres chaves; e para que passem pela nova Junta da fazenda as certidões dos rendimentos que ali se enviarem	174
Carta régia sobre a creação da Junta da Fazenda em Pernambuco.	176 v.
Instrucções e methodo que se deve seguir na Escripuração das contas da Fazenda real da Capitania de Pernambuco e na arrecadação da Thesouraria geral, que S. M. manda estabelecer na mesma capitania. . . .	180
Carta para o Governador afim de se tomar conta pela nova Junta da Fazenda da arrecadação dos bens confiscados, conservando-se por ora a administração nas pessoas a cujo cargo está desde o tempo em que se fizerão os sequestros.	197 v.
Provisão para a Junta da Fazenda em que se manda dê conta geral e corrente de tudo o que na Provedoria de Pernambuco se tem recebido da Bahia pela consignação dos vinte mil crusados para os pagamentos das fardas antigas; dos pagamentos que se tem feito e do que se resta a dever.	200
Provisão para a Junta da Fazenda, remettendo-se-lhe o papel intitulado «Instrucções sobre o abuso das licenças» etc., ordenando-se o faça registrar	201 v.
Para a Meza da Inspeção de Pernambuco, ordenando-se-lhe o que deve praticar concernente a administração dos direitos dos escravos de Angola, com cópia do § das Instrucções em que se contém as obrigações das ditas mezas.	202 v.
Provisão para a Junta da Fazenda ordenando-se-lhe remetta logo certidões, em que se satisfaça as duvidas que ha na conta do almoxarife Pedro Marques de Araujo	203 v.
Provisão para a Junta da Fazenda sobre se não admittir a condição com que os arrematantes do contracto do subsidio das carnes se offerenciao a dar 700\$ de mais no caso de se lhes admittir a condição de consignarem a quem quizessem os seus effeitos.	204 v.

- Provisão para a Junta da Fazenda sobre se não dever obrigar a Companhia geral a pagar os couros de attanados por preço em que não ache conta, e sobre o recurso que tem os fabricantes, ordenando-se que remettão para Lisboa os que existem, por conta da real fazenda. 205 v.
- Provisão para a Junta da Fazenda approvando-se as arrematações de treze contractos, de que mandou as condições 207
- Carta para o Governador, dando-se parte de haver sido muito do agrado de S. Magestade a remessa do quadro em que se contem todos os rendimentos e contractos d'aquellas capitánias. 207 v.
- Provisão para a Junta da Fazenda, decidindo os pontos dubios sobre que se havia pedido resolução 208
- Provisão para a Junta da Fazenda, sobre o balanço que remetteu da entrega feita pelo almoxarife sobre o methodo d'elle e sobre o que se deve praticar nos ajustamentos de contas semelhantes 210 v.
- Provisão para a Junta da Fazenda sobre o balanço recebido das entradas e sahidas do primeiro trimestre do anno. 212
- Provisão para a Junta da Fazenda, para que o dinheiro pertencente ao fardamento das tropas não se continue a remetter ao Thesoureiro do Conselho Ultramarino, si não sómente ao real Erario. 213
- Provisão para a Junta da Fazenda, sobre a conta das remessas da Bahia para os pagamentos de fardas, e sobre o que a respeito desta materia se lhe ordene participe ao real Erario 213 v.
- Carta para o Governador, approvando a resolução que tomou de mandar fazer pelos commandantes das freguezias as cobranças das dividas da fazenda real, cujos devedores vivem nas freguezias mais distantes 215
- Provisão para a Junta da Fazenda, para que mande formar um catalogo com a substancia precisa e composto de todas as ordens que na Capitania se houverem recebido relativas á administração e arrecadação da fazenda real 216
- Provisão para a Junta da Fazenda sobre os seis quadernos da receita e despeza dos bens confiscados aos Jesuitas, pertencentes aos annos de 1768 e 1769 e sobre o que deve praticar de futuro 217
- Provisão para a Junta da Fazenda sobre o balanço por entrega dos bens confiscados 218

- Provisão para a Junta da Fazenda sobre o quaderno « balanço geral das tres classes dos bens confiscados » e sobre o que é necessario declarar-se a este respeito . 218 v.
- Provisão para a Junta da Fazenda, participando-lhe ficarem recebidos os tres mil couros attanados pelo navio « Prazeres » e que pelo mesmo modo continua a remessa dos mais 219
- Provisão para a Junta da Fazenda, paticipando-lhe ficar recebida a relação da receita e despeza do Almo-xarife João da Silva Crus no anno de 1769 e o caixote dos livros e papeis que lhe pertencem. 219 v,
- Carta para o Governador sobre a nomeação do Thesou-reiro Geral e de outros officiaes e seus ordenados e sobre o methodo das contas. 220 v.
- Supplemento ás Instrucções que em 10 de Maio de 1769 se derão para a escripturação das contas da Fazenda real da Capitania de Pernambuco. 223
- Carta regia sobre a venda que se deve fazer dos bens con-fiscados. 227
- Provisão para a Junta da Fazenda em que se lhe ordenão as averiguações e diligencias que deve praticar a respeito do sequestro que se fez nos bens de Fran-cisco Gomes da Fonseca, fiador do almoxarife Antonio Baptista Coelho. 228
- Provisão para a Junta da Fazenda, para que faça indagar se existem alguns bens pertencentes aos Almoxarifes alcançados e a seus fiadores; que informe sobre o titulo por que se estabelecerão as prestações, e que ao Inventario se accumule as culpas que se devem formar aos Provedores. 231 v.
- Provisão para a Junta da Fazenda, declarando que S. Mag.* foi servida revogar o ordenado do anno da conta, na forma em que se pagava antes do estabele-cimento do real Erario. 233
- Provisão para a Junta da Fazenda, ordenando se mande comprar para o provimento do Arsenal real de Ma-rinha os generos conteúdos na relação que se remette. 234
- Relação dos ditos generos. 235
- Provisão para a Junta da Fazenda, participando-lhe ha-verem-se recebido attanados sem os conhecimentos e facturas, e advirtindo-a do necessario a este res-peito. 235 v.

TOMO 6º.

Cartas regias de 1668 a 1752 existentes na Secretaria do Governo do Pará

Para Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que não podendo os Governadores pôr preços aos generos dos particulares, deixe correr livremente o Cacáu, 23 de maio de 1668.	1
Para Manoel Soares de Albergaria sobre o Governador Antonio de Albuquerque tomar tres mil crusados de ordenado; que lhe não cabe mais de seiscentos mil réis, e delle, e dos seus antecessores se haja o excesso, 6 de outubro de 1668.	1 v.
Para Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre a sua ingerencia nos negocios da Fazenda, e excesso que tem levado nos seu ordenados, 8 de outubro de 1668.	2
Para o mesmo, extranhando lhe haver tomado por duas vezes, para seu serviço, a gente que trabalhava em uma fragata, 4 de fevereiro de 1669.	3
Para o mesmo, que mande rever as contas do almoxarife e feitor da Fazenda, Manoel de Moraes, 27 de julho de 1669.	3
Para o mesmo, sobre o regimento que se deu a Marçal Nunes da Costa, Capitão-mór do Pará, 9 de setembro de 1669.	4
Para Pedro Cesar de Menezes, sobre os Officiaes da Camara fazerem junta sem ordem do Governador, e que fizesse publicar a Lei de 19 de abril de 1667, 21 de novembro de 1673.	4
Para o mesmo. Sobre o modo por que se deviam cobrar os dizimos das drogas descobertas nesse Estado, 19 de setembro de 1676.	4
Provisão sobre a Agricultura da Baunilha e Cacáo. 1 de dezembro de	5 v.
Para Ignacio Coelho da Silva, que avise do que faltar para pagamento da congrua do Bispo e Dignidades da Sé, afim de se mandar pagar o resto nos dizimos da Bahia. 21 de março de 1679.	6

Para Ignacio Coelho da Silva, que se pague com pontualidade a congrua do Bispo, 20 de março de 1680 .	6v.
Para o mesmo. Sobre a prisão de um Capitão de Infantaria que o Bispo mandara preso para o Reino para fazer vida com sua mulher, 29 de março de 1680 .	7
Para o mesmo, derogando o estanco dos quatro generos —ferro, aço, facas, e velorio, e direitos que pagariam os que os levassem ao Estado, 29 de março de 1680 .	7v.
Para o mesmo sobre a forma de repartição dos Indios, 30 de março de 1680	8
Para o mesmo. Sobre a prohibição que se fizera aos Governadores do Commercio, mercancia ou cultura alguma, 31 de março de 1680	9
Para o mesmo. Que nenhuma pessoa tenha dois officios, e quem os tiver renuncie um delles dentro de seis mezes, 6 de agosto de 1681.	9v.
Para Francisco de Sá e Menezes, que se continue com a fabrica de sal, e se deem propinas a quem não mostrar ordem ou provisão para as levar, 6 de março de 1682	10
Para o mesmo. Sobre o dizimo do cravo vindo do certão, 7 de dezembro de 1682.	11
Para o mesmo. Que dê a entender aos moradores, que servindo seus filhos na infantaria se teria attenção aos seus serviços para provimento dos postos, 9 de janeiro de 1683	11
Para o mesmo. Sobre se não admittirem nos Conventos nem a ordens os que fossem do Reino, nem os filhos dos moradores sem muita neccessidade, 25 de maio de 1684	11v.
Para o mesmo. Sobre um navio Hollandez que tinha chegado ao Maranhão obrigado de força maior, 24 de maio de 1684.	12v.
Para o mesmo, que não obstante o Commercio por contracto se embarcassem as fazendas dos defuntos e auzentes nos generos e fructos da terra. 4 de setembro de 1684	14
Para o mesmo. Sobre trazer se gentio do Ceará para resistir aos do corço na Fortaleza do Itapucuru no Maranhão 2 de setembro de 1684.	14v.
Para o mesmo. Sobre a cultura do Cacão e das Baunilhas 2 de setembro de 1684.	15
Para o mesmo. Que para se remediar a falta de moeda que havia no Estado se ordenava aos assentistas importassem todos os annos mil crusados em cobre e prata miuda, 2 setembro de 1684	15 v.

- Para o mesmo. Que mande fazer entradas pelo Tocantins, tratar o gentio delle, e se faça toda a deligencia para colher a canella que ali existe em varios tempos do anno — 2 de Setembro de 1684 15 v.
- Para o mesmo. Sobre as penas que se mandão impôr aos falsificadores do Cravo e Cacau — 2 de Setembro de 1684 16 v.
- Para o mesmo. Que fizesse plantar 100 arvores de Cravo junto as povoações — 2 de Setembro de 1684 16 v.
- Para Gomes Freire de Andrade. Que se impeça a entrada dos Francezes de Cayena, mas não se proceda contra elles a pena capital — 20 de Fevereiro de 686 17 v.
- Para Arthur de Sá e Menezes. Que a Residencia do Governador do Estado é conveniente que seja no Maranhão — 21 de Dezembro de 686 18
- Para o mesmo. Recommendando o descobrimento da pimenta, de que algumas pessoas havião remettido a mostra — 24 de Novembro de 1686. 18
- Para o mesmo. Recommendando-se o cuidado na cultura do Cacáu — 24 de Novembro de 1686. 18 v.
- Para o mesmo. Sobre a Canella dos Tocantins — 24 de Novembro de 1686. 19
- Para o mesmo. Que naquelles primeiros 10 annos se não podesse cortar cravo de arvores novas, e quanto em cada anno se poderia embarcar delle — 24 de Novembro de 1686 20
- Para o mesmo. Sobre competir as Camaras e não aos Governadores a eleição dos Capitães e officiaes das Companhias das Ordenanças — 20 de Dezembro de 1686 21 v.
- Para o mesmo. Que se vira a amostra do ferro descuberto no Maranhão, mas que isso prejudicaria o Commercio do Reino, principalmente se os indios o trabalhassem — 23 de Março de 1688 22
- Para o mesmo. Que não convinha proseguir-se no descobrimento dos metaes, indicados por Gomes Freire, sem que primeiro se pozessem em defeza os portos maritimos do Estado — 23 de Março de 1688. 22 v.
- Para o mesmo. Recommendando-lhe a eleição dos Cabos para as fortalezas do Cabo do Norte — 22 de Março de 1688. 23
- Para o mesmo. Recommendando-lhe de novo se não cortassem as arvores novas do Cravo — 14 de Maio de 1688

- Para Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre a fabrica do Anil — 7 de Maio de 1688 24
- Para Arthur de Sá e Menezes. Que havendo-se experimentado inconvenientes de não assistirem os Governadores no Maranhão, desse nesta parte cumprimento ao seu regimento — 23 de Maio de 1688. . . v 24
- Para o mesmo. Recommendando-lhe nomeie Sargento mór ao Indio que matara os assassinos de dois Padres Missionarios — 30 de Outubro de 1688 25
- Para o Governador. Que prohiba o uso de fogos de polvoras nas festas dos Santos ou em quaesquer outras — 2 de Setembro de 1689. 26
- Para Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre os regimentos que se lhe remettem afim de se evitarem pleitos entre os Velores e Provedores da Fazenda — 17 de Outubro de 1690 23
- Para o mesmo. Que não obstante as suas ponderações, se arrematem os dizimos pelo preço que se offerecer e se guarde a roda e taxa do Cravo — 18 de outubro de 1690. 26 v
- Para o mesmo. Que os almoxarifes, ao darem as suas contas, entregassem as munições em especie, e não em dinheiro, o qual se gastava, ficando o Estado desprovido — 19 de Outubro de 1690 27
- Para o mesmo. Sobre os Padres da Companhia pretendem passar, e com effeito fazerem passar as suas canoas sem o registro da Fortaleza do Gurupá — 17 de Outubro de 1690. 23
- Para o mesmo. Sobre a remessa que se faz de armas e munições, e que se faça logo a Fortaleza do Gurupá — 2 de Fevereiro de 1691. 28 v
- Para o mesmo. Recommendando-lhe a remessa de amostras de varias drogas do Estado — pimenta longa, quina, erva com effeitos do chá, folhas de cajurá, puxury, casta de lã que as indias fão, cochonilha, páu preto, campeche, etc. — 2 de Fevereiro de 1691 . . . 29 v
- Para o mesmo. Sobre a distribuição das ordenanças do Estado — 7 de Fevereiro de 1691 30 v
- Para o mesmo. Sobre o registro das canoas do certão, e se fação os rolos e canudos de cravo e os quarteis delle na forma ordenada por Gomes Freire — 6 de Fevereiro de 1691 30 v
- Para Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre a obra que se manda fazer da Fortaleza do Gurupá. 19 de Fevereiro de 1691 31

Para o mesmo, approvando o perdão concedido aos Indios ausentes pelas mortes dos Padres. 17 de Fevereiro de 1691.	32 v
Para o mesmo sobre a importancia de logar de secretario. 17 de Abril de 1691	32 v
Para o mesmo, que se alugue casa para a Secretaria do Governo, no caso de não haver espaço para ella nas casas dos governadores. 16 de abril de 1691 . .	33
Para o mesmo, recommendando-se-lhe faça dar cumprimento ao Regimento da Fazenda. 17 de Julho de 1691	33 v
Para o mesmo. Que se observe a lei das aguas ardentes, que prohibe o seu fabrico no Estado. 29 de Maio de 1691	34
Para o mesmo. Sobre a propina de 3\$360 que se deve ao Secretario do Estado por cada patente de capitão de ordenança. 2 de Setembro de 1691	35
Para o mesmo. Sobre a propina devida ao Secretario de cada barco que fizesse viagem de umas para outras capitancias do Estado. 1 de Setembro de 1691	35 v
Para o mesmo. Sobre o processo movido pelo ecclesiastico contra os vereadores da Camara. 1 de Setembro de 1691	36
Para o mesmo. Que se passe recibo aos pretendentes dos papeis que entregarem para serem remettidos ao Reino. 17 de Janeiro de 1692	37
Para o mesmo. Que os governadores se abstenham de dar habitos de Christo. 6 de Fevereiro de 1690 . .	37
Para o mesmo. Que o Secretario assista ás juntas, tomando por escripto os pareceres. 4 de Novembro de 1692.	37 v
Para o mesmo. Que remetta o rendimento dos novos direitos para se lhe enviarem armas e munições. 8 de Janeiro de 1692	38
Para o mesmo. Propina que se manda dar ao Secretario dos contractos que se arrematarem. 7 de Março de 1693.	38 v
Para o mesmo. Remettendo-se-lhe a avaliação por onde se haviam de cobrar os novos direitos. 20 de Fevereiro de 1694	39
Para o mesmo. Imposição nas aguas ardentes e vinhos. 7 de de Dezembro de 1695	39 v
Para o mesmo. Repressão dos excessos praticados pelos officiaes do juizo ecclesiastico. 9 de Março de 1696.	40 v

- Para o mesmo. Sobre datas de sesmarias das terras descobertas pelas tropas do Estado no caminho do Brasil. 9 de Janeiro de 1697 41
- Para o mesmo. Sobre o baptismo e instrucção religiosa dos escravos empregados na navegação. 5 de Março de 1697 42
- Para o mesmo. Sobre o testamento de João de Sousa Soleima e expediente tomado pelo governador que se approva. 15 de Fevereiro de 1697 42 v
- Para o mesmo. Advertindo-lhe que não conceda sesmarias de mais de tres leguas de comprido e uma de largo. 7 de Dezembro de 1697 43
- Para o mesmo. Que faça prender e remetter para suas terras os Hollandezes que forem encontrados dentro do Estado. 4 de Março de 1698 43 v
- Para o mesmo. Que as sesmarias dos certões possam ter duas leguas de comprido sobre outras tantas de largo. 10 de Dezembro de 1698 44
- Para o mesmo. Que os soldados pagos não podessem servir na Camara. 10 de de Dezembro de 1698 45
- Para o mesmo. Que se não deve taxar os fretes aos mestres das embarcações. 10 de dezembro de 1698. 45 v
- Para o governador do Maranhão. Sobre a aula de fortificação que se manda estabelecer e que houvesse tres discipulos de partido. 15 de Janeiro de 1699 46
- Para o mesmo. Sobre a queixa do Bispo de como se haviam portado com elle em uma junta o Ouvidor e Adjuntos, se manda que estes sejam asperamente reprehendidos e lhe peçam absolvição com toda a humildade. 6 de Março de 699 47
- Para o mesmo. Que se guardem os privilegios do Senado. 16 de Março de 1699 48
- Para o mesmo. Que os moradores que comprassem escravos de Guiné fossem obrigados a lavar cana. 10 de Setembro de 1699 48 v
- Para o mesmo. Que veja a queixa dos homens do Commercio dos Officiaes da Camara porem preço ao sal e ao pano de algodão, para seus interesses. 24 de outubro de 1699. 49
- Para o mesmo. Que o Logar Tenente General havia de ficar governando a capitania na ausencia do governador. 13 de Novembrode 1 700 49 v

Para o mesmo. Que se faça folha para o pagamento dos filhos della, e lista para o soldo dos soldados. 23 de Dezembro de 1700	50 v
Para o mesmo. Propiza de 40\$000 ao governador no contracto dos disimos excusos do provedor ; da ajuda de custo para lista concedida a diferentes. 12 de Janeiro de 1701	51
Para o mesmo. Sobre a preferencia dos navios que ião a serviço, se lhes limita o prazo de 60 dias: epoca e condição da partida dos navios. 14 de Janeiro de 1701.	51 v
Para o mesmo. Que se os officiaes da Fazenda, que tem a seu cargo o pesqueiro e salinas dos Joannes, distrahirem os indios dellas para suas conveniencias percam os officios para nunca mais poderem servir. 21 de Abril de 1702	52
Para D. Manoel Rolim de Moura, que é impraticavel o arbitrio de se dar soldo aos Principaes das Aldeias. 27 de Outubro de 1702	53
Para o mesmo. Sobre não parecer mal o arbitrio de Fernão Carrilho, de passarem alguns gados para a ilha dos Joannes, se execute neste particular o que se achar mais conveniente. 27 de Outubro de 1702.	54
Para o mesmo. Sobre o provimento dos postos de capitão do infantaria. 13 de Novembro de 1702	54 v
Para o mesmo. Sobre o modo que tinham os moradores de falsificarem o Cacau. 31 de Janeiro de 1703	55
Para o mesmo. Sobre o logar que competia ao provedor da Fazenda, quando se achasse na presença do governador com o capitão mór	55 v
Para o mesmo. Que se não demore o processo dos indios presos por crimes. 31 de Janeiro de 1703.	56
Para o mesmo. Que ordenando-se faça alguma despeza declare, para que he. 30 de Janeiro de 1703.	56 v
Para o mesmo. Ordenando-lhe não passe Alvarás de fiança nos casos exceptuados na lei. 3 de Março de 1703	57
Para o mesmo. Que o pagamento do soldo dos soldados se faça em panno de algodão e não em drogas do reino. 10 de Março de 1703	57 v
Para o mesmo. Que os Governadores se não intromettão em negocios de justiça e fazenda. 15 de Maio de 1703	58
Para o mesmo. Encomendando-lhe a união que deve ter com o Bispo e Ouvidor do Estado para se evitarem desordens. 13 de Maio de 1703.	58 v
Para o mesmo. Recommendo-se-lhe que assista no Maranhão. 15 de Maio de 1703	59

- Para o mesmo. Sobre o tempo por que os Governadores podiam prover os officios que vagassem no Estado, e cobrança dos novos direitos. 6 de Julho de 1704 . 59 v
- Para o mesmo. Extranhando-lhe asperamente ter suspendido o Ouvidor do Pará Miguel Monteiro Bravo, pondo em seu lugar o do Maranhão. 25 de Agosto de 1705. 60 v
- Para o Governador do Estado. Sobre as sesmarias que se dão aos poderosos, das melhores e nos melhores sitios, ficando os pobres sem ellas. 16 de Setembro de 1705 61
- Para o Governador. Que assista infallivelmente no Maranhão, como se lhe tem ordenado. 3 de Outubro de 1705 62
- Para o Governador. Sobre a paz com Inglaterra, Estados Geraes e Imperio,—fortificação, e soldados que se mandam da ilha da Madeira. 3 de Novembro de 1705. 62
- Para o Governador. Sobre a falta de officiaes mechanicos e principalmente do officio de ferreiro 63
- Para Christovão da Costa Freire. Sobre o provimento de Antonio da Silva Henriques de cabo da casa e forte do Icatú. 13 de Maio de 1706. 63 v
- Para o mesmo. Sobre uma data concedida aos Religiosos Mercenarios por D. Manoel Rolim de Moura, se lhe adverte que se deve haver por nullas semelhantes datas. 27 de Maio de 1706 64
- Para o mesmo. Que se observe o regimento na parte que dispõem fiquem uns indios nas Aldeias, durante a ausencia dos outros. 15 de Junho de 1706 64 v
- Para o Governador. Que se informe do procedimento de Pedro da Costa Raiol na viagem que fez ao certão, e que estas visitas se façam como se tem ordenado. 18 de Setembro de 1706 65
- Para o mesmo. Sobre a queixa do Barão da Ilha Grande dos Joannes se declara que a jurisdição dos Missionarios se deve entender omni-modò no espirital e restricta no temporal. 18 de Setembro de 1706 . . 65 v
- Para o mesmo. Sobre a insegurança da cadeia ; louva-se-lhe o procedimento que teve em mandar prender a um cafuz por assalto e mortes nos indios do Tapa-joz. 27 de Setembro de 1707. 67
- Para o mesmo. Sobre se ter mandado desarvorar a Hilario de Moraes Bittencourt do posto de Coronel do Regimento de Ordenanças. 28 de Setembro de 1707 . . 67 v
- Para o mesmo. Sobre as baixas que os Governadores do Estado dão aos soldados, e licenças sem limitações de tempo. 12 de Outubro de 1707 6

Para o Governador. Declaração aos Capitulos do regimento dos Governadores do Estado, pelo que toca a concessão dos Alvarás de fiança e perdões. 28 de Março de 1708	69
Para o Governador. Que obrara bem em fazer um desciemento de indios e continuasse, mas sem violencia, e por bons meios. 10 de Abril de 1709	70
Para o Governador. Que por bons modos procurasse persuadir aos moradores do Estado a irem alguns casaes delles habitar a villa do Icatú. 13 de Abril de 1709.	70 v
Para o Governador. Sobre mandar fazer escoltas todos os annos pela costa, e trabalhe para que os indios se afastem da visinhança de Cayena. 15 de Abril de 1709	71
Para o Governador. Sobre uma Sumaca de Pernambuco que indo ao Maranhão, carregara algodão, se lhe declara que o Commercio entre vassallos ainda extrahindo-se dinheiro, é e deve ser permittido. 17 de Abril de 1709	71 v
Para o mesmo, que se reparta com igualdade entre Maranhão e Pará os escravos d'Africa que chegaram ao Estado 13 de Julho de 1709.	72
Para o Governador. Que se recommenda ao do Brasil persuada a alguns mestres de assucar a irem para o Estado, fazendo-lhe as vantagens possiveis á Fazenda, e compatíveis com as posses dos senhores de Engenho a que não servir. 15 de Julho de 1709	73
Para o mesmo. Sobre terem apparecido concessões escessivas de datas e sesmarias, se lhe recommenda que as reforme. 7 de Outubro de 1709.	73 v
Para o mesmo. Sobre o abuso nas eleições da Camara e assentamento de praça na companhia da nobreza. 14 de Junho de 1710.	74
Para o mesmo. Sobre a quem toca a nomeação dos postos do Regimento de Ordenanças do Coronel Hilario de Moraes Bittancourt, novamente creado.	75
Para o mesmo. Sobre a resolução tomada para serventia do lugar de Provedor da Fazenda, em quanto o Ouvidor passava a Aldeia dos Tapajoz a devassar das pancadas que derão no Padre Antonio Gomes da Companhia	75
Para o mesmo. Sobre as vexações e roubos feitos aos Indios pelos brancos nas aldeias do certão. 9 de Julho de 1710.	75 v
Para o mesmo. Sobre terem os Padres da Companhia de Quito despejado tres aldeias, ataque de outros nas Aldeias do Carmo, e tropa mandada para os prender. 13 de Agosto de 1710.	75 v

Para o mesmo. Sobre o castigo dos crimes commettidos no certão. 20 de Agosto de 1710	77
Para o mesmo. Que aos Indios que forem nas tropas á Guerra se dê duas varas de panno por mez. 5 de Dezembro de 1710	77 v
Para o mesmo. Sobre a prisão que se manda fazer nos Padres Castelhanos, e fundação de uma casa forte ficando por capitão della — José da Cunha de Sá — 19 de Janeiro de 1711	78
Para o mesmo. Que se manda ao Procurador da Fazenda cite perante o Provedor della aos Religiosos que possuem terras e recusão pagar dellas dizima. 27 de Julho de 1711.	78 v
Para o mesmo. Se lhe declara que a Companhia da Nobreza é de ordenança e como tal deve ser reputada. 20 de Novembro de 1711.	79 v
Para o mesmo. Dos salarios que hão de vencer o Provedor e officiaes nas medições das sesmarias. 11 de Dezembro de 711	80
Para o mesmo. Approvando a criação de officiaes para uma companhia de artilheiros. 11 de Dezembro de 1711.	80 v
Para o mesmo. Que faça continuar os descimentos de indios do rio das Amazonas para as Aldeias da Repartição. 23 de Janeiro de 1712	81
Para o mesmo. Sobre a construcção de uma casa para polvora. 14 de Dezembro de 1712	81 v
Para o mesmo. Sobre a pouca cautella que havião os officiaes da Fortaleza da Barra na guarda dos degradados. 14 de Dezembro de 1712.	82 v
Para o mesmo. Que se devia limitar tempo aquelles que se offerescessem a fazer obras pedindo para isso o serviço dos Indios. 15 de Dezembro de 1712	83
Para João de Velasco e Molina, agradecendo-lhe o cuidado e zelo com que se tem havido nos assumptos relativos a Arte Militar e defensa do Estado. 10 de Novembro de 1712.	84
Para o mesmo. Sobre o Coronel da ordenança ter dado com o bastão em um sargento, e o Ouvidor tomando conta desse procedimento o haver multado em 20\$000 réis. 19 de Dezembro de 1712.	85
Para o mesmo que se proceda a prisão contra os mestres das embarcações, que não quisessem carregar effeitos pertencentes á Real fazenda. 20 de Dezembro de 1712.	85
Para o mesmo. Mandando dar soldo a Francisco Rodrigues da Silva pelo trabalho de ensinar o exercicio	

- da artilharia, e aos que quizessem aprender. 17 de Janeiro de 1713 86
- Para o mesmo. Que se desse aos soldados do Maranhão a farinha, e aos do Pará o peixe sem desconto de soldo. 17 de Janeiro de 1713 86
- Para o mesmo. Que se continuasse, como ordenava o Governo, com a dadiwa de dois indios, por seis mezes em cada anno para serviço do presidio da Fortaleza da Barra. 17 de Janeiro de 1713 87
- Para o mesmo. Sobre os moradores da Villa da Vigia serem obrigados a servir na ordenança, e disposições acerca de livramentos. 6 de Fevereiro de 1713 88
- Para Bernardo Pereira de Berredo. Extranhando-lhe com aspereza a forma por que mandara prender indecente e injuriosamente a um ex-Ouvidor Geral do Maranhão — 23 de Janeiro de 1721 88 v
- Alvará declarando que os Officiaes da Ordenança não estão comprehendidos na prohibição de não commerciareem — 13 de Janeiro de 1724 89 v
- Para o Governador do Estado. Que a cadeia polé e pelourinho se mude de defronte do Palacio Episcopal, Collegio dos Jesuitas, e de outras quaesquer Igrejas; e como era fallecido o Bispo se applicasse a sua congrua para conclusão do Palacio — 29 de Janeiro de 1734 90
- Para José da Serra. Que os ministros de letras que passam a servir nas Conquistas, quando nellas se casem, sejam suspensos e riscados do serviço — 27 de Março de 1734. 90 v
- Do Secretario Diogo de Mendonça Corte Real para o Governador do Maranhão sobre o donativo que se pede aos povos — 28 de Abril de 1727. 91
- Para o Governador do Estado. Sobre o casamento dos Principes, e que sendo necessarias despezas, manifeste aos moradores a obrigação que tinham de concorrerem com hum bom donativo — 12 de Abril de 1727. 92
- Para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a providencia que se toma para que o Estado se ponha em pé de defesa conveniente — 11 de Dezembro de 1752. 93
- Traslado das Provisões de resoluções tomadas em Consulta do Conselho Ultramarino de 1715 até 1755, existentes na Secretaria do Governo do Grão-Pará — Maio 2º.
- Provisão mandando dar baixa aos soldados que tinham officios mechanicos, dando homem por si, e assignando termo de não irem ao certão — 4 de Julho de 1715. 97

Provisão que se manda medico para o Maranhão, attendendo-se ao requerimento da Camara — 16 de Março de 1718.	98
Provisão sobre a canôa do Padre José de Souza, da Companhia, que fôra ao certão procurar drogas.	99
Provisão extranhaando Bernardo Pereira de Berredo o imperioso e incivil modo com que se houve na portaria que passou ao Provedor Mór da Fazenda — 11 de Janeiro de 1721.	101
Provisão ao mesmo, que de nenhum modo convinha o commercio com Cayena, que ao Governador parecia poder-se admittir com certas restricções — 8 de Janeiro de 1721.	102
Provisão sobre o modo da repartição das presas — 14 de Março de 1722.	103
Provisão, que não toca ao Ouvidor nomear adjunto nas causas em que é averbado de suspeito, mas ás partes — 8 de Maio de 1721.	104
Provisão para João da Maya da Gama, que será conviniente haver commercio com Quito, pois se podia esperar tirar-se do tal negocio alguma prata — 25 de Março de 1722.	104 v
Provisão ao mesmo, sobre a representação que fiseram de ser conviniente o commercio com Guiné, se lhe recommenda a cultura do algodão—25 de Março de 1722.	105
Provisão a Bernardo Pereira de Berredo, estranhando-lhe asperamente haver mandado prender um almotaçé que o Ouvidor mandara soltar—28 de Março de 1722.	106
Provisão para que se concluisse o palacio do Bispo no Pará — 13 de Abril de 1723.	106 v
Provisão sobre os escravos que fogem de Cayena para os dominios portuguezes, e se manda restituir, se o Governador de Cayena lhes perdoar a culpa que houvessem commettido — 19 de Novembro de 1732.	107
Provisão a José da Serra, sobre se tirar devassa de uma embarcação franceza que entrara no porto a negocio com pretexto de arribada — 9 de Abril de 1733.	108
Provisão para o mesmo, que declare a ordem que teve para fazer um escaler, como fizera, tirando o dinheiro das sobras da ribeira do Mojú — 2 de Maio de 1736.	109
Provisão para o Ouvidor do Estado, que tirasse devassa dos descaminhos dos bens do Governador José da Serra, e da sua morte, pois corria suspeita de propinação de veneno — 10 de Maio de 1737.	109 v

- Para o Governador, sobre a controversia entre o Capitão Mór e Camara, de quem devia governar com o fallecimento de José da Serra, se regula a successão do Governo — 13 de Maio de 1737. 110 v
- Para o Governador, sobre as novas Minas de S. Felix e disturbios ali acontecidos. 31 de Maio de 1737. . . . 111 v
- Ao mesmo, Que não valhão as certidões e attestações de serviços tiradas pelos Ministros, em quanto servem seus logares. 10 de Abril de 738 112 v
- Ao mesmo. Sobre a serventia do logar de Procurador da Corôa do Maranhão, que informe dos meios para se evitarem as desordens dos almoxarifes nos pagamentos dos soldos, e que se não despendão as munições sem a sua intervenção. 17 de julho de 738 113
- Para o mesmo, que mande notificar ao Arcediago Francisco Xavier Salgado se proceda contra seu irmão José Demetrio. 20 de Agosto de 1738 113 v
- Para o mesmo. Recommendando-se-lhe ponha todo o cuidado em averiguar o procedimento das duas familias Furtados de Vasconcellos e Pantojas. 20 de Agosto de 1738 114 v
- Para o mesmo. Sobre o Ouro e pedras preciosas que viessem do Estado se lhe manda que remetta á Secretaria os registros do que trouxerem os navios do Porto e Vianna. 20 de Agosto de 1738. 115
- Para o mesmo. Sobre as minas de que davam noticia Francisco Correa de Brito, e Joaquim Leite da Costa, e conveniencia de se abrir caminho para as de S. Felix. 20 de Agosto de 1738 115 v
- Para o mesmo. Que se dê baixa ao Cirurgião mor Domingos Rodrigues Lima pela sua pouca sufficiencia e nenhuma applicação. 12 de Março de 1739. 116
- Para o mesmo. Mandando crear dois logares de Juizes Ordinarios dos Districtos da ribeira do Parnahiba e Capitania do Gurupá. 17 de Março de 1739 117
- Para o mesmo. Que os freguezes não emprehendão obras em suas igrejas parochiaes sem lhe haverem dado conta. 2 de Abril de 1739 117 v
- Para o mesmo. Que se nomeie um Official que sirva de guarda da Alfandega em occasião de navios, e no resto do tempo de Ajudante do Almoxarife. 2 de Abril de 1739. 118
- Para o mesmo. Que se vede a colheita do Cacáu no Cabo do Norte destinando-se isso para soccorro da Infantaria da Praça. 4 de Abril de 1739. 118 v

- Para o mesmo, louvando-lhe o bom procedimento que tivera com um navio Francez, estranhando-se ao Capitão mór do Maranhão a violencia com que a esse respeito procedera. 13 de Abril de 1739. 119
- Para o mesmo, regulando o numero dos Officiaes da Ordenança assim naquelle Estado como no Brasil. 21 de Abril de 739 120
- Para o mesmo. Sobre as desordens occorridas entre o Cabido, o Governador do Bispado e Officiaes da Camara a respeito das Procissões Reaes e logar em que devia ir a Camara em a do Corpo de Deus. 26 de Abril de 1739 121
- Para o mesmo, mandando construir um Forte de fachina e terra no sitio de Macapá. 9 de Fevereiro de 1740. 121 v
- Para o mesmo. Que os Capitães môres da Fortaleza do Gurupá não usem de negocio. 24 de Maio de 1740 . . 122
- Para o mesmo. Sobre a guerra que se manda fazer aos Gentios Gueguê, Acoroas, e outros do Piauhy. 24 de Maio de 1740 122 v
- Para o mesmo. Que na ribeira do Iguara se crie um Capitão da Ordenança, sujeito ao Capitão mor do Districto. 24 de Maio de 1740. 123
- Para o mesmo. Sobre os Religiosos Capuchos do Maranhão terem mettido em sua cerca fontes e caminhos do uso publico ; Ordem para se derrubar algumas braças dos muros, e violencia dos Frades armados contra os moradores e capitaneados pelo revoltoso Fr. João da Purificação. 24 de Maio de 1740 124
- Para João de Abreu Castello Branco, louvando-se-lhe o procedimento que teve com o Navio Francez, e se lhe manda pagar os 300\$000 réis que despendeu. 24 de Maio de 1740 125
- Para o mesmo. Sobre as Minas descobertas nas cabeceiras do rio de Manoel Alvares, se lhe repete a ordem de que em tempo algum o Governo do Estado se intro-mettesse em materia de mina em qualquer parte que fossem descobertas. 14 de Maio de 1740 125 v
- Para o Governador do Estado. Que se lhe mande publicar bandos para que dos generos transportados para o Reino, se fizessem listas e guias. 14 de Abril de 1741. 126 v
- Para o mesmo. Sobre o modo de se fazerem os providimentos dos officios do Brasil que não tiverem Proprietarios — 5 de Abril de 1742 127 v
- Para o mesmo. Sobre a ida de um Religioso de S. Francisco que ia a pedir esmolas para reedificação do seu Convento. 11 de Maio de 1742 128 v

- Representação do Provincial de S. Francisco acerca das esmolas que mandava tirar ao Brasil. 129
- Para o Governador do Estado. Que se não tirassem as terças partes dos officios que apenas rendessem 200\$ reis, e rendendo mais se fizesse abatimento no todo. 29 de Maio de 1742 132 v
- Para o mesmo. Sobre se acharem vagas as propriedades dos officios criados de novo no Brasil, e se nomeassem serventias delles com certas condições. 29 de Maio de 1742 132 v
- Para o mesmo. Que os syndicantes dos Ouvidores sirvão no mez da residencia o officio do syndicado ainda que haja Ouvidor provido de novo. 1 de Junho de 1742 133 v
- Para o mesmo. Sobre a cultura do Café no Estado se lhe communica estar prohibido o despacho delle quando viesse da Azia em Náus que não fossem da India — 12 de Junho de 1743. 134
- Para o mesmo. Sobre a ajuda de custo que se manda dar aos Bispos do Maranhão e Pará, quando fossem visitar o seu Bispado. 19 de Junho de 1743. 134 v
- Para o mesmo. Sobre os requerimentos do Capitão-mór do Caeté e Loco-Tenente donatario della sobre os direitos que julgavão pertencer-lhes em virtude da sua doação. 20 de Junho de 1743. 135
- Para o mesmo. Mandando-se accrescentar Congrua ao Vigario da Igreja da Nazareth da villa da Vigia. 8 de Outubro de 1746 139 v
- Para o mesmo. Que os juizes ordinarios recahindo-lhes a Ouvedoria, por auzencia ou morte dos Ouvidores, não podesse fazer correições — 8 de Fevereiro de 1747. 140 v
- Para o mesmo. Que os postos de Capitães-móres fossem providos sobre proposta das Camaras. 18 de Abril de 1747 140 v
- Para o mesmo. Sobre os Capitães-móres do Brasil serem vitalicios e não triennaes e modo de serem providos nos postos. 20 de Dezembro de 1749. 141 v
- Para o mesmo. Sobre a proposta do Padre Malagrida de fundar no Pará um Seminario para estudantes e um recolhimento para mulheres. 7 de Julho de 1750. 142
- Para o mesmo. Que se observe o regimento da Alfandega do Tabaco. 1 de Março de 1751 143
- Para o mesmo. Sobre a redução dos direitos que se pagão no Maranhão de ferro, aço, missanga, velorio, e facas, imposição de dizima nas fazendas importadas; e procurasse o consentimento dos Povos. 13 de Maio de 1751. 143

Para o mesmo. Divisão do Estado em dois Governos. 5 de Junho de 1751	145 v
Para o mesmo. Imposição de meio real em arratel de carne para satisfazer o partido do medico. 11 de Junho de 1751	145 v
Para o Governador do Pará. Comunicação daquella Capitania com Matto Grosso e Minas e condições de como se fazia. 14 de Novembro de 1752.	146
Para o mesmo. Medidas para que o Porto e Capitania do Maranhão se pozesse em pé conveniente de defeza. 14 de Novembro de 1752.	147 v
Para o mesmo. Que sem dilação se edificasse uma Fortaleza nas margens do rio Branco. 14 de Novembro de 1752	150
Para o mesmo. Creação de um contracto para o transporte do sal daquella Capitania para as Minas do Matto Grosso. 14 de Novembro de 1752.	150 v
Para o mesmo. Que quando se fizesse o assento de escravos para aquelle Estado, se resalvaria a Companhia que os moradores intentavão formar. 22 de Novembro de 1752.	151
Para o mesmo. Que se observasse nas tropas o Decreto de 24 de Dezembro de 1732. — 22 de Novembro de 1752	152
Decreto Supra.	152
Para o mesmo. Impondo severas penas aos que tinham muitas mulheres a titulo de cunhamena. 4 de Dezembro de 1752	154
Para o mesmo. Que os póstos que vagassem fossem providos como se pratica no Brasil, 4 de Dezembro de 1752	156
Para o mesmo. Approvando os soccorros prestados aos novos povoadores do Macapá. 14 de Março de 1753. 156 v	
Para o mesmo. Sobre a criação dos officiaes para cobrança da Dizima nas Alfândegas. 27 de Março de 1753	158
Para o mesmo. Se observasse a pauta do Consulado nos trez annos da primeira arrematação da Dizima, e se formasse nova pauta attendendo ao preço ordinario dos generos. 27 de Março de 1753	158
Para o mesmo. Que os Capitães de Mar e Guerra não permittão se levem fazendas em seus Navios, e se forem, as mandem metter na Alfândega. 28 de Março de 1753.	160
Para o mesmo. Sobre os cazaes mandados para aquelle Estado se lhe diz que os distribua pelos sitios mais commodos para se fazer povoação. 9 de Abril de 1753	161

- Para o mesmo. Sobre se mandar patrulhar todos os annos o rio Branco. 25 de Abril de 1753. 162
- Para o mesmo. Que a nenhum Senhor fosse licito marcar ou ferrar escravo sem ser com ferro em brasa. 26 de Abril de 1753 163
- Para o mesmo. Approvando-se o Salario dos Indios canoeiros, e que fique livre a pescaria ao povo do Maranhão. 26 de Abril de 1753 163 v
- Para o mesmo. Chegada de umas canoas de Cayena, troca de criminozos, entrega de negros fugidos, embargo de fazendas, excepto a que mandara Lacondamine para pagamento de um morador. 26 de Abril de 1753. 164 v
- Para o mesmo. Que se arrematem em ramos, os dizimos da Provedoria do Pará, por dois annos. 29 de Abril de 1753. 165 v
- Para o mesmo. Que todos os cofres de arrecadação tenham trez chaves. 29 de Abril de 1753. 166
- Para o mesmo. Que o Meirinho da Provedoria do Pará podesse uzar dos Escrivães do Geral para as diligencias do Real serviço. 4 de Maio de 1753 166
- Para o mesmo. Que se não cobra o oitavo com que se tinha permittido a extracção do Cacáu das ilhas vedadas. 14 de Maio de 1759 166 v
- Para o mesmo. Tomando-se providencias para evitar-se o descaminho do ouro em pó. 25 de Maio de 1753 167
- Para o mesmo. Revogando a Capitação nas Minas, e estabelecendo methodo para a cobrança dos direitos. 3 de Dezembro de 1750 168
- Regimento das Intendencias e casas de fundição. 5 de Março de 1751 177 v
- Para o mesmo. Contracto dos dizimos do Maranhão e Parnahiba. 31 de Maio de 1753 193 v
- Para o mesmo. Sobre as terras que os Religiosos das Mercês querião comprar na ilha dos Joannes quando o não podião. 23 de Julho de 1753 194
- Para o mesmo. Sobre querer o Procurador das Missões do Carmo emendar os defeitos de seus subditos, e fazel-os observar a regra do S. Francisco e as Leis da Religião. 7 de Agosto de 1753 195 v
- Para o mesmo, que não venha o tabaco do estado senão registrado com arrecadação. 10 de Outubro de 1754. 198
- Para o Bispo do Maranhão. Que os Thesoureiros menores da Bula da Cruzada, gozem dos mesmos privilegios que os das cabeças das Freguezias. 19 de Outubro de 1754. 198

Para o Governo do Estado. Sobre o mesmo assumpto .	199
Para o mesmo. Que se arrematasse a obra de uma Alfandega no Pará, como parecesse conveniente. 7 de Março de 1755	199
Para o mesmo. Sobre as obras do palacio Episcopal e representação do Bispo, da necessidade em que vivia. 14 de Março de 1755	200
Para o mesmo. Que se observe o bando para se evitarem os damnos que se seguirão da ociosidade dos Indios livres. 14 de Março de 1755.	201 v
Para o mesmo. Allegação do Contractador dos Dizimos dos grandes prejuizos soffridos no tempo do seu Contracto por um grande contagio que succedeo haver então. 20 de Março de 1755.	202
Allegação supra	203
Para o mesmo. Sobre o descimento dos facinorozos contrabandistas de indios sendo os mais culpados Pedro de Braga e Francisco Portilho. 11 de Abril de 1755.	205 v
Para o mesmo. Sallario aos Carpinteiros e Calafates, taxado pelo Provedor da Fazenda. 2 de Abril de 1755.. . . .	206 v
Para o mesmo. Que se mande fazer o fardamento de panno de algodão, e tudo o mais se fizesse no Paiz. 25 de Abril de 1755.	207
Para o mesmo. Prisão de uns Officiaes da Camara, por falsidade de informações, e se examinassem os seus Privilegios. 28 de Abril de 1755.	208
Para o mesmo. Que com o augmento do soldo deverá cessar o peixe que se dava no Pará aos soldados, e no Maranhão a farinha. 5 de Maio de 1755	209

TOMO 7º

Officios da Junta Provisoria da Bahia ao Secretario d'Estado respectivo

1821 — Setembro 28 — Levantamento na villa da Goiana — A Jta. da B. ^a manda para ahi um destacamento — Rivalidade entre europeus e naturaes	15
Documentos:	
1.º A Junta Constitucional de Pernambuco participa á Jta. da Bahia a sua installação, e pede um reforço de tropas.	17
2.º Resposta da Junta da Bahia	18 v

3.º Offícios da J. ^a da B. ^a á de Pernambuco dando a razão de ir composta a força auxiliar de igual numero de europeus e de naturaes.	20
Outubro 30—Remessa de alguns documentos concernentes aos acontecimentos de Goiana	20 v
Documentos:	
1.º Pacificação da Goiana — Off.º da J. ^a de P. ^{co} á da B. ^a	22
2.º Narração destes acontecimentos.	24
3.º Continuação dos mesmos assumptos. Aviso do Rio de Janeiro para o estabelecimento em Pernambuco de uma Junta Provisoria.	25 v
4.º Continua a mesma narração — Offício da J. ^a C. ¹ de P. ^{co} dirigido ao Governo temporario da Goiana. Relação dos officiaes do destacamento que tiveram parte na acção de 1 de Outubro. Em 21 de Agosto de 1821.	30 v
5.º Offício do Gov.º Temp.º de Goiana á J. ^a da B. ^a , dando, pela sua parte conta dos referidos acontecimentos. Conclue, pedindo munições e gente de guerra. . . .	34
Documentos:	
1.º Installação do Governo Temporario.	38
2.º O Gov.º Temp.º intima ao G. ^{al} Luiz do Rego o seu embarque.	39 v
3.º Resposta da Junta de Pernambuco á intimação. . . .	41 v
4.º Offício do Gov.º Temp.º á J. ^a de Pern.º sobre o modo de se effectuar a eleição d'um Governo Provisorio em Pernambuco.	42
6.º Offício da J. ^a da B. ^a á de Pern.º O Governo da Goiana envia dois emissarios para tratar com aquella. . . .	43 v
7.º Offícios em que a J. ^a da B. ^a exhorta o Governo da Goiana a que evite a guerra civil.	47
1822 — Março 8 — A posse do Governador das Armas Madeira, e os dias 19 e 20 de Fevereiro.	50 v
1.º Acta da reunião, em que é eleita uma Comissão militar destinada a substituir esta Authoridade. . .	62 v
2.º A J. ^a accusa a recepção d'um Off.º do Gov.ºr das A. ^s , em que este remettia a Carta Regia da sua nomeação	67 v
3.º Circular da J. ^a , convocando aquella reunião. . . .	68
4.º Representação, dirigida á Camara, embargando a posse do G. ^r das A. ^s	68 v
5.º Circular, dirigida aos Brigadeiros J. L. M. de Mello e M. P. de T. Guimarães, exigindo delles a disciplina dos corpos de seu commando.	69 v

6.º A Junta convida os mesmos Brigadeiros para a referida reunião.	70 v.
7.º A J.tª ordena que o Juiz de Fora do Crime proceda a um summario.	71
8.º A J.tª manda ao Ouvidor G. ¹ do Crime que tire uma devassa.	72
9.º e 10.º Off.ºs ao Chefe de Policia	72 v.
11.º Portaria do Intendente da Marinha para fazer embarcar os marinheiros	73
12.º A J.tª faz responsavel o Brigaleiro Guimarães, se o Forte de S. Pedro não se rende.	73 v.
13.º Officio, similhante ao doc.º 12.º (dirigido ao Commandante d'Artilharia)	75
14.º A J.tª recommenda ao Brig. ^o Maleira medidas de moderação	75 v.
15.º Officio da Junta ao Juiz de Fóra da Cachoeira.	77 v.
16.º Circular ás Camaras da Provincia.	78
17.º Idem aos Capitães-Móres.	78 v.
18.º Proclamação da Junta	79
Julho 6 — A agitação da Prov. ^a augmenta. Divisão dos partidos — Liberdade de imprensa — Separação das villas da Caxoeira, S. Francisco, S. Amaro e Maragô-gipe — Conclue pedindo providencias.	80 v.
1822—Julho 6 —da Cachoeira, S. Francisco, S. Amaro e Maragogipe — Conclue pelindo providencias	81
1.º Officio do Juiz de Fóra da Caxoeira, dan lo noticias de rixas entre a tripulação de uma canhoneira e os moradores da Villa.	87
O G. ^r das A. ^s pede providencias á Junta para coibir os excessos do jornalismo, e prevenir a cumplicidade da Camara	87 v.
3.º Resposta da Junta.	89 v.
4.º Termo da vereação do dia 15.	92 v.
5.º O G. ^r das A. ^s insiste nas considerações do seu Off.º (doc. 2.º).	93 v.
6.º Resposta da Junta.	97
7.º Participação do Juiz de Fóra da Cachoeira, de ter sido alli aclamado o Principe Reg. ¹⁰	97 v.
8.º A mesma participação feita por dois Coroneis.	98
9.º Identica participação feita pela Junta de Governo eleita pelos sublevados.	99 v.
Acta da eleição desta Junta	101

10.º Offício do Juiz de Fóra da Cachoeira, remetendo o Auto de aclamação do Príncipe Reg. ^{to}	103
1822 — Julho 6 — Offício em que a J. ^{ta} da B. ^a dá conhecimento ao G. ^r das A. ^s dos acontecimentos da Cachoeira	105 v.
12.º Resposta da Junta ao Off. ^o do Juiz de Fóra da Cachoeira (doc. 10.º)	106
13.º Proclamação da J. ^{ta} da B. ^a	106 v.
14.º Offício da Camara de S. Francisco, remetendo o termo da aclamação do Príncipe Regente na dita Villa.	108
15.º O Capitão Mór de S. Francisco explica o seu voto na aclamação do P. ^{ps} R. ^{to}	110
16.º Offício da Camara de Santo Amaro, remetendo o Termo da aclamação do Príncipe Regente na mencionada Villa.	110 v.
17.º O G. ^r das A. ^s responde o Off. ^o da Junta (doc. 11.º).	113
18.º Replica da Junta	113 v.
19.º Replica do Governador das Armas.	115
20.º Offício em que o Juiz de Fóra de Jagoaripe participa à Junta da B. ^a ter sido aclamado o Príncipe Regente na villa de Maragogipe.	117 v.
21.º Offício da Camara de Miranguape, participando o mesmo acontecimento.	118
22.º Resposta da Junta ao Off. ^o do Juiz de Fóra de Jagoaripe (doc. 20.º),	119
23.º A Junta remette ao Governador das Armas — Cópia do arbitrio, que ella tomou com o fim de tranquilizar a Provincia.	120
24.º Resposta do Gov. ^r das A. ^s	121 v.
25.º e 26.º Cartas Regias do Príncipe Regente, ordenando o embarque simultaneo do G. ^r das A. ^s e da tropa de Portugal.	125
Agosto 21 — Votos de algumas Camaras da Provincia na questão da delegação do Poder executivo	126 v.

Documentos :

1.º e 2.º Circulares ás Camaras exigindo estes votos	127
Abril 6 — Desembarque da Divisão Auxiliadora, que por ordem do Príncipe Real seguia viagem do Rio de Janeiro para Lisboa	123 v.

Documentos :

1.º Offício do Commandante da Divisão, pedindo á Junta da B. ^a supprimento de mantimentos	131 v.
--	--------

2.º Resposta da Junta.	132
3.º Requerimento de alguns negociantes da Bahia, pedindo o embarque da Divisão.	132 v.
4.º A Junta, remettendo este requerimento ao G.º das A.ºs, pede-lhe o seu parecer.	134 v.
5.º Resposta do Governador das Armas	137 v.
6.º A Junta participa ao G.º das A.ºs estarem passadas as ordens para o desembarque da tropa	138
7.º A Junta ordena estejam promptos as embarcações para o desembarque da tropa	138 v.
8.º Officio da Junta ao G.º das A.ºs, em que se defende das accusações que este lhe dirigira em seu Officio (doc. 5.º).	138 v.
9.º	
10.º Proclamação da Junta.	140
Agosto 27 — Novas dissidencias de algumas Villas — Emigração da Cidade — Carestia dos generos — Difficuldades da Junta.	141 v.
Documentos :	
1º, 2º, 3º Officios das Camaras de Inhambupe, Itapicuru e Valença, participando a acclamação do Principe R.º nestas Villas	148
(a) Resposta da Junta a um Off.º da Camara de Camamu (doc. 3.º).	149
4º e 5.º Proclamações	149 v.
6.º Officio da J.ª ao Ministro do Reino do Rio, esquivando-se ao cumprimento de algumas ordens do Principe Regente	150
1822 Agosto 27 — De algumas ordens do Principe Regente (1 a 6)	150 v.
7º, 8º, 9º e 10º — Decretos de 1, 3 e 18 de Junho de 1822 do Principe Regente.	138 v.
11.º Portaria da Junta para que o Promotor do Juizo dos Jurados proceda contra os escriptores que abusão da imprensa	152 v.
12.º Portaria semelhante ao Ouvidor Geral do Crime.	152 v.
13.º A Junta excita a observancia desta Portaria	153 v.
14.º Portaria da Junta, remettendo á Relação, para ella dar o seu parecer, o Off.º do Ouvidor Geral do Crime, respondendo ás Portarias da Junta (doc. 12º e 13).	153 v.
15.º Officio do Chanceller da Relação, remettendo á Junta: — Copia do assento do mesmo Tribunal no qual este não se julga autorizado para deliberar em negócios de liberdade de imprensa.	155

- 16.º Portaria ao Ouvidor Geral do Crime para que proceda nas diligencias legais, afim de se entrar no conhecimento das tentativas de deposição da Junta. . . 157

1822 — Setembro 14 — Estados das Villas — Nega-se licença aos negociantes inglezes de irem negociar no Reconcavo 157

Documentos:

- 1.º Officio do Ouvidor de Sergipe, pedindo á Junta dinheiro e tropa. 158 v.

- 2.º Impossibilidade de ser soccorrida a predita Villa com dinheiro 159

- 3.º A mesma impossibilidade de soccorros militares . . . 160

- 4.º Officio do Governador das Armas, remettendo á Junta — Representação dos negociantes portuguezes, reclamando contra a licença impetrada pelos inglezes para commerciareem no Reconcavo. 161 v.

- 5.º Resposta da Junta 162 v.

- 6.º Replica do Governador. 163 v.

- 7.º Replica da Junta. 166

- 8.º O Governador volta ao mesmo assumpto 168

Outubro 8 — Estado da Provincia — A Junta pede providencias 169

Outubro 8 — Votos de algumas Camaras no negocio da delegação do Poder Executivo 169 v.

Outubro 26 — A Junta declara não obedecer 171

» 26 — Ao Governo do Rio 171 v.

» 26 — Estado da cidade — Emigração e carestia — Abusos da liberdade de Imprensa — Negocios com o Rio

Documentos:

- 1.º O Governador das Armas pretende, que se negue a uma caza ingleza a licença de reexportar certos generos para o Rio. 173

- 2.º Resposta da Junta. 175

Novembro 10 — Recontro em Piraja — Chegada dum General francez ao Reconcavo. 176 v.

Novembro 11 — O Principe Real é acclamado em Caravellas Imperador do Brasil. 177

Documentos:

Officio da Camara de Caravellas 177

Dezembro 11 — Pretende-se bloquear os portos do Rio, Pernambuco e Alagoas.

Documentos:

- 1.º O Governador das Armas pede providencias contra a revista, e remette o seguinte. 177 v.
- Representação de 655 habitantes, pedindo o bloqueio . . 178 v.
- Officio do Commandante da força maritima, ponderando ao Governador das Armas a impossibilidade do bloqueio 183
- Opinião do Conselho dos Commandantes dos Navios sobre o mesmo objecto. 184 v.
- 2.º Resposta da Junta — 20 Novembro 1822. 185 v.
- Dezembro 14 — Remette o:
- Officio da Camara da Bahia, respondendo ás inculpações, que lhe dirigira o Governador das Armas (documento 5º do Officio de 6 Julho 22). 188
- 1823 — Fevereiro 12 — Ataques dos insurgentes sobre as linhas da Cidade — Emigração dos Empregados, e de dois membros da Junta — Decreta-se o corso no Rio. 189
- Fevereiro 21 — Ennumerão-se os apuros da Capital. . . 190 v.

Representações dirigidas a El-Rey

- 1821 — Outubro 30 — Dos Commandantes dos Corpos estacionados nos Campos de Goitacazes. 193
- Documentos:
- 1.º Officio do Governador das Armas do Rio, participando a sua nomeação ao S. Mor de Campos. 196 v.
- 2.º Officio do Commandante militar de Campos ao Sargento Mor, proibindo-lhe a publicação solenne do Decreto de 24 de Fevereiro 21. 197
- 3º e 4.º Representações ao Principe Real 197 v.
- 5.º Representação em nome do Povo da Villa de S. Salvador, dirigida ao Principe Regente contra o Juiz de Fóra Franciscão de França Miranda (Não foi copiado) 203 v
- 6.º Officio do General Jorge de Avillez, participando ao Sargento Mor de Campos terem sido presentes ao Principe Real as representações. 203 v.
- 7.º Officio do General das Armas do Rio ao General de Avillez, louvando o comportamento das tropas de Campos 205
- 8.º Um supplemento á Gazeta. 205
- Novembro 7 — De alguns habitantes da Bahia 205 v.
- 1822 — Fevereiro Officio do Juiz de Fóra do Crime da Bahia 208

Documentos:

- 1.º Officio do Juiz do Cível ao do Crime, remettendo-lhe:
Uma Portaria da Junta Palma, ordenando que o Juiz 211
do Crime tomasse a Presidencia da Camara. 211
- 2.º A Camara recebe ordem de se reunir á Junta quando
occorra alguma difficuldade na insinuação da Carta
Regia do Governador das Armas. 211 v.
- 3.º Termo da vereação do dia 18 de Fevereiro. 212
- 4º e 5.º 213
- 6.º Representação dos Commandantes das forças contra o
summario a que ia proceder o Juiz de Fóra. 213
- 7.º Carta Regia do Governador das Armas 216
- Março 16 — Officio da Camara da Bahia. 216 v.

Documentos:

- 1º, 2º, 3º e 4.º. 227
- 5.º Carta Regia do Conde da Palma 227
- 6.º Termo da vereação do dia 27 de Fevereiro. 227 v.
- 7.º Idem do dia 2 de Março 228 v.
- Junho 26 — Da mesma Camara. 229 v.
- Agosto — Dos emigrados do Reconcavo. 230

Documentos:

- 1823 — Março 20 — Do Enviado da Bahia.
- Protesto contra as Authoridades pelos damnos dos repre-
sentantes 235

RIO GRANDE DO SUL

Representação dos estancieiros do Rio Grande do Sul contra os contractadores da arrecadação dos direitos reaes	2
Os moradores por meio do seu procurador do Senado da Camara queixam-se dos mesmos contractadores dos direitos reaes	2v.
Informação do escrivão da Provedoria real sobre assumpto concernente ao referido contracto	11v.
Resposta do contractador Claudio José Ribeiro de Avelar. 31 de janeiro de 793	12
Officio do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho acerca da queixa supra. 18 de fevereiro de 1800	17v.
Informação sem nome do informante, nem data acerca do que consta no seguinte officio	22
Officio do mesmo governador informando sobre tres pontos de que trata o documento supra: 1º criação de novas povoações; 2º criação do novos officios; 3º a necessidade e conveniencia de os officiaes da Fazenda prestarem ali as suas contas. 12 de março de 1800	
Do mesmo acerca dos serviços do capitão de mar e guerra Henrique da Fonseca Sousa. 28 de abril	35
Do mesmo acerca dos serviços do cadete Manoel Marques de Sousa e tempo de serviço de Francisco Soares Louzada. 14 de agosto	36
Requerimento do cadete Manoel Marques sobre ter sido preterido na promoção de 6 de novembro de 1799.	37
Promoção feita na Legião de cavallaria do Rio Grande do Sul. Era ut supra	38
Officio do mesmo governador ao mesmo Ministro, lembrando e recommendando os serviços de Henrique da Fonseca Sousa, commandante da força naval. 16 de outubro	39
Representa o mesmo governador contra serem recebidos no Rio e Bahia varios navios que, a pretexto de arribada forçada irão a Montevidéo, carregar carnes, couros etc. 24 de novembro.	40
Representação acerca do conteudo no mencionado officio feito pela Camara e moradores. 5 de novembro	40v.
Representação dos moradores à Camara acerca do mesmo assumpto e medidas que suppõe adequadas para prosperidade da capitania—proibição do commercio com estrangeiros	44v.

Requerimento dos commerciantes e fazendeiros para:

- 1.º Que seja vedada a exportação de escravos, 46
 - 2.º Que seja absolutamente prohibido trazerem de Montevideo generos da produção da Capitania
 - 3.º Que se lhes conceda no Rio (á Prainha) um terreno realengo para construcção de um trapiche, onde se depositassem as carnes, trigos etc. e o que ali mandassem
- Requerimento que fizeram á junta da Fazenda do Rio de Janeiro os fazendeiros e commerciantes do Rio Grande do Sul 50 v.
- Requerimento que os mesmos fazendeiros e negociantes fizeram a Sua Magestade no anno de 798 53
- Paulo José da Silva Gama informa sobre o logar de patrão-mór da barra do Rio Grande, e como lhe parece que devera ser exercida por beneficio da Fazenda. 14 de dezembro de 1802 56
- Carta de Paulo José da Gama ao visconde de Anadia em 14 de Dezembro 1902. 57 v.
- Officio de Paulo José da Silva Gama ao visconde da Anadia queixando-se de não ter querido a Camara cumprir a ordem regia relativa ao cirurgião-mór, Antonio Bonto Gomes que elle detinha pagando-o a sua custa até real ordem. 21 de Março de 1803. 61
- Documento 1. Exposição da Camara dos motivos por que não lhe era possível cumprir a dita carta regia . . 133
- Documento 2. Ordem do governador á Camara para que a cumprisse, com as razões que para isso aponta 134 v.
- Documento 3. Replica da Camara sobre o mesmo objecto. 136
- Documento 4. Cópia das previsões que tinha a Camara com declaração do seu regimento 137
- Carta particular declarando não terem mandado abrir matricula ao dito cirurgião
- Requerimento do cirurgião-mór e documentos a elle annexos 138
- 2º requerimento relativo ao seu ordenado
- Officio sobre o commercio de importação e exportação da Capitania. 25 de julho 142 v.
- Tabella com resumo da importação e exportação em 1802.
- Officio de Paulo José da Silva Gama remettendo sal de Glauber, tabaco virginia, e cochonilha 143 v.
- Memoria de José de Saldanha sobre o sal de Glauber descriptção de uma mina delle 144

Arrematação das fazendas de Sua Alteza, que antes disso só despendião e nada rendião.	149
Officio de Paulo José da Silva Gama sobre a sesmaria concedida ao Sargento mór Joaquim José Portelli por ser em campos indecisos entre Portugal e Hespanha .	150 v.
Arvizo real para a dita Concessão de 12 de Setembro de 1800	151 v.
Requerimento do dito Portelli, allegando que os hespanhões occupavão da sua parte os campos indecisos . .	152
Carta a Paulo José da Silva Gama — sobre o papel sellado, recommendando a execução do Alvará de 27 de Abril de 1802 e 25 de Agosto do mesmo anno — 26 de janeiro de 1803	153 v.
Officio de Paulo José da Silva Gama sobre ter condemnado a trabalhos publicos os criminosos de delictos leves — 4 de Dezembro de 1803.	155
Officio do mesmo Governador — Sobre a queixa que fazião os milicianos da Capitania de se lhe não darem as honras devidas e serem obrigados em tempo de paz a serviço maior que o tal tempo exigiria—4 de Dezembro	156
Necessidade de se criarem villas na Capitania pelas consideraveis distancias e augmento da população — 4 de Dezembro.	153
Necessidade de criação de escolas primarias — 4 de Dezembro	162
Necessidade da criação de tres escolas primarias na Capital e outras de Francez, Arithmetica, Geometria, Latin e Philosophia—ponderando que pondo-se em execução a lei do subsidio litterario de 10 de Novembro de 772 um real por arratel de carne ainda haveria um excesso sobre a despesa — Idem.	162
Necessidade de prover-se no negocio da praticagem da barra, havendo um piloto, que não servia, e um outro que se offerecia a servir pagando 200\$000 réis por anno á fazenda — Idem	166
Requerimento dos negociantes a favor do pratico Agostinho José Lourenço que tinha contractado com a junta	169
Officio remettendo o mappa da população da Capitania — Idem (Falta o mappa)	
Officio sobre o augmento que hia tendo a real fazenda — Idem	172
Officio de Paulo José da Silva Gama ao Visconde de Anadia, informando desfavoravelmente o requerimento de	

Nicoláo Cosme dos Reis, na remuneração que requeria dos serviços por elle prestados na última guerra do Rio Grande — de 4 de Janeiro de 1804.	177
Requerimento de Nicolau Cosme dos Reis fazendo a petição que se informa no officio supra.	177 v.
Attestações dos serviços do mesmo Nicolau	178
Do mesmo Governador ao Visconde de Anadia, sobre a conveniencia de ficar isento o Governador do Rio Grande da subordinação do Vice-Rei do Estado do Brazil — 14 de Dezembro de 802	57v
Officio do mesmo ao mesmo sobre a Camara hesitar na paga de um Cirurgião que se lhe mandara, allegando falta de meios e abundancia de cirurgiões na terra — 1803 — 21 de Março	61
Do mesmo ao mesmo, augmento de rendimento das rendas da Capitania, mostras de paz dos Hespanhoes, que apesar disso conservão tropas em armas—4 de Maio.	63
Officio do Governador de Buenos Ayres a Paulo José da Silva Gama sobre as suas disposições de manter a paz e boa harmonia — 18 de Fevereiro	65 v.
Do mesmo cumprimentando-o por se achar no Governo do Rio Grande — 17 de Fevereiro	66 v.
De Paulo José da Silva Gama informando de quaes erão os motivos que tinham demorado a demarcação de limites com Castella—9 de Maio de 1803.	67 v.
Officio de 20 de Setembro de 797 de Diogo Albear, commissario da demarcação hespanhola ao commissario portuguez queixando-se de haver este abandonado a demarcação	72
Do commissario portuguez ao hespanhol com um historico das demarcações, retorquindo-lhe ás queixas. 31 de Outubro de 1797. Cópia menos imperfeita que a antecedente mas, ainda obscura em muitos logares	80
Do Governador do Rio Grande ao Visconde de Anadia acerca do estabelecimento de uma Alfandega no Rio Grande, empregados para ella, e direitos que deveriam pagar, os effeitos &. 15 de Maio de 1803	98
Documentos que acompanham o mencionado officio	
Do mesmo ao mesmo sobre a cultura do canhamo, e motivos por que não remette os mappas da população. 25 de Junho de 1803.	103 v.
Informação acerca da mesma cultura do Padre Antonio Gonçalves Cruz administrador da real feitoria do linho canhamo. 2 de Abril de 1803.	105
Do mesmo ao mesmo sobre : 25 Julho 1803.	111

- 1.º Confusão nas sesmarias, abuso na extensão com que eram concedidos, meios para obviar ao mal. 114
- 2.º Relação das embarcações do rio que navegavão para o Rio da Prata 125
- 3.º Bando para que os marinheiros se recolhessem a bordo de noite e se fechassem as lojas de bebidas 127
- 4.º Bando limitando os castigos que os senhores podião impor aos escravos 127
- 5.º Determinando que nenhum navio podesse sahir do porto sem malas do Correio, nenhum particular levar cartas senão abertas. 128 v.
- 6.º Que os proprietarios de terrenos dentro da Villa apresentassem seus titulos afim de serem destruidos os que se achassem devolutos. 129 v.
- De Paulo José da Silva Gama ao Visconde de Anadia communicando ter dado ordem ao que lhe era recomendado para pôr em arrecadação os direitos emquanto se não estabelecesse Alfandega no Rio Grande e Santa Catharina. 5 de Maio de 1804. 182
- Officio de D. Rodrigo de Souza Coutinho, authorisando a cobrança dos taes direitos, 7 de Maio de 1803. . . . 182 v.
- Supplicando a vinda de Juiz de Fôra que Sua Alteza mandava a dita Capitania. 25 de Agosto do 1804 . . 185
- Carta regia de 9 de Novembro de 1803, marcando algumas attribuições ao Juiz de fôra com alteração da Carta regia de 14 de Junho de 1802. 185 v.
- Officio communicando o augmento da Capitania — numero de lojas novas abertas — navios da navegação costeira e do interior &. 187
- Paulo José da Silva Gama, procura justificar-se das accusações de seus inimigos. 19 de Fevereiro de 1805 189
- Respondendo a communicação que lhe fora feita do privilegio concedido a Bento Madeira de Mello para só elle poder extrahir gomas das differentes arvores do Brasil. 30 de Março. 190 v.
- Negocios da fazenda — Remessa importante do dom gratuito para acudir as urgencias do Estado. Idem. . . 191
- Medidas financeiras — estabelecimento da Alfandega — mandado de moeda provincial — cobrança do subsidio litterario, apresentado em conselho de o ser assim exigido por Provizão do Real Erario de 19 de Setembro de 1804. 191
- Paulo José da Silva Gama a Luiz de Vasconcellos e Souza — allegando ser falsa a necessidade de bestas muares na Capitania, e que por isso não mandava cumprir a

Provisão da real junta do commercio de 30 de Agosto de 1802, sobre a introdução de 20.000 bestas muares tiradas dos dominios de Hespanha	191 v.
Papeis relativos a introdução das taes bestas.	199 v.
Carta regia de 30 de Agosto. de 1802, acerca do mesmo assumpto	202 v.
Insistindo que se lhe dê satisfação dos que haviam atacado o seu decoro e honra. 2 de Março de 1806	206
Criação de Cemiterios em Porto Alegre, Viamão. Idem.	206 v.
Respondendo a comunicação que manda suspender a execução da ordem para a introdução de 20.000 bestas muares. Idem	207
Questões de limites — o que suspeita do procedimento dos hespanhoes, motivo porque julga o Governador dever conservar as guardas portuguezas nos logares em que se acham.	208
N. 25, Officio de Paulo José da Silva Gama ao Marquez de Sobre-Monte propondo-lhe o arbitrio de uma linha provisoria feita pelo Vice-Rei do Brazil — invações reciprocas de fronteiras	209 v.
26 Officio de Paulo José da Silva Gama — a Francisco João Rocio — 20 de Setembro de 1805, preguntando-lhe qual a linha provisoria por elle patuada com o Governador do Rio da Prata	211 v.
Informação do Brigadeiro Francisco João Roscio sobre o procedimento dos hespanhoes na guerra e rompimento do começo deste seculo, do que elle obrou no governo do Rio Grande. Correspondencia com as authoridades hespanholas sobre a execução do Tratado de Badajoz... nota incompleta — por elle ter repentinamente fallecido escrevendo-a. 10 de Outubro de 1805, 10 horas da noute.	212
Ordem ao Tenente Coronel Commandante da fronteira do Rio Pardo, Patricio José Correa da Camara para informar do que sabe a respeito dos pontos occupados na ultima guerra pelas tropas portuguezas. 14 de Setembro de 1805.	245 v.
Informação do dito Commandante da fronteira Patricio José Correa da Camara. 28 de Novembro de 1805	247
Informação do Sargento-Mór José de Saldanha, das paragens a que tinham chegado as armas portuguezas, e logares mais proprios para se postarem guardas.	257
Informação de Joaquim Felix da Fonseca sobre as conquistas feitas na ultima guerra. 19 de Outubro de 1805.	261

Francisco Xavier Vianna, commandante das forças hespanholas pede licença para entrar pelos dominios portuguezes e aniquilar os indios infieis por ser vergonhoso que se conservassem no meio de duas Nações cultas. 25 de Julho de 1805.	263
Paulo José da Silva Gama, responde como devia, que não podia dar semelhante permissão. 3 de Dezembro de 1805.	265
Officio de Patricio José Correa da Camara sobre o mesmo assumpto. 28 de Novembro de 1805, muito pouco claro.	266
Officio de Francisco Xavier Vianna a Patricio José Correa da Camara para que reunisse os indios que elle passaria ao Rio Grande para dar cabo delles. 29 de Outubro de 1805.	267
Officio de Paulo José da Silva Gama a Patricio José Correa da Camara, Commandante da fronteira do Rio Pardo mostrando-lhe como os indios como amigos erão uteis e como inimigos pouco temiveis para deverem de ser aniquilados. 13 de Dezembro.	268 v.
Officio de José Ignacio da Silva, Secretario da demarcação, ao Visconde da Anadia pedindo remuneração dos annos que tinha de serviço.	271 v.
Officio de Paulo José da Silva Gama sobre o crescimento das fazendas, e redução das despezas depois de estabelecida a junta da fazenda em 1803. 25 de Setembro de 1806.	272 v.
Officio de Paulo José da Silva Gama ao Visconde de Anadia sobre as vantagens da paz que fizera com um Chefe dos indios charruas, com o auto destas pazes. 25 de Setembro.	286 v.
De Paulo José da Silva Gama — augmento do Commercio, crescimento da cidade. Idem.	291
Officio de Paulo José da Silva Gama ao Visconde de Anadia, remettendo os mapas das tropas de linha e milicias, os da população no anno de 1805 e a necessidade que tinha a Capitania de mais deus regimentos para sua segurança. 30 de Setembro	297
Officio de Paulo José da Silva Gama communicando que por conformar-se a real ordem entregara a Francisco das Chagas Santos todos os papeis existentes naquella Secretaria relativos a limites. 28 de Fevereiro de 1807.	290

MARANHÃO

TOMO 1º

1751 — 8 DE OUTUBRO

Officio de Luiz de Vasconcellos Lobo (sem indicação), dá conta de sua chegada, posse, e estado do paiz: participa que os Povos pedem Africanos; e commercio directo com Portugal; remette uma carta do Missionario aos Indios.	1
--	---

ANNEXOS

1.º Mappa da guarnição	11
2.º Dito do armamento e munições de guerra	12
3.º Carta do Missionario Antonio Machado.	14
4.º Papel que contem as despesas, e rendimentos do Almojarifado (Indios)	17
Representação de Luiz de Vasconcellos Lobo sobre rendas publicas, e despesas que se reduziu, commercio directo, e Africanos.	20

ANNEXOS

1.º Proposta de Lourenço Belfort, offerecendo arrematar os dizimos por 6:230\$000	21
2.º Officio dos Officiaes da Camara, mostrando as perdas em se fazer o commercio pelo Pará . . .	22
3.º Dito dos ditos, pedindo 400 Africanos e que o seu pagamento seja em prestações.	23

1751 — 17 DE NOVEMBRO

Officio de Luiz de Vasconcellos Lobo (sem indicação), sobre o aldeamento dos Indios « Gamella », « Timbira » e « Guegue »	25
---	----

ANNEXO

Carta de João do Rego Castello Branco, a que allude o offioio (Indios)	28
Representação de Luiz de Vasconcellos Lobo sobre a Petição dos moradores do Itapucuru, de lhes ser concedida Villa.	35

ANNEXO

Rol, certificado pelo parcho, das pessoas que assignarão a supplica	35
---	----

1753 — 12 DE OUTUBRO

Officio do Governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza a Diogo de Mendonça Corte Real: participa ter recebido a sua nomeação de Governador 61

1756 — 17 DE OUTUBRO

Officio de Gonçalo Pereira Lobato e Souza a Diogo de Mendonça Corte Real: accusa recebida a participação do terremoto de 1755. 63

1757 — 10 DE NOVEMBRO

Officio de Gonçalo Pereira Lobato e Souza a Thomé Joaquim Corte Real: participa ter sido bem recebida a lei, que declarou livres os Indios 64

1757 — 19 DE NOVEMBRO

Officio de Gonçalo Pereira Lobato e Souza a Thomé Joaquim da Costa Corte Real: communica ter cumprido as ordens relativas ao ouvidor Diogo da Costa e Silva, que remette preso 67

ANNEXOS

1.º Cópia da Carta Regia de 7 de Julho do sobredito anno, que mandou suspender, e remetter preso o dito Ouvidor 68

2.º Cópia da Portaria que acompanhou a Carta Regia antecedente, contendo os motivos, que a ella derão logar. 68

3.º Cópia da Intimação que se ordenou fosse feita ao Ouvidor, e se cumprisse 70

1757 — 26 DE NOVEMBRO

Officio de Gonçalo Pereira Lobato e Souza a Thomé Joaquim da Costa Corte Real: participa que remette presos o Provincial da Companhia de Jesus, e outros Padres da mesma Companhia, o Guardião do Convento de Santo Antonio, e o Desembargador Diogo da Costa e Silva 72

ANNEXOS

1.º Termo que assignou o Capitão do Navio « N. S. da Madre de Deus » pelos presos que conduziu 73

2.º Dito assignado pelo mesmo motivo pelo Capitão do navio « São Pedro ». (Jesuitas) 74

1759 — 12 DE FEVEREIRO

- Officio de Gonçalo Pereira Lobato e Souza a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a noticia de uma mina de ouro em Iguara 76

ANNEXO

- Memoria documentada sobre a dita mina 93

1759 — 18 DE FEVEREIRO

- Officio de Gonçalo Pereira Lobato e Souza a Thome Joaquim da Costa Corte Real. Accusa ter recebido: 1º, a comunicação official da maquinação dos Jesuitas de Portugal e Espanha em opposição á execução do tractado de limites, celebrado a 16 de Janeiro de 1750 entre as duas Coroas; 2º, o manifesto respectivo aos ditos Jesuitas 138

1759 — 21 DE FEVEREIRO

- Officio de Gonçalo Pereira Lobato e Souza: communicando — 1º, as diligencias pelas fundações das Villas de Vianna, Monção e Vinhaes; 2º, sua viagem á Villa de Santo Antonio de Alcantara, e outros pontos do interior; 3º, offerecimento feito por José Brum de Barros, da Fazenda denominada «Guarapiringa» para o Estado, com copioso numero de Indios; 4º, providencias tomadas a diversos respeitos e com especialidade acerca da defeza contra os Gentios «Timbiras» e «Guegues»; e comunicação pelo rio Itapicuru até Matriz de São Bento das Balsas. 139

ANNEXO

- Termo acerca da guerra defensiva contra os Gentios «Guegue», «Timbira» e «Acroa». 150

1761 — 20 DE SETEMBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: accusa a recepção de uma Carta acompanhando uma Letra de r.^s 240\$000, cuja quantia se lhe recommenda entregue ao Ouvidor Geral Francisco Martins da Silva em ajuda de custo do grande trabalho que teve com a arrecadação dos bens sequestrados aos Padres da Companhia denominada de Jesus. (Jesuitas). 157

1761 — 22 DE SETEMBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas participando a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter cumprido a Carta Regia que mandou tirar aos Reverendos de Santo Antonio todos os Indios casados, deixando unicamente 25 solteiros, ou viuvos sem sombra de escravidão 158
- Officio em que Joaquim de Mello e Povoas diz a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter recebido a ordem para tomar o dinheiro á Companhia para as indispensaveis despesas da Capitania 160
- Officio em que Joaquim de Mello e Povoas accusa ter recebido a ordem de 17 de Junho para fazer conduzir presos para a Corte os Padres da Companhia de Jesus, Manoel da Silva, e Thedaldo Italiano 161

1761 — 3 DE OUTUBRO

- Officio em que Joaquim de Mello e Povoas diz a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter recebido a Carta Regia de 19 de Junho que mandou crear Juiz Ordinario que servisse tambem de Orfãos nas Freguezias de São Bento, das Balsas 162

1761 — 4 DE OUTUBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas : apresenta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado algumas observações sobre difficuldade em se vender o Engenho de São Bonifacio, e casas da Villa de Alcantara, que havião sido dos Jesuitas por falta de compradores a vista do grande valor 164

1761 — 4 DE OUTUBRO

- Officio em que Joaquim de Mello e Povoas participa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter recebido e registrado a Carta Regia de 19 de Junho do dito anno, que mandou crear na Capitania de Piahy o Officio de Almojarife e independente da Provincia do Maranhão. 167

1761 — 5 DE OUTUBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas : dá conta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de já ter executado em parte a Carta Regia de 17 de Junho daquelle anno, que mandou vender alguns bens dos Jesuitas, e applicar seu producto em pagamento aos Ecclesiasticos, Militares, etc., etc., em atraso. 169

1761 — 7 DE OUTUBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas: participa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter recebido os exemplares de quatro Pastoraes, que o antecessor do Bispo do Pará tinha dirigido aos povos sobre abusos introduzidos pelos Jesuitas, afim de não pagarem dizimos. 172

ANNEXO

- A Pastoral 173

1761 — 29 DE OUTUBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: accusa recebido o aviso que acompanhou os Exemplares do supplemento, em que se continuou a Collecção dos Breves Pontificios, Leis Regias, e Officios que se passarão entre as Cortes de Roma, e de Portugal depois de 20 de Abril de 1759, e os da Lei de 25 de Fevereiro do dito anno 177

1761 — 30 DE OUTUBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas: participa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado estar dando cumprimento á Carta Regia de 11 de Junho sobre a união do Collegio de Nossa Senhora da Luz, sua Igreja e pertencas á Mitra Episcopal 178

1761 — 8 DE NOVEMBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: communica ter recebido as ordens e Carta Regia de 11 de Junho que destinou para a educação da nobreza as cazas de Nossa Senhora da Madre de Deos, sitas no suburbio da cidade de São Luiz do Maranhão. 180

1761 — 10 DE NOVEMBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acompanhando um auto de recenseamento da receita e despeza, respectiva a bens sequestrados aos Jesuitas. 183

ANNEXO

- Auto de recenseamento a que allude 183

1761 — 12 DE NOVEMBRO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, participando ter pago ao seu antecessor, e a seu filho os soldos, que lhe estavam a dever, com o dinheiro que tomou á Companhia . . . 187

ANNEXO

Copia da Letra 187

1761 — 13 DE NOVEMBRO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acompanhando uma relação dos generos e dinheiro exportados naquella occasião na Frota. 189

1761 — 13 DE NOVEMBRO

ANNEXO

Relação do Officio acima mencionado. 189

1762 — 15 DE ABRIL

Officio de Joaquim de Mello e Povoas ao Conde de Oeiras, em que diz, recebendo ordem para estar prompto a defender a Capitania de qualquer invazão inimiga, representa sobre a necessidade de augmentar o Regimento daquella guarnição 191

1762 — 15 DE ABRIL

Officio de Joaquim de Mello e Povoas ao Conde de Oeiras: dá conta do estado das diversas Fortalezas da Capitania, acompanhando Mappas dos petrexos que existem, e dos que são precisos. 193

ANNEXOS

Os Mappas 197

1763 — 18 DE JULHO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas: communica a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que os Gentios « Guegue » e « Timbiras » invadirão a Ribeira do Itapicuru, e Arrayal de S. Felix da Boa-Vista, — remette copia da participação, que recebera, e da resposta que dera 202

1763 — 18 DE JULHO

ANNEXOS

- 1.^a Carta do Capitão Mor Martinho Lopes Ribeiro, referindo as hostilidades pelos Gentios feitas 203
 Acompanhão a esta carta:
- 1.^o A de José Vieira de Escobar 204
 2.^o A do mesmo. 206
 3.^o A de Manoel Lopes Ferrelra. 207
 4.^o A resposta do Governador 208

1763 — 18 DE JULHO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: acompanha algumas plantas de fortalezas 211

1763 — 20 DE JULHO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: participa terem sido creadas as Justicas da Freguezia de São Bento das Balsas, segundo a Carta Regia de 19 de Junho de 1761 214

ANNEXO

- Carta do Dr. Ouvidor Geral da Comarca 215

1763 — 21 DE JULHO

- Officio em que Joaquim de Mello e Povoas participa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter recebido a Carta Regia de 9 de Abril antecedente que permite á Companhia do Grão Pará e Maranhão remetter em quaesquer navios cabedades seus em ouro, ou generos, o que até então só era permittido fazer nos cofres das náos de guerra 216

1763 — 23 DE JULHO

- Officio em que Joaquim de Mello e Povoas envia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado a relação da carga que em aquelle anno de 1763,—quatro navios transportarão para Portugal. 217

ANNEXO

- Relação a que allude o Officio 217

1763 — 15 DE NOVEMBRO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas: participa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter apparecido nas visinhanças de São Bento das Balsas os Indios da Nação Amanajós, e o que com elles se passara 219

1764 — 30 DE MARÇO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre os contractos e dizimos da Capitania 222

1764 — 3 DE AGOSTO

Officio em que Joaquim do Mello e Povoas communica a Francisco Xavier de Mendonça Furtado não ter desido uma maloca do Gentio Amanajós por culpa do Capitão Mór Meirelles 223

1764 — 4 DE AGOSTO

Officio em que Joaquim de Mello e Povoas communica a Francisco Xavier de Mendonça Furtado o descimento que elle tem promovido dos Indios Gamellas 225

1764 — 20 DE AGOSTO

Officio em que Joaquim de Mello e Povoas communica a Francisco Xavier de Mendonça Furtado ter elle recebido a Carta Regia de 12 de Janeiro que mandara admitir um novo methodo de arrecadação da Fazenda. 227

1764 — 20 DE AGOSTO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que participa o que tem feito a respeito das Fazendas dos Padres de Jesus: remette uma conta dos rendimentos dos mesmos bens 229

1764—20 DE AGOSTO

ANNEXOS

- 1.º Certidão a que allude o officio 230
- 2.º Conta que se menciona 231

1765—19 DE ABRIL

Officio de Joaquim de Mello e Povoas, enviando a Francisco Xavier de Mendonça Furtado relação dos generos transportados em aquella data por dous navios, cujos nomes não indica 264

ANNEXO

A relação acima mencionada 264

1765—27 DE JULHO

Offício do governador Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado a respeito do descimento dos índios Gamellas e providencias que dera 265

1765—27 DE JULHO

Offício do governador Joaquim de Mello e Povoas: participa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que em Carta Regia de 22 do dezembro de 1764 se mandara promover a criação de bestas muares, e representa a falta de pais para a referida criação, o que requesita 267

1765—28 DE JULHO

Offício de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de onde se conhece ter sido mandado render de vigário da villa de Guimarães Francisco Pedro de Santa Rosa, por maltratar os índios, bem como estar instaurado processo contra o tenente Francisco Pereira de Portugal, que fora director dos índios da mesma villa por ter desflorado a filha de um índio, que tinha em sua casa 268

1765—28 DE JULHO

Offício de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: communica que resolvera ir pessoalmente compor algumas desordens, que tinham havido entre os índios, e principalmente do arraial de S. Felix da Boa Vista, e ao mesmo tomar informações concernentes ao descimento dos índios Amanajós 270

1765—28 DE JULHO

Offício de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado com uma relação dos rendimentos e despesas de fazendas sequestradas aos jesuitas e informação acerca das mesmas 271

1765—28 DE JULHO

ANNEXO

Relação supra mencionada. 272

1765—28 DE JULHO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: em que participa ter-se assentado em Junta da Fazenda pedir pelo engenho de S. Bonifacio, que havió sido dos Jesuitas duzentos mil cruzados 276

1765—29 DE JULHO

Officio em que Joaquim de Mello e Povoas participa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado que recebera as ordens pelas quaes se lhe ordena que todos os cabedaes da Real Fazenda vão remettidos ao Erario 277

1765—6 DE AGOSTO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas ao conde de Oeiras, accusando ter recebido o aviso de 24 de dezembro de 1764 e decreto de 8 de agosto de 1763, que mandou remetter ao Real Erario todos os cabedaes, letras e conhecimentos respectivos á Fazenda Real 278

ANNEXO

Mappa dos generos remettidos para Portugal 280

1765—9 DE AGOSTO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, participando ter chegado ao Maranhão em seguimento de viagem por terra para a Bahia o conde de Azambuja nomeado governador e capitão general daquella Capitania . . 281

1765—11 DE AGOSTO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: remette cópia do mappa que os administradores da Companhia, enviaram a junta do commercio, dos generos importados em o dito anno em 7 navios. Dá noticia sobre a cultura da seda 284

1766—15 DE ABRIL

Officio de Joaquim de Mello e Povoas ao conde de Oeiras: communica-lhe que soube que estivera doente. Falla do máo procedimento do Bispo para com elle, e da cultura do paiz 288

1766—18 DE ABRIL

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Paulo de Carvalho e Mendonça acerca da cultura do algodão e seda 290

1766 — 1º DE MAIO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado : participa que o Governador do Piahy o avisara ter tido da Bahia uma noticia, de que naquella Capitania depois da chegada de navios da Côte se procedia a recrutamento, e preparativos de guerra que se suppunha ser em virtude de ordens que para isso se recebera. 293

1766 — 7 DE MAIO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado : dá noticia de suas desavenças com o Bispo, e dos preços por que então estavam alguns generos do Paiz, e bem assim da cultura da seda 295

1766 — 22 DE JUNHO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, contendo a lista dos generos transportados pela Galera « Santo Estevão » e Corveta N. S.^a das Necessidades » 301

ANNEXO

Lista a que se refere o Officio id.

1766 — 22 DE JUNHO

Representação (sem assignatura) acompanha.

1766 — 22 DE JUNHO

Traz relações de generos exportados do Maranhão. 302

ANNEXAS

As tres relações, a que se refere o Officio supra. id.

1766 — 3 DE SETEMBRO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas ao Conde de Oeiras : remette mappa do carregamento de 7 navios : tracta da cultura, e fabrico da seda, e do arroz . . . 306

ANNEXO

Mappa que menciona o Officio 309

1767 — 20 DE JUNHO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas ao Conde de Oeiras:
tracta da Mudança no Paiz depois de ter sahido o
Bispo, da epidemia das bexigas nos Indios, e adianta-
mento da Agricultura. 311

1769 — 5 DE ABRIL

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier
de Mendonça Furtado a respeito do Arcediogo da Sé
do Maranhão, que havia pertencido à Companhia de
Jesus. 314

1769 — 14 DE AGOSTO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas, informando
acerca de um requerimento do preto forro sobre
um bocado de pau de ambar, que dizia pertenc-
er-lhes. 316

ANNEXOS

- 1.º O requerimento do preto 317
- 2.º Uma certidão dos Administradores da Companhia de
ter esta comprado a Fr. Mathias em 1760, 38 1/2 @
de pau de ambar a rs. 10\$000 318

1769 — 31 DE AGOSTO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier
de Mendonça Furtado, expondo a duvida, que tem o
Cabido em que na Sé fosse collocada debaixo do arco
da Capella Mór a Cadeira respectiva ao Governador. 320

1769 — 1º DE SETEMBRO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas ao Conde de Oeiras:
communica remetter uma amostra da louça vidrada
com a resina do Jutahy de que fazião uso os Indios. 321

1769 — 1º DE SETEMBRO

Officio de Joaquim de Mello e Povoas ao Conde de Oeiras:
sobre encontrar-se naquella Capitania, e em Piauhy
em mais, ou menos abundancia, a arvore, que produz
a resina, que se chama Jutahy, e nos Sertoens de
Aldeas altas, Pastos Bons, e em todo o Piauhy Ja-
tubã 322

1769 — 3 DE SETEMBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas : remette ao Conde de Oeiras mappa dos generos transportados por nove navios da Frota, dá conta das vantagens conseguidas na plantação do arroz, e da necessidade de moinhos para o descascar 324

ANNEXO

- Mappa de que tracta o Officio 327

1769 — 6 DE SETEMBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: accusa ter recebido a lei de 2 de Abril de 1768, que mandou supprimir tollos os exemplares da Bulla intitulada da Cea do Senhor, cuja lei mandou publicar e observar. 328

1769 — 8 DE SETEMBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: informa sobre o requerimento em que os moradores das ribeiras do Múny, e Iguará pedem um Parocho, e Justiça que os governem 329

ANNEXOS

- 1.º O requerimento daquelles moradores. 331
- 2.º Officio do Governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza ao Juiz e Officiaes da Camara da Villa de Santa Maria do leatú acerca da demarcação de districto da dita Villa 340
- 3.º Provisão dirigida ao Ouvidor Geral do Maranhão a 10 de Março de 1747, a que se refere o Officio supra . . 342

1769 — 12 DE SETEMBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas ao Conde de Oeiras : remette amostra da resina do Cajueiro, fazendo-lhe muitos elogios, declarando que serve ali para supprir a goma arabia, livrando do bixo os livros, que com ella se encadernão. 345

1769 — 14 DE SETEMBRO

- Officio de Joaquim de Mello e Povoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: remette a relação dos bens dos Padres Jesuitas. 346

TOMO 2º

PRIMEIRA PARTE

Comprehende a Correspondencia dos Governadores com
Portugal durante os annos de 1771 a 1777

SEGUNDA PARTE

Comprehende a Correspondencia dos Bispos de 1751 a
1785

REGIMENTOS DIVERSOS

REGIMENTO DOS PROVEDORES DA FAZENDA DELREY NOSO SENHOR NAS TERRAS DO BRAZIL

Eu elrey faço saber a quantos este meu regimento virem que eu envio ora aas terras do brazill por provedor moor de minha fazenda antonio Cardozo de baarros ao qual mando em seu regimento que vaa prover as capitancias das ditas terras e ordene em cada hua delas cazas pera allfandegua e contos e livros pero negocio das ditas cazas e asy ordene em ramos apartados as rendas e direitos que eu tiver nas ditas capitancias e proveja em todo o mais que comprir ao negocio de minha fazenda E porque aos provedores e officiaes dela que a de aver nas ditas capitancias não he dado até ora regimento da maneira em que on de servir seus carguos ey por bem de lho ordenar na maneira seguinte

1. Os ditos provedores com os escrivães de seus carguos irão a caza dos contos que em cada hua das ditas capitancias mando que aja os dias que ho dito provedor-moor ordenar e os mais que lhe parecerem necesarios pera fazer o negocio de minha fazenda e farão ter em boa guarda os livros que na dita caza o dito provedor moor aa de ordenar os quaes livros farão carregaar em receita sobre hua pessoa que sirva de porteiro da dita caza.

2. no livro dos regimentos que na dita caza aa de aver fará treladar pelo escrivão de seu carguo a doação que o capitão da tal capitania de my tiver e o foral a ela dado e o regimento do dito provedor moor e asy este e quaesquer outros regimentos e provisões minhas que ao negocio de minha fazenda tocarem

3. no livro dos arrendamentos da dita provedoria averá titulos apartados das rendas e direitos que nela tiver e me pertencerem para cada ramo seu titolo apartado e no mez de novembro em cada hũ ano o dito provedor mandará meter em pregão as ditas rendas e direitos pera se arrematarem de janeiro seguinte em diante e correrem per ano ou anos juntamente segundo pelo dito provedor moor for ordenado decrando loguo o lugar em que as ditas rendas se ouverem de arrematar e alem de asy andarem em pregão mandará poer escritos em allgús lugares pubricos de como as ditas rendas se ande arrematar e o lugar em que se am de arrematar, pera todos

ser notorio e poder nelas lançar quem quizer e os lanços que se nas ditas rendas fizerem as receberão parecendo-lhe que são de receber E tanto que forem recebidos serão escritos pelo escrivão da provedoria no dito livro cada hu persy em seu titulo huns apoz outros atee as ditas rendas serem arrematadas e serão os ditos lanços asynados c'o duas ou tres testemunhas pelas partes que os fizerem e sempre os receberão com condição que ande em pergão e em aberto os mais dias que poderem e o menos tempo será atée dia de janeiro primeiro seguinte e o dito lança mandarão meter em pregão na dita contia c'o as condições c'o que lhe for feito e c'o de claração do dia da arrematação no qual dia as arrematará o dito provedor sendo presente o escrivão do seu cargo na eza dos contos mandando primeiro notificar aos os competidores se querem mais lançar e farão a dita arrematação na moor contia que se lançar na dita renda a qual arrematação se escrevará no livro e será asynada pelo rendeiro com tres testemunhas e asy pelo dito provedor e e logo se asentarão quaesquer parceiros que o rendeiro nomear tomando a cada hu ao tempo que receber o lança fiança aa decima parte e tanto que as ditas arrematações forem escritas no dito livro os ditos provedores o mandarão dar aos rendeiros seus arrendamentos feitos por seus escrivães e asynados por eles em que se decrare como andarão em pregão e as condições com que forão arrematados e libardades que an de aver pera conforme ao dito arrendamento correrem e arrecadarem as ditas rendas

4. e pasado o arrendamento do primeiro ano não poderão os ditos provedores receberem lanços em as ditas rendas nos outros annos seguintes em menos contia da em que se arrematarão o ano atraz

5. tanto que os ditos provedores tiverem arrematadas as ditas rendas as darão em hu caderno feito pero escrivão do seu cargo e asynado por ele dito provedor ao almoxarife em que decrare como as ditas rendas são arrematadas decrando-lhe as pessoas que as arremataram e a contia e condições e o ano ou annos por que se arrematarão os parceiros que os taes rendeiros nomearão e os fiadores que derão a decima parte e mandarão ao dito almoxarife que os aja por rendeiros da dita renda e dentro em trinta dias do dia da arrematação lhe tomem suas fianças aa quarta parte ou aameta de quando os ditos rendeiros quizerem receber o de como se ande pagar os quarteis, e mandará ao escrivão dante o dito almoxarife que carregue em receita sobre o dito almoxarife ou recebedor a contia per que as ditas rendas forem arrematadas pera ele ter cuydado de as arrecadar dos rendeiros ou de seus fiadores aos tempos cotheudos no regimento de minha fazenda e asy enviarão os ditos provedores outro tal caderno a bahia onde a de estar o dyto provedor moor pera ele saber os que as ditas rendas arrendarão— e a despeza que se nelas pode fazer/ E no dito caderno decrararão quanto as ditas rendas cresem alem da contia em que estiverão os annos pasados/ E ficando alguns dos ditos ramos por arrendar por não aver lançadores ou por qualquer outra cauza os provedores

o escreverão no dito calherno quando o mandarem ao dito provedor moor os ramos que asy ficarão por arrendar pera ele ordenar pessoas que as ajão de receber e porem emquanto o dito provedor moor não prover de pessoas que ajão de arrecadar o dito ramo os ditos provedores darão cargo a allguas pessoas da terra feis e abonadas que recebão os taes ramos dando-lhes ordem como o fação e juramento que arrecadem tudo o que pertencer aas ditas rendas guardando meu serviço e ao povo seu direito e que não recebão couza allgua sem ser presente o escrivão do allmoxarifado.

6. sendo cazo que os ditos rendeiros não dem fiança ás ditas rendas ao tempo e da maneira que o são obrigados e pelo allmoxarife for notificado aos provedores como não he dada a dita fiança os ditos provedores mandarão logo chamar os ditos rendeiros e lhes mandarão que dem loguo suas fianças como são obrigados e se as loguo não derem farão remover as ditas rendas mandando-as meter em preção e as arrematarão a quem por elas mais der e tudo o que a dita renda demenir do primeiro arrendamento o dito allmoxarife arrecadará pelos bens dos ditos rendeiros e não abastando pelos fiadores que tiverem dado a decima parte e se isto não abastar mandará prender os ditos rendeiros atée que paguem e tudo o que pasar no dito arrendamento escrevão ao dito provedor moor pera ele ordenar o que ouver por meu serviço.

7. Os ditos provedores terão cuydado de como entrar o mez de janeiro avizar aos allmoxarifes e recebedores que acabem por todo o dito mez de arrecadar tudo o que for devido pelos rendeiros e o que sobre os ditos allmoxarifes for carregado em receita (e que atée quinze de fevereiro concertem as receitas e despezas de seus livros e loguo como pasarem os ditos quinze dia de fevereiro de cada hu ano lhe começarão a tomar as ditas contas e não alevantarão delas mão atee se acabarem devendo allgua couza o farão logo arrecadar dos ditos allmoxarifes e recebedores e o que asy arrecadarem enviarão entregar ao meu thesoureiro que aa de estar na bahia e escreverão ao dito provedor moor o dinheiro que asy envião declarando os officiaes que os taes dinheiros ficarão devendo e de que tempo e não pagando loguo os ditos allmoxarifes e recebedores o que ficarem devendo os ditos provedores os mandarão prender e vender e arrematar suas fazendas aos tempos contheudos em minha ordenação e porão outros recebedores que entretanto recebão atee que o provedor moor proveja doutro recebedor e dando bõa conta o deixarão receber o outro ano seguinte e no segundo ano farão o mesmo e acabado de receber cinco anos o dito provedor lhe tomará conta segundo forma do regimento de minha fazenda e fará a saber ao provedor moor como o dito allmoxarife a de dar conta pera que lhe ordene recebedor quo receba entretanto o seisto ano em que o outro der a dita conta nomeando-lhe pera elo allgus meus criados ou pessoas taes que sejão autas e pertencentes per servir o dito cargo e não provendo ele dito provedor porá no dito officio dallmoxarife em o dito ano

seisto recebedor que receba as rendas o tome as fianças aos rendeiros e faça os pagamentos que nele forem desembarguados e lhe dará juramento que bem e verdadeiramente sirva o dito cargo e o dito allmoxarife não tornará a servir seu officio nem receberá couza das ditas rendas atee as contas dos ditos cincoos anos serem vistas pelo dito provedor moor e mostrar certidão sua em que decrare como tem dado conta com entrega e por ela sera o dito allmoxarife metido em pose de seu officio acabado o dito ano que ade carregar sobre o recebedor as quaes contas os ditos provedores terão cuidado de tanto que forem acabadas as enviarem ao dito provedor moor pelo porteiro dos contos com todos os livros e papeis que as ditas contas pertencerem.

8. Os ditos provedores cada hu em sua capitania conhecerão por aução nova de todos os feitos cauzas duvidas que se moverem sobre couzas que toquem a minha fazenda antre meus allmoxarifes recebedores rendeiros e quaesquer outros officiaes e pesoas que minhas rendas receberem arrecadarem e despendem que hus com outros troverem e asy nas que ouverem antre eles e o povo e de todas as couzas que pertencerem á minha fazenda e dela dependerem por qualquer via que seja e posto que as taes demandas sejam antre partes e eu seja já pago, ey por bem que o conhecimento delas pertença aos ditos provedores os quaes conhecerão de todas as ditas couzas e as determinarão finalmente como lhes parecer justica sem apelação nem agravo, e isto sendo os feytos e cauzas que asy determinarem de dez mil reis ou dahy para baixo ou sobre couza que os valha e sendo sobre moor contia dará apelação e agravo para o provedor moor, e porem estando o dito provedor moor presente poderá avocar a sy quaesquer feytos e cauzas que quizer e proceder neles como se contem em seu regimento.

9. e iso mesmo ey por bem que sendo algum official de minha fazenda nas ditas partes acuzado por erros que fizer em seu officio o conhecimento de taes cazos pertença aos ditos provedores asy quanto ao perdimento dos officios como a qual quer outra pena que por iso merecer.

10. os ditos provedores farão guardar os privilegios e libardades que por minhas ordenações são outorgadas aos rendeiros e conhecerão dos feitos dos ditos rendeiros onde eles forem acuzados ou demandados posto que as ditas couzas não toquem as minhas rendas e nos cazos dos ditos rendeiros de que asy ande conhecer darão apelação e agravo para as justicas a que per direito e por bem de minhas ordenações ouver de pertencer se os juizes da terra dos taes cazos conhecerão. E isto não sendo sobre couzas de minhas rendas ou de que delas dependerã e em todo guardarão os ditos provedores o que acerca disto he determinado por minha ordenação no segundo livro titolo 29 das libardades e previlejos concedidos aos rendeiros e porem isto se entenderã sendo a renda ou quinhão que nela o rendeiro tiver de dez mil reis posto que pela ordenação se requiera que a renda de que for rendeiro seja de vinte mil reis e não chegando a dita contia não gozará de privilegio algum de

rendeiro e isto se entenderá nos rendeiros que tiverem quinhão dos ditos dez mil reis e dahy pera cima.

11. e por que nas alfandeguas das ditas capitánias se aa de arrecadar a dizima das mercadorias que aas ditas terras forem ou delas saírem por me pertencer segundo forma do foral dado a cada hu dos capitães das ditas terras cada provedor em sua provedoria será juiz da dita alfandegua emquanto eu ouver por bem e terá na arrecadação da dita dizima a maneira seguinte.

12. ey por bem e mando que todalas naaos navios que de meus reynos e senhorios ou fora deles forem as ditas terras ao brazil vão directamente a cada hua das partes onde ouver allfandegua e caza de arrecadação de meus direitos pera ahy serem vistos e descarregarem na dita alfandegua quaesquer mercadorias que levarem e paguarem a dizima daquelas de que se dever e isto posto que as mercadorias que levarem sejam taes ou de taes pessoas ou vão de logares que delas se não ajão de pagar dizima e ainda que aas ditas naaos ou navios não levem mercadorias, todavia irão directamente a qualquer porto onde ouver a dita caza de allfandegua pera se ahy saber que navios são e a que vão e serem buscados se levão mercadorias allguas defezas e provando-se que qualquer naao ou navio tomou primeiro nas ditas terras do brazill outro porto em que não aja alfandegua e que algua da gente dele descarrega allgua mercadoria do dito navio em terra ou carregou nele posto que a tal terra seja de paz ey por bem que o senhorio do dito navio o perca e o capitão mestre e piloto que nele forem perderão a valia da mercadoria que se provar que se descarregou ou carregou e mais serão degradados por cinco anos pera ilha de Santomé e não indo no dito navio o senhorio dele o capitão mestre piloto perderão a valia do tal navio.

13. Tanto que os ditos navios chegarem ao porto onde asi ouver caza dallfandegua se o provedor e allmoxarife ou qualquer deles la loguo não for o capitão ou mestse do tal navio poderão lancar fóra huã pessoa que vá fazer a saber sua chegada, os quaes officiaes tanto que o souberem se irão ao dito navio ambos ou qualquer deles se ambos não estiverem na terra com o escrivão da alfandegua e entrarão dentro e saberão do mestre e piloto do tal navio que mercadorias trazem dando-lhe juramento se trazem livro de carreguação ou folha das avalias e trazendo livro lho pedirão e ficará em poder do allmoxarife e jurando que o não trazem lho mandarão que pelo dito juramento decrete todas as mercadorias que trouxerem e mando ao dito mestre e piloto que entreguem o tal livro ou folha se o trouxerem o qual o dito almoxarife terá em seu poder até o navio se acabar de descarregar e viudo no dito navio pessoas que tragam camas ou arcas de suas vialhas lhas farão o dito provedor e almoxarife abrir e serão por elles vistas e não trazendo nelas couza de que se deva do pagar dizima lhas dezbarguarão e mandarão levar fora e achando nas ditas caixas couzas de que se deva pagar direitos as farão levar a a dita alfandegua com todas as

mais mercadorias que no dito navio vierem sendo oras pera iso e sendo tão tarde que se não poza naquelle dia acabar de descarregar o dito escrivão da alfandegua escreverá as mercadorias que nas ditas caixas vierem e alem diso ficará no dito navio hum guarda que dormirá e estará nele ate se acabar de descarregar e asy estará e dormirá no dito navio em quanto se descarregar o mestre dele e não consentirá que nele se faça furto nem outro algu desaguizado nem tire dele couza allgua sob pena de cinquenta cruzados e da cadeya e de pagar qualquer mercadoria que se provar que se tirou do dito navio.

14. Qualquer pessoa que abrir arca cofre ou outra vasilha sem licença do dito provedor posto que delas não tirem mercadoria alguma pagará dez cruzados e provando-se que tirou das ditas vasilhas alguma mercadoria perderá a valia dela e pagará a dita pena.

15. O dito provedor notificará a gente do dito navio que cada ua tire sua mercadoria e a leve a dita alfandegua por que dando o mestre o tal navio por descarregado se perderá qualquer couza que depois nele for achado e da dita notificação se fará asento pelo dito escrivão.

16. Mando que depois dos ditos navios serem nos portos das ditas capitaniaes e asy antes de serem nautos como depois de ho serem nem hua pessoa va aos ditos navios nem saya deles antes de meus officiaes irem a eles nem vão a eles de noute posto que já la tenham ido os ditos officiaes ou estem dentro e isso emquanto os ditos navios descarreguarem e de todo não forem descarregados sob pena de dez cruzados e se perder a barca ou batel em que a tal pessoa fôr das quaes penas as duas partes serão pera o rendimento dallfandegua e a outra parte pera quem o acuzar.

17. todolas mercadorias que forem nos ditos navios se descarregarão de dia até sol posto e não de noute e os ditos officiaes não darão licença pera se descarreguarem do sol posto por diante e dando eles a tal licença ey por bem que não valha e a mercadoria que se asy tirar de noute com a barca ou batel em que se tirar se tomará por perdida e o mestre do tal navio pagará vinte cruzados posto que alegue que se tirou com licença o qual poderá demandar o dito cazo aos officiaes que lhe a dita licença derão.

18. as ditas mercadorias que se asy descarreguarem se levarão directamente á dita alfandegua posto que sejam taes que dellas se não deva direitos as quaes mercadorias se levarão publicamente e levando qualquer pessoa alguma da dita mercadoria escondida a saber ao redol de sy ou em manguas ou debaixo de capa ou de maneira que pareça que vai escondida será tomada por perdida ainda que digua que a levava pera dita alfandegua os dous terços pera o dito rendimento e o outro pera quem o tomar descobrir ou achar.

19. sendo as ditas mercadorias triguo ou vinhos louça alcatrão e outras desta calidade não terão as pessoas cujas for em obrigação de as levar a dita alfandegua pera nela se

paguar a dizima por serem couzas muyto difficultozas de levar e por em quando nos ditos navios forem as ditas couzas os mestres deles farão delas rol antes que as descarreguem o qual levarão a dita alfandegua com deccaração de quanta he a dita mercadoria e depois de feito o dito rol o dito provedor as ira desimar ao porto onde as descarreguarem pera depois de desimadas as poderem levar e fazer delas o que lhe convier sem mais irem à alfandegua e a dita dizima fará o dito provedor arrecadar e carregar em receita sobre o dito almoxarife.

20. tanto que as ditas mercadorias que ouverem de ir á dita alfandegua forem a ela levadas o dito provedor e allmoxarife como o escrivão da dita alfandegua se asentarão em hua meza que na dita casa averá e farão vir perante sy as ditas mercadorias e aquellas de que se não ouver de pagar direitos despacharão logo e as levarão as pessoas cujas forem e as outras de que se deverem direitos desimarão e carregarão em receita o dito dizimo sobre o dito almoxarife. E sendo algumas das ditas mercadorias de calidade que não posão ser trazidas á dita meza como he ferro couros e outros similhantes em tal cazo o dito provedor almoxarife e escrivão irão onde elas estiverem e ahy as desimarão e asentarão em livro e não podendo o allmoxarife estar presente ao dezimar das ditas couzas mandara por sy hua pessoa que veja como se carrega sobre elle a dita dizima em receita.

21. e sendo a mercadoria que se dezimar tal que não posa na mesma couza pagar de dez hua /o juiz e allmoxarife a aforarão naquillo que valer segundo os preços da terra e pelo dito aforamento pagará o mercador á dizima a dinheiro e não sendo o dito mercador contente do tal aforamento em tal caso avaliara a dita mercadoria e pela dita avaliação se tomara a dita dizima nas ditas couzas por sorte e se carregará sobre o dito allmoxarife e o que asy arrecadar em mercadoria se deccará no asento da receita a calidade dela e se for couza de medida ou covados ou varas o que tem/ e se for de pezo os quintaes ou arrobas pera a todo o tempo se poder tomar diso conta ao dito allmoxarife.

22. E depois que as ditas mercadorias forem na dita alfandegua se não trarão dela sem serem desimadas primeiro e pagos os direitos dela com licença do dito provedor sob pena de se perderem os dous terços pera rendimento da dita alfandegua e o outro pera quem o descobrir.

23. Averaa na dita alfandegua dous selos de cera diferente hu do outro a saber hu que se porá em todo o pano de côr e de linho de que se pagar direito e outro nas similhantes couzas de que se não ouver de pagar a dita dizima os quaes selos estarão em hua arqua de duas fechaduras de que ho provedor terá hua chave e o escrivão outra.

24. E achando-se algumas sedas panos de laã ou linho sem alguns dos ditos selos serão perdidos os dous terços pera o rendimento da dita alfandegua e o outro pera quem o descobrir ou achar.

25. o dito provedor seraa juiz dos ditos descaminhados e couzas sobreditas e as determinará finalmente sendo a contenda sobre valia de dez mil reis ou dahy pera baixo e sendo da dita contia pera cima daraa apelação.

26. depois de desimadas as ditas mercadorias o dito provedor com o allmoxarife perante o escrivão da dita allfandegua em ela publicamente em preguão venderão as ditas mercadorias que forem arrecadadas da dita dizima a quem por elas mais der a dinheiro de contado e a contia por que se venderem se carreguarão sobre o dito allmoxarife no livro de sua receita com decraração da sorte da mercadoria que se vender e preço e pesos a quem se vender.

27. quando allgus navios partirem das ditas terras as pessoas que os carreguarem serão obriguados de antes que os comecem a carregar o fazerem saber ao provedor da capitania donde estiverem e lhe decrararão as mercadorias que an de carregar e asy serão obriguados depois de carreguados antes de partirem o tornarem a fazer saber ao dito provedor e o mestre do tal navio lhe levará hu role das mercadorias que são carreguadas e o dito provedor depois de visto o dito rol irá ver o dito navio e mercadorias que nele estiver carreguadas e achando alguas defezas ey por bem que se percão em dobro e posto que no dito navio não vão mercadorias todavya o dito mestre sera obriguado de o fazer saber ao dito provedor e lhe pedir licença pera partir sem a qual ele não partira sob pena de perder o dito navio e o dito mestre será avisado que depois do dito provedor ir ver o dito navio ou lhe der licença pera partir não consentir que nele se meta mercadoria alguma sob pena de perdimento do dito navio e mercadorias que nele meterem sem lhe valer dizer que não nas vio meter.

28. e dizendo os mestres dos navios que de lá partirem e pessoas cujas forão as mercadorias que neles vierem que vem pera meus reynos e senhorios e que por iso não são obriguados a pagar dizimo das mercadorias que trouxerem nos ditos navios eles se obrigarão a dentro de hu ano levar ou enviar ao dito provedor certydão dos officaes de minhas allfandeguas onde descarreguarem de como nelas descarregarão as ditas mercadorias c'o decraração da calidade delas e quantas erão e a dita obriguação ficara asentada no livro que pera iso avera em que se decrarará as mercadorias que levão.

29. e se as pessoas que asy carreguarem as ditas mercadorias não forem moradores na capitania donde partirem darão fiança ao que montar na dizima delas que dentro no tempo de hu ano mandarão a dita certidão e em levando-a ou mandando-a se registrará no asento que aa de ficar no livro da dita obriguação ou fiança e não mostrando a dita certydão dentro no dito tempo o dito provedor arrecadará pela dita fiança a dizima das ditas mercadorias ou daquela parte delas de que não levarem ou enviarem certidão de como as descarregarão em minhas allfandeguas asy e da maneira que a paguarão se as carreguarão pera fora do reino.

30. quando allguas pessoas que não forem moradores que vierem pera estes reynos e trouxerem pera eles mercadorias pedirão certidão ao provedor da capitania donde partirem de como asy la são moradores para cá gozarem da liberdade que lhe pero foral he concedida e o dito provedor lhe dará a dita certidão feita pelo escrivão da dita allfandegua e asynada por ele dito provedor o qual antes de lha passar se enformará se as pessoas que lhe as taes certidões pedirem são moradores nas ditas terras com molher e caza e quanto tempo a que la vivem e asy se as mercadorias que trazem são de suas novidades ou as compraram e a quem e se são delas paguos os direitos e do que niso achar lhe passarão suas certidões e sendo as ditas certidões pasadas por outros officiaes ou pessoas se não cumprirão nem iso mesmo se guardarão não vindo co'a tal deccaração posto que pelo dito provedor sejam pasadas.

31. e por quanto dos açucres que se fizerem nas ditas terras e dos moles e de todo o mais que delas sair me pertencem os direitos e asy a dizima do que das ditas terras sahirem pera fora do reino pelo modo contheudo no foral ey por bem que na arrecadação dos ditos açucres se tenha a maneira seguinte.

32. Lavrador allgu nem pessoa outra que fizer açucqueros nas ditas terras não tirará per sy nem per outrem fóra da caza do purguar os ditos açucqueros sen primeiro ser alealdado e paguo dizimo deles sob pena de o perder.

33. e tanto que o lavrador ou pessoa outra que tiver açuquero na dita caza do purguar e tiver feito e acabado fará saber ao allmoxarife ou pessoa que por mim tiver carguo de arrecadar os meus direitos de como tem feito tanta soma de açuquer e que he já alealdado de que mostrara certidão do alealdador e lhe requererá que vá receber o dizimo e o dito allmoxarife ou pessoa que o dito carguo tiver sera obriguado a o hir receber e arrecadar com seu escrivão e receberão do bom e máo igualmente na pilheira e o farão loguo acarretar e levar aos loguares aonde for ordenado que se encachem os quaes officiaes serão obriguados a hir receber o dito açuquer dentro em tres dias do día que lhe for notificado sob pena de vinte cruzados a metade pera o lavrador ou pessoa cujo o dito açuquer fôr e a outra metade pera hua obra pia qual o provedor ordenar e pasando outros tres dias alem dos primeiros tres pagarão outros vinte cruzados polo modo sobre lito E isto sera não tento eles tal empidimento por onde o não posão fazer, e pera certeza de como lho fizeram saber o escrivão do seu officio lhe dará diso fée e não estando o escrivão presente serão perante duas tistemunhas de credito as quaes penas cada hu dos ditos provedores executarão em sua capitania e o fará asy cumprir co diligencia ouvindo as partes de maneira que os lavradores e pessoas que açucqueros fizerem sejam aviados e não recebam niso perda nem dano allgu.

34. tanto que o dito allmoxarife receber o dizimo do dito açuquer o fará carreguar sobre sy em receita pelo escrivão de seu carguo o qual terá muyto cuydado de lho carreguar em o livro que pera iso averá numerado polas folhas e asynado pelo

dito provedor no qual livro estará cada lavrador entitolado per sy e no asento de cada hu se declarará que a tantos dias de tal mez e ano recebeu o dito allmoxarife de foão tanto açuquer e de tal sorte e se he de sua novidade ou se o comprou e aquem e diso dara hu escrito ao lavrador em que tambem declarará como fica carreguado sobre o dito allmoxarife ou pesoa que o receber e pelos ditos escritos serão os lavradores ou pesoa que açuqueres fizerem obriguados a dar sua conta sem mais ser necesaryo aver outro conhecimento dos quaes escritos o dito escrivão não levará dinheiro allgu.

35. quando os ditos lavradores ou pesoas que deles comprem açuqueres os quizem carregar podelos am levar por mar ou por terra pelos ditos escritos a allfandegua do loguar onde se ouverem de carregar/ e tanto que lá chegarem o provedor e allmoxarife verão os ditos açuqueres e os despacharão/ e vindo os ditos açuqueres já encaixados o dito provedor dará juramento as pesoas cujo o dito açuquer fôr que decrete se he branco se de meles o remeles e per homens que o entendão fará estimar as ditas caixas dandolhes primeiro juramento dos sãos avangellhos que estimem o mais justamente que poderem/ quantas arrobas vem em cada caixa pela dita estimação e sendo as partes contentes se averá a dizima em açuqueres encaixados e empapelados avendo-se de pagar lá/ e não sendo as partes ou meus officiaes contentes da dita estimação então se pezarão as ditas caixas/ e pera se saber a sorte dos açuqueres que neles vem ey por bem que alem do juramento que se ade dar aas partes pera declarar a calidade do dito açuquer e se tomar a dita dizima do bom e do máo se tome nas ditas caixas a dita dizima por sortes descontando a tara e se carreguará em receita sobre o dito allmoxarife pelo dito escrivão da allfandegua com decação de quanta he a dita dizima e dequem a receberam em que dia e mez e ano e se he de açuquer de canas se de meles e se he da novidade da mesma pesoa que os carrega ou se os comprou e dizendo que o comprou declarará a quem e o dito provedor fará vir perante sy a pesoa ou lavrador a que se o tal açuquer comprou e declarando a dita pesoa que o vendeu se asentará asy no dito livro/ E posto que do tal açuquer se não aja de pagar dizima da saida toda via se fará o dito asento no dito livro com as ditas declarações asy pera depois se verem os ditos asentos com o dito livro dos dizimos como pera se cotejar com a certidão que am de trazer de como descarregarão os ditos açuqueres nas allfandeguas de meus reinos e se fazer o que atraz hé dito que se faça com as outras mercadoryas que se nas ditas terras carreguarem e não levaram a dita certidão de como as descarreguaram nos ditos meus reinos e senhorios.

36. no fim de cada hu ano os provedores cada hu em sua capitania verá os livros asy o em que estiver carreguado o açuquer de que se pagou dizimo como o da saida da allfandegua e saberá se sayo mais açuquer dallgua pesoa que aquelle de que tiver paguo o dito dizimo/ e achando que sayo mais lhe fará pagar em dobro todo aquele que pelos livros da sayda se achar

que menos pagou do que devera pelo foral por asy sonegar e não pagar o que erão obriguados.

37. E porque os capitaes amde aver a redizima asy do que se arrecadar pera my do dito açuquer como de todo o mais que das minhas rendas nas ditas terras pera mym se arrecadar/ mando aos ditos provedores que eles lhe façam pagar a dita redizima segundo forma de suas doações e da mão dos ditos officiaes averão os ditos capitães a dita redizima e não da mão dos lavradores nem de outras allguas pesos sob pena de o capitão que o contrario fizer perder pela primeira vez a redizima daquele ano e pela segunda vez ser suspenso da jurdyção e rendas que lhe pertencerem na dita capitania atée minha mercê/ e o provedor lhe fara pagar a redizima do açuquer asy do bom como do máo.

38. E mando aos ditos capitães e pesos que por eles estiverem nas ditas capitancias e a todas as outras justças das ditas terras que não conheçam das cauças de que por este regimento am de conhecer os ditos provedores nem se entremetam nelas nem em allgua que toque a minha fazenda ou dela dependa sob pena de suspensão de suas jurdyções até minha mercê/ salvo daquelas em que lhe he dado por este regimento que provejam E mando aos ditos provedores que querendo eles conhecer prover ou entremeter-se em allguas delas lho não consytão e fação diso autos os quaes enviarão a este reino a minha fazenda do negocio da india pera nela se despacharem como fôr justiça.

39. falecendo allgua pessoa nas ditas terras do brazil o provedor em cuja capitania falecer se enformará se fez testamento e tendo-o feito se nele se desposer que sua fazenda se entregue a allgua pessoa asy se lhe fara e falecendo sem testamento ou não despondo que se entregue lá o dito provedor com o escrivão de seu carguo fará inventairo de toda a fazenda movel e de raiz que dele ficar e o movel fará vender em preguão publicamente e o rematará a quem por ele mais der e depois de compridos allgos leguados se os deixar que se la fação/ o mais dinheiro que sobejar e no dito movel se fizer fará entrega ao dito allmoxarife e carreguará sobre ele em receita em hu livro que pera iso averá e o fará enviar a cidade de lizboa no primeiro navio que depois diso de la vier e se entregara ao thesoureiro dos defuntos que está na dita cidade co'o qual dinheiro o trelado do testamento e o dito inventairo virão có decaração do que se vendeu do contheudo nele em preguão cada couza per sy e os bens de raiz se os ouver fará o dito provedor arrendar até os herdeiros do dito defunto de cá irem ou mandarem vender ou fazer dos ditos bens o que quizerem e o dito provedor escrivão e allmoxarife terão o dito carguo da fazenda dos defuntos emquanto eu não desposer dele em outra maneira ou não mandar o contrario.

40. E posto que digua que a fazenda dos defuntos se entregue ao meu allmoxarife ey por bem que se entregue a hua pessoa em cada capitania que ao provedor dela bem parecer pera que a dita pessoa o envie ao thesoureiro dos defuntos de guiné que esta

em libbôa e o dito provedor terá cuydado de fazer enviar o dinheiro que da dita fazenda se fizer ao dito thesoureiro nos primeiros navios que vyerem do brazil.

41. os ditos provedores conhecerão de todos os feitos e cauzaes e duvidas que se moverem sobre dadas de sesmarias terras e agoas que os capitães deram em suas capitánias ora os ditos feitos e duvidas sejam ante os capitães e partes ora ante outras partes os quaes feitos e duvidas processarão e detriminarão finalmente sem apelação nem agravo sendo sobre couza que valha de dez mil reis pera bayxo e sendo dos ditos dez mil reis pera cima em tal cazo darão apelação e agravo pera o provedor moor.

42. Os ditos provedores cada hu em sua provedoria fará fazer hu livro que tera as folhas numeradas e asynadas por ele em que se registrarão todas as cartas de sesmarias de terras e agoas que os capitães tiverem atee ora dadas e ao diante derem / E as pessoas a que ja são dadas as ditas sesmarias e ao diante se derem serão obrigados á registrar as cartaz das ditas sesmarias do dia que lhe forem dadas a hu ano e não as registrando no dito tempo as perderão E isto farão os ditos provedores apreguonar em luguares publicos pera a todos ser notoryo e farão fazer asento no dito livro de como se asy apreguou e terão sempre cuydado de saber se as pessoas a que asy forão dadas as ditas sesmarias as aproveitarão dentro no tempo de sua obryguação e achando que as não aproveitarão o mandarão noteficar aos capitães pera elles as poderem dar a outras pessoas que as aproveitem e os ditos capitães serão obrigados de dar as ditas terras pera que não estem por aproveitar.

43. ey por bem que pela terra firme adentro não vá pessoa allgua tratar nem de huas capitánias pera outras por terra posto que a terra esté de paz sem licença do guovernador e não sendo elle presente será com licença do provedor da capitania donde for ou do capitão dela sob pena de ser açoutado sendo pião e sendo de moor calidade paguará vinte cruzados ametade pera os cativos e a outra metade pera quem o acuzar por que pera evitar allgus inconvenientes que lhe diso seguem o ey asy por bem e a dita licença se não dará senão a pessoas que parecer que irão a bom recado e que de sua ida e trato se não seguirá prejuizo allgu/ posto que digua que vá cõ licença do provedor ou do capitão será a dita licença do dito capitão por que ele ey por bem que a dê não sendo presente tomé de Souza e não estando hy o dito capitão em tão a dará o provedor.

44. ey por bem que as pessoas que forem a tratar e a neguocoar suas fazendas por mar de huas capitánias pera outras em navios seus ou doutras pessoas ao tempo que começarem carreguar e asy antes de sairem do porto o farão saber ao provedor de minha fazenda que estiver na capitania donde o tal navio houver de partir as quaes pessoas lhe docrerarão por rol as mercadorias que levam e o dito provedor irá em pesoa ver se as ditas mercadorias são as contheudas no dito rol e achando

que são mais ou partindo-se o dito navio sem licença do provedor se perderá o dito navio e asy as mercadorias que nele forem etudo se carreguara em receita sobre o meu allmoxarife e não levando o dito navio mais mercadorias que as contheudas no dito rol o dito provedor lhe dará licença e o deyxará ir E o dito rol se registara em hu livro que se pera iso fará pera se nele escreverem as mercadorias contheudas no dito rol com decaração de como o tal navio partio cõ licença / E o senhorio dele e pessoas que no dito navio forem serão obrigados de tanto que chegarem ao lugar donde ouverem de descarregar as mercadorias que asy levarem o fizerem primeiro saber ao provedor de minha fazenda que no dito lugar estiver e a trazorem quando tornarem certidão do dito provedor de como as la venderão ou escambarão aos ditos capitães e moradores das povoações onde asy forem e do retorno que delas trazem pera que se saiba que as venderão a cristaõ e não aos jentios.

45. tanto que ho dito navio tornar aa capitania donde partio o provedor dela sabera logo se o senhorio e pessoas que no dito navio forão trazem a dita certidão na fôrma acima decarada / e não a / trazendo ou trazendo-a de menos mercadorias da que levou encorrera na pena sobredita e mandos ditos provedores que quando os ditos navios tornarem se n-forme cada hu em sua capitania por testemunhas que perguntarão devasamente com o escrivão de seu cargo se a gente do dito navio resgataou mercadoria alguma com os gentios ou se lhe deu armas ou salteou ou se lhes fez algu dano e os que achar culpados prenderá e procelará contra eles dando apelação e agravo pera o provedor moor de minha fazenda o qual tomará conhecimento do caso e o despacho pela maneira que se contem em seu regimento.

46. ey por bem que daquy em diante pessoa allgua não faça nas ditas terras do brazil navio nem caravelão allgu sem licença a qual se pedirá a tomé de Souza que envio por governador das ditas terras do brazil E estando ele presente na capitania onde se o tal navio ouver de fazer E não estando presente se pedirá ao provedor moor se hy estiver E não estando se pedirá e a poderá dar o provedor da dita capitania / a qual licença se dará ha pessoas abastadas e seguras e que dem fiança abastante pera que se obriguem que quando ouverem de ir tratar com o tal navio o façam saber ao dito provedor e cumprão inteiramente o que se contem no capitulo atraz.

47. e a mesma fiança serão obrigados a dar os que ora tem navios feitos e co eles quizem tratar / e não a dando não poderão tratar co eles nem telos e os senhorios dos engenhos d'acuqueres que ora tem navios ou ao diante os tiverem não darão a dita fiança e porem ficarão obrigados quando quizerem navegar e ir tratar nos ditos navios a fazerem e cumprirem as mais diligencias contheudas no dito capitulo e não as cumprindo encorrerão nas penas nele decaradas.

48. e por que os navios de remo são mais convenientes pera navegarem na dita costa do brazil e servirem na guerra

quando cumprir os ditos provedores cada hu em sua capitania notificarão aas pessoas que quizerem fazer navios / e fazendo-os de remo de quinze bancos ou dahy pera cima e que tenham de banco a banco tres palmos de guoa/ ey por bem que não paguem direitos nas minhas allfandeguas do reino de todas as monições e aparelhos que pera os taes navios forem necessarios e mando aos ofisiaes das ditas allfandeguas que pelo trelado deste capitulo com certidão do provedor de minha fazenda da capitania donde se o tal navio ouver de fazer de como a pessoa que o faz tem dado fiança a o fazer da dita grandura e feição dentro de hu ano e que não o fazendo pague os ditos direitos em dobro lhe e despachem o que asy mandar trazer pera o dito navio sem diso pagar direitos allgús/ e fazendo os ditos navios de dezoito bancos e d'ahy pera cima averão mais alem dos ditos direitos corenta cruzados de mercê aa custa de minha fazenda pera ajuda de os fãzerem os quaes lhe serão paguos das minhas rendas das ditas terras do brazil / e o provedor moor os fará pagar as pessoas que fizerem os ditos navios de remo de dezoito bancos pera cima como dito he mostrando as taes pessoas certidão do provedor da capitania onde se asy fizer em que decrete que as ditas pessoas lhe tem dado fiança por que se obriguem os fazer dentro de hu ano e não os fazendo paguarem os ditos direitos e asy os ditos corenta cruzados em dobro.

49. os ditos provedores terão cuydado cada hu em sua capitania de em cada hu ano saber se as pessoas que se obrigarão a fazer os ditos navios comprirão suas obrigações para que não sendo compridas fazerem arrecadar deles ou de seus fiadores os ditos direitos em dobro e asy a mercê dos ditos corenta cruzados se a tiverem recebida. E os senhorios dos taes navios terão obriguão de quando ouver guera na dita capitania ou nas outras comarquães mandarem servir nela os ditos navios.

50. e porque será meu serviço e proveito de meus reynos pela abastança das madeiras que a nas ditas terras do brazil fazerem-se lá naaos ey por bem que as pessoas que nas ditas terra do brazil fizerem não de cento e trinta toneis ou dahy pera cima ajão a mercê e guozem das liberdades que am e de que gozam por bem do regimento de minha fazenda as que fazem naaos da dita grandura neste reino e as pessoas que quizerem fazer as taes naaos se obrigarão co' o provedor da capitania donde as quizerem fazer e lhe darão fiança de cem cruzados ao menos que dentro de hu ano as comecem de fazer / e tanto que as ditas pessoas derem e dita fiança os ditos provedores lhe pasarão certidão de como a tem dado/ e com ela mando aos ofisiaes de minhas allfandeguas onde vierem ter as couzas que as ditas pessoas mandarem trazer pera as ditas naaos que lhas despachem livremente sem paguarem direitos allgus e nas costas da dita certidão decretearão os ditos ofisiaes que lhas asy despacharem em quanto montou nos direitos diso e lhe tornarão a dita certidão pera sua guarda e vindo as ditas

naos que se asy fizerem ao reyno se arquearão segundo o regimento e se lhe paguarão o que lhes montar aver de suas arqueações nas rendas das ditas terras do brazil/ e os ditos provedores terão cuydado de saberem se as taes pessoas cumprem a dita obriguação e cumprindo-a lhe farão desobriguar suas fianças e não a cumprindo lhe pedirão a dita certidão que lhe passarão e achando nela decaração de como lhe forão despachadas allguas couzas fará arrecadar pelas ditas pessoas ou pela dita fiança que tiverem dado o que achar que montava nos direitos das couzas que lhe forão despachadas/ e não lhe mostrando a dita certidão os executarão pelos direitos de todas las couzas de que lhe derão a dita certidão que ade ficar registada no livro.

51. eu tenho ordenado que os capitães das capitánias da dita terra e senhorio dos engenhos e moradores dela sejam obrigados a ter artilharia e armas seguintes — a saber — cada capitão em sua capitania ao menos dous falcões e seis berços e seis meios berços e vinte arcabuzes ou espinguardas e polvora necessaria e vinte bestas e vinte lanças ou chuças e quarenta espadas e quarenta corpos d'armas dalguodão dos que na dita terra do brazil se costumão/ e os senhorios dos engenhos e fazendas que am de ter torres ou casas fortes tenham ao menos quatro berços dez espinguardas e dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuças e vinte corpos das ditas armas dalguodão/ e todo o morador das ditas terras que nelas tiver cazas terras ou aguoas ou navio tenham ao menos besta ou espingarda espada lança ou chuço/ E que os que não tiverem as ditas armas se provejão delas da notificação a hu ano e pasado o dito tempo achando-se que as não tem paguem em dobro a valia das armas que lhe falecorem das que são obrigadas ter ametade pera quem os acuzar/ e tenho mandado que o provedor moor quando correr as ditas capitánias tenha cuydado de saber se as ditas pessoas tem as ditas armas e de executar as penas sobreditas nos que nelas encorrerem/ E pera que a dita diligencia se faça ey por bem que quando o dito provedor moor não fizer a dita diligencia dentro de tres mezes depois de pasado o dito ano da notificação em que se am de prover das ditas armas cada provedor em sua capitania faça a dita diligencia e autos diso os quaes enviará ao dito provedor moor pera proceder por eles segundo forma deste capitulo e seu regimento e querendo allguas das ditas pessoas prover lá das ditas couzas allguas delas as poderão requerer ao provedor moor pera elle lhas mandar dar pelos preços que me custarão postas lá E esta diligencia de se saber se as ditas pessoas tem a dita artilharia e armas acima decaradas se fará em cada hu ano/ e posto que digua que o fará o dito provedor moor e que não a fazendo elle a faça calla provedor em sua capitania ey por bem que o dito provedor moor e provedores o façam a dita diligencia somente na artilharia e armas que os ditos capitães são obrigados a ter como se contem neste capitulo/ e os táes capitães cada hu em sua capitania farão a dita diligencia com as outras pessoas

que por virtude do dito capitolo am de ter artilharia e armas que nele he deccrardo.

52. eu tenho mandado ao provedor moor em seu regimento que pera que ho açuquar que nas ditas terras do brazil se ouuer de fazer seja da bondade e prefeição que deve de ser ordene que em cada capitania aja alealdador que seja enlegido pelo dito provedor moor e sendo ele auzente pelo provedor da tal capitania com o capitão dela e ofisiães da camara e que a pessoa que asy fôr enlegida sirva o dito cargo emquanto o bem fizer e lhe seja dado juramento e que de todo o asuquer que alealdar e se carregar pera fóra aja de seu premio hu real por arroba á custa das pessoas cujo o dito açuquar fôr e que as ditas pessoas que o dito açuquar tiverem o não tirem da caça do purguar sem primeiro ser visto e alealdado sob pena e o perderem e que o alealdador seja aviza lo que não alealde açuquar allgu senão sendo da bondade e prefeição que deve de ser na sorte de que cada hu fôr/ pelo que mando aos ditos provedores que cada hu em sua provedoria não sendo nela presente o dito provedor moor tenha o cuydado de ordenar que se faça o dito alealdador pela maneira contheuda neste capitulo.

Este regimento mando aos ditos provedores allmoxarifes e escriptaes de seus carguos que inteiramente o cumprão no que a cada hu pertencer como se nele contem domynghos de figueiredo o fez em allmeiry a dezasette de dezembro de mil quinhentos quarenta e oito e eu manuel de moura o fiz escrever.

REGIMENTO QUE LEVOU LOURENÇO DA VEIGUA

Eu elrey faço saber a vos Lourenço da veygua do meu conselho que ora envio por capitão da capitania da baya de todos os santos e governador geral da dita capytania e de todas as mais capitanyas e terras da costa do brazil que por eu ser informado que na capitania da baya avia muytos cargos que se podião escuzar e os ordenados deles e asy se podião escuzar alguas outras despezas que se fazião de minha fazenda mandey ver e praticar neste caso por pessoas que estiverão na dita capitania e o podião bem saber a que pareceo o que se contem nas adiçois abaixo.

2 It Avia na dita cidade do salvador hu escrivão da fazenda cõ oytenta mil reis de ordenado este officio dizem que se partio em dois a saber hu pera escrever nos livros da fazenda e despachos dela e outro dos feytos da fazenda cada hu cõ corenta mil réis de ordenado e ha informação que esta vago o que escrevia nos livros e despachos pareceo que este se devya ajuntar ao outro e aver hu soo escrivão da fazenda como foi provydo o primeiro e este deve daver corenta mil reis de ordenado somente,

3 It avia hu thesoureiro cõ oytenta mil reis de ordenado e hu almoxarife com cyncoenta mil reis de ordenado pareceo que estando vago algu destes officios quer este provydo em vida quer por anos se deve de ajuntar ao outro e servirem-se ambos juntamente com sesenta mil reis de ordenado por ano soamente e se o que ficar servindo fizer mais ordenado que os sesenta mil reis avera com ambos os cargos o ordenado que tiver até vaguar e como for vago o que de novo for provydo avera somente os ditos sesenta mil reis cõ ambos.

4 It. pareceo que estando vago ou vaguando~qualquer dos escriptaes dos ditos cargos de thesoureiro e almoxarife se deve pela dita maneira ajuntar a outro e aver corenta mil reis de ordenado com ambos e escuzarem-se os trinta mil reis que avya o escriptão do almoxarifado.

5 It o escriptão dos contos tem trynta e cynquo mil reis de ordenado estando vago ou vagando pareceo que deve de aver trynta mil reis sómente.

6 It o provedor da capitania da baya tem trynta mil reis de ordenado pareceu que os devia de aver sem aver os dois por cento que diz que requiere.

7 It o escriptão da provedoria tinha trynta mil reis de ordenado estando vago ou como vagar pareceo que o que de novo se prover deve de aver quynze mil reis somente.

8 It avia hu mestre das hobras com vynte mil reis de ordenado, pareceu que se devia escuzar não os tendo em vida por provyzoão minha porque tendo-os os haverá até que vagar.

9 It o patrão da ribeira tinha por ano vinte e quatro mil reis não os tendo em vida pareceu que devia de aver doze mil reis somente e tendoas em vyda ficar o cargo cõ os ditos doze mil reis.

10 It o meyrinho da correção tinha cyncoenta mil reis de ordenado por ano pareceo que estando vago ou como vagar deve de aver vinte e cinco mil reis somente.

11 It tinha o dito meyrinho oyto omes co' oyto centos reis por mez cada hu pareceo que devião ser seis somente com o mesmo ordenado e que estes omes devem de ser brancos.

12 It avya dous carpinteiros da ribeira com dois mil reis por mez cada hu pareceu que o mylhor devia de ficar por mestre com seis mil reis de ordenado por ano em quanto for minha merce e escuzar-se o ordenado do outro.

13 It avya dous calafates pareceo que o melhor deles devia de ficar por mestre com outros seis mil reis por ano em quanto for minha merce escuzar-se o ordenado do outro.

14 It ha hu tanoeyro co' mil e duzentos reis por mez pareceo que os devia de aver mas que se não devia de dar soldo ao criado.

15 It avia hu fisico có sesenta mil reis de ordenado por ano pareceo que se devia escuzar este ordenado não tendo provizão minha pera os aver em vida e tendo-a escuzar-se-ão como vagar.

16 It pareceo tão bem que se devia escuzar a despeza dos bargantins e barca que avia na dita capitania como se contem em um capitulo de voso regimento que diso trata.

17 It E porquanto luis de brito quando deste reino partio levou outra folha conforme a esta minha provisão sobre ho modo em que se avião de servir estes carguos e sobre os ordenados deles sabereis se ao tempo que chegou a dita capitania ou depois de estar nela vaguarão algus e o que nisto fez e tomareis toda a mais enformação necesaria pera saberdes quem serve os ditos carguos e de que tempo e o modo com que se servem e com que ordenado e porque ey por bem que ho que mandei pareceu ás pessoas com que mandey praticar este negocio que he ho que se contem nesta mynha proovyzão se cumpra e guarde como se nella contem, ordenareis que asy se faça e cumpra e posto que alguas pessoas apresentem proviões pera em outra maneira servirem os ditos cargos ou com mais ordenados e sendo pasadas depois da proviãõ que ho dito luis de brito levou que vos ele mostrará se não comprirão porquanto se pasarião por não haver advertencia do que neste negocio tinha mandado salvo se nelas declarar que se cumprão sem embargo da dita provisão porem tendo alguas pessoas proviões minhas dos ditos cargos e ordenados pera os terem e averem em suas vidas sendo pasadas antes do dito tempo se lhes cumprirão e parecendo a vós e assim ao provedor de minha fazenda com quem praticareis os negocios dela que algus dos ditos cargos se devem de servir em outro modo ou com outro ordenado mais ou menos ou deve daver algus dos que por esta proviãõ mando que não aja mo fareis a saber apontando as couzas e rezois em que vos fundardes pera as eu ver e mandar prover niso como for meu serviço e tanto que chegardes me enviareis hua folha de todos os ordenados mantimentos tenças e quaesquer outras despesas ordinarias que se pagarem e fizerem de minha fazenda na dita capitania da baya e outra de todas as rendas que tenho nas capitancias e povoações das ditas partes do brazil tudo muito bem declarado e em boa ordem pera se diso ter informação e esta ey por bem que valha tenha força e vigor como se fosse carta feyta em meu nome aselada de meu selo pendente pasada per minha chancelaria sem embargo das ordenações em contrario ayres da mendonça o fez em lixboa a seis de Maio de Lxxbij e comprir-se ha posto que não pase pela chancelaria e eu berto-lameu frois ho fiz escrever.

REGIMENTO PERA QUE NO BRAZIL SE NÃO PAGUE DIZIMA DOS FRUITOS DA TERRA

Eu elrey faço saber aos que este regimento virem que por ser enformado que nas partes do brazil se não paga dizima dos asuqueres algodois mantimentos criações e mais frutos á ordem que convem pera os dizimos delles que se recebem pera minha

fazenda poderem ser bem arrecadados e se saber sempre como se arrecadão e o que rende e assy principalmente pera se poder saber ao certo nas alfandegas das ditas partes quando os ditos asuqueres se nelas despacharem per saída quais são os asuqueres dos senhorios dos engenhos que ainda tiverem liberdade dos dez annos em que não pagão nelas couza alguma por virem para o reyno ou dos engenhos que já tiverem gosado dela os ditos dez annos ou dos moradores das ditas partes que paguão hu direito sómente dos ditos asuqueres algodois vindo por seus às alfandegas destes reinos e assy se vem os ditos asuqueres e algodois por seus / ou de mercadores que os tenham vendidos os quaes au de pagar deles dous direitos nas dittas alfandegas pera que não possa aver engano nem enlejo nas sertidois que se dos dittos despachos passarem nem se possão eseuizar de pagar nestes reinos os direitos que deverem os asuqueres e algodois e quaes quer outras cousas das pessoas que não tiverem as dittas libardades e querendo prover a estes e outros inconvenientes que pode aver de muyto prejuizo de minha fazenda ey por bem que daquy em diante no dizimar e escrever dos dittos asuqueres e dizimos e passar das dittas sertidois se guarde e tenha a maneyra ao diante decrarada.

1 os provedores de minha fazenda de todas as capitánias das dittas partes que tambem são juizes das alfandegas delas e assy os eseryvaes das dittas alfandegas terão cuydado de em cada hu anno fazer dous livros em cada hua delas do tamanho que lhe parecer necessario asynados e numerados pelos dittos provedores.

2 em hu deles se asentarão em titolos apartados todos os engenhos de fazer asuqueres de qualquer sorte que sejão que ouver em cada hua das dittas provedorias e cõ tanto papel em branco em cada titolo de cada hu engenho em que se posão asentar todas as partilhas dos asuqueres que se neles fizerem e as partes que delles couberem às pessoas cujas forem e ao dizimo que se arrecadar pera minha fazenda como se ora faz conforme ao rendimento de cada enjenho e pera se escreverem e asentarem neles em outros dois titolos os dizimos que cada morador pagar dos algodois e dos gados cada titolo per sy e em outro titolo que farão de todos os moradores de cada provedoria se asentarão os mantimentos e meunças e quoaesquer outras couzas que ouver de que se pagarem e arrecadarem dizimos e o dito livro se entetulará do rendimento dos dizimos do anno e safra de que for.

3 e outro livro será do tamanho que parecer necessario pera se passar do ditto livro dos dizimos e asentar nele em outros titolos que se farão de cada pessoa que fizer asuquere todo o que lhe couber nas dittas partilhas que se fizerem e ao diante maes poder fazer em toda a safra do ditto anno e o dito livro se entitulará dos asuqueres que ouverão os moradores e senhorios o anno de que o dito livro for de que amde dar conta e razão pelas saidas e despacho deles nas alfandegas das dittas partes.

4 os senhorios dos engenhos ou seus feytores que neles rejidirem e os prugadores dos dittos engenhos serão obrygados a fazer em cada hu anno em cada engenho cada hu seu livro como ora fazem e os livros dos prugadores que os dittos senhorios ou seus feytores lhe darão serão anumerados e assinados por cada hu dos dittos provedores ou escryvais dallandegua pera neles os dittos senhorios ou seus feytores no seu livro e os ditos purgadores no seu asentarem todas as canas que nos dittos engenhos entrarem e se moêrem em os nomes das pessoas de que forem e as tarefas que se delas fizerem e os pais e formas de todas as sortes dasuqueres que fundirão e se metterão nas cazas de purgar e das pilheiras e a conta e repartição do ditto asuquere per pais e per pezo e sortes pela saída da dita caza das pilheiras e o que veio a cada pessoa em cada partilha e asy ao dizimo pera que se possam concertar os dittos livros dos senhorios e purgadores e se saber se sairão tantos pais pela caza das pilheiras quantos se fizerão e levarão ás cazas do purgar e como se tudo fez co a certeza e a ordem que deve ser e não fazendo os dittos livros na ditta maneira encorrerão cada hu em pena de vinte cruzados ametade pera os cativos e a outra metade pera quem os acuzar.

5 e os purgadores e mestres dos dittos engenhos serão obrygados em cada hu anno antes de começar a moer e fazer os dittos asuqueres a tomarem juramento nas camaras das capitancias onde estiverem os taes engenhos que bem e verdadeiramente syrvão e fação os dittos livros e a tirarem certidois das dittas camaras de como tomarão os dittos juramentos pera as mostrarem aos officiaes das alfandegas que lhas am de pedir ququando forem ao dizimar dos asuqueres e não o cumprindo asy encorrerão cada hu deles em pena de dez cruzados ametade pera os cativos e a outra pera quem os acuzar.

6 os senhorios dos dittos engenhos ou seus feytores que neles estiverem nem os dittos purgadores não partirão nem consentirão partir asuquer algum nem os moles e remejes que deles sairem nem o deixarão tirar das casas dos dittos engenhos nem das dittas cazas das pilheiras nem fa-ão partilha alguma dele se não ao tempo que vierem ao tal engenho os escryvais das alfandegas ao partir dele / e sendo eles presentes a iso pera asentarem no ditto livro que amde fazer todo o asuquere que estiver na ditta casa das pilheiras e a partilha dele como ao diante será declarado e como atraz he ditto que o am de fazer os dittos purgadores e senhorios sob pena que tirando-se algu asuquere das dittas cazas perqua o senhorio do engenho o asuquere que se asy tirar anoveado e fazendo-se algra partilha delle antes de virem os escryvais das alfandegas perderá pera minha fazenda toda a parte que lhe da ditta partilha avia de caber e o purgador pagará cinquenta cruzados pera a dita minha fazenda em ququalquer dos dittos cazos e será degradado por dois annos pera o rio de ja-

neiro, encorrendo algumas pessoas na ditta pena na capitania da sydade de sam sebastião do ditto rio de janeiro será o dito degredo pera outro lugar que esteja cyncoenta legoas do ditto lugar da ditta capitania e mando aos escryvaes das dittas alfandegas que quoando forem aos dittos engenhos ao partir deles se enformem se os dittos senhorios ou feyttores ou purgadores fizeram os dittos livros e os dittos purgadores ouveram o ditto juramento e achando que não farão disto autos os quoaes entregarão aos provedores da fazenda pera fazerem dar a execução ás penas asynda deccaradas nas pessoas que nelas incorrerem.

7 como entrar o mez dagosto de cada hu anno em que os engenhos começam a fazer os asuqueres que estarão sempre prestes em pernãobuquo o escryvão da provedorya e na baya o escryvão dos livros da fazenda, pera irem aos dittos engenhos cada hu em sua capitania nos tempos em que em cada hu deles estiverem feytos asuqueres e as casas das pilheiras deles em termos de se poderem partir e dizimar ou sendo pera iso chamados em tanto que o forem irão logo sem dilação algua e com muyta deligencia sob pena de vinte cruzados para o senhorio do engenho a que asy não forem em que encorrerão pela primeira vez e pela segunda serão sospensos de seus officios por seis mezes e quoando asy forem ao partir dos dittos asuqueres levarão os livros atraz deccarados que amde ter feytos pera arrecadação dos dizimos daquele anno e safra dele e sendo presentes os senhorios dos engenhos ou seus feyttores e os purgadores e mestres deles e o feytor dos contractadores que tiverem contratados os ditos dizimos nas capitancias em que os ouver se enformarão pelas dittas pessoas e pelas maes que lhes parecer per juramento dos santos evangelhos se dos tendaes dos dittos engenhos ou das cazas do purgar e das pilheiras dele que se ouverem de partir se partio ou deo outro algu asuquere e achando que sy farão diso autos e os levarão e entregarão aos provedores da fazenda pera pronunciarem neles contra os culpados e dar a execução ás penas atraz deccaradas em que por iso encorrem e feytas as ditas deligencias partirão todos asuqueres que estiverem nas dittas cazas das pilheiras como se costuma fazer asy das partes que os neles fizeram como dos senhorios dos engenhos que nem hus nem outros poderão ter asuquere algu fora das cazas das pilheiras sob em as ditas penas e farão em seu livro nos titolos dos engenhos em que fizeram as dittas partilhas hu asiento em que se deccare o dia mez e anno em que as fizerão e a soma dos pais dasuquere que se nas dittas cazas acharem e as sortes deles e quantas arrobas pezarão e os nomes das pessoas de que forem e quanto de cada hua delas e o que pagar cada hua do dizimo á minha fazenda e co' hoque no dito dizimo montar sairão fóra na margem dos dittos asentos deccarando sempre as sortes dos asuqueres os quaes asentos serão asynados per os dittos escrivães e senhorios ou seus feyttores e purgadores mestres e feyttores dos contratadores sendo presentes e outros taes asentos se farão nos dittos

livros dos senhorios e purgadores pera se poderem concertar hus com outros e no fim do anno se fazer conta das formas e pais dasuquere que entrarão na caza de purgar e se sairão e se entregarão outras tantas nas cazas das pilheiras que he hu dos pryncipaes efeytos dos dittos livros.

8 e comprando algumas pessoas meles crus aos senhorios dos engenhos pera os cozerem e fazerem asuqueres em outras cazas antes de os tirarem das cazas do purgar dos engenhos em que estiverem o farão saber ao provedor e officiaes da alfandega donde estiver o tal engenho aos quaes declararão o vendedor e o comprador per juramento dos santos evangelhos quantas pipas dos dittos meles vendem e comprão e o que asy ambos declararem se acrescentara no titulo do vendedor e se carregará no titulo do comprador no livro atraz declarado e não tendo titulo ditto livro se lhe fará pera assentar nele quantos meles asy comprou e ficará obrygado aos dizimar depois de feitos em asuquere e a darem conta dos taes asuqueres per saída dele asy como por este regimento os senhorios dos engenhos mestres e purgadores deles tem obriguação de o fazer e sôb as mesmas penas nas quaes outro sy encorrerão as pessoas que tirarem os dittos meles crus dos engenhos em que estiverem sem preceder a dita diligencia e lhe ficarem carregados em seu titulo.

9 tanto que os dittos escriptaes dezimarem alguns dos dittos asuqueres se virão logo cõ o livro dos dizimos ás cazas das alfandegas onde ande estar os outros livros em que se am de assentar todos os asuqueres que nas dittas partilhas couberão e ficarão as pessoas cujos forem no qual livro logo hu dia depois que chegarem farão titulo de cada hua das dittas pessoas e passarão a cada hu deles do dito livro dos dizimos todo o asuquere que pelas dittas partilhas ouverão com muyta certeza porque pelos dittos assentos lhe am de ser dados os despachos dos dittos asuqueres quando os venderem ou carregarem pera fora e se ade ter conta do que ouveram e tirarão em cada hu dos dittos titulos deixarão as folhas em branco que lhe parecerem necessaryas para se asentarem todos os meles asuqueres que as dittas pessoas poderem ter naquelle anno e safra e os despachos deles o qual livro terá seu alfaveto pera mais facilmente se acharem os nomes das dittas pessoas e estará na ditto alfandega fexado em hua arca.

10 e quando algumas pessoas vierem a despachar seus asuqueres pera estes reynos ou pera fora deles os provedores e officiaes das dittas alfandegas verão nos dittos livros os titulos das dittas pessoas e tendo neles tanto asuquere como o que quizerem despachar sendo pera fora do reyno lho despacharão pagando o direito que devem fazendo-se declaração nos assentos das dittas pessoas da soma do asuquere que lhe foy despachado e como foy pera fora do reyno e guardando-se a ordem ao diante declarada que se niso a de ter.

11 e dizendo as dittas pessoas e senhorios dos engenhos ou seus feytores ou os dittos moradores que trazem os dittos asu-

queres a estes reynos as alfandegas deles ou os mandão per pessoas seus familiares que vem co' eles ou declarando os dittos feitores que mandão os dittos asuqueres aos senhorios dos dittos engenhos a estes reynos onde estão e constando que são os dittos asuqueros dos taes engenhos por assentos dos dittos livros e jurando as dittas pessoas e feytores que vem os dittos asuqueres por seus e dos dittos senhorios propriamente em seu risco e que não vem vendidos nem dados nem mandados nem a niso engano nem conluio algu os despacharão e passarão deles certidois co' declaração do tempo em que os despacharão e se são dos senhorios cujos engenhos ainda gozão dos ditos dez annos em que não amde pagar direito algu nestes reynos ou se não dos que já tem gozado da liberdade dos dittos dez annos, ou dos moradores de que devem hu direito somente pera por elas se lhes posa dar despacho nas alfandegas destes reynos onde ouverem de descarregar, nas quaes certidois declararão o asuquere que as dittas pessoas ouverão aquelle anno e o que á conta dele he despachado e o que lhe pela ditta certidão despacharem e nos dittos assentos das pessoas a que forem despachados os dittos asuqueres se fará declaração e porá verba da soma das arrobas que a cada hu deles for despachada se foy por sua conta ou por conta de quem foy e o dia mez e anno em que lhe foi dado o ta despacho pera que se posa sempre ver pelos dittos livros e declarações que se neles amde fazer se as taes pessoas carregarão todo o asuquere que ouverão e estiver nele asentado e se lhe pedir dele conta e razão e não se poderem sonegar os direitos que se deles deverem nem gozar da liberdade quem a não tiver.

12 e não vindo as dittas pessoas co' os asuqueres que asy despacharem ou não mandando algu seu familiar na maneira asy ma dita e dizendo que lho trazem outras algumas pessoas pera lho venderem nestes reynos farão os dittos provedores e officiaes vir perante sy a pessoa que declarar que lhos traz e asy o mestre do navio em que se ouver de carregar e algumas pessoas outras que lhe parecerem que diso podem saber e dar-lhe são juramento dos santos evangelhos que bem e verdadeiramente declararem se sabem se os taes asuqueres são das pessoas declaradas nos assentos dos dittos livros e se vão por seus e por sua conta e a seu risco sem aver niso conluio nem engano de irem com preço feyto pera se entregarem nestes reynos as pessoas com que os donos deles estão consertados e achando pela ditta deligencia que vão vendidos co'a ditta venda puleada pera defraudar os direitos que avião de pagar se perderão os dittos asuqueres pera minha fazenda e se carregarão logo em receita sobre o alinoxarife dela e das dittas deligencias farão os dittos provedores autos em que pernunsyarão os taes asuqueres per perdidos avendo as dittas cauzas por provadas pera se prenderem por elas.

13 e se acharem que verdadeiramente os dittos asuqueres vão por ordem de seus donos e odestambem jurarem a sy lhe mandarão declarar o nome da pessoa a que vão endereçados o

que os amde despachar e beneficiar nestes reynos pera os provedores e officiaes das alfandegas deles em que os despacharem poderem verificar co'as dittas pesoase mais diligencias que lhe parecerem, se os taes asuqueres são verdadeiramente dos proprios donos que os tiverão de suas lavranças ou vem por seus ou se são vendidos a outras pessoas como sou enformado que alguns fazem pera não pagarem o que devem a minha fazenda nas dittas alfandegas e aos provedores juizes e officiaes delas encomendo e mando que tenham muyto cuydado de ver e engeminar as dittas certidoens e fazer as diligencia que lhe parecerem necessaryas pera não poder aver conluyo ou fraude de meus direitos e ao provedor e officiaes das alfandegas das dittas partes do Brazil encomendo e mando que tenham muyto cuydado e advertencia no pasar das dittas certidois pera que se posa saber e ver por elas os asuqueres que vem vendidos ou em liberdade e quaes são os que a tem e gosão ainda dos dittos dez annos ou a quem são acabados e asy pera que se não tirem nem despachem a cada hua pessoa que tiver liberdade mais asuqueres que os que ouve de suas lavranças ou engenho em que tiver asentado no ditto livro porque se não posão ajudar pela ditto maneira os que não tem liberdade, dos que a tiverem despachando mais asuqueres em nome dos privilegiados do que ouverão e tem pelos dittos assentos fazendo-se da maneira que por conta da receita e despeza não se despache a pessoa alguma maes assuquer que ho que pelas dittos assentos lhe couber nas dittas partilhas.

14 e sendo cazo que alguns dos senhorios dos dittos engenhos ou seus feytos ou os moradores das dittas partes vendão alguns dos dittos asuqueres ou por qualquer outra via os trespasse de hus senhorios ou moradores a outros senhorios e moradores quando ouverem de fazer de tal venda ou trespasso se irão o vendedor e comprador a caza da alfandega da capitania em que se fizer e nela declararão ao provedor e officiaes da ditto alfandega o asuquere que asy vender ou trespasar e a que pessoa o pesoas os quaes officiaes descarregarão do titulo da tal pessoa o asuquere que trespasar de declarando nele per hu assento que o vendedor asynará o nome da pessoa em que trespasou e tendo a tal pessoa titulo no ditto livro lho carregará logo em seu titulo, e não o tendo se lhe fará titulo e carregará logo nele em tal maneira que juntamente se descarregue ao vendedor de seu titulo e se carregue ao comprador no seu e porem sendo os dittos asuqueres trespasados ou vendidos por pessoas que não tenham liberdade a outras pessoas que a tenham se declarará em seus titulos como os taes asuqueres não tem liberdade da tal pessoa nem amde gozar delas para que ao tempo da saida dos dittos asuqueres não aja enleio no pasar das certidois dele para as alfandegas destes reynos e se poder declarar nelas os asuqueres que vem com liberdade e os que a não tem.

15 e fazendo-se as dittas trespasções ou vendas de asuqueres em algumas das capitancias das dittas partes e senhorios de engenhos ou moradores de outras capitancias que os ajão de

levar para elas se deccrarará nos titulos dos vendedores quando se carregarem as contias dasuqueres que trespasão e em que pessoas e se fara neles asento per que se obryguem os vendedores que dentro de tres mezes trarão certidão do provedor da alfandega a que se levaram como ficão carregados no livro dela no titulo da pessoa a que forão vendidos ou trespasados e c'oa ditta certidão serão descarregados do titulo da pessoa que os vendeo ou trespasou e em outra maneira não, e não trazendo as dittas certidois no dito tempo ficarão os vendedores obrigados a dar conta e rezão dos taes asuqueres por seu titulo pela ordem neste regimento deccrarada.

16 e sendo algus dos dittos asuqueres de engenhos que ainda gozem da liberdade dos dez annos, as pessoas que os comprarem trarão disso certidão dos provedores e officiaes das alfandegas onde os taes engenhos estiverem pera se asentarem cõsua deccraração no titulo da pessoa que os comprou na alfandega onde os levar, poque não as trazendo se assentarão neles sem liberdade alguma posto que alguem que a tem, e fazendo-se as taes trespasções ou vendas em mercadores ou pessoas que ajão de trazer para estes reynos ou levar para fóra deles os asuqueres que asy comprarem posto que os tragão de hua capitania para outra não se lhes fará titulo deles e ficarão obrygados nas alfandegas onde o despacharem a levarem certidão de como os despacharão nas alfandegas destes reynos e levando-os para fora deles pagarão o que deverem por saída na alfandega donde os tirarem.

17 quando se ouver de dar despacho aos navios que ouverem de vir para estes reynos depois de estarem carregados e os provedores e officiaes das alfandegas donde partirem sendo juntos nelas verão os roes que os mestres dos dittos navios sempre fazem e amde fazer das quargas que tem tomadas para trazerem nos taes navios aos quaes mestres darão juramento dos santos evangelhos que deccrarem quantas caixas de asuqueres carregarão e levão nos dittos navios e os que deccrararem que tem carregados se deccrarará sempre nas certidois que lhe pasarem de seu despacho para as alfandegas destes reynos tendo muyta avertencia que não pasem certidão alguma sem deccrararem nela como se fez a tal deligencia e quantas caixas traz o navio a que se pasou e asy darão juramento aos dittos mestres que não carreguem asuquere mais algu depois de terem feita a tal deccraração do que tiverem carregado sem o virem fazer a saber aos dittos officiaes para se deccclarar nas taes certidois o que mais depois dyso carregarão e fazendo cada hu dos dittos mestres ou senhorios dos dittos navios o contrario pagarão em dobro a valia do asuquere que se achar que asy mais carregarão alem das mais penas que pelo cazo merecerem e os dittos mestres darão fianças nas dittas alfandegas onde forem despachados a virem e trazerem seus navios c'a carga que trouxeram a estes reynos e os descarregarem nas alfandegas pera onde vierem fretadas e as partes cuja for a fazenda que trouxeram darão

o asuquere que coube e ficou nas dittas partilhas ás dittas pessoas e se estão cácertados cá' os dittos livros na soma dos dittos asuqueres e feyta a ditto diligencia farão no cabo de cada hu deles asento de como forão concertados co' os dittos livros dos senhories e dos purgadores e achando que pela ditto conta falta algu asuquere que não viesse ás dittas partilhas farão diso autos e procederão contra os senhories e purgadores dos taes engenhos pelas penas atraz deccaradas em que encorrem tirando ou partindo algu asuquere das dittas cazas do purgar e das pilheiras e darão as dittas penas a enxecução pois fica provado pelas dittas contas que se tirou delas e sonegou o ditto asuquere que falta e alem diso se arecadará a valia do ditto dizimo do tal asuquere em tresdobro pera minha fazenda alem do que no ditto dizimo sonegado montar e isto de quem se achar que ho sonegou e o caregarão logo em receita ás contias que nisso montar sobre os almoxarifes das alfandegas pera terem cuydado de as arecadarem de quem os sonegou sendo julgadas por sentenças, e sendo presente o provedor mor fará as dittas contas e enxecução.

23 e os dittos escryvães das alfandegas cada hu na capitania de que for oficial no tempo em que se costuma dezimar os algodoids e gados irão aos curaes dos dittos gados e cazas honde estiverem recolhidos os dittos algodoids e os dizimarão e farão asentos nos dittos livros do que cada pessoa pagar deccarando nele o que tal pessoa ouver de cada hua das dittas cousas e o que veyo ao dizimo co' o que sairá fora na margem do ditto asento o qual sera asynado pela pessoa que pagar o tal dizimo e pelos dittos escryvais e feytores dos contratadores onde os ouver estando ao dizimar e por duas pessoas outras que se a iso acharem presentes e cõ deccaração do dia mez e ano em que se fizer e no despacho dos dittos algodoids se tera a orde e maneyra que por este regimento lhe mando que se tenha no asentar dos asuqueres nos dittos livros e asy no despacho e saida deles pelas alfandegas pera estes reynos ou pera fora deles.

24 e dos outros ramos de mantimentos peyxe e outras miusas farão no ditto livro cada hu em seu titolo de todos os moradores de cada hua das dittas capitancias os quacs serão obrygados vir em cada hu anno dentro no mez de janeiro as alfandegas das dittas capitancias a deccrarar perante os escryvais e provedores delas ho que pagarão de dizimo aos rendeiros ou contratadores ou outros officaes que as arendarem a qual deccaração farão per juramento dos santos evangelhos que lhos os dittos officaes darão e se escrevera nos dittos livros no titolo de cada huadas dittas pessoas o que asy deccrarar que pagou e pera que a todos seja notorio que am de vir no ditto tempo a deccrarar o que asy pagarão dos dittos dizimos o farão os dittos provedores e officaes apregoar cõ pena de mil reis em que encorerão os que asy não vierem ametade pera os cativos e a outra metade pera quem os acuzar.

25/ e posto que em hua minha provizão que se pasou em onze dagosto do anno de lxxiij se trate do modo em que se

amde pasar as dittas certidois ey por bem que no que toca ao pasar delas se uze do que se neste regimento contem por se prover por ele mais largamente como se amde pasar pela ordem que se niso deu.

26 e mando aos dittos provedores e officiaes das dittas alfandegas que leião este regimento cada mez nelas e o cumprão e guardem inteiramente como se nele contem co' muyto cuidado e ha os dittos provedores das dittas partes mando que quando vierem pelas dittas capitánias o vejão e tirem devasa se os dittos provedores e mais officiaes compyrrão o que nele he deccrarado e verão os livros dos despachos e as contas que neles forem (feitas) e proverão em todo como for meu serviço, cachando que o não guardarão e forão niso negrygenttes os condenareis nas penas em que por ele encorem e registarseha em minha fazenda no livro em que se regystão o regimento e provizois das dittas partes e nalfandega desta cidade de lixboa o o provedor dela o fara enviar as outras alfandegas dos portos do mar destes reynos o trelado dele só seu sinal e selo da ditto alfandega para se nela registrar e guardar e o governador das dittas partes do brazil o fara registrar nas alfandegas delas / e quero que este regimento se guarde no que toqua ao que se nele contem sem embargo de quaesquer outros que sejão pasados / o qual tera força e vigor de ley e valera como se fose carta feyta em meu nome e pasada per minha chancelaria posto que por ela não pase e sem embargo de não pasar por ela e das ordenaçois do segundo livro em contrario jeronimo de sequeira a fez em lixboa a xbij de selembro do D. lxxbij gaspar rebelo o fez escrever.»

Reg. antig. 137—v—

REGIMENTO QUE SE DEU A BALTHEZAR ROIZ SOZA PROVEDOR
MOR DA FAZENDA DO BRAZIL

Eu el Rey faço saber a vos Baltezar Roiz Soza cava-leiro fidalguo de minha caza que vendo eu quanto convem mandar dar ordem como as rondas e direitos que se recolhem pera minha fazenda em todas as terras do estado do brasil se ponhão em tão boa arrecadação como cumpre a meu serviço e por confiar de voz que niso me sabereis bem servir ouve por bem de vos encarregar do cargo de provedor mor de minha fazenda nas ditas partes, no qual me servireis na maneira seguinte.

2. Tanto que chegardes a ellas visitareis a casa da alfandega da cidade do salvador e bahia de todos os santos e sabereis se se põe em arrecadação os direitos das fazendas que vem a ella, e se se carreguão em receita nos livros que pera isso

são ordenados, os quaes tambem provereis vendo se são numerados e assinados conforme a meus regimentos, e se lhe faltão algumas folhas, fazendo nelles todas as mais diligencias que vos parecerem necessarias pera a boa arrecadação de minha fazenda e não avendo os ditos livros os ordenareis, e serão numerados e assinados por vós em todas as folhas delles nos quaes se escreverão os taes direitos, e se carreguarão em receita ao recebedor delles, e a mesma diligencia fareis em todas as mais alfandeguas das capitancias dessas partes, as quaes visitareis todos os annos para melhor se poder acudir as desordens que até aqui correrão nellas. E mando que daqui em diante se não possa escrever os ditos direitos, nem carregar em receita cousa alguma que pertença á minha fazenda se não nos livros que forem numerados e assinados por vós ou pela pessoa ao que diante vosso cargo servir, e nas capitancias em que não estiverdes presente assinarão os provedores de minhas fazendas nellas os ditos livros.

3. E assy sabereis se ha na dita cidade do salvador casa de contos e os officiaes e livros ordenados a ella conforme ao regimento que mandei dar a antonio cardoso de bairros que envieis as ditas partes pera me servir no dito cargo de provedor mor, e achando que os não ha os ordenareis conforme aos que tenho mandado no dito Regimento e ireis a dita casa dos contos com o ho escrivão de vosso cargo todos os dias que não forem feriados, e isto assi na dita capitania como nas maes onde vos achardes e em que ouver casa ordenada para os despachos e negocios em que aveis de prover, e em todas as capitancias em que não ouver casas pera os ditos despachos sendo necessarias as ordenareis por que por falta dellas se não deixe de pôr em boa arrecadação tudo o que pertencer á minha fazenda.

4. E ey por bem que conheçais por aução nova em qualquer capitania onde estiverdes de todos os casos que tocarem á minha fazenda entre quaes quer partes posto que o meo procurador nisso não seja presente, e nas ditas causas de que conhecereis por aução nova procedereis ateo final sentença, sendo da contia deccarada no Regimento que mandei faser pera a Relação que ora envio as ditas partes e nas appellações das ditas causas seguireis a ordem que mandei declarar no dito Regimento, e as que não poderdes despachar por respeito da obriguação que tendes de irdes provendo todas as capitancias as remetereis aos provedores pequenos dellas pera as despacharem, dando appellação e agravo nos casos em que couber.

5. E outrosi ey por bem que conheçais por aução nova assi na capitania da bahia como em quaes quer outras onde fordes e estiverdes de todas as duvidas e feitos que se moverem sobre sesmarias e dadas de terras e agoas antre o capitão em cuja capitania estiverem e outras pessoas ou antre quaes quer outras partes.

6. E porque pelo Regimento que mandei dar a francisco giraldes do meo conselho que ora envio por governador das

ditas partes do brazil lhe mando que o depois que chegar a bahia, tanto que o tempo lhe der lugar va visitar as outras capitánias, quando assi for ey por bem e vos mando que vades com elle pera ajudardes nas cousas de meo serviço que nas ditas capitánias ouver de faser, e pera tambem vos proverdes em cada hua dellas das cousas que tocarem a vosso carrego, e que por este Regimento mando que façaes, e tanto que cheguardes as ditas partes do brazil na primeira monção ireis visitar e prover as capitánias das ilhas, porto seguros, espirito santo, rio de janeiro e são vicente, por ser informado que a mutos annos que ás ditas capitánias não foi nem hum provedor mór de minha fazenda.

7. E em cada huã das ditas capitánias que fordes fareis vir perante vos o provedor, almoxarife e mais officiaes de minha fasenda que nella ouver, e sendo presente o escrivão de de vosso cargo vos informareis dos ditos officiaes que rendas e direitos tenho e me pertence na tal capitania e como se arrecadarão até então, e se estão arrendadas ou se arrecadadas per conta de minha fasenda, é se foi tudo carreguado em receita, e per que pessoas e sobre que officiaes, e em que se despendeo e despende o dito rendimento pera o que tomareis conta as ditas pessoas, e o que achardes que despenderão conforme a meus regimentos lhes levareis em conta e o que ficarem devendo fareis arrecadar delles aos tempos e pella maneira que se contem nos ditos Regimentos e os treslado das arrecadações das contas que se tomarem e vos tomardes inviareis todos os annos aos meus contos deste reino. E por que sou informado que em todas as ditas capitánias ha mutas contas por tomar a pessoas que servirão de almoxarife, em que se deve muta contia de dinheiro a minha fasenda as fareis vir perante vos e como ho escrivão de vosso carrego e hum contador daquellas partes, tomareis todas as ditas contas e fareis por em arrecadação todo o que por ellas achardes que he devido á minha fasenda, que se entreguarã a pessoa que servir de thesoureiro mór do brazil na bahia de tolos os santos.

8. E não avendo nas taes capitánias officiaes de minha fasenda providos por mim ou faltarem alguns dos que forem necessarios, dareis disso conta ao governador pera elle com vosso parecer prover nos officios que forem necessareos pessoas que forem aestas pera isso, provendo sempre nos taes officios creados meus que se acharem nas ditas capitánias e me escrevereis os officios que se assi proverem, e em que pessoas, nos primeiros navios que pera este reino vierem pera eu mandar nisso o que ouver por meu serviço e nas execuções que se fiserem das dividas que se devem a minha fazenda, dareis ordem como os meirinhos e alcaides do mar das capitánias daquellas partes a que pertencem as fação com toda a deligencia necesarea e como convem a boa arrecadação dellas.

9. E tereis cuidado de em cada huã anno saberdes de cada hum dos provedores pequenos de minha fazenda o que randerão minhas rendas e direitos das suas proveitorias, e o que dellas se despen-

deo e em que cousas, e se mandarão entregar o remanescente ao thesoureiro de minhas rendas que reside na bahia, como lhes mando em seus regimentos, e lhe escrevereis que do conteudo neste capitulo vos mandem certidões autenticas pera por ellas saberdes o que deveis de prover nas taes capitánias.

10. E tanto que cada hum dos almoxarifes dessas partes tiver recebido tres annos lhes mandareis notificar que vão dar sua conta na bahia na casa dos contos della, e levem pera isso todos os seus livros e papeis necessarios e ao provedor da tal capitania escrevereis que lhe recencêem sua conta primeiro que ha vaa dar, e arrecado delle o que achar que fica devendo que enviará ao dito meu thesoureiro da bahia e vos escreva que pessoas ha na dita capitania que sejam autas para receber as rendas della em quanto o almoxarife der sua conta pera disso dar-des enformação ao governador que com vosso parecer encarreguará o dito recebimento a pessoa que lhe parecer meu serviço. E porem quando visitardes as ditas capitánias em ququal quer dellas a que chegardes fareis vir perante vós os livros dos almoxarifes que tiverem suas contas por dar, posto que inda estejam servindo, e lhe vereis os livros de sua receita e os das entradas e sahidas das alfandeguas pera saberdes o que renderão no tempo de recebimento do tal almoxarife cotejando o livro das ditas entradas e saidas com ho da dita receita, e achando que lhe está algum dinheiro por carregar em seo livro o farei loguo carregar em receita, e pelos livros das ditas alfandeguas vereis em que forma se arrecadão os direitos e se se goarda ordem e verdade nas avalliações das mercadorias que vão de fora do reino, que por obrigução hão de pagar dizima por entrada e a forma e vigia que se tem nos navios que carreguão naquellas partes açuquies pera fora do reino, e como se faz avalliação delles pera a dizima que hão de pagar por saída a minha fazenda.

11. E tanto que o dito almoxarife se apresentar nos contos da cidade do salvador pera dar sua conta lha mandareis tomar com toda a brevidade posivel, que será vista por vós, e ficando nella devendo alguma cousa lhe fareis pagar, e depois de ter dado conta com entrega lha dareis quitação pera com ella poder tornar a servir seu carguo, e o recebedor que estiver servindo em seu luguar, acabará de servir o anno que tiver começado posto que o dito almoxarife leve a dita quitação antes de ser acabado o dito anno, e a mesma ordem seguireis nas contas que se tomarem as pessoas que servirem de recebedores dos taes carguos acabado a tempo de seus recebimentos.

12. E outro si ey por bem quando fordes visitar cada hua das ditas capitánias vos informeis como os provedores, almoxarifes e outros officiaes de minha fazenda dellas servem seus carguos e achando pela enformação que tomardes que não procedem bem nelles e como convem a meu serviço e sua obrigução devassareis delles e procedereis contra os culpados como for justiça, levando seus livros a cidade do salvador como aveis de faser aos maes e tendo taes culpas que mereção ser soppensos

de seus carreguos, sendo presente na dita capitania o dito governador lho fareis saber pera elle prover pessoas que o sirvão e não sendo presente nos que assi suspenderdes provereis pessoas que sirvão seus carregos atee dardes conta ao governador pera os aprovar ou prover outras pessoas que ouver por meu serviço enquanto durar o impedimento dos proprietarios, e as pessoas que assi proverdes lhe dareis juramento pera que bem e verdadeiramente sirvão os taes carregos, guardando em tudo meu serviço e o direito as partes.

13 Tambem vos informareis em todas as capitancias que visitardes da artellaria armas e mais munições que nellas haa que pertença a minha fazenda e sabereis se estão em receita sobre os almoxarifas das ditas capitancias provendo as ditas receitas pera verdes por ellas se estão em arrecadação, e faltando algumas ditas vos informareis do official a que faltarão e fareis cobrar tudo, e fareis receita sobre o official que ao tal tempo servir das cousas que não estiverem carreguadas sobre elle, e por que sou informado que é vendida e espalhada muita artilharia da que estava na capitania de Pernãobuquo como da que deste reyno levou frutuoso barbosa pera a prayba vos informeis muito particularmente della e das pessoas que as venderão ou emprestarão e a fareis por toda em boa arrecadação.

14 E provereis em cada hua das capitancias a que fordes ter os livros das sabidas dos navios que despachão pera este reyno, e vereis as fianças que são dadas nos mesmos livros, e das que achardes desobriguadas pedireis certidões aos escrivães a que pertence pera as cotejardes com os assentos das taes fianças, e não as apresentando não avereis as ditas fianças por desobriguadas e procedereis contra os taes escrivães pela maneira atraz declarada e fareis por em arrecadação toda a fazenda que deste reyno levou frutuoso barbosa pera a conquista da prayba.

15. Em um cofre que tem o bispo sou informado que está hu caderno de fianças perque pessoas tem obriguação de pagar a minha fazenda o conteudo nelas que importa muta contia de dinheiro a minha fazenda, e que outro está em mão do escrivão della per onde se começava a fazer alguma arrecadação, avereis a mão os taes cadernos e fareis arrecadar todas as fianças que achardes que estão perdidas pera minha fazenda, que fareis carreguar em receita sobre os officiaes a que pertencer.

16. E por que sou informado que a capitania de pernãobuquo foi ter uma não ingreza que se chamava mercalder real com mutas fazendas, cujos direitos importavão sete ou oito mil crusados, que se não carreguarão em receita nos livros d'aquella alfandegua e se repartio o dinheiro dos taes direitos antre os officiaes della, informareis pellas diligencias que sobre isso fez Martini carvalho que estão com os maes papeis, e sendo necessario tirardes devassa deste caso o fareis com o segredo que a callidade delle requere e procedereis contra os culpados conforme a meus regimentos e ordenações.

17. Antre os mesmos papeis está um feito-em que he autor o provedor da minha fazenda n'aquellas partes contra um Bento

roiz, feitor de dioguo roiz de vilhalobos no qual lhe demanda sette ou oito mil arrobas daquar que lhe pede por perdidas pera a minha fasenda pollas despachar em liberdade de hum engenho por via de hum simão falcão, e sou informado que foi preso por este caso o dito bento roiz e deu por fiador a um jorge teixeira homem rico e abonado e senhor de um engenho, ordenareis que se despache este feito e se dê a execução o que montar neste açuquar á minha fasenda pertencendo-lhe, e vos informareis do assento que se tomou por meus officiaes sobre a não que a dita capitania arribou de joão bautista revelasca, contratador do trato de sam thomé que hia com escravaria pera as indias de castella.

18. Tambem vos informareis se são tomadas as contas de vicente correa, joão roiz malvez, e antonio da assequa que servirão de almoxarifés das capitánias de pernãobuquo, e tamaraqua, e não as tendo dadas os obrigareis a que as vão dar a bahia, recenceandolhas primeiro e fazendo pôr em boa arrecadação o que por ellas vos constar que ficão devendo a minha fasenda.

19. (ult.) E por que na dita capitania de pernãobuquo não ha caza dalfandegua senão hua que se toma por aluger, e pellos mutos navios que vão aquella capitania com fazendas e outras mutas que se tirão della, sou informado que será meu serviço fazer-se uma casa dalfandegua junto do mar no lugar onde se descarreguão e carreguão os taes navios, e que poderá custar a obra della atee tres mil cruzados, informarvosheis se convem á boa arrecadação de minha fasenda faser-se a dita casa da alfandegua e constando-vos que será em prol e utillidade della dareis ordem como se faça e de tudo o que assi achardes e fordes provendo e diligencias que fizerdes avisareis em cada hum anno que venhão por vias a meza de minha fasenda.

20. Encomendo-vos e mando que este regimento vejaes muttas vezes e o cumpraes e goardeis inteiramente como se nelle conthem e de vos confio que fareis. Manoel de torres o fez em lisboa a doze de Março de mil e quinhentos oitenta e oito e eu dioguo velho o fiz escrever.

TRESLADO DO REGIMENTO QUE LEVOU FRANCISCO GERALDES QUE SUA Magestade ora mandou por guovernador do estado do Brazil em Março de 88.

1 eu elrey faço saber a vos francisco geraldés do meu concelho que pella muita confiança que de vos tenho que em tudo de que vos encarregar me servireis tambem como cumpre a meu serviço e o fiz istes nas maes couzas de que fostes encarreguado ey por bem de vos inviar as partes do brasil pera me servirdes no cargo de guovernador geral dellas como se contem

na patente que vos mandei passar do dito cargo em que procedereis conforme ao que vereis por este regymento.

2 tanto que chegardes á cidade do salvador da capitania da bahia de todos os santos onde haveis de residir se ajuntarão comvosco as pessoas que por fallecimento de Manoel telles barreto que deos perdoe ficarão polla minha provizão de sobcessão que se então se abriu naquellê guoverno que são o bispo do salvador e o provedor de minha fazenda e o ouvidor geral; aos quoaes ou aos que forem presentes sendo também chamados os juizes vereadores da dita cidade dareis as cartas minhas que pera elles levais e lhes mostrareis a patente de vosso cargo pera des aquella ora em diante ficardes em posse delle e vos averem por entregue a dita governança de que não uzarão maes em cousa alguma e da dita posse e entrega se fará assento pello escriptivão da camara da dita cidade no livro que tenho mandado que aja pera esse effeito com declaração do estado em que ao tal tempo estiverem as fortallezas e povoações das ditas partes e o navios artelharía armas e munições que nellas ha e no dito assento assinarão comvosco todas as ditas pessoas que se hão de achar presentes.

3 enformar-vos-eis do estado em que estaa a dita capitania da bahia e todas as outras capitánias e povoações daquellas partes e de como correm os gentios comarcões dellas com a gente portugueza e quoaes dos ditos gentios são maes merecedores de favor pera lho dardes e a maneira que se poderá ter com os outros gentios pera serem sojeitos e pacíficos e assi vos enformareis do estado em que estão as couzas de minha fazenda e todas as maes que tocarem á vossa obriguação e o modo que dahi em diante se deve ter nellas pera as ordenardes e se faserem como cumpre a meu serviço e bom guoverno da terra e segundo forma de meus regimentos naquellas cousas em que por elles estiver provido.

4 e depois de estardes em posse da dita guovernança fareis loguo saber aos capitães das maes capitánias della como sois cheguado ás ditas partes lhe escrevereis que vos avizem do estado de cada ua dellas e da gente armas e munições que nellas haa e se estão em necessidade de vossa ajuda por que tendo-a os socorrereis segundo a importancia della.

5 e porque a principal cousa que moveo elrey dom joão meu senhor que santa gloria aja a mandar povoar aquellas partes do brasil foi pera que a gente dellas viesse em conhecimento de nossa santa fee cathollica e se convertesse a ella obriguação mui devida a esta coroa a quem deus encomendou tam grandes conquistas pera eu sucedendo nella a comprir como deseio vos encomendo muto que disto tenhaes mui particullar cuidado como convem pera eu descansar no que fizerdes em tam grande materia de que me avizareis sempro e fareis goardar as provizes que mandei passar sobre a liberdade do gentio das ditas partes e pera não paguarem dizimos os que se fizerem xpãos por tempo de quinze annos e lhe serem dadas terras em que fação suas roças de mantimentos e pera que os que inda o não

forem folguem de o ser favorecereis os que já tiverem recebido agoa do santo baptismo para com iso entenderem que em se tornarem xpãos não tão sómente fazem o que convem á salvação de suas almas mas ainda a seu remedio temporal e não consintireis que a huns nem a outros se lhe faça agravos nem avexações e fazendo-lhas provereis nisso na fórma declarada nas ditas proviões e aos capitães das outras capitánias escrevereis que fação o mesmo aos xpãos e gentios seus vizinhos.

6 e assi vos encomendo muito os ministros que entendem no ministerio da conversão pera que de vós sejam favorecidos e ajudados em tudo que pera este effeito fôr necessario tendo com elles a conta que he rezão assi por entenderem em cousa de tam grande importancia e por isso de maes particullar contentamento meu como por seu abito e virtude e posto que todos os rellegiozos vos encomendo igoalmente tereis nisto particullar respeito aos padres da companhia de jesu como a principiaidores desta obra em que há tanto tempo continuão avendovos com elles de maneira que se devão satisfazer de modo que com elles tiverdes e lhes fareis fazer bom paguamento do que cada anno tem de minha fazenda pera sua mantença por minhas proviões porque de todo bom officio que nestas materias fizerdes me haverei por servido e de mo escreverdes pera o saber.

7 e pera os gentyos que habitão as terras junto da capitania da bahia folguem de ser xpãos e seja exemplo a outros procurareis de com elles ter paz e amizade e de a conservar por todos os bons meios que poderdes porque allem de isto redundar em beneficio da converção estarão domaveis e pacificos para com mais seguridade os portuguezes aproveitarem e grangearem suas fazendas e a paz que com elles tiverdes será de tal maneira que não deixem de vos ter a sujeição e obdiencia que convem e acontecendo algum allevantamento acudireis a elle e trabalhareis pello pacificar o melhor que puder ser sem se perder a autoridade e reputação e lembrandovos como pera tudo sempre será bom escuzar-se a guerra a qual se não deve fazer se não quando não aproveitarem os outros remedios com que se pretender a conservação da paz.

8 sabereis se as armas do almazem da dita capitania assi as que nelle achardes como as que levaes e depois se vos enviarem estão limpas e bem tratadas e não o estando as fareis allimpar e por em partes convenientes para se não denificarem encomendando aos almoxarifes em cujo poder estiverem que tenham dellas bom cuidado e vós o tereis tambem de as verdes mutas vezes e fazer ter bem tratadas pera vos poderdes ajudar dellas coando comprir e avendo alguas que não sejam pera servir por estarem denificadas as fareis concertar e reparar o melhor que puder ser.

9 tereis lembrança que a artelharía armas e munições e todas as mais cousas que ora vão em vossa companhia e ao diante se enviarem deste reino pera dita capitania façaes entregar aos officiaes a que pertencer sobre quem se carreguão

em receita da qual se enviarão conhecimentos em forma pera as contas dos officiaes a que as entreguarão neste reino.

10 importa tanto procelor-se nas obras das fortificação com traça de quem bem as entenda que houve por meu serviço que levasseis o engenheiro que convosco vai e a primeira cousa em que logo se deve intender será tratardes do que será bem que se faça na fortificação da cidade do salvador, vendo no regimento que levou o governador manôel telles de que no fim desta vos tratarei o que por elle lhe mandava que fizesse na dita fortificação e se se deve proseguir ou alterar e depois de terdes assentado o que toca á capitania da bahia ordenareis como o dito engenheiro corra as outras capitánias onde ouver obras que tenham necessidade de sua traça e conselho começando pellas que tiverdes entendido que procedem a outras e se a necessidade sofrer deixardes isto pera quando pessoalmente fordes visitar estas capitánias melhor sera irem també convosco o dito engenheiro e fazer-se tudo em vossa presença.

11 e pela oppressão que meus vassallos daquelle estado recebem dos cossarios que continuão aquella costa a que convem mandar dar remedio vos encomendo e mando que tanto que embora chegardes aquellas partes ordeneis como se fação per conta de minha fazenda duas galleotas de atee vinte banquos cada ua e duas zavras de secenta atee cettenta tonelladas cada ua e porque o guovernador manôel telles barreto me escreveo que tinha feito ua gualle nova que inda não servio vos informareis do estaado em que está e sendo pera servir fazeis fazer hua soo galleota que ande em sua companhia e achando alguma pessoa que tenha cabedal e posse pera fazer estas embarcações as contratareis com elle na forma e ordem que se contratão em meus almazens donde levareis hua forma de similhantes contratos declarando-lhe os bancos e tonelladas de que hão de ser e de que madeiras se hão de fazer e pera se poderem armar com a brevidade que convem vos será dado em meus almazens enxarceas anchoras fateixas vellame breu preguadura e todas as mais cousas necessarias para este effeito.

12 e pera que estas duas galliotas e navios andem armados com menos despeza de minha fazenda e possuão continuamente andar goardando a costa da bahia atee a praiba e mais partes que vos parecer necessarias ordenareis como aos donos dos engenhos dacuquares das capitánias das ditas partes acudão com mantimentos necessarios pera os soldados marinheiros e chusma que ouverem de andar nestas quoatro embarcações repartindoos entre elles com igualdade posebilidade e fazenda que cada hum tiver trabalhado de os persuadir que venhão nisso por suas vontades significando-lhes que o que principalmente me moveo a mandar armar estes navios foi pera com isso se segurarem suas fazendas e as poder navegar livremente e os ditos mantimentos repartir por elles nas camaras das ditas capitánias onde averá livros da dita repartição em que os officiaes das camaras assinarão pera se a todo o tempo saber a quantidade

de mantimentos que cada hum hade dar e tiver dado e a ordem que se hade ter na recadação delles.

13 e porque sou informado que naquellas partes andão alguns negros de guine e angolla alevantados trabalhareis pollos haver ás mãos e delles e dos indios que forem tomados em guerra justa e se chusmarão as ditas galliotas e se refarão de forçados pello tempo em diante e em caso que loguo se não possa ordenar por este modo a chusma necessaria ei por bem que mandeis hum navio com tantos mantimentos da terra de angolla com que se possam resguatar atee duzentos escravos pera estas gualliotas e isto por hua vez sómente e dahi em diante ordenareis que os gentios e negros que forem prezos por casos que mereção serem degradados pera estas gualliotas se sentenceem pera ellas pera que de hua maneira e outra lhes não possa faltar chusma necessaria.

14 e porque será meu serviço terdes ameude recado de todas as capitánias de vosso governo que por respeito das monçoens com que se navegua aquella costa não pode ser per embarcaçoens grandes nem por terra pello impedimento dos gentios imiguos pera poderdes prover nas necessidades e cazos que nas ditas capitánias socederem vos encomendo que trateis com as camaras dellas como ordenem alguas fraguatas ligeiras á custa do rendimento das mesmas camaras pera nella vos avizarem de todas as cousas que entenderem que cumpre a meu serviço e bem daquelle estado e tendo o avizo com a brevidade que lhe convem ao remedio das mesmas couzas e pera o vos poderdes mandar ás mesmas capitánias.

15 e porque ei por meu serviço que deste reino vão em vossa companhia atee cento e cinquenta soldados pera guardar e deffenção da cidade do salvador em que aveis de residir como pera andarem nos ditos navios vos encomendo ordeneis como sirvão em hua cousa e outra como convem á segurança das ditas capitánias e costa dellas aos quoaes serão pagos seus soldos conforme ao regimento que pera isso mandei dar.

16 e porque sou informado que em jaguaripe que estaa antre a capitania da bahia e a de pernãobuquo ao longo da costa averá mais de tres mil indios que se tem feito fortes e fazem mutos insultos e damnos nas fazendas de meus vassallos daquellas partes recolhendo a si todos os negros de guinee que andão alevantados e impidem poderse caminhar por terra de huas capitánias a outras vos encomendo que podendo dessareiguar daquelle luguar este gentio e dar-lhe o castigo que merece pellos portuguezes e mais gente que matarão o façaes pratican-do-o primeiro co' o bispo e pessoas que vos parecer que o entenderão e vos poderão bem aconselhar sobre a maneira que se deve ter pera com menos risco da gente portugueza e maes a vosso salvo poderdes castiguar e lançar da terra este gentio e avendo neste cazo algua difficuldade me avizareis com toda a informação que tiverdes pera n'isso mandar o que fôr maes meu serviço e succedendo aver algum alevantamento dos gentios ou qualquer outro cazo ou cazos taes pera cujo remedio por não aver outro

seja forçado fazerdes guerra ao dito gentio castiguallo e lanchallo fóra da terra procedereis nisso pella maneira asima declarada com toda a consideração.

17 Dom antonio barreiros bispo daquellas partes e christovão de bayrros provedor de minha fazenda em ellas que por fallecimento do governador manôel telles barreto ficarão governando aquelle estado como atraz fica dito me escreverão que alguns principaes dos gentios que se chamão japujas forão á bahia e lhe requererão que os mandassem buscar por que se quierão vir pera aquella cidade e viverem junto della, e porque lhe pareceo que seria serviço de deos e meu aguazalhar-se aquelle gentio assi pera receberem a agua do santo baptismo, como pera por esta via poderem aver o muto salitre que naquellas partes haã lhe fizerão muito guazalhado e os vestirão e pedirão aos padres da companhia de jezu os trouxessem do certão com todos os mais que com elles se quizessem vir o que elles accoitarão e erão idos a este effeito e lhe encomendarão que viessem carreguados de salitre e porque sempre havei por muto serviço de deos e meu ordenar-se como do certão venha muto gentio pera povoarem junto das capitánias das ditas partes e isto por meo dos padres da companhia pera que mais suavemente sejão tratados e sem as molestias e injustiças que recebão nas entradas que atee aqui se fizerão vos encomendo muto que na ordem que se teve com as japuias se proceda com os mais gentios que se quizerem vir para as capitánias e fazendas desse estado como mais larguamente he declarado na provisão que sobre isso mandei passar.

18 pela muta necessidade que neste reino ha de salitre pera se fazer a polvora necessaria pera minhas armadas vos encomendo e encarreguo muto que em chegando áquellas partes vos informeis do salitre que se tenha havido por via destes japujas e cantidade delle que se daquella parte pode tirar em cada hum anno e se he da bondade e perfeição que convem e se ha commodidade pera se poder trazer e fareis contratar toda a maes cantidade que poder ser em pessoas que se obriguem-a o porem na cidade do salvador ou o fareis trazer a ella per conta de minha fazenda como vos parecer que se fará melhor e com menos despeza pera o enviardes com pipas repartido pellos navios que pera este reino e vierem por estes mesmos modos ou pera quaesquer outros que ouver procurareis por aver todo o mais salitre que souberdes que ha em outras partes intendendo que nisto me fareis particular serviço e de que receberei muto contentamento.

19 e porque sou informado que algumas naos de estrangeiros vão ás capitánias daquelle estado com mercadorias e nellas carreguão daququeres e outras fazendas o que he de muto inconveniente pera a segurança delle como ha pouco tempo se vio na capitania da bahia em hna urca estrangeira que ahi estava e se foi pera alguns navios de cossarios ingrezes que forão ter á dita capitania ey por bem e mando que daqui em diante se não consinta nos portos de toda a costa das ditas partes naos

algas estrangeiras nem marinhas por estrangeiros ainda que vão dos portos deste reino excepto os que mostrarem provisão minha porque haja por bem de lhes dar licença que vão ás ditas partes e indo sem a tal provisão os fareis embarcar com as fazendas que levarem e as pessoas nellas forem serão prezas e estarão a bom recado atee me avizardes e de tudo se farão autos que me enviareis pera neste cazo vos mandar o que ouver por meo serviço e o tresllado deste capitulo mandareis aos capitaes de todas as capitánias das ditas partes e em sua abcencia a seos logos tenentes pera o cumprirem e goardarem como se nelle contem.

20 e por qoanto deste reino se degradarão mutas pessoas pera as ditas partes per delictos que cometem ey por bem que daqui em diante cumprão seus degredos naquellas capitánias e lugares dellas que per vos lhe forem limitados e dareis ordem como os degradados que forem ter ás capitánias onde não estiverdes presente cumprão seus degredos nos lugares que vos parecer maes meu serviço.

21 e porque me havierei por bem servido de terdes sempre conformidade com o bispo daquelle estado e toda boa correspondência vos encomendo e mando vos não intrometaes na jurisdição ecclesiastica procurando sempre por conservardes a minha jurisdição pello modo que nisso deveis ter que praticareis em rellação e em cazo que o dito bispo não proceda bem e se queira intrometer o que não creio delle acudireis a isso com vossa prudencia não lho consentindo e me avyzarareis loguo de tudo e intentando sobre esta materia alguna excomunhão conhecerá do agravo della como se costuma fazer o juiz dos feitos da coroa e da fazenda da dita rellação assi como em taes casos conhece neste reino o juiz dos meus feitos.

22 e acontecendo que os desembargadores da dita rellação tenham alguns descuidos per que mereção suspensão de seus carreguos per alguns dia e que nelles não venção seus ordenados os avizareis e não se emendando ey por bem que as suspendaes e lhe tireis os ditos ordenados com parecer do chanceller da dita rellação e sendo comprehendidos em alguns delictos graves procedereis contra elles atee por os autos em final e assi concluzos sem se dar nelles sentença, mos enviareis para os eu mandar ver e sentenciar neste reino e em tudo o maes que toca aos ditos chanceller dezembargadores goardareis e fareis comprir e goardar o que tenho mandado por um regimento que mandei fazer pera a dita rellação e vo-los-ei por muto encomendados pera as favorecerdes ajudardes e respeitardes como he rezão por serem menistros de justiça e eu ora novamente mandar a dita relação áquelle estado.

23 e sendo caso que na cidade do salvador não aja cazas convenientes que pertenção a minha fazenda pera nellas poder estar a caza da rellação ey por bem que as façaes comprar á custa de minha fazenda, ou façais fazer a dita caza junto ao apozento em que residem os governadores parecendovos que será mais meo serviço e pera melhor despacho das partes

estar a caza da rellação junto com ho dito apozeno e isto não avendo nelle caza que possa servir pera este effeito.

24 e porque tenho mandado por hua minha provizão que não possão hir deste reino nem huas pessoas de nação dos xpãos novos pera fora delles sem minha licença e darem fianças a a tornarem a elles no termo que lhe for limitado, sendo eazo que destes reinos vão alguas da nação ás ditas partes do brazil sem a dita licença as fazeis prender o prezos e a bom recado os mandareis embarcar pera este reino nos primeiros navios que pera elle vierem onde serão entregues ás justças a que pertencer e averão as mais pennas declaradas na dita provizão.

25 depois de terdes inteira informação das cousas da capitania da bahia provido no que virdes que é necessario pera segurança della e bom governo e admenistração assi da justiça como de minha fazenda ordenareis de ir vizitar as outras capitancias de vossa governança levando convosco o provedor mor de minha fazenda e os mais officiaes e pessoas que vos bem parecer e deixareis na dita capitania em vossa ausencia a foão e a foão pera entender na governança della ao qual deixareis um regimento assignado por vós das cousas em que ouver de entender e prover conforme as que vos mando que nellas faças em quanto assi fordes absente e da maneira que hade ter em tudo pera conforme ao dito regimento fazer o que per vós lhe for ordenado ficando a dita cidade do salvador provida de gente da maneira que virdes que convem pera sua defenção e segurança.

26 e quando assi ouverdes de ir vizitar as ditas capitancias ordenareis pera vossa embarcação os navios que forem necessarios e ireis primeiro ás capitancias de que tiverdes informação que terá mais necessidade de serem visitadas e socorridas dos capitães officiaes e pessoas dellas que vos parecer vos informareis como estão com os gentios vezinhos e estando alevantados ou em alguas maneira inquietos sabereis a cauza disso e trabalhareis pello pacificar no melhor modo que puder ser e virdes que convem pera que a terra fique segura e pacifica e ao diante se não tornem a levantar.

27 em cada hua das capitancias a que assi fordes mandareis recado ao capitão, provedor e ouvidor della e assi aos mais officiaes da justiça e de minha fazenda que nella ouver pera que se ajuntem convosco no luguar que ordenades e vos informareis da maneira que se tem na governança da terra defenção e segurança della, e se pella informação que achardes vos parecer que se não tem nas ditas cousas ou em algua dellas o modo que convem provereis nisso como cumpre ao bem e segurança da tal capitania e moradores della e *pros* ordenareis que se cerquem as povoações de cada hua das ditas capitancias que não forem cerquadas e as que o forem se repairam e provejam como melhor poder ser dando pera isso toda a boa ordem que cumpriu.

28 e porque tenho mandado que os capitães das ditas capitancias e senhorios de engenhos deacuarquar tenham artilharia

armas e munições seguintes para defensão e segurança das fortalezas e povoações a saber os capitães pelo menos dous falcões e seis berços e seis meios berços e vinte arcabuzes e os pellouros e polvora necessaria e vinte bestas e vinte lanças ou chuças e corenta espadas e corenta corpos darmas dalgodão das que se costumão nas ditas partes e cada hum dos senhores dos engenhos ou fazendas que hão de ter torres ou cazas fortes sejão obriguadas a ter ao menos quatro berços e dez espinguardas com os pellouros e polvora necessaria e dez bestas e dez lanças ou chuças e vinte espadas e vinte corpos darmas dalgodão (e cada morador que la tiver terras agoas ou navio tenha pello menos besta espingarda espada lança ou chuça) e porque isto he muito importante e necessario a defensão e segurança das ditas capitánias e povoações dellas vos encomendo tenhaes cuidado de saber se ha estas armas e se se cumpre com esta obrigação e trabalhareis que o provedor-mor e provedores de minha fazenda fação nesta materia deligencia em cada hum anno como o tenho mandado pellos regimentos de seus carguos.

29 querendo algumas pessoas proverse das ditas armas ou de algumas dellas das que ouver no meu almazem da capitania da bahia lhe serão dadas avendoas no dito almazem e não sendo necessarias pera a defensão della pellos preços que la custão postas a meus officiaes e o preço porque se as ditas armas derem se carreguár em receita sobre ho almoxarife que as der ou sobre o meu thesoureiro da dita capitania da bahia que passara dellas conhecimento em forma ao dito almoxarife pera sua conta com declaração das armas que forem e do dinheiro que se por ellas ouve o qual dinheiro se assim entregará a qualquer dos ditos officiaes que vos bem parecer e se as armas que são enviadas a dita capitania da bahia forem já despezas e vos parecer que será necessario enviarem-se maes algumas me avisareis disso por vossa carta em que será declarado as armas que hão de ser e quanta soma dellas e de que sortes pera se dar ordem como se vos enviem

30 em cada hua das ditas capitánias que assi fordes visitar vos informareis e sabereis os officiaes de minha fazenda que na tal capitania ha e porque proviões servem seos carreguos e avendo allgus officios vagos ou de que as pessoas que os servem não tenham proviões ou posto que as tenham não sejão passadas na forma e maneira em que o devem ser encarreguareis da serventia dos taes officios creados meus se os ouver que tiverem partes pera os servir e em falta delles a outras pessoas e isto atee se apresentarem outras pessoas que tenham proviões minhas pera averem de servir os taes officios e nestas vagantes tereis tambem lembrança das pessoas que vos prezentarem e proviões ou cartas minhas pera serem providos de semelhantes serventias.

31 informavoseis das rendas que tenho e pertencem a minha fazenda em cada hua das ditas capitánias e da maneira de que se arrecadão e dispendem de que ho dito o provedor mor

ade tomar conta e rezão as pessoas que disto tiverem carreguo segundo forma de seu regimento e comparecer do dito provedor mor provereis e fareis nisto o que for maes meu serviço.

32 Por que por derecho e pellas leis e ordenações de meus reinos he prohibido e defezo darem-se por quoaquer via que seja armas a infieis, ordenarão e mandarão os senhores reis meus antecessores que pessoa alguma de quoaquer callidade e condição que fosse não desse aos gentios das ditas parte do brazil artelharia arcabuzes espingardas polvora nem munições pera ellas bestas lanças espadas punhaes facas dalemanha ne n outras semelhantes dellas nem manchis nem fouces de cabo de pao nem outras algas de quoaquer callidade e feição que fossem assim offensivas e que quoaquer pessoa que o contrario fizesse e as ditas armas desse aos gentios morresse por iso morte natural e perdesse to los seus bens ametade pera os cattivos e a outra metade perasquem os acuzasse e pera se assi comprir mandou elrei dom joão meu senhor que deos tem a thomé de souza que foi o primeiro governador geral das ditas partes que fizesse apregoar esta defeza em todas as capitánias dellas e registrar nas camaras um capitulo de seu regimento que disto tratava com declaração de como se assi apregoou e pello dito capitolo foi mandado aos juizes dos luguares das ditas capitánias que quando tirassem a devassa geral que em cada hum anno são obriguados tirar sobre os officiaes perguntassem tambem por este caso e achando algus culpados procedessem contra elle segundo forma do dito capitolo e minhas ordenações e que a dita defeza senão se não entendesse em machados machadinhas fouces de cabo redondo podões de mão unhas facas pequenas nem em tezouras pequenas de duzas porque as ditas couzas se poderiam dar aos gentios e tratar com ellas e correrem por moeda pellos preços e taxas que lhe serão postas como tee ao tal tempo correrão/ pello que vos encomento que saibaes nas ditas capitánias e loguares de vossa governança se na devassa que se em cada hum anno nellas tira se pergunta pelo dito caso como mando que se faça e comprireis e fareis inteiramente comprir tudo o contheudo no dito capitolo.

33 sabereis se estão nas ditas capitánias assentados os preços das mercadorias que há na terra e assi das que a ella vão destes reinos e doutras partes e não sendo nisso tomade assento ou entendendo que se deve alterar praticareis com os capitães e officiaes de cada hua das capitánias sobre os preços que devem de ter e com elles taxareis e assentareis os preços das ditas couzas os quaes serão conforme a callidade dellas e necessidade que dellas ouver de que se fará assento no livro da camara em que assinareis e comvosco os ditos officiaes pera pellos ditos preços se venderem trocarem e se escambarem dahi em diante e aos ditos officiaes encomendareis e mandareis que cumprão e fação cumprir as ditas taxas assy as que já forem feitas que aprovardes como as que de novo fizerdes dando-lhe pera isso a ordem e maneira que vos bem parecer e avendo algũas couzas que dantes fossem taxadas que tenham

taes preços que com a mudança do tempo e necessidade oa abastança da terra vos parecer que deve de aver nellas algũa mudança o praticareis com hos ditos officiaes e com seu parecer acrescentareis os preços as taes couzas como virdes que convem pera bem e proveito da terra e beneficio da gente della de que pella dita maneira se fará assento no livro da camara.

34 sabeis se ha algũs dias ordenados em que nas povoações das ditas capitánias se faça feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem e comprar o que ouverem mister e não se fazendo as ditas feiras ordenareis que se fação hum dia ou mais cada somana, segundo virdes que cumpre comparecer dos officiaes de cada hũa das ditas capitánias por se evitarem os inconvenientes que se seguem e podem seguir dos xpãos irem às aldeas dos gentios tratar e negoçar co' elles / e o assento que sobre isso tomardes fareis notificar assi nas povoações da tal capitania como nas aldeas dos gentios seus comarcões pera dahi em diante assi huns como outros acudirem às ditas feiras a comprar e vender o que quizerem e porque com aver as ditas feiras se poderá escuzar irem os ditos xpãos às aldeas dos gentios tratar co' elles se apregoará nas ditas povoações que o não fação e que quem o contrario fizer encorrerá em certa pena que logo declarareis / salvo indo com licença dos capitães a qual lhe pedirá quem em algũs outros dias quizer ir comprar algũas couzas aos ditos gentios e os ditos capitães cada hum em sua capitania poderá dar a dita licença quando e como lhe bem parecer com a consideração e moderação que nisso devem ter que lhes encomendareis.

35 e tenho mandado que pela terra firme dentro nem de hũas capitánias a outras por terra não vaa pessoa algũa tratar posto que a terra este de paz sem licença do meu governador das ditas partes ou do capitão da capitania donde ouver de ir a quem se a dita licença poderia pedir não sendo o dito meu governador presente e que em sua abscensia e do dito capitão se pedisse ao provedor de minha fazenda da tal capitania sob pena de quem o contrario fizesse / se fosse peão ser açoutado e sendo pessoa de maes callidade pagar vinte cruzados ametade pera quem o acuzasse e a outra metade pera os cativos e que a dita licença se não desse senão a pessoas de que se tivesse confiança que irião com bom intento e a bom recado e que de sua ida e trato se não seguiria prejuizo algum e pera isto a todos ser notoreo mandou elrey dom João meu senhor que deus tem a dom duarte da costa que esteve por governador nas ditas partes do brazil per um capitolo de seu regimento que tratava desta materia que fizesse notificar e apregoar o conteudo nelle em todas as ditas capitánias e o fizesse registrar nos livros das camaras das povoações dellas pera dahi em diante se cumprir e nos que o não comprirem se executarem as ditas pennas / no qual capitolo se continha que quando o dito *provedor* governador ou capitão dalguma das ditas capitánias ou em abscensia dos capitães os provedores della dessem a dita licença a algũa pessoa ou pessoas lhe passassem disso escritos assinados por

elles em que fosse declarado os loguares e terra a que poderião ir e o tempo que nisso gastarião e que indo alguém sem a dita licença ou não comprindo o conteúdo nos ditos escritos encorressem nas ditas pennas pello que vos encomendo que saibaes se o que neste cazo tenho mandado se cumpre e cumprireis e fareis inteiramente cumprir como aqui he conteúdo.

36 se depois de terdes corridas e vezitadas as ditas capitánias ouver em algũa dellas algum alevantamento ou dezacogeuo dos gentios ou entre os xpãos huns com outros de que tenhaes recado certo sendo o negocio de tal callidade que devaes de acudir a isso em pessoa o fareis com muita deligencia / podendo se escuzar vossa ida ou tendo algum impedimento per onde não possaes ir irá o ouvidor geral ou mandareis algũa outra pessoa de recado e confiança com a gente e provições necessarias que será a segundo o cazo for pera acudir ao tal alevantamento ou desasosogo e o pacificar e por em paz e lhe dareis regimento assinado por vos do que ouver de fazer conforme ao que vos por este mundo que façaes quando acontecer aver na capitania da bahia algum alevantamento.

37 aos capitães das ditas capitánias de vossa governança avizareis que andando nas paragens de suas capitánias ou sendo nellas vistos alguns navios de cossairos volo facão loguo saber com toda a brevidade avizandovos dos navios que são e de que grandura e da gente que trazem e do mais que delles poderem saber pera acudirdes a isso e tanto que assi souberdes ou tiverdes nova certa de algum navio ou navios de cossairos mandareis com muita deligencia fazer prestes os navios, que segundo os ditos cossairos forem vos parecer que convem pera os irem cometer, dos que no porto da bahia estiverem assi meus como de partes e fareis meter nelles os marinheiros e bombardeiros e homes darmas e assi a artelharia polvora armas e tudo mais que virdes que he necessario e sendo cazo de qualidade que vos pareça que será meu serviço irdes vos na dita armada o fareis e se tiverdes algum impedimento por onde não possaes ir ou abastar ir outra pessoa a elegereis pera isso e seraa de tal callidade recado e confiança como virdes que convem a qual iraa por capitão mor dos navios que pera este effeito armardes e darlheis regimento assinado por vos do que hade fazer que seraa segundo a enformação que tiverdes dos navios dos ditos cossairos e do logar onde andarem e que trabalhe por os render e tomar podendo fazer a seu salvo ou ao menos os faça alevantar e ir da dita costa e que tomando algum navio ou navios de cossairos se vaa com elles ao lugar aonde estiverdes levandoos a bom recado com tudo o que lhe for achado e em tal caso depois de fazerdes as deligencias que vos parecerem necessarias fareis proceder contra os ditos cossairos como for justiça segundo forma de minhas ordenações vendo-se o caso em rellação sendo vos nella presente.

38 sendo caso que pera poderdes armar algu navio contra os ditos cossairos ou pera outra alguma cousa de meu serviço não

acheis gente que nelles queira servir sem soldo o podereis daar a gente que for necessaria o qual soldo seraa o que se costuma daar aos que servem em minhas armadas e eserlhaa paguo o tempo que servirem e mais não e pello treslado deste capitulo que será registado no livro da despeza do dito thezoureiro da dita capitania que hade fazer os ditos pagamentos e conhecimento das partes lhe seraa levado em conta o que pella dita maneira se dispender nos ditos soldos.

39 ey por bem e meu serviço que as pessoas que servirem nos navios que armardes ou em terra em qualquer couza de guerra que sobceder de maneira que vos pareça que merecem ser feitos cavalleiros vos os possais fazer e encomendovos que os que assi fizerdes sejam taes que o mereção assi pella callidade de suas pessoas como pella callidade de seu serviço porque ququanto maes exame nisto fizerdes tanto maes estimarão os que o forem, e os que o não forem procurarão de fazer por onde o mereção e a os que assi fizerdes cavalleiros passareis disso vossa provizão pera sua goarda na qual serãa tresladado este capitulo e declarada a cauza porque mereção ser feitos cavalleiros.

40 pera que nas ditas partes aja pessoas que saibão aparelhar hua peça dartzelaria e tirar com ella ququando comprir, ordenareis que haja na dita capitania da bahia barreira de bombardarda onde todos os domingos e dias santos que a igreja manda guardar fareis ir o condestable e os mais bombardeiros que ouver na cidade do salvador pera ensinarem e adestrarem os que quizerem aprender e pera isso mandareis levar ao luguar da dita barreira hum falcão ou berço e a polvora e pellouros que forem necessarios pera os que assi quizerem aprender tirarem os ditos dias cada um seu tiro e depois que forem destros em saberem aparelhar e tirar com hua peça dartzelaria e tiverem continuado tantos dias a barreira e aprendido o maes que convem que saibão pera serem bons bombardeiros que vos pareça que devem de ser examinados os fareis exaamiar pello dito condestable e maes bombardeiros que na dita capitania ouver e estando alguns navios no porto da dita cidade do salvador em que aja bombardeiros os mandareis chamar pera irem ser presentes ao dito exame e os que por elle se achar que são outos e sufficientes pera polerem servir de bombardeiros ququando comprir fareis escrever e assentar em um livro que pera isso terá o escrivão que servir com o provedor da dita capitania com declaração de seus nomes e alcunhas e se são cazados se solteiros e dos luguares onde forem moradores e do tempo em que forão examinados e depois de serem assentados no dito livro com as ditas declarações lhes passareis suas cartas de exames e assi dos privilegios que são concedidos aos bombardeiros que se fazem nesta cidade de lisboa por meus officiaes pera isso ordenados de que levareis o treslado asinado pelo provedor de meus almazens os quaes privilegios serão guardados ás ditas pessoas nas ditas partes do brazil sómente com

declaração e obrigação de servirem em meus navios e armadas quando cumprir e para isto forem mandados per vós ou pellos provedores de minha fazenda e avei por meu serviço serdes vós presente na dita barreira as mais vezes que poderdes porque com isso os que já forem bombardeiros folguarão de ir a ella e os que aprenderem trabalharão pello fazerem bem e quando tiverdes algum impedimento ou occupação por onde não possoaes ir á dita barreira irá a ella o provedor mor de minha fazenda e em sua abscencia o provedor da dita capitania a que encomendareis que o fação, porem quando se ouverem de examinar alguns bombardeiros sereis vós a isso prezente em pessoa para verdes que os ditos exames se fação como devem e se não examine pessoa alguma sem o merecer.

41 ey por bem que pella dita maaeira se possa fazer e examinar para gosarem do dito privilegio atee numer o de cem bombardeiros os quaes se irão fazendo poucos e poucos como boamente poder ser e quando algu vaguar por qualquer via que seja entrará outro em seu luguar que maes para isso for, de modo que haja sempre o dito numero de cem bombardeiros e maes não e os que assi quizerem ir a dita barreira aprender para serem bombardeiros serão primeiro vistos por vos para verdes se tem idade e desposição e os maes requisitos para o serem e tendoas lhe dareis licença para aprenderem e com a dita licença os acentará o escrivão que servir o dito provedor em hu caderno para se saber os que são e aos que vos não parecerem para isso a não dareis nem consentireis que tirem na dita barreira.

42 a polvora e pellouros que se despenderem na dita barreira dara a para isso o official que os em seu poder tiver e pello treslado deste capitulo e escritos vossos ou do provedor que for presente a dita barreira em que declarem o que se das ditas cousas despendeo serão levadas em conta ao official que as assi der e nos ditos escriptos seraa declarado o dia mez e anno em que se a tal despeza fez a quoa se fará com muito tento pela necessidade que sempre ha destas couzas.

43 tenho por enformação que na capitania da bahia de todos os santos no rio que chamão de joanne que he cinco legoas da cidade do salvador ha muita pedra de mina de ferro de que se já fez experiencia e se achou que fundia muito e era ho ferro muito bom e que ha agoa e lenha e desposição na terra para se poder fazer hum engenho para fundição de ferro e porque seria muito meu serviço fazer-se o dito engenho em nobrecimento e proveito da terra e dos moradores della assi para os navios que se ouvessem de fazer como para outras obras necessarias a defensão e uzo dos ditos moradores e se escuzaria com isso levarse deste reino pelo que vos encomendo muito que vos enformeis deste negocio e sendo assi como me he dito que ha material e desposição para se fazer o dito ferro tratareis com algumas pessoas abastadas que ho fação persuadindo os a isso e offerecendo-lhe vossa ajuda e favor e sendo necessario lhe podereis larguar por alguns annos os direitos

que nessas partes se deverem do dito ferro que serão os annos que vos parecer conforme á callidade do negocio e proveito e despeza delle e do que acerca disto assentardes podereis passar vossa provizão á pessoa ou pessoas que nisto entenderem com o treslado deste capitulo em que será declarado o tempo de que serão escuzos dos ditos direitos a qual ey por bem que se cumpra inteiramente e avizarmeis do que nisso fizerdes e passar pera o saber e ter disso informação.

44 eu sou informado que já des o tempo delrey dom joão meu senhor que deos tem ouve muitas informações de aver no brazil minas de metaes sobre que se fizeram algumas diligencias que atee agora não forão de muito effeito e porque se entende que procedendose nesta materia com mais cuidado se póde ter della as esperanças que se pretendem vola encomendo tão particularmente como vedes que a callidade della a requiere pera que trabalheis quanto for possivel por chegar com este negocio ao cabo pera que em vosso tempo aja effeito o que atee agora não póde ser e seraa couza pera que ficando eu de vos nisto bem servido tenha disso muito contentamento.

45 se na dita capitania da bahia ou em quaesquer outras capitancias de vossa governança vaguarem algus officios ou carregos de minha fazenda ou quasquer outros dos que são postos e providos por mim sem la aver pessoas que tenham proviões minhas pera os averem de servir ey por bem que vós possaes encarregar da serventia delles pessoas que sejam pera isso autas e pertencentes a que passareis proviões das taes serventias com declaração que servirão atee eu prover dos taes carregos e dar lھےis juramento dos santos evangelhos que bem e verdadeiramente sirvão guardando a mim meu serviço e ás partes seu direito e o tempo que assi servirem averão o mantimento ordenado aos ditos officios por meus regimentos ou proviões e pella dita maneira podereis prover as capitancias de quaesquer navios dalto bordo ou de remo que andarem na dita costa do brazil e as capitancias e officios que assi proverdes será em creados meus avendoos e sendo autos para isso tendo tambem nisto advertencia do fim do capitulo vinte sete deste regimento.

46 sendo vos informado que algus officiaes fazem o que não devem em seus officios ou são negligentes no que cumpre a meu serviço ou despacho das partes os amoestareis e reprehendereis disso segundo merecerem e so depois de serem amoestados por vós se não emendarem ey por bem que os possaes suspender e tirar dos ditos officios pello tempo que vos bem parecer e alem disso lھے dareis o maes castiguo que merecerem e em quanto assi forem suspensos proveeis da serventia dos ditos officios quem os sirva pella maneira conteuda no capitulo atraz e os officiaes a que assi mando que amoesteis e reprehendaes será em casos per que vos pareça que não merecem maes castiguo porque merecendo-o os castigareis segundo a callidade de suas culpas vendo o caso em relação onde sempre vós re-

solvereis em todas as couzas que propriamente forem de justiça pera nellas procederdes juridicamente.

47 se alguns homens que pera as ditas partes do brazil forão ou ao diante forem degradados e fizerem taes serviços na terra ou no mar que vos pareça que não sómente merecem ser perdoados mas que devem ser abilitados pera poderem servir os officios que nelles couberem assi da justiça como de minha fazenda ey por bem que vós os possaes prover nas serventias dos ditos officios quando vagarem ou fôr necessario serem providos de pessoas que os sirvão e isto se não entenderá nos que forão degradados por furtos ou falsidade ou outros delictos de ruim exemplo.

48 se emquanto me na dita governança servirdes soceder algumas couzas que por este regimento não vá provido e cumpra fazer-se nellas alguma obra as praticareis com o bispo e com o chanceler da rellação e com o provedor mór de minha fazenda e maes officiaes e pessoas que vos parecer que nellas vos poderão e saberão bem aconselhar e com seu conselho e parecer provereis nas taes couzas como ouverdes por mais meu serviço e sendo as ditas couzas de callidade que convenha ter-se nellas segredo as praticareis soamente com quoa das ditas pessoas que for presente vos melhor parecer. E se nas couzas que assi praticardes com a dita pessoa ou pessoas fordes differentes nos pareceres se fará e cumprirá o em que vos resolverdes e as ditas couzas sobre que assi tiverdes pratyca fareis pôr por escrito com declaração dos pareceres das pessoas com que as praticardes e do vosso e do assento que sobre ella tomardes e tudo me escrevereis meudamente pelos primeiros navios que vierem para disso ter informação.

49 e porque quando vos mandei ordenar este regimento se não achou o trelado do regimento que levou o governador manol telles barreto que deos perdoe que mandei que se buscasse pera saber as couzas de que ho encarreguei e quoaes dellas estavam ainda por fazer para de novo volas encomendar tereis cuidado de tanto que embora chegardes ás ditas partes averdes á vossa mão o dito regimento e todas as mais proviões que levou que devem estar em seos papeis em poder de seos testamenteiros e todo o que achardes que esta inda por fazer que não for contra o que por este regimento vos mando poreis em effeito como se as mesmas couzas neste regimento forão incorporadas não avendo nellas algum inconveniente de que vos pareça me deveis avizar primeiro porque neste cazo as suspendereis atee mo escreaerdes e nos primeiros navios me enviareis por vias o trelado autentico do dito regimento e proviões e as proprias ficarão em vossa mão e me escrevereis o que he comprido do dito regimento e proviões e em que tempo que se fez e o que inda estiver por fazer pera eu em tudo vos mandar o que ouver por meu serviço.

50 encomendovos e mandovos que este meu regimento e todas as couzas nelle conteudas cumpraes e guardeis e façaes inteiramente cumprir e guardar como se nelle contem e eu de

vós espero/ e depois que chegardes á dita capitania da bahia e tiverdes enformação das cousas della e das outras capitánias de vossa guovernança me escrevereis meudamente os moradores que ha na dita cidade do salvador e nos mais luguares e povoações da dita capitania e os navios que nella ha assi de remo como dalto bordo meus e de partes/ e a artelbaria armas e munições que ha no meu almazem e assi me escrevereis a gente e navios e o mais que tiverdes por informação que ha nas outras capitánias porque folguarei de o saber e de todo fareis fazer hua folha bem declarada que me enviareis por tres vias pellos primeiros navios que vierem e assi me escrevereis se he necessario invariarem-se á dita capitania alguas armas munições ou couzas outras e as que devem de ser pera eu mandar prover em tudo como for meu serviço joao darahujo o fez em lizboa a oito de março de mil quinhentos e oitenta e oito e eu diogo velho a fiz escrever.

POSTILLA QUE SE FEZ NESTE REGIMENTO

51 ey por bem que no tempo que me servirdes no dito cargo possaes fazer em meu nome merces ás pessoas que me servirem nas ditas partes do brazil atee qontia de mil cruzados cada anno posto que atee aqui os governadores passados não podessem fazer mais merce que atee duzentos cruzados cada anno e das que fizerdes me enviareis em cada hum anno hua folha assinada por vós com declaração das pessoas a que fizerdes as taes merces e porque respeito tendo consideração que sejam as ditas pessoas benemeritas dellas e precedendo sempre da sua parte serviços e merecimentos.

52 e pera que os moradores e mais pessoas que me servem nas ditas partes folguem de o fazer com o cuidado e deligencia que convem ey por bem que lho senifiqueis que com as informações que me enviardes dos que me bem servirem os mandarei despachar como ouver por meu serviço e vos encomendo que as tomeis de todas as pessoas que achardes que me tem servido nas ditas partes e me servirem daqui em diante nellas e mas enviareis todos os annos

53 e por ser informado que nas ditas partes andão muitos mamalucoz auzentados e fogidos por ferimentos e outros insultos que tem feito ey por bem que indo os ditos mamalucoz que andão absentes e que não tiverem culpas graves nem parte comvosco á guerra de jagoaripe ou a quoaquer outra que se ouver de fazer vós lhe possaes perdoar em meu nome as culpas que tiverem com parecer dos dezembarguadores da relação que ora envio ás ditas partes joao darahujo o fez em lizboa a trinta de março de M. D. lxxxbiij e eu diogo velho o fiz escrever.

REGIMENTO QUE FOI DADO AO LICENCIADO BALTEZAR FERRAZ
PERA COBRAR O QUE SE DEVE A FAZENDA DE S. Magestade

Eu elrey faço saber a vos licenciado baltezar ferraz que eu são informado que nesas partes do brazil se esta devendo muito dinheiro a minha fazenda que pessoas cobrarão pera o enviarem a este Reino a entregar a meus officiaes a que arrecadação delle pertencer e outras que não pagarão o que per suas contas ficarão devendo e que em parte se não cumprem meus Regimentos e provizões e se não faz o que convem a meu serviço e a bem da arrecadação de minha fazenda e querendo nisso prover pella confiança que de vos tenho ey por bem de vos encarregar o negocio de cobrar o que se nas ditas partes dever a minha fazenda, e do mais que he necessario prover-se o que tudo fareis com antão da rocha escudeiro fidalgo de minha casa que deste reino envio pera servir de escrivão deste neguocio na maneira seguinte

2/ tanto que vos este regimento vos for dado procurareis loguo de vizitardes todas as capitánias dosas partes do brazil começando na baya de todos os santos e acabando ahy na capitania de pernambuco e acabado pera as outras honde vos servirem as monções no tempo que acabardes se (sic) conforme as monçoens, de modo que vades assi correndo todas as ditas capitánias, e como chegardes a cada hua fareis logo vir perante vós o provedor almoxarife e officiaes de minha fazenda que nella ouver e sendo presente o dito escrivão de vosso cargo vos enformareis dos ditos officiaes que rendas e direitos tenho e me pertencerem na tal capitania e como se arrecadarão tee então e se estão arrendadas ou se arrecadarão per conta de minha fazenda e se foi tudo carreguado em receita e per que pessoas e sobre que officiaes e o em que se despendeo e despende o dito rendimento pera o que tomareis conta às ditas pessoas e o que achardes que despenderão conforme a meus regimentos lhe levareis em conta e o que ficarem devendo fareis arrecadar delles aos tempos e pela maneira que se contem nos ditos regimentos e os treslados das arrecadações das contas que se tomarem e vós tomardes enviareis todas aos meus contos deste reino

3/ e porque sou informado que em todas as ditas capitánias ha muitas contas por tomar a pessoas que servirão de almoxarifes em que se deve muita contia de dinheiro a minha fazenda, os farei vir perante vós e sendo alguns delles fallecidos a seus erdeiros e com o escrivão do vosso cargo e hum contador dessas partes tomareis todas as ditas contas e fareis por em arrecadação tudo o que por ellas achardes que se deve a minha fazenda e o que assi arrecadardes depositareis em mão de hua pessoa da terra rica e abonada e dareis logo ordem, antes que vos dahi partaes, pera que o enviem per letra de pessoas seguras e abonadas a este reino a intreguar na caza da mina ao tezeureiro della

4/ e outro si quoaando pella dita maneira fordes vizitar cada hua das ditas capitánias sabereis por inquirição devassa que tirareis de como os provedores almoxarifes e outros officiaes de minha fazenda dellas servem seus cargos e antes de começardes tirar as ditas devassas fareis vir a vós todos os livros e papeis de receita despeza depozito e negucios de minha fazenda que tereis fechados de vossa mão pera por elles verdes se estão como devem e na forma e ordem de meus regimentos e achando pelos ditos livros e papeis e iquirição que tirardes que não procederão bem e como convinha a meu serviço e sua obriguação procedereis contra os culpados como fôr justiça e tendo taes culpas que mereção ser suspensos de seus cargos os suspendereis o sendo na dita capitania o guovernador das ditas partes lhe fareis saber pera elle prover pessoas que os sirvão/ e não sendo presente nos que assi os suspenderdes/ e sendo o provedor de minha fazenda vós com elles proveis pessoas que sirvão seus cargos toe dardes conta ao dito governador pera os aprover ou provar outras pessoas que ouver por meu serviço emquanto durar o impedimento dos proprietarios e as pessoas que assi proverdes lhe darei juramento pera que bem e verdadeiramente sirvão os taes cargos guardando em tudo (meu serviço) e o direito ás partes e não sendo presentes o governador ou o provedor moor nas capitánias que assi visitardes em tal caso vós proveis os taes cargos na dita maneira em meus creados avendoos na terra e sendo autos

5/ e bem assi visitareis a caza da alfandegua da cidade do salvador e baya de todos os santos e sabereis se se poem em arrecadação os direitos das fazendas que vierão a ella e se se carreguão em receita nos livros que pera isso são ordenados, os quaes também proveis vendo so são numerados e assignados conforme a meus regimentos e se lhe faltão algumas folhas fazendo nelles todas as mais diligencias que vos parecerem necessarias pera boa arrecadação de minha fazenda e não estando os ditos livros na forma em que devem nem avendo os necessarios sabereis o porque e se por isso recebeu algum dano ou perda minha fazenda e por cuja culpa e vós com o dito provedor moor os ordenareis e serão assignados e numerados pello dito provedor moor em todas as folhas delles nos quaes se se escreverão os taes direitos e se carreguarão em receita ao recebedor delles e a mesma diligencia fareis em todas as mais alfandeguas dessas partes que assi vizitardes e nas capitánias em que o provedor moor não for presente assinarão e numerarão os ditos livros os provedores dellas na maneira que dito he

6/ e tanto que cada hu dos almoxarifes dessas partes tiver recebido tres annos lhe mandareis noteficar que vão dar sua conta a baya na caza dos contos della e levem pera isso todos os seus livros e papeis necessarios ás ditas contas recenseando-lhe vos sua conta primeiro que a vão dar e arrecadareis delle o que achardes que fica devendo que outro si depozitareis e fareis

vir por letras na maneira que atraz fica dito e vos informareis que (pessoas) ha na dita capitania que seão autas pera receberem as rendas della em quocanto o almoxarife der sua conta pera isso dardes enformação ao guovernador que com vosso parecer e do provedor moor encarraguará o dito recebimento a pessoa que lhe parecer meu serviço

7/ e quocando assi vizitardes as ditas capitainas em quocallquer dellas a que cheguardos fareis vir porante vós os livros dos almoxarifes que tiverem suas contas posto que ainda estejam servindo e lhe vereis os livros de sua receita e os das entradas e sahidas (das) alfandeguas pera saberdes o que renderão no tempo do recebimento do tal almoxarife cotejando o livro das ditas entradas e saidas com o da receita e achando que lhe esta alguem dinheiro por carregar em seu livro o fareis logo carregar em receita

8/ e outra si sabereis por inquirição devassa que tirareis em que forma se arrecadão os direitos e se se guarda a ordem e faz verdade nas avaliações das mercadorias que vão de fora do reino que por obriguação hão de pagar dizima por entrada e a maneira e vigia que se teve nos navios que carregarão nessas partes açuquares pera fóra do renio e como se fez avaliação delles pera a dizima que ayião de pagar por saída a minha fazenda

9/ tãobem sabereis por inquirição devassa que outro si tirareis em todas as capitancias que vizitardes da artelharia armas e mais munições que nellas ha que pertença a minha fazenda se estão em receita sobre os almoxarifes das ditas capitancias provendo as receitas pera por ellas verdes se estão em arrecadação e faltando algumas dellas sabereis a que official faltarão e fareis cobrar tudo e por em arrecadação sobre o official que ao tal tempo servir das couzas que não estiverem carreguadas sobre elle e sabereis se o provedor moor tem feita deligencia a cerca da artelharia que fui informado que se vendeu e alheou da que estava na capitania de pernambuco e da que deste reyno levou fruituozo barboza pera a paraiba e se a fez por em arrecadação como lhe per seu regimento mandei e achando que não é cobrada perguntareis muito particularmente as testemunhas que tirardes pela dita artelharia e das pessoas que a venderão ou emprestarão e a fareis por toda em boa arrecadação

10/ e sabereis em cada hua das ditas capitancias a que fordes ter se o provedor moor tem provido os livros das ydas dos navios que despacharão pera este reyno e visto as fianças nos mesmos livros, e das que se acharão desobrigadas pedida certidões aos escrivães a que pertencerem e cotejadas com os assentos das taes fianças/ e não se apresentando, se não ouverão as taes fianças por desobriguadas, e procedido com os taes escrivães pela maneira atraz declarada e posta em arrecadação toda a fazenda que deste reyno levou fruituozo barboza pera conquista da paraiba como lhe pelo dito regimento he mandado e não o tendo assi feito o fareis na dita maneira

11/ e outro si sabereis em cada hua das ditas capitánias per inquirição devassa que tirareis do dinheiro que se recebeu e depositou das avenças e respeitos dos escravos que á dita capitania forão ter de angola e sam tomé pera se enviar a este reyno a meus officiaes a que pertencer que fui informado que era muito e que o não mandarão/ que officiaes ou pessoas forão que o tal dinheiro receberão e ququanto era e per cujo mandado se lhe entregou e a cauza que ouve pera o não mandarem a este reyno e o que lhe fizerão/ e avereis os livros e autos do dito deposito e o que por elles constar que se deve a minha fazenda fareis logo por em arrecadação e o enviareis por letras a este reyno na maneira do maes que arrecadarles como atraz hé dito com o treslado dos autos do dito deposito e da receita que delle se fez com todas as verbas e declarações que tiver

12/ e vos enformareis se o dito provedor moor tem cobrado o caderno das fianças que fui informado que tinha o bispo em hu cofre pello qual caderno pessoas tem obrigação de pagar á minha fazenda o conteudo nas ditas fianças que emporta muita contidade do dinheiro e assi o caderno que estava em poder do escrivião de minha fazenda das ditas partes do brazil per que se começava a fazer alguma arrecadação e cobrarem as fianças que estavam perdidas pera minha fazenda e carreguadas em receita sobre os officiaes a que pertencer e não o tendo feito como dito he o fareis na dita maneira

13/ e porque fui enformado que hua não ingreza chamada merçaldelreal foi ter á capitania de pernãobuco com muita fazenda de que os direitos importavão sette ou oito mil cruzados que se não carreguarão em receita nos livros da alfandegua da dita capitania e se repartio o dinheiro dos taes direitos antre os officiaes da dita alfandegua e mandei que o provedor moor se enformasse deste cazo pelas diligencias que sobre isso fez martin carvalho e, sendo necessario, tirar-se do dito cazo devassa com o segredo que a calidade delle requere e procedesse contra os culpados conforme a meus regimentos e ordenaçõens e pozesse o tal dinheiro em arrecadação/ sabereis se o fez e não o tendo feito o vereis, e não sendo na dita forma o fareis como o dito provedor moor o ouvera de fazer em modo que se saiba a verdade

14/ e não sendo despachado nem dado a execução o feito em que he autor o provedor de minha fazenda nessas partes contra bento roiz de villalobos em que lhe demanda sette ou oito mil arrobas de açúcar por perdidas pera minha fazenda pellas despachar em liberdade de hñ engenho per via de hñ simão falcão que foi prezo por este cazo o dito bento roiz e deu por fiador a hñ jorge teixeira hñmo rico e abonado e que tinha hñ engenho ordenareis que se despache este feito e se de a execução o que montar neste açúcar a minha fazenda pertencendo-lhe

15/ e vos enformareis do assento que se tomou por meus officiaes sobre a não que á dita capitania arribou de João bau-

tista revallasca contratador que foi do trato de sam tome que hia com escravos pera as yndias de castella

16/ e outro si vos enformareis se são tomadas as contas de vicente correa e joão roiz malver e antonio da fonseca que servirão de almoxarifes das capitánias de pernãobuco e tamaraçá e não as tendo dadas os obriguareis que as vão dar á baya recenseando-lhas primeiro e fazendo por em boa arrecadação o que por ellas vos constar que ficão devendo á minha fazenda que enviareis a este reino por letras na forma e maneira que atraz he dito e assi todo o mais dinheiro que pelas diligencias que fizerdes se cobrar e pozer em arrecadação e isto sem embargo de quoaquer outros regimentos que ahy aja em contrairo

17/ e sabereis quem recebeo os rendimentos da fazenda de bento dias de sam tiago contratador que foi dos dizimos dessas partes e as diligencias que pelos precatorios e embarguos de meus officiaes da caza da mina que ás ditas partes enviarão os annos passados se fizerão á cerca do que esta devendo do dito contrato á minha fazenda e o que disso é cobrado e fareis comprir os taes precatorios e embargo e por em arrecadação o conteudo nelles

18/ e por este mando ao meu guovernador nas partes do Brazil e officiaes de minha fazenda juizes e justiças em ellas a que o conhecimento delle pertencer vos dem e fação dar todos os livros autos papeis devassas e doutras couzas que lhe por vós de minha parte forem pedidas por bem deste neguocio de meu serviço de que vos encarrego

19/ e as inquiriçoens devassas que tirardes na maneira que dito he serão quinze annos a esta parte e de tudo o que assy achardes e fôrdes provendo e diligencias que fizerdes me avizareis muito particularmente por vossas cartas que enviareis a este reyno por vias a meza de minha fazenda da repartição da india

20/ encomendovos e mando que este regimento vejaes muitas vezes e o cumpraes e guardeis inteiramente como se nelle contem e de vós confio que fareis antonio de paiva o fez em lisboa a doze de fevereiro de quinhentos noventa e um pero de paiva o fez escrever.

VIAGENS NO BRAZIL

VIAGENS NO BRAZIL

N. 1

Viagem que se faz para o Maranhão em Canôas e Embarcações pequenas por dentro

Com a vasante se vai do Pará até ao Pinheiro, e d'ahi se vai contra maré por detraz da ilha Egoiz pelo mar acima e se vai sahir na bahia de Santo Antonio e ahi se tornará a entrar por dentro da ilha até a bahia do Sol, a qual se atravessará a outra banda na preia mar, ou com a maré grande de vasante e estando da outra banda, com a enchente se vai até o Manucú, e d'ahi com a vasante se vai até a villa da Vigia, e se vai entrar no igarapé que fica junto á villa da Vigia, e se vai andando pelo igarapé adiante, e se passa a bocca da barra, e logo adiante della se espera a enchente, e na preia-mar se passa o secco do Tabatinga, e com a vasante se vai até S. Caetano e ahi se espera a enchente e se passa o dito secco, porem se aguas forem pequenas, não se espera o dito mar em S. Caetano, mas hirão sempre com as vasantes pelo rio de Estacio Rodrigues. Neste rio do Garapé ao mar da bocca delle se perdeu a galera Bragança e por isso se lhe chama a onda Bragança.

Passado que seja o dito sitio de Estacio Rodrigues vai passando pelo dito secco de S. Caetano na preia-mar e se vai sahir na bahia do Crussá, e com a vasante se vai pela bahia abaixo, do secco do Orpacahy se espera a enchente para na preia-mar se passarem dous séccos e se vai sahir na bahia Hipamoga, que é pequena, e decendo para a ilha dos Tutarogens passada ella se espera a enchente para ir passar o secco do Pacamunna, e passada a dita bahia se vai passar outro secco na preia-mar e sahindo da bahia do Maraporim se vai depois na vasante por ella abaixo até a bocca do secco do Crussá.

Em todos estes séccos que tenho dito se entra á mão direita, porém no do Tobatinga que é á esquerda passando o dito secco do Crussá na preia-mar se vai sahir com a vasante na bahia do Maracanã e com ella se passa a outra banda, e em lá estando junto ao matto se fica Mará, e se espera enchente e com esta se vai até aldeia da S. Miguel do Maracanã e de lá se partirá na preia-mar, e se passará a outra banda entrando por uma

bocaina que lhe fica defronte e se vem com a vasante por detrás a uma ilha na bocca do sêcco da parte da mão direita a esperar enchente e logo com meia maré se passa o dito sêcco que vai sahir na boca do Corussá.

Com a mesma maré acima dita se vai passar um sêcco grande para o que é necessario aguas grandes se a Canoa for grande, chama se o sacco da duriandoba e se vai sahir á dita bahia ou á bahia das Salinas e com esta mesma vasante se passa a outra banda e se fica na boca do furo ou garapé entre as areias.

Aqui se mata muito peixe na baixa mar havendo tempo, e tambem não falta Meroim; d'aqui já se está vendo o mar largo e se espera até o outro dia para no principio da vasante ou preia-mar hir montar a ponta do Atapô por fóra, e se entra na bocca do igarapé que vai por detrás de Salinas, e logo se para e fica da parte da mão direita encostado á terra de frente do porto das Salinas.

Aqui embarca a gente que passa por terra (ao Tapú) por terem medo de o hirem montar em canoas pela força, e não ha outro caminho por dentro, aqui se espera a enchente com meia maré de cheio, e se vai passar o sêcco das Salinas, para o que é necessario aguas grandes e se vai sahir na bahia do Itapipe, até quasi ao meio e se fica encostado a uns montes de pedras junto ao mar, e se espera a preia-mar e com ella se passa a dita bahia e se entra por um igarapé dentro, e se vai passar com a vasante a bahia de Maga que fica na bocca do Igarapé e e com meia maré de cheio se vai passar o sêcco e sahir na bahia do Pirá-Usú e logo se passa a outra banda antes que a maré vaze muito por não ficar em sêcco nas coroa e se espera da outra parte meia maré de cheio, e com ella se vai passar o sêcco e sahir a uma bahia pequena e com a mesma enchente se entra por detrás de uma grande coroa de areia por entre um montinho pequeno e se vai sahir na bahia Hapirirola e na preia-mar se passa a outra banda e tambem se pôde passar em baixa mar para se verem os canaes e se vem até ao meio no reponte da enchente e ali se espera mais enchente para se ir entrar no igarapé Arogante que custa a tomar porque tem uma coroa grande de arêa na entrada e outra no meio e com a preia-mar se vai passar o sêcco e sahir á bahia do Cuatipirú e se passa logo á outra banda antes que vaze muito para que não fique em secco por causa das canoas e se espera a maré com mais de meia enchente, e se passa o secco até chegar á bahia do Amungetuba, e se vai por ella adiante encostado á terra e quasi no meio se espera a enchente arrumado a uma grande corôa que tem uma legoa de comprido e meia de largo e com a enchente irá por entre a dita coroa e a terra que for costeando da parte direita até uma bocca de mar grande que mette pela terra dentro e ali esperará que a maré entre a vazar e logo sem demora irá com a vazante junto de um matto pequeno encostando-se bem nelle por não ficar em sêcco na dita Coroa que por aqui tudo descobrê.

Em chegando ao fim do dito mato se entra em um igarapé largo da parte direita e logo se pára e com meia maré de cheio se parte e se vai pelo igarapé abaixo digo pelo igarapé acima até lhe dar a vasante que com ella irá sahir ao rio do Caité — e ahi dará fundo, e com a enchente irá pelo rio acima até a villa do Cayeté, porem aquelles que não carecerem de ir á dita villa excusão de dar fundo que é o melhor ir com a vasante com que vai do igarapé da Munagitaba e vão logo dar fundo ou fincar maré na boca do Urumaio e d'ahi partirão com a enchente e irão passar os seccoos das Salinas do Cayete que lhe ficarão a mão direita, digo, esquerda, e irão sahir no garapé Otoriaz que é quasi secco para cima e se entra com a mesma maré em outro secco e se vai sahir na bahia Conimboco que são quasi duas Bahias, e se a maré estiver onde se pode passar a outra banda com a vasante, aonde esperará meia maré de cheio e com ellas se parte e se vai passar o garapé e sahir na Bahia do Toque Emboque e se passa a outra banda e se vai esperar na boca do garapé encostado ao mato da parte da mão esquerda, aqui se matão muito peixe á linha, e ainda que a canoa fique em secco não importa.

Tanto que a maré estiver quasi meia cheia se parte e vai passar o terrivel secco do Athú para o que é necessario Cabeças de aguas vivas e succede algumas vezes gastar-se 4 ou 5 dias para se passar e com tudo isso é necessario descarregar as canoas e tapar o garapé com tijuco em varias partes na preia-mar para que ficando a maré cheia todo o dia se possa botar a agua de umas passagens para outras com baldes ou Cúyas, arrastando as embarcações e puchando-as com cordas á sirga se passa o dito secco.

Todo esse trabalho se podia escuzar e evitar, mandando-se abrir, pois se podia fazer com pouca despeza e aberto se pode passar em menos de quatro minutos, o d'ahi se vai com a vasante e não se dá fundo neste garapé porque a corrente é muito forte e não segura fateixa ás embarcações, em estando em meio garapé, faz uma bocazinha para a parte da mão direita, aqui se metterão para dentro della, e darão fundo, aqui anda de continuo a embarcação á roda, e não lhe é bom passar d'aqui com a vazante, por amor dos caldeiroens que estão por este garapé adiante, aqui se espera que a maré esteja quasi preia-mar, então se parte para passar os caldeiroens enquanto as aguas estão estofadas e d'ahi se vai passar a bahia da Preia-tinga e d'ahi passarão por entre a ilha e a terra que tenho dito cuja é boa para povoação e tambem é bom passar a bahia de Piauna a outra banda e ahi esperar a enchente e com a preia-mar se irá passar o secco para o que he necessario aguas grandes e se vai sahir a bahia do rio Gomgoim e se vai andando encostado á terra e se fica no fim della se a maré vazar e com o reponte passará a outra banda e entrará no garapé do curatá-pera, mas querendo vir por fora da bahia da Priáuna so deixão vir com a vasante, virão costeando as praias da Enseada até a boca do rio Curupino e em chegando

entre a ilha do Rochedo que é uma das duas acima por conhecer-se do rio Gurupim, aqui se dará fundo, ou chegando para a terra se fincará maré, esperarão a enchente e com ella hirão pelo rio do Gurupim acima e até ali entrarão por entre umas ilhas da parte da mão esquerda e hirão pelo garapé do Carutá para cima até chegarem a haver um morador que se chama Carlos filho da Tapuetá, o qual mataram os seus indios de cujo tomou o sitio o nome—do Curutá—para aqui tem muito boa agua para beber e d'ahi vai pelo garapé adeante e se passa a bahia Vimirim e se vai andando por um garapé largo que tem no meio 5 ou 6 pedras de cantaria que em preia-mar se estão vendo e quasi nunca se cobrem, e dahi se vai com a vasante parar a bahia do Curiasú, e se espera a enchente que estando mais em meia maré se parte por um garapé mais largo e se vai passar á bahia da Tramahuá, e se entra no garapé que mette pelo matto dentro da parte da mão direita e hindo por elle acima no mesmo instante em que se perder a dita bahia de vista, entrará em um garapé pequeno estreito que vai para o matto da parte esquerda e indo por elle acima irá sahir na bahia Pericaba e logo a passará a outra banda não se demorando muito por não ficar em secco em cima das coroaas que tem junto á outra banda e ahi se espera enchente encostado ao matto e com meia maré de cheio se vai passar o garapé e se vai sahir na bahia do Maracasumé, que forma duas Bahias e uma enchente se vai pela bahia acima até quasi junto á ilha aonde tenho dito estiverão os Hollandezes e dahi com a vasante se passa a outra banda e se espera a enchente para hir passar o sêcco que vai sahir na bahia Sintióca — ou do Carará para que é necessario aguas grandes e com a vazante se passa a bahia a outra banda, mas o melhor é não ir passar este sêcco com a vazante com que passarão a bahia — do Maracazume — e se deixarão pela barra fóra, e hirão com a vazante direito aos morros dos areaes que lhe chamão Sentioct que ficão no meio da bahia do Carará, em que ha muitos camalioens, e se espera a enchente e com ella se vai pela bahia acima até a boca do sêcco de Araraca ali se espera meia enchente para na preia mar passar o dito sêcco e sahir na bahia Mutuca e se com alguma vazante se passa a dita bahia a outra banda, porém se as aguas forem pequenas como quebradas e se a canoa for grande não se póde passar por este sêcco, então esperarão na espera da dita bahia Carará — até que a maré esteja quasi preia-mar, então irão costeando a terra que lhe ficará a mão direita e irão sahindo pela dita bahia fóra mettendo-se por um canal que vai por entre uma grande Coroa de areia e assim irão já com a vazante sahir na bahia Mututia — e em chegando a ella esperarão a enchente na boca do dito canal por onde forão estando quasi meia cheia, e levantaram Villa, e hirão pela dita bahia acima passar o sêcco que vai sahir na Bahia — do Puriasú — e com a vazante hirão por ella abaixo esperar maré aonde forma uma campina e d'ali uem quer atravessar a Bahia parte com mais de meia maré

cheia para ao depois com a vazante ver se póde ir a outra banda.

Outros que tem medo de atravessar esta bahia por ser muito grande, vão por dentro por entre uma ilha, costeando a bahia até chegar a outra banda, e depois com a vazante vem para baixo costeando a terra e gasta mais tempo, e dahi se vem com a vazante por um garapé largo abaixo até chegar a espera que é em uma campina da parte da mão esquerda e ali se espera a enchente quasi preia mar e se passa por entre umas ilhas e se vai com a vazante á espera que é em huma ilha que está no meio da bahia — Vurirana — dali se parte com o principio da enchente e se vai pela bahia acima que é um garapé muito comprido e no meio delle se manda buscar agua ao matto da parte da mão esquerda e d'ali uma vazante se vai sahir na bahia Quiziqueira e da outra chamada Carsapueria — e se passa a outra banda e se espera em um garapé largo entre uma ilha pequena e d'ahi se vai com bastante maré de cheio por um garapé largo acima muito comprido e se vai sahir com a vazante na bahia de Cabello de Velha se espera a maré encostado a umas praias d'area e tanto que a maré estiver quasi preia-mar se atravessa a bahia a outra banda em quanto a agua não corre muito por causa da grande correnteza que ha nesta Bahía e em chegando da outra banda se encostarão as praias de areia e ahi esperarão que a maré esteja mais de meia cheia, então hirão encostados á terra da mão esquerda por entre umas ilhas a passar o secco do Arpucuba na preia-mar, e este secco senão póde passar sem quebradas, sendo a canoa grande não póde passar senão 3 dias ou 4 antes da lua, mas depois della só ao 3º dia se póde passar que se vai com a vazante pelo garapé abaixo e toma agua da parte da mão direita aonde se faz uma campina pequena, e d'ahi se vai até a boca do garapé e se dá fundo ao pé de uma ilha pequena e d'ahi com meia maré cheia se parte a ir passar o secco de — Banetuba — que é muito comprido e com a vazante se vai pelo garapé abaixo e não muito longe da boca delle hirão encostados á terra da mão esquerda porque da outra parte tem corcoas de areia e aqui é muito forte a corrente e d'ahi se vai esperar a maré na boca do dito garapé e com a enchente se vai passar Mocomandaba e uns garapés estreitos e com a vazante se vai sahir na bahia de Coatibó e se vai esperar maré quasi junto a boca e d'ahi com bastante agua de cheio se vai pelo garapé acima tomar agua no coral de Fr. Mathias e se vai passar o secco — do Crumata — e com a vazante se vai a dita bahia, muitos passam na baixa mar a ponta das pedras por um canal pequeno que faz, outros em preia-mar, he trabalhosa de montar a dita ponta e montada que seja largarão vella pronta, e irão contra maré a safar-se de duas pedras indo dar fundo ou na bahia ou depois de estar bem dentro encostado a terra da mão direita e d'ahi com a enchente irão passar a dita bahia e juntamente o secco da boca aonde esperará que a maré entre a vazar para hir montar a ponta da roca vem por fóra que é um ter-

raço, passado este e chegando com a volta pronta para alargar, em tendo montado irá indo contra maré pela bahia do Guamá dentro até onde lhe parecer ou dando fundo tendo boa farteixa e o que se evitará todo o trabalho.

O perigo que ha em passar a dita ponte abrindo-se 7 ou 8 braças d'arêa da parte de dentro da dita ponte por onde antigamente passavão canoas sem perigo no tempo do Governador João da Maia, passada a bahia do Cuamá querendo vir-se a segurar o porto da Artinguba se encostarão a terra da mão esquerda e assim hirão até passar a Aldeia de S. João e d'ahi lindo descarregar ao dito porto mandarão as suas cargas por terra e querendo que a embarcação vá ao Maranhão, esperará marés sêccas ou mais, entrado a vasar ao amanhecer, então... &ª.

N. 2

Viagem do Cabo do Norte

De Araguari para baixo ha dous Igarapés pequenos de agua salobra, mais abaixo ha outro que se lhe chama Piratuba, que partindo-se pela manhã de Araguari se chega á tarde, d'ahi se parte para a ilha Tururi e se atravessa para a terra firme da Costa e se chega ao rio Maia Cori, este rio é largo e tem logo dentro de agua preta na baixa mar, tem varios sêccos e tambem tem pororoca nas aguas vivas, da parte esquerda tem os dormitorios de varios Aldeões, como são Guararez, Colhereiros e outros, aqui se dorme até o outro dia e se parte de madrugada e se vai chegar ao igarapé do Maraipo pelas 2 horas da tarde pouco mais ou menos, tem este dilatados lagos e na boca tem varios sêccos e muitos Carapanãs e que ha ainda gentio de nação Aricurazes que são mais das gentes dos Francezes que dos Portuguezes, d'aqui se parte no outro dia de madrugada, e se vai ao rio Guanani, tem baixos que espraão muito, tem muito peixe de linha, gapoipa e muito caranguejo, no outro dia se parte da mesma sorte e se vai ao igarapé — Ventuari — mais limitado e é de agua preta, d'aqui se parte de madrugada e se vai aportar em um igarapé que lhe chamão os Indios — Igarapé-mirim —, tem cachoeiras, tem muito caranguejo, Mogros, e tem campinas, d'aqui se parte de madrugada e se vai ao igarapé Moteitive — e deste se parte tambem de madrugada e se vai ao rio Cotiperú —, que terá delargo na boca 3 quartos de legua, e tem uma aldeia de fugidos escravos dos moradores do Pará e muitos fugidos Aldeões das Aldeias da Conceição, Santo Antonio, e dos Padres da Companhia que estando nos nossos dominios, estão dando obediencia a Caucama e commerciendo com os Francezes, neste Igarapé não se fica mas sim mais abaixo, em outro de agua preta que tem grande correnteza, abaixo d'este Igarapé

dizem, se perdeu o navio que ia para Pernambuco carregado de farinhas, d'aqui se parte de madrugada e se vai a outro igarapé que se acha pelas 2 horas da tarde, é de agua preta, tem grandes baixos que botão ao largo e por esse respeito custa a entrar nelle, parte-se deste igarapé de madrugada, e bota-se muito ao largo por respeito de baixos que tem e chega-se antes do meio dia ao rio de Vicente Pição ou Hia-pouca, d'onde se avistão 3 serras a que os Indios lhe chamão Camaripú e os Francezes — Montanha do Orjão, entrando-se pelo rio dentro está um presidio dos Francezes, este rio terá na boca 3 leguas pouco mais ou menos e dizem vai cortando sobre o Parú, da boca deste rio ao chegar ao presidio serão 4 leguas e o dito presidio fica á mão direita, deste presidio se parte de madrugada para se chegar a boca ao amanhecer e correndo a costa se avista o rio de Mapruola que é bastantemente largo.

N. 3

Viagem que fez o Illm. Exm. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, Comendador de Santa Marinha de Mattas de Lobos na ordem de Christo. Governador e Capitão General do Maranhão, etc.

Partindo do porto desta Cidade de Santa Maria de Belém do Grão Para para a villa Nova de S. José de Macapá com 3 Canoas de minha conserva, levando em minha companhia o meu Capitão da Guarda Manoel da Silva e meu Secretario o Capitão Gaspar da Costa e o Sargento Mór Engenheiro Carlos Gorjão Rolisso e o Capitão das Fortificações Antonio Gonçalves e o Ajudante Aniceto de Tavora e com infantaria de minha guarda, o Doutor Fisico-Mór Manoel Ignacio, o reverendo padre capellão D. Jozé dos Anjos Lopes, João de Sousa de Azevedo pessoas de minha comitiva e feita por mim, o Piloto Antonio Nunes de Souza : em 24 de Fevereiro do Anno de 1752 largando deste porto pelo meio dia, com a reponta da maré de enchente entrando pelo rio Muju até a ribeira sitio onde se fazem madeiras para Sua Magestade ...E... 6... L... 6... E partindo com outra enchente ao sitio do Antonio de Ornellas E... 6... L... 6... e desta paragem com enchente a passar o igarapé-mirim E... 4... L... 4 até a boca do dito igarapé corta a agulha no rumo So, e partindo da dita paragem com maré de vasante fazendo espera na margem do rio E... 6... L... 4. E partindo da espera com maré de enchente até ficar no mar do Marapatá. E... 6... L... 6. e por este caminho vem cortando a agulha ao No... So... e pela margem deste rio habitado de sitios de moradores e partindo da dita paragem até o engenho da Curusababa costeando a esquerda com maré de enchente E... 6... L... 6. e partindo da dita paragem com maré

de enchente, e atravessando por entre ilhas e ficando aportado no porto da villa do Cametá... E... 4... L... 3. por esta paragem vem cortando a agulha no rumo S... e é preciso trazer Indio practico pela razão de muitas corças de areias e algumas trovoadas para saberem as esperas, para obrigarem as canoas, e á dita Villa se aportou em 26 de Fevereiro situada 2. g. 23. m. por esta paragem desagua o rio dos Tocantins e na dita Villa se achava o Exm. e Rev. Sr. Bispo D. Fr. Miguel de Bulhões em acto de visita e no mesmo dia desembarcou S. Ex. com toda a gente de sua comitiva, e veio o dito Senhor Bispo recebê-lo com as principaes pessoas da dita Villa e juntos forão fazendo viagem pelas 2 horas da tarde veio o dito Senhor Bispo despelir e S. Ex. acompanhado das pessoas principaes da mesma Villa e naquella maré de vasante costeando a esquerda e atravessando por entre ilhas fazendo espera E... 6... L... 6. e partindo com meia vazante até a boca do igarapé do Limoeiro e nelle um molinete de João Rodrigues E... 4... L... 4. cortando a agulha ao rumo N. e este dito mar do Marapatá e bahia do Limoeiro desemboca entre a Ilha de Joannes abundante de muito gado vacum e nella se acha um pesqueiro de El-Rei e pela margem de rio da dita cidade e da dita ilha desagua o rio *Goamá* ⁽¹⁾, rio-Capim, rio-Acará e o dito rio Moxu, todos situados de moradores com suas lavouras, Cacaus, e Cafés e Assucar e aguas ardentes de canna e da mesma sorte até a villa da Vigia e Maracanã, onde se achão umas marinhas de sal, que por estas paragens costumão os moradores fazerem suas salgas de peixe, e partindo do dito igarapé do Limoeiro com meia enchente e um quarto de vazante por entre ilhas a salvar os secos e ficando fóra na bahia dos Bocaz E... 7... L... 6 cortando a agulha no rumo No... O... e da dita paragem até ao engenho de Pedro Furtado e atravessando por entre duas Ilhas E... 4. L... 4. e todo este mar desemboca entre a dita ilha de Joannes e a dita cidade e partindo da dita paragem costeando a direita até a boca de Mutucua com maré de enchente. E... 6... L... 10. com vella e remos, e partindo da dita paragem e fazendo espera com maré de enchente E... 6... L... 8. cortando a agulha no rumo No... O... e partindo desta paragem passando ao sitio do Breve, rodeando a dita ilha de Joannes com maré de enchente E... 6... L... 8. e partindo da dita paragem fazendo espera com enchente. E... 5... L... 8. e partindo da dita paragem fazendo espera com a enchente E... 8... L... 8. até a esta dita paragem deixando muitas ilhas á parte esquerda, e partindo da dita paragem fazendo espera com maré de vazante fazendo espera E... 8... L... 8. e partindo da dita paragem com vazante costeando a ilha de Joannes ficando defronte a primeira Bahía E... 6... L... 7. e partindo da dita paragem

(1) Rio Goamá, unido com o Capim, desaguão junto da cidade do Pará, formando a boca de um rio caudaloso que os Naturaes chamão Guajara no qual confluem as aguas do Acará, Moju, Tocantins, Jolunda, Talaias e Guarapú depois de unidos entre si.

atravessando e passando por um furo, até ficar na bahia do Vieira na descabeçante da maré E... 7... L... 8. e atravessando a dita bahia segunda até ficar postado na outra banda E... 3... e 3/4... L. 1. e por ella grande corrente de agua que se altera muito o mar e por ella desemboca a maior parte do rio Amazonas, e partindo da dita paragem fazendo espera com maré de enchente passando por entre ilhas E... 6... L... 7. e partindo da dita paragem com maré de enchente atravessar a 3ª bahia E... 3... L... 2. e partindo da dita atravessando a 4ª bahia E... 2... L... 4. e partindo da dita paragem por entre ilhas, ficando defronte na ilha de Santa Anna E... 7... L... 5 e atravessando para a dita ilha E... 1/2 — „ L. — „ 2. „ até a esta paragem corta agulha No — „ O „ — „ N. e partindo da dita paragem até ao porto de Macapá E... 3... L... 3... aportando em 8 de Março o presidio onde habita o Capitão Manoel Sarrão com alguns soldados fazendo vigia com 3 peças d'artilheria situada em — „ 8., m. „ N. e se aruma a sua frente No „ de „ mui desabrida dos ventos L... „ NE... „ de que quebra muito o mar naquelle porto e fronteiro a elle com 3 dias de viagem por entre ilhas, 3 Aldeias de Indios chamados *Aroans* pertencem aos Padres de Santo Antonio e os ditos Indios costumão hir a Cayana porto dos Francezes, e a dita villa é habitada hoje de muitos cazais que vierão da ilha da Graciosa que embarcarão no porto da ilha Terceira, motivo porque foi S. Ex.^a a situa-l'os e dar-lhe posse e em dia de S. Jozé 19 do dito se festejou na Matriz em applauso da nova fundação e descarga de artilharia e mosquetaria com os mais estylos militares foi S. Ex.^a em companhia do R.^{do} P.^o Vigario Miguel Angelo de Moraes e as mais pessoas que acompanhavam a um lado da praça e se benzeu o lugar em levantando os paus para dar principio as cazas com victoria dizendo Viva El-Rei e se deteve até o fim de Abril com assistencia em todo esse tempo, mandando descortinar a Praça e abrir duas allas para desaguar um pery para o mar que se acha no fundo da Praça, e para o fundo da dita grandes campinas, e nesta demora averiguou o Sargento Mór a medição para a dita Praça e o grande zello de S. Ex.^a mandando caçar e pescar para o sustento daquelle povo.

Partindo da villa nova de S. Jozé de Macapá para as visitas das Fortalezas o Aldeias, fazendo viagem no primeiro de Maio pelas 9 horas do dia que ao mesmo tempo veio visitar a S. Ex.^a o Capitão-mór da fortaleza do Gurupá Manoel de Aragão Sarmento e chegando á ilha de Santa Anna foi S. Ex.^a com os officiaes e pessoas que levava em sua companhia examinar a dita ilha, se era capaz para situar uma Aldeia e achando-a com terreno capaz passou ordem ao Capitão-Mór João Baptista que é o commandante na dita villa do Macapá, mandasse rogar para dar principio e assituar alguns Indios de tomadias contra as ordens de S. Magestade e partindo até a boca do rio Nauti a E..., 7..., L..., 4. e desta ao rio Arapicú E..., 10..., L..., 10, e desta a uma enseada E..., 9..., L..., 8. e desta até ao rio

Iari. E..., 10..., L..., 10. e partindo pelo rio acima E..., 15..., L..., 10 até a aldeia dos P.^{es} Capuchos partindo para baixo até a boca E..., 8..., e da dita paragem fazendo espera E..., 12..., L..., 10. e desta até a boca do rio Tacaré E..., 8..., 17. e partindo pelo rio acima até Aldêa E..., 12..., L... 8. e desta á outra para baixo e outro braço E..., 3..., L..., 6. e para a boca do rio E..., 4..., L..., 8. pertence aos P.^{es} de S. Boaventura e da dita bocca á fortaleza do *Parú* onde está uma aldeia pertencente aos P.^{es} de Santo Antonio E..., 11..., L..., 12. situada 1.^g 24.^m S., sendo capitão Caetano Corrêa e partindo para o rio *Carapy* que cerca a dita fortaleza até a aldêa pertencente aos ditos Padres. E..., 16.. L.; 12 para baixo até a boca E..., 7..., até esta paragem alem dos rios apontados, ha varios igarapés e enseadas para aportarem as canoas, e toda esta costa em poucas partes á beira ha terra firme, que tudo são alagadiços e vem cortando a agulha o rumo d., do., S., So., e da dita paragem fazendo espera E..., 13..., L..., 10. e desta fazendo espera E..., 11..., L..., 10. e desta boca de Urubunará e um lago á parte direita e um monte e uma aldêa e no caminho uma fonte de agua boa, pertence aos P.^{es} de Santo Antonio e da dita boca para Gorupatuba costeando e passando entre ilhas E..., 15..., L..., 17. e no dito lago pouco avante e um alto á parte direita uma aldêa e tanto esta como a outra tem bom logradouro e partindo da dita boca e costeando a costa das *Cucieiras* até ficar de frente de umas barreiras da outra banda do rio. E..., 11..., L..., 14. por esta paragem é necessario cautella quando desfecha alguma trovada e não ha porto para abrigar as canoas, e a dita costa é desabrigada dos ventos L..., Ne. e corre N..., S..., o Conde da Mina (*sic*) no seu roteiro arruma N. E..., SO. entendo foi por passar da outra banda do rio, e partindo da dita paragem por entre ilhas e costeando á direita fazendo espera E..., 13..., L..., 15. passando por umas barreiras fazendo sirga com corda com grande correnteza e uma ponta della Aldêa de Surubiú que fica na boca de um lago, pertence aos P.^{es} de S. José E..., 9..., L..., 9. por esta paragem dá a agulha grandes voltas com o rio deixando muitas ilhas á parte esquerda por diversos caminhos por entre ilhas para a Mãe do rio partindo da dita aldêa, fazendo espera E..., 9..., L..., 9..., e desta fazendo espera E..., 10... L..., 10., e passando por entre ilhas costeando a direita e portando no porto da Fortaleza dos Pauxiz. E..., 2..., L..., Em 29 de Maio sendo capitão Pedro Alves Borges e situada a dita fortaleza 1. g.. 40. m S. parte mais estreita do rio Amazona e nesta paragem com 16 horas de caminho costeando a parte direita até a boca do rio dos Tapuias a parte direita. L., 30..., e á parte esquerda do dito rio a fortaleza situada em 3., g., sendo Capitão Domingos Rodrigues e no dito rio ha uma freguezia e varios moradores, e 5 aldêas pertencem á Companhia de Jezus, partindo da dita paragem fazendo espera e costeando a direita E..., 11..., L..., 20., e da dita ficando defronte do morro de

Urubúcara E..., 17..., L..., 22..., e desta boca do Gojara E..., 6..., L..., 10 por esta paragem é necessario cautella que não ha porto para portar as Canoas, e passando com um certo tempo de ventanias me foi preciso encontrar a terra e segurando a canoa os Indios com duas amarras se me ia alagando a canoa e me foi preciso fazer descarga; chama-se a dita paragem em lingua da terra costa do Maguari, Juriaparâ, e desembarcando pelo Guajará, furo que sahe no rio Aquaqui e vai sahir no rio Xingü. E..., 17 S. 30., cortando a agulha L..., N. E. e atravessando o rio Xingu E..., 1., e costeando á esquerda até a aldêa de Ita-Curusá E..., 8..., L..., 10. e desta até Vira-mirim e pouco mais avante da outra banda do rio outra aldêa, pertence a Companhia de Jezus e o ditório corta o caminho do S. e nas margens dos rios alguns sitios dos moradores boas praias de areia e partindo da dita Aldêa costeando a direita ficando aportado na aldêa de Matarú E..., 13..., L..., 20., pertence aos Padres de S. Jozé e desta á Boavista. E..., 3..., L 3..., situada de moradores e nella um engenho e desta Aldêa de Caviana E..., 4..., L..., 8., e desta a Carnapejo E..., 3..., L..., 5..., e desta até a fazenda de Estevão Cardozo e pouco avante a fortaleza de Gurupá situada em 1..., g. 46. m. S. e nella uma Villa e uma freguezia e um Hospicio de Capuchos pertencem aos Padres de S. Jozé aqui se deteve S. Exa. passando mostra aos moradores, esperando o dia 13 de Junho para assistir a festa de Santo Antonio, e desta até a boca do rio Tajupurú E..., 8..., L..., 12., deixando á parte esquerda muitas ilhas onde vão os moradores do Parâ á colheita do Cacau entrando pelo dito rio até sahir fóra no mar d'Aricurú E..., 23..., L..., 36., e o dito rio com grandes voltas deixando muitas ilhas e por entre ellas diversos caminhos cortando a agulha ao rumo N. d. da dita paragem atravessando e costeando á direita do porto da Aldêa de Aricuru E..., 4..., L..., 3. e desta a Aricarâ E..., 3..., L..., 2., pertencem á Companhia, e desta atravessando o desmboçando por entre ilhas, costeando á esquerda fazendo espera E..., 10..., L. 5., com meia vasante e logo atravessando a bahia uma hora e 3/4., L..., 3. com meia enchente por respeito das coroas de áreas e costeando e atravessando por entre ilhas á parte direita e tomando pelo rio Araticú pouco avante. Aldêa do Bocaz. E..., 10..., L..., 12 e desta com uma vazante costeando a direita e passando por entre ilhas até á boca do furo que vai para o Limoeiro. E..., 8..., L. 12., e desta paragem com maré de enchente para ir passar os sêcos por furo estreito e uma maré de vasante até ficar na boca do Limoeiro E..., 9..., e desta paragem para atravessar a bahia do Limoeiro, mar do rio dos Tocantins, esta dita abhia com 5 correntezas e suas coroas na base do mar e he preciso passar em maré cheia e passando um com certo tempo de ventania achando grande mar, me foi preciso arribar com a perda de um Indio que se me afogou passando por entre duas ilhas ficando da outra banda o mar do Marapatá E..., 5..., L..., 6. que será a largura de toda a Bahia e é preciso cautella por razão das tro-

voadas e partindo da dita boca pouco avante se avistou uma canoa estando a nossa postada esperando maré a mandou vir S. Exa. a seu bordo e nella vinha o Doutor Ouvidor General Manoel Luiz Pereira de Mello e seguindo sua viagem, partimos da dita espera até um sitio aonde ha uma Capella da Senhora Sant'Anna hoje freguezia assim como nos mais rios foi servido conceder o Exmo. Sr. Bispo. já nomeado e nesta dita se ouvio missa e nas mais paragens onde se portava nos dias de preceito E..., 7..., L..., 10..., o desta até passar o igarapé-mirim com maré de enchente E..., 3..., L..., 2.. e quando enche a maré ha boa paragem para passar o sêcco e neste logar ha uma engenhoca de Francisco Xavier de Moraes e da dita paragem uma maré de vazante e meia enchente ficando portanto no engenho de Domingos Monteiro E..., 9..., e desta com uma vazante e um quarto de enchente ficando portado no engenho dos Padres da Companhia e em quanto se ouvio missa e logo partindo e ficando postado pelo meio no porto desta Cidade em 23 de Julho com E..., 10..., advertencia que as horas são observadas pelo relógio, e as leguas navegadas por fantazia e o navegado das canoas com mais ou menos remos alem do favorecimento da Villa e o grande trabalho que se passa obrigado da sujeição das canoas e a praga que perturba se não pôde fazer com toda a perfeição que se pede e a navegação desta lida do rio das Amazonas e seus braços em rio cheio é muito faminto assim de caça como de peixe o que se experimenta pelo contrario na vazante que é muito farto e é preciso levar canoa pequena de montaria, linhas, anzoes, arpoens, para peixes bois, polvora e xumbo e nas margens dos ditos rios em certas partes boas situações, que não só para Villas e Provincias, mas ainda para cidades, que pelo tempo adiante querendo Deus pôde vir a ser este orbe com grandes haveres, principalmente plantar nelle a pura e santa fé de Jezus Christo bem nosso, e bem se vê a diversidade de haveres que ha por todos estes dilatados rios ficando servindo de madre o dito rio Amazonas e este pequeno trabalho navegara seguro se não perigar debaixo da censura & Antonio Nunes de Souza.

N. 4

Por ordem do Illm. Exm. Senhor Francisco Pedro de Mendonça Gorrão, Capitão General do Estado do Maranhão.

Derrota desta cidade de Santa Maria de Belem do Grão-Pará para as Minas de Matto Grosso, Arraial de S. Francisco Xavier de que foi Cabo o Sargento-Mór Luiz Fagundes Machado feita por mim Antonio Nunes de Souza Piloto Mestre aprovado feita em 14 de Julho de 1749, que pode servir para outra qual-

quer menção hindo passar as cachoeiras estando o rio da madeira de meio barranco para cima que tenha agua para passarem Canoas, etc.

Partindo desta Cidade se atravessa a buscar a boca do rio Mujué e fazendo viagem pelo dito até ao furo do Igarapé-mirim pelo rumo do sudoeste com duas marés com 15 leguas de canho, e o dito furo á parte direita desemboca no mar do Marapatá ao Es-noroeste e desta paragem se costea a parte esquerda e se atravessa por umas Ilhas para hir á Villa do Camutá por onde desemboca o rio dos Tocantins olhando agulha para Sudoeste e a esta dita Villa com duas marés com 1 legua de caminho, e se acha situada em 2 gr. 4 m. do Sul e d'aqui se costea a buscar o furo ao Limoeiro, caminho do norte com 2 marés com 12 leguas de caminho e não tendo que fazer na dita Villa se atravessa por um furo de 2 Ilhas que vai sahir ao dito furo do Limoeiro e por estas paragens é necessario cautella por razão das coraas e o rapido dos ventos, e desembocando pelo dito furo ao rumo do noroeste se vai sahir á Bahia de Peíro Furtado, mar do *Maraguaru* ficando a Ilha de Joanes á parte direita e no fim della na ponta do Mutuaia situada 2 g. e 12 m. com 2 de viagem com 12 leguas de caminho e nestas Bahias por entre ilhas fica a primeira Aldéa d'Araticu, e pouco mais avante com dia e meio de viagem fica a Aldéa de Aricurú, e perto a de Aricará. pertencentes á Companhia de Jezus e para buscar estas Aldeas carece-se de Indios praticos porque os rumos são diversos e as muitas Ilhas neste mar fazem diversas figuras e nesta ultima Aldeia se atravessa a buscar o rio Pa-jipurú correndo o rumo do noroeste e norte até sahir no mar do rio Xingú que desemboca em uma parte do rio Amazonas e para sahir fóra delle se gastão 4 dias com 30 leguas de caminho e a dita boca situada com 50 m. do sul e desta paragem costeando a parte esquerda do rio chamado Xingú, pelo rumo e Sudueste até a fortaleza do Goropá com dia e meio de viagem e doze leguas de caminho ficando situada L., g. 46 m.— e nesta dita ha uma freguezia e uma Aldeia de Capuchos e nesta paragem costeando a esquerda fica a Aldeia de Carnapijé e a Aldeia de Cavianna na Boavista, e pouco avante a Aldeia de Maturú, todas de Capuchos, correndo o rumo do Sudoeste com 2 1/2 dias de viagem com 14 leguas de caminho e fica situada em L... g... 7... m. e o mesmo á boca do rio Aquiri, que por elle se navega a desembocar no rio Amazonas correndo o rumo do sudoeste até ao noroeste, e defronte da dita boca parecem umas serras do Parú com um Taboleiro e uma quebrada no meio que fica para o norte e na margem do rio a fortaleza do Parú e costeando a parte esquerda pouco avante tambem ha um furo que na lingua da terra se lhe chama a Juraapará que vai parar no rio Guajará que sahe no rio Aquiri que vem sahir na Aldeia Maturú e se faz por aqui melhor viagem com menos risco por ser aquella Costa do Juraapará todo de baixos e pessosos portos para empoçarem as Canoas

quando desfecho as tempestades e desta paragem se costea á esquerda até a fortaleza dos Papaijós situada na boca do rio dos *Arinos* em 3 g. e vistos e vem correndo o rumo do sudoeste e Oeste com 5 dias de viagem e 40 leguas de caminho a esta paragem ainda ha fluxo e refluxo das marés e se verão aguas claras, neste rio ha 4 Aldeas da Companhia, e d'aqui se atravessa a buscar o rio das Amazonas, ficando a parte direita vão as Aldeias dos Capuchos por entre ilhas e bocas dos Lagos, como *Maturú Gurupatuba* e *Surubiu*, e vai correndo o dito rio o rumo do Noroeste e Oeste e o Es-Sudoeste até a fortaleza dos Pauxis costeando á esquerda e atravessando defronte della com dous dias e meio de viagem é dezoito leguas de caminho e fica situada em 2 g.—40 m. parte mais estreita do rio Amazonas e fazendo viagem na dita pouco avante á parte direita está o rio das Trombetas e pouco mais avante á parte esquerda um taboleiro de terra alto escabeçado que á beira na margem do rio por esta paragem pouco mais avante ha (1) 2 Aldeas das Mercês e navegando até a boca do rio da Madeira correndo o rumo de Oeste e OEs-Sudoeste com 10 dias de viagem e 50 leguas de caminho são por fantasia, e os dias se poderão gastar mais ou menos conforme o remado das Canoas e o favorecimento das vellas entrando pelo rio da Madeira á parte esquerda se deixa o Amazonas occidental, á parte direita, e fica situada em 4—g. 10 m. do Sul e como a esta paragem faz a agulha diversos angulos, só fica servindo a sua linha direita no rumo de Oeste 4^a de sudoeste com 234 leguas que é o que dá o triangulo como melhor se mostra nas margens e fazendo viagem a parte esquerda com 6 leguas de caminho fica a Aldea dos *Abacaxis* e pouco mais avante a Aldea dos *Trocanos* todas da Companhia de Jesus e um dia e meio de viagem, e partindo desta paragem subindo pelo rio acima aos 18 dias de viagem no fim de uma Ilha grande chamada de *Gentio Murá*, á parte esquerda se assentou o *Rajah* nesta viagem e está situada em 7 g do sul, e por estas paragens mais atraz costuma este gentio fazer oppressão ás Canoas que vão passando de que vi que era bastante-mente atrevido e é preciso cautela e fazendo a viagem sempre ao rumo do sudoeste que é como Costa este rio descontando rumos de voltas e por se achar nelles grandes correntezas, e peor fora se não tivera tanta immensidade de ilhas que é preciso em parte passarem as Canoas costeando por ellas e fazendo força de rumos e por esta paragem não pode servir a Villa e do dito arraial onde se fizeram Canoas se gastão 8 dias até chegar a boca do *Rio Machado* (2) com 28 leguas de caminho está situada em 3. g.

(1) Huma destas Aldeas não tive noticia, na margem esquerda somente da parte direita Anibó e Façatá, que hoje se chama Silves á qual se juntou a primeira as quaes foram das Mercês e de qualquer dellas vem um igarapé que desagua mais acima da boca do Madeira a pouca distancia.

(2) Deve ser o rio Jiparaná.

sul (1) e por elles desembocão aguas claras e vai cortando agulha ao nascento e desta paragem a boca do rio Machado até a boca do rio Jamari, são 12 leguas de caminho com 3 dias de viagem, está situada em 9. g. 20m. e nelles se encontrão aguas claras que agulha mostra que corta ao nascente e fazendo viagem da dita paragem pouco avante á parte esquerda esta um Igarapé e nelle uma Tapera onde esteve situada uma *Aldeia da Companhia* (2) e pouco mais avante se encontra a primeira cachoeira em 4 dias de viagem e 10 leguas de caminho até esta dita paragem se encontra a maior corrente de aguas e nas margens do rio ha pouco modo para as situações e alem de muitas ilhas e Corôas de areas brancas que até a esta paragem se encontrão, e baixa este rio no tempo da secca o melhor de 40 palmos, é muito farto de peixe e caça dando tempo para se caçar. (3)

Cachoeira 1ª

(SANTO ANTONIO)

Tem passagem a parte esquerda com salto e para baixo a mesma por entre uma ilha e á parte direita 3 canaes perigosos e nesta dita se faz descarga ás Canoas e desta a segunda.

NB. No rio vazio antes de chegar o salto ha uma pequena cachoeira, que se passa sem descarregar á sirga a uma 1/2 hora do caminho do Salto.

Cachoeira 2ª

Da 1ª dita até a 2ª ha meio dia de viagem e tem passagem a parte esquerda e nella se faz descarga e se várão as Canoas por terra e para baixo o mesmo, esta dita tem 3 Saltos que atravessão de uma banda a outra, tudo pedraria e na vazante do rio se acha um canal (4) que se pode passar para baixo a Canoa vazia, mas é com risco de a perder, e esta dita está situada em 9—g—4—m do sul. (5)

Cachoeira 3ª

(MORRINHOS)

Da 2ª á 3ª vai um dia de viagem e tem passagem a esquerda e á direita, e para baixo pelo meio com 2 Canoas.

(1) NB. Deve ser erro na lat.

(2) Trocanos veio formar a Villa de Borba.

(3) Até a primeira cachoeira 30 dias.

(4) Não ha tal canal.

(5) Deve ser erro aonde diz 9—g—4. m—em lugar de 4 deve ser 4(m).

Cachoeira 4ª

(CALDEIRA)

Da 3ª á 4ª vão 3 horas de Caminho e tem passagem á parte esquerda e para baixo a mesma e tem diferentes canaes e cercada de pedraria de banda a banda. (1)

Cachoeira 5ª

(CALDEIRA)

Da 4ª á 5ª vão 2 dias de viagem e tem passagem por entre Ilhas e para baixo a mesma com seu perigo que é preciso fazer sirga, nesta se alagou uma Canoa por ser a corrente muito forte a que se faz descarga para passarem as Canoas e mostra canal á parte direita e passa a gente por terra e as Canoas vazias com os indios que as remão.

Cachoeira 6ª

(GIRAU)

Da 5ª á 6ª ha meio dia de viagem, e tem passagem á parte esquerda e se varão as Canoas por terra e para baixo a mesma, esta dita é Cachoeira grande e de varadouro mais comprido e atravessa de pedraria de uma banda á outra, e nella folga muito o mar e na vazante do rio mostra um canal (2) por onde podem passar as Canoas vazias para baixo com muito trabalho.

Cachoeira 7ª

(DOS 3 IRMÃOS)

Da 6ª á 7ª ha tres dias de viagem e tem passagem á parte esquerda passando as Canoas vazias por um canal e a carga por terra e para baixo a mesma. (3)

Nota. Falta a do Paredam.

(1) N. B. Nesta cachoeira não ha rio vazio.

(2) Não tem canal algum no rio mais vazio.

(3) Esta cachoeira no rio secco passa-se sem se descarregar á sirga.

Cachoeira 8^a

(DA FEDERNEIRA)

Da 7^a á 8^a vai meio dia de viagem e tem passagem á parte esquerda e para baixo a mesma e faz diversos canaes que mostra ter passagem direita. E pouco mais avante á parte esquerda está o chamado rio do *Ferreiro* desagua agua clara e navegando por elle meio dia de viagem se encontra uma Cachoeira e nella se pode fazer grande pescaria por se ver bastante poixe, e o dito corta o rumo Es—Oeste oriental, é rio estreito.

Cachoeira 9^a

(DAS ARARAS)

Da 8^a á 9^a ha dia e meio de viagem e tem passagem á parte esquerda por entre 3 Ilhas e para baixo a mesma, esta dita perfunda na enchente do rio.

Cachoeira 10^a

(RIBEIRÃO)

Da 9^a a 10^a ha meio dia de viagem e costeando á parte esquerda se entra por um Igarapé de agua clara e logo perto portão ascanos e se varão por terra, e para baixo boa passagem advertindo que esta dita é mui cercaia de pedraria de uma banda á outra com muita distancia e com varias Ilhas. (1)

Cachoeira 11^a

(DA MADEIRA OU DA BARRA)

Da 10^a a 11^a vai dia e meio de viagem e tem passagem á parte esquerda pelo meio para baixo com muito trabalho e para cima tem passagem á parte esquerda e esta é toda cercaia de pedraria e com muitas ilhas que folga muito o mar nella na vazante do rio e pouco mais acima atravessando para a parte direita se encontra a boca do rio *Beni* (2) que está situada em 12 g—00m e fazendo viagem por elle dito se encontrão

(1) N. B. Não nota aqui a Cachoeira da Misericordia que fica entre o Ribeirão e o do Madeira.

(2) Este rio é o do Madeira.

aguas muito barrentas como as do rio da Madeira e vai cortando para o poente o rumo de Oeste Sudoeste e Sul. (1)

Cachoeira 12ª

Da 11ª á 12ª ha meio dia de viagem e tem passagem á parte esquerda e para baixo pelo meio de canaes são diversos, que cerca de pedraria de uma banda á outra com 3 Ilhas fazendo descarga e na dita atraz fazendo sirga com corda.

Cachoeira 13ª

(DA BANANEIRA)

Da 12ª a 13ª vai meio dia de viagem e tem passagem á parte direita fazendo descarga e varando as Canoas por um salto que neste se costuma fazer grades de madeiras, e para baixo boa passagem por um canal que se atravessa de pedraria de uma banda a outra e nella algumas Ilhas e pouco avante á parte direita se encontra um rio de agua clara está situado em 12=g-9-m.

Cachoeira 14ª

Da 13ª a 14ª ha meio dia de viagem e tem passagem á parte direita e nella 2 ilhas, e para baixo boa passagem por um canal. (2)

Cachoeira 15ª (3)

Da 14ª a 15ª ha meio dia de viagem e tem passagem á parte direita por entre uma Ilha com grande correnteza e para baixo boa passagem e comprehende em si mais 4 Ilhas.

Cachoeira 16ª

(GUAJARÁ GRANDE)

Da 15ª até a 16ª ha meio dia de viagem e tem passagem á parte direita, e para baixo a mesma com 14 Ilhas que forma diversos canaes por esta paragem em certo tempo appareceu Gentio que voio quebrar a cabeça a 2 escravos que estavam si-

(1) N. B. Parece que não marca a da Lage—e esta deve ser do Pau Grande. Ha aqui um ribeirão grande á parte direita que tem gentio que parece ter commercio com os hespanhoes.

(2) N. B. Não encontram tal cachoeira, mas tão somente algumas correntes.

(3) Deve ser a da Guajará, mas não se reconhece os signaes que aqui dá.

tuados em uma destas ilhas fugidos e escapando hum foi dar comsigo na Aldea de Santa Rosa dos Espanhoes caminhando por terra de que é bom haver cautela quando portão as Canoas por estas ditas Cachoeiras.

Cachoeira 17^a

(GUAJARÁ PEQUENO) (1)

Da 16^a até 17^a ha meio dia de viagem tem passagem á parte direita passando por entre uma Ilha por um canal e na dita Ilha uma Sumau-mura, a parte esquerda ilha grande com outras pequenas e para baixo a mesma passagem com grandes riscos que se costea por uma grande enseada está situada em 12—g—20—m.

Por estas ditas Cachoeiras veñ a agulha cortando o dito rio ao rumo do sudueste fazendo desconto as voltas que por ellas se navegão o melhor *de 50 leguas* por fantazia fazendo sirgas com cordas e varejando as Canoas e não será mau nas pontas das varas trazerem ferro para encontrarem as pedras, para irem as Canoas para diante alem de muita força de remo.

Advertencia, quem commetter esta viagem é bom procurar tempo de aguas estando o rio meio cheio e trazer Canoa pequena alerta para examinar os canaes, porque alem das paragens apontadas como fica acima dito mostra diversos; e o mesmo se entende quando se passa para baixo, ficando postadas as Canoas grandes, e entre as ditas Cachoeiras ha bastante peixe e mais selvagem, para o que são precisas linhas fortes e anzóes bastantes porque arrebenção, e não falta Caça e Antapelas beiras que vem comer terra ás Barreiras, de noute se lhe faz espera havendo polvora e chumbo, e não falta palmito e castanheiros e tudo é Matalutage feita havendo Canoa de montaria pequena.

Fazendo viagem desta ultima Cachoeira com 6 dias de viagem correndo o rumo do sudueste e com 30 leguas de caminho por fantazia se aporta na boca do rio *Mamuré* á parte direita que nelle olha agulha para o sudueste e susudoeste este dito habitão os Espanhoes e tem uma cidade de Santa Cruz de Lacerda com varias Aldeias e nesta dita boca se fez observação e está situada em 12 g. 40 m. do Sul e soltando o triangulo como se mostra nas margens e corre este rio Madeira por linha directa o rumo do Sudueste com 216 *Leguas* de caminho até esta paragem fazendo desconto nas muitas voltas que a agua dá com o rio.

Fazendo viagem á parte esquerda se entra por um braço que, segundo me parece é do Rio *Guaporé* por ser mais estreito e se largar de agua barrenta e se entrar na agua clara, neste braço do *Guaporé* subindo por elle com 4 dias de viagem

(1) Guajará pequeno. Não chega a haver 1/2 dia de viagem.

e 28 leguas de caminho por fantazia no rumo de les sudoeste se aporta na Aldea de Santa Roza á parte esquerda, e tem conhecida uma Serra escalada, e nesta paragem ha uma Cachoeira que profunda na enchente do Rio e na passagem para baixo é necessario cautella.

Distá, 6 dias de viagem com 30 leguas de caminho por fantazia está a Aldêa de *S. Miguel*, á parte esquerda de *Espanhóes* está situada em 13 g. 30 m. e fica no paralelo da dita que fica atraz, e nestas paragens é preciso fazer algum refresco assim como de milho, patos e galinhas e algumas fructas que trocáo os Indios por contas, veronicas, e facas, porque neste rio não apparece peixe nem Casca estando cheio, o que se vê pelo contrario na vazante que é mui abundante procurando-se, porque nestas paragens até chegar ao porto das Minas estão os horisontes mais nublados, olha-se para o Sol e veem-se estrellas.

Desta paragem 8 dias de viagem fica por aqui outra Aldea de *S. Simão* na boca de um Lago (1) á parte esquerda pouco avante á ponta da Ilha comprida, passando á direita se vê na beira da dita Ilha Pijupare dos Portuguezes com 40 leguas de caminho cortando a agulha ao nascente nesta dita Ilha habitão Portuguezes que andão ás amarrações do Gentio.

Partindo desta paragem se costea a dita Ilha 2 dias de viagem onde finda até chegar ao porto da *Jangada* á parte direita com 8 dias de viagem e com 36 leguas de caminho por fantazia, e desta paragem até chegar á margem do Rio, *Iarare* são 18 dias de viagem com 76 leguas de caminho por fantazia, cortando a agulha ao nascente, partindo do Porto da *Jangada* pouco avante á parte direita se avista a Serra dos *Pantarias* (2) e pouco avante uma Serra que a do Rio com umas torres de pedra da natureza escalvada, e a dita Serra vae correndo com o rio até ficar paralela com a serra das Minas de Matto-Grosso, onde se pertende hir, e a dita vai correndo com o rio, e passa por detraz das ditas Aldêas dos *Espanhóes* que ás vezes quem tem navegado pelo Rio avista alguns Mouros, e me parece vai cortando até as ditas Cachoeiras e os grandes Pantanaes que o dito Rio tem á parte direita, digo, esquerda e á parte direita e as bocas dos Lagos se não pôde ver a dita Serra, este dito Rio Apurú é bom de navegar porque é limpo de paus e é estreito em partes, o fundo de area branca com disparidade de muitas voltas e a miudo e poucas Ilhas que se faz boas marchas principalmente na enchente que se preza a muita agua nas ditas voltas e carece de pessoa practica para encaminhar as Canoas pela Mai do rio, olhando para o rio da agua para chegar ao fim pertendido e não falta por esta corda de terra praga assim de dia como de noute que faz bastante perturbação.

(1) E' Rio.

(2) Antes desta serra fica abaixo outra junto a uma grande planice á parte direita.

(1) E fazendo viagem á parte esquerda largando o Apuré á direita se vai ao porto grande do dito rio *Iurare* com 4 dias de caminho ao rumo de leste com 10 leguas por fantasia, o dito rio é mui sujo assim de paus como de Arvoredos e vai cursando, e rodeando toda a Serra até chegar ao porto de Moribeca com bastante trabalho o tornando atraz ao dito porto grande d'onde se desembarca por aqui perto e um dia de viagem pelo rio abaixo ha sitios de moradores, estes se occupão nas vazantes do rio em fazer salgas de peixe e montarias e caça para provimento dos moradores do Arraial e se pôde fazer esta viagem em 5 mezes e se rodeia o melhor de 750 Leguas por fantasia.

Deste dito Porto ao Arraial se gasta um dia de viagem hindo montado a cavallo escuteiro, e os Cargueiros que levão as Cargas é precizo dia e meio, neste dito Arraial de S. Francisco Xavier ha uma freguezia e algumas Cazas de moradores, e um dia de viagem está o Arraial de N. Senhora do Pilar situado nas bacias desta Serra e o mesmo se entende do Arraial da Senhora Sant'Anna com varios moradores com suas lavras d'onde se tira o ouro, nesta dicta Serra tambem ha as ditas lavras ao pé do Arraial, e tem correjo de agua que lhe corre pelo pé das Cazas todo o anno e a terra em si é muito aspera, não cria em si senão capim, e nesta altura quando sopra o vento sueste e sul se fecha toda a serra de nevoa fazendo bastante frio que parece segunda Noruega, está situada em 16.g.— do Sul, findando no dito posto no rumo de Les-Sudueste com 156 leguas em linha recta como melhor se mostra no triangulo á margem fazendo desconto nas voltas do rio. (2)

E conjecturando um rumo ou linha desta chapada me parece o rumo de Nordeste, meio norte que faz angulo com o meridiano E 42 g. vir cortar esta cidade com 311 leguas de caminho.

Neste dito Arraial tomando por noticia com pessoa de credito que o dito rio Apuré vai correndo para leste rodeando a dita Chapada até a passagem do caminho que vai ao *Cuyabá* e d'ali para Cabecoira até a barra do rio *Mulleque* que vai cursando e buscando a agulha o rumo do Norte e deste até ao seu Nascimento cruza a buscar o rumo de leste e nasce da chapada que está na visinhança de um rio *Varuvaru* (3) que desagua para o rio Jarú que faz barra ao rio Paraguay e á beira do rio da Prata, e este rio Apuré é navegavel até a estrada que vai para Cuyabá. E desta dita passagem digo, chapada á passagem do Sararé pelo caminho que vai para o Cuyabá que demora a leste pouco mais ou menos ha um dia de viagem e deste á passagem do Apuré tres dias montado a Cavallo, estas ditas minas do Cuyabá é a cabeça de Comarca e os Senadores da Camara

(1) E não falla aqui no rio Galera nem do Cambriaré, de que falla no outro Roteiro.

(2) Apuré a boca do rio 12—g.—40 m. 16—g. 00 m. N. B. E' preciso verificar esta long. e lat. Diferença da longitude 8—g. 00 m. 316—g. 4—m.

(3) Jurubauba.

elegem os Juizes que são os que governão o dito Arraial de Matto-Grosso com sujeição á Capitania do Rio de Janeiro assim no espirital como no temporal.

ADVERTENCIAS

Que a derrota que é para cima muda-se-lhe os termos para baixo e é bom fazer viagem do dito porto grande em tempo de aguas para achar boa passagem nas Cachoeiras sendo boas se pôde vir á fortaleza dos Pauxis e a fortaleza dos Tapajoz com 2 mezes de viagem e nella tomar Indio pratico para passar della a esta cidade, que as trovoadas do rio são pezadas e costa até a a boca do rio Ajurapara ou do Aquiqui defronte das Serras do Parú e é muito lavada e tem poucos portos para se abrigarem as Canoas e embocando pelos 2 caminhos apontados como fica dito na derrota para cima e se encontra diversidade de Ilhas fazendo diversas figuras com seus Canaes e Bahias que a não haverem as ditas seria um mar oceano e innavegavel o dito rio Amazonas e por este caminho se encontrão sitios de moradores até aportar no porto desta cidade do Pará com 15 até 20 dias de viagem fazendo muitas paradas por razão das rapidas trovoadas porque sendo boa a dita viagem se pôde fazer com 10 dias, e este pequeno trabalho navegará seguro si não perigar no baixo da censura : feita em vinte de dezembro esta derrota Vigeno, anno de 1750. Antonio Nunes de Souza.

N. 5

Mappa das Cachoeiras que se passam indo para Matto-Grosso

Do Arraial de S. Francisco Xavier até embarcar no porto do rio Sararé gastei meio dia de viagem ; ao sahir do Arraial desce-se uma Serra que tem um quarto de legua, o mais é matto e campo limpo todo só caminho.

Navegando para baixo por espaço de 6 dias, digo, partindo do porto pelo dito rio Sararé abaixo obra de 3 horas de viagem, se acha fazendo barra neste rio Sararé o rio Guaporé que os Castelhanos chamão rio Isfenez, e logo junto desta barra á mão direita se achão uns Correios que vem das minas a que chamão Saleri e nas suas cabeceiras se tira ouro.

Navegando para baixo por espaço de 6 dias se encontra fazendo Barra com os mais o rio Combriaré, nas cabeceiras delle se tira ouro, 6 dias de viagem longe de Matto-Grosso e 2 dias longe deste o rio por terra dentro se acha a missão de S. Simão fundada pelos Castelhanos e terá duzentos e tantos Indios, seu Missionario se chama o Padre Francisco Xavier Italianno.

Navegando para cima o rio de Paures fazendo barra no dito rio o qual nasce da parte esquerda e logo pouco maisabaixo

se acha sahindo da parte esquerda e fazendo outra barra o rio de Santa Maria Magdalena o qual com uma missão com o dito titulo tem para cima de 500 Indios, seu Missionario lhe chamão o Padre José Rita Zambé Italiano.

E logo mais abaixo fica da parte direito a Missão de S. Miguel que tem 400 o tantos Indios, estes fabricam panno de algodão e assucar e tem na Igreja os seus instrumentos de Harpa e Orgão que os tocão os mesmos Indios por 8 iliomias de linguas, e tem reduzidas ás 8 linguas 4 Nações de Gentios que tem na dita missão, gastei das minas até esta missão, 10 dias e ali por uma e outra parte do rio por onde saltava em terra muitos Cervos e Veados, Capivaras, Antas, Porcos, Onças e principalmente onde erão campos e pela borda do rio muitos Motuns e Jacutingas e outros diversos passaros.

Navegando desta missão pelo rio abaixo 2 dias de viagem pela parte direita fica a missão de Santa Rosa, tem esta 300 e tantos Indios, porque a peste lhe levou quasi a metade da gente quando antes tinha, por essa razão se passaram para a nossa banda porque antes da peste estavam situados da outra banda do rio e tem engenho de assucar, fabricão panno de algodão, o Missionario se chama o Padre Antonio Italiano.

Desta missão 3 dias de viagem pelo rio abaixo fica pela parte esquerda o rio Mamoré, este rio por elle se vai á cidade Santa Cruz de la Sierra, tem este rio 2 Missionarios, da barra para cima está logo as primeiras que é, a da *Exaltação* tem oito mil Indios e tem engenho de assucar, muitos officiaes ferreiros e carpinteiros e çapateiros, Entalhadores e outros de outros officios todos Indios, e tem Mestre de ler e cantar, tocar harpa e orgão, e seu Missionario se chama o Padre Leandro, digo Leonardo, natural do Pauri muito amante dos Portuguezes.

Mais pelo rio acima, fica outra missão de S. Pedro que tem muita mais gente por ser entre todas a mais antiga, o trato é o mesmo que a outra da *Exaltação* nella assiste o Padre Visitador e outros Padres que a Companhia manda para acudir a algumas faltas em tempo que lá fui estiverão seis.

Cachoeira 1^a (1)

Desta barra do rio Mamoré para baixo, okra de 3 dias de viagem achei a primeira *Cachoeira* que tem o canal á mão esquerda e junto do canal fica uma peira e pouco quasi della se hade metter a Canoa para junto de terra.

Cachoeira 2^a (2)

E logo junto desta fica outra que quando o rio está na madre faz seu salto e quem vem com sentido, não tem perigo a Canoa porque tem bom caminho.

(1) Guajará pequeno.

(2) Guajará grande.

Cachoeira 3^a (1)

Logo obra de tres horas de viagem para baixo fica uma correnteza com suas pedras mas sem perigo passa a Canoa pelo meio do Rio.

Cachoeira 4^a (2)

Logo 4 horas de viagem para baixo se acha uma Cachoeira com muitas Ilhas e quem vier de cima hade entrar por um braço que fica á mão esquerda e se hade passar a Canoa por junto de terra ás mãos, a entrada é perigosa, a sahida é boa; e ainda que tem muitas pedras, mas não tem perigo.

Cachoeira 5^a (3)

Navegando para baixo fica outra Cachoeira que tem 2 Canaes, um á direita e outro á esquerda sem perigo, tem uma Ilha de pedra e pela parte esquerda fica um ribeirão de boa agua clara e fria.

Cachoeira 6^a (4)

Fazendo viagem para baixo se acha uma Cachoeira que tem Canal á mão direita e se passa a Canoa carregada com muito sentido.

Cachoeira 7^a

Logo abaixo fica outra Cachoeira que tem 2 Canaes, um para a parte direita e outro pela parte meio do rio, e tem muitas Ilhas pelo meio do Rio.

Cachoeira 8^a (5)

Logo abaixo fica a uma vista d'Estirão, se acha o Rio da Madeira que faz barra pela parte esquerda e naquella barra se ajuntão aguas de todos os Rios acima declarados e nas cabeceiras delles faz barra o grande Rio *Venia*, junto desta barra do rio da Madeira fica uma Cachoeira perigosa, a qual fica pela parte esquerda, a entrada é boa, a sahida é perigosa e para se livrar do perigo quem o passar hade levar a Canoa ás mãos por junto da terra pela parte esquerda.

-
- (1) Corrente.
 - (2) Bananeira.
 - (3) Pau grande.
 - (4) Lage.
 - (5) Da barra.

Cachoeira 9^a (1)

Navegando para baixo por espaço de 3 horas se acha uma grande Cachoeira, aonde se descarrega a Canoa e se passa por junto de terra, e pela parte direita se torna a carregar pela parte debaixo em um Ribeirão que ali está.

Cachoeira 10^a (2)

Navegando para baixo se achão muitas pedras por uma e outra parte do rio sem perigo da Canoa e na sahida destas pedras está uma Cachoeira que tem o Canal á mão esquerda sem perigo.

Cachoeira 11^a (3)

Logo mais abaixo se acha outra Cachoeira que tem o Canal á mão direita sem perigo, do longe se não vê, só saltando em terra se busca o canal pelo meio do Rio do Caminho mas com grande correnteza, e carece trazer a Canoa remada com força por causa das aguas que puchão para traz.

Cachoeira 12^a (4)

Navegando para baixo se acha outra que tem o Canal á mão direita sem perigo e pela parte esquerda fica um Ribeirão. Mais abaixo se acha outra Cachoeira (5) que tem o Canal á parte esquerda sem perigo e tem *outro* á direita, mas não é tão bom tem seus morros pela parte esquerda.

Cachoeira 13^a (6)

Tres voltas de Rio mais abaixo está uma correnteza grande de pedras, sem perigo póde passar a Canoa por todas as partes.

Cachoeira 14^a (7)

Mais abaixo está outra Cachoeira que tem o Canal á mão direita sem perigo e defronte tem uma Ilha.

(1) Do Ribeirão.

(2) Arara.

(3) Da Pederneira.

(4) Do Paredão.

(5) Dos dous irmãos.

(6) (Não conheço).

(7) (Idem).

Cachoeira 13^a (1)

Mais pelo Rio abaixo se acha uma correnteza perto e sem perigo e perto della uma Cachoeira grande que é o mesmo que Salto e neste se descarrega a Canoa e se passa por terra pela parte direita por cima de umas lages.

Cachoeira 16^a (2)

Abaixo desta Cachoeira obra de tres Estiroens de Rio se passa a Canoa pela parte esquerda por lhe ficar perto uma Cachoeira que corre a agua para a direita e faz seus redomoinhos e arrebenta a agua para cima das pedras quem vem com sentido não tem perigo.

Cachoeira 17^a

Abaixo desta Cachoeira, digo, navegando para baixo está outra Cachoeira tem canal á mão esquerda, e tambem faz juspias e ondas, quem quizer livrar-se ha de trazer a Canoa remada com força porque carrega agua para os redomoinhos e Juspias, logo mais abaixo se acha outra que tem o Canal á esquerda sem perigo e junto deste fica outra Cachoeira que tem o Canal á direita, faz suas ondas sem perigo.

Cachoeira 18^a (3)

Navegando para baixo fica outra Cachoeira grande que é *barra de ouro*, e se passa a Canoa pela parte direita por terra e depois se lança ao Rio, na sahida faz suas ondas mas sem perigo, mas abaixo fica outra, é a ultima que tem o Canal á esquerda sem perigo, tem outra adiante, mas não tem perigo, e principalmente sendo Canoa grande é necessario passal-a pela parte esquerda.

Passei estas Cachoeiras todas em 12 dias e da ultima até a cidade do Pará gastei 20 dias, e com algumas demoras pelos sitios, tem o rio da Madeira antes de entrar no Rio Amazonas bastantes Gentios chamados *Muras* gente muito medroza e de Corso.

Defronte do Arraial de S. Francisco de Matto Grosso oito dias de viagem para a parte do poente fica situado um campo da Missão de *S. Raphael dos Niquitos*, e do dito Arraial se vïão as fumaças quando os Indios queimavão as Rossas em direitura e muito perto quem vem varando o Matto Grosso, sai do norte a buscar o Sul até buscar o Rio Mamoré, d'ahi até ao Pará busca leste etc. Marivá, 4 de Agosto de mil e setecentos e cincoenta e quatro annos etc.

(1) Girão.

(2) Caldeirão.

(3) Ou salto.

Lembrança da noticia e averiguação que fez a Real Escolta vinda da cidade do Grão-Pará em serviço de Sua Magestade que Deus Guarde a estas Minas de Matto-Grosso, onde chegou em 16 de Abril de 1750 de que era Cabo Commandante e Sargento Mór, de Infantaria paga daquella Capitania Luiz Fagundes Machado, e averiguação entregue ao Mestre de Campo José Gonçalves de Affonseca, trazendo por Piloto Antonio Nunes de Souza, remettila a dita Escolta por ordem de S. Magestade sendo Governador o Capitão General daquelle Estado do Grão-Pará e Maranhão o Illm. e Exm. Sr. Francisco Pedro de Mendonça Gorjão.

Em 25 d'Abril de 1750 o dito Piloto Antonio Nunes de Souza, em o cume de um morro da parte de Oeste, nesta Chapada das Minas do Matto-Grosso, correndo a linha por meio do Arraial, e para leste outro morro, correndo um e outro O-s-Norueste Leste-Sueste e andando neste tempo o sol ao norte da linha 12 graus e 14 minutos, observou no seu Quadrante 29 1/2 graus e feita a Conta ao abatimento, fica este dito Arraial na latitude de 16 g. — e 16 — m. da parte do Sul. Os ditos 16. m. se devem desprezar pelo balanço que se deve dar á Serra, ficando valioza a referida observação e positura deste Arraial em 16. gr. correndo Leste-Oeste com porto seguro 40. m. mais para o Norte.

Observou mais o dito Piloto estar a cidade do Grão-Pará em 1 g. e 40 m. e navegando desta para estas Minas do Matto-Grosso subindo o Rio das Amazonas a entrar no rio Guaporé, hoje averiguado pelo verdadeiro Madeira, observou ficar a barra deste rio em 12 g. e 20 m. de latitudes e seguindo a derrota rio acima observou estar a primeira Aldêa Hespanhola das que estão sitas na margem deste dito Rio Guaporé da parte do nosso continente em 13 g. e a segunda Aldêa em 13 g. 13 m. E feita a conta, observou distar por linha recta este Arraial e Minas do Matto Grosso a cidade do Grão-Pará 351 leguas e pelos rodeios e voltas de Rios correndo varios rumos, desde leste até Oeste, rodeando pela parte do sul, observou ser de distancia esta navegação 727 leguas as quaes em Canoas ao nosso uzo se poderão navegar rio acima que todos são daquella cidade do Grão-Pará a estas Minas em 3 mezes e meio ou 4 não havendo falhas. E resumindo, é a dita distancia destas Minas áquella Cidade em linha recta 351 leguas ao rumo de Nordeste meia quarta parte do Norte. E pela navegação pelas voltas dos Rios é a derrota de 727 leguas, ficando a dita cidade do Grão-Pará na altura de 1. gr. e 40 m. de latitude, e a sua longitude são 329 gr. que é o Meridiano da dita cidade da qual subindo se navegou até a boca do rio Madeira ao rumo de Oeste quarta ao Sueste que é o que corre as Amazonas. E na boca ou barra do dito rio Madeira que é o mesmo Guaporé já incorporados com outros rios se fez observação e se acharam 4 gr. e 14 m. e se andaram 12 gr. e 30 m. pelo dito rumo para a parte do Oeste, e fica o meridiano

da dita boca ou barra na longitude presumivel de 316 gr. e 30 m. navegando-se na derrota de 248 leguas e seguindo d'aqui sempre rio acima o rumo de Sudueste pelo dito rio Madeira, salvando 18 Cachoeiras com suas passagens a mão esquerda até chegar á boca do rio Mamoré, e este Guaporé se fez observação estarem 12 g. e 40 m. de latitude, e sua longitude em 308 gr. e se navegaram 20 gr. e 56 m. para Oeste do Meridiano do Grão-Pará. E navegando pelo dito rio Guaporé acima o rumo de Les-Sueste, se observou nesta Chapada e Minas ficar a sua positura como fica dito, está em 16 gr. de latitude e 316 gr. de longitude e se navegarão 8 gr. sobre o dito rumo.

E tiradas estas tres linhas e imaginou a linha recta correndo o rumo de nordeste meia quarta para o norte distar este Arraial e Minas 351 leguas daquella cidade do Grão Pará.

N. 6

Fragmento da Viagem das Amazonas e Rio Negro desde o paragapho 54 até 103

54. Do Rio Tapajós (1) são onze leguas, o Rio de Tapajoz desce do sul ao norte paralelo aos rios Xingú e Madeira e desagua na margem austral das Amazonas em 2 graus e 25 minutos ao sul unem-se-lhe varios rios, principalmente o Rio das 3 Barras que lhe é oriental onde o Sargento-Mór João de Souza Azevedo achou ouro no anno de 1743, e o rio Arinus, onde no mesmo anno forão descobertas as minas de Santa Izabel por Paschoal Arruda, passando por terra de Matto Grosso ao Rio Arinus, cuja jornada se faz em 15 dias e em menos do Cuyabá; ha neste rio grandes saltos ou Cachoeiras, muito gentio, cravo, cupaiva, e entre todos os Rios do Estado igual na formozura de suas margens, praias e arêas aos Rios Negros e Tocantins, na barra deste rio a parte oriental delle a villa de Santarem defendida de uma fortaleza chamada vulgarmente de Tapajós, attribuindo-se-lhe o nome do rio que tambem o tomou do gentio delle.

55. Pelo rio dos Tapajós acima ha mais quatro povoações a saber, a Villa d'Alter do Chão (2) na margem oriental 4 leguas de Santarem; a Villa Franca na margem occidental e fronteira a Alter do Chão, a Villa Boim, distante de Villa Franca 10 leguas, e na mesma margem a Villa do Pinel tambem occidental, e acima de Villa Boim 4 leguas e meia (a 7 dias de viagem ficam as cachoeiras.) (3)

(1) O Rio Tapajós vem dos Ulmas, desagua quasi a leste, inclinando alguma cousa a norte, na barra terá 1/4 de legua, na enseada mais de duas leguas.

(2) Por cima desta desagua o rio dos Cuparis a 3 dias de viagem e corta para as terras do Gurua.

(3) Por detraz de Villa Franca grande lago que vai para os Tupi-nambaranas.

56. Partindo da Fortaleza dos Tapajós se atravessa a boca do mesmo Rio e se continúa pelas Amazonas acima a parte austral até ao sitio de Paricatyba que dista 6 leguas e de Paricatyba até chegar defronte da Fortaleza dos Pauxis e Villa de Obidos são 13 leguas.

57. Entre o sitio de Paricatyba e a Villa de Obidos na margem austral se acha a boca de um lago (1) grande chamado das Campinas em distancia de 4 leguas do sitio sobredito; por este lago podem navegar Canoas grandes e tende pratico capaz se pôde sahir por elle 3 dias de viagem acima dos Pauxiz. Por este lago e suas communicações se julga passou o Padre Francisco de Toledo, Provincial dos Jesuitas, quando em mil e setecentos e cincoenta e cinco foi ao Rio da Madeira sem ser sentido da Fortaleza dos Pauxis; no tempo em que se praticava o resgate dos Indios frequentaram muitas canoas esta navegação para passarem por alto alguns Indios resgatados contra as reaes ordens, porem agora se acha sem uso algum por desnecessaria.

58. Na margem septentrional das Amazonas entre Pauxis e Tapajoz dezagão 3 rios reciprocamente communicados por Canaes, dos quaes o mais inferior he quasi fronteiro ao Rio dos Tapajoz e o do meio ao sitio de Paricatiba no qual está situada a Villa d'Alemquer 4 leguas pelo rio acima chamado Surubú, o terceiro faz Barra 2 leguas abaixo do Pauxis ao que chamão Curuá-Manema onde em distancia de 6 leguas estava o lugar de Arcuzello que presentemente está unido á Villa de Obidos.

59. A Fortaleza de Pauxiz contigua á Villa de Obidos fica em um gráo e 45 minutos de latitude austral, e nesta paragem se diminue tanto a largura das Amazonas que somente tem 900 braças medidas trigonometricamente, porem com tanto fundo que se não pode sondar cujas duas circumstancias mostrão pelos principios hydrostaticos a cauza da maior correnteza e impetuosidade do rio nesta parte. Em Pauxis ainda se fazem sensiveis o fluxo e refluxo da maré os quaes para diante são já imperceptiveis. O fluxo e refluxo em Pauxiz só se dá a conhecer por algum crescimento do nivel ordinario da superficie do Rio e não por retrocesso de sua correnteza. A direcção do Rio das Amazonas abaixo de Pauxis é pelo runo de sueste e para cima o de Nordeste.

60. Na continuação da derrota de Pauxis para cima se pôde atravessar logo em demanla da margem austral ou cortar a septentrional até ao Rio das Trombetas que corre de norte a sul e desagua nas Amazonas distante de Pauxis 2 leguas. Neste rio habitão muitas Nações de Indios e é abundante de cravo, e cupaiva e peixe. Tem a sua origem na Cordilheira de Guaxana e é tradição de que se communica com os dominios de Hollanda em Suriname ou por meio do rio Urubú ou por se unir mediate ou immediatamente a algum rio que corre da mesma Cordilheira para o mar do norte.

(1) Este lago desemboca ali, mas inclina logo e desagua por 3 bocas.

61. Do rio das Trombetas até á boca inferior do rio Jamundá que desagua na margem septentrional do rio das Amazonas são 6 leguas. Em distancia de 8 leguas por este rio acima está a villa de Faro na margem oriental, onde se determina a Capitania do Pará pela margem septentrional das Amazonas servindo a margem occidental do mesmo rio Jamundá de limite e principio da Capitania de S. José do Rio Negro. No rio Jamundá se tem colhido e dá muito cravo.

62. Da boca inferior da Jamundá se procurará outra vez a margem austral do Rio Amazonas para fugir do Caldeirão que fica junto da boca superior de Jamundá e até a paragem Maracavassú-Tapera são 8 leguas; Maracavassú-Tapera é o limite das 2 Capitánias ao sul das Amazonas.

63. De Maracavassú — Tapera se continúa a viagem pela Costa do Sul até ao primeiro furo do rio Tupinambaranas abundante de Cupaiva e Cravo: este rio tomou o nome dos Indios da Nação Tupinambarana de cujas reliquias principiou a Villa de Santarem, de Maracavassú — Tapera até ao primeiro furo de Tupinambarana são 4 leguas (1) deste furo até ao superior são 4 leguas e meia.

N. B. O Tupinambaranas é lago e rio; logo acima delle fica o Andirazes onde já hoje se acham muras, e tem cravo, acima 2 dias de viagem o lago Maçari, mais acima outro chamado Mague-Mirim, mais acima o lago Magué-assú, e dentro destes o Rio Uará-Paudy que é o centro dos Magues: tem cravo e salsa, da margem direita subindo fica esta Nação, a terra é mui montuosa. A mesma Nação povôa parte da Villa de Santarem aonde estão quasi extinctos.

64. D'aqui se atravessa o Rio das Amazonas procurando a parte septentrional até a boca inferior do rio Carará-ussú distante 6 leguas desta boca até ao superior onde se sahe outra vez as Amazonas 8 leguas.

65. Da sahida superior de Cararáussú se costea ao norte até ao rio Atoman e são 3 leguas. No Rio Atoman houve uma Aldea (2) de Indios missionados pelos Religiozos Missionaries a qual ao presente se acha extincta. Neste rio tambem ha Gentio e grande abundancia de cravo.

66. De Atoman navegando mais 4 leguas se chega ao primeiro furo do lago do Saraiá. Querendo-se vir á Villa de Silves se entra por este furo e tendo Piloto experimentado nos Canaes que formão as muitas Ilhas se chegará a Villa de Silves depois de navegar 9 leguas. O Lago do Saraiá é de grande extensão e se divide em 2 que se communicão, dos quaes um tem 6 leguas de comprido e 4 de largo e outro 5 leguas de comprido. Neste ultimo está a Villa de Silves em uma das suas Ilhas de que estão ambos cheios, e entre as quaes se navega á vela, e ao remo, tendo varias communicações para as partes superiores do Sertão e Amazonas.

(1) Navegando mais uma legua fica fronteira a boca superior do Jamundá

(2) (3 Alêrs).

67. Do primeiro até ao Segundo furo do Saraiá pelas Amazonas acima são 4 leguas e meia; do 2º ao 3º tres leguas, (1) do 3º ao 4º cinco leguas do 4º ao 5º tres leguas. Do 5º e ultimo furo do Saracá, navegando mais 2 leguas se chega a boca do rio Itarbi tambem commuicado com os lagos de Saracá do rio Itarbi, segue-se em distancia de uma legua situada na paragem chamada das pedras pintadas, e no idioma vulgar dos Indios *Ila-Cotiara*, a Villa de Serpa que em outro tempo confinava no Rio Madeira.

68. Da Villa de Serpa (De Areato) a chegar defronte da Barra do rio Madeira são 6 leguas. (2) O rio Madeira desce do Reino do Perú de sul a norte paralelo ao Rio Tapajoz o Púrus e desagua na margem austral das Amazonas em 3 grãos e 25 minutos.

Divide-se em 2 ramos, um a parte oriental chamado Guaporé, onde estão as minas de Matto Grosso e outro a parte occidental chamado Mamoré que atravessa a provincia dos Muras e onde entre muitas povoações espanholas está a cidade episcopal de Santa Cruz de la Sierra. O Rio Madeira tem muito cacau, porem a sua navegação é perigoza pela infestação de Gentio Mura, e havendo continuar viagem até ao Matto Grosso se encontram muitas Cachoeiras, na margem oriental do Rio Madeira 17 leguas distante da sua barra está a Villa de Borba.

69. Na distancia que medeia entre a Villa de Serpa e a fronteira do rio da Madeira está em pouca distancia de Serpa a barra do Rio Urubú ou Areato que tem numeroso Gentilismo o qual conversa com o Gentio que fica para a parte da Costa de Suriname.

70. Defronte do Rio da Madeira pela mesma margem septentrional das Amazonas se segue em distancia de 5 leguas e meia (3) o primeiro furo do Rio Matari e entrando-se por elle se achando o rio Amazonas pela boca superior depois de se navegar 9 leguas entre ilhas e por Canaes e lagos.

71. Nas Ilhas que estão na barra de Matari por serem grandes e de terra alta fundaram em outro tempo os Religiosos Missionarios algumas Aldêas de Indios que tiveram pouca duração pelos mesmos Religiosos transportarem os Indios para a Cidade do Maranhão ficando assim despovoada esta paragem que é das boas que tem o Rio das Amazonas.

72. Da sahida superior de Matari se segue com distancia de 5 leguas em a mesma margem septentrional a Costa de pedras de Paraqueoará, que vale o mesmo que — lugar ou buraco das Tremelgas — de cujo paragem dista a barra do rio Negro, 5 leguas.

(1) — Do 3º 2 leguas de Serpa ao 4º furo do Saraiá chamado Haibilú de Haibú ao 3º furo chamado Aravató-uma, d'aqui á Villa de Serpa 2 leguas está situada a Villa de Serpa no sitio chamado das pedras pintadas.

(2) (3 leguas)

(3) (3 leguas).

73. Porém como na dita ponta Paraqueoará ha uma impetuosa correnteza que faz trabalho a passagem das Canoas, principalmente sendo grandes e mais adiante se achão umas lages que também fazem uma correnteza consideravel, será conveniente que pouco antes de chegar a Paraqueoará se procure a margem austral do rio dirigindo-se ao pesqueiro real que está na dita margem pouco abaixo do rio Sulemoens, entrando-se por este tanto espaço quanto é a largura de sua boca se atravessará e chegará ao rio Negro com suavidade, especialmente fazendo-se esta travessia de manhã ou a tempo que não haja vento rijo.

74. O Rio de Sulimoens é o mesmo Rio das Amazonas, continuado da barra do rio Negro em diante, dando-se-lhe esta denominação por serem de Nação Sulimão os Indios, com os quaes se formaram as primeiras povoações do Rio Amazonas, seguindo do Rio Negro para cima, e ser costume introduzido entre os Indios o attribuir aos Rios a denominação do Gentio mais dominante delles.

75. Desaguão no Rio Sulimoens consideraveis e famosos rios assim pela parte meridional como boreal, tem 8 povoações, todas á parte meridional; a saber, o lugar de Alvellos, a Villa d'Ega, o lugar de Nogueira, o lugar de Alvaraes, o lugar de Fonte Boa, o lugar de Castro de Avelans, a Villa de Olivença, e a Villa S. José de Javari; todo o rio dos Sulimoens e os mais de agua branca que nelle desaguão são abundantissimos de cacão, salsa, e mais haveres, como o testemunha a continuada experiencia das suas colheitas fazendo estas o mais grosso ramo do Commercio do Pará.

76. A viagem do Rio Sulimoens se pôde fazer por qualquer das suas margens pelo rumo de Est-Norueste e o Es-suest. No primeiro dia se avista á parte septentrional o furo de Guariba que de inverno communica o Rio dos Solimoens com o Rio Negro. No segundo se chega ao rio Munacapura que fica na mesma margem, delle se tem extrahido muita salsa e oleo de Cupaiba, dista da barra do Rio Negro e Solimoens 12 leguas.

77. Em toda a viagem das Amazonas se encontrão muitos e impetuosos mosquitos de norte, porém d'aqui por diante também de dia perseguem outros mais miudos e innumeraveis a que chamão Piuns. Presentemente se achão infestadas as margens dos Solimoens pelo Gentio Mura que tem morto a muitos passageiros, alem deste perigo ha também o de algumas arvores que cahem por lhe escapar a correnteza do rio a terra em que prendem as raizes.

Ha partes onde cahem grandes porções de terra com muitas arvores e gran tissimo perigo das Canoas que precisamente navegam em pouca distancia de terra para vencer com menos difficuldade a correnteza do Rio.

78. O Vento nem sempre favorece a viagem, as trovoadas são ás vezes repetidas porém raro será o dia em que se não encontrem canaes de Ilhas chegados á terra e riachos onde possão pernoitar as Canoas, motivo porque farei menção ainda que

confusa de todos os riachos e lagos consideraveis que desembocão no Solimões de uma outra parte, para que sendo necessario se possão procurar, passando o rio de Manacupura se segue na mesma margem o lugar em que esteve situada a antiga Aldea de Guajaratuba, ha na enseada superior uma correnteza a que chamão os Indios — Juruparipindá — e vale o mesmo que Anzol do Demonio.

79. Defronte desta paragem na margem austral e 12 leguas acima de Manacapurú dezagua o grande e caudaloso rio dos Puruz, 3. gr. e 50. m. ao sul da linha equinocial, corre paralelo ao rio da Madeira de sul a norte mais de 300 leguas por rumo direito, tendo o seu nascimento no rumo do Peru; dezaguão nelle outros muitos rios, do meio para cima é occupado dos Espanhoes que tem muitas povoações, como a da cidade de Cuzco, antiga Côte dos Reis Incas, Petechuço, S. João Apola Bamba, cidade da Paz e Cachu Bamba, os Espanhoes lhe chamão Rio Beni e os Portuguezes o appellidaram Purús, pelo Gentio desta Nação que o habita, além de outras innumeraveis Nações que ha de Gentio, entre os rios que no fundo de suas aguas professão Vantagem ao Rio das Amazonas, é este dos mais rios, cacau, Salsa, e oleo.

80. Acima de Jupupari-pindá fica o riacho do Guanamá e superior a esta correnteza chamada Aravana Coará, uma e outra couza na margem septentrional quasi defronte e na margem opposta dezagua o Rio Cuxiuará 16 leguas superior ao rio dos Purúz.

81. Seguem-se pela margem septentrional o primeiro e segundo furo do rio Cudajaz que se communica com o Rio Negro, (1) quasi defronte do primeiro furo do Cudajaz fica na margem opposta de Solimoens o riacho Cujuaná e pouco acima o riacho Aruparaná tambem quasi defronte do segundo furo de Cudajaz até a altura do rio Coari, não ha pela margem septentrional mais riachos consideraveis do que o lado dos Susaraz superior ao segundo furo de Coadajoz e fronteiro a enseada opposta de Camará.

82. Pela margem austral se segue de Aruparaná a enseada de Camará superior, a qual dezagua nos Solimões, o Rio Maniá em distancia de 19 leguas acima do Rio Cuchicaraz, navegando-se mais 5 leguas se chega a barra do rio Coaré.

83. Este Rio fica em 4 grãos de latitude austral, desce do sul para norte a sua navegação é dilatada e nas suas vertentes ha noticias participadas por Indios de que se tem visto rezes pelo que se julga que confina o Rio Coari com as colonias de Espanha, 4 leguas acima de sua Barra está situado o lugar de Alvelos na margem oriental; a largura do Rio é de mais de 3 leguas ainda que com navegação de poucos dias se estreita bastantemente, tem 2 bocas, uma inferior e maior que é que se tem tratado e outra superior e menor.

(1) Pelo riacho Guininé que desemboca na margem austral do mesmo rio.

84. Como na distancia que medeia entre o Rio Coari o de Tafé na margem austral das Amazonas, é maior o perigo que ameaça o Gentio Mura se poderá continuar a viagem pela margem septentrional, porém havendo de seguir-se a do sul, se navega pelo rumo de Oeste quarta sobre o Norueste, vencendo a costa de Turana, Tabatinga e Mutum Coura até ao Rio Catuá distante do Rio Coari, 12 leguas na parte opposta, em toda esta distancia só se achão dous lagos.

85. Treze leguas mais acima do Catuá fica o Rio Cajamé abundante de salsa depois de achar na mesma margem o Rio Ititica Paranaá que valle o mesmo que Rio das Bitatas, e dezagua em um Canal formado por uma ilha visinha á margem do Rio de Caijame ao Rio de Tafé são 5 leguas. (1)

86. O Rio da Tafé é caudoloso e pouco menor na largura ao Rio de Coari na cor negra, desce do Sul ao norte, navegavel 2 mezes pouco mais ou menos; a sua latitude na barra é de 3 gráus e 18 minutos ao sul do equador, tem bastante salsa e na sua margem oriental, distante de sua barra 3 leguas, está situada a Villa de Ega.

87. Em distancia de 2 leguas e meia pelo rumo do poente quarta de Norueste e na margem occidental do Rio Tafé está situado o lugar de Nogueira.

88. O Rio Tafé além da boca inferior, tem tambem outra superior navegavel só d'inverno por não ser outra cousa mais do que o Canal formado por uma Ilha, porem, havendo de continuar-se a viagem do dito lugar de Nogueira, sendo no inverno se pode sahir ao Rio das Amazonas por um furo que fica ao norte de Nogueira pelo Rio das Amazonas se navegara até ao lugar de Alvaraes que dista do Rio Tafé 5 leguas e está situado na margem e entrada de um riacho onde em outro tempo fundou o seu arraial o Capitão Francisco da Costa Pinto sendo 2º Cabo da Tropa de resgates expedida para o Rio Negro e Iapurá 2 leguas acima de Alvaraes e na mesma margem austral do Rio das Amazonas fica a ponta de Paragoari, onde em outro tempo esteve a Aldeia dos Indios que agora habitão no lugar de Nogueira.

89. Quasi defronte do Paragoari está a barra principal por ter outras mais: a sua latitude é de 3 gráus ao sul corre de oeste para o leste, das vizinhanças da cidade de Papayão e parallelo ao Rio Negro e Amazonas, os Espanhoes o appellidão Caquetá, e os Portuguezes do Pará o conhecem por Iapurá, nome que lhe derão os Indios; dezagoa no Iapurá innumeraveis rios habitados de muitas nações de Gentio; os haveres de Iapurá são, cacau, salsa, baunilha e cupaiba; tem communicação com o rio de Iça e tambem com o Rio Negro pelo Rio Urubaxi, que dezagoa na margem austral do Rio Negro, além d'outras communicações com pequenas jornadas por terra.

90. Pouco mais de 20 leguas acima de Paragoari desemboca na margem meridional das Amazonas o rio Jurua em 2 1/2 graus de latitude austral, descendo do Reino do Perú com di-

(1) Quinze.

recção do sul para o norte até ao rio Juruá abundante de salsa e habitão nelle muitas Nações de Gentio.

91. Nesta mesma distancia que ha entre Paragoari e o Rio Juruá se achão pela ordem que vão escritos os Riachos, Cupaiá, o Canal de Giparaná, os pequenos Rios Aravato e Acari e o riacho Coará, digo a Costa da Mailva-paru, a boca superior de Acari Coará e o Riacho Guajará, tudo pela margem austral das Amazonas sem haver na Septentrional Lago ou Riacho consideravel.

92. Do Rio Juruá se navega pelo rumo sudueste quarta sobre o Este, e vencidas 6 leguas se chega ao lugar de Fonte-Boa que fica na margem oriental de um pequeno rio que dezagoa na austral das Amazonas; em pouca distancia de sua barra entre o Rio Juruá e o lugar de Fonte-Boa ha um riacho.

93. Continuando-se a viagem de Fonte-Boa se segue pela margem austral os Riachos da Campina Gurumati, o Canal de Parará e os Riachos Puruini, Manorvá, Icapó, e o grande Rio Iutahi distante de Fonte-Boa 12 leguas fica a barra do rio Iutahi, em 2 graos e 40 minutos ao sul, é caudalozo e mui dilatado, desce do Reino do Perú e visinhanças de Cuzco antiga Corte dos Incas do sul para o Norte, tem muita salsa e gentio. Pouco se tem penetrado o interior delle, porém ha noticia participada pelo Gentio de que muito por elle acima ha Campos de grande extensão e alguns signaes de gado.

94. Pela margem septentrional das Amazonas de Fonte Boa até ao Rio Itahi dezagoão o riacho Manhaná, defronte do Gurumati, a Boca superior do mesmo riacho Maiana e o pique no Rio Moraitiva fronteiro ao riacho Manaróa.

95. Distanto de rio Iutahi 23 leguas, faz barra na margem septentrional das Amazonas o famoso rio Içá depois de deixar nesta mesma margem os riachos Tiju Cupana e Rivera Tuva, a boca inferior de Acuti-paraná a costa chamada Mina a boca superior de Avati-paraná, a boca inferior de Tapeira-paraná, a boca superior do mesmo riacho e o rio Tonati e na margem opposta ou austral das Amazonas os riachos Cupatana, Aruti, e Costa de Carapaviru, os riachos Maturá, Maturá Cupaca, a boca inferior de Patiá, Jucuriá e Patiá de cima.

96. Está o Rio Içá em 3 graus e 9 minutos de latitude meridional, desce de Oeste e corre paralelo ao Rio Jupurá com o qual se communica, o seu curso é dilatado, o seu nascimento fica nas visinhanças da cidade de Pasto a Nordeste da cidade de Quito, os Espanhoes lhe chamão Poto-mayo, os Portuguezes Içá que no idioma dos Indios o Magoaz ou Cambebas valle o mesmo que Macaco de boca preta—apellidando assim o Rio por haverem nelle Gentios de boca preta, todo o rio está occupado dos Espanhoes porque supposto em outro tempo não passavão as suas Colonias da Provincia dos Cumbios comtudo ha alguns annos que estabeleceram na barra do mesmo Rio e margem septentrional delle uma pequena povoação chamada S. Joaquim, no Rio Içá ha muitas nações de Gentios, cacau, salsa, e os mais haveres das Amazonas.

97. Acima de Igá.... leguas está situado o lugar de Castro de Avelans na margem austral das Amazonas e em distancia de mais de 13 leguas, na mesma margem a Villa de Olivença depois de deixar os Riachos Acurui e Iandeativa que se seguem depois de Castro de Avelans na margem austral das Amazonas e na septentrional os Riachos Xumaná e Capitiva.

98. Continuando-se a derrota mais 19 leguas se chega á véla, á Fortaleza de S. José do Javari, fundada na margem austral das Amazonas, o rio chamado Javari fica acima da dita Villa 6 leguas na margem septentrional das Amazonas seguida de Olivença até Javary, só ha dous riachos, não faça duvida o estarem algumas das referidas povoações apontadas em diferentes partes por alguns Mappas, porque esta diversidade procede de se terem mudado as mesmas povoações.

99. Havendo de fazer-se a derrota pelo Rio Negro acima depois de largar á esquerda a Barra do Rio de Solimoens, como fica dito, no § 73, se entrará pelo dito Rio Negro que fica á direita em altura de tres grãos e 9 minutos ao Polo do Sul com direcção de Oeste para Leste quasi paralelo ao Rio das Amazonas chamado vulgarmente Solimoens e em distancia de 3 1/2 leguas se achará a Fortaleza fundada na sua margem septentrional.

100. Da Fortaleza se pôde logo procurar a margem austral do Rio Negro para se continuar a fazer melhor viagem porém havendo de seguir-se a navegação ordinaria e introduzida pelo demaziado escrupulo ou medo se costeará a mesma margem septentrional até a boca do Rio Anavilhana que dista da Fortaleza 17 leguas (1) e então se procurará o rumo do ponte quarta de norueste entrando por um confuso labyrintho de Ilhas que tomão a denominação do mesmo Rio Anavilhana e atravessando o Rio Negro por entre estas se chega á parte austral por onde se continuará a viagem até o lugar d'Ayrão situado na mesma margem austral do Rio Negro, pouco abaixo da Barra do Rio Jaú e 23 leguas acima do Rio Anavilhana.

101. Do lugar d'Ayrão ordinariamente se continua a viagem a esquerda até (2) a Villa de Moura situada na mesma margem e distante do lugar d'Ayrão 12 leguas; em tempo de ventos favoraveis se pode fazer esta viagem por fóra com mais brevidade e sem o demasiado risco que alguns lhe affectão, verdade é que para esta viagem deve ser a canoa segura,

102. Deffrente da Villa de Moura desagua na margem septentrional do Rio Negro o Rio Jagoapery em altura de 1 gr. e 22 minutos ao Polo do Sul, sendo todo o Rio habitado de Gentio como são todos os demais rios consideraveis que desaguão no Rio Negro por qualquer das suas margens, motivo porque deixaremos de advertir esta circumstancia as vezes que se forem mencionando os Rios.

(1) Fronteira a Guaribò, e dista ao salto das preguiças 13 leguas á sahida de Anavillano, 2 leguas e meia destas as da Igrejinha e 12 leguas do das Igrejinhas até Ayrão 3 leguas.

(2) Rio Unini 5 leguas antes de chegar a Moura.

103. Da Villa de Moura até a boca inferior do Rio Branco são 6 leguas, este Rio desagua na margem septentrional do Rio Negro e communica com os dominios de Hollanda em Surinane pelos seus braços chamados Tacutú e Parimá ou Urari Edrá, que vizinha com os rios Ronomani e Esquiró que desagua no Mar do Norte.

104. Da boca inferior do Rio Branco até o lugar de Carvoeiro que fica na margem austral do Rio Negro são 3 leguas. Nesta mesma margem entre o lugar d'Ayrão e a Villã de Moura desagoa o Rio Anani de que se deixou de fazer menção no § 101.

105. Do lugar de Carvoeiro se continua a viagem pela mesma margem austral até o lugar de Poiares, distante de Carvoeiro 17 leguas, nesta distancia se passa o rio Caburiz que desagoa no Rio Negro.

106. Do lugar de Poyares até a Villa de Barcellos são 7 leguas: esta Villa é a capital da Capitania, está situada na margem austral do Rio Negro á 58 minutos ao Sul do Equador.

ROTEIRO DA VIAGEM DA CIDADE DO PARÁ ATÉ AS ULTIMAS POVOAÇÕES DOS DOMINIOS PORTUGUEZES EM AMAZONAS E RIO NEGRO ILLUSTRADO COM A DESCRIÇÃO GEOGRAPHICA E NATURAL DOS BIOS QUE DESAGUÃO NOS DOUS NOMEADOS.

1. Em distancia de 20 leguas da ponta da Tigioica, ultimo termo da foz do Rio das Amazonas pela parte do Oriente subindo a costa occidental do largo continente que medea entre a Ilha do Maranhão a leste e a grande Ilha de Joannes ou Marajó a oeste, está situada a cidade de Pará em uma ponta de terra vizinha a boca de um Rio largo e caudaloso a que chamão os naturaes do paiz Goajará, por onde os dous rios Guamã e Capim depois de se unirem em um só, desaguão por um ramo de maior largura a cuja producção concorrem os rios Acará, Mojú, Tocantins, Jucundá, Tacajás e Guanapú. A confluncia do Rio das Amazonas pelo canal de Tageperú tambem dá algum soccorro de aguas á grande Bahia do Pará, porem tão tenue que provavelmente nem as aguas daquelle Monarca dos rios chegão ao Pará, nem causarião sensivel diminuição no seu golfo se atalhasse a communicação do Tageperú, bastando a conjunção dos caudaollos rios acima nomeados.

2. A verdadeira latitude da cidade do Pará conforme as observações modernas e mais exactas é de um grão e 28 minutos ao sul da linha equinocial e a sua longitude numerada do meridiano da Ilha do Ferro é de 320 grãos e 15 minutos.

3. Neste continente se acham fundadas onze povoações pertencentes ao Bispado do Pará. A dizer 6 pela costa abaixo hindo do Pará para o Maranhão e 5 no interior do continente. As da Costa são as seguintes: 1.^a A Villa de Collares. 2.^a A

Villa de Porto Salvo. 3.^a A Villa de Vigia. 4.^a A Villa Nova d'El-Rei. 5.^a A Villa de Cintra. 6.^a A Villa de Bragança.

4. A Villa de Collares fica situada em uma Ilha contigua a Costa que vai do Pará para a Tijoca em distancia de 15 leguas da mesma Cidade.

5. A Villa de Porto Salvo está dentro de um canal de pouca largura e é distante da Villa de Collares 2 1/2 leguas pelo rumo de leste.

6. A Villa da Vigia situada sobre a Costa detraz de umas Ilhas, dista da Villa de Porto Salvo 2 leguas no rumo do norte 4.^a de nordeste.

7. A Villa Nova d'El-Rei é distante da Vigia 8 leguas no rumo de leste e fica dentro do Rio chamado Curuçá.

8. No mesmo rumo de leste dista a Villa de Cintra da Villa Nova d'El-Rei 6 leguas e está fundada no Rio Maracanã a parte direita por elle acima longe da sua barra que é no Oceano 3 leguas.

9. A Villa de Bragança está situada na margem direita do Rio Caieté subindo por elle acima 3 leguas e distante da Villa de Cintra 21 leguas pelo rumo de leste 4.^a de sueste.

10. As 5 povoações que ficam dentro do continente, são: 1.^o o lugar de Bemfica. 2.^o o lugar de Penha Longa. 3.^o A Villa de Ourém. 4.^o O Porto grande do Guamá. 5.^o O lugar de Serzedello.

11. O lugar de Bemfica está dentro de uns Canaes largos, que formão umas Ilhas situadas na boca do Rio Maguari em distancia de 6 leguas da cidade do Pará pelo rumo de nordeste.

12. O lugar de Penha Longa é distante da mesma cidade 3 leguas pelo rumo de Sueste dentro de um canal de pouca largura na vizinhança do Engenho de Pedro de Sequeira.

13. A Villa de Ourém no Rio Guamá em distancia de 34 leguas da cidade do Pará pelo rumo de leste 4.^a de sueste, é situada na margem septentrional do Rio. Desta povoação se pôde passar por terra a do Rio Caieté acima nomea a § 9, porem com jornada trabalhosa por medear entre ambas uma Mata de 11 leguas e cortada de muitos Riachos.

14. A povoação do Porto grande do Guamá é distante 3 leguas da Villa de Ourém declarada no § antecedente e fica na mesma margem septentrional do Rio Guamá.

15. O lugar de Serzedello situado na mesma margem oriental do Rio Gourupi, dista 20 leguas do Porto grande pelo rumo de leste 1/2 4.^a a sueste tomando o caminho por terra e largando á mão direita o Rio Guamá. Esta Povoação é o ultimo termo de Bispado do Pará pela parte do oriente.

16. Havendo pois de fazer viagem da cidade do Pará para o Sertão das Amazonas e Rio Negro se podem seguir 2 diferentes derrotas, das quaes é uma por fóra e outra por dentro das ilhas que separão a Foz do Rio dos Tocantins do continente do Pará. Querendo seguir a primeira que é a mais frequentada deve-se buscar o Rio Moju, e com a primeira enchente se pôde

hir ao engenho de Lourenço Furtado, chamado Taboca, que dista da cidade 7 leguas.

17. Do engenho do Taboca pelo Rio Mojú acima com o favor de algum vento á popa se pôde chegar ao Mulinote de de Luiz de Moraes na boca do estreito canal que chamão Igarapé Merim que valle o mesmo que caminho apertado de Canoas e são 12 leguas; isto é incluindo as voltas e desvios da canoa porque em rumo direito dista o Igarapé Merim da cidade 14 leguas francezas a 20 por grão das quaes se deve entender todas as mais de que se fize: menção neste roteiro.

18. Na praia-mar se passa o Canal do Igarapé Mirim e esperando maré na freguezia de Sant'Anna que fica á mão direita ou pouco mais abaixo da dita freguezia se vai ao Engenho de Jacob Corrêa e são 8 leguas.

19. De Jacob Corrêa até a espera da Bahia do Marapatá são 3 leguas.

20. Deve-se atravessar esta Bahia pouco antes da praia-maremquanto a Maré corre ainda para cima afim de alcançar o furo da Ilha Vararay, que separa esta Bahia do Limoeiro. Chegando ao furo sobredito se estiver ainda bastantemente alta a maré em forma que se possam salvar os baixos, e que não esteja a Bahia do Limoeiro nimiamente alterada, se atravessará sem mais dilação depois de costear a Ilha um pouco para baixo afim de não descahir sobre o banco de arêa que fica na entrada do furo do Limoeiro a parte de cima. Esta travessia se deve fazer bolinando a Canoa o mais que puder e não tomando o vento a uma larga antes de entrar o canal do Limoeiro. Alguns atravessão estas duas bahias sem tomar o furo da Ilha Vararay passando por fóra della. Isto se pôle praticar com alguma affouteza, tendo bom pratico, boa canoa, vento, e maré favoraveis.

21. Estas duas Bahias formão e são a mesma barra do caudaloso Rio dos Tocantins, em cujas vertentes se achão as Minas da Natividade, ultima freguezia e termo do Bispado do Pará pela parte de Sueste fica a barra do Rio Tocantins em 2 grãos e 15 minutos de latitude austral do Marapatá, corre do meio dia para o Septentrião 265 leguas. Confina ao nascente com as vertentes do Rio de S. Francisco e Minas do Paracatú. Ao sul com as vertentes do Rio grande Ovaraná que desagoa na margem *Oriental* do Rio da Prata. (1)

Para o poente com as Minas do Cuiabá, Tapajoz, e Guaporé Desagoão nelle muitos rios, dos quaes os mais distinctos são pela margem oriental, os rios do Sono de Manoel Alvares Paratinga, Rio Preto e Rio do Maranhão.

E pela margem occidental os Rios Tacoanhunas, Aragoaya que dista da barra ao Tocantins 70 leguas Rio da Capoeira de Santa Luzia dos Mangues, Curiças, Boavista e Rio das Almas. He abundante de muitas e riquissimas minas de ouro e pau cravo.

(1) S. Felix e da Bagagem.

A sua navegação é trabalhoza pelas espantosas Caxoeiras que ha nelle e pelo perigo da invazão do innumeravel gentio que habita nas suas margens e centros. Cria nas suas correntes deliciosos peixes e perfeitissimas tartarugas para cuja produção tem igualmente muitas e vistozas praias de areia.

22. Na margem occidental de Tocantins esta situada a Villa Viçosa de Cametã em distancia de 14 leguas da Ilha Vararay que separa as duas Bahias acima mencionadas e uma legua abaixo da dita Villa está o lugar de Azevedo na mesma margem occidental do Rio Tocantins.

23. Da espera do Marapatá até o Engenho do Limoeiro vão 5 leguas.

24. Deixando-se o Engenho do Limoeiro se entra com a enchente do mar por uns canaes largos de varias Ilhas, seguindo sempre o Canal do meio, e passando o estreito ou Sêcco a que chamão os Indios Pagé com a preia-mar, se vai com a vazante até defronte do Engenho de Pedro Furtado, denominado Maracará, situado na Ilha do Marajó em a costa que corre nordeste e sudoeste; e tambem se pôde chegar ao referido Engenho. Do Limoeiro até Maracará são 14 leguas.

25. Antes de chegar ao Estreito ou Sêcco de que se faz menção no § antecedente, fica a parte direita um canal largo a que chamão Japiy ou Curuçá que o frequentão as Canoas de maior grandeza para evitarem o trabalho de tirarem os mastros na passagem do Sêcco. Navega-se por elle com a vazante da maré e sahindo-se defronte da barra do Rio Paracuibi se continúa a viagem na enchente immediata pela Bahia acima em direitura do Engenho de Pedro Furtado que se alcança com a mesma enchente sem difficuldade. Depois de passar o primeiro sêcco tambem fica a parte direita outro canal chamado Curuçá mirim que vai sahir á ponderada Bahia pouco abaixo da Ilha Paquetá fronteira ao Mulinote de Agostinho Jozé Tenorio fazendo-se a mesma viagem já explicada.

26. Querendo porem fazer a viagem por fora sahindo da cidade do Pará se procura logo a outra banda em demanda do Canal largo que separa a ilha das Onças do seu continente a cujo Canal chamão Carnapijô e é distante da cidade 3 leguas, continuando por elle a viagem se sahe a Bahia do Marajó de cuja espera até a cidade são 7 leguas.

27. Depois de estar nesta bahia ainda se podem seguir duas differentes derrotas, uma que pára entre as Ilhas, procurando a costas da mão esquerda que é a do continente dos Tocantins até a espera do Marapatá acima declarado no § 19 e a outra ao largo pelo meio da Bahia, procurando a Costa da parte direita que é da Ilha do Marajó até o Engenho de Pedro Furtado.

28. Se se quizer seguir a primeira derrota pelas Ilhas, logo que encher a maré, se dará principio a viagem a Villa e com vento em popa, inclinando-se ao largo para se desviarem do grande recife de pedras que ficará pela proa. Depois de salvar o recife se deve procurar outra vez a terra da parte esquerda

levando-a em distancia de uma pequena legua e logo se avis-tará a Villa de Conde situada nella na distancia da espera da sahida de Camapijô 3 e $\frac{1}{2}$ leguas.

29. Depois de Villa do Conde se avista na mesma terra a Villa de Beja que fica distante da primeira 2 $\frac{1}{2}$ leguas.

30. Passando a ponta que apparece acima da Villa de Bej logo se entra pelos Canaes das Ilhas que formão um verdadeiro Labyrintho nesta paragem e tendo b'm piloto se poderá chegar com uma enchente á Espera do Marapatá referida § 19 e são 7 leguas. Do Marapatá segue-se a viagem até Maracará como fica explicado do § 2º em diante.

31. Para fazer a viagem ao largo e por fóra de todas as Ilhas pelo meio da Bahia do Marajó até Peíro Furtado se carece de Canoa grande e segura e de Piloto experimentado por ser aquella Bahia prolongada, larga e ter correntes, marezias, grandes baixas, e muitas Ilhas que fazem duvidar o verdadeiro caminho. O vento será sempre favoravel e a popa exceptuando o caso de alguma trovoadá. E no tempo dos ventos geraes que reinão nos mezes de Setembro Outubro e Novembro se executa esta viagem em 24 horas veacendo se nellas 32 leguas porque tantas são da cidade até o Engenho de Pedro Furtado por esta derrota explicada.

32. Defronte do Engenho de Pédro Furtado fica a Villa de Oeiras situada dentro do Rio Araticú que seguido do sul ao norte do continente em que está a Villa Viçoza do Camutá de zagua na Costa fronteira a da Ilha do Marajó entre os Rios Cupijó da parte debaixo e Paruaná da parte de cima. A Villa está 2 leguas distante da barra do rio na margem occidental e do Engenho de Pedro Furtado 7 leguas. Nesta mesma costa desaguão tambem os rios Panaíva, Jacundá de que se fez menção no § 1º e Jagoarajó.

33. Acima de Maravarú estão 2 famozas Povoações das quaes uma é a Villa de Melgaço, situada em uma das muitas ilhas que formão a entrada do Canal largo chamado Tajapurú que separa a ilha do Marajó do continente do Sertão pelo rumo de sudoeste. Por este mesmo rumo é distante a Villa de Melgaço do Engenho de Peíro Furtado 12 leguas. A outra povoação é a Villa de Portel que no tempo presente é a mais populosa do Estado. Fica no continente do sul acima do Rio Cuté-Pirará e vizinha ao ajuntamento dos 2 Rios Pacajaz e Guanapú. He distante de Maravarú 16 pelo rumo do sudueste e de Melgaço 4.

34. O Rio Pacajaz tem a sua barra em 2 grãos e 25 minutos ao sul d'onde desce. He abundante de pau cravo e gentio. A sua navegação tambem é trabalhoza em razão de algumas Caxoeiras e recifes de pedras. A parte direita delle fica o Rio Pacajahé que o communica com o Ganapú, este tambem tem as mesmas difficuldades de Caxoeiras que principião ao oitavo dia de viagem e igual abundancia de cravo. Em um dia de viagem pelo Anapú acima se chega a Bahia que faz com largura de 2 leguas em cuja enseada desaguão o riacho Comoy que communica Ganapú com Tajapurú, e tambem o riacho da Laguna

que no inverno dá igual comunicação com o riacho Pucuruy que desagua abaixo do Gurupá. Antes de entrar em Ganapú e muito perto de sua barra, ha tambem um Canal que sahe a Tajoperú.

35. Seguindo a viagem no Engenho de Pedro Furtado para o Sertão das Amazonas se vai pela Bahia chamada vulgarmente das Bocas, costeando a direita até entrar depois de 5 leguas entre as ilhas de Tajoperú, e continuando por elle sempre contra a correnteza que em todo o comprimento daquelle canal corre para baixo em qualquer estado das marés. Com tres até quatro dias de viagem se vai sabir ao largo do Rio das Amazonas. Do Engenho de Pedro Furtado até á sahida superior do Tajoperú são 27 leguas.

36. A grande ilha de Joannes ou Marajó contem em si 9 Povoações das quaes umas pertencem a Costa Septentrional da mesma ilha e outras a costa que corre de Nordeste a Sudueste a qual tem de comprimento 55 leguas e é fronteira á Costa do conti-nente do Pará da qual se separa por uma bahia de cinco leguas de largo.

37. Defronte de Villa do Conde declarada no § 28 na Costa da ilha do Marajó seguida do Nordeste a Sudueste dezagoa o Rio Marajó-Uassú, de cuja barra para cima em distancia de 2 1/2 leguas está o lugar de fonte da Pedra correndo a mesma Costa para baixo uma legua fica o lugar de Villar.

Passadas mais 12 leguas está a Villa de Monçarás. Segue-se a esta mesma Costa a Villa de Monforte distante 3 leguas de Monçarás. Ena distancia de mais 4 leguas seguidas de Monforte para baixo pela sobredita costa a Villa de Salvaterra e logo acima da boca do rio para Cavari por elle dentro na margem septentrional o lugar de Mondim. Mais acima em distancia de 3 leguas e 1/2 da boca de Pracavari e na mesma margem a Villa de Soure. Deste rio para Cavari até a ponta chamada de Maguari em que acaba a ilha de Marajó da parte do mar vão 10 leguas. Nesta Costa dezaguão tambem acima do rio para Cavari e acima de Marajó-Uassú o rio Atua todos povoados de grande numero de fazendas de gado vacum e cavallar pertencente a diversos particulares e moradores do Pará. Do rio Atua pela costa acima se seguem os rios Amuaná, Paracuiba, Pacujutá, Canaticú, Peria. Mutuacá, e Goajará.

38. Da ponta de Maguari, corre a costa direita de leste a Oest no comprimento de 40 leguas e poucos minutos de latitude austral. Na distancia das ditas 40 leguas estão as 2 povoações de Chaves e Rebordello. A Villa de Chaves situada na ilha do Marajó distante da ponta de Maguari 25 leguas. O lugar de Rebordello em uma ilha grande chamada Caviana em distancia de 7 leguas da Villa de Chaves pelo rumo de norueste. A ilha de Caviana é separada da Costa de Marajó por um canal de 2 leguas de largo. Os indios que habitão nestas povoações se appellião Aruaans.

39. Da ultima sahida superior do Canal de Tajoperú 20 leguas pelo rumo de norte, está situada a Praça e Villa do Macapá na

margem septentrional das Amazonas poucos minutos de norte, ficando lhe superior o Rio Matapi e inferior o Rio Curiaú do Macapá até o cabo do norte com a costa do rio das Amazonas ao nordeste e 4^a de Norte 40 leguas. O cabo do Norte é o ultimo termo da foz do rio das Amazonas pela parte do occidente e fica em 1 grão e 51 minutos de latitude septentrional. Do cabo do norte a ponta da Tijioea que é o ultimo termo da foz do rio das Amazonas pela parte oriental são 57 leguas e 1/2, e tantas tem de largo a barra deste grande rio. Do mesmo Cabo do norte ao Cabo de Orange e rio Japoco onde se terminão os dominios portuguezes são 60 leguas, ficando Japoco em 4 grãos e 15 minutos ao norte do Equader. Na mesma costa de Macapá 20 leguas abaixo dezagua o Rio Irijó. O rio Araguari celebre pela sua horrivel Pororoca dezeboca no Cabo do norte.

40. Continuando a viagem da sahida superior do Tajoperú para o Sertão das Amazonas se hirá costeando a mão esquerda pelo rumo de sudueste quarta sobre oeste por uma costa brava e desabrida até a fortaleza de Gurupá que dista da dita sahida do Tajoperú 13 leguas, e fica em 2 gr. e 25 minutos ao sul da linha.

41. Em distancia de 12 leguas de Gurupá pelo rumo do Norte, está a boca do rio Jari, na contra costa do rio das Amazonas, e 9 leguas pelo rio acima está o lugar de Fragozo a parte esquerda. (1)

42. Nove leguas do mesmo Gurupá pelo rumo de Oeste fica a boca inferior do rio Toéré na mesma contra-costa das Amazonas, e penetrando o rio 5 leguas dentro se acha a Villa de Arrayollos na margem oriental. A Villa de Espozende está na margem occidental de um rumo do rio e distante d'Arrayollos 3 1/4 leguas.

43. Da boca do rio Toéré até a do rio Jari corre a costa das Amazonas ao nordeste em cujo rumo contiúna até Macapá. Nesta mesma Costa e acima de Macapá couza de 7 leguas dezagua o rio Maracapucu abundante de cacau e nelle está situado o lugar de Sant'Anna a margem direita 10 leguas pelo rio acima. O rio Anavirapucu tambem celebre pela sua Pororoca e muito cacáu dezeboca nesta mesma costa.

44. Para continuar a viagem do Gurupá para o Sertão das Amazonas se costea para cima a mão esquerda até á boca do rio Xingú, distante do Gurupá 12 leguas em cuja distancia e na mesma margem austral está o lugar de Carrazado longe do Gurupá 8 leguas.

45. O Rio do Xingú desce das minas do Brazil de sul a norte paralelo ao rio Tapajoz navegavel 2 mezes. Na sua barra tem de largo pouco mais de legua e se augmenta na largura mais acima. Oito dias de viagem da sua barra o cercão Caxoeiras. As suas florestas são mui amenas, as praias vistosas e as aguas perfeitas. Ha no rio Xingú muito gentio, pau, cravo, e Puxiri, dezagão nelle alguns rios dos quaes o mais consideravel é o Guiriri.

(1) Abaixo do Jari vindo pela Costa do Macapá, ou de N. se encontra o Rio Arapiéu (quero dizer) o Navá, e depois o Arapiéu

46. Entrando-se pelo rio Xingú se avista na sua margem oriental o lugar de Villarinho do Monte, acima de Carrazedo 4 1/2 leguas, seguindo-se a viagem pelo Xingú acima em distancia de 4 leguas de Villarinho do Monte está da outra banda o canal largo de Urucuricaya por onde se pode sahir ao Amazonas como fazem muitas Canoas com bastante atalho na derrota ainda que desabrigada, por cuja razão a maior parte das Canoas continuão a viagem pelo Xingú acima até a Villa do Porto de Moz, situada na margem oriental 7 leguas de Villarinho do Monte. Antes de chegar a Porto de Moz em distancia de 2 leguas está a Povoação da Boavista.

47. Acima da Villa de Porto de Moz estão no rio Xingú 3 povoações a saber: a Villa de Veiros na margem oriental distante 10 leguas do Porto de Moz. Duas leguas mais acima a Villa de Pombal. Em distancia de mais 8 leguas a Villa de Souzel na margem occidental.

48. Defronte da Villa de Porto de Moz na outra banda do rio Xingú, está a boca de um canal estreito (1) que vae sahir com muitas voltas ao rio das Amazonas e pelo qual continuão ordinariamente as Canoas a sua derrota para o Sertão. Partindo pois de Porto de Moz se atravessa logo o rio chamado Xingú e se entra pelo dito canal chamado Aquiqui, apressando a viagem para sahir delle com brevidade por ser provido principalmente no inverno de um numeroso exercito de mosquitos. De Porto de Moz até sahir por este canal ao largo das Amazonas são 15 leguas.

49. Sabindo-se de Aquiqui se avista logo ainda que confusamente a fortaleza do Parú, annexa á Villa d'Almeirim na margem septentrional das Amazonas que nesta paragem tem de largo 4 leguas de Aquiqui ao Parú, correndo de oeste a leste, offerecendo aos olhos um aprazivel aspecto de montes bem configurados 1 ou 2 leguas pela terra dentro das quaes se forma a dilatada Cadêa e cordilheira Guayana seguida de leste a oeste. Nestes montes ou faldas delles se colhe muito cacão e boa salsaparrilha. Pouco acima da fortaleza do Parú ou Villa d'Almeirim fica o rio Acarapi onde se achava uma povoação missionada pelos Religiosos Antoninhos a qual se unio a villa de Almeirim em Parú (2).

50. Quem navegar com intento de abreviar a derrota deve seguir sempre a margem austral das Amazonas, fazendo a viagem a remo e á vella porque de ordinario são certos ventos geraes no verão sem nunca atravessar o rio, por não perder tempo e se livrar de algum perigo, e isto é até a altura em que se persuadirá a travessia.

(1) Rio Jaracú desagua de S. O. e tem o seu curso de S. S. O. a N. N. E. Do canal do Guajará até a confluencia do Aquiqui 14 leguas da confluencia ao Jaracú 6, ou 7 do Jaracú ao fim do Aquiqui.

(2) O Coruá desemboca N. E. e o Cusari quasi ao N. menos 4^a.

51. Da boca do Aquiqui subindo a costa austral 7 leguas fica um *Riacho* (1) quasi fronteiro ao rio Aquarapi, e do dito riacho até o furo do Canal chamado Maguari por onde se entra para livrarem da braveza da costa são 4 1/2 leguas. (2) Da entrada do Canal até a sahida superior 8 leguas e desta sahida até a entrada do Canal que forma as Ilhas de Uruará são 4 leguas. Uruará é um rio que forma muitos lagos e tem bastante pau cravo.

52. Da entrada do Canal de Uruará até sahir a costa do rio de Urubuocarã na margem septentrional das Amazonas, aonde está situado o lugar de Outeiro 8 leguas dentro na margem oriental do rio são 5 leguas ou 7.

53. Da sahida sobredita até estar defronte da Villa de Monte Alegre, que está na margem septentrional 2 leguas longe das Amazonas, são 8 leguas, e desta paragem até a boca do rio *Curud* (3) que fica no fim das barreiras de Casari são 3 leguas. Este rio desce do sul e é habitado de muitas nações de Gentios denominadas *Jurunas*, (4) *Guaruvará*, *Casari*, *Curicuturé*, *Yacipuia* e outras e abunda de cravo e oleo de côpahiba.

Da barra do rio Curiucá até a do rio Tapajoz são onze leguas ou mais depressa nove.

N. Ignora-se se é mesmo que o rio Ytiqui, ou se este lhe fica superior junto de Tapajoz.

N. 6

107 — Da Villa de Barcellos se segue a viagem sempre pela parte do sul até o lugar de Moreira, distante de Barcellos 17 leguas. Nesta distancia só dezagua por esta margem do Rio Negro o pequeno Rio Bauri e pela margem opposta o Rio Arará ou Deminé.

108 — Do lugar de Moreira se demanda a Villa de Thomar que fica na margem austral longe de Moreira 16 leguas. Entre Moreira e Thomar dezagua no Rio Negro o Rio chamado Varirã e na margem opposta de fronte da dita Villa de Thomar o rio de Padoviri em 26 minutos ao sul.

109 — Da Villa de Thomar se segue o lugar de Lama Longa em distancia de 3 leguas na dita margem austral sendo esta a ultima das antigas Povoações do Rio Negro.

(1) *Guajará*.

(2) N. B. Do Tapajoz ao Rio Curuará 11, do Curuará ao Casari 5. Do Casari ao Uruará 8, d'aqui até o fim do Canal do Maguari 7.

(3) N. B. Este rio fica por cima do rio Casari e depois do Curica, segue-se o rio Ytiqui.

(4) Cuarú que he a primeira.

INDEX

DAS POVOAÇÕES PERTENCENTES AO BISPADO DO PARA'

*Nomes**Nota onde ficam***A**

Lugar de Ayram	Rio Negro.
Villa d'Alemquer	Amazonas.
D ^a d'Almeirim	Na marg. Sept. do Amazonas.
Lugar d'Arvelhos	Solimões em o Rio Coari.
Villa d'Alter do Chão	Tapajoz.
Lugar d'Alvares	No Tefé — 3.
D ^a de Sant'Anna	dô Maracá no rio Capim.
Lugar d'Arcugello	Amazonas.
Villa d'Arrayollos	Rio Thoéré.
Lugar d'Azevedo	Tocantins.

B

Villa de Barcellos	Rio Negro.
Lugar de Bemfica	Em umas ilhas na bôca do R ^o Maguari.
Villa de Beja	Na marg. austral do Ama- zonas subindo a boca.
Villa Boim	Tapajoz da margem.
Villa de Borba	No Madeira de leste.
Villa de Bragança	Na boca austral do Amazonas ao pé da vigia.
Lugar do Baião	Margori entrada do Tocantins

C

Villa de Camutá	Boca do Tocantins.
Lugar de Carrazedo	Amazonas. S.
Lugar de Castro d'Avelans	S. Tefé, fica acima de Fonte Boa 10 dias.
Lugar de Cersedello	Rio Gourupy.
Villa de Chaves	R. Joannes.
Villa de Cintra	Na boca austral do Amazonas.
Villa de Collares	Idem.
Villa de Conde	Idem.
Lugar de Condeixa	Ilha de Joannes.
Lugar do Carvoeiro	Rio Negro.

E

Villa de Ega	No R. Tefé.
Villa d'Espozende	Rio Thoéré.

F

Villa de Faro	Nhamundas.
Lugar de Fonte Boa	4. Tefé.
Lugar de Fonte de Pedra.	Rio Jari.
Lugar de Fragoso.	Id.
Villa Franca	Tapajoz da parte de Gurupá. Amazonas S.
Villa de S. José do Javari	No d° Rio distante da boca 6 leguas.

L

Lugar de Lama Longa	Rio Negro.
-------------------------------	------------

M

Villa do Macapá	Boca do Norte.
Villa de Melgaço	No rio Anapu dentro das bahias.
Lugar de Mondim.	Joannes.
Villa de Monforte.	Joannes.
Villa de Monte Alegre	Amazonas da parte Septen- trional.
Villa de Monçaras	Joannes.
Lugar de Moreira	Rio Negro.
Villa de Moura.	D°.

N

Freguezia da Natividade.	
Lugar de Nogueira	2 no Tefé na margem occi- dental; fronteira a Ega.
Villa Nova d'El-Rei	Na boca do S. do Amazonas.

O

Villa de Obidos	Amazonas do Norte.
Villa de Oeiras.	No R° Guanopu.
Villa de Olivença	Solimoes a 17 leg. do Isás e 4 dias do Javari.

Villa de Ourem	No Guamá.
Lugar do Outeiro	Norte do Amazonas.

P

Lugar de Parada	unido a villa de Chaves.
Lugar de Penha Longa	para cima do Pará na margem do S. junto ao Engenho de P. de Sequeira.
Villa de Pinhel	Tapajoz.
Villa de Pombal	Xingú.
Lugar de Fonte de Pedra	Joannes.
Villa de Portel	Rio Guanapú dentro das bahias.
Porto grande de Guamá	No mesmo rio acima de Ourem.
Villa de Porto de Móz	Xingú.
Villa de Porto Salvo	Na boca do S, do Amazonas.
Lugar de Poiares	Rio Negro.

R

Lugar de Rebordello	Ilha Caviana.
-------------------------------	---------------

S

Villa de Salva Terra	Ilha de Joannes.
Villa de Santarem	na barra do Tapajoz.
Villa de Serpa	No Amazonas.
Villa de Silves	No Lago Jaracá.
Villa de Soure	Joannes.
Villa de Souzel	Xingú.
Lugar de Sant'Anna	No Maracá Polá.

T

Villa de Thomar	Rio Negro.
---------------------------	------------

V

Lugar de Villarinho do Monte	Xingú N. de S.
Lugar de Valle de Fontes	
Villa de Oeiras	Rio Xingu.
Lugar de Villar	Joannes.
Villa da Vigia	Fóra da Barra já do Amazonas da parte do Sul.
Lugar de Villar	Joannes.
Lugar de Villarinho do Monte	

LUGARES QUE FALTÃO NA LISTA RETRO QUE SE FUNDARAM DE NOVO

Sant'Anna — No rio Tapajoz, junto de Pinhel.

Villa Viçosa — No rio Onorá-pelu, da parte do Norte do Amazonas.

Sant'Anna — No rio Capim. L.

Formeirim ou Parú — (Já lá está, foi engano).

Odivellas — Abaixo do Pará do S. (Villa).

Barcarena — Lug. em Joannes.

Rio Negro

Forte da Barra.

Castanheiro.

Camundá.

Fortaleza da Cachoeira grande de S. Gabriel.

Guamá — No Rio Gopiz acima das Caxoeiras.

Bacurú.

S. José dos Marabitanas, Forte sujeito ao Commandante de S. Gabriel que é Capitão.

Camanao.

Curianá.

N. B. — Todos estes Rios estão no Rio Negro ou do *Guani*.

Todas as povoações acima excepto a 1.^a estão sujeitas a commandancia das Caxoeiras.

Notas

Serpa, era o Abacaxis — foi mudada no Governo de Francisco Xavier.

Silves — entra-se pelo rio Silves em que está situada ao pé do Urucú.

A Fortaleza da Barra do Rio Negro dista della 3 horas de viagem.

Foi engano dizer-se que os lugares de *Fonte-Boa*, *Alvaraes* e *Castro d'Avelans* estão situados no Tefé, pois estão no Solimões.

Falta saber-se aonde fica Itacutiara (Coscú nome moderno).

Nogueira, mudou-se para o Tefé depois que Mr. de Condamine a passou e está mais acima de Ega na margem occidental opposta.

Alvaraes, foi fundada no anno de 57 dos restos de outra chamada Anamá situada em um canal que dezagua no Japura.

S. Paulo ou Olivença, mudou-se mais para baixo. S. Pedro já não existe.

Javari, fundou-se em o anno de...

A boca do Issá é importante para uma Povoação.

Tabatingas, sítio mui proprio para um Forte, acima do Javari dia e meio, aonde vem dezaguar um riacho que fica a um dia de viagem do dito Javari.

Governo. Do Rio— Rio Negro.

NOMES NATURAES DOS LUGARES E VILLAS

Ayrão — Jaú.
 Moura — Corijai ou Pedreira.
 Carvoeiro — Aracari.
 Poiares — Comarú.
 Barcellos — Marivá.
 Moreira — Caboquina ou Camará.
 Thomar — Bararúá.
 Lama-Longa — Dary.

Solimoens

Alvellos — Coary.
 Ega — Téfé.
 Nogueira — Paraguay ou Manoroã.
 Alvaraes — Cahicará ou Umanã.
 Fonte-Boa — Taracuatiba.
 Castro d'Avelans — Maturá.
 Olivença — S. Paulo.
 S. José do — Javary.

Amazonas

Serpa — Abacaxis ou Itacut.
 Silves — Anibá, Sararacá, Yará, Madeira.
 Borba — Trocano.

N. 7

Notícias da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem na sua circumferencia, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiozas.

Acha-se a Ilha Grande de Joannes no Rio das Amazonas, ficando-lhe fronteira á parte do norte a terra firme da villa de S. Jozé de Macapá que corre para parte do Rio Araguari, e nesta distancia que ha da dita Ilha á terra firme tem suas ilhas fronteira, e as mais principaes são a Ilha chamada das Mexianas, a Ilha da Caviana, a Ilha chamada do Semiterio dos Aroans que é aonde algum dia se enterravão seguindo os ritos do Gentillismo, a Ilha dos Camaleocens e a ilha dos Caxorros.

Estão estas ilhas todas caminho de leste mais quarta menos quarta. E da parte da cidade do Pará lhe ficão varias ilhas como são a Ilha de Guaraperanga, a Ilha de Cutujuba a ilha de Paquetá e outras mais.

Principia a ilha grande de Joannes na ponta do Maguari, e correndo costa acima até a paragem chamada Cajú-una e desta ao rio Anajar até ao Rio Parau-aú que é aonde se diz é o fim desta ilha daquelle parte. Em toda esta distancia se achão varios Rios e Igarapéz que todos entrão para o centro da ilha Grande de Joannes. Os Rios de maior nomes são : o Rio Ganhoam, o rio Gayapuava, o Rio Cajutuba, o Rio Igará-pexi, o Rio dos Anajaz, o Rio do Mapuá. Os Igarapés que em toda esta distancia se achão são bastantes, mas os de maior nomes são o Igarapé de Maguari, o Igarapé de Pacuatiba, o Igarapé dos Tucumas, o Igarapé de Camarãotuba, o Igarapé de Coatá, o Igarapé de Najatuba, acima deste Igarapé em distancia de 2 leguas pouco mais ou menos se acha a Villa de Chaves que algum dia se chamou Aldea da Najatuba; desta Villa por diante hindo pela parte já dita até ao Rio Parau-aú são matas e tem os campos longe, mas todos os Rios nomidados que entrão nas mattas, a maior parte todos vão findar ás Campinas. Na maior parte destas Mattas se achão muitos Acapús, Paos d'arco, Iubahis, Augelins, Andirobas, Jarubas, destes dous paus se costumão fazerem-se Canoas de 50 palmos de comprido, tendo 18 e 20 palmos de largo. Paus pretos, de Roza, e Amarelllos; por toda esta parte se achão nos ditos Mattos pelas beiradas dos Rios e Igarapés muito Ubussú excellente palha para cobertura de Cazas, e costuma durar 10 e 12 annos.

Tambem este matto tem muito timbotetica, em que se costuma amarrar toda a este-aria de algumas moradas de Cazas e todo o invaramento que se amarra aos esteiros por dentro e por fóra das Cazas é com este sipó. Ha outro sipó a que chamão Timbó-assú, que rachado e inteiro serve para o sobredito. Ha outro sipó mais grosso da grossura de uma amarra ordinaria a que chamão Timbó, serve este para matar peixe nos Igarapés, e alguns rios pequenos e pela margem dos grandes em algumas enseadas aonde não corre a água, e para se matar o peixe se costuma bater este Timbó muito bem de sorte que fique bem moido, e depois de ter grande quantidade á proporção da agua do Igarapé ou Rio se costuma hir esfregando nas mãos junto com a agua, e neste exercicio costuma largar o tal Timbó a agua com um tal fartum asquerozo que faz embebedar toda a qualidade de peixe que o chega a participar, e achando-se desta sorte perturbado, vem acima d'agua, aonde o apañhão aquelles que se achão nesta diligencia. Costuma-se fazer esta pescaria ordinariamente na baixa-mar e com presteza antes que encha a Maré, porque em chegando esta, augmenta a agua, e esta augmentada vai a menos o asquerozo do succo do tal Timbó, e é tal o fartum que deixa que dizem os Nacionaes que 2 e 3 marés se passão primeiro que torne a entrar peixe naquelle Rio ou Igarapé.

O Rio já referido chamado dos Anajaz é muito comprido, e do principio delle até ao fim se costuma gastar 4 dias de viagem. Tem estes Rios varias fazendas de Cacáu, e tem no fim aonde são as Campinas suas Fazendas de Gado Vacum, Tem bons pas-

tosmas muito alagados no tempo do inverno, a maior parte das Ilhas que tem pelos campos são de Asacus, Asaixeiros e Meritiraes.

Dezagua dentro neste Rio 2 Rios grandes que a que chamão o Rio Cururu e o Rio Moco-on; vão estes 2 Rios findar nos campos que ficão para a parte da Villa de Chaves. Tem outro Rio que dezagua no mesmo chamado Pecaquara, este Rio vai por entre Mattos e tem algumas campinas muito limitadas e agrestes. Tem mais varios rios pequenos que todos dezaguão no dito Rio Anajáz a que chamão Rio Camotim, Rio Negro e seus Igarapés a que lhes dão os nomes seguintes. O Igarapé do Posso-panéma, o Igarapé do Tucunaré, o Igarapé do Paulino, e o Igarapé do Maguari-quitana. São estes Rios e Igarapés muito abundantes de peixes das qualidades que costumão haver nelles como são Tucunarés, landiás, Acarás, Apayaris, Mandubés, Anojás, e Piram-ibas. Estas qualidades de peixes são bons, tem poucas espinhas e de bom gosto, ha mais com abundancia os peixes a que chamão Tara-iras, Iejús Aroanás mas estes tem muitas espinhas. Ha mais uma qualidade de peixe a que chamão Tamoatá o qual tem uma casca pelo feitiço de unhas: he peixe que ha em muita quaidade e é muito gostoso o maior é do comprimento de um palmo e ha mais nestes sobreditos rios, Igarapes e nos lagos.

Ha outra qualidade de peixe a que chamão Peixe-boi, por ter o focinho semelhante ao do Boi, é este peixe muito gostoso assado, pondo-se antes de vinha-d'alhos, e muita semilhança tem á carne de Porco, costumão fazer delle bastantes linguças, que bem temperadas tem bom gosto.

Para as partes do Rio Mapuhá ha bastantes arvores de Baunilha: tem todos estes Mattos, innumeraveis Porcos bravos a que chamão os Nacionaes Porcos do Matto, estando estes gordos é excellente carne, e assada é melhor do que cozida, principalmente sendo ella assada da forma que os Nacionaes chamão de Moqué. Tem bastantes Antas, muitos Veados, muitas Pácas, e muitas Cutias: tem muitas Aves, como são Mutuns, uns são pretos e outros pintados, a estes chamão Mutuns penimas, ha bastantes Jacus, Enambus, Sururinas, todas de bom comer, e tem outras muitas qualidades de Aves.

Vindo do Rio Parau-áu para a banda da cidade do Pará costa abaixo até a Ponta do Maguari, d'onde principia a Ilha e acaba agora se encontrão varios Rios e varias Fazendas, Engenhos, e Engenhócas; o primeiro que se segue é o Engenho do Mestre do Campos Pedro Furtado, e antes de chegar ao dito Engenho ficão bastantes Fazendas de Cacáu e Roças de Maniba, Algodões, e mais lavouras, segue se logo uma Engenhóca de Joaquim da Veiga aonde fazem aguas-ardentes de cana e mel.

Mais abaixo se segue o Rio chamado Pará cu-uba: o qual tem boas terras de lavoura e é muito abundante de peixe já referido e das mesmas castas e Aves: tem bastante comprimento e tem dentro seus Igarapés, que dezaguão no mesmo Rio e na

boca deste Rio, para a parte da Costa tem seus pesqueiros aonde se apanhão Tartarugas e Tracajás.

Segue-se mais abaixo o Rio Atuhã, que é comprido o qual tem suas Fazendas de Gado-Vacum para o fim delle, e no principio tem suas Fazendas, aonde lavrão algumas Roças de Maniba e Tabacaes.

Dentro deste Rio dezagua o Rio Anabeju e tem suas Fazendas de Gado-Vacum e Cavallar em algumas destas Fazendas se costumão plantar Tabacaes. Tem estes Rios bastante peixe e bastante casca na forma sobredita.

Deste Rio até o Rio Marajó-assu fiação algumas Fazendas de lavouras e dentro deste Rio fiação suas Fazendas de Gado-Vacum. He muito abundante o Rio nos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro de Tracajáz que são umas Tartarugas pequenas, as quaes na opinião de muitos são mais gostosas que as Tartarugas, e o mesmo dizem dos ovos. Costuma-se apanhar a maior parte destes Tracajaz em terra por sahirem ao campo desóvar. Sahem os ditos Tracajaz a terra quando a maré está preia-már naquellas occasiões em que o costuma estar das 4 horas da tarde por diante até ás 6 horas da manhã do dia seguinte e destas horas até ás 4 ainda que esteja preia-mar não sahem pela razão do Calor do Sol. Não costumam também sabir sentindo gente ou qualquer ruido e sahindo á terra procurão a parte mais alta do Campo, e com as unhas entrão a fazer um buraco na terra alguma couza concavo, onde entrão a botar os ovos, e costumão botar 20, 30 e mais; e depois lhe entram a botar a terra em cima e junta esta lhe botão agua que trazem dentro de si, e molle a terra se botão em cima della a bater-lhe com o peito de sorte que fica tão liso o lugar que passando-se por elle se não vê, e só se achão hindo de proposito a buscar as ditas cova se se não acham tantos buracos quantos são os que se passão que se não veem, mas ha 2 animaes que lhe não escapão os ditos buracos para comerem os ovos que são, Raposa, e Jacum-ariú, este tem o mesmo feitio de lagarto grande da Europa Portugueza.

Hindo Costa abaixo em distancia de meia legua pouco mais ou menos está o lugar de Ponte de Pedra que algum dia se chamava Aldêa das Mangabeiras, por ter este lugar muitas arvores de Mangabeiras. Outro tanto pouco mais ou menos de distancia fica o lugar de Villar que algum dia se chamava Aldêa de S. Francisco dos Guyanazes.

Mais abaixo fica o Igarapé-puca, no principio deste á mão direita entrando por dentro sobre a Costa fica uma fabrica de Solla e nesta mesma paragem tem uma Olaria de telha e tijôlo.

Em distancia de legua e meia pouco mais ou menos fica o Rio Arari o qual é bastantemente povoado no principio e fim e na entrada tem Fazendas de agriculturas e 2 Engenhos de fazer assucar e Aguas-ardentes.

Entrando por elle dentro tem bastantes Mattas, mas quasi de uma maré por diante de enchente correndo rio acima, principio os Campos geraes, e sobre a margem do dito Rio tem

bastantes fazendas de Gado Vacum e Cavallar. Tem 6 rios que dezaguão nelle os quaes são: o Rio Moyrim, Rio Murtucú, Rio Tarumás, Rio Mau-há, Rio Guariapi e Rio dos Amyaz do Arari. Tem 4 Igarapéz que são o Igarapé do Salitre, Igarapé do Cururú, Igarapé do Tucunaré e Igarapé do Tejú, todos são abundantes de peixe no tempo de verão de todas as qualidades das referidas e tambem de Tracajaz, Peixes Bois, e de Caça no principio do Rio aonde tem mattas. Em todos os Rios e Igarapés ha bastantes Patos bravos; ha pelos Campos muitos Enambús que são semilhanes ás Perdizes no rápido vôo que tomão quando voão, mas são maiores; tem bom gosto e muita carne. Ha muitos Veados no Campo e andão alotados. No tempo do inverno é este Rio e suas vertentes abundantes de Marrecas de toda a qualidade: ha tambem muitos Iguarazes, Colhereiras, Garças, Tejejuz, Jaburuz e variedades de Aves: tem este Rio Arari duas Ca-xoeiras de pedra, mas nenhuma de perigo.

Desde o Rio Atuhá, que já fica dito até este Rio-Arari costa abaixo junto á terra, e desviado $\frac{3}{4}$ e $\frac{2}{4}$ de legua em muitas partes tudo são pedras.

Pouco mais de meia legua costa abaixo fica o Rio Cará-cará aonde tem Fazendas de lavouras, é este Rio abundante de Caça, principalmente de Pórcos do Matto, Cutias, Pacas, Jacús, e Patos bravos, um quarto de enchente por dentro acha-se pouco peixe, e tem este Rio bastantes Mattas.

Correndo costa abaixo tudo são praias de Arêa clara e em distancia de 3 leguas pouco mais ou menos fica ao mar um grande areal e no meio tem uma Ilha de Mangues; a que chamão a Coroa grande fica esta Ilha fronteira á ponta do Mus-queiro e desviado da Ilha grande uma legua pouco mais ou menos: costumão as Tartarugas hir desóvar naquelles areaes aonde vão algumas pessoas apanha-las quando sahem fóra a este effeito. Ha dentro desta Ilha Carangueijos, e pelos Areaes ha bastantes arvores de Guajeruz de côr vermelha e rôxos cuja fruta se come e ha quantidade.

Deixando a Ilha chamada da Coroa grande á mão direita se vai costeando pela parte esquerda costa abaixo até o furo do Guajará, aonde se achão algumas Fazendas de lavouras e hindo pela costa que toda é de arêa fica abaixo o Rio Jaburuacá, o qual é muito abundante de peixe de mar e do que costuma andar pelo sobredito Rio, o qual Rio tem uma Fazenda de Gado Vacum e Cavallar.

Mais costa abaixo está o Rio Camará, este tem Mattas em varias partes excepto no fim, dezagua nelle o Rio Penihô, o Rio Jutubu, o Rio dos Coruxis, e alguns Igarapés em os quaes tem Fazendas de Gado Vacum e Cavallar; são estes Rios muito abundantes de peixe.

Em distancia de 3 quartos de legua se acha a Villa de Mon-caráz que algum dia se chamava a Aldêa do Cayá. Está situada sobre a Costa e della se vê virem os Navios para esta Cidade. Do porto desta Villa pela Costa abaixo tudo são pedras até a Villa de Monforte, que lhe ficará distante legua e meia. Esta

Villa de Monforte está situada em um alto, algum dia se chamava a Aldéa de Joannes, della para baixo até o Igarapé grande, a maior parte da praia é de pedras, e botão pontas mui grandes ao mar.

A este Igarapé grande lhe chamão muitos o Rio Paracauari, e entrando por elle dentro á mão esquerda quazi sobre a Costa está a Villa de Salvaterra que algum dia lhe chamavão Aldéa de N. Senhora da Conceição. Da parte direita quazi fronteira á dita Villa está o lugar de Mondim que algum dia chamaram a Aldéa de S. Jozé, mais adiante da mesma parte está a Villa de Soure que algum dia se chamou a Aldéa do Menino Jezus: he este Rio Paracauari muito abundante de peixe da Costa e de Carangueijos; dezaguo neste Rio os Rios Maratacá e Carnaóza, e em todos tem Fazendas de gado Vacum. Tem este Rio duas Caxoeiras, uma tem perigo na vazante; destas Caxoeiras para cima são Campinas geraes e tem bons pastos.

Deste Rio hindo Costa abaixo se vai por excellentes areaes até ao Pesqueiro Real que he aonde estão pescando diariamente tainhas por conta dos Contractadores que arrematão o tal contracto. Antes de chegar a este Pesqueiro está um Igarapézinho, o qual é de arêa tão solta que é necessario muito sentido para se poder passar na Vazante, porque quer submergir a gente, chama-se o Igarapé de Araruna.

Seguindo a mesma Costa abaixo, toda é de areaes claros aonde se achão varios montes de arêa, se chega ao Rio Cambú o qual é de uma e outra banda cheio de Arvores a que chamão Mangues, e da mesma forma se vai hindo costa abaixo até á ponta do Maguari, bota esta uma ponta d'Arêa ao mar de grande longitude; e toda esta Costa até ao Rio Paracauari é muito perigosa por ter mais bancos d'arêa, razão porque sempre o mar está mui levantado havendo vento na vazante e enchente.

O Primeiro Lago que se descobrio segundo o que alguns dizem, foi o Lago do Rio-Arari.

Tem este Lago de circumferencia 3 leguas pouco mais ou menos no tempo do verão, e no tempo do inverno é 3 vezes mais. Não tem este lago no tempo do verão Ilha no meio nem couza alguma. Em ventando faz marezia bastante dentro delle: dentro delle andão muitos Bôttos, Peixes Bois e muita variedade de peixe tambem é abundante de um peixe a que chamão Pirarucú. No tempo do inverno pode bordejar qualquer Hiata á vontade no que diz respeito ao fundo.

Tem immensidade de Jacarez, muitas cóbras a que chamão Securuju, Giboias, Poráquês, este peixe é quasi no feitio ás lampreias, mas tem uma guma pegada á pelle que escorrega muito: este peixe tem uma virtude occulta que passando por qualquer couza vivente e o toque na carne, irremediavelmente ficou adormecida e se acaso cahio na agua e o peixe tornou a esfregar-se com uma couza vivente, certamente o matou.

Para a parte do Norte deste Lago tem umas Arvores não muito altas, aonde vão criar os Guarazes, Colhereiras, Garças,

e ali se costumão apanhar quando são pequenos para se crear em Caça e matar os grandes quando vão para pôrem ovos no ninho, das quaes costumão tirar-lhe a pelle para se aproveitarem das pennas.

No mesmo rumo do norte pouco mais ou menos para o centro se acha outro Lago mais pequeno ao pé de uma Ilha que se lhe chama hoje de Santa Luzia. Este Lago tem todo o anno infinitas Marrecas e infinitos Patos bravos. Tem este Lago infinitos Jacarez, e quando se atira ás Marrecas que se andão criando no Lago por entre o Capim e Mururí costumão estes dar urro, de sorte que fazem espantar as Marrecas, e vendo os Jacarez isto avançam a ellas e nesta diligencia se encontrão uns com outros, mordendo-se: ha Jacarés neste Lago que hade ter 21 palmos de comprido. Ha por estas partes muitas Onças, alguns tamanduás, bichos muito feios e cabelludos não comem estes senão formigas; não costumão morder, por não ter boca com que possa fazer senão um buraco por onde bota fóra uma lingua muito comprida, e esta a mette dentro do formigueiro e apegando-se estas á lingua, as mette dentro da boca, mas tem umas unhas tão grandes e tem tanta força nos braços que as mesmas Onças costuma matar accomettendo-o a Onça. Não costuma fazer mal a couza alguma, só se o vão accometter, por todo este centro onde estão estes Lagos tem mais alagados, tem bons pastos e são Campinas geraes.

Nas Cabeceiras do Rio Paracau-ari de uma Ilha chamada os Degradados para a parte do poente fica um lago a que chamão dos Jacarés, este se communica ao Lago das Cabeceiras do Rio Cambú; e no Lago aonde ficão as Ilhas das Larangeiras ha um Jacaré pequeno a que os Nacionaes chamam Teri-Teri, e quando dá urro faz estremecer a terra em redondeza de uma legua pouco mais ou menos: costuma habitar este pequeno Jacaré em um buraco e ser de admiração a todos que um tão pequeno bicho faça tão grande estrondo.

Ha outro Lago no centro da Ilha, junto a uma Ilha, a que chamão do Guajarás, o qual é bastantemente largo, e com estar bastante leguas distante da Costro, dizem todos que neste Lago enche a maré, mas não em grande quantidade e accentão que por baixo da terra se lhe communica a este Lago a enchente; tem muita quantidade de peixe dos que já se referirão. Terá no tempo de verão quasi meia legua de circumferencia e de inverno muito mais. Tem muitas Marrecas, muitos Patos todo o anno e muita variedade de Aves.

Nesta mesma Ilha chamada dos Guajaraz ha uma herba a que chamão Mucura-cadá, dizem os Nacionaes que servem contra feitiços e muitos a costumam mastigar pela manhan em jejum para se preservarem de feitiços. Serve tambem de contraveneno mastigando a raiz pela manhan em jejum, e quando o morder qualquer cobra ou outro bicho venenoso se beberá o summo da folha em quantidade que possa levar uma chavena, e se apertará a perna ou braço que estiver offendido e o bagaço que fica da folha se porá em cima da mordedura, este sumo se beberá tres

vezes: esta herba tenho noticia que a ha em varias partes da Ilha e nesta cidade. Nestes Campos ha muitas Onças, muitos Maracajaz, Raposas e Tamanduaz. Nestas partes tem excellentes campinas.

Ha outro Lago chamado das Tartarugas que são Cabeceiras do Rio Gayapu-ana, este Lago foi descoberto em o mez de Setembro do anno de 1748, no qual se acharam bastantes Tartarugas e muita variedade de peixe e infinitos Jacaréz, e tantos que ainda até agora senão acabaram, matando-se tantos todos os annos, de que se faz azeite da banha delles, é muito abundante de Marrecas, Patos e varias Aves. Não é muito largo no tempo de verão, mas é bastantemente comprido, terá de largura em algumas partes 40 braças e de comprido ha de ter mais de 3/4 de legua. Tambem está em campinas geraes e tem bons campos, e por elles tem suas ilhas, e a maior parte dellas tem muitas Arvores d'espinho a que chamão Tucumaz, dá uma fruta que se costuma comer, e é oleosa e se faz azeite della, o qual azeite é amarello da côr da mesma fruta e com elle costumam algumas pessoas temperar o comer, principalmente a pobreza; tambem tem as ditas Ilhas muitos arvores de Cajueiros, os quaes alguns delles dão bons cajús.

Na maior parte destas Ilhas tem assistido muito Gentio da Nação Aroan, Maruanum e Sacôra. Em muitas das ditas Ilhas se tem achado e se acha ainda muitas Pandas, Ingassabas (que é o mesmo que Cantaros ou Potes), tudo muito bem feito; a maior parte dellas que se tem achado é debaixo da terra. Tambem se tem achado dentro de algumas Pandas grandes ossos de gente e caveiras, d onde se collige ser costume daquelles Indios serem sepultados daquella fórma.

Em muitas das Ilhas que se tem descoberto, se tem achado muitos Pacovaes, mas nunca nenhum maior, que o que se descobrio em 26 de Novembro de 1756, o qual tem o comprimento de 200 braças e 30 de largo; e varios pés de Maniba e plantas de Ananazes, e da Maniba se tem trazido alguns paus e esta se tem plantado, razão porque se tem conhecido que em seis mezes costuma a raiz desta planta ser capaz de se ralar e fazer farinha, o que não succede áquella que os Europeus costumão plantar nas suas Roças, por que esta é necessario passar um anno para se poder desfazer em farinhas.

N. 8

Copia da instrução assignada pela Real mão de Sua Magestade a respeito das demarcações da parte do norte.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saular. Na conformidade do que foi capitulado assim no tractado de limites das conquistas que se assignou a treze de Janeiro de 1750, entre o Muito Alto e Muito Poderoso Rei Fidelissimo D. João V. Meu Senhor e Pae que a Santa Gloria Haja e o Muito Alto e Muito Poderoso Rei

Catholico D. Fernando VI. Meu bom Irmão e Cunhado, como no outro Tractado que ultimamente se assignou em 24 de Junho do anno proximo passado de 1752 sobre as Instrucções dos Commissarios que devem dirigir e executar as demarcações dos sobreditos limites pela parte septentrional do Brazil que vos serão remetidas com as mais convenções concernentes a esta importante materia.

Sendo-me necessario nomear pessoa idonea que em qualidade de Meu primeiro e principal Commissario concorra com o que El-Rei Catholico tem nomeado na mesma qualidade e assista pela minha parte não só ás conferencias que se devem ter sobre o modo de se executar o que reciprocamente se acha estipulado, mas tambem ao governo e direcção das differentes Tropas, que devem demarcar os sobreditos limites, dando-lhes as ordens e providencias convenientes para se regularem no tempo que durarem as expedições a que são dirigidas. Considerando Eu que em vós concorrem as partes que se requerem para tão importante negocio pelo amor, zello e diligencia que tendes mostrado no meu Real Serviço. E tendo por certo que na presente occasião sabereis cabalmente desempenhar a confiança que de vós faço e o muito que de vós Espero: Houve por bem nomear-vos Meu Primeiro e Principal Commissario para os referidos effeitos, afim de que com o primeiro e principal Commissario nomeado por El-Rei Catholico para os mesmos effeitos ou com qualquer outro que o substitua, façaes as ditas conferencias o concordeis e ultimeis as providencias, Regimentos e ordens necessarias, tanto para a observancia dos referidos tractados e para a effectiva execução do que nelle se estipulou, como para que cada uma das tres Tropas que deveis despachar, cumpra exactamente com as instrucções e ordens que receber, regulando-vos a este fim na maneira seguinte.

1.º — Devendo os Commissarios Espanhóes navegar de Cadiz a Cumaná, para dahi passarem ao Rio Orinoque e delle aos primeiros Estabelecimentos ou Aldeias dos meus Dominios sitas junto ao Rio Negro. Não se havendo até agora recebido noticia de que com effeito sabissem já de Cadiz os referidos Commissarios, posto que se avizou que se achavão prestes a partir. E sendo tão dilatadas as jornadas que devem fazer de Cumaná até o sobredito Rio Negro: não será necessario que logo com a chegada da Frota vos ponhaes a caminho para aquelle lugar onde se devem fazer as conferencias na conformidade dos Artigos 1º e 2º do dito Tractado d'Instrucções assignado em 24 de Junho do anno proximo precedente.

2.º — Será porem muito conveniente que desde logo reforceis as vossas diligencias para que naquelle lugar se ache prevenido e pronto tudo o necessario, quando a elle houveres de chegar. E si for tão bem muito preciso que sem emittrir no Parâ todas as necessarias providencias que deveis deixar nessa Capital para nella se continuar o Governo em quanto estiveres ausente, e si vos fizerem as remessas de que necessitares, vos transportareis ao referido lugar das conferencias não só a tempo

de chegares a elle primeiro do que os Commissarios Castelhanos por evitar cerimoniaes, mas de observares o que ali faltar para o competente recebimento e subsistencia dos mesmos Castelhanos em ordem a vos caber no tempo remediares qualquer falta, que antes da vossa chegada se não tenha advertido pelas pessoas que houveres encarregado daquellas prevenções, pois que bem vereis que na providencia e regularidade dellas vai interessado o Meu Real Decóro.

3.º — Pelo que pertence á Caza em que se devem ter as conferencias, as primeiras visitas e aos mais actos de cerimonia e urbanidade, observareis punctualmente o que se acha estabelecido pelos art.ºs. 2º e 5º do sobredito Tratado que se con cordou para servir de Instrucção aos respectivos Commissarios.

4.º — Porque na conformidade do art. 3º do mesmo Tratado deveis augmentar as Escoltas das Tropas Castelhanas que sahirem a fazer as demarcações e deveis tambem assistir-lhes com a gente de serviço de que necessitarem antes de sahires do Pará, tomareis as necessarias medidas para que succedendo qualquer daquelles casos tendes prontas algumas das Tropas que tenho mandado reformar e alguns Indios de reserva pelos quaes possais puxar para os referidos effeitos sem deteriorar os dous Regimentos de Infanteria, que mando transportar nesta monção ao Pará ou o numero de gastadores e Homens de trabalho que vos forem precisos tanto para a vossa conservação no lugar das conferencias, como para o serviço das tres Tropas que deveis despedir a fazer as demarcações por minha parte.

5.º — Semilhantermente para que melhor possaes cumprir a obrigação em que me constitui pelos art.ºs 4º e 33º de assistires aos ditos Commissarios Castelhanos com os mantimentos, petrechos, ferramentas, dinheiro e mais couzas necessarias para a expedição das suas Tropas procurareis deixar prevenido os competentes meios para que nos casos em que recorrerem a vós os ditos Commissarios não experimentem faltas do que lhes for preciso, pois bem vereis que estas não só seriam indecentes ao Meu Real Decoro, mas poderião ter a consequencia de se fazerem suspeitosas, dando motivos aos ditos Commissarios para suspenderem a execução do Tratado nessas partes onde he util que as demarcações se abreviem.

6.º — Em execução do artº 6º nomeareis as tres pessoas que vos parecerem mais idoneas para commandarem as Tropas que deveis expedir, encarregando a cada uma das tres ditas pessoas de commandar em chefe, em quanto durar sua expedição, a respectiva Tropa, que lhe determinares, e nomeando-lhes primeiros e segundos substitutos para os casos de morte ou de impedimento.

7.º — Tambem nomeareis logo os Officiaes Militares, Astronomos, Geographos, Capellães, Cirurgiões, Soldados e Gente de serviço, de que se deve formar cada uma das referidas Tropas.

8.º — Quanto ao numero e qualidade de cada uma dellas, vos regularéis pelo que concordares com o Commissario principal d'El-Rei Catholico.

9.º — Na conformidade do mesmo artº. 6º vos mando remetter diferentes exemplares do Tractado de limites das conquistas impresso nos dous idiomas Portuguez e Castelhana e as copias dos Mappas dos mesmos limites, que devem servir á direcção das referidas Tropas; para cuja marcha e regresso dareis e recebereis os competentes passaportes que forão estipulados pelo mesmo artigo; dando-os e recebendo-os duplicado, em forma que hindo uns com as referidas tres tropas fiquem outros igualmente authenticos nas Secretarias dos dous respectivos Commissarios principaes.

10.º — No artigo 7º do mesmo Tractado se estipularão a respeito da marcha da primeira Tropa combinada algumas couzas de que podem resultar as duvidas que mando prevenir ao vosso cuidado para procurares desvial-as e occorrer aos prejuizos que dellas poderia rezultar obviando-o em tudo que vos for possível.

11.º — Diz aquelle artigo que a referida Tropa decerá pelo Rio Negro e que atravessando as aguas do Rio Marañon ou Amazonas subirá pelo Rio Madeira, etc.

12.º — E é necessario prevenir que naquelle territorio se achão descriptos dous rios negros na Carta concordada com a Corte de Madrid um ao sul do rio Madeira que, desagua no rio dos Tapajoz outro ao norte do rio Maranhão ou da Madeira e que nelle desagua sendo esse segundo rio o rio Negro que se deve decer e aquelle junto do qual estão as missões dos padres Carmelitas onde se deve fazer as conferencias.

13.º — O que deveis dar por assentado por evitar questões sendo que no caso de se mover alguma duvidas se pôde excluir pela evidencia dos factos; porque só neste segundo rio Negro que corre junto as missões dos padres carmelitas é que se pôdem verificar as estipulações de se descer por elle para se atravessarem depois as aguas do rios das Amazonas e de se hir depois subir pelo rio da Madeira e Guaporé.

14.º — Diz mais o referido art. 7º que a mesma Tropa subirá pelo rio Madeira e pelo Guaporé, estabelecendo na (conformidade da Carta concordada) os limites dos dous dominios até a boca do rio Jaurú. E isto necessita de maior reflexão e providencia para se obviarem as duvidas que podem resultar da sobredita clausula porque sua generalidade nem concorda com alguma das duas Cartas que até agora vimos, nem parece que pôde praticar sem grave prejuizo da Minha Coroa.

15.º — Em razão de que na conformidade da Carta, concordada, o rio Guaporé é o mesmo rio da Madeira, ou aquelle donde o rio da Madeira traz a primeira origem, tendo as suas cabeceiras perto do nascimento do rio Jaurú. O mesmo se manifesta muito mais claramente pela outra Carta grande que se fez na viagem de Joseph Gonçalves da Fonseca, mostrando o

dito Rio Guaporé ou como elle o denomina Aporé ou rio da Madeira nascido nas mesmas serranias como o Rio Jaurú.

16.º — Em cuja certeza se depois de se subir o Rio Madeira se subisse tambem o rio Guaporé, como diz o artigo, sem mais considerações e sem mais reflexão daqui se podia seguir, segundo o que indicão as sobreditas Cartas.

Primo, que o rio Madeira se não podia passar á boca do Jaurú como o mesmo artigo estabelece e demonstra a pequena linha de leste oeste que se acha descripta por aquella parte na Carta concordada.

Secundo, que para hir subir pelo rio Guaporé ou Aporé não poderíamos depois encontrar o Jaurú senão perto das suas cabeceiras.

Tertio, que assim perderíamos o triangulo do Paiz que a dita Carta concordada mostra que jaz desde a foz do rio Sararé até o do sobredito rio Jaurú e que a outra Carta descreve melhor desde a boca do rio Verde até a do sobredito Jaurú.

Quarto, que como perda daquelle Paiz nos ficaria inteiramente cortado pelos Castelhanos o caminho que vai do Matto Grosso, digo, de Cuyabá para o Matto Grosso.

Quinto, que assim no dito Matto Grosso como no Cuyabá ficariao vivendo os vassallos deste Reino, quasi em commum com os referidos Castelhanos.

17.º — O que procurareis tambem evitar quanto vos fôr possível, governando-vos sómente pela pequena Carta concordada para as conferencias, que se tiverem com os Commissarios Castelhanos dando por apresentado que o rio da Madeira e o rio Guaporé são na realidade um mesmo e identico rio, como se acha explicado pelo art. 1.º do Tractado de declaração, que ultimamente se assignou em Madrid a 31 de julho do anno proximo passado de 1752, e fazendo o melhor uzo que podereis do art. 26 do outro proximo precedente. Tractado e Instrucções assignado a 24 de junho do mesmo anno, para resolverdes com o principal Commissario d'El Rei Catholico as duvidas concernentes a este importante ponto : E para nelle ficarem feitas as demarcações pelos limites mais naturaes procurareis que os Commissarios que for commandando em chefe esta Tropa vá tão bem instruido por vós, que quando chegar a esta parte da demarcação dos dous Dominios consiga habilmente que ella seja feita, lançando-se a outra pequena linha de leste oeste, de sorte que principie na parte mais occidental do rio Madeira que couber no possível, como por exemplo : na Casa Redonda, na foz do rio Verde, na do Capivary ou na do rio Alegre, quando menos.

18.º — Pois que de outro modo observando-se bem a Carta grande que veio depois de feitos os Tractados, isto é, a que se formou na viagem de Joseph Gonçalves de Azevedo se faz evidente por ella, que correndo os rios como nella se descrevem nem se poderão evitar os cinco inconvenientes acima referidos, nem se poderá descrever a dita linha em fórma que vá parar na boca do rio Jaurú, como diz o Artigo.

19.º — Diz mais o dito art. 7º que a mesma primeira Tropa determinará a latitude média entre a boca do Rio Mamoré e a margem austral do Rio Maranhão, ou das Amazonas, para naquelle logar se erigir um perpetuo padrão. O que se ajustou na conformidade da outra linha que se vê descripta na mesma carta concordada, principiando na margem oriental do Rio da Madeira e cortando differentes Rios e Montes para indicar a demarcação dos dous respectivos dominios.

20.º — He porém de advertir que pela inspecção da outra Carta grande que se vio aqui depois dese ter convido nos Tratados, se manifestou claramente, não só que o Rio Mamoré entra no da Madeira, pouco abaixo da Aldeia de Santa Roza, entre ella e a ultima Caxoeira do mesmo Rio da Madeira, mas tambem que deste ultimo Rio, do de Purús, do Japorá e do Rio Negro, vem a formar-se depois o Rio das Amazonas.

21.º — E destes factos resulta que se os Commissarios Castelhanos atando-se rigorosamente á letra da clausula deste artigo acima referido, pretende-se que a latitude média de que se trata ou a linha que a deve marcar, seja dirigida ao Rio das Amazonas, depois de haverem entrado nelles todos os outros rios acima declarados, se isto assim se praticasse, dahi se seguiria ficarem os Dominios de Castella mais avançados para a parte do norte e para os meus Dominios do que a razão pede.

22.º — Em cuja consideração será util que procureis que para a sobredita latitude media se não attenda á margem austral do Rio das Amazonas depois de haverem nelle entrado todos os outros Rios acima referidos, mas sim á margem austral do Rio Maranhão, no logar deile tambem mais austral que couber no possivel para assim estabelecer a latitude média, estendendo meus Dominios para a parte do sul o mais que as circumstancias poderem permittir-vos e apartando tambem os Castelhanos o mais que pudeses do Rio dos Purús.

23.º — Nos arts. 8, 9, 10, 11 e 12, se achão descriptos os espaços de terra que cada uma das outras duas Tropas ha de demarcar, e a forma em que se hão de dividir. Sobre o que concordareis com o Commissario Principal d'El-Rei Catholico o modo de obrarem as referidas Tropas, de sorte que se governem não só pela letra dos referidos Artigos, mas tambem pela modificação a que os sujeitou o Tractado sobre a intelligencia das Cartas Geographicas que foi assignado em 17 de Janeiro, ratificado por mim em 12 de Fevereiro e por El-Rei Catholico em 18 d'Abril do anno de 1751 : coadjuvando a observancia daquelle Tractado com o artigo 26 deste ultimo Tratado de 24 de Junho do anno proximo precedente e com os mais Artigos semelhantes a elles.

24.º — Desde o Artigo 13 até o Artigo 19 inclusive, se estipulou o que deveis concordar com o Commissario Principal d'El Rei Catholico sobre o pacifico concurso dos Commandante e Officiacs das referidas Tropas, emquanto marcharem combinadas sobre as providencias economicas que se lhes devem dar e sobre as regras da Policia e de Justiça que se lhes devem prescrever.

E tudo isto fareis executar na conformidade do que se contractou e do que no mesmo espirito convieres com o referido Commissario, vosso conferente segundo a exigencia dos Cazos que se vos apresentarem e das circumstancias que nelles concorrerem.

25.º — E posto que será util que cada uma das referidas Tropas se empregue cuidadosamente naquellas uteis applicações sempre deveis preferir o principal objecto da justa, prompta e effectiva divisão e occupação dos territorios e Aldeias que ficarem pertencendo aos Dominios das respectivas Coroas, incluindo para este effeito nas minhas Tropas alguns bons Certanejos que acheis praticos nos Paizes, porque serão mais uteis que os mesmos Astronomos, segundo o que tambem mandei prevenir a Gomes Freire d'Andrade e o que elle depois me escreveu que tinha qualificado pela sua propria experiencia, achando nos Astronomos só questões e duvidas especulativas para as disputarem sem fim no discanço dos Quartéis que se lhes destinarão : e achando nos Certanejos serviços praticos muito essenciaes e effectivos.

26.º — Com esta vos será tambem entregue o ultimo Tractado que se assignou em 31 de Julho do anno proximo passado de 1752, para servir de declaração ao Tractado d'Instrução acima referido, contendo 5 artigos, os quaes são os seguintes :

27.º — No primeiro Artigo se declarou o 7º do precedente Tractado para tirar a equivocação que podia resultar da differença com que o Rio da Madeira é denominado segundo as differentes Regiões por onde corre, e os diversos Povos que habitação as mesmas Regiões.

23.º — No Artigo 2º se declarou o que pareceu necessario para se segurar a entrega aos meus Commissarios da Aldeia de Santa Roza e das outras Aldeias que os Vassallos d'El-Rei Catholico houverem fundado na margem Oriental dos Rios da Madeira e Guaporé : segurando-se ainda mais as taes entregas pelas estipulações dos Artigos 4º e 5º dos quaes procurareis habilmente fazer o melhor uzo que pudéreis em ordem a conseguir que as taes Aldeias com effeito sejam evacuadas pela grande utilidade que resulta de se tirar o impedimento que ellas cauzão á navegação do Pará para o Matto-Grosso.

29.º — O Artigo 3º é relativo ao Artigo 15 do Tractado de limites assignado em 13 de Janeiro de 1750 para se entregar a El-Rei Catholico a Aldeia de S. Christovão com todo o territorio que principia desde a Foz occidental do Rio Japurá e discorre entre elle e o das Amazonas ou Maranhão, sendo tambem communs para esta effectiva entrega as providencias dos mesmos artigos 4º e 5º acima indicados.

30.º — Na execução deste artigo, considero porém que não podeis deixar de encontrar algumas duvidas. Porquo parecendo pela descripção e arrumação da Carta concordada com a Corte de Madrid que aquella demarcação seria impraticavel na forma que foi estipulada, se achou depois pela outra Carta grande feita na viagem de Joseph Gonçalves da Fonceca ; que a

boca ou Fôz do tal Rio Japorá fica toda dentro nos meus Dominios que se estendem muito ao sul além della ; e que não ha territorio entre a boca occidental do dito Rio e o das Amazonas que possa ficar pertencendo aos Dominios d'El-Rei Catholico sem ficar no interior dos meus circumdado por elles e em grande distancia disparado e remoto dos Dominios da Coroa de Castella.

31.º — Em cuja consideração achando á vista do Paiz que estas difficuldades são nelle taes, como as representa a sobre-dita Carta, procurareis valer-vos da providencia que se deu no Tractado que se celebrou sobre a outra Carta concordada e nos artigos 8, 26 do outro Tractado d'Instrucções de que fallei acima para concordares com o principal Commissario de El Rei Catholico o modo de se executar aquelle artigo em termos praticaveis.

No mais que não vai prevenido nesta Instrucção, tomareis aquelle arbitrio que vos dictar a vossa prudencia, occorrendo quaesquer accidentes cujo remedio possa perigar na demora que seria necessaria para esperares a minha Real Resolução. E sendo o negocio de tal qualidade que delle não possaes tomar oportuno partido, me dareis logo conta para prover como achar que mais convem. E a este fim vos mando fazer promptas Embarcações de avizo nos Portos do Pará e Maranhão, conforme o permittir a estação do tempo. Escripta em Lisboa a 30 d'Abril de 1753. — Rey. — Sebastião Joseph de Carvalho e Mello. — Instrucção que Vossa Magestade ha por bem mandar expedir a Francisco Xavier Furtado Mendonça, para passar ao Rio Negro e mais lugares que necessario for, em qualidade de seu primeiro e principal Commissario e para as conferencias que se devem ter sobre a execução do Tractado de Limites das conquistas que foi assignado em treze de Janeiro de mil e sete centos e cincoenta. — Para Vossa Magestade Ver. — Antonio Joseph Galvão a fez — Francisco Xavier de Mendonça Furtado. — João Antonio Pinto da Silva.

Ilm. e Exm. Sr.

Remetto a V. Ex. o systema que tinha formado para as Demarcações por estas partes, o qual me custou não menos que 3 annos de fadiga, concorrendo V. Ex. na maior parte para socegar o meu cuidado com as clarissimas luzes que me participou pelo que respeitava a essa parte com as quaes se tranquillizou inteiramente o meu animo.

Como, porém, pelas outras partes, me faltava inteiramente aquelle grande soccorro, me foi preciso valer-me de uma quantidade de gente rustica e combinar mui de vagar as informações de toda olla para vir a tirar a limpo o plano que fiz, e segundo a minha pequena comprehensão, parece me que executado elle tiramos toda a vantagem que cabe no possivel da dita diligencia, suppostos os termos em que o Tractado dos Limites poz este negocio,

Este systema teve Sua Magestade a benignidade de o aprovar, na fórma que V. Ex. verá da Copia que lhe heide remetter se couber no tempo agora, e quando não nos papeis que lhe houver de remetter do Pará, para que V. Ex. possa assim obrar seguramente sem lhe ficar o mais leve esculpulo.

O Artigo 9 do Tratado me deu bastante cuidado pelo que respeita a este rio e se não houvera o art. 18, certamente perdia El Rei Nosso Senhor uma grandissima parte dos seus Dominios neste Rio, porém, quiz a bondade infinita de Deus que sem informação maior se accordasse o tal artigo no dito tratado para nos dar uma justiça clara e pôr-nos superior a toda a duvida que podesse haver,

Os castelhanos, como vem do Orinoco, e hão de comprehender bellamente a utilidade que se nos segue feita a demarcação na fórma do art. 18, hão de forcejar quanto puderem para embarçar e querer que a Cordilheira dos Andes seja a Cachoeira grande deste rio, porém isto não tem fundamento nem pôde ser tal Cachoeira a pequena serra em que ella se fórma, a grande Cordilheira dos Andes, e só se pôde reputar esta pelas grandes Serranias que devidem o Rio Negro do Orinoco, e ainda D. Jorge João e D. Antonio Ullóa a põem muito mais no centro que é junto a Quito como V. Ex. verá dos seus Diarios que aqui se lhe entregarão.

E como todas as aguas que vem buscar as Amazonas pelo Rio Negro são indubitavelmente, como consta do Tratado, pertencentes á Coroa de Portugal e as que forem buscar o Orinoco á de Castella me parece que sem alteração ou intelligencia alguma se deve executar o Tratado, ad litteram, na mesma fórma que está estipulado no referido art. 18, porque não nos utilisamos nada menos que ficarmos senhores de todos os Rios que V. Ex. verá do Catalogo que lhe remetto e especialmente do Cajary que é tão importante como V. Ex. verá do que digo no dito systema que lhe remetto.

Pelo que respeita ao Japorá fui a salvar que nos ficasse o Rio Jary que é bastantemente importante.

A do Rio Javary sabe V. Ex. muito bem que hade demarcar a latitude média entre a boca do Mamoré e a da Madeira e sem ella estar determinada me parece que não pôde sair a Tropa a pôr aquelle marco para determinar a parallela do dito Javary ao Madeira a qual deve separar os Dominios: emfim V. Ex. hade concluir esta negociação em forma que Sua Magestade hade ficar summamente bem servido, e V. Ex. com a gloria de concluir um negocio tão importante e de tão interessantes consequencias para a nossa Monarquia.

Eu desejára ter melhor saule para pedir a Sua Magestade me fizesse a grandissima mercê de me permittir licença de vir executar as ordens de V. Ex. ás quaes obedeceria sempre com o maior gosto quando neste exercicio interessava a honra para mim mais estimavel.

Deus [Guarde a V. Ex. muitos annos. Nova Villa de Barcellos 23 de Novembro de 1758. Ilmo. e Exmo. Sr. D. Antonio Rollim de Moura Mais fiel obseq. e Reverente Cap. de V. Ex. —Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

SYSTEMA DAS DEMARCAÇÕES DA PARTE DO NORTE APPROVADO
POR SUA Magestade QUANTO AO RIO NEGRO

1.º Conforme o estipulado no artigo 9 do Tratado de limites parece que com a Tropa que deve hir pelo Japorá acima chegando á primeira Caxoeira, e encontrando passada ella, o Rio que faz communicação com o Negro pelo Istmo entre o Anavexy e o sobredito Rio que é a ultima communicação que ha entre o Rio Japorá e Negro, e o que hoje é mais frequentado fica desta fórma pertencendo a Castella todo o resto do Rio Negro, ficando assim a communicação do mesmo Rio Negro com o Japorá livre, e abertos os estabelecimentos que nelles temos, e satisfeito desta fórma ao accordado no dito art. 9 principalmente se intentarem os Castelhanos que nos demarquemos pelas Caxoeiras, as quaes são 9 dias de viagem acima do dito Anavexy, pretextando esta pretensão com dizerem que as grandes montanhas que fazem as Caxoeiras, é a chamada Cordilheira dos Andes cujo nome aqui se não conhece, e em consequencia fica arbitrario para se chamar a qualquer das partes Serranias que se encontram da dita Caxoeira para cima visto não haver aqui pratico algum que saiba ou ouvisse algum dia nomear a sobredita Cordilheira dos Andes.

2.º Feita a demarcação desta sorte vimos a perder não só uma grande parte do que nos deve ficar no Japorá entrando nella o Rio Jary no qual dizem que ha minas de ouro, mas todo o Rio Negro comprehendido desde o Anavexy que é 9 dias abaixo da Caxoeira grande, ou quando menos desta até as Cabeiras do dito Rio Negro que conforme as informações que tenho, passam de 250 leguas nas quaes ha infinitos e importantes Rios cheios de gente que nos póde ser mui uteis, havendo em alguns delles além da gente noticia de que ha ouro, sendo mais principal o Cajary a que vulgarmente chamam Guapez do qual com effeito tem sahido algumas mostras de ouro por mão dos gentios que nelle habitam como é facto notorio.

3.º Para satisfazer as duvidas que apparentemente parecem fortes e que naturalmente se hão de suscitar, se deve recorrer ao contheudo no artigo 18 dizendo-se que elle veiu ultimamente a declarar o art. 9 e livrar ao negocio das duvidas que com elle se podião fazer e a pôr a Demarcação sem o mais leve embaraço, devendo ser determinada inteiramente pelos cumes da cordilheira e vertente das aguas, ficando pertencendo a Castella as que forem buscar o Orinoco e a Portugal as que descerem para o Marañon ou Amazonas que é a fórma porque se deve encontrar a Demarcação dos Dominios por estar assim concordado pelas Magestades como claramente se demonstrá no referido artigo 18.

4.º Nesta fôrma ficamos senhores de todo o Rio Negro até as suas cabeceiras e dos infinitos e importantes Rios, que nelle desaguam em toda a sobredita distancia, cujo catalogo ou descripção delles porei em Relação separada sendo um dos principaes o Cachiguiary, que recebendo immediatamente as aguas do Orinoco, vem todas parar ao Rio Negro, dezaguardo no dito Cachiguiary os tres grandes Rios, Batymony, Xiabá e Batuibá.

Quanto ao Japorá

5.º Esta demarcação pôde ter algumas duvidas pela pouca noticia que ha da navegação deste Rio, e porque até agora se tem descoberto 3 Caxoeiras, a primeira pequena e as outras duas grandes e entra logo a questão qual dellas se deve reportar a Cordilheira por cujos cumes deva seguir a Raia porque todas tem serras, e é preciso fazer um calculo e ver qual dellas é a maior, e qual é a que caminha mais em direitura a buscar a Caxoeira do Rio Negro que são em humas lagoas junto a umas altissimas serras, como se vê no Catalogo ou descripção junta, porque desta sorte se separam os dominios na fôrma estipulada no artigo 9.

6.º Destas tres Caxoeiras, a que se deve reputar sem duvida alguma a Cordilheira dos Andes é a terceira, assim porque excede as outras nos grandes Montes que nella cortão aquellas aguas, como por até agora se não achar forma de a passar quando se tem feito muitas vezes pelas outras duas: a primeira com facilidade e a segunda ainda que com trabalho a tem passado muita gente, e a terceira de que tracto, se não achou até agora forma de a subir della para cima por cuja razão nos é incognito o que ha naquelle centro e por este fundamento me parece que por ali se deve fazer a divisão dos dominios, correndo pelo cume daquelles Montes até encontrar as Serras em que estão as Caxoeiras do Rio Negro ficando pertencendo a Portugal, como acima disse, as vertentes que vierem para esta parte e a Castella as que descerem á outra ou ao Poente.

7.º Feita a divisão desta forma nos ficam pertencendo dentro no Japorá os Rios que constão do Catalogo incluso e entre elles o importante Rio Jary que se afirma que tem minas de ouro na fôrma que acima disse.

Quanto ao Javary

8.º Esta demarcação se não deve fazer conforme ao Mappa, porque no Javary vimos a perder um grande pedaço contra o sul e exactamente se deve observar o artigo 8 lançando-se uma linha parallelá ao Madeira na qual parte que determinar a latitude media entre a boca do Rio da Madeira e do Mamoré, com cuja linha sem duvida ficam cobertos os estabelecimentos ou Missões que na parte austral de Maranon ou Amazonas tem

estabelecido os padres Carmelitas e a nova Aldeia de S. Francisco Xavier do Javary e não se póde expedir a Tropa que deve ir fazer esta demarcação sem que os Commissarios que houverem de hir pelo Madeira concordem na latitude da boca do Mamoré para se buscar a média entre a boca do Madeira, e a do sobredito Mamoré.

9.º Para se comprehender bem que os outros ficam cobertos, é necessario ver que o Madeira tem a sua boca em tres grãos e 20 minutos e o Mamoré ainda que até agora não acentei na sua latitude, porque tendo achado umas poucas de opiniões a este respeito, devo-me regular pela menor de que tenho noticia qual é a de que a boca do dito Mamoré está em 10 grãos e devendo buscar-se a latitude média entre os dois Rios para se lançar a parallela vem esta a ficar na latitude de 6 grãos e 40 minutos austraes e ficando a boca do Javary em quatro grãos, na forma em que o traz Condamine me parece que ficamos sufficientemente seguros de que a linha nos corte pelos Estabelecimentos que hoje conservamos na margem austral do Rio Miranon ou Amazonas entre os dous Rios da Madeira e Javary.

10.º Esta linha para se demonstrar a parallela deve ser demarcada em quatro Marcos que me parece que serão os unicos que hão de servir por me não constar até agora que haja Caçoeira que embarcasse o seu transporte nos tres dias que abaixo direi e deve o primeiro ser tido, digo, metido logo no Madeira se acaso não houver baliza natural e permanente na qual principia a parallela, o segundo nos Perús, o terceiro no Yuruá, e o quarto no Javary sendo os dous Rios entremedios Perús e Yuruá os que cursão mais ao centro e por isso nelles devem ficar os Marcos,

Quanto ao Jauru até o Guaporé

11.º Esta demarcação sem duvida é a mais importante e a em que me parece que hade haver maiores duvidas porque assim no Mappa aprovado pelas cortes como pelo artigo 7 do Tractado se estipulou que da boca do Jauru se lançasse uma linha recta até a margem austral do Rio Guaporé defronte do Rio Sararé.

12.º Esta linha recta ou parallela na forma em que a figura a Carta, é impossivel o lançar-se, porque as latitudes da boca do Jauru e a do Sararé são mui diversas pelo que não póde haver parallela ou recta que naquella parte devida os dominios por cuja razão é necessario recorrer-se a liberdade no sobredito artigo 7 e ao convindo e ajustado no dito artigo e no 3º para haver de se fazer a sobredita demarcação e que se reduza a praxe em forma que tiremos della toda a utilidade que couber no possivel.

13.º He inabitavel que 3 couzas nos hão-de ficar salvas, conforme os sobredictos artigos, quaes são toda a navegação do

Rio Jaurú que nos é privativa, o caminho que os Portuguezes fazem e fazião de Matto Grosso e da maior parte ficamos privados, lançando-se a linha na forma que se declara no artigo 7º e Mappa aprovado pelas Cortes.

14.º Para tirar toda a duvida é necessario recorrer ao poder dado aos Commissarios no sobredito artigo, e demarcarem-se por aquellas balizas naturaes que foram mais demonstrativas e existentes e por onde mais commodamente e com maior certeza se possa signalar a raia como são palavras expressas no sobredito art. 7º.

15.º Conforme o espirito do mesmo artigo se deve primeiro que tudo ir buscar o marco que se acha abaixo da boca do Jaurú e a pouca distancia d'elle, principião umas Serras a que se dá o nome de Serras do Paraguay, e pelo cume dellas correndo contra o norte se devem ir buscar outras que pegão nestas, e vem parar defronte de Villa Bella da Santissima Trindade, aonde são conhecidas pelas Serras do Pará e correndo pelo cume dellas se deve vir buscar o Rio Capivary que está dia e meio de distancia da sobredita Villa, porque desta forma ficão divididos os dous dominios por uma baliza tal como a sobredita no que os Castelhanos não perdem muito e nós avançamos o ficar-mos cobrindo assim as fazendas e parte do Jaurú e as mais importantes quaes são as do Matto-Grosso, cuja subsistencia depende das fazendas que se achão estabelecidas defronte da Villa entre a Serra do Grão-Pará e o Rio Guaporé.

16.º Esta demarcação assim feita é pura execução do Artigo 3º no qual se declara que não só fica pertencendo a Portugal o que tiver occupado no districto do Matto Grosso e d'elle para o Oriente e para o Brazil em forma que são duas as declarações do que nos pertence uma particular do que tivermos occupado naquelle Districto e outra geral que comprehende do Matto Grosso para o Oriente e todo o Brazil cujo artigo se não acha alterado ou entendido por outro algum antes se confirma com o espirito do artigo 7º e nesta forma se deve trabalhar porque fique assim estabelecida a raia em observancia e execução do mesmo Tractado.

17.º Na forma sobredita ficamos avançando os dous importantes Rios quaes são, o Avapehy ou Aguapehy e Alegre, para por elles com mais facilidade fazer-mos o caminho do Matto-Grosso para o Cuyabá na forma da informação que me mandou o Governador o Capitão General daquellas Minas.

18.º Será utilissimo, se poder-mos estender a demarcação até a Caza Redonda ou ao menos até ao Rio Verde, porém como as Serras chamadas do Grão Pará correm até á margem do dito Capivary hade ser summamente difficultoso e convir o Commissario Castelhanao em que continue a Raia á outra parte ainda que as serras continuem até o Rio Verde porque não póde haver baliza mais notavel, permanente e certa do que o sobredito Rio Capivary sem embargo do que se deve fazer toda a diligencia porque chegamos até a Casa Redonda ou ao

menos até Rio Verde principalmente se as Serras continuarem até ambos ou alguns destes limites, que é o fundamento que póde haver para se insistir na Demarcação feita nesta forma.

EPITHOME DO SYSTEMA ACIMA DA DEMARCAÇÃO

19.º Deve esta, pelo Rio Negro, demarcar-se pelas suas Cabeceiras e vertentes das aguas, as que vierem buscar o Marañon ou Amazonas ficarão pertencendo a Portugal e as que forem ao Orinoco a Castella.

20.º Pelo Japorá deve ficar pertencendo a Portugal, subindo por elle acima tudo o que fica da parte do Oriente ou mão direita até encontrara terceira Cochoeira, e correndo pelo alto daquelles montes até encontrar as grandes serras em que tem as suas Cabeceiras o Rio Negro, ficando-nos sempre pertencendo todos os rios que vem dezaguar no mesmo Rio Negro assim como devem ficar a Castella os que forem buscar o Orinoco.

21.º No Javary, Yuoróá, Puruz, e mais Rios que entrão no Marañon ou Amazonas pela sua parte austral no territorio que nos pertence conforme o Tractado deve determinar a Raia para se lançar o paralelo á latitude media entre a boca do Rio Madeira e a do Mamoré na forma em que está estipulado.

22.º A do Matto Grosso deve principiar no Marco que está posto abaixo da boca do Rio Jaurú e vir buscar a ponta da Serra chamada do Paraguay e vir pelo cume della buscar a Serra chamada do Grão Pará, deixando assim cobertos os dous Rios Avapehy e Alegre e continuando pelo alto da mesma Serra até o Rio Capivary e sendo possivel atravessa-lo e ir até o Rio Verde e Caza Redonda, mas conseguindo-se a Demarcação na forma acima ainda que chegue somente até Capivary me persuado que tiramos della a vantagem, suppostos os termos em que se poz este negocio. Francisco Xavier de Almeida (*sic*), Furtado João Antonio Pinto da Silva.

N. 9

Dos Rios que dezaguão no Rio Negro.

RELAÇÃO

Parto do nascente ou da mão direita.

1.º Entrando pelo Rio Negro dentro á mão direita acima da Fortaleza a meio dia de viagem, o primeiro Rio que se encontrar é o do *Anjurim*, é grande, curso 4 dias ao centro já não tem gente, nelle habitaram os Indios Trumas que hoje se achão extinctos e nem nas Aldeias se conserva já nenhum. (1)

(1) Falta o Anavene que é o do n. 2.

2.º A dia e meio de distancia deste está o Rio *Mappuau*, é maior que o acima, cursa muito pela terra dentro : nelle habitaram os Indios Canariz e Anavilhenas, que estão extinctos ; nas Cabeceiras deste Rio dizem que ha uns Indios Aruaquês.

3.º A dous dias e meio de distancia do sobredito Rio está o *Curyau*, é muito grande, e com grandes Caxoeiras e cursa muito ao centro. Habitão nelle muitos Indios Aruaquês.

4.º A uma hora de distancia se encontra a boca do Rio *Canumai* é tão grande como acima, não tem Caxoeiras. Habitão nelle os mesmos Aruaquês.

Deve se advertir que sem embargo de entrarem as bocas destes dous Rios tão perto, vem o primeiro da parte do nordeste ao segundo de Les-sueste ou do Sueste.

5.º A um grande dia de viagem está o *Jaguapery*, é tambem Rio grande, nelle houve já Missões que com a guerra do Ajuricaba se extinguiram. Tem Gentio Aruaquês e outros.

6.º A meio dia de viagem está o grande Rio *Branco* que vai descripto em papel separado e com os cinco Rios que ha noticias que nelle dezaguão que são o Caratirymary, Ayarany, Ucahy, Quanavaú, Tacutú, os quaes fazem os numeros 7, 8, 9, 10 e 11 dos rios confluentes ao Negro.

A quatro dias de distancia do segundo Rio Branco está o Rio *Uranacua* é grande e cursa muito ao centro e vai ás Campinas do Rio Branco aos Indios Praboilhanas.

13 Neste Rio dezagua outro grande pela parte esquerda, chamado *Demevané* que dizem que se communica com o Rio Padavary que dezagua no Uxiemerim.

14 A dous dias de viagem defronte da Aldeia do Dary está o Rio Uxiemerim o qual cursa um mez ao centro : é rio grande, tem salsa e copahiba. Habitão nelle os Indios Yanas, são bravos e nunca se domesticaram.

15 Neste Rio dezagua o Rio *Padavary* que tem os mesmos effeitos e Indios que se tem dito. (1)

17 A um dia de viagem do sobredito Uxié está o Rio *Anjury*: é rio pequeno e a pouca distancia tem as suas cabeceiras : tem salsa, assistem nelles os Indios Urumanaos dos quaes já ha alguns nas Aldeias.

16 A meio dia de viagem acima deste está o Rio *Ijahá*, é pequeno. Não tem Indios nem drogas.

18 A um dia de viagem acima está o Rio *Dará* ; é muito grande, tem cinco Caxoeiras, cursa muito ao centro para a parte do Norte. Não ha hoje nelle Gentio nem drogas. Os Indios que nelle assistião erão Manaos, que os que estão Aldeados nas Aldeias e outros Captivos no Districto do Pará e Maranhão.

19 A dous dias de distancia está o Rio Enambú. He rio grande, tem muita salsa e copahyba, assistem nelle os Gentios Miúanas e ha bastante Gente.

(1) Este Rio quasi que se communica com o Urinoco por meio do Rio Umavoca, que dezagua no mesmo Urinoco pela margem austral havendo só um Istmo de terra cujo trajecto é de meio dia entre o Padavary e o dito Umavoca.

20 Meio dia mais acima está o Rio *Marauyá*: é grande e tem muitas Caxoeiras. Nelle ha bastante salsa e copahiba. Os Indios que nelle assistem são Curanaús, ha muita gente e alguns se descerão já para a Aldêa de Bararoá.

21 Neste Rio dezagua outro que se mette nelle a cinco dias da sua boca, chamado Camaboéxy, vem quasi do mesmo rumo: e os Indios das Cabeceiras deste, dizem-me que tem tracto com os Hollandezes que lhe introduzem Ferramentas a trôco de escravos.

Habitão nelle os Indios Mayabitanas e outros mais, e deste Camaboéxy desceu n'esto anno um principal com 16 pessoas chamado Jubiary que vindo á minha presença em 9 do presente mez de julho deste anno de 1755, com outro irmão chamado Davary me verificaram as noticias acima, certificando-me que os Hollandezes introduzem ferramentas aos outros Indios seus vizinhos, aos quaes aqui se dá o nome de Madavacas e os Castelhanos o conhecem pelo nome de Caribés para fazerem a guerra a todos os Vizinhos e em consequencia della captivos para lhes venderem.

22 A outro meio dia mais acima está o Rio *Abuará*: é igual ao outro em tudo até em habitar nelle o mesmo Gentio.

23 A dous dias de viagem acima do sobredito Rio está o *Cababuréz*: é rio muito grande e muito caudalozo: tem muitas Caxoeiras e cursa para o norte 3 mezes de navegação tem muita salsa, e habitão nelle os Indios Damacuriz, Manyos-minariz.

24 A cinco dias de distancia mais acima está o Rio *Mivá* (1); é grande, cursa quinze dias ao centro, nelle assistem alguns Indios Damaveriz e Mavéz.

25 Mais acima do sobredito, um dia de viagem estão o Rio *Maroene*: (2) é grande, cursa um mez ao centro: habitã neste alguns Indios Mavéz.

26 A um dia de viagem deste Rio fica a grande Cachoeira continuando o Rio acima a 5 dias de distancia da Caxoeira está o Rio *Tarabca* é rio pequeno, mas cursa muito ao centro e vem quasi encontrar-se com o Cababuriz. Assistem nelle os Indios Domenamíz dos quaes se tem descido já alguns.

27 Acima deste dia e meio de viagem está o Rio *Mabuby* é pequeno, e assistem nelle os mesmos Domenamis.

28 A igual distancia deste está o Rio *Abyabante*: tambem não é grande: habitão nelle os Indios Abuéas, de uma destas Aldeias é principal o Indio Iodá.

29 A outro dia e meio de distancia mais acima está o Rio *Iuribante* é tambem pequeno e habitão nelle os Indios Matabitenas.

30 A tres dias de distancia mais acima se encontra o Rio *Caxiquiary*: he muito grande faz barra pela nascente no Rio Orenoco, pelo poente no Rio Negro, cuja viagem se faz

(1) Divá.

(2) He o Muriquini.

pouco mais ou menos em 18 dias. As aguas deste Rio vem do dito Orenoco, e são vertentes ao Rio Negro. Neste não ha agua alguma que corra a outra parte senão a esta e só se encontra vazante depois que se desemboca no Orinoco, ao qual os Indios todos do Rio Negro conhecem pelo nome de Paraná. O Rio Caxiquiary não é demasiadamente largo, e tão abundante é de aguas pelo inverno como pobre de verão. No Inverno alaga as innumeraveis Ilhas que nelle ha, e de verão tem tão pouca agua que é necessario em infinitas partes fazer-se caminho para passar ainda as Canoas pequenas, porque são infinitas as areias que ficão á mostra; Tem o dito Rio nove Caxoeiras porem pequenas e com boas passagens. He abundantissimo de toda a casta de caça, peixe e tartaruga, muitas frutas sylvestres. Na vazante veem nas suas margens todas lageadas. Entrando do Rio Negro para o sobredito Rio a meiodia de viagem á parte esquerda se encontra com uma grande catadupa e fronteira a ella á mão direita uma serra de summa grandeza e altura no cume da qual se acha agua nativa e algumas Taperas. Dizem os Naturaes que habitavão nellas os Indios da Nação Savinavis.

31 A tres dias dias de distancia hindo pelo sobredito Caxiquiary acima á mão direita está o Rio Bassimuny, com duas Serras na boca, uma á mão direita e outra á esquerda. He Rio muito grande e fundo. Habitão nelle os Indios Bassiminariz e Beaquenas a lingua dos quaes é totalmente diversa de todos os que habitão no Rio Negro, Dizem que é um Reino.

32 A dous dias de viagem pelo sobredito acima está o Rio Xlabá, e não acho noticia do Gentio que nelle habita nem do seu tamanho. Habitão nelle os Indios Ariquenas.

33 A pouca distancia deste se encontra o Rio Ubatiba, o qual tem um Lago em si de demasiada grandeza, mas de pouco fundo: dizem os Indios que habitão nas margens da dita Lagoa que por maiores que sejam os ventos, nunca se altera, e hum Francisco Xavier de Moraes que esteve nella me attesta ser verdade porque elle o experimentou, indo atravessando a dita lagôa em uma canoa muito ligeira e apanhou no meio uma grande trovoadá com vento forte e que as aguas ficaram sem alteração e elle fazendo a sua viagem como se o tempo fosse mui sereno. Nelle habitão os Indios Marabitanas e Daribatanas e outros. Com pouco tempo de navegação do Rio Ubatiba se sahe ao Orinoco ou Paravá como aqui lhe chamão aonde tem o seu nascimento.

34 Atravessando a boca do Caxiquiary (1) pelo Rio Negro acima, o primeiro Rio que se encontra é o *Seviaqueny*, he rio grande com suas Caxoeiras, cursa muito longe. Habitão nelle os Indios Hanusysanas e tem muita gente.

35 A tres dias de distancia pelo sobredito acima está o Rio Teriqueny, é grande com muitos Lagos, cursa muito longe; ha

(1) *Seviaqueny*.

mais de um mez de distancia : as suas cabeceiras são em umas grandes Serras. Habitão nelle os Indios Jurimanas, e May-puirires.

36 A oito dias de distancia deste está o Rio *Mabixequeny* : é muito grande e cursa muito longe. Habitão nelle os Indios Terimanos e tem muita gente.

A cinco dias de distancia de navegação por grandes Caxoeiras se encontra com umas altissimas Serras, nas quaes dizem os Naturaes que o Rio Negro tem as suas cabeceiras em umas grandes Lagoas que ha entre as ditas Serras.

DA PARTE ESQUERDA OU DO POENTE HA OS RIOS QUE SE SEGUEM,
E DE QUE TEM NOTICIA OS PRATICOS COM QUEM EU TENHO
FALLADO

37 O Primeiro que se encontra a dia e meio da boca do Rio Negro é o *furo* que passa deste Rio ao Solimoens ou Amazonas.

38 Quasi junto a elle está o Rio Bassuriaú : he mediano, cursa seis dias ao centro, não tem Indios, e nelle não ha mais que castanhas e muito Jabuti.

39 A tres dias deste está o Rio *Jaiú* (1): he grande, cursa muito ao centro. Nelle habitou o Gentio Jahuraz, que estão extinctos: dizem que do Rio cheio quasi que se communica com as Amazonas. Neste Rio ha muita copahiba.

40 A um dia de viagem deste está o Rio *Uneny*, é muito grande, e cursa muito ao centro: nelle habitão os Indios Aruáz e outras Nações, mas que todas estão extinctas.

41 A tres dias de viagem deste está o Rio *Caburis* (2) é muito grande cursa ao centro; nelle habitão os Indios Cabusinas e Cajariz, dos quaes se conservão ain la alguns, mas mui poucos nas Aldeias e tudo o mais está extincto.

42 A dous dias de distancia está o Rio Aratay (3).

Junto a aldeia de Marivá, cursa muito ao centro; teve muito Gentio da nação Araytasenas e Carajues e tudo está extincto.

43 A tres dias acima deste, entre as aldeias de Bararoá e Camará está o rio *Aryriú*, he grande, e cursa muito ao longe: foi habitado pelos Indios Manaos, dos quaes se conservão ainda alguns nas aldeias, e os mais extinguirão-se.

44 A dois dias de distancia por cima da aldeia do Dary, o primeiro Rio que se encontra é o *Manequiú*: é ordinario e cursa pouco ao centro.

45 Ao meio dia de distancia está o pequeno Rio Atau, (4)

46 A um dia de viagem do sobredito está o Rio *Mabá*: é maior que os sobreditos; neste Rio ha Puxery.

(1) Jahú.

(2) Abaixo das Caxoeiras 20 dias de viagem Rio abaixo.

(3) Uatanary.

(4) Alias Chibarú.

47 A outro dia de distancia deste está o Rio *Urubaxy*: por este rio se passa ao Japurá: tem no meio um Isthmo que terá tres leguas: este Rio cursa oito dias pela terra dentro.

48 A uma legua de distancia do sobredito se encontra o Rio *Ajoaná*; é ordinario, e cursa muito ao centro. Neste rio ha muito Puxery.

49 A um dia de viagem do sobredito por entre muitas e grandes correntezas se encontra o rio *Anavaxy*: é rio grande, conserva ainda alguns Indios da Nação Mariaranas, Mavez e muitos fugidos das aldeias. Por este rio é que fazem hoje o caminho para o Japurá; porém o Isthmo que ha entre os dous Rios, ainda que se gasta em passa-lo um dia, é melhor caminho que o do *Urubaxy*.

50 A duas leguas de distancia do sobredito se segue o Rio *Xuará*, e nesta pequena navegação se encontrão grandissimas correntezas: é rio grande, cursa muito ao centro: ainda conserva alguns Gentios, Barréz, Mepuriz e Mavés e bastantes fugidos. (1)

51 A seis dias de navegação está o Rio *Marid*; e neste caminho se encontrão grandes correntezas: é rio muito grande: cursa muito ao centro. Nelle habitão os Gentios Mepuriz, Barés, Guapéz, Gipivaz e Mavéz.

52 Com dous dias de navegação vencendo grandes correntezas, se encontra o rio *Curicuriau*: é muito grande e cursa muito longe. Habitão nelle os mesmos Mepuriz e Mavéz.

53 A um dia de navegação se encontra a grande Caxoeira, e passada ella a cinco dias de navegação por entre outras Caxoeiras mais pequenas se encontra o rio *Cajary* (2): é muito grande e cursa muito ao centro. Este é o mesmo rio que chamão os Baupéz, nas cabeceiras do qual dizem algumas pessoas que é o celebrado e desejado Lago dourado, tendo por fundamento de se achar na maior parte das Indias delle umas e camas de metal que trazem nas orelhas que parece ouro e outros dizem que o é, além de outras tradições que aqui tem passado de pais aos filhos. Neste rio habitão os Indios Coénas, Tarianas, Manumapéz, Cuyariz e outras nações a que se não sabe o nome.

54 A seis dias acima do sobredito já ha agua quieta se encontra o rio *Tiquié*: é muito grande e cursa muito ao centro. Habitão nelle os Indios de Guapéz de diversas Nações.

55 Neste rio *Tiquié* desagua outro chamado *Xeriry*, no qual acima de uma Caxoeira que dizem tem, dezagua um riacho na barra do qual me disse um Velho chamado Izidoro Ferreira que achára umas pedras que lhe parecião de prata.

56 Passando a barra do *Tiquié* e pelo Rio Negro acima a distancia de dous dias de navegação se encontra o Rio *Issana*: é mui grande e cursa muito ao centro. Nelle habitão os Indios Manibas em grande quantidade. Este Rio dizem que tem uma Caxoeira de marmore branco.

(1) Falta aqui o Rio Maymuxi antes do *Mariá*.

(2) Ou *Gapéz*.

57 A cinco dias acima deste está o rio *Uriassu*: é também muito grande como o outro e cursa muito igualmente. Nelle habitão os Indios Bayanas, Puryrienas e Puxerymaves e outros muitos de que está bastantemente povoado.

58 Acima deste oito dias de distancia se segue o rio *Tombo*, cursa quinze dias pela terra a dentro: tem caxoeiras que se passam em meio dia. Habitão nelle os Indios Bayanos, Parayenas, Maupeximvapexis.

59 A um dia de navegação acima deste se encontra o rio *Aque*: é grande e tem caxoeiras, corre paralelo ao Tombo com oito dias de navegação. Habitão nelle os Indios Jurinas e Parayáns.

Continua o rio Negro até as suas caxoeiras na forma que acima disse.

NOTICIA DO RIO BRANCO QUE ME DEU FRANCISCO FERREIRA, HOMEM DE MAIS DE OITENTA ANNOS QUE TEM MAIS DE CINCOENTA DE NAVEGAÇÃO DO DITO RIO E M'AS PARTICIPOU EM MARIVÁ EM 29 DE MARÇO DE 1755.

O rio Branco dezagua por tres bocas no rio Negro: ao principio logo se vai por elle acima do nordeste e nornordeste, fazendo diversas voltas sempre puchando aos mesmos rumos até o rio Tacutú do qual vai buscar o Norueste em cujo rumo faz tres bocas, duas das quaes são pequenas e a outra que corre pelo sobredito rumo é a maior que se julga ser a Mãe do rio.

1 Entrando do rio Negro para o rio Branco, o primeiro rio que se encontra da parte esquerda é o *Caratirimary*, que corre do poente para o nascente. He rio muito grande que nunca secca: não ha noticia de Gentio que nelle habite. Tem este rio muita pedra, e se diz que se communica com o Paravá ou Orinoco. A sua bôca é a seis dias de viagem da que o rio Branco faz no Negro.

2 A cinco dias de distancia rio acima se encontra o *Ayarany*, o qual corre ao mesmo rumo que o acima e é mais pequeno. A terra que ha entre estes dous rios é toda alagadiça. Neste rio habitou o Gentio Peranovana, e ainda se poderá achar algum, mas raro, porque alem dos que la tirarão as Tropas para Escravos e algum descimento passou o resto para o rio Guananvau.

3 Passando a Caxoeira a quatro dias de viagem se encontra o rio *Ocahy* que corre quazi ao mesmo rumo que os sobreditos e é da grandeza do Ayarany. Cursa muito ao centro e tem grande correnteza. Entre estes dous rios quazi tudo são Campinas. Nestas terras habitão os Gentios Paralvilhanas, Chapará e Guajuraz, que são infinitos, e diz este homem que é gente facil de domar.

4 Deste rio para cima não ha noticia de outro notavel que dezagua no rio Branco por esta parte.

Da parte direita o primeiro rio que se encontra a dez dias de distancia da boca é o rio *Ganavau* o qual corre de leste para oeste. He rio grande e tem muitas pedras e correntezas. Habitão nas suas Caxoeiras muitos Gentios e entre elles os *Peraneanas*, e os mais são *Aturajuz* e *Peralvilhénas*.

5 Acima das Caxoeiras a quatro dias de distancia está o rio *Tacutú* que corre da parte do leste para oeste, e é povoado de *Peralvilhénas*. Por este Rio é que se tem communicado os *Hollandezes* e sahidos por elles alguns.

Nas cabeceiras deste Rio se dá em umas *Campinas* que quasi todas se alagão e ha nellas grandes *Lagôas*.

INFORMAÇÃO QUE ME DEU EUGENIO RIBEIRO DO RIO IAPURÁ EM 25 DE MARÇO DE 1755 O QUAL RIBEIRO É MELHOR PRATICO QUE SE CONHECE DAQUELLE RIO.

1 Entrando pela bocca do dito Iaporá acima, o primeiro Rio que se encontra á mão direita a 15 dias de distancia é o *Apu-purez* (1) que corta ao norte em grandissima distancia, e dizem que vai ter ao *Paravá* ou *Orinoco*. Habitão neste Rio os *Indios Mataméz* e acima delles os *Curutús*, e *laguarites*, *Paricatapuya*, *Cavearys*, *Vacujás* e outros mais um pouco acima.

Deste Rio até Caxoeira pequena é um dia de viagem, e não ha Rio grande. Esta Caxoeira tem umas *Serras* altas.

Acima da sobredita Caxoeira a meio de viagem, está a Caxoeira grande, a qual ainda que é muito grande, tem passagem pela parte esquerda.

2 A meio dia de viagem della está o Rio *Muritipará* : não é grande. Habitão nelle os *Indios Querunas*, *Canucas*, *Incuna*, e *Maruá*, ou *Querito* estão hoje alguns desta Nação em Monte Alegre.

3 A dez dias de viagem, digo de distancia deste está outro Rio igual a elle, chamado *Netá* ; habita nelle o Gentio *Tayassú*.

4 A seis dias acima deste, está outro Rio Maior que os sobre-ditos chamado *Messá*. Habitão nelle varias Nações a que não se sabe os nomes.

5 A quatro dias de distancia está outro Rio igual a este chamado *Iary* que cursa muito ao centro, e nelle habitão os *Indios Umavás* e outras Nações. Neste Rio se tem achado ferramentas de Nações da Europa e dizem que nelle ha minas de ouro.

Deste Rio até a Caxoeira grande que até agora se não achou forma de se passar, são quatro dias de viagem e daqui para cima não ha noticia.

6 Entrando pelo Iaporá, o primeiro Rio que se encontra a mão esquerda a cinco dias de viagem é o *Amapery* : é pequeno e habita nelle o Gentio *Parianá* que é pouco.

(1) Este Rio tem um Furo chamado *Peridá* que communica com *Issá Paraná* em 5 dias de viagem tem uma Caxoeira. Corre de Pte. a Nte. este Furo.

7 A tres dias de viagem do sobredito (1) este Rio *Iuamim*: é maior que o antecedente e habita nelle o Gentil Iepivá.

8 A dois e 1/2 dias de viagem, digo, acima deste está o Rio *Pureuz*: (2) é como o segundo. Habitão nelle os Indios, *Poydrias*, *Ambriáz*, *Inrupariz* e *Acuvara*.

9 Acima da primeira *Caxoeira* em 5 dias de viagem se encontra o Rio dos *Peridaz* (3) o qual tem communição com o *Ideá*. Nelle habitão os Gentios do seu mesmo nome *Miranhás* *Cituazes* e *Pepirivás*.

10 Acima deste Rio junto á segunda *caxoeira*, está outro Rio, cujo nome se ignora, no qual habitão os mesmos *Miranhás* e daqui até a *Caxoeira* inacessível não ha noticia de mais Rios.

O melhor tempo de entrar neste Rio é no principio de Janeiro e deve se sahir delle por todo o mez de Julho.

N. B. Nas Cabeceiras do *Iaporá* habita a Nação *Mauás*, que é a mais feroz de todas e é Antiga.

A Fortaleza de S. Gabriel está situada nas *Caxoeiras*.

S. José dos *Marabitenas* está para cima 5 dias de viagem.

N. 10

Synopse de algumas noticias geographicas para o conhecimento dos rios, por cuja navegação se podem communicar os dominios da coroa portugueza em o rio Negro com os de Espanha e provincias Unidas na America

A communicação que tem o grande Rio Negro da America Portugueza com o Orinoco por meio do Rio *Caciquiary* que os entrecede, facilitando daquelle para este reciproco esse val transito, está já tão estabelecida no conhecimento de todos pelas repetidas experiencias dos que tem frequentado aquella navegação que seria escusado o empenho de persuadi-la como novidade. Falei por tanto só naquellas communicações que ha ou se conjectura havê-las pelos rios collateraes ao mesmo Rio Negro e afim pela parte septentrional como austral delle.

MARGEM SEPTENTRIONAL DO RIO NEGRO

O primeiro Rio consideravál que na direcção de seu curso demanda o Negro, para lhe depositar no seio toda a copiosa porção das suas aguas é o *Iaquapiry*, que sendo a sua origem no interior do continente ou Ilha de Guayana chamada tambem a

(1) Nas cabeceiras deste Rio habitam tambem os Indios *Iromanos* ou *Boca-negra*.

(2) Neste habitão tambem os *Anicis*, *Boarés* e *Iuris*.

(3) Este communica com o *Ideá*, e por elle com o Rio *Issá*, *Paraná*,

nova Mesopotamia depois de banhar grande espaço de terra habitada pelo Gentio da Nação Araaqui chega finalmente a incorporar-se com o Rio Negro pela margem septentrional delle de frente da Villa Mourá em altura de um grão e vinte e dois minutos ao sul da linha equinoctial, 52 leguas acima da Fortaleza da Barra do Rio Negro e 35 acima do Rio Anavilhenas que lhe fica abaixo na mesma margem em 17 léguas depois da Fortaleza.

As ferramentas e mais fazendas Hollandezas que possuia o Gentio deste Rio produziram a conjectura da sua comunicação com o mar do norte por algum Rio que nelle dezaguasse. Desvaneceu a contudo o mesmo Gentio afirmando não possuir aquella fazenda por commercio immediato dos Hollandezes, mas por via do Gentio que vive junto ás vertentes do Rio Urubú que faz Barra na margem septentrional das Amazonas, cuja noticia acho abonada por Berredo nos seus Annaes historicos Liv. 10, § 730.

A esta verdade tem dado melhor illustração as respeitadas entradas do Rio Jaquapiry, sendo para este intento memoraveis as de Domingos de Sá e da Escolta expedida antigamente para a redução dos Indios da Aldea de Urubú que animados de um espirito de rebellião e a impulsos da natural inconstancia na firmeza da sua fidelidade derão a morte a seu Messionario o Padre Fr. João das Neves Religioso Mercenario porque avançando muito aquella Expedição a sua navegação nomeado Jaquapiry nunca notaram rio ou riacho que fizesse presumir a declarada comunicação.

O Padre Fr. João Guilherme Religioso Carmelitano fundou neste Rio em a parte chamada *Mahavá* uma povoação (1) que se acha antiquada e extincta e sendo muitas as diligencias e frequente a comunicação do Gentio, delle se não conseguiram noticias que attestassem a disputada comunicação: ficando por este modo na firme certeza de que as taes fazendas erão participadas pelo Gentio do Rio Branco ou pelo do Urubú de cujas vertentes ha tradição que vencidas por terra e com trabalho algumas Serranias e elevados montes que formão a grande Cadea ou Cordilheira de Guayana seguida de Leste a Oeste, descobre um rio cujas aguas dessem para a Costa de Suriname.

O Rio-Branco a que vulgarmente chamão os Indios — Paravilhanas — attribuindo-lhe a denominação do Gentio mais dominante delle, é o segundo de particular nota, e entre todos os que no feudo das suas aguas tributão obsequiosa vassalagem ao Rio Negro de mui crescidas vantagens para a sua devida estimação bem recommendada na abundancia de Tartarugas e mais pesado que cria nas suas correntes nas fecundas terras e bellissimas florestas que comprehende nas suas margens e finalmente nos vastissimos Campos que o aformozeão tão dilatados que seguindo a extensão dos Rios Tacutú, Uaricoéra e Parimá

(1) Antiga Aldéa de Jaquapiry.

passão muito além das balizas do seu nascimento, e de tão desmarcada largura que ha excepção de poucas e pequenas Ilhas não permittem á vista mais objectos; abonando esta mesma circumstancia o sentimento de se conservarem ociosos quando na producção de Gados utilizarião sobre os mais interesses, o de livrar a Capitania do Rio-Negro de viver segundo o Instituto Pythagorico na força da abstinencia de Carnes.

Faz Barra o Rio Branco defronte do lugar de Carvoeiro, antigamente Aldeia de Aracary, engrossando o Rio Negro com o cabelo das suas aguas que nelle despeja por tres bocas que formão duas pequenas ilhas que tem na sua Fóz, distante do Rio Jaquapiry seis leguas rio acima até a boca inferior do Rio Branco.

Na distancia de cinco leguas de viagem se une ao Rio Branco á parte de leste um braço a que dão o nome de *Guanavavú*, (1) cujos principaes habitantes são os Indios da Nação Atujarús: continuando a viagem mais tres dias se chega a caxoeira, cuja impetuosidade, posto que disputa a passagem, cede comtudo ao impulso dos remos, sendo a Canoa de mediana grandeza. Passados mais tres dias se vê a divisão bipartida que mostra o Mappa de Mons. de Condamine, a saber: á parte direita do Rio *Pacutú* povoado pelos Indios Paravilhanos, e á esquerda o Rio *Parimá*, onde tem seus domicilios os Indios Macuxés, Mapixanas, dos quaes se póde dizer como o Poeta—Sed memora at que cavos Montes sylvesque celebrant — (2) por viverem nas Grutas e Catacumbas dos Montes que ha no interior daquelle Sertão.

Devo porem advertir que Parimá é um pequeno Riacho que tem o seu nascimento junto ás Aldeias dos Indios Macuxis e que o verdadeiro Membro daquelle divisão é o *Uraricoera*, Rio Grande, caudaloso, e de curso dilatado onde vivem os Indios Saporá e outros, e dezagoa á parte do norte o Riacho Parimá.

A communicação do Rio-Branco com os dominios de Hollanda em Suriname pela visinhança dos Rios Rupamani e Esquivo, que desaguão no mar do norte se manifesta claramente no Mappa de Mr. de Condamine pelo pouco espaço que medea entre os nomeados Rios e os de Tacutú e Pirará, no que se conformão inteiramente as Relações de pessoas que estenderam suas viagens até as vertentes do Pacutú em diligencias do resgate e commercio do Genticio. Esta certeza tem tambem evidentes provas na viagem que fez Nicolau Horstman de Suriname ao Rio Negro e deste ao Pará, onde se acha fazendo a sua viagem mais trabalhosa por falta de Praticos, nas muitas em que manteve o Commercio dos Hollandezes o Padre Fr. Jeronimo Coelho Religioso Carmelitano sendo Missionario na antiga Aldeia de Parumá; nas que fez o Principal Ajuricava, e finalmente na noticia que me participou o Principal da Villa de Barcellos Theodozio da Gaya, que chegando a uma povoação de

(1) Rio.

(2) Laurus. Liv. 5.º de Natura rerum.

Indios que habitão pouco distante do Nascimento do Rio Pacuti, vira dous ou tres pretos os quaes juntamente com os mesmos Indios lhe certificaram que em meio dia de jornada por Campos se chegava ao Rio Rupamani, por onde em distancia de seis dias de viagem havião já engenhos e fazendas dos Hollandezes, os quaes continuamente negociavão com o Gentio sobredito.

O Indio Branco morador em o logar de Carvoeiro e oriundo do Rio Uraricoéra (1) me affirmou com bastantes individualidades que no crescente das aguas se communicava o Rio Uraricuéra com o Rio Esquivo d'onde passavão os Indios Caripunás e outros em Canoas a commerciar com os de Uraricoéra o que elle presenciára muitas vezes tratando nellas com os sobreditos Caripunás.

Porém sendo assim claramente demonstrada esta communicação do Rio-Branco com os Dominios da Republica de Hollanda tem sido tão difficil o achar-se semelhante passagem do mesmo Rio para o Orinoco dos Dominios de Espanha como impossivel de descobrir-se o sepulchro de Jupiter.

Eu a não devo denegar com tenacidade igual á do Padre Gomilha a respeito da communicação do Orinoco com o Rio Negro, porem tambem não quero ser tão facilmente discursivo que permissas possiveis haja de concluir uma certa actualidade, ainda quando a despersuade a total falta de noticias ou tradição dellas entre os Indios.

Não disputo contudo uma communicação mais remota pelos Dominios de Hollanda porque tres dias de viagem de S. Fernando Rio abaixo se junta ao *Orinoco* um Rio communicado com o Esquivo, por onde os Hollandezes e Espanhoes introduzem mutuamente os seus contrabandos, e como o Esquivo communica com o Rio Branco assim pelo Pacuti e Pirará, como pelo Uraricuéra, é certo que por estas meleações, tem o Rio Branco uma a communicação ainda que remota com o Orinoco, subsistindo duvida só no transito deste para aquelle por união ou intercedencia de Rio que immediatamente os communique pelos Dominios de Portugal ou Espanha sem dependencia do Rio Esquivo.

Os Espanhoes o quizerão explorar, ha mais de tres annos com os informes dos Indios da Nação Maquiritari, que lhes affirmavão que pelo Rio Puravaca os conduzirião ao Rio Branco dos Portuguezes. Encarregou-se desta diligencia Francisco de Bova-dilha, então Sargento e agora Alferes das Escoltas; porem acabando se-lhe o mantimento na Caxoeira onde chegou com um mez de viagem de Caciquiari em diante fez o seu regresso sem chegar a Puravaca que segundo os testemunhos dos Maquiritaris distava ainda tres dias de viagem Rio acima.

O Indio Pedro Nunes, que ha poucos mezes se recolheu ao lugar de Lamalonga, tendo vivido alguns annos entre os Espanhoes acompanhou aquella expedição e me certificou que o Rio

(1) O Uraricoéra communica com o *Esquivo*.

Branco enunciado pelos Maquiritaris era o em que os Portuguezes colhião raizes de salsa o qual não é o Rio Branco disputado, mas sim o Rio Maraviá que tambem é de agua branca, e se tem nelle colhido muita salsa; corroborando-se esta verdade com a asserção do Principal Theodozio de Gaya, que das vertentes do Maraviá com dilatada jornada por terra chegou ao riacho Puravaca onde sahio tambem o Indio Gabriel seu cunhado, fazendo mais trabalhosa jornada das vertentes do Rio Padaviri que tambem é branco e entra no Rio Negro pela margem boreal delle, defronte da antigo Aldêa de Bararuá hoje villa de Thomar, 63 leguas acima da barra do Rio Branco, e 36 de Barcellos, 26 minutos ao sul.

A diligencia dos Espanhóes que fez objecto á conta do Ajudante Francisco Rodrigues só se encaminhou a descobrir cacáu no Rio Padamú que navegou D. Apolinario cinco dias de viagem no mez de Junho de 1764, acompanhando-o o nomeado Indio Pedro Nunes, sem que possa presumir-se que esta viagem teria tambem por occulto fim o descobrimento da procurada communição do Rio Branco por ficar a barra do Padamu, como tambem a do Rio Cumucunumá e o Camu na margem septentrional do Orinoco seguido do Caciquiary para leste, motivo porque não pôde dar transito para o Rio Branco que lhe fica á parte opposta. Mais provavel é que pelo dito Rio Padamu solicitasse D. Apolinario a communicação que se julga ter com o Esquivo por um de seus ramos ou com o Rio do qual disse que fazia barra no Orinoco abaixo de S. Fernando.

Em um risco do Ajudante Francisco Rodrigues vejo apontada uma communicação do Orinoco com o Esquivo muito a leste, da Barra septentrional do Caciquiary com o fundamento de se terem visto alguns Caripunazes embarcados pelo Orinoco abaixo antes de S. Fernando. Não disputo esta possibilidade, porem tenho por fallivel a conjectura, porque os Caripunazes podião sahir pelo Pudamu ou qualquer dos Rios notados na margem septentrional do Orinoco.

Alguns se quizerão persuadir que os Rios Padaviri, Aracá ou Dimidé, que fica fronteiro pouco acima de Barcellos em 56 minutos de latitude meridional, são ramos do principal Rio Branco dos Paravilhanas, porem esta intelligencia é manifestamente errada por terem os dous nomeados rios direcções particulares e distinctos nascimentos em dous differentes montes e em tal forma que nem admittem communicação por Rio navegavel com o Rio Branco.

No tempo em que o Illm. e Exm. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado fez com o seu venturoso governo memoravel época a historia deste Estado tornando-o na Politica um vivo retrato da Europa, firmando-lhe os interesses em solidos fundamentos, e fazendo renascer aos Indios o dourado seculo do Saturno. « Qui genus indocile ac dispersum montibus altis composuit leges quæ dedit. » (1) Ouvi dizer que havia positiva

(1) Virgilio. 8º. Æn.

ordem real para fortificar o Rio Branco, e sei que o mesmo Sr. intentou a obra de um reducto ou Fortaleza. Não me consta qual fosse a parte destinada, mas julgo que seria muito conveniente na principal divisão do Rio, para que precavendo quaesquer irrupções deixasse igualmente cobertas as duas Barras e navegações, não utilizando menos para dispôr o Gentio ao commercio e mutua hospitalidade, e se fazerem algumas reduções delle, aggregando-se ás Povoações do Rio Negro, ou formando-se no mesmo Rio Branco novas Colonias.

O Rio Padaviri, do qual já acima fiz menção tem com o Orinoco uma comunicação de poucos advertida, por meio do Rio Umavóca e chamado tambem Castanha Paranaá que faz barra na margem austral do Orinoco, não porque o Rio Umavóca chegue a unir-se ao Padaviri, mas porque só o separa um Istmo que se vence com meio dia de jornada por terra. Fica este transito em 20 dias de viagem pouco mais ou menos pelo Padaviri acima. Não sei se delle tem os Espanhoes alguma noticia, porém só lhe tardará emquanto os Indios lhe não participarem : se é que não é esta a comunicação que lhe inculcão os Indios com o Rio Branco confundindo este com o Padaviri pela semilhança das suas aguas.

Depois de passar os Rios Daraá, Maraviá, Inagbu e Abuará, se segue o Rio Cabébury communicado com o Caciquiry pelo Rio Bacimony que nelle dezagua. Não chega totalmente o Bacimony ao Cabébury, porem de umas a outras vertentes ha pantanaes que permitem a navegação principalmente no tempo do inverno o Ilm. e Exm. Sr. Manoel Bernardo de Mello e Castro por acautelar este passo, ordenou que nelle se fizesse uma Guarita ou algum genero demonstrativo de posse que até agora não teve execução.

Seria acertado fazer-se a dita Guarita no porto do Principal Maviá assim porque ali chegão os pantanaes de Bacimony, como porque estando contractado aquelle Principal desde o tempo do Governador de boa memoria Gabriel de Souza Felgueira a descer-se para a Villa de Thomar, nenhuma duvida terá em estabelecer-se no seu mesmo porto, formando-se uma povoação que facilite a navegação do Rio e o commercio do mais Gentio e os projectos da nossa cautella.

Continuão por esta mesma margem do Rio Negro os Rios Mirá, Cavá e Demity pouco consideraveis ao nosso intento por não terem comunicação alguma com o Orinoco ou Caciquiry. Abaixo da Fortaleza dos Marabitanas está um riacho onde assiste o Principal *Davema*, que sahe ao mesmo Rio Negro acima da Fortaleza sobredita e abaixo da Guarita de S. Fellipe, pode-se impedir este passo entulhando o Riacho com madeiras por ser pequeno. Na mesma visinhança da Fortaleza dos Marabitanas pouco abaixo de S. Carlos ha um riacho de cujas vertentes com dous dias de jornada por terra se chega a um ramo do Caciquiry e a este com um dia de viagem pelo dito ramo.

MARGEM AUSTRAL DO RIO NEGRO

Por esta margem buscão especioso tumulto no Rio Negro os Rios Iaiti, Anany, Cabury e Barury todos inconsideraveis para o intento desta Synopse, seguem-se pela mesma ordem com que vão escriptos os Rios Urarirã, Urubaxy, Ajuaná, Inuvixy, Xivarã, Maycuvixy, Maviã, e Curicuriaú, sem mais notabilidade que a de darem communicação por terra com jornada de um até dous dias para o Rio Japurá.

De Rio cheio é esta passagem mais facil pelo Rio Urubaxy porque toda é navegavel por pantanaes e partes paludozas até o Lago do Amanã, no Japurá, cuja viagem se faz em 8 dias sendo a Canoa ligeira.

O Padre Samuel Fritz se persuadiu que o Rio Urubaxy dezagrava no Rio Iquuary do qual se tratará logo; forão porem menos exactas as informações que seguem, porque em verdade o Urubaxy com direcção perpendicular só faz barra no Rio Negro abaixo do Iquuary 64 leguas pouco mais ou menos.

O Rio Curicuriaú tem por certo Riacho communicação com o Rio Guaupés cujo uzo pôde utilizar os salvar as Caxoeiras do Rio Negro porque supposto os tenha tambem o Rio Curicuriaú são contudo muito menores.

Dez leguas da Fortaleza de S. Gabriel Rio acima se descobre o famoso Rio Cajary, que na linguagem de seus habitantes vale mais que agua branca. He dos maiores e o que com mais cabedal enriqueceu o Rio Negro, fazendo-o mais arrebatado na sua corrente. Este é aquelle a que vulgarmente chamamos Guaupés pelo Gentio que o povoa e alguns Geógrafos Iquary e Quiquiary; este é finalmente aquelle a quem os Padres Christovão da Cunha, Samuel Fritz, e Monsieur Condamini appellidavam Rio de Ouro, e deu motivo ao Lago dourado de Parimã e Cidade de Manoa, cujas exaradas grandezas mais parecem curiosas fantasias de Poetas do que serios empenhos d'historiadores.

Não bastando uma só hora para-publicar a grandeza deste Rio lhe formou duas a natureza dando-lhe igualmente por lingua uma Ilha, que depois de dous dias de viagem se remata em uma só garganta por onde em navegação de 5 dias se chega ao Rio Piquié que lhe fica a parte austral de mediana grandeza pelo qual recebe o Cajary soccorro de agua na crescente dellas do Rio Japurá por meio do Rio Veya que nelle dezagua e confina com o nomeado Tiquié.

Das vertentes deste até ás do Rio Veya no tempo da Sêcca, só medea um espaço de terra que se vence em pouco menos de meio-dia de jornada, sendo porem navegavel no inverno como fica dito. Deste rio Tiquié trouxerão em o anno de 1749 Izidro Ferreira natural de Pernambuco e Manoel Carlos assistente agora em a Ilha do Marajó na Fazenda de Francisco da Silva certas pedras que depois de fundidas na Villa de Barcellos em Caza de Constantino Dutra Ruter mostraram ser de prata.

Em distancia de mais de tres dias de viagem pelo Cajary acima fica a grande e espantosa Caxoeira do Ipanoré tão cheia de perigo como de trabalho. A ella se seguem mais 71 Caxoeiras com que se mostra o Cajary zeloso da sua navegação, continuando a viagem mais tres dias do Ipanoré dezagua na mesma margem austral do Cajary o Rio Capury (1) que por modo semelhante ao Piquié confina tambem com o Rio Veya.

Entre as muitas Nações de Gentio que habita o centro das vertentes do Rio Capury estão tambem os Indios da nação Parianá os quaes tem commercio com outras Nações que a troco de alguns penachos lhe trazem folhetas de ouro de que fazem pendentes para as orelhas. Destas folhetas se viram muitas neste Rio Negro em tempo das Tropas de resgate, e podião tambem ver no Rio Amazonas Pedro Teixeira e os Padres Christovão da Cunha, e Samuel Fritz como affirmão este no Diario da sua viagem, e aquelle na sua Relação, communicando-se as ditas Folhetas ao Rio Amazonas pelo Japurá e a este não só pelo Urubaxi como sente Monsieur de Condamini, mas tambem pelos Rios Piquié, Capury, Veya, e Apepury que dezagua no Japurá como o Veya.

Não se sabe com firme certeza d'onde é o Gentio que commercea as Folhetas de ouro com os Parianos, prezumo porem que será do Rio Aviary de que logo fallarei por ser communicado com o Rio Guaupés, e ter a sua origem no Reino da Nova Granada, abundante de Minas de Ouro se é que se achão no mesmo centro do Capury, estando até agora encobertas por falta de diligencia em as buscar.

Sendo bem de admirar que bastassem estes pequeninos fragmentos de ouro para se idearem Lagos cujas aguas corressem sobre arêas de ouro e banhassem seixos de preciozissimas pedras epilgando-se em só lago aquellas riquezas devidamente atribuiram alguns historiadores a diferentes Rios e para se fingir uma cidade cujos edificios com o ouro e luzimento dos telhados escuressem as memorias do Palacio de Cyro na Medea, não nos deixando nem ainda os vestigios de tão avultadas e encarecidas grandezas pelo que poderemos dizer-lhe com a sagrada Pagina—*Divitice vestroe putrefacta sunt*—(2).

Do Rio Capury em diante se vão seguindo varios Riachos sem mais circumstancia que a de comprehenderem nos seus Mattos innumeraveis Gentilismos, sendo tambem de notar, que vencida a dilatada serie de Caxoeiras se navega por Rio já pacifico, sem mais obstaculos do que algumas pedras que não fazem embarço nem ainda para a navegação nocturna.

Depois de completar dous mezes de viagem pouco mais ou menos se communica ao Cajary pela margem septentrional um Rio pouco fundo de agua branca braço do Caudalozo Rio Aviary

(1) Capury ou Apapury.

(2) Jacob. C. 5. V. 2.

ou Uaviary (1) que faz barra no Orinoco abaixo de S. Fernando duas leguas e tem a sua origem a oeste no Reino da Nova Granada, do qual Rio se julga ser o legítimo Orinoco e não o ramo que desce de leste a que chamão os Indios — Paravá — onde dezagua o Caciquiry e é menos caudaloso.

Por este Rio Anyary foi D. Jozé Solano á Cidade de Santa Fé e por elle frequentão agora os Espanhoes a viagem para a mesma Cidade por ser mais breve que a antiga do Rio Pararuma que tambem dezagua no Orinoco e pelo mesmo Anyary podem vir ao Cajary usando do Furo supra advertido, a fazer os Indios da sua devoção ou adquirir posse do interior do Rio.

O Indio Caetano de Mendonça já defuncto, Principal que foi do lugar de Poiares, e o maior explorador do Rio Cajary affirmava que navegando por elle quatro mezes, vira que as suas aguas unidas ás de outro Rio corrião já para a parte do leste e por suppôr ser o Orinoco, voltára pelo mesmo Rio Cajary. Participou-me o Capitão Francisco Xavier de Moraes que estando na Aldêa do Principal Caéna que fica na margem austral do Aviary para as partes do Rio Negro mais acima da sua Aldeia. Combinada esta noticia com a do Principal Caetano de Mendonça se infere com a muita probabilidade que o Rio Cajary ou Guaupés é braço do Rio Aviary, ou Orinoco, e não tem nascimento distincto como lhe suppoem Monsieur de Candamine a fl. 69 do extracto do seu Diario, ficando assim communicado o Cajary com o Orinoco e Aviary, não só pelo Rio considerado acima, mas tambem pela parte em que sahindo o Cajary de Aviary, busca no seu curso o Rio Negro.

Monsieur de Candamine a fl. 64 do seu extracto afirma que o Rio Negro é principal braço do Japurá. Esta conjectura se tem desvanecido com a inspecção do nascimento do Rio Negro que fica vinte dias de viagem pouco mais ou menos acima do Rio Savitá e 32 acima do Caciquiry; e admittidas as noticias ponderadas no § supra passa o Aviary muito alem do nascimento do Rio Negro a communicar-se com o Cajary, tendo o Rio Negro o seu principio no interior do angulo que formão as duas linhas do Cajary e Aviary.

O Capitão Fillipe Sturm sei que arbitrou um destacamento na Caxoeira do Rio Cajary; eu cuido que foi bem lembrado porque da parte meridional do Rio Negro não ha Rio mais interessante que o Cajary nem mais exposto a terminar a ambição dos Espanhoes que se o chegarem a occupar, ficarão igualmente habilitados para passarem ao Japurá e senhorearem toda a parte septentrional das Amazonas da barra do Rio Negro em diante. O mesmo destacamento alem de utilizar a conservação e cautella do Rio Cajary, conduziria tambem muito para reduzir o Gentio ao Partido Portuguez, aggregando os Indios em Povoações que se podem fundar da Caxoeira do Ipanoré até

(1) Communicam de Guaupés com o Orinoco Aviary ou Uaviary será talvez o que em alguns Mappas se chamma Caurá.

a Foz do Rio, onde se acha estabelecida a do Principal Coané posto que seria mais proveitoso augmentar as Povoações que das margens do Rio Negro.

Mais acima do Cajary dez leguas pouco mais ou menos, saída o Rio Negro o Rio Içana que se divide em dous ramos parallelos um ao Rio Cajary e outro ao Rio Negro cuja origem é vizinha com distancia de um dia de jornada por terra ás vertentes do Rio Aké, que desce ao Rio Negro pela mesma margem austral, tres dias de viagem acima do Caciuary ultimamente em distancia de 12 leguas de Içana fica o Rio Ixié, cujas vertentes dão páro por terra ao Rio Negro na altura de S. Carlos.

Estas são as communicações que descubro ter o Rio Negro com os Dominios Extranjeiros pela parte meridional até á Fortaleza dos Marabitenas, e pela septentrional até o Rio Caciuary, cuja navegação até o Orinoco é quinze dias e não quatro como affirma Monsieur de Condamine a fl. 66 do seu extracto.

Ainda que todo o restante do Rio Negro esteja na possessão dos Espanhoes, continuarei comtudo brevemente a sua noticia para individual conhecimento d'elle. Tres dias de viagem do Caciuary por cima se une á parte austral do Rio Negro ao Rio *Tomo* ou Tumbú; e em distancia de mais de tres horas o Rio Aké.

Na margem septentrional dezagua o Rio *Teniuni* duas horas de viagem acima do Rio Aké do Caciuary, ha um Furo para *Tenimi*; oito dias de viagem acima do *Teniuni*, fica o Rio Bracico ou Javitá, que se communica com o Rio Ynirida o qual dezagua no Rio Aviary. De Javitá até o lago onde se deriva o Rio Negro, serão vinte dias de viagem.

N. 11

Do Autto da posse que se tomou entre Portugal e Dominios de Castella por Pedro Teixeira Capitão Mór por sua Magestade das entradas e descobrimento de Quito e Rio das Amazonas, etc.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1639 aos 16 dias do mez de Agosto defronte das bocainas do Rio do Ouro, estando ahi Pedro Teixeira Capitão Mór por sua Magestade das entradas e descobrimentos, de Quito e Rio das Amazonas e vindo já na volta do dito descobrimento, mandou vir perante si Capitães Alferes e Soldados das suas Companhias e presentes todos lhe communicou e declarou que elle trazia ordem do Governador do Estado do Maranhão conforme o Regimento que tinha o dito Governador de Sua Magestade e para no dito Districto, digo, dito descobrimento escolher um sitio que melhor lhe parecer para nolle se fazer povoação e por quanto aquella em que de presente estavam lhe parecia conveniente assim por razão do ouro de que havia noticia como por

serem bons ares e campinas para todas as plantas, pastos de gados, e criações e lhes pedia seus pareceres por quanto tinha já visto tudo o mais no descobrimento e Rio, e logo por todos e cada um foi dito que em todo o discurso do dito descobrimento não havia sitio melhor e mais accommodado e sufficiente para a dita povoação que aquelle em que estavam pelas razões ditas e declaradas, o que visto pelo dito Capitão Mór em nome d'El-Rei Felipe IV, Nosso Senhor tomou posse pela Coroa de Portugal do dito sitio e mais terras, Rios, Navegações e Commercios tomando terra nas mãos e lançando — a ao ar, dizendo em altas vozes; que tomava posse das ditas terras e sitios em nome d'El-Rei Felipe IV. Nosso Senhor pela Coroa de Portugal, se havia quem a dita posse contradiscesse ou tivesse embargos que lhe fôr, que ali estava o Escrivão da dita jornada e descobrimento que lhos receberia, porquanto ali vinhão Religiozos da Companhia de Jezus por ordem da Real Audiencia de Quito, e porque é terra remota e povoada de muitos Indios, não houve por elles nem por outrem quem lhe contradicesse a dita posse pelo que eu Escrivão teimei terra nas mãos e a dei na mão do Capitão Mór em nome d'El-Rei Felipe IV Nosso Senhor houve por mettido e investido na dita posse pela Coroa de Portugal do dito sitio e mais terras, rios, navegações e Commercios ao qual sitio o dito Capitão Mór pôz o nome a « Franciscana » de que tudo eu Escrivão fiz este autto de posse em que assignou o dito Capitão-Mór. Testemunhas que presentes forão, o Coronel Bento Rodrigues de Oliveira, o Sargento Mór Felipe de Mattos Cutrim, o Capitão Pedro da Costa Fivella, o Capitão Pedro Bayão d'Abreu, o Alferes Fernão Mendes Gago, o Alferes Bartholomeu Dias de Mattos, o Alferes Antonio Gomes d'Oliveira, o Ajudante Mauricio d'Aliarte, o Sargento Diogo Rodrigues, o Almojarife de Sua Magestade Manoel de Mattos de Oliveira, o Sargento Domingos Gonçalves e o Capitão Domingos Pires da Costa; os quaes todos sobreditos aqui assignaram com o dito Capitão Mór Pedro Teixeira. E eu João Gomes de Andrade Escrivão da dita jornada que o escrevi.

N. 12

Cópia da Carta que o Snr. João de Abreu de Castello Branco dirigio ao Provincial da Companhia denominada de Jezus da Provincia de Quito, em resposta da que recebeu do mesmo Provincial.

Na cidade de Belém, Capital desta Provincia do Grão-Pará me forão presentes as Cartas de V. Revm. e do Rvd. P. Carlos Brentano, escriptas em Janeiro deste anno, ás quaes faço resposta por atenção devida a V. Revm. e á materia de que tratão.

Queixa-se V. Revm. com bastante clamor de uma preparação militar que aqui se dispunha contra essas missões, e como estou bem informado que não houve a tal disposição, devo entender que este alarme inquietou a V. Revm. nasceria daquelle preciso dezassocêgo que nos espiritos bem regulados cauza a consciencia de uma injustiça, supposto haverem Vs. Revms. excedido os seus limites com offensa dos deste Estado.

Neste discurso me confirma a insufficiencia dos fundamentos com que V. Revm. procura justificar um tão notorio excesso pertendendo V. Revm. em primeiro lugar sustentar com as forças das Bullas Apostolicas que prohibem com graves censuras a Guerra nestas Indias ainda quando as houvesse por outras partes. No que me parece suppõe V. Revm. duas proposições bem extraordinarias. A primeira é que seja licito occupar o alheio e prohibido o recupera-lo com no caso presente. A segunda que as Bullas Apostolicas tenham mais virtude no Rio das Amazonas do que no Rio da Prata, aonde vimos que, ha pouco tempo, estando em paz as duas Coroas por todas as partes se não duvidou fazer a guerra, e passaram as tropas Castelhanas a atacar uma Praça de Portugal, concorrendo para esta empreza um Corpo consideravel de Indios commandados por Pes. da Companhia de Jezus a quem não fizera obstaculo as graves penas do Mandato Apostolico.

Mal satisfeito deste fundamento parece que recorre V. Revm. a outra que considera mais forte, exhortando a que se exercitem nos movimentos militares tantos Indios, perdendo-lhe com os exercicios de que não são capazes, o tempo que poderão aproveitar instruindo-se na vida christã e quando V. Revms. como seus Revd. Pes. queirão conter-se dentro nos seus justos limites, posso prometter a V. Revm. que estavam tanto mais seguros quanto mais desarmadas as terras S. Magestade Catholica pois conforme as ordens que tem da Côrte de Lisboa não seria eu menos criminoso se intentasse offender as suas Fronteiras do que consentir que se insultem as deste Estado, nestes termos conseguirá o estar tão livre de perturbação por esta parte como o está pela parte dos Francezes de Cayena e dos Hollandezes de Suriname aonde não confina com os Pes. da Companhia de Jezus, os quaes por não serem reputados por mais que humanarios nas suas esclarecidas virtudes, foi necessario que tivessem o defeito de serem perigosos vizinhos.

Não é da minha profissão disputar o Direito da Bulla Pontificia em que V. Revm. para ampliar os Dominios de Castella até ás muralhas do Grão Pará, mas devendo-me regular pela pratica que é a consequencia do Direito me causa grande admiração que Vs. Revms. não fação escrupulo de recorrer a um fundamento de que nunca se quizerão valer os mesmos Reis Catholicos a quem a Bulla foi concedida em todos quantos Tractados se tem concluido, ha duzentos e quarenta annos entre a Coroa de Espanha e outros Soberanos que tem occupado Dominios e Commercios dentro da parte concedida pela tal Bulla; tanto nas Indias Orientaes como nestas me não consta que a

Coroa de Espanha pertendesse restituição alguma em virtude da Bulla do Papa Alexandre Sexto, sendo certo que os seus Ministros e Embaixadores estariam cabalmente instruídos em os Direitos e interesses da mesma Coroa.

Nem eu sei como o mesmo Pontífice que não pode assegurar á sua propria familia uma porção da Italia, podesse dar tão liberalmente metade do orbe da terra á Coroa de Espanha, condemnando uma tão grande parte do Mundo a eternizar-se nas trevas da Gentilidade e do Atheismo sem poder receber outra luz mais que a que lhe amanhecesse pelos horizontes de Cadiz ou da Corunha.

Consta-me que algumas Bullas Pontificias as aceitam ou recusam os Principes, segundo o que se accomoda aos seus interesses e para eu entender que a de Alexandre 6º se não admittio em Portugal, basta ver o que escreveu um Author Castelhana contemporaneo qual é Garibay na vida de El-Rei D. João o 2º de Portugal, no Capitulo 25 e na de El-Rei D. João 3º no Capitulo 31, aonde conclue que depois de se offerecerem da parte dos Castelhanos trescentas e sessenta leguas mais a Portugal, além das cem leguas que declara a Bulla não quizeram os Ministros Portuguezes admittir esta offerta e se dissolveram sem conclusão as conferencias que se faziam sobre esta materia entre Elvas e Badajoz. De sorte que considerem Vossas Revmas. a virtude da tal Bulla. He certo que as convenções, commercios e conquistas que tem alterado a sua observancia são tantos que se não póde duvidar estar derogada a pratica della no uzo das Nações, e como os Reis de Castella não julgaram necessario fazer memoria desta Bulla nos seus tratados com outros Principes, parece que bem podiam Vossas Revmas. fazer o mesmo nas suas cartas. Para eu mostrar a Vossas Revmas. o lugar aonde conferião os Dominios de Portugal e Castella no Rio das Amazonas, não hei de recorrer as linhas mentaes que só existem na imaginação, nem me quero valer do que dizem os Escriptores Portuguezes. Os mesmos Tratados que Vossas Revmas. allegão e um Author Castelhana apaixonado contra os Portuguezes e Pe. da Companhia de Jesus me parece que serão bastantes para persuadir a Vossas Revmas.

Mas nenhum destes Documentos é necessario para que conste a Vossas Revmas. que a Coroa de Portugal esteve sessenta annos sujeita, mas nunca incorporada á Coroa de Castella. Obedecia aos Reis de Espanha, mas pela Côrte de Lisboa se expedião as ordens para todas as Provincias e Governos; com a mesma notoriedade constarão a Vossas Revmas. as innumeraveis perdas que nesta sujeição padeceu a Coroa de Portugal não só nas Indias Orientaes aonde perdeu um Imperio que hoje faz a opulencia da Republica de Hollanda mas tambem nestas Indias aonde os mesmos Hollandezes occuparam as Praças principaes do Brazil e Maranhão, fabricando tres Fortalezas no Rio das Amazonas com que chegaram a senhorear-se da melhor parte deste grande Rio, pedia a razão e tambem a politica que o pouco que restaurarão ou adquirião os Portuguezes ficasse per-

tencendo a mesma Coroa, sendo uma tenue compensação das suas calamidades, e assim o entenderam e aprovaram os Reis Catholicos tanto na recuperação e descobrimento do Brazil, como nos do Rio das Amazonas aonde depois de haverem as Armas Portuguezas expugnado as Fortalezas acima referidas e expulsado outras Nações de Hereges que navegavão o mesmo Rio. Vierão differentes ordens aos Governadores do Maranhão e Pará para que executassem este descobrimento, o que não occulta o Pe Manoel Roza Procurador Geral de Indios na sua Historia do Maranhão, Liv. 6º Capit. 11, até que ultimamente o Governador Diogo Raimundo de Noronha mandou em virtude das mesmas ordens (e não da Real Audiencia de Quito que nunca as podia passar ás terras da Coroa de Portugal) ao Capitão Mór Pedro Teixeira que com um Corpo de Infantaria paga e Indios que occuparam 70 Canoas, pôz-se em execução este descobrimento.

Não refiro a Vossa Revdma. os successos da Navegação de Pedro Teixeira, porque da mesma Historia e Relação do padre Acunha constará a Vossa Revdma. o immenso trabalho e constancia com que proseguia esta empresa, e as grandes despezas, perigos, sangue e vida de officiaes e soldados portuguezes que custou o feliz complemento della e só quizera que ponderasse Vossa Revdma. o fundamento que podia ter a Audiencia Geral de Quito para irrogar á sua jurisdição os descobrimentos feitos pelo Estado do Maranhão e Grão Pará á custa das vidas dos Portuguezes e em serviço da Coroa de Portugal e por ordem de El-Rei de Castella a quem então estava sujeito.

Bem creio da candidez de Vossa Revdma. que hade convir em que este descobrimento devia ceder em augmento do Governo que o conseguiu, e que a posse que na volta de Quito tomou o Capitão Mór Pedro Teixeira em nome de El-Rei Fellipe 4º pela Coroa de Portugal na presença de dez Padres da Companhia Castelhanos e do maior numero de homens brancos que se tem visto nestas partes, foi um acto não só muito justo mas aprovado naquelle tempo, tanto por Castelhanos como por Portuguezes, e por isso remetto a Vossa Revdma. o tratado d'elle.

Bem sei que dirá Vossa Revdma. que o Capitão Mór Pedro Teixeira era naquelle tempo Vassallo d'El-Rei de Castella e que havendo tomado posse em nome do mesmo Rei de Castella para este é que adquiriu aquelles Dominios, ao que respondo, que assim adquiriu o dominio para Sua Magestade Catholica, mas unido e incorporado na Coroa de Portugal, e como pelo artigo 2º do Tratado da Paz concluido em 13 de Fevereiro de 1668 cedeu El-Rei Catholico a El-Rei de Portugal tudo o que tinha e de que estava de posse esta Coroa antes da guerra que principiou no anno de 1640, e he certo que se comprehende nesta cessão os Dominios de que tomou posse pela Coroa de Portugal o Capitão Mór Pedro Teixeira no anno de 1635 especialmente sendo tão justa e tão natural se conservou sempre na mesma posse em quanto a não perturbaram os Padres da Companhia.

Por esta razão é que o Reverendo Padre Carlos Brentano quando se valle do Tratado de Utrecht allega um Documento contra si mesmo porque naquelle Tratado se nomeão especificamente todos os lugares que restitue uma Coroa á outra, e quanto ao mais se conveio em que as raias e limites de ambas as Coroas, ficassem no mesmo Estado em que se achavam antes da Guerra, como tudo se vê do 5º art. do mesmo Tratado e não é isto sómente que tem contra si o mesmo Reverendo Padre na Paz de Utrecht que allega: porque com mais clareza aclara no Tratado de Paz entre El-Rei de Portugal e El-Rei de França que sem embargos de estarem os interesses deste Monarca mais unidos que nunca aos de Castella, reconhece que as duas margens do Rio das Amazonas tanto meridional como septentrional pertencem em toda a propriedade dominio e soberania a Sua Magestade Portugueza que estes são os proprios termos em que falla o art. 10 dito Tratado.

Mais razão teve o dito Reverendo Padre para censurar o Alferes José de Mello, quando este sem mais desculpa que a de soldado em que a ignorancia é por direito um Privilegio erradamente adito á de Vessalia em que na verdade não houve ajuste entre Portugal e Castella.

Mas se o mesmo Reverendo Padre examinasse bem os arts. 5º e 6º do Tratado da Paz concluido entre El-Rei de Castella e a Republica de Hollanda em Munster, não affirmaria que nos congressos de Vessalia se debateu sómente o exercicio livre das seitas dos Lutheranos e Calvinistas, diria antes com toda a certeza que aos Calvinistas e Lutheranos sacrificou El-Rei de Castella, na Paz de Vessalia todos os Dominios Catholicos da Coroa de Portugal nas Indias Orientaes e Occidentaes, e que o mesmo lugar em que o dito Reverendo e Vossas Revdmas. escreverão as Cartas a que agora respondo foi cedido solamente aos Hollandezes sem embargo da Bulla do Papa Alexandre 6º a qual quando estivesse em observancia bastavão os dous artigos de que remetto a Vossa Revdma. a copia para ficar para sempre derogada.

Se as armas dos Portuguezes não expulsassem do Rio das Amazonas as Nações de Hereges que o occupavam como confessa um delles João Laah citado pelo Padre Manoel Rodrigues no Liv. 6º Capit. 11 da sua Historia do Maranhão aonde diz — *Iam Angli et Hiberni quam nostri Belgi á Portugalis et Pará venientibus inopinato oppressi etc* — não estariam talvez Vossas Revdmas. em paragem de mover aos Hollandezes as mesmas duvidas que moveram aos Portuguezes, porque este era o intento daquelle Tratado tão impio e tão indigno de um Rei Catholico, que sem temeridade se póde discorrer que deu motivo a que a Justiça Divina transferisse a Coroa de Hespanha da Familia Real em que estava para outro Rei que desempenhou o Titulo do Christianismo com o exterminio de muitas mil familias hereges, que não quiz por Vassallos seus.

Em consequencia de tudo conhecerão Vossas Revdmas. quanto estimo a sua opinião a respeito da nullidade de confissoens

e sacramentos por falta de jurisdição espiritual, pois que os limites do Estado do Pará estão clara e distinctamente estabelecidos por esta parte e se os do Bispado de Quito estão duvidosos, na mesma historia do Padre Manoel Rodrigues acharão Vossas Revdmas. que diz elle no Liv. 6º Capit. 12 — Los Portuguezes del Pará se contentan com subir por las Amazonas asta los Islas de los Magdes etc d'onde a expressão — se contentan — parece que inculca modestia e que com justiça podião passar adiante, e se isto não basta, creio que bastará para Vossas Revdmas. o que diz o seu Padre Visitador Geral no Livro 1º Capitulo 7º da mesma Historia do Maranhão em que fazendo a descripção da jurisdição de Quito affirma que o seu Bispado comprehende 200 leguas, differença grande das 1300 que assigna a mesma Historia desde Quito até ao Grão Pará e assim devem Vossas Revdmas. fazer um grande reparo nesta importante parte das Cartas que escreverão, e reconhecendo que não ha para onde recorrer da Sentença que derão contra si mesmos será grande infelicidade não executarem.

A offerta do Capitão General meu antecessor ao Sr. Presidente da Real Audiencia de Quito, attribuo eu a um lanço ainda que excessivo de cortezia militar em que esperava ser respondido pela generosidade espanhola e ao qual mais prudentemente não quiz corresponder o dito Sr. Presidente. Mas eu com grande desejo de que me aceitem a palavra me atrevo a fazer a Vossas Revdmas. uma mais ampla offerta e é que não pretendendo Vossas Revdmas. augmentar Dominios temporaes como verdadeiros seguidores de Christo cujo Reino não era deste Mundo, e devendo o mesmo Mundo estar patente para a pregação do Evangelho a todas as creaturas delle, não sómente consentirei que Vossas Revdmas. estendão a sua doutrina até as muralhas do Pará, mas lhe franquearei as portas, assegurando-lhe nesta cidade toda a veneração e respeito devido a Vossas Revdmas. Deus Guarde a Vossas Revdmas. muitos annos. Pará 18 de Novembro de 1737.

FIM

Esta Copia foi extrahida do Codice Ms. N. 125 intitulado — Viagens no Brazil, — que se compõem de 12 diversos Folhetos numerados no alto da pagina de cada Documento e existente no Gabinete dos Mss. da Real Bibliotheca Publica do Porto.

NOTA

Consta tradicionalmente, que as diferentes Notas e correções marcadas á margem de cada Documento, são da propria letra de Luiz Pinto de Souza (Vº de Balsemão) a quem este Ms. pertenceu.

INDICE

Das materias contidas no tomo LXVII da Revista

PARTE PRIMEIRA

CATALOGO DOS DOCUMENTOS MANDADOS COPIAR PELO SR. D. PEDRO II

	Pags.
Torre do Tombo	2
Academia Real das Sciencias	13
Bibliotheca de Evora	18
Conselho Ultramarino—Registos.	52
Conselho Ultramarino Papeis Varios—	91
Regimentos diversos:	
Regimento dos Provedores da Fazenda d'El-Rey Nosso Senhor nas terras do Brasil	189
Regimento que levou Lourenço da Veigua	204
Regimento para que no Brasil se não pague dizima dos fructos da terra	206
Regimento que se deu a Balthasar Rodrigues de Souza, provedor-mór da Fazenda do Brasil	215
Traslado do Regimento que levou Francisco Gerales que Sua Magestade ora mandou por Governador do Estado do Brasil, em março de 88	220
Regimento que foi dado ao licenciado Ba'tazar Ferraz para cobrar o que se deve á Fazenda de Sua Magestade	237
Viagens no Brasil :	
Viagem que se faz para o Maranhão em canoas e embarcações pequenas por dentro	245
Viagem do Cabo do Norte.	250
Viagem que fez o Illm. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Conselho de S. M. Fidelissima, Commendador de Santa Marinha de Mattas de Lobos da Ordem de Christo, Governador e Capitão General do Maranhão	251
Por ordem do Illm. Sr. Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, Capitão General do Estado do Maranhão	256
Mappa das Cachoeiras que se passam indo para Matto-Grosso.	266

Lembrança da noticia e averiguação que fez a Real Escolta vinda da cidade do Grão Pará em serviço de Sua Magestade que Deus Guarde a estas Minas de Matto-Grosso, onde chegou em 16 de abril de 1750 de que era cabo o commandante e Sargento-Mor de Infantaria paga daquella Capitania Luiz Fagundes Machado e averiguação entregue ao Mestre de Campo José Gonçalves de Affonseca, trazendo por piloto Antonio Nunes de Souza, remetida a dita escolta por ordem de Sua Magestade, sendo Governador o Capitão General daquelle Estado do Grão Pará e Maranhão, Illm. e Exm. Sr. Francisco Pedro de Mendonça Gorjão.	271
Fragmento da Viagem do Amazonas e Rio Negro desde o parographo 54 até 103	272
Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as ultimas povoações dos dominios dos portuguezes em Amazonas e Rio Negro, illustrato com a descripção geographica e natural dos rios que desaguard nos dous nomeados.	281
Index das povoações pertencentes ao Bispado do Pará	290
Noticias da Ilha de Joannes dos rios e igarapés que tem na sua circumferencia, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas cousas curiosas.	294
Cópia da Instrucção assignada pela Real Mão de Sua Magestade a respeito das demarcações da parte do Norte. . . .	301
Systema das demarcações da parte do Norte approved por Sua Magestade quanto ao Rio Negro	310
Dos rios que desaguard ao Rio Negro	314
Noticia do rio Branco que me deu Francisco Ferreira, homem de mais de 80 annos que tem mais de 50 de navegação do dito e m'as participou em Marivá em 29 de março de 1755. . . .	320
Informação que me deu Eugenio Ribeiro do rio Japurá em 25 de março de 1755, o qual Ribeiro é o melhor pratico que se conhece daquelle rio	321
Synopse de algumas noticias geographicas para o conhecimento dos rios, por cuja navegação se podem communicar os dominios da corôa portugueza em o rio Negro com os de Hespanha e provincias unidas na America	322
Do auto de posse que se tomou entre Portugal e dominios de Castella por Pedro Teixeira, Capitão-Mór por Sua Magestade das entradas e descobrimentos de Quito e Rio das Amazonas	331
Cópia da carta que o Sr. João de Abreu de Castello Branco dirigio ao Provincial da Companhia denominada de Jesus da Provincia de Quito, em resposta da que recebeu do mesmo provincial	332

10 - Ex

Ponto 11

20.2.110

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
BRAZILEIRO

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRAZILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO LXVII

PARTE II

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui



RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL
1906

PROMETHEU ACORRENTADO

Trasladação poetica do texto, que do original de Eschylo, vertido litteralmente
para portuguez por D. Pedro II, Imperador do Brazil, fez o

BARÃO DE PARANAPIACABA

À MEMORIA DE DOM PEDRO II, DO BRAZIL

Saudade e admiração

A' Serenissima Princeza a Senhora Dona Isabel, a Redemptora

Veneração e lealdade.

PROMETHEU ACORRENTADO

As cartas, que se vão lêr, deu-as o *Jornal do Commercio* á luz, em pagina de honra, no seu numero de 11 de dezembro de 1899.

Reproduzo-as, bem como o juizo formulado a respeito da minha versão do «Prometheu encorrentado» porquanto ellas explicam a historia deste livro.

Meu caro Lafayette ..

Rio, 40 de outubro de 1899.

Ha cinco annos, em «Aguas Virtuosas de Lambary», n'uma daquellas agradaveis palestras, em que roças por todos os assumptos, amenisando-os e salpicando-os com o teu inexgotavel sal attico, mostrei-te um pequeno livro contendo a traducção litteral do *Prometheu acorrentado*, de Eschylo.

Conheceste logo a letra do manuscripto, pois te era familiar, desde que occupaste e honraste os altos cargos de Presidente do Conselho de Ministro e Ministro da Fazenda.

Fôra D. Pedro II quem escrevera aquella traducção, por elle litteralmente feita do original grego.

Fôra o Imperador quem me entregara aquelle volumito, manifestando o desejo de que eu trasladasse para verso portuguez a sua prosa.

Abriste e folheaste o livro, lendo-lhe alguns topicos.

Falamos, então, por alto, na possibilidade de ser o meu trabalho prefaciado por ti, que, além de laureado mestre em boas letras, apurado em gosto e privilegiado em criterio, tens a vantagem de conhecer a lingua e a litteratura grega.

Accedeste a meu pedido.

Entrando, ultimamente, em forçado repouso de um mez, metti hombros á empreza, de que me havia, com satisfação, incumbido; encetei e levei a cabo a accomodação poetica daquella versão.

Logo que pude communicar contigo, dei-te conta do commettimento realisado.

Tive, então, a prova de tua prodigiosa memoria. Lembreste-me quanto em *Lambary* se passára entre nós, e, o que é mais, citaste-me a data, que no fim do autographo escrevera a mão imperial.

Esse pequeno livro figurára na bibliotheca de S. Christovão entre centenas de outros que registravam escriptos, originaes e traduzidos, do fallecido monarcha.

Delles guardo, além do *Prometheu acorrentado*, o «Livro de Ruth», vertido do hebraico para o latim, e do qual o Imperador me fez presente.

Que fim teve aquella collecção?

Grato ao contingente, que generosamente, me prestas — unico valor do livro, que intento publicar, — submeterei a teu exame critico uma copia da trasladação, rogando-te que lhe ellucides os pontos obscuros.

Serviu-me de base ao trabalho o alludido manuscripto buscando fontes de interpretação nelle e nas traducções francezas, em prosa, de Ad. Bouillet e Leconte de Lisle.

Tinhas, antes de mim, compulsado este ultimo, e disseste-me que era fidelissimo, acompanhando de perto, o texto grego.

Faltam-me commentadores e de balde os tenho procurado nas bibliothecas e lojas de livros.

Sem commentarios, não poderão ser comprehendidos muitos logares da tragedia.

Illumina-me essas obscuridades ao pharol de tua clarividencia. Caber-te-ha todo o merito do trabalho.

Ao teu prefacio acrescentarei um artigo, em que sejam mencionadas as minhas relações particulares com o Imperador, desde que este foi a S. Paulo em 1846, até meados de outubro de 1889, em que o vi, pela ultima vez, passando com elle grande parte de uma noite.

Assignalarei ahi factos, que servirão para accentuar as feições daquella physionomia moral, injustamente desfiguradas por alguns.

Dedicando o livro á memoria, nunca olvidada de D. Pedro II, rendo homenagem ao lucido espirito, ao coração magnanimo e ao nobilissimo character do primeiro cidadão brasileiro, cuja longa vida foi empregada em engrandecer a Patria, que deixou prospera e respeitada pelo estrangeiro.

Nessa dedicatoria entrelaçarei o nome do Augusta exilada a Serenissima Princeza, que completou pela emancipação dos escravos e independencia do Brasil.

Não faltarão pessoas, que qualifiquem de antiqua-lha anachronica e imprestavel, a resurreição dessa amostra da litteratura, que sensibilizou o Bello e o Sublime.

Essas encontrarão, de certo, outras fontes de inspiração, que não tenham raizes nesse passado glorioso.

Que lhes aproveite o seu neoterismo sem filiação.

Não pertencia a esse numero Leconte de Lisle, um dos pontífices da litteratura contemporanea.

Esse não se dignou de exercer, em larga escala, a missão de traductor das antiguidades hellenicar.

Não conheço traducção poetica do *Prometheu* ; tenho apenas leitura do *Prometheu*, original de Edgar Quinet.

Entre nós é a primeira tentativa.

Variei o metro, conforme o character do personagem, que fala.

Julgarás da versão pelos fragmentos, que te envio.

Teu amigo admirador.

João Cardoso.

Rio, 18 de novembro de 1899.

Meu caro João Cardoso.

Já me tardava a noticia de que havias posto mãos á obra.

E', certamente, empresa das mais arduas verter em lingua moderna o verso de Eschilo,— ora profundo, forte de uma harmonia severa; não raro perdendo-se em uma obscuridade, que os criticos julgam acinte procurada; ora de um lyrismo brilhante, facil, encantador.

Nas eminentes e singulares excellencias do teu genio de poeta e nos teus cabedaes de homem de letras tens todos os dons e todos os subsidios, de que careces, para, da terrivel batalha, saires com as palmas da victoria.

Agradam-me summamente os fragmentos, que me enviaste.

Mantem-te sempre na altura destes começos o terás levantado um nobre e bello monumento á litteratura patria e á tua alma de poeta.

Teu amigo e admirador

Lafayette.

Carta do Conselheiro Lafayette ao Barão de Paranapiacaba

PROMETHEU. TRAGEDIA DE ESCHILO, TRADUZIDA PELO BARÃO
DE PARANAPIACABA

Meu caro amigo.

Acabo de ler com a devida attenção a tua magnifica traducção do Prometheu, de Eschilo.

Essa leitura deixou-me uma profunda impressão e inspirou-me as linhas, que te envio. Aceita-as antes pela intenção, do que pelo valor, que possam ter:—São apenas um fraco preito da minha admiração.

Do amigo velho e do C.

LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA.

Rio, 12 de abril de 1903.

O Prometheu, de Eschilo, é um dos productos mais admiraveis do genio antigo.

Tomou o poeta para assumpto da sua tragedia a lenda mythologica.

A lenda era uma creação da phantasia popular dos Gregos das primitivas éras, preciosa pela grandeza do pensamento e pela profundidade da significação, altamente humana.

Eschilo submetteu-a aos processos do seu genio, vasou-a em moldes severos, simplificou-a, condensou-a em uma summa poderosa e deu-lhe a unidade rigorosa e inflexivel de acção, de tempo e logar — unidade, que mais tarde, Aristoteles elevou á cathegoria de uma das regras fundamentaes do *drama*.

A coragem indomavel e a obstinação feroz do Titan, a altivez diante do soberano do Olympo, o desdém e a impassibilidade, com que supporta as torturas, que lhe são infligidas, a consciencia da obra, que consummou e que motivou a perseguição, de que é victima, a elevação e altura dos pensamentos, que o poeta lhe attribue, a eloquencia da colera e indignação, que irrompem de suas palavras, a realidade de vida de todas as figuras, o desenlace da acção, rapido como o raio, que a determina, são sublimidades, primores e excellencias, que tem arrancado gritos de admiração aos criticos de todas as idades.

Todas as outras figuras da tragedia, as quaes, na realidade, não teem outro destino sinão o de fazer sobresahir a personalidade grandiosa do Titan, falam a lingua, que lhes convém no desenvolvimento da acção.

O côro das Oceanidas e Io teem accentos e modulações que, pela candura, pela ingenuidade e pelo tom doce e suave, lembram, como observa um critico, as encantadoras estrophes de Sapho. Ao ler essas bellas passagens, pôde-se dizer de Eschilo o que um critico antigo disse de Thucydides, a proposito da descripção das bellezas da Attica: — « Aqui o leão sorriu ».

A critica do *Prometheu* está feita. Homens da maior competencia, de um bom gosto apurado e de erudição vastissima, estudaram-no sob todos os aspectos. Nada resta a acrescentar. E, pois, só direi da traducção.

Traduzir para uma lingua viva um monumento antiquissimo, talhado numa lingua morta, como o *Prometheu*, de Eschilo, é tarefa ardua, e porventura, difficillima.

E' preciso, antes de tudo, entender o texto, apoderar-se, com vigor e clareza, do pensamento directo e intencional do poeta — pensamento envolto nas dobras e circumvoluções de uma lingua, cheia de obscuridades.

Nesta parte importantissima do trabalho acha o traductor auxiliares de primeira ordem. Uma legião de humanistas, de todos os seculos, cavaram o texto e, por meio de analyses profundas e á força de sagacidade e de erudição, conseguiram arrancar da letra morta os segredos, que ella encerra.

Na interpretação, porém, do texto ha discordancia de opiniões entre os mais competentes. Tem o traductor, sem duvida, o direito de preferir a que lhe parecer mais razoavel e de suggerir, segundo suas forças, a intelligencia, que se lhe afigura a verdadeira ou mais proxima da verdade. Não é só isso. Cada época tem sua atmosphéra intellectual, — um *composito* de pensamentos, de idéas, de juizos, de crenças, de phantasias, de superstições, de modos de ver, que dominam o espirito humano no momento, e, que penetram e se infiltram inconscientemente nos productos do tempo.

Esta infiltração se faz pelas *nuanças* do vocabulario e pela construcção e geito da phrase.

O traductor, tanto quanto é possível, deve esforçar-se para que a sua versão espelhe aquella atmosphera.

Mas é isso de suprema, sinão de invencível difficuldade. A atmosphera intellectual extinguiu-se com o seu tempo e o traductor vive num outro seculo, debaixo de outras idéas e de outra civilisação.

Isso explica a razão por que nenhuma traducção de texto antigo é reputada definitiva. Cada seculo tem o seu modo de traduzir. Cada geração de traductores esforça-se por descobrir pensamentos e intenções que, a seu ver, escaparam aos seus predecessores. Um critico observa que Tacito só foi bem entendido depois das scenas da Revolução Franceza. E por que? Porque essas scenas tinham, a certos respeito, grandes analogias com as scenas descriptas pelo grande historiador.

Um monumento litterario antigo pôde ser comparado aos productos da natureza: cada geração de chimicos os estuda e cada geração descobre novas propriedades. E as difficuldades recrescem, quando a traducção é de verso para verso, ainda mesmo quando o verso é em lingua viva.

No verso ha dous elementos, que se reúnem e se fundem para formal-o — a expressão e o pensamento.

O pensamento pôde ser, com maior ou menor fidelidade, passado de uma lingua para outra.

Mas a expressão, a construcção metrica das palavras, o rythmo? Não; cada lingua tem vocabulos de uma significação especialissima, á que não correspondem, com perfeita justeza, tem vocabulos de outra — peculiaridades, elegancias, modos de dizer, idiotismos, singularidades de construcção, litteralmente intraduzíveis.

Podem-se achar palavras e phrases mais ou menos equivalentes: é o que fazem os bons traductores. Mas, na realidade, o verso, que traduz, não é o verso traduzido: — traduz-se o pensamento; mas, por via de regra, não se traduz o verso.

Tomem-se as melhores traducções de Virgilio nas línguas vivas. A interpretação do pensamento é, em geral, fiel; mas nenhuma dellas reproduz o hexametro latino na sua construcção, na sua combinação de palavras, no seu rythmo, no seu systema de harmonia.

Por exemplo este verso:

« Sunt lacrimæ rerum et mentem mortalia tangunt,

Leio-o traduzido em versos portuguezes, francezes, hespanhóes, italianos e inglezes : interpretam o pensamento mais ou menos, segundo o sentido, que lhe deram os humanistas ; mas o verso da traducção, de ordinario, nem remotamente dá idéa da estructura e do rythmo do verso latino.

As ponderações, que acabo de aventurar, teem por fim fazer sentir as difficuldades, que o Barão de Paranapiacaba tinha a vencer no seu ingente esforço para traduzir em verso portuguez o assombroso poema de Eschilo.

Em homenagem á verdade, é preciso dizel-o — elle as superou bem, e com galhardia.

Certamente, não se poderia exigir do preclaro traductor, que vasasse litteralmente no metro portuguez o metro grego. São radicalmente differentes as linguas e cada uma tem o seu systema de metrificacção.

Espelha a traducção a atmospherá intellectual, em que viveu o antigo poeta ? E' difficil para um leitor moderno julgal-o. Mas é fóra de duvida que, atravez do poema traduzido corre como que um sópro de hellenismo, que lhe dá um ar, uma certa feição do pensamento antigo.

O pensamento directo e intencional do poeta é reproduzido com fidelidade. A versificação é admiravel.

O Titan fala sempre a lingua, que lhe convém, em versos, decasyllabos e alexandrinos, sonoros, cheios, fluentes, de um grande vigor e que pelo brilho, força e energia de expressão luctam nobremente com o original.

Para os côros, o traductor, cedendo á natureza do assumpto, preferiu, como era de razão, os versos de arte menor : — primam pela elegancia, delicadeza e harmonia.

As demais figuras exprimem-se em metros variados ; mas sempre bem e consoante com os seus caracteres e as exigencias do momento. Que mais poderia requerer do illustre traductor uma critica justa e razoavel ?

O Prometheu, de Eschilo, traduzido pelo Barão de Paranapiacaba, viverá nas nossas letras como um monumento de boa e grande poesia e como um modelo de vernaculidade, sem os requintes de um purismo de máo gosto.

ESCHYLO

(Juizô de A. e M. Croiset).

I. A pessoa de Eschylo; seu genio.— II. Suas relações com a epopéia.— Estructura tetralógica.— III. Peças subsistentes.— IV. Invenções de Eschylo. Sua concepção do drama. O sentimento religioso.— V. Continuação das invenções de Eschylo. Desenvolvimento do elemento dramático. Estructura da acção.— VI. Os sentimentos e os caracteres. A liberdade humana. Relações dos personagens entre si.— VII. Lyrismo de Eschylo; sua lingua.— VIII. O que fez Eschylo pela tragedia.

I

A PESSOA DE ESCHYLO ; SEU GENIO.

Pelos fins do seculo VI, depois de Thespis e ao tempo de seus primeiros triumphos, a tragedia, constituida como um genero distincto, havia entrado na litteratura. Era ainda, porém, um genero assaz humilde. Restava desenvolver suas forças occultas, prestar-lhe, pela belleza do espectaculo e pela grandeza dos effeitos dramaticos, a magestade, que lhe faltava, e, ainda mais, communicar-lhe philosophia bastante para tornal-a assumpto, que attrahisse a cogitação. Eis o que fez Eschylo; e isto é de magnitude sufficiente para conquistar-lhe direito ao titulo de pai da tragedia.

Eschylo, filho de Euphorião, nasceu em Eleusis, em 525 ou 524 antes de nossa era; pertencia a uma familia de Eupatridas. De sua vida poucos factos sabemos. Segundo Suidas, tomou elle parte, dos 25 aos 30 annos, em concursos tragicos na 70ª Olympiada (500-497).

Sobrevindo a grande crise nacional das guerras medicas, Eschylo combateu, como *hoplita* em Marathona, unido aos de sua tribu em 490. Elle proprio commemorou em seu epitaphio este facto glorioso. E' provavel que tambem na 2ª guerra medica, em Plateia, Salamina e Artemisium representasse papel distincto. A este respeito só temos testemunhos insulados e pouco seguros. Impossivel é hoje discriminar o que é da historia e da legenda nos actos heroicos, at-

tribuidos a seus irmãos Cynagiros e Amynias. Findas as guerras medicas, parece que se dividiu entre Athenas e Sicilia, para onde o chamava o favor de Hierão, rei de Syracusa. Vencedor, pela vez primeira, conforme reza a chronica de Paros, no concurso de 484, levou á scena, pouco depois de 476, na Sicilia, as *Etrneas*, e em Athenas, e pouco mais tarde, em Syracusa, os *Persas*. Concorreu em 468, com o joven Sophocles, que o venceu, e finalmente exhibiu, em 467, os « Sete », em Athenas e n'esta mesma cidade a *Orestia*, em 458. E' incerta a data da representação das outras suas peças. A vida de Eschylo foi toda consagrada á sua arte. Poeta e actor, passava o melhor de seu tempo a escrever peças, que representava, ou cuja representação dirigia na época dos concursos.

Referindo-nos, de relance, ás causas de seu exilio, que não se apoia em factos averiguados, diremos, que tomou sempre parte nos concursos tragicos de Athenas, alcançando n'elles treze victorias, o que representa, provavelmente, um total de cinquenta peças coroadas. Por seu berço e por seus sentimentos, pertencia á aristocracia e com tristeza devia assistir a certos progressos da democracia; mas a discreção das allusões, contidas na *Orestia* e o successo, que esta tragedia obteve, provam que elle nunca teve conflicto com seus concidadãos. Foi, portanto, livremente e sem constrangimento contra sua patria, que elle voltou á Sicilia, após sua victoria de 458. Morreu em Gela em 457 ou 456.

Retratam-n'o as tradições como alma altiva e imbuida de profundo sentimento religioso. O drama, tal como elle o ideou, é cheio de religião. A imaginação era dom, que n'elle predominava. Poucos poetas primam, como Eschylo, pela riqueza e variedade de imagens e expressões. Aquella imaginação, pouco susceptivel de graça, doçura e delicadeza, volvia-se para a grandeza, pompa e desdobramento poderoso ou terrivel da força. Para auxiliar-a possuia o grande poeta pensamento, ao mesmo tempo vigoroso e subtil; notavel faculdade de raciocinar, de reunir idéas, approximal-as e oppol-as. Era um verdadeiro genio, de organização apta para abraçar os conjuntos, sem perder de vista os promenores. Tomando posse, ainda joven, de um genero litterario, não podia um homem tal deixar de transformat-o. Era capaz dos mais altos planos e, para leval-os a effecto, nenhuma condição essencial lhe faltava.

II

SUAS RELAÇÕES COM A EPOPEIA.— ESTRUCTURA TETRALOGICA.

A comparação dos testemunhos dá lugar á crença de que Eschylo compuzera setenta tragedias e vinte dramas satyricos. Desta obra immensa não restam mais que sete tragedias, um catalogo de titulos e consideravel numero de fragmentos, attribuindo-se-lhe, além disso, elegias e *peans*.

Parece que, á excepção dos *Persas*, os assumptos destas composições dramaticas foram tirados da epopeia. Quando, a grandes linhas, ensaiámos reconstituir pelos titulos as peças perdidas de Eschylo, reformamos, de um jacto, amplissima serie de scenas heroicas, já tratadas por Homero e pelos poetas cyclicos. O grande tragico apanhou, realmente, como elle dizia, com o testamento de Athenas, « as migalhas da mesa de Homero ». Assim procedendo, nada mais fazia do que seguir a tradição, que, por seus successores immediatos, remontava até o dithyrambo. A grandeza de sua obra e sua extensão approximavam-n'a da epopeia. As legendas, de que mais emprestimos tomava, são, em primeiro lugar, as da guerra de Troya, e, em seguida, as de Thebas e Argos, isto é, as mais illustradas pelos cantos epicos. Cumpre, aliás, ter em lembrança que esses dados epicos chegaram a Eschylo, depois de haverem atravessado a poesia lyrica. Poderíamos adivinhar-lhes mui frequentemente a influencia, si melhor conhecessemos as obras dos grandes lyricos dos VII.^o e VI.^o seculos.

Por certo numero de taes peças sabemos que eram grupadas em tetralogias, isto é, reunidas em series, formadas de tres tragedias (trilogia tragica) e d'um drama satyrico. Liga-se a isto um facto curioso, que suggere muitas questões, infelizmente insolúveis. Nos concursos tragicos era regra que cada poeta, concorrente ás grandes Dyonisiacas, levasse á scena uma d'essas series. Manteve-se o mesmo uso durante o seculo V.^o. Nós, porém, não podemos affirmar que elle vigorasse fóra de Athenas, nem como e quando nasceu. Compõem-se, além disso, algumas destas scenas, de peças connexas, isto é, fundadas n'um mesmo dado geral, desenvolvidas por ellas em diversos actos successivos. E' o que se pôde chamar *tetralogia ligada*, em opposição á *tetralogia livre*, formada de peças independentes. Dever-se-ha supôr que todas as peças de Eschylo eram, como algumas vezes se ha supposto e sustentado, sujeitas a este rigoroso modo de agrupamento?

Si os algarismos, acima citados, são exactos, vê-se, antes de tudo, que nem mesmo se prestam á constituição de um numero exacto de tetralogias, sendo, em todo caso, provavel que Eschylo houvesse composto uma dezena de tragedias independentes, quer fossem ellas representadas fóra de Athenas, quer pertencessem á quadra da sua vida, em que o alludido regulamento ainda não existia. Restam muitas peças, certamente grupadas de tres em tres.

Constituiram estes grupos trilogias ligadas? Parece certo que não ; porque, pelo menos, sabemos de um,— o de que fazia parte a tragedia os *Persas*,— que não se presta á combinação d'este genero. E', provavelmente, uma excepção, pois pela maior parte, as peças de Eschylo deveriam ter sido reunidas em grupos, analogos á *Orestia*.

Estamos seguros disto quanto a certo numero d'ellas e temos razão de acreditar-o em relação ás outras, porque, de algum modo, reclamam, por si mesmas, este genero de combinação. Ou seja este uso anterior a Eschylo, ou seja de sua invenção, ou tenha-o elle apenas regularisado e aperfeiçoado,— consideram-n'o como um dos caracteristicos de sua arte. A amplidão da trilogia respondia á grandeza natural de seu pensamento, á fecundidade ordenada de sua imaginação e, tambem, como o veremos, á sua philosophia das cousas divinas e humanas. E mais : dava ella ao poema tragico alguma cousa da magestade da epopeia e, por esse lado, convinha, admiravelmente, á nobre ambição do poeta.

III

PEÇAS SUBSISTENTES.

As sete peças subsistentes são, na ordem chronologica: os *Supplices*, de data incerta; os *Persas*, 472 ; os *Sete Chefes em frente á Thebas*, 467; *Prometheu acorrentado*, pouco posterior á precedente; e, finalmente, *Agammenon*, *Choéphoras*, as *Eumenidas*, constituindo juntamente a *Orestia*, 458. Os *Supplices*, tragedia de estrutura quasi elementar e em que predomina o lyrismo, parece a primeira parte d'uma trilogia perdida, referente á historia legendaria de Argos. Nella representa Eschylo ás filhas de Dánao, fugindo da Lybia e desembarcando em Argos, afim de escaparem ás perseguições de seus primos, filhos do Egypto.

Os *Persas*, unica tragedia historica de Eschylo, estava grupada com duas peças mythologicas independentes. O drama em si está completo. E' imitado, livremente, de Phrynico e tem por objecto o des-

barato de Xerxes. Occupam, ainda, nelle grande parte o lyrismo e a narração. Os *Sete Chefes* são a unica reliquia de uma trilogia thebana, da qual é a ultima parte. Das duas primeiras peças uma intitulava-se *Laïos* e a outra *Edipo*. E' assumpto dos *Sete* a luta fraticida dos dous filhos de *Edipo* pela posse da herança paterna. A acção, posto que em narrativas e descripções, tem movimento, sendo Etéocles, o principal personagem, desenhado em vigoroso relêvo. *Prometheu acorrentado* é tambem reliquia de outra trilogia, que, certamente, não foi reconstituída.

Ahi nos representa Eschylo o Titan Prometheu, bemfeitor da humanidade, cruelmente punido por Zeus de seu amor aos homens. Era seguimento desta peça uma tragedia, hoje perdida, o *Prometheu libertado*, em que Hercules punha fim ao supplicio do infeliz Titan, após tres myriades de seculos. Completava, provavelmente, a trilogia uma terceira peça, igualmente perdida: — *Prometheu, portador do fogo*, representando em scena a instituição do culto de Prometheu na Attica. Tem pouca acção o *Prometheu acorrentado*; a peça, porém, é admiravel pela belleza do espectaculo, pela grandeza da situação e da do principal personagem. Ao contrario das procedentes, parece ter exigido a presença simultanea de tres actores.

E' a *Orestia* a derradeira producção de Eschylo e a que assignala o apogeu de sua arte e de seu genio. Reportam-se ao assassinato de Agammenon as tres peças da trilogia. Na primeira, intitulada *Agamemnon rei de Meccenas*, o rei, voltando de Troya, é assassinado por sua mulher Clytemnestra com a complicitade de Egystho, que a seduzira. Na segunda, *Coéphoras*, cuja acção se passa, dez annos depois, Orestes, filho de Agammenon, depois de haver crescido no exilio, entra incognito em seu palacio; dá-se a conhecer a Electra, sua irmã; e, para cumprir a ordem de Apollo, vinga o pai matando Egystho e Clytemnestra. Na terceira, as *Eumenidas*, sequencia da precedente, Orestes, perseguido pelas Erynnas, e com a protecção de Apollo, foge de Delphos para Athenas. Nesta cidade, é absolvido pelo Areopago, instituido nesta occasião por Athéna e por ella presidido. As Erynnas são apaziguadas por Athéna e tornam-se protectoras da Attica, sob o novo nome de *Eumenidas*.

Exigem estas tres peças tres actos. Iguaes, pelo menos, ás precedentes pela força das idéias e dos sentimentos, excedem-nas pela direcção dramatica.

Eis o que resta de uma serie immensa de producções; pouco, na verdade. Não é, entretanto, impossivel destacar dahi os principaes delineamentos, que caracterisam a arte de Eschylo.

IV

INVENÇÃO DE ESCHYLO.— SUA CONCEPÇÃO DO DRAMA.— O SENTIMENTO RELIGIOSO.

Preocupado, desde suas estréas, de ampliar a tragédia, quiz Eschylo que ella offerecesse, até na encenação, magestosa pompa.

Aperfeiçãoou as mascaras, sem duvida para dar-lhes mais expressão; revestiu os actores de trajes sumptuosos e foi, talvez, o primeiró que lhes ensinou a usar calçados de saltos elevados, para que se lhes avultasse a estatura. Si a pintura decorativa só se desenvolveu (ao que parece) no fim da vida do poeta, ou depois de sua mortê, o que é certo é que a Eschylo deve o theatro a grandiosidade nos espectaculos: Gostava de impressionar os olhos e o espirito. Nos *Supplicantes*, nos *Persas* nos *Sete*, em *Agamemnon*, appareciam reis ou rainhas, entrando faustosamente, ás vezes, em carros, e sempre, ricamente vestidos e com sequito numeroso. No *Prometheu*; a scena figurava massa enorme de rochedos num deserto; desciam as Oceanidas dum carro alado; chegava pelos ares Okeanos montado numa especie de grifo, que o trouxera atravez do espaço; o Titan era suppliciado á vista dos espectadores, que viam desabar a montanha, onde elle estava cravado e desaparecer o protagonista. Tudo isto executado por machinismo simplicissimo, mas produzindo forte impressão sobre um publico, pouco exigente. A apparição das Erynnos, na ultima peça da *Orestia*, suas excursões atravez da orchestra, suas dansas selvagens haviam deixado uma recordação de terrôr, ao qual podia ter-se mesclado, com o andar dos tempos, algo de legendario, mas que, certamente, attesta a vivacidade da primitiva impressão.

E não era vão semelhante espectaculo. Na pompa exterior traduzia-se a grandeza da concepção. Não se contentou Eschylo, como seus predecessores, em vasar dramas em legendas heroicas; quiz que estas legendas fossem outras tantas revelações dos designios dos deuses. Genio meditativo, procurava, instinctivamente, por detraz dos acontecimentos causas mysteriosas.

Seu drama era sempre architectado, sinão de maneira a explicar essas causas, o que equivalia, muitas vezes, a attenual-as, ao menos a gerar o sentimento da presença dellas e a infundir terror. Foi, talvez, esta a sua innovação capital. Não é que houvesse mingua de sentimento religioso em seus predecessores.

Nenhuma fôrma lyrica na Grecia, e menos que outra qualquer, o dithyrambo, era completamente destituida de tal sentimento. Pela força de seu genio, porém, Eschylo reuniu, concentrou e poz em relevo na unidade possante de seus dramas tudo, que andava esparso e como que diffuso.

Cada tragedia, ou cada trilogia, tornou-se a exposição dramatica de um grande destino; e assim concebida, despertou, dahi em diante, tantos pensamentos, quantas emoções.

Não é, segundo alguns com exagero o disseram, que Eschylo fosse, propriamente, philosopho, nem mesmo theologo. Poeta, antes de tudo, e poeta dramatico, percebe sempre sob fôrmas vivas as causas occultas, nunca separando-as de seus effeitos, que são os soffrimentos as humanos, e, de maneira geral, os acontecimentos. Não os realiza em fórmulas abstractas, capazes de unirem-se logicamente, e de produzirem, por seu agrupamento, uma theoria completa do governo do mundo. Não; tem disso apenas a intuição e o sentimento profundo. Nem mesmo busca dissipar-lhes a obscuridade.

Esta obscuridade mysteriosa é, pelo contrario, um dos elementos da visão sobrenatural, que á elle se impõe e á que associa seu publico. Infundir o sentimento, de que para além do que apparece aos olhos, ha cousas longinquas e grandiosas, que não se percebem, immediatamente; que a acção do homeni não tem em si mesmo toda á sua razão de ser, nem toda a sua explicação, obedecendo, sem o saber, a alguma cousa de obscuro e superior, e que, através de suas agitações e illusões, attinge muitas vezes, fins, que não se propoz, — eis o que o tenta, eis o que se lhe afigura a parte superior da obra dramatica.

Que vê elle de certo nesse Além? Um destino cego; uma vontade justa e bemfazeja?

Daria o poeta resposta ségura á esta interrogação? E' verosimil que suas crenças fossem as de seus contemporaneos; — mescla de idéas, nem sempre conciliáveis, superpostas, pouco a pouco, e encerrando, em substancia, a idéia, mais ou menos confusa de uma força cega, de uma necessidade das cousas. E', não emtanto, certo, que essa idéia, actuando-lhe no espirito, fica em segundo plano. Sua manifestação realizou-se, principalmente, por certas leis ineluctaveis, taes como a hereditariedade, a transmissão das máculas, a força das maldições, o papel das Erynnès. E' verdade que em *Prometheu* é o proprio Zeus submettido á uma fatalidade, de que não se póde eximir. E', porém, uma excepção. O que a Eschylo ap'z manifestar no conjuncto é antes, a vontade dos deuses, vontade reflectida, que obedecé a razões e motivos, que sabe o que quer e que, em definitiva, tem o bem por mira. E'

mais uma tendencia, do que uma idéa determinada. Cumpro não exagerar-a, nem desconhecer-a.

Força é dizer, entretanto, que nos problemas deste genero o que importa ao poeta é menos a solução, que o problema em si. Confunde-se o problema com o drama; a solução está além do drama e não entra neste, sinão pelo interesse, que a pesquisa desperta.

V

INVENÇÕES DE ESCHYLO.— DESENVOLVIMENTO DO ELEMENTO DRAMATICO.—
ESTRUTURA DA ACÇÃO.

(Continuação)

Eschylo, pela introdução destas vistas religiosas, havia renovado, substancialmente, a tragedia, reformando-a tambem na estrutura pelo desenvolvimento do elemento dramático. Reduzem-se a duas as innovações; restringiu na acção a parte do côro e introduziu o segundo acto. Resultaram dahi consequencias capitais.

Nos *Supplices*, provavelmente a mais antiga de suas peças subsistentes, desempenha papel de protagonista o côro. E' sua vontade a mola principal da acção; interessam-nos, porém, especialmente seus soffrimentos, seus temores, seus desejos. Em seguida, tomam seus cantos uma amplidão, que reduz, consideravelmente, a parte do dialogo. Estendamol-a um tanto mais pela influencia da imaginação, fazendo assim idéa exacta do que era, antes de Eschylo, a tragedia. Comprender que o côro, personagem collectiva, não podia ter o mesmo valor dramático, que um personagem individual e, em consequencia; limitar seu papel para desenvolver o dos individuos, fôra, na realidade, desprender o drama do lyrismo.

Eis o merito de Eschylo. Parece-nos que, ao tempo do poeta, estava a ponto de realizar-se esta transformação, pela qual passaram todas as outras suas peças restantes. E' certo que ainda nellas tem as partes lyricas não pequena extensão; mas não tanto como dantes. Em nenhuma figura o côro no primeiro plano. Em vez de grupos, são agora personagens desacompanhados, com caracter proprio e dirigindo a acção. E, por força de tudo isto, liga-se nosso interesse a certas almas superiores, victimas do destino.

São ainda pouco numerosos em cada peça estes personagens, verdadeiramente dramaticos. Existem, porém, os sufficientes para darem logar a uma acção animada. Todas as tragedias subsistentes de Eschylo, incluindo Os *Supplices*, exigem dous actores, pelo menos, para que sejam representadas. O *Prometheu acorrentado* e a *Orestia*

exigem tres. Eschylo, pois, introduziu, desde a primeira parte de sua vida, o segundo actor, e, mais tarde, (cerca do anno 468) figura em suas peças o terceiro, que fôra inventado por Sophocles.

O drama de Eschylo volve-se sempre sobre um acontecimento unico e não comporta sinão peripecias elementares e muito pouco numerosas, raros lances theatraes, poucas surpresas ou nenhuma.

Logo ao comego, é exposta a situação dramatica, que annuncia e leva a prever o acontecimento decisivo, por meio de directa e continua progressão. Nada menos complicado e que melhor justifique a qualificação de *tragedia simples*, attribuida por Aristoteles a esta especie do drama. A peça, assim construida é, em parte, cheia por narrativas ou descrições, comportando, pois, um elemento lyrico e outro tragico, de grande importancia. Por vezes, scenas episodicas, accrescentadas ao assumpto principal, trazem-lhe, por assim dizer, novo tributo de narrações. Tal é o episodio de Io em *Prometheu acorrentado*. De outro lado, é incontestavel que desde as mais antigas peças de Eschylo, predomina no conjunto o elemento dramatico accusando-se mais esse predominio nas ultimas tragedias. O que constitue este elemento novo é, em primeiro logar, o dialogo, que põe em scena, com admiravel força, as phases da situação principal e as emoções dos personagens e, em segundo, algumas grandes invenções scenicas, que, por effeitos proprios do theatro, se impoem ao espectador. São, em *Agamemnon*, alternadamente assignalados os momentos principaes da acção. A entrada do rei em seu palacio, pisando em tapetes de purpura, estendidos por Clytemnestra; o delirio de Cassandra; os gritos, que se ouvem atravez da scena; a precipitada apparição da assassina, toda manchada de sangue; a subita vista dos cadaveres: — são factos empolgantes, gerados por uma scena de impressões profundas e pungentes.

Aqui temos effeitos extranhos ao lyrismo e á epopéia, mas que são propriamente de theatro. A *Orestia* está cheia delles e, em nenhuma das anteriores peças deixam de apparecer.

VI

OS SENTIMENTOS E OS CARACTERES.— A LIBERDADE HUMANA.— RELAÇÕES DOS PERSONAGENS ENTRE SI.

Difficilmente se prestam á expansão de mui variados sentimentos os dramas, assim construidos. A psychologia de Eschylo é simples, como a acção de suas peças; mas como esta acção, é forte e impressionadora. Em todas as suas peças, o personagem principal é ani-

mado de uma poderosa e apaixonada vontade, que, desde a entrada, se patenteia. Esta vontade, em geral, raciocina pouco, e não dá lugar á deliberação inteira, traduzida em monólogo, ou em dialogo.

Prende-se ella á propria natureza do personagem, á sua situação, ás suas mais profundas paixões; é o proprio personagem, e por consequencia, necessaria e inflexivel. Tal é a das *Danaides*, de *Etéocles*, de *Prometheu*, de *Clytemnestra*, de *Orestes*. Tem visões de força irresistivel e até, em consequencia de sua tensão e de seu transporte, reveste alguma cousa de sobrehumano. Esta vontade nunca está em luta consigo mesma. Soffrem muitas vezes, por sua resolução, os personagens de Eschylo. Enxergam o perigo, ás difficuldades, o horror dessa resolução; nada disto, porém, leva-os a mudal-a, ou sustal-a. E' mister encarál-os de bem perto, para nelles surprender, excepcionalmente, imperceptivel signal de hesitação. Os motivos, que deveriam leval-os a recuar, servem, em geral, para excital-os, redobrando-lhes as paixões.

São de nullo effeito sobre elles as advertencias, os conselhos. Encaram a sua idéia como uma necessidade intima e é força que a ella obedeçam.

Esta altiva rigidez, este abandono total da alma a uma paixão unica, vedam que os consideremos como caracteres completos. Mas são caracterês, no sentido ideal do termo, pois que cada um delles têm physionomia pessoal. O que é commum a todos é a força e a abundância de sentimento. Por ahi attesta, ainda, o lyrismo sua persistencia nestas grandes figuras dramaticas. Cada uma é personalidade rica de emoções e transportes, de dôres e desejos, que transbordam em discursos e se expandem em preces, em queixumes, em protestos, em declarações soberbas, ou em desafios. Na uniformidade fundamental de sua vida moral ha um poder inexaurivel de renovação.

Qual é, em substancia, a força, que impelle essas figuras? E' a vontade livre? E' uma fatalidade superior, que nellas age e a ellas se substitue? Interrogação é esta, numerosas vezes formulada e diversamente respondida e á que talvez não haja resposta absoluta. Ha personagens, como *Prometheu*, em quem a liberdade apparece tão evidente, que é impossivel desconhecel-a. E' verdade que, ao fim de contas, esta liberdade vai dar, com verosimilhança, a um resultado em harmonia com os decretos dum destino superior. Si quizessemos, porém, examinar as cousas sob este aspecto, iriamos ter á propria definição do livre arbitrio, isto é, a um problema de alta metaphysica, que, certamente, não quiz Eschylo elucidar e de qual nem mesmo deũ fê. Representa o poeta em *Prometheu* o que todos chamam

liberdade moral. Não se deve ir mais longo. Torna-se mais obscura a questão quando se trata de um Xérxes, arremessado á ruína por um espirito de vertigem, que lhe inspiraram os deuses; d'um Etéocles, possuído de certa espécie de delírio, em que se manifesta a maldição paterna e correndo ao fratricídio; duma *Clytemnestra*, cumprindo no filho de Atreu o destino hereditário de sua raça; d'um *Orestes*, armado contra sua mãe por um oráculo formal e excitado ao morticínio por terrores divinos.

São, na realidade, livres todos estes personagens? E' esta a vontade humana, de que o poeta nos mostra o espectáculo, ou não passa de uma apparencia de vontade, dominada por superior poder? Para responder, com verdade, cumprir renunciar á subtilidade e á preocupação de definir a cousa exacta e precisamente, o que era estranho a Eschylo e seus contemporaneos, Simi. Todos estes personagens obedecem, incontestavelmente, a um poder mysterioso, divino, que vai, com segurança, a seus fins, mas sem conflicto e até sem dualismo. Esta vontade superior é conforme á sua vontade, suas idéas e paixões. Não se oppõe á sua personalidade, nem a supprime, deixando-a, pelo contrario, subsistir inteira.

Todos estes personagens, praticando o que o destino ou os deuses determinaram, praticam tambem o que estes querem. Agem, conforme sua natureza, paixões e desejos de momento. Não poderiam proceder differentemente, sem se violentarem. São, portanto, livres na accepção aceita desta palavra; são como nós próprios, bem que cedamos ás leis eternas das cousas. São-n'o pela consciência, que tem de querer certo acto e de querel-o, em razão de seus sentimentos. Si ha neste facto obscuridade, não pertence á tragédia e está na propria substancia da vida e da realidade.

Desde que começaram a figurar muitos personagens na scená grega, a maneira de approximal-os ou contrapól-os, de os fazer valer uns pelos outros, constituiu uma das pátès mais delicadas da arte do poeta tragico. Creando o segundo actor e, multiplicando, assim, os papeis, obrigou-se Eschylo a dar-lhes especial attenção. Ainda neste ponto foi elle quem estabeleceu os principios.

O protagonista, que nos *Supplicants* representa, successivamente, de Dánao e de arauto egypcio; desempenha um papel secundário. Nos *Persas*, porém, Atossa está na primeira classe, e, a partir desse momento, destaca-se claramente a lei da hierarchia dos papeis. Etéocles, nos *Sete*, Prometheu, na tragédia deste nome, *Clytemnestra* em *Agamemnon*, *Orestes* nas *Choéphoras*, nas *Eumenidas*, têm incomparavel superioridade dramatica. Si esta importancia é, mais que todas, de-

vida á intensidade de suas paixões e de seus soffrimentos, procede, tambem, em parte, de suas relações com os personagens, que os cercam. Quasi todos os papeis de segunda e terceira ordem são concebidos e preparados, não só para o serviço da acção, como tambem no interesse do primeiro papel, a fim de esclarecel-o, auxiliá-lo no desenvolvimento e imprimir-lhe valor. Tornou-se isto mais sensível, ao estudarem-se, por exemplo, os papeis do côro e do mensageiro nos *Sete*, os de Hephaistos, de Okeanos, de Io e das Oceanidas em *Prometheu*, os de Electra e do côro nas *Coéphoras*, os da Pythia e de Apollo nas *Eumenidas*. Não que prime Eschylo na sciencia das contraposições, no jogo das approximações delicadas; não. Quando lemos e pensamos em Sophocles, verificamos que o nosso poeta teve de ali desenvolver toda uma arte. E' certo, porém, que Eschylo esboçou, ao menos, tudo isso, mostrando de antemão, por assim dizer, o que poderia ser essa arte.

VII

O LYRISMO DE ESCHYLO.—SUA LINGUAGEM.

Permitta-se-nos acrescentar a estas diversas innovações uma, que não é a menor. Foi Eschylo, segundo o testemunho de Aristophanes (Rans, 1004), quem creou a lingua tragica.

Esta lingua é tambem lyrica, por suas origens e pelos seus caracteres essenciaes. Mais tarde, é nas partes lyricas que ella dobra todas as suas riquezas.

Convém lembrar que estas partes offerecem em Eschylo pompa e amplitude, que depois d'elle, se perderam.

São verdadeiras composições, algumas de grande extensão, em que o poeta combina rythmos e artificios de symetria, formando uma assombrosa architectura de estrophes. Sua lingua é a que melhor se ajusta a estes largos desenvolvimentos. Distinguem-na o britho, a hardideza, a amplidão e a magestade e é rica em palavras compostas, que impressionam o ouvido por sua magnifica sonoridade, assombrando o espirito pela profusão das imagens accumuladas e pela condensação dos pensamentos.

Tão subtil, quanto poderosa, descai em obscura quando tentamos comprehender-lhe as minudencias. Obscura é essa lingua para nós e já o era para os Athenienses. Para o effeito, porém, não é indispensavel a intelligencia completa e precisa della. Este estylo dithyrambico semelha uma decoração, largamente pintada, que precisa ser vista á certa distancia. Cantadas por um côro e susten-

tadas pela melodia, estas estrophes, dum andamento soberbo, onde tudo é grande, doloroso, ou terrivel; onde fulgem pensamentos profundos sob metaphoras empilhadas e esplendidas, que ao entusiasmo pedem novas e maravilhosas expressões, deviam deslumbrar o povo e produzir-lhe no animo um como inebriamento. Ainda hoje, bem que lhe falem o acompanhamento e a melodia musical, e apesar das difficuldades, produzidas pelas alterações do texto, é impossivel ler, sem emoção, certas composições, como o canto de terror das mulheres thebanas nos *Sete*, o *parodos* de *Agamemnon*, o dialogo lyrico de Cassandra e o do côro na mesma peça, o de Orestes e Electra nas *Choëphoras*, das Erynnes perseguindo o parricida nas *Eumenidas*. Nestes fragmentos escapam-nos e embaraçam-nos muitos promenores; mas o effeito do conjuncto é irresistivel.

Admiravel, pois, pelo lyrismo, a lingua de Eschylo é menos appropriada á parte, realmente dramatica da tragedia. Contém uma especie de uniformidade, que pouco se prestaria á representação variada da vida, si o poeta nisso houvesse posto o fito. Já vimos, aliás, que em Eschylo ha lyrismo até no desenvolvimento dos caracteres. Exaltam-se em seus sentimentos as pessoas, e sua lingua parece, justamente, feita para traduzir tal exaltação. As partes de narrações e dialogos assemelham-se, pois, em seus dramas, ás partes cantantes. Si a lingua, todavia, apresenta, ahí os mesmos caracteres essenciaes, é forçoso reconhecer que ella lhes attenúa, sensivelmente, o arroj e o apparato dythirambico. São as mesmas tendencias, posto que mais discretas, mais accommodadas ao uso e ás exigencias da clareza. Ao mesmo tempo que á imaginação se impõe ahí mais reserva, mais fortemente imperam a logica e a ligação das idéias. Si se trata de expôr factos, amolda-se a phrase á marcha das cousas, e a expressão, sem descair de seu brilho, abstem-se de offuscar um povo, que tem necessidade de comprehender. Ha precisão de raciocinar? A dialectica, subtil e forte, desvia as metaphoras, para apresentar, livre de embaraços, os argumentos. E' tudo isto sensivel, especialmente nos dialogos cerrados, em que, alternado, cada verso é uma pergunta ou uma resposta, um rôgo, ou uma recusa, uma provocação ou um retruque. Torna-se, então, a lingua do poeta concisa, nervosa, condensada e já seguramente agil, bem que se resinta ainda de alguma rigidez. Ahí, mais que nunca, mostra elle suas aptidões dramaticas e deixa adivinhar em que sentido devia a lingua ser modificada, para harmonizar-se, completamente, com as necessidades da acção. E' justo, pois, que lhe reservemos aqui seus direitos de propriedade. Concluamos, de modo geral, que sua lingua é mais lyrica, que dramatica.

VIII

O QUE FEZ ESCHYLO PELA TRAGEDIA.

Em resumo: Foi Eschylo quem despiu á tragedia as fchas da infancia, constituindo um genero litterario, ao qual, de então em diante, nenhum podia exceder, nem talvez igualar. Deu-lhe sua estructura definitiva, pelo menos quanto aos delineamentos necessarios, e, o que é mais, exalçou-a pela imaginação, pelo sentimento, pelo pensamento, pelo estylo, á uma altura, nem siquer suspeitada por seus antecessores. Graças á elle, já na primeira metade do seculo V, era a tragedia uma completa obra d'arte, porque reúne á belleza do espectaculo a simplicidade e a força da concepção, á pujança do pathetico, a grandeza do sentimento e das idéias e o interesse superior dos problemas, relativos ao destino. Estes diversos meritos não estão, aliás, apenas approximados e juxtapostos nellas e sim como unidos e condensados, e, graças á concentração, exigida no drama, adquirem nelle um poder novo, em virtude do auxilio, que, mutuamente, seprestam. Resulta dahi alguma cousa de absolutamente novo, um genero, em que parecem confundir-se, no que tem de melhor, todos os generos, já conhecidos, impondo-se desse modo, soberanamente, á multidão. Este imperio do drama, que é o grande feito litterario do seculo V, foi Eschylo quem o instituiu.

A tragedia, tal qual elle a formou, admiravel por simples, nada mais teria a ganhar em grandeza e magestade; podia, sim, progredir em verdade psychologica, em variedade de sentimentos e idéias, em flexibilidade, em movimento, em habilidade na arte das peripecias e das surpresas. Tornal-a, de um lado, mais semelhante á vida real, e de outro, augmentar-lhe o effeito pathetico, dirigindo-lhe, mais intelligentemente, a acção, tal era a dupla tarefa, que se offerecia aos successores de Eschylo. E foi essa tarefa que Sophocles e Euripides desempenharam.

ESCHYLO

(Juízo de Paul de Saint-Victor)

- I. Apparição de Eschylo.— Jorra-lhe das fontes bacchicas a inspiração.— E' accusado de ter divulgado os Mystérios.— Seu exilio.— Eschylo na Sicilia.
- II. Eschylo transforma e renova o theatro. Character archaico de seu genero.— Estylo monumental de suas tragedias.— A religião de Eschylo.— Sua linguagem e suas imagens.
- III. Ruinas e destruição de sua obra.

Coube á Tragedia grêga, como a todas as cidades do mundo antigo, a gloria de haver tido por fundador um heróe. Com o genio, recebeu Eschylo do céu a valentia; poz em pratica o que cantou. Em sua frente as palmas tragicas enlaçam-se ao sangrento loureiro. Houvera, si o quizesse, quando, á testa de seus córos, dansava no theatro, ferido a lyra com a espada, como os antigos Curetas batiam com o montante no escudo.

Nascêra Eschylo em Eleusis, na área das duas grandes Deusas, no coração de seu culto e de seus Mystérios. E' certo, apesar de algumas denegações, pouco dignas de fé, que elle foi iniciado naquella *sancta sanctorum* da antiguidade. Nas *Rans*, de Aristophanes, ao entrar em lucta com Euripides, pronuncia o poeta este verso, cujo accentto sacramental não pôde illudir: « O' Demeter! Tu que nutriste minha alma, torna-me digno de teus Mystérios.»

Na ausencia de outras testemunhas, as virtuosas doutrinas, de que estão envolvidos todos os seus poemas, attestariam sua iniciação. Mostra-nos um fresco de Giotto a Dante, tendo na mão uma flôr de romã, — symbolo dos filiados á Cabala; Eschylo apparece-nos, igualmente, com o cesto ou açafate dos iniciados de Eleusis. Seu pai — Euphorião, dum antigo tronco de Eupatridas, autochtones do sólo, filhos da oliveira e da cigarra, fôra discipulo de Pithagoras. Euphorião alimentava, certamente, o filho com a medulla das lições do mestre. Dessa escola, quasi monastica, dessa philosophia, que era theologia, ficou-lhe um signal austero. Sobre a frente de Eschylo ha como que uma tonsura de ordem religiosa.

O irmão de Demeter foi tambem, por excellencia, « um homem de Baccho, » que assim eram chamados os poetas do theatro. Contava

uma legenda que, em certo dia, guardando, como a sulamita do *Cantico*, um cerrado de vinha, visitara-o Dyonisos e lhe insuflara seu espirito.

Mais tarde, veio o Deus dictar-lhe em sonhos as tragedias. Mettem-n'o á bulha Atheneu e Plutarcho, por andar habitualmente o poeta muito cheio de seu Deus. Dizem elles que Eschylo bebia, para excitar o genio e que o vinho era o oleo deste fogo sagrado. Não nos escandalisam estas libações do autor de *Promethen*.

O vinho tem uma alma quando se acredita que nelle fermenta a força divina; esta alma é que elle bebia, esta alma é que lhe inflamava o espirito. Os vapores da taça eram para Eschylo o que para a Pythia os fumos da tripode delphica. Seja como fôr, o certo é que o entusiasmo dionysiaco foi uma das grandes inspirações do genio de Eschylo. Ha não menos de nove tragedias bacchicas na nomenclatura de suas obras, sem contar os dramas satyricos. Pereceram todas; e o puro espirito, o fomiculo religioso e inebriante das orgias sagradas evaporou-se com ellas. As *Bacchantes*, de Euripedes, aliás admiraveis em alto gráo, só nos dão o restolho destas prodigiosas vindimas. Pelos fragmentos conservados pôde-se julgar de sua magnificencia e de seu furor. Estes fundos de amphoras quebradas exhalam um perfume, de violencia tal, que ainda embriagam. Esplendido, qual uma purpura, deflue o vinho sobre estes retalhos de estrophes descosidas, como sobre a veste rôta e enlameada das Ménadas.

«E' a divina Cottys», exclamava elle nas suas *Edonias*, — é seu cortejo, armado de instrumentos de tempestade. Um, com o bombyx na mão, inflamma-o em seus dedos e delle arranca a nota frenetica, a nota, que accende as coleras; o outro aturde-se com o vibrante bronze dos cymbalos. Resalta o hymno, o formidavel *Alálá*, semelhante á voz cavernosa do touro; mugido surdo, e, no emtanto, mais terrivel; ruge, após, o tambor, como o estrugir do trovão subterraneo! . . . Os muros são presas de loucura e os tectos de embriaguez!» Diz elle algures:

«O espelho do corpo é o pello do aço e o d'alma é o vinho.»

Nasceu e cresceu Eschylo na idade heroica de Athenas, — auroa sanguinolenta da liberdade desta republica. Era da geração dos grandes e dos fortes, do escol dos Marathonomacos, — antonomasia, com que foram honrados pelos Athenienses, de Pericles. Menino, elle vira, talvez, o lampejo do gladio de Harmodio, a surdir do «myrtho verdejante».

Contava trinta e cinco annos em Marathona, donde trouxe uma gloriosa ferida. Dez annos decorridos, militou em Plateia e Salamina. Elle pelejou todas as grandes pelejas. Raça heroica entre todas. Seu irmão, Cynegiro, é o homem que, aferrando-se, na abordagem, á prôa de uma galera persa, e deixando que lhe cortassem os dous braços, a machadadas, ferrou alli os dentes, que, só forçado pela degollação, despregou. Seu outro irmão, Amynias, lançou em Salamina, a primeira harpoagem á frota dos Persas e matou-lhe o navarcha, mettendo a pique o navio.

Nos tempos homericos, houvera o mytho transfigurado esta familia épica em grupos de outros tanto semi-deuses.

Antes de combater em Marathona, já Eschylo luctára na scena, onde vencera o velho Pratinas.

Entre as duas guerras e até sua morte, o theatro, onde foi cincoenta e duas vezes coroadado, absorveu-lhe a vida. Desta soberba existencia não restaram sinão alguns vestigios, desaparecidos com o desmoroamento de sua obra. Subsistem, ainda, memorias de perseguições e calumnias, — a face fruste de uma estatua lapidada. Foi Eschylo accusado de impiedade, porque revelara aos profanos os ritos dos Mystérios, falta grave, delicto capital. Juravam segredo os iniciados e toda a revelação era punida de morte.

Aligura-se, com effeito, por um verso do poeta, que elle corre uma cortina sagrada e murmura, baixinho, palavras ineffaveis. O pensamento de Eschylo, porém, igualava em elevação e profundeza os dogmas e arcanos de Eleusis, e com elles se confundia.

Elle encontra ahí, sem duvida, amalgama de sublimidades e não divulgação sacrilega. Com as raias da scena encruzavam-se os clarões do templo e como que lhe emprestavam sua chamma. Diz-nos Eliano que o poeta, ante o Areopago, seria condemnado, sem appellação, nem aggravo, si Amynias, seu assistente, rasgando-lhe a tunica, não houvesse mostrado aos juizes o braço mutilado do guerreiro de Plateia e Marathona. Outra versão. O povo, excitado por um lance da tragedia de Sisypho, que lhe pareceu formulado por um deus, invadiu a scena, e teria, como á Orphéu, trucidado Eschylo, si este não se houvesse abraçado ao altar de Baccho. O genio scandalisa, voluntariamente, a turba; sua alta religião offusca as superstições inferiores. O proprio Dante, parente afastado de Eschylo, foi denunciado como heresiarcha aos inquisidores de Florença e accusado de sacrilegio, porque, meditando, certo dia, na capella de S. João e, vendo uma criança a afogar-se no Baptisterio, quebrou a tampá da Pia, para salva-la.

Lembra-se o poeta desta aventura no circulo nono do *Inferno* ante as cryptas dos Simoniacos, onde se digna desculpar-se do acto.

« Vi na borda e no funil a pedra livida, cheia de furos, todos da mesma largura e cada um delles redondo. Não pareciam elles menos amplos, nem maiores que os do meu bello S. João, para servirem de fontes baptismaes.— Quebrei um delles (não ha ainda muitos annos), porque vi um menino a afogar-se alli. E seja isto occasião para todo o homem de se desenganar. »

Não é esta a unica parecença de Eschylo com Dante. Ambos, no declinio da vida e em plena irradiação de sua gloria, tomaram o caminho do exilio.

Foi voluntario, ou forçado o exilio de Eschylo? Hesitam e contradizem-se os textos. A este terrivel poeta estava ligado o terror. Suas representações eram, ás vezes, tragedias verdadeiras;—catastrophes na scena e catastrophes no recinto. No dia da representação da *Orestia*, com a appareição das Eumenidas a desencadearem serpentes e a sacudirem tochas, morreram crianças e abortaram mulheres, de medo. E nem se recusa credito á esta historia, si se levam em linha de conta os primeiros effeitos do drama sobre a mais impressionavel raça, que haja existido. « Os Rhapsodes, dizia Platão, raro, recitavam Homero, sem entrarem em convulsões. » Noutra occasião teve Eschylo caído em cima de si todo um theatro. O velho circo de madeira, que ainda então, constituia a scena de Athenas, desmoronou-se com suas bancadas, cheias de povo, quando se representava uma das trilogias do poeta.

Tomou-se o accidente por um castigo dos deuses offendidos e um escholiasta attribue a esse desastro a partida de Eschylo. Dizem outros que elle se resentiu, como de grave injuria, da victoria do joven Sophocles, que alcançou o premio, em concurso com elle. Nada ha que extranhar neste ciúme. Comprehenle-se, á retirada da arena, o olhar torvo lançado pelo velho athleta sobre o ephebo, que lhe descoroava a fronte calva e seu franzir dos sobr'olhos sobre seus louros depreciados.

A derrota devia-lhe ter sido tanto mais amarga, quanto Eschylo teve nesse dia, por acaso, como juizes os dez generaes de Marathona, julgando-se assim-elle, que permanecera militar, exauctorado pelas mãos de seus antigos superiores. Não via Eschylo em face, apenas um joven concorrente; via uma arte nova, a tomar-lhe a dianteira; uma arte, menos grande e menos forte, é verdade, mas de maior attracção e flexibilidade. Sob esta porção temperada elle presentiu, de certo, uma decadencia e um decrescimento na redução harmoniosa. Proviu o afrouxamento das cordas de bronze e o amollecimento

do nervo heroico. Com o mesmo olhar arrogante e moroso attentaria Miguel Angelo nos primeiros frescos de Raphael. Eschylo, no entanto, aceitou o desafio. Entre as mãos de seu rival havia-se a tragedia desvencilhado dos laços do lyrismo, adaptando-se aos movimentos e variedades da vida. E bambeado estava o nó dramatico. Aceitou o poeta este novo terreno. Moveu-se o gigante em tres passos, como os deuses da Illiada: percorreu esta scena ampliada e engrandeceu-a de baixo de si. Dous mil annos hão decorrido e a *Orestia* e, ainda, o mais terrivel dos dramas.

Após a *Orestia*, deixa Eschylo Athenas e refugia-se na Sicilia. Fôra para alli chamado de Hierão, um desses reis de Syracusa, que poderiam ser tomados como precusores dos principes Italianos do *Renascimento*.

Na Italia, do sexto seculo, houve monstros letrados e bandidos, *dilettanti*. Tal humanista coroado, que, de manhã encommendava um fresco e recebia de um philosopho byzantino explicações sobre Homero, assassinava, á noite, os inimigos, ou servia-lhes uma ceia, adubada do *cantarella*. Assim, Hierão, bem que tyranno, cruel e rapace, era um protector magnifico das musas, acolhendo em sua côrte os poetas, que elle chamava de todos os pontos da Hellada. Era Pindaro seu tangedor de lyra. Cantou este poeta nas *Olympicas* o homem, que empunha o sceptro da justiça na Sicilia, de grandes rebanhos, « celebrou sua mesa hospitaleira, vibrando de doces melodias... » Hierão cumulou Eschylo de presentes e honras. O velho poeta não morou, porém, em palacio, reconhecendo, por certo, como o Dante » muito dura a subida da escada dos patrões. « Eschylo retirou-se para Gela, ao pé do Etna. Compraz-se o espirito n'esta grande imagem: » Eschylo hospede do vulcão e vizinho de Encelado. » O *Etna* foi o titulo de seu ultimo drama; outro sonho, que fere a imaginação. Leva isto a pensar no projecto realizado do esculptor de Alexandre, modelando certa montanha em colosso, a carregar na mão direita uma cidade e pondo a esquerda em concha a despejar um rio na planicie.

Eschylo morreu aos sessenta e nove annos. Gravaram-lhe no tumulo o epitaphio, que para si escreveu e onde o poeta desmaia ante o guerreiro. Quiz elle que sua memoria repercutisse, não em um hymno tragico, e sim n'um retintim de armas agitadas.— « Sob esta pedra jaz Eschylo, filho de Euphorião. Nascido em Athenas, morreu nos ferteis campos de Gela. Que digam si elle foi valente o bosque tão famoso, o bosque de Maráthona e o Média, de cabelleira fluctuante. Elles o viram ! »

II

Com toda a justiça os antigos deram a Eschylo o grande nome de « Pai da tragedia ». Sublimidade e genio á parte, equivale á uma creação o que aquelle genero litterario trouxe de novo. Transformou corpo e alma, espirito e materia. Tirou o theatro das materias esparsas, ajuntadas por seus antecessores e reconstruiu-o sobre um plano, modificado, mas não destruido, posteriormente. Foi elle quem introduziu na scena o segundo actor, progressso supremo, de que dimanaram todos os outros.

O dialogo data d'este segundo personagem, collocado em face do primeiro; pois o falar e replicar a um côro impessoal e confuso, era conversar com um éco.

No interlocutor, que lhe apparece, encontra o heróe um apoio, ou uma resistencia; não é, sómente, narrador; age também. E' sua palavra lançada para um fim visivel; sua paixão dirige-se a um ente vivo, em vez de abraçar no vacuo uma sombra, evocada pelo encanto da narração. Transbordava o côro nos diffusos dramas de Chérilos e de Phrynicos. Cavou-lhe Eschylo um leito e limitou-lhe a margem, impondo fluxos e refluxos á suas ondas lyricas. Cessaram as dansas e as canções de submergir as palavras, e dominou-as com sua superior dignidade; o Espirito pairou sobre este mar. E' verdade que o papel do côro parece, ainda, desmedido em suas tragedias. São visiveis os esforços do poeta para desembaraçar seu drama do dithyrambo primitivo. Fica n'elle preso por algum lado, por mais que lucte para o desvencilho. Afigura-se-me ver Milão, de Crotona, estorcendo-se sob o apertão do carvalho, que lhe estala nos braços rebellados. Reduzir, porém, a função, quasi lithurgica, d'aquelle clero theatral era já grande audacia. A arte grega, para conquista de sua maravilhosa liberdade, teve de lutar, por muito tempo, contra o archaismo e a trilha de seus Sabios. O Egypto tinha em si uma escola. Sua alma, tão agil e tão viva, sua Psyche atada, sahio de uma chrysalida de ritos e regras, tão espessa, qual mumia de Memphis. E' sabida a historia do pesado bastão de censor, levantado por Solon sobre Thespis, culpado de haver mostrado as feições ao povo. Os magistrados de Esparta mandaram prégar a um muro, como a pelourinho, a lyra, que Therpandro enriquecera de uma quarta corda. Em era posterior, havendo-lhe Timotheo accrescentado as duas fibras moveis, um dos Ephoros, de faca em punho, perguntou-lhe de que lado preferia que a mutilasse.

Deveu a tragedia a Eschylo seusapparelhos e suas pompas. Machinista e guarda-roupa, director de scenario e mestre de dansas, foi Eschylo, ao mesmo tempo, seu poeta e seu architecto, seu pensador e seu operario. Foi elle quem ornou a scena de templos, tendas, altares, tumulos, e que inventou as machinas, que produzem prestigio e illusões. O encantador não evocava nas palavras magicas a pessoa dos deuses, sômente: evocava tambem seu cortejo e apparato, seus carros aereos e seus hippogryphos, suas descidas á terra e suas ascensões ao céo. Aos ouropéis sarapintados dos primeiros tablados substituiu vestuarios, tão ricos e magestosos, que os hierophantes dos Mystérios e os portadores das tochas sagradas os adoptaram. Alteou o cothurno, de modo a tornalo socco móvedigo, dando ao actor estatura esculptural. Ampliou e alindou a pantomima e o jogo dos córos, formando grupos patheticos, dignos de serem fundidos pelo marmore da Estatuaría. E dis-o se lisongear o poeta deste modo nas *Rans*, de Aristophanes..., «Vistes os Phrygios, vindos á casa de Achilles, com Priamo, para resgatarem o cadaver de Heitor? Lembrai-vos quantas diversas figuras elles representaram.»

Antes d'elle, eram inanimadas e informes as mascaras. Influíu para que fossem modeladas e pintadas, conforme os typos consagrados, maiores e mais accentuadas, que o natural, com essas bocas escancaradas e esses olhos cavernosos, essas feições salientes, essas cabelleiras escadeadas e em aneis, que emprestavam á cada personagem a effigie de uma cabeça sobrehumana. Junto aos chumaços, que ampliavam os membros, ás enormes luvas, que engrossavam as mãos, esta mascara monumental convertia o actor n'um espectro pavoroso. Ainda mesmo recompondo a immensa perspectiva do theatro attico, custa ao gosto moderno o comprehender, na maioria daquelles dramas, esta gigante figuração, que excedia as dimensões da vida. Os heróes proporcionados de Sophocles, os personagens, em tudo humanos, de Euripedes não apparecem representados por gigantes mascarados, calçados de pedestaes e com faces immoveis e marmoreas. Esta encenação titanica, porém, applicada ás tragedias de Eschylo, parece sua medida exacta, sua forma normal. Sua terrivel idealidade é a propria forma dos personagens.

Tudo, com effeito, é desmesurado em Eschylo;— a scena, as figuras, as paixões, as catastrophes, a linguagem. Não é só extraordinario no génio; mas sim unico em sua raça e em seu meio. Elle ultrapassa as proporções da natureza hellenica. As excavações recentes dos geologos deram grande descoberta; exhumaram do sólo da Attica, em estado fossil, immenso ossuario de animaes-gigantes. Em

nenhuma outra parte foram encontrados, em tanta abundancia, os *grandia ossa* dos Faunos primitivos.

Esta pura e sabia Attica era, na epocha terciaria, a região das enormidades. Indomável vegetação inundava, então, suas paizagens, onde se entrecassachavam oliveiras e loureiros-rosas. O Hymetto e o Pentelicon, que depois de receberem nome, não podem nutrir sinão alguns enxames de abelhas, custeavam hordas de monstros. O *Denotherium* e o *Mastodonte*, o *Rhinoceron*te bicornes, o *Javalý*, do Erymantho, obstruíam as selvagens charnecas, onde, mais tarde, surgiu o Parthenon.

Os *Hyppariões*, de pés digitados, galopavam, aos bandos, nas paizagens, que deviam bater em cadencia, sob a ligeira equitação dos ephebos nos cavallos de corrida dos Panatheneus. Eschylo parece antes ter sido o contemporaneo d'essa zona excessiva, do que da terra exquisita, que a substituiu. Sonham-se em torno de suas tragédias os seres e as fórmulas da natureza gigante.

No meio dos poetas da Grecia ergue-se Eschylo como um colosso entre estatuas. E' antigo na propria antiguidade, sacerdotal em meio de um povo leigo. Contemporaneo de Sophocles, Eschylo parece menos seu primogenito, que seu antepassado. Seu theatro é para o do poeta da *Antigone* o que é para o Parthenon uma pyramide do Egypto. E' de vinte e sete annos a differença de idade de um e outro e o horizonte de um seculo parece estender-se entre os dous. E', com effeito, de um seculo este intervallo.

Athenas vai depressa. Fadada a morrer joven, como Achilles, tem «pés ligeiros,» rapido impulso. A liça, que outros povos percorrem em seculos, a joven geração, que veio de Salamina, transpõe-n'a, de um salto. Deste novo tronco despêga-se, como velha casca, toda a rudeza primitiva; revestem pelle nova seus costumes, suas artes, e até sua religião. Quebra os esboços de suas origens e refunde em outros moldes todas as fórmulas da vida publica e privada. Declinam da antiga fereza seus deuses; abrandam-se seus marmores; apuram-se suas leis, esclarece-se e aperfeiçoa-se sua lingua. Sobre sua civilisação rejuvenesceita circula, qual sorriso, um raio de belleza; uma linha de elegancia percorre-a e amega-a, em todo o sentido. Cobre-se de flôres a oliveira rugosa.

No meio d'esta harmonia e d'esta claridade, só Eschylo permanece sombrio, rudimentar, e de sobrolhos carregados. Imaginai um estatuário de Egina, talhando, esperamento, divindades archaicas na frisa de um templo, de que Phidias esculpe o frontão:— é a imagem do velho Eschylo, concorrendo com o joven Sophocles nas grandes Dionisiacas. Parecia Zeus haver dito, como o Jehovah biblico ao

propheta: « *Tibi dabo frontem duriores frontibus eorum* ». « Dar-te-hei uma frente mais dura, que a d'ellos. » A legenda de sua morte tem, pelo menos, a verdade de um symbolo.

Coire que, errando o poeta, certo dia, por um monte da Sicilia, se assentára ao sol. Nesse momento, uma aguia, que trazia nas garras grande tartaruga, tomou por uma rocha a cabeça calva do poeta e, largando em cima della a presa, espedaçou-lhe o craneo em esquirolas.

Não estava muito longe da verdade esta aguia. Si as phases do espirito humano fossem classificadas como os periodos geologicos da terra, na idade de pedra é que se deveria collocar o genio de Eschylo. Apesar de sua arte admiravel e de sua profunda renovação interior, sua tragedia é, por assim dizer, de ordem cyclopica.

Pompeia ella, como em Mycenae o « Thesouro de Atreu », construido de enormes penedos, justapostos sem cimento. Vastos, como epopéias, erguem-se os themas: são assedios de cidades, migrações de raças, cataclysmos de povos e supplicios de gigantes vencidos.

Talha-os o poeta em angulos rectos sobre planos rigidos. A variedade das situações, a animação da scena, o desenvolvimento dos caracteres, as surpresas do interesse, a complicação das peripecias, ficam para elle, voluntariamente, desconhecidas. A acção de seus dramas, salvo na *Orestia*, reduz-se ao afastamento ou accrescimento da catastrophe, nellas contida.

Entre a exposição e o desenlace susta-se todo o movimento. Dir-se-hão grandes baixos-relievos, expostos sobre a mesma superficie, sem outras gradações, sinão as da sombra e da luz.

Ora illuminados pela esperanza, ora ensombrados pela angustia, nem por isso ficam menos immoveis os seus grupos. Bem que o houvesse poderosamente desatravancado, ainda está o seu theatro obstruido pelos destroços da velha arte. Accumulam-se as narrações epicas nos intervallos do dialogo. Interrompidos, a cada instante, os personagens pelo canto dos côros, parecem lutar e interpellar-se á borda do mar. Seu papel não passa, ás vezes, de um clamor, indefinidamente prolongado. « O vento dos hymnos lugubres, como elle diz algures, envolve-os em seu turbilhão. »

As lamentações dos *Supplicantes* — vibram com a monotonia dum longo psalmo de luto. Xerxes só apparece nos « *Persas* » para gritar com o côro e guiar a orchestra de seus gemidos. Seus heroes exprimem um sentimento immutavel. Sua attitude violenta e grandiosa como que está sellada á um pedestal.

Ha uma simplificação de perfil no decisivo desenho dessas figuras solemnes, imperturbavelmente inclinadas á uma idéa fixa. Dava-lhes,

por vezes, o poeta o silencio por eloquencia. Continha o vestuario do theatro antigo certa mascara, de dentes cerrados e labios crespos, destinada ao actor mudo da peça. Servia-se, muita vez, Eschylo desta mascara. Gostava elle dos silenciosos e taciturnos.—Prometheu está calado, enquanto a Força manda fical-o ao rochedo. Em duas das suas tragedias perdidas, Achilles só exprimia por feroz mutismo a dôr pela morte de Patroclo.

Niobe, a « incubadora dos Tumulos, (*) para empregar a expressão do poeta, permanecia assentada sobre o sepulcro de seus filhos, envolta em um véo, que a cobria dos pés á cabeça. Cariatide das dôres do drama, ella, sem um suspiro, carregava-lhes o peso.

Esta tragedia, no entanto, de estylo lapidar, meio tirada da massa duma arte esboçada, é tão viva, como o mais livre dos dramas. Anima-lhe as massiças fôrmas empolgante enthusiasmo, exalçando-a ao auge do pathetico e do pavoroso. São as pedras de Amphião, movidas pela lyra, agitando-se, abalando-se, erguendo-se e construindo, por si mesmas, a cidade, onde se apinha um povo. O genio do poeta é de tão pujante ardor, que penetra de seu fogo e fulgor os pesados envoltorios a carregarem sobre elle. Estas acções formidaveis, por nenhum incidente desviados de seu recto declive, torvelinham sobre o espirito com o caminhar de um tufão. Accumula-se a borrasca; estruge; rebenta. Esta logica de raio é tambem a das fabulas de Eschylo. Seu dialogo desce, de um véo, das altas regiões do lyrismo ao terreno do combate. Então a apostrophe rebate a réplica, o desafio apára a ameaça, a resolução, vara de lado a lado a supplica.

Desvela-se a mão do guerreiro nestes duélos de palavras, brandindo espadas, cujas guardas empunha.

As narrações obstruem-lhe os dramas, onde se prolongam os contrafortes da epopéia; tal trecho dos *Persas*, e dos *Sete Chefes*, semelha uma abreviação de canto da *Illiada*. O tom, porém, dessas narrações é de tão precisa energia, de tão ardente vehemencia, de relevo tão forte e tão impressionador, que equivale á acção exhibida. O passado torna-se presente; aproxima-se da actualidade o facto remoto; a batalha invade a scena; as palavras fazem-se homens e corseis, ondas e poesia, armas e navios; até o sepulchro restitue seus mortos.— Os *Evocadores* era o titulo de uma das tragedias desaparecidas de Eschylo. Deviam ter este nome todos os seus Mensageiros e todos os seus Arautos. Seu

(*) Acho de máo gosto a antonomasia, vulgar e mesmo chocarreira a idéia. E' degradante a comparação para a filha de Tantaló, figura severa, que nos apparece atravez do nevoeiro do mytho, como o symbolo sublime da dôr materna.

côro mesmo é tão unânime, que parece concentrado num ser unico. Voz dos deuses, ou voz do povo, sai duma turba, que só tem uma bocca e uma alma. Grupo feito homem, e com razão que os personagens o atuam e que elle fala na primeira pessoa do verbo, como uma só mulher ou um só velho.

O que dá, além disso, á tragedia de Eschylo assombrosa physionomia é o character de sua religião, mais profunda e mais mysteriosa, que a de seu tempo. Ia, evidentemente, o velho poeta hebel-a em fontes extravasantes, ou quasi exauridas. Elle sabia o que os outros ignoravam, ou haviam esquecido. Só elle, entre seus contemporaneos, parece que reteve o sentido naturalista dos velhos mythos. Sob o Helleno reaparece nelle o Aryano. Crêr-se-hia que fizera parte das migrações primitivas, descidas dos planaltos da alta Asia para as margens do mar Egeu.

Descortinam seus dramas, para além dos plainos luminosos dos seculos classicos, uma Grecia obscura, anti-historica, semi-oriental. Elles transportam-nos ás cidades remotas, em que as Divindades vedicas, mais tarde abolidas pela mythologia de Homero, reinavam, sempre desfiguradas, mas vivas, sobre povoados semi-selvagens. Nessas éras só existiam em estado bruto os deuses jovens, bellos e eloquentes, que povoam os poemas e as esculpturas hellenicis. Haviã os Pelasgos condensado, sem modelal-os, os phenomenos physicos, adorados por seus pais sob appellações transparentes.

A mão do artista, a palavra do poeta ainda não haviam desbastado estes numes esboçados. Mesclava-se nelles o vago do mytho physico, á monstruosidade do *fetiché*. Zeus, antes de condensar-se na grandiosa figura do rei do Olympo, errava nas borrascas da atmosphera, figurado, apenas, por um idolo de tres olhos. Arés, antes de forjado em sua esplendida armadura sob a bigorna da epopeia, nada mais era que um velho gladio, roído da ferrugem e ao qual davam a beber sangue, aos filetes. Nascia Démeter com cabeça de cavallo, erçada de serpentes, trazendo um golphinho na mão direita e uma pomba na esquerda. Em sua origem, Aphrodita dormia, como presa de encanto, em uma pedra quadrada, aguardando a encantação do aëda e o cinzel do estatuario. Artemisa, menoscabada sob a fórma de ursa, vagava, selvagem, pelas mattas, onde devia reaparecer em sua belleza esvelta, de crescente na fronte e arco na mão.

Figuravam Hera, em Argos, por uma columna e em Samos, por uma taboa. Antes que Hermes se houvesse tornado o typo perfeito do ephebo, representavam-no sob grosseira imagem ityphallica, Dous madeiros, ligados por uma travessa, symbolisavam, em Esparta, o par gêmeo dos

Dióscoros. Por baixo desta materia de divindades infôrmes pesavam, como para impedil-as de abrolhar, Potencias cegas, immemoriaes, entorpecidas, a meio immergidas na confusão dos elementos e na sombra das cousas.

Eram o Chãos e a Noite, Gaïa, a Terra de amplo seio, Ouranos, o espaço constellado, Chronos, o Papão divino, que devorava os filhos; e em uma profundidade, ainda mais longiqua, *Moira*, a Parca suprema, o ineluctavel Destino.

Depressa, repudiou a Grecia estes tenebrosos antepassados de seu Olympo; eram repugnantes a seu genio progressivo e livre o fetichismo e a inercia. Vinda apenas ao mundo da historia, ella transformou e rejuvenesceu os velhos deuses, refazendo-os á sua imagem e dotando-os de alma. Teriam os gigantes idolos do Oriente obstruido seu delicado territorio, recortado tão artisticamente, que pôde ser comparado á uma folha de amoreira, lançada sobre as vagas.

Para povoar-lhe as graciosas montanhas, os exquisitos valles, os bosques pouco espessos, os rios exiguos, os estreitos, que uma borboleta transpõe e as mil onseadas de suas praias, onde, ao insinuar-se nellas, se cinzela o mar, eram-lhe precisas myriades de divindades brandas, plasticas, maleaveis, desiguaes em estatura e dignidade; mas nunca excedendo o ideal da altura do homem. Entre as esculturas, gravadas no escudo de Achilles, descripto por Hesiofo, figuram » homens marchando, conduzidos por Arés e Athena, ambos em oiro, vestidos de oiro, bellos e grandes, como convém a deuses, porque os homens eram mais pequenos. Os idolos antigos, de que procediam os deuses novos, foram como quê arrojados nas aguas dormentes do Lethes. Longo silencio pairou sobre elles; nem mais se falou destes repulsados fantasmas. Esquece-os Homero; Pindaro afasta-se delles; Sophocles mal os tem em lembrança. A nuvem, que os trouxe, tornou-os a levar consigo, esvaecendo-se no horizonte da Asia.

Só, no meio das gerações novas, guarda Eschylo o respeito e a afeição aos deuses abolidos. Parece até preferil-os aos novos, porque estão mais perto das forças primarias e porque a magestade das cousas eternas transparece melhor atravéz de sua obscuridade. São sempre suas divindades soberanas Ouranos e Gaïa, o Céu e a Terra, os « dous grandes companheiros da viagem », os « dous Pais do mundo », dos hymnos aryanos.

O velho Okeanos, submergido por Poseidon (Neptuno) levanta acima das ondas, no *Prometheu*, sua face primordial. Eschylo venera e admira os Gigantes, os Titans, os Hecatonychires, de com braços, todos estes reveis das nuvens e dos volcões, que sob seu aspecto cósmico

apparecem em acção nos contos vedicos. Pugna por elles, contra os deuses de fresca data, por sentir-se algum tanto da mesma raça; ergue, como um guante de guerra, seu roche lo tombado. Como se vê do texto das tragedias perdidas, é um fliado ao culto dos Cabiros e dos Curetás, dos Dactylos e dos Telchinos, estes velhos Genios metallurgicos, mineiros e ferreiros subterraneos, que correspondem aos Gnomos da legenda germanica. Em tudo e sempre a religião de Eschylo parece dirigir-se ás potencias occultas, que governam o universo, sem lhe apparecerem. Adora, para além da abobada dos sanctuarios. A propria maneira, com que elle concebe os deuses de seu tempo, dissipa-lhes a figura e lhes destróe a liga humana.

Despedaça, com ardidez, o véo corporeo de sua primeira essencia e mostra-os, como em seu nascimento, indivisiveis dos elementos, que elles personificam.—«O céu puro, dizia Aphrodita nas *Danaïdes*, gosta de penetrar a Terra e o Amor toma-a por esposa. A chuva, a cair do céu regenerador, feunla a Terra; ella gera, então, para os mortaes o pascigo das alimarias e o grão de Demeter.» Lança em outro logar este grito, que dissolve o Olympo, esculpido por Phidias e lhe dispersa no infinito o corpo e a alma, o raio e o sceptro, a barba pluviosa e a coma radiante. «Zeus é o ar, Zeus é o céu, Zeus, é a terra, Zeus é quanto pôde haver por cima de tudo. «Em certo côro da *Orestia*, o deus, que ahí se invoca, parece convidado a escolher elle mesmo seu nome, do qual não está seguro o poeta. » Zeus! — quem quer que tu sejas, é sob este nome, si elle te agrada, que te imploro: »

Este largo e livre espirito concilia-se em Eschylo com a mais alta e fervente piedade. Repretem-lhe, dolorosamente, n'alma as innumeraveis contradicções do polytheismo. As luctas dos deuses desthronados e dos reinantes, suas vinganças e seus castigos arbitrarios, o livre alvêdrio, opprimido pela tyrannia do destino, os assassínios, ordenados pelos oraculos e punidos por decretos igualmente divinos, as dynastias e familias votadas á hereditariedade do flagicio; — todos estes formidaveis enigmas dilaceram, evidentemente, seu pensamento. Si essa angustia, porém, lhe consterna o intellecto, não lhe abate a consciencia. Toda a sua obra accusa cuidado da verdade. Procura o verdadeiro Deus na turba das divindades illusorias, uma providencia na desordem apparente dos cousas, a lei sob a fatalidade, a justiça atravez dos taliões barbaros.

Si o poeta não explica estes inexplicaveis problemas, destaca, ao menos, delles uma fé invencivel na equidade final, que rege os destinos do homem e a ordem do mundo. Em seus dramas acrysolase e aperfeiçoa-se, de continuo, a idéa divina. Que progresso das impressões

ções de *Prometheu* aos hymnos de *Orestia* ! O verdugo Tonante do Caucaso paira sobre a casa dos Atridas em uma radiação de tutelar omnipotencia.

« Tudo hei pesado e, a meus olhos, não há outro sinão Zeus para aligeirar ao homem o fardo das grandes inquietações. Quem canta a Zeus um hymno de esperanza verá realizado seu voto. E' elle quem guia o homem nos caminhos da sabedoria. Elle foi quem dictou esta lei :— a sciencia á custa da dôr. Até durante o somno, chove em torno de nossos corações a lembrança amarga dos males e, mesmo a pezar nosso, nos chega a sabedoria, presente do Deus assentado nas alturas veneráveis. »

Desta fé profunda rebenta a virtuosa seiva, que em Eschylo circula por toda a parte,— sua chamma moral, seu zelo da justiça, seu ardente odio da iniquidade. Dahi tambem, seu culto especial ás divindades ultrizes e seus incessantes appellos aos braços dellas, erguidos contra os perversos. Volteja-lhe em torno aos dramas um vôo de deusas sinistras, com o olho á espreita, com o ouvido á escuta. Até, Adrasteia, as Erynnes, as Imprecações, numa das mãos a espada e noutra o ar-chote, gyram na scena em ronda nocturna.

O estylo de Eschylo é extraordinario, qual seu genio; estruge como procella e precipita-se como torrente. Seus contornos gregos são atormentados pela hyperbole asiatica. Offuscava-se Sôumaise de encentral-o encrustado de hebraismos, e o sabedor via, ao justo, a sem razão do pedante. Ha concordancia entre a Biblia e Eschylo. Tem, por vezes, este Atheniense a voz de um psalmista ou de um propheta de Israel. São as mesmas ellipses enigmaticas, as mesmas alterações symmetricas, a mesma aspereza de tom e de accentto; o mesmo rorear de lagrimas, as mesmas explosões de anathema. A lingua de Eschylo não tem o desenvolvimento oratorio, que toma em Sophocles e Euripedes. Ella não desdobra o pensamento e sim dardeja em versos subitaneos e rapidos, insolados como as flechas, que o sagitario tira, uma a uma, do carcaz. Dir-se-ha o arco de Dgvid, distendido pela mão de Apollo. Eschylo tem palavras chimericas, talhadas de um só golpe, de que é parodia a *phlattothrattophlattotrat* de Aristophanes. Nada comparavel a seus cantos lyricos nos arroubos de impulso, na solta audacia dos torneios e dos rythmos e na expansão das imagens. Seus epithetos deslumbram, suas exclamações lembram os gritos das orgias bacchicas. Os versos de seus dithyrambos parecem, ás vezes, executar, cheios de embriaguez, uma sagrada mimica em torno da idéia. A Grecia, tal como elle nol-a mostra, apparece illuminada e desfigurada pelos lampejos do Apocalypse. Suas metaphoras, de menos belleza que enfermidade, são prodigiosas. Qualifica a poeira « irmã degene-

rada sequiosa, da lama», ou, « mensageira muda do exercito»; o fumo, irmão cambiante do fogo. « A aguia, que devora Prometheu, é » o cão alado de Zeus. « O mar é » a madrastra dos navios. Vê-o « todo florido de cadáveres » depois do naufragio dos Gregos, que regressam de Troia. Da ponte, por Xerxes lançada sobre o estreito, fórma um jugo para o pescoço do rei persa. O côro dos *Supplices* brada ao arauto egypcio, que, ao desembarcar em Argos, o insulta : O ultrageladra na praia. Bebeste a onda amarga e arremessastel-a á minha face, tu, que assim me falas ! Contando Dánao a suas filhas que os Argianos lhes hão votado a hospitalidade, dizem que « o ar se eriçara das dextas alçadas por todo o povo. »

Accusa Tydeu a Amphiarau de fingir de « cão rojante, á noite » Ao côro das virgens, que lhe supplica não combata contra o irmão, responde Etéocles : « Estou amolado; tuas palavras não me embotarão. » O ferro alhures, encarna-se e anima-se, tornando-se « o emigrado da Scythia, duro repartidor de heranças, que atira aos guerreiros os dados da terra. »

Detonava este trovão poetico na atmospher atheniense. Sem deixar de admirar-o, ousou d'elle zombar Aristophanes. Deve este facto ser o interprete do gosto attico, quando, pondo Eschylo em luta com Euripedes, descreve as palavras empoladas, que sua bocca escancarada arroja, bastas e apinhadas, sem freio, nem medida, seus periodos empenachados, altos quaes montanhas, suas palavras equestres de on leante martinete e seus versos, ligados, como os barrotes da armação de um navio. A admiração, resalta atravez desta estupefacta zombaria. Direis que é o Satyro do baixo relêvo, que mede com esgares aterrados o artelho de Polyphemo adormecido.

O violento genio de Eschylo enternece-se, ás vezes; desenruga-se-lhe a aspereza e nessas occasiões distilla mel, como o leão Sansonico. Raros sorrisos roçam-lhe a bocca, contrahida pelo *rixtus* tragico; mas esses sorrisos são divinos. Bem como Dante, Eschylo é mestre da graça e da colera. O que devemos dizer é que, como todos os poetas de sua estatura, Eschylo está acima do gosto e das regras. Ha obscuridade em seus pensamentos, como ha nuvens nos pincaros. Ha tambem a emphase da tempestade e o hirsuto do leão. As toezas e os covados da rhetorica mingnam, até o ridiculo, quando se applicam a taes genios. Sejam como elles são, ou não sejam.

Compuzera Eschylo noventa tragedias. Dellas só restam sete. É o mais espantoso naufragio poetico da antiguidade. Neste grande desastre desapareceu, com os thesouros do genio, massa enorme de mythos, tradições, legendas, remontando, para além de Hesiodo, e

Homero, ás origens do pensamento grego. Esvaeceu-se um mundo sob o fumo de alguns manuscritos, destruidos pelo fogo. No segundo livro de seu poema, mostra Virgilio á Enéas, entre as ardentes trevas de Illion desmoronada, as figuras formidaveis das divindades, que presidem á sua destruição. « Apparent dira facies, inimicaque Trojae Numina magna Deum... »

Da mesma sorte, vislumbra-se, confusamente, nas chammas, que devoraram as obras de Eschylo, fabulas terriveis, dramas inauditos, grupos tragicos de trilogias, enlaçados, como o de *Laocoonte*, em uma só cadeia de dôres: *Niobe*, a *Licurgia*, *Pentheu*, as *Sacerdotisas*, a *Ethiopida*, os *Eypcios*, *Memnon*, o *Resgate de Heitor*, *Prometheu portador do fogo* e *Prometheu libertado*. Alli phantasmas comicos riem.... com um riso enorme, quaes mascaras, de que foram retiradas as caras. Seus dramas satyricos, inteiramente aniquilados são : *Sisypho transfuga*, o *Leão*, *Circe*, *Glauco marinho*, os *Roedores de oiro*, as *Preparadoras de leitões*. Estas tragedias e comedias mortas erram e volteiam em estado espectral nos escriptos da baixa epoca, evocadas pela citação de um escholiasta ou de um grammatico. Umás, de-pojadas de toda a fôrma, nada mais conservaram que seu titulo, semelhantes á estas cabeças vãs de mortos, de que fala Ulysses, na Olysséia. Sobrevivem outras em sublimes delineamentos; dir-se-hiam dardos quebrados, que ainda sibilam. Da maior parte só ficaram estrophes esparsas, phrases inacabadas, ou insignificantes, recordando esses sons confusos, destituídos de memoria e quasi de sentido, trocados pelas sombras, á margem do Lethos. Nada tão lugubre, como essas ruínas da obra de Eschylo, imagens em farrapos, idéas fendidas, crateras, vazias de paixões extinctas, interrogações de dialogos truncados, que ficam, eternamente, sem resposta, invocações a clamarem no deserto de um texto apagado.—Tal passagem, de ora avante inintelligivel, dá visos de um friso raspado. Tal verso gigante levanta-se sobre o lugar duma trilogia, — columna de templo derrocado. — Ha espaços deixados em branco nos angulos de velhos *mappas mundi*, do seculo XV, que tem gravada, entre suas linhas indecisas esta legenda : *Hi sunt Leones*. Com pequena variante podia-se escrever por cima da lista dessas tragedias perdidas de Eschylo : — « Houve aqui Leões. »

Com esses destroços, entretanto, pôde-se reconstituir o genio de Eschylo, como pelos vestigijs restantes se recompõe a estrutura dos entes anti-diluvianos. Restam-nos dessa ruína de obras primas sete dramas. São elles ainda hoje os sete Chefes do theatro grego.

PROMETHEU ACORRENTADO ¹

A Força ² e Vulcano ³

(KRATOS E HEPHAISTOS).

A. Violencia (Bia) é personagem muda.

A FORÇA

Chegámos do mundo ao termo,
Ao mais longiquo recesso.
Da Terra Seythica; ⁴ um ermo,
A humanos pés inacesso.

Vulcano ! E' tempo ! Executa
Ordens, que o Pai ⁵ quiz impôr.
No teu penedra abrupta
Prêga este audaz malfetor. ⁶

Em forte, indomavel trama
De llares adamantinos ⁷
Intrínca-o bem ; pois a chamma,
Exclusiva dos Divinos,

O fogo, ⁸ teu dote e orgulho,
Que tanto ás artes serviu,
Tirando-o ao céo, por esbulho,
C'os homens o dividiu.

D'esse peccado ⁹ hoje o fere
A pena, afim de aprender
Qual convém que elle venere
De Jupiter o poder ;

Sendo força renuncie
A sua philanthropia,
E nunca mais auxilie
A creatura de um dia.

VULCANO

Força e Violencia! cumpridas
Prescripções, que o Pai dictou,
De estorvo algum sois tolhidas; ¹⁰
Vossa incumbencia findou;

E a mim fallece coragem
De nesta algente quebrada ¹¹
A um Deus ¹² de minha linhagem
Prender em teia cerrada.

Mas dura Necessidade
A ousal-o obrigar-me vai;
Que é de summa gravidade
Desleixar ordens do Pai.

A ti, filho altipensante ¹³
De Themis, ¹⁴ justa e sensata,
Por enleio flagellante
De nós, que ninguem desata,

Neste vão, sem treita humana,
Muito a meu e teu pesar, ¹⁵
Por injuncção soberana
Vou, em seguida, cravar.

Não verás humano rosto,
Nem voz mortal ouvirás;
Ao queimôr do sol exposto,
A flôr da tez perderás.

A noite, que, sempre ancioso
Estarás por ver surgir,
Ha-de o dia luminoso
No véo de estrellas sumir; ¹⁶

Crastino sol, novamente,
Dissipar ha de a neblina,
E enxugar, ao raio ardente,
A geada matutina;

Sem que cesse de pungir-te
Da angustia o acúleo profundo;
Que ninguem, a redimir-te, ¹⁷
Surgiu ainda no mundo.

Pagaste aos homens tributo
De affectos em profusão;
E estás vendo qual o fructo
De tanta dedicação.

Nume,— os Numes affrontaste;—
Pois da terra aos moradores,
Sem reserva, prodigaste
Harto quinhão de favores.

Has-de, pois, n'estes algares,
Como guarda¹⁸ persistir,
Sem os joelhos dobrares,¹⁹
Firme, de pé, sem dormir.²⁰

Quando a expansão dos tormentos
Te irromper dos penetraes,
Serão vãos os teus lamentos;
Inuteis serão teus ais.

Coração rigido e fero
Tem dos Numes o Regente.
De natureza, é severo,
Todo o tyranno recente.²¹

A FORÇA

Sei. Mãos á obra! Que esperas??
Vamos! Acção instantanea!
Debalde te commiseras;
Tua emoção é frustranea.

Não execras este Nume,
Odioso aos celestiaes,
Que teu patrimonio,— o lume,
(Traidor!) ha dado aos mortaes?

VULCANO

Podem sangue e convivencia
Muito.

A FORÇA

Sim. Não é peor
Tardar a Jove obediencia?
Póde haver falta maior?

VULCANO

Oh! sempre dureza e audacia!

A FORÇA

Nada pôdes delle em pró.
E' vão e sem efficacia;
Não lhe é remedio esse dó.

VULCANO (*olhando para as cadeias*),

D' arte minha ó fructo horrendo!

A FORÇA

Por quê tal odio? Bofé!
De tudo, que estamos vendo,
Tua arte causa não é.

VULCANO

Houvesse a outrem cabido
Este cruel ministerio!

A FORÇA

Aos Immortaes concedido
Tudo foi, menos o imperio. ²²
Só Jove é livre. ²³

VULCANO

Negal-o
Não ha, nem pôr contradictas.

A FORÇA

Tracta, pois, de vincular-o,
Antes do Pai vêr que hesitas.

VULCANO

Vê as algemas!

A FORÇA

Arrocha
Seus pulsos ; vibrando o malho,
Crava-lhe as mãos nessa rocha.

VULCANO

Sim. E não foi vão trabalho. ²¹

A FORÇA

Mais forte ! Estreita-lhe os braços
No mais comprimido arrocho,
Estica todos os laços ;
Nenhum nó deixes a frouxo.

Podem ser por elle achadas
(Tão habil é) ! soluções,
Ainda em desesperadas,
Perdidas situações. ²⁵

VULCANO

Com irrompíveis cadeias
Este braço preso tem.

A FORÇA

Nas mesmas solidas peias
Prende-lhe o outro também.

— Sophista d'alta sciencia, — ²⁶
Ensine-lhe este flagello
Que é de tarda intelligencia,
Si com Jove em parallelo.

VULCANO

Ninguém, que em razão se firme,
Póde increpar-me as acções.
Este póde dirigir-me,
(Mais ninguém,) exprobrações,

A FORÇA

Dessa cunha d'ão o cóрте,
— Fundo, — embebe-lhe no peito.
Vara-o com golpe bem forte;
Não lhe amortecas o effeito. ²⁷

VULCANO

Prometheu ! Gemo contigo !

A FORÇA

Outra vez ! E' máo deplôres
Quem é de Jove inimigo !
Oxalá por ti não chores !

VULCANO

Oh ! que espectáculo infando
E' este !

A FORÇA

O que a lei condemna
Estou a ver, expiando
De seu crime a justa pena.

Peitoraes ²⁸ põe-lhe ás axillas.

VULCANO

Sei. E' fatal ! Jove a mim
Deu ordens. Devo cumpril-as.
Não instes comigo assim. ²⁹

A FORÇA

Hei-de instar, e á teu esforço
Bradar, ³⁰ pois vejo que afrouxas.
Desce-lhe agora do dôrso
E em aneis lhe adstringe as côxas, ³¹

VULCANO

Está feito e lésto.

A FORÇA

Aperta,
Rebatendo-os nos fuzis,
Os cravos. Em tudo, alerta,
Ha fiscal de olhos subtis. ³²

VULCANO

Qual teu rosto, é fera e audace
Tua lingua.

A FORÇA

Mostra fraqueza ;
Mas não me lances em face
Minha inflexivel rudeza.

VULCANO

Vamos, que o cinge uma rêde.

A FORÇA (*apostrophando a Prometheu*).

Desadóra ! Furta o egregio
Fogo e aos homens leva, adrêde,
Nos Numes o privilegio ! ³³

Os ephemerous nem podem
Prestar-te o auxilio commum.
Neste lance não te acodem,
Pois seu valor é nenhum.

Os Immortaes ³⁴ accordaram
Em chamar-te Prometheu. ³⁵
Falso nome te applicaram,
Que não quadra ao genio teu ;

Pois precisas nesse transe
Que de um Prometheu te valhas,
Cujo sabio esforço alcance
Libertar-te d'essas malhas. ³⁶

(*Saem Vulcano, a Força e a Violencia*).

PROMETHEU ³⁷

O'Ether divinal ; ó ventos d'aza prompta ;
 O'fontes fluviaes ; risos do mar, ³⁸ sem conta ;
 O' Terra ³⁹ genetriz, de cujo seio ingente
 Tudo brota ; do sol ó disco omnividente ! ⁴⁰
 Ouvi-me a invocação ! Eu peço que vejais
 Quantas dôres impoem a um Nume os Immortaes.
 Vêde em que regiões, em vinculos tão sevos,
 Condemnam-me a penar, por longa serie de évos ! ⁴¹
 Para mim ideiou o Chefe dos Ditosos ⁴²
 Este apparelho vil de ferros vergonhosos.
 Ai ! Choro o mal presente e o mal em perspectiva
 Suspiro pelo fim desta pena afflictiva. ⁴³
 Que digo ? Vejo, claro, e com olhar seguro
 Quanto encerram de occulto as dobras do futuro !
 Ai ! Não ha para mim successo inopinado !
 Não se foge ao Destino. ⁴⁴ E, pois, do melhor grado,
 Eu devo submeter-me á sorte irreparavel, ⁴⁵
 Porque Necessidade é força inexpugnavel.
 Não quizera falar deste injusto supplicio ;
 Mas como calarei, si um grande beneficio
 Tendo feito aos mortaes, em paga, ao jugo oppresso
 Estou deste martyrio, intérmio, indefesso ! ⁴⁶
 Em férula guardei do fogo a fonte occulta. ⁴⁷
 O fogo mestre foi das artes, e resulta
 Delle para os mortaes mór commodo e proveito.
 Por isso é que me vejo á tanta dôr sujeito,
 A' mercê da intemperie, em toda a acção tolhido,
 Fazendo expiação do crime commettido.
 Ai ! ai ! Que sons escuto e que vago perfume
 Se evola e sobe aqui ! ? ⁴⁸ E', por ventura, um Nume ?
 E' mortal ? ou, talvez, é mixta creatura, ⁴⁹
 Que vem presenciar esta rude tortura
 E quer, de perto, vêr meu hórrido castigo ? ⁵⁰
 Vêde : Um Deus infeliz, de quem Jove é inimigo,
 Que os Numes tem hostis, e hostil quanto frequenta
 De Jupiter a régia. E tudo porque alenta
 Muito amor aos mortaes ! Ai ! Proximos já soam
 Os ruidos, que ouvi. São passaros, que voam.
 Os ares, ao bater de azas, que se equilibram ⁵¹
 Em remigio subtil, harmoniosos vibram. ⁵²
 Mofna condição ; infausta sorte a minha !
 Infunde-me pavor quanto a mim se avizinha !

O CORO DAS OCEANIDAS

STROPHE I

Socega ! O bando aligero,
Que do alto aqui desceu,
Inteiro te é sympathico
E amigo, Prometheu.

Mal á vontade explicita
Do Pai venia extorquida.
Portíamos qual mais célere
Seria na partida.

O pavoroso estrepito
Dessas correntes d'aço
Das grutas oceanicas
Foi restrugir no espaço.

De parte pondo estímulos
Do pejo ; não calçadas, ⁵³
Ao voador vehiculo
Subimos, apressadas.

Pelas do ethereo páramo
Plagas de azul, serenas.
Trouxe-nos brando zephyro
Sobre froixel de pennas.

PROMETHEU

Vós, que nascidas sois de Thetis, a fecunda,
Tendo por genitor o Oceano, ⁵⁴ que circunda ⁵⁵
A Terra com seu fluxo insomne, inextinguível,
Contemplai-me ; ⁵⁶ eis-me aqui ! Preso em rêde infrangível,
No vão d' hispida fraga, unido á penedia,
Constrangem-me a occupar o posto de vigia.

O CORO DAS OCEANIDAS

ANTISTROPHE II

Vêmos, sentindo, subito, ⁵⁷
Das palpebras á flôr,
Prenhe de ternas lagrimas
Vir nevoa de terror ;

Porque teu corpo, em vinculos .
 Torpes, á rocha preso,
 Vai definhando, tábido,
 De tanta angustia ao peso.

Pilotos ha novissimos ⁵⁸
 No céu ! Legisla injusto
 Jove e extinguiu, tyrannico,
 Quanto era, outr'ora, augusto. ⁵⁹

PROMETHEU

Antes da Terra ao fundo, ao Orco, onde têm pouso
 Mortos, ou na amplidão do Tartaro ⁶⁰ trevoso,
 Pelo braço de Jove eu fosse arremessado,
 De indesataveis nós no encerro emmaranhado !
 Nesse caso, — ninguém, ou Nume, ou ser diverso, —
 Jubilára, ao me ver em dissabor submerso.
 Heje ; suspenso aqui, — ludibrio aos soltos ventos ; —
 Vejo ⁶¹ Deuses hostis folgar c'os meus tormentos.

O CORO DAS OCEANIDAS

STROPHE II

Qual tem, dentre os Celicolas,
 Tão duro coração,
 Que, ao ver-te em tanta lastima,
 Não sinta compaixão ?

Só Jove. ⁶² Sempre rabido,
 Em nada quer ceder,
 E á toda a Olympia génes;
 Impõe o seu poder.

Declinará da colera
 Quando a vingança estanque,
 Ou alguém, de assalto, ⁶³ o imperio,
 Arduo a roubar, lhe arranque

PROMETHEU

Máo grado aos que me impoz, grillhões vituperosos,
 Precisaré de mim o Rei dos Venturosos, ⁶⁴
 Para, um dia, sustal-o em seu recente plano,
 Que o deve derribar do solio soberano.
 Então não haverá blandicia, que me torça ;
 Não me hão de intimidar ameaça, nem força ;
 Só falarei, ao ter os vinculos partidos
 E após satisfação de ultrajes recebidos. ⁶⁵

O CORO DAS OCEANIDAS

ANTISTROPHE II

Sempre altivez ! No cumulo
Da angustia, em nada cedez !
Falas, bem solto e impavido,
E as expressões não medes !

Por teu destino incognito
Toma-nos o terror.
Quando no porto, incolume, ⁶⁶
Verás o termo á dor ?

Jove, Saturnia sobole,
E' rispido, inflexivel ;
Seu animo recondito
Foi sempre incompreensivel. ⁶⁷

PROMETHEU

Bem sei que Jove é duro, e, em lugar da justiça,
Seu alvedrio põe ; ⁶⁸ mas um dia, submissa
A vontade ha de ter e mostrará brandura,
Quando por esse modo ⁶⁹ o fira a desventura.
Nesse dia, depondo a furia pertinaz,
Virá soldar commigo a desejada paz.

O CORO DAS OCEANIDAS

Revela tudo. Dize-nos
Quanto te succedeu ;
Em que alto maleficio
Jupiter te colheu,

Que com iguaes opprobrios,
Acerbos, te angustia. ⁷⁰
Fala ⁷¹ alto, salvo o incommodo
De expôr tanta agonia. ⁷²

PROMETHEU

Si dôe de casos taes fazer a narrativa,
Calal-os tambem pèza. Ingrata alternativa !
Quando, a primeira vez, os Deuses insurgidos
Foram pela Discordia em facções divididos,
Uns tentavam privar Saturno do poder,
E a Jove, filho seu, do céo ao throno erguer,
Os que partido infenso a Jupiter seguiam
Confiar-lhe do Olympo o mando não queriam,

Eu, de alvitre melhor, não pude dos Titanes,
 —Prole de Terra e Céu—, vencer planos inanos.
 Surdos á deducção de claros argumentos,
 Avessos á doçura, altivos, violentos, ⁷³
 Intentaram lograr, á força, por sorpresa.
 Sua injustificada e temeraria empresa.
 Que vezes minha mãe, Themis excelsa —a Terra,
 Que varios nomes tem e uma só forma encerra, — ⁷⁴
 Do porvir descerrando os véos caliginosos,
 Predissera que só por meios ardilosos
 Caberia aos Titans a palma da victoria!
 Recusaram ouvir-me a justa suasoria,
 Tenazes, insistindo em seu louco projecto,
 Sem me olharem, sequer, e com desdém completo.
 Julguei que era melhor, naquella conjunctura,
 De minha mãe ao lado, ⁷⁵ ir de Jove em procura.
 (Pois de prestar-lhe auxilio era chegado o ensejo.)
 E então realizar o d'elle e o meu desejo.
 Por mim, Saturno antigo e aquelles, que o seguiram,
 Na funda escuridão do Tartaro immergiram.
 Para remunerar serviços desta monta
 Dos Numes deu-me o Rei deste castigo a affronta!
 Por achaque usual, recusa a tyrannia
 De amigos a afeição e nelles não confia. ⁷⁶
 Inqueris da razão por que elle assim me opprime
 De contumelia tanta. Eu vou dizel-o. Ouvi-me.
 Quando posse tomou e assente foi no solio,
 De que arredara o Pai, por odioso espolio,
 Depois que cada qual dos Numes quinhôou
 Com honras e mercês, o Estado organisou.
 Mas da raça, á quem dera o terreal dominio,
 Cabedal nenhum fe. ⁷⁷ Quiz votal-a a exterminio,
 E outra nova crear. Nem um Deus combatia
 A idéa subversiva. Eu tive essa ousadia;
 E os mortaes preservei de serem arrojados
 Do Averno á escuridão, por Jove fulminados.
 Por isso, agora, estou (aspecto miserando!)
 De incomportavel dôr sob a pressão penando.
 Immensa compaixão votei á humanidade,
 Sem obter para mim a minima piedade!
 Quanto a Jove, que leva um Nume a tal opprobrio,
 O estado, em que me põe, de aviltamento cobre-o.

O CORO DAS OCEANIDAS

Terá nativa tempera
 De ferro, ou pedra rija, ⁷⁸
 Quem teu castigo insolito
 Contemple e não se afflija!

Tão misero espectáculo
Pudessemos não vêr !
E hoje, que o vemos, punge-nos
De vivo desprazer !⁷⁹

PROMETHEU

Para os amigos sou, tão fraco e miseravel.
Vivo painel de dôr, á vista intoleravel.

O CORO DAS OCEANIDAS

Tendo da terra aos incolas
Tanto favorecido.
Certo, outros beneficios
Lhes tens distribuido.

PROMETHEU

Livreis-os do terror, que infunde a hora da morte.

O CORO DAS OCEANIDAS

Que remedio serviu de cura á mal tão forte ?⁸⁰

PROMETHEU

Dei á cega esperanza entre elles moradia.⁸¹

O CORO DAS OCEANIDAS

Foi, na verdade, um dom de maxima valia !

PROMETHEU

E do fogo, por fim, tambem lhes fiz presente.⁸²

O CORO DAS OCEANIDAS

Pois que? Na posse estão do fogo resplendente?

PROMETHEU

E por meio do fogo, hão feito esses inventos
De artes, misteres mil, fecundos em proventos.⁸³

O CORO DAS OCEANIDAS

E, por crimes iguaes Jove te supplicia,
Sem que, de modo algum, te abrande essa agonia?
E um termo á tua dôr assignalou, siquer?

PROMETHEU

Nenhum. Tem de durar emquanto lhe aprouver.

O CORO DAS OCEANIDAS

E ha de aprazer-lhe? Dize-nos
Como abrandal-o esperas!
No teu erro gravissimo,
Acaso, não ponderas?

Por nossa parte pêza-nos
Dizer-te que has errado,
E não te causa jubilo
Ouvil-o, de teu lado. ⁸⁴

Deixemos estas praticas.
Trata de excogitar
O como essas artisticas
Malhas espedaçar.

PROMETHEU

Facil, quem o pé tem fóra da desventura
Afflige o que padece e inflige-lhe censura, ⁸⁵
Nada disto ignorei; de tudo consciente,
Resolvi delinquir; tornei-me delinquente.
Não nego; acinte o fiz. Servindo a humana raça,
Contava provocar os golpes da desgraça.
Nunca julguei, porém, que purgaria o crime
Ligado á este alcantil, que o corpo me dirime,
Adstricto á solidão deste monte intractavel.
Oh! Não me lastimeis a sorte miseravel!
E' melhor que descais a mim nesta fragura
E, de perto, escuteis a minha dôr futura.
Piedosas ouvi; cercai de sympathia
A victima infeliz, que geme na agonia.
Anda solto o Infortunio; errante se desgarrar,
E num tal vagueiar naquelle e neste esbarra, ⁸⁶

O CORO DAS OCEANIDAS

Falas ás que, por habito,
Te acodem, sempre, á voz...⁸⁷
Descemos já do aerio
Carro, com pé veloz.

O ether — que é dos passaros
Dominio — atravessando,
Eis-nos em baixo, o aspero,
Fragoso chão pisando.

Promptas, em vôo rapido,
Cuidamos de servir-te.
Queremos todo o multiplo
Duro soffrer ouvir-te.

(Apparece o Oceano, montado em um dragão alado).

OCEANO.

Eis-me aqui, Prometheu, após vencido
Longo percurso. Chego, conduzido
Neste alado, que a só vontade ⁸⁸ minha,
Pelos ares, sem redeas, encaminha.
Leva-me o parentesco a lastimar-te.
Mas do sangue as prisões pondo de parte,
A ti, mais que a ninguém, tenho amizade.
Sabes que sempre dei culto á verdade.
Guardo á lisonja minha lingua extranha.
Dessa tortura, de afflicção tamanha,
De que modo o rigor posso lenir-te?
Dize. E não possa alguém, um dia, ouvir-te
Que mais firme que Oceano amigo houveste.⁸⁹

PROMETHEU

Que vejo! E's tu? Tu mesmo aqui vieste,
A ser espectador de minhas maguas!⁹⁰
Abandonaste as correntias aguas
Do nome teu, a gruta primitiva,
Que a natureza abriu na rocha viva,
Pela terra do ferro?⁹¹ Testemunha
Mera vens ser da dôr, que me acabrunha,
Ou, compassivo, lastimar-me? Vê-me:
Que espectáculo!⁹² Assim Jupiter promo
O amigo, que com elle accorde em tudo,
Lhe foi, para reinar, mão forte e escudó.

OCEANO

Vendo estou, Prometheu. Tens mente arguta.⁹³
 Assás. No entanto, um bom conselho escuta:
 Conhece-te. E' tomar novos costumes;
 Pois também novô rei preside aos Numes.
 Vibras exprobrações da lingua fera,
 Que si Jove as ouvir na erguida esphera,⁹⁴
 Irado, te imporá tão graves penas,
 Que as actuaes serão brinquedo, apenas.
 Oh desgraçado! Expelle o que no fundo
 Do coração fermentas de iracundo.
 Vê como achar livrança de sas malhas.
 Crês que te digo estultas antigualhas!⁹⁵
 Falo assim, Prometheu, porque contemplo
 Em ti da lingua sôta o triste exemplo.
 Não te humildas; não cedes ás desgraças,
 E outras queres juntar ás que, hoje, passas!
 Dá que eu te guie e contra o mal precate.
 Não batas com o pé contra o acicate.⁹⁶
 Reina um monarcha, duro e refractario
 A contas do poder discricionario.⁹⁷
 Não fales tão procaz; quêda-te inerte.
 Teu indulto a impetrar corro, solerte.
 Sabio demais,⁹⁸ não vês que á intemperante
 Lingua se impõe estímulo aviltante?⁹⁹

PROMETHEU

Aceita embora meus, pois tendo ousado
 Ter parte em minha dêr,¹⁰⁰ foste poupado
 E immune estás. Não quero te incommodes,
 Por mim a interceder.¹⁰¹ Levar não pódes
 A Jove persuasão. Toma contigo
 Tento! Espia em redor. Que algum perigo
 Por minha causa não te venha. Evita
 Possa custar-te caro esta visita.¹⁰²

OCEANO

Não segues os conselhos, tão sensatos,¹⁰³
 Que dás. A prova tenho-a nos teus actos.
 Não falo em vão; livrar-te é meu empenho.
 Não cedo á reflexão, não me detenho.
 Lisonjeio-me, sim, de obter, em breve,
 Que Jove desta pena te releve.

PROMETHEU

Sou-te grato e o serei, constantemente.
 Não podes, mais energico e fervente,
 De util me seres revelar o almejo.
 Baldarias teus esforços. Antevejo,
 Seguro, que será de nullo effeito
 Quanto queiras tentar em meu proveito. ⁴⁰⁴
 De risco a salvo queda. O meu desastre
 Outrem não vá ferir e após o arrastre. ⁴⁰⁵
 Sim. Bem me allige o quadro da miseria
 De Atlante, ⁴⁰⁶ meu irmão, que, em pé, na Hesperia,
 Nos hombros libra (insupportavel cargo) !
 De Terra e Céu columnas. Bem amargo
 Me é lembrar o outro irmão, filho da Terra,
⁴⁰⁷ Ciliceu troglodita, ⁴⁰⁸ — horror na guerra, —
 Centufronte Typhéu, ⁴⁰⁹ Sempre invencível,
 Dominado por força irresistível,
 Rebelde aos Numes, sibilava a morte
 Das tetras fauces. Quando a dextra forte
 Contra o imperio de Jupiter erguia,
 Fulminava ao chispar, que despedia
 Do seu ⁴¹⁰ gorgóneo olhar. O vigilante, ⁴¹¹
 Dardo, — de Jove o raio chammejante,
 Ruiu e lhe abateu a vã jactancia.
 No coração combusto da flammancia
 Celeste — e apavorado do estrondoso
 Trovão, — esse valor, tão poderoso,
 Tombou, sem energia, aniquilado.
 E como corpo vão jaz estirado
 Junto do estreito ⁴¹² e sob o Etna arfando; ⁴¹³
 Ao passo que no cimo está forjando
 Vulcano as massas e fusões candentes.
 Dalli, com estridôr, igneas torrentes
 Jorrando, ⁴¹⁴ irão co'os brutos maxillares
 Da Sicilia abrasar férteis pomares.
 Assim Typhéu, que o raio malferira,
 Ha de, ao resfolgo, espadanar a ira
 Em turbilhões de chammas, que no arrôjo,
 Vivo, inexhausto, expellirá do bôjo. ⁴¹⁵
 Certo, a tua provada experiencia
 Dispensa meus conselhos e assistencia.
 Guarda-te, pois, do modo mais asado.
 No que me toca, seguirei meu fado,
 Té que se extingua a colera, que lavra
 No animo á Jove,

OCEANO

Sâbes que a palavra,
 Prometheu, d'alma enferma é medicina? ⁴¹⁶

PROMETHEU

Si alguém, a tempo, o coração domina,
E, opportuno e prudente, o volve á calma,
Sem que, á força, reprima os éstos d'alma.

OCEANO

Que mal faz o tental-o, acautelado
E audaz? ⁴¹⁷

PROMETHEU

Estolidez, afan baldado!

OCEANO

Deixa que desse mal, ora, padega.
Para o sabio é melhor que o não pareça.

PROMETHEU

Responsavel da culpa, ⁴¹⁸ commettida
Por ti, fora eu.

OCEANO

E' dar-me a despedida
Falar assim.

PROMETHEU

Receio haja motivo
D'odio em seres commigo compassivo.

OCEANO

Odio? De quem? Daquelle que, recente,
Tomou posse do solio omnipotente?

PROMETHEU

Ai! si lhe irritas o animo!

OCEANO

De ensino
 Serve-me, Prometheu, o teu destino. ⁴¹⁹

PROMETHEU

Adeus. Nesse bom senso persevera.

OCEANO

Dás pressa ao que á partida se accelera.
 Meu quadrupede alado, costumeiro
 De curvar o joelho em seu caseiro
 Redil, sacode as azas desdobradas,
 Que do ether puro roçam as camadas. ⁴²⁰

O CÔRO DAS OCEANIDAS

STROPHE I

O teu destino tragico
 Carpimos, compungidas.

As lagrimas affluem-nos
 Faceis, enternecidas, ⁴²¹
 E, iguaes a fontes humidas,
 Nos sulcam o semblante.
 Jove, que, em seu arbitrio
 Faz timbre de arrogante,

Ao sceptro seu, despotico,
 Preme os antigos Numes. ⁴²²

ANTISTROPHE I

Já nestes vastos sitios
 Resoam ais, queixumes.

Quantos na terra proxima
 Da Asia ⁴²³ sagrada moram,
 Tuas passadas glorias
 E as de irmãos teus deploram !

STROPIIE II

Cheram-te as virgens Colchidas, ¹²⁴
 Intrepidas na guerra,
 E os Scythas, da Meótida,
 Sita em confins da Terra.

ANTISTROPIIE II

Chora-te o escol dos Arabes, ¹²⁵
 — Marcial, lanceira cohorte, —
 E os que mantêm no Caucaso
 O seu roqueiro forte.

EPODO

Outro, que da titanica
 Raça ligado eu vi
 Em laços incansaveis ¹²⁶
 Sofrer, antes de ti,

Atlante foi, que o symbolo
 E' do maior esforço,
 Pois que do pólo ao carrego
 Geme seu forte dorso.

Muge, a seus pés, o pelago,
 Fervendo; o abysmo freme;
 Até nas furnas infimas,
 O inferno todo treme.

As fontes sacratissimas
 Das fluviaes correntes
 Manam, carpindo, murmures,
 Os males teus ingentes. ¹²⁷

PROMETHEU

Si me nego a falar, não é por arrogante,
 Ou desdenhoso; não! Mas sinto que, incessante,
 Devero ¹²⁸ o coração, ao ver-me envilecido
 Pelo horrendo flagello, á que estou submettido.
 E quem, a não ser eu, aos novos Deuses fez
 Partilha, em proporção, das honras e mercês?
 Lembro, apenas, o caso e delle mais não trato,
 Pois fôra repetir, a quem o sabe, um facto. ¹²⁹
 O melhor é narrar os males diferentes,
 Que vexavam, outr'ora, os miseros viventes.

Eram rudes, boçaes ; dotei-os de prudencia
 E conscios os tornei da propria intelligencia.
 Exprimindo-me assim, não é porque me queixe
 Delles ; mas é mister que declarado deixe
 Que os beneficios meus em prol da humanidade
 Devidos foram só a impulsos de amizade. ⁴³⁰
 Olhavam, de principio, e ver não conseguiam ;
 Applicavam o ouvido ; em balde ! Nada ouviam. ⁴³¹
 Nelles era a negão confusa e mal distincta,
 Como as figuras vãs, que á mente o sonho pinta.
 Nem casas de tijolo, olhando ao sol, construíam ; ⁴³²
 Nem de lavarar madeira a industria conheciam. ⁴³³
 Moravam, quaes subtis formigas, pre-surosas, ⁴³⁴
 Em cavernas sem ar, humidas, tenebrosas.
 Não marcavam inicio e fim do inverno frio,
 Da flórída estação, do fructuoso estio.
 Assim, sem reflexão, por seculos, viveram ;
 Té, que minhas lições ouvindo, conheceram
 O instante, em que no céu os astros apparecem, ⁴³⁵
 E, aquelle, menos certo, em que no occaso descem.
 Tambem o achado fiz do Numero. ⁴³⁶ Este invento
 Aos homens ha prestado o maximo provento,
 Disse como a junção das letras se fazia ;
 Formei-lhes a memoria, — a mãe da Poesia. ⁴³⁷
 Logrei domesticar bravias alimarias
 E do humano labôr tornei-as tributarias,
 Sujeitando-as ao jugo. As mais gravosas cargas
 Pesaram, desde então, dos brutos nas ilhargas. ⁴³⁸
 Cavallos, animaes tão doceis ao bridão,
 — Da faustosa opulencia o luxo, a ostentação, —
 Quem poz entre varaes ? Carros, de azas de linho, ⁴³⁹
 Que sulcam, velozmente, o azul plaino marinho,
 Engenhei. E eu, que fiz, em bem da humanidade,
 Multiplas invenções de grande utilidade,
 Não posso descobrir, agora, ardil, ou traça,
 Para me libertar de tão cruel desgraça.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Supplicio infando ! Affligem-nos,
 Sobejo, as maguas tuas !
 Enfermas e, mão medico,
 Na indecisão fluctuas.

Em teu turbado cerebro
 Não pôdes acertar
 C'os adaptados simplices,
 Que o mal devem curar.

PROMETHEU

Falta o mais. Pasmareis ouvindo, enumeradas,
 As muitas invenções, uteis e variadas,
 Das quaes hei sido autor. Aponto a mais saliente.
 Faltavam medicina e auxilios ao doente,
 — As poções, a dieta, o resguardo, as uncturas ; —
 Até que os instrui das plantas e misturas,
 Que preservam do mal, que sustam seus progressos
 E o curam. ¹⁴⁰ Ensinei tambem novos processos
 De magia. Em visões, que em sonho appareciam,
 Distingui as reaes daquellas, que mentiam.
 Expliquei os signaes presagos das estradas. ¹⁴¹
 Dos passaros, que teem as unhas encurvadas,
 O vóo defini e dei seguro auspicio,
 Declarando qual era infenso e qual propicio ;
 Por miúdo, apontei ¹⁴² seus odios e affeições,
 Seu usado alimento, encontros, reuniões,
 Das visceras o liso e ¹⁴³ o matiz mais dilecto
 Aos Deuses ; revelei qual seja o bom aspecto
 Do figado e do fel ; o adiposo tecido
 Das côxas lhes notei ; seus rins tendo incendiado,
 Os arcanos abri da arte divinatória,
 Tão difficil e escura, e ao mundo a fiz notoria.
 Do fogo, antes de alguem, aos olhos dos mortaes,
 Que eram cegos á luz, dei fulgidos signaes. ¹⁴⁴
 O, que a terra guardava, altissimo thesouro,
 — Copia enorme de cobre e ferro e prata e ouro, —
 Achei. ¹⁴⁵ Si deste invento alguem se haja ufanado,
 De basofio e mendaz será por mim taxado.
 De Prometheu (direi, em conclusão de partes),
 Vieram dos mortaes ás mãos todas as artes.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Não trates dos ephemerous:
 De mais lhes foste amigo,
 Deixa de ser apathico
 A' dôr, a teu castigo ;

Diz-me esperanza intrinseca
 Que livre te hei de ver,
 Tendo com Jove identicas
 Honras e igual poder.

PROMETHEU

Assim, porém, não quer a Parca inevitavel. ¹¹⁶
 Por alta decisão do Fado inexoravel,
 Só depois de curtir innumerados flagellos,
 Partidos me serão desta cadeia os elos.
 Ante a Necessidade é mui fraca a sciencia. ¹¹⁷

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Do timão do destino a quem cabe a regencia ?

PROMETHEU

Esse grande poder teem-no a Parca triforme, ¹¹⁸
 E as Fúrias, de feliz memoria, que não dorme.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Em face do de Jove é seu poder mais forte ?

PROMETHEU

O Deus fugir não póde ás ferreas leis da Sorte.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

A Jove algo é fatal, sinão o eterno imperio ?

PROMETHEU

Disto nada direi, nem que instes.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Que mysterio!
 Sobre arcano sagrado, acaso, te pergunto ?

PROMETHEU

Sim ! Passemos além; deixemos este assumpto.
 Reserval-o convém. Si o guardo impenetravel,
 Livro-me de infortunio e viltza deploravel.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

STROPHE I

Jámais dos mundos o Arbitro,
O grande Ordenador,
Sua vontade altíssima
A' nossa queira oppôr. ⁴⁴⁹

Busquemos ter propicios
Os Numes adorados,
Pela usual frequencia
A seus festins sagrados ; ⁴⁵⁰

Dando-lhes cada victima,
Que na hecatombe cai,
Junto das aguas turbidas ⁴⁵¹
Do Oceano, nosso pai.

Nada de offensa aos Superos
Em actos, e expressões.
Sejam em nós continuas
Tão puras intenções.

ANTISTROPHE I

Doce é vida longuissima,
Si na esperanza a libras,
Em alegrias lucidas
D'alma banhando as fibras.

Por tua irreverencia
Dos Numes ao Regente,
Do coração no amago
Nos cõa horror ingente.

Fiado em teus designios,
E, só de impulso teu,
C'os homens foste prodigo
Em dons, ó Prometheu.

STROPHE II

Que ingrato premio ás dadivas ! ⁴⁵²
Esperas, porventura,
Te seja escudo e auxilio
A humana creatura ?

Não tens a consciencia
Dessa debilidade,
Que, qual somno lethargico,
Opprime a humanidade?

Jámais projecto, ou calculo
De homem prevaleceu
Contra o systema harmonico,
Que Jove prescreveu.

ANTISTROPHE II

Feriu-nos isto o espirito,
Vendo-te aqui penar.
Oh! que diversa musica, ⁴⁵³
Alegre, de exultar,

A que de entorno ao thalamo
E do lavraco ouvias,
— Festivo epithalamio
De doces harmonias ;—

Quando a irmã nossa, Hesione, ⁴⁵⁴
Aos dons nupciaes rendida,
Em marital consorcio
Por ti foi recebida!

(*Apparece Io*).

IO ⁴⁵⁵

Que sitio me surge? Por quem habitado?
Quem és, que no saxeo, hyemal precipicio,
Por ferreas cadeias eu vejo ligado?
Credor de tal pena qual foi o flagicio?
Oh! dize que plagas me acolhem, errante.
Ai, ai, desgraçada! De novo, me afferra
O d'Argos ⁴⁵⁶ espectro, tãvã ⁴⁵⁷ lanscinante.
Invade-me o susto. Afasta-m'o, ó Terra!
Vaqueiro de innumeros olhos diviso,
Esperto, a titar-me com a vista fallaz.
De facto, a existencia perdeu, de improvisio;
No emtanto, seu corpo sepulto não jaz.
Surgindo do Averno, por lei do Destino,
Após minha treita, constante, caminha,
E traz-me agitada, faminta, sem tino,
Correndo a arenosa planicie marinha!

STROPHE

Sólta a avena, de cêrea junctura, ⁴⁵⁸
 Mel'odia, que ao somno convida,
 Quanto deve durar a tortura
 Desta longa e cansada corrida ?

O' prorenie Saturnia, de crimes,
 Porventura, culpada me achaste,
 Pois de tantas angustias me opprimes
 E a taes penas, sem dó, me avergaste ?

Por que trazes, gemendo ao martyrio
 Do terror, que lhe infunde um insecto,
 A infeliz, em continuo delirio,
 Sem parada, sem paz e sem tecto ?

Presta ouvidos, ó Rei, a meu rôgo !
 Ou em vida me manda enterrar,
 Ou lançar-me entre linguas de fogo,
 Ou nas garras dos monstros do mar !

Do multivago andar, sem descanço,
 O exercicio forçado e violento
 Exhausta-me, e saber não alcanço
 Qual o termo a tão agro tormento. ⁴⁵⁹

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Da bicorne donzella escutas os gemidos ?

PROMETHEU

Como de Inacho a filha eu fecharei ouvidos ?
 Pois não hei de attender á juvenil donzella,
 Que de um feroz tavão o estímulo flagella !
 Io abraçou de amor o coração de Jove,
 Juno, que odio lhe tem, perseguição lhe move,
 Coagindo-a a girar, transviada e erradia,
 Por toda a região em doida correria.

IO

ANTISTROPHE

Tu, que dás a meu pai o seu nome,
 E designas, também, esse ultriz
 E divino agulhão, que consome
 Minha vida, — quem és, infeliz ?

Eu, faminta, ⁴⁶⁰ a saltar, desvairada,
Perseguida por Juno, aqui vim.
Desgraçadas ! qual mais desgraçada
D'entre vós, do que a pobre de mim ?

Dize ⁴⁶¹ á virgem, que vês, peregrina,
Que infortunios lhe guarda o porvir ;
Prescrevendo, si a tens, medicina
Para as dôres sanar-lhe, ou lenir.

PROMETHEU

Quanto queres saber, com jubilo te digo,
Sem ambages e claro, e qual de amigo a amigo
E' costume falar. Contemplas neste affôgo,
A luctar, Prometheu, que aos homens trouxe o fogo. ⁴⁶²

IO

Tu,— auxilio aos mortaes — por que tão crus tormentos
Padeces, Prometheu ?

PROMETHEU

De ha pouco inda, aos lamentos
Por meu mal déra fim.

Conceder-me ?
Não podes uma graça

PROMETHEU

E' falar. O que queres que eu faça ?
Para satisfazer-te em dizer tudo accedo.

IO

Quem foi, que te cravou aqui sobre o rochedo ?

PROMETHEU

O decreto de Jove e de Vulcano a mão.

IO

Que attentado attraiu tão grave punição ?

PROMETHEU

Para ser comprehendido eu disse o necessario.

IO

Assignala, siquer, o fim de meu fadario.

PROMETHEU

Não sabel-o é melhor.

IO

Rogo-te não me escondas
O que tenho a passar e a tudo me respondas.

PROMETHEU

Está longe de mim serviço tal negar-te.

IO

Por que tardas, então?

PROMETHEU

Não ha, de minha parte,
Má vontade qualquer; mas receio em tua alma
De todo, destruir a já turbada calma.

IO

Oh! não zeles de mim, mais do que eu mesma zelo.

PROMETHEU

Insistes? Falarei e tudo te revelo.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Por ora, não. Concede-nos
Parte no gozo ter.
Ouçamos d'ella a historia
De seu agô soffrer;

Quando, sabida a authentica
Exposição veráz,
Então dos passos ultimos
De seu povir dirás. ⁴⁶³

PROMETHEU

Cumpre, ó Io, fazer o que ellas solicitam. ¹⁶⁴
 Além d'outras razões, que a seu favor militam,
 São irmãs de teu Pai. ¹⁶⁵ Justa causa á demora
 E' para o narrador, que o fado seu deplora,
 O vêr junto de si sympathico auditorio,
 Em que o dó se traduz em lagrimas, notorio. ¹⁶⁶

IO

Vou tudo contar-vos, cedendo á insistencia ;
 Si bem que me pêze dizer ¹⁶⁷ por que meio,
 Mudando de fórma, por diva influencia,
 O siso turbou-me fatal devaneio.

Nos meus aposentos revolteava,
 Em todas as noites, sonhada visão,
 Que aos castos ouvidos, si os olhos cerrava,
 Assim me dizia, com doce expressão:

« Por que virgindade tão longa conservas; ¹⁶⁸
 Tu, que entre as felizes a Sorte escolheu,
 Si te é permittido gozar, sem reservas,
 As inclýtas glórias de augusto hymeneu ? ¹⁶⁹

Adora-te Jove. De amôr abrazado,
 Farpão do desejo setteia-lhe o peito. ¹⁷⁰
 Quem é que repelle tão alto esposado ?
 Do Nume supremo não fujas ao leito. ¹⁷¹

Afasta-te, presto. Nos altos de Lerna ¹⁷²
 Tem Inacho apriscos e pastos bovinos.
 Darás com a ausencia da casa paterna,
 Descanso aos desejos dos olhos divinos.»

Ai! Todas as noites a voz repetia
 Affagos, que eu tinha, por força, de ouvir.
 Alfim, já cansada, cobrei ousadia
 E fui do occorrido meu pai instruir.

O rei seus correios mandou em mensagem
 A Pytho e Dodóna. ¹⁷³ Queria informar-se
 Por quaes pensamentos, acções, ou linguagem,
 Podia agradavel aos Deuses tornar-se.

Voltaram os nuncios, trazendo, sómente,
 Respostas ambiguas, de duplo sentido.
 Até que, da parte do Nume vidente,
 Oraculo claro lhe foi transmittido.

Em termos expressos, eu fui condemnada,
A ser expellida da patria e do lar,
E, entregue a mim mesma, correndo, agitada,
Por terras longinquas, sem peias, vagar. ¹⁷⁴

Si em todas as partes não fosse cumprida
A ordem prescripta no tal vaticinio,
A nossa progenie seria extinguida,
A' olympica flamma do dardo fulmineo. '

A' Loxias ¹⁷⁵ submisso, temendo ao mandado
E ao freio de Jove ¹⁷⁶ mostrar-se revel,
Meu pai expulsou-me de casa, obrigado.
Co'a filha innocente tornou-se cruel.

E logo, de fôrmas e mente mudando, ¹⁷⁷
Munida de pontas fiquei, desde então,
Sentindo, continuo, pungir-me o nefando
Acúleo acerado de um bravo tавão.

Em saltos violentos, ás doidas, furente,
De Lerna á collina, fugida, fui ter,
No sitio, onde mana, perenne, a nascente
Cenchreia, ¹⁷⁸ de limpha suave ao beber.

Mas Argos, o filho da Terra, o vaqueiro
De innumerados olhos e d'alma feroz,
Espiondo-me os passos, com golpe certo
Dos fixos olhares seguia-me após.

Sucesso imprevisto, de subito, veio
Prival-o da vida. Mas eu (desgraçada) !
De plagas em plagas, sem pausa, vagueio,
Do látego infesto de Juno agoitada.

Ahi está minha historia. Si sabes meus males
Futuros, revela-os ; e nem a piedade
Te leve a attenuar-os. Exijo me fides,
Extranho á lisonja, ¹⁷⁹ severa verdade.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Oh Basta! Para! Cala-te ;
Suspende-te ! Jámais
Julgámos, filha de Inacho,
Ouvir successos taes !

Qué males e piáculos !
Desgosto é contemplal-os,
Ferindo mais a mísera,
Que tem de supportal-os.

E todos esses horridos,
Fúneustos pesadumes
Nos veem ferir, no intimo,
Qual dardo de dous gumes.

Oh ! Fado ! Fado tetrico !
De horror fica transido
Nosso animo ante o barbaro,
Tormento, que has soffrido,

PROMETHEU

Mui de pressa o terror em vós se manifesta.
Não choreis, de ante-mão. Esperai o que resta.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Fala. Ao que soffre ha balsamo
Si sabe, prematuro,
Ao certo, quantas maguas
O esperam no futuro. ¹⁸⁰

PROMETHEU

Quizestes que ella propria os males seus contasse,
Concordei. Vou chegar, agora, ao desenlace.
Falta as dôres narrar, que Juno, altiva, irosa,
No porvir te reserva, ó virgem desditosa !
Grava, ó Io, em tu'alma a minha narração.
Por ella saberás quando tua excursão
Ha de chegar ao fim. Deste lugar partindo, ¹⁸¹
Rumo constante ao sol, em recta, irás seguindo.
Depois de atravessar por não aradas terras,
Aos Scythas chegarás, ¹⁸² uns nomades das serras,
Que em muitas rodas teem os carros seus montados
E dentro construcções de vimes entrancados,
Onde fazem morada. A' gran distancia alcançam
Mortiferos farpões, que de seus arcos lançam.
Evita-os. Segue rôta, ao longo dessas fragas,
Onde quebram do mar as mugidoras vagas. ¹⁸³
Os Chálybes ¹⁸⁴ verás, do ferro forjadores.
Trata de lhes fugir. Mal junto delles fôres,
Parte ; é bando feroz e nada hospitaleiro,
Que trata brutalmente a todo o forasteiro.
Quando os passos te embargue o Hybristes empolado,
— Rio esse, a que não foi um falso nome dado, — ¹⁸⁵
Não lhe tentes correr o risco da passagem,
Sinão quando, chegada á altissima paragem
Do Caucaso, ¹⁸⁶ elle arroje a borbotante sanha,
Irrompendo em cachões das fontes da montanha; ¹⁸⁷

Vencidos, afinal, os picos desses montes,
 Que, proximos do céo, erguem sobe-bas frentes,
 Descendo ao meio-dia, irás ás regiões
 De Amazona viris, ¹⁸⁸ avessas a varões,
 Mais tarde em Themiscira ¹⁸⁹ irão fixar morada,
 Do Thermedonte á borda e junto da queixada
 Do mar Salmydisseu, aos nauticos nefasta,
 E á toda a embarcação inhospita madraستا.
 Ellas, de boa mente, ir-te-hão de seu imperio
 A sahida mostrar: Vinda ao isthmo Cimerio, ¹⁹⁰
 Da Meotida á foz, avança e, com denodo,
 Do apertado canal transpõe o espaço todo.
 Dahi te provirá e aos teus immensa gloria;
 Pois da passagem tua ha de guardar memoria
 O estreito, desde ahi, de Bosporo ¹⁹¹ chamado.
 Da Europa tendo assim as regiões deixado,
 Da Asia no sólo estás. Não achais, francamente,
 Que, procedendo assim, dos Deuses o Regente
 De violencia cruel, qual sempre, se revela?
 Sendo Nune, e esposar querendo esta donzella,
 Arrojou-a em corrida intermina e sem norte!
 Que ruim próco ¹⁹² te coube, oh misera, por sorte!
 Tudo quanto narrei de prologo não passa
 Da que o porvir te guarda, asperrima desgraça.

IO

Ai de mim !

PROMETHEU

Outra vez, lastimosa, a gemer !
 Que será quando o resto houveres de saber !

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Tens de lhe predizer, então, novas desditas ?

PROMETHEU

Um tormentoso mar de dôres infinitas !

IO

Ai ! Que acerbo existir ! Quem pôde dar-lhe apreço !
 Antes deste alcantil lançar-me, de arremesso,
 E, tombado na caute o corpo em esphacelo,
 Findar este continuo e torvo pesadelo!
 E' melhor perecer de um golpe violento, ¹⁹³
 Que gemer, toda a vida, ao peso do tormento.

PROMETHEU

Quanto mais afflictivo o meu penar te fôra,
Pois não posso morrer? Seria redemptora
Deste castigo a morte. E'-me, porém, vedado
O saber qual será seu fim determinado,
Emquanto Jove empunhe as redas do poder.

IO

E Jove cairá? Póde isto succeder?

PROMETHEU

Apôsto exultarás com essa quéda, ó Io!

IO

Sim! pois me trata assim por seu méro alvedrio.

PROMETHEU

Has de vel-o. Eu te rasgo um porvindouro arcano.

IO

Quem deve desthronar dos Numes o tyranno?

PROMETHEU

Ha de a propria estulticia ¹⁹⁴, um dia, derribal-o.

IO

Como? Diz, si não vês perigo ¹⁹⁵ em declaral-o.

PROMETHEU

Celebrando união, que lhe ha de ser penosa.

IO

E' mortal, ou divina, a mulher, que elle esposa?

PROMETHEU

Debalde é perguntar. ⁴⁹⁶ Dizel-o algo me véda.

IO

Dessa esposa virá de Jupiter a quêda ? ⁴⁹⁷

PROMETHEU

Ella terá de Jove um filho, inda mais forte,
Que o pai.

IO

Não pode Jove esquivar-se á tal sorte ?

PROMETHEU

Não ; salvo si eu, rompendo estes grilhões infames....

IO

E quem ha de quebrar tão solidos liames,
Si Jove o não permitta ?

PROMETHEU

Ha de um teu descendente
Destas prisões livrar-me, um dia, fatalmente. ⁴⁹⁸

IO

Que escuto ? Ha de salvar-te algum dentre os meus netos ?

PROMETHEU

Após dez gerações de posteros directos,
A terceira o dará. ⁴⁹⁹

IO

O vaticinio é escuro !

PROMETHEU

Não procures saber teu horrido futuro.

IO

Da concedida graça, acaso, ora, recuas?

PROMETHEU

Duas revelações posso fazer; das duas
Cumpre uma preferir.

IO

Qual dellas ha de ser?
Permittes-me que possa á escolha proceder?

PROMETHEU

Dou-te opção; dize, pois: De ti queres que eu trate,
Ou de quem deve ser o autor de meu resgate?

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Sê-lhe agradável: Dize-lhe
Sua futura dôr,
E a nós os feitos inclytos
Do teu libertador.

PROMETHEU

Não desejo furtar-me á vossa rogativa.
Primeiramente, ó Io, escuta a narrativa
De teu peregrinar, multivago e obrigado
E na memoria guarda o augurio meu gravado.²⁰⁰
Deixa o canal, que extrema um do outro continente;²⁰¹
E, a rota encaminhando ao rumo do nascente,
Passa do mar o estrondo²⁰² e, presto, chegarás
A' gorgónea campina, onde Cisthene²⁰³ jáz.
E' nessa região que as Phorcidas²⁰⁴ habitam.
São tres virgens senis, que na canicie imitam
Cisnes. Em commum teem um só olho e um só dente.²⁰⁵
Não veem fulgido sol, nem lua alvinitente.
As suas tres irmãs, — as Górgons aladas, —
Odiosas aos mortaes, fronte angui-comada,²⁰⁶
Perto a morada teem. Quem lhes fita o semblante
Morre, qual si o ferisse um raio fulminante.
Acautela-te pois. Terás odioso quadro
Nos Griphos,²⁰⁷ esses cães de Jupiter — sem ladro —,
De pontezudo rostro. Afasta-te, ás carreiras.
De Arimaspos verás as tribus cavalleiras.
E' gente de um só olho e móra junto ás bordas
Do aurífero Plutão. Foge d'aquellas hordas.²⁰⁸
Alfim, a um povoado irás de negra gente,

Jove nesse lugar, -- tocando-te de leve,
 Com delicada mão, -- volver-te á calma deve. ^{2.2}
 Negro filho haverá, E'papho nomeado, ²²³
 No modo original, por que ha de ser gerado
 Nesse encontro com Jove. Elle naquella plaga,
 Que o Nilo caudaloso em sua enchente alaga,
 Ha de meses colher ²²⁴ na vastidão fecunda.
 Na quinta geração, desse filho oriunda, ²²⁵
 Cincoenta hão de voltar das tuas descendentes ²²⁶
 Para Argos, ²²⁷ evitando os primos, pretendentes
 A esposal-as. De amor ardendo em chammas vivas,
 Todos elles irão no encalço ás fugitivas,
 Da enjeitada união na supplica insistindo,
 E quaes tercós, de perto a pombas perseguindo.
 Ha de dos corpos seus odio invejoso ter ²²⁸
 Um Nume; ha de a Pelasgia ²²⁹ em si os receber, ²³⁰
 Depois que os dominar um Marte, que assassina,
 Armando para o golpe a dextra feminina,
 E a tudo presidindo uma audacia, que vela,
 Como, durante a noite, esperta sentinella.
 Ha de, levado a effeito o plano insidioso,
 Surprender e ferir cada mulher o esposo,
 Com gladio a duplo fio arrancando-lhe a vida.
 Que aos inimigos meus assim Venus aggrida! ²³¹
 Amor enervará de uma dellas o peito,
 Para não degollar o esposo no seu leito.
 Ella preferirá, infiel á trama urdida,
 Arguição de fraqueza á macula homicida.
 A mãe esta será dos soberanos d'Argos.
 Para tudo explanar são mister contos largos.
 Só direi que virá dessa estirpe selecta,
 O heróe, d'alta pericia em desferir a setta, ²³²
 Que ha de, por seu valor, obter meu livramento,
 Pondo termo, de vez, a tal padecimento.
 Disse isto minha mãe Themis Titania. O mais
 Calo. Nem ha proveito algum em que o saibais.

IO

Ai de mim! Outra vez, delirio atroz me assalta.
 Põe-me vertiginosa e o corebro me exalta;
 Abrasa-me, sem fogo, ²³³ o espinho do tãvão;
 Salta-me, de terror, com força, o coração
 E verbera-me o peito. O olhar vesgo me gyra;
 Para longe me arroja o impeto da ira.
 Minha lingua em torpôr á fala se recusa;
 Vozes, que sóto á custo, em turbação confusa,
 Travam baldada luta, ás cegas e sem tino,
 C'os altos escarcéos de meu cruel destino!

(Sai Io.)

O CÔRO DAS OCEANIDAS

STROPHE I

Foi sabio e sabio emerito ²³⁴
 Aquelle, á quem lembrou
 Esta discreta maxima
 E aos homens a cusinou :

E' casamento próspero
 O feito entre os iguaes.
 Quem vive só dos redditos
 De officios manuaes,

Nunca procure conjuge
 Na classe da opulencia,
 Nem da orgulhosa em titulos
 De nobre descendencia.

ANTISTROPHE

Jámais possamos, Atropos,
 A um Nume nos unir,
 E nem de Jove, prónubas, ²³⁵
 O thoro compartilhar.

De medo estamos tremulas,
 Vendo Io, a virgem casta,
 Soffrer de Juno a colera,
 Que a curso infindo a arrasta.

EPODO

Iguaes a iguaes alliem-se; ²³⁶
 E nunca os olhos seus
 Repouse em nós, fitando-nos,
 Algum mais alto Deus, ²³⁷

Sem que lutemos, vence-nos
 A guerra; quem a faz
 Forças inexauriveis
 Para a victoria traz. ²³⁸

Si uma de nós por Jupiter
 Solicitada fôr,
 Nenhuma resistencia
 Ao Deus lhe é dado oppôr.

PROMETHEU

E, no entanto, apesar da pertinaz vontade,
 Jove deve chegar a termos de humildade ;
 Pois quer levar a effeito o enlace projectado,
 Que motivo será de ver-se despojado
 Do sceptro, ingloriamente. ²³⁹ Ha de, então, de Saturno,
 De quem Jove usurpou o imperio diuturno,
 Cumprir-se a maldição. Remover-lhe o perigo
 Nenhum Deus poderá. Só eu tenho commigo
 O remedio do mal e o segredo da cura.
 Estadeie-se Jove em radiosa altura,
 Fiado no poder do raio igni-expirante,
 Que produz, ao tombar, fragor tonitroante.
 Armas taes não serão, porém, de valimento
 Para lhe attenuar da queda o aviltamento.
 Prepara contra si tremendo antagonista, ²⁴⁰
 Que uma arma ha de empregar, á que ninguem resista :
 Um fogo,— invento seu,— mais que o raio damnoso,
 Cujo estrondo, vencendo o trovão fragoroso,
 Quebrará de Neptuno a haste de tres dentes, ²⁴¹
 — O flagello do mar, que abala os continentes —.
 Saberá Jove, então, de propria experiencia,
 A distancia, que vai do mando á obediencia.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Predizes sobre Jove as cousas, que em desejo
 Ardes vel-o passar.

PROMETHEU

Nada disso. Prevejo
 Successos, que hão de ser, mais tarde, realidade,
 E que em factos quer vêr o aneio da vontade.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Que ! Veremos a Jove obedecer, vencido ?

PROMETHEU

E de pena, maior do que a minha, affligido.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Não receias dizer de Jove tanto mal ?

PROMETHEU

Que posso receiar ? Sou, por sorte, immortal.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

E si elle te impuzer castigo mais severo ?

PROMETHEU

E' livre de o fazer. De Jove tudo espero.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

De Adastréia ²⁴² em presença é sabio quem se prostra.

PROMETHEU

Festejai quem governa ²⁴³ e, humildes, dai-lhe mostra
De culto a tulidôr. Jove, no meu criterio,
Menos que nada val. Seu passageiro imperio
Lucte para manter ; mas perca a velleidade
De sobre os Numes ter perpetua autoridade.
O andarilho ²⁴⁴ do Olympo eu vejo. Que mensagem,
Da parte de seu pai, me traz n'esta viagem ?

MERCURIO

Alma de fél, espirito ardiloso ;
Réo ante os Numes do attentado odioso
De teres dado a seres de um só dia
Divina, reservada regalia.
Ladrão do fogo ! Venho aqui, da parte
E por ordem do Pai, interpellar-te.
Qual o consorcio, que do rei do Olympo
Ha de o throno alluir ? Põe toda a limpo
A verdade, de equívocos despida.
Poupa-me assim á terra outra descida.
Negando obediencia á seu mandado.
Não pódes de armar a Jove irado.

PROMETHEU

Discorreste, grandiloquo e protervo,
 Como quem é dos Immortaes o servo. ²⁴³
 Reinais d'hontem. De dôres e embaraços
 Isentos vos julgais nos regios paços.
 Dous tyrannos já vi perder o imperio, ²⁴⁶
 E o terceiro, com grande vituperio
 Em breve, cairá, tambem. ²⁴⁷ Presumes
 Que eu tenha medo desses novos Numes?
 Quão longe disso estou! Vai-te, depressa; ²⁴⁸
 Já, já, por onde has vindo, ao céo regressa.
 Não dou explicações. Do que vieste
 Averiguar de mim, nada soubeste.

MERCURIO

Pójas, de pertinaz, d'este supplicio ²⁴⁹
 No porto.

PROMETHEU

Eu o prefiro a teu officio.
 Antes d'este rochedo o captiveiro, ²⁵⁰
 Que ser, qual és, do Pai vil mensageiro. ²⁵¹
 A' procaz altivez, com que me insultas,
 Eu retaliao assim.

MERCURIO

Creio que exultas
 Na cruciante dôr de teu castigo!

PROMETHEU

Que os inimigos meus (falo comtigo)
 Rejubilem assim! ²⁵²

MERCURIO

Acaso crês

Que tive parte no teu mal, talvez? ²⁵³

PROMETHEU

Franco, — esses novos Deuses aborreço,
 Pois me pagam com tanto menospreço
 Os beneficios, que lhes fiz.

MERCURIO

Intensa
Loucura lavra em ti. Grave doença ! ²⁵⁴

PROMETHEU

Si aborrecer tyrannos é loucura,
Desejo que meu mal não tenha cura.

MERCURIO

Si, livre das cadeias oppressôras,
Feliz te eu visse, intoleravel fôras.!

PROMETHEU (*gemendo*),Ai ! ²⁵⁵

MERCURIO

Tal palavra Jove não conhece.

PROMETHEU

O tempo, sem parar, nos envelhece,
E, dando experiencia, ensina tudo.

MERCURIO

Não te ensinou, no emtanto, a ser sisudo.

PROMETHEU

Não ; pois de igual a igual falo a um criado !

MERCURIO

Que digo ao Pai ?

PROMETHEU

De graças penhorado
Signaes de gratidão lhe devo e rendo ! ²⁵⁶

MERCURIO

Qual a infante, me estás escarnecendo !

PROMETHEU

Não és mais que infantil na ingenuidade,
Si acreditas, dobrando-me a vontade,
Que eu te abra meus secretos pensamentos ?
Nem por meio de ardis, nem de tormentos,
O tyranno dos Deuses me compelle
A que fale, e os segredos lhe revele,
Antes de eu ver aos pés, feitos pedaços,
Os que me ligam, flagellantes laços,
Vibre-me, embora, a chamma coruscante ;
De neve alados turbilhões levante ; ²⁵⁷
Faça tremer com horrido estampido
O chão, do terremoto sacudido,
E, tudo em confusão profunda immerso,
Abale nas raizes o Universo:
Não lhe descubro quem, por lei suprema
Do Fado, ha de arrancar-lhe o diadema.

MERCURIO

Pésa dos actos teus o resultado !

PROMETHEU

Previ ; de ha muito, está deliberado.

MERCURIO

Oh misero ! Uma vez, serio, medita,
Na, que te afflige, insolita desdita.

PROMETHEU

Importuno ! O discurso, em que divagas,
E' qual si fosse dirigido ás vagas.
Por medo ter de Jove, oh ! nunca esperes
Que eu, vestindo a fraqueza das mulheres,
E erguendo as mãos em supplicante gesto, ²⁵⁸
Implore a quem, de coração, detesto,
Me quebre estes grilhões. Em tal não penso.

MERCURIO

Falei debalde, bem que fosse extenso.
 Não te abrandas, nem supplicas escutas.
 Qual poldro mal domado em furia luctas
 Contra as redeas e mordos o bocado.
 Impando estás, de fôgo orgulho inflado ;
 Tiras de vão saber garbosa audacia. ²⁵⁹
 Nada vale de um louco a pertinacia.
 Olha: Si meus conselhos desprezares,
 Que tropel infinito de pezares
 Em ti desabarã ! Nenhum escudo
 Frustra o golpe. Ha de o Pai, antes de tudo,
 Do raio á chamma e ao trom do trovoadã,
 Arrasar esta fraga alcantilada.
 Ha de o granito n'um abraço estreito ²⁶⁰
 Premier-te os membros sobre o ingrato leito.
 Deves ser, afinal, restituído
 A' luz do dia quando fôr volvido,
 De seculos um tracto dilatado.
 Então, voraz, de Jove o cão alado,
 — A aguiã sanguisedenta — ha de uma parte
 Do corpo em mil pedaços devorar-te.
 Conviva diario, que ninguém convida,
 Ha de ser de teu figado nutrida. ²⁶¹
 Flagello curtirás, desta maneira,
 Até, que um Deus ²⁶² que succeder-te queira
 Na pena, desça ao Barathro sombrio
 E á escura margem do Tartareo rio.
 Reflecte bem. Não faço agora praça
 De phrases vãs. E' séria esta ameaça.
 O assumpto é muito grave e transcendente.
 Cumpre Jove o que diz e nunca mente. ²⁶³
 O melhor parecer seguir procura ;
 Nem pervicacia opponhas á cordura.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Mercurio tem proposito
 Na sua admoestação ;
 Suggere-te a prudencia ;
 Condemna a obstinação.

Segue a lição proficua,
 Que acaba de dictar.
 Não é de sabio pródigo
 No erro perseverar. ²⁶⁴

PROMETHEU

Quanto elle em brados repetiu, agora.
 Tudo eu sabia, ponto a ponto, Embora !
 Ninguém extranha, ou fica desairado
 Quando pelo inimigo é maltratado. ²⁶⁵
 E, pois, que Jove sobre mim desfira
 A de dous gumes sinuosa espira ; ²⁶⁶
 Ribombantes trovões, rabidos ventos ;
 Convulsem o ar a embates violentos ; ²⁶⁷
 Nute a terra nos eixos abalada ;
 O mar, em escarcéos, mugindo, invada
 A do gyro siderio azul esphera,
 E Jupiter, cedendo á lei severa
 Do Fado, arroje o corpo meu no Averno.
 Não póde a morte dar-me. Eu sou eterno !

MERCURIO

Taes palavras, iguaes arrazoados,
 Só se podem ouvir dos tresloucados.
 Que lhe falta d'aqui para a demencia,
 Si ao furor não modera a violencia ?
 E vós, que dó mostrai deste inditoso,
 Parti antes que o ronco estrepitoso
 Do trovão, abalando este rochedo,
 Nalma vos cõe a turbacão do medo.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Diverso alvitre inspira-nos,
 Honesto e convinavel ;
 O que lembraste, é pessimo,
 Covarde, intoleravel.

Pois tu nos das estimulo
 A infame proceder !
 Havemos ser participes
 Do que elle padecer.

Fundo, a traição esqualida
 Ha muito, aborrecemos ; ²⁶⁸
 Nem peste deleteria
 Como ella conhecemos. ²⁶⁹

MERCURIO

Phrases lembrai, alhures proferidas
Por mim. Si fôrdes de uma dor feridas,
Deixai de attribuir o golpe ao Fado ;
Nem digais que, de modo inopinado,
Jupiter vos feriu. Tendo a certeza
Do mal, conscientes, claro, sem surpresa,
Colheu-nos pelos actos de loucura,
Na inextricavel rede a Desventura. 270

PROMETHEU

Segue á palavra a acção.— Vacilla a Terra; 271
Rouco trovão nas visceras lhe berra ;
A offuscante espiral rasga e chammeja ;
Torvelinhando, o pó sobe e volteja ;
Ventos soltos, soprando em rude estrondo,
Forçam, seus mutuos impetos opondo,
Tufões, uns contra os outros impellidos.
Ether e mar avisto, confundidos.
Jupiter, manifestó, rue, agora,
Sobre mim e quer ver si me apavora.
Augusto Nume ; minha mãe divina !
Ether, onde a luz pura, que illumina
Tudo, flue, a gyrar na immensidade ;
Vêde: Hostia sou de immensa iniquidade ! 272

PROMETHEU ACORRENTADO

(Versão, em que predomina o decassyllabo sóito)

A FORÇA, A VIOLENCIA, (KRATOS E BIA), VULCANO,
(HEPHAISTOS) E PROMETHEU.

(A Violencia é personagem muda).

A FORÇA

Somos chegados onde acaba a Terra,
— Regiões da Scythia, — solidão remota,
Virgem, té hoje, de pégada humana.
Tempo é de dar execução ás ordens,
Que o Pai te impoz, Vulcano. Neste abrupto
Alcantil prende em réde inquebrantavel,
De adamantinos vinculos formada,
Este amotinador do povo. Aos homens
Deu em partilha, após o haver furtado,
Teu mimo — o claro fogo, idoneo ás artes.
Por isso, cumpre que do seu peccado
O castigo supporte e, assim punido,
Aprenda a respeitar de Jove o imperio,
E cesse de ostentar philantropia.

VULCANO

Força e Violencia ! As injuncções seguistes
De Jove, e nada mais vos causa estorvo.
Agora, quanto a mim... sinto faltar-me
Coragem de fincar nesta quebrada,
Que algente bruma intoleravel torna,
Um Deus, parente meu. Mas o Destino
A' tão dura tarefa me constrange ;
E é grave desleixar de Jove encargos.
De Themis, recta e consultriz, ó filho,
Altipensante ! Neste algar, sem treita
Humana, em nós de bronze, indissolueis,
— A meu e teu pezar, — eu vou prégar-te.
Aqui nunca has de ouvir mortal accento,
Nem face de homem ver ; antes, crestado,
Lento, pelas do sol ferventes chammas,
Perderás, dia a dia, a flor da pelle.

Ha de a noite, por ti sempre almejada,
 Sumir o dia no estrellado manto ;
 Ha de, voltando, o sol seccar a geadá,
 Sem que um momento aligeirado o peso
 Sintas á torva dor, que te acabrunha ;
 Que inda ninguem nasceu para livrar-te.
 De amar tanto os mortaes ahí tens o fructo.
 Prodigando-lhes dons e regalias,
 — Deus, — affrontaste á colera dos Deuses.
 Por isso, — guarda d'esta rocha ingrata, —
 De pé, insomne e sem dobrar joelhos,
 Has de em queixas inuteis consumir-te.
 Dotado é Jove de animo implacavel ;
 Novo tyranno é, sempre, rigoroso.

A FORÇA

Age ! Tardas e, em vão, te commiseras !
 Não execras o Deus, odioso aos Numes,
 Que deu, trêdo, aos mortaes teu privilegio ?

VULCANO

Mui fortes são o sangue e a convivencia !

A FORÇA

Como has de retardar de Jove as ordens ?
 Não é mais de temer menosprezal-as ?

VULCANO

Oh ! Sempre audaz e á compaixão extranha !

A FORÇA

Que val piedade ? Sentimento inutil !
 O lamentar-lhe a dôr não é remedio !

VULCANO (*olhando para as cadeias*)

Primor de minhas mãos, como te odeio !

A FORÇA

Por que tal odio ? A bem dizer, tua arte
 Em nada causa foi do mal presente.

VULCANO

D'outro, que não de mim, fosse ella o dote !

A FORÇA

Tudo aos Deuses foi dado ; unicamente
Não podem governar. A não ser Jove,
Não é livre ninguém.

VULCANO

Sim ! Não coiteito.

A FORÇA

E porque não n'ó enlaças de cadeias,
Antes que o Pai a hesitação te avente.

VULCANO

Vê ! Promptos são os argolões dos braços.

A FORÇA

Desce-lh'os pelas mãos. Crava-as na pedra.
Com toda a força descarrega o malho.

VULCANO

Foi obra de um momento e não frustranea.

A FORÇA

Mais forte ! Bate ; arrocha ; nada affrouxe.
Póde, astuto qual é, achar sahida
Do que a não tem.

VULCANO

Involvem este braço
Indissolueis peias.

A FORÇA

Bem seguro,
Prende o outro em tão solidos liames.
Saiba que é seu talento de sophista
Mais tardo, que o de Jove.

VULCANO (*apontando para Prometheu*)

A não ser elle,
Outro não tem de mim razão de queixa.

A FORÇA

O dente ousado dessa cunha d'aço
Embebe, em cheio, por seu peito a dentro;
Golpea-o, rude!

VULCANO

Ai! Prometheu! Deploro
O teu supplicio!

A FORÇA

Inda outra vez tardança!
O inimigo de Jove a lastimares!
Olha a ti mesmo a lastimar não venhas!

VULCANO

Espectaculo vês, horrído aos olhos!

A FORÇA

Vejo applicar-se a um réo a justa pena.
Mette-lhe os peitoraes pelas axillas!

VULCANO

Sei que é fatal. Escusa de insistires.

A FORÇA

Não; e, inda mais, co'a voz hei de incitar-te.
Dos tergos desce e em fortes nós lhe adstringe
As pernas.

VULCANO

Concluido, e sem demora.

A FORÇA

Justa com forte mão, rebita os cravos
Nos orificios dos fuzis. Cuidado!
Fiscal de fino olhar vela o que fazes.

VULCANO

Diz com tuas feições a lingua tua.

A FORÇA

Sê fraco, embora, porém não me increpes
A ingenita, inflexivel aspereza.

VULCANO

Desçamos. Tem os membros n'uma rêde.

A FORÇA (*apostrophando a Prometheu*)

Pódes, d'ahi, assoberbar os Numes;
E, usurpando, protervo, os dons divinos
Entregal-os ás mãos da raça ephemera!
Esta valor não tem, que te libere
Deste afan! Prometheu chamam-te os Deuses.
Falso nome! A ti mesmo é necessario
Um Prometheu, para ensinar-te como
Soltar-te poderás desse artefacto.

(*Saem Vulcano, a Força e a Violencia.*)

PROMETHEU

O' Ether divinal; auras velozes;
Mananciaes dos rios; vós, ó risos
Innumeraveis das marinhas ondas;
O' terra, mãi universal; ó disco
Do sol omnividente! aqui me tendes!
Vêde que dôr a um Deus infligem Deuses!
Vêde em que regiões, acorrentado,
Tenho a gêmer, indefinitos évós!

Para mim engenhou tão vis ligames
 O Prytano recente dos Divinos.
 Ai ! Hoje e no porvir sempre a desdita !
 Quando o termo virá deste piaculo ?
 Que digo ? Claro, no futuro leio
 Quanto ha de acontecer ; nenhum successo
 Me póde sobrevir, inesperado.
 Cumpre que aceite, da melhor maneira,
 A sorte minha, como quem conhece
 Ser invencivel o rigor do Fado.
 Não devêra falar de meus pezares ;
 Mas, como hei de cerral-os no silencio,
 Si, por ter feito beneficio aos homens,
 Supporto, agora, preso á penedia,
 Deste supplicio, nunca visto, o jugo ?
 Tomei, qual caçador, a mão furtiva
 Do fogo ; n'uma ferula guardei-o
 E aos olhos dos mortaes mostrei seu brilho.
 E o fogo mestre foi das artes todas
 E o mór commodo e prestimo da vida !
 Eis-me aqui, a purgar esse delicto,
 Preso á esta rocha, exposto ás intemperies.
 Ai ! Ai ! Que rumorejo ! Que invisivel
 Perfume sobe a mim ! De quem se evola ?
 De um Deus, mortal, ou mixta creatura ?
 Vem assistir aos tratos, que me applicam,
 Neste ermo cimo ? Traz diverso intento ?
 Vêde, aqui preso, um desditoso Nume,
 A quem Jove detesta ; odioso aos Deuses
 E a tudo, que frequenta o atrio do Olympo,
 Só porque dos mortaes se mostra amigo.
 Ai ! Vem perto o sonido ! E' de quem vôa !
 Doce remigio d'azas no ar cicia.
 Quanto se achega a mim pavor me infunde !

O CÔRO DAS OCEANIDAS

(Fala sempre o corypheu)

STROPHE I

Não temas ! Amigo é o bando
 Alado, que á esta eminencia
 Vem ter ; a custo abrandando
 A paterna resistencia.

Neste coche, que desliza
 Pela azulada amplidão,
 Cheguei nas azas da brisa,
 Após rapida excursão,

Das rijas correntes d'aço
O estrepitoso tinir
Foi, além, do equorio espaço
Nas furnas repercutir.

Presurosa, então, subindo
A este carro voador,
Descalça vim, transgredindo
O rubescente pudor.

PROMETHEU

Ai ! Ai ! O' prole da fecunda Tethis ;
Filhas do Oceano, cujo inquieto fluxo
A Terra circunvolve ;— contemplai-me:
Involto em élos, que jámais se rompem,
Deste excelso alcantil na cavidade
Forçada sentinella estou fazendo !

O CÔRO DAS OCEANIDAS

ANTISTROPHE I

Vejo, e ante a vista nublada
Sinto nuvem de terror,
Que, de lagrimas pejada,
Traduz minha intensa dôr ;

Porque ao fraguado cosido
Por vergonhosa prisão,
Teu corpo, de dôr pungido,
Findará de inanição.

No Olympo ha nova regencia,
E Jove, arbitrario e injusto,
Procreveu, com violencia,
Quanto era, d'antes, augusto.

PROMETHEU

Antes abaixo do amago da Terra,
No Orcó trevoso, albergue dos finados,
Ou no Tartaro immenso me arrojasse,
Atado nestes nós, jamais desdaveis.
Assim, nem Deus algum, nem outros seres,
Poderiam folgar, vendo-me em pena.
Hoje —, aos ventos ludibrio —, em dôr immerso,
Dou a inimigos meus perpetuo jubilo.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

STROPHE II

Qual dos Numes é dotado
De tão duro coração,
Que, ao ver-te assim flagellado,
Não revele compaixão ?

Só Jove, que em paroxismo
De furia, que não declina,
Preme ao ferreo despotismo
De Urano a prole divina.

Brando será quando estanque
Sua vingança ficar,
Ou, de assalto, alguém lhe arranque
Poder, arduo a conquistar.

PROMETHEU

Bem que tão fortes e ultrajantes peias
Me adstringam, ha de o Príncipe dos Deuses
Ter precisão de mim, por que lhe indique
O projecto, fatal á permanencia
De seu poder. Ameaças ou blandicias,
Sem que d'estes grilhões me solte os membros
E da injuria me dê razão,— frustraneas
Serão.— Só falarei, desafrontado.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

ANTISTROPHE II

E's audaz e não te dobra
O acerbo martyrio teu ;
Ha liberdade, de sobra,
Em teu falar, Prometheu.

O teu destino futuro
Apavorada me traz.
Quando no porto, seguro,
A' dôr o termo verás ?

Coração rijo, implacavel,
De Saturno o filho tem ;
Em seu animo intractavel
Jámais penetrou ninguem.

PROMETHEU

Bem sei que Jove é rispido e sujeita
Ao alvedrio seu toda a justiça;
Mas ha de moderar o aspero genio,
Quando ferido fôr por esse modo.
Então, a furia pertinaz calmada,
Virá, comigo accorde no desejo,
De amizade e união soldar os laços.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Si não te magôa, conta
O que succedeu contigo;
Por que foi que Jove a affronta
Te irrogou deste castigo?

PROMETHEU

Pêza-me, certo, referir taes casos,
E dóe calar. Acerba alternativa!
Quando os Deuses em odio conflagrados,
Pela vez primeira, se rebellaram,
Logo a Discórdia dominou seus animos.
Uns pretendiam derrubar Saturno
E a Jove pôr no throno; outros votavam
Que jámais este fosse o rei do Olympo.
Eu, que prudente alvitre suggerira,
Desattendidos vi meus sãoos conselhos
Pelos Titans, da Terra e Céu oriundos.
Petulantes, por indole, enjeitaram
Os meios brandos, na illusoria crença
De, á viva força, o imperio conquistarem,
Sem astucia, sem plano e por surpresa.
Que vezes minha mãe Themis — a Terra,
(—Uma só fôrma com diversos nomes—)
Desvendando o porvir, me revelara
Ser lei fatal que o vencedor o fosse
Só por ardis, e sem recurso ás armas!
Isto lhes ponderei e nem me olharam!
Julguei melhor, de minha mãe seguido,
A Jove procurar, prestar-lhe auxilio,
Attendendo, espontaneo, a seu desejo.
Pelos esforços meus, o negro abysmo
Do Tartaro sorveu nas profundezas
O vetusto Saturno e seus proselytos.
Dos Deuses o Primaz a taes serviços
Correspondeu, impondo-me esta pena!

E' molestia, inherente á tyrannia,
 O não ter confiança em seus amigos.
 Perguntaste por que me ultraja. Escuta.
 Quando assentado no paterno solio,
 Talhou, em proporção, aos novos Deuses
 Honras, mercês, e organizou o imperio.
 Mas não fez cabedal da especie humana ;
 Antes quiz destruil-a e nova raça
 Criar. Ninguém saiu a contrastal-o,
 Ousei-o eu só. A phemera pro genie
 Livrei de ir, de roldão, ás trevas dô Orco,
 Fulminada. Por isso, hoje, me estorço
 Na incessante pressão deste flagello,
 Miserando ao que o vê, duro ao que o passa.
 Eu, que me apiedeí tanto dos homens,
 Credor de compaixão não fui julgado ;
 E, punido sem dó, exhibo um quadro,
 Que é para Jove deshonroso estyigma.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

De ferro, ou de pedra rija
 Forrado o peito ha de ser
 Daquelle, que não se affliza
 Com teu sévo padecer:

De tanta angustia prouvéra
 Que eu testemunha não fôra !
 Mas vendo-a, me dilacera
 Funda tristeza, oppressora.

PROMETHEU

Sou, na verdade, para meus amigos
 Lastimavel de ver.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

E não levaste
 Teu favor aos mortaes inda mais longe ?

PROMETHEU

Forrei-os ao terror da hora da morte.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Que remedio inventaste a mal tão grave ?

PROMETHEU

Entre elles fiz morar cega esperança.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Presente de valor inestimavel !

PROMETHEU

Trouxe, tambem, a suas mãos o fogo.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Que ! Do fogo esplendente estão na posse
Os entes de um só dia !

PROMETHEU

Oh ! sim e o fogo
Seu mestre ha sido em variadas artes.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Por delictos semelhantes
E' que Jove te crucia,
E nem, siquer por instantes,
Estas penas te allivia ?

E não sabes qual a dura
De teu padecer algoz ?
A tão medonha tortura
Jove limite não pôz ?

PROMETHEU

Nenhum. Terminará quando lhe apraza.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

E ha de aprazer-lhe ? Olvidaste
Que em culpa tens incidido ;
E que o dizer-te que erraste
Me desgosta e te é dorido ?

Deixemos, porém, de parte
Este proposito ingrato,
E procura libertar-te
Das peias deste artefacto.

PROMETHEU

A quem não prendem do Infortunio as malhas
 Nada custa exprobrar, severo, o afflicto.
 Tudo fiz voluntario e consciente.
 Quiz delinquir e o fiz, caso pensado.
 Não me era estranho que, valendo aos homens,
 Para mim preparava intensas magoas.
 Nunca, emtanto, esperei tão fero tracto,
 Macerado de encontro á rocha viva,
 Nesta remota, inhabitavel fraga.
 Mas não lastimes meus presentes males !
 E' melhor que, descendo a este rochedo,
 Ouças, de perto, todo o meu destino.
 Presta-me este serviço officioso.
 Condoe-te do infeliz, que vês em transe.
 Anda a Desgraça errante, sem parada ;
 E, assim vagando, ora um, ora outro fere.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Falas a quem, sempre, accedo,
 E obedeço, á tua voz.
 Do carro abandono a séde
 E desço com pé veloz.

Deslizando no ether puro,
 — Dos passaros travessia, —
 Eu já piso o sólo duro
 Da escabrosa penedia.

Com empenho verdadeiro,
 Vim teu desejo cumprir ;
 Pois, o meu é — por inteiro,
 Teus males todos ouvir.

(*Aparece Oceano no ar, cavalgando um dragão alado.*)

OCEANO

Aqui estou, Prometheu ; vim ter contigo,
 Longo caminho, rapido, vencendo,
 Neste alado veloz, que reio e guio,
 Sem freio, e apenas da vontade á força.
 Penalisa-me, assaz, teu soffrimento,
 E o parentesco impelle-me a carpir-te.
 Mas, pado ao lado os vinculos do sangue,
 Ninguém tanta afeição, qual eu, te rende.
 Sabes quanta verdade ha nestas phrases.
 Nunca foi lisongeira a lingua minha.
 Vamos ! indica o meio de acudir-te.
 E não dirás, em tempo algum, que houveste
 Outro amigo, mais firme que Oceano.

PROMETHEU

Que vejo ! E's tu ! Tu mesmo aqui vieste,
A ser espectador de meu tormento !
Abandonaste o rio de teu nome,
Grutas, que a natureza abriu na rocha,
Por esta região, que é mãe do ferro ?
Só vens testemunhar meu triste estado,
Ou, piedoso, compartilhar meus males ?
Olha de que baldão Jove nodôa.
Seu mais forte auxiliar na lucta ingente,
Cuja victoria lhe manteve o throno !

OCEANO

Vendo estou, Prometheu. Mais que avisado
E's; escuta, porém, um bom conselho.
Conhece-te; outros habitos adopta;
Pois hoje novo Rei preside aos Numes.
Si exprobrações tão acres arremessas,
Vocif-rando, pôde ouvil-as Jupiter,
Bem que do Olympo na mais alta séde.
Sua colera, então, levada a extremo,
Sevicias te imporá, de tal quilate,
Que as de agora serão mero brinquedo.
Dos seios d'alma, desgraçado, expelle
Todo o levedo de iracundia e orgulho !
Busca á teus males proximo remate.
Cres que te falo como velho estulto.
Mas tu, ó Prometheu, és viva mostra
Dos damnos, que produz lingua arrogante.
Não dobras a cerviz ante as desditas
E outras queres juntar ás que te avexam.
Deixa, uma vez, assessorar-te e attende.
Não bata: com o pé de encontro á espora.
Inclemente monarcha, hoje, governa.
Irresponsavel, a ninguem dá contas.
Parto já. Vcu tratar de teu resgate.
Fica inerte; não fales tão protervo.
Fino de mais, qual és, aca o ignoras
Que se inflige um ferrete á lingua solta ?

PROMETHEU

Dou-te os emboras, por te ver immune
De pena e culpa; tu, que, a mim ligado,
Ousaste tomar parte em minhas dôres.
Quero, porém, o incommodo poupar-te

De ires interceder por mim. E' Jove
De indole fêra. Conseguir não podes
Leval-o á persuasão. Contigo mesmo
Toma cautela ! Observa tudo em roda !
Não te venha algum mal desta visita !

OCEANO

Melhor que a ti, os outros aconselhas ;
Os infortunios teus são disto a prova.
Não queiras reftrear-me ao zelo o impulso.
Eu me ufaneio, sim, eu me ufaneio
De alcançar para ti de Jove o indulto.

PROMETHEU

Louvo-te, grato, e sempre hei de louvar-te.
Não ha mostrar, mais vehemente, o anhelô
De prestar-me um favor. Mas, infructifero
Teu esforço verás. Quanto tentares
Não me aproveitará ! Quêda-te, isento
De riscos. Infeliz, que sou, não quero
Que minha desventura envolva os outros.
Sim ! Já bastante me atormenta a sorte
De meu irmão Atlante, que, postado
De pé, na extrema occidental da Hesperia,
As columnas sustém do Céu, da Terra,
Sobre as espaduas ; (carga insupportavel !)
Faz-me dó o terrigena, habitante
Dos antros ciliceus, monstro da guerra,
O impetuoso Tipheu, de cem cabeças,
De irresistivel força dominado,
Revel aos Numes, sibilava o excidio
Da tetra guela. Emquanto dava assalto
Contra o poder de Jove e fulminava
Dos olhos seus ao fulgurar gorgóneo,
Vibrou-lhe o Pai o vigilante dardo,
— O raio, que ao cahir, expira chammas —
E abateu-lhe as farromas blasonantes.
Nas mais intimas visceras ferido,
Pávido do estridor tonitroante,
Perdeu forças, caindo incinerado.
Hoje só delle resta um corpo inutil,
Estirado do mar junto á angustura,
Do Etna sob as raizes comprimido ;
Emquanto em cima tem Vulcano a forja
E prepara fusões. Dalli, jorrando,
Um dia, com fragôr, igneas torrentes,
Queimarão nas mandibulas selvagens
Os frugíferos valles da Sicilia.

Assim ha de Typheu, mesmo combusto
Do ethereo fogo, evaporar os estos,
E, em ferventos rojões de inexauriveis
Torvelins, vomitar chammas do bôjo.
Tens longa experiencia e nem precisas
Que eu me torne teu guia e conselheiro.
Guarda-te, pois, da mais segura fôrma :
Que eu ficarei cumprindo o meu fadario,
Té que a ira deserte a alma de Jove.

OCEANO

Não sabes que da colera espumante
As palavras são medico ?

PROMETHEU

Si, a tempo,
Alguem o coração nos pacifica,
E sem que reprimir, á força, intente
D'alma tumida os impetos.

OCEANO

Que damno
Vês em tental-o, audaz e cauteloso ?

PROMETHEU

Simplicidade vã, canseira inutil !

OCEANO

Permite-me enfermar de tal achaque !
Lucra o sabio em passar por nescio, ás vezes.

PROMETHEU

Fôras autor da culpa, eu responsavel !

OCEANO

Vejo uma despedida em taes palavras !

PROMETHEU

Lastimando-me a sorte, odios provocas.

OCEANO

De quem? Daquelle, que, em recente data,
Tomou posse do solio onnipotente?

PROMETHEU

Ai misero de ti, si n'alma o irritas!

OCEANO

Tuas desgraças de lição me servem.

PROMETHEU

Vai presto! Insiste nos teus bons designios.

OCEANO

Dás pressa ao que a partida accelerava.
Meu quadripede alado, impaciente
De dobrar o joelho em seu caseiro
Aprisco, as azas distendidas roça
Nas camadas azues do ethereo plaino.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

STROPHE I

Prometheu! Que dôr me causa
Teu destino miserando!
As lagrimas, que, sem pausa,
Dos olhos me estão manando,

Qual humida fonte, a fio,
Minhas faces vem regar;
Jupiter seu poderio
Vive, arrogante, a ostentar,

E humilha os antigos numes
A' tyrannica oppressão.

ANTISTROPHE I

Sôa em lugubres queixumes
Esta vasta região.

Da vizinha Asia sagrada
Os incolas, compungidos,
Choram-te a gloria passada
E a de teos irmãos vencidos.

STROPHE II

Choram-te as, fortes na guerra,
Virgens de Colchos; — o Scythia,
Que n'um extremo da Terra,
Junto á Meotida habita;

ANTISTROPHE II

O arabe escol guerreiro,
Fremente, de agudas lanças,
E que tem forte roqueiro
Do Caucaso em vizinhanças.

EPOLO

De incansaveis nós ligado,
Um só dos Titans eu vi,
Pelos Deuses castigado,
Padecer, antes de ti.

Atlas foi. Quem tão valente
De tanto esforço capaz,
Pois sobre o dórso gemente
O Polo gravoso traz?

O pégo, fervendo, muge,
A seus pés; a terra trême;
O negro Averno restruge,
E até nos recessos freme.

Todas as fontes sagradas
Das correntes fluviaes
Lamentam, angustiadas,
Suas desgraças fataes.

PROMETHEU

Não de tédio, ou de orgulho é meu silencio.
Mas eu devoro o coração, pensando
Que sou exhibição de tanta viltá.
Quem, sinão eu, por estes novos Deuses
Talhou, proporcionaes, mercês e graças?
Sobre e te ponto nada mais ajunto;
Seria expôr um facto aos que o conhecem.
Ouve os males, que aos homens affligiam,
E como, de boçaes, os fiz cordatos
E scientes da propria intelligencia.
Si assim falo, não é porque os censure;
Lembro só que o que fiz em prôl da raça
E' prova da affeição, que lhe consagro.
Antigamente olhavam, sem que vissem;
Inclinavam-se, á escuta, e nada ouviam.
Como as figuras, que desenha o sonho,
Tudo, por longo tempo, confundiram.
A's casas de tijolo, ao sol expostas,
E ao lavrar da madeira extranhos eram.
Como gráceis formigas, diligentes,
Tinham habitações de sob o sólo,
No mais fundo de lobregas cavernas.
Nem por algum signal differençavam
O inverno da florída primavera,
Ou do verão, em fructos abundante.
Assim, sem reflexão, viveram, seculos;
Até que o instante do nascer dos astros,
Eo, menos regular, de seus occasos
Lhes dei a conhecer. Em seu proveito
O numero inventei,— a mais proficua
Das descobertas, que a sciencia illustram.
Ensinei-os a ler, grupando as letras.
Formei-lhes a memoria — a mãe das Musas.
Domesticando os animaes selvagens,
Fil-os á sujeição doceis. Pesaram
De irracionaes no dorso as graves cargas,
Que oneravam, té ahí, hombros humanos.
Puz ao carro os frenigeros cavallos,
— Trastes de luxo de faustosos ricos —.
Vehiculos navaes, d'azas de linho,
Sulcadores do mar, a mim se devem.
E eu (desditoso !) autor de tanto invento
Em bem dos homens, descobrir não posso
Um, que logre partir estes liames !

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Grave castigo padecemos !
Fluctuas, leso o juízo.
Qual mão medico, adoeceas,
E és, no curar-te, indeciso.

Ao animo perturbado
Certamente, não te acode
O remedio apropriado,
Que, prompto, sanar-te póde.

PROMETHEU

Ouve o que falta, e pasmarás, sabendo
De quantas artes e misteres uteis
Fui inventor. O principal foi este :
Medicina nenhuma o enfermo tinha
No comer, no beber, na uncção do corpo ;
De curativos definhava á mingua ;
Té que, graças a mim, foram sabidos
Os remedios e mixtos salutaes,
—Preservativo e cura das molestias. —
Dei, para adivinhar, processos novos ;
Disse em que pontos as visões sonhadas
Reaes seriam; ás escuras phrases
Das predições vocaes fixei sentido.
Dos accidentes, que em jornada occorrem,
Dei plena explicação ao viandante.
Muito a miude, defini o vôo
Dos passaros de garras encurvadas,
Qual delles é propicio e qual sinistro ;
Disse de que alimentos se nutriam,
Quaes seus odios, e amores, seus encontros ;
Notei-lhes das entranhas a lisura,
Bem como a côr, que mais apraz aos Deuses,
Quaes da bile os aspectos favoraveis
E os do figado e o ádipo das côxas.
Seus rins queimando, descobri segredos
D'arte de adivinhar, que era difficil.
Do fogo occulto revelei o augurio,
Outr'ora nebuloso. Além de tudo,
As riquezas, que a terra nas entranhas
Guardava — o ferro, o bronze, a prata, o ouro —,
Qual outro, antes de mim, as desvelára?
Quem se chamar tal gloria é temerario,
Jactancioso. Em summa ; as artes todas
Por Prometheu hão vindo ás mãos dos homens.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Basta ; dos homens não fales.
 Quinhoaste-os amplamente,
 Trata de ti. A teus males
 Não sejas indifferente.

Sinto em mim, tenho por certo
 Que ainda, um dia, te hei de ver,
 Destas cadeias liberto,
 Igual a Jove, em poder.

PROMETHEU

Isto não prouve á Parca poderosa.
 Pelo Destino decretado estava
 Que, só de longas provações ao cabo,
 Destas peias, alfim, solto me veja.
 Muito mais debeis são, por certo, as artes
 Do que a Fatalidade.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Do Destino o timão reger !
 E a quem pertence

PROMETHEU

A' Parca
 Triforme e ás sempre mémores Erynnes.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

E Jove é menos forte, que o Destino ?

PROMETHEU

Sim ! não lhe fuge ás leis irrecusaveis.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Para elle algo é fatal, além do imperio ?

PROMETHEU

Não t'o direi, nem mesmo a instantes rogos.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

E', de certo, bem grave o que me escondes?

PROMETHEU

Lembra outra cousa; descabida é esta.
Para mim é mister, quanto possível,
Guardal-a occulta! Deste modo, evito
Mil infortunios e estes ferros quebro.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

STROPHE I

Não apraza á Potestade,
Que os mundos todos governa,
Oppôr á minha vontade
Sua vontade superna.

Seja meu constante fito .
Mant' os Numes propicios,
Fazendo, sempre, os do rito
Tributarios sacrificios ;

Offertando-lhes, de plano,
As victimas immoladas
Junto ás do Padre Oceano.
Correntes, sempre agitadas.

Que eu nunca aos Deuses aggrave
No intuito, ou na expressão ;
Que, perpetua, em mim se grave
Tão louvavel intenção.

ANTISTROPHE I

Doce é firmar longa vida
Sobre esperanças estaveis,
Conservando a alma nutrida
De jubilos infaveis !

Fundo horror minha alma sente
Por teu duro padecer !
Foste muito irreverente
Com Jove em teu proceder.

Nos teus planos confiado,
E só por impulso teu,
Aos homens has dispensado
Honras de mais, Prometheu.

STROPHE II

Que mão pago houveste disso !
 Julgas que em teus dissabores
 Te prestem algum serviço
 Os terraqueos moradores ?

Perdeste, acaso, a lembrança
 Da tibia imbecillidade,
 Que, de um somno á semelhança,
 Pésa sobre a humanidade ?

Dos homens nunca os projectos
 Terão forças de inverter
 A ordem, que em seus decretos
 Quiz Jupiter prescrever.

ANTISTROPHE II

Convenci-me disto, enquanto
 Teu supplicio contemplava.
 Quão diverso deste canto
 Era o que nos arroubava,

Quando, cercando-te o thoro
 E o lavacro, accordes todas,
 Entoavamos, em côro,
 Hymno festivo de bôdas,

Vendo Hesione, nascida
 Do Oceano, esposo aceitar-te,
 E, a teus presentes rendida,
 Em teu leito ser comparte !

(*Apparece Io.*)

IO

Que terra esta é ? Que gente nella habita ?
 E quem és tu, por vinculos atado
 Nesta rocha hybernal ? A' que flagicio
 Serve de expiação tamanha pena ?
 Diz-me á que região chego, agita la !
 Ai ! ai ! ai ! Eis, de novo, me afferrôa
 (Desditosa) ! o tавão,— o simulacro
 D'Argos, da Terra filho ! O' Terra, afasta-o !
 Tenho medo ! O pastor, de olhos innumeros,
 Me está fitando co'a dolosa vista.
 Bem que finado, não n'ó esconde a terra ;
 Volta do Inferno ; segue-me na pista
 E arrasta-me a vagar, faminta, aos saltos,
 Pelas marinhas, arenosas praias.

STROPHE

Da avena de cêrea junctura a harmonia
Ao somno convida.

Té onde, na infinda, fatal e rretria,
Serei impellida?

Saturnia progenie, qual foi o meu crime?
Por que me condemua

A colera tua e ao jugo me opprime
De tão dura pena?

Por que n'um continuo terror, flagellante,
Que arrasta á loucura,

Me impões deste insano correr, incessante,
A rude tortura?

Ou manda-me em chammas morrer abrazada,
Ou viva enterrar,

Ou,— pasto animado—, que eu seja lançada
A's fêras do mar.

Oh rei! Dá-me ouvidos! A' angustia, que rala
Meu animo enfermo,

Modera os rigores. Siquer, assignala
Qual seja seu termo!

O CÔRO DAS OCEANIDAS

A voz não ouves da bicornie virgem?

PROMETHEU

Como não hei de ouvir d'Inacho a filha,
A moça virgem, do tavão pungida?
Ella inflammou de amor a alma de Jove;
E hoje, de Juno odiada, é constrangida
A' correria longa e sem repouso.

IO

ANTISTROPHE

Donde soubeste de meu pai o nome?

Como, infeliz,

Conheces esta dôr, que mé consome?

A' triste o diz.

Quem te deu novas do divino açoitte;

Desse feroz

Ferrão, que me caustica, dia e noite,

Com furia atroz?

Da colera de Juno perseguida,
 Aqui, por fim,
 Tresvariada, pela fome urgida,
 Saltando, vim.

Mais desditosa, dentre os desditosos
 Quem pôde haver?
 Diz-me, sem véos, os lances desastrosos,
 Que hei de soffrer,

Si allivio, ou cura tens á tão pesada,
 Fera agonia,
 Aponta-o, sem rebuço, á flagellada
 Moça erradia.

PROMETHEU

Dizer-te vou o que saber desejas,
 Simples e claro, sem usar de enigmas,
 Qual de um amigo a outro. Em mim presente
 Tens Prometheu, que trouxe o fogo aos homens.

IO

Tu — auxilio commum da raça humana, —
 Tu, — Prometheu, por que razão padeces?

PROMETHEU

Pouco ha, findára a historia de meus males.

IO

Agora, a mim não te será possível
 Uma graça fazer?

PROMETHEU

Sim ! Interroga ;
 Eu te satisfarei.

IO

Quem te ha cravado
 Nesta rocha precipite?

PROMETHEU

O decreto
 De Jupiter e o braço de Vulcano.

IO

Que attentado é credor de tal castigo ?

PROMETHEU

E' bastante o que eu disse.

IO

Expõe, ao menos,

Todos os golpes, que o porvir me guarda,
E qual deste correr o termo certo.

PROMETHEU

Não me inquiras. Mais val que tudo ignores.

IO

Do que tenho a passar nada me occultes.

PROMETHEU

Não me posso escusar a teu pedido.

IO

Por que tardas !

PROMETHEU

Não é por má vontade ;
Sim porque temo o animo turbar-te.

IO

Oh ! Não zeles de mim mais do que eu zelo.

PROMETHEU

Insistes ? Vou falar, expondo tudo !

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Ainda não. Dá que me caiba
 Uma parte do prazer.
 Que dos lábios della eu saiba
 Quanto teve de soffrer ;

De sua sorte funesta
 Sciente, depois de a ouvir,
 Narrarás o que lhe resta
 A padecer no porvir,

PROMETHEU

Cumpre attendel-as, Io. Além de tudo,
 São irmãs de teu pai. Quem não releva
 Tardança ao narrador dos proprios males,
 Si lagrimas de dó de seus ouvintes
 O acolhem ?

IO

Sim. Não ha como esquivar-me,
 Vou, claramente, relatar os casos,
 Que anciais por saber, bem que me pèze
 Dizer a causa da procella horrenda,
 Por mão divina contra mim lançada
 E d'esta vil, transfigurada fôrma.
 Visões sonhadas, voltejando, á noite,
 Pelo meu aposento de donzella,
 Vinham, continuo, em seductoras phrases
 Dizer-me : « O' tu, a mais feliz das virgens,
 Por que tão longa virgindade guardas,
 Se podes contrair consorcio augusto ?
 Do farpão do desejo assetteado,
 Arde Jove por ti, e almeja o instante
 De contigo fruir de Chypre os gozos.
 Teme a leito enjeitar do Pai dos Deuses !
 Vai ! Da profunda Lerna em prados busca
 Os pascigos e estabulos paternos.
 Dá repouso aos desejos, que desperta,
 Tua presença nos divinos olhos. »
 Ai ! de mim, desgraçada ! Em cada noite
 Identica visão vinha assaltar-me,
 Tò que, fazendo esforço de coragem,
 Fui a meu pai narrar aquelles sonhos.
 Nuncios elle expediu que, consultando
 O oraculo de Pytho e o de Dodôna,
 Conhecessem o que de grato aos Numes
 Lhe cumpria, por actos e palavras,
 Praticar. Ao regresso, os mensageiros

Só trouxeram respostas duvidosas,
 Não compreensíveis, de expressões obscuras.
 Veio, alfin, vaticínio manifesto,
 Ordenando a meu pai, de modo explicito,
 Que do lar e da patria me expellisse ;
 Mandando-me vagar, livre de laços,
 Té os longiquos terminos do mundo.
 Si fusse opposta resistencia as ordens,
 Jove, arrojando o coruscante raio,
 Extinguiria, inteira, a nossa estirpe.
 Submisso á voz prophetica de Loxias,
 Meu pai mandou-me pôr fóra de casa.
 E prohibiu-me que lhe entrasse as portas.
 Na ancía da dôr gemiam nossas almas ;
 Jove, porém, á freio o subjugava,
 E era preciso obedecer á força.
 Turbou-se-me a razão : mudei de forma
 E estas pontas na fronte me nuseram.
 Do acúleo de um tавão aguilhoada,
 Atirei-me, de um salto furibundo,
 A' Cenchreia, de limpha saborosa,
 Da collina de Lerna em verdes prados.
 Mas Argos, o terrigena vaqueiro,
 Sanhudo e mão, no encalço me seguia,
 A espiar, por miudo, os meus vestigios.
 Inopinado e subito successo
 Da existencia o privou. Eu, fustigada
 Do latego divino, em furia vago,
 De clima em clima. Ouviste tudo. Agora,
 Si conheces os meus futuros males,
 Dize-os ; e nem a compaixão te induza
 A agradar-me com phrases mentirosas.
 E', no conceito meu, vicio ominoso
 Por lisonja tecer falaz discurso.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Oh ! Basta ! Cala-te ! Pára !
 Jámais, jámais, (ai de mim !)
 Pude suppôr que escutára
 Um caso, insolito assim !

Expições e pezadumes,
 Triste de ver e cortar,
 Que, qual dardo de dous gumes,
 Me vem gelar e ferir !

Oh ! Fado ! Fado inclemente !
 De horror sinto-me transida
 Ao pensar na dôr pungente
 De tua cansada vida !

PROMETHEU

Teus ais e esse terror são prematuros.
Gemerás com razão, sabendo o resto.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Fala ! Ao triste, que padece,
O tormento se modera,
Si, d'outro ouvindo-o, conhece,
De ante-mão, o mal, que o espera.

PROMETHEU

Facil de mim houveste o que pediste,
Pois foi desejo teu ouvir, primeiro,
Dos proprios labios d'ella o que ha soffrido.
Falta narrar os transe, que á esta virgem
A vindicta de Juno inda reserva.
Grava no coração minhas palavras,
De Inacho ó filha ! Deverás, ouvindo-as,
De tuas excursões saber o termo.
Parte, com direcção ao sol nascente ;
E, atravessando não lavrados campos,
Verás os Scythas, montanhezes nomadas.
Armados de farpões de longo alcance,
Habitam choças de trançados vimes,
Dentro de carros d'optima rodagem.
Passa e o caminho trilha, que se abeira
Das fragas, em que o mar gemente quebra.
Pela esquerda, á morada irás dos Chálybes,
Peritos artezãos do ferro. Evita-os ;
Ferozes são e avessos á hospedagem.
Chegando á margem do empolado Hybristes,
Rio, que o nome seu bem justifica,
Não queiras, desde logo, vadeal-o.
Só lhe farás, sem risco, a travessia
No Caucaso, o mais alto d'entre os montes,
Onde a caudal, com impeto, rebenta
Ampla, a ferver, das temporas da serra.
Salva as cumiadas, que do céu vizinham.
Fitando então, ao meio dia, o rumo,
Encontrarás as hordas de Amazonas,
Aveas a varões, e cuja séde
Themiscira será—do Thermodonte
A' foz, onde a maxilla se escancara
Do mar Salmysdesseu, infensa aos nautas
E inhospita madrastra dos navios.

Hão de, ellas proprias, da melhor vontade,
 Prestadias, mostrar o teu caminho.
 Vinda, em seguida, ao istmo dos Cimerios,
 Junto ao cerrado estreito da Meotida,
 Transpõe-n'o, com arrojo. Ingente fama,
 Perpetua entre os mortaes, ha de provir-te
 Desse transito e Bosphoro chamado
 O estreito. Tendo assim deixado a Europa,
 Do continente d'Asia ao sólo aportas.
 Não vos parece que o Reitor dos Deuses
 Em tudo manifesta igual violencia?
 Nume, querendo a esta mortal unir-se,
 Numa carreira intermina arrojou-a.
 Que ruim próco te coube, oh pobre virgem,
 Para contigo convolar a nupcias!
 Quanto narrei não passa de proemio
 Dos soffrimentos, que o porvir te guarda.

IO

Ai de mim!

PROMETHEU

Outra vez choras, suspiras?
 Que será quando o mais te for notorio!

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Pois tens de annunciar-lhe outras desgraças?

PROMETHEU

Sim! Um revólto mar de horriveis dôres!

IO

Que monta este viver? Antes, de arranco,
 Deste rijo alcantil me arremessasse
 Ao chão de pedra e, nelle espedaçada,
 Me libertasse de miseria tanta!
 Mais val, de um golpe, violenta morte,
 Que existencia, arrastada em dôr sem termo.

PROMETHEU

Quanto, no meu lugar, te lamentáras,
 Pois o Destino me ha vedado a morte!
 Ella me fôra paz e livramento.
 Mas desta pena não terei resgate.
 Enquanto Jove não perder o imperio.

IO

E póde acontecer que, um dia, o perca ?

PROMETHEU

Creio te fôra grato o ver-lhe a quêda !

IO

E como não, si delle eu tanto soffro !

PROMETHEU

Isso ha de succeder. Dou-te a certeza.

IO

Quem o despojará do regio sceptro ?

PROMETHEU

Elle a si proprio, por acções estultas.

IO

E como ? Explica-o, não havendo risco.

PROMETHEU

Por um consorcio, fonte de amarguras.

IO

E' com Deusa, ou mortal ? Dize, si o podes.

PROMETHEU

Para que perguntal-o ? Ha neste ponto
Mysterio e não me é dado descobri-lo.

IO

Desthronado será por esta esposa ?

PROMETHEU

Ella ha de dar o nascimento a um filho,
Mais forte do que o pai.

IO

Não póde Jove
O desastre evitar?

PROMETHEU

Não lhe é possível ;
A não ser que eu, liberto destas peias...

IO

Quem, Jupiter invito, ha que te, livre ?

PROMETHEU

E' fatal seja alguém da prole tua.

IO

Que ! Virá libertar-te um de meus filhós !

PROMETHEU

Após dez gerações, um da terceira
Seguinte geração ha de livrar-me.

IO

Difficil comprehensão a deste augurio?

PROMETHEU

Dos revezes por vir não mais indagues.

IO

Recusas-me o favor, já concedido ?

PROMETHEU

Uma revelação posso fazer-te,
Escolhida entre duas.

IO

Das-me a escolha?

PROMETHEU

Sim. Tratarei dos males, que te aguardam,
Ou de quem deve resgatar-me, um dia.

CÔRO

Serve aos dous. A esta donzella
Prediz a futura dôr;
Em seguida, me revela
Quem será teu salvador.

PROMETHEU

Não quero ao rogo teu mostrar-me esquerdo,
E tudo vou dizer. Primeiro, ó Io,
Narrarei tuas multiplas corridas.
Grava-as nas taboas memoraveis d'alma !
Abandonando o estreito, que separa
Os continentes, vai seguindo a rota
Para o lado, em que o sol nasce, inflammado.
Sem parar, o bramir do mar transpondo,
A's gorgóneas campinas, em Cisthene,
Irás. No sitio as Phorcidas habitam.
São tres virgens senis e elniiformes,
Possuindo, em commum, um olho e um dente.
Jámais as visitou do sol um raio
E nem da argentea lua a luz serena.
Suas irmãs,— as Gorgones aligeras,
Angui-comadas, aos mortaes funestas,
Teem perto os lares. Quem lhes fita o aspecto
O espirito vital, subito, perde.
Aponto os riscos. Cabe-te evital-os.
Outra sinistra, repulsiva imagem,
Verás nos Gryphos, cães de Jove, mudos,
De agudos rostros. Foge-os. Foge á turba
De Arimaspos equestres, de um só olho,
Que do aurífero Plutão ribas occupam.

A' séde aportarás de um povo negro,
 Junto ao berço do sol, nas longes plagas,
 Por onde corre da Ethiopia o rio.
 Vai caminhando pelas margens d'elle,
 Té que enfrentes a grande catarata,
 Onde o Nilo, a tombar dos montes Biblos,
 Derrama sua linpha veneranda
 E de grato sabor. Prosegue e alcança
 A terra, que um triangulo figura.
 Praz ao Fado, que em tão remota zona
 Fundes uma colonia, onde te fixes
 E mores, lo, e a descendencia tua.
 Si em minha narração ha ponto obscuro,
 Ou de difficil comprehensão, indica-o ;
 Que em dar-te a explicação, de prompto, acudo.
 Tempo hei, de sobra. Nem quizera tanto !

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Si algo foi della omittido,
 Suppre'o lapso da memoria.
 Após, cede a meu pedido ;
 Relata-nos tua historia.

PROMETHEU

Do seu peregrinar futuro ouviu-me
 Inteira a exposição. Vou dar-lhe a prova
 De que não falo em vão, narrando as dores,
 Que antes de aqui parar, ha padecido.
 Serei succinto ; pouparei palavras
 E ao termo irei de seu correr infrene.
 Tendo chegado aos campos dos Molossos,
 Em Dodôna elevada, onde se encontram
 De Jupiter Thesprócio altar e oraculo,
 E o carvalho que fala, (alto prodigio !)
 Saudou-te, claramente, a voz divina
 (Que lisonjeira saudação foi essa !)
 Qual de Jove futura, inclyta esposa !
 Picada do tавão, seguiste a costa ;
 Ao mar de Rhéa foste e o transpuzeste.
 Arredou-te dalli o errante impulso.
 Para commemorar esse trajecto,
 Mar Ionio será donominado
 Pela posteridade aquelle golpho.
 Assim dá testemunho a mente minha
 De que penetra além do que é visivel.
 Atando, agora, á minha historia o fio,
 A ella, a ti, conjunctamente falo.

No extremo Egypto, em comoro de areia
 Fronteando do Nilo a embocadura,
 De Canópo a cidade é situada.
 Alli Jove, tocando-te de leve,
 E affagando-te a mão, blandicioso,
 Ha de acalmar-te o espirito agitado.
 Darás, mais tarde, á luz E'papho, o negro,
 Nome, que lembra as condições e o modo
 Como ha de ser de Jupiter gerado.
 Elle sêmeará nas ferteis glebas,
 Que no vasto percurso o Nilo banha.
 Na quinta geração, dahi provinda,
 Para Argos voltarão cincoenta virgens,
 Fugindo ao casamento, pretendido
 Pelos primos paternos, Exaltados.
 Inda insistindo no enfeitado enlace,
 (Que nunca houvesse de lhes vir á idéa),
 Seguindo irão no encalço as fugitivas,
 Quaes tercós, que, de perto, as pombas seguem,
 Um Deus ha de invejar os corpos delles
 E no gremio a Pelasgia recebel-os,
 Quando domados por um Marte fero,
 Que mata com a dextra das mulheres
 E por audacia, que durante a noite,
 Vigia como esperta sentinella,
 Degollar cada esposa o seu marido,
 Levando-lhe á gârganta o duplo corte
 De aguda espada e lhe arrancar a vida.
 Que Venus fira assim meus inimigos !
 Ha de amor ameigar uma das virgens,
 Para que não trucidie o companheiro.
 Esta, hesitando no assassino plano,
 Preferirá ser fraca a ser cruenta.
 A mãe ella será dos reis argolicos.
 Para o assumpto é mister longo discurso.
 Basta dizer que desta regia sóbole
 Deve provir o audacioso, illustre,
 Perito no atirar as saggitarias,
 Que me ha de libertar destas cadeias.
 Themis Titania, minha mãe, predisse-o.
 Como e quando será ? E' longa historia,
 E nada lucrarás em que a repita.

Ai de mim ! Ai de mim ! Novo delirio
 Me lança em phrenesi, me abraza o cerebro ;
 Queima-me do tãvao, sem fogo, a pua ;
 De terror agitado, em fortes golpes
 Do peito a arcada o coração verbera-me ;
 Nas orbitas os olhos se retorcem ;

Longe de mim me arroja, impetuoso,
O vento do furor. Não me obedece
A lingua. Minhas vozes conturbadas
Luctam, a esmo, em confusão, debalde,
Co'as vagas de meu barbaro infortunio.

(*Sae Io.*)

O CÔRO DAS OCEANIDAS

STROPHE

Sabio foi, sabio eminente,
Quem primeiro formulou
Este conceito na monte
E em palavras o explicou:

E' o melhor dos casamentos
O que se faz entre iguaes.
Quem vive dos rendimentos
De trabalhos manuaes

Não busque alliança na classe,
Soberba pela riqueza,
E fuja, igualmente, á enlace
Co'os que pompeiam nobreza.

O' Parcas ! de Jove o leito
Nunca eu possa compartilhar,
Nem jámais, por laço estreito,
A um Nume qualquer me unir !

Tremo, ao ver a virgindade
De Io, a varões tão hostil,
Por Juno, sem piedade,
Votada a corridas mil.

EPODO

Entre iguaes não temo alliança.
Mas nunca nos olhos meus
Fixe o olhar,— que não se alcança
Evitar,— um alto Deus.

Guerra, em que a luta se exclue,
E em que é nulla a resistencia ;
Pois o inimigo possui
Recursos sem competencia.

Si um dia a Jove o desejo
De distinguir-me acudir,
Maneira nenhuma vejo
De ao poder lhe resistir.

PROMETHEU

Mas, apesar do pertinaz orgulho,
 Inda humilde ha de Jupiter volver-se,
 Pois se prepara a contrair consorcio,
 Que tem de o derribar, de modo inglorio,
 Do solio, arrebatando-lhe o dominio.
 Então ha de cumprir-se, inteiro e pleno,
 O anathema, lançado por Saturno,
 Quando o filho o expelliu do antigo throno.
 Fuga á desastre tal nenhum dos Numes
 Conhece, a não ser eu ; sei o remedio
 E sei tambem o modo de applical-o.
 Estadeie-se Jove nas alturas,
 Fiado no estampido pavoroso,
 Que retumba atravez da immensidade ;
 Sacuda o raio ignivomo na dextra ;
 Pois não terão valor taes aparelhos
 Para lhe attenuar o vilipendio
 Da quéda, e a perda do poder, sem volta.
 Agora mesmo contra si levanta
 Antagonista, de expugnar difficil,
 Que uma chamma inventou, melhor que o raio,
 E um fragor, que ao trovão, de muito excede.
 Hão de taes armas reduzir a estilhas
 De Neptuno nas mãos esse tridente,
 Que o mar subleva, que sacode a terra.
 Naufrago sobre o escolho do Infortunio,
 Ha de Jove saber qual a distancia
 Que entre mandar e obedecer existe.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Predizes contra Jove o que desejas
 Lhe aconteça.

PROMETHEU

Refiro-me a successos,
 Que hão de realizar-se e, que me aprazem
 Ver, a seu tempo, em factos convertidos.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Que ! Jupiter vencido e dominado !

PROMETHEU

E a supplicio, maior que o meu sujeito.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

E não receias proferir taes phrases ?

PROMETHEU

Por que ? Si o não morrer é meu destino ?

O CÔRO DAS OCEANIDAS

E si elle te aggravar esses tormentos ?

PROMETHEU

Que faça. Tudo delle espero.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

E' sabio
Quem de Adastreia aos pés dobra os joelhos.

PROMETHEU

Submissa implora, adula a quem governa !
Menos que nada val Jove a meus olhos.
Como é desejo seu, no Olympo exerça
Ephemero poder : pois sobre os Deuses
Imperio não terá por longo tempo.
Mas vejo alli o batador de Jupiter.
O fido servo do actual tyranno.
Certo, vem transmittir-me ordens recentes.

MERCURIO

Alma de fel; sophista astucioso,
De engenho, a mais não ser, agudó e fino,
Que contra os Numes commetteste o crime
De dar ao ser de um dia honras divinas !
Ladrão do fogo, interpellar-te venho.
Dize, pois manda o Pai, qual o consorcio,
Que ha de ser causa, consoante o affirmas,
De sua queda do poder. Expõe-me,
Livre de a nébages, ponto a ponto, a historia.
Discreasa-me o descer, de novo, á terra,
Prometheu. Proceadendo de outro modo,
Não abrandas a Jupiter.

PROMETHEU

Grandiloquo

E cheio de arrogancia é teu discurso,
Qual cabe dos celicolas ao servo.
Novos, de ha pouco dominando, crêdes
Que em vossa fortaleza estais a salvo
De dóres. Dous tyrannos desthronados
Vi e, em breve, hei de ver este terceiro,
De modo ignominioso p o ternado.
Julgas talvez que hei medo aos novos Deuses?
Quão longe estou de receial-os! Volta
Já, pela mesma estrada e, sem que saibas
Nada de quanto investigar vieste.

MERCURIO

Por fera obstinação — desta miseria
Te arremessaste ao porto.

PROMETHEU

Este infortunio

Por teu officio permutar não quero.
Antes escravo ser deste penhasco,
Do que do Pai correio complacente.
Represalia é do teu este doesto.

MERCURIO

Pareces exultar com teu supplicio!

PROMETHEU

Quem? Eu? Pudesse ver meus inimigos
Deste modo exultar; tu como os outros,

MERCURIO

Crês que nos males teus hei tido parte?

PROMETHEU

Lhano a falar, exæro os novos Deuses,
Que enchi de bens e, em trocô, assim me affigem.

MERCURIO

Soffres grave molestia—, a da loucura !

PROMETHEU

Si é molestia odiar os inimigos,
Desejo se prolongue a que eu padeco.

MERCURIO

Quem, si foras feliz, te supportára ?

PROMETHEU (*soltando um gemido*),
Ai !

MERCURIO

Jove desconhece essa palavra.

PROMETHEU

Traz o tempo a velhice e tudo ensina.

MERCURIO

Não te ensinou, comtudo, a ter bom senso.

PROMETHEU

Não ; pois falando estou contigo, oh servo !

MERCURIO

A's perguntas do Pai não dás respostas ?

PROMETHEU

Muito lhe devo, na verdade ! Cabe-me
De minha gratidão render-lhe provas.

MERCURIO

Qual de criança, estás de mim zombando ?

PROMETHEU

Não és, acaso, menos que criança
 No siso, si de mim obter pretendas
 Revelação qualquer? Não logra Jove,
 Por meio de arificio, ou de tortura,
 Levar-me a desvendâr-lhe o neu segredo,
 Sem que elle de tes ferros me desrenda!
 Póde a candente chamma arremessar-me;
 Confundir e abalar todo o Universo,
 Com turbilhões de neve d'azul brancas,
 E ao troar dos estrondos otterrâneos;
 Não ha dizer-lhe quem, por lei do Fado,
 Tem de privar-o do poder supremo.

MERCURIO

Medita! Em que aproveita a contumacia?.

PROMETHEU

Tudo, ha muito, hei previsto e resolvido.

MERCURIO

Ousa, uma vez, siquer, ousa, insensato,
 Pensar, maduro, no teu mal presente.

PROMETHEU

Importunas-me, em vão. Teu suasorio
 E' qual si fosse dirigido ás ondas.
 E nem possa acudir-te ao pesamento
 Que, aterrado de Jovê ante os designios,
 Coração fem nil revista e, erguendo,
 Como debil mulher, supplices palmas,
 Peça a quem aborreço em grão supremo
 Destes grilhões me livre. Em tal não penso.

MERCURIO

Em vão falei, si bem demais falasse.
 Nada te abrandas; a rogos não attendes.
 Qual poldro, mal domado, o freio tascas,
 Forcejas, reluctando contra as redeas.
 Confiança orgulhosa depositas
 No impotente saber. Nada mais fraco,
 Que a pertinacia esteril da loucura.

Olha: si as minhas suggestões desprezas,
 Que vendaval, que oceano de infortunios
 Em ti vai desabar ! Inevitavel
 Isto ha de ser. O Pai, antes de tudo,
 Dos trovões ao fragor, do raio á chamma,
 Destruirá este alcantil fragoso ;
 Sob os escombros sumirá teu corpo,
 Estatelado em braços de granito.
 Has de voltar á luz, após volvidos
 Longos évos. Então, a aguia cruenta,
 — Cão volátil de Jove, — em mil pedaços
 Ha de, voraz, atassarhar-te as carnes.
 Qual diario conviva, sem convite,
 Fará banquete com teu negro figado,
 — Unico do festim manjar sangrento. —
 Não esperes o fim do atroz supplicio,
 Enquanto um Deus, que padecer-o queira
 Por ti, não desça ao Orco tenebróso,
 E á caligem do Tartaro profundo.
 Pensa. Não vejas ameaça inane
 No que te digo. E' muito grave o assumpto.
 Nunca mentiu de Jupiter a bocca ;
 Cumpre o que diz. Reflecte, delibera ;
 Nem á prudencia opponhas arrogancia.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Não parece impertinente
 De Mercurio a allocução ;
 Pois te exhorta a ser prudente
 E a deixar a obstinação.

O seu conselho cordato
 Deves ouvir e aceitar :
 E' vergonhoso ao sensato
 Na falta perseverar.

PROMETHEU

Eu conhecia os termos da embaixada
 Que elle vociferou. Porém, qu'á importa ?
 Não produzem sorrreza e nem desluzam
 Apódos e desfeitas do inimigo.
 E, pois, qu' seja sobre mim vibrada
 A bi partida, flammejante espira ;
 Abalem o ether dos trovões o estrondo
 E'o sibilante urrar dos soltos ventos ;
 Medonho furacão sacuda a Terra,
 Desde a raiz, nos imos fundamentos ;

Equóreos escarecos, mugindo, invadam
 Celestes plainos, onde os astros gyram ;
 E Jove, pelo vortice arrastado
 Da rígida, fatal Necessidade,
 Arroje o corpo meu no negro Tartaro :
 Em vão ! Não tem poder de dar-me a morte.

MERCURIO

Taes palavras, iguaes arrazoados,
 Só se podem ouvir de um mentecapto.
 Eil-o que attinge as raia: da loucura,
 Pois não doma ao furor a violencia.
 E vós, que do seu mal haveis piedade,
 Destes lugares afastai-vos, presto ;
 Por que o trovão que ahi vem, rugindo horrivel,
 Não vos transtorne de pavor a mente.

O CÔRO DAS OCEANIDAS

Dá-me conselho accitavel,
 E serás obedecido.
 E', de todo, intoleraavel
 O que me tens dirigido.

Estranho o teu sentimento !
 Cobarde nunca serei.
 Seja qual fôr seu tormento,
 Com elle o compartirei.

Dos vis traidores a peste,
 Experiente, aborreço ;
 Nem cousa, que eu mais deteste,
 Em minha vida conheço.

MERCURIO

Lembre-te, ao menos, que te dei o aviso.
 Nunca em transe de dôr digas que a Sorte
 Ou Jove, de improviso, te ha ferido,
 E sim: Eu mesma fui, do mal sciente,
 Nelle cair, por falta de cautela,
 E não por laço armado, ou por surpresa.
 A humana insensatez nos prende ás malhas
 Da inextricavel rêde do Infortunio,
 De que jámais alguém logrou soltar-se.

PROMETHEU

Eis se cumpre a ameaça. A Terra nuta ;
Rouco trovão no bóo lie destruce ;
Rasga a espiral ; a poeira torvelinha ;
Irrompem, a soprar, todos os ventos,
E, mutuamente, os impetos oppondo,
Forçam varios buleões, que se abalroam ;
O Ether, combalido, ao mar confunde-se.
Contra mim Jove, manifesto, rue,
Com impeto, e quer ver se me apavora !
Oh ! santo amor de minha mãe ! Oh ! Ether,
Em cujo seio a luz com um circula ;
Vede a que me atormenta, injusta pena !

FIM

ERRATA

A' pag. 32 — Em vez de — pello — leia-se — polido.

A' pag. 62 — Inclua-se a nota 102, que foi, por engano, supprimida, seguindo-se depois a numeração como deve ser.

A' pag. 151 — Leia-se 496 a 525.

A' pag. 152 — A 2ª nota 117 — leia-se — 117 A. Em vez de — Os supplicantes—, leia-se sempre — As supplicantes.

NOTAS

(1) Esta tragedia era a segunda de uma trilogia, cujas primeira e terceira partes formavam, respectivamente, — *Prometheu portador do fogo* — e *Prometheu libertado*. Alguns criticos, entre os quaes merece ser citado, por sua grande autoridade, Godofredo Hermann: — *De Prometheo Æschyli* — e *De compositione tetralogiarum tragicarum*, — não negado que estas tres tragedias constituissem uma verdadeira trilogia. A primeira opinião, porém, aventada por Siebiles e, mais tarde, defendida por Welcker (*Die Æschylische trilogie Prometheus*) e por Droysen e Schoell, está hoje plenamente demonstrada.

Para isso teem contribuido, como nota Weil, os escholios do — *Codice Mediceo* —, publicados em nossos dias e que dizem no verso 522 do *Prometheu encorrentado*:

« *Algumas destas cousas guardam-se para a fabula seguinte ; e no verso 511 »: Por que é libertado na peça seguinte.*

Nada diremos aqui a respeito da segunda das tres tragedias; porque é a unica, até nós chegada ; referimo-nos, sómente, ás outras duas, que compoem a fabula trilogica. Da primeira, intitulada *Prometheu portador do fogo*, ficaram dous versos; um, duvidoso, citado por Proclo, em allusão á famosa estatua de Pandora, que é o assumpto de uma das fabulas calderonianas e outro, mais certo, conservado por Aulo Geliq.

Acredita-se que esta primeira tragedia tinha por scena Lemnos, porque nesta ilha estava o volcão de Mosyello, onde residia Hephæsta com suas officinas e seus officiaes (os Cabiros), que se suppõe compoem o côro. Dallí roubou Prometheu o fogo, como vemos em Cícero (*Tusculanas. dis. II, 10*), que cita estas palavras do *Philoctetes*, de Accio: « *Undè ignis cluet mortalibus clam divisus ; eum dictus, Prometheus clepsisse dolo, pœnasque Jovi fato expendisse supremo* ».

A acção exposta para, logo na segunda parte da tragedia. O prudente filho de Themis, após haver tentado, em vão, apaziguar os Titans com advertências e conselhos, põe-se do lado de Zeus (*Jupiter*) ; dá-lhe a victoria e intercede para com o vencedor em prol dos homens, ameaçados de total ruina. Não fica aqui. Menos cauto, que piedoso, faz aos mortaes o inestimavel dom do fogo, que lhes ha de

trazer tantos bens, e acarreta sobre si a vingança de Zeus, que não a demora.

Tal devia ter sido a primeira parte dessa trilogia, segundo a opinião da maioria dos críticos, entre os quaes Weil e Ahrens.

A scena do *Prometheu-libertado* é no monte Caucasos, onde apparece o magnanimo Titan, encadeado a seu supplicio.

Desde que no deserto da Scythia baixára sobre sua cabeça o raio de Zeus, havia Prometheu permanecido nas trevas do Tartaro, até que o Pai dos Deuses o fez voltar á luz do sol, afim de continuar no antigo tormento.

Curtia o supplicio, quando os Titans, já perdoados por Zeus e livres, também, das masmorras do Tartaro, acodem a desempenhar para com elle o mesmo peloso officio, que haviam exercido as Oceanidas no deserto da Scythia.

Deste côro conservam-se tres fragmentos; — os dous primeiros no *Periplo do Ponto Euxino*, de Amiano (cap. 19) e o terceiro em Estrabão (Ip. 33), vindo todos transcriptos na traducção latina, de Ahrens.

Aos versos do côro contestava Prometheu com outros, que foram conservados por Cícero em formosa traducção latina.

Hercules, filho de Zeus e descendente de Io, devia ser quem libertasse dos tormentos o generoso Titan, conforme este o havia predito nos desertos da Scythia, não contra a vontade de Zeus, como o quer Hesiodo, e sim com o adjutorio d'elle.

Salvaram-se, também, alguns fragmentos desta parte da tragedia. Ao ver seu libertador, recorda-lhe Prometheu, de modo semelhante ao da segunda tragedia, o muito que pelos homens fizera, e refere, largamente, ao heróe suas façanhas e aventuras. (Versos conservados por Estevão de Byzancio, pelo escholiasta de Apollonio de Rodas e por Estrabão.)

Chega, porém, o momento da libertação; acode a aguia de Zeus á sua quotidiana e cruenta refeição; distende Hercules o arco e dá morte ao monstro. Grande é o agradecimento de Prometheu áquelle heróe, nascido de um pai, por elle tão detestado.

Livre já de seus tormentos, declara tudo que, antes, se recusára a revelar e aconselha a Zeus que case Thetis com um mortal, afim de evitar o golpe, que o deve ferir, si elle Zeus a desposar.

Dahi as bôdas de Thetis e Peleu. E, para que nada falte ao cumprimento das passadas predições, offerece o centauro Chiron sua immortalidade para salvar a Prometheu, libertando-se, pela morte, das dôres, produzidas pelas envenenadas setas herculeas.

Não se sabe de que maneira desenvolveu o poeta toda esta acção; pôdo-se, apenas, conjecturar que nem Chiron, nem Zeus entram em scena.

Segundo varios autores antigos, Prometheu, em memoria das penas soffridas, recebeu de Zeus uma corôa e um anel de ferro com pequeno fragmento de pedra do Caucaso, sendo reintegrado em todas as honras.

Tal é a trilogia de *Prometheu*.

Nada de confundir com a sua primeira parte o drama satyrico, intitulado *Prometheu accendedor do fogo*.

Ignora-se a data da representação desta trilogia. A maioria dos criticos julga ter sido na Olympiada LXXV, fundando-se em que no *Prometheu acorrentado* se alludo á erupção do Etna, que foi no segundo anno daquella Olympia la.

Diz Aristophanes (Rans, 814) que a linguagem de Eschylo *freme*; palavra, que o escholiasta do poeta comico applica, particularmente, aos seis primeiros versos do — *Prometheu acorrentado* —, por causa do troar sublime das palavras.

A Thomaz Stanley parece destituido de criterio esse conceito, principalmente em relação aos quatro versos iniciaes, que em nada se avantajam aos de Euripedes e Sophocles, os quaes, em mais de seiscentos lugares, levam a palma á Eschylo.

«Daquelle trovão (pondera chistosamente Stiévenart), nada mais nos resta que um eco enfraquecido».

(2) «*A Força e a Violencia* (KRATOS e BIA),» não são, como pensam alguns autores, um só personagem, e sim dois distinctos, sendo que a Violencia não fala. Tomou Eschylo da Theogonia, de Hesiodo, verso 885, estes dois personagens, que Appollodoro e Hesychio enumeram entre os filhos de Pallas e da Estyge.

(3) «*Vulcão*» (em grego Hephaïstos). E' o Deus do fogo.

(4) «*Terra Scythica*». Suppõe-se ser o monte Caucaso o scenario da tragedia.

Não obstante dizer isto o argumento grego, parece fóra de duvida que não é o Caucaso o logar da acção e sim um monte da Scythia, proximo ao mar. P'ovam, aliás, repetidas passagens da tragedia que ahi só se fala da Scythia e nada do Caucaso, pintando-se o logar do supplicio na vizinhança do mar. Em outros versos refere-se Prometheu ao Caucaso como região longinqua, á qual se chegará, após dilatadissima peregrinação.

(5) « *O Pai.* » E' Zeus, nome, pelo qual os Gregos conheciam o rei do Olympo, que os Romanos chamaram Jupiter, ou Jove. E' symbolo do ether, significando o espirito vital, que anima toda a natureza.

(6) Salva-tierra diz que *ἁλουργός* quer dizer « alborotador do povo, » baseando a sua interpretação na rigorosa etymologia do termo, « que actúa sobre o povo e o more » « tomando a palavra actúa em sentido indifferente e não á boa ou má parte. »

O Escholiasta e Suidas dão a esta palavra cinco significados diversos.

(7) Litteralmente : « *Em peias dos mais duros laços, que se não podem quebrar.* » Adamantino é aqui empregado figuradamente para significar a rigidez e a resistencia.

Quis Martem tunica tectum adamantina
Digne scripserit ?

(Horacio, Carmen, I, 6.)

Solidoque adamante columna.

(Virg. En. VI, 552).

(8) Stanley tomou de Marciano Capella « *ignis flos* », (purissimo fogo), M. Puech reproduziu a idéa neste elegante verso :

« Ce feu, flambeau des arts, ton céleste apanage. »

(9) Eis, desde as primeiras palavras, exposto o objecto da tragedia ; eis bem determinado o crime de Prometheu. Este crime é do haver illuminado e instruido os homens, de haver querido fazer-lhes bem ; em uma palavra, de ser *philanthropo*. O proprio Prometheu dirá, mais adjante ; *Sim ; meu crime foi voluntario*.

(10) « *De estorvo algum (ou embaraço).* » Pretende Heimsoeth, em opposição á maioria dos criticos, que estas palavras se referem a Vulcano, Tal interpretação é incompativel com o seguimento do dis curso. E' para Vulcano grande embaraço o dó, que sente pelo Titan. Tambem Ahrens traduz mal a phrase grega dizendo : « *Neque quidquam amplius restat,* » por que faltava acorrentar o sentenciado. *Impedimento* é a verdadeira traducção do termo.

(11) « *Algente quebrada.* » Rochedo procelloso, ou agoitado das borrascas, como alguns exprimem esta paragem, dá uma pomposa imagem, mas falso sentido. A significação é — *valle entre os pendores precipites da montanha* ou, na phrase de Ahrens — *na abrupta cavi-*

dade do monte.— Traduzi — algente quebrada, adoptando a interpretação de Blomfield : « *quebrada desconversavel, por força do frio hiberna.* »

(12) Sophocles e Catullo designam Prometheu como um Deus.

(13) « *Altipensante* » e não *excelso*, como diz Ahrens, ou *indus-trioso*, segundo Pierron, — epithetos ambos impertinentes ; — um, por que nada aqui exprime, outro por que encerra certa ironia, que não quadra em Vulcano para com o condemnado, que lhe é sympathico.

(14) « *Themis*. » A Deusa da Justiça. Themis, etymologicamente, significa « a Lei eterna », a ordenação geral das leis moraes, que regem toda a lei positiva.

(15) « *A meu e teu pesar.* » *Invitum invitam*, versão de um idio-tismo, muito usado na lingua grega e que passou para a latina, como neste exemplo de Suetonio, falando de Tilo : « *Berenicem statim ab urbe demisit invitum invitam* ».

(16) « *A noite ; a geada.* » Quer Eschylo dar a entender que Pro-metheu achará igualmente intoleravel o calor dos dias e a frescura das noites.

(17) Opina o Escholiasta que Vulcano allude aqui a Heracles, ainda não nascido. Weil, porém, é de opinião (e concordamos com elle), que Vulcano não se refere a futuro libertador determinado, querendo, somente, significar que jámais findariam as penas de Pro-metheu. « *Nemo natus, ut cum Plauto loquar ; non qui nondum est natus, sicut Scholiastes et Garbitius.* » (Stanley).

(18) « *Como guarda.* » Eschylo figura Prometheu guardando o posto do rochedo, como sentinella. No fragmento latino do *Prometheu libertado*, citação de Cicero (*Tuscul. II, 10*), diz o Titan : « *Habito este acampamento das furias.* »

(19) « *Sem os joelhos dobrares, stans pede in uno —, sem tomar folego* » — locuções proverbiaes equivalentes.

(20) « *Sem dormir.* » O grammatico Nonio cita estes dous versos do *Prometheu*, de Varrão :

Levis mens nunquam somnurnas imagines

Affatur, non umbrantur somno pupule.

(21) Allude á recente usurpação de Jupiter, que desthronára seu pai Saturno.

« Com exímia arte (diz Hermann), accumulou o poeta a magnitude do mal: Poz o condemnado adstricto ao rochedo, num logar, ermo de homens, privado de qualquer aspecto ou de voz humana ; de

dia, tostado pelas chammas do sol, à noite tiritando sob a geada; suspirando pelo amanhecer, que o deve livrar dos tormentos da noite e por esta para cessar os do dia; sempre na dôr e cruciado de outras dôres; sem ter libertador; immovel, na mesma posição, privado do somno. Cansado, sem nunca dobrar os joelhos, adhire á penedia aquelle, que fôra prodigo de beneficios para com o genero humano.»

(22) «*Tudo ha sido estipulado para os Deuses, tudo foi adquirido por effeito d'um tratado, salvo o exercerem o poder supremo.*»

«*Os Deuses podem tudo sobre todos os homens; Jupiter, unicamente, pôde tudo sobre os Deuses.*» O tratado é o da partilha, feita por Jupiter, após a usurpação do throno de Saturno. E, pois, Vulcano deve obedecer no exercicio de suas attribuições.

(23) «*Deus é a liberdade.*» Esta grande maxima de nossos tempos, comprehendida pelos espiritos elevados, é o mais bello commentario deste verso.

(24) Um traductor verte esta passagem assim: «*Vulcano: «Foi obra dum instante»; outro: «Fil-o; e este trabalho não terá sido vão.*»

Note-se que os dous verbos gregos estão no presente. Vulcano vai batendo, em quanto fala. Não se refere a trabalho terminado e sim ao que está fazendo.

(25) Ahrens traduz: «*E' trefego, a ponto de achar sahida em cousa inextricavel.*»

(26) Σοφιστής, *machinator, veterator*. «Entre os synonymos, dados por Hesychio á esta palavra, cuja historia completa seria tão difficil, quanto curiosa, distinguamos aqui ἀπατεὼν πανούργος. Em certa passagem dos Scholoas de Veneza (ad Illiadam, XV 4 0), habilmente completada por Blomfield, lê-se: «Antigamente eram sophistas todos os artistas e artesões.» Não é menos explicito o Glossario de Phocio. Platão, no *Minos*, applica esta qualificação a Jupiter. Mercurio, em Luciano, diz ao Titan; «Não é facil, ó Prometheu, o luctar-se com um sophista, forte, qual tu és».

(27) Litteralmente: «*Enterra, agora, com vigor, o dente presumptuoso desta cunha de aço, de lado a lado, em seu peito.*» Propriamente, *maxilla, quicxada*, é expressão metaphorica para tudo, que corta, devora. Temos nas Chæoph: a «*mordedura violenta do fogo*» e mesmo nesta tragedia: «*Devorará nas horridas maxillas*» e a *quicxada* do mar Salmydisseu.

(28) Segundo o Grande Etymologo, o *μασχαλιστήρ* ora a a-cilha do peito do cavallo. Dá Herodoto este nome ás largas cintas, de que os Massagetas cingiam o peito, passando-as pelas axillas.

(29) «*Não instes comigo assim*». Transpira destas palavras o amor proprio offendido de um Deus, que tudo faz a contra-gosto e á quem, em nome de Jupiter, dá ordens uma divindade inferior.

(30) *Θωύσω* exprime, propriamente, o grito dos caçadores aos cães.

(31) «Em Luciano é Mercurio quem excita Vulcano ao trabalho. «Tu, Vulcano, encadeia-o: finca-o: descarrega, vigorosamente, o martello.»

(32) «*Fiscal*». — E' Jupiter.

(33) Traduzem *προστίθαι* por *offertas, dás*. O significado é, porém, este: «Associa ás honras dos Deuses a raça de um dia; (os ephemeris, os homens, os vivos, como traduz Leconte de Lisle.»

(34) Na escala hyerarchica da idolatria grega occupavam o primeiro logar os grandes deuses; vinham, em segundo logar, os deuses inferiores, ou genios, seguindo-se os heróes, as almas dos grandes homens, ou dos illustres bandidos divinizados. A palavra, *δαίμονες*, quando não opposta á *θεοί* é tomada, em geral, por deuses.

(35) *Προμνηξ*. *Sabio, Providente*.» Estas allusões aos nomes proprios, repetidas em Eschylo, não eram para os Gregos jogo de palavras caprichoso e de máo gosto. Ellas tiravam certo valor do mesmo sentido destes nomes, todos significativos, e da crença na fatalidade. Um nome proprio era como que um horoscopo.

(36) Suppra-se: «*Que previsse por ti de que modo te livrarias deste artefacto*», isto é, dos vinculos, em que o enleava a arte de Vulcano.

«Paremos um momento, diz M. Andrieux, nesta primeira parte da tragedia.

Não se póde negar que a exposição seja clara, rapida, empolgante. Está quasi encerrada nos onze primeiros versos. Começa, logo, o interesse, porque os espectadores, que são homens, não podem deixar de interessar-se por uma grande victima, que padecer, em expiação de seus beneficios á especie humana. O pezar de Vulcano, que se envergonha de seu triste ministerio, e que pe te perdão a Prometheu do mal, que lhe causa, executando contra este ordeas injustas de Jupiter; as amargas zombarias, dirigidas pela Força á innocencia, que ella opprime; a presença da Violencia, prompta a servir sua companheira e, por ultimo, o corajoso silencio de Prometheu, que não se digna dar fô da compaixão de Vulcano, nem das injurias da Força; — tudo isto forma, seguramente, bellissimo quadro, commovedora scena; que merece a qualificação de sublime»

(37) Prometheu está só em scena. Esta formosa apostrophe á Natureza parece imitação de Homero.

(38) Litteralmente: «Riso innumeravel das ondas do mar.» Ἰέλασπᾶ é riso, ou antes as dobrás, ou prégas, que o riso abre nâs faces. *Tibi vident æquora ponti* (Lucio II, 259). *Subdola cum ridet placidi pel-lacia ponti*, Homero. Hymn. in Cer. 44. Euripedes, num fragmento, e outros poetas gregos usam, igualmente, desta graciosa metaphora, tambem adoptada na prosa. Boileau leva a audacia a exhibil-a por esta fórma:

«*Tient un verre de vin, qui rit dans la fougère*». (Lutrin, cap. III.)

A poesia latina exprime com o verbo *cachinnari* o som das ondas rumorosas e fortemente agitadas.

Si a palavra *frisos* significasse em portuguez — ondulações crespas — podia o verso terminar assim:

«Frisos do mar, sem conta.»

(39) A Terra é tambem invocada pelo Prometheu, de Luciano. Num trecho de Meleagro é a Terra qualificada como a mãe e protectora de todas as cousas.

(40) O Sol fala assim em Ovidio (Mertam. IV, 227):

«*Omnia qui video, per quem videt omnia telus,
Mundi oculus.*»

E Virgilio (Eneida IV, 607):

«*Sol, qui terrarum flammis opera omnia lustras.*»

(41) Não se determina aqui um numero certo de annos. Eschylo, no — Prometheu portador do fogo, — marca em trinta mil annos o periodo do captiveiro do Titan.

(42) Chamava-se, particularmente, *tage* o chefe militar da Thessalia.

Seneca denomina a Jupiter o guia (*ductor*) dos Deuses. «Ditosos ou Felizes,» nome, pelo qual os poetas designam os Deuses, em opposição, aqui, com a horrivel sorte de Prometheu.

(43) Ha, entre os interpretes, divergencia no sentido deste texto. O mais seguido é este: «Ai de mim! As dôres do presente, as do futuro obrigam-me a pesquisar com gemidos quando deverá surgir o dia, em que termina á este supplicio.»

(44) Litteralmente: «A sorte, talhada á cada um (o destino).»

(45) «Inexpugnavel, invencivel.»

«*Parcaur necessitati, quam ne Dū quidem superant.*» (Tito Livio IX 4).

A antiguidade fatalista exprime de todas as maneiras este funesto erro.

(46) Sofre muito Prometheu por não se queixar; e, no entanto, deve temer o irritar Jupiter, queixando-se.

(47) Litteralmente: « Eu tomei, qual caçador, a fonte do fogo, furtivo, enchendo o ôco de uma ferula do fogo, que brilhou aos olhos dos mortaes como o mestre de todas as artes e como grande recurso. » A ferula é uma planta herbacea da familia das *umbelliferas*. Seu talo é elevado, cylindrico, espesso e cheio de medulla.

Tournefort (Viagem ao Levante, tomo I, pag. 290) encontrou, na Grecia, a ferula dos antigos, uma das quinze especies, hoje conhecidas. A medulla resequida deste vegetal pega, facilmente, fogo; arde, porém, lentamente. Parece que os camponezes da Grecia se serviam, outr'ora, della para guardar ou conservar o fogo.

Na Sicilia o povo empregava, como isca, esta substancia, trazendo sempre os pastores desta ilha um pedaço de ferula accessa para, commodamente, terem fogo em qualquer sitio, onde se achavam.

Parece que foi por esta propriedade da ferula, que Hesiodo disse na *Theogonia*, 567, que Prometheu guardou o fogo no cerne ôco de uma ferula.

Thomaz Stanley cita um trecho de Plinio, attribuindo a Prometheu a resurreição do systema de guardar o lume em ferula.

(48) Aqui os perfumes ligeiros, de que o ar está impregnado e um rumor de azas, que se ouve, annunciam a Prometheu a aproximação de alguma divindade.

Hermann — na nota 145 do — *Prometheo victo* —, pergunta que perfume poderiam exhalar de si as nymphas do Oceano, vivendo debaixo d'agua, fóra do contacto do ar. Schützius diz que ellas resscendiam à ambrosia.

A essa fragrancia do Olympo mescla-se, talvez, um cheirosito de maresia.

(49) Litteralmente: « Este perfume emana dum Deus, ou de um mortal, ou de quem participa destas duas naturezas? » Os antigos Romanos chamavam «*Medioxúmos*» os entes desta classe intermoriaria.

(50) Prometheu ainda não divisa alguem; por uma expansão natural, porém, fala como si já estivessem presentes as testemunhas de sua dôr.

(51) « Ao doce bater de suas azas sibila brandamente o ar. » Bello exemplo de harmonia suave. «*Alarum verbera*», disse Virgilio. (Eneida XII, 876.)

(52.) Note-se a gradação. Prometheu fala, ao principio; de um ruido vago; agora já percebe que esse ruido é de azas, talvez de aves, de rapina, que se vão abater sobre os rochedos. As ultimas expressões parecem indicar que uma doce musica annunciava a chegada do côro das Oceanidas.

(53.) Entraram as Nymphas descalças no carro alado, por causa da pressa em partir. Em Theocrito, XXIV, Alcmena, aterrada e tremendo por seus filhos, diz ao esposo: «Erguei-vos; nem mesmo atai aos pés as sandalias.» E Tibullo I, 3: «Nudata, Delia, curre pede.»

«Esta nudez, restringida por Eschylo aos delicados pés das jovens Oceanidas, é, cem vezes, mais graciosa, diz M. Puech, que a expressão dos traductores representando estas nymphas semi-nuas.»

«Sabe-se que Eschylo ligava particular desvelo ao traje de seus actores, ás decorações, ás machinas, aos cantos do côro, aos movimentos e ás pantominas dos personagens mudos e á tudo, numa palavra, que podia augmentar a pompa do espectáculo e a illusão theatral.» (Andrieux.)

(54.) Na Theogonia, 357, enumera Hesiodo os numerosos filhos, que houvera Tethis do Oceano. «Litteralmente: filhas do Padre Oceano.» Em Euripedes (Iphig. Ant. n. 69) ha o mesmo pleonasm.

(55.) Posto que as noções geographicas se houvessem alargado, depois de Homero, segue aqui o poeta a tradição da Illiada, que descreve o Oceano como um grande e largo rio, cingindo o disco da terra.

(56.) No «Prometheu libertado»: «o Titan, ligado ao Caucaso» tambem convidava as Oceanidas á contemplarem seu supplicio. Perdeu-se o texto deste admiravel trecho, existindo, apenas, a traducção latina delle, citada por Cicero, e attribuida ao tragico romano Accio, ou ao proprio Cicero.

(57.) Litteralmente: «Vejo-o, Prometheu, e uma nuvem de terror, inchada de lagrimas, envolveu-me, de subito, os olhos ao aspecto de teu corpo, que se disseca sobre esta pedra, por estes ultrages ligado com o aço», isto é, onde o encorrentam ultrajosamente estes vinculos de ferro.

(58.) Pilotos (Gubernatores). E' a velha metaphora da náó do Estado, reproduzida, de tantos modos, por antigos e modernos.

(59.) «Quanto era, outr'ora, augusto.» Parece que isto se refere aos deuses gigantes, da raça titanica, primeiros reis do Céu.

(60.) «Abaixo mesmo do imperio de Plutão, Tartaro.» Homero III, VIII. 14, colloca o Tartaro no fundo do abysmo da terra. Prometheu desejava esconder seu supplicio, quanto Dido seu nascente amor. Na Eneida, IV, 24, ha igual gradação nos termos.

Sed mihi vel tellus optem prius ima dehiscât,
 Ant Pater Omnipotens adigat me fulmine ad umbras,
 Pallentes umbras Erebi.

Prometheu allude, neste seu falar, aos homens. Não os nomeia, porém, porque nem quer suppôr que elles folguem, ao vel-o padecer.

(61) Este receio de *refubilar-se* a odio dos inimigos tem frequentes exemplos na Biblia e em Homero.

(62) « Quanto á elle (Jupiter), conservando sempre com resentimento sua inflexivel vontade, tem sob o jugo a raça celeste. » Lê-se num epigramma da Anthologia : « Desgraçados aquelles, contra quem nutres resentimento inflexivel ! »

(63) Eis o primeiro annuncio da quêda de Jupiter. Não passa de um vago presentimento das Oceanidas ; mas na bocca de Prometheu tornar-se-ha preciso e ameaçador.

(64) O texto diz Πρύτανις, Βασιλεύς, ἀρχὼν, διοικητής são os synonimos do sentido poetico desta palavra, apresentados por Hesychio e Photius. Os Prytanos eram cincoenta magistrados athenienses, tirados do Conselho dos Quinhentos e encarregados, com os *proedros e epistatas* de dirigirem os publicos negócios. Dava-se, ainda, o nome de Prytano ao magistrado supremo de Corinto. Herodoto, VI, 110, applica esta palavra ao commando militar.

(65) Na prescencia de um Deus o presente e o futuro parecem confundir-se.

O odio de Prometheu a Jupiter é causa de que no pensamento de o Titan como realizada a quêda do tyranno do céu.

(66) Litteralmente: « Como, finalmente, é necessario que, penetrando no porto, vejas o termo de todas estas dôres. »

(67) Du Theil e Pierron traduzem — impenetravel — e Ahrens dá a mesma interpretação. Não reproduzem o pensamento do original os que traduzem *não accessivel a rogos* (*non precibus flectenda*).

(68) Subentenda-se *pro suo libito regnans*. Pierron traduz: « A justiça é para elle o seu capricho. »

(69) « *Por este modo.* » Subentenda-se assim. Esta palavra corresponde ao pensamento de Prometheu, á quem se representa, de ante-mão, e sem que o diga o modo, pelo qual Jupiter cairá do throno.

(70) A phrase grega corresponde á — curtir ou cozinhar difficilmente ; — modo familiar de exprimir difficuldades, com que é forçado alguem a calar ou a não desabafar cousas, que affligem.

(71) Um dos editores da Tragedia nota aqui a falta de uma transição.

Fazendo Prometheu entrever a possibilidade de sua reconciliação com Jupiter, era de esperar que o côro, demonstrando-lhe tanto interesse, lhe perguntasse, antes o motivo de suas esperanças do que a causa do seu supplicio.

Ἰέγονε «Fala alto.» Conservam-se ainda as Oceanidas á alguma distancia de Prometheu. E' necessario, pois, que ao falar-lhes, elle erga a voz. Mais adiante, ellas descerão do ar ao rochedo.

(72) Restricção, cheia de delicadeza.

Receiam as Oceanidas que Prometheu as censure pelo facto de o obrigarem a renovar a infanda dôr. Devem essas Nymphas conhecer toda a historia de Prometheu; mas o prazer de ouvir contar era ainda tão grande na Grecia, que o expectador via, sem extranheza, sua propria curiosidade compartida por Deusas.

(73) Litteralmente: «*E desprezando em seu espirito violento os ardis, tão destramente enganadores.*» Foi por não terem reunido a prudencia á força que os Titans succumbiram.

(74) Litteralmente: «*A Terra, uma só pessoa sob muitos nomes.*» A Terrã era adorada sob o nome de Géa, ou Gê, Thêa, Rhêa, Cybèle, Demêter, Proserpina, Isis, e talvez Themis.

(85) Litteralmente: «*Tendo tomado commigo minha mãe, conservar-me com ella ao lado de Jupiter, que o desejava, pareceu-me evidentemente o melhor partido, que então se apresentava.*» A resolução, que mais prudente, desde logo, me pareceu foi de collocarmos, eu e minha mãe, no partido de Jupiter e de satisfazer, espontaneamente, o desejo do Deus.»

(76) Andrieux diz: «E' uma doença ordinaria dos tyrannos o não se fiarem em ninguém, nem nos amigos», e cita estes versos do *Brutus*, de Voltaire:

Je connais trop les grands, dans le malheur amis,
Ingrats dans la fortune, et bientôt ennemis.

(77) Litteralmente: «*Mas não teve em consideração os desgraçados mortaes.*»

(78) Litteralmente: «*Teria coração de ferro, seria feito de rocha, o Prometheu, aquelle que, etc.*»

Ille habit et silices et vivum pectore ferrum. («Ovid. Amor, III, F. 9.»)

Saxeus ferreus, que es. Cf. (Tibull. I, 4, 63.)

(79) Litteralmente: «*Porque não quizera eu ter visto estas cousas, e, tendo-as visto, sinto afflicto o coração.*»

(80) *Φάρμακον νότου* «Que remedio achaste contra esta *doença*?»

(81) A fecunda illusão meu *seio habita*. (A Chenier). *Cegas esperanças*. Dest'arte, Prometheu ensaiava fazer bem aos homens illudindo-os. Quanto differe da do christão esta esperança, virtude, tão esclarecida, quanto bemfazeja!

(82) Diz Prometheu, no poema de M. Senneville:

«*Desci o fogo ao poder dos entes de um dia.*»

(83) Acha-se, alguns versos antes, a mesma idéa.

(84) Litteralmente «Ora, dizer que errastes não é agradável para mim e é para ti uma dôr (o ouvil-o)».

(85) O pensamento deste verso e o do precedente encontra-se no *Alceste*, de Euripides (v. 1097) e em um fragmento de Menandro, traduzido por Terencio, assim:

«*Quando gozamos saúde, fácil nos é dar bons conselhos aos enfermos*», e tambem em Ovidio. (Eleg. in Drus. v. 9.)

(86) Litteralmente: «*Certo, de igual modo, o infortunio, a voltejar, vem abater-se, ora perto de um, ora perto de outro.*»

(87) Litteralmente: «*Não damos esta exhortação a quem tenha má vontade de attendel-a.*»

«A'esquivas» traduz tambem Salvatierra.

(88) *Só por minha vontade*. Na «*Odysséa*» diz Alcinoüs (VIII, 557):

«*Os navios phenicios não teem pilotos, nem lemes, como os outros navios e sabem os pensamentos e os desejos dos homens.*»

(89) Stiévenart diz que é duvidoso o sentido de «*lisonjas*», dado á *Χαριτολογισσῶν*. Ahrens traduz *lingua gratificari*; Blomfield-verbis *tenus officiosum esse*.

(90) Oceano fala neste logar como verdadeiro corteção. E' a mesma linguagem de Oronte no — *Mysanthropo* — (acto I scena 2^a).

(91) A *Scythia* é abundante em ferro.

(92) Estas phrases são, ligeiramente, ironicas. Prometheu parece dizer ao visitante: «Tanta audacia me assombra em um deus meticoloso, como és.»

(93) — *Fertil em expedientes*. — Solerti corde Prometheus. (Cattullo).

(94) São aqui comparados os ardentes propositos de Prometheu á flechas de ponta aguçadissima, vibradas contra o inimigo.

(95) «*Antiquado, velho, idoso, caducar, delirar*. Eis um «*cochilo*» pouco respeitoso para os *antigos*. O poeta comico Antiphonê emprega, irreverente, para com Homero expressões, parecidas com esta. Os Latinos tambem usam em má parte as palavras *vetus et antiquus*.

Cícero diz na Philippica I: «Desprezam estas cousas e outras muito antigas e estultas.»

(96) Terencio (Phorm. I, 2) «*E' loucura bater com o calcanhar de encontro á espora.*»

Ammiano Marcellino diz:

«Recalcitrar contra o agulhão.» Este proverbio, que os Gregos não desdenhavam na tragedia e na poesia lyrica, é entre nós familiar. Boissonade cita esta phrase do — Emilio — de Rousseau, «Recalcitrar contra a necessidade». Equivale a este outro: «Dar murro em ponta de faca.»

(97) Prestavam contas, ao deporem os cargos, os magistrados athenienses. «Não vos dou contas, senhor, dos meus designios», diz Agamemnon a Achilles na — Iphigenia —, de Racine (acto IV, scena 6ª).

(98) «Mais sabio do que é preciso», diz o original.

(99) Litteralmente: «Que a punição se imprime sobre a lingua temeraria.» Esta metaphora parece allusiva a algum supplicio, analogo talvez ao que na Média Idade foi, algumas vezes, infligido aos blasphemadores. Miguel Apostolius, VI, 36, attribue esta palavra á Bias, de Priène e accrescenta, sob o testemunho de Theophrasto, que se tornára proverbio.

(100) «Tu, que comigo em tudo tomaste parte e tudo ousaste.» (Stanley, citado por Stièvenart): «Tu, meu cumplice e meu auxiliar.»

Ahrens e du Theil dizem: «Que tudo comigo abraçaste e tudo ousaste.»

A interpretação destes autores é incompativel com o character timido e prudente do Oceano e com o de Prometheu, que se vangloria do haver sempre a tudo se abalançado, sózinho, e sem o auxilio de ninguem. A interpretação, que damos, é a de Weil, seguida por Pierron

(102) Que desdém nesta recusa!

(103) «E mesmo em relação a ti, olha bem em derredor; tua viagem poderia acarretar-te alguma desgraça.»

(104) Diz Euripedes em uma de suas tragedias:

«Um doutor, de moral inutil a si mesmo.»

(105) «Quando mesmo quizessees fazer algum esforço.» Prometheu comprehendera que não havia grande sinceridade na offerta de bons officios, feita por Oceano.

(106) Este desejo de Prometheu é contrario ao proverbial pensamento: «*Solatia miseris socios habere*», que Terencio (Adelph., IV, 2º) reproduz neste equivalente: «*Ægre solus; si quid sit fero.*» «Deixai-me soffrer meus infortunios, e não tenhais a crueldade de juntar-lhes os vossos», diz Callisthènes a Lysimacho (em Montesquieu).

Estas palavras exprimem um sentimento, analogo ao do texto.

(107) Atlantenascera de Japeto e da nympha Asia, sendo, portanto, irmão de Prometheu. Como a maioria dos Titans, elle declarou-se contra Jupiter, posto que Prometheu lhe houvesse revelado a proxima victoria do filho de Saturno e aconselhado a seguir o partido deste. Vencido, foi Atlante metamorphoseado em immensa montanha e condemnado pelo novo senhor do Olympo a carregar, eternamente, o peso dos céos.

Homero diz, a respeito de Atlante: « Sustenta as immensas columnas, apoio da terra e do céu. » (*Odysséia* I, 53.)

E', pois, de Prometheu (irmão de Atlante, e não de Oceano, como, erradamente, alguns pensam), a fala, que vai do verso 472 a 515. Demais a previsão ácerca do Etna quadra melhor ao espirito prophetico do Titan.

(108) A Cilicia, região meridional da Asia Menor, fórma hoje o pachalik de *Adana*. Alli nascera Typhon.

(109) Allude á caverna, em que habitava o gigante e em que ainda se admiram bellas petrificações. Jaz perto de *Kurko* (a antiga *Corycos*.)

(110) Segundo Hesiodo e Appollodóro, Typhon, Typhou ou Typhoneu nasceu da Terra e do Erebo. Como Atlante, combateu contra Jupiter. Vencido, tentou fugir atravez do mar da Sicilia. No instante, porém, em que puuha o pé no sólo desta ilha, arrojou-lhe Jupiter o Etna em cima. Ficou jazendo sob o peso do monte gigante aquelle colosso, sendo os tremores a as erupções do Etna resultados dos esforços do Titan para mudar de posição e respirar.

(111) Litteralmente: « *De sua horrenda guella expedia um sibilo de morte; de seus olhos dardejava, como o raio, um fogo de Górgone.* » Quantos bellos versos em tão poucas palavras! Junta-se nelles, sem esforço, a ardidez da expressão á harmonia imitativa.

(112) « *Vigilante.* » Bellissimo epitheto: « *Flamma vigil.* » (*Ovid. Trist.* IV, 4.)

(113) « *Este angusto mar* » é o estreito de Sicilia.

(114) Diz de Priamo Virgilio (*Eneid.* II, 557).

Jacet ingens littore truncus,
Avulsum que humeris caput et sine nomine corpus.»

Pindaro, que dá ao immenso cadaver de Titan myriades de estadios de comprimento, colloca-lhe a cabeça nas plagas phlegreannas, que o Vesuvio domina, tendo o gigante o peito sob as aguas do mar,

coalhado de ilhas volcanicas, onde se ergue Stromboli, e o resto do corpo sob o Etna.

(115) Litteralmente: « De lá, um dia, jorrarão, com fracasso, torrentes de fogo, despedaçando com seus dentes selvagens as vastas planícies da fecunda Sicilia. » Eschylo põe aqui na bocca de um dos seus personagens a propheta da primeira erupção do Etna, de que, talvez, fosse testemunha o proprio poeta. Na — Chronica de Paros, — com a qual combina, mais ou menos, Thucydides, coincide aquelle phenomeno com a batalha de Plateia. (Olympiada LXXV, 2, 479, antes do Christo.)

(116) Construção « *Typheu ferverá tal colera em jactos ardentes de um turbilhão insaciavel, exhalando chammas.* » Fundo que exestuatimo. (Virgilio, Eneida, III, 577.)

(117) Litteralmente: « Não reconheces, Prometheu, que os discursos são os medicos para a doença da colera? » Subentende-se: « E que, por consequencia, minhas palavras poderão acalmar a colera de Jupiter? » Accio, citado por Cicero (ou o proprio Cicero) na nota 115, traduz esta passagem assim:

OCEANO

*« At qui, Prometheu, te hoc tenere existime
Mederi posse rationem iracundie. »*

PROMETHEU

*Si quidem quis tempestivam medicinam admoventis,
Non aggravescens vulnus illidat manu.*

(117) *προμηθεῖσθαι* parece ùma allusão ao nome de Prometheu. Esta palavra, como observa Blomfield, exprime a união da audacia e da prudencia.

(118) A culpa de tentar persuadir a Jupiter.

(119) Equivale á idéa commum; « Educada na escola da desgraça. »

(120) Parte Oceano, ao dizer estas palavras.

(121) « *Ab oculis teneris.* » O *mollibus est oculis*, de Ovidio, deve traduzir-se: « olhos, que, facilmente, se enchem de lagrimas. »

(122) Saturno e os Titans.

(123) A Asia era venerada como berço do genero humano e das religiões.

(124) As Amazonas, que occupavam a Colchida (hoje) *Mingrelia*, antes de se haverem fixado nas margens do Thermodonte.

(125) Por extensão, puramente poetica, Eschylo colloca povoados de Arabes ao norte da Asia. E', de sua parte, ignorancia de geographia, ou está alterado o texto?

Apezar do abuso de convenção, que os poetas gregos faziam dos nomes ethnographicos, é pouco provavel a primeiro opinião.

Correcções, por mais engenhosas, que sejam, devem ser evitadas, quando a alteração do texto é, como aqui, incontestavel.

E' preferivel a segunda solução. Schakespeare descreve a Bohemia como região, banhada pelo mar. « Estaremos certos, pondera Elmsley, que os conhecimentos geographicos de Eschylo fossem mais extensos que os do poeta inglez ? »

(126) « *Soffrimento, causado por vinculos de aço.* » Viva e poetica expressão, já empregada anteriormente.

(127) Toda esta bella monodia respira a compaixão, prestada aos mais ferozes povos, á toda a natureza e ao proprio inferno, testemunhas dos padecimentos de Prometheu e Atlante.

(128) « *Devoro o coração.* » Homero, falando de Bellerophonte e traduzido por Ennio, diz: « *Devorando o proprio coração.* »

(129) « Será repetir-vos o que já sabeis. » Entende o Escholiasta que estas expressões são ironicas e se referem ao bem, feito aos homens por Prometheu.

A ironia, porém, não é cabivel em tal situação. Fala, naturalmente, o Titan do triste destino da humanidade, antes que elle, bem-fazejo, viesse allivial-a.

(130) Prometheu não é aqui o creador do homem, como o fizeram, mais tarde, as alterações interpolladas ao mytho grego; é, apenas, representante da actividade do espirito e da cultura social.

(131) « *Quia, apertas aures, non audies.* » (Psalmo 113, 15.)

(132) *Com exposição ao sol. πρόσειλος.*

Et stabula, a ventis hiberno opponere soli.

Ad medium conversa diem (Virg. Georg. III, 302.)

(133) *Ξυλουργίαν*, o mister de carpinteiro. Diz Plinio, o antigo (VIII. 56): « Fôram em Athenas pelos dous irmãos Euryalo e Hyperbio construidos os primeiros fórnos a tijolos e as primeiras casas. »

Vê-se que Eschylo não duvida em privar a propria patria de duas invenções uteis para attribuil-as a Prometheu, no intuito de augmentar o interesse, que seu heróe inspira. Em relação á industria de

lavar madeira, Plínio, no mesmo lugar, designa Dedalo como inventor della.

(134) A estas formigas chama Leconte de Lisle—longas e delgadas—, Pierrôn—frageis; Stiëvenart—pequenas e ageis,—Salvatierra—ageis—, Bouillet—de corpo alongado e franzino,—Ahrens—ageis,—Thomaz Stanley—rapaces,—La Porte du Theil—avidas— e Bellotti—visl

Eu segui a maioria.

(135) Sophocles attribuia a Palamede a invenção da astronomia.

(136) Tito Livio, VII, 3, reivindica em favor de Minerva a honra desta invenção: « Numerus a Minerva inventus est. » Suidas dá também a Prometheu a paternidade da grammatica.

(137) « E descobri a cultura da memoria, mãe e instrumento das musas. » Por engenhosa allegoria, os Gregos consideraram Mnemosyne mãe das musas. (Hesíodo, Theogonia I, 915.) Schütz, porém, observa, com razão, que μυθήμην não tem aqui seu sentido mythico.

(138) Litteralmente: « E, afim de que, por seus corpos, se tornassem para os mortaes os substitutos nos trabalhos mais penosos, submetti aos carros os cavallos, docéis ao freio e orgulho do luxo opulento. » Ericthonio, ou Erechtheu, Bellerophonte, Trochila concorrem com Prometheu á invenção das quadrigas. Diz Blomfield que Eschylo, como os Athenienses, avaliava a nobreza de uma casa pelo numero dos cavallos, que ella ostentava nos certames olympicos.

(139) « *Velorum pandimus alas.* » (Eneida III, 520). A imagem brilhante, que Prometheu adduz por orgulho e Virgilio por luxo poetico, Voltaire exhibe-a mais viva, pintando o espanto profundo dos primeiros mexicanos, ao verem navios europeus:

Je montrai le premier aux peuples du Mexique
L'appareil, inouï par ces mortels nouveaux,
De nos chateaux ailés, qui volent sur les eaux.

(140) Prometheu, inventor da medicina, ou antes da pharmacia. Baccho é que tem esta fama na India, Assyria e Lybia. Consideram os Egypcios como descobridores dos primeiros conhecimentos pharmaceuticos a Ammon, Thaut, Hermes, Isis. Entre os Phenicios cabe á Zoroastro tal honra. Que de inventores da medicina e cirurgia na Grecia!—Apollo, Chiron, Hercules, Jasão, Achilles, Palamede, o pastor Melampo, as magas Medeia, Circe, Esculapio, etc.

(141) « *Encontros fortuitos em viagem.* » Para o viandante grego, uma lebre, que atravessava o caminho, era causa de pavor. Haja exemplo Xerxes, que viu em viagem uma egua dar á luz uma lebre e Agammenon, perante quem as aguias devoraram lebres.

(142) « *O cibo, o genero de nutrição.* » Faziam criação, outr'ora, de aves, consagradas á certas divindades e nutriam-nas para o fim de ler-se, como em Roma, o futuro no modo, com que ellas bebião e comiam. Si comiam alegremente, o augurio era propicio; si com tristeza, adverso.

(143) Litteralmente: « Defini, exactamente, o polido das entranhas (das victimas) e que matiz deveriam ter para serem agradaveis aos Deuses, e a fôrma feliz e variada de seu fel e da extremidade de seu figado e seus membros, envolvidos de enxundia. » Era annuncio do grande infelicidade o ser pouco saliente o lobulo do figado. A antiga inspecção das entranhas das victimas parece, ainda, persistir no uso dos camponeses gregos de lerem o futuro nos ossos e, particularmente, na omopla de um carneiro assado.

(144) Eis aqui a adivinhação por meio de fogo.

(145) Plinio attribue a outros esta descoberta.

(146) Litteralmente: *πέποιται* « A Parca, que leva tudo á seu termo, ainda não se determinou a executar isto assim. Tal não é o futuro, fixado pela Parca. »

(147) Eis, claramente annuciado, o dogma da fatalidade. Jupiter mesmo não poderá evitar seu destino. Este erro era abraçado pela escola de Pythagoras e pelos Estoicos.

(148) A Triplice Parca vive, ainda, na imaginação dos Gregos christãos.

(149) « Possa Jupiter, arbitro do mundo, nunca oppôr a meus desejos o seu poder ! » Allusão á luta entre o rei do Olympo e Prometheu.

Foi esta passagem traduzida por Byron nas « *Horas de Lazer* ».

(150) « Que nunca seja tardio em approximar-me dos deuses. » Diziam os Latinos *adire ad deos*.

(151) As palavras—inexauriveis, eternas,—pelas quaes todos traduzem *ἀσβεστον*, não exprimem a idéa, nella contida. Trata-seda *agitação continua* das aguas do Oceano.

(152) « Vê, amigo, como esta graça é ingrata »; isto é, como teus beneficios ficam sem recompensa. Jogô de palavras, á que, sem esforço, sep resta uma lingua rica em termos compostós. « *M'era grata*

la mia grazia», diz Tasso em *Amintas* (acto I, sc. 1.^a, e, mais adiante, *despiciata pietate*.

(153) Litteralmente: «Chegou á mim bem differente o canto, este (*de hoje*), e áquelle (*de outr'ora*) quando, etc.»

(154) No poema de Edgard Quinet, Hesione é animada por Prometheu do sôpro celeste, antes de desposada por elle.

(155) Entra Io, precipitadamente, em scena, offegante, espantada. Na cabeça da Nympha, perseguida por Juno, apparecem duas pontas de novilha, que indicam sua metamorphôse, — symbolo do desgarramento de seu espirito.

(156) Argos (*o que vê tudo*) tinha, ao que dizem, cem olhos —, conservando abertos cincoenta, enquanto o somno lhe cerrava os outros cincoenta. Este vigilante espia, ligado aos passos de Io por Juno, foi morto por Mercurio, que, graças ás harmonias mysteriosas e vagas de sua *sirynx*, conseguiu adormecel-o completamente.

(157) Tavão; — insecto da familia dos sclerostomos, chamado *tabanus bovinus* pelos naturalistas, e, particularmente, *hematopote* ou bebedor de sangue. Tem olhos reticulares, muito grandes e brilhantes. E' o flagello dos rebanhos.

(158) E' a *sirynx*, flauta de Pán.

(159) Que patheticos estes lamentos de Io!

(160) «*Famêlicas plagas*» está no original. E' Io, que soffre o tormento da fome. Hypallage, igual á de Horacio — *dementes ruinas* (Carm. I, 37). Approximação de termos, igualmente energicos e profundos.

(161) Quanto insiste Io em obter de Prometheu um remedio a seus soffrimentos! Roga ella ao Titan-propheta, não só que fale, mas tambem que se explique.

(162) Isto é — que dera o fogo aos mortaes.

(163) Mostram aqui as Oceanidas sua curiosidade feminina. Reclamando sua parte do doloroso prazer, que produzem as narrações de Io e Prometheu, prolongam a acção simplicissima desta tragedia, de maneira verosimil para os Athenienses, grandes amadores, como os Orientaes, destes maravilhosos contos.

(164) A' imitação deste modo de exprimir, dizemos familiarmente: «Cabe a vós mandar, a mim obedecer.»

(165) Eram as Oceanidas irmãs de Inacho, que, como os outros rios, tinham por pai o Oceano.

(166) Litteralmente: «Porque chorar e gemer sobre os proprios infortunios no logar, onde se deve obter uma lagrima dos ouvintes,

contém motivo sufficiente de demora », isto é, tem de indemnizar-te da que haverá em satisfazer-te a curiosidade. Ahrens traduz esta passagem: *Dignam mora causam habet*. Attendamos á que Io está ansiosa de saber o que lhe resta de padecimentos no porvir e que o côro vem retardar a prophesia de Prometheu.

(167) Imitado por Virg. (Eneida II, 12): *Quamquam animus meminisse horret*.

O começo da narração de Io (diz Patin) é encantador e cheio desta graça risonha, que illumina, de vez em quando, as sombras das tragedias de Eschilo.

Moscho inspirou-se visivelmente nesta bella poesia em seu segundo idyllio, onde, episodicamente, entrechecendo a historia de Io, pintou Europa advertida por sonhos propheticos de seu glorioso destino.

(168) Solane perpetua moerens carpere juvena? (Virg. En. I, IV.)

(169) Esta grande ventura de Io é aspirar ao hymeneu de Jupiter.

(170) Litteralmente: « Jupiter está por ti abraçado do dardo do desejo. »

(171) « Não recalcitres », está no original. Io é comparada por esta metaphora a uma egua ou novilha.

(172) « Lerna », fonte, cidade ou montanha da Argolida.

(173) Anachronismo. Nessa época não existiam, ainda, os oraculos de Delphos e Dodôna.

(174) *Para obrigar-me a vagar livre de todos os laços*. Allusão á proxima transformação de Io, porque, segundo Hesychio, ἄφετος e ἀνετος se diziam dos animaes, que, consagrados aos usos dos templos, erravam, livremente, separados dos outros.

(175) « Loxias, sobrenome de Apollo, palavra que equivale a tortuoso, obliquo. » Era Apollo assim appellidado, ou porque desse oraculos obscuros, ou porque, sendo elle o mesmo que o Sol, seguia trajectoria curva.

(176) « Freio de Jove », isto é, *cedia á força*. Io é, neste lugar, tocante como Iphigenia em Euripedes, excusando a cruel obediencia de seu pai ás ordens do céu.

(177) Diz Andrieu que essa transformação no espirito e na razão da Nympha resulta de haver Jupiter satisfeito sua paixão. Dahi para a infeliz a perda da razão e do repouso.

(178) Cerchneia, ou Cenchreja, fonte da Argolida. Um dos dons portos de Corintho chamava-se tambem Cenchreas, (hoje Kekkries).

(179) « *Composita verba*. » Expressão de Agamemnon em Accio. « Non sunt composita mea verba » (Sallustio). (I)

(180) « Acha encanto o desventurado em conhecer, claramente, de antemão, o que lhe resta a sofrer », porque sua imaginação enferma, indo além da realidade, a despeito da necessidade de esperar, não enxergaria limite ás dores, que, no entanto, são limitadas pelo tempo.

(181) Os promenores geographicos, que seguem, tem sido, muitas vezes, diversamente commentados. Relevaram os antigos alguns erros de Eschylo, pouco mais adiantado que o seu publico em taes conhecimentos. Eis, a este respeito, o indulgente juizo de Agatharchida, reproduzido por Phocio : « Não exprobro a Eschylo o haver escripto inexactidões, imperdoaveis em outro escriptor, nem instauro processo a outro poeta romantico por haver, contra a verosimilhança, approximado localidades. O fim do poeta, é, antes de tudo, dar azas ao devaneio do que ser verdadeiro. » Limitemo-nos, pois, a seguir Eschylo até nos seus desvios, no excellente antigo mappa-mundi do Atlas de Reichard.

(182) Designa Prometheu o paiz dos *Scythas Nomades*, á léste dos *Scythas* agricultores, vizinhos do *Borysthenes*.

Blomfield applica ao *Scythas Nomades* o que Sallustio diz á cerca dos *Numidas*:

« Occupam-se mais do pascigo do gado, que da cultura dos campos. »

(183) Litteralmente: *Approximando, porém, teus pés das escarpas, onde o mar geme, atravessa essa região.* » Esse mar é o *Palus-Meotide*.

(184) O lugar, assignalado por Eschylo aos *Chálybes*, não é o que elles, realmente, occupavam. Estes povos habitavam a *Asia Menor* e exploravam abundantes minas de ferro na parte oriental do *Ponto*.

(185) « Chegarás, após, ao rio *ultrajoso*, que não tem falso nome. » Asseguram os dous *Escholiastas* que este rio é o *Araxes*, tambem chamado *Iriarte* (hoje *Syr-Daria*), considerado pelos antigos como o grande affluente septentrional do *Mar Caspio*. Pouco satisfeitos desta explicação, e crendo em sua exactidão rigorosa, commentar, não um poeta e sim *Estrabão*, hesitam os commentadores entre o rio *Rha*, o *Ister*, o *Tanais*, o *Alazon*, o *Borysthenes*, ou finalmente, um rio, descoberto por *Schütz* do fundo do seu gabinete e decorado com o nome de *Hybristes*.

(186) O *Caucazo*, cadeia de montanhas, costeando o lado oriental do *Ponto Euxino*.

(187) Imagem grandiosa.

(188) Amazonas, mulheres guerreiras, assim chamadas (de privadas e *μαζός* — mama), porque queimavam uma das pomas para mais facilmente atirarem o arco. Habitavam originariamente uma região entre o Palus-Meotide e o norte do Caspio.

(189) Thémiscyra (hoje Thermeh, ás margens do Thermodonte, affluente do Euxino. — Salmydessou ou Halmydessou, golfo e cidade, (hoje Midiah), estava, diga Eschylo o que quizer, longe da segunda habitação das Amazonas, na costa occidental do Euxino ao N. O. de Byzancio.

(190) Situado na ponta occidental do Palus-Méotide o istmo Cimmerio junta o Chersoneso Taurico (Crimeia) ao continente.

(191) *Βόσπορος* significa o « *Passo da Vacca* », em lembrança da travessia de Io. Applica Eschylo este nome ao canal, que une o Palus Meotide ao Ponto Euxino. E' o Bosporo Cimmerio (estreito de Jenikale), segundo o Escholiasta de Appolonio de Rhodes, é o canal meridional do Euxino (Bosporo da Thracia ou estreito de Constantinopla), ao qual terá dado este nome a passagem da nymphá novilha.

(192) « *Procos* » eram os pretendentes á mão de Penelope durante a ausencia de Ulysses. Dá Ahrens este nome a Jupiter, pretendente de Io. A exclamação de Prometheu põe em relêvo aos olhos do espectador, em opposição, as duas victimas do tyranno, excitando a indignação.

(193) « *Mais vale morrer, isto é, matar-se* ». Maxima falsa e immoral, excusavel talvez num poeta pagão.

Não tenho conhecimento de que algum Grego em desgraça se haja suicidado, repetindo estes dous versos. A infeliz moça, ao menos, não chega ao ponto de exclamar com emphase impia: « A morte é um dever. » (Stiévenart.)

(194) Estulto é a palavra do texto. Empregaram este epitheto Pindaro, Tyrteu e Théognis. La Fontaine usa dum equivalente, chamando a tartaruga — cabeça de vento.

(195) « Si pódes dizel-o sem perigo. »

(196) E' esta a versão e não — Que te importa ! — como em todos os traductores.

(197) Io, presentindo o proximo futuro, vê já, com o pensamento, derribado do throno celesté o Deus, que a perseguiu.

Está nova esposa de Jupiter é Thetis. No dialogo, que escreveu Luciano entre Prometheu e Jupiter, chega-se o Titan ao rei dos deuses, que ia á casa de Tethys; adverte-o do perigo, á que se expõe

e lhe prediz que será desbaratado pelo filho, havido da nympha. Agradece-lhe Jupiter a advertencia; aproveita-se do conselho e, em paga, ordena a Vulcano livre das cadeias a Prometheu.

(198) Litteralmente: « Quer o destino que este meu futuro libertador seja um dos teus descendentes. »

Ἰσχυί: *E' fatal.*

(199) « Sim; o terceiro na ordem do nascimento, apoz dez outras gerações, isto é, o decimo, após teu bisneto, ou o decimo terceiro descendente. Os treze descendentes de Io são indicados pelo Escholiasta B. na seguinte ordem: 1º Epapho; 2º Lybia; 3º Belo; 4º Dánao; 5º Hypermnestra; 6º Abas; 7º Proeto; 8º Acrisio; 9º Dánae, 10º Perseu; 11º Electrião; 12º Alcmena; 13º Hercules. »

(200) Litteralmente: « Tu grava (a viagem) sobre as taboas de boa memoria do teu espirito. » Esta metaphora é usual nos poetas gregos.

O poeta Italiano Monti variou-a, escrevendo: « No volume (livro) da mente. » No — Mysanthropo — ha esta imagem: *Rayez celá de vos papiers*, isto é, de vosso espirito.

(201) « Quando houvers atravessado a corrente, limite dos continentes. » H. Voss crê que a palavra — corrente — designa um rio, o *Phase*, hoje Rioni; Hermann, porém, opina que ella é o Bosphoro Cimmerio (estreito de Jenikale).

(202) Expressão homérica.

(203) Segundo o Lexicon de Harpocracião, Cisthene seria montanha da Phenicia; conforme o Escholasta, uma cidade da Lybia ou da Ethiopia. Antes de investigar o sitio, cumpre fixar o texto. Ora, os manuscriptos, as edições, os escolios, os modernos criticos dividem-se, e nada de certo se pôde determinar.

(204) Filho de Gé e de Pontos, isto é, da Terra e do immenso leito dos mares, era Phorcys, segundo Creüzer, o conjuncto dos promontorios e dos escolhos personificados. Tres de suas filhas eram chamadas as *Gréas* (as Velhas), tendo nascido com todos os signaes da decrepitude. São as irmãs mais velhas das Górgones, com as quaes, algumas vezes, as confundem. As tres *Gréas* tinham por nomes Enyo, Pephrido, Dino. Não designa mais que duas dellas o autor da Theogonia. Variou o sitio, habitado por estes monstros symbolicos, á medida que as fixações, tornadas um tanto mais precisas, eram desmentidas por novas descobertas geographicas.

(205) Este unico olho e unico dente representam, no conceito de alguns, certo phenomeno astronomico.

(206) Allusão provavel aos cabellos crespos e lanosos das mulheres da Ethiopia, que entrelaçavam nellés serpentes domesticadas. An-

gui-coma-da representam a cabeça de Medusa, e não, as de Steno e Euryalia, suas irmãs.

(207) O grypho, animal fabuloso, era metade aguiá, metade leão. No terceiro século de nossa era escrevia ainda Julio Solin a respeito dos gryphos o seguinte: «Na Scythia Asiatica jazem terras uberrimas, posto que inhabitaveis, por que, havendo abundancia de ouro e gemmas, guardam-na os Gryphos, aves ferocissimas e de crudelissima sanha, tornando assim difficilimo aos homens o accesso a taes riquezas.» Mais a liante, Eschylo denominará a *aguiá* —cão alado de Jupiter. Callos do Cocyto é o nome das Furias em Aristophanes (*Rans*, v., 472). Não era annunciada por latidos a perfida ferocidade dos Gryphos. Empregava-os Jupiter na guarda do ouro interdito.

Eis ainda o Pai dos Deuses figurando como invejoso do bem estar dos homens.

(208) Litteralmente: «Evita, da mesma sorte, a horda equestre de um só olho, dos Arimaspos, os quaes habitam junto ás ondas, que volvem ouro, do rio Plutão.» Herodoto, contemporaneo de Eschylo, diz no livro IV, cap. 116: «Quanto á extremidade norte da Europa, parece que nella é muito abundante o ouro; mas na ta pude saber acerca da maneira, por que é obtido. Dizem que uma especie de homens, chamados Arimaspos, que só teem um olho, arrebatam este metal aos Gryphos, encarregados de guardal-o. Não creio nesta fabula.» a opinião do Pai da Historia e na de Eusthate, *Arimaspos*, palavra da lingua dos Scythas, significa, em sua decomposição, *olho unico*. Chama-os-hiam assim, porque, ao mirarem com o arco, fechavam um dos olhos. Pretende um sabio que o Plutão (*Rio rico*) é o Betis (hoje Guadalquivir).

E s-nos bem longe da Scythia. Ma. quem espera da geographia de Eschylo exacta precisão?

(209) Acre litava n os antigos que a Ethiopia occupava, não só o meio-dia, como o oriente e o occidente das extremidades da terra.

(210) *Biblos*. Conhecia n-se muitas cidades deste nome. Esta jazia numa ilha do Baixo Egypto. Ficou celebre pelo assedio, que contra os Persas ali sus entaram os Athenienses, em 456, A. do Christo.

(211) Segundo Vitruvio e Solin, o Nilo era o mesmo Niger, que mudava de nome na ultima cataracta.

«Onde corre o rio da Ethiopia.» Este rio é o Niger. Vagamente indicado pelos antigos, o Niger era, talvez, o Dioliba, cujo curso começa a ser bem conhecido. (D'Anville. Geog. ant.).

(212) Eram as aguas do Nilo objecto de culto religioso. Diu Achilles Tacio: «A agua do Nilo é agradável de beber e de uma fres-

cura deliciosa e moderada, não receiam lo os Egypteos de a tomarem pura. Murmurando os soldados de Pucenio Niger, quando em guerra com o Egypto, de não terem vinho, acouliu-lhes este principê: «Nilum habetis et vinum queritis!» «Esta preciosa qualidade, ainda hoje muito estimada pelos modernos habitantes do Egypto, não impedia o soldado francez de cantar, durante nossa celebre expedição: «Agua do Nilo não é Champagne.»

(213) Esta terra triangu'ar, formada pelo Nilo, é o Ptimyres do Baixe Egypto, comprehendido entre os braços deste rio. Por causa de suas formas, os Gregos dera n-lhe o nome de Delta, como á Sicilia o de Tanacria (ilha dos tres cabos).

(214) Em seu commentario do *Tratado das Epidemias*, de Hippocrates, conservou Galieno quatro versos do *Prometheu encorrentado*, que não se encontraram no texto das edições desta tragedia e que parece fizeram parte da prophesia sobre as excurões de Io.

(215) Litteralmente: «Dando isto mesmo como prova de minhas palavras. Ser-lhes-ha isto uma autori-lade em fâvor de meus ouros discursos:» Quer Prometheu mostrar a Io, pela vista distincta, que do passado tem; que elle não vê menos claramente o futuro.

(216) A Molóssoida era a parte central do Epiro.

(217) Havia em Dodôna (h'je ruínas perto de Gardiki e ao norte de Ianiina) um templo de Júpiter; já celebre no tempo de Homero e que era o oráculo mais antigo da Grecia. Rezava a fabula que as arvores do bosque vizinho tinham o dom da prophesia.

Júpiter *Thesprotê* é adorado no Epiro. A Thesprocia era a parte sudoeste daquella região.

(218) «Claramente, sem enigma.» Contra o costume dos oráculos.

(219) «De lá, furiosa pelas agulhoas do tavão, te arremessaste á esrada, costeando a praia, para o vasto golpho de Rhêa, donde regressaste sobre teus passos, sempre entegue á vivas dôres.» Rhêa: O mar Adriatico, grande golpho do Mediterraneo entre a Italia, a Dalmacia e a Grecia. Era assim chamado por causa do culto da Deusa Rhêa, religiosamente observado em todo o littoral daquelle golpho. Os poetas gregos, aliás, davam, muitas vezes, grande extensão ao sentido dos nomes geographicos; as bordas do mar Jonio prolongam-se muito mais nelles do que nos geographos.

(220) «Junto mesmo ao atterro do Nilo», isto é, no sólo formado sobre a vasa e pelas areias accumuladas do Nilo. Esse atterro, observado por Estrabão, ainda agora obriga a consideraveis trabalhos os cultivadores ribeirinhos.

(221) Canópo. Antiga cidade do Baixo Egypto. Segundo tradição, collida por Tacito, devia o nome á um piloto grego. Estava situada numa embocadura do Nilo, denominada — Canopica — (hoje Aboukir).

(222) Vê Prometheu o futuro, como si presente e realzado fosse.

(223) Outros, entre os quaes Estrabão, designam Eubeia como Patria de Épaphos.

(224) « Ceifará em toda a região, que o Nilo rega com suas largas correntes », expr. são biblica e homérica; que equivale á — possuirá —.

(225) A quinta geração, depois de Épapho. Outra genealogia deixava a raça de Jupiter e Io reinar no Egypto. Eis a genealogia, que devia Eschylo ter seguido e que liga essa raça á Grecia: — Épapho, Lybia, Bello, Dánao, Hypermnestra e suas irmãs.

(226) « Para evitar o hymeneu da familia de seus primos. » E' bem conhecida a historia das cincoenta Danaides e cincoenta dos filhos de Egypto.

(227) Segundo outra tradição, não fugiram as Danaides do Egypto para Argos, mas ficaram nesta cidade, para onde Egypto enviou os filhos, á frente de um poderoso exercito, afim de coastrangel-as.

(228) « Um Deus, porém, terá invejoso ódio de seus corpos. » « Diz o Escholiasta: Serão punidos em seus mesmos corpos (isto é, pela privação da vida) por e haverem os Deuses irritado contra elles. « Invidio » significa ter sciume, e também recusar e arreatar. Diremos, por ex.: Não me invejei, está consolação, em vez de « não me tireis. » Isto é conforme á indole da lingua e bem se adapta á sequencia das idéas. Sibelis e Wellauer, no entanto, vertem assim: « Mas um Deus invejará os corpos dellas (Danaides); isto é, não consentirá que sejam gozadas pelos filhos do Egypto. » E Hermann: *Proibirá um Deus aos filhos do Egypto que gozem dos corpos de suas primas virgens.* » Esta interpretação é inadmissivel, porque *σωμάτων* designa os corpos dos filhos de Egypto. Isto é sufficientemente provado, porque Eschylo se refere á esta palavra na phrase seguinte. Reconhecendo o fraco de tal explicação, substituiu-a Hermann por esta: « Um Deus fará inveja ás filhas de Dánao por causa dos corpos mortos de seus esposos. » Não se trata, porém, em tudo que precede, sinão dos filhos de Egypto. Diz Bissonade: « Um Deus fará inveja (ás Danaides) por causa dos corpos mortos. » Mas o illustre mestre conceo da que, para adoptar esta interpretação (a segunda de Hermann), preciso se faz mudar, um tanto arbitrariamente, como elle o faz, segundo Bothe o *δαμνέτων* em *ἐαμνέτα*.

«Sigamos, pois, com Garbicio, Schütz, o proprio Bothe, Butler, du Theil, Puech e Pierron, a explicação do Escholiasta. (Sièvennart) »

(229) Litteralmente: «E a Pelasgia recabel-os-ha, depois de domados por um Marte, que mata com a mão das mulheres e com uma audacia, a vigiar, como a sentinella, durante á noite ». O nome de Pelasgia é, algumas vezes, dado pelos poetas ao Peloponeso. As duas denominações Γραικοί e Πελασγοί parecem, diz Frèret; ter o mesmo valor, pois a primeira vem de γραικός = *hvetho*, antigo nome Pelasgo, vem de πέλλας, que significa *antigo habitante*, e Pelasgia, antiga terra.

Otf. Müller dá outras duas etymologias — *advena do mar ou rurícola (cultivador do campo)*.

(230) «Serão ahi sepultados.» Palavras que formam equivoco. Prometheu pronuncia um oraculo. Faziam os antigos opposição no tocante ao lugar do nascimento e do da morte. O epitaphio de uma liberta (Antholog. Palat. VIII, 185), começava por estas palavras: Αὔσονί με Αἰύσσαν ἔχει κόνις. O de Eschylo (Ibid. VI) 401, indica que foi Gela o *tumulo* deste poeta e a Attica *seu berço*. Da mesma sorte, nascidos no Egypto, morreram no Peloponeso os pretendentes das Danaïdes.

(231) Esta subita maldição, de tão bello effeito na situação de Prometheu, é frequente nos poetas gregos e latinos. Jupiter queria desposar Thetis. Prometheu parece desejar que á este Deus se depare uma Danaïde na nova esposa.

(232) Hercules (diz a Fabula) matou de uma flechada o abutre, que roia o figado de Prometheu. Essas celebres flechas, de que foi herdeiro Philoctetes, haviam sido embobidas no sangue da hydra de Lerna.

(233) Ἄπυρος Escol. — *ardentissimo*. Encontra-se tambem ἄπυρος com o sentido de *sem fogo*, em Agamemnon, 71. Ahrens traduz este adjectivo por *igne carens* (*sem fogo*) admittindo, de certo, «a anti-phrasis» (diz Sièvenart). Pierron verte: «arma aguda, que não foi forjada ao fogo.» Eu segui a versão de Ahrens.

(234) Este sabio é Pittaco, que floresceu, longos seculos após a idade fabulosa. Eschylo não recuava ante certos anachronismos. E' assim que nos — Myrmidões — um de seus personagens faz a citação de uma fabula de Esopo: «Certo estrangeiro de Atarné, diz Callimaco em um dos seus fragmentos, veio pedir conselho a Pittaco, de Mytilene, filho de Hyrrhadio. «Meu pai, disse; eu passo desposar duas mulheres; uma possui cabedços proporcionados aos meus, outra é

muito mais rica e de nobre linhagem. Com qual dellas devo casar? Rogo-vos que me aconselheis.» Pittaco, erguendo um pouco o bastão, em que se a-rimava, chamou a attenção do consultante para umas crianças, que se occupavam em dar gyro aos piões: «Estes meninos ensinar-vos-hão o que vos cumpre fazer.» «Aproximou-se o moço dos rapazes e ouviu que uns diziam aos outros: «Tocai no mais vizinho de vós.»

Comprehendendo, então, o conselho do sabio, absteve-se o estrangeiro do casamento rico e desposou a mulher de condição approximada á sua.

(235) O desejo, da Oceanida não é evitar o casamento de um morador do Olympo, como traduz du Theil, mas sim o de não ser concubina de Jupiter, que era já marido de Juno.

(236) Alliança entre iguaes, ou, como diz o Escholiasta, *á sua medida*. Fazendo esta advertencia pelo orgão do côro, mirava Eschylo a manutenção da paz publica.

(237) As Oceani-las, simples nymphas, desejam não ser amadas por Deuses de classe mais alta (*potentiorum*), na phrase de Ahrens.

Litteralmente: «Mas que o amor dos mais poderosos Deuses não me fite com olho inevitavel.»

(238) Litteralmente: «Esta guerra é inexpugnavel, e dá (ao Deus que a faz) recursos, ainda quando não os tem. «Stièvenart traduz: «Guerra, em que a luta é impossivel e em que são inexgotaveis os recursos do inimigo.» «Acirrando-se em calcular estes dous concêitos (de gosto atico) do texto (acrescenta este commentador) caiu du Theil na extravagancia e na infidelidade, reproduzindo assim o trecho: «Lucta-se mal nesta lucta; ella é cheia de esforços e esforços vãos.»

(239) «Um hymeneu tal, que o derrubará; isto é, capaz de o derrubar.

(240) O formidavel antagonista, que desthronará Jupiter, não é Hercules, como o creram Brumoy e alguns outros; é um filho daquelle Deus, mais poleroso, que seu pai, a nascer do casamento de Jupiter com Thetis, si tal união se realizasse.

(241) «E que hade quebrar o tridente, lança de Neptuno, que faz saltar a terra.» As expressões, que no curso desta tragedia annunciam o vencedor e successor de Jupiter, são, de mais a mais vivas, attingindo, neste lugar, o mais alto gráo, não de clareza (que não é precisa), mas de força.

(242) *Adrasteia*: O inevitavel, — symbolo da ordem necessaria das cousas. Sob o promiscuo nome de Adrasteia e Némesis e tambem de Némesis Adrasteia, pra venerada uma divindade punidora da arro-

gancia e injustiça humana, sendo nella personificada a indignação divina, (Nêmesis, indignação) a velar sobre as acções e palavras humanas, suspeitas de pouca submissão aos Deuses. Quando alguém se propunha acto ou expressão, que algo encerrasse de orgulho ou irrelição, usava da phrase: «Adoro Adrasteia»; e como para declinar dos máos effeitos do mesmo acto ou expressão. «Adoro Adastreia»: isto é, considero menor peccado o tornar-me, involuntariamente, homicida, do que o conservar outrem enganado a respeito das cousas boas, justas e honestas. — Rhamnusia Virgo, era a antonomasia de Nêmesis, porque tinha seu principal culto em Ranuto, povoação da Attica.

(243) «Unumquemque regnantem»; o soberano passado, actual e futuro.

(244) Τρότυ — Expressão de desprezo é equivalente a laçao, moço de recados; em gria — leva e traz.

(245) «Como se pó le esperar lo serviçal dos Dauses.» «Esta linguagem arrogante é digna do serviçal dos Deuses; taes amos, taes criados.»

(246) Destes dous reis o primeiro é — Uranus ou Ophion — (a grande serpente); o segundo é Saturno.

(247) O *Prometheu*, de Edgard Quinet, pronunc'a, também, ameaças propheticas contra os Deuses do Olympe, entremeando-as com o annuncio da lei nova.

(248) Prometheu não diz, apenas, a Mercurio que torne a enfiar o caminho, pelo qual veio até elle e sim «que o retome á toda a pressa». A gminação do adverbio — já —, exprime isto, em toda a sua força.

(249) Litteralmente: «*Entretanto, por esta orgulhosa obstinação em tua idéa foste impellido ao porto destas desgraças.*» Eram frequentes na poesia grega as metaphoras, toma-las do mar e de navegação, pela mesma razão que as multiplica a eloquencia politica dos Ingleses. — Começara Mercurio por intimar, com altivez, a Prometheu as ordens de Jupiter. Não tendo conseguido nada por esse systema, finge o Deus da eloquencia interessar-se por aquelle, á quem lesija persuadir.

(250) «Servir a este rochedo.» Representa-se Prometheu como escravo da rocha, que o detém encadeado.

(251) Duas idéias distinctas referem-se, aqui, á conlição de Mercurio; — a de ter Jupiter como pai e a de ser docil mensageiro d'elle. Na intenção de Prometheu πικρόν é um insulto.

(252) «Os heróes do antigo theatro grego não perdoam... O desbarato, o captiveiro, o proprio soffrimento não tiram aos desgra-

cados o ardor da justiça, ou da vingança. Em Eschylo, Prometheu, encadeado ao rochedo, recusa perdoar a Jupiter a injúria recebida: «E' preciso ultrajar a quem nos ultraja»; diz elle, preferindo ser captivo e torturado á renúncia do poder e do direito de vingar-se. (M. Saint-Marc-Girardin, Curso de Litt. dram. II, pag. 286.) E' o princípio do talão, expresso, energeticamente, pelo poeta nas Chœphoras: «Ultraje por ultraje, assassinio por assassinio! Lucte a força contra a força, a vingança contra a vingança!»

(253) Tenta Mercurio insinuar que não é inimigo de Prometheu.

(254) Querendo esgotar todos os generos de persuasão, ensaia Mercurio a piedade. Que indomavel fereza na resposta do Titan!

(255) Es e grito em nada diminue a grandeza do carácter do heróe, que soffre. Os heróes, na antiguidade, sabiam gemer, sem que deixassem de ser heróes.

(256) Phrased elliptica, produzida pela vivacidade do dialogo: «(Não, eu nada direi) e, apesar de tudo, tanto lhe devo! Dever-lhe-hia testemunhar o meu reconhecimento.»

(257) Neve de azã branca: *Nives plumeas* (Arnobio). — Trovões subterraneos. — Tremores de terra (Escholiasta).

(258) Muitos dos antigos monumentos apresentam os supplicantes com as mãos de palmas para cima (*in palmas resupinatas*), diz Stanley (citado por Stièvenart), exprimindo humilidade submissa, contraposição da ameaça (*quasi minime minaces et infestas*). Tal é, principalmente, a attitude da Musa da Tragedia, no baixo-relevo, conhecido sob o nome de *Apotheose de Homero. Manus dejectæ* — era a expressão do gesto contrario.

(259) Litteralmente: «Tu depositas orgulhosa confiança em um saber impotente.»

(260) Litteralmente: «E um braço de pedra te levará, ou antes, te apertará, como alguém aperta nos braços pesado fardo, para carregal-o.» Em Eschylo, é o proprio rochedo, que abraça e estreita Prometheu.

(261) Roia uma aguião fgado immortal de Prometheu, renascendo, durante a noite, o que a ave de largas azas havia devorado de dia. (Hesiodo, Theogonia v. 525.) Virgilio, em lindissimos versos (Eneida VI, 597,) pinta o supplicio, infligido ao Titan, ficando muito áquem de Eschylo; pois brilha apenas pela riqueza dos promenores, sem imitar o tragico grego na granleza das imagens.

(262) Este Deus foi Chiron. Hercules, combatendo contra os Centauros, feriu, por inadvertencia, a Chiron, seu divino educador. Vivas dôres assaltaram, logo, o sabio Centauro, torturando-o, sem destruir-lhe

o principio da vida, pois era immortal. Sendo-lhe esta immortalidade um peso, rogou a Jupiter que o matasse. Não podendo morrer, sem tomar o lugar de um immortal condemnado, como elle, á eternas dôres, consentiu o Senhor do Olympo em substituil-o a Prometheu (Welchér).

(263) « Sua palavra é sempre cumprida. » Diz Stiévenart que Stanley se engana quando attribue á isto a origem do sobrenome de Jupiter τέλειος. Cabia tal epitheto a Jupiter, por presidir, como Juno, ao casamento.

(264) Εἰς ἀμάρτανειν signi fica aqui « *perseverar na falta* ».

(265) Tal era a moral ao uso dos implacaveis odios daquelles tempos.

(266) « Os aneis de cabellos, » figuradamente — folhagem das arvores, — objectos, que teem, mais ou menos, fórma de espiral, e aqui — sulcos tortuosos do raio. — Por outra metaphora, igualmente pittoresca, Eschylo, algures, empresta uma barba á *chamma*, como Virgilio umalingua.

« Chamma descabellada » é uma expressão no gosto de nossa poesia contemporanea.

(267) Literalmente: « Que o ether seja agitado pelo trovão e pelas convulsões dos ventos furiosos; que seu sópro sacuda sobre seus fundamentos a terra, com suas raizes; que elle se enfunda na inexoravel tormenta as vagas do mar e os astros, viandantes do céu; que em meio dos turbilhões, mais irresistiveis, (Jupiter) precipite, inteiramente, meu corpo no negro Tartaro. Em todo o caso, não me tirará a vida. »

Tem Prometheu arrojado muitas vezes imprecações contra si mesmo e a gradação dellas é feita com habilidade.

Ao principio, diz simplesmente; Pois bem! — Fira-me Jupiter! Delle tudo espero. Este altivo desafio é já revestido de grandes imagens. Attinge agora o sublime.

(268) Como podiam as nymphas dizer que teem sido nutridas no odio dos traidores? Não é este um dos versos de moral publica, que Eschylo, esquecendo um pouco o personagem, que fala, dirigia á memoria e ao coração de seus concidadãos?

(269) « Enão ha vicio, para cujo afastamento eu cuspa mais que por este. » Para conjurar um máo presagio, para exprimir desgosto, ou profundo desprezo, costumava-se cuspir no seio. Diz, em Theocrito, um pastor:

« De medo de ser victima de um máo olhar, cuspi em meu seio. » Este uso, que existia ao tempo do Escholiasta, diz Theocrito, ainda não

desapparecia da Grecia. Si um viandante louva a belleza de uma criança, a mãe supplica-lhe, agitada, que cuspa na face do filho, para abjurar, de algum modo, a palras, de que a puniria o futuro.

(270) Retira-se Mercurio e suppõe-se que o côro o acompanha. Começa a tremer a terra e a estropear o trovão.

(271) « De facto o não em palavras. »

(272) Prometheu, ao principio, contemplou, tranquillamente, a horrivel borrasca, que contra elle se levantava; como para melhor affronta-la, enumera todos os erradores symptomas de-la, e por ali explica aos expectadores, indirectamente, com grandeza e verossimilhança, suas proprias impressões.

« Por este desabar da natureza inteira conhece a mão, que o fere (*magna Jovis manus*); e, no proprio instante, em que o raio vai estalar, abater-se a montanha e sumir-o, invoca, no tom mais nobremente pathetico, a sua mãe, essa mesma Themis, cujas prophecias o haviam dirigido depois, e o Ether, que volve o radiante astro do dia para todos, excepto para elle, que as trevas deviam sepultar por longo tempo e, finalmente, nesse momento supremo ainda protesta contra seus injustos tormentos. » (Stiévenart).

O FORTE DE COIMBRA (*)

SUA FUNDAÇÃO E OS ACONTECIMENTOS QUE COM ELLA
SE RELACIONAM

PRIMO

General Francisco Raphael de Mello Rego

I

A notoriedade ligada ao forte de Coimbra, pelos graves acontecimentos que em 1892 se deram em Matto Grosso e a todos encheram de apprehensões, levou o Sr. tenente-coronel Jorge dos Santos Almeida a publicar no *J rnal do Commercio* de 7 de maio desse anno, uma interessante noticia sobre o estado da então rebellada praça de guerra.

Felizmente, á gloriosa tradição do passado de Coimbra não veio juntar-se a negra pagina que os factos occorridos naquella época prenunciavam, com dôr e tristeza, para os corações brazileiros.

Não houve luta e nenhum combate se feriu naquelle forte. No solo da sua exultância não foi misturar-se com o sangue, que outr'ora alli verteram os inimigos da patria, o dos irmãos que o guarneciam.

Dentre todas as construcções de defesa no dominio colonial, talvez seja Coimbra a que tem historia mais romanesca, fe tos mais bizarras com episodios curiosos que, sobre despertarem o orgulho nacional, provocam o interesse dos que gostam de conhecer as cousas de nosso passado.

Com effeito, mal acabava de ser construido — si por construido se devêra considerar o que apenas constava de uma esticada quadrangular flinqueada, com 45 braças de frente sobre 16 de fundo, que foi o que na occasião se pôe fazer para preencher o fim que se tinha em vista — e logo foi o então presidio de Coimbra presa de um incendio, de que só se salvou a casa da polvora.

Não estava ainda terminada a reparação de semelhante desastre, quando foi a sua guarnição victima de uma traição dos

(*) Não offerece hoje esta « Memoria » o interesse de occasião que teria em 1892, quando me occorreu a idéa de escrevel-a, entregando-me, para esse fim, a pacientes e detidas pesquisas que tive de interromper não pouco tempo, por ter de applicar minha attenção a trabalho de outra ordem.

Presumo, entretanto, que, embora demorado, contém este escripto alguma coisa que, a todo o tempo, poderá interessar aos estudiosos e amadores da historia patria.

Janeyro de 1894.

índios Guaycurús, que mataram grande parte della, retirando-se incolumes com os despojos que puderam colher.

Começando a ser reconstruído em 1797, segundo os planos do engenheiro Ricardo Franco (1) que importavam em uma nova fundação, um pouco afastada da antiga estacada, não estava ainda concluído o recinto do forte, quando em 1801 foi acometido por uma esquadilha hespanhola ao mando de D. Lazaro Rivera, governador do Paraguay, composta de quatro sumacas, de dous canhões por banda, e vinte canoas com 600 combatentes.

Registram os *Annaes* a arrogante intimação do chefe hespanhol ao commandante de Coimbra, para que se rendesse dentro de uma hora. (2)

Com dignidade e concisão respondeu Ricardo Franco, pelo mesmo portador, que « sendo sempre a desigualdade de força um estímulo que animava os portuquezes para não abandonarem o seu posto e para o defenderem até sepultarem-se debaixo de suas ruínas, nesta resolução mantinham-se os que se achavam no presidio ».

« Coimbra, refere o mesmo B. de Melgaço, não tinha outra artilharia senão uma peça de calibre um, e a sua guarnição apenas chegava a 110 praças, (3) pela maior parte bisouhas e

(1) « O distincto engenheiro Ricardo Franco por algum tempo opinou pela sua inutilidade; diversas considerações, porém, fizeram-o modificar o seu parecer e insinuar ao governador Caetano Pinto (depois Marquez da Praia Grande) a conveniencia da continuação do forte, que o mesmo official levou a effeito quasi sem dispendio da fazenda real, servindo elle de architecto, de feitor e de mestre carpinteiro e pedreiro, como o declara o referido governador na sua communicação com a secretaria do Estado. » (B. de Melgaço.)

(2) Como curiosidade transcrevo em sua integra essa intimação:

« Ayer á la tarde tube el honor de contestar el fuego que V. S. hizo de ese fuerte, y habiendo reconocido que las fuerzas con que voi inmediatamente á atacarlo son muy superiores á las de V. S. no puedo menos de vaticinarle el último infortunio; pero como los vassallos de S. M. C. saben respetar las leyes de la humanidad aun en medio de la misma guerra, por tanto pido á V. S. se rinda á las armas del REY mi amo, pues de lo contrario á cañon y á espada decidire de la suerte de Coimbra, sufriendo su desgraciada guarnicion todas las estremidades de la guerra, de cuyos estragos se verá libre V. S. si conveni re con mi propuesta contestandome categoricamente esta el termino de una hora. — A bordo de la goleta Nuestra Señora del Carmen, 17 de setiembre de 1801. — Lazaro de Ribera. »

(3) O V. de Porto Seguro, que dá pormenores dos ataques offerecidos pelos hespanhões nos dias 15, 17, 18, 19 e 24 de setembro, até se retirarem no dia 25, diz que as forças do forte constavam apenas de « umas 40 praças ». Convém, porém, notar que o B. de Melgaço, residindo em Cuyabá, escrevia tendo diante de si não só os *Annaes* do Senado da Camara daquelle cidade, como os documentos existentes na secretaria do governo da provincia.

mal municiadas. Não obstante a exigui lade dos meios de def-nção, o commandante tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, portou-se com o maior denodo: e o inimigo retirou-se com algumas perdas, depois de 8 dias de baldados esforços para apoderar-se do forte. »

« Fué la primera vez que en el corazon de la America Meridional si oyó el estrepito del cañon. Las tribus belicosas de los Payaguás e Guayeurús debieron sorprender-se de terror e de espanto, ante ese trueno formilable del bronze (4). »

E' de nossos dias, podemos assim dizer, o que occorreu em Coimbra, em dezembro de 1864, quando atacada p la poderosa expedição paraguaya, composta de 5 vapores, *Taguary, Paraguay, Igurey, Rio Blanco e Yporá*, rebocando as duas escunas *Independencia e Aquidaban* — um palhote — *Rozario* — 2 chatas *Humaitá e Cerro Leon* — com artilharia de 36, conduzindo mais de 4 mil homens, sob o commando do coronel Vicente Barrios.

Inclusive a guarnição do pequeno vapor *Anhambahy*, fundeado no porto, não chegavam a 200 homens os defensores de Coimbra, commandados p lo tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrêro, ha pouco roubado aos carinhos da familia (5) no posto de general de divisão reformado, quando carregado de annos e serviços á patria, no con-hego do lar, sem mais aspirações nem illusões — que todas se lhe f ram com o correr dos annos — *fugaces labuntur anni!* — repousava, á sombra dos louros colhidos naquelle transe memoravel, que lhe valeram o titulo de Barão do Forte de Coimbra, das fadigas e agruras de mais de meio seculo de ininterrupto serviço militar, a que dedicou o melhor da sua existencia com o esforço e dedicação e a consciencia de uma alma patriótica devotada ao dever.

Apraz-me render aqui esta rapida e fraca homenagem á memoria de um velho camarada e conterraneo (Porto Carrêro era pernambucano), a quem me prendiam laços de affeição tão antiga quanto profunda.

Durante dous dias resistiu aquella pequena força aos ataques do inimigo, causando-lhe grandes estragos e conseguindo, na noite do segundo para o terceiro, quando já escasseavam as munições, retirar-se, embarcando no *Anhambahy* com as familias dos officiaes e das praças e empregados civis, sem outra perda de vida que a de um indio caduêo, e sem que os Paraguayos o presentissem, tal a pericia com que foi effectuada a operação.

(4) B. Bosci. *Viaje Pitoresco*. Este escriptor refere-se ao canhão de guerra, instrumento de destruição e de morte; pois a primeira vez em que o troar formilavel do bronze ecoou na solidão daquelles desertos foi quando o encarregado da fundação do presidio deu começo a sua obra.

(5) Fallecido a 12 de setembro de 1893.

«A evacuação desse forte, diz Schneider — historiador imparcial, p' sto que pouco conhecedor em alguns pontos dos acontecimentos a que a guerra deu lugar — a evacuação desse forte é um facto curioso para a historia militar: oito navios paraguayos, entre elles cinco vapores (6) e algumas chatas, não ouvem em um ponto tão estreito do rio, o movimento do vapor brasileiro e deixam-no evadir se com toda a guarrição. Este procedimento singular só se explica por não haver um unico dos navios do coronel Barrios subido o rio até acima do forte, e demonstra que, apesar da superioridade numerica, havia medo das peças da fortaleza. E' verdade que sem especial conhecimento da localidade não se pôde julgar parcialmente, e, por isso, nos limitaremos a notar o facto.» (7)

Merece esse feito, bem como os incidentes que a elle se ligam, noticia mais detida, que deixarei para depois, afim de entrarmos de-sue ja na apreciação dos motivos que determinaram a resolução do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello e Caceres, de mandar construir o presidio a que posteriormente deu o nome de Coimbra Nova, motivos que parecem não ser bem conhecidos, mesmo de escriptores nacionaes.

O Visconde de Porto Seguro não vê na fundação do forte de Coimbra um facto isolado, achando que elle se prende a outros, como a exploração e occupação dos campos de Garapua, ordenadas pelo governador de S. Paulo, a fundação do forte dos Prazeres á margem do Igatimy, (8) cujas cabeceiras haviam sido preceitadamente occupadas por proprio arbitrio d'quelle governador, com o que coincidiam certas providencias tomadas em relação ao Rio Grande, parecem o mesmo que algumas de taes medidas e outras não mencionadas eram insinuadas ou tomadas directamente em Lisboa, de onde o Marquez de Pom- bal chegava a mandar minutas das respostas que os governadores deviam dar ás autoridades hespanholas.

(6) Então já eram oito, pois tinham chegado na vespera mais tres, entre os quaes o *Marquez de Olinda*, aprisionado no mez anterior em Assumpção, em occasião em que tinha a bordo o coronel Carneiro de Campos, presidente nomeado para Mato-Grosso. Esse paquete foi desde logo armado com quatro peças e incorporado á esquadra paraguayana.

(7) *A Guerra da Triplex Alliança contra o Governo da Republica do Paraguay*, traducção do Dr. Alves Nogueira.

(8) F. Constanção, na sua *Historia do Brazil*, diz ter sido um estabelecimento creado por aventureiros paulistas, unidos a degradados do Paraguay, que alli se fortificaram, elegendo um capitão de bandeira; mas a verdade sadida é que de S. Paulo recebeu a guarrição do forte os soccorros necessarios. A mortandade de que era victima a mesma guarrição, devia á insalubridade do lugar, a neccidade de remos e a repetidas reôrções e a distancia a transportar por caminhos difficeis tinham por um convencimento portuguez da impossibilidade de manterem-se naquelle praça, como elle chamavam, e dispunham-se a abandonal-a, quando, atraigoados pelos indios Guaranyes, que se ligaram aos hespanhões, foram por estes accommettidos e se retiraram.

Southey censura o procedimento do Governo portuguez por «mandar construir um presidio em territorio contestado pelos hespanhões, resultando dessa *desgraçada* resolução encarniçamento de rivalidades e represalias que podiam ter sido evitadas».

Schneider, já citado, diz que «não sabe com que direito o capitão-general de Mato-Grosso, Luiz de Albuquerque, mandou erigir esse forte naquella logar, que era incontestavelmente possessão hespanhola».

Outros, attribuindo a fundação de Coimbra á necessidade de conter os indios Payaguas, que, ora sós, ora ligados aos Guaycurús, levavam suas incursões até á foz do Jauú, notam que o encarregado daquella commissão não chegava a Fecho de Morros, com o lre fora determinado, preferindo ficar muito distante desse ponto e á margem direita do Paraguay.

De facto, essa necessidade foi invocada na occasião. Era um pretexto.

Examinemos os fundamentos de taes arguições, feitas ao governador de Mato Grosso.

Para isto importa recordar o estado em que se achavam as negociações entabuladas entre Portugal e Hespanha para a fixação dos limites das respectivas colonias na America, e qual a linha divisoria indicada no Tratado de 1750, como limite, ao sul e a oeste de Mato-Grosso.

Não será preciso folhear miudamente a historia das lutas, contestação e divergencias que desde mais de dous seculos traziam as duas corôas, por semelhante motivo para avaliar se quanto a ambas interessava chegar a um accordo equitativo e justo que dovesse ser duradouro. Pelo que respeitava a Matto-Grosso, o Paraguay e o Guaporé, que pertenciam da mesma região buscam ramos directamente oppositos, um de S., outro de N., eram duas correntes que pareciam ter sido providamente traçadas pela Natureza, no tocante ao limite occidental, aproveitando ao mesmo tempo ao meridional.

Nem outra deveria ter sido a razão determinativa das bases do mencionado Tratado, attribuindo, talvez injustamente, á influencia da rainha D. Maria Barbara, infanta de Portugal, quando foi desposada por Fernando V, ainda principe das Asturias e em vida de seu pai Felipe V, não obstante o desprezo e odio que este e a rainha, no dizer de Southey, votavam aos portuguezes.

Fernando, hypocondriaco por herança e sujeito por vezes a arrebatamentos violentos de colera, segundo conta o mesmo escriptor, era, entretanto, humano, justiceiro, honrado e consciencioso, amigo da paz e da tranquillidade e, como sua mulher, apaixonado pela musica, nutrido, no final de contas, profunda e dolorosa convicção de sua insufficiencia para os encargos do governo. De suas virtudes e da boa vontade do Governo portuguez provém naturalmente o espirito conciliador que transpira do Tratado.

Colho deste sómente o que se refere a Matto-Grosso. Eis como elle se exprime descrevendo a parte da fronteira mutua, a partir da bocca do Iguaçu, afluente do Paraná, pela margem esquerda :

«... Desde essa boca proseguirá pelo alveo do Paraná até onde se lhe ajunta o rio Igurey pela sua margem occidental. Desde a boca do Igurey continuará pelo alveo acima até encontrar sua origem principal; e dalli buscará em linha recta pelo mais alto do terreno, a cabeceira principal do rio mais vizinho que desagua no Paraguay pela sua margem oriental, que talvez será o que chãmo Corrientes, baixará pelo alveo deste rio até a sua entrada no Paraguay, desde a qual boca subirá pelo canal principal que deixa o Paraguay em tempo secco, e pelo seu alveo até encontrar os pantanos que fôrma este rio, chamados a Lagoa de Xaraes, e atravessando esta lagoa até a boca do Jaurú. »

D'ahi tirar-se hia uma linha geodesica á margem sul de Guaporá defronte da boca do Sararé, mas « se entre o Jauru e o Guaporá encontrassem os commissarios outro rio qualquer ou ruia natural, que mais clara e convenientemente pudessem indicar os limites, poderiam fazer uso da propria discricao, reservando sempre aos Portuguezes a exclusiva navegacao do Jaurú e a estrada que estavam costumados a tomar de Cuyabá para Matto-Grosso. Onde quer, porém, que a linha cahisse no Guaporá seguiria por este ao Mamoré ».

Apezar de, no correr do anno de 1754, ter sido collocado na foz do Jaurú um marco, de que adiante fallarei, nunca os dous governos trataram de determinar a linha que delle devia partir; preferiram começar pelo sul.

Reconhecendo-se, porém, na occasião da demarcação, que o contravertente do Igurey era o ejuy, o qual desemboca no Paraguay na latitude de $24^{\circ} 7''$, o que fazia a linha divisoria distar de Assumpção apenas pouco mais de um gráo, levantaram os commissarios hespanhões questão, dizendo que não existia rio Igurey, e que este nome não podia caber enao ao Igatemy, que desagua no Paraná acima do Sítio das Se e Quedas tendo por contravertente o Ipané-Guazú; e que, portanto, essa devia ser a linha divisoria.

Evidentemente, era infundada a alleação.

« Reagiram », diz o Dr. José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco) nas suas notas á obra de Schneider, sobre este ponto, « os commissarios portuguezes, argumentando com o tratado, com o mappa de 1749, pelo qual os negociadores haviam descripto a fronteira e com as instrucções dadas pelas duas côrtes, que mandavam tomar por divisa o primeiro rio caudaloso que acima de Iguaçu entrasse no Paraná por sua margem occidental, estacio nesse caso o Igurey, ao sul do Igatemy. Essas e outras desintelligencias não deram lugar a que se concluísse a demarcação, e o tratado de 12 de fevêreiro de 1761 veio annular o de 13 de janeiro de 1750, voltando a

questão de limites ao estado anterior e tomando-se por base as posses que tinham nessa época ambas as côrtes.»

Não esqueçamos porém, que a esse tempo, 1761, já havia sido collocado, meia milha abaixo da fôz do Jauru, logar remoto e ermo, o marco de que acima fallei, mandado de Lisboa por via do Pará. (9).

Nenhum inconveniente, entretanto, trazia esse accordo quanto ao valle do Paraguay, no qual cada uma das Cortes não tinha alterado o respectivo dominio existente em 1750. Não assim no de Guaporé, donde em virtude do tratado desse anno, tinham os Hespanhoes se retirado da margem oriental, abandonando o forte que ahi haviam construido e, mais que tudo, as reduções fundadas pelos Jesuitas. Elles não podiam ver de boamente os portuguezes senhores absolutos daquella margem do baixo Guaporé, onde tantos tinham tido inteiro dominio. Os Jesuias, forçados a abandonar as suas missões, preferiram demolir umas e remover outras, a consentirem que os que nellas habitavam, especialmente os seus neophitos, lá ficassem, passando a ser subditos da Corôa portugueza.

Não deixava de inquietar ao Governo da Metropole o que occorria no Guaporé.

(9) Era uma obra primorosa no seu genero, trabalhada em finissimo marmore, de que Ricardo Franco fez minuciosa descripção.

Apresenta a fôrma de uma pyramide de quatro faces, em cujo vertice vê-se uma cruz de quatro braços iguaes, de 0^m,77 de alto, tendo o todo do monumento 5^m,0 de altura. Cada face trapezoidé tem, afora a base em que assenta e a cupula, 2^m,64 de alto, 1^m,21 de base e 0^m,83 no lado superior paralelo. Todas ellas têm gravada uma inscripção.

Na face voltada para o Paraguay e por baixo das armas de Portugal lia-se : *Sub Joanne V Lusitanorum Rege Fidelissimo.*

Na face opposta, com as armas de Hespanha : *Sub Ferdinando V Hispania Regi Catholico.*

Na voltada para sudoeste : *Justitia Ex Pax Osculatæ Sunt.*

No lado opposto, voltado para o Jauru : *E Pactis Finium Regendorum Coneventis. Madriti. Idib Januariis MDCCL.»*

E ali permaneceu esse marco por 122 annos, até que, por ser outra a linha de visoria estabelecida em 1876 pelas commissões demarcadores dos nossos limites com a Bolivia, foi elle demolido, separando-se cuidadosamente as suas peçadas peças que foram transportadas por agua para o porto de S. Luiz de Caceres, cerca de treze leguas. rio acima, do Jaurú. Dalli as fez conduzir em carro puxado por bois o commandante do districto e do 49º batalhão de infantaria, então tenente-coronel Antonio Maria Coelho, hoje general de divisão Barão de Amambahy, para o largo da Matriz, principal praça daquella cidade, onde foi o mesmo marco recomposto e collocado como monumento historico, e onde o vi em 1888. Mas já não é o mesmo que era. A base de marmore foi substituida por um massço de argamaca de cal com pedra britada. Das armas de ambas as nações, trabalho em relevo e de correcta execução, existem somente os escudos, tendo sido tiradas as corôas, não se sabendo por quem, nem quando, mas provavelmente, para significar que daquella parte da terra americana havia desaparecido o dominio harmonioso das duas corôas.

Luiz de Albuquerque Mello e Cáceres, nomeado Capitão General de Matto Grosso, chegando a Cuyabá, por via de São Paulo, seguiu logo para Villa Bella — depois cidade de Matto Grosso — séde da Capitania, cujo governo assumiu a 13 de Dezembro de 1772. Em obediência ás instrucções que recebera a partir de Lisboa, tratando de preferencia de applicar a sua attenção áquelle parte do valle do Guaporé.

No logar em que existira a missão de Santa Rosa, fundaram os portuguezes o forte da Conceição, que mais tarde tomou o nome de forte de Bragança. Tendo acontecido que, por occasião de uma grande enchente, as aguas o tivessem levado, Luiz de Albuquerque, tranquillo quanto á fronteira do sul, onde nada occorria que devesse inquietar-o, dedicou-se todo á construcção do novo forte, em melhores condições e melhor localidade, mesmo em observancia das recommendações, que recebera de Lisboa, de que a nova construcção, sendo ponto de defesa, deveria servir tambem de feitoria para as mercadorias remettidas do Pará.

Com esse fim, e igualmente para adquirir conhecimento proprio da região banhada pelo Baixo-Guaporé, desceu Luiz de Albuquerque, acompanhado de Ricardo Franco, seu mais prestimoso auxiliar, de quem jámais prescindia na realisação dos commettimentos que emprehendia, até á foz do Mamoré, de onde regressou ao cabo de seis mezes, com a resolução formada, depois da escolha do local, de que fez levantar a carta topographica e plano da construcção do forte do Principe da Beira, e disso terei ainda occasião de tratar em escripto especial.

Recolhido a Villa Bella, foi informado, por communicação do Governador de S. Paulo, de 7 de Janeiro de 1775, de que os hespanhões acabavam de fundar á margem esquerda do Paraguay, acima da bocca do Ipané, um estabelecimento com a denominação de Villa Real da Conceição. (10)

Era uma violação da convenção de 1761, que revelava bem o intento dos hespanhões, de adiantarem-se para o norte, com menospreço injustificavel do compromisso tomado.

Resolveu Luiz de Albuquerque, para salvaguardar os interesses de Portugal, mandar fundar um presidio em Fecho de Morros, sizaõ um pouco mais abaixo 11 milhas além, segundo affirma o Barão de Melgaço, no ponto chamado pelos hespanhões *Batatilla*, á margem esquerda do Paraguay, e conhecido modernamente por *Passo da Taruman*, ponto muito mais saudavel do que Fecho de Morros.

(10) Hoje cidade e séde do departamento de *Concepcion*. Entram com o Estado de Matto-Grosso, desde a terminação da guerra. frequente commercio, a que deve em grande parte a vida e prosperidade que presentemente se lhe nota. Durante os ultimos annos do governo de Carlos Lopez e os que se seguiram, do de seu filho Francisco Solano, havia em Concepcion importante aquartelamento de tropas.

Fôra este o lugar desde annos antes indicado pelo padre Simão Toledo Rodovalho, para ser para ali transferida a missão fundada em Sant'Anna da Chapada pelo jesuita Estevão de Crasto, no governo de Rolim de Moura. Não quiz assentir o Governador Luiz Pinto nessa remoção em respeito ao accordo existente; resolução esta que foi approvada em Lisboa e mostra a lealdade com que procedia o Governo portuguez, e a que não mais obrigado se julgou Luiz de Albuquerque, á vista do procedimento do governador do Paraguay.

Tomando por pretexto uma correria dos indios Guaycurús que, unidos aos Payaguás, tinham chegado, havia pouco, até o Jaurú, onde assassinaram uma familia de dezeseis pessoas, commetteu Luiz de Albuquerque ao capitão de auxiliares, Mathias Ribeiro da Costa, a incumbencia de ir fundar o projectado presidio.

Seguiu logo esse official para Cuyabá e dahi partiu a 22 de junho do citado anno, acompanhado de uma companhia de dragões e outras tropas, em vinte canoas, com cerca de 200 pessoas, o material apropriado, levando por guia um indio velho, conhecedor do rio — que deveria ser explorado no curso da viagem.

Chegados a um lugar em que o rio estreitava, correndo entre dous montes — que depois verificou ser o estreito de S. Francisco Xavier, assim chamado pelos Hespanhóes, que já haviam occupado aquella região, disse o guia que era ali Fecho de Morros.

Objectou-lhe o capitão que a configuração do terreno não correspondia á idéa que elle levava, pelas informações colhidas, pois não via o morro principal, destacado dos outros pela sua elevação (o Pão de Assucar) á margem esquerda. Insistiu o indio que era aquelle o lugar a que se destinavam, que alli estavam dous morros; e á novas objecções respondeu que não conhecia outro lugar.

Em taes circumstancias tratou Mathias Ribeiro de acampar a sua gente o melhor que pode á margem direita, que achou preferivel, e a 13 de Setembro deu começo á construcção do presidio, que teve de ficar quarenta leguas acima do ponto procurado, tendo antes içado a bandeira portugueza e dado uma salva,, que foi repetida ao serem terminados os trabalhos.

Se, no pé em que então se achava a questão de limites entre as duas nações, devia ser considerado territorio hespanhol a margem direita do Paraguay, até a foz de Jaurú, conforme a linha descripta no tratado de 1750, igual razão havia para considerar-se pertencente a Portugal todo o territorio da margem esquerda ao Norte do Jejuy. Tido apenas em conta de territorio contestado, tanto o era um como o outro, convindo notar que, dado mesmo que fosse rejeitada a linha do Igurey a Jejuy e prevalecesse a do Igatimý a Ipané, ficava Conceição situada uma legua acima da bocca do Ipané, isto é, fôra do limite reclamado pelos Hespanhóes.

A fundação do presidio de Coimbra foi, não ha duvida, acto de represalia á fundação da Villa de Conceição. E, uma vez violado o ajuste pela outra parte, Luiz de Albuquerque, que não contava com o engano que se deu, lembrou ao governo ainda que, com o pretexto de represalia, mas antevendo que os hespanhões não parariam em Conceição, como mais tarde o facto mostrou, os Portuguezes tomassem posse da margem direita do Paraguay, desde Fecho de Morros até o Jaurú, onde, como vimos, já se achava desde 23 annos o marco lá assentado em virtude do tratado de 1750, que, em sua imponente mudez, parecia estar a reclamar a observancia da linha aquatica traçada pela Natureza, de que o fizeram guarda!

Devia ter chegado tarde a Lisboa essa proposta, porque no tratado preliminar de 1777, foi ainda repetido, e nos mesmos termos, o traçado de 1750, do Paraná ao Paraguay. Repetiram-se do mesmo modo as duvidas anteriores entre os commissarios, chegando-se, no anno seguinte, ao accordo de que «na hypothese de não haver nenhum rio com o nome de Igurey, se adoptasse a linha do Igatemy ao Ipané-Guazú.»

Mas já existia Conceição ao norte desta linha, e logo depois fundaram os Hespanhões acima de Conceição, Campamentocuê, que foi abandonado por ser o local sujeito a inundações, sendo o respectivo material aproveitado, tempo depois, na construcção do forte Bourbon ou Olympo, erigido em 1792 pelo tenente-coronel Zavalla Delgadillo, por ordem do governador do Paraguay, Joaquim Alos.

Por parte dos Portuguezes tambem já existia á margem direita, o forte de Coimbra, e em 1778 Luiz de Albuquerque, ainda com o pensamento de que fosse acceita a raia por elle indicada, mandava fundar a povoação de Albuquerque, hoje cidade de Corumbá, tambem á margem direita e umas vinte leguas acima de Coimbra.

II

Antes de ir adiante, não será sem interesse o conhecimento dos principaes pormenores do acto traiçoeiro dos Guaycurús de que foi victima a guarnição de Coimbra.

Havia pouco que o sargento-mór Marcellino Rodrigues Campones, successor de Mathias Ribeiro, tinha assumido o commando do forte, quando se apresentou no porto um troço de indios Guaycurús, alguns a cavallo, com mostras de quererem pazes. Faziam-se entender em hespanhol, grande numero delles fallavam mal.

Foi-lhes ao encontro o commandante acompanhado de força e com as devidas precauções, acolheu-os com agrado, brindou-os e convidou-os a commerciarem, por meio de permutas, com a gente da guarnição do forte. Prometteram voltar dentro de um mez.

Procedia Camponez de accôrdo com as instrucções que recebera de Luiz de Albuquerque, o qual tanto em observancia das recommendações do Governo da metropole, como por proprio impulso e pensar, procurava com afieco captar a boa vontade daquelle como de outras nações de indios que, pelas injustiças e deshumanidade, dizia elle, dos antigos sertanistas — os *famosos bandeirantes* — tinham-se tornado inimigos dos Portuguezes, a quem, entretanto, os seus antepassados, os Mbayas, já haviam auxiliado ajudando os Paulistas a expellirem os Hespanhões de Xerez.

Seja-me permittido abrir aqui pequeno parenthesis.

Tem se dito que aos Paulistas, com as suas bandeiras, ás quaes se incorporavam individuos de diversos pontos do Brazil, e até de diversos pontos do Globo, aventureiros que das velhas nações da Europa vinham procurar fortuna nesta parte do Novo Mundo, devemos hoje ser brasileiro aquelle territorio, tão renhidamente disputado aos Hespanhões. Não penso assim.

Veremos adiante que si o sul de Matto Grosso, do Aquidauana ao Apa e, consequentemente, do Anhanduhy a serra de Maracajú, é hoje territorio brasileiro, devomol-o aos Guaycurús. Fecho o parenthesis.

Voltaram, como haviam promettido, os Guaycurús, apresentando-se no dia 1 de janeiro de 1781 em numero consideravel, acompanhados então de mulheres, levando carneiros, perús, pelles de veado e outros artigos para excambo.

Mandou-os o commandante receber e conservar em distancia nunca menor de 300 passos do forte, no lugar em que seria a feira guardada por 12 soldados armados, sob o commando do ajudante Francisco Rodrigues Tavares.

Estabeleceu este o posto da guarda no ponto que escolheu, pondo ali uma sentinella e mandando as outras praças ensarilhar armas. Pediram então os indios que, para não amedrontar as mulheres, a quem as armas de fogo incutiam terror, fossem estas afastadas dalli e tirada a da sentinella e cobertas todas para não serem vistas, allegando não terem elles outras armas senão cacetes e facas.

Commetteu Tavares a imprudencia de assistir ao pedido, e então os Guaycurús «convidaram os portuguezes a fazer-lhes a côrte ás mulheres», diz Southey.

Cabe aqui um dos trechos da descripção um tanto realista que faz este escriptor do que se passou naquella feira.

«Da tragedia que se seguio, diz elle, a unica parte que não é vergonhosa para ambas as partes, foi terem-se visto muitas dentro as mulheres chorar ao receberem os presentes que lhes davam com mão prodiga as victimas cegas. Não se comprehendendo ainda então nem os vicios nem as virtudes que caracterisam esta nação, attribuiu-se isto á repugnancia que lhes inspirava a prostituição a que os maridos ás expunham. A um homem, porém, que innocentemente ajustava uma ovelha, pediu a mulher com que elle tratava, que a deixasse e fugisse

daquelle logar, isto com lagrimas e gestos tão sentidos que elle, apezar de suppor-lhes outra causa, condescendeu. »

Para deixar em mais liberdade os que mercadejavam, se não para melhor dissimular as suas perversas intenções o illudir o commandante, havia o cacique, acompanhado de um interprete tambem indio, se dirigido para o forte, onde foi recebido amigavelmente, aceitou brinles e comeu e bebeu á farta.

Regressando á feira, onde os portuguezes entretidos e descuidados nem se aperceberam de sua presença, deu signal com um assobio e immediatamente começou a matança.

Não erão todas as mulheres dotadas de iguaes sentimentos. Com as que choravam ao receberem presentes e affagos, contrastavam outras, perfidas «Dalilas», que seguravam no regaço aquelles com que haviam tido o commercio, enquanto os homens os trucidavam.

« O ajudante, que era homem de força de gigante, accrescenta o mesmo escriptor, puxou da espada e retirou-se, pelejando o arrestando os assassinos, mas mettendo-se-lhe um por detrás o derribou com um golpe nas pernas, sendo então morto depois de jazer por terra. Os portuguezes que do forte correram a soccorrel-o, chegaram exactamente a tempo de o ouvirem murmurar expirando a palavra *Jesus*! Quarenta e cinco homens foram desta forma assassinados, retirando-se os Guaycurús muito a seu silvo com armas e despojos antes que pudesse a guarnição alcançar o theatro daquelle lugubre drama. »

Por maiores que tivessem sido a dor e a indignação que experimentou Camponez ante semelhante traição, não procurou tirar vingança, mandando expedições em perseguição systematica dos Guaycurús, como dantes se fazia.

Primeiramente conhecia as difficuldades e perigos de tal medida, depois, encarando o facto como obra sómente dos que o praticaram, melhor lhe pareceu manter attitude espectante e conciliatoria, portando-se de modo que não parecesse proceder com temor, mesmo porque taes eram as instrucções que recebera do capitão-general.

Poderosa e extensa era então a nação Guaycurú, dividida em tres ramos, que occupavam regiões differentes e se hostilizavam.

Um desses ramos, que occupava a margem oriental do Paraguay além de Fecho de Morros, vivia em paz com os Hesanhões, graças á intervenção de um padre renegado que, quebrando os votos sagrados que o prendiam como ministro de Christo, fizera-se selvagem e se ligara áquella tribu, tomando mulher, arrancando as sobrancelhas e as pestanas e adoptando os seus costumes. E, seja dito, pela influencia que conseguio

exercer sobre os indios, nelles produziu em alguns pontos benéfica modificação. (11)

Ao contrario desse, o ramo que praticára a traição em Coimbra e que se estendia por toda a outra parte da mesma margem de Fecho de Morros para cima, vivia em guerra com os Hespanhoes aos quaes damnificava em frequentes correrias, fazendo-lhes prisioneiros e roubando bois e cavallos. Tão ousados se mostravam os Guaycurús que o compunham, que, ligados aos Payaguás, levaram suas depredações até Chiquitos, onde cahiram sobre a antiga missão do Coração de Jesus e as visinhas de S. João e Santiago, que devastaram, deixando-as em ruinas.

Nada, entretanto, tentaram mais contra os portuguezes.

Ou porque estes não possuíssem nas visinhanças de Coimbra estabelecimentos que se prestassem á pilhagem, ou porque conhecessem que não lhes convinha tel-os por inimigos, particularmente depois de faltar-lhes a alliança dos Payaguás, ou finalmente, porque os movesse o intento de colherem dos portuguezes auxilio na luta em que andavam com os hespanhes; o facto é que se mantiveram durante oito annos sem praticarem nenhum acto de hostilidade contra os portuguezes, e antes, procurando approximarem-se delles.

Appareciam nos arredores de Coimbra em attitudo mansa, acenando como quem chamava, e retirando-se, como que dominados de receio, quando dalli alguém se dirigia para elles.

Mas, como por parte da guarnição do forte tambem houvesse boas disposições para entabolar relações de amizade, não foi difficil obter-se, por fim, esse resultado. E uma vez chegado á falla e dissipados os receios, não tardou em apresentar-se um grupo de Guaycurús, tendo á frente um cacique chamado Queima, que gozava de grande consideração entre os seus.

Repetiram-se as visitas e estabelecendo-se trafico com a guarnição. Além de objectos de sua industria, de pouco valor, elles levavam cavallos, carneiros e perús que permutavam por tabacos, tecidos, machados, bacias, pratos de estanho e varios outros artigos a que dão muito apreço.

Aconteceu chegar novo commandante do forte.

Era o major Joaquim José Ferreira, o fundador de Casalvasco, onde revelára grande energia, actividade e atilamento administrativo. Conseguiu elle que os caciques Queima e Emavedie Chaué, tambem muito considerado na tribu, acompanhado de dezeseite dos seus melhores guerreiros e levando por interprete uma negra creada entre os Guaycurús, fossem á Villa Bella assentar paz e amizade com o capitão general João de Albuquerque de Mello e Caceres, irmão e successor de Luiz de Albuquerque.

Alli, tratados dignamente foram baptisados, tomando o primeiro o nome de João Queima de Albuquerque, em honra do

(11) Depois de escripto este trabalho, li que esse padre assim procedeu para melhor estudar e conhecer a vida e os costumes dos Guaycurús, acerca dos quaes escreveu interessante historia,

capitão-general, e o segundo, o de Paulo Joaquim José Ferreira, em honra do commandante de Coimbra. Lavrou-se um acto solenne ou tratado, pelo qual os referidos caciques «em nome dos Guaycurús habitantes da margem oriental de Paraguay, do Embotetiú (actual Aquidauana) ao Ipané», firmaram pazes com os Portuguezes.

Segundo as palavras do contracto, promettiam os Guaycurús obediencia implicita como os demais vasallos da Corôa. Mas, como elles não podiam ajuizar do valor das palavras, ficarão na creença de que eram alliados, e nesse character se mantiveram com a maxima lealdade, continuando a frequentar Coimbra e commerciando com a sua guarnição, nos termos os mais amistosos que se poderiam esperar de selvagens.

Da sua fidelidade e dedicação não interrompidas deram-nos inequivocas provas até na guerra do Paraguay, em que nos prestaram serviços. Tão firmes se mostraram na amizade que dos Portuguezes passaram para os Brasileiros, tanto na inimizade que dos Hespanhões passaram para os Paraguayos.

Dahi vinha, como é sabido, o interesse que o ex-Imperador manifestava por aquelles indios, recommendando aos presidentes nomeados para Matto-Grosso, depois da guerra, *os seus amigos Guaycurus*. E a um daquelles, (12) nomeado durante sua ultima viagem á Europa, não se esqueceu o velho monarcha, entre outras cousas, de perguntar-lhe no seu regresso de Matto Grosso:

— Como vão os meus amigos Guaycurús? Que noticia me dá delles?

— Poucos restam e vivem dispersos; teem a mesma sorte de todos os outros indios de Matto Grosso, respondeu o ex-presidente.

— Pois elles muito nos merecem, e, ao menos, por gratidão, não deveriamos deixal-os chegar a esse estado, replicou o Monarcha.

E com effeito aquelles pobres indios, incontestavelmente conquistarão, pelo modo por que se portaram para connosco, direito ao tratamento de *amigos* que lhes dava o finado Imperador, unico, talvez, de todos os Brasileiros que mostrava apreciar na devida conta os serviços que nos prestaram e de que ainda terei de fallar.

Queixavam-se os Hespanhões dos Portuguezes, tornando os responsaveis pelas hostilidades que soffriam dos Guaycurús. Accusavam-n'os de instigarem ~~esses~~ indigenas, fornecendo-lhes ao mesmo tempo cavallos e armas a bem de suas correrias.

Formulam abertamente censuras nesse sentido os chronistas hespanhões: e Southey parece apoiá-os de alguma fórma, nas seguintes palavras:

«Das relações com os Portuguezes tantas vantagens teem os Guaycurús sabido tirar, que criam quasi todas as especies de animais domesticos introduzidos da Europa, tratando-os com tanto cuidado e carinho que os tornão extraordinariamente mansos.

(12) O escriptor destas linhas.

Não usam nem de estribo, nem sella, fazendo de acroatá, arvore indigena (13) os freios e tão incessantemente cavalgam, que todos têm as pernas tortas. Não passam por bons picadores, sabendo apenas governar o cavallo á toda brida, e nem na verdade de mais picaria carecem».

Outra é a verdade colhida dos factos e da historia de que o proprio Southey dá testemunho.

Desde um seculo antes de terem os Guaycurús firmado alliança com os Portuguezes, já os Mbayas, de que elles descendiam e constituíam o principal ramo, possuíam cavallos de que se serviam com grande habilidade.

São conhecidas as aggressões que dos Guaycurús e dos Payaguás, ora colligados ora separados, soffreram os Portuguezes, bem como o horrivel morticínio que, de parte á parte, se dava nas lutas travadas nas aguas do Paraguay, do S. Lourenço e do Cuyabá; e por fim, a traição commettida em Coimbra, onde já alguns Guaycurús se apresentaram á cavallo, sem que dos Portuguezes houvessem recebido lições de picaria. Tambem a esse tempo já creavam animaes domesticos.

A rapidez com que nas possessões hespanholas desenvolveu-se a criação bovina, acompanhou a cavallar. E aos Hespanhóes não foram menos uteis os cavallos na luta com os indigenas, do que as armas de fogo; tanto que, prevendo elles o perigo que correriam se indios tambem se servissem desses animaes, prohibiram, sob pena de morte, que se lh'os vendessem. Os Mbayas, porém, não tiveram precisão de compral-os.

Depois da expulsão dos jesuitas hespanhóes da missão que tinham fundado em Xerez, foram os Mbayas dilatando a esphera de suas correrias para o Sul. Ao inverso das outras nações, executavam seus ataques á noite.

Tentaram em uma noite assaltar uma colonia hespanhola no Ipané; mas, presentidos pelos habitantes que se puzeram em guarda, tiveram de retirar-se, levando alguns cavallos que andavam a pastar no campo.

Foram estes os primeiros animaes de montaria que os Mbayas possuíram e com os quaes se exercitaram em equitação, á seu modo. Nas seguintes correrias foram augmentando a sua cavallhada, tornando-se desde então uma nação de cavalleiros.

Delles diz ainda Southay :

« Como o Arabe, affeição-se o Mbaya apaixonadamente ao seu cavallo, de que, por nenhum respeito se desfazia, nem tão pouco o emprestaria a outro. Montavam esses indios sem qualidade alguma de sella, mas com destreza e agilidade nunca excedidas por esses que nos circos europêos executam pelloticas equestres. Se fugiam diante dos hespanhóes, nunca permaneciam na mesma postura; ora se estendiam a fio comprido sobre o costado do cavallo, ora ao longo da ilharga, ora mesmo debaixo da

(13) E' uma bromeliacea, de cujas fibras, preparadas como o linho, fazem os indios cordas e tecem redes. Com as cordas é que faziam cabrestos.

barriga, levando a rêdea presa no dedo grande do pé. Isto faziam pelo muito medo que tinham das armas de fogo, e confiando neste expediente em caso de derrota, aprederam a arrostar forças iguaes com iguaes vantagens.»

Era mais ou menos assim, como já nol-o disse o mesmo Southay, que procediam os Guaycurús, que dos Mbayas, seus antepassados, guardavam os mesmos usos, como também o mesmo nome de *Indios Cavalheiros*, por que eram conhecidos.

Com repetidos assaltos, forçaram os Mbayas os colonos hespanhões, a abandonar os tres nucleos existentes entre o Ipané e o Jujuy e a retirar-se para Assumpção. Ficaram então senhores de toda a margem oriental do Paraguay, desde Jujuy á Lagôa dos Xaraíes, isto é, a chamada provincia de Ytati, de que fazem menção os escriptores hespanhões.

Successores dos Mbayas, não conservaram, todavia, os Guaycurús a integridade de dominio de toda essa vasta região.

Assim é, que ao firmarem, como já vimos, alliança com os portuguezes, confessavam-se limitados a parte da citada margem, comprehendida entre Aquidauana e o Ipané. Mas, nem mesmo era este o limite Sul do territorio por elles occupado, no fim do seculo XVIII, porque os hespanhões, aproveitando-se da amizade que entretinham com o ramo a que pertencia o padre renegado, já tinham-se adiantado para o Norte.

Tinham fundado Conceição, como já foi dito, procurando firmar-se na margem esquerda do Apa, onde, em 1792, construíram um fortim a que deram o nome de S. Carlos, e mais tarde um presidio, denominado S. José, para se defenderem das aggressões dos indios, diziam elles.

Em 1797, perseguindo os Guaycurús que haviam feito uma correria no districto de Ipané, o coronel hespanhol José Espinola o Peña, á frente de 800 a 1.000 homens, transpoz o Apa, parecendo pretender internar-se até as visinhanças do rio Cahy — já então denominado Mondego — como tentativa, provavelmente, de reaver o dominio perdido pela Hespanha naquella região, com a destruição de Xerez.

Informado do facto, o governador Caetano Pinto de *Miranda* Montenegro, que aliás tinha recommendação de Lisboa para precaver-se contra as possiveis hostilidades dos hespanhões, mandou, no intuito de reforçar a guarda da fronteira estabelecer um presidio á margem do mesmo Cahy, no lugar em que hoje existe a villa que do governador tomou o nome de *Miranda*, que ficou sendo também o do rio.

« A força expedida para esse fim, diz o barão de Melgaço, postou-se no primeiro logar habitavel que encontrou na margem direito do rio imprópriamente chamado Mondego (14).

(14) Erradamente, digo eu. Confundem geralmente o Mondego com o Miranda, os quaes partindo de pontos diversos juntam-se, cerca de vinte leguas, antes de lançarem suas aguas no Paraguay. O primeiro, que forma o galho de Leste, mais pujante e de aguas crystal-linas, é o antigo *Iraniani*, o Embotetê ou Mbotetein dos hespanhões

Levantou-se uma insignificante fortificação passageira que, por vezes, foi destruída pelas águas e reedificada, e da qual não restam vestígios.

Nas imediações do presidio fixaram-se algumas aldeias de índios, procurando abrigo contra os hespanhóes.

Com o tempo estabeleceram-se também alli alguns paizanos. Foi esta a origem da povoação de Miranda, successivamente erigida em freguezia e villa, por leis provinciaes de 1835 e 1857.

« Foi por muito tempo este logar o unico porto militar e, portanto, a unica base de operações que podia exigir a defesa daquelle districto. » (15)

Abriu-se então caminho de Miranda para Coimbra, ficando os dous presidios em franca e frequente communicação, tanto por terra, como por agua.

III

O ataque de Coimbra, que, como é sabido, foi um dos resultados da declaração de guerra a Portugal por parte da Hespanha, alliada a Napoleão, então 1º consul, importava a violação do que havia sido estipulado no tratado de 1777.

Com este fundamento as tropas que no Rio Grande guardavam a fronteira convencionada, sob o mando do coronel Manoel Marques de Souza, acommetteram e demoliram os postos hespanhóes que existiam em Lagoa-mirim, e apossaram-se de Jaguarão e Santa Tecla, indo mesmo além, em direcção a Serro Largo, destruindo o que achavam. Ao mesmo tempo guerrilhas guiadas por Manoel dos Santos Pedroso e José Francisco Canto invadiam toda a campanha das Sete Missões e

hoje o Aquidauana. Foi a este que João Leme do Prado, quando o explorou em 1775, por ordem de Luiz de Albuquerque, deu o nome de Mondego, que cahio em desuso. O segundo, que é o galho do Sul, era o Cahy, de aguas barrentas, hoje Miranda. Foi a margem daquelle e não deste, como pensa Dugraty e mesmo escriptores nacionaes, que existiu a redução de Santiago de Xerez.

(15) Propositalmente transcrevo este trecho, do qual se vê que Miranda não foi um local cuidadosamente escolhido e que, pelas suas condições estrategicas e hygienicas, se recommenda para o tronco da rede de viação ferrea estrategica do Sul de Mato Grosso, como propoz na sessão da Camara dos Deputados de 27 de julho do anno passado, a comissão especial de viação.

Miranda não tem nenhum valor strategico, como se pôde ver em outros trabalhos do mesmo B. de Melgaço. Além disto é insalubre, falta d'agua potavel e cercado de baixadas que as aguas das chuvas inundam. Passaram por dolorosa experiencia de suas más condições as nossas forças que alli estacionaram em fins de 1865 e começos de 1866.

Vide *Scenas de Viagem e Retirada da Laguna* do Sr. Visconde de Taunay, instructivas não só sobre este ponto, como pelas informações e esclarecimentos que contém acerca daquellas regiões, geralmente mal conhecidas,

S. Lourenço, cujos povos, sem meios de resistencia, capitulavam, abrigando-se á protecção dos Portuguezes (16).

Com infructiferos esforços diligenciou o vice-rei de Buenos Aires, Marquez de Sobremonte, reconquistar daquelle territorio. Foram batidas as forças que para alli enviara.

Com a noticia, porém, do tratado de Badajoz—aliás já assinado, quando ainda combatiam cá as tropas de um e de outro lado—cessou a luta (17).

Em Mato Grosso tambem, o commandante do presidio de Miranda, capitão Francisco Rodrigues de Prado, em represalia ao ataque a Coimbra, organisou uma expedição e, inesperadamente, assaltou, no dia 1º de janeiro de 1802, o presidio de S. José, no Apa, de que se apoderou, prendendo a guarnição e demolindo-o.

Não mais ahí por diante foi agitada questão de limites. Preocupadas como se achavam as duas côrtes com os acontecimentos que então convulsionavão a Europa, não lhes restava tempo para disputarem sobre as raías de suas possessões na America, que nenhuma dellas tinha certeza de poder conservar, no futuro.

Não é isto, todavia, motivo para que devessem diminuir os cuidados com que o governo da metropole olhava para a vasta capitania que entestava, se não a mais extensa, a mais importante parte da fronteira occidental do Brazil, a que se prendiam, naquella época, altos interesses nacionaes. Mas de Lisboa já não chegavam recursos como dantes.

A vinda da familia real para o Brazil, parecendo ser um acontecimento auspicioso ao crescente desenvolvimento e progresso das diversas capitanias, quasi nada influio nos destinos de Matto Grosso. Outras, e maiores, talvez, fossem as cogitações do governo que acabava de instalar-se no Rio de Janeiro, ao qual não sobrava os precisos meios para acudir aos novos serviços creados.

São conhecidas as precarias condições do erario publico a esse tempo.

Cresciam, entretanto, com o andar do tempo as necessidades da administração da capitania, sem que crescessem os seus re-

(16) Referindo-se ás hostilidades entre França e Portugal e ao damno que a este causaram aquellas, observa o Visconde de Porto Seguro:

« Não foram todos em prejuizo do Brazil; visto que á guerra legal deveu elle não só a ruptúra do estipulado em 1777, como (1801) a conquista dos sete povos das missões. »

(17) « Entretanto, os Portuguezes si apoderaram das possessões hespanholas no Uruguay, chamadas as *Sete Missões*, a saber: S. Francisco de Borja, S. Miguel, considerado como capital, S. João, S. Angelo, S. Nicoláo, S. Lourenço e S. Luiz, cuja população total era de 14.000 habitantes. Esta conquista, tendo sido effectuada depois de concluida a paz com a Hespanha, della não se fez menção no tratado de Badajóz. O vice-rei de Buenos Aires propoz a Carlos IV recuperar este territorio por força das armas; mas, a côrte de Madrid, occupada de objectes mais importantes, desprezou este negocio. » (F. Constancio. *Hist. do Brasil.*)

curso. Pelo contrario, começava já a minguar a produção das minas, fonte principal de suas rendas, o que importava em triste prognostico de decadencia que mais tarde, dadas outras causas concomitantes, manifestou-se irremediavel. (18)

Tal era o caminho que iam tomando as cousas em Matto-Grosso ao operar-se a emancipação das colonias hespanholas na America.

Um posto militar estabelecido em 1811 á margem direita do Apa, com praças da força estacionada em Miranda, foi abandonado no anno seguinte, pela difficuldade das communicações com aquelle presidio, principalmente na quadra das aguas em que, alagados os campos, tornavam-se os caminhos intransitaveis, ou melhor, desappareciam.

Nenhum embaraço, pois, encontrariam os paraguayos em transpor o Apa e realisar o intento nunca perdido dos hespanhoes, de rehaverem os denominados « Campos de Xerez » (19) sinão o que lhes era opposto pelos Guaycurús, cujos sentimentos hostis para com elles mais se aggravaram sob o go-

(18) Quanto ao forte de Coimbra, especialmente, para elle foi luctuosamente assignalado o anno de 1809, pois, em seus começos, a 21 de janeiro, alli falleceu aquelle que oito annos antes, em 1801, tão gloriosamente o defendera, o illustre Ricardo Francisco de Almeida Serra, coronel do Real Corpo de Engenheiros, o Leverger dos tempos coloniaes, na feliz expressão do Sr. Visconde de Taunay.

Na *Cidade de Matto Grosso*, conta este escriptor, tão amigo das regiões em que tanto soffreu, de que modo foram os ossos do grande servidor do Estado parar na cidade daquelle nome, outr'ora Villa Bella, e sepultado na egreja de Santo Antonio dos Militares, transferidos para alli por ordem do então governador capitão general o eminente administrador, João Carlos Augusto de Enhausen Gravensburg, depois marquez d'Aracaty. Para a longa viagem no rio Paraguay acima, desde Coimbra até Cuyabá, ornamentaram as vastas igarités com symbolos mortuarios, o que bem testemunhava o merecido aprego em que era tido Ricardo Franco pelo governo do seu paiz e constitue facto quasi unico nos fastos dos tempos coloniaes, em que a gratidão não entrava muito nos usos e costumes.

(19) Em 1688 Francisco Monforte, governador do Paraguay, apprehendeu uma campanha contra aquelles a que chamavam « os mamelucos (paulistas) que se tinham apoderado da cidade de Xerez, no territorio dos Mbaías ». A expedição foi mal succedida, tendo tambem de lutar com os indios.

Entre os annos de 1705 e 1706, outro governador, Balthazar Garcia Ros, preparava-se para rehaver Xerez, quando foi substituido por Manoel Robles que, nutrido o mesmo intento, não poudo, todavia, leval-o a effecto por ter de concentrar a sua attenção e suas forças no Chaco, onde tribus indigenas não cessavam de hostilizar os hespanhoes.

Finalmente, ainda em 1797, como vimos, teve o governador de Matto-Grosso de mandar fundar o presidio de Miranda, por ter o coronel hespanhol Espinola se internado pela margem direita do Apa.

verno de Francia, com uma traição de que foram victimas. Um cacique, attrahido pelo dictador ou em nome d'elle, a Assumpção com promessas de um convenio de paz, semelhante ao firmado com os portuguezes, foi, ao regresso, assassinado em caminho.

Entre as frequentes e encarniçadas represalias, a que este acontecimento deu motivo, e que assignalaram o periodo da dictadura de Francia, conta-se a destruição do povoado de Tevégo, ao norte da Conceição, no lugar em que mais tarde, no governo de Carlos Lopez, foi fundada a villa de S. Salvador.

Tambem no governo de Carlos Lopez, como meio de embaraçar as correrias dos Guaycurús no departamento de Conceição, foi construida em toda a margem esquerda do Apa, desde sua foz até as cabeceiras da sua principal vertente, o Estrella, uma linha de fortins (20). Com isto, é preciso confessar, firmou o Paraguay dominio em todo o territorio comprehendido entre o Ipané e o Apa, disputado a Portugal pela Hespanha.

Não teve precisão de ir além com a construcção de outros fortins, porque era pelo Apa que os Guaycurús effectuavam as suas incursões no territorio paraguayo. A cordilheira de Amambay, salvas a passagem de Ponta-Poran, que dá sahida dos hervaes para Conceição e mais duas outras, é inacessivel ao sul, pelo modo abrupto por que terminam os seus contrafortes até « Rincão da Baze ».

Dão essa denominação ao collo formado nesse ponto da cordilheira, de onde se destaca para Leste o ramal conhecido por « Serra de Maracajú », que, atravessando o Paraná, origina o salto das Sete Quedas.

« Rincão da Baze », accessivel por ambos os lados, permite facil transito, e era por ahi que se fazia, como ainda hoje, tomando-se a estrada do Panadero, a communicação de aquem para além da serra e vice-versa. Por esse caminho foram conduzidos para o Espadim, lugar ermo que tira seu nome de um affluente de Igatimý que tem suas vertentes em Rincão da Baze, as familias prisioneiras durante a guerra. (21)

A linha que, partindo da foz do Apa e galgando o cimo da serra descesse por elle ao Paraná, seria a divisa natural entre o Brazil e o Paraguay. E nem Carlos Lopez a recusava, e antes a indicava quando, pouco depois de reconhecermos a indepen-

(20) Como se vê no respectivo mappa, são em numero de dezeseis fortins, além do de S. Carlos, a saber: Confluencia, Canilla, Potrero, Estrella, Observação, Quien-Vive, Rinconada, Bella-Vista, Oliva e Olympo. Mais tarde Bella-Vista tornou-se importante acampamento militar.

(21) Veja-se na *Campanha da Cordilheira* a interessante e animada narrativa que dá o Sr. Visconde de Taunay e *Diario do Exercito*, publicação official, feita pelo mesmo escriptor, bem como *Memoarias de Mme. Duprat de Laserre*, traducção do activo Sr. J. Arthur Montenegro, estabelecido na cidade do Rio Grande.

dencia do Paraguay, foi aventada a questão de limites, conjuntamente a da navegação.

Nada, portanto, podia fazer suspeitar o desaccordo que mais tarde se manifestou por parte do Paraguay, já então com outras pretensões.

O erro de Mathias Ribeiro, ou antes o erro de seu guia, si nos trouxe a vantagem de ficarmos desde então de posse da margem direita do Paraguay, no ponto em que se acha o forte de Coimbra, foi por outro lado de graves consequências futuras, pelas questões que dahi provieram á margem esquerda, sem as quaes teriamos, talvez evitado a guerra com o Paraguay. (22)

Luiz de Albuquerque, que ás notaveis qualidades de administrador reunia as de habil politico, leu com olhos previdentes no futuro. Elle previo que no estado das cousas, ante as duvidas, incertezas, protelações e embaraços que surgiam repetidamente, a posse, bem ou mal adquirida, na occasião em que a Hespanha antecipava-se a violar os ajustes celebrados *bona fide*, offerecendo ensejo á outra parte a imital-a, seria no futuro o principio regulador da delimitação dos dominios de cada uma das coroas.

Dahi a sua insistencia com o governo da metropole, de que já fallei, e a resolução que tomou de mandar, de proprio arbitrio, fundar Albuquerque. A essa deliberação se deve o possuirmos a excellente posição de Corumbá, quer politica, quer administrativamente considerada.

A posse das duas margens do Paraguay, desde Batatilla ou desde Fecho de Morros até o Jaurú, como elle aconselhava, punha nas mãos dos portuguezes a chave da parte superior e a mais preciosa da bacia dessa importante via aquatica, de que elles ficaram senhores, embaraçando que os hespanhoes se estabelecessem ao norte daquelle ponto.

Perdida a oportunidade para os portuguezes, puderam os hespanhoes fundar o forte Bourbon, dez leguas ao norte de Fecho de Morros, á margem direita. Da occupação desse ponto e da circumstancia de nada terem fundado os portuguezes ao norte do Apa, tirava o Paraguay o principal dos seus argumentos para não acceitar o mesmo Apa como linha divisoria.

(22) O Sr. Barão do Rio Branco pensa que Solano Lopez « não se tinha armado com o fim de fazer guerra ao Brazil, nem mesmo com o pensamento de alargar seus dominios para o Sul, e que talvez se armasse somente para ganhar fama militar e influencia nas questões do Rio da Prata; mas levado pelas suggestões do ministro oriental Vasquez Sagastume, que conseguiu fazel-o acreditar na existencia de um tratado secreto entre o Brazil e a Republica Argentina para a partilha do Paraguay e da Republica Oriental, lançou-se na guerra contra o Brazil ».

Não cabe nas acanhadas proporções deste escripto e nem corresponderia ao meu proposito o inteiro historico do incandescente pleito em que por ultimo andaram o Brazil e o Paraguay, para a delimitação dos respectivos territorios. Importa, porém, conhecer os fundamentos em que se estribava o Paraguay para recusar a linha do Apa.

Cinco milhas acima do forte Bourbon, pela margem opposta, fica um escoadouro a que indevidamente se dava a denominação de *boca do Rio Branco*, na crença, posteriormente desfeita, de que por ahi desaguava um rio, cujas cabeceiras deviam ser consideradas contravertentes do Brilhante. (23)

Era desse ponto, a foz do imaginario rio, que o Paraguay pretendia que partisse a linha divisoria, subindo a alcançar as nascentes do Brilhante, para descer por este e pelo Ivinheima ao Paraná.

Por muito tempo e com apoio de informações que não poderiam ser recusadas, acreditou-se na existencia do questionado Rio Branco, cujo curso e nascentes, entretanto, ninguem conhecia. Documentos officiaes d'elle faziam menção, como se vê de um officio de Ricardo Franco, quando commandante de Coimbra, dirigido ao capitão-general Caetano Pinto, em janeiro de 1801, mencionado pelo Barão de Melgaço.

Dizia Ricardo Franco que todos os indios, que iam a S. Carlos do rio Apa, informavam que passavam tres rios, sendo chamado o do meio, que era o maior, Rio Branco; e isto era confirmado por outras testemunhas.

Posteriormente, porém, foram apparecendo duvidas a respeito, e tanto brasileiros como paraguayos, praticos do lugar, achavam que não era um verdadeiro rio, sinão um escoadouro ou *bahia*, como costumam chamar.

Em 1846 o B. de Melgaço, então Leverger, procedendo a um reconhecimento do Paraguay (rio), tratou de verificar a existencia do rio Branco, subindo-o em um batelão.

Com poucos minutos de andar reconheceu que a corrente provinha de dous pequenos braços do mesmo Paraguay, notando que a agua ia deixando de ter movimento, até que, depois de muitas voltas e de ter andado 18 milhas, o batelão encalhava a cada momento no baixio secco que obstruia o leito.

Voltou o B. de Melgaço convencido de que tal rio não passava de uma *sanga*. Todavia, para maior segurança, mandou em 1858 completar o reconhecimento pelo tenente Francisco Nunes da Cunha, cujo relatorio confirmou o juizo por elle formado.

(23) Dugraty, na carta do Paraguay, que juntou á sua monographia, dá ao supposto rio Branco um curso de 23 leguas, em rumo.

Tal é o Rio Branco que o Paraguay reclamava como limite da fronteira commum, sem indicar a sua origem, mas sómente a sua foz, cinco milhas acima do forte Olympio. Isto quanto ao lado occidental, sendo o oriental determinado pelos cursos de Ivinheima e do Brilhante.

Quaes os fundamentos em que assentava esta pretensão?

Como questão preliminar, para base dos ajustes, havia dous pontos a fixar: o ponto de partida da divisa na margem direita, ao norte de Grã-Chaco e o de partida na margem esquerda.

Nenhuma duvida havia quanto ao primeiro, mesmo porque o caso teria, no futuro, de interessar antes a Bolivia do que ao Paraguay: o ponto de partida seria a Bahia Negra. Digamos: Puerto Pacheco. Não assim quanto ao segundo ponto.

Não sendo mais praticavel o tratado de 1777, cujas disposições apenas poderiam servir como esclarecimento ou informação em um ou outro caso, era a *posse*, o *ut possidetis*, a base unica de uma solução razoavel.

Qual, porém, a *posse* invocada pelo Brazil, qual a invocada pelo Paraguay?

Qual dos dous tinha dominio firmado na zona contestada? Diga-se a verdade: nem um, nem outro.

Os portuguezes, repellidos em 1777, pelo governador do Paraguay, Agostinho Fernandes Piñedo, do presidio dos Prazeres, á margem do Igatimy, de que fallava o V. de Porto Seguro, nunca procuraram rehavel-o, talvez por muito adversos lhes terem sido os 10 annos de occupação daquelle posto onde lutaram com grandes privações, perdendo centenaes de pessoas, victimas de febres e até de assaltos dos indios.

Não está, porém, averiguado que os hespanhões tivessem alli permanecido. Antes consta que, por causa da insalubridade da localidade, foi o presidio, desde logo, inteiramente abandonado, tendo-se procurado removel-o para outro local, de que não ha noticia.

Tambem não ha noticia de que o Paraguay, depois de separado da metropole, tivesse occupado qualquer ponto á margem do Igatimy, em cujo valle e proximidades viviam — como ainda hoje vivem em numero reduzido — os Guaranyes, aliás não tão afoutos e bellicosos como os Guaycurús.

Carlos Lopez mesmo não allegava essa circumstancia, como vamos ver.

Em 1855, por occasião da apparatusa missão, assás debatida na imprensa de então e no parlamento, confiada ao chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, enviado ao Paraguay para tratar das questões de navegação fluvial e de limites, foi proposta por parte do Brazil a linha do Apa, não mais ligando-se a serra de Maracajú para descer ao Paraná, como seria mais natural e é a que, effectivamente, prevaleceu, por fim, no

tratado de 27 de março de 1872 (24), mas buscando as vertentes do Igatimy e descendo por este até a sua foz, seis milhas acima do Salto das Sete Quedas.

Impugnou-a o Paraguay, que pretendia a de Rio Branco ao Ivinheima, «porque,— ponderava Solano Lopez encarregado pelo governo de seu pai de tratar com o plenipotenciário brasileiro— porque a linha do Apa não condizia com o principio da *posse* (*el principio de la possession*), pois nem ao Norte do Apa até o Rio Branco, nem em outros pontos comprehendidos dentro das linhas traçadas (as do Rio Branco e do Apa) o Brazil tinha occupado e possuido territorio.»

Mas este argumento era igualmente applicavel ao Paraguay, que não tinha occupado e possuido territorio na zona questionada. A ephemera occupação no dominio colonial, da margem esquerda do Igatimy, não restabelecida pelo Paraguay, não tinha para o caso differente valor do da occupação da margem direita do Apa pelo destacamento mandado de Miranda em 1811, não restabelecida pelo Brazil.

Na impossibilidade de um accordo e sendo mais importante e urgente para o Brazil a questão da navegação de que dependia a communição fluvial com Matto-Grosso, do que a de limites, propoz o negociador brasileiro a separação de uma da outra, tratando-se sómente da primeira e ficando a segunda para mais tarde.

Acquiescendo o negociador paraguay a esta proposta, com a malícia que se verá, foi assignada a convenção de 27 de abril de 1855 a que chamaram : *Tratado de amizade, commercio de navegação*, tornando franca e commum a navegação para

(24) No tratado da *Triplíce Alliança* (art. 16), foram estipuladas as bases sobre que deviam assentar os limites do Paraguay com o Brazil e com a Republica Argentina.

Foram estas as dos limites com o Brazil :

«Do lado do Paraná, pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que, segundo a recente carta de Monchez, é o Igurey e por elle acima a procurar as suas nascentes.

Do lado da margem esquerda do Paraguay, pelo rio Apa, desde a sua foz até as suas nascentes.

No interior, pelo cimo da serra de Maracajú, sendo as vertentes de leste do Brazil e as de oeste do Paraguay, e tirando-se da mesma serra linhas as mais rectas em direcção as nascentes do Apa e do Igurey.»

Na occasião da demarcação, foi, por accordo de ambas as partes, abandonado o Igurey, partindo a linha do Salto Grande das Sete Quedas, para galgar a culminancia da serra de Maracajú. Por essa forma ficou para o Paraguay todo o territorio comprehendido entre aquelle rio e a mesma linha, a qual, buscando as vertentes do Apa, que constam de dous galhos, tomou o do Sul, o Estrella, que é o mais pujante. Mas a área que, por este facto, ficou para o Brazil, é muito inferior á que foi cedida ao Paraguay,

ambas as partes contractantes, segundo clausulas que foram estipuladas e que, no geral, satisfazião o fim, embora ficasse salvo «a cada alta parte contractante o direito de adoptar regulamentos fiscaes e policiaes para evitar contrabandos e para sua segurança.»

Esta faculdade, em termos tão latos, tornava a execução da convenção de alguma forma dependente de taes regulamentos, que poderiam conter restricção que annullassem na pratica. Mas o que se tornou aggravante, porque burlava todo o ajuste, foi uma convenção addicional, firmada pelos dous negociadores, «adiando a questão da demarcação de limites pelo prazo de um anno, dentro do qual, ou antes se fosse possível, se ajustaria e se concluiria o respectivo tratado», o qual seria ratificado ao mesmo tempo que o de amizade, commercio e navegação, «de tal modo (textual) que não poderá ratificar-se e fazer-se a troca das ratificações de um sem a do outro.»

Valia o mesmo que não ter separado as duas questões.

«He juzgado, dizia Solano Lopez no officio dirigido ao ministro das relações exteriores, dando conta do modo por que havia desempenhado a sua missão, he juzgado que los intereses vitales de la Republica e la politica del Supremo Gobierno fundada en ellos me imponian esta reserva: si el tratado de amistad, commercio y navegacion era prontamente ratificado y puesto en ejecucion, no conseguiria la Republica ajustaz y concluir el de limites sobre un pié razonable y justo, por que havia entregado indiscretamente a una nacion vecina, poderosa y fuerte, sus posiciones de seguridad y defensa y se habia entregado con las manos atadas á su discrecion, sin conservar mas que un fantasma de nacion indepediente.»

Nesse mesmo officio informava Solano Lopez ao seu governo que o plenipotenciario brasileiro «tinha declarado que o governo brasileiro *não admittiria a idéa* de que a Republica levasse além do Apa o seu territorio.»

O motivo de toda a divergencia era a posição de Fecho de Morros, reputada, não sem exaggero — no meu entender — de grande valor strategico, e da qual tanto o Brazil como o Paraguay não queriam abrir mão.

Como conciliar interesses tão oppostos?

IV

Como era de prever, recusou-se o Governo brasileiro a ratificar as convenções. Expondo ao do Paraguay as razões porque assim procedia, solicitou a vinda de um plenipotenciario ao Rio de Janeiro, afim de que, em respeito ao tratado de 1850, não continuasse adiado o ajuste dos assumptos a que elle se referia.

Correspondeu Carlos Lopez a esse convite enviando José Berges, depois ministro de Solano Lopez, em missão junto ao gabinete imperial para entabolar novas negociações. (25)

Não foi infructifera essa missão. Mantida a separação das duas questões, como na negociação Pedro Ferreira, foi ajustada a da navegação com poucas e importantes alterações nos termos estipulados naquella, sendo conservada a clausula de poder cada parte contractante expedir regulamentos fiscaes e policiaes pela forma dita.

No tocante a de limites, prescindiu o negociador paraguay o da *reserva* julgada indispensavel por Solano Lopez.

Em convenio á parte, comprometteram-se os dous governos «a nomear, logo que as circumstancias permitissem e dentro do prazo de seis annos daquella data, os seus plenipotenciarios, afim de examinarem de novo e ajustarem definitivamente a linha divisoria dos dous paizes, respeitando as duas altas partes contractantes e fazendo respeitar reciprocamente o seu *uti possidets actual*.»

De bom ou de máo grado aceitou Carlos Lopez este ajuste; mas nem por isso melhoraram as relações entre os dous governos. Os empecilhos oppostos ao transito dos navios brasileiros para Matto Grosso mais se aggravaram, do que abrandaram, com os regulamentos expedidos pelo governo paraguay o.

Deu isto logar a um desagradavel e original incidente— talvez unico nos factos da diplomacia — entre o nosso ministro conselheiro José Maria do Amaral, e o proprio presidente Carlos Lopez.

Duas canhoneiras brasileiras que seguiam para Matto Grosso foram detidas em Humaitá, com exigencias que não estavam em harmonia com a convenção em vigor. Por este motivo teve o conselheiro Amaral uma entrevista com o ministro das Relações Exteriores, Nicolas Vasquez, ao qual declarou que, não havendo razão para que fosse embaraçada a subida dos navios, elle iria para bordo e que, se a fortaleza atirasse sobre os nossos vasos de guerra, estes responderiam com energia, e bem poderia ser que a bala do seu primeiro tiro fosse o ovo de que teria de nascer a liberdade do povo paraguay o.

Chegaram, por fim, a accordo e os navios subiram. Em seguida manifestou Lopez, desejo de ter uma conferencia com o ministro brasileiro, que, accedendo boamente a esse desejo, procurou-o. O presidente recebeu-o assentado e de gorro na cabeça.

(25) «Parece que a nota brasileira, diz o Sr. Dr. Silva Paranhos (barão do Rio Branco) em que se communicava a não ratificação dos ajustes celebrados por Pedro Ferreira, e os preparativos de guerra que começamos a fazer produziram alguma impressão no animo de Carlos Lopez. Depois de longas conferencias, o conselheiro Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco, e Berges, assignaram o tratado de 6 de abril de 1856.»

Não annunciava semelhante introito um bom desfecho. Amaral poz-se em guarda e, sem deixar perceber a menor estranheza, tomou uma cadeira, assentou-se e principiou a expor o que tinha a dizer. Dentro em pouco foi interrompido por Carlos Lopez, que disse-lhe com vivacidade:

— Miente, señor ministro.

Não se deu por achado o experimentado diplomata e proseguiu no mesmo tom, com a mesma calma e firmeza, sendo ainda por mais duas vezes interrompido por Lopez, que repetiu-lhe:

— Miente, señor ministro:

Tocou a vez ao presidente de responder ao diplomata (26), e poucas palavras tinha proferido, quando este achou occasião de dizer-lhe:

— Mente, Sr. presidente.

Lopez turbou-se um pouco, mas continuou, dando oportunidade a que o conselheiro Amaral tambem por duas vezes, ainda lhe repetisse:

— Mente, Sr. presidente.

Fulo de colera e interrompendo-se, disse Lopez:

— Pero usted me insulta, señor ministro!

— Não ha o menor insulto; apenas sirvo-me das formulas da diplomacia paraguaya, replicou Amaral com brandura. Erguendo-se e voltando-se para Nicolas Vasquez que estava presente, accrescenta:

— Sr. Ministro, peço os meus passaportes, pois que tenho de retirar-me.

Comquanto o caso não tivesse publicidade official, no relatório do Ministerio de Estrangeiros de 1858, fez o respectivo ministro, visconde de Maranguape, fugitiva referencia a essa occorrença, nos seguintes termos, dando conta do desfecho das negociações que ficaram interrompidas:

« Esta resposta (a nota em que o ministro paraguayano recusava modificar os regulamentos) foi recebida pelo ministro do

(26) A proposito: contou-nos o Sr. V. de Taunay, por testemunho de pessoas dignas de fé, notadamente o Sr. Francisco Brabo, que assistiu a primeira recepção official dos ministros de França e Hespanha junto ao governo do Paraguay, que D. Carlos Lopez era de uma eloquencia natural, por vezes arrebatadora. Transfigurava-se então o seu todo obeso e sobretudo grotesco: testa pequena, cabeça afunilada, bochechas pendentes, rosto pyriforme, corpo mal ajorçado, além de ridiculamente vestido. Começava a fallar, e a admiração nos que o ouviam substitunia logo a vontade de rir que provocavam a principio a sua presença e o seu modo de trajar, mixto de vestes de povo paraguayano e dos uniformes europeus.

Solano herdou um pouco da eloquencia de seu pai. Fluente no dizer, animava-se gradualmente e com rasgos oratorios quando fallava em publico. O que elle não herdou do seu progenitor foram aquelle physico grotesco e modo de trajar. Trazia o seu uniforme militar sempre bem ajustado e correcto, com o peito ornado de condecorações, entre as quaes via-se a commenda de Christo, do Brazil.

Brazil no dia 17 de maio, em que fôra obrigado a suspender a negociação para acudir a outros negocios do Paraná.

O Governo da Republica havia apreciado mal os actos e procedimento do Ministro Brasileiro em Assumpção, o Sr. conselheiro José Maria do Amaral.

Esta apreciação não podia ter o assentimento do Governo Imperial, reconhecendo o caracter e circumspecção daquelle seu ministro, e que o seu fim unicamente, a par da dignidade que devem sempre guardar os agentes diplomaticos, era chegar a um accordo sobre o objecto principal de sua missão, isto é, obter todas as razoaveis facilidades para a navegação fluvial, como fôra estipulado no tratado de 6 de abril. »

Foi ainda sob o calor daquelle incidente, podemos dizer, que o Governo Imperial teve de enviar em 1857 o conselheiro Paranhos, Visconde do Rio Branco, em missão especial ao Paraguay para tratar da questão da navegação. Ao mesmo tempo e no mesmo character de Enviado Extraordinario foi igualmente incumbido da missão especial nas Republicas Argentina e Oriental.

Não era o diplomata brasileiro um personagem desconhecido para o governo do Paraguay, tinha sido elle o negociador, como ficou dito, do convenio de 6 de abril de 1856, e Berges, que com elle tratára, não podia deixar de fazer, perante Carlos Lopez, as mais lisongeiras referencias á sua aptidão e grande tacto para os negocios, a par de um trato delicado e attrahente.

Uma das difficuldades com que teve de arcar o ministro brasileiro ao chegar a Assumpção, foi achar uma casa conveniente para instalar-se com o pessoal da missão.

Não faltava alli casas vasia snas condições desejadas, mas, os seus proprietarios recusavam alugar-as.

Uma unica, das proximidades do palacio do governo, isolada muito exposta e devassada aos olhares curiosos, lhe foi offerecida. O Visconde do Rio Branco comprehendendo o manejo que havia nisto, acceitou-a, apesar de não ser qual desejava.

Indo ao encontro da espionagem da policia paraguaya, e como que para facilitar-lhe o encargo, conservava escancaradas todas as portas e janellas, que só eram fechadas a hora de dormir.

Servia de gabinete de trabalho um sala interior, mais ao alcance dos olhares dos traseuntes, de tal modo que, nos dias abraçadores de canicula, via-se do exterior o ministro brasileiro e o seu secretario Fortunato de Brito, (27) ambos em mangas de camisa — o que não é de estranhar em Assumpção, nessa quadra do anno — curvados sobre uma mesa coberta de livros, papeis e mappas geographicos, a trabalharem.

(27) Depois Barão de Arinos. Era então secretario da legação na Republica Oriental.

Fazia lembrar os antigos romanos, em suas casas de vidro, para que fosse conhecida de todos a pureza de seu viver íntimo.

Se Carlos Lopez, por acaso impressionado com a predição da bala que seria o ovo de que nasceria a libertação do seu povo, que lhe fizera o conselheiro Amaral, chegou a desconfiar que o emissario brasileiro o fosse também de maquinações occultas para enfraquecer o seu poder, essa suspeita parece que desvaneceu-se. As negociações, posto que laboriosas, seguiram sua marcha regular, sem nenhum incidente que as perturbasse.

Foi ainda Solano Lopez, o plenipotenciario por parte do Paraguay. Na convenção, assignada em 12 de fevereiro de 1858 e ratificada por ambos os governos, fixando e regulando a intelligencia pratica, do tratado de 6 de abril, obteve o Brasil tudo quanto razoavelmente podia exigir, e mais mesmo de que era de esperar nas circumstancias em que nos achavamos, concedendo, entretanto, o que não pôde deixar de conceder.

A liberdade de navegação, tanto do Paraguay como do Paraná, a todas as bandeiras, não dispensava a apresentação de carta de saúde e declaração da nacionalidade, procedencia e destino do navio, disposição esta que abrangia os navios em transito.

No caso de sahida, o preenchimento daquellas formalidades dar-se-hia em Humaytá, onde receberia o navio um passe, que seria apresentado em Forte Olýmpo. Inversamente, os navios que descessem de Matto Grosso fariam as declarações nesse forte, recebendo ahi o passe que seria entregue em Humaytá.

Carlos Lopez mostrava-se satisfeito com este ajuste.

As relações entre os dous governos, que haviam chegado a um gráo de tensão inquietador, tomáram character ameno. Não de certo, como no tempo da primitiva *entente cordiale*, em que Carlos Lopes, temeroso de ser agredido pelo dictador de Buenos-Aires, general Rosas, a quem havia declarado guerra, que podia ser qualificada de platónica, obtinha por intermedio de nosso ministro em Assumpção, o general Bellegarde, que lhe enviassemos armamentos e munições, e que officiaes brasileiros do exercito e da marinha fossem mandados ao Paraguay instruir suas tropas e auxiliaes na construcção de suas obras de defeza; mas em bom pé de amizade, que não foi perturbada por nenhuma occorrença durante o resto de seu governo e começo do de seu successor.

Decorreram os seis annos fixados no convenio de 6 de fevereiro de 1856, sem que os dous governos se houvessem desobrigado do compromisso ahi adoptado de «examinarem e ajustarem definitivamente a linha divisoria dos dous paizes.»

Parece que o receio reciproco de despertar divergencias amortecidas inhibia, ora a uma, ora a outra parte, de tomar a iniciativa e provocar a solução da melindrosa questão.

Terminára, entretanto, aquelle prazo, quando falleceu Carlos Lopes, a 19 de setembro de 1862, legando a seu filho Solano, em verba testamentaria, o governo interino do Paraguay, até que o Congresso nomeasse novo presidente (28).

Apparentemente nada indicava que tal acontecimento pudesse alterar as relações existentes entre os dous paizes, salvas as difficuldades que surgissem ao tratar-se novamente da questão de limites.

Mas não tardou muito:

As formalidades que tinham de preencher os navios ao subirem o rio, nos termos do tratado, offereceram ensejo para crear-se embaraço á navegação para Matto-Grosso.

A par disto, não dissimulava Solano Lopez a sua má vontade contra o Brazil, ao mesmo tempo que reorganisava e augmentava as suas forças militares, deixando perceber que as teria de empregar contra o imperio, conforme a marcha dos acontecimentos no Estado do Uruguay, invadido nessa occasião por forças brasileiras.

Tal era a situação, quando o Sr. Barão de Jaurú, então Cezar Souvan Vienna de Lima, chegou ao Paraguay em 1864, afim de substituir o ministro residente Lopes Gama, que, mesmo por não se achar em boas relações com Solano Lopez, havia solicitado sua exoneração.

Vendo desde logo que as cousas se encaminhavam para um rompimento, tomou o Sr. Barão de Jaurú a providente deliberação de dirigir-se, em officio reservado, ao presidente de Matto-Grosso, general Albino de Carvalho. Communicando-lhe as ameaças feitas por Lopez, lembrava a conveniencia de precaver-se, afim de não ser a provincia apanhada desprevenida, no caso de uma aggressão.

Esse officio foi recebido em Cuyabá no dia 10 de outubro, e a 13 descia o commandante das armas, com a pouca força que existia na capital, para a fronteira do Baixo Paraguay, em Corumbá, onde estacionava um batalhão de artilharia, sob o commando do tenente-coronel Porto Carrero, ao mesmo tempo commandante da fronteira.

O commandante das armas, coronel do estado-maior de 2ª classe, Carlos Augusto de Oliveira, já idoso, sem a actividade e sem a energia que as circumstancias reclamavam, é gravemente censurado nas participações officiaes de presidente, pelo descuido e imprevidencia com que se houve. Tendo ido até Miranda, para conhecer do estado da força alli existente, e regressado a Corumbá, sómente em meados de dezembro foi que

(28) « Logo depois da morte de Carlos Lopes apresentou Francisco Solano Lopes o testamento escripto por seu pai em 1856, em virtude do qual lhe cabia a presidencia interina até á reunião do Congresso, e este lapso de tempo foi-lhe mais que sufficiente para assegurar a sua eleição ao Congresso, que se realizou a 16 de outubro de 1862. » (Schneider).

resolveu mandar o commandante da fronteira estacionar em Coimbra, fazendo seguir para ali o tenente-coronel Porto Carrero, com cerca de 80 praças, nos vapores *Anhambahy* e *Jauru*.

Reunidas a essas praças as existentes no forte e mais alguns guardas nacionaes, empregados civis, 17 presos e 10 indios Cadinéos que se apresentaram, ficou a guarnição composta de 55 praças.

Tratando desde logo de exercitar essa força no manejo das armas, quer de infantaria, quer de artilharia, mal pensava o coronel Porto Carrero que quando elle chegava a Coimbra já Barrios se achava em Conceição, concluindo a organização da expedição, e de onde logo seguiu. Pelas informações alli colhidas acreditou que o forte que ia atacar e cuja guarnição não excedia de 46 praças, commandadas pelo capitão Benedicto de Farias, não offereceria resistencia seria.

O que dahi por diante occorreu narra o Dr. Silva Paranhos, (Barão do Rio Branco) de modo o mais exacto e completo no seguinte trecho das suas notas a Schneider :

« A expedição de Barrios havia ancorado no dia 25 a curta distancia do forte, para dar logar a que se lhe reunissem os navios mais atrazados, e do sitio que então occupavam ouviram os invasores um fogo bem sustentado de artilharia e fuzilaria. Barrios ordenou que um dos seus vapores se adiantasse para reconhecer o forte, e os exploradores voltaram com a noticia de que a guarnição fazia exercicio e atirava ao alvo.

Com effeito, apesar de *não acreditar no rompimento do Paraguay* (o gripho é meu), o coronel Porto Carrero quiz preparar para a defesa os seus soldados, que, perfeitos no manejo das armas de infantaria, pela maior parte deixaram muito a desejar como artilheiros, e no dia 25 fez um exercicio geral, simulando-se que o forte era atacado, tomando toda a guarnição seus postos de combate, e atirando-se a bala sobre alvos collocados na margem fronteira e em varios pontos da margem direita. Estes alvos, que no dia 27 ainda se achavam em seus lugares, infundiram verdadeiro terror aos paraguayos, particularmente nos seus navios, que não ousaram de modo algum transpol-os.

« Na noite de 26 de dezembro fundeou a expedição uma legua abaixo de Coimbra, e só ao romper do dia 27, dissipado o nevoeiro, as 5 horas da manhã, foi avistada pelas sentinellas e vigias do forte. O coronel Porto Carrero distribuiu, pelo modo acima indicado, os seus soldados e os auxiliares em numero de 155 homens ao todo, e dispoz-se para o combate, fazendo partir para Corumbá o pequeno vapor *Jauru*, com a noticia da invasão e de achar-se entre os inimigos o paquete *Marquez de Olinda* (29), armado com peças de artilharia.

(29) Ha engano. *Marquez de Olinda* chegou no dia seguinte.

A's 8 1/2 da manhã recebeu a intimação de Barrios e dentro do prazo concedido, que foi de uma hora, enviou a sua resposta. Logo depois, quasi ás 10 horas, começou o desembarque dos paraguayos nas duas margens.

O *Anhambahy* (30), passando por frente do forte, atreveu-se a avançar, e ás 10 1/2, com os seus dous rodízios de 32, produziu grande estrago nas forças que marchavam pela margem esquerda a occupar a fralda do morro da Marinha, fronteiro ao forte, e que constavam de infantaria e duas baterias de artilharia montada com 12 peças. A's 10 3/4 adiantou-se vagarosamente, e como que hesitando, a esquadilha paraguaya.

O *Anhambahy* retrocedeu então, collocando-se acima do forte, donde tinha sahido.

A's 11 horas a esquadilha de Mesa rompeu de longe um inutil bombardeamento, sem que os nossos respondessem, porque os projectis paraguayos apenas chegavam a meia distancia.

Quando a artilharia inimiga se approximou da margem fronteira, na borda do Morro da Marinha, até onde avancára encoberta pelo mato, o *Anhambahy* e o forte começaram o fogo, ás 2 horas da tarde.

No forte estavam montadas 11 peças, mas, apenas cinco trabalhavam, porque só tinhamos 35 artilheiros disponiveis, que, felizmente, eram tão destros em sua arma como o resto do corpo de artilharia de Matto Grosso o era no uso da espingarda e da bayoneta.

Os paraguayos, que haviam desembarcado na margem direita, appareceram no cordão do matto que circunda o forte, com mostra de quererem assaltal-o, pois, comquanto fizessem fogo de fuzilaria por detraz das arvores, avancaram por vezes, com passo incerto, mas retrogradaram sempre, pelo fogo das cinco peças do forte, e das duas do *Anhambahy*, que atiravam por elevação, e pela incessante fuzilaria das banquetas e das setteiras de parapeito. «O vapor *Anhambahy*, confessa Barrios na sua parte official, coadjuvou muito a defeza.»; e, referindo-se aos nossos atiradores, diz que o fogo de fuzilaria era «incrível».

O fogo do inimigo foi pessimamente dirigido, a ponto de não termos, nos dous dias de bombardeamento, um só ferido. As balas das peças volantes e estabelecidas na fralda do morro fronteiro e as dos navios causaram grandes estragos, tanto no dia 27 como no dia 28, entre os proprios paraguayos que se achavam em terra.

Com a noite cessou o combate, fazendo Barrios recolher a bordo a gente que se achava á margem direita, que é a em que está o forte, com receio que dahi fizessem alguma sortida.

(30) Deve a historia registrar o nome do official que commandava esse vapor, o 1º tenente Balduino José Ferreira de Aguiar, que se aveio com muita bravura e arrojo, a ponto de impressionar vivamente o inimigo.

Menos propício foi ainda o dia 28 para os paraguayos, desembarcando novamente de madrugada, e, ora mettendo-se por entre o matto, em que sobresahiam corpulentos tamarinheiros, ora contornando-o, foram subindo o morro até onde collocaram uma estativa de foguetes a Congrève. A's 7 horas da manhã rompeu o fogo de parte a parte, e, como na vespera, continuou o inimigo a ser infelicissimo nas suas pontarias.

A's 2 horas da tarde, o major Luiz Gonçalves, com 750 homens do 6º batalhão, tentou o assalto. Poderia ter sido feliz, si o soubesse dirigir. A muralha do forte, estendendo-se pela montanha acima, vae diminuindo em altura, de modo que ha pontos em que o parapeito não tem mais de 4 a 5 pés de altura. Para ahi se atiraram os paraguayos, e oito delles conseguiram galgar a muralha e penetrar no recinto, onde sete foram mortos, ficando um prisioneiro.

«Foram completamente dizimados, diz o Dr. Silva Paranhos, pela fuzilaria das setteiras e pelas metralhas do *Anhambaby*.

Diante das certas balas dos nossos 80 atiradores, dirigidos pelo 2º tenente Oliveira e Mello, estacaram os paraguayos e começaram, em columna, a soffrer fogo de seus proprios navios, que, enfurecendo-se contra os defensores do forte, não fizeram mais que lançar bombas e balas que iam cahir sobre os assaltantes. »

Por causa da curva do rio e do arvoredo que se entrepunha no espaço que medeiava entre o forte e a esquadriha inimiga, desta não se via aquelle, e os seus tiros eram feitos por elevação, por duas lanchas canhoneiras. Verificou-se depois que os vapores não tomaram parte no ataque, como se suppoz.

Em frente ao forte o rio tem 600 metros de largo, em aguas médias, com canal espaçoso de mais de 6 metros de fundo; e do monte da margem opposta, diz o Sr. tenente-coronel Jorge dos Santos Almeida:

«O morro das Marinhas (31), porém, occupado por bons atiradores armados de fuzil e desembarcados occultamente a uns tres ou quatro kilometros a juzante de Coimbra, offerece optimo abrigo a tiros efficacissimos feitos através das arvores que o envolvem quasi inteiramente, sobre a guarnição do forte. »

Nem com artilharia, que para alli levaram, colheram os paraguayos vantagem de tão boa posição. As suas balas, quando não feriam os seus, passavam por cima do forte para perderem-se na encosta do monte.

(31) Era outr'ora chamado «Morro Grande», por ter maior altura do que o da margem direita. Em 1855, na expectativa de um rompimento com o Paraguay, mandou o presidente da provincia, então o chefe de esquadra Leverger (Barão de Melgaço), estabelecer alli um posto militar, com praças da marinha, ligeiramente fortificado. Posteriormente, foi convertido em deposito de carvão para os vapores da esquadriha, de que hoje nenhum vestigio existe. Dahi veio a denominação de «Morro da Marinha».

Ao cair da noite cessou o fogo, retirando-se e recolhendo-se a bordo os assaltantes, que tiveram 207 homens fóra de combate, entre mortos e feridos, conforme confissão mesmo do *Semanario*, a folha official de Lopez. O proprio major Gonçalves foi um dos feridos.

Mandou o coronel Porto Carrero sahir duas partidas dirigidas pelo capitão Conrado e 2º tenente Oliveira e Mello, que voltaram trazendo 85 espingardas abandonadas e 18 feridos, tendo encontrado grande numero de cadaveres.

Por parte dos defensores do forte não houve nenhum ferido, e nenhum morto teria havido si o chefe dos cadinéos, capitão Lixagota, por imprudencia e sem attender ás recommendações dos officiaes, não se houvesse exposto, sahindo do forte e recebendo uma bala inimiga que lhe tirou a vida. (32)

Soubese então que o inimigo desembarcara novas forças e que com quatro peças de artilharia dirigia-se para o alto da montanha, afim de recommençar a luta no dia immediato, em melhores condições.

Dos 12.000 cartuchos de fuzilaria, de que constava o deposito do forte, 9.000 foram consumidos no dia 27. Foi preciso, segundo referiu Porto Carrero na sua parte official, que 70 mulheres, de praças, officiaes, paisanos e até a do proprio commandante, que se achavam no forte, e alguns officiaes e praças que puderam deixar as baterias, trabalhassem a noite inteira, preparando cartuxame para infantaria, para que no dia 28 se contasse com pouco mais de 6.000 cartuxos, tendo sido necessario machucar com pedras e pequenos cylindros, as balas de adarme 17 para adaptal-as ás espingardas a *Minié*.

Fazendo a economia possivel, foram consumidos no dia 28 5.000 cartuxos, restando pouco mais de 1.000 para o dia seguinte, accrescendo que não havia mais balas de adarme 17 para serem transformadas, e estavam todos extenuados de fadiga. Que fazer ?

O coronel Porto Carrero reuniu em conselho os officiaes e o commandante do *Anhambuihy*, e por unanime deliberação resolveu-se a evacuação do forte. Tratou-se immediatamente do embarque de toda a gente no *Anhambuihy*, embora a sua insufficiencia para accommodar, além do pessoal, excepção feita dos indios, que se retiraram para os seus aldeamentos, o material indispensavel.

(32) Refere o Sr. Visconde de Taunay que quando esteve no districto de Miranda, em começo de 1866, punha-se alli em duvida a morte desse chefe Cadinéo. Diziam que era um ardil de guerra para occultar futuras tropelias, pois esses Cadinéos tornaram-se depois tão suspeitos aos brasileiros como aos paraguayos. Si por um lado foram atacar os fortes Oliva e Rinconada, na linha do Apa, do outro praticaram varios assassinatos em familias brasileiras. Uma dellas foi completamente aniquilada, a de Barbosa Bronzique, pretendendo-se que a carnificina fóra dirigida por esse mesmo Lixagota, que davam como morto em Coimbra.

Vide *Scenas e Viagens, Historias Brasileiras*, do mesmo visconde.

O embarque foi feito na melhor ordem, fultando apenas um operario, que por embriagado não compareceu na occasião. Entre as 10 e 11 horas da noite partiu rio acima o *Anhambuhy*; e como a esquadilha inimiga se achava a tres milhas de distancia, não admira que não tivesse apercebido essa partida, como tanto estranha Schneider. Tambem a força paraguay que havia desembarcado com artilharia, tendo de permeio a si e ao porto o matto que ella tinha de contornar para ganhar a eminencia do morro, de onde devia operar no dia seguinte, não podia atinar com o que ali se passava áquellas horas.

V

Deixemos o *Anhambuhy* em caminho para Corumbá.

Da impressão que ali causou a sua chegada, do panico que incutiu na população e tambem nas autoridades, do abandono precipitado dessa cidade, dos desastres e infortunios que occorreram na retirada para Cuyabá, da perseguição e captura do mesmo *Anhambuhy* pelo vapor paraguay *Yaporá*, já em aguas de S. Lourenço, da tomada do bem sortido deposito de armas, polvora e varios utensilios, no sitio denominado Dourados, á margem direita do Paraguay, em frente á foz do mesmo S. Lourenço (onde o inimigo foi victima de um horrivel accidente, (33) e demais diversos outros acontecimentos nada glorificadores das armas brasileiras, não me occuparei, pois que não se relacionam com o combate de Coimbra.

Volto, porém, ao abandonado forte.

Ao raiar do dia 29, notaram os paraguayos, com espanto, que elle estava deserto. Receiando alguma cilada, aproximaram-se com precaução e hesitando, até que, por fim, penetrando no recinto da praça, lá encontraram os seus feridos, não todos, mas os que puderam ser recolhidos. Foi ainda motivo para novo espanto acharem-n'os com vida, ouvindo delles o modo humanitario como foram para alli transportados, não por gosto dos indios que propunham-se a dar cabo de todos elles.

(33) « Quando o *Yaporá* voltou, em 10 de janeiro, encontrou os dous navios (eram dous pequenos vapores idos de Corumbá) occupados em carregar polvora, madeira, ferro e machinas, e associou-se á faina. O desleixo da tripolação que levava a polvora para bordo era tal, que a iam entornando por todo o caminho, desde os depositos até ao rio. O official que inspeccionava o transporte, chamou a attenção dos seus superiores para a possibilidade de uma explosão. Não se fez caso. O capitão-tenente HERREROS, o apresador do *Anhambuhy*, chegou a zombar do previdente official, mandando-o para bordo, e encarregou-se de vigiar o trabalho. Apenas, porém, se approximou dos depositos, deu-se uma explosão que o matou juntamente com alguns outros officiaes e 23 soldados. O cadaver de Herreros foi levado para Assumpção, onde o Presidente ordenou que lhe fizessem sollemnes exequias, e prometteu erigir-lhe um monumento para commemorar o aprisionamento do *Anhambuhy*. » (*Schneider*).

Barrios sentiu-se como que alliviado de um grande peso !
 Immediatamente enviou para Assumpção a noticia da tomada de Coimbra, que foi ahi recebida com ruidosas mostras de alegria, e seguiu para Corumbá, que occupou no dia 3 de janeiro, havendo os brasileiros a abandonado na vespera.

A hesitação, receio, falta de firmeza e de deliberação prompta no modo por que se aveio Barrios deante de Coimbra, de que não ousou achegar-se com a sua esquadilha e offerecer desde logo ataque efficaz e decisivo, com as suas forças immensamente superiores de que dispunha, revelam certa preocupação de espirito, uma cousa intima que dificultava a liberdade de agir.

Vimos tambem, segundo nos disse o Sr. Barão do Rio Branco — e eu o confirmaria se o seu testemunho não bastasse — que Porto Carrero não acreditava no rompimento do Paraguay, previsto pelo Barão de Jaurú.

Esses dous factos, posto que de ordem muito diversa na apparencia, tem origem commum e remota, cuja explicação leva a remontar-me a acontecimentos igualmente remotos.

O Paraguay, declarando-se nação livre e independente « de todo o poder extranho » em 27 de novembro de 1842, encontrou a mais viva opposição da parte do dictador de Buenos-Aires, general Rosas, que qualificou esse acto de rebeldia. Fundava-se para isso na « convenção das juntas governativas do Paraguay e Buenos-Aires de 12 de setembro de 1811, segundo a qual, comprometteu-se o primeiro « a viver para sempre unido pelos mais estreitos vinculos de doce confraternidade ás demais provincias do Rio da Prata. » (34)

Collocado o Paraguay, em virtude daquella opposição, em situação de não poder manter communicação com o exterior, por lhe terem sido trancados os portos do Rio da Prata, além

(34) Em 1813, tendo o governo das provincias reunidas do Rio da Prata convidado o Paraguay para enviar deputados ao congresso que se devia reunir em Buenos-Aires para decretar a constituição geral, reuniu-se em Assumpção outro congresso, composto de mil deputados, que, declarando nulla a convenção de 1811, proclamou o Paraguay nação independente, substituindo a junta governativa pelo governo de dous consules, que nomeou, sendo um delles o Dr. Gaspar Francia.

O congresso de 1842, composto de 400 deputados e presidido por Carlos Lopez, que era um estancieiro abastado, não fez mais do que ratificar a deliberação de 1813, ajuntando-lhe a decretação do pavilhão e sello nacionaes, a declaração expressa de que a nação « não seria jamais o patrimonio de uma pessoa ou de uma familia », isto com o fim de evitar outra dictadura. Era, em ultima analyse, a essa *ratificação* que Rosas se oppunha. O Paraguay, porém, já tinha de facto vida autonoma, independente « de todo o poder estranho », na phrase adoptada, que tão mal souou aos ouvidos do autocrata bucnarensense.

de outros actos de hostilidade que lhe acarretavam sérios embaraços, entendeu Carlos Lopez, ao cabo de tres annos (4 de dezembro de 1845), dever declarar guerra ao dictador de Buenos Ayres.

No extenso manifesto que dirigiu « a todas as nações » — e de que estas não podiam ter conhecimento — fundamentando a sua deliberação, tomava por testemunhas da razão e justiça de sua causa « o mundo inteiro e a Providencia », esperando que esta « protegesse as armas do Paraguay, desse-lhe prosperidade e permittisse que a victoria custasse o menor soffrimento possível á humanidade. »

Entre os numerosos factos articulados contra o dictador de Buenos Aires, citava Lopez o de ter o ministro daquelle na corte do Brazil, D. Thomaz Guido, « protestado em 21 de fevereiro de 1845, contra o reconhecimento da independencia do Paraguay pelo gabinete imperial. »

Com effeito o Brazil tinha sido a nação que primeiro reconheceu essa independencia e acreditou representante junto ao Governo do Paraguay, sendo nomeado, por decreto de 16 de outubro de 1843, encarregado de negocios e consul geral naquelle Republica o Dr. José Antonio Pimenta Bueno (Marquez de S. Vicente). (35) Dahi nasceram as desavenças de Rosas comnosco, as quaes alimentadas por acontecimentos demais conhecidos, tomaram tal corpo, que fomos obrigados a ir até Monte-Caseros, para que terminassem.

Acceitando a alliança que se apressou em offerecer-lhe o governador de Corrientes, Madariaga, que tambem procurava subtrahir ao dominio de Buenos Ayres, Lopez, que parece já contava com isso, enviou logo á vizinha provincia « a primeira columna » de forças expedicionarias sob o mando do seu imberbe filho Solano, já então brigadeiro-general e general em chefe dos exercitos de terra e mar.

Essa força transpoz o Paraná ainda em fins do dito mez de dezembro, e mal tinha acampado na margem esquerda, que se propunha guardar, quando as tropas de Rosas, invadindo Corrientes pela fronteira do sul, bateram os *generaes* correntinos

(35) Dugraty diz que a independencia do Paraguay foi reconhecida pelo Brazil em 14 de setembro de 1844. Não tive como verificar a data desse acto do governo brasileiro. E' certo que houve demora na partida do nomeado, que seguiu de S. Paulo, por terra, para o Paraguay.

Consta, porém, por communicação feita por elle, de 14 de agosto de 1844, que já se achava installada a legação brasileira em Assumpção, o que quer dizer que já tinha sido recebido oficialmente.

Convém notar que em 1825 já tinhamos tido um consul em Assumpção, o conselheiro J. A. Corrêa da Camara, excepção unica feita por Francia ao systema de isolamento do Paraguay. Era tambem o Brazil a unica nação com que elle entretinha relações, havendo communicações de Itapúa e Candelaria para S. Borja e vice-versa, por intermedio dos commandantes dos postos militares ahi estabelecidos.

que a defendiam. Não se demoraram, porém, ellas ahí, e regressaram a Buenos Ayres, contentando-se com esse triumpho parcial.

Teve Carlos Lopez por melhor, tomando por pretexto as divergencias entre aquelles *generaes*, fazer recolher a sua « *columna expedicionaria* », que não tardou em passar o Paraná, ficando desfeita a alliança, apesar das reclamações de Madridiaga.

Procrastinou-se por demais o desfecho dos acontecimentos em Corrientes, até que, por fim triumphou o governo de Buenos Ayres. Foi então que a Carlos Lopez, que se havia conservado na maior quietação, confiado, quiçá, no amparo da Divina Providencia, afigurou-se a hypothese, possivel, mas pouco ou nada provavel, de ser aggreddido por parte de Rosas.

Tendo de preparar-se para a defesa, obteve pelo meio já dito que, em 1851, o Brazil mandasse ao Paraguay, para instruir suas tropas de terra e mar, dous officiaes do exercito e dous da armada.

Foram elles: o capitão Porto Carrero, considerado entre seus companheiras e perante seus superiores, como um dos melhores officiaes de artilharia, tendo por ajudante o 1º tenente Wilagran Cabrita, uma das victimas da guerra do Paraguay (36), e o 1º tenente da armada Soares Pinto (37), tendo por ajudante o 2º tenente Caminada.

Com o fim de impedir as communicações do Paraguay com o Brazil pelo Rio Grande, Rosas mantinha piquetes á margem direita do Uruguay, de modo que não foi sem difficuldades e riscos que os citados officiaes conseguiram ir de S. Borja a Candelaria, onde os esperava o coronel commandante do districto, que os conduziu a Assumpção.

Ahí foram acolhidos por ambos os Lopez, pae e filho, com a affectuosa distincção, que nunca soffreu queda durante todo o tempo que se demoraram no Paraguay.

A artilharia do exercito paraguay o constava apenas de seis baterias, ou 36 peças de bronze, de calibre 4, ainda dos tempos coloniaes, com as armas de Hespanha e inscripção da fundição de Carlos V, mas muito bem tratadas e conservadas.

Observou Porto Carrero que os artilheiros paraguayos, sob o commando do coronel Vallovera, tinham perfeito conhecimento, tanto da ordenança hespanhola, como da franceza,

(36) Morto a 10 de abril de 1866, na ilha da Redempção, em frente do forte de Itapirú, no posto de tenente-coronel, a que, havia pouco, tinha sido promovido. Redigia, em uma chalana, a parte do combate havido na noite precedente, em que o inimigo, em numero de 1.000, assaltou a ilha de que os brasileiros estavam de posse, tentando retomal-a e sendo repellido com grande perda, quando foi alcançado por uma bomba atirada do forte.

(37) Sendo um dos commissarios brasileiros na demarcação de limites com o Perú, no posto de capitão-tenente, foi assassinado a 10 de outubro de 1866, explorando o rio Jaquirana ou Jacurana, affluente do Javary, pelos selvagens que infestam aquella região.

chamada ordenança « Napoleão ». Todavia, attendendo á diversidade de condições topographicas e organização militar dos paizes platinos dos da Europa, indicou Porto Carrero varias alterações, assim no manejo das peças, como tambem no systema de viaturas.

A pedido de Solano Lopez, que assistia a todos os exercicios, reduziu Porto Carrero as suas modificações a escripto, ajuntando-lhes o que havia de mais pratico naquellas ordenanças e dando-lhes a fórma de uma nova instrucção, que foi muito apreciada e mandada pôr logo em execução.

Solano Lopez, intelligente e atilado, não dispanha, entretanto, de grande illustração. o que não era de notar, sendo ainda bastante moço; mas era avido de saber. Tinha em grande apreço os officiaes brasileiros, com os quaes se entretinha em frequentes colloquios, procurando informar-se das cousas e pessoas do Brazil.

Manifestava viva sympathia pelo Imperador, cujo, patriotismo e applicação aos negocios lhe eram conhecidos. Procurava esclarecer-se acerca dos melhoramentos que se iam operando no Brazil, cuja prosperidade parecia interessal-o.

Accessivel e urbano, attrahia pela sua amabilidade, trato delicado e maneiras insinuantes; « era uma dama, dizia-me Porto Carrero, menos com os seus subordinados em materia de serviço, em que se mostrava severo ».

Tinha gosto pela vida militar, mas não o seduziam, pelo menos dizia, os louros colhidos nos campos de batalha.

Achava a guerra sempre odiosa pelo consequente mal que acarretava aos povos, embora reconhecesse ser uma necessidade a que nem sempre as nações podiam subtrahir-se, e dahi tambem a necessidade de armarem-se e estarem preparadas para ella. Considerava barbaro o rigor das leis militares.

Adepto fervente da inviolabilidade da vida humana, comprehendia, não obstante, que o homem em collectividade, constituindo nação, ou individualmente, pudesse tirar a vida a seu semelhante em defesa propria. Não admittia, porém, a pena de morte, como um direi-o social.

Curiosa a applicação que depois deu a taes theorias !

Sympathico, de boa presença, de palavra facil, occupando na sociedade paraguaya a mais elevada posição, depois da do presidente, seu pae, não lhe faltariam aventuras galantes se as procurasse. Ao contrario, era Solano um moço morigerado, de quem, com verdade, se poderia dizer: *non castus sed cautus*. E ainda uma particularidade: abstinha-se de bebidas alcoolicas.

A sua moral e a sua philosophia resentiam-se do influxo que na infancia lhe transmittira sua mãe, respeitavel pelas suas virtudes, pelos seus sentimentos de piedade christã e fervor

religioso, de que ainda hoje dá testemunho a espaçosa capella, onde praticava seus deveres religiosos, na importante estância *Trinidad*, solar dos Lopez, á pequena distancia de Assumpção e da margem do rio.

Quantas afflicções não acharam alli consolo, quantas lagrimas não foram enxugadas pela illustre matrona e suas filhas, não menos compassivas do que ella!

A caridade e a compaixão pelas dores do proximo eram sentimentos communs nas senhoras da familia Lopez.

Tendo-se de executar algumas obras em Humaytá, de conformidade com o plano do general Bellegarde, foi Solano Lopez em companhia dos officiaes brasileiros assistir aos trabalhos e tambem aos exercicios militares que lá tinham de realizar-se, e installou-se em aposento commum com Porto Carrero. Comprehende-se a intimidade que esta circumstancia creou entre ambos.

Foi nessa intimidade em que viveram em Humaytá, nas longas palestras em que se tratava de tudo, sem reserva, sem calculo, *ex-abundantia cordis*, no abandono de uma convivencia e camaradagem de caserna, que Porto Carrero, a quem Solano chamava familiarmente *my maestro*, teve de apreciar-lhe a rectidão dos conceitos sobre varios assumptos e as idéas que se lhe iam firmando no espirito sobre administração e governo.

Admirava Porto Carrero os sentimentos elevados daquelle mancebo, a quem o vasto e grandioso futuro, que lhe estava reservado, não despertava outra preocupação que não a de ver a sua patria engrandecida e em paz com os povos vizinhos. E dahi ficou a Porto Carrero a convicção de que Solano Lopez, no posto supremo em que se achava e com a inteira responsabilidade do governo de seu paiz, jamais provocaria uma guerra com o Brazil, sem motivo muito imperioso que a justificasse.

A estima e consideração dispensadas a Porto Carrero por Solano Lopez foram, naturalmente, sendo partilhadas pelos que deste se approximavam, especialmente do seu estado-maior. Vicente Barrios era então alferes e ajudante de ordens de Solano, que o tratava com certo apreço. Nessa posição achou-se elle em constantes relações com Porto Carrero e habituou-se, mais que outros, a respeitá-lo e tê-lo em alta valia.

Conhecidos estes antecedentes, poder-se-ha avaliar a impressão que Barrios, coronel commandante de uma expedição de grande responsabilidade (e cunhado de Lopez), recebeu ao deparar-se-lhe na resposta á sua intimação a Coimbra para que se rendesse no prazo de uma hora, o nome de *Porto Carrero*, que ficara como uma legenda no exercito paraguayo!

Barrios, já impressionado com o exercicio de fogo que ouvira na vespera, fizera fundear a sua esquadilha tres milhas abaixo de Coimbra.

Ao partir de Conceição, contava achar aquelle forte desprovido, mal guarnecido, sob o commando de um capitão, e sem os precisos meios de resistencia.

Agora, afigurava-se-lhe, precisamente, o contrario. O forte estava bem guarnecido com artilharia e infantaria e á frente das forças achava-se um official cuja capacidade lhe era conhecida. Havia, além disto, um vaso de guerra no porto, conforme informara o emissario que lhe trouxera a resposta. (38)

Era evidente que o Brazil contava com aggressão e se preparava para repellil-a.

Até onde chegariam os elementos de resistencia de que dispunha Porto Carrero? Que força guardava Coimbra? Não podia sabel-o.

Aconselhava a prudencia que não arriscasse um ataque decisivo; e assim fez no primeiro dia. A artilharia, quer de bordo do *Anhambuy*, quer do forte, causara-lhe grande damno, e o fogo de fuzilaria fôra *incredible*. Maior motivo para maior prudencia e novas hesitações.

Nestas circumstancias, facilmente imagina-se qual o jubilo de Barrios ao saber que o forte havia sido abandonado. Restituiu-lhe este acontecimento o valor e a confiança com que seguiu sem demora para Coimbra.

Ahi fica explicada a origem commum de que fallei: a ida de officiaes brasileiros ao Paraguay.

Si isto não fôra, nem Porto Carrero ficaria na crença errônea de que não se daria o rompimento pronunciado pelo Barão de Jaurú, nem Barrios teria estacado a tres milhas de Coimbra, como, si transportado as éras mythologicas, tivesse diante de si a cabeça de Meduza!

Facto providencial, que permittiu que a guarnição de Coimbra pudesse retirar-se, não cahindo prisioneira do inimigo que, com certeza e como praticou em outros pontos, não deixaria com vida nenhum dos que a compunham! (39)

Já tive occasião de dizer que Solano Lopez, armado como se achava em 1864, com o maior exercito da America do Sul — pois que segundo os dados mais seguros não era inferior a 50.000 homens — não devia ter em vista sómente, como pensa o Sr. Barão do Rio Branco, ganhar fama militar para intervir nas

(38) O Jaurú tinha regressado para Corumbá, como já se disse.

(39) Não tinham os paraguayos por costume fazer prisioneiros. Schneider, referindo-se á expedição que partiu de Humaytá para atacar a esquadra brasileira em Reachuelo, conta por informação de testemunha ocular que «Lopez, assstindo a cavallo ao embarque, gritára para os soldados que lhe trouxessem prisioneiros; elles responderam: «Para que prisioneiros? Nós os mataremos todos e traremos a esquadra brasileira!» Com estas palavras ficou Lopez muito satisfeito e pareceu recobrar novo alento.»

questões platinas, embora então não pensasse em aggre-dir-nos desde logo.

Convém recordar que Carlos Lopez, preparando seu filho para substituí-lo no governo, mandou-o, na previsão de tal evento, viajar á Europa, para que se instruisse na sciencia de governar, conhecesse de perto o progresso das nações cultas e destas colhesse lições de que precisava, e, finalmente, experimentasse o contacto da civilisação moderna nos seus focos mais luminosos.

Dessa viagem voltou Solano Lopez com impressões bem diversas das que levava. Tornou-se todo outro, até na sua vida íntima. E' prova disso a impudencia com que se fez acompanhar de uma mulher apanhada nos cafés de Paris — esse um dos focos mais luminosos da civilisação — com desrespeito e affronta não só aos seus velhos pais, como á sociedade que um dia havia de governar, e para a qual o concubinato era até então inteiramente desconhecido!

O desejo de *ganhar fama*, muito menos innocente do que supõe o Sr. Barão do Rio Branco, não era sinão o effeito da ambição de dilatar os seus domínios que lhe tumultuava na mente.

O engrandecimento do Paraguay pelo lado do sul seria mais natural e estaria mais de accordo com os seus interesses politicos, porém de mais difficil realisação, do que ao norte.

Ora, ahí já existia a questão de limites com o Brazil, cuja solução não era de esperar que se operasse por modo pacifico.

Vimos, por occasião da missão Pedro Ferreira, como sobre este assumpto se pronunciaram os dous negociadores. Ao passo que o plenipotenciario brasileiro declarava que o seu governo « não admittiria a idéa de que o Paraguay fosse além do Apa », o plenipotenciario paraguayo, o proprio Solano Lopez, alludindo a Fecho de Morros, fazia sentir ao seu governo que o abandon das posições de defesa e segurança valia o mesmo que a Republica « entregar-se de mãos atadas a um visinho poderoso, não conservando mais que o fantasma de nação independente ».

Da intransigencia do Paraguay neste ponto já tínhamos tido uma amarga prova em 1850, isto é, no periodo das melhores relações entre os dous governos, por ter o Presidente de Matto Grosso estabelecido em Pão de Assucar (Fecho de Morros) um posto militar, sob o commando de um tenente.

Este facto causou grande impressão em Assumpção, e Carlos Lopez, presumindo não terem sido tomadas em consideração as reclamações que dirigiu ao ministro brasileiro naquella capital, mandou uma poderosa força expellir o destacamento alli estacionado.

Este não se retirou sem offerecer heroica resistencia. Jactavam-se, porém, os paraguayos, do triumpho que alli obtiveram.

« A intitulada victoria de Pão de Assucar, diz o Sr. Barão do Rio Branco, foi alcançada por 800 paraguayos contra uma

guarda brasileira de 25 homens, que se retirou combatendo (14 de outubro de 1850).»

Perdemos tres homens e os aggressores um official e oito soldados. O governo imperial contentou-se com as explicações dadas por Carlos Lopez, que era então nosso alliado. Em sua retirada o pequeno destacamento, commandado pelo tenente F. Bueno da Silva, foi protegido pelos indios Guaycurús, dirigidos pelos capitães Lixagota (40) e Lapagate, e pouco depois os mesmos indios, incorporados á guarda que sahira do Pão de Assucar, apoderaram-se por surpresa do forte paraguay denominado Olympto ou Bourbon.» (41)

O desagrado, senão irritação que exprimentou o governo imperial, pelo procedimento de Carlos Lopez, foi tal que, ainda ao cabo de cerca de seis annos, em 1856, nas negociações entabuladas nesta capital com Berghes, que já conhecemos, o plenipotenciario brasileiro, Conselheiro Silva Paranhos (visconde do Rio Branco) achou opportuno referir-se áquelle acontecimento nestes tempos:

« ... O presidente de Matto Grosso não entendeu bem as recommendações da legação imperial, e julgou que reduzindo aquella guarnição a 25 homens, satisfazia ao governo da Republica. O governo da Republica duvidou sempre, segundo se deve crer, de que o pedido da legação fosse attendido pelo presidente e mandou a expedição que teve o conflicto com a guarda brasileira. Eis, pois, como se deu o facto. Procedeu de um acto do presidente de Matto-Grosso, fundado sim em uma ordem do governo imperial, mas ordem antiga, que não tinha sido renovada, nem era intenção do mesmo governo imperial levar a effeito em taes circumstancias. Então achava-se pendente uma negociação entre os dous governos, a qual comprehendia o reconhecimento dos respectivos limites; e ia abrir-se a luta com o general Rosas, cuja causa ganharia com a divisão e rompimento entre os seus adversarios. Se não fosse estas circumstancias, o governo imperial não toleraria, como tolerou, o acto de força do governo da Republica; e o representante do Imperio em Assumpção, dando os passos conciliatorios que deu, não deixou de resalvar o direito do Imperio áquelle ponto e ao territorio que lhe é contiguo.»

(40) O mesmo que esteve em Coimbra, como ficou dito, á frente dos Cadinéos, tribu que é um ramo dos Guaycurús.

(41) Tratando deste acontecimento, diz Ferreira Martinho na sua *Noticia sobre a provincia de Matto Grosso*, o que segue, e mostra quanto os Guaycurús se interessavam pela causa do Brazil:

« ... enquanto estes indios, ás ordens do capitão J. J. de Carvalho vingavam a affronta feita ao destacamento brasileiro (a mais brilhante acção da provincia de Matto Grosso, pela resistencia tenaz que oppuzeram 25 homens contra mais de 400), um cacique da mesma tribu, o capitão Quidanañi, invadia por Miranda o Paraguay, e no Apa tomava aos aggressores gados, cavallos, etc. Estes factos deram logar a que o governo descançasse, e os cuyabanos se julgassem garantidos, por acreditarem que os Guaycurús sós poderiam repellar qualquer ataque do Paraguay. »

No ponto a que tinham chegado as cousas, sem uma transacção possível, a guerra seria a única solução da questão de limites. Era factó previsto desde longa data, podemos dizel-o.

No relatório do ministerio de estrangeiros apresentado ás camaras em 1853, dizia o respectivo ministro, Visconde de Uruguay:

« Fixanlo-se cada uma das partes em pretensões incompatíveis com as da outra, deliberadas ambas a não recuar; é impossivel um accordo e por isso durante seculos não poudé haver. Sómente a guerra poderia, não, desatar, mas cortar essas difficuldades. »

Por mais de uma vez fizemos preparativos nesse sentido.

A convenção Paranhos, de 12 de fevereiro de 1858, resolvendo a questão da navegação, em nada influíu sobre a de limites, cuja solução se antolhava, como dantes, cercada de riscos e perigos, que um dia haviam de produzir os seus effeitos.

Lopez, bem o sabia, e então para evitar que o Brazil, desembaraçado das questões com o Estado Oriental, se achasse em melhores condições para a luta, aproveitou a oportunidade e aggreliu-o, na bem fundada esperanza de colher vantagens com o que não poderia contar se a aggressão partisse do imperio. A razão porque assim procedeu é intuitiva.

O que foi aquella luta e o que ella nos custou, não cabe aqui dizel-o. Outro foi o fim a que me propuz e supponho ter preenchido — não sei se bem ou mal — : historiar a fundação do forte de Coimbra e os acontecimentos que dali dimanaram.

Por isso tambem deixarei do parte dous acontecimentos que tornaram notaveis dous logares que estão assignalados no mappa que organizei e de que fallei em principio,

Um desses logares, em territorio brasileiro, é a fazenda do Jardim, nas cabeceiras do Miranda; outro, em territorio paraguay, é Cerro-Corá, nas cabeceiras do Aquidaban.

No primeiro falleceram victimas do cholera, a 29 de maio de 1867, e ahí foram sepultados, o coronel de artilharia Carlos de Moraes Camisão e o tenente-coronel de engenheiros Juvenio Cabral de Menezes commandante e immediato da mallograda expedição que, operando pelo Sul de Matto Grosso, invadiu o Paraguay, e que constitue o assumpto da commovedora historia *Retirada da Laguna*, do Sr. Visconde de Taunay.

No segundo foi morto pelas armas brasileiras, no 1º de março de 1870, o marechal Francisco Solano Lopez, segundo dictador do Paraguay.

Este acontecimento, pondo termo á série de crimes e atrocidades inacreditaveis por elle praticados, poz igualmente termo á guerra.

Depois de tres annos e quatro mezes, em que estiveram de posse do forte de Coimbra, os Paraguayos o abandonaram em abril de 1868, desmantelando-o e levando a sua artilharia, munições e tudo quanto ahi havia que lhes pudesse aproveitar. Entre as peças, havia quatro de bronze de calibre 24, idas do Pará com destino ao forte do Principe da Beira, que tem sua historia especial. Omitto-a para não me alongar mais.

Hoje o forte de Coimbra, restaurado como foi, acha-se no estado em que o descreveu o Sr. tenente-coronel Jorge dos Santos Almeida.

FIM

OS INDIOS CAYAPÓS

PELO

Padre Desgenettes

Illmo. Sr. Tente. Coronel Antonio Borges Sampaio

Presado Amigo, Venho accusar o recebimento do seu presado favor (sem latta) que me foi entregue pelo Correo de 29 do passado mez de Novembro.

Agradeço-lhe em primeiro lugar o mimo delicado com o qual me honrou, o seu discurso pelo centenario da mais pura e mais nobre gloria do Velho Portugal, o insigne Epico Camões; nada me podia ser mais agradavel e por isto rogo-lhe que acceite os meus sinceros complimentos, pois que achou Camões no Amigo, um honrado e eximio apreciador de seu sublime estro.

Em segundo lugar, retribuo-lhe com Veras os seus bons desejos acerca de minha saude, desejando-lhe outro tanto e a S. Ex.^{ma} familia, comprimentando-o tambem pelo rico Netinho, que espero será continuador da honradez do Avô e de suas Virtudes.

Passo a responder ás suas indagações.

Os Cayapós, ao meu ver, bem como os Chavantes os Chariabas, os Cherentes, e outras tribus, que habitam desde as cabeceiras do Rio Araguaya, até a embocadura do Rio Solimão, bem como dos affluentes que vem enriquecer o grande Rio, são de uma só e mesma raça e t veram uma origem commun.

Em falta de provas evidentes sobre a origem desses povos dos nossos Sertões, inventarão-se varias opiniões; uns pretendirão que os restos dos troyanos escapando á ruina de Illion, vierão habitar a Atlantida, que suppoem ser a nossa America; outros suppuerão que depois da ruina de Carthago pelos Romanos, alguns Africanos vierão demandar novas terras e apportarão a America.

Houve quem se lembrasse de imaginar que as esquadras do Rei Salomão, vinham procurar as ribas Americanas, para d'ellas levar o ouro, com o qual se ornava o templo de Jerusalem.

Attribuirão aos Phenicios, o terem povoado á America, levados pelas correntes do Mar Atlantico, depois de se terem adiantado alem das columnas de Hercules.

Finalmente alguns se lembrarão das emigrações dos povos da Asia, e de colonias formadas na America, etc.

Para mim é esta a opinião a mais provavel, e si com effeito a Sciencia prova que a Asia foi o berço da humanidade, si hoje se demonstra que ella foi a povoadora das outras partes do Mundo, como não admittir que ella pudesse povoar uma terra apenas separada por algumas legoas no estreito de Bhering, e que provavelmente estava em remotas eras unida ao continente Asiatico?

O sublevamento dos Andes, que precipitou as agoas do oceano pacifico sobre as costas da Asia, e que me parece de recente data geologica, poudé interromper a communicação, e isto já quando a America era habitada pelos homens.

Esse grande abalo foi pouco sensivel na parte L'Est do continente Americano, que não participou ou pelo menos fracamente se ressentira do grande abalo que elevava uma das mais alcantiladas Serranias do novo Mundo.

Si me fosse licito dar uma data chronologica, a idade geologica, e o apparecimento dos trachystas, ao sublevamento dos Andes, eu dar lhe hia a de 1500 á 1600, da creação do mundo, segundo a chronologia Mosaico e corresponderia ao tempo do diluvio da Biblia

(O não se sujeitar á chronologia Biblica, não é uma prova de Heterodoxia, e hoje creio ter lido algures, que em nada offende os dogmas de nossa Santa Religião.)

Por occasião desse sublevamento, já podia a America ter os seus habitantes.

A maneira mais Segura de conhecer a que raça pertencem nossos Indios, e qual a sua origem, é pela comparação do typo, e pela comparação da lingua geral, deixando de parte os differentes dialectos derivados da lingua mãe ou primordia.

Ora o typo dos nossos selvagens, segundo as observações de Magalhães Gandavo, de Abbade Diogo Barbosa Machado, de Saint Hilaire e outros, é o typo Aziatico ou Mongolico, primeira probabilidade.

Remontando á uma era que distante de nós, cerca de quarenta seculos, não nos deixou um só monumento que nos possa guiar, reconhecemos como tudo que em tão remota antiguidade usavam os homens uma lingua fallada, que serviu de Mãe á todas as outras linguas antigas. Ora, si encontrarmos na lingua geral dos Indios, algumas semelhanças e ellas se encontrão com effeito, teremos uma segunda e forte probabilidade.

A lingua fallada na Asia, há quatro mil annos, era o Sanscrito, lingua sagrada hoje, a que sómente os sabios orientalistas podem descobrir e estular.

Ensaieemos, e tomemos alguns nomes da lingua geral. Indix, Significação, Sanscrito, Arícoará, Curaco do Dia (não veria da Kará nará Vá, cuja significação seria, o Heroe que sustenta os fortes, e que se applica com mais certeza a uma montanha, do que a significação que lhe dão os Autores em portuguez?

Pytangui, nome de cidade, não teria sua origem do sanscrito, Pytha, escola alta, crei que seduz? Há etimologias muito mais arriscadas,

Pára ou pirá, peixe, não teria sua etimologia no sanscrito? Pára que significa soccorro.

Pára-una, Rio de Minas Geraes, não seria uma natural derivação do sanscrito Pára-uda, que significaria soccorro das aguas?

Em uma carta não posso ser extenso e continuação por muito tempo a procurar raizes á etimologias as palavras terminadas em ná, na lingua Indica, são frequentes no sanscrito V. G. Itabaianá. Ita uná, Paca uná, Juru una, nomes proprios, tem suas congêneres no sanscrito em Tyrá ná, guerreiros rapidos, Sabha-ná, familia guerreira, Sakho-ná, excellentes guerreiros, e Juru-una não poderia vir do sanscrito Guru Mestre uma guerreira, e não seria um nome adequado á tribú dos Jurú-sunas.

Si eu tivesse tempo sufficiente, mostraria ao amigo que as linguas indias do Brazil, tem suas raizes no Sanscrito e não na lingua Ectará ou Esecualduna, como pretendeo Guilherme de Humboldt (*sic*).

O Grego, o Egyptico, o Hebraico, o latim, as nossas linguas modernas muito pedirão ao Sanscrito, e porque motivo não derivarão as linguas Indias da mesma fonte?

Que houve uma lingua primitiva, é um facto provado pela sciencia.

Si á essas probabilidades, juntarmos o que referem as tradições Indicas, acharemos mais um fio conductor.

Em uma de minhas viagens, encontrei-me com alguns Indios Chavantes em numero de onze, disse-me o cacique, que elles ião para o Rio de Janeiro, á pedir soccorros ao Governo.

Minha posição de Sacerdote, minha Vestimenta ecclesiastica inspirarão-lhes confiança, conversei com o chefe, que fallava o Portuguez.

Narrou-me elle, que em tempos mui remotos, os seus formavam uma grande nação, que tendo vindo do Norte, (elle apontava o ponto cardeal) tinham sido successivamente impellidos, por outras tribus, até chegar as praias do Tocantins, Araguaya, Maranhão, e outros rios, onde se estabelecerão, dividindo-se as familias e formando differentes ramos, ou troncos de outras tribus.

Essa tradição muito obscura, más transmittida de idade em idade, não nos descobre por ventura, a emigração de povos, que de marcha em marcha de Etape em Etape, impellidos por novos emigrantes vierão povoar as nossas florestas?

E por analogia, quando lemos a historia da Europa, não vemos nos durante seculos os povos asiaticas, lançarem-se sobre o continente Europeu por successivas emigrações, não poderemos julgar, não seremos authorisados a pensar, que o mesmo succedeo sobre o continente Americano?

Parece-me que sim! e eis uma terceira probabilidade.

Uma outra probabilidade, encontrar-se-há nas crenças d'esses Indios; com effeito elles acreditam na transmigração das Almas, diz-me o Chavante, que os cobardes e fracos, quando morrião tornavam a apparecer sob a forma de uma onça magra, que as frechas não podiam matar. Eis mais um pensamento cuja origem é seguramente Asiatica.

D'estes e outros raciocinios, d'essas probabilidades tirará a resposta á sua primeira pergunta.

Sou de Opinião, que nossos Indios, tiveram por primitivo berço a Asia, e que foram impellidos para o interior por migrações successivas, e que menos afastadas de nós do que elles, traziam á America povos mais adiantados em civilisação. Esta discussão fará o objecto de uma segunda Carta.

Desculpe-me os erros, escrevo a cada instante interrompido; não quiz demorar esta resposta que vae lançá-la *corrente calamo*, e sem preparação, porque não tenho tempo para rever o que lhe escrevo.

Poderá fazer d'esta o uso que quizer, e muito estimarei si for-lhe de alguma utilidade.

Sou como sabê seo Velho Amigo Padre Raymundo Henriques des Genettes.

Santa Luzia, 4 de dezembro de 1832.

Illm. Sr. Tenente Coronel Antonio Borges Sampaio.

Meu Velho Amigo — Vou agora estudar de que modo, por que maneira se originarão as differenças notíveis, que se observam entre as diversas tribus de nossas florestas.

A^a immigração que chamei Anti-Andiana, succedendo sem duvida para o Norte, uma immigração Groenlandesa com effeito talvez ainda estivessem unidos os antigos continentes, como parecem provar-o; 1.^a a semelhança e identidade dos animaes que povoam o Groenland e o Norte da America; 2.^a o typo dos Esquismós e o dos habitantes do Groenland; 3.^a a analogia da lingua fallada pelas tribus Americanas, e na lingua fallada no Groenland; 4.^a finalmente pelos mesmos usos e costumes e pelas mesmas crenças religiosas e superstições.

Ora nada mais bem provado do que esses pontos, que agora ventilo com o amigo.

Diversas viagens dos russos, 1.^a em 1648; 2.^a em 1741, sob o mando de Bhering e Tschirikow; 3.^a, depois em 1763 sob a direcção de Krenitzin, demonstrarão evidentemente o que expetti.

A terceira immigração trouxe ao Brazil o elemento Tartaro ou Mongolo, ainda bem patente segundo a opinião de varios sabios, e entre elles Jorge da Hora e S. Hilaire, esse typo se conserva na raça Botocula Naknanuk e outras, a aspiração da linguaagem fillada, os costumes nomados, as crenças religiosas veem

em apoio desse pensamento, e mórmente a configuração anatomica do craneo e da face, são esses os descendentes dos Aymorés e conservam os seus costumes ferozes.

A ultima Migração foi devida aos Phenícios, que abor-daram ao continente americano, pelo lado do este tendo passado o Estreito de Gibraltar; ou a correntesa do mar, ou os ventos contrarios, levaram suas náos ao continente americano, como as mesmas causas levaram Pedro Alvares Cabral ás costas do Brazil.

Apportarão no Golfo Mexicano, e alli civilisando os indios, os reuniram em uma forte nação, rechaçando as tribus que se oppunhão ao movimento civilizador, os monumentos que deixaram no Mexico, e que os conquistadores respeitãõ, gravãõ em caracteres inapagaveis a passagem ou estada dos Phenícios.

Esses monumentos comparados ao que se sabe de Tyr, de Sidon, de Carthago, revelam sua origem.

As leis ou os fragmentos de leis, que nos conservaram alguns dos barbaros conquistados, revelam um senso recto, um espirito philosophico, e idéas religiosas adiantadas, por outro lado a religião, os sacrifici-s, os ritos, nos fazem recordar dos sacrificios, dos ritos da moral dos Sidonios, tyrienses, e carthaginenses, salvo as diferenças de logar e de circumstancia.

A Revista dos Dous Mundos, publicou a este respeito bellissimos estudos, que datam de mais de 30 annos, mas que não me atrevo a citar de memoria, estando a minha bibliotheca ainda em Paracatú.

Vou mais longe, e acceitando idéas historicas mais recentes, creio piamente que alguns seculos antes da descoberta do novo Mundo, por Christovão Colombo, alguns pescadores ao norte da Europa, penetraram na America, deixo, po ém, á mais illustrados do que eu a discussão deste ponto, aliás interes ante, de estudos criticos. Eis como explicão-se as diferenças typicas entre os indios.

Vou aos Calapós:

— do nome — A chorographia historica do Brazil, de Mello Moraes, vol. 2º. pag. 244, dá ao nome Cayapó, a seguinte origem — Cúó — Máto — pórá habitador, dizendo que a significação das raizes reunidas, formaria o nome da tribu que reside nos mattos.

Declaro-lhe, que não concordo com o illustre autor do dictionario, Cayapó vem para mim de Cáá — Matto, yg — agoa — ápó — humida, afogadiço e pantanoso, terreno humido, pois ápó — tudo isto significa.

Devia ser Cáó yg ápó, do que se fez Cayapó, o nome dado ao terreno, passou para a tribu.

Vejamos se existe motivos para minha etimologia. Diz, a «Tribuna Livre», de 6 de novembro de 1880, n. 45, o seguinte:

« A expedição, que segundo já noticiamos, partira de Ja-
« taly ha pouco tempo em demanda das aldeias cayapós, explo-
« rou grande extensão de terreno desconhecido, descobrindo uma

« excellente região a povoar nas margens daquelle rio e os seus afluentes.

« A expedição atravessou o Araguaia em um passo, que fica 10 legoas acima da foz do Barreiros.

« O passo é tão estreito, que puderam lançar-lhe uma ponte de barranco á barranco com algumas linhas. O territorio que supõe-se occupados pelas arranchações permanentes dos Cayapós, é fechado pela Serra dourada, de um lado e do outro pelos rios Barreiros, Araguaia e Diamante.

« A' margem direita, fronteando com o territorio a cima indicado, acharam, da foz do rio do Peixe para cima, optimas terras de lavouras (em lingua india, Cáá) abundancia de agoas (em lingua india, yg), da boa qualidade, etc.»

Temos dous radicaes provados pela ultima exploração, ora, todo o paiz, que contem terrenos humidos proprios para produzirem, é chamado pelos indios — aipó — logo, julgo bem provada minha opinião.

Cayapó — ou Cáá-yg-apó significa terrenos humidos abundantes de rios e mattas, porque — yg — significa tambem rio — eis minha opinião.

Residencia — Os Cayapós habitam as cabeceiras do Araguaia, esse rio é por elles denominado — Araguaçuyg — e decompondo a palavra teremos — Ará — que significa sol, luz, dia — guaçu — que significa grande; e finalmente yg — que significa rio, agua — ou — Rio grande do Sol ou da Luz.

O seu territorio se estendia muito alem e a quem do rio, nos campos e matas, dos quaes uma parte pertence á provincia de Matto Grosso e outra á provincia de Goyaz, elles percorriam os campos desertos em busca de caça e dominavam sobre um territorio de mais de 200 legoas de extensão.

Os Cayapós, quando os primeiros descobridores entraram nas terras goyanas, não se mostraram inimigos dos recém chegados, tanto que solicitaram do conego Bueno, em sua segunda viagem á Goyaz pelo Tiété, que elles lhes dessem alguns adornos para suas mulheres, não se negavam á instrucção religiosa.

Quando, porém, se invadiram suas terras, quando virão os novos povoadores, afugentam-os á tiros de espingardas, reduzem seus filhos á escravidão; então nasceu em elles, esse odio contra nós, que se traduz em incendios, assassinatos e represalias muitas vezes ou quasi sempre sanguinolentas.

Os Cayapós não tem moradas conhecidas; sabe-se por intermedio de alguns daquelles, que se chegaram aos nossos fazendeiros para trabalhar nas roças, que elles tem grandes aldeamentos, ignora-se, porém, a sua situação e a ultima expedição não os encontrou felizmente, por que si os encontrasse haveria por certo grande carnificina.

E' opinião minha, que não dou como certa, que os Cayapós habitam nas florestas além do Araguaia e que se estendem até o interior da provincia de Matto Grosso.

Muitos delles entendem o portuguez, isto devido a alguns desertores que se acham entre elles, e á creanças por elles roubadas.

Pessoas muito idoneas e que se encontrarão com Cayapós desgarrados do grosso das tribus, asseverão por noticias que parecem exactas, que si se reunirem todas as aldeias dessa mesma nação, ellas forneceriam um contingente de 3.000 arcos, o que elevam a 10 ou 12.000 almas o numero dos Cayapós.

Creio esse calculo exaggerado.

O que me parece exacto é o seguinte; os Cayapós, que dominão o Rio Verde, Rio Bonito e Jatalhy, podem fornecer de 200 a 300 arcos, o que inculca uma população de 1.500 a 2.000 almas.

Outra aldeia que existe nas mattas da provincia de Matto Grosso, estrada de Cuyabá, dissem-me pessoas habilitadas, que podem se elevar á igual numero, ignora-se o que são os Cayapós do centro das florestas mais profundas, e que não chegam á falla.

Do exposto, podemos concluir: 1º, que são desconhecidos os logares dos aldeamentos; 2º, que o numero presumivel e mais approximado, não da nação, mas das tribus, pôde ser de 7.000 a 8.000 almas.

Religião — Os Cayapós não teem religião no sentido restricto da palavra, elles teem crenças, primeira, num ser superior a que alguns delles dão o nome de *Maurio*.

Ainda uma palavra de origem sanscripta, com effeito a palavra — Má — em sanscripto significa a lua, e em todo o Oriente tem esta significação, pergunto-me á mim mesmo si a palavra — uria — não viria igualmente do sanscripto *surya* ou *suria* — que significa culto, adoração.

Não sei, mas quanto mais estudo, leio e reflecto, tanto mais convencido fico, que houve uma lingua primitiva, que deu nascimento a todas as outras, e que fornece provas de uma origem commum á toda humanidade; 2º, á cerca da alma, creio que elles teem poucas idéas, elles apenas pensam, que o espirito dos homens máos se incorpora novamente, em corpos de animaes ferozes, como a onça.

Esta idéa é oriental, e foi trazida á Grecia por um homem chamado em sanscripto, *Pythá-guru*, o mestre de escola, de quem os Gregos, grandes plagiairos do Oriente, fizeram *Pythagoras*.

Ainda hoje no Oriente muitos creem na Metempsychose.

A superstição, a ignorancia, a favor dos phenomenos da natureza, eis o que notei nos Chavantes, Xeres, Botocudos, Puris, Coropós, Nakanuks e Chipotós com os quaes me encontrei.

Os actos por elles praticados, e que foram por alguns viajantes accetos como culto, nunca foram para elles ritos religiosos.

Recordo-me do tempo em que habitava Antonio Dias, abaixo no municipio de Itabira do Matto Dentro, em Minas, conversei muitas vezes com indios da tribu de Guido Prokrane, fallavão-me de um espirito máo *Nhanzone*, o demonio, e de um espirito bom, *tupó*, essas idéas foram lhes inculcadas, mas elles não tinham nem uma idéa a cerca de Deus e de sua providencia. Já lá vão 44 annos desses estudos sobre indios. Tudo quanto se disser em contrario é puro romance; e quando leio na chorographia historica, theologia dos indios, não posso deixar de sorrir.

A idéa de Deus, que passa por abstracta, é uma idéa complexa, porque comprehende a omnipotencia, a omnisciencia, a Eternidade, a Providencia, e todos os attributos que convem ao Ser Supremo; ora, as idéas dos indios, não passam além do seu horizonte intellectual mui limitado, e não podem formar em Ser a idéa de Deus.

Já vai longa esta carta, meia noite acaba de soar no meu relógio, boa noite, vou deitar-me, noutra lhe darei as informações que faltam.

Recommendo-me a S. Exma. familia, e dou-lhe um apertado de mão.

Seu velho amigo — Padre *Raymundo Henriques des Genettes*.

Santa Luzia, 10 de dezembro, 1882.

Illm. Sr. tenente-coronel Antonio Borges Sampaio.

Meu velho amigo. — Vou continuar a responder do melhor modo possível ás suas perguntas.

Pela minha ultima carta, já deve comprehender que os modernos Espiritas não têm o merito da invenção, e que nossos Indios têm alguma tradição da migração das almas.

Vou dar-lhe mais alguns detalhes. Os Coa-y-após ou Caiapós, em suas aldeias devem naturalmente conservar os usos e costumes dos outros indios, mas nada posso asseverar a respeito.

O que sei com certeza, é que em viagem elles indios dormem ao derredor de um fogo acceso, com os pés para o fogo, e de resupino, não usam botoques, como os Botocudos, adornam-se com pennas de passaros, e ungem o corpo com um oleo proveniente de uma palmeira, tingem-se com Urucúari, variedade do nosso Urucú, a fim de evitar as picadas ou ferroadas dos insectos; com pennas formam ornatos artisticamente preparados, os chefes usam da lança enfeitada com pennas, tem arco e flechas de diferentes qualidades, para a guerra, envenenadas para a caça de masseto para os passaros, ponteadas para veados, onças, etc., e em forma de serra, ou dentadas para a pesca, as flechas são envenenadas com o summo de Acayubá especie de Curare — ou Crurare do Amazonas.

Trazem orelhas furadas, e alguns o labio inferior, não é porém geral este uso, e quando acontece ornarem-se elles collocam pennas vistosas nesses pequenos buracos.

Os Caiapós são bem feitos, o peito largo e bem desenvolvido, o abdomen proeminente, os cabellos corridos, trazem-nos compridos, mas não até cair até a cintura como nossas senhoras, porém até cobrir o pescoço, tem os sentidos agudissimos, mormente o ouvido. Asseveram-me que o Caiapó presente o pisar da onça sobre as folhas, a vista é mui penetrante e á immensa distancia, quer nos campos, quer sobre as aguas elle distingue e conhece os menores objectos.

As pernas são delgadas, o angulo formado pelos ossos tibia e peroneo sobre o calcanhar, é agudo, elle pisa sobre a planta do pé com firmeza e corre com velocidade, os braços são nervosos.

As mulheres, são geralmente magras, e pouco agradaveis.

Ou pelo suor, ou por causa do oleo com que se unctam, ex-halam um cheiro forte e desagradavel.

Essas informações me foram dadas por um velho, antigo desertor que andou algum tempo com uma malote de Caiapós. Lazaro se chamava elle, mas asseverou-me, que nunca penetrou em suas aldeias, elles obedecem á um chefe ou capitão.

Contou-me mais, que ha entre elles alguns que trazem uma cruz pintada com espinho na cutis, o que daria a pensar que os Caiapós tiveram alguma idéa do christianismo dada pelos primeiros descobridores, e que seria facil a sua catechese.

Vou finalizar essas poucas informações das quaes fará o uso que convier o amigo.

Para melhor informar sobre as demais questões que me dirigiu, vou colher mais amplas informações, e do que souber lhe darei parte circunstanciada.

Creio poder lhe asseverar, que em breve lhe enviarei um ou demais typos.

Desculpe as faltas, eu lhe escrevi sem pretensão e ao correr da penna, muito se hão de resentir estas cartas da falta de tempo e de socego.

Adeus meu velho amigo, sou sempre de V. S. amigo affectuoso e obrigado servo. — Padre *Raymundo Henriques des Genettes*.

Santa Luzia, 16 de dezembro de 1882.



ESTUDO HISTORICO

Apontamentos sobre Paranaguá, cidade maritima no Estado de Paraná pelo socio Honorio Desio da Costa Lobo

Origem de Paranaguá.— A origem de Paranaguá é attribuida ás Bandeiras de exploradores que em 1500 se dirigiram de Cananéa para o Sul, as quaes, em canoas e pirogas, aportarão na Ilha da Cutinga e ahi deram principio a uma povoação, como se nota ainda pelos pilares e alicerces ali existentes que attestão esta verdade.

Mais tarde, porem, estando os mesmos exploradores em favoraveis relações de amizade com os indigenas que então occupavam a terra firme, em frente, na distancia de tres kilometros, para ahi se passaram, edificando definitivamente as suas habitações, despresando o primeiro lugar occupado. Esta povoação diminuta, como é de crer, pela sua população pela maior parte de indigenas, foi tomando incremento e em 1648 foi elevada á villa e neste anno installada a sua Camara Municipal, e em 1842, pela lei provincial da Assembléa Legislativa n. 5 de 5 de Fevereiro, elevada a cidade. Esta cidade está situada na margem esquerda do rio Ityberé, na parte meridional da terra firme, no alto de uma planicie elevada, arenosa e sinuosa, sobre argila fina, barro, formação de grés e terreno de alluvião, e não apresenta uma vista apparatusa ao longe para o viajante que se aproxima porque as grandes margens e mattos, como a ilha da Cutinga que fica a sua frente para o Nordeste, a occultam, sendo porem avistada logo que o mesmo viajante se acha na grande Bahia do mesmo nome, depois de ter passado a ponta da Cruz da referida Ilha da Cutinga, e isto pelo extremo norte da cidade por fazer ella frente para o rio Ityberé para o lado de leste. Não obstante, ella é aprazivel pelo panorama que se desenrola para o Norte ao lançar-se a vista para a grande Bahia que, pela sua profundidade e extensão, dá entrada aos navios que demandam o seu excellento porto ou ancoradouro e que dá communicação para a cidade de Antonina e de Morretes na extensão de 40 kilometros mais ou menos para o Noroeste com a de Guarakessaba ao Nordeste, na extensão de 52 ks. O seu aspecto, é attrahente e n'ella se nota, ha quatro annos para cá, um movimento commercial e de melhoramento até então com pouco desenvolvimento. As suas ruas são na direcção de Nordeste para Sudoeste e as transversaes de Leste para Oeste, sendo na parte antiga, tortuosas pelo defeito de serem aproveitadas pelos primeiros edificadores as elevações do

terreno sem o alinhamento e nivelamento necessários, sem regularidade de altura nos edificios, isto talvez motivado por falta de leis municipaes que estabelecessem um padrão a seguir; na parte nova, porem, as edificações são feitas nas condições exigidas pelo melhoramento. A cidade tem de comprimento 1.250^m e de largura 540^m; todas as suas ruas são calçadas e com passeios de um e de outro lado, cimentados na largura de 2 metros. É illuminada regularmente a kerozene das seis horas da tarde ás cinco da manhã, cujo serviço é feito por contractante, bem como o da limpeza geral que é feito diariamente, no transporte do cisco varrido das ruas e do lixo recebido das casas em horas convenientes determinadas no contracto.

É uma das cidades, cujo asseio muito se nota e muito concorre para que o estado sanitario seja, de dia para dia, melhor.

Sua posição geographica demora a 25°—31'—15" de latitude Sul e 5°—20'—13" de longitude ao Oeste do meridiano do Rio de Janeiro. Sua altitude varia desde zero a 8^m,882 millimetros acima do nivel do mar, tendo uma população de 8.000 habitantes, sendo a do municipio de 30.000 para mais, distribuidos por 32 quarteirões, dos quaes só a cidade comprehende 7.

Quadro Urbano.—A cidade conta no seu quadro urbano 880 casas terreas e 69 sobrados, sendo muitas de construcção moderna e elegantes e outras reformadas segundo o padrão estabelecido pela Camara em suas posturas; já não é o Paranaguá de 1850; porem, uma cidade que caminha nas raias do melhoramento, tornando-se, cada vez, mais digna de apreciação e do titulo de uma bonita cidade, quer pelo seu melhoramento, quer pela indole de seus habitantes, que, hospitaleiros e sociaes, captivam aos que n'ella chegam.

Os edificios publicos existentes no seu quadro urbano são: Federaes:—Alfandega, Capitania do Porto, Quartel de aprendizes marinheiros, Telegrapho, Quartel do exercito e fora delle Pharol e Fortaleza; municipaes: Cadeia, casas escolares « Faria Sobrinho » e Humanitaria Paranaense », Mercado, Barracão, Chalet do Peixe, Matadouro;—Estadoaes: Lazareto da ilha das Cobras, Lazareto do Rocio Grande;—Sociaes: Santa Casa da Misericórdia, Theatro Santa Cecilia, Club Litterario e Perseverança (Loja Maçonica).

A cidade possui um Cemiterio municipal, todo amurado e com extensão em quadratura sufficiente para a recepção de cadaveres.

O Matadouro é construido á beira mar no centro de um grande campo todo cercado a arame, com boa agua e bom pasto. Ali são abatidas quasi diariamente quatro e cinco rezes para consumo, além de animaes suinos.

A Fortaleza tem sido descurada na fortificação, de sorte que as peças acham-se mal montadas e sem os petrechos necessários para, no caso de guerra com o estrangeiro, servir de defeza segura do porto.

Porto de Paranaguá.— O porto da cidade do lado septentrional é o primeiro e o mais importante do Estado pela sua profundidade, pela sua extensão e pela facilidade que proporciona para carga e descarga dos navios ali ancorados, e do lado meridional só pequenas embarcações ali fazem o seu ancoradouro, porque se acha elle obstruido pelas areias arrebatadas pelas marés das ribanceiras existentes nas margens do rio Ibyberé ao sudoeste da cidade, as quaes ali depositadas teem formado grandes baixios que se augmentam, diminuindo a sua já pouca profundidade, que, ha cincoenta annos, dava entrada a grandes navios que n'elle ancoravam para carga e descarga no trapiche d'Alfândega e no caes da cidade.

O porto de Paranaguá pôde ser demandado por dois canaes, um ao Norte, outro ao Sul da Ilha e Banco das Palmas. O canal do Norte está marcado por uma boia pintada de branco collocada na ponta extrema do Banco das Palmas ao rumo N. E. e o canal do Sul marcado por uma boia encarnada collocada na ponta extrema do mesmo Banco ao rumo do S. E. O canal do Norte é mais estreito, menos procurado e mesmo menos conhecido pelos navegantes, tem ao longo d'elle as lages do Itacolmi marcadas por uma boia pintada de preto.

O canal do Sul, por onde geralmente ou communmente se faz a navegação, além da boia de entrada, tem ao seu longo, ainda fóra da barra, uma boia marcando um casco submergido e depois da entrada tem duas boias, uma preta e outra branca, quasi em frente a Fortaleza, por entré as quaes se faz a navegação que marcam as lages da Bahia e do Ipanema. O canal do Norte tem na baixa-mar seis metros de profundidade, fundo que vai gradativamente augmentando até o porto de D. Pedro 2º até vinte metros de profundidade. O canal do Sul, mais largo e mais fundo tem na baixa-mar oito metros de profundidade, que, pela mesma forma, vai augmentando até o porto do D. Pedro 2º.

Este porto é o porto natural do Estado, forma uma grande bacia com bastante fundo até mesmo junto ao caes ou pontes construidas pelas companhias Franceza, S. Paulo—Rio Grande, Paraná Industrial e por negociantes importantes d'esta cidade, onde os paquetes e navios a vela atracam para carregar e descarregar. N'elle deve se construir a nova Alfândega, cujo local foi escolhido pelo Engenheiro Dr. Tobias Tel Martins Moscoso, commissioado para esse fim pelo Ministerio da Fazenda, e desapropriado pela Camara Municipal e por ella offerecido ao mesmo Ministerio, que o acceitou. Distá da cidade dois kilometros e é por elle que as casas commerciaes mais importantes fazem o embarque ou desembarque de generos e onde teem grandes armazens de deposito de herva-matte e de madeira.

Neste porto, ponto inicial de partida da Estrada de Ferro da Companhia Franceza des Chemins de Fer Brésiliens, foi construido pela mesma Companhia Franceza um molhe de pedra, que, impedindo a correnteza das aguas, no fluxo e no

refluxo das marés, tem diminuído a profundidade d'este magnifico ancoradouro, pelo que urge que o Governo Federal mande demolil-o, afim de evitar que o baixio se prolongue, o que já está se dando no lugar que é fundeadouro de quasi a totalidade dos vapores e dos navios a vela que aqui aportam.

E', por enquanto, improficua a fiscalisação aduaneira, por ser a velha Alfandega, já condemnada, situada na cidade de Paranaguá á margem do rio Ityberé, cujo pequeno canal, como já disse, quer em largura quer em profundidade não comporta senão pequenas embarcações do trafego do porto, em consequencia das obstruções que, de dia para dia, augmentam pela accumulacão de areias que a correnteza das aguas ali deposita.

Do Porto de D. Pedro II á Antonina, n'uma distancia de dez milhas é o canal todo balisado por meio de nove boias e cinco balisas. Este canal vai gradativamente diminuindo de fundo, sendo, em sua entrada, ao sahir do Porto de Pedro II, de oito metros de fundo e não tendo mais de tres metros o pequeno fundeadouro em frente á cidade de Antonina. Do Porto de Pedro II para Paranaguá existem dois canaes:—o da Cutinga e o Furado;—o da Cutinga, si bem que um pouco mais longo, é mais largo e mais profundo, e o do Furado, como o nome indica, não passa de uma pequena abertura feita pelas aguas, pelo qual pequenas embarcações fazem a navegacão, encurtando assim a sua viagem. Ambos estes canaes são balisados por meio de balisas de ferro com bandeirolas, em sua parte mais superior e estendidas ao longo d'elles de um e de outro lado. Estes canaes podem ser muito melhorados si um serviço, em regra, de escavacão for ali executado, trazendo para Paranaguá um melhoramento de grande alcance e de que tanto necessita.

Para a boa ordem e regularidade do serviço de praticagem á navegacão, foi organizada pela Capitania do Porto uma associacão de praticos que facilitem a entrada e sahida dos navios á vela e dos vapores pela barra ou desta para o ancoradouro da cidade de Paranaguá e deste para a barra ou desta cidade para Antonina.

Esta associacão é composta de um Patrão-mór, um ajudante, doze praticos e um praticante, os quaes teem prestado bons serviços á navegacão, sob a vigilancia do Capitão do Porto e conforme as obrigações estabelecidas para esse serviço. Não obstante, a formacão desta associacão parece inconstitucional desde que tolhe a liberdade de profissão, sendo vedado ás pessoas, que, embora tendo carta de pratica e não fazendo d'ella parte, exerçam essa profissão, ocasionando este facto serios prejuizos á navegacão, especialmente entre Paranaguá e Antonina e do Porto de Pedro II á Ilha da Cutinga.

Apenas dous fazem parte da associacão ou Companhia de praticos, e cinco mais, tidos como aptos par esse serviço pela pratica adquirida de muitos annos, como pela confiança que merecem, não teem a permissão de fazer a praticagem.

Além disto, este serviço resente-se da falta de embarcações apropriadas, não só para sahir barra fóra, como para o de soccorro, quando preciso. Falta esta que também nota-se na Capitania do Porto, que apenas tem um bote e uma lancha á vela, sem ter uma embarcação apropriada para attender ao serviço conveniente e regularmente, no caso de soccorro, ou de sinistro na barra, cujas providencias devem ser promptas.

A navegação reclama a collocação de uma boia no canal do Norte que foi arrebatada pelo mar, cuja falta é muito sensivel.

Clima. — O clima de Paranaguá é temperado e a salubridade excellente nos mezes de maio á janeiro, tornando-se menos sadio nos de fevereiro, março e abril, devido ao grande calor e falta de recursos hygienicos, tempo em que se desenvolvem as febres paludosas chamadas intermitentes, sob diversas formas, e algumas vezes com caracter typhico e desyntherico. Na estação quente do fevereiro á abril, e mesmo antes, pernicioso seria o estado sanitario si a temperatura não fosse suavizada constantemente pela viração de Nordeste, das 11 horas da manhã em diante até ás 6 horas e mais da tarde, e pelo vento do Oeste, chamado « Ferral », durante a noite até ás 8 e 9 horas da manhã, como pelas trovoadas quasi diarias, á tarde, que destróem os miasmas accumulados na atmosphera. Este facto concorre muito para que o estado sanitario seja excellent e apreciado.

Prezume se que estas molestias reinantes na estação calorica são devidas á existencia de aguas pluvias estagnadas em banhados para a parte Oeste da cidade, cujos esgotos ainda não são sufficientes para o seu escoamento para o mar.

Os esgotos se fazendo de um modo regular e havendo abundancia d'agua para o asseio das habitações, certamente, tornar-se-ha muito mais saudavel o clima de Paranaguá.

Por mais de uma vez a cidade de Paranaguá tem sido acommettida por molestias epidemicas importadas de Santos e do Rio de Janeiro, grassando com intensidade e povoando o Cemiterio com muitas victimas. Mas, felizmente, a força de vontade e de dedicação das autoridades municipaes e dos Chefes de Saude do Porto, no cumprimento de seus deveres para bem servir o municipio, taes providencias tem empregado que a febre amarella como outras pyrexias não teem tomado força e desapparecem dentro dos mesmos tres mezes, tornando de novo a cidade ao seu estado normal.

A primeira vez que a febre amarella appareceu em Paranaguá foi a 12 de março de 1852, anno em que grande foi o numero de victimas que baixaram á sepultura. Dahi para cá tem visitado esta cidade com mais ou menos intensidade ou grassamento nos annos de 1856, 1862, 1878, notando-se entretanto alguns casos importados nos annos seguintes.

Abastecimento d'agua. — A cidade de Paranaguá é abastecida actualmente pelas fontes de alvenaria pertencentes á Camara Municipal; situadas: a primeira na baixada entre o

Campo Grande e o rio Itybiré, outr'ora chamada « Fonte do Doutor » por ter sido mandada fazer pelo Dr. Antonio da Costa Rosa, na parte Sul, e outra também em uma baixada dentro de uma quadra, proxima ao leito da estrada de ferro. Naquelle observa-se que as aguas são filtradas pelo planalto do Campo Grande sobre um raio de 500^m a 800^m, e nesta também são recebidas as aguas em filtramento de sulcos sinuosos de terrenos baixos que actualmente ainda existem cobertos de mattas na parte Oeste da cidade.

A Camara Municipal, no empenho de trazer para a população da cidade um melhoramento, cuja falta é muito sensível, contractou um estudo circunstanciado sobre o abastecimento d'agua á população, trazida por canalisação do rio Miranda na Serra da Prata que demora a 20 kilometros mais ou menos. Este estudo foi apresentado á Camara que o submetteu a apreciação do Secretario de Obras Publicas do Estado para dar o seu parecer, como de facto o fez, approvando-o. Este documento existe na repartição technica da Camara para esclarecimento dos proponentes que se apresentarem para a realização desse serviço, pelo qual, segundo o volume d'agua do referido rio Miranda, será a cidade abastecida d'agua, sendo na estação secca por 729 litros por segundo e na chuvosa por 2.496 por segundo.

Tambem existe na mesma repartição um estudo completo com o respectivo orçamento para o serviço de esgoto de materias feaes e aguas pluvias.

E acaba de ser apresentada á Camara uma proposta para illuminação publica e particular da cidade, que pende de estudo.

Melhoramento. — Notam-se na cidade : uma linha de bonds á vapor, os quaes se empregam na condução de cargas para a Estação da Estrada de Ferro da Companhia Franceza e que fazem trajectos, em um ou outro dia, da cidade ao povoado do Rocio Grande passando pelo porto de D. Pedro II ; tres hoteis bastante concorridos ; 5 Restaurantes ou casas de pasto onde se recolhem pessoas de classe inferior ; muitos estabelecimentos commerciaes, entre elles, alguns de grande escala, quatro jardins á expensas da Camara Municipal, em cujo asseio, afumoseamento e conservação são empregados dous zeladores ; uma estrada de rodagem, que, partindo do Campo Grande, vae terminar nas colonias ao sudoeste ; dous collegios municipaes subvencionados pelo Governo do Estado, que funcçãoam nas casas escolares « Faria Sobrinho » e « Humanitaria Paranaense ; um azylo que acaba de ser construido por donativos no lugar denominado Campo Grande, ao Sudoeste da cidade, cuja architectura moderna e com gosto apresenta um aspecto que attrahe os olhares dos que pelo mesmo Campo passeiam. É um edificio feito á propósito, com as accomodações precisas para o fim a que é destinado.

Nomenclatura de progresso. — Paranaguá possui uma alfandega, uma cadeia, cinco escolas publicas e uma municipal nocturna e tres particulares ; um cemiterio municipal e dous antigos, sendo um ao lado da Igreja da Ordem Terceira e

outro ao lado da Matriz que está sendo convertido em jardim pelo Padre Sebastião Gastand, vigário da Parochia: nestes, ha annos não se enterram cadaveres por serem dentro da cidade, o que é feito n'aquelle onde existem notaveis mausoleos; duas estações, sendo uma da Estrada de Ferro e outra da Empresa de Transportes; um deposito municipal para mercadorias e vinte particulares de generos e de madeira; um theatro; um mercado muito concorrido e farto, cuja construcção está nas condições exigidas para o fim a que é destinado; um Hospital com o nome de Santa Casa de Misericordia; um telegrapho federal; uma loja maçonica benemerita capitular denominada « Perseverança », que funciona em edificio proprio (sobrado) com as repartições exigidas para os fins á bem dos quaes trabalham os seus pedreiros livres; quatro clubs: Republicano Recreativo, Republicano Paranaguense, Operario e Litterario que funciona em edificio proprio e possui uma bonita e proveitosa bibliotheca e espaçosos salões, mobiliados e ornamentados com luxo e gosto, o qual conta 253 socios que o frequentam regularmente; uma Capitania do Porto e um quartel para aprendizes marinheiros, presentemente desoccupado por terem sido estes, por ordem do Governo Federal, recolhidos á Florianopolis; uma Inspectoria de saude; uma Collectoria; vinte e uma casas de commissões e de importação; duas typographias; um estaleiro para construcção naval; um deposito municipal para mercadorias com um bom guindaste para descarga; dez armazens mixtos; dezeses lojas de fazenda; cincoenta e seis de seccos e molhados; uma pharmacia; duas livrarias; uma bijouteria; oito padarias; duas officinas de funileiros; cinco alfaiatarias; dous luhares; duas confeitarias; quatro sapatarias; dous armarinhos e modas; cinco barbearias, sendo duas com perfumarias; duas relojoarias; tres ferrarias; duas tamancarias; uma serralheria; uma fabrica de café á vapor; uma fabrica de sabão e velas de sebo; uma fabrica de velas de cera; uma fabrica de vassouras; duas fabricas de fogos artificiaes; duas de aguas gazozas; uma agencia de correio; cinco agencias de vapores; doze consulados; uma fabrica de polvora; tres mercenarias; um cortume; duas fontes de beber; duas lavanderias; uma escola nocturna para adultos a expensas da Camara; sessenta e oito carros de conducção de carga para a Estação da Estrada de Ferro; quatro vehiculos particulares puchados á dous cavallos; um corêto no centro do Campo Grande; duas chatas para deposito de mercadorias; tres sociedades Carnavalescas; uma recreativa, organisaada por jovens solteiras, denominada « Brisa da Marinha »; um Hiate, botes, lanchas a vela e á vapor e uma sociedade Protectora das Familias.

Profissões. — Dous dentistas; um constructor naval; doze barbeiros; sessenta pedreiros; cento e trinta e seis marítimos; trinta e seis fogueteiros; vinte e cinco marceneiros; quarenta e cinco carpinheiros; cento e sessenta e oito negociantes; cento e quinze empregados do commercio; oito pintores; oito empregados da Estrada de Ferro; um pharmaceutico; oito taman-

queiros; um confeiteiro; cinco funileiros; quinze padeiros; dezeseis alfaiates; tres medicos; quatro enfermeiras de caridade; dez professores; seis ferreiros; um advogado; dous padres; tres marchantes; tres relojoeiros; uma florista; vinte e cinco engommadeiras; quinze sapateiros; tres agrimensores; oito typographos; quatro telegraphistas; um magistrado; tres Juizes Districtaes, um engenheiro municipal; um medico municipal; dezeseis empregados municipaes; trinta e oito federaes e vinte e seis estadoaes; setenta carroceiros; quatro cocheiros; dous machinistas; um serralheiro; tres empreiteiros de obras, segundo o recenseamento feito em 1896.

Povoados. — Dous são os povoados; Porto de D. Pedro II e Rocio de Nossa Senhora. Aquelle possui 30 casas terreas, uma estação da estrada de ferro, seis armazens grandes e um barracão da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, e seis pontes de embarque e desembarque; uma padaria; uma ferraria; uma carpintaria e algumas casas de negocios e officinas mais. Este conta vinte duas casas e uma Igreja com a invocação de Nossa Senhora do Rocio, para a qual ha uma devoção fervorosa, não só dos habitantes desta cidade de Paranaguá, como dos do Estado e de fóra delle.

Exportação. — Paranaguá exporta em grande quantidade herva-matte preparada em engenhos estabelecidos em serra acima, madeira, phosphoro e outros generos.

Igrejas. — As igrejas são: Matriz, cuja Padroeira é N. S. do Rozario, S. Benedicto, Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia e Senhor Bom Jesus dos Perdões.

A igreja matriz é a mais antiga e segundo algumas opiniões ella foi erecta em 1578, tendo depois passado por concertos e reformas em diferentes epochas.

A do Senhor Bom Jesus dos Perdões foi feita pelo devoto Protector José da Silva Barros, em 1712, apenas como Capella, o que deu causa a ser chamada a rua hoje Marechal Deodoro — rua da Capellinha. Passou tambem por uma reforma e hoje está sob a direcção da Irmandade da Santa Casa de Misericordia.

Rios. — Os rios do municipio são: Grangussú, Maciel, Pequemerim, Corrêa, Almeidas, Emboguassú, Imbocuby, Ribeirão, Riosinho, das Pedras, Bugueira, Medeiros, das Ostras, Itynga, Ityngussú, Nacar, Ityberê, Pombas, Miranda, Santa Cruz e outros de pequena capacidade d'agua, que desaguam no mar ou em outro rios. Os rios Maciel, Pequemerim, Grangussú, Ribeirão tem a sua nascente na serra da Prata, sendo as aguas deste augmentadas pelo rio Miranda e Santa Cruz. Riosinho, Itynga e Ityngussú nos altos morros denominados «Feiticeira», sitos no lado direito ou septentrional da Bahia de Paranaguá. e os demais são de pouca capacidade d'agua na sua origem, mas augmentada pelas enchentes das marés.

Nenhum atravessa a cidade e são uns proximos della e outros distantes

O maior e mais importante, quer em largura, quer em profundidade, quer em extensão, é o Grangussú,

Tem a sua nascente na serra da Prata e a sua foz na bahia dos Papagaios, onde elle desagua, ao sueste da cidade. Navios de alto bordo já teem ido nelle carregar madeira de lei de que abundam as suas margens. Nos mais apenas navegam pequenas embarcações, quando não somente canoas.

As suas margens são povoadas por habitantes que se empregam na lavoura, no tiramento de madeira e na pesca.

O rio Miranda é o manancial destinado para o abastecimento d'agua á cidade. Este rio junto á sua origem tem uma grande e pittoresca cachoeira d'agua que recreia a vista pela sua belleza.

Serras. — Para o sudoeste da cidade, na distancia de 24 kilometros, existe uma grande serra muito elegante pela sua posição e pela sua altura, denominada «Serra da Prata» por terem nella os primeiros habitantes de Paranaguá feito explorações de minas de prata ali existentes, a qual, em cadeia de montanhas se prolonga para o noroeste, tomando nomes e formas differentes e formando um semi-circulo, dentro do qual estão situadas as cidades de Paranaguá, Morretes e Antonina e a villa de Porto de Cima, e para o sueste, extremo da mesma, a villa de Guaratuba. Na frente desta serra está collocada a cidade de Paranaguá e entre esta e a serra existe uma linha de pequenos morros que são denominados «Mamotes» — E' curioso e notavel o aspecto que apresenta esta serra para o lado da cidade de Paranaguá, porque desta o espectador observador tem o prazer de ver a forma elegante e bem pronunciada de um grande gigante deitado de costas, tendo os pés para o sueste, os joelhos um pouco elevados e a cabeça para o noroeste e sobre ella uma especie de capacete. E' uma das serras, que o navegante, á muitas milhas fóra da barra, avista como que sahindo de dentro d'agua ou da terra e crescendo a proporção que elle se approxima da barra.

Esta serra não tem habitantes senão nas suas proximidades, onde estão collocadas as colonias Santa Cruz, S. Luiz, Maria Luiza, Quintilha, Taunay, Pereira e Alexandra.

Ilhas. — As ilhas são: Cutinga, das Cobras, onde existe um lazareto para o recebimento e tratamento dos doentes desembarcados dos vapores e dos navios á vela aqui aportados com carta suja. No seu ancoradouro fazem quarentenas, durante o tempo de epidemia em Santos e no Rio de Janeiro, uma vez sejam dali procedentes. Ilha dos Papagaios, Jereré, Alamym, Guararema, Raza, do Mel, do Teixeira, das Pedras, da Gamella e Palmas. As ilhas Guararema, Palmas, Jereré, Papagaios e Gamella não são habitadas, todas as mais o são por moradores que se entregam á lavoura ou a pesca. As das Palmas que se dividem em duas são as sentinellas avançadas na entrada da barra do norte, onde aportam pescadores que ali vão exercer a sua profissão para o sustento de suas familias; e as mais são situadas na grande bahia. As da Cutinga e do Mel são as maiores e mais povoadas; aquella é montanhosa e esta plana, tendo os morros da Balça em que está edificada em um lado a Forta-

leza, praça de segurança do porto onde sempre está um destacamento commandado por um official.

Mais para o sueste o morro das Conchas onde está o pharol, e o da Prainha em seguimento daquelle para o rumo de sul, cujas bases são banhadas pelo mar.

Junto ao morro da Conchas existem os restos do vapor Rio Branco que, trepando em cima de uma pedra, foi destruído pelo mar.

Lagos. — No municipio não ha lago algum, nem cabos porém sim as pontas da Cruz, da ilha do Mel, da Prainha, das Conchas e do Bicho, do Teixeira, de Pyassaguera, do Pasto e da Ponta Grossa que divide este municipio do de Antonina.

Curiosidades. — Ha a notar-se a existencia de uma gruta natural na Ponta da Prainha, parte meridional da ilha do Mel, com frente para leste, da qual a entrada, em occasião de marés cheias, é interceptada pelo mar e perigosa a visita á ella pelo embate das ondas nesse lugar. Não obstante, corajosos visitantes já tem nella penetrado, admirando essa obra da natureza.

Além desta ha uma outra no morro da Fortaleza, porém, sem regularidade e sempre cheia d'agua ahi depositada pelas chuvas e por isso denegrida e cheia de miasmas, e uma outra no terreno do Nacar, propriedade do coronel João Guilherme Guimarães, onde existem estabelecimentos de beneficiar arroz, fazer telhas e tijolos, montados convenientemente pelo systema moderno; é um lugar este aprazível, com muito boas terras de plantio, mattas virgens de madeira de lei, porto de mar, campo para gado, tendo além da casa de moradia, muitas outras para accommodação dos trabalhadores. O visitante que dali se approxima parece ter diante de si uma povoação.

Industria. — A sua industria consiste em um costume de preparação de couros, fabrica de sabão e velas de sebo, de cera, de fogos artificiaes, do vassouras, de polvora, de cal a vapor, de aguardente, de telhas, de tijolos, de louça de barro e de outras.

Contam-se no municipio de Paranaguá uma fabrica de cal a vapor, dous engenhos de beneficiar arroz, vinte fabricas de aguardente, dez olarias e muitas fabricas á animaes ou manuaes para o preparo de farinha de mandioca, de milho ou fubá, além de outras diversas já mencionadas.

Lavoura. — A lavoura consiste na plantação de canna, café, arroz, mandioca, milho, feijão, batatas, bananas, cereaes, fructas diversas, hortaliças e legumes, cujo producto é mais para o consumo que para exportação, aliás muito diminuta.

Estações da Estrada de Ferro. — A Companhia Franceza des Chemins de Fer Bresiliens possui neste municipio tres Estações, sendo uma na cidade, onde foi assentada a primeira pedra de sua inauguração pelo Sr. D. Pedro II, em 1881, na occasião de sua visita ao Paraná com a Familia Imperial, outra no Porto de D. Pedro 2º e uma terceira na Colonia Alexandra, na distancia de 16 kilometros. Todas são bem construidas; porém pequenas e sem as accommodações precisas para passageiros e para carga, cujo movimento é notavel.

A chegada do trem nesta cidade é ás 11 horas e 35 minutos e a partida para Curitiba a 1 hora da tarde, chegando ali ás 6 1/2 horas da tarde.

Estradas. — A unica estrada de rodagem que tem o municipio de Paranaguá é a que se dirige da cidade para as Colonias Italianas que demoram no sudoeste nas proximidades da serra da Prata, e esta mesma precisa de reparos e de aperfeiçoamento.

De Paranaguá para a cidade de Morretes a estrada só permite viajar-se á cavallo ou a pé, e isto mesmo com difficuldade pelo estado pessimo em que se acha em muitos pontos que reclamam providencias para o seu concerto.

Camara Municipal. — Tendo a Camara Municipal abandonado o seu edificio proprio, á rua Quinze de Novembro, começado a levantar em 1721 e cuja construcção durou muitos annos por difficuldades que se deram naquelle tempo e augmentos ao primeiro edificio, em diversas epochas realisadas, por não conter elle as accomodações para as suas repartições officiaes e não ser decoroso a tão illustre corporação funcionar em um logar em contacto com as prisões de criminosos estabelecidas na parte terrea do mesmo edificio, donde, muitas vezes, ouviám-se vozes alteradas e palavras obscenas que interrompiam os trabalhos, resolveu ella fazer as suas sessões no sobrado, á rua General Carneiro, de propriedade de Caetano Gomes Henrique, passando mais tarde a occupar o dos herdeiros do Dr. Manoel Euphrasio Correia, e ha dous annos finalmente o palacete dos herdeiros do Visconde de Nacar. Neste palacete, em 1881, hospedaram-se a Familia Imperial quando veio ao Parana em visita e mais tarde tambem o bispo de S. Paulo D. Lino Deodado Rodrigues de Carvalho e suas comitivas, que ahi foram recebidos com toda cortezia e amabilidade pelo proprio Visconde de Nacar e sua familia.

Ja se vê pois que o edificio em que presentemente funciona a Camara Municipal contem todas as commodidades precisas para os misteres dessa Illustre Corporação da qual depende o engrandecimento do municipio e o bem estar dos seus habitantes.

A Camara de hoje não é a Camara de alguns annos atraz, ella tem melhor comprehendido a necessidade de reformas precisas em suas repartições para bem attender ao expediente que muito se tem augmentado. Hoje, o edificio da Camara representa uma verdadeira repartição subdividida em Prefeitura e Secretaria, Thezouraria, Camara, Jury, Archivo, Aferição, Gabinete do Presidencia e Repartição Technica, todas devidamente accomodadas e ornamentadas com todo asseio detudo quanto é preciso para as exigencias do serviço de uma repartição em ordem para o seu expediente, e convenientemente mobiliados e preparados para os fins que lhes são proprios. Pelo que se póde dizer que a Camara de Paranaguá é uma das primeiras pelos seus feitos, pelo asseio, pela boa ordem e pelo ornamento e decoraçáo do edificio onde faz as suas sessões, apreciado por todos que o visitam.

O seu património em bens de raiz é avaliado para mais de 200:000\$ e as suas rendas annuaes tem subido a mais de 130:000\$000.

Esta illustre corporação tem, no camprimento dos deveres que lhe foram delegados pelo povo paranaguense, sabido curar dos interesses municipaes para a prosperidade do municipio.

No poder executivo é Prefeito o cidadão coronel João Guilherme Guimarães, moço activo, de facil expediente, honrado e amante do progresso de seu paiz, do que tem dado exuberantes provas. Elle, certamente, pelos desejos nobres que o caracterizam teria transformado o municipio de Paranaguá em um jardim de flores aromaticas e preciosas, si as rendas municipaes fossem bastantes para acudir ao que é preciso, para attender ás exigencias que reclama o melhoramento de Paranaguá. Esta cidade muito lhe deve e delle ainda muito espera, porque o seu trabalho e os seus bons desejos para o engrandecimento do municipio não cessam. Si pelos orçamentos da Camara tem direito a quantia de 6:000\$ annuaes, desta não tem se utilizado de um centil, e sim distribuido por obras pias e serviços da Camara. Tal é o amor que tem pela instituição e pelo municipio para o qual deseja o engrandecimento.

No poder legislativo são camaristas os cidadãos tenente-coronel Manoel Bonifacio Carneiro, capitão Randolpho Gomes Veiga, commendador Manoel Rosario Correa, tenentes Carlos Eugenio de Souza, Amelio Ferreira Bellegarde, Manoel Cyriaco da Costa e cidadãos João Baptista Frezeiro e Joaquim Tra-mujas.

O tenente-coronel Manoel Bonifacio Carneiro tem sempre merecido a presidencia pela confiança dos demais camaristas, confiança merecida e de muito alcance, porque, na verdade, elle é um outro cooperador para a prosperidade do municipio, pelos seus nobres sentimentos, pelo caracter sincero, honrado, como pelo desejo que tem de ver o seu paiz caminhar sempre nas raiaes do progresso.

Companhia Estrada de Ferro S. Paulo Rio Grande. — Esta companhia estabeleceu no porto de D. Pedro II o seu porto de desembarque dos materiaes destinados para a construcção da Estrada de Ferro de S. Paulo ao Rio Grande.

Ahi construiu para o recebimento dos mesmos materiaes e seu acondicionamento um grande barracão coberto de zinco, do qual até uma grande ponte que tambem alli construiu com um guindaste firme, no extremo da mesma tem uma linha de trilhos para por elles serem conduzidos os materiaes desembarcados. Do mesmo barracão para a linha franceza tambem estabeleceu uma outra linha que entra em communicação para esses materiaes seguirem ao seu destino, isto é, para Ponta Grossa.

Instrucção publica. — A instrucção publica em Paranaguá, de certo tempo para cá, tem sido pouco attendida e ministrada inconvenientemente. Ha 20 annos passados, esta cidade contava tres cadeiras para o sexo masculino, tres para o feminino e

uma aula de inglez e francez ; hoje apenas conta uma para o sexo masculino, duas promiscuas e duas para o sexo feminino. Si Paranaguá achava-se naquelle tempo em um estado de progresso, assegurando futuro lisongeiro e cheio de vida para a mocidade que desenvolvia aprendendo em tres escolas para o sexo masculino e tres para o feminino, uma aula de inglez e francez ; cujo aproveitamento era digno de apreciação, pelo que se podia dizer temos instrucção, temos o alimento espirital que nos eleva da terra até o conhecimento de Deus, que abre ao homem o caminho da sabedoria para sua felicidade, que é o baluarte que nos abriga dos botes da ignorancia, que é a luz da verdade que brilha no espirito do homem, que é o forte consolo que nos allivia nas afflicções ; hoje o que dirá ? Que só ha para o sexo masculino uma escola cuja matricula excede a cem, ficando o triplo privado de instrucção que não podem receber nas quatro escolas para o sexo feminino !

Paranaguá foi e é uma cidade que tem gozado dos sóros de civilizada e amante do estudo. A sua mocidade não perde tempo, ella quer instrucção e instrucção se lhe dá que os fructos serão proveitosos. Sejam providas cadeiras do sexo masculino e do ensino de francez e inglez e mesmo de materias secundarias que ella não desmentirá o conceito merecido.

Factos notaveis — Em 1560 a chegada dos primeiros povoadores a Cutinga, onde construíram os primeiros alicerces de uma povoação e depois na terra firme onde fundaram a povoação de Paranaguá.

Em 1648 a elevação da povoação de Paranaguá á villa e a instalação da Camara Municipal.

Em 1718 a 9 de março, a entrada do navio pirata francez, commandado por Mr. Boloret, dando caça a tres galeões hespanhoes vindos do Chile carregados de prata, o qual, ao chegar ao norte da Ponta da Cruz, extremo da ilha da Cutinga em frente á cidade, foi submergido por um furacão que repentinamente se formou para o lado do sul envolvendo toda a cidade, não escapando da tripulação do navio pirata sinão um individuo que foi preso e remettido para o Rio de Janeiro. Este facto foi attribuido pelos devotos á um milagre da Virgem Maria N. S. do Rozario, que foi conduzida em procissão ao lugar chamado então, « Palacete », hoje propriedade do major Joaquim Caetano de Souza, e carregada por virgeas logo que foi presentida a chegada do mesmo pirata, permanecendo alli até á noite depois da submersão do referido navio.

Em 1724, depois da separação da comarca de Paranaguá da de S. Paulo, a posse do 1º Ouvidor Bacharel Antonio Alves Lanhas Peixoto na Camara Municipal, a 24 de agosto.

Em 1730 a posse do 1º commandante militar governador João Rodrigues do Valle Carvalho.

Em 1769 a construcção da fortaleza na ponta do morro da balea na ilha do Mel, por ordem de El-Rei de Portugal o Senhor D. José 1º, sendo governador da Capitania de S. Paulo o general D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão.

Em 1836 a instalação da Irmandade de Santa Casa de Misericórdia na Igreja do Senhor Bom Jesus dos Perdões, originada de uma sociedade existente em Paranaguá denominada Sociedade Patriótica dos Defensores da Independência e Liberdade Constitucional em virtude de uma proposta para esse fim apresentada em sessão de 26 de Julho de 1835 pelo socio philantropico Manoel Francisco Correia Junior que della fazia parte desde 1831. A' este illustre cidadão, cuja memoria nos é grata, cabe a palma de termos hoje este estabelecimento de caridade, como um de seus primeiros fundadores, em cujo coração palpitava o sentimento caridoso.

Em 1815 a posse a 14 de Novembro, do 1º Juiz de Fóra (formado) Dr. Francisco de França Miranda.

Antes deste em 1813 serviram interinamente o Alferes Manoel d'Araujo França, José Luiz Pereira e Capitão Joaquim Antonio Guimarães; e depois, em 1816, o Capitão Ignacio Lustosa de Andrade, o Capitão Francisco Ferreira d'Oliveira e o Capitão Manoel Alves Carneiro; em 1817, o Capitão Pedro Rodrigues Nunes; em 1819, o Capitão Joaquim Antonio Guimarães; em 1823, o Capitão Bento Antonio da Costa e em 1829, o Capitão Antonio José Pereira. Todos no tempo dos Doutores Francisco Ferreira França e Luiz José Correia de Sá.

Em 1842 a elevação da Villa de Paranaguá ao titulo de cidade pela lei n. 5 de 5 de Fevereiro.

Em 1850 a 29 de Junho, ás 11 horas da manhã, a entrada do vapor de guerra inglez *Cormorant* de tres mastros com tres peças por banda de grosso calibre e com dous rodizios de 80 calibres, um á proa e outro á ré, tendo uma tripulação de 200 pessoas e sendo Commandante Hubert Schumberg, homem alto, claro e de 45 annos de idade, que, fundeando adiante da Ponta da Cruz, poz ao mar quatro escaleres bem tripolados e armados que seguirão para o ancoradouro da Cutinga, chamado «ancoradouro de allemão» e ali aprisionarão as embarcações brasileiras: Bergantim, Sereia, Escuna Dona Anna e Galera Campeadora que se achavam promptas para seguirem para a ilha dos Açores e as conduzindo para junto do vapor deram por finda a sua missão n'este ancoradouro por não poderem conduzir o Astro que foi mettido ao fundo pelo Commandante do mesmo ao avistar o vapor na sua chegada.

No dia 1º de Julho seguiu o vapor *Cormorant* levando a reboque a Galera Campeadora de um lado, a Escuna Dona Anna de outro e o Sereia por uma espia; e assim seguiu e com elles transpoz a bahia da Fortaleza, indo fundear nas Conchas, onde incendiou dous, fazendo seguir barra fora a Galera Campeadora tripolada por gente de bordo.

O vapor na sua passagem em frente da Fortaleza soffreo fogo vivo sem descanso de que resultou algumas avarias, que foram reparadas durante os tres dias que se conservou no sacco das Conchas fundeado.

Em 1853 a separação da 5ª Comarca de S. Paulo, da qual fazia parte a cidade de Paranaguá, sendo elevada a Provincia,

tendo como seu 1º Presidente o Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos.

Em 13 de Janeiro de 1894 a entrada da esquadra revolucionaria composta do vapor de guerra *Republica* e dos mercantes armados em guerra *Esperança*, *Urano* e *Iris*, e no dia 15, do mesmo, as sete horas da manhã a entrada da mesma na bahia de Paranaguá por terem se demorado no ancoradouro da Ilha das Cobras durante os dias 13 e 14, fazendo o bombardeio da cidade das 7 até as 11 horas e de 1 hora até as 5 em que fez desembarque de forças no Porto de D. Pedro 2º, as quaes se dirigiram á cidade, tomando della posse, depois de reunido tiro-teio com as forças do Governo e de achar-se a cidade abandonada quasi pela totalidade de sua população que se refugiou nas mattas.

Em 24 de Abril de 1894 a entrada da esquadra da legalidade, que já não encontrou no ancoradouro a revolucionaria, que tinha se retirado para o Sul.

Desde então foi restabelecida a ordem sob horisontes ainda bem negros e tudo entrando nos seus eixos, voltando assim ao seu estado normal a cidade.

São estes os apontamentos que pude coordenar em um pequeno prazo de tempo de que pude dispor, assegurando porém que elles são a expressão da verdade.

Paranaguá 25 de Fevereiro de 1899.—*Honorio Decio da Costa Lobo*, — Servindo de Secretario da Camara Municipal desta cidade de Paranaguá.

Capitão Honorio Decio da Costa Lobo.

Proposto para Socio Correspondente do Instituto em Sessão de 7 de Abril de 1899—V. pag. 292 da 2ª Parte do Tomo 62 da Revista, servindo de titulo esta memoria manuscripta.

Em sessão de 21 de Julho de 1899 foi lido o parecer favoravel da Comissão de Historia—Pag. 319 2ª Parte do Tomo 62 da Revista.

Em Sessão de 1 de Setembro de 1899 foi lido o parecer favoravel da Comissão de Admissão de Socios ficando sobre a meza para ser votado na sessão seguinte: Pag. 336 da 2ª Parte do Tomo 62 da Revista.

Em sessão de 15 de Setembro 1899, corrido o escrutinio, foi approvado com unanimidade de votos e proclamado socio correspondente do Instituto—Pag. 338 Tomo 62.

O Capitão Honorio Decio da Costa Lobo era filho do fallecido tenente reformado do exercito Francisco de Paula Lobo e em 1899 contava 67 annos de idade. Era Secretario da Camara Municipal da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, e professor das materias de ensino secundario. Exerceu os cargos de Intendente e Inspector Parochial e falleceu em Junho de 1901.

APONTAMENTOS SOBRE A FREGUEZIA DE GUARATIBA

PELO SOCIO

EDUARDO MARQUES PEIXOTO

Manoel Velloso de Espinha veio ao Rio de Janeiro, em companhia de Estacio de Sá, capitão mór da armada que Sua Magestade mandou afim de povoar esta parte do continente.

Em um navio seu, com gente sua, á sua custa se conservou nesta terra até á chegada do Governador Mem de Sá, conquistando o Rio, dos Tamoyos e Francezes.

Desta cidade foi a Cabo Frio e ajudou a conquistá-la.

Achando-se velho, casado e com filhos, sem outra distincção, pediu por sesmaria a terra firme da Costa que estava ao Norte da Ilha por nome Marambaia, passando da barra de um rio por nome Guandú, correndo pela Costa ao longo da praia para a banda de léste, comprimento de tres leguas, e para o sertão seis, e assim mais uma ilha que estava entre Mangaratiba e Hitinga por nome Aratucoareima, com todas as aguas, entradas e sahidas que lhe pertencessem, visto estarem devolutas.

Em nome de Pero Lopes de Souza, foi-lhe dada ⁽¹⁾ na parte que pedia a dacta de *duas leguas de terra ao longo da costa e para o sertão tres*, as quaes começariam a partir do rio Guandú para a banda de léste até encher as duas leguas, por sesmaria de 5 de março de 1579.

* * *

Os seus filhos, Manoel Velloso Espinha, casado com Isabel de Bittencourt, e Jeronymo Velloso Cubas, casado com Beatriz Alvares Gago, herdaram aquellas terras.

De facto. Reunidos no dia 27 de Abril de 1628, nesta cidade do Rio de Janeiro, no bairro de N. Senhora da Ajuda, em pou-sadas de Jeronymo Velloso Cubas, perante o tabellião João de Brito Garcez, disseram que — entre os bens que tinham — possuiam de herança por morte de seus paes uma sorte de terras sitas na Guaratiba, que se compunham de tres leguas por costa, onde os Reverendos Padres da Companhia acabavam e tinham marco, terras que concordaram na seguinte partilha:

(1) Por Jeronymo Leitão, loco-tenente de capitão da capitania de S. Vicente.

Jeronymo Velloso ficaria com as que corresseem do referido marco dos Padres, que era de uma ilha, onde chamavam Guaraquiraba até o rio Tamandarati, por costa com todo o sertão que a dita terra tinha da banda..... para lá, com todas as voltas até acima a um..... que ficava sobre o Rio, e do ditto môrro correria rumo direito.....ção, e toda a mais terra que do ditto ficasse para a barra da Guaratiba ficaria á Manoel Velloso.

Declararam que no ditto rio que ficava por marco, todas as vezes que cada um delles quizesse fazer cerco de peixe, teria a obrigação de avisar um ao outro em tempo conveniente, a fim de arrumar a sua canôa, ou canôas, e que o morro, onde havia de ir o rumo direito era por onde ia o caminho do ditto Jeronymo Velloso para a sua fazenda.

Assignaram no accordo como testemunhas Miguel Ayres Maldonado e Antonio Ferreira.

Por Beatriz Alvares assignou o seu pae Estevam de Araujo e por Isabel de Bittencourt, Pero da Costa.

Esta escriptura foi registrada no livro de notas antigo, que serviu no cartorio dos tabelliães desta cidade Jacintho Pereira e João de Brito Garcez, de 1627 a 1629.

Por escriptura de 9 de julho de 1616, Manoel Velloso e Jeronymo Velloso tinham vendido 500 braças de terra de testada por 1500 de fundo aos Padres da Companhia de Jesus, por 60.000, e que foram medidas em 19 de agosto daquelle anno, medição que começou de um Outeiro, defronte de um curral e campo do Collegio, campo conhecido pelo nome de curral Falco.

Esta escriptura acha-se publicada no « Tombo » da Fazenda de S. Cruz, na Typographia de Lessa e Pereira, 1829.

* * *

Manoel Velloso de Espinha casou sua filha Catharina Velloso com Belchier da Fonseca, mediante escriptura de dote, feita no Collegio da Companhia de Jesus, aos 16 de janeiro de 1633.

Os dotados entraram no goso da metade de todas as terras que elle Manoel Velloso possuia na Guaratiba, com a metade do campo que nellas havia para o gado.

Receberam 20 peças de escravos e escravas de Guiné, nas quaes entraram 4 crioulos; 12 cavalgaduras, entre machos e femeas; o enxoval de toda a casa.

No dote entrou parte da herança que coube a sua filha, por parte de sua mãe Isabel de Bittencourt.

Coube mais aos dotados 80 cabeças de gado vaccum femeas, entre grandes e pequenos, e metade de todos os chãos que tinha no bairro de N. S. da Ajuda.

Caso succedesse a Ermida do Salvador ficar na terra dotada, ficaria ella livre, sendo-lhe dotada terra equivalente na metade da que ficava.

Foram testemunhas do acto de dotação Balthazar de Seixas Rabello, Francisco da Costa Barros, e tabellião Jorge de Souza.

A escriptura foi por certidão passada pelo tabellião Joaquim José de Castro, em 26 de setembro de 1809.

Em 25 de junho de 1683, na Guaratiba, na fazenda e engenho de Manoel de Siqueira, reuniram-se este, sua mulher D. Brithes Dorea, Lourenço de Siqueira e sua mulher D. Barbara da Fonseca, José de Siqueira e sua mulher D. Maria Dorea (irmãos e cunhados), o tabellião Manoel Alves do Couto, e João Guterres Vanzil, como procurador do seu cunhado Belchior da Fonseca Dorea.

Manoel de Siqueira e D. Brithes Dorea declararam que possuíam 500 braças de terras de testada que confrontavam com o Capão Grande do Porto, chamado do curral grande, por onde seu sogro e pae o capitão Belchior da Fonseca Dorea lhes tinha consignado o seu rumo de testada até topar com terras de seu irmão e vendedor José de Siqueira, as quaes tinham de testada 500 braças vindas do Curral Grande e que começavam 60 braças antes de chegar a Estiva Velha que estava na borda do Campinho, por onde se entrava no caminho do matto, que ia para o Engenho que elles compraram a seu sogro.

O rumo do sertão seria conforme os mais visinhos pelo que constava da carta de sesmaria com todo o comprimento que se achasse até o cume da serra que ia para Juarui, até encontrar com as terras de Manoel Velloso Dorea que elle Manoel de Siqueira lhe vendeu por uma escriptura.

A terra acima declarada, delineada e confrontada houve por escriptura de dote que lhe fez seu sogro o dito capitão Belchior da Fonseca Dorea (fallecido) e sua mulher D. Catharina Bittencourt.

Pelos presentes (irmãos e cunhados) foi dicto que tinham e possuíam na dita paragem um *campinho* que confrontava com as 500 braças de terra, o qual começava junto ao curral grande até o porto onde se embarcavam as caixas de Luiz Vieira Mendanha, entre o Capão Grande e as terras acima, que houveram por partilhas das suas mulheres.

Todos combinados resolveram ceder dos seus direitos e vender por 550\$000 em dinheiro a Belchior da Fonseca Dorea.

A escriptura foi assignada por Manoel de Siqueira Rondão, Lourenço de Siqueira e Mendonça e José Rondão de Siqueira.

A rogo das vendedoras assignou João Cardoso da Silva. Assignaram mais : João Guterres Vanzil, Lourenço da Silva, Antonio Cordeiro, Pedro Rodrigues Coelho.

José Antonio dos Santos Ameno, tabellião no impedimento do proprietario Antonio Teixeira de Carvalho, passou certidão em 26 de novembro de 1819, a requerimento do alferes João da Silva Muniz, daquella escriptura.

Antonio da Silva Menezes, casado com D. Catharina de Bittencourt, possuia 300 braças de testada de terras, com o sertão

que lhe tocava, conforme a carta de sesmaria, ficando para uma banda Luiz Vieira de Mendanha Souto Maior e para a outra Manoel de Siqueira, ⁽¹⁾ terras que houveram por titulo de escriptura de dote de casamento de seu sogro o capitão Belchior da Fonseca Dorea e de sua sogra D. Catharina de Bittencourt, feita em notas do tabellião João Alves de Souza.

Em 26 de junho de 1686, por escriptura passada na fazenda e engenho de Luiz Vieira de Mendanha Souto Maior, na Guaratiba, venderam a seu cunhado Souto Maior por 100\$000 aquellas terras.

O sertão e terras que venderam começava do *Outeiro* que ficava fronteiro a mesma testada. Do *Outeiro* para a banda do sertão ficava a terra que vendiam (300 braças de largura). Do *Outeiro* para a banda da testada era o sitio em que moravam elles vendedores, a que chamavam o Curral Grande até o cume do dito *Outeiro* e que reservavam para si.

A rogo da vendedora, na escriptura de venda assignou João Guterres Vanzil. Assignaram mais, como testemunhas, Diogo Barboza Reis e Manoel Ferreira. Foi tabellião Manoel Alves do Couto.

Esta escriptura foi passada por certidão em 26 de abril de 1821 pelo tabellião José Antonio dos Santos, que servia no impedimento do proprietario Antonio Teixeira de Carvalho.

Do que se tem lido é facil extrahir o seguinte resumo:

Nas terras de Guaratiba havia, em 1698, uma freguezia que tinha por invocação o Salvador do Mundo e que distava desta cidade quasi 14 leguas.

Tinha, então, a freguezia 35 fogos, 497 pessoas, sendo: 130 brancas, que se confessavam e commungavam; 193 escravos que tambem se confessavam e commungavam, e 174 escravos que só se confessavam.

No districto de Guaratiba existiam duas Igrejas, uma no Engenho de D. Isabel, que distava da freguezia um quarto de legua; outra, no Engenho de Luiz Vieira Mendanha, que distava perto de duas leguas.

Existia mais um oratorio no Engenho de Belchior da Fonseca, distante da freguezia uma legua.

Havia 4 Engenhos naquelle districto: o de D. Isabel, o de Luiz Vieira Mendanha, o de Belchior da Fonseca e um dos Religiosos do Carmo.

Estes religiosos obtiveram por sesmaria de 14 de agosto de 1669, as terras que corriam do Guandú para a banda de Guaratiba (Fazenda da Pedra).

Tinha oito ou nove moradores medianamente abastados, sendo os mais pobres.

Pelo meio da freguezia passava um rio e ficavam de uma parte nove ou dez moradores, onde estava a Igreja de S. Salvador.

⁽¹⁾ Este Siqueira vendeu, como vimos, estas terras, que possuia então, a Belchior da Fonseca Dorea, por escriptura de 25 de junho de 1686, sendo tabellião Manoel Alves Couto.

Os outros moradores ficavam da outra parte do rio e lhes era muito difficultoso acudir a freguezia a ouvir missa e buscar sacramentos, motivo por que parecia ao Governador do Rio de Janeiro ser conveniente a freguezia na Igreja de Luiz Vieira Mendanha, por invocação N. Senhora da Conceição. (1)

Se não erramos um destes Luiz Vieira Mendanha tinha no seu nome o de Souto Maior. Serviu como Capitão auxiliar da ordenança desta cidade, por patente de D. Francisco Naper de Lencastre, governando esta capitania, em 29 de dezembro de 1689, *com bom procedimento, verdade e limpeza*.

Entrou e sahiu de guarda por espaço de quatro mezes, com dispendio da sua fazenda, no tempo que foram algumas companhias de infantaria de soccorro a Nova Colonia, e com a mesma se offereceu na occasião em que chegou á barra desta cidade, quasi junto as fortalezas uma balandra de piratas, intentando ir expulsal-a.

Serviu o dito posto de capitão da ordenança ao sair ao encontro de um capitão do matto levantado, que fugiu com escravos de varias pessoas para S. Paulo, aprisionou-o com a maior parte dos negros, que remetteu a Luiz Cesar de Menezes, governador da capitania.

Nas mostras geraes, e mais occasiões em que foi chamado pelo Governador Luiz Cesar, acodiu com particular presteza.

No anno de 1695, vindo a esta barra tres naus de guerra francezas, e vindo um capitão com gente armada em cinco lanchas tirar da cadeia um preso da sua nação, foi o capitão Luiz Vieira um dos que acodiu primeiro, á impedir o desembarque dos Francezes, em cuja occasião fez rondas com os seus escravos.

Quando André Cuzaco, governador que foi desta capitania, encarregou-lhe a diligencia de prender a Elias Dias que, com outras pessoas, havia roubado a Paulo Pinto, mercador desta praça, o que fez com muito risco de sua vida, trazendo o prezo para a cadeia desta cidade, com o dispendio de sua fazenda.

Attendendo aos serviços de alto civismo de Luiz Vieira, o Governador D. Alvaro da Silveira e Albuquerque, por patente de 2 de julho de 1704, nomeou-o capitão-mór da Guaratiba e Marambaia para dentro até o matto de Joary, isto por ter fallecido Belchior da Fonseca Dorea.

Era, então, a Guaratiba o porto por onde navegava o ouro de S. Magestade.

Belchior da Fonseca Dorea era morador da freguezia de Guaratiba e era a pessoa principal, de maior poder e de conhecida nobreza.

Era neto de um dos primeiros povoadores desta cidade e filho mais velho do capitão Luiz Vieira de Mendanha, que foi juiz ordinario em tempo que os officiaes da Camara ficaram governando esta cidade, por ausencia do Governador Duarte

(1) Informação do Governador de 27 de maio de 1698.

Teixeira Chaves, 1683. A Guaratiba era o porto, como foi dito, por onde navegava o ouro de S. Magestade. Por isso era muito visitado pelos navios piratas. A costa achava-se desamparada.

Por ser preciso acautelar os engenhos de assucar (mais de 8, diz na patente) e muitas fazendas, e impedir a entrada de soldados e escravos fugidos, o governador Francisco de Castro de Moraes nomeou Belchior da Fonseca Dorea, por patente de 12 de julho de 1701, capitão-mór dos districtos de Guaratiba e Marambaia para dentro até o matto de Joary.

Antonio de Mendanha Souto Maior era outro representante daquella familia.

No anno de 1693 serviu como vereador. Em 1697 passou como procurador do povo e nobreza desta cidade a Lisboa.

Regressando, occupou no anno seguinte o cargo de procurador do Senado.

Era neto de Manoel Velloso, que veio em companhia de Estacio de Sá, na occasião em que se fundou esta cidade.

No anno de 582 o seu bis-avô serviu de vereador.

No de 658, o seu avô Belchior da Fonseca Dorea exerceu cargo semelhante, havendo antes occupado o posto de capitão de cavallos.

Era filho de Luiz Vieira de Mendanha, que occupou os mais altos cargos.

Foi, por tudo isto, por patente de 27 de março de 1704, do Governador D. Alvaro da Silveira de Albuquerque, nomeado para o posto de capitão dos homens nobres, que vagou por morte de Manoel Corrêa de Araujo. ⁽¹⁾

Francisco Dias Duarte e João de Figueiredo, obtiveram, por sesmaria de 28 de janeiro de 1702, as datas de terras de Guarahyba e Juary, começando do marco dos padres da companhia pelo Rio Guandú-mirim arriba e pela outra banda pelo Guandu Grande aguas vertentes, conquistando com a serra até donde alcançou o sargento mayor Martinho Corrêa Vasqueanes.

⁽¹⁾ Um dos membros da familia dos Mendanhas, Luiz Vieira de Mendanha, foi condemnado pelo auto de fé de 13 de outubro de 1726, da segunda abjuração em forma por Judaismo e outros erros. Tinha então 26 annos, com parte de christão novo, era soldado infante, solteiro, filho de Luiz Vieira de Mendanha, lavrador de canna, natural do Rio de Janeiro, e morador na nova Colonia. Foi condemnado a carcere, o habito a arbitrio.

Fez referencias á citada condemnação o illustrado e criterioso Dr. Vieira Fazenda, no seu bello estudo sobre os limites entre o Districto Federal e o Estado do Rio, quando trata das terras realengas de Campo Grande, publicado no jornal *A Noticia*.

O distincto chronista me indicou o vol. 7º, fl. 60 da *Revista do Instituto* onde se encontra a lista dos Brasileiros ou colonos estabelecidos no Brazil, condemnados pela Inquisição de Lisboa de 1711 a 1767, offerecida pelo socio Sr. Warnhagen a esta instituição.

Estas terras foram pedidas havia annos por João de Figueiredo que não tomou posse, nem registrou a sua sesmaria.

Ignacio Ferreira Funchal era possuidor de 200 braças de terra de testada na Guaratiba e sertão o que se achasse, partindo por uma banda com as terras de D. Maria da Fonseca Dorea e da outra com D. Mariana da Fonseca.

Funchal vendeu as suas terras por 800\$000 com diversas condições, com escriptura passada em pousadas do capitão João Ayres de Aguirre, a 21 de julho de 1707, a D. Mariana de Vasconcellos, viuva de Belchior da Fonseca Dorea.

A escriptura foi passada pelo tabellião Eugenio de Souza Nunes e serviram como testemunhas Rodrigo de Mendonça e Manoel Freire.

A rogo da compradora assignou João Ayres de Aguirre. Esta escriptura foi passada por certidão, em 14 de dezembro de 1825, pelo tabellião Joaquim José de Castro.

Salvador de Sequeira Rondon foi nomeado capitão-mór dos districtos das barras de Guaratiba e Marambaia para dentro até o matto do Joary, por patente de 4 de julho de 1710, passada por Francisco de Castro de Moraes.

Serqueira Rondon serviu a S. Magestade no posto do alferes na campanha do Assú 9 annos e 8 mezes.

Era primo de Luiz Vieira Mendanha Souto Maior, que serviu o posto de capitão-mór.

Joaquim de Almeida Soares pediu e obteve pela sesmaria de 3 de julho de 1728 sobejos de terras da cabeceira de Guaratiba a Juary, principiando a testada donde acabavam as terras do Rev. Padre Francisco Dias Duarte e dos herdeiros de João de Figueiredo, correndo por uma ilharga pelas dactas dos herdeiros de Bartholomeu Ferreira de Mendonça e pela outra parte pelo rio Guandú-Mirim correndo o sertão até onde chegassem as do dito Padre e herdeiros de João de Figueiredo.

Litigavam a respeito das partilhas o capitão de cavallos João Velho Barreto Coutinho, casado com D. Sebastiana de Vasconcellos e Aguirre, e o capitão de infantaria desta praça Antonio de Carvalho e Lucena, casado com D. Antonia de Vasconcellos.

O capitão Barreto Coutinho era genro de Belchior da Fonseca Dorea, e no juizo de orphãos desta cidade se achava pendendo uma demanda.

Para evitarem discordias se ajustaram e contractaram por modo amigavel no seguinte:

Coutinho e sua mulher desistiam de toda a acção e direito que podiam ter para o que vendiam ao capitão Carvalho de Lucena toda a legitima paterna, por fallecimento do seu sogro.

e pae Belchior da Fonseca Dorea, por 2:820\$135 em que importava a fazenda da Guaratiba e em outros mais bens. Recebiam por conta da renda 331\$260 sendo em dinheiro 200\$ e 131\$260 em prata lavrada, o restante 2:489\$475 devia ser pago em prestações de 200\$ por anno.

Desistiam do direito da herança materna D. Maria de Vasconcellos, fallecida. Reservavam para si as escravas Antonia, creoula, Marcella e Quiteria.

A escriptura foi lavrada em 4 de dezembro de 1748, pelo tabellião Francisco Xavier da Silva, em morada do mestre de campo José Ayres de Aguirre.

Assignaram como testemunhas João da Costa Coimbra e Verissimo Alves da Silva, e á rogo de D. Antonia de Vasconcellos o Dr. Diogo Ayres de Aguirre.

Esta escriptura foi passada por certidão do tabellião João Carlos Pereira do Lago, no impedimento do proprietario Antonio Teixeira de Carvalho, em 1 de julho de 1822.

No dia 24 de dezembro de 1750, na freguezia de S. Salvador do Mundo da Guaratiba, nas casas de morada do Reverendo Vigario João de Cerqueira Pereira, perante o tabellião Antonio Aniceto de Britto e Lima appareceram o capitão-mór Fradique de Quevedo Rondon e sua mulher D. Maria Anna da Costa Bueno, e o Reverendo Vigario acima, como procurador da Igreja da Freguezia.

Pelo capitão-mór Fradique de Quevedo Rondon foi dito que, sendo casado com D. Maria Bueno não tinha filhos, e que havendo celebrado o seu matrimonio por contracto de Arrhas conservava todo o direito e dominio da fazenda e bens que possuia.

Vendo que não tinha herdeiros forçados a attender e considerando a grande necessidade de que padecia a Igreja Matriz da Freguezia da Guaratiba de não ter sacario para conservar perpetuamente o Santissimo em beneficio de tantas almas, havia por bem attender a obra tão pia, visto que a pobreza dos moradores o não podia fazer.

Assim, doava á dita Igreja toda a sua fazenda que possuia na Freguezia com o sitio da Barra e constava de 430 braças de terras em testada com o sertão que directamente lhe pertencesse, e que de uma banda partiam com Gaspar de Azedias Machado e da outra com a Praia do mar e tudo constava de uma sentença judicial de medição feita entre elle doador e seu cunhado Gaspar de Azedias Machado, em 4 de março de 1744, passada pelo tabellião que, então, era Luiz de Manoel de Faria, em cujo cartorio se havia de achar os autos.

Doava mais as casas de sua morada, que tinha nas ditas terras, e bem assim, as pescarias que estavam nas suas praias, como tambem os gados, escravos, moveis e tudo o que possuísse em sua vida e fosse achado por sua morte, salvo o disposto de alguns escravos no seu testamento por sufragio de sua alma, ou por satisfação de alguma divida.

Acautelava o que reservou para si e sua mulher emquanto vivos, o usufructo e administração de toda a sua fazenda acima declarada, com o poder de vender e alienar os escravos e gados que lhe parecesse, ou a necessidade pedisse.

Obrigou-se a dar 20\$ em dinheiro em cada anno para cêra e azeite, quantia que entregaria ao vigario da Freguezia, obrigação que, por sua morte, passaria a sua mulher como administradora da referida Fazenda.

Ficava sem effeito uma outra doação que elle fizera a seu afilhado Sebastião de Siqueira, aos 28 de junho de 1723, no tabellião João Falcão de Mendonça, que já tinha revogada e trasladada por outra feita em o tabellião Vicente Luiz de Almeida, em 31 de outubro de 1735, por causa de desavenças de familia que teve com o seu afilhado.

Foram testemunhas do acto Francisco Xavier da Rocha, Francisco Marques da Rocha. A' rogo de Mariana da Costa Bueno, por não saber escrever, assignou o Reverendo Padre Missionario Frey João da Conceição.

A escriptura da doação foi passada por certidão pelo tabellião Joaquim José da Rocha, em 5 de janeiro de 1808, á requerimento de D. Maria da Costa Bueno.

Gaspar de Azedias Machado e sua mulher D. Leonor Thereza de Siqueira, moradores na barra da Guaratiba, eram possuidores de uma Engenhoca de fazer aguardente, com 687 braças de testada.

Em 24 de janeiro de 1771, nas casas de morada de Ignacio Alexandre de Gusmão, perante o tabellião Ignacio Teixeira de Carvalho assignaram escriptura de venda ao alferes Antonio Cardoso Ribeiro, morador no districto da freguezia de N. S. Loreto de Jacarepaguá, da Engenhoca com o sertão que se achasse até o cume da serra, sita na mesma barra da Guaratiba, e que partia de uma banda com terras que eram do Santissimo da dita Freguezia, da outra com terras de Francisco de Sales Siqueira, fazendo testada pelo rio contiguo as mesmas erras. Nellas se achava a Engenhoca de fazer aguardente, coberta de telha, e uma cazinha coberta de palha, arvôres do fructo e outras varias plantas, existentes nas terras seguintes :

377 braças havidas no formal de partilhas de D. Leonor Thereza de Siqueira, por fallecimento de seu pae e sogro Lourenço de Siqueira Rondon.

100 braças que houve por compra que fez, por um escripto, a Antonio Dias dos Anjos.

210 braças que houve por fallecimento do pae de sua mulher na conformidade das 377, prefazendo as 687.

Da mesma sorte possuíam a sobredita engenhocia com as ilhas adjacentes, gado vaccum que se achasse, por se ignorar o numero delle, o que tudo vendiam, livre de fóro, hypotheca, ao Alferes Antonio Cardoso Ribeiro por 1:129\$950.

Estabeleceram a condição de, emquanto viverem e residirem em um sítio, á cabeceira da Fazenda com a distancia de 100 braças, para plantarem, sem fôro ou pensão, reservando tambem a ilha chamada do Pereira para disporem como entenderem.

Assignaram a escriptura Gaspar de Azedias Machado; á rogo da vendedora, o Dr. Antonio Francisco da Costa, Antonio Cardoso Ribeiro, Verissimo de Mattos Henriques, Manoel de Oliveira Maia.

Em 1 de Fevereiro de 1810 o tabellião Joaquim Carlos da Rocha Pita extrahiu uma cópia da escriptura acima.

Pelo alvará regio de 12 de Janeiro de 1755 foi creada e-erigida em nova vigararia colada a Igreja de S. Salvador da Guaratiba, com a congrua de 200\$ annualmente.

Para vigario da freguezia foi nomeado por S. Magestade o Padre José de Oliveira, presbytero do habito de S. Pedro, por carta de 15 de Janeiro. Em 30 teve provisão de mantimento.

D. Fr. Antonio do Desterro nomeou, em 23 de Agosto, o Padre Antonio Affonso para coadjutor daquelle Igreja.

Havendo requerido permuta os Padres José de Oliveira, vigario da Guaratiba, e Antonio de Almeida e Silva, vigario de N. S. da Piedade de Magé, fez-se aquelle acto por carta de 21 de Fevereiro de 1756.

Foram, entre outros, vigarios da Freguezia de Guaratiba : Manoel Joaquim, nomeado por provisão de 4 de Maio de 1763.

Manoel Joaquim da Silva, que parece ser o acima referido, nomeado vigario encommendado por provisão de 7 de Maio de 1766.

Amador dos Santos, vigario encommendado por provisão de 11 de Agosto de 1768.

Luiz Gomes da Silva, vigario encommendado por provisões de 3 de Fevereiro de 1769, 21 de Fevereiro de 1774, 3 de Março de 1775 e 28 de Fevereiro de 1776.

Fernando Luiz Pinto Vieira, nomeado por provisão de 6 de Setembro de 1786.

Foram coadjutores da Freguezia de Guaratiba:

Padre Antonio Affonso, nomeado por provisões de :

23 de Agosto de 1755.

31 » Julho de 1756.

6 » Agosto de 1757.

3 » » de 1758.

3 » Setembro de 1759.

6 » » de 1760.

Padre Antonio Rego Camara Bitencourt por provisões de :
5 de Janeiro de 1760.

25 » Novembro de 1774.

21 » Fevereiro de 1777.

1 » Agosto de 1778.

12 » Julho de 1779.

17 de Janeiro de 1784.

8 » » de 1785.

1 » Fevereiro de 1786.

6 » Março de 1787.

Padre Antonio Lopes de Quintal por provisão de 4 de Julho de 1787.

Em resumo :

Em 1779 no districto de Guaratiba havia sete freguezias : S. Salvador do Mundo de Guaratiba, S. Francisco Xavier de Itaguahy, N. S. do Desterro de Campo Grande, N. S. do Loreto de Jacarepaguá, S. Antonio de Jacutinga, N. S. da Piedade de Iguassú, N. S. da Conceição de Marapicú.

A freguezia de Guaratiba, a que estudamos, tinha por vigario encomendado o Revº. Padre Braz Luiz de Pina, e co-adjuctor o Revº. Padre Antonio do Rego Camara Bitencourt: Tinha de fogos 277.

No districto havia 34 Engenhos, sendo seis na freguezia de Guaratiba.

O 1º, era o dos Revºs Padres do Carmo, que tinha 70 escravos.

Fazia 18 caixas de assucar e 16 pipas de aguardente.

O 2º, chamado da Ilha, do capitão Francisco de Macedo Freire, tinha 40 escravos.

Fazia 14 caixas e seis pipas.

O 3º, chamado o Morgado, do Guarda Mór da Alfandega Francisco de Macedo Vasconcellos, tinha 35 escravos.

Fazia 15 caixas e tres pipas.

O 4º, chamado o Novo de D. Francisca Victoria Lucena, tinha 40 escravos.

Fazia quatro caixas e uma pipa.

O 5º, chamado de Fôra, do Alferes Francisco Antunes Leão Figueira, tinha 40 escravos.

Fazia 24 caixas e 16 pipas.

O 6º, «Magarça», do capitão Francisco Caetano de Oliveira Braga.

Fazia 20 caixas e 16 pipas.

Na freguezia havia uma engenhoca de aguardente na barra de Guaratiba, do Alferes Antonio Cardoso Ribeiro, com 35 escravos, que fazia seis pipas. ⁽¹⁾

No districto da Guaratiba não havia terras devolutas. As que se achavam por cultivar eram os sertões dos Engenhos e Fazendas, d'onde era extrahida a lenha.

Por cultivar havia as seis leguas que tinham sido dos Jezuítas, Fazenda de Santa Cruz.

(1) As terras da freguezia de Guaratiba e Itaguahy produziam de carinhãs 5.440, de feijão 850, de milho 190, de amendoim 200, de arroz 3.800, serravam-se 300 caixões..

No districto havia 23 portos de lanchas, barcos e canoas, sendo na Guaratiba quatro: Barra da Guaratiba, Praia da Pedra, Praia da Sepetiba, e Barra do Rio Itaguahy.

Nos portos não havia dos moradores outras embarcações que canoas, excepto na barra de Itaguahy, onde havia a lancha da casa de Marapiçú, que carregava 40 caixas.

Pelos portos navegavam varias lanchas.

Não havia villas, somente a aldêa dos Indios de Itaguahy. ⁽¹⁾

O Morgado. — Francisco de Macedo Vasconcellos requereu em 1809 a Sua Alteza Real, por seu procurador Francisco Mariano de Proença, para lhe ser concedido passagem, afim de serem conduzidas as suas caixas de assucar, que se achavam retidas havia mais de tres annos, ao porto de embarque, isto inteiramente, por qualquer das duas estralas dos confrontantes D. Anna de Sá Freire e João da Silva Alves, ou D. Francisca Victoria Lucena de Carvalho.

Era a fazenda e engenho de Macedo de Vasconcellos situados nas fraldas de uma comprida serra, que os cercava pelos fundos. Por um lado existiam as terras do Engenho Novo de João da Silva Alves, e por outro com as do Engenho da Ilha, de D. Anna de Sá Freire.

O Engenho havia de ter servidão por um dos Engenhos confinantes. ⁽²⁾ Quasi nas divizas das terras do Engenho do Morgado havia um tremedal que não admittia caminho por modo algum, ficando a maior parte delle em terras do Engenho da Ilha.

O caminho mais commodo para o Engenho, apesar de mais extenso, era o da estrada antiga, que vinha para a cidade, para o porto de embarque e para a freguezia.

Era a estrada de viandantes a pé, a cavallo e seguia para a barra da Guaratiba.

Achava-se, entretanto, feichada com uma cancella, na diviza do Engenho Novo, por mandado judicial que João da Silva Alves alcançou.

A outra estrada é a que vinha por terras do Engenho da Ilha, de D. Anna de Sá Freire e achava feichada com uma cancella, por mandado judiciario.

E' a estrada que ia ao porto do Capão.

A fazenda do Morgado foi de Francisco Paes Ferreira, e tinha antes sido dos senhores do Engenho da Ilha, servindo de fundos á este, e comprehendidos na mesma dacta, até que foi vendida áquelle senhor, avô de D. Anna de Sá Freire, dona em 1809 do dito Engenho da Ilha.

Por uma execução feita a este Engenho foi penhorada a terra em que se estabeleceu a fazenda do Morgado. Vê-se, pois, que pelo primeiro estabelecimento e posterior desmembração,

⁽¹⁾ Informação do mestre de campo Ignacio de Andrade Souto Maior Rondon, annexa ao relatório do marquez de Lavradio, de 19 de Junho de 1779, apresentado a Luiz de Vasconcellos e Souza.

⁽²⁾ Assim affirmava Macedo.

ficou a fazenda da *Ilha* obrigada a dar servidão a do *Morgado*, como parte della, desmembrada da mesma sesmaria.

Sempre se serviram os possuidores do *Morgado* da estrada da *Ilha*, e como era necessario conservar a ponte e reformar estivas se ajustaram os seus possuidores (do *Morgado*) a darem 6\$400 aos do da *Ilha* para os referidos concertos.

O primeiro arrematante d'aquella fazenda o Padre João de Cerqueira e depois Macedo, por pretenderem passar pelos caminhos da fazenda de D. Anna, tiveram sentença contra.

Quando o Padre Cerqueira arrematou os sertões da Fazenda da *Ilha* e nella estabeleceu a Fazenda, que denominou *Morgado*, sabia que não tinha outro caminho mais que o que passava pela fazenda de D. Anna.

Francisco Paes Ferreira foi o comprador dos fundos da Fazenda da *Ilha*. Macedo, desde a criação de sua fazenda, tinha caminho de carro, e ainda depois das sentenças, sendo a primeira proferida em 1752. (1)

Quando a Guaratiba foi descoberta, e teve o seu principio, se abriu o caminho de pé e de cavallo pelo Engenho Novo, que ficou sendo Estrada Geral.

Depois que se entrou a povoar a Guaratiba e formar Engenhos abriram pelo dito caminho do Engenho Novo, estrada geral de carros para a servidão das fabricas de assucar e aguardente, onde uma dellas era a do «*Morgado*».

Engenho da Ilha — José Pacheco de Vasconcellos foi senhor do Engenho da *Ilha*. Os carros da fazenda sempre passaram pela Estrada Geral do Engenho Novo.

Pacheco vendeu a Francisco de Macedo Freire.

Este senhor vendo que era mais util fazer caminho para outra sua fazenda do Engenho de Fóra, em razão de se encurtar, se determinou a fazer, como fez, com muito custo, com mais de seis mezes para o aterrar, fazer ponte, estivas, por serem mangaes cobertos de agua salgada.

Fallecendo Freire ajustou o Guarda Mór Macedo com o capitão Francisco de Oliveira Braga para continuar a serventia. Este capitão era marido, em segundas nupcias, de D. Anna Sá Freire.

A decizão de 13 de Setembro de 1810 da Meza do Desembargo do Paço e Resolução de 17 daquelle mez, pozeram fim a questão de caminhos dos referidos engenhos, franqueando-os a utilidade e interesses da Fazenda de S. A. Real.

Da zona litigiosa, isto é da zona que soffreu a questão sobre caminhos e cancellas, damos um plano interessante, que mostra a situação de diversos Engenhos, feito a rogo do Guarda mór Francisco de Macedo, sendo Presidente o Chanceller e João Cardoso de Lemos, Piloto.

D. Anna de Sá Freire fez doacção a seu sobrinho Angelo Sudré Pereira Castello Branco, de umas terras na paragem «*Ilha*», por escriptura de 8 de Fevereiro de 1815.

(1) Assim affirmou o procurador.

Por outra escriptura de 11 fez doação de 335 braças de terras na Guaratiba á Manoel Antunes.

E, por escriptura de 15 fez doação a Francisco de Macedo Freire de 415 braças de terra na *Bica*.

*
* *

Balthazar Rangel de Souza Coutinho era possuidor de uma fazenda na freguezia da Guaratiba, composta de varias dactas de terra, havidas por titulo de compra, tendo-lhe passado tudo por herança e por ser herdeiro de seu pae o Dr. Miguel Rangel.

Indagando dos titulos primordiais das dactas de que se compunha a sua fazenda não encontrou na testada das referidas terras uma legua, pouco mais ou menos, principiando esta onde findava a dacta de Luiz Vieira de Mendanha, correndo testada beira campo da mesma Fazenda até o Rio Piraguê, onde findava e principiava a dacta de Bento Barboza de Sá, correndo o sertão de Norte a Sul até a Serra de Innohayba aguas vertentes para a estrada Real, terras que estavam comprehendidas nos seus titulos de compras e estavam de posse havia mais de 50 annos.

Rangel de Souza Coutinho obteve aquella terra por sesmaria de 9 de Janeiro de 1803.

Em 1825 recorreu Coutinho a S. Magestade sobre a sentença que julgou a demarcação das terras de D. Clara Francisca do Amaral, que pelo seu inventariante, então procurador Manoel Pereira, tinha conseguido favoravel sentença.

Encontramos na nossa busca nas diversas collecções de manuscritos, um requerimento, sem dacta, do sargento mor — que tinha sido — Antonio Carvalho de Lucena, na qual se dizia senhor e possuidor do engenho de fazer assucar da freguezia de S. Salvador do Mundo da Guaratiba, havido em herança de seu pae o mestre de campo Antonio Carvalho de Lucena e D. Mariana de Mendanha Souto Mayor e seu sogro Belchior da Fonseca Dorea e D. Mariana de Vasconcellos.

O Engenho estava situado dentro de uma dacta de 800 braças de terra da sesmaria concedida a Manoel Velloso, de quem seus paes e sogro houveram.

E porque não tinha outro titulo por onde mostrar os formaes de partilhas e mais escripturas, por terem sido perdidos por occasião da invazão franceza, que a sesmaria concedida a Manoel Velloso de Espinha, pedia que se lhe conservasse na posse pacifica que tinha tido das referidas terras.

Juntou, de facto, a sesmaria, em cortidão, de 5 de Março de 1579.

O sargento mor Antonio Carvalho de Lucena era, como affirmou, filho legitimo do mestre de campo de infantaria Antonio Carvalho de Lucena e de D. Mariana de Mendanha Souto Mayor.

Nasceu nesta cidade do Rio de Janeiro e baptizou-se na freguezia da Sé, a 7 de Novembro de 16.6.

Casou-se com D. Antonia de Vasconcellos, da qual teve uma filha D. Francisca Victoria Lucena de Carvalho.

Era irmão da Veneravel Ordem de S. Francisco, da Misericórdia, Senhor dos Passos, e de S. Braz.

Serviu a S. Magt. 59 annos até o posto de sargento mor. No seu testamento feito em 17 de janeiro de 1774 faz referencias ao Engenho que possuia na Freguezia da Guaratiba com 849 braças de terra de testada e com o sertão até as aguas vertentes da serra, ficando por um lado com o Engenho do Guarda mor, e pelo outro do que comprou o Alferes Francisco Antunes.

Das 849 braças 500 foram compradas a Manoel de Siqueira, 200 a Ignacio Ferreira Funchal e 149 a Antonio da Silva e a Manoel de Souza.

A fazenda tinha 50 bois e muito gado vaccum e escravos. Parte do Engenho tocou a sua cunhada D. Sebastiana, casada com o mestre de campo João Velho Barreto Coutinho, que, por escriptura passada pelo tabellião Francisco Xavier, deu quitação.

Possuía mais uma morada de casas terreas que comprou ao capitão Francisco José Chaves, sitas na rua da Travessa da Alfandega.

Antonio Carvalho de Lucena serviu na provincia do Alentejo e capitania do Rio de Janeiro por espaço de 35 annos, 6 mezes e 21 dias, desde 27 de Janeiro de 1677 até 17 de Agosto de 1703, em praça de soldado, cabo de esquadra, alferes ajudante, capitão de infantaria. Tomou parte no assalto que se deu a praça de Albuquerque e queima do seu arrabalde.

Em 1679 embarcou no Galeão S. Pedro um dos da armada real que foi ao estreito a cargo do General Francisco Jacques de Magalhães, havendo-se em todas as occasiões que se offereceu, assim em companhia da armada, como na peleja com 6 fragatas de Argel, como valoroso soldado.

Em 693, sendo provido no posto de capitão de infantaria de uma das companhias do terço do Rio de Janeiro, embarcou para esta praça, com grande zelo nas guardas da cidade e nas fortalezas da barra.

Por ser o capitão mais antigo do terço, serviu por sargento mor, cumprindo as ordens que se lhe dava com cuidado.

A' este porto chegando navios francezes quizeram lançar gente em terra para tirar dous francezes, que tinham sido prezos por terem ferido a um morador. Lucena acodiu a praia com a sua companhia á impedir.

Veio depois uma esquadra de navios de guerra, que aqui estiveram seis semanas, servindo o dito Lucena com o valor e cuidado a tudo que se encarregou.

A' vista de tudo isto S. Magestade houve por bem de o prover a sargento mór do Terço, que vagou pela promoção de Gregorio de Castro de Moraes, em 8 de Abril de 1704.

* *

Diogo Aranha Rebello, dizia-se possuidor de 100 braças de terra de testada, 900 de sertão, sitas na freguezia de S. Salvador do Mundo da Guaratiba, havidas por titulo de deixa que fez o Reverendo Padre Cosme Aranha Rabello.

As terras principiavam — a testada — em uma *paragem* chamada *O carapiá*, correndo o sertão o rumo de Norte e partiam de uma banda com terras de João Ferreira da Costa, e pela outra com quem direito fosse.

Como as ditas terras eram sertões da fazenda que então possuía o Capitão Francisco de Macedo Freire e procedia da sesmaria primordial concedida a Manoel Velloso Espinha, cujo título se havia de achar em poder dos possuidores da testada, que começava na beira do Salgado, pedia que dellas ficasse de posse, como até então, attendendo que nellas se achava morando com a sua familia, perto de 20 annos, tendo estabelecido uma fazendinha de lavrar mantimentos.

Acompanhava a petição, sem dacta, uma certidão passada pelo Padre Manoel do Espirito, Santo, escrivão dos residuos ecclesiasticos, de 6 de Março de 1772, da verba testamentaria do Padre Cosme Aranha Rabello, de que foi testamenteiro Antonio Duarte. Entre as mais verbas havia a que fazia referencia as terras do seu patrimonio, as quaes deixava a Diogo, filho do testamenteiro, sendo que no caso de não se ordenar disporia Duarte entre todos os seus filhos e de sua mulher Ursula Rabello,

Joseph Maria da Conceição allegou os mesmos direitos, ás mesmas terras, juntando certidão do testamento.

Differençava, entretanto, do morador de uma das partes das terras. Em vez de João Ferreira da Costa citava Manoel Alves Guerra.

Allegava morar havia perto de 12 annos, com a sua familia, tendo uma fazendinha de lavrar mantimentos.

João Ferreira da Costa allegou os seus direitos sobre aquella dacta de terra, que partia por uma banda com Diogo Aranha Rebello.

Dizia que alli residia havia 16 annos, com sua familia, onde tinha uma fazendinha de lavrar mantimentos.

Todos os requerimentos acima não eram dactados.

* *

Luiz Telles de Menezes dizia-se senhor de 100 braças de testada, com o sertão que lhe pertencesse, na *paragem Sapetibinha*, freguezia da Guaratiba, onde vivia, havia 20 annos, com a sua familia, possuindo lavoura de cannas e mantimentos.

As 100 braças tinham sido, 50 da herança de seu pae, por amigavel partilha a seus filhos, e 50 por compra que fez a seu cunhado e irmão Lourenço da Rocha. Estas terras eram sertões da sesmaria dada a Manoel Velloso Espinha. Pedia que se lhe fosse mantido na posse das suas terras como até então.

Pela escriptura de venda, de 12 de Novembro de 1765, passada pelo tabellião Luiz Vianna de Souza Gurgel e Amaral, Lourenço da Rocha e sua mulher D. Violante Telles de Menezes compraram a Luiz Telles de Menezes as 50 braças de terras na Guaratiba, em *Sapetibinha*, partindo de uma banda com

terras de Antonio da Fonseca Sardinha e seus filhos, terras que elles vendedores houveram por morte de seu sogro e pae Luiz Telles de Menezes, por partilha amigavel.

Venderam por 5 dolas.

A' rogo da vendedora assignou o Padre João de Araujo Pereira.

Foram testemunhas — Domingos José de Souza e Manoel Simplicio Corrêa de Araujo.

* * *

Ignacio de Oliveira Sardinha, morador na freguezia da Guaratiba, teve noticia que naquella freguezia se achavam 200 braças de terra devolutas, entre as fazendas que partiam de João de S. Alves e as do Guarda mór Francisco de Macedo de Vasconcellos, sobejos de ambas as fazendas.

Como tinha escravos para cultivar e não tinha terras pediu por sesmaria as 200 braças até os sertões alto da serra chamada do Cabussú e Rio da Prata.

Depois de se ouvir a Camara, á 15 de Abril de 1803, que pelos seus officiaes José Roiz de Mattos, José de Oliveira Fagundes, Caetano J. de Almeida e Sá, informou a 11 de Maio, mandou-se que o Conselheiro Chanceller da Relação, em 12 de Maio desse o seu parecer, o qual deu a 1 de Julho.

Anterior á informação da Camara prestou as suas declarações o Capitão da Guaratiba, Domingos de Faria Muniz, em 5 de Maio.

O Vice Rei mandou passar carta, á 2 de Julho.

D. Antonia Maria da Conceição, viuva de Bento Pereira da Rocha, e os seus herdeiros, o Tenente Luiz Domingos de Azevedo e outros senhores e possuidores de varias porções de terrenos no Engenho de Caxamorra, freguezia da Guaratiba, porções que diziam respeito a sub-divizão da metade de uma sesmaria alcançada em 1579 por Manoel Vellozo de Espinha, e tocante a um delle do mesmo nome, cuja metade foi dividida da outra entre seu irmão Jeronymo Vellozo Cubas, que a doou aos Religiosos Carmelitanos, servindo-lhe de divizão o Rio Piraquê até o morro de S. Clara, e d'ahi para o sertão, seguindo o rumo de Norte Sul a semelhança dos possessões que tinham os extinctos padres da Companhia, requereram a S. A. R. medição e demarcação das suas terras.

Por despacho de 11 de março de 1811 mandou-se passar provisão de demarcação.

Antonio da Cunha e Silva e seu irmão, João Pereira da Cunha, filhos e herdeiros de Antonia Maria da Conceição, viuva de Bento Pereira da Rocha, e os herdeiros de Manoel Alves Guerra pediram nova provisão de medição das suas terras por terem perdido a concedida a Antonia Maria da Conceição.

Tiveram despacho em 12 de Julho de 1819. Passou-se provisão a 21 de agosto.

As terras a que se referiam eram as de Carapiá e Caxamorra.

José de Azedias Machado, morador na passagem de Itapuça, era dono de 62 braças e meia de terra de testada, havidas por compra feita a D. Thereza Esperança da Gloria, em 30 de abril de 1794, que partiam por um lado com as terras da Irmandade de S. Salvador do Mundo e por outro com D. Francisca Bernarda de Siqueira, as quaes houve de legitima de seus paes, os fallecidos Francisco de Salles Siqueira e D. Jeronyma Mendes Dorea.

A compra foi feita por 125\$000.

Azedias Machado, por desavenças que teve com o seu vizinho Francisco Antonio Ribeiro, pediu provisão de medição e demarcação que, por despacho de 12 de junho de 1809, lhe foi mandado passar.

Fallecendo Ribeiro, a sua viuva D. Maria Carneiro de Andrade continuou a defender os seus interesses que julgava prejudicados.

Antonio de Souza Barros, pediu medição da fazenda com terras proprias, sitas na Guaratiba, no logar Santa Clara, de meia legua de sertão com 800 braças de testada, confrontando por um lado com os Religiosos do Carmo e por outro com as terras da Fazenda do Capitão Balthazar Rangel de Souza Coutinho, pelos fundos com as terras do Engenho de Margassa.

Passou-se provisão, por despacho de 6 de março de 1811.

O Provedor e irmãos do S. S. da Freguezia de S. Salvador da Guaratiba, requereram provisão para aviventação e tombo das suas terras que diziam já terem sido medidas mas não se achavam descobertos os marcos e divizas.

Passou-se provisão por despacho de 8 de Janeiro de 1816, para o Bel. Joaquim Gaspar de Almeida.

Em 19 de junho de 1818 passou-se provisão para nomeação de escrivão e porteiro da diligencia.

José Garcia do Amaral pediu medição e demarcação da sua Fazenda do Engenho do Margaça, sita na freguezia de Guaratiba em 1816.

Felippe Rodrigues Santiago pediu aviventação dos rumos de sua fazenda de S. Clara, em Guaratiba.

Passou-se provisão, por despacho de 22 de fevereiro de 1816, ao Bel. Joaquim Gaspar de Almeida.

Antonio Alves Silva e outros possuidores de 687 braços de testada na freguezia de Guaratiba, na sesmaria que pediu Manoel Velloso Espinha, na qual, em 1817, estavam varios possuidores, por heranças e compras, porque ostavam possuidores por herança de seu pae e sogro Antonio Cardoso Ribeiro, que as havia comprado, requereram medição na linha da sua testada. Por despacho de 27 de fevereiro de 1817 mandou-se passar provisão.

Joaquim Soares dos Santos pediu e obteve por sesmaria de 4 de abril de 1803, confirmada em 26 de julho, um quarto de legua de terras de testada, com 300 a 400 braças de fundo, principian-

do no porto da Praia funda, correndo a leste para o ponto de Culmain.

Pediui medição que obteve por despacho de 24 de Abril de 1809.

Houve questão de terras entre Soares dos Santos e Francisco Cardoso Ribeiro que, fallecendo, a viuva D. Maria Carneiro de Andrade teve de continuar, indo por fim á consulta do Desembargo do Paço de 17 de Agosto e resolução de 21 do mesmo mez do anno de 1820.

Fermiana Jacinthia da Camara, viuva de Antonio de Oliveira Braga, por si e como tutora de seus filhos menores Francisco e José e outros hereos confinantes ⁽¹⁾ das terras de Antonio Bernardino de Castro, sitas no Carapiá, 600 braças, fazendo testala nas vertentes do Morro Cavado, requereram que tendo obtido de S. A. R. provisão para appellarem da sentença injusta do advogado Joaquim Gaspar, juiz da medição e deante dos ardis e calumnias levantadas, pediam nova provisão.

Por despacho de 5 de Novembro de 1821, mandou-se expedir a provisão, na forma do despacho de 20 de Setembro daquelle anno.

Em 1833, a Camara Municipal desta cidade, em conformidade do codigo do processo criminal e das instrucções respectivas, dividiu a freguezia da Guaratiba em 2 districtos de Juiz de Paz.

O primeiro principiava na Fazenda da Caxomorra, correndo pela margem esquerda do Rio Cabussu, até Curmarim, comprehendendo os bairros de Caxamorra, Matto Alto, Carapiá, Fazenda do Rangel e Rossado das Batatas, Morro Cavado, a margem esquerda do Cabussu de baixo, no lugar onde era o bairro deste nome e a Freguezia, Engenho Novo, Morgado, Serra da Toca, Ilha e Serra da Ilha, Bica, S. Salvador e Serra da Itapuca, Campo de S. João, Barra de Guaratiba, Perigoso e Curmarim.

O segundo principiava na margem direita do Rio Cabussu, contendo todos os bairros desde o Setetibinha até a Pedra que eram :

Setetibinha, Cantagallo de fora, a margem direita do Cabussu, que fazia o bairro deste nome, Margarça, S. Clara, Capoeira Grande, Praia da Pedra, e Campo do Collegio na Pedra, que fazia divizão no rumo da Capella Curada da S. Cruz.

Esta divizão constou do Edital de 5 de Março de 1833, assignado pelo Presidente e Secretario da Camara Francisco Gomes de Campos e Luiz Joaquim de Gouvêa.

⁽¹⁾ Eram confinantes e confrontantes Rosa Maria do Rosario, viuva, e seus filhos Claudiano Coutinho da Camara e Luiz da Camara Coutinho; Catharina Alves de S. Anna e seus filhos, herdeiros de Manoel Alves Guerra e Antonio Pereira da Rocha, e Antonio da Cunha e Silva, unicos herdeiros de Bento Pereira da Rocha.

Com o officio de 28 de Agosto de 1835 dos vereadores da Camara, presidente e secretario, Francisco Gomes de Campos e João Pedro da Veiga, foi remettido copia daquelle Edital ao Ministro do Imperio Joaquim Vieira da Silva Nunes.

O Relatorio do Dr. Ferreira Vianna apresentado em 1873 a Camara Municipal eleita, ao tratar dos limites das Freguezias faz referencias aos de Guaratiba, e a divide em dous districtos, incluindo no 1º os seguintes bairros :

Collegio, Barro Vermelho S. Clara, Magarça, Sepitibinha, Matriz, Engenho Novo, Morro Covado, Carapiá, Matto Alto, Cachamorra, duas estradas sem nome, caminho da Serra da Toca Grande, caminho do Morro Redondo e Cabunqui, cujos caminhos vão todos dar a estrada principal, Morro de S. João, que vae para o Comorim, Serras do Caldeira, Serra do Caetano e Marques até Corropira.

No 2º districto inclue : As estradas — Varzea Grande, Rio dos Piabas, da Ilha, que segue para a Barra da Guaratiba; os caminhos da Toca, de Cabunqui, da Corropira e do Comorim; os morros, Rio da Prata, Toca Grande, Guaratiba, Camorim, Campode S. João e de Cabunqui; as praias, Tijucos, Sarcam-bitiba, de Corropira, Prainha do meio, Camorim, Funda, Perigoso, Perigosinho, Timotheo.

A freguezia em 1873 possuia, segundo o referido Relatorio, 51 casas de negocio, sendo :

Armarinho	1
Droguistas	2
Louça do paiz	3
Loja de Fazendas	3
Padaria	4
Tavernas	38

Monsenhor Pizarro occupa-se com a Freguezia de S. Salvador da Guaratiba quasi que exclusivamente das Capellas que nella existiam.

Deixando de parte este estudo interessante, assim como o da invazão franceza em 1710, pela Guaratiba, sendo então governador daquelle districto, Guaratiba e S. Cruz, o Capitão de Cavallo, Joseph Ferreira Barreto, estudos que se acham impressos e como estes apontamentos se referem mais as modificações territoriaes porque passou aquella Freguezia, apontamentos extrahidos do documentos ineditos, submetto-os a apreciação do Instituto afim de que sejam elles julgados como merecer.

Por falta de praticagem sentem elles a necessidade de um methodo mais positivo e ameno. Coordenados, como se acham, bem mereceram o nome adoptados. Apontamentos.

O estudioso capaz e intelligente fará o resto.

Outubro de 1903.

CHOROGRAPHIA FLUMINENSE

(O Estado do Rio de Janeiro em 1896)

POR

ANTONIO JOSÉ CAETANO DA SILVA

PRIMEIRA PARTE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O territorio do Estado do Rio de Janeiro pertenceu primitivamente ás Capitánias doadas a Martim Affonso de Souza (S. Vicente) e Pedro de Goes da Silveira (Parahyba do Sul ou S. Thomé) estabelecidas em 1535, a primeira a partir da foz do rio Macahé para o Sul, e a segunda daquelle ponto para o Norte.

Cerca de 40 annos depois da fundação das mencionadas capitánias foi constituida á parte a Capitania Administrativa do Rio de Janeiro, que se compoz das terras da mallograda capitania da Parahyba do Sul e de 40 leguas, desmembradas da de S. Vicente.

De 25 de março de 1824 em diante, (data em que foi jurada a Constituição do ex-Imperio) passou a Capitania Administrativa do Rio de Janeiro a denominar se Provincia do Rio de Janeiro, continuando a fazer parte della a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, capital do Brazil, desde 1763.

Por alvará de 16 de janeiro de 1726 foi novamente incorporado ao seu territorio todo o districto da villa de Paraty, que pertencia á Capitania de S. Paulo, desde 1721.

Os territorios das Villas de Campos de Goytacazes e S. João da Barra, comprehendidos entre a foz do Parahyba e do Itabapoana, então *Managé*, que por acto de medição e posse de dezembro de 1743 fôra incorporado á Capitania do Espirito Santo, passou novamente a pertencer á Provincia, pela Lei de 31 de agosto de 1832.

Até então a divisa extrema do Norte do Estado era o Rio Parahyba.

Em virtude do Decreto de 23 de março de 1833 foi desanexado do territorio fluminense e incorporado ao da actual Capital Federal o constituído pela ilha de Paquetá e adjacentes, que até então pertenciam ao municipio de Magé.

Tambem pertenceram ao territorio da cidade do Rio de Janeiro os municipios de Iguassú e Itaguahy.

A lei de 12 de agosto de 1834 (Acto Adicional) separou o territorio da cidade do Rio de Janeiro do da Provincia, para constituir o municipio da Corte, vulgarmente conhecido por Municipio Neutro, hoje Capital Federal, pelo Decreto n. 1, de 15 de novembro de 1889.

A antiga Villa Real da Praia Grande, creada por alvará de 10 de maio de 1819, foi escolhida para Capital da Provincia do Rio de Janeiro, pela lei provincial n. 2, de 26 de março de 1835, sendo pela de n. 6, de 28 daquelle mez e anno, elevada á cathedra de cidade com o nome de *Nichteroy*.

POSIÇÃO ASTRONÓMICA — 22° — 50' e 23° — 19' de latitude austral ou sul; 2° — 9' de longitude oriental e 1° — 42' de occidental.

SUPERFÍCIE — Em sua maior extensão de Norte a Sul mede o Estado 297 kilometros, desde a serra do Batatal até o Cabo Frio, e de Leste a Oeste 528 kilometros, de S. João da Barra á Serra de Paraty, com a superficie de 68,982 kilometros quadrados, approximadamente.

LITTORAL — O littoral do Estado fluminense estende-se a cerca de 800 kilometros.

LIMITES — Ao Norte com o Estado de Minas Geraes pela serra da Mantiqueira; pelos rios Preto, Parahybuna, Parahyba do Sul, riachão do Pirapetinga, rio e serra de Santo Antonio, serras das Frecheiras, Gavião e Batatal; e com o Estado do Espirito Santo, pelo rio Itabapoana; a Leste e ao Sul com o Atlantico; e a Oeste com o Estado de S. Paulo, pelas serras de Paraty, Geral, Bocaina, Ariró, Carioca e pelo riachão do Salto.

POPULAÇÃO E PREDIOS — Segundo os dados escolhidos pelo recenseamento effectuado em 1893, eleva-se a população do Estado a 1.053.817 habitantes, sendo 392.738 a dos districtos urbanos; e de 661.079 a dos ruraes. Destes pertencem ao sexo masculino 540,416 e ao femenino 513,401.

O numero de predios apurados pelo referido recenseamento é de 179.652.

ASPECTO — O solo é bastante ondulado, mais pronunciadamente para o Sul, cujas terras, em parte pantanosas, são baixas, notando-se alguns montes, ramificações da serra do mar; ao Norte a zona é uberrima e o sólo mais igual; ha extensos valles regados por numerosos rios que affluem ao Parahyba.

A costa é geralmente baixa desde a barra do Itabapoana até Macahé, mais elevada dahi até ao porto do Rio de Janeiro.

OROGRAPHIA — Além das cadeias e serranias limitrophes, pertencentes todas á grande cordilheira oriental ou maritima, existem para o interior, á margem esquerda do Parahyba, as serras da Pedra Sellada, Minhocas, das Cruzes, do Rio Bonito, da Taquara e das Aboboras, todas situadas no territorio que se adianta para a margem direita e confluencia do Parahybuna.

A' margem direita do Parahyba, vindo do Oeste prolongam-se as serras das Lages, de Itaguahy, Pirahy, de Macacos, do Rodeio, dos Men'ses e de Sant'Anna.

A serra dos Orgãos, que se ergue ao poente da bahia do Rio de Janeiro, da qual dista cerca de 80 kilometros, desenvolve-se para Leste. O ponto mais culminante desta serra está a 1.190 metros do nivel do mar.

Suas diferentes partes tem os nomes de Therezopolis, Estrella, Petropolis, Tinguá, e quando se prolongam para o Norte denominam-se : Paquequer, S. João, Capim, Agua Quente, Macacú, Sant'Anna, Friburgo, Imbé, Macapá, que se vão inter-nando na direcção septentrional, emquanto as de S. João, Cru-bixaes, Santo Antonio, Quimbira, Bertha e Iriy inclinam-se para Leste.

Algumas se mostram proximas do mar.

O ponto mais culminante encontra-se na serra do Tinguá com 1.350 metros.

CLIMA — Na parte meridional, entre o mar e a cordilheira que o acompanha, o clima é quente e humido, em razão da natureza alagadiça dos pontos situados nas proximidades do littoral ; doentio na zona baixa e pantanosa que borda a parte oriental da bahia, onde reinam endemicamente febres de máo caracter.

Na parte septentrional denominada *serra da cima*, a mais extensa, o clima é temperado, agradável e saluberrimo ; é nella que se acham edificadas as cidades de Petropolis, Therezopolis e Friburgo, pontos bastante recommendaveis por sua salubridade.

Rios

Os rios do Estado do Rio de Janeiro, pôem ser considerados nos quatro seguintes grupos :

- 1.º Os que se lançam no Oceano ;
- 2.º Os que se lançam na bahia do Rio de Janeiro.
- 3.º Os que se lançam na bahia de Angra dos Reis.
- 4.º Os que se lançam nas diversas lagoas.

Entre os rios tributarios do Oceano propriamente dito, contam-se :

1.º *O Itabapoana*, o antigo Managé dos naturaes, notavel por ser o limite Norte do Estado Fluminense com o do Espirito Santo.

Nasce da serra do Espigão, neste ultimo Estado, e é navegavel em grande extensão por barcos de pequeno calado. Recoebe pela margem direita o Santo Eduardo e o Muquim e pela esquerda o S. Pedro. Fôrma diferentes cachoeiras, sendo as mais notaveis a do Inferno e a da Fumaça.

2.º *O Parahyba do Sul*, a mais consideravel corrente que rrega o territorio fluminense.

Nasce com o nome de Parahytinga, em um pequeno lago existente na serra da Bocaina, Estado de S. Paulo, cujo territorio atravessa, descrevendo uma extensa curva. Penetra no Estado fluminense por Itatyiaia, atravessando os municipios de Rezende, Barra Mansa, Barra do Pirahy, Parahyba do Sul, Sapucaia, Carmo, Itaocara, Santo Antonio de Padua, Cambucy, S. Fidelis, Campos e S. João da Barra. E' navegavel com mais ou menos difficuldade, na parte superior de seu curso, entre

a freguezia de S. José do Campo Bello e a Barra do Pirahy, cerca de 125 kilometros.

A quatro kilometros acima de S. Fidelis, sua navegação é franca; d'alli em diante, porém, em razão das diversas cachoeiras que forma, só é navegavel por barcaças ou balsas, em uma extensão de 105 kilometros.

Em varios pontos encontram-se os mesmos obstaculos, superados, porém, muitos em razão da Estrada de Ferro Central e outras vias ferreas que o atravessam, as quaes facilitam a communicação entre os pontos navegaveis e as estações das respectivas vias-ferreas.

Na direcção de E. N. E. e por espaços mui consideraveis corre este rio apertado entre gargantas formadas pela evasão das aguas de suas margens.

Nessa direcção, depois de percorrer cerca de 500 kilometros, desce por uma depressão da serra do mar e se lança no Oceano, junto a cidade de S. João da Barra, depois de um curso total de 950 kilometros.

Suas margens são cortadas em grande extensão pela Estrada de Ferro Central do Brazil, que a transpõe em varios pontos, pela do Commercio e Rio das Flores, que o atravessa percorrendo tambem suas margens e pela via-ferrea de Santo Antonio de Padua, que o segue desde as proximidades daquelle cidade, até a de S. Fidelis.

Em nota do relatório que acompanhou a carta chorographica do rio de Janeiro dizem Bellegarde e Niemeyer, autores desta: «O rio Parahyba, desde que se desprende dos terrenos montuosos acima da cidade de Campos, parece ter occupado antigamente a Lagoa Feia, e por effeito da força transversal verificada no pendulo Foucault haver successivamente mudado seu leito para a esquerda, até achar os obstaculos das terras altas do Nogueira. Esta observação confirma a theoria desenvolvida por M. Binot.»

Entre os seus affluentes da margem direita, citaremos:

O *Bananal*, que vem do municipio de igual nome do Estado de S. Paulo;

O *Barra Mansa*, que banha a cidade deste nome;

O *Pirahy*, formado com outros na serra geral; banha a cidade de seu nome, e se lança no Parahyba, junto á cidade da Barra do Pirahy. Entre seus affluentes da margem direita conta-se o Sant'Anna, que corre pelo revez da serra do Tinguá, em direcção opposta ao Parahyba;

O *Piabanha*, que nasce na vertente occidental da serra dos Orgãos e banha a cidade de Petropolis, recolhendo em seu seio o Itamaraty, o Fagundes, o Morto e outros pouco consideraveis;

O *Paquequer*, que banha os municipios do Carmo e Sumidouro;

O *Dous Rios*, formado da junção do rio Negro com o Grande. Aquelle vem das fraldas da serra do Paquequer e este da serra do Subaio, em Macacú; o principal affluente do rio

Negro é o Macuco, que banha os districtos de Macuco e Cordeiro; e do rio Grande, o Bengalas, que atravessa a cidade de Nova Friburgo, e o S. José, que banha o districto de S. José do Ribeirão.

São tributarios da margem esquerda do Parahyba, entre outros:

O *Salto*, uma das divisas do Estado Fluminense com o de S. Paulo;

O *Turvo*, que vem da freguezia deste nome e é engrossado á direita pelo Vermelho;

O *Parahybuna*, engrossado pelo Preto, que nasce na serra da Mantiqueira, Estado de Minas. Junta-se com o Parahyba, proximo a estação de Entre Rios;

O *Angi*, que vem da serra da Pedra Branca, em Minas Geraes;

O *Pirapetinga*, que vem do municipio de Leopoldina, Estado de Minas Geraes, e limita este Estado com o Fluminense;

O *Pomba*, que banha a cidade de Padua, e nasce na serra da Mantiqueira, lugar denominado serra do Sapateiro, a três leguas acima de Barbacena, e desagua no Parahyba, cerca de meia legua além da villa de Itaocara;

O *Muriahé*, ou Buricé, do Gentio, no Estado de Minas Geraes, nas mattas da serra dos Bagres, banha o municipio de Itaperuna e recebe á direita o Carangola, que atravessa o municipio do seu nome. Desagua emfrente a cidade de Campos. Offerece alguma difficuldade sua navegação, que só é feita na distancia de 46 kilometros, contados de sua foz. Tal difficuldade é superada pela via-ferrea de Carangola;

O *Macahé*, primitivamente rio dos Bagres, que vem da serra de seu nome, banha a cidade de Macahé e se lança no Oceano, em frente ás ilhas de San'Anna. E' navegavel na distancia de 56 kilometros contados de sua foz.

O *S. João*, que banha a cidade da Barra de S. João. E' navegavel em uma extensão de 50 a 60 kilometros, desde a sua foz até a lagoa de Juturnahyba, por barcos de pequeno calado que conduzem para o littoral os productos da lavoura de Capivary e Barra de S. João.

Lançam-se na Bahia do Rio de Janeiro:

1.^o O *Guaxindiba*, que nasce na serra de Itaipú e recebe a esquerda o Alcantara; atravessa o municipio de Itaborahy, separando-o do de S. Gonçalo.

Seu curso é de cerca de 9 kilometros, a maior parte navegavel.

Em frente á sua foz existe um delta que na vasante fica em parte descoberto.

2.^o O *Macacú*, maior de todos, quer pelo volume e extensão do seu tracto, banhando importantes povoações, como tambem pela fertilidade de seu valle atravessado pela via ferrea de Cantagallo.

Nasce na serra da Boa Vista, municipio de Nova Friburgo.

Seu curso é de cerca de 100 kilometros, navegavel em grande parte, sendo de 450 metros a largura de sua foz.

Entre seus affluentes estão o Batatal, Casseribú, o Aldeia e o Guapyassú.

Este rio banha os municipios de Itaborahy, Macacú e Friburgo.

3.º *O Guapy*, que nasce na serra dos Orgãos; tem um curso superior a 50 kilometros e banha o districto do mesmo nome. Divide os municipios de Itaborahy e Magé.

4.º *O Magé-mirim*, que nasce tambem na serra dos Orgãos e banha grande parte do municipio de Magé.

5.º *O Magé*, que vem das vertentes da serra dos Orgãos e rega a cidade do mesmo nome. Tem um curso de cerca de 40 kilometros.

6.º *O Iriry*, que tem origem em varios brejos da baixada da serra dos Orgãos. E' em parte navegavel.

7.º *O Suruhy*, que nasce tambem nas vertentes da serra dos Orgãos e banha o districto do mesmo nome.

8.º *O Inhomerim*, que procede das altas montanhas da serra da Estrella e banha a séde da antiga villa.

São seus affluentes o Piabanha, o Cayoaba, o Saracurana e o Cachoeira, em cuja confluencia se forma uma bella cascata.

Antes de abertas ao trafego as vias ferreas que communicam o Estado fluminense com o de Minas, era este rio sulcado por grande numero de barcos, que faziam activo commercio entre a Capital do ex-Imperio e a antiga villa da Estrella, ponto obrigado de communicacão para o referido Estado de Minas.

9.º *O Iguassú*, que é o mais caudaloso depois do Macacú. Nasce na serra do Tinguá, atravessa o municipio de seu nome e lança-se na bahia, pela margem septentrional, depois de receber varios cursos d'agua.

Este rio teve tambem dias de prosperidade, perdendo-a desde que para o centro do Estado se internou a Estrada de Ferro Central do Brazil.

10.º *O Sarapuhy*, que nasce nas serras da Cachoeira e do Mendanha, sendo engrossado pelos rios Gericinó, Jacutinga e Itaúna.

Banha tambem o municipio de Iguassú.

11.º *O Merity*, divisa da Capital Federal com o Estado do Rio.

Nasce na serra do Bangú e recebe o rio das Pedras e o Pavuna.

Lançam-se na bahia de Angra dos Reis :

1.º *O Guandú* (Guandú grande), que tem por affluente, na margem esquerda, o Guandumirim, ambos limitrophes com a Capital Federal.

Forma-se da junccão do ribeirão das Lages com o Santa Anna e lança-se em frente á ilha de Marambala.

2.º *O Itaguahy*, que nasce nas montanhas elevadas de São João Marcos e atravessa este municipio do nascente para o poente.

- 3.º O *Ibitiguassu*, limite de Itaguahy com Mangaratiba.
 - 4.º O *Caratucuaia*, limite de Mangaratiba e Angra.
 - 5.º O *Mambucaba*, que separa o municipio de Angra do de Paraty.
 - 6.º O *Paraquê-assu*, que atravessa a cidade de Paraty.
 - 7.º O *Paraty-mirim*, que banha o districto do mesmo nome.
- Lançam-se na lagoa Feia :
- O *Macabú*, que nasce na serra dos Curubixaes e o *Ururahy* que se origina da lagôa de Cima, onde se lança o Imbé, oriundo da serra do mesmo nome.
- Na de Juturnahyba, o *Capivary*.
- Na de Maricá, o *Bambuy*, que communica a mesma lagôa com a de Gururupina.

Lagôas

Nas costas de léste e sul do Estado são encontradas numerosas lagôas, entre as quaes se notam as seguintes :

A do *Campello*, no municipio de Campos, á margem septentrional do Parahyba, com a qual se communica por um braço.

A de *Cima*, também em Campos, em cuja margem meridional assenta a séde do districto de Santa Rita, e na septentrional a de S. Benedicto.

E' alimentada por varios rios. De aspecto gracioso, são as adjacencias desta lagôa, bordadas de pittorescos outeiros e risonhas colinas habitadas em grande extensão.

A *Feia*, que banha os municipios de Campos e Macahé e é a mais consideravel e soberba de todas. Em sua maior largura mede cerca de 23 kilometros, tendo 600 kilometros de circumferencia. Entre seus numerosos tributarios contam-se o *Ururahy* e o *Macabú*, que desaguam ao Norte.

Na confluencia deste ultimo rio acha-se a séde do districto de Nossa Senhora das Dores.

Esta lagôa é navegavel por grandes canoas e podia selo por barcos apropriados, attenta a natureza de seus canaes e baixios.

Communica-se com o Oceano por um braço denominado Furado.

A de *Carapebús*, em Macahé ; está ao sul da precedente, da qual dista cerca de 30 kilometros.

O aspecto de suas margens é agradavel.

Em seu seio lançam-se muitos riachos e brejos.

A de *Imboassica*, ao sul do rio Macahé ; banha este municipio e o da Barra de S. João.

A de *Juturnahyba*, em Capivary, atravessada pelo Bacaxá e margeada em grande parte pelo ramal ferreo de Macahé.

A de *Araruama*, a maior depois da Feia.

Em sua circumferencia banha os municipios de Cabo Frio, S. Pedro d'Aldeia e Araruama.

E' muito piscosa. Desde 1882 é navegada por barcos a vapor de uma empresa particular, que trazem aos emporios da Capital da Republica os productos de suas margens.

A de *Saquarema*, em cuja extremidade meridional assenta a cidade desse nome.

A de *Maricá*, no municipio deste nome.

Portos

Na costa de Leste acham-se os seguintes portos:

Itabapoana. Na barra do rio deste nome.

O de *S. João da Barra*.

O de *Imbetiba*, em Macahé.

O do *Rio das Ostras*, na Barra de S. João.

O do *Cabo Frio*.

O dos *Buzios*.

Ao Sul acham-se, entre outros, os de:

Mangaratiba.

Angra dos Reis.

Ariró.

Jurumerim.

Paraty.

Cabos e Pontas

Os cabos são dous: de *S. Thomé*, a Leste e *Frio*, ao Sul.

As pontas são em numero consideravel na costa do Sul e entre ellas estão: a *Criminosa*, *Grossa*, *Ferradura* e *Geribá*, em Cabo Frio; *Negra*, em S. Gonçalo; *Carangueijos*, em Mangaratiba; *Drago*, *Tapary* e *Castelhanos*, na Ilha Grande; *Joatinga* e *Cajaiá*, em Paraty.

Ilhas

São em grande numero as ilhas proximas da costa deste Estado.

As do grupo de *Sant'Anna*, em numero de tres, fronteiras á foz de Macahé.

A de *Cabo Frio* e o grupo que a cerca, das quaes as principaes são: a do *Francez*, a dos *Porcos*, a dos *Papagaios* e a *Comprida*.

A da *Marambaia*, onde se encontra a restinga de seu nome, que mede mais de 37 kilometros de extensão. No extremo meridional desta ilha ergue-se o pico da Marambaia.

Na bahia de Angra dos Reis:

A *Grande*, que é a mais consideravel de todas, séde do districto de seu nome.

Neila está edificado o lazareto, que funciona desde 1884, e onde são abrigados os viajantes procedentes de portos suspeitos de infecção.

As de *Itacurussá*, *Guahyba*, *Jorge Grego* e *Gipoia* e o numeroso grupo das que povoam a enseada de Jurumerim.

Na bahia do Rio de Janeiro, são encontradas a das *Flores*, onde se acha estabelecida a hospedaria de immigrants, a do *Engeño*, a do *Tavares*, *Mocanguê grande* e *pequeno*, *Conceição*, etc.

Bahias

Grande parte do littoral existente ao Sul do Estado é banhado pelas magnificas bahias do Rio de Janeiro e Angra dos Reis, abrangendo esta os municipios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, e parte do de Itaguahy e aquella os de Nictheroy, S. Gonçalo, Itaborahy, Macacú, Magé e Iguassú.

A bahia do Rio de Janeiro, mui justamente denominada a mais bella do mundo, demora a $22^{\circ} - 54'$ e $23'$ de lat. Sul e $2^{\circ} - 52' - 42''$ de long. O. de Greenwich.

Sua maior extensão, contada da ponta de S. João á foz do rio Magé, é de 30 kilometros e a maxima largura entre as boccas dos rios Merity e Macacú, é de 28 kilometros.

A sua circumferencia é de 140 kilometros ou cerca de 25 leguas.

A sua entrada, assás estreita, é de um e meio kilometro, dividida em duas partes, uma praticavel e outra não, medindo aquella 900 metros.

A bahia de *Angra dos Reis*, que se estende desde o extremo Sul da ilha de Marambaia até a ponta de Joatinga, no municipio de Paraty.

Da ponta do Gambella, no districto de Jacuacanga, á do Piraguares de Fóra, no da Conceição da Ribeira, tem esta magestosa bahia, na sua parte completamente abrigada pela Ilha Grande que lhe fica fronteira, 39 kilometros de extensão, assim como mais de 18 de largura do porto da cidade aos de Matariz e Sitio Forte naquella ilha.

Já a seu respeito disse voz autorizada: «Em nenhuma parte do mundo existe bahia tão vasta e defensivel, mais abrigada e de melhores profundidades do que a formada pela Ilha Grande e o continente. Ella é quatro vezes maior do que a do Rio de Janeiro.»

Instrução publica ; reinos mineral, vegetal e animal

A instrução secundaria é ministrada pelos Lyceus de Nictheroy, Campos e Barra Mansa e pelo Gymnasio Fluminense onde são ensinados todos os preparatorios exigidos para a matricula dos cursos superiores.

A instrução primaria está confiada ás escolas de ambos os sexos.

O numero de todas estas escolas é de cerca de 800.

Accrescendo o das mantidas pelas municipalidades, que excedem de 200, póde se dizer que a instrucção publica primaria no Estado é ministrada com vantagem.

O reino mineral do Estado não póde incontestavelmente competir com o de Minas; teve elle outr'ora algum ouro que foi explorado e talvez ainda tenha, nos limites com o de Minas; ferro, porém, tem em abundancia; de granito, possui montanhas gigantescas; marmores em Campos; de pedra calcarea tem grande quantidade e de argila para louça possui tambem especies variadas e das mais bellas. A industria ceramica, póde alli ser exercida em larga escala e com grandes vantagens.

Quanto ao reino vegetal, o grande desenvolvimento que a agricultura alli tem tido, fez necessariamente desaparecer a maior parte das extensas florestas seculares que cobriam esse uberrimo territorio; não obstante, ainda assim, abundam alli excellentes madeiras de construcção e arvores de tinturaria, plantas medicinaes, textis e oleosas. As especies fructiferas são numerosas, prestando-se algumas á explorações industriaes de muito proveito, como, por exemplo, a goiaba e o caju, que servem para doce, conserva e vinhos dos mais apreciados do paiz.

SEGUNDA PARTE

OS MUNICIPIOS

Angra dos Reis

Antigo municipio maritimo, situado ao sul do Estado sobre a magestosa bahia de seu nome.

Foi creado em 1608.

Limita-se ao Norte com o Estado de S. Paulo e o municipio fluminense do Rio Claro; a Leste com o municipio de Mangaratiba; a Oeste com o de Paraty e ao Sul com a referida bahia de Angra dos Reis.

Referem os chronistas que a primeira expedição mandada por D. Manoel em viagem de exploração pela costa do Brazil aportára, a 6 de janeiro de 1502, nessa formosa bahia a que dera o nome de Angra dos Reis, commemorando assim o dia em que a Igreja Catholica celebra a festa dos Reis Magos.

O littoral daquelle bahia e as numerosas ilhas que a povoam eram habitados pelo gentio (Goyanazes).

Somente em 1556 começou a ser povoada pelos portuguezes a região descoberta por Martim Affonso de Souza.

Os Goyanazes muito obstaram a posse das terras que occupavam, travando serios combates em que muitas vezes foram vencedores. Supplantados, afinal, pelo valor dos portuguezes, refugiaram-se no interior da capitania de S. Vicente.

Os portuguezes de posse do littoral e da importante ilha Grande trataram de attrair para alli grande numero de familias da metropole, compostas de agricultores, que foram os primeiros beneficiadores das terras fecundas dessa região.

Por alvará de 27 de junho de 1808 foi creada a comarca de Angra dos Reis, hoje de 2ª entrancia. A comarca só foi instalada a 27 de janeiro de 1829.

Este municipio faz parte do 5º districto eleitoral do Estado. Abrange uma superficie de 670,53 kilometros quadrados.

Pelo recenseamento a que se procedeu em 1893 foi a sua população computada em 22.46 habitantes.

O numero de predios era então de 3.125.

Alem de algumas e-colas mantidas pela municipalidade, ha 20 custeadas pelo Estado.

A amenidade do clima reunida á excellencia das aguas e á sua feliz situação concorrem para a merecida reputação sanitaria em que é tido este municipio.

O solo é fértil, porém, pouco cultivado, reanimando-se a lavoura existente de canna e café pela abertura ao tráfego da via ferrea que vai ligar este município ao de Barra Mansa.

Uma linha de pequenos vapores que partem de Sepetiba, no Distrito Federal, communica o município com aquella parte da União.

A serra do Mar prolonga-se pelo Norte do município, com os nomes particulares de Frade, Ariró e Capivary. Em uma ramificação da serra do Frade eleva-se o pico do mesmo nome, que mede 1.400 metros.

Na ilha Grande existem as serras de Matariz, Retiro e Abrahão (ao centro), cujo ponto culminante é o Bico do Papagaio com 950 metros de altitude.

Além do Mambucaba e do Caratuaia, que limitam o município a Oeste e a Leste, banham-no os rios Campinho, Japubyba, Capoteira, Ariró, Bracuchy e muitos outros, todos tributarios da enseada de Jurumirim; o Camorim e Jacuecanga, que desaguam na enseada de Jacuecanga; o dos rios Capivary, Piraqué e Matariz, que atravessam o districto da ilha Grande e se lançam no Oceano.

O Bracuchy é o mais extenso e caudaloso rio do município.

Em seu curso forma uma bellissima queda d'agua superior a 1.300 metros, que é avistada a grande distancia.

A pittoresca enseada de Jurumirim dá origem aos portos de seu nome, Ariró, Itanema e Frade e abriga mais de 70 ilhas, entre as quaes se notam a Comprida, que é a maior, e a Cunhambebe, residencia do cacique Goyanaz daquelle nome.

Além dos portos indicados existem os de Mambucaba, no districto deste nome e os de Abrahão e Sitio Forte formados pela enseada das Palmas, na ilha Grande.

Espalhadas pela bahia propriamente dita existem numerosas ilhas das quaes se destaca pela extensão e importancia a Grande, situada em frente á cidade, medindo 40 kilometros no maior comprimento.

A ilha da Gipoia, com 18 kilometros de extensão, está fronteira ao districto da Ribeira. Proximas á Grande estão entre outras as de Jorge Grego e Palmas.

As lagoas de Leste e Sul estão nestes pontos da ilha Grande e são muito piscosas.

O município de Angra dos Reis está dividido nos cinco districtos seguintes:

1º DISTRITO—*Cidade de Angra dos Reis*—Está situado á margem septentrional da bahia de seu nome.

A primitiva séde da cidade estabeleceu-se no logar denominado Villa Velha, pelo anno de 1560. Alli se edificou uma capella dedicada a N. S. da Conceição e por carta regia de 1593 foi elevada a freguezia, e a villa em 1608.

Por dissensões que se deram entre seus habitantes foi a séde da villa transferida em 1624 para o logar em que está hoje a cidade, sendo tambem para elle removida a freguezia, por provisão de 3 de fevereiro de 1625.

Foi declarada cidade por decreto provincial n. 6, de 28 de margo de 1835.

A sua posição astronomica com referencia ao meridiano do Rio de Janeiro é, segundo observações feitas por Bellegarde, de 23°-1' de latitude Sul; 1°-6'-13" de longitude Oeste.

A área occupada pelo districto da cidade é de 53,10 kilometros quadrados.

A população é calculada em cerca de 5.000 habitantes e o numero de predios em 600 approximadamente.

Ha 6 escolas primarias mantidas pelo Estado.

A cidade está edificada em uma planicie na encosta do monte de Santo Antonio, com excellente porto e optima e abundante agua.

Além do edificio daquelle convento, são notaveis o da matriz, o do Hospital da Misericordia, subvencionado pelo Estado. Existe alli uma collectoria de rendas com agencia da Caixa Economica e uma agencia do Correio.

E' um dos pontos mais salubres do Estado.

2º DISTRICTO—*Ribeira*—Constituido pela antiga freguezia de N. S. da Conceição da Ribeira situada ao Sul do municipio, sobre a margem septentrional da bahia.

A freguezia foi creada por alvará de 12 de junho de 1824.

Seu territorio pertenceu, primitivamente, ao da cidade.

A 8 de setembro de 1771 foi aberta ao culto divino uma capella mandada construir por Custodio Gomes da Silva, na sua fazenda da Ribeira.

Essa capella ainda hoje serve de matriz.

A industria por excellencia é a assucareira: as terras prestam-se extraordinariamente ao plantio da canna.

A enseada de Jurumirim, suas ilhas e portos estão comprehendidos no territorio deste districto.

Existem muitos engenhos para o fabrico de aguardente, e destes o mais notavel é o da Companhia Engenho Central de Brachy, estabelecido á margem fertilissima deste rio.

Cultivam-se tambem muitos cereaes.

A superficie é de 150 kilometros quadrados.

A população de 5.000 habitantes, occupando cerca de 800 predios.

São excellentes as condições sanitarias deste districto.

Ha no districto 5 escolas primarias.

3º DISTRICTO—*Jacuecanga*—Situaado a Leste do municipio, é este districto banhado em grande extensão pela bahia de Angra dos Reis. Compõe-se do territorio da antiga freguezia da Santissima Trindade, creada pela lei n. 864, de 10 de setembro de 1856, sob a invocação de N. S. das Dores, substituida por aquella pela lei n. 1.074, de 1 de dezembro de 1858.

Banham-no os rios Jacuecanga, Capoteira e Caratucala, que o limita com o municipio de Mangaratiba.

A sede está edificada á margem septentrional da enseada de Jacuecanga, entre o rio deste nome e o Camorim.

Serve de matriz a capella do extinto seminario de Jacuecanga, instituido pelo padre Joaquim Francisco do Livramento.

A superficie é de 56 kilometros quadrados.

O numero de habitantes em 1893 era de 2300 e o de predios attingia a 400.

4º DISTRICTO — *Mambucaba* — Seu territorio fica a Oeste do municipio, marginando em grande extensão a bahia de Angra dos Reis.

E' constituido pelo da antiga freguezia de Nossa Senhora do Rosario de Mambucaba, creada por edital de 1 de fevereiro de 1802 e desmembrada da cidade.

Banham-no o rio Mambucaba e seus numerosos afluentes. O numero de habitantes em 1893 era de 2300 e o de predios orçava por 300.

Superficie 217,93 kilometros quadrados.

Ilha no districto duas escolas.

A lavoura é pequena e decadente.

5º DISTRICTO — *Ilha Grande* — E' constituido pelo territorio da antiga freguezia de Sant' Anna da Ilha Grande, estabelecida em frente á cidade de Angra dos Reis e creada por ordem episcopal de 8 de Janeiro de 1803.

Occupada, primitivamente, pelo gentio, foi doada por Martim Affonso de Souza ao Dr. Vicente da Fonseca, em virtude de carta de 24 de Janeiro de 1559.

Em Dezembro desse anno o Dr. Vicente da Fonseca com sua familia foi alli residir, expulsando os naturaes, depois de renhido combate.

A sede deste districto demora no extremo norte da ilha.

A superficie desta mede 193,50 kilometros quadrados, sendo de 40 kilometros a sua maior extensão.

Pelo recenseamento de 1893 foi computado em 7665 o numero de seus habitantes e em 944 o de predios edificados.

Desde 1884 funciona nesta ilha, sobre a bahia de Abrahão, o lazareto mandado construir pelo Governo Central, estabelecimento destinado á estadia de passageiros procedentes de portos suspeitos ou infeccionados.

No lugar denominado Dous Rios está estabelecida uma colonia correccional, a cargo do Governo da União.

Até o principio do seculo XIX existiu nesta ilha um dos estabelecimentos de armação concedidos á Braz de Pina para pesca da baleia, o qual começou a funcionar nos fins do seculo XVI.

Está ligado a este districto um dos factos da nossa Historia Patria. Na enseada das Palmas, em 1864, por occasião do conflicto Christie, foram abrigados os navios nacionaes aprisionados pelo vapor de guerra inglez *Stromboli* e outro.

A lavoura deste districto é activa e muito productora.

O plantio de cereaes e canna é feito em grande escala.

As condições sanitarias são excellentes.

Araruama

Município meridional e marítimo, banhado, interiormente, pela lagôa de seu nome.

Limita-se ao Norte com os municípios da Barra de S. João e Capivary; a Leste pelo de S. Pedro da Aldeia; ao Sul pelo Oceano e a Oeste pelos municípios de Saquarema e rio Bonito.

Até 1852 fez parte do município de Cabo Frio, tendo sido incorporado ao de Saquarema pela lei provincial n. 628, de 17 de Outubro daquelle anno.

A lei provincial n. 1128, de 6 de Fevereiro de 1859, extinguiu o município de Saquarema e creou o de Araruama, que ficou áquelle reunido, tendo por sêde a freguezia de S. Sebastião de Araruama.

Restabelecido o município de Saquarema pela lei n. 1180, de 24 de Julho de 1860, ficou subsistido o de Araruama a cujo território foi annexado o da freguezia de S. Vicente de Paulo, até então pertencente a Cabo Frio.

E' uma comarca de 1.^a entrancia, creada pela lei n. 1.637, de 30 de Novembro de 1871.

Pertence ao 1.^o districto eleitoral do Estado.

A área deste município mede 513,85 kilometros quadrados.

O numero de seus habitantes, conforme o recenseamento de 1893, é de 23180 e o de predios edificados de 3592.

A municipalidade mantém escolas primárias em diferentes pontos do município e o Estado mais de vinte.

Pelos portos do Capitão-Mór e Mataruna, existentes na lagôa de Araruama, têm sahida os productos do município, abundante em café e canna.

A lagôa de Araruama é, depois da Feia, a maior do Estado. Mede 40 kilometros de comprimento de E. a O. e dous de largura, communicando-se com o mar por um canal que desemboca em Cabo Frio.

Em suas formosas margens ha abundantes salinas naturaes. As terras deste município são excellentes e bem cultivadas.

Existem alguns engenhos de assucar e muitos estabelecimentos de grande e pequena lavoura.

São tres os districtos municipaes, a saber:

1.^o DISTRICTO — *Cidade de Araruama* — Está edificada á margem occidental da lagôa de Araruama.

Seu territorio, cuja superficie mede 334,90 kilometros quadrados, é o da antiga freguezia de S. Sebastião de Araruama, creada por ordem episcopal de 10 de Janeiro de 1799. Foi anteriormente um curato, por provisão de 5 de Março de 1698, sob a invocação de N. S. do Cabo, fundado na fazenda de Paraty, tendo por matriz a capella da mesma fazenda pertencente a Martim Correa Vasquianes.

Arruinada aquella capella, tratou o padre Antonio Gonçalves Marinho de construir uma outra, que é a existente no lugar então conhecido por Mataruna.

Emquanto não foi aberta ao culto a nova capella serviu de matriz a existente no lugar denominado Hospicio, dedicada a S. Sebastião e erecta pelos frades do convento de N. S. dos Anjos de Cabo Frio.

Concluidas as obras da nova matriz, começou esta a funcionar a 20 de Outubro de 1867.

Em virtude do decreto que creou o municipio teve a freguezia de Araruama o título de villa, sendo elevada á cathedra de cidade por decreto de 22 de janeiro de 1890.

Sua posição astronomica, observada por Bellegarde, é de 22° — 52' — 24, de Latitude Sul e 44' — 45" de Longitude Este.

Em 1893 elevava-se a população a 8789 habitantes e o numero de predios edificados a 1200.

O rio Mataruna atravessa a cidade affluindo para a lagôa de Araruama.

O Estado mantem, 11 escolas primarias.

Produce café, canna e cereaes.

O clima é ameno.

2º DISTRICTO — *Morro Grande* — Este districto foi creado por decreto de 28 de Maio de 1892, constituido o seu territorio do da povoação do mesmo nome, até então pertencente ao districto da cidade, a Leste desta.

O numero de seus habitantes era em 1893 de 7112 e o de predios edificados attingia 1.032.

E' banhado pelo rio Iguaba.

A cargo do Estado existem sete escolas primarias distribuidas pela seguinte forma: uma na séde, uma na povoação de Maribondo, uma na da Trindade, uma na da Boa Esperança, uma na da Prodigio, uma na de Aurora e uma na de Lagôa do Peixe.

A lavoura predominante é a da canna de assucar.

3º DISTRICTO — *S. Vicente de Paulo* — Esta situado ao Norte do municipio, sendo constituido pelo territorio da freguezia daquela invocação, creada pela lei n. 977, de 13 de Outubro de 1857.

Até 1854 fez parte do territorio da freguezia de S. Pedro d'Aldeia.

Por lei n. 737, de 28 de Outubro daquelle anno foi creado o curato de S. Vicente de Paulo, no lugar denominado Pavuna. Foi incorporado ao municipio de Araruama por decreto n. 1.180, de 24 de Julho de 1860.

A sua superficie é calculada em 168, 95 kilometros quadrados.

A população era em 1893, de 7.300 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se então a 1.300.

O Estado mantem nesse districto 5 escolas primarias.

Cultiva-se muito café e, em pequena escala, canna de assucar. A maior parte desses generos de produção são levados ao mercado do Rio de Janeiro pela E. F. Leopoldina, que os recebe na estação de Juturnahyba.

Barra Mansa

Município importante e prospero situado na parte occidental do Estado, tendo por limites ao Norte o Estado de Minas Geraes, pelo rio Preto; a Leste os municípios fluminenses de Valença e Barra do Pirahy; ao Sul o do Rio Claro e o Estado de S. Paulo e a Oeste o município de Rezende.

Foi creado por decreto de 3 de Outubro de 1832 e installado a 16 de Fevereiro do anno seguinte.

O seu territorio, que abrange uma area de 927.203 kilometros quadrados, foi desannexado do de Rezende.

E' uma comarca de 2ª entrancia, creada por Dec. n. 1.637, de 30 de Novembro de 1871.

A cultura e producção de café é extraordinaria, constituindo a sua maior riqueza.

O rio Parahyba atravessa-o de O. a L., dividindo-o quasi a meio.

No mesmo sentido percorre o município a via ferrea Central do Brazil, que nelle tem as estações de Volta Redonda, Barra Mansa, Saudade, Pombal e Divisa.

Da estação da Saudade parte para o Sul o ramal ferreo Bananalense.

O município é tambem servido pelas vias ferreas da Barra Mansa, Angra dos Reis e da Barra Mansa a Catalão, no Estado de Goyaz.

Além do Parahyba do Sul banham-n'o os rios Barra Mansa, Preto, Turvo, Agua Quente e Patriarcha.

A população, segundo o recenseamento de 1893, foi calculada em 28.652 habitantes e o numero de predios edificados attingiu a cerca de 3.500.

Além do Lyceu e Escola Normal, estabelecidos na cidade da Barra Mansa, existem vinte escolas primarias, todas mantidas pelo Governo do Estado.

A cargo da municipalidade ha tambem escolas primarias.

O município em geral é salubre.

Compõe-se dos seis seguintes districtos:

1º DISTRICTO — *Cidade da Barra Mansa* — Demora junto á confluencia do rio de seu nome com o Parahyba.

Curato em 1829, sob a invocação de S. Sebastião, foi primitivamente uma povoação que teve origem nos fins do seculo XVIII.

Elevada á cathegoria de freguezia por lei n. 170, de 15 de maio de 1832, teve o fôro de villa em virtude do decreto de 3 de Outubro de 1832 que creou o município, tendo obtido o titulo de cidade por decreto de 15 de Outubro de 1857.

A sua posição astronomica observa-se por Bellegarde é de 22°—32'—36" de Lat. Sul e 59°—30" de Long. Oeste.

Abrange uma superficie de 211,05 kilometros quadrados.

Pelo recenseamento de 1893 foi computado em 12.233 o numero de seus habitantes e em 1.400 o de predios edificados.

Em 1896 foram installados a Escola Normal e o Lyceu de Humanidades, desta cidade, creados pela lei n. 164, de 26 de Novembro de 1896. Além do edificio deste estabelecimento existem alli o da Camara Municipal, o da Misericórdia, subvencionado pelo Estado, o da collectoria e agencia da Caixa Economica.

O Estado custeia sete escolas primarias.

A Cidade da Barra Mansa está a 377 metros do nivel do mar e dista 151 kilometros da Capital Federal, á qual se liga pela Estrada de Ferro Central do Brazil desde 16 de Setembro de 1871, data em que foi aberta ao trafego a estação alli existente.

Partem da mesma cidade as vias ferreas de Barra Mansa á Angra dos Reis e da Barra Mansa a Catalão.

E' a séde do 5º districto eleitoral do Estado.

Estão tambem comprehendidas no territorio deste districto as estações da Volta Redonda, Saudade e Pombal do ramal de S. Paulo (Estrada de Ferro Central do Brazil). A primeira foi inaugurada a 16 de Setembro de 1871 e está a 9 1/2 kilometros abaixo da cidade, com a altitude de 374 metros.

As de Saudade e Pombal estão a 2 1/2 kilometros e a 12 kilometros acima da mesma cidade. Aquella tem a altitude de 378 metros e esta de 381 metros.

A povoação de Volta Redonda é bastante florescente.

Pertencem ainda a este districto os povoados de Carvalhos e Roseta.

O commercio é activo.

As condições hygienicas desta cidade melhoraram consideravelmente depois de estabelecida a importante rêle de esgotos que a municipalidade fez construir conjunctamente com o novo serviço de distribuição de agua potavel.

2º DISTRICTO — *Divisa* — Creado por decreto de 28 de Maio de 1892 e situado a Leste do município, confinando com o de Rezende.

E' banhado pelo Parahyba e percorrido pela Estrada de Ferro Central do Brazil, que tem uma de suas estações na séde, a qual foi inaugurada a 10 de Agosto de 1872.

Dista cerca de 19 kilometros da cidade da Barra Mansa.

A sua altitude é de 387 metros.

O clima é ameno e o lugar muito procurado pelos doentes.

Foi ahí que a 29 de Junho de 1895 falleceu o marechal Floriano Peixoto, primeiro Vice-Presidente da Republica.

A população, segundo o recenseamento de 1893, era de 1.831 habitantes e o numero de predios edificados attingia a 170.

A cargo do Estado existem neste districto duas escolas.

A estação de Divisa está em communicação com as povoações do Porto Real e Quatis por barcos que sulcam o Parahyba e pelas estradas de rodagem que conduzem áquelles pontos.

3º DISTRICTO — *Espirito Santo* — O territorio deste districto occupa o extremo sul do municipio, confinando com o Estado de S. Paulo.

Foi antigamente uma aldeia e curato, creado em 1836.

Por lei n. 308, de 20 de Março de 1844 foi elevado á freguezia.

O seu territorio abrange uma superficie de 114,70 kilometros quadrados.

A sua população em 1893 era de 1.838 habitantes, e o numero de predios attingia a 396.

Ha duas escolas primarias.

Em 1883 foi aberta ao trafego na séde deste districto a estação da Estrada de Ferro Bananalense, pela qual se corresponde diariamente com a cidade da Barra Mansa, distante 15 kilometros.

Pertence a este districto a povoação do Rialto, que é tambem uma das estações da Estrada de Ferro Bananalense.

Banha o districto o rio Bananal.

A principal lavoura é a do café.

4º DISTRICTO — *Amparo* — A povoação demora á margem esquerda do rio Turvo.

Curato em 1833, foi elevado á freguezia por lei n. 308, de 29 de Março de 1874.

A sua superficie é de 313,94 kilometros quadrados.

A população era em 1893 de 5.952 habitantes, e o numero de predios elevava-se a 236.

O Estado mantem duas escolas.

Depois do districto da cidade é este o mais importante pela sua opulenta lavoura de café.

5º DISTRICTO — *Quatis* — Situada á margem do ribeirão dos Quatis, abrange este districto uma superficie de 131,34 kilometros quadrados.

Curato sob a invocação de N. S. do Rosario, por decreto n. 487, de 30 de Maio de 1849, foi elevado á cathogoria de freguezia por lei n. 549, de 30 de Agosto de 1851.

Banham-no tambem os rios Parahyba e Vermelho, afluente daquelle.

A sua população compunha-se em 1893 de 3.433 habitantes e o numero de seus predios attingia a 432.

São custeidas pelo Estado tres escolas primarias.

A municipalidade subvenciona tambem uma escola na povoação de Catumby.

O districto é servido pela via-ferrea Barra Mansa á Catalão.

É muito recommendavel por sua salubridade.

Produz café, canna e cereaes.

6º DISTRICTO — *S. Joaquim* — O territorio deste districto está situado ao Norte do municipio.

Curato por decreto n. 485, de 30 de Maio de 1849, foi elevado á freguezia pelo de n. 573, de 9 de Outubro de 1851.

A sua superficie é de 156 kilometros quadrados.

A população era de 3.465 habitantes por occasião do ultimo recenseamento.

O numero de predios foi então calculado em 759.

O Estado mantém quatro escolas e a municipalidade uma no logar Calundú.

Por sua elevada situação e pela amenidade de seu clima, é este um dos pontos mais salubres do Estado,

Produce muito café e cereaes.

Barra do Pirahy

Novo e importante municipio situado na parte occidental do Estado.

Foi creado por decreto de 10 de Março de 1890, sendo seu territorio composto das freguezias de S. Benedicto da Barra (sede do municipio); de S. José do Turvo e de N. S. das Dôres, todas desmembradas do municipio do Pirahy, e bem assim da de Santa Cruz dos Mendes, desannexada do de Vassouras.

O municipio foi installado a 14 de Abril de 1890.

Confina ao Norte com o municipio de Valença; a Leste com os de Valença, Vassouras e Pirahy; ao Sul com os de Vassouras e Pirahy e a Oeste com o da Barra Mansa.

Teve o titulo de comarca por decreto de 10 de Março de 1890.

Extincta a comarca por decreto de 19 de Dezembro de 1891, foi restabelecida pela lei n. 43 A, de 1 de Março de 1893.

A sua superficie é calculada em 886,30 kilometros quadrados.

Pertence ao 5º districto eleitoral do Estado.

O numero de habitantes em 1893 elevava-se a 17.185 e o de seus predios construidos attingia a 2.573.

O Estado mantém onze escolas primarias, existindo outras a cargo da municipalidade.

Por sua industria e producção é o municipio da Barra do Pirahy um dos mais prosperos do Estado fluminense.

Banham-no os rios Parahyba, Pirahy e Sacra Familia.

O clima em geral é ameno.

A principal lavoura deste municipio é a do café.

Está dividido nos quatro seguintes districtos:

1º DISTRICTO — *Cidade da Barra do Pirahy* — Está edificada na confluencia do Pirahy com o Parahyba e situada a 356^m,6 acima do nivel do mar.

A povoação data do principio do seculo XIX, tendo augmentado consideravelmente do anno de 1864 em diante, época em que se construiu a estação da Estrada de Ferro Central do Brazil, cujo trafego foi ali inaugurado a 7d e Agosto daquelle anno.

Por decreto provincial n. 2779, de 3 de Novembro de 1885, foi a povoação elevada á cathegoria de freguezia, sob a invocação de S. Benedicto, sendo-lhe conferido o titulo de cidade pelo decreto que creou o municipio.

Dista 108 kilometros do Districto Federal com que se communica pela referida Estrada de Ferro Central do Brazil, que alli se entronca nos ramaes de S. Paulo e Porto Novo.

Parte tambem dessa cidade o ramal ferreo de Santa Isabel do Rio Preto, inaugurado a 20 de Outubro de 1881, dirigindo-se ao Estado de Minas Geraes, depois de haver atravessado varios pontos do municipio de Valença.

Além das officinas das Estradas de Ferro citadas existem na cidade varios estabelecimentos fabris e industriaes, sendo muito importante e numeroso o seu commercio.

A posição astronomica local é de 22° — 27' — 12" de latitude Sul e 39° — 48" de longitude Oeste.

A superficie é de 195,32 kilometros quadrados.

A população, composta na maior parte de operarios, era em 1893, de 7.190 habitantes.

Havia então 1.403 predios edificados.

O Estado custeia cinco Escolas. Ha alli junto á Directoria de Rendas uma agencia da Caixa Economica.

A Repartição dos Correios dispõe tambem de uma agencia.

Pertence a este districto a povoação de Sant'Anna, distante cinco kilometros da cidade, onde existe uma estação da Estrada de Ferro Central do Brazil, inaugurada a 7 de Agosto de 1864.

A altitude desse lugar é de 362 metros.

2º DISTRICTO — N. S. das Dôres — Está situado a Noroeste do districto da cidade.

Foi elevada á freguezia por lei n. 307, de 28 de Março de 1844, sendo até então um curato, sob a invocação de N. S. das Dôres.

Suas terras são ferteis : produzem muito café e cereaes.

O seu commercio é bastante animado.

O seu territorio abrange uma area de 278,80 kilometros quadrados.

O numero de seus habitantes era em 1893 de 4291.

Os predios construidos elevavam-se então a 318.

O Estado custeia duas escolas.

E' banhado pelo ribeirão das Minhocas, oriundo da serra do mesmo nome e afluente do Parahyba.

No territorio deste districto está edificada a estação da Vargem Alegre, da Estrada de Ferro Central do Brazil, distante 122 kilometros da Capital Federal e inaugurada a 20 de Janeiro de 1871.

3º DISTRICTO — Turvo — O territorio deste districto está situado na parte septentrional do municipio e é constituído pela freguezia de S. José do Turvo, creada por lei provincial n. 302, de 28 de Setembro de 1855.

Até então era um curato e pertencia ao municipio da Barra Mansa.

A séde do districto assenta á margem direita do rio Turvo, tributario do Parahyba.

A superficie deste districto é 235,78 kilometros quadrados.

A sua população pelo recenseamento de 1893 era de 2262 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se então a 438.

Ha no districto duas escolas primarias.

O café é o principal producto da lavoura.

As condições hygienicas são boas e muito saudavel todo o districto.

4º DISTRICTO — *Mendes* — Jaz este districto ao sul do municipio, compondo-se seu territorio da freguezia de Santa Cruz dos Mendes, creada pela lei n. 808, de 29 de Setembro de 1855, pertencente então ao municipio de Vassouras.

Eleva-se a 412 metros sobre o nivel do mar.

A superficie é de 159,36 kilometros quadrados.

A população era em 1893 de 3442 habitantes.

O numero de predios elevava-se então a 414.

O Estado mantem duas escolas.

Os productos de sua lavoura são exportados pela estação de Mendes, da Estrada de Ferro Central do Brazil, inaugurada a 7 de Agosto de 1864, distante 16 1/2 kilometros da cidade da Barra e 92 do Districto Federal.

E' atravessado pelo ribeirão da Sacra Familia, em cuja margem direita está a respectiva séde, prospera povoação pittoresca e muito procurada na estação calmosa, pela excellencia do clima.

Ha neste districto dous estabelecimentos fabris, um de phosphoros, pertencente á Companhia Brazil Agricola e outro de papel, a cargo de uma sociedade anonyma.

Barra de S. João

Municipio maritimo, situado a SE do Estado.

Limita-se ao norte com o municipio de Macahé; a léste com o Oceano; ao sul com os municipios de Araruama, S. Pedro d'Aldeia e Cabo Frio; e a oeste com o municipio de Capivary.

Foi primitivamente um aldeamento de índios Guarulhos, estabelecido no lugar hoje conhecido por Aldeia Velha, que demora no extremo occidental do municipio.

Constituido em municipio por lei provincial n. 394, de 19 de Maio de 1846, só foi installado a 15 de Setembro de 1859, em virtude do decreto n. 1075, de 1 de Dezembro de 1858, que dispensou o municipio das obrigações impostas pelo decreto de sua creação, referentes á construeção de casa para camara e cadeia. Seu territorio foi desmembrado do municipio de Cabo Frio.

Por decreto de 5 de Maio de 1890 teve o predicamento de comarca, sendo esta extinta pelo de 19 de Dezembro de 1891.

O Estado tem a seu cargo 14 escolas primarias em todo o municipio.

O seu fôro está hoje subordinado ao da comarca de Macahé.

O municipio pertence ao 1º districto eleitoral do Estado.

A sua superficie é de 631, 57 kilometros quadrados.

A população em 1893 era de 10866 habitantes.

O numero de predios edificados attingia então a 2146.

O territorio deste municipio é percorrido pelo ramal ferreo de Macahé, que nelle tem as estações de Indayassú, Rocha Leão, Rio Dourado e California.

Prolongam-se pelo municipio as serras limitrophes de S. João e Iriry.

Regam seu sólo os rios Macahé, S. João, Aldeia Velha, Bonito, Lontra, Indayassú e das Ostras. O rio S. João, que corre ao norte do municipio, é navegavel até 50 kilometros da sua foz, por pequenos barcos de cabotagem que conduzem aos mercados proximos madeiras de construcção e os productos da lavoura do municipio, constantes de café, aguardente e cereaes.

A lagoa de Imboassica, ao norte, é commum a este municipio e ao de Macahé.

São dous os districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Cidade da Barra de S. João* — Está edificada junto á foz do rio S. João, em uma nesga de terra plana, de cerca de 1 kilometro na maior largura, margeada a léste pelo Oceano e a oeste por aquelle rio.

A primitiva povoação foi estabelecida no lugar conhecido por Aldeia Velha, onde o capuchinho italiano Francisco Maria Tali fundou um aldeamento de indios Guarulhos, levantando em 1748 uma capella dedicada á Sacra Familia.

Em 1761 foi creada a freguezia, sob a invocação de Sacra Familia de Ipuca, declarada perpetua em 1800.

Arruinada a capella e sujeito o lugar a epilemias, foi a séde da freguezia transferida para o local em que está a cidade, recebendo a freguezia o nome de S. João Baptista, orago da capella que passou a servir de matriz.

A freguezia teve o titulo de villa pela lei que creou o municipio, sendo elevada á categoria de cidade por decreto de 20 de fevereiro de 1890.

A sua posição astronomica é de 22º — 35' — 23'' de latitude S. 1º — 6' — 24'' de longitude E.

O seu territorio abrange uma area de cerca de 300 kilometros quadrados.

O numero de habitantes era em 1893 de 7038.

Os predios edificados até então eram em numero de 1384.

O Estado mantem seis escolas.

Na povoação da California existe uma estação do ramal ferreo de Macahé.

A cidade é muito pittoresca e salubre.

Sulcam o rio S. João innumerous barcos de cabotagem, alguns dos quaes sobem até o porto dos Tres Morros, conduzindo para o mercado do Rio de Janeiro, além de madeiras de construcção

extrahidas de suas florestas, café, aguardente e cereaes. Ha nesta cidade uma casa de caridade, subvencionada pelo Estado.

Ao norte do districto, e á margem do rio das Ostras, está a aprazivel povoação do mesmo nome, com bom porto navegado por barcos de cabotagem.

A margem esquerda do rio S. João, e a alguns kilometros acima da cidade, está a povoação de Lontra, tambem banhada pelo rio de seu nome.

2º DISTRICTO — *Indayassu* — Fica situado ao norte do municipio e foi creado por decreto de 11 de Agosto de 1890.

A sede deste districto, cuja altitude é de 27 metros, é banhada pelo rio Indayassú e servida por uma das estações do ramal ferreo de Macahé.

Dista 126 $\frac{1}{2}$ kilometros da cidade de Neitheroy.

A sua superficie é de pouco mais de 300 kilometros quadrados.

Sua população era em 1893 de 3828 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se então a 764.

São custeidas pelo Estado oito escolas.

As povoações de Rocha Leão e Rio Dourado são estações do ramal ferreo de Macahé e distam de Indayassú, a primeira 24 $\frac{1}{2}$ kilometros, e a segunda 34 kilometros.

Por sua feliz situação, salubridade e producção é este districto muito prospero.

Nelle nasceu o mavioso poeta Casimiro de Abreu.

Bom Jardim

Municipio central, creado pela lei n. 37, de 17 de Dezembro de 1892, constituido da povoação de seu nome, desannexado do municipio de Cantagallo e da freguezia de S. José do Ribeirão, desaggregados do de Nova Friburgo.

Foi installado a 6 de Março de 1893.

Confina ao norte com os municipios de Cantagallo e Duas Barras; á léste com o de S. Francisco de Paula; ao sul, com o de Macahé e a oeste com o de Nova Friburgo.

Pertence ao 3º districto eleitoral do Estado.

Seu foro está subordinado ao da comarca de Nova Friburgo. A população, conforme o recenseamento de 1893, era de 13.221 habitantes.

O numero de predios elevava-se então a 1.507.

O Estado mantém cinco escolas primarias.

Este municipio é um dos mais prosperos e salubres do Estado.

O seu territorio abrange uma superficie de cerca de 500 kilometros quadrados.

A lavoura predominante é a do café.

São dous os districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Villa do Bom Jardim* — Povoação florescente e saudavel, marginal á via ferrea de Cantagallo, da qual é uma estação, inaugurada a 7 de Março de 1875.

Por deliberação de 21 de Novembro de 1887, foi creado districto de paz.

Disto da cidade de Cantagallo 29 1/2 kilometros; da de Nova Friburgo 28 1/2 kilometros e da de Nietheroy 137 kilometros.

A superficie do districto da villa é de mais de 200 kilometros quadrados.

Sua população em 1893 foi calculada em 2.174 habitantes.

O numero de seus predios era então de 359. Entre estes está o da collectoria das rendas e agencia da Caixa Economica.

Situado entre montanhas, goza este districto de um excellente clima superior ao de Nova Friburgo.

A lavoura é rica e o commercio prospero.

Terras excellentes ao plantio de café, exportado em grande escala.

2º DISTRICTO — *S. José do Ribeirão* — Demora ao sul do municipio, sendo seu territorio constituido do da antiga freguezia do mesmo nome.

Curato até 1857, foi elevado a freguezia por lei n. 969, de 13 de Outubro desse anno.

O decreto de 6 de Julho de 1891 constituiu o municipio de seu nome, extinto pelo de 28 de Maio de 1892.

Incorporado novamente ao municipio de Nova Friburgo, foi delle desannexado para fazer parte do de Bom Jardim, em virtude da lei que creou este municipio.

A sede deste districto demora á margem esquerda do Ribeirão de S. José, entre duas collinas.

A superficie do districto é de 365,10 kilometros quadrados.

Sua população em 1893 era de 11.047 habitantes.

O numero de predios attingia então a 1.148.

O districto é muito saudavel.

Suas terras são excellentes, produzindo abundante café.

Cabo Frio

O municipio de Cabo Frio é o mais antigo do Estado e demora no extremo sul, banhado pelo Atlantico.

Foi tambem o de maior área. Esta, porém, acha-se hoje muito reduzida pela criação dos municipios de Barra de S. João, Saquarema, Araruama e S. Pedro d'Aldea, todos constituidos de territorios que pertenceram ao de Cabo Frio.

A sua criação data de 13 de Novembro de 1615 em que foi expedido o respectivo alvará.

Limita-se ao norte, pelos rios S. João e Una, com o municipio de Barra de S. João; á leste e a sul com o Oceano; e a oeste com os municipios de S. Pedro d'Aldêa e Araruama.

A fama de que gozavam as suas florestas abundantes em pão-brazil attrahiu para alli grande numero de exploradores francezes e hollandezes que, ajudados pelos tamoyos, faziam larga provisão para a metropole, mantendo no littoral estabelecimentos notaveis.

Constantino Menelau, governador do Rio de Janeiro, depois de ter expellido os tamoyos refugiados nesta parte do continente e os seus alliados, arrazando suas fortificações e os estabelecimentos de pão-brazil, fundou a 15 de Agosto de 1615 a povoação de Cabo Frio.

Teve o titulo de comarca por alvará de 20 de Maio de 1815.

Pertence ao 1º districto eleitoral do Estado.

A sua superficie mede 685,27 kilometros quadrados.

A população recenseada em 1893 elevava-se a 10.632 habitantes.

A cargo do Estado existem quatorze escolas primarias, além das mantidas pela municipalidade.

O numero de predios edificados até 1893 era de 1600.

Proximas á costa estão espalhadas muitas ilhas, como a do Francez, Papagaio, Comprida, dos Pargos, do Breu e de Cabo Frio, em cujo extremo meridional assenta Cabo Frio.

Em uma das eminencias deste Cabo, conhecida pelo nome de Focinho de Cão, ergue-se um bello pharol, cuja luz alcança 37 kilometros, o qual serve de guia aos navegantes daquella parte do Estado.

A ilha do Cabo Frio, de vegetação exuberante, é muito visitada pelos caçadores do littoral. Alli existe uma formosa queda d'agua sagada.

A pittoresca e futura enseada dos Buzios prolonga-se pela costa leste e offerece seguro porto, de bastante profundidade.

No começo do seculo XIX existia á margem dessa enseada um importante estabelecimento de armação de pesca de baleias, que era então ramo muito rendoso, hoje extinto pelo desapparecimento do cetaceo.

Desse ponto deve partir a via ferrea que se dirige á Inday-assú, cujos trabalhos já foram iniciados.

No extremo leste do municipio estão as pontas Criminosa, Grossa, Ferradura e Jeribá.

A industria do sal e da pesca é muita explorada e bem assim a da cal que é explorada em grande escala.

A lavoura e o commercio são insignificantes.

Com o apparecimento de febres de máo caracter tem este municipio perdido a reputação sanitaria de que gozava.

São dous os seus districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Cidade de Cabo Frio* — Está situada na extremidade oriental da península formada, de um lado pelo Oceano e de outro pela lagôa de Araruama, prolongando-se na direcção de leste para oeste, até encontrar o municipio de Saquarema, em uma extensão de 45 kilometros approximadamente.

Em meio da península está a povoação de S. Benedicto da Passagem, proxima ao lago Itajuru, cuja agua, de côr vermelha, é muito apreciada por suas qualidades medicinaes.

A povoação de Cabo Frio teve o titulo e o fôro de cidade por alvará de 13 de Novembro de 1615.

Em 15 de Agosto desse anno foi creada a freguezia, sob a invocação de N. S. da Assumpção.

A sua posição astronomica é de 22° — 54' — 21" de latitude sul e 1° — 2' — 6" de longitude este.

O territorio do districto da cidade abrange uma superficie de 428,07 kilometros quadrados.

A sua população em 1893 era de 8.126 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se a 1.200. Entre estes figuram o da Matriz, o da Misericordia, subvencionado pelo Estado, e o do Recolhimento de Orphãos.

O Estado custeia duas escolas primarias.

O porto da cidade abre-se á entrada da lagôa de Arauama e offerece abrigo seguro ás embarcações que o procuram.

O Estado custeia duas escolas primarias.

A producção de cal e sal é abundante. Esses productos abastecem consideravelmente o mercado do Rio de Janeiro.

Nesta cidade nasceram os poetas Pedro Luiz e Teixeira e Souza.

2° DISTRICTO — *Araçá* — O territorio deste districto, cuja área é de 457,20 kilometros quadrados, prolonga-se ao norte e a léste do municipio.

Foi creado pelo decreto de 20 de Janeiro de 1891.

Banham-no os rios S. João e seus affluentes Camurupy, Garulho e Itaquarussú.

A sua população era em 1893 de 2.506 habitantes.

O numero de predios construidos elevava-se a 440.

Ha no districto tres escolas mantidas pelo Estado, duas na séde e uma na povoação Camurupy.

Cambucy

Está situado a noroeste do Estado.

Desmembrado do municipio de S. Fidelis para constituir o de Monte Verde, creado por decreto de 6 de Maio de 1891, foi novamente incorporado áquelle, por haver perdido a categoria de municipio, em virtude do decreto de 28 de Maio de 1892.

Restabelecido o municipio de Monte Verde pela lei n. 24, de 5 de Novembro de 1892, passou a denominar-se Cambucy pela de numero 213, de 13 de Dezembro de 1895, que transferiu a séde para o districto do mesmo nome.

O decreto de 6 de Julho de 1891 creou a comarca de Monte Verde, extincta pelo de 19 de Dezembro do mesmo anno.

Seu fôro está sujeito ao da comarca de S. Fidelis.

Pertence ao 3º districto eleitoral do Estado.

Confina ao norte, com o município de Itaperuna; a léste com os de Itaperuna e Campos; ao sul com os de S. Fidelis e Itaocara e a oeste com os de Itaperuna e Santo Antonio de Padua.

O territorio deste município, que occupa uma superficie de 1417,34 kilometros quadrados, é uma das zonas fluminenses mais productoras de café. Cultivam-se tambem canna de assucar e cercaes.

A população, em 1893, era composta de 19.134 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se então a 3619.

O Estado mantém 5 escolas primarias.

Regam o solo deste município o Parahyba, ao sul; o Muriaé a norte e a léste; e o Pomba a oeste.

Atravessa-o a serra das Frecheiras. As vias ferreas Santo Antonio de Padua e Carangola servem a grande parte deste município.

São 4 os districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Villa de Cambucy* — O territorio deste districto, (antigamente conhecido por Vallão d'Antas ou Meia Legua) está ao sul do município, sobre a margem esquerda do Parahyba.

Foi creado por acto de 29 de Outubro de 1890.

Até 1895 foi um simples districto municipal. A lei n. 213, desse anno, elevou-o a villa, transferindo para ella a séde do município, que então recebeu o nome deste districto.

E' atravessado pela via ferrea de Santo Antonio de Padua, que tem na villa uma estação, inaugurada em junho de 1890 e distante 26 kilometros da cidade de S. Fidelis, 43 de Padua e 75 1/2 de Campos e

A população em 1893 elevava-se a 5486 habitantes.

O numero de predios era então de 1004.

O Estado mantem duas escolas.

A lavoura por excellencia é a de café.

A villa tem sido invadida por febres de máo character.

2º DISTRICTO — *Monte Verde* — Estabelecido ao norte da actual séde, em uma das eminencias da serra das Frecheiras.

Primitivamente foi um arraial conhecido pelo nome de Vallão Grande, aberto e edificado a expensas do abastado fazendeiro José Alves Pereira e de outros cidadãos.

Até 1861 foi um curato, sob a invocação de Senhor Bom Jesus do Monte Verde. Nesse anno, por decreto n. 1200, de 4 de novembro, teve o predicamento de freguezia, e o de villa em 1891, quando foi creado o município de Monte Verde, titulo que conservou até 1895, em que o perdeu pela transferencia da séde do município para o districto de Cambucy.

O seu sólo é fertilissimo, produzindo abundante e excellente café.

Em 1893 o numero de habitantes era de 5593.

O numero de predios edificados era então de 991.

O Estado custeia tres escolas.

Pertence a este districto a povoação da Santa Rita das Frecheiras, que assenta sobre uma extensa e aprazível planície, á margem esquerda do rio Pomba, atravessada pelo Vallão das Frecheiras. Começou a povoar-se em 1865. Comunica-se com os municípios proximos pela estação do Funil, a um kilometro de distancia da povoação, por onde são exportados os generos de sua produção. Ha alli uma capella dedicada a Santa Rita. As terras são férteis e o local salubre.

3º DISTRICTO — *S. João do Paraíso* — O territorio deste districto está situado ao norte do município e abrange uma vasta e bella planície do valle do Muriahé.

Foi doado em 1864 pela familia Almeida Pereira.

Teve o predicamento de districto de paz por acto de 13 de Novembro de 1885.

Foi creado freguezia por decreto n. 2373, de 12 do Novembro de 1879, ainda não reconhecido canonicamente. Constitue tambem um districto de paz.

E' atravessado em parte pela via ferrea de Carangola, que a poucos kilometros da sede tem uma estação, a de Monção, aberta ao trafego a 1 de junho de 1880, pela qual são exportados quasi todos os productos de sua lavoura.

A serra do Pio prolonga-se a oeste do districto.

A população, em 1893, era de 3033 habitantes.

O numero de predios era então de 731.

Ha duas escolas estaduais.

4º DISTRICTO — *S. José de Uba* — Seu territorio está a leste do município, abrangido pelas vertente da Vallão de S. Domingos, affluente do Muriahé, que banha o districto a leste.

Foi creado por decreto 28 de Maio de 1892.

A população, em 1893, era de 5022 habitantes.

Os predios elevavam-se então a 933.

A lavoura é exclusivamente de café, exportado pelas estações de S. Domingos e Cubatão, da via ferrea de Carangola, situadas no territorio do districto e inauguradas a 9 de Junho e a 5 de Dezembro de 1881.

Ha no districto duas escolas primarias mantidas pelo Estado.

Campos

Este município, que é o mais vasto, rico e populoso do Estado, occupa a parte oriental do mesmo Estado e é dividido longitudinalmente pelo rio Parahyba em duas zonas, comprehendendo a do norte 6 districtos municipaes e a do sul 9.

Confina ao norte com o município de Itaperuna; a leste com o de S. João da Barra e o Oceano; ao sul com o de Macahé e o Oceano; e a oeste com os municípios de Monte Verde, S. Fidelis e Santa Maria Magdalena.

Foi uma das primeiras povoações constituídas por colonisadores portugueses.

Seus primitivos habitantes foram os Goytacazes, tribu aguerida e forte, que vagava pelas vastas planícies desta região fluminense.

Depois de varias tentativas infructíferas, foi creado este municipio por acto de 2 de Setembro de 1673, sendo installado em Maio de 1676.

Por decreto de 1 de Junho de 1753 foi incorporado á capitania do Espirito Santo, voltando novamente a fazer parte do territorio fluminense pela lei de 3 de agosto de 1832.

Por decreto de 15 de Janeiro de 1833 teve o titulo de comarca, actualmente de 2^a entrancia, com duas varas municipaes.

A sua superficie mede 3675,47 kilometros quadrados.

O numero de seus habitantes, segundo o ultimo recenseamento, é de 105.534.

O de predios edificados era então de 19856.

O Estado mantem cerca de oitenta escolas de ambos os sexos

A sua lavoura é de muito desenvolvimento, contando-se grande numero de estabelecimentos agricolas.

O café e a canna de assucar são os principaes ramos de sua exportação. Cultivam-se tambem muitos cereaes.

São innumerables os estabelecimentos fabris de assucar, aguardente e goiabada, quasi todos montados com machinismos aperfeçoadissimos.

Abundantes e preciosas salinas povoam seu extenso littoral e vastas campinas e montanhas cobrem-se de profusa vegetação e florestas, offerecendo aquellas pastagens fecundas á industria pastoril assás desenvolvida, produzindo suas florestas excellentes madeiras de construção.

O commercio é activo e numeroso.

A navegação dos rios, lagôas e canaes é sempre crescente.

Numerosos estabelecimentos de instrucção publica e particular, destacando-se daquelles a Escola Normal e Lyceu de Humanidades instituidos na cidade de Campos, associações litterarias e bibliothecas attestam tambem o progresso intellectual deste auspicioso torrão.

Consideraveis cursos d'agua regam o seu solo e entre elles o magestoso Parahyba, o Muriahé, o Guarulhos e o Itabapoana. Diversas lagôas espalham-se pelo seu territorio, como a Feia, a de Cima, a do Tavares, a de Jesús, Piabanha, Pedras, Saudades e muitas outras.

Cruzando-se em diversas direcções cortam-n'o as vias ferreas de Macahé e Campos, Campos a S. Fidelis, S. Sebastião, Carangola e Campista.

Com taes predicados é inquestionavelmente o municipio de Campos o mais adiantado do Estado do Rio de Janeiro. São em numero de quinze os seus districtos municipaes, a saber:

1^o E 2^o DISTRICTOS — Cidade de S. Salvador de Campos dos Goytacazes — Está situada á margem direita do Parahyba, que o banha em uma extensão de 4 kilometros.

A sua posição astronómica, observada por Bellegarde, é de 21°—45'—39" de latitude sul e 1°—45'—58" de longitude este.

A area da cidade comprehende 2 districtos municipaes e mede 342 kilometros quadrados, occupados por cerca de 6500 predios. A população, segundo o recenseamento de 1893, era de 26951 habitantes

E' a séde do 2º districto eleitoral do Estado.

Freguezia em 1674 sob a invocação de S. Salvador, que lhe fôra dada por Salvador Corrêa de Sá e Benevides, o mais rico e poderoso possuidor das terras da mallograda capitania da Parahyba do Sul, o qual construiu uma capella no local em que está hoje a matriz da cidade.

Villa pela creação do municipio, foi installada em Maio de 1676 e elevada á categoria de cidade por lei provincial n. 6 de 28 de Março de 1835.

E' o ponto terminal das vias ferreas Macahé e Campos (inaugurada a 13 de Junho de 1873) e o inicial da S. Fidelis (inaugurada a 10 de Outubro de 1891), S. Sebastião (inaugurada a 5 de Junho de 1873) e Campista, que se dirige á foz do Parahyba, inaugurada a 11 de Abril de 1896, com o desenvolvimento de 40 kilometros.

O seu commercio é rico e importante. Ha diversas lojas, officinas e fabricas, bancos, companhias, agencia da caixa economica e do correio, collectoria de rendas, theatros, hospitaes e associações beneficentes e recreativas.

E' illuminada a luz electrica e o serviço de encanamento d'agua filtrada e esgotos é feito por uma companhia fiscalisada pelo Estado.

Além do Lyceu de Humanidades e Escola Normal a elle annexa, ha escolas primarias mantidas pelo Estado, muitos estabelecimentos particulares de instrucção secundaria e do 1º gráo. Todos estes elementos de riqueza, de progresso material e intellectual attestam o adiantamento da cidade.

Dista da Capital Federal cerca de 390 kilometros e está em communicação diaria com quasi todo o Estado pelas ferro-vias mencionadas.

Suas condições sanitarias são em geral boas, excepto nos districtos servidos pelo Parahyba, onde na estação calmosa se desenvolvem febres de máo character.

3º DISTRICTO — *S. Gonçalo* — Está situado na parte meridional do municipio.

Seu territorio abrange em grande parte uma vasta campina fôcundada de brejos e lagôas.

Atravessa-o a via ferrea S. Sebastião, em cuja margem direita assenta a séde do districto, da qual é uma das estações, com o nome de Goytacazes, inaugurada a 5 de Junho de 1873 e distante 14 kilometros da cidade de Campos.

A sua superficie é 182,24 kilometros quadrados.

O numero de seus habitantes, pelo recenseamento de 1893, era de 5831 e o de predios edificados era de 1141.

Ha quatro escolas primarias, duas na séde, uma na povoação de Campo Limpo e outra na de S. Martinho.

Em 1722 foi a povoação elevada a curato, e a freguezia por edital de 11 de Setembro de 1763.

As suas terras produzem abundantemente canna de assucar e arroz.

São numerosas as fabricas de assucar e aguardente, quasi todas movidas a vapor.

A industria pastoril é consideravel.

Faz parte do territorio deste districto a estação de Ururahy, inaugurada a 13 de Junho de 1873, distante 10 kilometros da cidade de Campos, com que se communica pela via ferrea de Macahé a Campos.

Da referida estação de Ururahy parte o ramal ferreo para a povoação do Cupim e se emprega geralmente no transporte de cannas para a grande usina alli existente.

4º DISTRICTO — *Mussurepe* — Pertence tambem este districto a parte meridional do municipio.

Foi creado por decreto de 4 de Junho de 1892.

Sua séde demora á margem esquerda do rio Ururahy e dista cerca de 9 kilometros da cidade de Campos.

Sua população, pelo recenseamento de 1893, era de 3797 habitantes e o numero de predios edificados elevava-se a 661.

Os productos da lavoura deste districto são o café e a canna de assucar.

Faz parte do districto a povoação de Santo Amaro, a margem esquerda do rio da Onça, tributario da lagoa Feia.

5º DISTRICTO — *Mineiros* — Tambem pertence á parte meridional do municipio.

Dista 23 kilometros da cidade de Campos, a que se liga pela via ferrea de Campos a S. Sebastião, de que é a estação terminal.

Foi creado por decreto de 4 de Junho de 1892.

A sua população, segundo o recenseamento de 1893, era de 6906 habitantes.

O numero de seus predios elevava-se então a 1209.

Produz café, canna e cereaes. O cabo de S. Thomé e o respectivo pharol estão situados neste districto, que abrange grande extensão do littoral.

6º DISTRICTO — *S. Sebastião* — Occupa tambem a parte meridional do municipio.

Seu territorio é o da antiga freguezia de S. Sebastião, creada por alvará de 5 de Fevereiro de 1811, e estende-se por uma vasta planicie que se prolonga até á costa oriental do Estado e a grande parte da margem da lagoa Feia.

A séde do districto está edificada á margem oriental da lagoa do Calumins e dista da cidade de Campos 18 kilometros e 200 metros, communicando-se com ella pela via ferrea de Campos a S. Sebastião, de que é uma estação, inaugurada a 21 de Dezembro de 1873.

A sua superficie é de 821,96 kilometros quadrados.

A população em 1893 era de 6331 habitantes.

O numero de predios attingia a 893.

O café e a canna de assucar são os principaes generos de sua lavoura.

Fazem parte do districto as povoações de Páos Amarelllos, Tahy, Alto do Elyseu e Assú, todas providas de escolas primarias.

7º DISTRICTO — *Guarulhos* — O territorio deste districto occupa a parte septentrional do municipio.

E' banhado pelo Parahyba e a sede fica fronteira á cidade de Campos, com a qual se communica por uma magestosa ponte de ferro lançada sobre aquelle rio.

E' alli que o Guarulhos se lança sobre o Parahyba.

Da referida sede parte para o norte a importante via ferrea Carangola, inaugurada a 19 de Novembro de 1877.

Até 1760 foi uma aldeia de indios Guarulhos, elovada á freguezia, sob a invocação de S. Antonio, por provisão episcopal de 3 de Janeiro de 1759, confirmada em 1808.

O territorio deste districto abrange uma superficie de 800,88 kilometros quadrados.

A sua população, calculada pelo recenseamento de 1893, era de 9991 habitantes.

O numero de predios edificados attingia então a 1908.

A cultura da canna de assucar e do café é feita em grande escala. Existem muitos engenhos de assucar e aguardente.

Ficam no districto as povoações do Nogueira, Coqueiros e Fundão, todas com escolas.

8º DISTRICTO — *Travessão* — Este districto fica situado na parte septentrional do municipio. Seu territorio é o da freguezia de N. S. da Conceição do Travessão, creada por decreto n. 1937, de 6 de Novembro de 1873.

A sede do districto é o antigo arraial do Travessão; demora a 16 1/2 kilometros da cidade de Campos, a que está ligada pela via ferrea de Carangola, de que é uma estação, inaugurada a 19 de Novembro de 1879.

A sua área é calculada approximadamente em 200 kilometros quadrados.

O numero de seus habitantes em 1893 era de 3926 e o de predios attingia a 883.

Ha duas povoações no districto : a da Penha e de Quandú.

A povoação da Penha está a 30 kilometros da cidade de Campos e a de Quandú a 23.

São estações da Estrada de Ferro de Carangola, inauguradas a 21 de Fevereiro de 1878.

Existem neste districto varias lagôas, entre as quaes a Limpa e a das Pedras, que se communica com o Parahyba pelo correjo do Jacaré.

Nas margens da lagôa das Pedras assenta uma prospera povoação.

Ha neste districto muitos estabelecimentos agricolas e merciaes.

Sua principal lavoura é a da canna de assucar.

9º DISTRITO — *Santo Antonio das Cachoeiras* — Está na parte septentrional do municipio e á margem esquerda do rio Muriahé.

Foi creado por decreto provincial n. 1937, de 6 de Novembro de 1873, que instituiu a freguezia do mesmo nome.

Dista 54 kilometros da cidade de Campos a que se liga pela via ferrea de Carangola, que na séde tem uma de suas estações inaugurada a 4 de Dezembro de 1878.

A população era em 1893 de 5.083 habitantes.

Existiam então 823 predios.

Existe uma estação da Estrada de Ferro Carangola, inaugurada a 1 de Junho de 1880 e distante 88 kilometros da cidade de Campos, na povoação de Monção.

Produz canna de assucar e café.

Povoações: Barra Secca e Corrego da Chica, todas com escolas.

10º DISTRITO — *S. Benedicto* — Demora na parte meridional do municipio sobre a margem septentrional da lagôa de Cima.

Seu territorio é o da freguezia de S. Benedicto da Lagôa de Cima, creada por decreto provincial n. 1391, de 11 de Dezembro de 1868, o qual começa na divisa do municipio da Magdalena e estende-se pela margem esquerda dos rios Imbé e Ururahy, indo até os limites da cidade de Campos.

A sua superficie é de 391,96 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 8.204.

O de predios edificados attingia a 1.342.

A lavoura e a industria pastoril são muito adiantadas.

Povoações: Imbé, Rio Preto e Cachoeira do Rio Preto, todas com escolas.

11º DISTRITO — *Santa Rita* — Pertence tambem á parte meridional do municipio.

O territorio é o mesmo da antiga freguezia de seu nome, que demora á margem interior da lagôa de Cima.

Foi creado por decreto provincial n. 272, de 9 de Maio de 1842. Abrange uma superficie de 325 kilometros quadrados.

O numero de habitantes em 1893 elevava-se a 4.808.

O de predios edificados attinge a 1.003.

Nas vastas planicies deste districto banhadas pelos rios Imbé, Quimbira e Ururahy floresce extraordinariamente a canna de assucar.

O café é cultivado nas terras altas.

O principal genero de cultura é a mandioca, que produz com abundancia.

Povoações: Canto da Lagoa, Margem da Lagoa e Quimbira, todas com escolas.

12º DISTRITO — *Dôres de Macabu'* — Fica no extremo sul do municipio.

O territorio é o da antiga freguezia do mesmo nome, creada pelo decreto n.961, de 2 de Outubro de 1857, e abrange

grande parte da margem septentrional da lagoa Feia, em cuja confluencia com o rio Macabú assenta a séde do districto.

A referida séde dista 34 kilometros da cidade de Campos e 63 da de Macahé, ás quaes se liga pela via-ferrea Macahé a Campos, desde 13 de Junho de 1873.

A sua superficie mede 534 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 10.281.

O de predios edificados elevava-se a 2.075.

Povoações: Macaco, Tres Ribeiros e Guriry, todos com ecolas primarias.

A povoação de Guriry é tambem uma das estações da Estrada de Ferro Macahé e Campos, edificada á margem occidental da lagôa de Jesus a 11 $\frac{1}{2}$ kilometros de Dorés.

A lavoura de café e mandioca é consideravel e existem.

Extensas florestas ricas em madeiras de construcção.

13º DISTRICTO — *Villa Nova* — Está situado na parte septentrional do municipio.

O districto foi creado por decreto de 4 de Janeiro de 1892.

Saudavel e aprazivel por sua posição, cuja altitude é de 200 metros, foi progredindo a povoação, que até o anno de 1861 serviu de séde da freguezia de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco.

A sua primitiva industria foi a da extracção de madeiras abundantes nas mattas existentes.

Cultivam-se café, canna de assucar e cereaes.

A séde comunica-se com a cidade de Campos e districtos proximos pela via-ferrea do Carangola, de que é uma das estações, inaugurada a 22 de Abril de 1878.

O numero de habitantes, em 1893, era de 5.559.

O de predios construios elevava-se a 1.074.

Povoações: — Azurara, Correuteza, Murundu, e Paraizo.

As povoações de Paraizo e Murundú são estações da via-ferrea de Carangola, inauguradas a 10 de Agosto de 1878.

A séde deste districto dista 39 $\frac{1}{2}$ kilometros da cidade de Campos.

Os principaes productos de sua lavoura são café, canna e cereaes.

14º DISTRICTO — *Morro do Coco* — Está situado no extremo norte do municipio; é constituido por parte do territorio da antiga freguezia de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, creada por decreto provincial n. 1225, de 21 de Novembro de 1861.

Anteriormente á creação da freguezia a povoação principal estava no ponto hoje conhecido por Pedra Lisa.

As difficuldades que então offerecia aquelle ponto ás communicações com os grandes centros motivaram o estabelecimento da séde na parte em que hoje se acha.

A superficie é de cerca de 300 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 6.127.

O de predios edificados elevava-se a 373.

A povoação de Santo Eduardo está á margem do Itabapoana, communicando-se com a cidade de Campos pela Estrada de Ferro de Carangola, desde 13 de Junho de 1879, data em que foi aberta ao trafego a estação alli existente.

Este districto é um dos mais salubres do municipio.

15º DISTRICTO — *Limeira* — Jaz este districto ao norte do municipio, sobre a margem direita do rio Itabapoana.

Foi creado por decreto de 4 de Junho de 1892.

O numero de habitantes, em 1893, era de 1.739.

O de predios edificados elevava-se a 248.

Povoações: California, Pedra Lisa e Santo Eduardo.

A instrucção publica é ministrada por duas escolas mantidas pelo Estado, estabelecidas na séde.

Pelo Itabapoana são exportados todos os productos da lavoura do districto e dos pontos circumvisinhos.

E' um dos portos mais activos daquelle rio.

Cantagallo

Este municipio está situado na parte septentrional do Estado abrangido pelo valle do Parahyba.

Data do seculo XVII a sua povoação, composta de colonisadores mineiros attrahidos pela fama de ricas minas auríferas alli existentes. Conta a lenda que alguns aventureiros, dirigidos pelo chefe « Mão de Luva »,prehenderam apossar-se da povoação, despojando-a de suas riquezas. Avisados os guardas pelo canto de um gallo, burlou-se aquella tentativa sendo postos em fuga os ousados aventureiros que se internaram pelo sertão.

No principio do seculo actual diversas familias suissas e allemães para alli foram residir, vindas da colonia do Morro Queimado, actualmente cidade de Nova-Friburgo.

Esgotada a exploração das celebres minas de ouro, entregaram-se seus moradores á lavoura do café, canna e cereaes que constituem a riqueza desta importante parte do territorio fluminense.

O municipio foi creado por alvará de 9 de Março de 1814 e teve o predicamento de comarca por decreto de 15 de Janeiro de 1833.

Banham-n'o o Parahyba, o Negro, o Grande, o Macuco e varios afluentes destes dois rios.

Attravessam-n'o as serras da Agua Quente e Floresta.

Limita-se ao norte com o Estado de Minas e parte do municipio de Santo Antonio de Padua; a leste com os municipios de Itaocara e S. Sebastião do Alto; a oeste com os de Carmo e Duas Barras, e ao sul com os de Bom Jardim e S. Francisco de Paula.

A sua superficie é de cerca de 800 kilometros quadrados.

A população apurada pelo recenseamento de 1893 era de 33,635 habitantes, que occupavam 4117 predios.

O estado mantem no municipio mais de 10 escolas primarias de ambos os sexos. A via ferrea de Cantagallo e o ramal do mesmo nome atravessam este municipio em differentes direcções. Compõe-se dos seis seguintes districtos :

1º DISTRICTO — *Cidade de Cantagallo* — E' constituido pelo territorio da antiga freguezia do Santissimo Sacramento de Cantagallo, creada por alvará de 9 de Outubro de 1766, elevada a villa por alvará de 9 de Março de 1814, e á cidade por lei provincial n. 965, de 2 de Outubro de 1857.

A cidade está edificada em uma pequena bacia alongada entre montanhas, distante cerca de 166 kilometros da de Nietheroy a que se liga pelo ramal ferreo de Cantagallo, do qual é uma estação, inaugurada a 1 de Janeiro de 1876.

E' abastecida de boa agua canalizada e servida por uma excellente rêde de esgotos.

A sua posição astronomica é de 21º 57' 29" de lat. Sul ; 45' e 16" de long. Este. Está acima do nivel do mar 242^m.

E' a séde do 3º districto eleitoral do Estado.

O seu territorio tem uma superficie de 508,10 kilometros quadrados, no qual estão construidos 950 predios occupados por 5145 habitantes. Os mais importantes são o da Camara Municipal e o da Misericordia, subvencionado pelo Estado.

Atravessa a cidade o correjo Mão de Luva, affluente do rio Negro.

O commercio é importante e existem no perimetro da cidade varios estabelecimentos ruraes, sendo abundante a sua produção de café.

Pertence ao territorio deste districto a estação do Gavião, do ramal ferreo de Cantagallo. Alli existe a cachoeira do Ronca Pau.

2º DISTRICTO — *Santa Rita da Floresta* — Este districto está situado a N. O. do municipio e foi creado por acto de 12 de Setembro de 1890.

Banham-no o rio Negro e o ribeirão do Quilombo.

A sua população é computada em cerca de 2000 habitantes e em 100 o numero dos seus predios.

A lavoura de café é geralmente a do municipio.

3º DISTRICTO — *Cordeiro* — Está situado ao Sul do municipio e é um dos seus mais prosperos districtos, creado por acto de 9 de Setembro de 1890. Foi, por decreto de 24 de Março de 1891, constituido em municipio, extincto pelo de 28 de Maio de 1892, sendo novamente incorporado ao de Cantagallo.

A povoação do Cordeiro começou a prosperar em 1875, anno em que se inaugurou o trafego da estação, que alli existe, da via-ferrea de Cantagallo, pondo-a em communicação directa com a cidade de Nietheroy, distante 159 kilometros.

Da mesma povoação parte desde 1 de Janeiro de 1876, o ramal ferreo de Cantagallo, que passando por esta cidade vai terminar á margem direita do Parahyba.

O commercio e a lavoura deste districto acompanham seu rapido progresso material.

Banha-o o rio Macuco, tributario do Negro.

População, 7061 habitantes.

Predios — cerca de 1000.

4º DISTRICTO — *Macuco* — O territorio deste districto demora ao Sul do municipio.

Era um districto de paz, creado por acto de 10 de setembro de 1890 quando, por decreto de 9 de Maio de 1891, foi elevado a municipio e a comarca por decreto de 6 de Julho do mesmo anno. Supprimida esta por decreto de 19 de Dezembro ainda do mesmo anno, e extinto o municipio pelo de 28 de Maio de 1892, passou novamente o seu territorio a fazer parte do municipio de Cantagallo, de que havia sido desannexado.

A sede do districto está situada á margem esquerda do rio Macuco, sendo de 297 metros a sua altura sobre o nivel do mar. Desde 16 de Setembro de 1876, é a estação terminal da estrada de ferro de Cantagallo, distante 178,555 kilometros de Nitheroy.

Está tambem escolhida para ponto de entroncamento da estrada de ferro Barão de Araruama com aquella.

Este districto é rico e florescente, sendo abundante a produção de café, que é quasi a sua exclusiva lavoura.

Habitantes — 4031.

Predios — 648.

5º DISTRICTO — *Santa Rita do Rio Negro* — É a antiga freguezia do mesmo nome, situada ao Norte do municipio, á margem esquerda do rio Negro.

Grande parte de seu territorio estende-se pela encosta da serra da Agua Quente.

Pela lei n. 68, de 23 de Dezembro de 1836, foi reconhecida como curato e elevada a freguezia por decreto n. 272, de 9 de Maio de 1842.

A sede deste districto dista de 18 $\frac{1}{2}$ kilometros da cidade de Cantagallo, a qual se liga pelo ramal ferreo de Cantagallo, de que é estação, inaugurada a 15 de Setembro de 1878,

A sua superficie mede 353 kilometros quadrados.

População : 5444 habitantes.

Predios : 1076.

A zona deste districto é uma das mais productivas de café. Pertencem-lhe as estações da Boa Sorte e Laranjeiras, do ramal ferreo de Cantagallo.

Entre os diversos estabelecimentos ruraes figura o importante Engenho Central, edificado na sede do districto e destinado ao fabrico de assucar e aguardente.

Bello edificio illuminado a luz electrica e servido por um extenso ferro carril empregado na condução da canna.

6º DISTRICTO — *S. Sebastião do Parahyba* — Demora este districto no extremo norte do municipio, á margem direita do rio Parahyba.

O seu territorio é constituido pelo da antiga freguezia da mesma invocação, creada por decreto n. 2202, de 26 de Dezembro de 1874.

Elevada á cathegoria de villa pela consequente creação do municipio de seu nome (decreto n. 128, de 7 de Outubro de 1700) perdeu aquelle predicamento pelo de 28 de Maio de 1872, que fez reverter seu territorio para o municipio de Cantagallo.

Pertence-lhe a povoação do Porto do Marinho, tambem á margem do Parahyba, bastante agricola.

A lavoura do café predomina em todo o districto.

População : 10356.

Predios : 400.

Capivary

Este municipio pertence á parte meridional do Estado.

Foi creado pela lei provincial n. 239, de 18 de Maio de 1841, e installado a 6 de Janeiro de 1842.

Limitam-no ao Norte o municipio de Nova Friburgo ; á léste o de Cabo Frio ; ao sul o do Rio Bonito e a léste o de Sant'Anna de Macacú.

O decreto de 3 de Janeiro de 1890 creou a comarca de Capivary, supprimida pelo de 19 de Dezembro de 1891.

Seu fóro está sujeito ao da comarca do Rio Bonito.

Pertence ao 1º districto eleitoral do Estado.

A superficie é de 649,10 kilometros quadrados.

A população, em 1893, compunha-se de 22189 habitantes.

O numero de predios construidos era então de 3924.

A instrucção publica é ministrada por 6 escolas custeadas pelo Estado.

As terras deste municipio são excellentes.

A producção de café, canna e cereaes é abundante.

Existem muitos engenhos de assucar e aguardente.

A industria do córte de madeira de construcção é muito activa.

Capivary foi um dos pontos mais insalubres do Estado ; hoje, porém, suas condições hygienicas vão melhorando.

O municipio é servido pelo ramal ferreo de Macahé, que nelle conta tres estações: Cesario Alvim, Juturnahyba e Capivary.

Prolongam-se do norte ao Sul as serras de S. João e de Sant'Anna.

Em varias direcções correm os rios S. João, Bacaxá e outros.

São tres os districtos municipaes.

1º DISTRITO — *Cidade de Capivary* — Demora ao sul do municipio, sobre á margem direita do rio de seu nome.

O territorio, que abrange uma superficie de 231,75 kilometros quadrados, é o mesmo da freguezia de N. S. da Lapa, creada por provisão de 9 de Outubro de 1810.

Pela lei que creou o municipio teve o titulo de villa e por decreto de 3 de Janeiro de 1890 foi elevada á categoria de cidade.

A posição astronomica, calculada por Bellegarde, é de 22° 36' 36" de latitude sul e 46' e 26" de longitude léste.

A altitude é de 13 metros.

A população era, em 1893, de 9200 habitantes.

O numero de predios elevava-se então a 1466.

A cidade de Capivary está a 90 kilometros de Nictheroy nella existe uma das estações do ramal ferreo de Macahé.

A povoação da Lagoa de Juturnahyba fica a léste da cidade de Capivary, 11 kilometros sobre a margem da formosa lagoa de seu nome. Alli existe tambem uma das estações do ramal de Macahé.

2º DISTRICTO — *Correntezas* — Está situado ao norte do municipio e compõe-se do territorio da antiga freguezia de N. S. do Amparo de Correntezas, creada por lei n. 343, de 6 de Junho de 1844.

A séde do districto está sobre a margem esquerda do rio S. João, em local pouco saudavel.

A superficie do districto é avaliada em 387,35 kilometros quadrados.

A população, em 1893, era de 6027 habitantes.

O numero de predios attingia então a 1432.

A florescente povoação de Cesario Alvim é uma das estações do ramal ferreo de Macahé, inaugurada a 12 de Janeiro de 1882.

Pertencem ainda a esse districto as povoações de Fazenda Nova e de Aldeia Velha, banhada pelo rio do mesmo nome e a de Poço d'Anta, estação do mencionado ramal ferreo de Macahé.

3º DISTRICTO — *Gaviões* — Occupa a parte occidental de municipio.

Foi antigamente curato, sob a invocação de N. S. da Conceição, creado por decreto n. 1181, de 28 de Julho de 1860 e elevado a freguezia por decreto n. 2369, de 21 de Outubro de 1879.

A séde deste districto está edificada á margem esquerda do rio S. João.

O territorio do districto abrange uma area de 197,10 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 6965.

O de predios edificados elevava-se a 1026.

O principal producto da lavoura deste municipio é o café.

Carmo

Este municipio, constituido pelo territorio da antiga freguezia do Carmo, desmembrada de Cantagallo, está situado ao Norte do Estado.

Foi creado pelo decreto n. 2577, de 13 de Outubro de 1881.

Confina ao Norte com o Estado de Minas Geraes, pelo rio Parahyba; a Léste com o municipio de Cantagallo; ao Sul com os de Sumidouro e Duas Barras e a Oeste com o de Sapucaia.

A sua arêa é calculada em 261,25 kilometros quadrados.

A população, em 1893, era de 10.604 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se a 1.839.

O Estado mantem seis escolas primarias.

Existem outras a cargo da municipalidade.

Foi elevada á comarca por decreto n. 8, de 12 de dezembro de 1889, supprimida pelo de 19 de Dezembro de 1891 e restabelecida pela lei n. 43 A, de 1 de Março de 1893.

Faz parte do 3º districto eleitoral do Estado.

Além do Parahyba é este municipio banhado pelo rio Paquequer e ribeirão do Quilombo.

E' servido pelo ramal ferreo de Sumidouro, que o percorre de Sul a Norte. As terras são excellentes e produzem muito café.

São tres os districtos municipaes.

1º DISTRICTO—*Cidade do Carmo*—Está ao Sul do municipio, edificada sobre a espaçosa e pittoresca chapada do Monte do Carmo, com a elevação de 224 metros.

Primitivamente era conhecido pelo nome de arraial da Samambaia.

Em 1842 teve o predicamento ecclesiastico de curato, sob a invocação de N. S. do Carmo, sendo elevado á freguezia pelo decreto n. 369, de 25 de Abril de 1846. Teve o titulo de villa pelo decreto que creou o municipio e o de cidade pelo de 12 de Dezembro de 1889.

A posição geographica é de 21° — 56" de latitude Sul e de 0° — 34" de longitude Este.

A superficie é de 194,04 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 7.015.

O de predios edificados attingia a 1.149.

Fazem parte deste districto as povoações de Paquequer, Barra de S. Francisco e Bacellar, que são também estações do ramal ferreo do Sumidouro, as de Quilombo e Pereiras.

A cidade do Carmo é muito saudavel e abastecida de excellente agua potavel.

2º DISTRICTO — *Corrego do Prata* — Está a Leste do municipio, sobre o corrego de seu nome.

Foi creado por decreto de 4 de Junho de 1892.

O numero de habitantes, em 1893, era de 1571.

O de predios attingia a 352.

O Estado mantem duas escolas primarias na séde.

Produz muito café.

3º DISTRICTO — *Porto Velho do Cunha* — Fica no extremo Norte do municipio, sobre a margem direita do rio Parahyba.

Foi creado por decreto de 4 de Junho de 1892.

Proximo á séde deste districto está a ilha dos Pomboz, ligada ás duas margens do Parahyba por uma excellente ponte de madeira.

O districto é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, que nella tem edificada a estação do Pantano, inaugurada a 8 de Outubro de 1874, e distante cerca de 6 kilometros da séde.

O numero de habitantes, em 1893, attingia a 2.015.
 O de predios elevava-se a 338.
 A lavoura dominante é a do café.

Duas Barras

Município central, de recente criação, constituido pelo territorio da antiga freguezia de N. S. da Conceição das Duas Barras do Rio Negro, pertencente ao município de Cantagallo.

Foi creado por decreto de 8 de Maio de 1891.

Confina ao Norte com os municípios do Carmo e Cantagallo; a Leste tambem com o município de Cantagallo e com o de Bom Jardim; ao Sul com os de Bom Jardim e Nova Friburgo e a Oeste com o de Sumidouro.

Está sujeito ao fóro da comarca de Cantagallo.

Pertence ao 3º districto eleitoral do Estado.

O territorio deste districto abrange uma área de de 356,54 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 10.563.

O de predios edificados elevava-se 2.149.

A cargo do Estado existem seis escolas primarias.

E' banhado pelo Rio Negro e alguns de seus pequenos afluentes.

Prolongam-se ao Sul as serras do França e do Sumidouro.

Suas terras são excellentes e bem cultivadas.

O café é o principal genero da lavoura.

E' muito salubre.

Tem dous districtos municipaes.

1º DISTRICTO—*Villa das Duas Barras* — Primitivamente conhecida pelo nome de Tapera, teve por lei n. 6, de 23 de Dezembro de 1886, o predicamento ecclesiastico de curato, elevado á freguezia, sob a invocação de N. S. da Conceição das Duas Barras do Rio Negro, por lei n. 902, de 24 de Outubro de 1856.

Teve o titulo de villa pelo mesmo decreto que creou o município.

A posição astronomica, segundo Bellegarde, é de 21°—58'—40" de latitude Sul e 37°—22" de longitude Oeste.

A superficie mede 276,74 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, elevava-se a 7.359.

O de predios edificados attingia a 1.626.

O Estado mantém quatro escolas primarias: duas na villa, uma na povoação da Cachoeira Alta e outra na de Lutterback.

E' banhada pelo Rio Negro.

Produz muito café e é muito salubre.

2º DISTRICTO — *Monnerat* — Creado por decreto de 28 de maio de 1892, em excellente situação ao Sul do município.

A séde está edificada na estação de Monnerat, da via férrea de Cantagallo, distante 149 kilometros de Nictheroy.

A sua superficie é de 79,80 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 3.204.

O de predios elevava-se a 523.

A excellencia do clima e das terras torna este districto muito prospero.

Iguassu'

Este municipio está situado ao Sul do Estado e é, em parte, banhado pela bahia de Guanabara.

Confinna ao Norte com os municipios de Petropolis e Vassouras; a Léste com o de Magé e bahia do Rio de Janeiro; ao Sul com o Districto Federal, pelos rios Merity e Guandúmirim e a Oeste com os municipios de Itaguahy e Vassouras.

A povoação de Iguassú, cujo territorio pertenceu primitivamente ao da cidade do Rio de Janeiro, foi elevada a municipio por decreto de 15 de Janeiro de 1833, sendo installado a 29 de Julho do mesmo anno.

Pela lei n. 14, de 13 de Abril de 1835, foi extinto o municipio e dividido o seu territorio pelos de Vassouras e Magé.

As freguezias de que se compunha passaram a pertencer ao municipio de Nictheroy, por lei provincial n. 40, de 7 de maio de 1836. Essas freguezias eram as seguintes: Piedade, Jacutinga, Marapicú, Merity, Pilar e Inhomerim.

O decreto n. 57, de 10 de Dezembro de 1857, restaurou o municipio de Iguassú com seu antigo territorio.

A superficie é avaliada em 1.527,67 kilometros quadrados.

A população, em 1893, compunha-se de 14.226 habitantes.

O numero de predios edificados era de cerca de 4.000.

O Estado mantém mais de 15 escolas primarias e a municipalidade uma.

Muito montanhoso ao Norte, onde corre a serra dos Orgãos, com o nome de Tinguá, e a Sudueste, por onde se prolonga a serra de Madureira, é este municipio plano nas outras partes.

As vias ferreas Central do Brazil, Norte, Rio d'Ouro e Melhoramentos do Brazil atravessam grande parte de seu territorio, que entre outros é banhado pelos rios: Iguassú, Sarapuby, Merity, tributarios da bahia do Rio de Janeiro, Guandú, Guandúmirim, S. Pedro e Sant'Anna.

Por seu clima insalubre é este um dos municipios decadentes do Estado; todavia a lavoura de canna e café é importante.

E' uma comarca de 1ª entrancia, creada pelo decreto n. 1637, de 30 de Novembro de 1871.

Pertence ao 4º districto eleitoral do Estado.

Divide-se em seis districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Cidade de Macambomba* — Compõe-se do territorio da antiga freguezia de Santo Antonio de Jacutinga,

creada por alvará de 24 de Janeiro de 1755 e edificada nas imediações da estação de Maxambomba, da Estrada de Ferro Central do Brazil, inaugurada a 29 de Março de 1858 e distante 36 kilometros da cidade do Rio de Janeiro. Foi elevada á cidade por decreto de 1 de Maio de 1891, que para ella transferiu a séde do município e da comarca.

A altura sobre o nível do mar é de 26 metros.

A primitiva povoação data do meiado do seculo XVII.

A superfície deste districto é de 186,04 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 6.840.

O de predios edificados elevava-se a 1.116.

Povoações : Riachão e S. Matheus.

Pertence a este districto a estação de Jeronymo Mesquita, da Estrada de Ferro Central do Brazil. E' o nucleo de uma prospera povoação.

A cidade resente-se de melhoramentos que a sanifiquem, como boa agua potavel e o dessecamento de pantanos que a circumdam.

2º DISTRITO — *Marapicú* — Está situado a Oeste do município, sobre o ribeirão de seu nome.

Curato em 1752, dedicado a N. S. da Conceição, foi elevado a freguezia por alvará de 4 de Fevereiro de 1759.

A superfície é de 242 kilometros quadrados.

A população em 1893, elevava-se a 5.436 habitantes.

O numero de predios era então de 628.

O districto é tambem banhado pelos rios Guandú e Guandú-mirim.

Pertence-lhe a povoação de Queimados, que é assás consideravel. Sua altitude é de 29 metros.

E' uma das estações da Estrada de Ferro Central do Brazil, inaugurada a 29 de Março de 1858.

A estrada de ferro pertencente á Companhia Melhoramentos no Brazil tem tambem alli uma de suas estações.

A povoação de Queimados dista 48 kilometros do Districto Federal.

O districto de Marapicú exporta muita aguardente e algum café.

3º DISTRITO — *Piedade* — Está situado ao Norte do município, sobre a margem esquerda do rio Iguaçu.

Seu territorio, que abrange uma superficie de 500 kilometros quadrados, é o da antiga freguezia de N. S. da Piedade, creada por alvará de 27 de Janeiro de 1755, e mais a parte do terreno da serra baixa, desmembrada do territorio do 5º districto, em virtude do decreto de 28 de Maio de 1892.

Teve o titulo de villa pelo acto que creou o município.

Até 1891 foi a séde do município e da comarca.

Dista cerca de 50 kilometros do Districto Federal, a que se liga por um ramal da Estrada de Ferro do Rio d'Ouro.

A posição geographica, observada por Bellegarde, é de 22º-19'-6" de latitude sul e 13º-34" de longitude oeste.

O numero de habitantes, pelo recenseamento de 1893, era de 4.372.

O de predios edificados elevava-se então a 828.

As povoações do Rio d'Ouro, Brejo e Figueira, bem como as de Cava e Represas pertencentes a este districto, são servidas pela Estrada de Ferro Rio d'Ouro.

Da serra do Tinguá, que limita este districto com o municipio de Vassouras, descem os rios S. Pedro, Santo Antonio e Ouro, cujas aguas abastecem a Capital da Republica e foram canalizadas em virtude do contracto celebrado com o engenheiro Gabrielli.

4º DISTRICTO—*Merity*—Situado no extremo sul do municipio, é banhado em grande extensão pelo rio de seu nome e pela bahia de Guanabara.

Seu territorio, cuja área é de 135,34 kilometros quadrados, é o da antiga freguezia de S. João Baptista de Merity, creado por alvará de 22 de Janeiro de 1647.

A sede demora proximamente á margem esquerda do Merity, no lugar denominado Pavuna.

O numero de habitantes, em 1893, era de 2.761.

O de predios edificados attingia então a 532.

O districto é atravessado pela Estrada de Ferro do Norte, que nelle tem as estações de Merity e Sarapuhy.

Atravessa-o tambem de sul a norte a via ferrea Rio d'Ouro, que tem uma estação na Pavuna, distante 23 kilometros do Districto Federal.

Além do rio Merity é este districto banhado pelo Sarapuhy.

Os productos da pequena lavoura deste districto são encaminhados para os mercados proximos.

Exporta tambem muita lenha.

5º DISTRICTO—*Palmeiras*—Fica no extremo norte do municipio, sobre a serra do Tinguá, confinando com o districto deste nome, de Vassouras.

Seu territorio, que abrangia em 1892 uma área de cerca de 300 kilometros quadrados e era o mesmo da antiga freguezia de Sant'Anna de Palmeiras, creada por decreto n. 813, de 8 de Outubro de 1855, ficou reduzido á metade, sendo annexada ao do 3º districto (Piedade) a parte do terreno da serra baixa, em virtude do decreto de 28 de Maio daquelle anno.

O numero de habitantes, em 1893 era de 2.342.

O de predios edificados attingia a 204.

A amenidade do clima e a riqueza do solo tornariam este districto mais recommendavel, se não se resentisse de bons e seguros meios de communicação.

E' uma das estações da Estrada de Ferro Central do Brazil.

6º DISTRICTO—*Pilar*—Demora a léste do municipio banhado pelo rio de seu nome.

A povoação, que já foi muito prospera, data do anno de 1612, e a freguezia foi creada por alvará de 18 de Janeiro do 1616.

A superficie é de 222,20 kilometros quadrados.

A população era, em 1893, de 2.475 habitantes.

Os predios edificados attingiam então a 639.

Está em comunicação diária com o Districto Federal e a cidade de Petropolis pela Estrada do Norte, que tem na sede deste districto uma estação.

O territorio é montanhoso ao norte, existindo ao sul vastos campos, que serão grandes celeiros do Estado quando dessecados os pantanos que os inundam e saneada a vasta superficie que abrangem.

Pertencem ao districto as povoações de Actura, Rosario e S. Bento, estações da Estrada de Ferro do Norte.

Exporta aguardente, lenha e carvão vegetal.

Itaborahy

Este municipio está comprehendido na parte meridional do Estado. Limita-se ao Norte com os de Magé e Sant'Anna de Macacú; a Leste com os do Rio Bonito e Saquarema; ao Sul com o de Maricá e ao Oeste com os de S. Gonçalo e Sant'Anna de Macacú.

O municipio foi creado por decreto de 1 de Março de 1833 e installado a 22 de Maio do mesmo anno. Ao seu territorio foi annexado o do municipio de S. José d'El-Rei, extincto pelo mesmo acto que creou o de Itaborahy.

Seu territorio é atravessado pela estrada de ferro Cantagallo e ramal ferreo do Rio Bonito. Por elle se prolongam as serras de Braçanã, Redonda, Urussanga, e Lagarto.

Banham-n'o os rios Macacú, Tanguá, Guaxindiba, Aldea, Alcantara e outros pequenos cursos d'agua.

E' uma comarca de 1ª entrancia, creada por decreto de 15 de Janeiro de 1833.

Pertence ao 1º districto eleitoral do Estado.

A superficie é de 545,58 kilometros quadrados.

Na época do ultimo recenseamento, compunha-se a sua população de 25.687 habitantes.

O numero de predios elevava-se, então, á 3.608.

Existem mais de vinte escolas primarias mantidas pelo Governo do Estado.

A principal lavoura é a da canna de assucar.

O café e cereaes são muito cultivados.

As serras são boas.

Compõe-se dos quatro districtos seguintes:

1º DISTRICTO — *Cidade de Itaborahy* — Jaz ao sul do municipio, sobre uma apazivel collina.

A primitiva povoação data do seculo XVII.

Foi elevada a freguezia, com a invocação de S. João Baptista, por alvará de 18 de Janeiro de 1696; á villa pelo acto que creou o municipio e á cidade por decreto de 16 de Janeiro de 1890.

A posição astronomica, observada por Bellargarde, é de 22º — 45' — 9" de latitude Sul e 17º — 30" de longitude Este.

O territorio deste districto abrange uma área de 354,90 kilometros quadrados.

A população era, em 1893, de 18.198 habitantes.

O numero de predios edificados eleva-se a 2.273.

Povoações: Venda das Pedras, Cabuçu, Itapocorá, Cassoritiba, Pilões, Pachecos, Calundu, Duques, Tanguá, Ipitangas, e Posse dos Coutinhos.

As povoações de Venda das Pedras e Tanguá são também estações do ramal ferreo de Macahé. A primeira foi aberta ao trafego a 1 de julho de 1875 e dista 40 1/2 kilometros da cidade de Nictheroy, a segunda começou a funcionar a 17 de março de 1878 e dista da referida cidade 53 kilometros.

E' muito salubre.

Foi o berço de Joaquim Manoel de Macedo, distincto homem de letras.

2º DISTRICTO — *Porto das Caixas* — Fica ao norte do municipio, sobre o rio da Aldea.

O territorio deste districto, que abrange uma superficie de 29,20 kilometros quadrados, é o mesmo da antiga freguezia de N. S. da Conceição do Porto das Caixas, creada por decreto n. 911, de 30 de Outubro de 1856.

A povoação data do principio do seculo XVIII.

Dista pouco mais de 34 kilometros da cidade de Nictheroy, com a qual se communica diariamente pela estrada de ferro de Cantagallo.

Desde 22 de Abril de 1860 funciona a estação alli existente.

O Porto das Caixas foi um dos pontos de maior movimento commercial da antiga provincia.

Pelo Porto de Sampaio, no rio da Aldea, fazia-se a navegação de cabotagem por barcos a vapor e á vela.

A estrada de ferro veio substituir estes elementos de transporte.

O numero de habitantes, em 1893, era de 3.219.

O de predios attingia a 643.

Pertencem a este districto as povoações de Matupira, Serra Redonda e Lobos.

3º DISTRICTO — *Villa Nova de Itamby* — Fica a oeste do municipio.

Foi erecta em freguezia sob a invocação de N. S. do Desterro em 1737, servindo de igreja matriz a pequena capella levantada proxima do rio Macacú, e pouco depois a ermida de N. S. do Desterro, fundada por Gonçalo Teixeira, em sua fazenda, antes de 1627.

A aldea de S. Barnabé, que existiu no territorio deste districto, foi erecta em freguezia por portaria de 15 de Novembro de 1759 e elevada á villa com a denominação de S. José d'El-Rei.

Em 1834 foi extincta a referida villa, e reduzida a simples curato filial á matriz de Itamby, sendo novamente elevada á freguezia com a invocação de N. S. do Desterro de Itamby geralmente conhecida pela nome de Villa Nova.

A superfície do districto é de 79,16 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 2.984.

O de predios edificados é de 372.

A séde dista 25 1/2 kilometros de Nictheroy, a que está ligada pela estrada de ferro de Cantagallo, desde dezembro de 1873.

A sua altitude é de tres metros.

E' banhada pelo Macacú.

Pertencem a este districto as povoações de Guaxindiba e Villa Velha, sendo aquella uma das estações da Estrada de Ferro de Cantagallo desde 1873. Dista 20 kilometros de Nictheroy.

E' tambem banhada pelo Macacú.

4º DISTRITO — *Santo Antonio de Sá* — Fica ao norte do municipio.

A séde está situada á margem esquerda do Macacú, proxima á confluencia deste rio com o Guapiassú por um lado e com o Cassiribú por outro.

Por muitos annos foi este districto a séde do municipio de Sant'Anna de Macacú, então de Santo Antonio de Sá.

As suas más condições hygienicas determinaram a transferencia da séde daquelle municipio para o ponto em que está edificada a villa de Macacú.

A povoação de Santo Antonio de Sá data do começo do anno de 1600.

Em 1613 Manoel Fernandes Osorio fundou uma capella em terras que comprou aos jesuitas, dedicando-a a Santo Antonio.

A requerimento do povo foi essa capella declarada curada em 1624, sendo elevada a parochia por alvará de 30 de Dezembro de 1644.

O numero de habitantes, em 1893, era de 1286.

O de predios edificados elevava-se a 280.

Pertence tambem a este districto a povoação de Sambaitiba, que é uma das estações do Estrada de Ferro de Cantagallo, distante 45 kilometros da cidade de Nictheroy.

Itaguahy

Este municipio está comprehendido na parte meridional do Estado.

Confina ao norte com os de Barra do Pirahy e Vassouras; a léste com o de Iguassú e o Districto Federal; ao sul com o Oceano e a oeste com os municipios de Pirahy, S. João Marcos e Mangaratiba.

Foi creado por alvará de 5 de Julho de 1818 e installado a 11 de fevereiro de 1820.

Seu territorio, que abrange uma superfície de 428,90 kilometros quadrados foi desannexado do da cidade do Rio de Janeiro, actualmente Districto Federal. Por elle prolongam-se as serras da Senhorinha e Rodeio, ao norte, Catumby e Carquej a oeste, e interiormente as de Itauguassú e Leandro.

Banham-no os rios Guandú, Guandú-mirim, Itaguahy, os ribeirões das Lages e Macacos e outros pequenos cursos d'agua.

E' uma comarca de 1.^a entrancia, creada por decreto n. 2.243 de 29 de Setembro de 1877, e installada a 21 de fevereiro de 1878. Faz parte do 4.^o districto eleitoral do Estado.

A população em 1893 era de 14.409 habitantes.

O numero de predios edificados era então de 2.606.

O Estado mantém mais de 20 escolas primarias.

O municipio é rico de excellentes terras, que se adaptam a qualquer cultura.

A sua principal producção é a canna de assucar.

São tres os districtos municipaes.

1.^o DISTRICTO — *Villa de Itaguahy* — Está situada ao sul do municipio.

Teve origem numa aldeia de indios, fundada por Mem de Sá, sob a invocação de S. Francisco Xavier, estabelecida primitivamente no lugar denominado Itinga, transferida para o ponto em que está actualmente a villa.

Foi elevada a freguezia por provisão de 15 de novembro de 1795, sob a invocação de S. Francisco Xavier.

Teve o titulo de villa pela lei que creou o municipio.

A posição astronomica é de 23°52'52" de lat. sul e 0°35'38" de long. oeste. A superficie é de 155,70 kilometros quadrados. O numero de habitantes em 1893 era de 5.288.

O de predios edificados elevava-se a 1.185. Existe alli uma casa de caridade, subvencionada pelo Estado, e uma agencia da Caixa Economica.

A villa é decadente e pouco salubre.

Atravessa-a o correjo de Lava-Pés na direcção de N. S. Este correjo communica-se com o rio Itaguahy pelo canal deste nome, que vai ao Oceano com o desenvolvimento de 2.552 metros.

O canal de Itaguahy foi cursado por numerosas embarcações que faziam o transporte dos productos do municipio e dos limitrophes.

Actualmente está condemnado, servindo apenas a diminuto numero de estabelecimentos ruraes.

A villa está em comunicação diaria com a Capital Federal por um ferro-carril de tracção animal que conduz á Sepe-tiba.

A ilha da Madeira, pertencente a este districto, está proxima do littoral. Tem uma população superior a 500 habitantes, que na maior parte se empregam na cultura de cereaes e verduras para abastecimento da vida.

Povoações : Mazomba, Corôa Grande e Leandro.

2.^o DISTRICTO — *Bananal* — Jaz ao norte do municipio sobre a margem direita do rio Guandú.

Em 1832 foram lançados os fundamentos da capella de N. S. da Conceição, edificada por subscrição popular.

Em 1846 foi elevada a curato e em 1851 a freguezia, por decreto n. 549, de 30 de Agosto.

A superfície é de 213,94 kilometros quadrados.

A população era em 1893 de 4.738 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se a 551.

A lavoura é pequena, sendo seu principal producto a canna de assucar.

Povoações : Mangueiras, Sacco da Prata, Patioba e Corôa Grande.

3º DISTRICTO—*Macacos*—Está situado no extremo norte do municipio.

Até o anno de 1895 foi séde do districto a povoação do Ribeirão das Lages, sobre a margem direita deste ribeirão.

A lei n. 201, de 6 de Dezembro daquelle anno, transferiu a mesma séde para a povoação de Macacos, onde se acha edificada a estação do mesmo nome, da Estrada de Ferro Central do Brazil, a qual começou a funcionar a 1 de Agosto de 1861, data em que foi aberto ao tráfego o ramal ferreo de Macacos, que parte da estação de Belém e tem o desenvolvimento de 10 kilometros.

A freguezia de S. Pedro e S. Paulo foi creada pela lei provincial n. 77, de 29 de Dezembro de 1836.

A povoação do Ribeirão das Lages liga-se á estação de Belém pela via ferrea de que é concessionaria a Companhia de Melhoramentos do Brasil.

Ali existe uma fabrica de tecidos pertencente á Companhia de Tecelagem Santa Luzia.

Na séde do districto ha tambem duas importantes fabricas de tecidos da Companhia Brasil Industrial, em que trabalham mais de 2.000 operarios.

A superfície do districto é de 59,34 kilometros quadrados.

O numero de habitantes em 1893, era de 4.388.

O de predios edificados elevava-se a 870.

Por sua importancia industrial é este districto o mais rico do municipio.

As suas condições sanitarias não são favoraveis pela natureza alagadiça de grande parte de seu sólo.

Povoações: Ribeirão das Lages, Cascata, Rio das Onças, e Floresta,

Itaocara

Este municipio está situado á Leste do Estado, no extenso valle formado pelos rios Parahyba e Negro.

E' constituído pelo territorio da antiga freguezia de S. José de Leonissa, conhecida vulgarmente pelo nome de Aldeia da Pedra, derivado de um alteroso penhasco fronteiro á villa.

Confina ao Norte com os municipios de Santo Antonio de Padua e Cambuicy ; á Leste com o de S. Fidelis ; ao Sul com o de S. Sebastião do Alto e a Oeste com o de Cantagallo.

Fez parte do territorio do municipio de S. Fidelis até o anno de 1890, em que por decreto de 28 de Outubro constituiu-se em municipio com o nome actual.

Seu fôro está sujeito ao da comarca de S. Fidelis.

Pertence ao 3º districto eleitoral do Estado.

A superficie é de 349,09 kilometros quadrados.

O numero de habitantes em 1893, era de 13.095.

O de predios edificados era então de 1.801.

O Estado mantém seis escolas primarias ; a municipalidade tambem custeia alguns estabelecimentos de ensino.

Além dos rios Parahyba e Negro banham o territorio deste municipio varios riachos.

As serras de Agua Quente e Vermelha prolongam-se tambem pelo territorio do municipio.

Por decreto de 6 de Julho de 1891 foi constituida em comarca, extincta por decreto de 19 de dezembro do mesmo anno.

As terras são uberrimas para o café, canna, algodão e cereaes.

O ramal ferreo de Cantagallo e a Estrada de Ferro Santo Antonio de Padua percorrem o municipio em diferentes direcções.

São tres os districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Villa de Itacôara* — Jaz ao Norte do municipio, sobre a margem direita do Parahyba, a quatro kilometros da confluencia do mesmo rio com o Pomba.

A posição astronomica é de 21º—4' de Lat. Sul e 1º—2'—28" de Long. Este.

A sua elevação sobre o nivel do mar é de 114 1/2 metros.

Dista 60 kilometros da cidade de Cantagallo e 225 da de Nitheroy, ás quaes se liga, desde 1882, pela Estrada de Ferro de Cantagallo.

O numero de habitantes em 1893 era de 7.692.

O de predios edificados elevava-se a 741.

Povoações: Batatal, Passagem, Agua Preta, Onça e Gurupá.

As duas primeiras de Batatal e Passagem são tambem estações do ramal ferreo de Cantagallo.

Primitivamente foi a villa uma aldeia de indios Purús, mandada estabelecer em 1807 pelo vice-rei D. Marcos de Noronha, conde d'Arcos.

A aldeia tomou primeiro o nome de S. José de D. Marcos ; os naturaes porém, denominaram-n'a Aldeia da Pedra. Para a sua fundação muito concorreu o missionario capuchinho Frei Thomaz de Ceuta Castello, que, ajudado pelos indios, edificou a capella dedicada á S. José de Leonissa a qual, erecta em curato a 24 de Novembro de 1824, foi elevada á freguezia por lei provincial n. 500, de 21 de Março de 1850.

O titulo de villa foi dado pelo decreto que creou o municipio. A principal producção deste districto é o café.

São regulares as suas condições sanitarias.

2º DISTRICTO — *Estrada Nova* — Está situado á Sudoeste do municipio.

Foi creado por acto de 10 de Setembro de 1890, fazendo então parte do municipio de Cantagallo.

Por decreto de 13 de Abril de 1891 passou a pertencer ao municipio de Itaocara.

A sua população, composta na maior parte de agricultores, era, em 1893, em numero de 2.862 habitantes.

O numero de predios attingia a 553.

Fazem parte deste districto as povoações de Laranjeiras, que desde 1881 é tambem uma das estações do ramal ferreo de Cantagallo, distante oito kilometros da villa de Itaocara e as de Jararaca e Serra Vermelha.

3º DISTRITO — *Tres Irmãos* — Está situado a noroeste do municipio, sobre a margem esquerda do Parahyba.

Foi creado por acto de 10 de Setembro de 1890 e pertenceu ao municipio de S. Fidelis até 1893. Nesse anno, por acto de 4 de setembro, passou a pertencer á Itaocara.

Na séde deste districto e com o mesmo nome está edificada uma das estações da Estrada de Ferro Santo Antonio de Padua.

Essa estação foi inaugurada no anno de 1883, equidistante 34 kilometros das cidades de S. Fidelis e Padua.

Fica-lhe fronteira a povoação de Portella, antiga do Barbado, ponto terminal do ramal-ferreo de Cantagallo.

Portella communica-se com de Tres Irmãos por uma barca de passagem sobre o Parahyba.

A população do districto, em 1893, era de 2.537 habitantes.

Povoações : Portella, Vieira Braga (estação da Estrada de Ferro de Padua) e Vallão do Taióca.

O numero de predios edificados elevava-se a 507.

Este districto é muito prospero.

A producção de café é abundante.

Itaperuna

Rico e florescente municipio, situado no extremo norte do Estado.

Data a sua criação do anno de 1885, em virtude do decreto provincial n. 2810, de 24 de Novembro, que constituiu seu territorio das freguezias da Natividade, Santo Antonio do Carangola, S. Sebastião do Varre Sahe e Bom Jesus de Itabapoana, todas desmembradas do municipio de Campos.

Por decreto n. 2921, de 29 de Dezembro de 1887, passou este municipio a denominar-se S. José do Avaluhy, com séde na povoação de Porto Alegre, sendo incorporada ao seu territorio a importante freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Lage, desannexada do municipio de Santo Antonio de Padua.

O decreto de 6 de Dezembro de 1889 deu novamente ao municipio o nome de Itaperuna e creou a comarca do mesmo nome, extinta pelo de 19 de Dezembro de 1891 e restabelecida pela lei n. 43 A, de 21 de Março de 1893.

Faz parte do 2º districto eleitoral do Estado.

Elevadas a municipios distinctos as freguezias de Natividade e Bom Jesus de Itabapoana, por decretos de 27 de Junho e 24 de Novembro de 1890, foram novamente incorporadas ao de Itaperuna, em virtude do decreto de 23 de Maio de 1892, que os extinguiu.

Este municipio confina ao norte com os Estados de Minas Geraes e Espirito Santo; á léste com os municipios de S. João da Barra e Campos; ao sul com os de Campos, Cambucy e Santo Antonio de Padua; e a oeste com o de Cambucy e Estado de Minas Geraes.

A superficie é de 2707,93 kilometros quadrados.

O ultimo recenseamento effectuado apurou 38.160 habitantes e 9.683 predios.

O Estado mantem mais de vinte e cinco escolas primarias.

Banham o seu solo, fertilizando-o, os rios Itabapoana, Carangola, Muriahé e seus numerosos tributarios.

A via ferrea do Carangola, com os ramaes de Patrocínio e Itabapoana, percorre os municipios em differentes direcções, transportando os productos de sua rica lavoura.

A léste e a oeste prolongam-se as serras Caiana, Frecheiras e Gaviões.

Entre as cachoeiras formadas pelo curso do Carangola e Itabapoana contam-se a dos Tombos e a da Fumaça.

Pelo porto de Itabapoana desce grande quantidade de productos agricolas do municipio.

Zona productora de abundantes e excellentes café, canna e cereaes, é o municipio de Itaperuna um dos mais ricos e prosperos do Estado.

Em certo periodo do anno reinam febres de máo character.

São onze os districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Cidade de Itaperuna* — Demora esta cidade a sudoeste do municipio, sobre a margem esquerda do Muriahé, pouco abaixo da confluencia deste rio com o Carangola, no lugar conhecido primitivamente sob o nome de Porto Alegre.

A denominação de Itaperuna dada á cidade e ao municipio provém de um morro existente na mesma cidade, coberto de bastante vegetação, conhecido por aquelle nome.

A séde deste districto teve o titulo de villa pelo já referido decreto n. 2921, de 29 de Dezembro de 1887, e o de cidade pelo de 6 de Dezembro de 1889.

A posição astronomica, segundo Bellegarde, é de 21°—15'—48" de lat. sul e 1°—25'—20" de long. este.

O numero de habitantes, em 1893, era de 4.809.

O de predios edificados elevava-se a 1.179.

A 17 de Outubro de 1881 foi aberta ao trafego a estação existente na cidade, da via ferrea de Carangola, que dista 129 kilometros da de Campos.

Pertencem tambem a este districto a povoação de Aguas Claras e a estação de Bananeiras, daquella via ferrea.

O commercio e a lavoura são prosperos.

As condições hygienicas são, porém, más.

2º DISTRICTO — *Penha* — Este districto, creado por acto de 9 de Setembro de 1890, está situado a léste do municipio.

O numero de habitantes, em 1893, era de 2.020.

O de predios edificados elevava-se a 420.

Povoação : a de Flúza.

Produce café e cereaes.

3º DISTRICTO — *Lage* — Compõe-se do territorio da antiga freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Lage de Muriahé, creada por decreto n. 1244, de 14 de Dezembro de 1861, e situada a oeste do municipio.

Depois de haver pertencido ao municipio de Campos foi por decreto n. 1598, de 16 de Novembro de 1871, incorporada ao de S. Fidelis, sendo deste desmembrada para fazer parte do municipio de Santo Antonio de Padua, pelo decreto que creou este municipio (n. 2597, de 2 de Janeiro de 1882).

Passou, finalmente, para o municipio de Itaperuna pelo decreto n. 2921, de 29 de Dezembro de 1887.

A área deste districto é de 968,46 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, elevava-se a 5.019.

O de predios edificados era de 1.079.

Povoações : Tres Barras, Taquarussú, Limoeiro e Retiro.

O districto é banhado pelo rio Muriahé.

O ramal ferreo do Patrocínio, pertencente á Estrada de Ferro Carangola, percorre este districto e tem nelle tres estações : uma na Lage, inaugurada a 15 de Junho de 1884, uma na povoação Retiro e outra na do Poço Fundo.

A produção de café neste districto é extraordinaria, constituindo-o o mais opulento do municipio.

4º DISTRICTO — *S. Sebastião da Boa Vista* — Está situado ao norte do municipio, sobre a margem direita do rio da Conceição, afluente do Carangola, no logar conhecido por Pellado.

Foi creado por acto de 15 de Agosto de 1890 com territorio desanexo da então freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Lage.

A população, em 1893, era de 1.572 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se a 411.

Produce café e canna.

5º DISTRICTO — *Natividade* — Este districto é constituído pelo territorio da antiga freguezia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola, creada por decreto n. 636, de 23 de Agosto de 1853 e situada na parte septentrional do municipio á margem esquerda do Carangola.

Em 1890 constituiu o municipio de seu nome, em virtude do decreto de 27 de Junho.

Pelo decreto de 9 de Maio de 1891 teve o predicamento de comarca e o titulo de cidade.

A comarca foi extincta por decreto de 19 de Dezembro de 1891 e o municipio pelo de 28 de Maio de 1892.

A superficie é de 793,34 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 7.157.

O de predios edificados elevava-se a 1.316.

Povoações : S. Lourenço, Soledade e Limoeiro.

A Estrada de Ferro Carangola tem uma estação na sede deste districto, distante 29 kilometros da cidade de Itaperuna.

O local da sede é aprazível e populoso.

Pertence tambem a este districto a povoação de Bananeiras, estação da referida Estrada de Ferro de Carangola, distante 10 kilometros da de Natividade.

A lavoura deste districto é geralmente a de café, que produz com abundancia.

Cultiva-se tambem bastante fumo, muito procurado no mercado.

A industria do corte de madeira de construcção é muito explorada e dá optimos resultados.

6º DISTRICTO — *Santo Antonio de Carangola* — Está situado ao Norte do municipio, sobre a margem direita do Carangola, distante cerca de 6 kilometros da Natividade.

Foi creado por acto de 31 de Outubro de 1891.

E' atravessado pela via ferrea de Carangola, que tem uma estação na sede do municipio.

O numero dos habitantes era de 4.113 por occasião do ultimo recenseamento.

O de predios edificados eleva-se a 1013.

A producção de café e de fumo é abundante.

7º DISTRICTO — *Varre Sae* — E' a antiga freguezia de S. Sebastião do Varre Sae, creada por decreto n. 2389, de 19 de Novembro de 1879, com o territorio desmembrado da freguezia do Bom Jesus de Itabapoana.

Está situado no extremo Norte do municipio.

A area é de 799,85 kilometros quadrados.

A população, em 1893, era de 1325 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se a 226.

O clima ameno e puro deste districto é igual, senão superior, ao que se experimenta em Friburgo e Therezopolis, devido a sua elevação e ás extensas mattas que possui.

As terras são férteis e aptas a todas as culturas.

Diversos generos de plantas europeas produzem ali abundantemente, sendo superior as vinhas pela colheita e doçura do caldo.

A industria pastoril progride rapidamente.

A cultura do fumo se faz em larga escala, pois as terras são muito proprias a ella.

8º DISTRICTO — *Santa Clara* — Está situado a Oeste do municipio.

Foi creado por acto de 4 de Maio de 1891.

A população, em 1893, era de 560 habitantes.

Contava então 108 predios.

9º DISTRICTO — *Sant'Anna* — Está situado ao Sul do municipio, no valle do Muriahé.

Foi creado por acto de 30 de Julho de 1890.

Em 1893 era de 1175 o numero de seus habitantes.

O de predio elevava-se a 231.

10º DISTRITO — *Bom Jesus de Itabapoana* — Está situado a Leste do municipio, sobre a margem direita do rio Itabapoana.

Seu territorio, que occupa uma superficie de 686,68 kilometros quadrados, é o da antiga freguezia da mesma invocação, creada por decreto n. 1261, de 14 de Novembro de 1862. Até aquelle anno era um arraial pertencente á freguezia da Natividade.

Depois de ter sido elevado a municipio, por decreto de 24 de Novembro de 1890, e a comarca pelo de 6 de Julho de 1891, passou novamente a pertencer a Itaperuna, em virtude do decreto de 28 de Maio de 1892, que extinguiu o municipio, sendo, anteriormente supprimida a comarca (decreto de 19 de Dezembro de 1891).

A sua posição astronomica é de 21º—9'—18" de Lat. Sul; 1º—32'—46" de Long. Este.

Em 1893 era a sua população computada em 9.209 habitantes.

O numero de predios elevava-se então a 3.500.

Os terrenos altos e ferteis em sua maior extensão, são apropriados á cultura do café, que é exportado em grande quantidade, cacão, fumo e cereaes.

É importante e activo o commercio de madeira exportado em grande escala pelo Itabapoana.

A prosperidade de sua principal lavoura é confirmada pelo consideravel numero de fazendeiros que ali existem.

O districto é servido pelo ramal ferreo de Itabapoana.

Na sede existe uma estação, distante 69,6 kilometros da cidade de Campos.

11º DISTRITO—*Santo Antonio de Itabapoana* — Está situado a noroeste do municipio, sobre a margem direita do Itabapoana.

Foi creada por decreto de 4 de Junho de 1892.

A sede do districto é banhada pelo rio Santo Antonio, que afflue para o Itabapoana.

A magestosa cachoeira da Fumaça é ahi formada pelo Itabapoana.

O numero de habitantes, em 1893, era de 1.201.

O de predios eleva-se a 214.

Macahé

É o mais importante municipio maritimo do Estado. Seu extenso littoral prolonga-se pela costa oriental cerca de 50 kilometros.

Foi creado por alvará de 29 de Julho de 1813, sendo então seu territorio constituído pelas freguezias de N. S. das Neves

Quissaman, desannexadas do municipio de Campos.

Seu nome provém do dado ao principal rio que o banha, o Macahé, a que os gentios chamavam Miquié (rio dos Bagres).

Confina ao norte com o municipio de Campos; a léste com o Oceano; ao sul com o municipio de Barra de S. João e a oeste com os de Nova Friburgo, Bom Jardim, S. Francisco de Paula e Santa Maria Magdalena.

Teve a cathogoria de comarca por decreto de 16 de Maio de 1874 e foi installada a 25 de Agosto do mesmo anno.

Faz parte do 2º districto eleitoral do Estado.

A área deste municipio é de 3.211,03 kilometros quadrados.

A população apurada pelo recenseamento de 1893 é de 38.567 habitantes.

Conta cerca de 7.000 predios.

O numero de escoias primarias mantidas pelo Estado eleva-se a mais de vinte.

As terras do littoral são planas; as da parte central são as melhores para cultura de café. Nesta encontram-se as serras de Macahé, Crubixaes, Macabú, Deitado e Santo Antonio.

O Macahé, o S. Pedro e o Macabú são os principaes rios que regam o seu territorio.

Entre as lagôas mais notaveis estão: a Feia, ao norte, Imboassica, ao sul; Carapebús e Juribatiba, ao meio.

Em frente á foz do Macahé e distante 13 kilometros do littoral estão as ilhas de Sant'Anna, em numero de tres, e, mais proximo da costa, a dos Papagaios.

Ao sul e a léste da cidade de Macahé estendem-se os portos de Imbetiba e da Concha.

O municipio é servido pelas seguintes vias ferreas: Estrada de ferro de Macahé a Campos, ramal ferreo de Macahé, Estrada de ferro Central de Macahé, Estrada de ferro Barão de Araruama, ramal ferreo de Quissaman e o ferro carril da cidade de Macahé.

Anteriormente á inauguração da estrada de ferro Macahé a Campos, estes dous municipios se communicavam pelo canal que parte de Macahé, atravessa os seus districtos maritimos e vai finalizar na cidade de Campos, com um desenvolvimento de 99 kilometros. Esta via de communicação, tendo perdido a sua importancia, está quasi abandonada e obstruida em muitos pontos.

A principal lavoura do municipio é a da canna de assucar, que constitue a sua maior riqueza. São numerosos e abastados os estabelecimentos agricolas deste genero, sobressahindo os acreditadissimos engenhos centraes da familia Araruama, na fertil zona occupada pelo districto de Quissaman.

A producção de café é tambem consideravel, especialmente nos districtos das Neves e Macabú.

O commercio é muito activo e em breve será estabelecida a Alfandega na cidade de Macahé, que facilitará as suas transacções, elevando os creditos mercantis desta opulenta parte do territorio fluminense.

Os generos de exportação maritima teem sahida pelo porto de Imbetiba.

São oito os districtos municipaes:

1º DISTRICTO — *Cidade de Macahé* — Assenta esta cidade á margem esquerda do rio Macahé, proximamente a sua foz.

A posição astronomica, calculada por Bellegarde, é de 22º, 23', 54" de lat. Sul e 1º, 14', 18" de long. Este.

O sólo é baixo e formado por terrenos de alluvião, tendo sido alagado algumas vezes por enchentes do rio.

A elevação, sobre o nível do mar, é apenas de tres metros.

Foi primitivamente uma aldeia de indios Guarulhos, fundada no começo do seculo XVII.

Nos fins do anno de 1630, os jesuitas ali fixaram residencia, creando um importante estabelecimento agricola, conhecido pelo nome de Fazenda de Macahé.

Compunha-se este estabelecimento de engenho, collegio e capella, construidos no morro de Sant'Anna, dos quaes apenas existem ruinas.

A superficie da cidade é de 85,91 kilometros quadrados.

A população é de 5.089 habitantes, apurados pelo recenseamento de 1893.

O numero de predios edificados elevava-se então a 1.062.

Com a criação do municipio foi a povoação elevada á categoria de villa, sendo installada a 25 de Janeiro de 1814.

Por alvará de 6 de Maio de 1815 foi creada a freguezia, sob a invocação de S. João Baptista.

Teve o predicamento de cidade por decreto n. 364, de 15 de Abril de 1846.

Partem desta cidade as vias ferreas Macahé e Campos e Central de Macahé, que a communicam com o municipio de Campos e com os districtos de Neves e Frade. A primeira foi inaugurada a 13 de Junho de 1873 e tem o desenvolvimento de 96,52 kilometros desde Imbetiba, onde se acha a sua estação inicial. A segunda tem um percurso de 44,319 kilometros.

O porto de Imbetiba dista tres kilometros da cidade e é ligado á esta por um ferro carril que serve tambem a outros pontos da cidade. É uma excellente estação balnearia, muito procurada na quadra estival.

O movimento de mercadorias é ali consideravel e a povoação muito prospera.

Ali vai ser construida a Alfandega creada pela União.

Entre os edificios notaveis estão a Egreja Matriz, a Casa de Caridade, subvencionada pela Estado, e a Collectoria.

O commercio é muito activo.

O principal genero de producção é o café.

2º DISTRICTO — *Barreto* — Este districto é constituido pelo territorio da antiga freguezia de S. José do Barreto, situada a léste do municipio e distante sete kilometros da cidade de Macahé.

Seu territorio abrange uma superficie de 213,22 kilometros quadrados, e prolonga-se de uma parte pelo littoral e de outra pela margem direita do canal de Macahé a Campos, que é a principal via de comunicação entre aquella cidade e este districto.

Foi curato até 1857, tendo sido elevado á freguezia por decreto n. 987 de 15 de Outubro do mesmo anno.

A população, apurada em 1893, é de 3 860 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se a 524.

Pertencem a este districto as povoações de Ipitangas, Imbuuro, Ingazeiras e Cabiunas. A de Cabiunas é tambem uma estação da via ferrea Macahé a Campos, estabelecida á margem da lagôa de Jurubatiba. Ali existe uma hospedaria de imigrantes, á cargo do Estado.

A principal lavoura do districto é a canna de assucar.

Produz algum café e cereaes.

3º DISTRICTO — *Carapebús* — Está situado ao norte do districto da cidade de Macahé e compõe-se do territorio da antiga freguezia de N. S. da Conceição de Carapebús, distante 30 kilometros daquella.

E' uma das estações da via-ferrea Macahé a Campos.

A séde deste districto assenta á margem da lagôa de Carapebús e é banhada pelo rio do mesmo nome, tributario daquella lagôa.

Foi curato até 1842, tendo sido elevado á freguezia por decreto n. 272 de 9 de Maio desse anno.

A superficie é de 227,75 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, segundo o recenseamento de 1893, é de 6.244.

O de predios edificados elevava-se então a 1.260.

As povoações da Paciencia e a de Pinheiros são estações da Estrada de Ferro Barão de Araruama.

O commercio e a lavoura são prosperos.

4º DISTRICTO — *Quissaman* — Está situado a nordeste do municipio, banhado pelo Oceano de um lado e de outro pelas lagôas de Quissaman e Feia.

E' constituido pelo territorio da antiga freguezia de N. S. do Desterro de Quissaman.

Foi primitivamente um curato com capella, fundada em Julho de 1694 pelo capitão Luiz de Barcellos Machado, no logar do Furado, junto a costa, onde aquelle capitão tinha uma fazenda.

Em 1732 foi essa fazenda mudada para Capivary, logar sito á margem meridional da lagôa Feia, na pequena península ali formada, erguendo uma nova capella o respectivo proprietario, alcaide mór Caetano de Barcellos Machado, neto do anterior proprietario, a qual teve o predicamento de curato e foi erecta em freguezia no anno de 1749.

Arruinada esta capella, José Caetano de Barcellos Coutinho, neto do alcaide mór Caetano Machado, fez elevar outra, em

1805, na sua fazenda de Quissaman, no lugar em que hoje se acha a séde do districto, á margem do canal de Macahé a Campos.

A área deste districto mede 996 kilometros quadrados.

O numero de habitantes apurado pelo recenseamento de 1893 é de 3.882.

O de predios então edificados attingia a 339.

Parte da mesma séde a via-ferrea Barão de Araruama, que se dirige ao municipio de Santa Maria Magdalena.

A 12 de Setembro de 1887 foi inaugurado neste districto o importante estabelecimento agricola Engenho Central de Quissaman, pertencente a uma sociedade anonyma organizada a esforços da familia dos Condes de Araruama.

O engenho, situado á margem do canal de Campos a Macahé, é construido de ferro, tendo sido os machinismos fornecidos pela Companhia Fives Lille, aperfeçoados conforme os modernos processos, com capacidade para fabricarem 200.000 arrobas de assucar.

As diferentes fazendas deste districto, bem como a sua séde, estão ligadas ao Engenho Central por uma via ferrea de 38 kilometros de desenvolvimento, empregada no transporte de canna e passageiros, a qual entronca na Estrada de Ferro Macahé a Campos.

A exclusiva lavoura deste districto é a da canna de assucar, cuja produção é extraordinaria.

5º DISTRICTO — *Macabú* — O territorio deste districto, que é o da antiga freguezia de N. S. da Conceição de Macabú, prolonga-se pelo extremo norte do municipio.

É montanhoso, sendo atravessado pelas serras do Deitado e Santa Catharina, ao sul e pela de Macabú, ao norte.

A séde do districto está sobre a margem direita do rio Macabú, e é servida pela Estrada de Ferro Barão de Araruama que ali tem uma estação, inaugurada a 19 de Junho de 1879.

Os primeiros habitantes do districto foram campistas, que se empregavam no corte e commercio de madeiras de lei, extrahidas de suas frondosas mattas.

Elevado á freguezia por decreto n. 812, de 6 de Outubro de 1855, teve o titulo de villa pelo de 1 de Maio de 1891, que tambem creou o municipio do mesmo nome, extinto por decreto de 29 de Abril de 1892.

A sua superficie é de 386, 99 kilometros quadrados.

O numero de habitantes apurados pelo recenseamento de 1893, elevava-se a 6.104.

O de predios então edificados era de 1.130.

Pertence a este districto a povoação de Santa Catharina, sobre a margem do rio de igual nome.

As terras são boas e bem cultivadas.

6º DISTRICTO — *Neves* — Districto meridional do municipio, situado entre os valles dos rios Macahé e S. Pedro.

A séde assenta á margem esquerda d'aquelle rio.

O territorio é o da antiga freguezia de N. S das Neves, creada por alvará de 22 de Dezembro de 1795, sómente instalado em 1803.

Anteriormente era uma aldeia de indios Sacurús, catechizados pelo missionario apostolico Antonio Vaz Pereira.

Elevada á villa, pela creação do municipio, dada por decreto de 24 de Fevereiro de 1891 e á comarca pelo de 6 de Julho do mesmo anno foram ambos extinctos : a comarca por decreto de 19 de Dezembro de 1891 e o municipio pelo de 29 de Abril de 1892, passando novamente o territorio para o municipio de Macahé.

Além dos rios Macahé e S. Pedro, é este districto banhado pelo Sanna.

A Estrada de Ferro Central de Macahé serve á grande parte do territorio do districto.

A superficie é de 588 kilometros quadrados.

Por occasião do recenseamento effectuado em 1893 foram apurados 4.551 habitantes.

O numero de predios existentes naquella época era de 1032.

Povoações : S. Roque e Sanna.

A lavoura deste municipio é consideravel, produzindo suas terras muito café e canna de assucar.

É um dos districtos mais ricos e fertéis do municipio.

7º DISTRICTO — *Cachoeira* — Este districto foi creado por decreto de 4 de Julho de 1892, tendo por sede a povoação de Varzea Alta, situada a noroeste do municipio, entre as serras de Crubixaes e Macahé.

A população, em 1893, era de 4.571 habitantes.

O numero de predios elevava-se então a 855.

Povoação : Salto.

Produz muito café e o clima é excellente.

8º DISTRICTO — *Frade* — Este districto, é constituido pelo territorio da freguezia de N. S. da Conceição do Frade, creada por decreto n. 1709, de 30 de Outubro de 1872.

Está situado a oeste do municipio, na região montanhosa abrangida pelas serras de Crubixaes e Macahé.

É um dos mais ricos e florecentes districtos do municipio, pela incomparavel uberidade do solo e suavidade do clima, talvez o melhor que se experimenta em todo o Estado.

Removidas as diffiuldades de vias de comunicação, será sem duvida um dos pontos mais procurados pelos convalescentes e doentes de molestias que reclamam a pureza do ar ambiente.

A sua maior altitude é de 1.750 metros, que é a do pico do Frade. A lavoura do café e cereaes é abundante.

Os colonos europeos encontram no territorio deste districto uma situação feliz sob os pontos de vista economico e sanitario.

A população, apurada em 1893, era de 4.266 habitantes.

O numero de predios elevava-se a 700.

Fazem parte do territorio deste districto as povoações de Mundéos, Duas Barras e Glycerio, sendo a primeira e ultima estações da Estrada de Ferro Central de Macahé.

Magé

Acha-se este município situado á margem septentrional da Bahia do Rio de Janeiro ou Guanabara.

Foi creado por ordem do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza, expedida a 9 de Junho de 1789, tendo sido installado a 12 do mesmo mez e anno.

Seu territorio foi constituído de terras do município de Sant'Anna de Macacú, então Santo Antonio de Sá, e da cidade do Rio de Janeiro, inclusive as ilhas do pequeno archipelago de Paquetá, que passaram novamente para a mesma cidade, em 1832.

Com a extincção do município da Estrella, effectuada por decreto de 28 de Maio de 1892, foram annexados ao de Magé os territorios das freguezias da Guia e Inhomerim.

Confina ao Norte com os municípios de Therezopolis e Petropolis; a Leste com o de Sant'Anna de Macacú; ao Sul com o de Itaborahy e Bahia de Guanabara e a Oeste com o de Iguassú.

A superficie é de 718,13 kilometros quadrados.

Pelo recenseamento de 1893 foi computado em 24.611 o numero de seus habitantes e em 3774 o de seus predios.

O Estado mantem mais de 20 escolas primarias.

Ao Norte do município prolongam-se as serras dos Orgãos e e da Estrella.

Correm para a Bahia os rios *Guapymirim*, divisa entre este município e o de Itaborahy, *Magé*, que contorna a cidade e é em parte navegavel, *Iriry*, tambem em parte navegavel, *Suruhy* e *Inhomerim*, que é o mais importante.

Proximas ao littoral estão as ilhas *Cajahybas*, *Leonidia*, *Guayana* e *Limão*.

São dous os portos: *Piedade* e *Mauá*.

A costa comprehendida entre o *Guapymirim* e o porto de *Mauá* era em fins do seculo XVIII muito productiva em canna de assucar e anil; hoje está coberta de pantanos e mangues, que a tornam insalubre. Entre os seus pontos mais pittorescos sobresaem o morro da *Piedade*, com a tradicional capella; a *Taputera*, pequeno promotorio que com o morro da *Piedade* limitam a formosa enseada em que desagua o *Iriry*; o morro de *Cruará* com as capellas de S. Francisco e S. Lourenço; o dos *Remedios*, com capella proxima ao porto de *Mauá*.

Do porto de *Mauá* parte a mais antiga via ferrea da America do Sul, inaugurada a 30 de Abril de 1854, a esforços do benemerito brasileiro Irineo Evangelista de Souza, cujo nome está ligado a muitas empresas que prosperam no Brazil.

A primitiva linha da então Estrada de Ferro de *Mauá*, prolongava-se até á *Raiz da Serra* com uma extensão de 16 kilometros. Em 1881 a Companhia Estrada de Ferro Grão Pará, contractou o prolongamento da linha até *Petropolis* e dali a S. José do Rio Preto, tendo sido aberto o trafego da primeira parte a 20 de Fevereiro de 1883.

O municipio é tambem servido pela Estrada de Ferro do Norte, como aquella, hoje pertencente á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina.

Pelos portos de Mauá e Piedade fazem-se as communicações maritimas deste municipio e o de Therezopolis com a Capital Federal, por linhas de barcas a vapor em correspondencia as do primeiro porto com os trens da via ferrea Grão Pará.

Do porto da Piedade parte a linha ferrea de Therezopolis. A lavoura deste municipio é insignificante e quasi exclusiva de cereaes.

Saneada a parte do littoral pelo dissecamento dos pantanos e brejos que o povoam, para cuja realisação estão feitos os necessarios estudos, será esta parte do Estado, em futuro proximo, o maior celeiro da sua Capital e do Districto Federal, atrahida para esse ponto numerosa corrente immigratoria que saiba aproveitar as occultas riquezas de suas terras fecundas.

Alem da antiga e acreditada Fabrica de Tocidos, estabelecida no districto de Santo Aleixo, ha na cidade da Magé e na povoação da Raiz da Serra outras fabricas desse genero de industria em que se empregam numerosos operarios de ambos os sexos.

O alvará de 27 de Junho de 1808 creou a comarca.

O municipio faz parte do 1º districto eleitoral do Estado.

São em numero de seis os seus districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Cidade de Magé* — Está situada ao centro do municipio.

Foi um curato até 18 de Janeiro de 1696, sob a invocação de N. S. da Piedade. Por alvará dessa data foi elevado a freguezia.

A primitiva povoação foi estabelecida no lugar hoje conhecido por porto da Piedade. Alli foi levantada em 1650 a capella de N. S. da Piedade, ainda existente.

Em 1747 foi construida uma outra capella em lugar distante cerca de uma legua para o interior, em terras doadas por Joanna de Barros, viuva de Ignacio Francisco de Aranjó. E' esse lugar o da actual cidade de Magé.

Pela criação do municipio em 1789, teve o predicamento de villa e o de cidade por decreto n. 965, de 2 de Outubro de 1857.

A cidade está situada aos 22°—38'—6" de Lat. Sul, 6°—42" de Long. Este.

A superficie da cidade é de 160,48 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 5.690.

O de predios edificados elevava-se a 632. Entre estes destacam-se a matriz, a capella do Bomfim, a casa de caridade, subvencionada pelo Estado, e o paço municipal.

Povoações: Sudré, Porto da Piedade, Jozoró e Iriry.

Contorna a cidade o rio Magé, navegavel em parte por barcos, que conduzem os productos da pequena lavoura.

Existiu outr'ora um canal para a cidade, hoje obstruido e abandonado.

Parece ter surgido para a velha cidade um período prospero pelo estabelecimento de uma importante fabrica de tecidos, que trouxe á sua população pobre honesto meio de subsistencia.

Pertence ao districto desta cidade a povoação do Bananal que está a 78 metros do nivel do mar em lugar aprazivel distante 22 kilometros do porto da Piedade. E' a estação terminal da primeira secção da Estrada de Ferro de Theresopolis.

O districto produz muita mandioca de que se fabrica excellente farinha.

A cidade de Magé foi cruelmente assolada por occasião da revolta naval de 1893.

2º DISTRICTO — *Santo Aleixo* — Está situado a Sudoeste do municipio.

Foi creado por decreto de 28 de Maio de 1892 e formado com o territorio desinnexado do districto da cidade de Magé.

Prolonga-se até as vertentes da serra dos Orgãos, onde se forma o rio Magé que o banha.

Existe neste districto a mais antiga Fabrica de Tecidos do Brazil, propriedade de uma sociedade anonyma.

A população, composta na maior parte de operarios daquelle fabrica e de pequenos lavradores, era em 1893 de 1.457 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se então a 278.

O principal genero de produção é a farinha de mandioca.

3º DISTRICTO — *Guapymirim* — Está situado na parte meridional do municipio, banhado em grande extensão pelo rio de seu nome e pela bahia de Guanabara.

A primitiva povoação estabeleceu-se á margem do rio Cernambytiba, affluente do Guapy, onde os irmãos Pedro e Estevão Gago edificaram uma capella, que teve o predicamento de curato em 1670, sob a invocação de N. S. d'Ajuda, e o de freguezia por alvará de 15 de Janeiro de 1755.

Arruinada a capella, foi mais tarde transferida a sede para o lugar em que se acha actualmente, então conhecido pelo nome de Outeiro das Iganamixamas, á margem direita do Guapymirim.

A superficie é de 355,23 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, elevava-se a 6.218.

O de predios edificados era de 478.

E' pequena a lavoura de cereaes.

A industria mais explorada é a do corte de lenha e mangue, exportado em grande escala para o Districto Federal.

O clima em geral é insalubre.

4º DISTRICTO — *Suruhy* — Demora a Oeste da cidade de Magé e é constituido pelo territorio da antiga freguezia de S. Nicoláo de Suruhy, creada por alvará de 11 de Janeiro de 1755.

A primitiva povoação formou-se no lugar denominado Goia, onde Nicoláo Baldim fez construir em 1628 uma capella dedicada ao Santo de seu nome.

Em 1699 estabeleceu-se outra capella, a esforços de Feliz de Proença Magalhães, em ponto sobranceiro ao rio Suruhy, conservada a invocação de S. Nicolão. Arruinada esta capella, foi edificada nova, concluida em 1710.

A actual Igreja Matriz foi construida em 1855, mediante subscrição popular.

A superficie do districto é de 66,30 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, elevava-se a 2.680.

O de predios edificados attingia então a 445.

A lavoura exclusiva deste districto é a da mandioca com que se fabrica a excellente farinha de Suruhy.

A cultura de outros cereaes é insignificante.

Exporta alguma lenha.

O máo estado sanitario deste districto contribue para a sua extrema decadencia.

5º DISTRICTO — *Guia de Pacopahyba* — Occupa este districto o territorio da antiga freguezia do mesmo nome, situada á margem occidental da bahia de Guanabara.

A povoação data do meiado do seculo XVII em que se estabeleceu no logar da actual séde com capella sob a invocação de Santa Margarida, mudada para a de N. S. da Guia por occasião de ser elevada á freguezia, em virtude do alvará de 28 de Dezembro de 1755.

Fez sempre parte do territorio do municipio de Magé, até que pela creação de da Estrella (lei n. 397, de 20 de Maio de 1846), passou a pertencer a este.

Extincto o municipio da Estrella, pelo decreto de 23 de Maio de 1892, foi novamente incorporado ao de Magé.

Banhão o districto os rios Inhomerim e Cayoaba.

A área é de 30 kilometros quadrados.

A população, recenseada em 1893, elevou-se a 2.529 habitantes.

O numero de predios edificados era então de 289.

Povoações: Ipyranza, Cayoaba e S. Francisco.

O porto de Mauá está comprehendido no territorio deste districto.

A lavoura em geral é de mandioca.

São excellentes as fructas deste districto.

É consideravel a exportação de farinha, lenha, fructas e tijolos.

6º DISTRICTO — *Inhomerim* — Occupa este districto o territorio existente a Oeste do municipio que se estende dessa parte da bahia de Guanabara até a Raiz da Serra da Estrella, sobre o valle de Inhomerim.

Sob a invocação de N. S. da Piedade foi elevada a freguezia em 1677, funcioanando a sua matriz em uma pequena capella, que demorava meia legua do porto da Estrella, no logar denominado Inhomerim.

Pela creação do municipio da Estrella foi a freguezia elevada á categoria de villa, com séde no referido porto da Estrella, então de muita importancia commercial.

Tendo, porém, permanecido a sede em Inhomerim, ficou nella definitivamente estabelecida em virtude do decreto de 4 de Fevereiro de 1859.

De 1846 a 1892 foi, pois, a sede do extinto municipio da Estrella.

Anteriormente a 1846 pertenceu aos municipios de Iguassú e Magé.

Foi incorporada novamente a Magé, por decreto de 28 de Maio de 1892, que extinguiu o municipio da Estrella.

A sua superficie é avaliada em 87,80 kilometros quadrados.

A população apurada pelo recenseamento effectuado em 1893 attingiu a 6.637 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se então a 1.631, a maior parte em ruínas, pelo abandono da população.

As povoações da Estrella, Inhomerim e Raiz da Serra são servidas pelas vias ferreas Grão Pará e Norte.

Na povoação da Raiz da Serra existem a fabrica de tecidos do Pão Grande e a fabrica de polvora, a cargo do Ministerio da Guerra.

No meio da serra da Estrella existe um estabelecido industrial.

O café e a mandioca prosperam muito nos montes.

As varzeas cobertas de espessas camadas de humus são fertilissimas, produzindo muito milho, arroz e canna.

São excellentes as fructas e legumes.

O Inhomerim foi sulcado por innumerous barcos que transportavam os productos das antigas provincias de Goyaz e Minas Geraes.

Esse rio forma na parte que atravessa o districto uma soberba cascata, cujas aguas se despenham de uma altura de 44 metros, com 20 de largura, sobre uma bacia de 90 metros de circumferencia e 7 de profundidade.

Mangaratiba

Demora este municipio ao Sul do Estado, na parte banhada pela bahia de Angra dos Reis.

Até 1818 fez parte do municipio de Angra dos Reis. Por alvará de 5 de Julho desse anno passou a pertencer ao de Itaguahy, creado pelo mesmo alvará.

Foi elevado a municipio por decreto de 11 de Novembro de 1831, tendo logar a installação a 21 de Março de 1832.

Extinto por decreto de 28 de Maio de 1892, foi restabelecido pela lei n. 36, de 17 de Dezembro do mesmo anno.

Liga-se ao Districto Federal por uma linha de pequenos vapores que partem do porto de Sepetiba, fazendo escala pelos portos de Mangaratiba e Itacurussá.

Anteriormente ao estabelecimento da viação ferrea, que lhe estancou os elementos de prosperidade, eram muito activos

esses portos por onde se expediam os productos agricolas do municipio e dos confinantes, encaminhados pelas excellentes estradas de rodagem que então havia.

O valle do Ingahyba promette restaurar-lhe a passada grandeza si para elle convergir uma corrente immigratoria activa e intelligente que saiba extrahir as riquezas encerradas naquelle solo fecundo.

A canna de assucar é muito cultivada e constitue a quasi exclusiva lavoura do municipio.

Limita-se ao Norte com os municipios de S. João Marcos e Rio Claro; a Leste com o de Itaguahy; ao Sul com a bahia de Angra e a Oeste com o municipio de Angra dos Reis.

A sua área mede 339,65 kilometros quadrados.

A população, apurada pelo recenseamento de 1893, era de 10.565 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se então a 1.328.

O Estado mantem cerca de 10 escolas primarias.

Na administração judiciaria está este municipio subordinado á comarca de S. João Marcos.

Pertence ao 5º districto eleitoral do Estado.

Estão comprehendidas no seu territorio, além de outras, as ilhas de Itacurussá, Jaguanon e Marambaia, todas habitadas.

Nesta ultima ergue-se no extremo occidental o pico da Marambaia, com 754 metros de altitude. Tambem se encontra ali a lagôa Vermelha, proxima á costa do Norte.

O municipio é decadente, mas muito salubre.

São tres os seus districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Villa de Mangaratiba* — Está situado ao Sul do municipio, sobre uma pequena península.

Teve origem na aldeia de indios Tupiniquins, fundada por Martim de Sá, em um dos extremos da extensa praia de Ingahyba, onde se ergueu uma capella dedicada a S. Braz.

Transferida a aldeia para o local em que hoje se acha a villa, foi ali edificado por ordem de Martim de Sá um templo, sob a invocação de N. S. da Guia.

A posição astronomica, segundo Bellegarde, é 22º 59' 22" de lat. Sul, 52' 6" de long. Oeste.

Teve o predicamento ecclesiastico do freguezia por provisão de 16 de Janeiro de 1764 e o titulo de villa pelo decreto que creou o municipio.

A população, conforme o recenseamento effectuado em 1893, compunha-se de 7.346 habitantes.

O numero de predios edificados era então de 1.004.

Pertencem a este districto as povoações do Sacco, S. Braz e Ingahyba.

A lavoura é exclusivamente de canna.

Exporta tambem peixe e camarões.

2º DISTRICTO — *Jacarehy* — É constituido pelo territorio da antiga freguezia de N. S. da Conceição de Jacarehy e está situado no extremo occidental do municipio, limitado em parte pelo rio Caratuaia.

Curato por decreto n. 897, de 16 de Outubro de 1857, foi elevado á freguezia pelo de numero 1099, de 21 de Janeiro de 1859.

A principal lavoura é a da canna de assucar, existindo alguns engenhos de aguardente e assucar.

O numero de habitantes, em 1893, era de 1.767.

O de predios edificados elevava-se a 264.

3º DISTRICTO — *Itacurussá* — O territorio deste districto é formado pelo da antiga freguezia de Sant'Anna de Itacurussá, a Leste do municipio, banhado pela bahia de Angra dos Reis.

Até 1836 foi um curato fundado pelos jesuitas incumbidos da catechese dos indios que povoavam o littoral.

Foi elevado á freguezia por decreto n. 63, de 17 de Dezembro de 1836.

A séde deste districto está á beira-mar, com bom porto, escala dos vapores da Empreza de Navegação entre Sepetiba e Paraty.

Dista 30 kilometros do referido porto de Imbetiba.

A população era, em 1893, de 1.452 habitantes.

O numero de predios edificados era de cerca de 100.

Pertence a este districto a ilha de Jaguanon, cujos habitantes se occupam na lavoura de cereaes e na pesca.

Pequena lavoura e algum commercio.

Possue uma excellente fonte de agua ferrea.

O porto de Itacurussá é muito aprazivel e presta-se ao estabelecimento de uma excellente estação balnearia.

Fronteira á séde do districto está a ilha de Itacurussá, que foi primitivamente uma aldeia de indios. É muito pittoresca e abundante em fructas e productos de horticultura, de cujo plantil se occupam exclusivamente seus habitantes.

Maricá

Municipio maritimo situado ao Sul do Estado.

Seu territorio pertenceu por muito tempo á freguezia de Santo Antonio de Caseribú, hoje Santo Antonio de Sá, districto de Itaborahy.

Por alvará de 11 de Janeiro de 1855 foi creada a freguezia de N. S. do Amparo de Maricá, sujeita ás justicas do cidade do Rio de Janeiro até 1814, anno em que, por alvará de 26 de Maio, foi elevada á cathegoria de villa com o nome de Santa Maria de Maricá, séde do municipio deste nome, tambem creado por aquelle alvará e installado a 27 de Agosto de 1815.

Por decreto de 27 de Dezembro de 1890 teve a villa o titulo de cidade.

Limita-se ao-Norte com os municipios de S. Gonçalo e Itaborahy; a Leste com os de Itaborahy e Saquarema; ao Sul com o Oceano e a Oeste com o municipio de S. Gonçalo.

No judiciario pertence á comarca de Itaborahy.

Na divisão politica faz parte do 1º districto eleitoral do Estado.

A cidade de Maricá está sobre a lagôa de seu nome e divide-se em 2 districtos municipaes.

A sua posição astronomica, segundo Bellegarde, é de 22º 54' 50" de lat. Sul e 15º 10" de long. Este.

A superficie do municipio mede 293,39 kilometros quadrados.

O municipio é servido por uma via ferrea que começa no porto das Neves, em S. Gonçalo, e termina na referida cidade de Maricá.

O littoral do municipio é inacessivel, existindo apenas uma pequena calheita, na Ponta Negra, que não offerece abrigo e é sómente procurada por canôas de pesca.

Cerca de 1 legua da costa estão as duas ilhas de Maricá, deshabitadas e de difficil desembarque.

As mais importantes lagôas deste municipio são a de Maricá, com uma legua de largura, a de Gururupina, que se communica com aquella pelo rio Bambuhy e a Brava.

As terras são boas, mas pouco cultivadas.

A industria da pesca é feita em grande escala.

Correm ao Norte as serras de Inhoã e Lagarto; a Leste a de Ponta Negra e a Oeste a de Tiriricá.

O numero de habitantes, em 1893, era de 17.621.

O de predios edificados attingia a 2.525.

O clima é em geral salubre.

Povoações: Inhoã, Cassoritiba, S. José de Imbassahy, Pindobas, Ponta Negra, Caju, Espraiado, Imbury, Mata-Cavallos, Ponta Grossa, Itapeba, Silvado e Saúde.

Nietheroy

Banhado pelas aguas da bollissima bahia de Guanabara, jaz este municipio ao Sul do Estado, na parte oriental da referida bahia, que o limita ao Norte, Sul e Oeste. Confina a Leste com o municipio de S. Gonçalo.

Seu territorio é occupado em grande parte pelo que pertencera ao fidalgo portuguez D. Antonio de Mariz, depois doado ao celebre indio Martim Affonso Ararigboa, em recompensa do auxilio que com sua tribu prestara aos portuguezes, quando expulsaram os Francezes e Tamoios do Porto do Rio de Janeiro.

A primitiva povoação, conhecida pelo nome de S. Domingos da Praia Grande, teve rapido progresso depois da chegada da Familia Real em 1808, sendo-lhe conferida os predicamentos de villa e comarca por alvará de 10 de Maio de 1819.

A *Villa Real da Praia Grande* foi installada em 11 de Agosto daquelle anno.

Até 1835 pertenceu ao territorio da cidade do Rio de Janeiro, que era então a capital do Imperio e da Provincia do Rio de Janeiro.

A lei de 12 de Agosto de 1834 (Acto Adicional) separou o território da Cidade do Rio de Janeiro do da Província do mesmo nome, para constituir um municipio autonomo, com o nome de Municipio da Côrte ou Municipio Neutro.

A villa Real da Praia Grande foi escolhida para capital da Província do Rio de Janeiro, pela lei da respectiva Assembléa, n. 2, de 26 de Março de 1835, e elevada a cathegoria de cidade com o nome de Nictheroy, pela de n. 6, de 28 daquelle mez e anno.

A cidade de Nictheroy permaneceu como capital até 20 de Fevereiro de 1894, por ter sido installada a 21 do mesmo mez na cidade de Petropolis, para onde fóra transferida provisoriamente pela lei n. 59, de 30 de Janeiro daquelle anno, e ali definitivamente estabelecida pela de numero 89, de 1 de Outubro ainda do referido anno. (1)

E' o municipio do Estado que occupa menor extenção territorial, calculada em 83.86 kilometros quadrados.

A população, apurada pelo recenseamento de 1893, era de 38.689 habitantes.

Existem cerca de 7.000 predios.

Além da Escola Normal e Lyceu de Humanidades, estabelecimentos de instrucção secundaria, mantem o Estado neste municipio mais de 70 escolas primarias de ambos os sexos.

Proximas ao littoral estão as ilhas da Boa Viagem, Mocanguê Grande, Mocanguê Pequeno, Conceição e Vianna, assaz celebres pela parte que tomaram na revolta de 1893. São insignificantes os cursos d'agua, dos quaes o mais notavel é o Icarahy.

O commercio e a lavoura são florescentes, não obstante a cidade haver perdido os foros de Capital do Estado.

O municipio compõe-se de seis districtos, cinco urbanos e um suburbano.

1º, 2º e 3º DISTRICTOS — *Cidade de Nictheroy* — O 1º é constituido pela parte central da cidade; o 2º, pelo bairro de S. Domingos e o terceiro pelo de Santa Rosa.

O 1º districto (central) occupa a parte mais populosa e commercial da cidade, visinha ao littoral, e começa na ponta da Areia, contorna a da Armação e termina nas proximidades de S. Domingos.

Neste districto acham-se os edificios das repartições publicas, quartéis, Lyceu e Escola Normal, Hospital de S. João Baptista, estabelecimentos fabris do Ministerio da Marinha, situados na Armação, fabrica de fundição na ponta da Areia, jardins, estações de barcas e de ferro-carril, que se prolonga por varios pontos da cidade, theatro de Santa Thereza, Paço da Municipalidade e fabrica de tecidos de Santa Clara, além de varios estabelecimentos e associações litterarias, beneficentes e recreativas.

(1) Nictheroy voltou a ser a Capital do Estado do Rio de Janeiro, pela Lei n. 142, de 4 de agosto de 1902, installando-se ali o Governo a 20 de julho do anno seguinte, dia fixado pelo decreto n. 801, de 6 de junho de 1903. *N. da R.*

A Igreja Matriz de S. João Baptista, vasto e bello templo erguido pelo Governo da ex-provincia, está estabelecida á Praça Pinto Lima, fronteira ao Paço Municipal.

São-lhe filiaes a capella da Conceição, erguida em 1663, a de Santo Ignacio, na Armação, erecta sobre as ruinas de uma antiga capella e aberta ao culto em 23 de Junho de 1796.

O numero de seus habitantes é de cerca de 12.000 e o de predios edificados é de cerca de 3.000.

A iluminação publica é de gaz corrente.

E' abastecido de excellente agua potavel, canalizada das cachoeiras de Macacú.

Será em breve dotada de um bom systema de exgottos. As ruas são largas, rectas e arborizadas.

Seus predios foram muito damnificados por occasião da revolta naval, attingidos pelos projectis que constantemente eram lançados sobre a cidade. Hoje, porém, restam poucos vestigios dessa lucta fratricida que conferiu á Nictheroy o justo titulo de *invicta*.

O 2º districto (S. Domingos) está situado a Leste da cidade.

Seu littoral é constituido pelas praias de S. Domingos, Gragoatá, Vermelha e Flechas, muito procuradas na estação calmosa; pela excellencia de seus banhos.

Grande numero de chacaras pittorescas ornam suas bellas ruas occupadas por outros predios de estylo elegante.

E' a parte da cidade que offerece melhores condições de salubridade, e por isso muito visitada pelos convalescentes.

Entre os mais notaveis edificios destacam-se o da fabrica de fumos, o da Polyclinica, o do Palacete do Largo de S. Domingos e o do antigo palacio da Presidencia.

No extremo da praia de S. Domingos vê-se a modesta capella daquelle santo, construida em 1652 e pertencente a fazenda que ali houve Domingos de Araujo e sua mulher D. Violante do Céu.

Na de Gragoatá ostenta-se o glorioso forte deste nome, celebre pela heroica resistencia que oppoz aos navios da esquadra revoltada a 6 de Setembro de 1893.

Na das Flechas ergue-se a capella das Dôres, cuja primeira pedra foi lançada em Novembro de 1853, e o elegante jardim conhecido vulgarmente pelo nome de Jardim do Ingá.

O districto é servido pelo ferro-carril, que está em correspondencia com as barcas que se communicam com a Capital Federal.

O numero de seus habitantes, conforme o recenseamento de 1893, é computado em 11.086.

Os predios edificados elevavam-se então a 1.744.

Fica a Sudoeste a ilha da Boa Viagem, coroadá pela capella erecta em 1.663. Nessa ilha foi estabelecida a Companhia de Aprendizes Marinheiros.

O 3º districto (Santa Rosa) fica para o interior da cidade, a Norte e Nordeste della.

A população em 1893 era de 5.139 habitantes.

O numero de predios elevava-se a 702, notando-se entre elles muitas chacaras e alguns edificios de construcção rica e elegante.

Goza de boa reputação sanitaria.

E' tambem servido por um ferro-carril.

Neste bairro está edificado o excellente estabelecimento conhecido por Collegio dos Salesianos onde, cerca de 200 meninos recebem, com vantagem, a necessaria educação intellectual e profissional.

O Estado subvenciona este util estabelecimento.

Annexo a elle existe uma capella de modesta construcção.

E' tambem neste districto que está estabelecido o Asylo de Santa Leopoldina, excellente e antiga instituição beneficente destinada a educação e instrucção de orphãos desamparadas.

O edificio é espaçoso e de excellente construcção. A sua direita ergue-se uma linda capella. O Estado tambem subvenciona essa utilissima associação. A bellissima praia de Icarahy, tão procurada pelos banhistas, faz parte do littoral deste districto. No extremo della fenece o rio de seu nome, que é o mais importante da cidade.

Além das duas capellas já citadas existem neste districto as de Santa Rosa e Rosario, de origem secular.

Os tres districtos acima mencionados constituíram primitivamente a freguezia de S. João Baptista do Icarahy, fundada por alvará expedido no anno de 1696, tendo por Matriz a capella que, em 1660 foi erigida no campo de S. Bento, a pequena distancia da praia do Icarahy, dedicada aquelle santo.

A cidade de Nietheroy é a séde do 1º districto eleitoral do Estado.

Os 4º e 5º districtos são formados pelo territorio da antiga freguezia de S. Lourenço, estabelecida primitivamente no morro em que está a velha matriz, erguida no principio do seculo XVII, no lugar em que foi fundado o aldeamento de indios Terminós, cujo chefe era o celebre Ararigboia, valoroso alliado dos portuguezes na expulsão dos francezes e Tamoyos da bahia do Rio de Janeiro.

O seu littoral estende-se do Sacco de S. Lourenço até as immedições da praia das Neves, comprehendidas as de Santa Anna e Muruhý e o porto do Barreto.

Pertencem a esta parte do municipio as ilhas da Conceição, Vianna, Cajú e Caximbão, occupadas por forças da esquadra no periodo da revolta de 1893.

Fazem tambem parte delle os bairros de Fonseca, Baldeador, Barreto e Engenhoca, todos muito recommendaveis pela excellencia de suas condições hygienicas.

No bairro do Fonseca existe a Penitenciaria do Estado, estabelecimento de construcção severa, onde funcceionam diversas officinas e uma escola primaria.

No mesmo bairro estão as caixas d'agua do Rio Vicencia que abasteciam primitivamente a cidade.

No Barreto está edificado o cemiterio da cidade.

Ha tambem alli uma fabrica de tecidos e outra de phosphoros.

A nova Matriz de S. Lourenço é talvez o templo de mais bella construeção do Estado.

Da estação de Sant'Anna de Maruhy parte a Estrada de Ferro de Cantagallo, que liga por um lado o municipio de Nictheroy com os de S. Gonçalo, Itaboraity, Macacú, Friburgo, Bom Jardim, Cantagallo e Itaocara e de outro lado com os do Rio Bonito, Capivary, Barra de S. João, Macahé e Campos.

A população dos dous districtos era de 7.730, por occasião do recenseamento effectuado em 1893.

O numero de seus predios elevava-se então a 1.572.

Os districtos estão em comunicação com a cidade de Nictheroy pelo ferro carril que dalli parte.

A pequena lavoura de cereaes e fructas é prospera.

6º DISTRITO — *Jurujuba* — Demora na extremidade oriental do municipio e é banhado em grande parte pela bahia de Guanabara.

Sob a invocação de N. S. da Conceição da Vargem foi elevada a freguezia, por lei provincial n. 208, de 23 de Maio de 1842, sendo a sede estabelocia no arraial que existia na fazenda dos jesuitas, situada na pittoresca enseada de Charitas, vulgarmente conhecida por Sacco de S. Francisco, e extremada pelos morros da Jurujuba e Cavallão.

No Sacco de S. Francisco existe o Hospital Maritimo de Santa Isabel, fundado em 1851, para tratamento da maruja mercante; é hoje Hospital de molestias infecciosas.

Alli estão tambem as capellas da Conceição (Matriz) e S. Francisco e o velho convento desse patriarcha, construido em fins do seculo XVIII.

A freguezia da Jurujuba só foi installada em 1853 em virtude da lei n. 658, de 14 de Outubro desse anno.

O districto abrange uma superficie de 27,74 kilometros quadrados.

O numero de habitantes, em 1893, era de 2.633.

O de predios edificados elevava-se a 462.

A principal industria deste districto é a da pesca, de que abastece consideravelmente os mercados de Nictheroy e Rio de Janeiro.

A fortaleza de Santa Cruz e os fortes annexos fazem parte do territorio deste districto.

Nova Friburgo

Occupa este municipio o centro do Estado e é limitado: ao Norte pelos de Sumidouro e Duas Barras; a Leste pelos de Bom Jardim e Macahé; ao Sul pelos de Capivary, Sant'Anna de Macacú e Theresopolis e a Leste pelo de Therezopolis.

Teve origem no arraial do Morro Queimado, então pertencente a Cantagallo, adquirido pelo Governo em 1818 para o estabelecimento da colonia de Suissos, denominada Nova Friburgo, que alli se installou no anno seguinte.

Essa colonia, em principio estacionaria, recebeu mais tarde novos elementos de vida com o augmento de sua população, que começou a prosperar rapidamente, motivando a criação do municipio, outorgada pelo alvará de 3 de Janeiro de 1820.

O municipio de Friburgo foi installado a 17 de Abril do anno de sua criação, tendo por séde o referido arraial do Morro Queimado.

Correm pelo municipio as serras limitrophes do Sumidouro, Boa Vista e Macahé.

Sulcam o seu territorio o rio Grande e seus afluentes Bengalas e S. José.

A superficie é de 1.326,18 kilometros quadrados.

A população, apurada em 1893, compunha-se de 11.759 habitantes.

O numero de predios edificados attingia então a 2.091.

O Estado mantem dez escolas primarias. Existem tambem outras escolas a cargo da municipalidade.

E' servido pela Estrada de Ferro de Cantagallo e pelo Ramal Ferreo do Sumidouro.

A prosperidade deste municipio decorre da excellencia do seu clima e uberdade de seu sólo.

Produz muito café, saborosos fructos e legumes.

E' comarca de 1ª entrancia, creada pelo decreto n. 1637, de 30 de Novembro de 1871.

Faz parte do 2º districto eleitoral do Estado.

Este municipio compõe-se de tres districtos.

1º DISTRICTO—*Cidade de Nova Friburgo*—Está edificada ao centro do municipio, em situação felicissima, a 880 metros acima no nivel do mar.

E' um dos pontos mais saudaveis e pittorescos do Estado.

A posição astronomica, calculada, por Bellegarde, é de 22º-17'-55" de Latitude e 0º-31'-47" de Longitude Este.

Teve o titulo de villa pelo decreto que creou o municipio e o de cidade pelo de 8 de Janeiro de 1890.

E' banhada pelo Bengalas e pelos riachos Santo Antonio e Conego.

A área do districto da cidade é de 681,84 kilometros quadrados.

Desde 18 de Dezembro de 1873 está a cidade de Nova Friburgo em comunicação diaria com a de Nictheroy pela Estrada de Ferro de Cantagallo.

Liga se tambem diariamente a cidade com os municipios de Bom Jardim, Duas Barras, Cantagallo e Itaocára pela referida via ferrea e com os de Sumidouro, Carmo e o Porto Novo do Cunha, pelo Ramal Ferreo do Sumidouro.

As optimas condições hygienicas, que tanto a recomendam, attrahem a esta cidade numerosos veranistas e convalescentes.

A população, apurada pelo recenseamento de 1893, era então de 6.566 habitantes.

O numero de predios edificados até aquella epocha elevava-se a 1.096.

Entre os estabelecimentos de instrucção particular está o acreditado collegio Anchieta, dirigido por padres jesuitas e situado no ameno bairro da Villagem, em posição dominante da cidade.

Entre os edificios notaveis da cidade estão a Igreja Matriz, a Capella de Santo Antonio, situada no poetico logar do Suspiro, a estação da Estrada de Ferro, o theatro, lazareto (proprio estadual), o palacete do Conde de S. Clemente, com um magnifico parque, o do commendador Elias de Moraes, o vasto e elegante Hotel Central, onde está installado o excellent estabelecimento hydrotherapico, a fabrica de cerveja Beaulair, e muitos outros de elegante construcção. A cidade é abastecida de excellente agua potavel e illuminada a luz electrica.

As ruas são espaçosas, bem alinhadas e calçadas.

Ha na cidade uma agencia da Caixa Economica, que funciona annexa á collectoria de rendas.

A estação do Rio Grande, da via ferrea de Cantagallo, inaugurada a 23 de Setembro de 1876, é um importante nucleo de povoação, distante 14 kilometros da cidade.

O local é salubre e banhado pelo rio do mesmo nome.

Fazem parte deste districto a povoação de Banquete, que já foi um districto de paz, a da Ponte da Saudade e a das Duas Pedras, onde está o cemiterio publico.

2º DISTRICTO — Lumiar— Está situado a Léste do municipio, sobre a serra de Macahé.

Fica-lhe proximo á povoação de S. Pedro, anteriormente séde do districto desse nome, extinto pelo decreto que creou o de Lumiar.

A população, em 1893, era de 2.866 habitantes.

O numero de predios elevava-se a 479.

A sua superficie é de 264,74 kilometros quad adros.

O clima deste districto é saluberrimo.

3º DISTRICTO — Sebastiana — O territorio deste districto está situado a Oéste do municipio e abrange uma superficie de 379,60 kilometros quadrados.

Por lei provincial n. 1270, de 26 de Dezembro de 1862, teve o predicamento ecclesiastico de freguezia, conhecida sob a invocação de N. S. da Conceição do Ribeirão da Sebastiana.

O numero de habitantes, em 1893, era de 2.327.

O de predio elevava-se a 516.

Povoações : Mattos, Vargem Grande, Vieira, Vista Alegre, Bom Successo, com uma elegante capella e Palmital.

Produz muito café e cereaes.

E' muito salubre.

Parahyba do Sul

Fica este municipio a noroeste do Estado, dividido longitudinalmente pelo Parahyba.

Anteriormente á sua criação pertencia a Cantagallo.

Foi creado por decreto de 15 de Janeiro de 1833, compondo-se das freguezias de S. Pedro e S. Paulo (villa) e de São José do Rio Preto e dos curatos de Cebolas e Mattozinhos, este extincto.

E' limitado ao norte com o Estado de Minas Geraes; a leste com o municipio de Sapucaia; ao sul com o de Petropolis e a oeste com os de Santa Thereza e Vassouras.

Além do Parahyba, é este municipio regado pelos rios Preto, Parahybuna, Santo Antonio, Piabanha e Fagundes.

Atravessa-o em grande extensão a serra das Aboboras.

Marginando o Parahyba, desenvolve-se a Estrada de Ferro Central do Brazil, que neste municipio tem cinco estações (Avellar, Parahyba, Entre Rios, Serraria e Parahybuna).

Tambem atravessam o sólo deste municipio as vias ferreas Grão-Pará e a pertencente á companhia Melhoramentos do Brazil, que da Capital Federal vai ao Estado de Minas.

E' uma comarca de 2ª entrancia, creada por dec. n. 2.125 de 29 de Novembro de 1875.

Faz parte do 4º districto eleitoral do Estado.

A área deste municipio é avaliada em 1.300 kilometros quadrados.

A sua população é computada em 36.000 habitantes.

O numero de seus predios é de cerca de 7.000,

Ha mais de quinze escolas primarias mantidas pelo Estado, além de outras a cargo da Municipalidade.

O municipio da Parahyba do Sul é um dos mais opulentos do Estado Fluminense. A produção de café é abundante e excellente e o commercio se faz em grande escala.

Existem ricos estabelecimentos de criação de gado.

O clima nas margens do Parahybuna é quente e doentio em certa quadra do anno. Nos districtos interiores é, porém, ameno e saudavel.

Compõe-se o município dos oito districtos seguintes :

1º **DISTRICTO** — *Cidade da Parahyba do Sul* — Está a cidade da Parahyba do Sul a 277 metros sobre o nível do mar.

Assenta á margem esquerda do Parahyba, em uma vasta planície, cortada em grande extensão pela Estrada de Ferro Central do Brazil, que desde o dia 11 de Agosto de 1867 poz em comunicação aquella cidade com a do Rio de Janeiro.

Data a sua fundação do anno de 1683.

Teve origem na fazenda que Garcia Rodrigues Paes Leme fundou em 1683, entre os rios Parahybuna e Parahyba, onde edificou uma capella dedicada á N. S. da Conceição e aos apostolos S. Pedro e S. Paulo.

Augmentou a população circumvizinha á fazenda foi dada á capella o predicamento de curato em 1719.

Arruinada a capella, mandou Pedro Dias Paes Leme, filho do seu fundador, edificar um templo a pequena distancia da margem esquerda do Parahyba e para ali foi transferida em 1745 a séde do curato. Por alvará de 2 de Janeiro de 1756 foi o curato elevado á categoria de freguezia perpetua.

Pelo decreto de 15 de Janeiro de 1833 foi dado á freguezia o titulo de villa, tendo sido installada a 15 de Abril do mesmo anno.

Por lei provincial n. 1.653, de 20 de Dezembro de 1871, foi a villa elevada a cidade.

A sua posição geographica é de 22°-9'-12" de Lat. Sul; 8°-32" de Long. Oeste.

Mede 497,84 kilometros quadrados de superficie.

A população é orçada em 7.000 habitantes, que occupam cerca de 2.000 predios.

Entre os edificios publicos da cidade notam-se a Matriz, Paço da Municipalidade, casa de caridade, subvencionada pelo Estado, o *forum*, elegante predio de bella e excellente construção, a collectoria e agencia da caixa economica, a estação agronomica, estabelecimento a cargo do governo estadual, que occupa uma área de 812,600 metros quadrados, á margem do Parahyba e dos ribeirões do Lucas e de Inema.

No districto da cidade, no lugar denominado Boa Vista, está a hospellaria de imigrantes, tambem mantida pelo Estado.

O commercio é consideravel e activo. Existem alguns estabelecimentos industriaes.

As ruas são bem alinhadas e calçadas.

Tem boa agua canalizada.

A cidade da Parahyba do Sul é uma das mais prosperas do Estado.

Pertence ao districto desta cidade a estação de Avellar da Estrada de Ferro Central do Brazil, situada a 292 metros sobre o nível do mar. Está a 9 kilometros aquem da cidade da Parahyba.

2º **DISTRICTO**—*Bras da Ponte* — Este districto foi creado por decreto de 4 de Junho de 1892. Anteriormente era conho-

cido por Jatobá. Está situado a pequena distancia da cidade da Parahyba do Sul.

A sua população é de cerca de 2.000 habitantes, que occupam 400 predios.

3º DISTRICTO — *Entre Rios* — O nome deste districto provém de sua situação, que fica na confluencia dos rios Parahybuna e Piabanha com o Parahyba, occupando na maior parte a margem esquerda deste ultimo rio.

Foi creado por decreto de 13 de Agosto de 1890, tendo por sede o local da estação do mesmo nome da Estrada de Ferro Central do Brazil, inaugurada a 13 de Outubro de 1867, com a altitude de 269 metros.

Dista 10 kilometros da cidade da Parahyba.

E' de cerca de 4.000 habitantes a sua população, composta em grande parte de operarios e empregados daquella via ferrea. Pertence-lhe a povoação da Bocca do Matto, distante um kilometro da sede do districto.

O numero de seus predios é de 400, entre os quaes estão o vasto edificio da estação, o do hotel e a capella.

A sua zona é quasi toda occupada por fazendas de café e de criação.

4º DISTRICTO — *Encruzilhada* — E' constituído pelo territorio da freguezia de Santo Antonio da Encruzilhada, creada pela lei provincial n. 830, de 25 de Outubro de 1855, equidistante dos districtos da cidade e de Cebolas, hoje Sant'Anna de Tiradentes, dellas separada pelo Parahyba. Demora ao Sul do municipio.

Em situação montanhosa, é este districto muito salubre e produz abundante café.

Tem de superficie 284,24 kilometros quadrados.

A sua população é de 6.000 habitantes, composta na maior parte de lavradores.

Seus predios são em numero de 600, approximadamente.

5º DISTRICTO — *Monte Serrat* — Foi creado freguezia por lei provincial n. 2.698 de 24 de Setembro de 1884, e districto de paz por acto de 7 de Outubro de 1885.

O seu territorio está situado no extremo norte do municipio e é banhado pelos rios Preto e Parahybuna, assentando á margem direita deste a sede, vulgarmente conhecida pelo nome de Parahybuna, cuja altitude é de 335 metros. Em frente á povoação sobrepõe o Parahyba uma importante ponte de ferro.

Dista 38 kilometros da cidade da Parahyba, a que se liga pela via ferrea Central do Brazil desde 20 de Setembro de 1874, em que foi inaugurada a respectiva estação.

Seu sólo é muito fertil e produz abundante café, que é a sua quasi exclusiva lavoura.

A população, composta em grande parte de lavradores, é de cerca de 5.000 habitantes, elevando-se a 600 o numero de seus predios.

Faz parte de seu territorio a povoação da Serraria, que também é estação da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil, inaugurada a 12 de Setembro de 1874, e distante 14 kilometros da sede do districto.

Dahi parte para a direita a estrada de ferro União Mineira.

O Estado mantém ali uma escola primaria.

A sua altitude é de 304 metros.

6º DISTRICTO — *Cebolas* (actualmente Sant'Anna de Tiradentes)—Occupa o territorio deste districto o extremo meridional do municipio, abrangendo uma área de 378,40 kilometros quadrados.

E' constituido pelo territorio da antiga freguezia de Santa Anna de Cebolas, creada pela lei provincial n. 153, de 7 de Maio de 1839.

A primitiva povoação data da metade do seculo XVIII, tendo sido construida em 1769 a capella que é hoje matriz e que em 1770 foi provida em curato.

A sede do districto está estabelecida no antigo arraial do Rumo da Lage, hoje denominado da Inconfidencia.

A este districto foi ultimamente dado o nome de Sant'Anna de Tiradentes, em memoria do heroe da Inconfidencia Mineira, que neste ponto do solo fluminense teve exposta aos abutres uma parte de seu corpo, mandado retalhar em nome da mais brutal das leis humanas.

E' o districto banhado pelo rio Fagundes.

A sua população, quasi toda de lavradores, é de cerca de 7.000 habitantes, que occupam approximadamente 800 predios.

Fazem parte deste districto as povoações de Sertão, Santa Cruz, Gamelleira, Pampulha, Fagundes e Sardoal. No Sardoal existe edificada a capella do Senhor Bom Jesus do Mattozinho erecta em 1773.

Era em 1816 um curato e nessa qualidade foi incorporado ao municipio na época de sua criação.

Hoje está extinto o curato e a capella confiada a particulares.

7º DISTRICTO—*Bemposta*—Jaz este districto a oeste do municipio. Seu territorio compõe-se do da antiga freguezia de N. S. da Conceição da Bemposta, creada em virtude de uma representação dos povos de uma parte da freguezia de S. José do Rio Preto, pela lei provincial n. 811, de 6 de Outubro de 1855.

Banham-lhe os rios Preto, Piabanha, Calçado e Bemposta, em cuja margem direita está a sede do districto.

O nome do districto provém do que tinha uma fazenda que foi o nucleo da povoação.

Mede a sua área 138,40 kilometros quadrados.

A sua população elevava-se a 7.500 habitantes.

Tem approximadamente 1.400 predios.

Como todos do municipio, é este districto essencialmente productor de café.

Pertence-lhe a prospera povoação de Campo da Gramma, onde tambem existe uma escola primaria.

8º DISTRICTO—*Areal*—Creado por lei n. 217, de 17 de Dezembro de 1895, é este districto constituido por parte do territorio de Sant'Anna de Tiradentes e de S. José do Rio Preto (Petropolis). E' estação da via ferrea Grão Pará. Dista 41 kilometros de Petropolis e 21 kilometros de Entre Rios, estação das estradas de ferro Central do Brazil e Grão Pará.

Está elevada sobre o mar 412 metros.

O rio Piabanha atravessa este districto.

Paraty

Situado a Sudoeste do Estado é o municipio de Paraty banhado pela formosa bahia de Angra dos Reis. Limita-se ao Norte com o Estado de S. Paulo, pela serra Geral; a Leste com o municipio de Angra dos Reis, pelo rio Mambucaba; ao Sul e ao Oeste com o Oceano.

O seu territorio é formado por uma extensa e pronunciada curva, limitada de um lado pelo Oceano e pelo Estado de São Paulo ao outro lado.

O littoral é elevado e em relevo as terras que o constituem cortadas de numerosos riachos.

Primitivamente pertenceu o territorio deste municipio ao de Angra dos Reis, até o anno de 1660, em que foi constituido municipio á parte, confirmado por carta regia de 28 de Fevereiro de 1667, apesar da opposição levantada pela Camara Municipal de Angra dos Reis.

Até o anno de 1721 pertenceu ao Governo do Rio de Janeiro, nesse anno foi incorporado ao Governo da Capitania de S. Paulo, sendo incorporado novamente ao do Rio de Janeiro, por alvará de 16 de Janeiro de 1726.

Antes do estabelecimento de viação ferrea era este municipio muito prospero, sendo seu porto muito procurado para sahida dos productos das lavouras visinhas e mesmo das mais afastadas.

Desviados para outros pontos esses elementos de riqueza, resta-lhe hoje apenas os da sua producção, quasi exclusivamente constituida da canna de assucar, que produz a famigerada aguardente de seu nome.

A lavoura desse genero é consideravel e o commercio prospero. As difficuldades de transporte, embaraçam muito a sahida dessas duas fontes de riqueza. Apenas uma linha de pequenos vapores communica mensalmente o municipio com o grande mercado do Rio de Janeiro.

O seu littoral é de 90 kilometros.

E' de esperar que a via ferrea de Angra dos Reis á Barra Mansa obvie consideravelmente aquelles embarços.

A serra de Paraty prolonga-se a Oeste.

São de pequeno curso os rios do municipio: entre elles mencionaremos o Paraqué-assú, o Paraty-mirim, o S. Roque, o dos Meros e S. Gonçalo.

Pontas: de Joatinga e Cajahyba.

São innumerables as ilhas proximas á costa deste municipio, como: a do Araujo, que é a maior de todas, do Algodão, dos Cocos, dos Meros.

A sua área é de 911,26 kilometros quadrados.

A população é calculada em 13.000 habitantes.

Os predios são em numero de 2.500.

O Estado mantem 11 escolas primarias.

O municipio, que fazia parte da comarca de Angra dos Reis, foi elevado á categoria de comarca de 1ª entrancia pelo decreto n. 398, de 16 de Agosto de 1897.

Faz parte do 5º districto eleitoral do Estado.

1º DISTRICTO — *Cidade de Paraty* — Assenta á margem occidental da bahia de Angra dos Reis, banhada pelos rios Paraqué-Assú e Patitiba.

A sua posição geographica é de 23°-8'-57" de Lat. Sul, 1°-31'-30" de Long. E.

O territorio é constituido pelo da antiga freguezia de N. S. dos Remedios, creada em 1663. Por carta régia de 28 de Fevereiro de 1667 teve o fôro de villa, sendo elevada a cidade pela lei provincial n. 301, de 10 de Março de 1841. Teve origem no sitio hoje conhecido por Villa Velha, onde, em 1640, edificou o povo uma capella em louvor de S. Roque. Em 1646 foi transferida a villa para o local em que está actualmente, onde foi edificado novo templo sob a invocação de N. S. dos Remedios. Abaixo do nivel do mar está a cidade sujeita a constantes inundações, que a tornam assaz insalubre. O seu porto é o ponto terminal da linha maritima que, mensalmente, o põe em comunicação com o de Sepetiba, da Capital Federal.

A sua superficie é de 632,66 kilometros quadrados.

A população é estimada em 9.500 habitantes, que occupam 1.800 predios.

Ha duas escolas estaduais de primeiras letras.

Fazem parte deste districto as povoações da Apparição, na divisa com o Estado de S. Paulo, Corumbé e S. Gonçalo. Nestas duas existem escolas primarias.

Pertence tambem ao districto a ilha do Araujo, habitada por pequenos lavradores e pescadores. Ha tambem ali uma escola publica.

O commercio, quasi exclusivo de aguardente, é activo e consideravel.

A canna de assucar é o producto da lavoura mais cultivado.

A de cereaes é cultivada em menor escala.

Os productos ruraes são exportados em pequenos barcos de cabotagem.

A cidade é extensa e demasiado o numero de suas habitações para a actual população, o que attesta a sua passada prosperidade.

São de notar o edificio da Casa de Caridade, estabelecimento subvencionado pelo Estado, o da Camara Municipal, o da matriz e de tres capellas.

Existe tambem alli uma agencia da caixa economica, annexa á collectoria de rendas.

2º DISTRICTO — *Paraty-mirim* — Demora este districto no extremo occidental do municipio.

A primitiva séde era estabelecida no logar denominado Mamangá, proximo ao Sacco do mesmo nome.

A povoação foi elevada á freguezia por lei provincial n. 63, de 17 de Fevereiro de 1836, sob a invocação de S. João Baptista de Mamangá, tendo por matriz o templo posteriormente erigido pelo povo.

Por lei provincial n. 658, de 14 de Outubro de 1853 foi a séde transferida para o logar conhecido por Paraty-mirim, á leste do Mamangá, sobre a península que limita occidentalmente o districto da cidade.

Em 1854, a lei provincial n. 717, de 21 de Outubro, mudou a invocação para N. S. da Conceição de Paraty-mirim.

E' banhado ao Sul pelo Oceano e interiormente pelos rios dos Meros, da Caçada e Paraty-mirim.

A mais consideravel das ilhas é a do Algodão.

A superficie é de 278,60 kilometros quadrados.

A população é de 3.200 habitantes.

Ha duas escolas publicas primarias.

Exporta canna de assucar.

Pertencem-lhe as povoações de Pouso e Calçado.

Petropolis

Primitivamente fez Petropolis parte das terras da freguezia de S. José do Rio Preto, então annexada ao municipio da Parahyba do Sul, as quaes demoravam no alto da Serra da Estrella, pertencentes todas ao patrimonio da então Familia Imperial.

Construida a *estrada normal da Estrella*, mandada abrir pela lei provincial n. 193, de 12 de Maio de 1840, a qual ligava a villa da Estrella ao valle do Parahybuna, passando por aquellas terras, resolveu o ex-Imperador D. Pedro de Alcantara, mandar edificar um palacio na sua fazenda do Corrego Secco, (1) alli existente.

(1) A fazenda do Corrego Secco foi adquirida pelo Imperador D. Pedro I ao sargento-mór José Vieira Affonso e sua mulher D. Rita Maria de Jesus, por 50.000 cruzados ou 20:000\$000 (Escriptura lavrada no cartorio do Tabellião Manoel Marques Perdigão, em 6 de Fevereiro de 1830).

Reconhecida a natureza do solo e a excellencia do clima, perfeitamente adaptaveis aos habitantes das terras frias da Europa, foi resolvida a creação de uma colonia pelo Presidente Dr. João Caldas Vianna, levada a effeito em 1844, pelo seu successor Visconde de Sepetiba.

A 29 de Setembro de 1845 foram alli installados 2.303 colonos contractados com a casa Carlos Debruc, de Dunquerque, para serem empregados nas obras da *estrada normal da Estrella* e constituirem o nucleo da referida colonia.

Surgindo difficuldades em accomodar tão elevado numero de colonos, offereceu o Sr. D. Pedro de Alcantara as suas terras para tal fim, dispensando por oito annos o pagamento dos respectivos fóros.

Ficou assim fundada a colonia, que teve o nome de Petropolis, sendo seu primeiro director o benemerito e inditoso major de engenheiros Julio Frederico Koeler.

Até 1846 foi Petropolis simples curato. Por lei provincial n. 397, de 20 de Maio desse anno, teve o predicamento de freguezia, sob a invocação de S. Pedro de Alcantara, passando a fazer parte do municipio da Estrella.

A população e o commercio da colonia cresceram rapidamente.

A lei n. 931, de 29 de Setembro de 1857 creou o municipio de Petropolis, elevando á cidade a séde da respectiva colonia, que foi extincta por ordem presidencial de 5 de Janeiro de 1860.

Pela creação do municipio, passou a pertencer-lhe o 2º districto da freguezia de S. José do Rio Preto.

Confina o municipio ao Norte com os da Parahyba e Sapucaia; a Leste com os de Therezopolis e Magé; ao Sul com os de Magé e Iguassú e a Oeste com o de Vassouras.

Percorre o seu territorio de Sul a Norte o rio Piabanha; banham-no tambem os afluentes deste — Itamaraty, Araras, Secretario, Fagundes e Preto.

Estendem-se tambem por elle as serras da Estrella e Taquaril.

A via-ferrea Grão-Pará serve a todo o municipio, percorrendo em grande extensão os valles dos rios Piabanha e Preto. Esta importante via-ferrea communica o municipio por um lado com a Capital Federal e por outro com os municipios da Parahyba do Sul e Sapucaia.

A área do municipio é de 784,35 kilometros quadrados.

A população é computada em 30.000 habitantes, que occupam cerca de 5.500 predios.

São em numero superior a trinta as escolas primarias mantidas pelo Estado, além do um estabelecimento de instrucção secundaria, que ainda não foi installado.

Na administração judiciaria é Petropolis uma comarca de 2ª entrancia, creada por decreto n. 1637, de 30 de Novembro de 1871.

Compõe-se dos cinco districtos seguintes:

1º DISTRICTO — *Cidade de Petropolis* — É a capital do Estado, por lei n. 89, de 1 de Outubro de 1894, e já o era provisoriamente pela de n. 50, de 20 de Janeiro daquelle anno, tendo sido installada a 21 de Fevereiro ainda de 1894.

O seu territorio, que até 1892 abrangia uma área de 393,33 kilometros quadrados e se estendia até Pelro do Rio, que era o 2º districto da cidade, occupa hoje a quarta parte daquelle superficie, pela criação dos novos districtos municipaes, oriunda do decreto de 3 de Junho do mencionado anno de 1892.

Os actuaes limites da cidade vão confrontar com os terrenos da Cascatinha, hoje 2º districto.

Situada sobre um extenso plateau da Serra da Estrella, a 800 metros do nivel do mar, goza esta cidade de um clima muito ameno e de excellente agua canalizada.

A sua posição astronomica é de 22º-31' de Lat. Sul; 1'6" de Long. Oeste.

A elegancia de suas construcções, o asseio das ruas e praças geralmente arborizadas, dão-lhe um aspecto encantador, mais accentuado á noite quando reflectidas pela luz electrica profusamente distribuida por todo o seu perimetro.

Innumeras pontes sobrepõem os rios que bordam a cidade: o Palatinado, o Quitandinha e o Prabanha.

Nos arrabaldes da Mosella, Rhenania, Bingem, Quissamã e Villa Thereza existem numerosas chacaras e jardins, onde se cultivam excellentes fructos e bellissimas flores.

O commercio da cidade é consideravel e activo.

A industria fabril é representada pelos conhecidos estabelecimentos da Rhenania, Palatinado e Villa Thereza, onde se fabricam em grande escala tecidos de algodão, lã e seda, e linhas de costura, que são vendidos no mercado local e no do Districto Federal.

Entre seus predios mais notaveis, estão o do Forum, o do Palacio do Governo, o do antigo palacio Imperial, o das Secretarias de Estado, o dos Asylos de Santa Isabel e N. S. do Amparo, o do Palacio de Crystal, diversos palacetes e chacaras particulares.

A 28 de Fevereiro de 1893 foi aberta ao trafego a estação da via-ferrea Grão-Pará, que põe a cidade em comunicação diaria com a Capital Federal, pelas linhas da Prainha e S. Francisco Xavier.

Ha alli associações bancarias, beneficentes, litterarias e recreativas.

Petropolis dispõe de todos os recursos e confortos de uma cidade de primeira ordem.

Ascende a 15.000 o numero de seus habitantes e a cerca de 3.000 o de predios edificadoss.

Existem tambem varios estabelecimentos de ensino primario para ambos os sexos.

A cidade de Petropolis é, finalmente, a séde do 4º districto eleitoral do Estado.

2º DISTRICTO — *Cascatinha* — A séde deste districto está situada ao norte da cidade, cerca de 6 kilometros, na confluencia do rio Itamaraty com o Piabanha, a 716 metros do nivel do mar.

O maior nucleo da população é o da importante fabrica de tecidos, pertencente á Companhia Petropolitana, na qual estão empregados 1.400 operarios, entre homens, mulheres e meninos de ambos os sexos.

Esta população operaria representa uma aggremação de 4.000 pessoas que vivem da fabrica.

A fabrica de tecidos da Cascatinha produz diariamente de 20.000 a 25.000 metros de tecidos finos, brancos, de cor, crús ou grossos de qualquer especie.

A companhia mantem uma escola, capella e banda de musica.

O districto é servido pela via ferrea Grão Pará, que na séde tem uma estação.

A fabrica de tecidos liga-se áquella via ferrea por um ramal de 500 metros de extensão.

O numero de seus predios é de cerca de 700, incluindo 200 que possui a Companhia Petropolitana, occupados por operarios de sua fabrica.

Pertencem-lhe as povoações de Araras, á margem do rio do mesmo nome, Correias e Retiro, esta com duas escolas mantidas pelo Estado.

Este districto é por excellencia industrial; a lavoura é insignificante.

O districto de Cascatinha foi creado por decreto de 4 de Junho de 1892.

3º DISTRICTO — *Itaipava* — Este districto foi creado por decreto de 4 de Junho de 1892.

A sua séde dista 19 1/2 kilometros da cidade de Petropolis, a que se liga pela via ferrea Grão-Pará, que alli tem uma de suas estações.

E' banhado pelo Piabanha, que o atravessa de sul a norte.

A população é de 1.600 habitantes.

O numero de seus predios é de 300.

Pertence-lhe a povoação de Santo Antonio, sita a 1 kilometro da séde deste districto.

Produce algum café, cereaes e legumes.

4º DISTRICTO — *Pedro do Rio* — E' o antigo 2º districto da cidade de Petropolis, que por decreto de 4 de Junho de 1892 passou a ter a designação numerica de 4º.

Distancia 26 kilometros daquella cidade, a que está ligada por uma estação da via ferrea Grão-Pará.

A sua altura acima do nivel do mar é de 644 metros.

E' banhado pelo Piabanha e seus affluentes Fagundes e Secretario.

A sua população é de cerca de 5.000 habitantes e o numero de seus predios de 850.

Pertence-lhe a prospera povoação do Secretario, á margem

do rio deste nome, onde ha duas escolas primarias estabelecidas em um bello predio, pertencente ao Estado.

Tambem fazem parte deste districto os arraiaes da Posse e do Fagundes.

Corre a léste a serra do Taquaril.

Produce bastante café e cereaes.

5º DISTRICTO — *S. José do Rio Preto* — E' constituido pelo territorio da antiga freguezia do mesmo nome, incorporado ao municipio de Petropolis pelo decreto de 4 de Junho de 1892.

Primitivamente foi um curato, pertencente ao municipio de Cantagallo. Tinha então o nome de curato de S. José do Sumidouro, por haver sido creado em 20 de Setembro de 1813, a requerimento dos moradores da serra do Sumidouro, abrangendo territorio desmembrado das freguezias de Inhomerim e Magé.

Pela resolução de 25 de Novembro de 1815 foi elevado á categoria de freguezia, com o nome de S. José da Serra.

Pela creação do municipio de Parahyba do Sul, dada por decreto de 15 de Janeiro de 1833, foi o territorio desta freguezia incorporado ao daquelle municipio, mudada a denominação da freguezia para a de S. José do Rio Preto.

A lei provincial n. 2068, de 7 de Dezembro de 1874, annexou-a ao municipio de Sapucaia, creado por aquella lei.

O seu territorio actual abrange o extremo norte do municipio de Petropolis, com uma area de 310,60 kilometros quadrados.

E' banhado pelos rios Piabanha, Preto e Calçado.

A séde deste districto dista 67 kilometros da cidade de Petropolis, a que se liga pela via ferrea Grão-Pará, de que é a estação final,

Está elevada sobre o mar 546 metros.

Conta uma população superior a 7.000 habitantes e o numero de seus predios elevava-se a 1.200 no anno de 1893.

E' fecundo em café, principal producto de sua lavoura.

Pertencem-lhe as povoações de Figueira e Aguas Claras, marginaes ao rio Preto, as quaes tambem são estações daquelle via ferrea, e o arraial do Calçado, sobre o rio deste nome.

Pirahy

O municipio de Pirahy está situado na parte occidental do Estado. Confina ao Norte, com o municipio da Barra do Pirahy; a léste com o de Itaguahy; ao sul com de S. João Marcos e a oeste com o de Barra Mansa.

Pertenceu primitivamente ao territorio do municipio de Rezende.

Seus moradores edificaram em 1770, á margem do Pirahy, uma capellinha dedicada a Sant'Anna, a qual teve o provimento de curato por provisão de 15 de Outubro de 1811, e por alvará de 17 de Outubro de 1817 foi erecta em freguezia perpetua.

A lei provincial, n. 96, de 6 de Dezembro de 1837, elevou-a a município, mandado installar pela de n. 129, de 14 de Maio de 1838 e deliberação de 28 de Setembro do mesmo anno.

Foi definitivamente installado o município a 11 de Outubro do referido anno de 1838.

Por decreto n. 1637, de 30 de Novembro de 1871, foi constituido em comarca, hoje de 1ª entrancia.

A sua superficie é de 743,82 kilometros quadrados.

Pelo recenseamento realisado em 1893 foi computada a população deste município em 22.369 habitantes e em 3.705 o numero de seus predios.

O Estado mantem mais de dez escolas primarias.

Percorrem o seu territorio as vias ferreas Central do Brazil, Pirahyense e a de propriedade da Companhia Melhoramentos do Brazil.

E' elle banhado pelo Parahyba, Pirahy, Ribeirão das Lages e muitos outros pequenos cursos d'agua.

Faz parte do 4º districto eleitoral do Estado.

Anteriormente á criação do município da Barra do Pirahy era o de Pirahy um dos mais prosperos e ricos do Estado ; suas mais productoras freguezias foram-lhe desannexadas para constituírem aquella nova e importante circumscripção fluminense.

Produz abundantemente café e legumes.

A canna de assucar é cultivada em pequena escala.

As terras são excellentes.

Compõe-se de tres districtos, a saber :

1º DISTRICTO — *Cidade do Pirahy* — Formada do territorio da antiga freguezia de Sant'Anna do Pirahy, elevada a villa por lei de 6 de Dezembro de 1839 e a cidade pela de n. 2041, de 17 de Outubro de 1874. A sua séde está edificada á margem direita do Pirahy.

E' uma das estações da via ferrea Pirahyense, distante 18 kilometros da de Sant'Anna, da Estrada de Ferro Central do Brazil, e tambem o ponto inicial da Pirahyense. A 12 de Junho de 1883 foi aberta ao trafego a estação da cidade do Pirahy.

Está a 120 kilometros da Capital Federal.

A sua posição astronomica é de 22º 37' 34" de lat. sul e 43" e 36" de long. oeste.

A área é avaliada em 553,90 kilometros quadrados.

Tem uma população de 12.032 habitantes, segundo o recenseamento de 1893.

O numero de seus predios é de 2.490.

As povoações principaes são as de S. José dos Thomazes, Apparecida do Rumo, Feliz Retiro, Jacú, Rosa Machado e Henrique Nora.

As povoações de Rosa Machado e Henrique Nora (antiga Ponte do Cimento) são tambem estações da Pirahyense, distantes da cidade, aquella 12 kilometros e esta 9.

A cidade do Pirahy é muito saudavel, sendo abundante e excellente a sua agua canalizada.

A igreja matriz está edificada sobre uma collina. A sua construcção é simples, mas elegante.

O paço da Camara Municipal é um edificio espaçoso e decentemente decorado. A cadeia e corpo da guarda funcionam em seu primeiro pavimento. Annexa á collectoria de rendas funciona uma agência da Caixa Economica.

2º DISTRICTO — *S. José do Bom Jardim* — E' constituido pelo territorio da antiga freguezia daquelle nome, commummente conhecida por S. José da Cacaria.

Demora ao sul do districto da cidade, della separado pela serra das Araras.

Até 1850 foi um curato. Nesse anno, por lei provincial n. 519, de 4 de Maio, foi elevado a freguezia com a denominação de S. José da Cacaria, substituida pela de S. José do Bom Jardim, por decreto n. 1939, de 29 de Novembro de 1873.

A séde deste districto está sobre o ribeirão das Lages, que também banha o districto.

E' uma das estações da via ferrea mantida pela Companhia Melhoramentos do Brazil, que a liga diariamente com a estação de Belém da Estrada de Ferro Central do Brazil, na distancia de 22 kilometros.

A sua superficie é de cerca de 100 kilometros quadrados.

O numero de habitantes é de cerca de 4.600.

O de predios edificados é de 250.

3º DISTRICTO — *S. João Baptista do Arrozal* — Compreheende o territorio da antiga freguezia daquelle nome, situado a noroésste do districto da cidade de Pirahy.

A séde assenta sobre o ribeirão do Cachimbau, na altitude de 450 metros.

Instituido em curato no anno de 1700, em que seus moradores alli construíram uma capella, foi elevado a freguezia pela lei n. 141, de 12 de Abril de 1839.

A superficie é de cerca de 100 kilometros quadrados.

A população é de 6.380 habitantes.

O numero de predios é de 1.006.

Fazem parte de seu territorio as povoações de Matto Dentro e Pinheiros.

E' também uma das estações do ramal de S. Paulo (Estrada de ferro Central do Brazil) inaugurada a 25 de Março de 1871 e distante 130 kilometros da Capital Federal.

A sua altitude é de 366 metros.

A freguezia do Arrozal foi uma importante zona productora de arroz, cuja lavoura desapareceu, sendo substituida pela de café, que produz com abundancia.

A canna de assucar é também cultivada alli, porém em pequena escala.

O rio Parahyba banha uma parte de suas terras ao norte.

Rezende

Occupa o territorio deste municipio extensa zona, no extremo occidental do Estado, cuja area é de 1.670 kilometros quadrados.

Teve origem em uma vasta planicie, á margem esquerda do Parahyba, nas immedições do actual districto de Campos Elyseos, local a que seus primeiros povoadores deram em 1744 o nome de Campo Alegre.

O Padre Felippe Teixeira Pinto, que em companhia de Simão da Cunha Gago e outros então viera da Lagoa de Ayuruoca para conquista e catechese do gentio, elevou em 1747 uma capella á margem direita daquelle rio, dedicando-a a N. S. da Conceição.

Foi esse ponto o nucleo da actual cidade de Rezende. A' capella foi dada a cathegoria de curato, elevado á freguezia por alvará de 2 de Janeiro de 1757.

Ao Capitão-mór Garcia Rodrigues Paes Leme, fizera Dom João V, por alvará de 16 de Novembro de 1715 a mercê de levantar uma villa onde lhe aprouvesse, em testemunho de serviços prestados.

Dessa graça sómente fez 'uso o netto do Capitão-mór, de nome Fernando Dias Paes Leme, estabelecendo a villa no arraial da freguezia da Conceição de Campo Alegre, a que deu o nome de villa de Rezende, em homenagem ao 5º Vice-Rei José Luiz de Castro, Conde de Rezende, então governador do Brazil.

A 29 de Setembro de 1801 foi installada a villa e seu municipio, pelo respectivo ouvidor José Albano Fragoso.

Confronta ao Norte com o Estado de Minas Geraes, pelo rio Preto e em parte pela serra da Mantiqueira; a Oéste e Sul pelo de S. Paulo e a Léste pelo municipio fluminense da Barra Mansa.

De Oéste para Léste prolonga-se por este municipio um ramo da serra da Mantiqueira, tendo por ponto de partida o Itatiaya, que é a maior culminancia do Brazil, calculada em 2.996 metros de altitude. A' serra de Itatiaya segue-se a da Pedra Sellada, cuja elevação é de 1.540 metros.

Além do rio Preto percorrem este municipio o Parahyba, o da Sesmaria, o do Salto e muitos outros, pouco consideraveis.

E' comarca de 2ª entrancia, creada por decreto de 15 de Janeiro de 1833.

Faz parte do 5º districto eleitoral do Estado.

A sua população censitaria era, em 1893, de 33.797 habitantes, occupando 1.372 predios.

O Estado mantem mais de 15 escolas primarias, e a municipalidade custeia outros estabelecimentos para instrucção primaria.

O aspecto geral deste municipio é aprazivel. O sólo, fortemente ondulado, eleva-se consideravelmente ao Norte, por onde se estendem as serras do Itatiaya, Piau e da Pedra Sellada.

Por toda a parte ha campos de cultura, mattas virgens e estabelecimentos ruraes. Em varios pontos marginaes ao Parahyba vêm-se extensas planicies, de aspecto encantador.

Rezende é um dos municipios que mais se recommendam por sua salubridade.

E' abundante a cultura de café, canna e cereaes.

A industria pastoril é adiantada, maxime no districto de Campo Bello, onde existem importantes estabelecimentos de productos laticinios, que em grande escala são exportados para os mercados visinhos e para o da Capital Federal.

Percorrem o sólo rezendense a Estrada de Ferro Central do Brasil (ramal de S. Paulo) e a via-ferrea de Rezende a Areias.

O commercio é consideravel e activo.

Está dividido nos sete seguintes districtos :

1º DISTRICTO — *Cidade de Rezende* — Occupa a cidade de Rezende a parte central do municipio, á margem direita do Parahyba, sobre tres collinas contornadas por aquelle rio : em uma está a igreja matriz, em outra a capella do Rosario e em outra a do Senhor dos Passos, das quaes se descortina um dos mais pittorescos quadros da natureza fluminense.

Teve origem na povoação de Campo Formoso.

Até 1757 foi um curato, sob a invocação de N. S. da Conceição.

Neste anno, por alvará de 2 de Janeiro, foi elevado á freguezia.

Com o nome de Rezende teve o predicamento de villa, no anno de 1801, sendo installado a 29 de Setembro desse anno, por seu ouvidor José Albano Fragoso.

Pela lei provincial n. 438, de 13 de Julho de 1848, foi a villa de Rezende elevada á cathogoria de cidade.

A sua posição astronomica é de 22º — 23' — 12" de Lat. Sul e 1º — 16' — 51" de Long. Oeste.

A altitude é calculada em 395 metros.

Seu sólo é accidentado e singular o alinhamento de suas ruas.

Em frente á cidade, na margem opposta ao Parahyba, está a séde do districto de Campos Elyseos, que com ella se communica por uma solida ponte de madeira.

Atravessa o territorio o ramal de S. Paulo.

Da estação de Suruby, daquelle ramal, a dois kilometros da cidade e no perimetro desta, inaugurada a 1 de Dezembro de 1877, parte a via-ferrea de Rezende a Areias, aberta ao trafego a 15 de Novembro do mesmo anno.

A altitude de Suruby é de 397 metros.

Estão comprehendidas no territorio do districto desta cidade as estações de Babylonia (a 12 kilometros della), Estalo (a 20 kilometros) e Bambús (a 26 kilometros).

Todos estes pontos vão se tornando nucleos de importantes povoações. Pertence tambem ao districto da cidade a povoação de Lava-Pés, sobre o ribeirão do mesmo nome, com uma escola primaria estadual.

A área da cidade é estimada em 478,9 kilometros quadrados, a população em 13.000 habitantes e o numero de seus predios em cerca de 1.000. Entre estes se notam o da igreja matriz, o paço municipal, a casa de caridade, subvencionada pelo Estado, a collectoria de rendas com agencia da Caixa Economica.

Além do Parahyba, é a cidade banhada pelo Sesmária, por cujo valle se estende a Estrada do Ferro de Rezende a Areias, e outros pequenos riachos.

2º DISTRICTO — *Campos Elyseos* — Jaz a sede deste districto em frente á cidade de Rezende, sobre a margem esquerda do Parahyba, no primitivo ponto do arraial do Campo Alegre. Estendo-se em uma bella planicie, bem arborisada, sendo regular o alinhamento de suas ruas, povoadas de elegantes chacaras e casas de commercio.

Em situação feliz, é a sede deste districto promettedora de prospero futuro.

No centro da povoação ergue-se a estação da Estrada de Ferro Central do Brazil. Essa estação foi inaugurada a 8 de Fevereiro de 1873. Dista 190.598 kilometros da Capital Federal. (1)

Este districto foi creado por decreto de 2 de Março de 1891 e confirmado pelo de 28 de Maio de 1892.

A sua população é calculada em 3.143 habitantes e o numero de seus predios em 600.

O Estado mantem duas escolas primarias na sede e a municipalidade uma, no logar da Aparecida.

E' banhado pelo ribeirão do Lambary, que afflue tambem para a Parahyba.

3º DISTRICTO — *Porto Real* — Está situado a Léste do districto da cidade de Rezende, limitando-se por um lado com aquella cidade e por outro com o districto da Divisa da Barra Mansa.

A sede deste districto é o da povoação da extincta colonia do Porto Real, a poucos kilometros da margem direita do Parahyba.

Foi creado por acto de 31 de Dezembro de 1890 e confirmado por decreto de 4 de Junho de 1892.

Tem cerca de 2.000 habitantes e 400 predios.

Povoações: Vargem e Santo Antonio.

4º DISTRICTO — *Campo Bello* — Compõe-se o territorio da antiga freguezia de S. José do Campo Bello, situado a Oéste da cidade e sobre a margem esquerda do Parahyba.

Curato ecclesiastico, reconhecido pela lei principal n. 132, de 5 de Abril de 1839, foi pela de n. 272, de 9 de Maio de 1842, elevado á freguezia.

A sede deste districto está sobre o nivel do mar 408 metros.

(1) A estação denomina-se Rezende.

Dista 14 kilometros da cidade do Rezende, a que se liga pelo ramal ferreo de S. Paulo, de que é uma estação, inaugurada a 23 de Março de 1873.

A sua superficie é de 618,27 kilometros quadrados.

Tem uma população de cerca de 500 habitantes.

O numero de seus predios é de 700.

Existem duas escolas primarias estadaes.

Produz café com abundancia.

A industria pastoril está muito adiantada. Uma companhia alli existente fornece em abundancia leite, manteiga, queijos e banha de porco.

Exporta tambem excellentes fructas.

Fazem parte do territorio deste districto as povoações de Itatiaya e Boa Vista, que são tambem estações do ramal ferreo de S. Paulo, aquella distante sete kilometros de Campo Bello, inaugurada a 2 de Janeiro de 1874, e esta 13 kilometros, aberta ao trafego em 30 de Junho de 1873.

A altitude da estação de Itatiaya é de 446 metros e a de Boa Vista 466 metros.

A superficie do districto é de 618,27 kilometros quadrados.

Os predios são em cerca de 700.

Este districto é atravessado pelas serras de Itatiaya e Pedra Sellada.

5º DISTRICTO — *Sant'Anna dos Tócos* — E' forma do pelo territorio da freguezia do Senhor Bom Jesus de Sant'Anna dos Tócos.

Demora a Oéste do municipio sobre a margem direita do rio Parahyba, que ahi se desenvolve em uma pronunciada curva concava.

Banha-o tambem o ribeirão de Sant'Anna, tributario do Parahyba.

Dista 25 kilometros da cidade de Rezende.

A sua fundação data de 1829. Em 1830 foi elevada a curato, a pedido do povo, por provisão de 6 de Fevereiro, e á freguezia pela lei provincial n. 281, de 23 de Março de 1843.

Assentada sobre um verde e extenso valle, circumdado por allaneiras montanhas, é este districto atravessado pelo Parahyba, que corre formando aqui e alli pequenas e graciosas ilhas sempre verdejantes e matizadas de flores.

Outrora muito animado, está hoje decadente.

Abrange uma área de 95,5 kilometros quadrados.

Produz especialmente café, sendo muito desenvolvida a cultura de canna.

A população é de 3.200 habitantes.

O numero de predios é 450.

A municipalidade custeia uma escola na séde e outra no lugar denominado Sertãozinho.

6º DISTRICTO — *Vargem Grande* — E' constituido pelo territorio da freguezia de Santo Antonio da Vargem Grande, situado ao Norte do municipio, sobre o valle do ribeirão de Pirapetanga.

Muito montanhoso, é este districto recommendavel por sua salubridade.

Atravessa o a serra de Pedra Sellada.

Demora a 20 kilometros da cidade de Rezende.

A sua superficie mede 176,50 kilometros quadrados.

Seu territorio fez parte da freguezia de S. Vicente Ferrer até o anno de 1853, em que foi constituido em curato, pela lei provincial n. 635, de 23 de Agosto. Pela lei n. 915, de 30 de Outubro de 1856, foi elevado á freguezia.

A população é de 4.700 habitantes.

Os predios são em numero de 700.

A principal lavoura deste districto é a de café. A canna de assucar é tambem cultivada.

7º DISTRICTO — *S. Vicente Ferrer*— Compõe-se do territorio da antiga freguezia do mesmo nome, o qual se prolonga a Nordeste do municipio, sobre o valle do Rio Preto, a tres kilometros de sua margem direita, limite, com o Estado de Minas Geraes e a 30 kilometros da cidade de Rezende.

Foi no começo uma aldeia de indios Purys, cujo chefe se chamava *Mariquita*.

O local era então conhecido pelo nome de Minhoal.

Foi alli edificada uma capella dedicada a S. Luiz Beltrão e pouco depois outra sob a invocação de S. Vicente Ferrer a qual teve então o predicamento de curato. O curato de S. Vicente Ferrer foi elevado á cathegoria de freguezia, por lei provincial n. 287, de 19 de Maio de 1843.

Produz em grande escala café, fumo, canna e cereaes.

Bastante montanhoso é o territorio deste districto. O clima ameno e salubre muito o recommendam.

A população é de 4.000 habitantes.

O numero de predios é de 600.

A sua prosperidade é estacionaria.

Povoação: Guarda Velha.

Rio Bonito

O municipio do Rio Bonito é um dos que occupam a zona meridional do Estado.

Confina ao Norte com os de Sant'Anna de Macacú e Capivary; a Leste com este ultimo municipio e o de Araruama; ao Sul com o referido municipio de Araruama e com o de Saquarema e a Oeste com o de Itaborahy.

O seu territorio pertenceu primitivamente ao do antigo municipio de Santo Antonio de Sá, até que, em 1833, com a creação do de Itaborahy, foi incorporado ao deste.

Pela lei provincial n. 381, de 7 de Maio de 1846, foi por sua vez constituido em municipio.

Abrange o seu territorio uma área de 360,19 kilometros quadrados.

A população censitaria é de 30.284 habitantes, a de maior densidade, depois de Nictheroy.

O numero de seus predios attinge ao numero de 5.000.

O Estado mantem mais de 15 escolas primarias.

Correm ao Norte as serras de Braçanã, Sambé, Lavras e Embaúbas e ao Sul a do Tingua.

Banham o seu territorio os rios Bonito, Secco, Capivary, Bacaxá e outros pouco consideraveis.

E' servido pelo ramal ferreo de Macahé, pertencente á Companhia Leopoldina, que liga este municipio por um lado com os de Itaborahy, S. Gonçalo e Nictheroy, e por outro, com os de Capivary, Barra de S. João e Macahé.

E' muito fertil e saudavel. As suas aguas são excellentes.

Seu solo é bem cultivado; produz, com abundancia, café, canna e cereaes.

Faz parte do 1º districto eleitoral do Estado.

E' uma comarca de 2ª entrancia, creada por lei provincial n. 720, de 25 de Outubro de 1854.

Compõe-se dos dous districtos seguintes:

1º DISTRICTO — *Cidade do Rio Bonito* — Situada em uma collina á margem do rio de seu nome, dista a cidade do Rio Bonito 64 kilometros da de Nictheroy com a qual se communica diariamente pelo ramal ferreo de Macahé, tendo sido inaugurada a respectiva estação a 6 de Dezembro de 1880.

A sua superficie é de 115,25 kilometros quadrados.

A sua elevação sobre o nivel do mar é de 50,2 metros.

Teve origem no campo da fazenda actualmente denominada D. Bernarda, onde o sargento-mór Gregorio Pereira Pinto erigiu uma pequena capella dedicada á Madre de Deus, a qual teve o predicamento de curato por provisão de 18 de Abril de 1760, elevada á cathogoria de freguezia por provisão de 27 de Agosto de 1768, sob a invocação de N. S. da Conceição do Rio Bonito.

No começo do anno de 1800 foi transferida a séde da freguezia para o local em que actualmente tem assento.

Creado o municipio do Rio Bonito, foi aquella freguezia elevada á villa por lei provincial n. 381, de 7 de Maio de 1846.

Por decreto de 16 de Janeiro de 1890 teve a villa o titulo de cidade.

Por occasião do recenseamento effectuado no anno de 1893 foi calculada em 20.933 habitantes a população deste districto, nesta parte o mais consideravel de todos do Estado.

O numero de predios então arrolados era de 3.159.

Pertencem ao seu territorio as povoações de Catimbau Pequeno, Posse, Braçanã e Lavras. Esta ultima foi um districto de paz creado por decreto de 9 de Janeiro de 1891 e extincto pelo de 4 de Junho de 1891.

Produz muito café, canna e cereaes.

2º DISTRICTO — *Boa Esperança* — Demora este districto a sudéste da cidade do Rio Bonito. A primitiva séde foi o logar denominado Boa Esperança, elevado a curato por lei provincial n. 846, de 30 de Maio de 1849.

Sobrevindo dissensões entre o povo daquella localidade e o do denominado Zacharias, sobre a escolha de ponto para a séde, foi para esta ultima transferida a mesma séde, tendo-lhe dado o predicamento de freguezia a lei n. 955, de 17 de Fevereiro de 1857.

A posição geographica dessa séde é de 22° — 47' — 32'' de latitude de Sul e 0° — 37' — 28'' de longitude Este.

O seu territorio occupa uma área de 244,94 kilometros quadrados.

A população é computada em 9.351 habitantes, que occupam 1.670 predios.

Pertencem ao seu territorio as povoações de Boa Esperança, Catimbau Grande, Bacaxá, Duas Barras, Jacundá e Morro das Moendas.

O café e a canna de assucar são muito cultivados.

O districto da Bôa Esperança foi elevado a municipio por decreto de 6 de Janeiro de 1891, tendo sido extinto pelo de 28 de Maio de 1892.

Rio Claro

E' um dos municipios occidentaes do Estado.

Pertenceu ao territorio do de S. João Marcos até o anno de 1849.

A lei n. 461, de 19 de Maio desse anno, constituiu-o em municipio, composto das freguezias de N. S. da Piedade e de Santo Antonio de Capivary.

Limita-o ao Norte o municipio de Barra Mansa ; a Leste o de S. João Marcos ; ao Sul o de Angra dos Reis e a Oeste o Estado de S. Paulo.

A sua superficie é de 506,69 kilometros quadrados.

Atravessa o seu territorio de Sul a Norte o rio Pirahy, que é o mais importante do municipio. Esse rio recebe em seu curso numerosos tributarios.

Prolonga-se a Oeste a serra da Carioca, uma das divisas do Estado do Rio com o de S. Paulo ; e ao Sul a de Capivary.

A população deste municipio era em 1893 de 10.557 habitantes e o numero de seus predios eleva-se a 1.553.

Na administração judiciaria pertence este municipio á comarca do Pirahy.

Faz parte do 5º districto eleitoral do Estado.

O Estado mantem mais de 10 escolas primarias.

A producção dominante é a do café.

A via ferrea de Barra Mansa a Angra dos Reis, que neste municipio tem duas estações, veio levantar-o do estado de atrazo em que jazia, devido ás difficuldades de boas e faceis vias de communicação.

São dous os districtos de que se compõe este municipio.

1º DISTRICTO — *Villa do Rio Claro* — E' a séde do municipio, banhada pelo rio do seu nome. Foi primitivamente uma

povoação com o nome de Rio Claro, depois teve o predicamento de curato.

Até o anno de 1849 fez parte do territorio do municipio de S. João Marcos.

Por lei n. 152, de 7 de Maio de 1839, teve a categoria de freguezia, sob a invocação de N. S. da Piedade.

Pela lei provincial n. 461 de 19 de Maio de 1849, que creou o municipio, foi a freguezia elevada á villa.

A posição astronomica é de 23° — 46' de lat. Sul; 0° — 56' — 36'' de long. Oeste.

A altitude é de 426 metros.

A superficie é de 181,61 kilometros quadrados.

A villa communica-se com as cidades de Barra Mansa e Angra dos Reis por uma via ferrea. Dist. de Barra Mansa 38 1/2 kilometros e de Angra dos Reis 68 1/2.

O numero de seus habitantes é de 7.019 e o de predios 1.030.

Ha em todo o districto sete escolas a cargo do Estado.

Pertencem ao seu territorio as povoações de Apparecida, Azevedo, Pouso Secco, Ribeirão e Barca, todas com escolas primarias, custeadas pelo Estado.

A sua lavoura é exclusiva de café.

A serra da Carioca está situada neste districto.

2º DISTRICTO — *Capivary* — E' constituída pelo territorio da antiga freguezia de Santo Antonio de Capivary, situada ao Sul da villa, sobre o rio Capivary, affluente do Pirahy.

Teve origem no arraial de Capivary.

Foi creada por lei provincial n. 270, de 8 de Maio de 1840.

Antes da criação do municipio do Rio Claro, pertenceu a freguezia de Santo Antonio de Capivary ao municipio de S. João Marcos.

A superficie é de 318,08 kilometros quadrados.

A população é de 3.538 habitantes.

O numero de predios attinge a 523.

A serra de Capivary corre ao sul deste districto.

Produce café e canna de assucar.

E' bastante salubre.

Povoações: Campo do Meio, Coutinho, Rio das Canoas, Rio das Pedras e Sant'Anna.

Sant'Anna de Macacu

Constituido pelo territorio do antigo municipio de Santo Antonio de Sá, creado por acto do Governador do Rio de Janeiro, expedido a 5 de agosto de 1697.

Até o anno de 1868 a séde do municipio estava estabelecida no lugar em que existe a freguezia daquelle nome, hoje pertencente ao municipio de Itaborahy, a qual demora á

margem esquerda do Macacú, proximo á confluencia do Guapiassú por um lado e do Casseribú por outro.

As pessimas condições hygienicas da localidade e as difficuldades de meios de comunicação determinaram a remoção da séde do municipio, para a povoação até então de Macacú, no logar da freguezia de Sant'Anna tambem conhecida sob a invocação de Santissima Trindade, o que foi resolvido pela lei n. 239, de 6 de Novembro de 1868.

Por essa occasião passou o municipio a denominar-se Sant'Anna de Macacú.

Fazem hoje parte de seu territorio as povoações de Sambé, Monte Azul e Campo dos Patys, e as vertentes da serra da Boa Vista para o Macacú, inclusive a povoação da Bocca do Matto, desmembrada dos municipios do Rio Bonito, Capivary e Friburgo, por decreto de 28 de Maio de 1892.

O municipio faz parte da comarca de Nova Friburgo, relativamente á administração judiciaria.

Limites:— Ao norte o municipio de Nova Friburgo; a léste os de Capivary e Rio Bonito; ao sul o de Itaborahy e a oeste o de Magé.

A área é de 796,45 kilometros quadrados.

A população é de 16.000 habitantes.

As escolas são em numero superior a 20 e são mantidas pela municipalidade e pelo Estado.

Serras: as do Subaio e Boa Vista, no limite norte, as de Sant'Anna, Bracanã e Sambé, que correm a léste e ao sul.

Rios: O *Macacú*, que atravessa o municipio de sul a norte, dividindo o a meio e os afluentes *Batatal*, *Casseribú*, *Guapiassú* *Rio d'Aldeias* e *Pirassinunga*.

Sobre o valle do *Macacú* se desenvolve a via ferrea de *Cantagallo* que percorre o municipio desde o anno de 1860.

O municipio não goza de boa reputação sanitaria, pelas febres que ali reinam endemicamente, originadas das margens alagadiças do Macacú. D'ahi o seu atrazo.

A lavoura vae tendo rapido incremento, assegurando prospero futuro ao municipio.

Produz tambem canna e cereaes em pequena quantidade.

A industria principal é a do corte de madeira para a lenha e carvão.

Faz parte do 3º districto eleitoral do Estado.

Compõe-se dos tres seguintes districtos:

1º DISTRICTO — *Villa de Sant'Anna de Macacú (séde)* — A povoação teve começo no anno de 1600. Em 10 de Agosto de 1675 teve o predicamento de curato com o nome de Santissima Trindade, que era o da palroeira da capella então existente e edificada á pequena distancia do rio Macacú.

Foi elevada á freguezia, por alvará de 26 de Janeiro de 1755. Para o arraial em que se acha hoje a séde do municipio foi transferida a freguezia, em virtude do decreto n. 705, de 9 de Outubro de 1850, celebrando-se os actos religiosos na capella de Sant'Anna, cedida pelo cidadão Zosimo Ferreira da

Silva, á cuja invocação mais tarde se juntou a da Santíssima Trindade (lei n. 893, de 30 de Setembro de 1856).

A villa está edificada proxima á confluencia do ribeirão de Sant'Anna com o rio Macacú, á margem esquerda deste e situada aos 22,42" de Lat. sul e 17,31" de Long. léste.

A sua elevação sobre o nivel do mar é de 64 metros.

Dista 61 kilometros de Nictheroy.

E' atravessada pela via ferrea de Cantagallo, que ali tem uma estação inaugurada a 22 de Abril de 1860.

A superficie é de 468,10 kilometros quadrados.

A população é de 11.000 habitantes. Predios cerca de 2.000.

Povoações: *Villagem, Ipiranga, Batatal, Sambaetiba, Escuriel, Papucaia e Jaguaray*, as quaes são servidas pela Estrada de Ferro de Cantagallo. Conta, além destas as de Patys, Duas Barras, Pharaó, Tutú, Passagem, Serra de Sant'Anna, Muricy, Estrada de S. João e Bengalas.

2º DISTRICTO — *Cachoeira de Macacú* — Creada por decreto n. 161, de 24 de Novembro de 1894 e installada a 14 de Dezembro do mesmo anno.

A séde deste districto está assentada á margem direita do rio Macacú, na raiz da serra Boa Vista, a 49,82 metros de altitude. A população, comprehendida a da povoação da Bocca do Matto, é de cerca de 2.000 habitantes, composta na maior parte de operarios empregados nas officinas que alimentem a Estrada da Ferro de Cantagallo.

Dista de Nictheroy 73 kilometros e liga-se áquella cidade pela Estrada de Ferro de Cantagallo. Possui uma estação, que funciona desde 22 de Abril de 1860.

Existe uma capella construida por subscripção popular

A povoação da Bocca do Matto, que pertence a este districto, tem cerca de 500 habitantes e uma escola de instrucção primaria. Está a 7 1/2 kilometros de Cachoeiras e a 27 de Nova Friburgo, com as quaes se comunica pela via ferrea de Cantagallo, de que é uma das estações, inaugurada a 18 de Dezembro de 1873.

Fazem tambem parte deste districto as povoações do Morro Frio e Sertão do Itiya, cada uma com uma escola municipal e a do Valerio.

3º DISTRICTO — *S. José da Boa Morte* — A povoações cómo gen a estabelecer-se no principio do anno de 1700, á margem esquerda do rio Pirassinunga.

Em 1734 foi construida uma capella, que depois de reedificada, passou a servir de matriz, por haver sido elevado á freguezia (decreto geral de 7 de Agosto de 1834) o curato creado por provisão de 3 de Março de 1759.

A superficie é de 115,25 kilometros quadrados.

A população é de 5.500 habitantes, que occupam 900 predios.

Pertencem-lhe as povoações de Subaio e Porto-Grande. As terras deste districto, como quasi todas as do municipio, são baixas e pantanosas e suas más condições hygienicas são causa da decadencia em que se acha.

Santa Maria Magdalena

Município situado ao centro do Estado, limitado ao norte pelo de S. Fidelis, a léste pelos de Campos e de Macahé, ao sul e a oeste pelo de S. Francisco de Paula.

Foi creado por lei n. 1208, de 24 de Outubro de 1861 e instalado a 8 de Junho de 1862.

O seu territorio abrange uma área de 800,03 kilometros quadrados. E' atravessado em diversas direcções pelas serras do Imbé, Macabú e do Deitado.

Sulcam seu territorio os rios Grande, Imbé, Macabú e do Mundo e numerosos cursos tributarios daquelles.

Este municipio é muito importante por sua riqueza e producção agricola.

As terras são fertilissimas, o clima é ameno, muito favoravel á culturas similares da Europa. A industria pastoril é muito prospera.

A população, em 1893, era de 12.636 habitantes e o numero de predios edificados elevava-se a 2.009.

O Estado mantem seis escolas primarias.

O municipio de Magdalena está comprehendido no 2º districto eleitoral do Estado e constitue uma comarca de 1ª entrancia, creada por decreto n. 1781, de 13 de Dezembro de 1872.

Seu territorio pertenceu primitivamente ao municipio de Cantagallo e compunha-se na época de sua creação das freguezias de Santa Maria Magdalena, S. Sebastião do Alto e São Francisco de Paula. As duas ultimas separaram-se para se constituirem em municipios distinctos. A via ferrea Santa Maria Magdalena serve a differentes pontos deste municipio.

Actualmente consta dos districtos municipaes seguintes :

1º DISTRICTO — *Cidade de Santa Maria Magdalena* — Sobre a vertente occidental da serra do Imbé, está edificada a cidade que é banhada pelo ribeirão do Santissimo, nome da primitiva povoação Santa Maria Magdalena.

O seu territorio abrange uma área de cerca de 500 kilometros quadrados.

A freguezia da cidade teve origem na capella dedicada á Santa Maria Magdalena e erecta em terras doadas pelo Padre Flotet, em cumprimento á promessa que fez quando soffrera de grave molestia de olhos. Pela lei provincial n. 557, de 15 de Setembro de 1851, foi a capella elevada a curato e pela de n. 802, de 28 de Setembro de 1855 á freguezia. A lei que creou o municipio deu á freguezia o titulo de villa, elevada ao de cidade, por decreto de 28 de Julho de 1890.

A população era, em 1893, de 8.014 habitantes.

O numero de predios edificados attingia a 1.606.

O Estado mantem duas escolas primarias na séde e a municipalidade uma na povoação da Vargem Alta.

A Estrada de Ferro Santa Maria Magdalena tem sua estação terminal nesta cidade, communicando-a diariamente com

a de Macahé, distante cerca de 138 kilometros, pela do Barão de Araruama, de que é prolongamento.

A povoação de Santa Illidit é também servida por aquella estrada de ferro.

A cidade, como todo o municipio, é muito salubre e rica na producção de café, canna e cereaes. Suas terras são fertilissimas e sómente adquiridas por avultado preço,

2º DISTRICTO — *Triumpho*. — Creado por acto de 27 de Fevereiro de 1891, está o districto do Triumpho ao sul do municipio. Liga-se á cidade de Magdalena, distante 54,34 kilometros, pelas vias ferreas Barão de Araruama e Santa Maria Magdalena. Banha seu territorio o rio Macabú e outros pequenos.

Atravessa-o a serra de Macabú. E' muito prospero e salubre. Produz muito café e canna.

A estação de Macabú, da via ferrea Barão de Araruama, está edificada no territorio deste districto.

A população é de 1.616 habitantes que occupam 284 predios.

3º DISTRICTO — *Imbé* — Ao sul do municipio. Creado por acto de 27 de Fevereiro de 1891, com o nome de Santo Antonio de Imbo.

A população é de 3.000 habitantes.

O numero de predios é de 119.

Ha duas escolas primarias a cargo do Estado.

Santa Thereza

Está situado na região septentrional do Estado. Confina ao Norte com o Estado de Minas Geraes, pelo rio Preto; a Léste com o municipio da Parahyba do Sul, ao Sul com o de Vasouras, pelo rio Parahyba, e a Oeste com o municipio de Valença.

Foi creado por decreto de 17 de Março de 1890.

Seu territorio, que abrange uma superficie de 419,38 kilometros quadrados, é constituido pelo da antiga freguezia de Santa Thereza, desmembrada do municipio de Valença.

Teve o titulo de comarca, por decreto de 28 de Abril de 1890.

Supprimida a referida comarca por decreto de 15 de Dezembro do mesmo anno, ficou o municipio sujeito no judiciario á de Valença.

O decreto n. 268, de 11 de Abril de 1896, restabeleceu a comarca.

Este municipio está comprehendido no 5º districto eleitora do Estado.

Banham-no os rios Preto, Parahyba, Flores e varios ribeirões affluentes daquelles rios.

De Oeste para Léste prolonga-se a serra das Aboboras.

Desde 1882 percorre o solo deste municipio a Estrada de Ferro Rio das Flores.

As terras deste municipio são excellentes e bem cultivadas. Produzem muito café e alguma canna de assucar.

O clima é muito ameno.

Pelo recenseamento de 1893 foi calculada a população em 14.282 habitantes.

O numero de predios edificados eleva-se a 2.836.

Existem cinco escolas primarias estadoaes e quatro municipaes.

Ha quatro districtos municipaes.

1º DISTRICTO — *Villa de Santa Thereza* — Situada a Noroeste do municipio, em logar saudavel e pittoresco.

Por lei n. 560, de 6 de Outubro de 1851, teve o predicamento de curato, sendo elevado á freguezia pela lei de n. 814, de 6 de Outubro de 1855.

O municipio teve o titulo de villa pelo decreto de sua creação.

A posição astronomica é de 22° — 10' — 12" de Lat. Sul e 0° — 20' — 54" de Long. Oeste.

A população, em 1893, era de 4.300 habitantes.

O numero de predios attingia a 785.

A Estrada de Ferro Rio das Flores tem nesta villa uma de suas estações, inaugurada a 1 de Agosto de 1883, e outra na povoação da Cachoeira do Funil.

A villa dista da Capital Federal 171 kilometros e com esta se communica diariamente pelas vias ferreas Central do Brazil e Rio das Flores.

Povoação: S. José.

2º DISTRICTO — *Porto das Flores* — Creado por acto de 13 de Outubro de 1891. A séde deste districto assenta sobre a margem direita do rio Preto, no extremo Norte do municipio.

É banhado pelo Jequitibá.

A população era, em 1893, de 3.398 habitantes e o numero de predios elevava-se a 701.

A via ferrea Rio das Flores tem neste districto as seguintes estações: Rio das Flores (12 kilometros da villa), Santa Rosa, Tres Ilhas e Santa Mafalda. Este districto communica-se com a estação de Parahybuna, da Estrada de Ferro Central do Brazil, por um ferro carril de tracção animada.

A lavoura de café representa a maior riqueza do districto.

As terras são muito cultivadas. O clima é excellente.

Povoação: Areias.

3º DISTRICTO — *Tabôas* — Creado por acto de 13 de Outubro de 1891.

A séde deste districto demora na antiga povoação das Tabôas, ao Sul da villa de Santa Thereza.

A 14 de Setembro de 1882 foi inaugurada e entregue ao trafego a estação da Estrada de Ferro Porto das Flores, distante 6 1/2 kilometros da villa de Santa Thereza. A 10 kilometros de Tabôas está a estação de Marambaia, tambem pertencente á Estrada de Ferro Rio das Flores. O Parahyba banha a parte meridional do districto.

A população, em 1893, era de 2.301 habitantes.

O numero de predios edificados era de 435.

A producção de café é abundante.

4º DISTRITO — *Abarracamento*, mais conhecido por S. Pedro do Abarracamento — Foi creado por acto de 13 de Outubro de 1891.

O seu territorio occupa a parte meridional do municipio.

A população era, em 1893, de 4.283 habitantes.

O numero de predios construidos attingia a 914.

Produz muito café.

Banha-o ao Sul o rio Parahyba.

Santo Antonio de Padua

Jaz este municipio a Noroeste do Estado, nos limites com o de Minas Geraes.

Confina ao Norte com o referido Estado de Minas Geraes e o municipio fluminense de Itaperuna; a Leste tambem com este municipio e com o de Cambuhy (Monte Verde), ao Sul com os de Cantagallo e Itaocara e a Oeste tambem com o Estado mineiro.

Abrange uma superficie de 685,85 kilometros quadrados.

E' muito montanhoso, ao Norte, por onde se estende a serra das Frecheiras.

O seu rio principal é o Pomba, affluente do Parahyba, que tambem banha o territorio de Padua.

A população e a, em 1893, composta de 27.035 habitantes e o numero de predios edificados elevava-se a 4.952.

O Estado mantem mais de 10 escolas primarias. Ha tambem escolas mantidas pela municipalidade.

Corre de Oeste para Leste a serra dos Facões.

A lavoura deste municipio é quasi exclusiva de café.

Anteriormente á sua creação o territorio deste municipio pertencia ao de S. Fidelis.

A sua creação foi objecto da lei provincial n. 2.597, de 2 de Janeiro de 1882.

Até o anno de 1887 pertencia a este municipio a freguezia de N. S. da Piedade da Lage, que por decreto n. 2.921, de 20 de Dezembro daquelle anno, foi incorporada ao municipio de Itaperuna.

Perdeu assim Padua a sua mais importante zona cafeeira, ficando reduzida a sua producção, até então pujante, á do limitado perimetro da unica freguezia de que passou a se compor.

Por decreto de 27 de Dezembro de 1889 teve o foro de comarca, sendo supprimida pelo de 15 de Dezembro de 1891 e restabelecida pelo de 1 de Março de 1893 com a cathegoria de 1ª entrança.

Faz parte do 3º districto eleitoral do Estado.

Desde o anno de 1883 é este municipio percorrido pela Estrada de Ferro de Santo Antonio de Padua (Companhia Leo-

poldina), que em seu territorio tem sete estações com um desenvolvimento de 48.200 kilometros.

Por decreto de 19 de Setembro de 1891 foi este municipio dividido em seis districtos de paz correspondentes aos municipios que seguem.

1º **DISTRICTO** — *Cidade de Santo Antonio de Padua* — O territorio desta cidade está ao centro do municipio sobre o rio Pomba, distante 68 1/2 kilometros da de S. Fidelis, a que se liga diariamente por uma via ferrea pertencente á Companhia Leopoldina.

Teve origem no arraial de S. Fidelis, que foi o seu primeiro padroeiro, o qual começou a povoar-se no começo do seculo actual.

O padre Antonio Martins Vieira levantou alli uma capella consagrada a Santo Antonio de Padua, em torno da qual se estabeleceu uma colonia de indios Coroados. Por decreto de 26 de Fevereiro de 1819 mandou D. João VI dar-lhe a cathegoria de freguezia. Esta só foi confirmada em 1843 pelo decreto provincial n.º 296, de 1 de Junho. Anteriormente (24 de Novembro de 1824) foi provida em curato ecclesiastico pelo bispo D. José Joaquim da Silva Coutinho.

Arruinada a capella, foi erigido novo templo por subscrição popular.

A população era, em 1893, de 6.889 habitantes.

Havia naquella data 1.282 predios. Entre estes se nota o do Forum.

Pertence ao districto da cidade de Padua a povoação de Balthazar, que é tambem uma estação da via ferrea Santo Antonio de Padua, distante 9.621 kilometros da referida cidade.

A lavoura e o commercio são prosperos e activos.

O clima é, em geral, quente.

2º **DISTRICTO** — *Miracema* — E' a antiga povoação de Santo Antonio de Brotos.

E'ica no extremo Norte do municipio, na divisa do Estado de Minas sobre a margem esquerda do rio Santo Antonio, alluente do Pomba. A séde é uma povoação prospera e amena o seu clima. Foi creado por decreto de 19 de Setembro de 1891 e confirmado pelo de 4 de Junho de 1892.

E' a estação terminal da via ferrea de Santo Antonio de Padua, inaugurada em 1883 e distante 23 1/2 kilometros da cidade de Padua.

A lavoura de café é prospera e activo o commercio.

A população é de 6.150 habitantes.

O numero de predios é de 1.224.

Ha duas escolas primarias mantidas pelo Estado.

Pertencem a este districto o arraial de Paraokena (antigo da Barra), que é tambem estação da Estrada de Ferro de Santo Antonio de Padua, distante de Miracema 13.900 kilometros e a povoação de Venda das Flores. A população, bastante prospera, está estabelecida junto á confluencia do rio Santo Antonio com o Pomba.

3º DISTRITO — *Monte Alegre* — E' constituído pelo antigo districto de paz de Santa Cruz do Monte Alegre creado por acto de 28 de Dezembro de 1886 e declarado municipal pelo decreto de 4 de Junho de 1892. Demora ao sudeste do municipio sobre uma aprazivel collina banhada pelo arroio Bom Jardim.

E' muito saudavel e a agua potavel é canalizada. Dista cerca de 20 kilometros da cidade.

A população é de cerca de 6.000 habitantes.

Os predios edificados orçam por 1.000.

O Estado mantem duas escolas primarias e a municipalidade tres.

4º DISTRITO — *Marangali* — E' o antigo arraial do Divino, constituído em districto de paz por decreto de 19 de Setembro de 1891 e confirmado pelo de 4 de Junho de 1892. Fica a Oeste do districto da cidade e a Norte dos districtos de Monte Alegre e Aperiibé.

E' banhado pela serra dos Facões.

A população é de 2.500 habitantes.

Os predios são em numero de 450.

Produce café e cereaes.

O clima é ameno, principalmente ao Norte, onde se eleva o solo consideravelmente.

5º DISTRITO — *Aperiibé* — Foi o antigo povoado de Santo Antonio do Retiro, situado ao Norte do municipio sobre a margem esquerda do Pomba e Parahyba. Por decreto de 19 de Setembro de 1891 foi creado districto de paz, confirmado nessa categoria pelo decreto de 4 de Junho de 1892.

Pela lei n. 201, de 6 de Dezembro de 1895, foi sua séde transferida para a povoação de Chave do Faria, á margem occidental do Pomba, estação de parada da Estrada Santo Antonio de Padua.

Pertence ao territorio deste districto a povoação do Funil, que é tambem uma das estações daquella via ferrea, distante 21 kilometros da cidade de Padua.

O districto de Aperiibé é muito florescente e salubre. Produce bastante café e cereaes.

A população é de 3.500 habitantes.

Existem 700 predios.

6º DISTRITO — *Ibitiguassú* — Até o anno de 1891 era conhecido pelo nome de Sant'Anna do Serrote. O decreto de 19 de Setembro desse anno elevou a povoação a districto de paz, mudando a denominação para a que lhe foi dada pelo mesmo decreto. O districto de Ibitiguassú foi confirmado pelo decreto de 4 de Junho de 1892.

Está situado a Nordeste do municipio e ao Sul do districto de Miracema.

Produce muito café.

A população é de 2.500 habitantes.

O numero de predios attinge a 350.

O Estado mantem duas escolas primarias.

S. Fidelis

Está situado este município a Nordeste do Estado.

E' limitado ao Norte com o de Cambucy, a Leste com o de Campos, ao Sul com os de Santa Maria Magdalena e S. Sebastião do Alto e a Oeste com o de Itaocára.

Banham-no o Parahyba, ao Norte, e os seus afluentes Dous Rios e Collegio.

Correm a Leste, ao Centro e a Oeste as serras das Almas, Macapá e Vermelha.

Fez parte do município de Campos até o anno de 1850, em que, por decreto provincial n. 503, de 19 de Abril, foi constituido em município, sendo este sómente installado a 5 de Março de 1855.

Primitivamente foi uma aldeia de indios Coroados, fundada em 1779 pelos capuchinhos italianos frei Angelo Maria de Lucca e frei Victorio de Cambiasca, que deram á aldeia o nome de S. Fidelis de Sigmaringa.

O município de S. Fidelis abrangeu uma das mais consideraveis zonas do Estado.

Pertenceram-lhe as freguezias de Santo Antonio de Padua, Aldeia da Pedra e Monte Verde, hoje constituidos em prosperos municipios. Sua area actual limita-se á da antiga villa, reunida á da fregueza de Ponte Nova, representando 753 kilometros quadrados.

Apezar de reduzido em sua superficie, é ainda o município muito rico, com excellente produção de café e canna de assucar.

Existem muitos engenhos para o fabrico de aguardente e assucar, além de outros destinados exclusivamente ao café.

Está em comunicação com os municipios limitrophes por duas vias ferreas, S. Fidelis e Santo Antonio de Padua, custeidas pela Companhia Leopoldina.

O Parahyba, navegavel dahi até a sua foz, é sulcado por numerosos barcos a vapor e a vela, que transportam aos mercados de Campos e de S. João da Barra os productos de sua rica lavoura.

O commercio é consideravel e activo.

A população, arrolada em 1893, subia a 20.786 habitantes e o numero de predios construidos a 3.972.

O Estado mantem mais de dez escolas primarias. Existem algumas instituidas pela municipalidade.

Faz parte do 3º districto eleitoral do Estado.

No judiciario é uma comarca de 1ª entrancia, a cujo fôro estão sujeitos os municipios de Cambucy e Itaocára.

Por sua importancia material e politica S. Fidelis é um dos mais adiantados municipios fluminenses.

Compõe-se dos cinco seguintes districtos:

1º DISTRICTO — *Cidade de S. Fidelis* — Demora á margem direita do Parahyba, distante 52 kilometros da de Campos, a

que se liga diariamente por uma via ferrea que parte da mesma cidade. O trafego desta ferro-via foi inaugurado a 10 de Outubro de 1891.

Tambem está em comunicação diaria com a cidade de Santo Antonio de Padua pela via-ferrea desse nome, inaugurada em Julho de 1880, a qual parte do logar denominado Lucca, ponto de ligação com aquellas.

O magestoso templo que hoje serve de matriz foi edificado pelos benemeritos capuchinhos fundadores da primitiva aldeia. E' seu orago o santo do nome do municipio.

A cidade é espaçosa e bem construida. As ruas são largas e bem alinhadas.

Em 1812 foi um curato, elevado á freguezia pela lei provincial n. 187, de 2 de Abril de 1840. Teve o titulo de villa por lei provincial n. 503, de 19 de Abril de 1850, e o de cidade pelo de n. 1533, de Dezembro de 1870.

Além da magestosa matriz, existe alli o templo dedicado a N. S. do Rosario. A cadeia e casa da camara estão em predios espaçosos e bem construidos.

Formadas pelo Parahyba e fronteiras á cidade estão as ilhas de S. Fidelis e Ratos.

Em frente á cidade está a povoação de Lucca, estação inicial da Estrada de Ferro de Santo Antonio de Padua e terminal da de Campos a S. Fidelis.

Alli está edificada, sobre um pittoresco outeiro, a capella de S. Sebastião.

A povoação se liga á cidade por uma bella ponte de ferro com 425 metros de extensão.

Banha tambem o districto da cidade o rio do Collegio. Sobre a sua confluencia com o Parahyba ostenta-se a povoação do mesmo nome, que é uma das estações da Estrada de Ferro de Campos a S. Fidelis.

A posição astronomica da cidade, observada por Bellegarde, é de 21°-38'-33" de latitude Sul e 1°-24'-57" de longitude Este.

Sua área é estimada em 366,62 kilometros quadrados.

A sua população orça por 15.000 habitantes e o numero de seus predios é de cerca de 3.000.

O commercio é crescente e animado.

A lavoura de café e canna é consideravel e activa.

2º DISTRICTO — *Ipuca* — Creado por acto de 29 de Outubro de 1890, é situado entre os limites das cidades de S. Fidelis e Campos, sobre a margem direita do Parahyba, cujo territorio é percorrido pela Estrada de Ferro de Campos a S. Fidelis. A povoação vae progredindo.

A lavoura é exclusiva a do café. O commercio é pequeno.

Corre a Leste a serra das Almas.

Fazem parte deste districto as povoações de Pouso Alegre e Pedra d'Agua.

A sua população é de cerca de 1.000 habitantes.

Existe tambem alli uma importante fabrica de tecidos.

3º DISTRICTO — *Ponte Nova* — Este districto é constituido pelo territorio da freguezia de N. S. da Conceição de Ponte Nova, situada a Oéste do municipio, sobre a margem direita dos Dous Rios. Teve origem na colonia do Vallão dos Veados, á margem esquerda daquelle rio, onde se conservou até o anno de 1864, sob a invocação de S. João Baptista, dada á freguezia creada por lei provincial n. 177, de 2 de Abril de 1840. A lei n. 1288, de 24 de Dezembro de 1864, transferiu a séde da freguezia para a povoação da Ponte Nova, ao Norte daquelle, servindo-lhe de matriz a capella de N. S. da Conceição, que passou a ser a invocação da freguezia.

A sua área mede 419,30 kilometros quadrados.

A população foi computada pelo recenseamento de 1893 em 6.434 habitantes e o numero de predios edificados em 1.064.

Pertencem ao seu territorio as povoações de Pimentel, Grumarim, Coqueiro, Timbó e Pureza. Nesta existe um engenho central de 1ª ordem com machinismo aperfeiçoado, e é uma estação da Estrada de Ferro de Santo Antonio de Padua, distante cerca de 15 kilometros da cidade de S. Fidelis.

O café é o principal producto da lavoura deste districto, que o exporta em grande escala.

4º DISTRICTO — *Colonia* — É constituido pelo territorio occupado pela antiga colonia do Vallão dos Veados, primitiva séde do districto da Ponte Nova.

A extinta colonia do Vallão dos Veados foi fundada em 1847 em terras da fazenda de Eugenio Aprigio da Veiga, seu fundador, sobre a margem esquerda dos Dous Rios.

Foi creada por acto de 29 de Outubro de 1890.

Dista cerca de 30 kilometros da cidade de S. Fidelis. O seu aspecto é montanhoso. O vallão que lhe dá o nome segue a direcção de Oéste para Léste.

O terreno é muito apropriado á cultura de café, canna, milho e feijão, que produz com abundancia.

Tem cerca de 200 predios e uma capella dedicada a S. João, padroeiro do districto. Sua população é de cerca de 1.000 habitantes.

5º DISTRICTO — *Timbó* — Districto creado por acto de 29 de Outubro de 1890.

Confina com o de Ipuca pelo Parahyba.

A população é de cerca de 1.000 habitantes.

S. Francisco de Paula

Municipio central e montanhoso. Foi creado por decreto de 12 de margo de 1891, sendo seu territorio constituido das freguezias de seu nome e de S. Sebastião do Alto, desannexadas do municipio de Santa Maria Magdalena, abrangendo uma área de 824 kilometros quadrados. Essa área, porém, pouco tempo depois ficou reduzida pela criação do municipio

de S. Sebastião do Alto, effectuada por decreto de 17 de Abril daquelle anno.

Tendo o decreto de 28 de Maio de 1892 supprimido o referido municipio de S. Sebastião do Alto, passou novamente seu territorio a fazer parte do de S. Francisco de Paula, até que pela lei n. 33, de 7 de Dezembro do mesmo anno, foi restabelecido o mencionado municipio. Confina ao Norte com o municipio de S. Sebastião do Alto; a Leste com o de Magdalena; ao Sul com o de Macahé e a Oeste com os de Cantagallo e Bom Jardim.

Correm de Sul para Leste as serras de Macahé, Caboclo, Crubixaes e do Deitado e pelo centro as de Macabú e Imbé.

O rio Grande banha a parte occidental do municipio e o Macabú percorre-o na direcção de Sul para Leste, acompanhando as serras que se prolongam nesse sentido.

E' uma das mais ricas zonas fluminenses pela abundancia de café que produz.

A sua população recenseada em 1893, attingia a 11.233 habitantes e o numero de predios construidos a 2.097.

A sua administração judiciaria está sujeita á comarca de Santa Maria Magdalena.

Pertence ao 3º districto eleitoral do Estado.

O Estado mantem quatro escolas primarias.

A estrada de ferro Barão de Araruama atravessa a sua parte septentrional e põe este municipio em communicação diaria com os de Macahé e Magdalena.

Por seu aspecto physico e pela amenidade do clima são excellentes as condições sanitarias do municipio.

São dous os seus districtos municipaes:

1º DISTRICTO — *Villa de S. Francisco de Paula* — E' a sede do municipio, Está situada sobre a serra do Imbé, em ponto aprazivel e muito salubre. Até o anno de 1840 era uma pequena povoação agricola.

Crescendo a população e riqueza, teve por lei provincial n. 218, de 27 de Maio daquelle anno, o predicamento de curato. Pela de n. 400, de 20 de Maio de 1846, foi elevada á categoria de freguezia e á de villa pelo decreto que creou o municipio (12 de março de 1891).

A sua lavoura é exclusiva de café, cuja producção é abundante e sempre crescente.

Banha-o a oeste o rio Grande.

Pertence a este districto a povoação de Duas Barras do Rio Grande, extinto districto de paz, creado por acto de 27 de Fevereiro de 1891.

O numero de seus habitantes era, em 1893, de 7939 e o de predios construidos, de 1.609.

2º DISTRICTO — *Ventania*, (*Actualmente Trajano de Moraes*) — Comprehende este districto o territorio do antigo curato ecclesiastico de S. João Evangelista da Ventania. Foi creado districto municipal por decreto de 4 de Junho de 1892. Está situado sobre a serra de Macabú e é banhado pelo ribeirão do Imbé. Banha-o tambem o Macabú.

E' servido por uma estação da Estrada de Ferro Barão de Araruama.

Desta estação parte a Estrada de Ferro de Santa Maria Magdalena, que vae á cidade do mesmo nome, distante 27,62 kilometros.

Foi aberta ao trafego em 1894.

A população censitaria era em 1893 computada em 3.284 habitantes.

Os predios edificados attingiam ao numero de 488.

Pertencem a este districto as povoações do Imbé e Macabú, sendo esta servida por uma estação, denominada Leitão da Cunha, da Estrada de Ferro Barão de Araruama.

S. Gonçalo

Município marítimo, situado ao Sul do Estado.

Banha-o, em parte, o oceano e a bahia de Guanabara.

Seu territorio é composto do das antigas freguezias de S. Gonçalo, Cordeiros e Itaipú, que pertenceram ao município de Nictheroy, abrangendo uma área de 291,94 kilometros quadrados.

Limita-se ao Norte com o município de Itaborahy, a Leste com os de Itaborahy e Maricá, ao Sul com o Oceano e a Oeste com o município de Nictheroy e a bahia de Guanabara.

Foi creado por decreto de 22 de Setembro de 1890, supprimido pelo de 28 de Maio de 1892 e restabelecido pela lei n. 34, de 17 de Dezembro deste ultimo anno.

A costa occidental estende-se da praia das Neves á foz do Guaxindiba, que corre ao Norte, na divisa de S. Gonçalo com Itaborahy. A do sul fica comprehendida entre as do districto de Jurujuba, de Nictheroy e a de Maricá.

Prolonga-se a sudoeste a serra da Tiririca.

Proximas ás costas do Sul estão as pittorescas lagôas de Piratininga e Itaipú, ambas muito piscosas. A' margem da primeira ostentam-se as graciosas capellas dedicadas a N. S. do Bom Successo e a N. S. da Penha.

Espalhadas pela bahia e proximas á costa occidental estão as ilhas do Ajudante, das Flôres, que serve de hospedaria de Immigrantes, do Engenho, celebre por occasião da revolta naval de 1893, do Tavares e de Itaóca. Ao Sul estão a do Meio, a do Toucinho e a dos Porcos.

Além do Guaxindiba, regam o solo deste município os rios Imboassú, S. Gonçalo, Gambá e Aldeia. A costa occidental é muito accessivel, sendo numerosos os portos que communicam o município com o mercado de Nictheroy e da Capital Federal.

Entre elles notam-se o das Neves, o do Velho, o da Ponte, o da Madama e o de S. Gonçalo.

Está em comunicação diária com Nictheroy pelas vias ferreas de Cantagallo e Maricá, indo esta até o Porto das Neves.

Existe também uma pequena ferro-via com o desenvolvimento de 2 kilometros, que da Estação de Paulo Leroux, nome do seu concessionario, vae ao Porto da Madama. Seu trafego é exclusivamente de mercadorias.

As zonas de Leste e Sul produzem muito café, canna e cereaes. Nas demais cultivam-se com abundancia fructos, como sejam laranjas, abacaxis e as afamadas goiabas.

O municipio de S. Gonçalo é muito florescente: a industria fabril progride sensivelmente.

Ha numerosos engenhos de aguardente e olarias.

A população foi calculada em 16.166 habitantes pelo recenseamento de 1893 e o numero de predios edificados em 1.331.

O Estado mantem trinta e seis escolas primarias, distribuidas por diferentes pontos do municipio.

Seu fôro está sujeito ao da comarea de Nictheroy.

Este municipio faz parte do 1º districto eleitoral da Estado.

Compõe-se dos seguintes districtos municipaes:

1º DISTRICTO — *Villa de S. Gonçalo* — É constituída pelo territorio da antiga freguezia do mesmo nome, que occupa uma superficie de 182,24 kilometros quadrados.

Teve origem na fazenda de Guaxindiba, de propriedade de Gonçalo Gonçalves, que alli fez erigir uma capella sob a invocação do santo de seu nome.

A freguezia foi alli creada, em 22 de Janeiro de 1645, pelo prelado Antonio Maria Loureiro, sendo confirmado por alvará de 10 de Fevereiro de 1647.

Arruinada a capella foi construido novo templo em lugar mais afastado, que é o da actual séde,

A posição astronomica da villa é de 23º-10'-32" de latitude Sul e 0º-6' de longitude E'ste.

Está assente sobre o rio Cachoeira e é também banhado pelo arroio S. Gonçalo. Foi elevado á villa pelo decreto de sua creação.

Cultivam-se fructos em grande escala, os quaes abastecem os mercados da visinha cidade de Nictheroy e o da Capital Federal.

Pela via ferrea Cantagallo communica-se diariamente com a referida cidade de Nictheroy, na distancia de 8.200 kilometros, tendo sido inaugurado o trafego em Dezembro de 1873.

No perimetro deste districto tem aquella via ferrea as estações do Porto da Madama e S. Gonçalo.

A população deste districto era de 7.325 habitantes por occasião de se effectuar o recenseamento de 1893. O numero do predios edificados foi então computado em 1.463.

O commercio é pouco consideravel.

A amenidade do clima contribue muito para as excellentes condições sanitarias da villa.

Pertence ao districto da villa de S. Gonçalo a povoação das Neves, banhada pela praia de seu nome, em frente da qual

estão as ilhas do Ajudante, do Ananaz e das Flores, onde funciona uma hospedaria de immigrantes. E' a estação termina da Estrada de Ferro de Maricá. Existem alli dous importantes estabelecimentos industriaes: a Usina Progresso, destinada ao fabrico de vassouras, escovas, espanadores, oleos e cravos de ferrar; e a Usina de laminação de ferro, fundição, etc. Ambos estes estabelecimentos pertencem á Companhia Industrial do Brazil.

E' tambem servida esta povoação por uma das linhas do ferro carril de Nictheroy. Existem duas escolas a cargo do Estado.

Ainda fazem parte do districto os logares Sete Pontes, Porto do Velho, Porto da Ponte, Rocha, Colubindê, Conceição, Itaóca, Estrada Grande e o da Luz, no extremo Norte, com capella.

2º DISTRICTO — *Cordeiros* — E' formado este districto do territorio da antiga freguezia de N. S. da Conceição de Cordeiros, creada por lei provincial n. 311, de 4 de Abril de 1844, mas sómente installado em 1856.

Escolhido para séde da freguezia o lugar denominado Cordeiros, deixou de ser logo installada a freguezia por falta de templo para servir de matriz. Em 1856 offereceu o Barão de S. Gonçalo, para aquelle mister, a capella de sua fazenda do Engenho Novo do Retiro, dedicada a N. S. da Conceição. Aceito o offerecimento pelal ei n. 886, de 1 de Outubro daquelle anno, passou a servir alli a matriz da freguezia, até que a lei n. 1123, de 31 de Janeiro de 1859 designou o lugar denominado Pachecos para séde da freguezia.

Banham o territorio deste districto o rio d'Aldeia e seus affluentes Cabuçú, Guaxindiba e o seu tributario Alcantara.

A área deste districto é de 77,30 kilometros quadrados.

A sua população é de 5.469 habitantes.

O numero de predios edificados era, em 1893, de 990.

Percorre este districto a Estrada de Ferro de Maricá que em seu territorio tem as estações de Alcantara, Santa Isabel e Rio do Ouro. Pertencem-lhe as povoações de Alcantara, que é tambem uma estação da Estrada de Ferro de Cantagallo, Santa Isabel, Pachecos, Cabuçú, Itaitindiba, Ipihíba, Anaia, Laranjal e Catimbão, todas com escolas primarias mantidas pelo Estado, excepto a de Santa Isabel, aliás bem povoada.

A lavoura de café é a predominante, cultivando-se em grande escala a canna de assucar.

3º DISTRICTO — *Itaipú* — E' formado este districto da antiga freguezia de S. Sebastião de Itaipú, que demora ao sul do municipio, banhada pelo oceano. A sua fundação data do começo do seculo XVIII, no local em que foi pouco depois construida uma capella dedicada a S. Sebastião que servia de matriz á freguezia, creada por alvará de 12 de Janeiro de 1755.

Em 17 de Junho de 1764 começou a funcionar alli o recolhimento de freiras de Santa Thereza, fundado por esforços do Manoel da Rocha, secundado pelos padres Manoel Francisco

da Costa, vigário da freguezia e Antonio José Reis Pereira e Castro.

Passou então a matriz a funcionar na igreja unida ao recolhimento, até que, arruinado o templo, mandou a Assembléa Provincial erguer o que ainda existe.

O recolhimento de Santa Thereza desapareceu arruinado com a igreja que lhe pertencia.

A costa deste districto é inacessivel: bordam-na enormes rochedos, contra os quaes se despedaça furioso o mar. Proximo a ella estão as ilhas do Meio, do Toucinho e dos Paços. Junto ao littoral veem-se as lagoas de Piratininga e Itaipú, muito abundantes em peixes e formosas em suas margens povoadas em alguns pontos por pescadores.

A serra da Tiririca prolonga-se de Sul a Norte a ramificar-se com a de Inhoá.

A população é de 3.372 habitantes.

O numero de predios eleva-se a 678.

Pertencem-lhe as povoações de Itaipú-assú, Cala-Bocca, Paciencia, Engenho do Matto e Barra de Piratininga, todas com escolas primarias a cargo do governo do Estado.

Produz café e canna. Abundante em peixe, fornece-o em grande cópia aos mercados das cidades de Nieheroy e do Rio de Janeiro.

S. João da Barra

Município marítimo, situado ao Norte do Estado, occupando seu littoral o extremo Leste.

Confina ao Norte com o Estado do Espirito Santo; a Leste com o Oceano; ao Sul e Oeste com o município de Campos.

Abrange uma área de 1790,25 kilometros quadrados.

O territorio deste município fez parte primitivamente da mallograda capitania da Parahyba do Sul.

Creado por carta de doação de 17 de Julho de 1674, foi incorporado á capitania do Espirito Santo, por decreto de 1 de Junho de 1753 e restituído ao territorio fluminense por lei de 31 de Agosto de 1831. Até então esteve reunido ao município de Campos, que soffrera egual transferencia.

A sua costa é extensa e perigosa. Prolonga-se da foz do Itabapoana até á barra do Assú, nas proximidades do cabo de S. Thomé.

A enseada de Gargahú offerece facil accesso e por sua feliz situação promette ser o nucleo de uma grande cidade marítima.

O rio Itabapoana é a divisa septentrional do município.

O Parahyba divide-o longitudinalmente em duas partes. A costa acima da foz do Parahyba é bordada de numerosas pequenas lagoas.

No seio do Parahyba estão as ilhas Grande, S. João, Balthazar e da Gertrudes, além de muitas outras pequenas.

Pela excellencia das madeiras de suas mattas foi muito florescente este municipio na industria da construcção naval. Numerosos estaleiros á margem do Parahyba e do oceano occupavam-se na construcção de navios, alguns de longo curso. Hoje decaden'te, occupa-se a população rural no plantio do café e canna de assucar, cuja exportação é relativamente pequena.

Ao sul do municipio é muita desenvolvida a industria pastoril.

A communicação com os municipios de Campos e S. Fidelis era feita até pouco tempo por uma linha fluvial de pequenos vapores. A via ferrea Campista veio obviar os inconvenientes, que apresentava aquelle meio de transporte.

A navegação de barcos de cabotagem é feita com destino ao mercado do Rio de Janeiro.

Pelo recenseamento effectuado em 1893 era de 20.562 habitantes a população deste municipio.

O numero de seus predios foi então calculado em 3818.

Judicialmente é uma comarca de 1ª entrancia, creada por decreto n. 1780, de 13 de Dezembro de 1872.

S. João da Barra faz parte do 2º districto eleitoral do Estado. O Estado custeia mais de dez escolas primarias.

O municipio compõe-se dos cinco districtos seguintes :

1º DISTRICTO — CIDADE DE S. JOÃO DA BARRA, ANTIGA VILLA DE S. JOÃO DA PRAIA — Sobre a margem direita do Parahyba, está a cidade, a tres kilometros da foz daquelle rio e a 35 da cidade de Campos, a que se liga pela Estrada de Ferro Campista. Freguezia até 1674, foi elevada á villa a 17 de Julho daquelle anno, e á cathegoria de cidade por lei provincial n. 531, de 17 de Junho de 1850.

A cidade foi muito florescente em commercio e construcção de navios, de que ha ainda alguns estaleiros.

A Estrada de Ferro Campista veio reanimar-a, tornando-a como antes, um entreposto do commercio dos municipios de Campos e S. Fidelis, cujos generos terão facil sahida por navios de cabotagem, animada tambem esta consideravelmente.

A posição astronomica da cidade, observada por Bellegarde, é de 1º 39' 11" de Lat. Sul e 2º 4' 7" de Long. Este.

A sua superficie é de 566,4 kilometros quadrados.

O numero de seus habitantes era de 5.484, por occasião do recenseamento em 1893 e de 984 o de predios construidos.

As ruas da cidade são bem alinhadas. O edificio da Igreja matriz é de boa construcção. Existe alli uma casa de caridade subvencionada pelo Estado.

Em frente á cidade, formadas pelo Parahyba estão as ilhas Grande, S. João, Belchior e Gertrudes.

Por conta da União estão sendo executados os melhoramentos de que carece o porto da cidade e barra do Parahyba no intuito de evitar os embarços que apresenta á navegação. O Estado mantem alli um serviço regular de vapores de reboque.

Povoação: Grussahy, ao sul da cidade e á margem da lagôa do mesmo nome.

2º DISTRITO -- BARRA SECCA — Este districto é constituido pelo territorio da antiga freguezia de S. Francisco de Paula de Cacimbas ou de Barra Secca, situada ao Norte do municipio, a 17 kilometros da margem esquerda do Parahyba.

O districto é muito prospero e populoso. O terreno é bastante fertil.

A sua superficie é calculada em 283,5 kilometros quadrados.

A população attinge a 8.717 habitantes.

O numero de predios construidos orça 1.507.

Povoações : *Gargahú* — Está á margem esquerda do rio Gargahú e á pequena distancia da enseada do mesmo nome, logar pittoresco de futuro prospero. Tem uma capella dedicada a N. S. das Dores.

Ponto Imbury — A oeste do districto. Tem uma escola primaria.

Lagôas: Macabá, Bamburo e Cacimbas,

3º DISTRITO — ITABAPOANA — E' a antiga freguezia de S. Sebastião de Itabapoana, creada por lei provincial n. 989, de 15 de Outubro de 1857 e situada á margem do rio do mesmo nome, proximo á foz.

A superficie é de 334 kilometros quadrados.

A população é de 1.771 habitantes.

Existem 383 predios.

4º DISTRITO — S. LUIZ GONZAGA — E' constituido pelo territorio da freguezia do mesmo nome, creada por lei provincial em 18 de Abril de 1874 e situada a noroeste do municipio.

A superficie é de 606.35 kilometros quadrados.

O territorio deste districto é muito adaptado á lavoura de mandioca, milho, feijão, arroz e canna em grande escala.

A população é de 1.872 habitantes.

O numero de predios é de 357.

5º DISTRITO — *Tahy* — Comprehende o territorio da freguezia de N. S. do Amparo de Tahy, creada em 1872, que se estende interiormente da lagôa das Bananeiras á margem direita do Parahyba e pela costa da barra do Assú até ás proximidades da foz daquelle rio.

Sua principal riqueza consiste na cultura da canna, da mandioca e na industria pastoril, calculada em 20.000 cabeças de gado vaccum e cavallar.

Possue vastas campinas nativas de pastagens, algumas completamente descobertas de matta.

Assenta a séde á margem da lagôa de Tahy Grande, ficando-lhe proxima a de Tahy Pequeno.

A população, segundo o recenseamento de 1893, foi calculada em 2.808 habitantes e o numero de seus predios em 623.

Povoações : *Usina Barcellos* — Sobre a margem direita do Parahyba.

Ali funciona desde 21 de Novembro de 1878 o importante engenho de canna de assucar, denominado Usina Barcellos, em homenagem ao seu fundador o Barão de Barcellos. O edificio é todo de ferro e foi montado com os mais aperfeiçoados aparelhos fornecidos pela fabrica franceza de Fines-Lille e tem capacidade para moer em 24 horas 200 toneladas metricas de canna.

Uma via ferrea com o desenvolvimento de 10 kilometros liga diversas fazendas á Usina e serve para o transporte de canna e passageiros.

Tem tambem o estabelecimento diversas barcas, algumas a vapor, que sulcam constantemente o Parahyba, no serviço do engenho.

A usina é illuminada a gaz.

Bananeiras — A margem da lagôa do mesmo nome. E' uma das zonas pastoris do municipio.

S. João Marcos

Municipio situado a Sudoeste do Estado.

Limites: ao Norte o municipio do Pirahy; a Leste o de Itaguahy; ao Sul o de Mangaratiba e a Oeste o do Rio Claro.

O seu territorio abrange uma superficie de 563,31 kilometros quadrados.

Até 1811 fez parte do municipio de Rezende. Nesse anno, por alvará de 21 de Fevereiro, foi constituido em municipio, compondo-se das freguezias de S. João Marcos, N. S. da Conceição de Passa Tres, e José da Cacaria, hoje S. José do Bom Jardim, incorporado ao municipio do Pirahy.

Até 1891 teve este municipio o nome de S. João do Principe, com que foi creado em honra do então principe regente D. João, mais tarde D. João VI. O decreto de 9 de Maio daquelle anno mudou a denominação para S. João Marcos.

Corre ao Norte a serra das Araras; a Leste a de Iguassú; ao Sul a de Capivary e a Oeste a das Lages e Caieiras.

Banham o municipio ao Norte o Pirahy e ao centro, vindo de Oeste para Leste, o ribeirão das Lages e muito de seus affluentes.

A via ferrea Pirahyense percorre parte da região septentrional, onde tem a sua estação terminal.

A principal cultura é a de canna para fabrico de aguardente. Os cereaes são muito cultivados.

No territorio deste municipio estão construidos cerca de 3.200 predios.

Pelo recenseamento de 1893 foi calculada a população em 12.231 habitantes.

A cargo do Estado ha mais de dez escolas primarias.

E' uma comarca de 1ª entrancia, creada por decreto n. 720, de 25 de Outubro de 1854.

O municipio está comprehendido no 5º districto eleitoral do Estado.

Consta dos tres districtos municipaes seguintes:

1º DISTRICTO — CIDADE DE S. JOÃO MARCOS — Teve origem na capella que em 1739 construiu João Machado Pereira em sua fazenda, dedicando-a a S. João Marcos. Provida em curato no anno de 1732, foi elevada á freguezia, por alvará de 12 de Janeiro de 1755.

Em 1801 construiu o povo um outro templo para o qual foi transferida a matriz.

Com a creação do municipio (alvará de 21 de Fevereiro de 1811) foi declarada villa e elevada á cathegoria de cidade por decreto de 15 de Agosto de 1890.

A posição astronomica, segundo Bellegarde, é de 23º 47' 44" de Lat. Sul — 0º 49' 38" de Long. Este.

Banham a cidade os ribeirões das Araras e das Lages de que é aquelle tributario.

A superficie é calculada em 344,60 kilometros quadrados.

A população, pelo ultimo recenseamento, compõe-se de 6.722 habitantes que occupam 1.845 predios.

A cidade de S. João Marcos dista 18 kilometros da villa de Mangaratiba e 15 de Passa Tres, por onde são exportados os productos de sua lavoura, levados aos mercados visinhos pela via ferrea Pirahyense.

Além da igreja matriz existe na cidade uma casa de caridade, subvencionada pelo Estado.

Povoações: *Cardá*, a margem do ribeirão do mesmo nome e *Barra*.

2º DISTRICTO — PASSA TRES — E' constituido pelo territorio da freguezia de N. S. da Conceição de Passa Tres, que abrange uma área de 105,36 kilometros quadrados. Demora este districto no extremo norte do municipio, á margem esquerda do ribeirão de Passa Tres, afluente do rio Pirahy, que banha grande parte do districto.

Curato até 1846, foi elevado á freguezia por lei provincial n. 374, de 7 de Maio desse anno.

A 8 de Julho de 1883 foi inaugurada a estação de Passa Tres, na via ferrea Pirahyense, que se communica diariamente com a cidade do Pirahy, na distancia de 15 kilometros e com a estação de Sant'Anna, da Estrada de Ferro Central do Brazil, na extensão de 33 kilometros.

Por aquella estação têm sahida os generos de producção destinados aos mercados proximos.

Pelo recenseamento de 1893 foi calculado em 3.004 o numero de seus habitantes e em 772 o de predios construidos.

Faz parte do districto a povoação *Piteiras*.

3º DISTRICTO — S. SEBASTIÃO DO ARROZAL — Foi creado por acto de 3 de Setembro de 1890. Jaz ao Norte do districto da cidade e ao Sul de Passa Tres.

É servido por uma estação da Estrada de Ferro Pirahyense, distante 5,700 kilometros de Passa Tres e aberta ao trafego a 27 de Dezembro de 1883.

População : 2.505 habitantes.

Predios : 510.

Pertence a este districto a povoação do Poço Azul.

É banhado pelo ribeirão do Pouso Frio.

S. Pedro d'Aldeia

Município do sul do Estado, situado em grande parte sobre a lagôa de Araruama. É constituido pelo territorio da antiga freguezia de sua invocação, que forma um só districto municipal. Creado por decreto de 10 de Setembro de 1890 com o nome de Sapiatiba, derivado do morro que existe na séde, foi supprimido pelo de 28 de Maio de 1892 e restabelecido pela lei n. 35 de 17 de Dezembro deste anno, com o nome de S. Pedro d'Aldeia.

Confina ao norte com o município da Barra de S. João pelo rio do mesmo nome, a lêste com o de Cabo Frio; ao sul com a lagôa de Araruama e a oeste com o município de Araruama, pelo rio Iguaba Grande.

Foi primitivamente uma aldeia de indios fundada em 1617 pelos jesuitas, estabelecida na sesmaria de 2 1/2 leguas, concedida a 16 de maio daquelle anno por Estevão Gomes ao padre Antonio de Mattos, reitor do collegio do Rio de Janeiro. Extincta a companhia de Jesus, passou a aldeia a ser regida pelos frades da provincia da Conceição do Brazil até o anno de 1758. Por alvará de 22 de Dezembro de 1795 foi a aldeia elevada á cathegoria de freguezia. Teve o titulo de villa pelo decreto que creou o município,

A superficie é de cerca de 300 kilometros quadrados.

A população era em 1893 de 11.871 habitantes.

O numero de predios edificados attingia a 2.201.

O Estado mantem dez escolas primarias.

Pertence ao 1º districto eleitoral do Estado e é subordinado ao fôro da comarca de Cabo Frio.

A séde do districto é banhada pela magestosa lagôa de Araruama e assenta sobre uma pittoresca península. A sua posição astronomica, segundo Bellegarde, é de 23º8' de Lat. Sul e 0º 57' de Long. oeste.

A industria do sal e da pesca é explorada em grande escala. Exporta tambem cal de marisco.

S. Sebastião do Alto

O município de S. Sebastião do Alto occupa o centro do Estado, tendo por limites: ao norte o de Itaocara; o lêste o de S. Fidelis; ao sul os do Magdalena e S. Francisco de Paula e a oeste o de Cantagallo.

Creado por decreto de 17 de Abril de 1891, foi extinto pelo de 28 de Maio de 1892 e restabelecido pela lei n. 33 de 7 de Dezembro deste ultimo anno.

Banham o territorio deste municipio, entre outros, os rios Negro e Grande.

A população era em 1893 de 10.823 habitantes.

O numero de predios edificados era de 1.848.

O Estado mantem quatro escolas primarias.

A salubridade do clima é proverbial, no verão a temperatura maxima attinge a 30° centigrados e no inverno a 9° centigrados.

O territorio abrange uma área de 324,36 kilometros quadrados.

Pertence ao 3° districto eleitoral do Estado e no judiciario é sujeito á comarca de Magdalena.

Está dividido em dous districtos municipaes :

1° DISTRICTO — VILLA DE S. SEBASTIÃO DO ALTO — E' constituido pelo territorio da freguezia de S. Sebastião do Alto.

Em 1849 varios moradores do logar então denominado *Alto*, pertencente á Magdalena, edificaram ali uma capella dedicada a S. Sebastião. Pela lei provincial n. 600, de 20 de Setembro de 1852 foi essa capella erecta em curato e a freguezia pela de n. 802 de 28 de Setembro de 1855. Teve á cathegoria de villa pelo acto da criação do municipio.

A posição astronomica é de 22° 6', 34" de Lat. S. e 1° 4', 22" de Long. este.

Dista 16,5 kilometros do districto do Macuco, estação terminal da Estrada de Ferro de Cantagallo.

A população deste districto em 1893 attingia a 5.117 habitantes e o numero de predios construidos era de 1.025.

O clima é muito ameno e extraordinaria a produção do café.

2° DISTRICTO — VALLÃO DO BARRO — E' constituido pelo territorio da prospera povoação de N. S. do Livramento do Vallão do Barro, situada ao norte do districto da villa, em logar muito pittoresco.

Foi creado por acto de 19 de Setembro de 1890.

A população em 1893, era de 5.706 habitantes.

O numero de predios attingia a 823.

A lavoura de café é muito prospera e activa.

A canna de assucar é tambem muito cultivada.

Sapucaia

Municipio situado ao norte do Estado e constituido pelo territorio das freguezias do N. S. da Conceição da Apparceida e Santo Antonio de Sapucaia, desmembradas do municipio de Magé. Foi creado por lei n. 2.068, de 7 de Dezembro de 1874 e ins-tallado a 3 de Abril de 1875.

Até 1892 fez parte do seu territorio a freguezia de S. José do Rio Preto, desannexado do municipio da Parahyba do Sul. Por decreto de 28 de maio daquelle anno foi a referida fre-

guesia incorporada a Petropolis. Pelo mencionado decreto passou a fazer parte de seu territorio a freguezia de N. S. da Conceição de Paquequer, do extinto municipio de Sumidouro, sendo d'elle desligada por lei n. 23, de 5 de Novembro do mesmo anno que restabeleceu o referido municipio.

Muito decahio o municipio de Sapucaia com a perda do districto do Rio Preto, que era a mais productora zona de café.

Seus limites actuaes são: ao norte o Estado de Minas Geraes, pelo Parahyba; a léste os municipios do Carmo e Sumidouro; ao sul os de Petropolis e Theresopolis e a oeste o municipio da Parahyba do Sul.

Elevado a comarca por decreto de 27 de Dezembro de 1889, foi ella extincta pelo de 19 de Dezembro de 1891 e restabelecida pela lei n. 43 A, do 1 de Março de 1893.

O municipio de Sapucaia faz parte do 4º districto eleitoral do Estado. Prolongam-se por diferentes direcções as serras do S. João, Capim, Tubatão e Paquequer.

Além do Parahyba, banham o municipio os rios Preto, Calçado, S. Francisco e Paquequer.

Em 1893 a população deste municipio attingia a 18.241 habitantes e o numero de predios edificados era de 2.614.

O Estado mantem sete escolas primarias.

A superficie do municipio é de cerca de 600 kilometros quadrados.

A Estrada de Ferro Central do Brazil percorre os districtos de Anta e da cidade e o ramal ferreo de Sumidouro o da Apparecida.

As terras são boas; o café e a canna são bastante cultivados, e em menor escala os cereaes.

Por mais de uma vez foi este municipio flagelado por febres de máo character. As más condições hygienicas melhoraram consideravelmente depois das obras executadas no intuito de saneal-o.

Existem os tres seguintes districtos municipaes:

1º DISTRICTO — CIDADE DE SAPUCAIA — Situado ao Norte do municipio, sobre a margem direita do Parahyba, em logar pittoresco, cuja altitude é de 209 metros.

Primitivamente foi um pequeno aldeamento de indios, á cargo dos jesuitas que ali edificaram uma capella dedicada a Santo Antonio, e levando no respectivo adro a tradicional cruz de madeira.

Esta foi demolida por occasião de se construir a nova igreja matriz. Até o anno de 1871 foi um curato. Nesse anno, por decreto n. 1.600, de 16 de Setembro, teve o predicamento de freguezia.

Creado o municipio, foi-lhe dado o titulo de villa e o de cidade por decreto de 27 de Dezembro de 1889.

A sua posição astronomica, segundo Bellegarde é de 21°59' 50" de Lat. Sul e 0°17'0" de Long. Este.

A área do districto da cidade é computada em 293,40 kilometros quadrados.

A 20 de Janeiro de 1871 foi inaugurada a estação de Sapucaia, da Estrada de Ferro Central do Brazil, distante 234,70 kilometros da Capital Federal e 28 kilometros do Porto Novo do Cunha.

A população era, em 1893, de 8.926 habitantes.

O numero de predios construidos elevava-se a 1.058.

O Estado mantem duas escolas primarias.

Ha na cidade algum commercio. Entre os seus edificios notam-se a nova matriz, o paço da Camara, o *forum* e cadeia, e a estação da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Em frente á cidade sobrepõem o Parahyba duas elegantes pontes: uma de ferro utilizada pela Estrada de Ferro Central e a outra pensil construida de arame com soalho de madeira, que dá communicação para o territorio mineiro.

Proximo á ponte da Estrada de Ferro forma o Parahyba uma bella queda de 10 metros de altura.

As terras são boas, mas pouco cultivadas.

2º DISTRICTO — ANTA — Situado á Noroeste do municipio sobre o Parahyba. Foi creado por acto de 14 de Agosto de 1890, supprimido pelo de 13 de Setembro do mesmo anno e restabelecido pelo de 28 de Maio de 1892.

E' muito prospero, devido á sua feliz situação e á abundante producção de sua lavoura de café e canna de assucar.

Está a 238 metros sobre o nivel do mar.

Dista nove kilometros da cidade da Sapucaia com que se communica diariamente pela Estrada de Ferro Central do Brazil, desde 2 de Dezembro de 1875, quando foi aberta ao trafego a estação de Anta. A população attingia, em 1893, ao numero de 3.580 habitantes e os predios edificados a 598.

Existe ali uma elegante capella construida por subscrição popular e dedicada á Sant'Anna.

O commercio é pequeno, mas activo.

Pertencem-lhe as povoações de Banquete e Calçado, pequenos nucleos de população agricola.

3º DISTRICTO — APPARECIDA — Este districto é constituido pelo territorio da antiga freguezia de N. S. da Conceição d'Apparecida, abrangendo uma área de 250,80 kilometros quadrados.

Está situada a nordeste do municipio, em ponto elevado e muito saudavel. Primitivamente foi uma pequena povoação pertencente ao municipio de Nova Friburgo, elevado á freguezia por lei n. 262, de 26 de Abril de 1842. Passou a pertencer ao municipio de Magé em virtude da lei n. 421, de 17 de Maio de 1847, o que foi confirmado pela de n. 722, de 25 de Outubro de 1854.

A amenidade de seu clima reunida á riqueza do solo tornam este districto assaz importante. Produz muito café.

A população recenseada em 1893 era de 5.735 habitantes, elevando-se a 958 o numero de seus predios, comprehendidos muitos estabelecimentos ruraes ou fazendas.

Pertence ao seu territorio a povoação de Novo Sertão.

A altura do districto d'Apparecida sobre o nivel do mar é de 268 metros.

Saquarema

Município marítimo situado ao Sul do Estado, creado por lei provincial n. 238, de 8 de Março de 1841.

Seu território pertenceu primitivamente ao de Cabo Frio e abrange uma área de 330,02 kilometros quadrados.

Confina ao Norte com os municípios de Itaboraí e Rio Bonito; a Leste com o de Araruama, pela lagôa do mesmo nome; ao Sul com o Oceano e a Oeste com o município de Maricá, pela serra da Ponta Negra.

Até o anno da 1859 fez parte deste município a freguezia de S. Sebastião de Araruama.

A lei n. 1128, de 6 de Fevereiro daquelle anno, transferiu para Araruama a séde de Saquarema, ficando assim supprimido esse município.

Pela lei n. 1180, de 24 de Julho de 1860, foi restaurado o município de Saquarema, sendo d'elle separada a freguezia de Araruama, elevada tambem a município.

Ao Norte do município está a serra do Palmital.

Além da pittoresca lagôa de Saquarema, existem proximas á costa a Vermelha, a de Jacariá e a de Jaconé. Entre os pequenos rios que abastecem essas lagôas notam-se o Matto Grosso, Jundiá, Uruçanga e Jaconé.

A principal lavoura é a de canna de assucar. Produz tambem café e muitos cereaes.

A excellencia do clima é proverbial.

O numero de seus habitantes, segundo o recenseamento de 1893, foi calculado em 18.188 e o de predios edificados em 2.913.

Mantidas pelo Estado, ha em diferentes pontos do município, mais de vinte escolas primarias.

Faz parte do 1º districto eleitoral do Estado.

Foi comarca creada por decreto de 3 de Janeiro de 1890 e extincta pelo de 15 de Dezembro de 1891. Seu foro está hoje sujeito á comarca de Araruama.

Compõe-se dos tres seguintes districtos municipaes:

1º DISTRICTO — CIDADE DE SAQUAREMA — Está edificada em logar muito apazivel, que se estende por uma lingua de terra de cerca de 400 metros de largura, entre o Oceano e a lagôa de Saquarema.

Em 1660, o fazendeiro Manoel de Aguiar Moreira fez edificar nessa parte do continente uma capella dedicada a N. S. do Nazareth.

Essa capella foi em 1675 substituida por um templo de maiores proporções, filial á matriz de Cabo Frio.

Por alvará de 12 de Janeiro de 1755 foi elevada á freguezia.

Arruinado aquelle templo, foi outro construido em 1837 em pittoresca eminencia sobranceira ao mar, o qual é um dos melhores do Estado.

Pela lei da criação do município foi elevada á villa a freguezia de N. S. do Nazareth de Saquarema, e á cidade por decreto de 3 de Janeiro de 1890.

A sua posição astronomica, observada por Bellegarde, é de 22°—55'—32" de lat. Sul ; 0°—35'—46" de long. Este.

A superficie é de 232,80 kilometros quadrados.

O numero de seus habitantes era, em 1893, de 8.097 e o de predios edificados, 875.

Pertencem a este districto as povoações de Madresilva, Sacco, Bacaxá, Mombaga, Ipitangas e Atterrado.

O seu commercio com os mercados proximos é activo e consiste em café, assucar, aguardente e peixe.

Existe nesa cidade uma casa de caridade subvencionada pelo Estado.

2º DISTRICTO — PALMITAL — Creado por acto de 25 de Julho de 1891 e situado ao Sul do município.

A população compunha-se de 4.931 habitantes, por occasião do ultimo recenseamento e o numero de predios edificados elevava-se a 997.

Pertencem ao territorio deste districto as lagoas Vermelha e Jacarepiá, e as povoações do Boqueirão, Rio Secco, Vertentes do Rio Secco, Jacarepiá e Bom Successo.

A principal lavoura é a da canna de assucar.

Cultiva-se tambem algum café e cereaes.

3º DISTRICTO — MATTO GROSSO — E' constituido pelo territorio da antiga freguezia de N. S. da Conceição de Matto Grosso, creada por decreto n. 2119, de 26 de Outubro de 1865.

Está situado a Oeste do município, abrangendo uma superficie de 116,65 kilometros quadrados.

Correm ao Norte e Oeste as serras do Boqueirão, da Boa Esperança e da Ponta Negra.

Banham o districto os rios Matto Grosso, Jaconé e Uruçanga e a lagôa de Jaconé, e ao Sul o oceano.

A população, em 1893, compunha-se de 5.160 habitantes e o numero de predios attingia a 1.041.

A séde está á pequena distancia da estação de Tanguá, do ramal ferreo de Macahé, com excellentes vias de comunicação e uberrimos terrenos.

Prodiz com abundancia café, canna e cereaes.

As principaes povoações do districto são : Jaconé, Tapera, Raiz da Serra e Serra Redonda.

Sumidouro

Município septentrional do Estado, limitado ao Norte pelo do Carmo ; a Leste pelo das Duas Barras ; ao Sul pelo de Nova Friburgo e a Oeste pelo da Sapucaia.

Compõe-se do territorio da antiga freguezia de N. S. da Conceição do Paquequer, creada por lei provincial n. 294, de 31 de Maio de 1843, tendo sido anteriormente curato.

Abrange uma superficie de 261,72 kilometros quadrados. Primitivamente fez parte do territorio do municipio de Nova Friburgo. Com a creação do municipio do Carmo foi a este incorporado, sendo por sua vez elevado a municipio por decreto de 10 de Junho de 1890.

Extincto por decreto de 28 de Maio de 1892 e incorporado seu territorio aos da Sapucaia e Duas Barras, foi restabelecido o municipio do Sumidouro por lei n. 23, de 5 de Novembro daquelle anno.

Seu foro está sujeito á comarca do Carmo.

Faz parte do 4º districto eleitoral do Estado.

A população, segundo o recenseamento de 1893, era de cerca de 10.000 habitantes e o numero de predios edificados attingia a 1.500 approximadamente.

O Estado mantém tres escolas primarias.

Só tem um districto municipal que é o da villa. Esta se acha em uma pequena eminencia, sobre a margem direita do rio Paquequer, que atravessa o municipio de Sul a Norte.

No mesmo sentido percorre o municipio o ramal ferreo do Sumidouro, que o liga aos municipios do Carmo, Sapucaia e Friburgo. Em correspondencia com a linha do Centro (da Estrada de Ferro Leopoldina) está este municipio em communicação diaria com a Capital Federal pela Estrada de Ferro Central do Brazil, estação do Porto Novo, donde parte a referida linha do Centro.

A altitude da villa do Sumidouro é de 348 metros.

Em 1 de Agosto de 1885 foi aberta ao trafego a estação da mesma villa, distante 34,517 kilometros de Porto Novo e cerca de 65 da cidade de Nova Friburgo.

Naquella data foi tambem inaugurada a estação da Bella Joanna, na povoação do mesmo nome, pertencente a este municipio.

Além das duas mencionadas estações estão abertas ao trafego neste municipio a de Barão de Aquino, Murinelly e Dona Marianna.

A serra do Paquequer prolonga-se por este municipio acompanhando o valle do rio desse nome.

São excellentes as terras desta parte do territorio fluminense.

O café é cultivado em grande parte e constitue a sua maior riqueza. Colhem-se tambem muitos cereaes e alguma canna.

O clima é muito ameno e excellente a agua potavel.

Therezopolis

Municipio central, que assenta sobre a serra dos Orgãos, limitado ao Norte pelos da Sapucaia e Petropolis; a Leste pelo de Nova-Friburgo; ao Sul pelos de Magé e Sant'Anna de Macacú e a Oeste pelo de Petropolis,

Instituido por decreto de 6 de Julho de 1891, é este municipio constituido pelo territorio da antiga freguezia de Santo

Antonio de Paquequer pertencente até então ao município de Magé.

A sua área é calculada em 707,16 kilometros quadrados.

A população era, em 1893 de 2.728 habitantes.

O numero de predios construidos elevava-se a 490.

O Estado mantem cinco escolas primarias.

Pela amenidade de seu clima e excellencia de terras e das aguas é Therzopolis um dos mais bellos pontos Brazil.

Seu solo produz todos fructos similares da Europa que suppreem o mercado do Rio de Janeiro, excellentes batatas, legumes e hortaliças.

Regam seu territorio os rios Paquequer e Macacú.

As matas são riquissimas e abundantes em madeiras de lei proprias para as mais solidas construcções.

Pelo decreto que instituiu o município foi creada a comarca de Therzopolis, extincta pelo de 15 de Dezembro de 1891, ficando seu fôro sujeito ao da comarca de Magé.

Faz parte do 4º districto eleitoral do Estado.

A Estrada do Ferro de Therzopolis communica este município com o de Magé e com a Capital Federal por uma linha de barcas a vapor.

São bellissimos os quadros que a natureza ali offerece ao observador. As formas caprichosas de que se reveste a serra dos Orgãos, conhecidas pelo Capuz do Frade o Garrafão, o Dedo de Deus, as lindas cascatas do Paquequer, Maria Isabel, Valentim e Fisher; os valles profundos do Paquequer, os pittorescos plateaux formados pela serra, tudo ali é maravilhoso.

Este município compõe-se dos dous seguintes districtos

1º DISTRICTO — CIDADE DE THERZOPOLIS — Situada sobre a serra dos Orgãos, a 1.100 metres de altitude.

Seu territorio é o da antiga freguezia de Santo Antonio do Paquequer, creada por lei provincial n. 829, de 25 de Outubro de 1855 e pertencente ao município de Magé. Em 1890 teve o titulo de cidade e foi escolhida para sede da capital do Estado (dec. de 6 Outubro.)

Dista cerca de 32 kilometros da cidade de Magé com que se communica diariamente pela Estrada de Ferro Therzopolis.

A cidade divide-se em duas povoações: Alto da Boa Vista e o Varzea, ambas muito apraziveis e margeadas pelo Paquequer. Cultivam-se ali bellas flôres e excellentes fructos.

Em 1893 era a povoação estimada em 1.698 habitanles e o numero de predios edificados eleva-se a 310.

Therzopolis é muito procurada pelos convalescentes e na estação calmosa é o refugio de grande parte da população abastada da cidade do Rio de Janeiro e de pontos afastados.

2º DISTRICTO — SANTA RITA — Creado por decreto de 28 de Maio de 1892 está este districto situado ao Norte da cidade.

A população é de 1.040 habitantes.

O numero de predios eleva-se a 180.

E' tambem muito salubre e produz saborosos fructos e cereaes.

Valença

Município do Norte do Estado, tendo por limites: ao Norte o Estado de Minas Geraes, pelo rio Preto; a Leste os de Santa Thereza e Vassouras; ao Sul os de Vassouras e Barra do Pirahy e a Oeste os da Barra do Pirahy e Barra Mansa.

A sua área é de 1.355,33 kilometros quadrados.

Foi creado por alvará de 17 de Outubro de 1823.

As serras do Rio Bonito, da Taquara e das Cruzes prolongam-se de Sul a Norte.

Além do Preto banham o territorio deste município os rios Parahyba, Bonito e das Flores e muitos riachos tributarios daquelles.

As vias-ferreas Central do Brazil, Valenciana e Santa Isabel do Rio Preto servem o município, cortando-o em differentes direcções.

E' uma comarca de 2ª entrancia, creada por decreto n. 1734, de 26 de Novembro de 1872.

Faz parte do 5º districto eleitoral.

Segundo o recenseamento de 1893, a população era de 33.265 habitantes.

O numero de predios edificados elevava-se a 6.721.

O Estado mantem mais de 15 escolas primarias; a municipalidade mantem igualmente escolas.

E' abundante a producção de café e canna.

Cultivam-se cereaes em grande escala.

O clima é ameno e muito salubre.

Compõe-se dos districtos seguintes:

1º DISTRICTO — *Cidade de Valença* — Assenta sobre a serra das Cruzes, ao centro do município, com 475 metros de altura sobre o mar.

Foi primitivamente um aldeamento de indios coroados, estabelecida no principio do seculo XIX sob a administração do padre Manoel Gomes Leal, coadjuvado pelo fazendeiro José Rodrigues da Cruz.

Pelos bons officios que para tal fim prestou o vice-rei D. Fernando de Portugal e Castro, mandando assignar aos indios terrenos para cultivarem foi dado ao aldeamento nome de Valença em honra daquelle vice-rei, descendente da casa de Valença.

Fundou-se alli uma capella dedicada a N. S. da Gloria.

Os indios foram pouco a pouco desapparecendo, ficando sómente na parochia a população branca, que avultou dentro em pouco tempo, attrahida pela fertilidade do sólo.

Em 1812 levantou-se novo templo, sendo a povoação erecta em freguezia por provisão de 15 de Agosto de 1813.

Por alvará de 17 de Outubro de 1823 foi elevada á villa, installada a 12 de Novembro de 1826 e á cidade pela lei n. 961, de 29 de Setembro de 1857. A posição astronomica da cidade é de 22º-13'-1" e de latitude Sul. 0º-33'-30" de longitude Leste.

A sua superfície é calculada em 687,37 kilometros quadrados.

A população era, em 1893, de 6.175 habitantes e o numero de predios edificados attingia a 1.410.

A 18 de Maio de 1871 foi aberta ao trafego a estação desta cidade, pertencente á via ferrea Valenciana, distante 25 kilometros da do Desengano, da Estrada de Ferro Central do Brazil.

A cidade é muito pittoresca. As ruas bem alinhadas e calçadas.

Elegantes praças, sendo algumas ajardinadas, e bellos edificios.

E' abastecida de excellente agua.

Commercio consideravel e activo. Clima ameno.

2º DISTRICTO — *Desengano* — Creado districto de paz por acto de 14 de Dezembro de 1886.

Está situado no extremo Sul do municipio sobre a margem esquerda do Parahyba.

Na séde, cuja altitude é de 339 metros, se acha a bella estação da Estrada de Ferro Central do Brazil, aberta ao trafego a 17 de Dezembro de 1865 e distante 132 kilometros da Capital Federal. Dahi parte em direcção Sul a Norte a Estrada de Ferro Valenciana, inaugurada a 1 de Maio de 1871. Neste districto existem tres estações da Valenciana: Desengano, Quirino e Esteves.

Na povoação do Desengano, além do edificio da estação, existem o das escolas publicas, que é de propriedade do Estado, e o do Instituto Agricola D. Isabel, mantido por uma associação beneficente.

Ha tambem alli uma capella de estylo gothico, dedicada a Santa Monica.

A população, sempre crescente, attingia em todo o districto a 6.701 habitantes, quando se effectuou o ultimo recenseamento.

O numero de predios edificados era então de 1.412.

Pertencem a este districto: as povoações do Quirino, Ribeirão e a parte da do Commercio, comprehendida na margem esquerda do Parahyba.

A lavoura de café predomina neste districto.

Apezar das febres de máo character que teem reinado, a povoação do Desengano é prospera.

3º DISTRICTO — *Conservatoria* — E' constituido pelo territorio da antiga freguezia de Santo Antonio do Rio Bonito, situado a Oeste do municidio sobre a margem deste rio.

Foi uma aldeia de indios, fundada em 1824.

Curato até 1839, foi erecto em freguezia por lei n. 136, de 19 de março desse anno.

Está a 556 metros de altura sobre o nivel do mar.

A sua superfície é de 240,60 kilometros quadraes.

Em 1893 era de 7.027 o numero de seus habitantes e o de seus predios elevava-se a 1.706.

A estrada de Ferro Santa Isabel do Rio Preto tem na séde deste districto uma estação, inaugurada em 1883 e distante

42.700 kilometros da Barra do Pirahy. A estação de Santa Cruz dessa via ferrea está edificada no territorio deste districto, a 10 kilometros além da séde.

O commercio é activo e consideravel a lavoura de café e cereaes.

4º DISTRICTO — *Ipiabas* — O territorio deste districto, que abrange uma área de 159,36 kilometros quadrados, é o mesmo da antiga freguezia de N. S. da Piedade de Ipiabas, situada ao Sul do municipio.

Pela lei n. 484, de 24 de maio de 1849, teve o predicamento de curato, sendo elevado á freguezia pela de n. 603, de 29 de Setembro de 1852.

A séde do districto está a 684 metros do nivel do mar sobre a serra das Minhocas. Sua temperatura e climatologia são excellentes. Tem optima agua. Ali existe uma estação da Estrada de Ferro Santa Isabel do Rio Preto, inaugurada a 20 de Outubro de 1881. De Ipiabas a Barra do Pirahy pela referida via ferrea ha 24, 300 kilometros.

A população calculada segundo o ultimo recenseamento é de 1984 habitantes.

O numero de predios edificados sobe a 168.

A igreja matriz é de bella architectura interior e exteriormente. Produz bastante café.

Esta localidade é notavel pela excellencia do clima. E' muito procurada por doentes e convalescentes.

5º DISTRICTO — SANTA ISABEL DO RIO PRETO — E' a antiga freguezia desse nome, situada ao Norte do municipio.

Pela lei n. 484, de 2 maio de 1849 teve o predicamento de curato, elevado á cathogoria de freguezia pela de n. 573, de 9 de Outubro de 1851.

Está a 555 metros sobre o nivel do mal.

E' banhada ao norte pelo rio Preto. A séde é atravessada pelo ribeirão de S. Fernando. Banha tambem o districto o ribeirão do Patriarcha e outros menores.

A Estrada de Ferro Santa Isabel do Rio Preto percorre este districto em direcção ao Estado de Minas.

Existe na séde uma estação dessa via ferrea denominada Joaquim Mattozo.

Da referida séde á cidade da Barra do Pirahy a distancia kilometrica é de 74,5.

No territorio deste districto está edificada a estação de Pedro Carlos, tambem daquella estrada.

A população era, em 1893, composta de 4.998 habitantes.

O numero de predios edificados attingia a 1.051.

Superficie 390,76 kilometros quadrados.

A lavoura predominante é a do café que produz consideravelmente.

6º DISTRICTO — S. SEBASTIÃO DO RIO BONITO — E' constituido pelo territorio da mesma freguezia, creada por decreto n. 2790, de 10 de Novembro de 1886. Como districto de paz foi instituido por acto de 9 de janeiro de 1896.

Está situada ao norte do município, sobre a margem direita do rio Bonito.

Communica-se diariamente com a cidade de Valença na extensão de 16 kilometros pela Estrada Valenciana que atravessa o districto e tem na sede uma estação, inaugurada a 1 de Abril de 1880.

Estão no territorio deste districto as estações de Santa Delfina e Rio Preto, distantes da sede do districto, a primeira 10 kilometros e a segunda 22 kilometros.

A população, computada pelo recenseamento de 1893, é de 6,378 habitantes e o numero de predios, de 974.

Povoações: do Ozorio, Morro Redondo e S. Domingos.

O café e a canna de assucar são cultivados em grande escala.

As serras do Rio Bonito e da Taquara prolongam-se na direcção de sul a norte.

Vassouras

Prospero e opulento município, situado na parte occidental do Estado.

Limitam-no ao Norte os de Valença e Santa Thereza, pelo rio Parahyba; a Leste os da Parahyba do Sul e Petropolis; ao Sul os de Iguaçu e Itaguaçu e a Oeste o da Barra do Pirahy.

Foi creado por alvará de 4 de Setembro de 1820, com a denominação de Paty do Alferes, tendo por sede a freguezia desse nome, elevada a villa pelo referido decreto.

O decreto geral de 15 de Janeiro de 1833 transferio a sede para a povoação de Vassouras, pertencente á freguezia da Sacra Familia do Tinguá, passando o município a denominar-se de Vassouras.

Ao territorio do novo município foram incorporados o da extincta villa do Paty do Alferes e da freguezia da Sacra Familia do Tinguá.

E' uma comarca de 2ª entrancia, creada por lei n. 14, de 13 de Abril de 1835.

Faz parte do 4º districto eleitoral do Estado.

Em diversas direcções prolongam-se as serras do Tinguá e da Viuva.

A sua superficie é de 1048,45 kilometros quadrados.

São numerosos os cursos d'agua que regam o solo deste município e entre elles se notam os rios Parahyba, Sant'Anna, S. Pedro, Sacra Familia e muitos tributarios destes.

A Estrada de Ferro Central do Brazil, a Vassourense e a pertencente á Companhia Melhoramentos do Brazil atravessam o município, estacionando em varios pontos delle.

A população, em 1893 attingia a 38.727 habitantes e o numero de predios a 5.694.

O Estado e a municipalidade mantem mais de vinte escolas primarias.

A excellencia e uberdade das terras deste municipio originam a extraordinaria produção de sua lavoura em que predominam o café e a canna.

O clima na região da serra é amenissimo.

São em numero de sete os districtos municipaes, a saber :

1º DISTRICTO — CIDADE DE VASSOURAS — Antiga povoação pertencente á freguezia de Sacra Familia do Tingua. Escolhida por decreto de 15 de Janeiro de 1833 para sede do municipio então creado, teve o predicamento de villa, sendo elevada á cathogoria de cidade por lei n. 961, de 29 de Setembro de 1857.

Ecclesiasticamente é uma freguezia, creada por lei n. 108, de 23 de Dezembro de 1837, sob a invocação de N. S. da Conceição.

A sua posição astronomica observada por Bellegarde, é de 23º-24'-45" de Lat. Sul e 0º-31'-0" de Long. Oeste.

A cidade, que abrange uma aréa de 253,55 kilometros quadrados, está collocada entre collinas, a mais de 300 metros de elevação sobre o nivel do mar.

E' bem saneada, tendo cessado as febres de máo caracter que a assolavam. As ruas são bem calçadas e arborisadas.

Dista cerca de 137 kilometros do Districto Federal, com o qual se communica diariamente por um ferro-carril, em correspondencia com a Estrada de Ferro Central do Brazil, pela estação de Vassouras, inaugurada a 18 de Junho de 1865 e distante seis kilometros da cidade. Além dessa estação existem no territorio deste districto: a de Ipiranga (a 115 kilometros da Capital Federal, inaugurada a 13 de Abril de 1865, com a altitude de 352.500 metros); a de Concordia (a 142.525 kilometros, inaugurada a 12 de Abril de 1879 e com a altitude de 322 metros, e a do Commercio (a 147 kilometros, inaugurada a 29 de Novembro de 1866, donde parte, para a esquerda, a Estrada de Ferro Rio das Flores e cuja altitude é de 318 metros).

A de Alliança (a 153 kilometros com 323 metros sobre o nivel do mar).

A população era, em 1893, de 9.398 habitantes.

O numero de seus predios elevava-se a 1.049. Entre estes se notam o paço da municipalidade, o edificio da Misericordia, estabelecimento subvencionado pelo Estado, os dos asylos Furquim e Porciuncula, piedosas instituições destinadas ao abrigo de orphãos desamparados, também subvencionados pelo Estado; o da escola primaria, pertencente ao mesmo Estado. Annexa á collectoria existe uma agencia da Caixa Economica do Estado, a mais importante por seu crescente movimento.

Ha cinco escolas primarias estadoaes, sendo tres na cidade e duas na parte da povoação do Commercio pertencente a Vassouras e situada á margem direita do Parahyba.

A municipalidade mantem cinco escolas nas seguintes povoações: estação de Vassouras (uma), estação d'Alliança (uma), Ribeirão (uma), Massambará (uma), Mata-Cães (uma).

Pertence também a este districto a povoação de S. Lourenço, que foi um districto de paz.

O commercio na cidade é activo e florescente.

A lavoura de café é a predominante.

Cultivam-se muitos cereaes e canna de assucar.

2º DISTRICTO — PATY DO ALFERES — O territorio deste districto é o da antiga freguezia de N. S. da Conceição do Paty do Alferes, séde do extincto municipio do mesmo nome.

Está situado a Leste do municipio e abrange uma área de 257,30 kilometros quadrados.

Teve origem na *Fazenda do Alferes*, pertencente ao alferes de ordenanças Leonardo Cardoso da Silva, que alli construiu uma capella dedicada a N. S. da Conceição, a qual teve no anno de 1739 o provimento de curada, sendo elevada á freguezia por alvará de 11 de Janeiro de 1755. Creado o municipio de Paty do Alferes, por alvará de 4 de Setembro de 1820, teve a freguezia o titulo de villa. Extincto esse municipio, pelo decreto geral de 15 de Janeiro de 1833, passou a freguezia a fazer parte do municipio de Vassouras, creado por aquelle decreto.

A séde desse districto demora á margem direita do ribeirão do Sacco, elevando-se a 550 metros sobre o nivel do mar.

E' muito saudavel, sendo excellentes as suas terras, abundantes em café, canna e cereaes.

A via-ferrea pertencente á Companhia Melhoramentos do Brazil tem ahi uma de suas estações.

Pelo recenseamento de 1893 foi calculado em 1,580 o numero de seus habitantes e em 1,840 o de predios edificados.

Povoações : Varzea do Manejo, Estiva e Marcos da Costa.

3º DISTRICTO — PATY — Creado pelo decreto de 23 de Maio de 1892, tendo por limites os do 2º districto de paz da antiga freguezia do Paty do Alferes.

Está a Noroeste do municipio, assentando a séde sobre a margem direita do Parahyba, junto á confluencia do ribeirão do Ubá, no logar antigamente conhecido por Porto de Ubá, Estação de Ubá e actualmente do Paty. A sua altitude é de 295 metros.

E' uma das esteções da Estrada de Ferro Central do Brazil, distante 171 kilometros da Capital Federal e inaugurada a 5 de Maio de 1867.

Pertence tambem a este a este districto a estação do Casal, da referida via ferrea, a 12 kilometros aquem do Paty, inaugurada a 8 de maio de 1876. A sua altitude é de 320 metros.

A população do districto de Paty, em 1893, attingia a 5.201 habitantes e o numero de predios construidos era de 952.

Ha na séde uma escola primaria a cargo do Estado.

Produz muito café e, em pequena escala, canna e cereaes.

4º DISTRICTO — *Ferreiros* — E' constituido pelo territorio da antiga freguezia pe S. Sebastião de Ferreiros, situada ao Norte do municipio e creada pela lei provincial de n. 1.237, de Dezembro de 1854.

Abrange uma área de 109,76 kilometros quadrados.

A sua população, segundo o recenseamento de 1893, compõe-se de 5.577 habitantes.

O numero de seus predios elevava-se então a 863.

Faz tambem parte deste districto a florescente povoação de Sucupira.

A Estrada de Ferro Melhoramentos do Brazil tem uma de suas estações na séde deste districto.

E' abundante em café, quasi exclusivo producto de sua rica lavoura.

5º DISTRICTO — *Sacra Familia do Tinguá* — E' a antiga freguezia desta invocação, situada ao Sul do districto da cidade de Vassouras, sobre a margem esquerda do ribeirão da Sacra Familia,

A sua superficie é calculada em 268,48 kilometros quadrados.

Foi creado por provisão de 18 de Julho de 1750, sob o nome de *Sacra Familia do Caminho Novo do Tinguá*. Funcionou primitivamente na fazenda da *Rocinha*, pertencente a Joaquim Ferreira Varella, depois na *Fazenda do Provedor* e mais tarde (1757) no logar denominado Palmeiras, em terras doadas por Domingos Margues Corrêa e João Henrique Barata.

A serra do Tinguá percorre grande parte deste districto.

A população, conforme o recenseamento effectuado em 1893 é de 5.365 habitantes, occupando 410 predios.

O districto é muito salubre e produz bastante café, canna e cereaes.

Povoações : Lagoinha e Sertão.

6º DISTRICTO — *Rodeio* — E' constituido pelo territorio do 3º districto de paz da freguezia da Sacra Familia do Tinguá, creado por acto do 29 de Janeiro de 1891, sob a invocação de N. S. da Soledade do Rodeio.

Está situado ao Sul do municipio.

Na séde deste districto, cuja altitude é de 336 metros, achase edificada a estação da Estrada de Ferro Central do Brazil, inaugurada a 12 de Julho de 1863, distante cerca de 86 kilometros da Capital Federal.

Faz tambem parte deste districto a estação de Palmeiras, tão procurada pela excellencia de seu clima. Foi inaugurada a 5 de Junho de 1870 e está situada 82,018 kilometros da cidade do Rio de Janeiro, elevando-se de 326 metros sobre o nivel do mar.

A população é de 2.345 habitantes.

O numero de predios em 1893, eleva-se a 613.

A salubridade deste districto é notoria. E' um dos pontos do Estado mais procurados por doentes e pelos que fogem aos rigores da estação calmosa.

Produz bastante café e cereaes.

7º DISTRICTO — *Belém* — Creado por decreto de 4 de Junho de 1892, tendo por séde o arraial em que está edificada a estação de Belém da Estrada de Ferro Central do Brazil, distante cerca de 62 kilometros da Capital Federal e aberta ao trafego em 8 de Novembro de 1858.

Belém está situado a 30 metros de altura sobre o mar.

O districto fica situado ao Sul do municipio e é tambem servido pela via ferrea da Companhia Melhoramentos do Brazil, inaugurada em 1892, tendo por ponto de partida a mencionada estação de Belém.

Tambem parte de Belém o ramal ferreo de Macacos, povoação industrial pertencente em parte a este districto e em outra parte ao municipio de Itaguahy, tendo nella assento a séde do districto de Macacos.

A estação de Macacos dista 8 kilometros da de Belém e foi inaugurada a 1 de Agosto de 1861. A sua altitude é de 44 metros.

Ainda fazem parte do territorio deste districto as estações do Oriente e Serra, da Estrada de Ferro Central do Brazil, distantes de Belem aquella 9 kilometros e esta 14. A altitude da primeira é de 137 metros e da segunda de 213 metros,

Banham este districto os rios S. Pedro e Sant'Anna.

A população, calculada pelo recenseamento de 1893, é de 3.261 habitantes, sendo de 722 o numero de predios edificados.

As condições sanitarias variam muito nos differentes pontos do districto. Belem é pouco saudavel, sujeita endemicamente a febres palustres, derivadas dos innumerous pantanos que a circundam.

Macacos é tambem visitada por febres ás vezes de máo character.

A região da serra é salubre, devido a sua feliz situação.

A layoura do districto é pouco consideral. Cultiva-se algum café e canna.

Removidas as causas que determinam as más condições hygienicas da povoação de Belém, será desde logo uma das mais prosperas do Estado Fluminense.

ACTAS DAS SESSÕES DE 1904

ACTA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 7 DE JANEIRO DE 1904

Presidencia do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

Às 3 horas da tarde, presentes os Srs. Conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, Barão Homem de Mello, Commendador Henrique Raffard, Dezebargador Souza Pitanga, Dr. Antonio da Cunha Barboza, Coronel Thaumaturgo de Azevedo, Conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Commendador Oliveira Catramby, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta da vigesima e ultima sessão ordinaria do anno passado, a qual é approvada sem debate.

O Sr. Commendador Raffard, 1º Secretario, lê o expediente que consta apenas de um officio da Bibliotheca Publica Pelotense, datado de Pelotas de 23 de dezembro ultimo, solicitando a remessa de varios volumes da Revista do Instituto.

Lê depois o mesmo Sr. Secretario o seguinte parecer da Comissão de admissão de socios, o qual fica sobre a mesa para ser votado na primeira sessão:

«A Comissão de admissão de socios do Instituto Historico e Geographico Brasileiro conformando-se com o parecer da comissão de historia, acerca do trabalho do Sr. José Feliciano de Oliveira, sob o titulo—*O descobrimento do Brazil* e reconhecendo que o mesmo autor satisfaz os requisitos necessarios para fazer parte do gremio do Instituto, é de parecer: que seja approvada a proposta apresentando-o para socio correspondente do Instituto Historico Geographico Brasileiro.

Sala das sessões em 7 de janeiro de 1904.—A. de Paula Freitas, Manoel Francisco Correia.»

O Sr. Presidente diz que tendo recebido do Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley um trabalho de sua lavra e em ma-

nuscripto, denominado a *Execução do Sargento Sylvino de Macedo*, remetteu o mesmo trabalho ao Sr. Dr. Leite Velho, relator anteriormente designado, para emitir parecer sobre a proposta que apresentou o Dr. Ferrer para socio correspondente do Instituto.

O Sr. Presidente diz que o motivo da presente sessão extraordinária é a discussão do parecer da Comissão de Estatutos e Redacção e o do Sr. Thesoureiro sobre a proposta relativa á monographia que deverá ser posta em concurso, relativamente aos 13 annos de Governo, no Brazil, do Principe Regente e Rei D. João VI.

O parecer da commissão foi lido na ultima sessão, o do Sr. Thesoureiro será agora lido pelo 2º Secretario:

«Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1903.—Illm. Exm. Sr.—Em officio de 17 do andante consulta-me V. Ex. sobre o quantum do premio a conceder em moeda nacional á monographia que sobre os 13 annos de Governo, no Brazil, do Principe Regente e Rei D. João VI, fôr julgada melhor por uma commissão eleita pelo mesmo Instituto.

Respondo á V. Ex. que, em minha opinião, attendendo que o Instituto terá ainda outras despesas a fazer, como a impressão do trabalho, o premio deve ser de 5:000\$; submettendo este parecer á Mesa do Instituto.

Aproveito a occasião para apresentar a V. Ex. os protestos de minha subida consideração e elevada estima.

Illmo. Ex. Sr. Commendador Henrique Raffard, M. D. 1º Secretario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.—F. B. Marques Pinheiro, thesoureiro.»

O Sr. Barão Homem do Mello, pedindo a palavra, faz varias considerações sobre a natureza do premio em dinheiro, entendendo que o Instituto deve manter inalteraveis as suas tradições, constantes de mais de meio seculo.

A praxe invariavelmente seguida pela nossa Associação a respeito de premios conferidos a obras litterarias, apresentadas em concurso para esse fim aberto, tem sido sempre a outorga de medalhas. Lembra que assim foram premiados trabalhos dos finados consocios, Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira e Commendador Joaquim Norberto de Souza e Silva, o illustre antecessor do actual presidente.

O Sr. Fleiuss diz que, sem embargo das tradições do Instituto, e das respeitaveis palavras do Sr. Barão Homem de Mello, acha que a questão do premio em dinheiro é essencial para que possam apparecer trabalhos de folego,

Quem nos dias de hoje se occupar de obras dessa natureza, que não devem ficar reduzidas a simples monographias, ou desvaliosos resumos, terá forçosamente de empregar longos mezes na averiguação e estudo de documentos e isso com prejuizo de outros trabalhos immediatamente proficuos.

Despender tempo, prejudicar interesses, para no fim conseguir uma medalha, é o que não se conseguirá na época actual

em que a remuneração do trabalho intellectual se tornou uma nobre exigência da vida social.

E nem se diga que os Estatutos do Instituto não cogitam claramente do caso, pois o seu art. 59 diz que os fundos do Instituto serão applicados:

«§ 6. Ao pagamento de premios aos que mais se distinguirem no desempenho dos programmas distribuidos pelo Instituto.

§ 7. A premiar os trabalhos que, pelo seu transcendente merecimento, reconhecido pela respectiva commissão, forem coroados e publicados por ordem da Mesa administrativa».

Assim, pois, pensa que a questão do premio em dinheiro é de importancia decisiva.

O Sr. Barão Homem de Mello, usando de novo da palavra, sustenta suas anteriores considerações.

O Sr. Marquez de Paranaguá manifesta-se em parte de accordo com o Sr. Barão Homem de Mello, quanto á medalha.

O Sr. Conselheiro Correia lembra o processo empregado pelo Instituto de França, que tem varios premios estabelecidos, mas diz que ahi se trata de uma cousa já normalisada.

Pensa que desde que a memoria premiada seja impressa e entregue ao autor parte da edição, ha uma recompensa material.

O Sr. Commendador Raffard faz varias considerações salientando ser um dos que mais se têm esforçado pela conservação integral das tradições do Instituto; acha, entretanto, que o caso não é uma innovação, reduzindo-se ao seguinte dilemma: ou o Instituto deseja que se elabore um trabalho minucioso e notavel sobre o complexo assumpto que é o reinado de D. João VI no Brazil ou não tem estas aspirações.

No primeiro caso deve proporcionar os meios essenciaes a este *desideratum*.

Fazem ainda observações, favoraveis ao premio em dinheiro, os Srs. Thaumaturgo de Azevedo, Souza Pitanga, Catramby, Cunha Barboza e Marques Peixoto.

O Sr. Conselheiro Salvador Pires propõe, depois de algumas considerações, que os papeis voltem á Commissão, a qual, considerando as razões expendidas nesta sessão e o officio do Sr. Thesoureiro, dirá o que lhe parecer,

E' approvada esta resolução, contra o voto do Sr. Fleiuss, que opinava pela decisão immediata.

O Sr. Presidente, á vista da resolução, remette os papeis á Commissão de Estatutos, sendo relator o Sr. Dr. Affonso Celso.

Levanta-se a sessão ás 5 horas da tarde.

MAX FLEIUSS.

2º secretario

2ª SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 19 DE FEVEREIRO DE 1904

Presidencia do Snr. Conselheiro O. H. d'Aquino e Castro

Às 2 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. Conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranguá, Barão Homem de Mello, Max Fleiuss, Desembargador Souza Pitanga, Rocha Pombo, Conselheiro José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, Commendador Oliveira Catramby, Belisario Pernambuco, Eduardo Marques Peixoto, Dr. Alberto de Carvalho e Coronel Thaumaturgo de Azevedo, 1º Supplente servindo de 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, servindo de 1º, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem debate.

O Sr. Presidente communica do seguinte modo o fallecimento dos consocios Major José Domingos Codeceira e Dr. Aristides Augusto Milton :

«Tenho a communicar-vos, que no intervallo das nossas sessões, perdeu o Instituto dous estimaveis consocios, fallecidos em Pernambuco e nesta Capital, os Srs. Major José Domingos Codeceira e Dr. Aristides Augusto Milton, que faziam parte da nossa associação desde 1891 e 1895.

Ambos estudiosos, de cultivada intelligencia e muito dedicados ao Instituto, deixaram-nos de suas habilitações litterarias apreciados trabalhos historicos que adornam os nossos annaes.

O primeiro, na modesta posição que occupava no mundo official e o segundo, no exercicio de elevadas funcções na vida politica, mostraram-se sempre dignos do apreço em que eram tidos pelos seus concidadãos.

Em tempo ser-lhes-ha feito pelo Instituto o merecido elogio biographico ; a nós hoje cumpre a observancia de um dever de honra e gratidão, fazendo inserir na acta dos nossos trabalhos um voto de profundo pesar por tão sentidas e lamentaveis perdas.»

O mesmo Sr. Presidente diz, que em vista de um convite feito ao Instituto pela commissão encarregada da manifestação em honra ao Barão do Rio Branco, nomeou uma commissão composta dos Srs. Commendador Henrique Raffard, Barão de Alencar e Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, para representarem o Instituto.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, servindo de 1º, lê o seguinte expediente :

— Officio do Sr. A. Romaguera, datado de 19 de fevereiro de 1904, offerecendo, em nome do Sr. Dr. Anselmo Hévia Riquelme, Ministro do Chile, a obra, em 23 volumes, denominada *Anuario Hidrografico de la Marina del Chile*. — Agradece-se.

— Offício do Sr. Visconde de Sanches de Baena, datado de Lisboa, a 25 de dezembro de 1903, agradecendo a sua eleição para socio correspondente do Instituto. — Inteirado.

— Offício do Sr. Victor Maximiano Ribeiro, datado de Lisboa, a 17 de novembro de 1903, agradecendo a sua eleição para socio correspondente do Instituto. — Inteirado.

— Offício do consocio effectivo, Dr. Alberto de Carvalho, datado de 17 de fevereiro de 1904, communicando que no dia 20 do corrente o Sr. Arcebispo do Rio de Janeiro realizará a cerimonia do fechamento e encerramento da urna contendo residuos mortuaries, extrahidos do jazigo de Pedro Alvares Cabral. A solemnidade effectuar-se-á na Cathedral, ás 10 1/2 horas da manhã.

O Sr. Presidente nomeia para representarem o Instituto nesse acto, os Srs. Conselheiros Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá e José Mauricio Fernandes Pereira de Barros.

O Sr. Presidente lê, a proposito de uma questão levantada o anno passado no Instituto, uma carta dirigida ao consocio Desembargador Paranhos Montenegro pelo Sr. José Maria Barreto Falcão, na qual este senhor diz possuir uma narrativa em que seu pai, o Major Falcão, descreve com minuciosidade a sua vida e feitos, bem como a de seu companheiro Pedro Ivo, estando disposto a cedel-a, mediante retribuição, ao Instituto.

O Sr. Presidente diz que pediu ao illustre consocio desembargador Montenegro, que verificasse a importancia do alludido manuscrito e entabolasse, julgando conveniente, as negociações para a compra do mesmo.

OFFERTAS

As que foram lidas em sessão e constam do appendice.

O Sr. Conselheiro Corrêia lê nessa occasião algumas observações que entende necessarias á offerta que faz de um cartão autographo original de D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo-Gotha. Esse trabalho é, por ordem do Sr. Presidente, enviado á commissão de redacção.

O Sr. Belisario Pernambuco diz que o seu distincto amigo e confrade Dr. D. Eduardo Poirier, Ministro de Guatemala no Chile, acaba de encarregal-o de offerecer ao Instituto os seguintes impressos: *Quo Vadis?* 2 volumes, 1ª traducção da obra de Sienkiewicz, feita na America Latina pelo notavel litterato offertante; *America Literaria*, 1 volume, *La Lira Chilena*, 3 exemplares. No de nº 41 veio um excellente retrato do illustre diplomata, de quem se occupa. *La Republica Centro America*, Alberto Arias Sanches e D. German Riesco, Presidente do Chile, biographia.

O Dr. Poirier tambem lhe remetteu o importante livro denominado *Album de Minerva*, valiosa polyanthea internacional, offerta esta que o Dr. Poirier faz ao Instituto em nome do Presidente de Guatemala, o illustre jurisconsulto Sr. D. Manoel Estrada Cabrera. Roga ao Sr. Presidente a fineza de mandar

entregar-lhe, para ter o competente destino, o officio em que o Instituto agradecerá ás apreciaveis offeras.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, servindo de 1º, lê as seguintes propostas :

« Propomos para socio correspondente deste Instituto Don Manoel Estrada Cabrera, eminente juriconsulto, publicista e philologo, que actualmente desempenha o elevado cargo de Presidente da Republica de Guatemala.

O merito do referido scientista pôde ser avaliado pelos relevantes serviços prestados á sciencia no seu paiz, e dos quaes dão eloquente testemunho a recente fundação do *Ateneo de Guatemala* e tambem o *Album de Minerva*, importante polyanthêa internacional que acaba de ser off-recida em seu nome a este Instituto, sendo hoje entregue por intermedio de um de seus membros.

Rio, 19 de fevereiro de 1904. — *Belisario Pernambuco*. — *Thaumaturgo de Azevedo*. — *M. Fleiuss*. » — Vai á Comissão subsidiaria de Historia, relator o Sr. Rocha Pombo.

« Propomos para socio correspondente deste Instituto o notavel escriptor, Exm. Sr. Dr. D. Eduardo Poirier, distincto philologo, o primeiro que na America Latina traduzio o *Quo Vadis?* sendo acceita e adoptada na Hespanha a referida traducção.

O valor intellectual do Dr. Eduardo Poirier, que desempenha actualmente as funcções de Enviado extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica de Guatemala, no Chile, está assignalado nos seguintes trabalhos impressos offerecidos por elle a este Instituto e agora entregues por um de seus membros — *Quo Vadis?* dous volumes, traducção em castelhano; *America Litteraria*, um volume; *La Lyra Chilena*, tres exemplares; *Alberto Arrial Sanchez*, um volume; *La Republica Centro America*, um volume, *Don German Riesco* (biographia), um exemplar.

Rio, 19 de fevereiro de 1904. — *Belisario Pernambuco*. — *Thaumaturgo de Azevedo*. — *M. Fleiuss*. — *Rocha Pombo*. » Vai á comissão de historia, relator o Dr. Alfredo Nascimento.

Procedendo-se á votação do parecer da Comissão de admissão de socios, que ficara sobre a mesa na anterior sessão, é o mesmo approvado por unanimidade de votos, e, acto contínuo, o Sr. Presidente proclama socio correspondente do Instituto o Sr. José Feliciano de Oliveira.

O Sr. Presidente diz que se vai entrar na ordem do dia da sessão extraordinaria — a leitura do parecer assignado pela maioria da Comissão de estatutos e redacção, sobre a natureza do premio que deve ser conferido ao autor do melhor trabalho sobre os treze annos de Governo, no Brazil, do Principe Regente e Rei D. João VI.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario servindo de 1º, lê o seguinte parecer :

« Sou de parecer que deve ser mantida a idéa do premio pecuniario constante da proposta relativa á monographia sobre D. João VI.

Não vejo razão para se alterar essa proposta, que já teve a annuência da Comissão encarregada de a estudar, a do digno Thesoureiro e da grande maioria dos membros do Instituto.

O unico argumento adduzido contra o premio em dinheiro foi que constitue praxe do nosso gremio a conferição de medallhas ás obras vencedoras do concurso.

A isso respondeu o distincto Sr. 2º Secretario, na sessão de 7 de Janeiro, lembrando que os estatutos cogitam expressamente de premios em dinheiro ás alludidas obras. Não se trata, pois, de introduzir praxe nova, ou derogar artigo, mas de applicar uma disposição da nossa lei organica.

Na mesma sessão, ainda os Srs. 1º e 2º Secretarios produziram considerações peremptorias em prol da recompensa em numerario, mostrando que, sem ella, impossivel será o offerecimento de trabalho importante.

Em toda a parte do mundo culto, acha-se estabelecida a pratica dos galardões em moeda. Desde 1820, distribue annualmente a Academia Franceza o premio Montyon (20.000 francos) destinado a recompensar acções virtuosas. Ha, em França muitos outros premios semelhantes outorgados pela Academia de Inscripções e Bellas Artes e pela de Sciencias Moraes. Assim, o premio Gobert (5.000 francos) para estudos de historia nacional; o premio Bordin (3.000 francos) para os de alta litteratura. Outros existem para a eloquencia e a poesia.

A Inglaterra e os Estados Unidos concedem avultadas quantias aos seus generaes e homens de Estado benemeritos. No Brazil, o Congresso merecidamente mandou entregar ao nosso preclaro consocio Barão do Rio Branco 300:000\$, em homenagem aos excepcionaes serviços de Missões e de Amapá. Santos Dumont recebeu, do mesmo modo, 100:000\$.

Consequientemente, premiando com 5:000\$ o melhor estudo que, nas condições já acceitas, se apresentar sobre D. João VI, nada innova o Instituto, senão observa valiosos precedentes. Rio, 12 de fevereiro de 1904. — *Afonso Celso* relator. — *Henrique Raffard.* »

O Sr. Barão Homem de Mello, pedindo a palavra, diz que extranha não lhe ter sido presente o parecer que acaba de ser lido, pois que tambem faz parte da Comissão de estatutos e redacção. Assim, pede vista dos papeis.

O Instituto attende unanimemente a este pedido, e o Sr. Presidente levanta a sessão ás 4 horas da tarde.

THAUMATURGO DE AZEVEDO

Servindo de 2º Secretario

OFFERTAS

Pelo Sr. Senador Manoel Barata — Santa Casa de Misericordia Paraense.

Pelo Museo Nacional do Mexico — Anales,

Pelo Museo Nacional — Archivos,

Pela Directoria Geral dos Correios — Relatorio 1902.
 Pela Sociedade de Geographia de Lisboa — Boletim.
 Pela Universidade de la Republica de Chile — Anales.
 Pela Sociedade Geographica de Lima — Boletim.
 Pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia — Boletim.
 Pela Societá Geografica Italiana — Bolletino.
 Pela Real Academia de la Historia de Madrid — Boletim.
 Pela Real Sociedad Geografica de Madrid — Boletim.
 Pela Societé de Geografie Commerciale de Bordeaux — Bulletin.
 Pela Societé des Etudes Indo-Chinoises de Saigon — Bulletin.
 Pelo Socio honorario o Sr. D. Anselmo Hevia Riquelme a obra — « Anuario Hidrographico de la Marina de Chile » — 22 volumes.
 Pelo Sr. Dr. Gustavo Estienne — A Questão do Patrimonio Municipal.
 Pelas Redacções as seguintes Revistas : O Trabalho — Revista Mensal de la Camara Mercantil de Barracas al Sur, Provincia de Buenos Aires, Revista da Faculdade Livre de Direito, Revista Medico-Cirurgica do Brazil, Revue Moderne de Medecine de Chirurgie de Paris, Revista Maritima Brasileira. Pelas Redacções os jornaes : Le Nouveau Monde, Jornal do Recife, Diario Official, do Amazonas.

1ª SESSÃO ORDINARIA EM 4 DE MARÇO DE 1904

Presidencia do Sr. Conselheiro M. F. Correia (1º Vice-Presidente)

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, Barão Homem de Mello, Max Fleiuss, Desembargador Souza Pitanga, Rocha Pombo, Conselheiro Souza Ferreira, Dr. Antonio da Cunha Barbosa, Conselheiro Tristão de A. Araripe, commendador Oliveira Catramby, Eduardo Marques Peixoto e coronel Thaumaturgo de Azevedo, 1º supplente servindo de 2º secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario servindo de 1º, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada.

O Sr. Presidente comunica que o Sr. conselheiro Aquino e Castro, presidente do Instituto, por justo motivo, deixa de comparecer.

Igual comunicação faz o Sr. Fleiuss, com relação aos Srs. barão de Alencar e commendador Raffard.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario servindo de 1º, lê o seguinte expediente :

— Officio do Sr. Julio Brandão Sobrinho, datado de S. Paulo, a 22 de janeiro ultimo, offerecendo varios trabalhos seus, feitos

durante o tempo em que dirigiu a 3ª Inspectoria agronomica em Ribeirão Preto.— Agradece se.

— Carta do Sr. senador Manoel de Mello Cardoso Barata, datada de 1 do corrente, offerecendo um exemplar da cópia em platinotypia, que mandou tirar, do retrato do illustre almirante Luiz da Cunha Moreira, visconde de Cabo Frio.— O Instituto muito agradece a valiosa offerta e a secretaria fica autorisada a mandar pôr em moldura o retrato.

— Convite da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro para a sessão solemne commemorativa da sua fundação, no dia 7, ás 8 horas da noite.— O Instituto agradece e o Presidente designa o Sr. 1º secretario interino para represental-o nessa solemnidade.

— O Sr. Marquez de Paranaguá diz que a commissão incumbida de assistir, por parte do Instituto, á cerimonia do encerramento da urna contendo residuos mortuarios extrahidos do jazigo de Pedro Alvares Cabral, cumpriu o seu dever.

O Sr. Presidente declara que o Instituto fica inteirado.

OFFERTAS

As que foram lidas em sessão e constam do appendice.

O Sr. 2º secretario lê a seguinte proposta : «Propomos, de conformidade com o § 1º do art. 10 dos estatutos, para socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, o Sr. Dr. Manuel de Mello Cardoso Barata, digno representante do Pará no Senado Federal, illustre investigador de assumptos historicos, do que pôdem dar testemunho quantos frequentam o Instituto, e inteiramente merecedor desta distincção. Sala das sessões, em 4 de março de 1904.— *Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, Barão Homem de Mello, Max Fleiuss, Antonio Ferreira de Souza Pitanga, José Francisco da Rocha Pombo, Antonio da Cunha Barbosa, Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, Tristão de Alencar Araripe, Oliveira Catramby, Eduardo Marques Peicoto.* » — Vai á commissão de admissão de socios, relator o Sr. conselheiro Souza Ferreira.

O Sr. Thaumaturgo de Azevedo, servindo de 2º secretario, lê o seguinte

BALANÇO GERAL

Receita e despesa do Instituto Historico e Geographico Brasileiro em 1903 :

Receita

Saldo recebido da Exma. Sra. inventariante do		
Sr. Dr. Liberato de Castro Carreira	7:430\$780	
Annuidades de socios.	456\$000	
Jóias pela entrada de socios.	200\$000	656\$000

Prestações recebidas do Thesouro Federal . . .	7:000\$000	
Juros de apolices federaes.	2:260\$000	
Juros de inscripções do Banco do Brasil . . .	226\$500	
Juros contados na c/c do Banco Commercial . .	11\$260	
Liquido da venda de apolices municipaes . . .	6:717\$220	
Renda com applicação especial, em		
dinheiro	116\$540	
Idem, juros de apolices	30\$000	
Idem, na Caixa Economica	55\$000	201\$540
		<hr/> 24:503\$300 <hr/>

Despeza

Impressão da «Revista»	11:981\$250	
Bibliotheca.	200\$000	
Porcentagem aos cobradores	88\$200	
Despesas geraes, empregados, despendido na sessão magna, etc.	4:293\$300	
Patrimonio	6:536\$280	
Caixa em moeda corrente	361\$470	
No Banco Commercial	841\$260	
Renda com applicação especial	291\$540	1:404\$270
		<hr/> 24:503\$300 <hr/>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1903. — *F. B. Marques Pinheiro*, thesoureiro.

— Vai á comissão de fundos e orçamento, relator o Sr. conselheiro Souza Ferreira.

O Sr. Presidente e o Sr. Barão Homem de Mello fazem algumas considerações sobre a publicação dos numeros da *Revista do Instituto*, salientando o Sr. barão Homem de Mello a proficuidade das providencias tomadas a respeito pelo presidente do Instituto, Sr. conselheiro Aquino e Castro.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, é dada a palavra ao Sr. Eduardo Marques Peixoto, que leu uma memoria de sua lavra sobre terrenos em S. Diogo.

Levantou-se a sessão ás 4 1/2 horas da tarde.

THAUMATURGO DE AZEVEDO

Servindo de 2º secretario

OFFERTAS

Pelo Sr. senador Manoel Barata — Um retrato do fallecido almirante visconde de Cabo Frio.

Pelo Instituto Historico e Geographico de S. Paulo — Revista.

Pelo Sr. Thomaz T. Ojeda — Memoria Historica sobre la familia Alvarez de Toledo,

- Pela Societá Geografica Italiana — Bolletino.
 Pela Real Academia de la Historia de Madrid — Boletin.
 Pela Societé Khediviale de Geographie — Bulletin.
 Pela Junta de Vias Fluviales de Lima — Vias del Pacifico
 al Madre Dios, El isthmo de Fitsearrald, 3 volumes.
 Pelo Grande Oriente do Brasil — Boletim.
 Pela Universidade de Quito — Annaes.
 Pela Sociedad Geografica de Lima — Boletin.
 Pela Real Sociedad Geografica de Madrid — Boletin.
 Pela Directoria Geral de Saude Publica — Boletim.
 Pela Societé de Geographie Commerciale de Bordeaux —
 Bulletin.
 Pela Geographical Society of Philadelphia — Bulletin.
 Pela Real Academia de Historia de Madrid — Boletin.
 Pela Sociedade de Geographia de Lisboa — Boletim.
 Pelo Museo Nacional de Mexico — Boletin.
 Pela Sociedad Cientifica Argentina — Anales.
 Pelo Observatorio do Rio de Janeiro — Boletim.
 Pela Estatistica Demographo-Sanitaria — Boletim.
 Pelos Srs. Alcides Medrado & C. — «Brazilian Mining
 Review», ns. 1 a 6.
 Pelos Srs. Hachette & C., Paris — L'Année cartographic,
 treizième supplement.
 Pelas redacções as seguintes revistas : *Les Annales Diplo-
 matiques et Consulaires*, *O Trabalho*, *Revista da Sociedade de
 Medicina e Cirurgia*, *Revista Mensual de la Camara Mercantil de
 Barracas al Sur* (provincia de Buenos Aires), *Revue de Phar-
 macologie Medicale*, *A Escola*, *Revista do Instituto Historico e
 Geographico do Rio Grande do Norte*, *Correspondence Medicale*,
Revue Therapeutique des Alcaloides.
 Pelas redacções os seguintes jornaes : *Le Nouveau Monde*,
Jornal do Recife, *Revista Commercial e Financeira*, *L'Etoile du
 Sud*, *Diario Official do Amazonas*, *El Correio Espanol*, *Rebate*.

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA EM 18 DE MARÇO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro Manoel Francisco Correia
(1º Vice-Presidente)

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiro Manoel
 Francisco Correia, commendador Henrique Raffard, desembar-
 gador Souza Pitanga, Dr. Antonio de Paula Freitas, conselheiro
 José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, Salvador Pires de
 Carvalho e Albuquerque, Belisario Pernambuco, Eduardo Mar-
 ques Peixoto e Max Fleiuss, 2º secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, lê a acta da sessão anterior, a
 qual é sem debate approvada.

O Sr. commendador Raffard, 1º secretario, justifica a sua ausencia, por motivo de molestia, nas duas sessões anteriores.

O Sr. Dr. Paula Freitas diz que o Sr. Marquez de Paranaguá por motivo de força maior não pôde comparecer.

O mesmo Sr. 1º secretario declara que não ha expediente.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, declara que, cumprindo as honrosas determinações do Sr. Presidente representou o Instituto na festa commemorativa da fundação da Associação dos Empregados no Commercio e na inauguração dos trabalhos da Avenida.

O Sr. Presidente diz que o Instituto fica inteirado e agradece. Aproveita o ensejo para communicar que o Sr. Conselheiro Aquino e Castro, presidente do Instituto, por justo motivo deixa de comparecer.

OFFERTAS

As que foram lidas em sessão e constam do appendice, destacando-se as que são feitas pelo consocio Sr. Belisario Pernambuco, de seu opusculo contendo o discurso biographico sobre o Visconde do Rio Branco e de um exemplar da *Revista Maçonica* de Buenos Ayres, na qual vem uma apreciação sobre a conferencia do Sr. Pernambuco relativa á *Maçonaria e o Socialismo*.

O Sr. Presidente offerece em nome do consocio correspondente Dr. Agostinho de Leão o manuscripto denominado — *Monographia Paranaense, A Federação de Curitiba*.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, diz que acaba de lhe ser entregue, por portador especial, um mimo que o consocio correspondente Dr. Francisco de Campos Andrade offerece ao Instituto — o autographo ricamente encadernado, da celebre poesia de Pedro Luiz — *Os voluntarios da morte*.

O Sr. Campos Andrade precede das seguintes linhas o referido autographo : « Confiando ao Instituto Historico Geographico e Ethnographico de minha patria a guarda deste autographo, faço-o, não só pelo desejo de manifestar por este modo, a este Egregio Instituto, o meu reconhecimento pela subida honra que se dignou conferir-me, acolhendo-me em seu seio como socio correspondente, como porque esta joia da litteratura seja conservada como nma reliquia, uma grata recordação do inspirado cantor da *Terribilis Déa*.

Numa época em que a preocupação dominante das nações poderosas é o aniquillamento, a escravidão das nacionalidades fracas pela imprevidencia, infantilidade ou decrepidez, — é necessario que revivamos sempre no coração e espirito de nossa raça, o ardor patriotico pela lembrança e recordação da partilha da Polonia.

Desejaria que este canto com que Pedro Luiz manifestou a sublime indignação de seu coração de homem e de brasileiro contra o facto, que é a maior infamia a manchar a historia, das

nações cubiçosas no seculo passado, fosse consagrado o hymno das escolas porque tenham de passar todas as gerações de meus compatriotas; enquanto, porém, isto não se dá, fique ao menos o original confiado á guarda do mais brasileiro dos Institutos nacionaes.

S. Paulo, 15 de março de 1904.— *Francisco de Campos Andrade.*»

O Sr. Presidente diz que o Instituto acceita com especial agrado a interessante offerta.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, apresenta ao Instituto cópias de cartas dirigidas pelo Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley ao Conselheiro Thomaz Ribeiro e ao Sr. Souza Bastos, cópias estas que o mesmo Dr. Wanderley offerece ao Instituto.

O Sr. Presidente declara que devem ser enviadas á commissão de redacção.

O Sr. Raffard, 1º secretario, diz que o honrado Sr. Dr. Marques Pinheiro, digno thesoureiro, faz a seguinte communicação:

« Em 19 de janeiro comprei duas apolices geraes do valor nominal de 1:000\$, ao preço de 981\$, de ns. 100.707 e 54.627, e duas do valor nominal de 400\$, de ns. 502 e 2.017, a 29 do mesmo mez, ao preço de 388\$000.

Custaram: as de

1:000\$000..... duas a 981\$000	1:962\$000
Sello.....	2\$200
As de 400\$000... duas a 388\$000	776\$000
Sello.....	1\$100
	<u>2:741\$300</u>

O corretor Sr. Alfredo G. V. do Amaral dispensou a corretagem, como se vê das respectivas contas de compra, juntas com os titulos.

Com estas apolices o Instituto completa o valor nominal de cem contos, nestes titulos de divida publica.

Rio, 18 de março de 1904.»

O Sr. Presidente diz que o Instituto fica inteirado e agradece as medidas tomadas pelo zeloso Sr. thesoureiro e que tambem exprime o seu reconhecimento ao Sr. corretor Alfredo G. V. do Amaral.

O Sr. Fleiuss deseja que o Sr. Presidente informe se já recebeu do Exm. Sr. Barão Homem de Mello o parecer que esse projecto consocio ficou de emittir, como membro da commissão de Estatutos e Redacção, sobre a questão do premio em dinheiro ao autor da melhor monographia sobre o governo de D. João VI no Brazil. Faz esta pergunta tão sómente porque varios consocios desejam concorrer, precisando, porém, conforme lhe dis-

seram, para iniciar os seus trabalhos preliminares da complexa these, saber que resolução adopta o Instituto.

O Sr. Presidente declara que ainda não recebeu o parecer do Sr. Barão Homem de Mello.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia é dada a palavra ao Sr. Eduardo Marques Peixoto que lê um estudo seu sobre Fidel Franco Beloto, cirurgião, época 1726.

O Sr. Presidente diz que a proxima sessão ordinaria será no dia 26, sabbado, ás 3 horas, por isso que o dia 1 de abril é sexta feira santa e o dia 25, santificado.

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 da tarde.

MAX FLEIUSS,
2º secretario.

OFFERTAS

Pela Junta Superior de Sanidad de Cuba — *Informe Mensual*.

Pela National Geographic Magazine — *The Magazine*.

Pela Societé des Etudes Indo-Chinoises — *Monographie de la Province de Tra-Venh*.

Pelo Instituto Hahnemanniano do Brasil — *Annaes*.

Pela Societá Africana d'Italia — *Boletino*.

Pela Real Sociedad Geografica de Madrid — *Boletin*.

Pela Historical Society of Pènsylvania — *The Pènsylvania Magazine*.

Pela Societé Imperialiste de Moscow — *Buletin*.

Pela American Geographical Society — *Bulletin*.

Pelo Grande Oriente do Brasil — *Boletim*.

Pelo Sr. capitão R. Seidl a sua obra — *O Duque de Caxias*.

Pela Academia Cearense — *Revista*.

Pelo Sr. José Maria Monzon — *La Antropologia en America*.

Pelo Observatorio de Tacubaya, Mexico — *Annuario*.

Pelo Sr. Alvaro Costa — *Djanira*.

Pela Bibliotheca Publica Pelotense — *Catalogo da exposição artistica*.

Pelo Cuerpo de Ingenieros de Minas del Perú — *Boletin*.

Pela Secretaria de Agricultura da Bahia — *Boletim*.

Pelo socio honorario Sr. Emil August Goeldi a sua obra — *Goeldi-Goldlin-Goldlin*.

Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro — *Boletim ns. 1, 2 e 3*.

Pelas redacções, os jornaes *Le Nouveau Monde*, *Jornal do Recife*, *Club Coritibano*.

3ª SESSÃO ORDINARIA EM 8 DE ABRIL DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, Barão Homem de Mello, commendador Henrique Raffard, desembargador Souza Pitanga, Drs. Antonio de Paula Freitas, Affonso Arinos de Mello Franco, coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Belisario Pernambuco, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem debate.

O Sr. commendador Raffard, 1º secretario, lê o seguinte expediente :

— Carta do consociò correspondente Carlos de Mello, solicitando varias informações — A' secretaria.

— Officio do director da Bibliotheca da Escola Naval de Lisboa, de 13 de fevereiro de 1904, solicitando varios numeros da *Revista* do Instituto e devolvendo as duplicatas alli existentes — A' secretaria para satisfazer.

O Sr. commendador Raffard, 1º secretario, diz que, coincidindo a sessão de h. je com a data anniversaria do natalicio de S. M. o Rei da Dinamarca, decano dos presidentes honorarios do Instituto, propõe que na acta da sessão se lance um voto de congratulações e se officie ao representante da Dinamarca nesta Capital, communicando esta resolução do Instituto. O Sr. presidente submette a votos esta proposta, que é approvada.

O mesmo Sr. secretario apresenta o seguinte balanço do Sr. Thesoureiro, relativo ao 1º trimestre do corrente anno, o qual é remettido á Commissão de Fundos e Orçamento, sendo relator o Sr. conselheiro Souza Ferreira.

Balanço de receita e despesa do Instituto Historico e Geographico Brasileiro no 1º trimestre de 1904:

Receita

— Saldo do anno findo :

Em dinheiro	361\$470
No Banco Commercial	841\$260
Renda com applicação especial.	201\$540
Annuidade dos Sr. socios :	
Dr. José Vieira Couto de Magalhães	24\$000
Dr. Manoel de Oliveira Lima	12\$000
Dr. Augusto de Siqueira Cardoso	12\$000
Jota do Sr. Dr. Francisco de Campos Andrade.	50\$000

Remissão do Sr. Dr. Francisco de Campos Andrade	150\$000
Subvenção do Thesouro Federal	3:500\$000
Juros de Apolices.	2:400\$000
Juros de inscripções	217\$000
Renda com applicação especial:	
Juros de apolices	30\$000
Juros de inscripção	9\$000
	<hr/>
	7:808\$770

Despeza

— Laemmert & C., fornecimentos	1:208\$100
Despeza da Secretaria	100\$000
Recibo de F. M. Guimarães.	200\$000
Conta de S. Mendes & C. (carros).	120\$000
Folha dos empregados.	1:500\$000
Estampilhas	1\$200
Commissão do cobrador	35\$400
Patrimonio:	
Compra de duas apolices geraes de 1:000\$ a 981\$.	1:962\$000
Sello	2\$200
Compra de duas apolices de 400\$ ao preço de 388\$.	776\$000
Sello	1\$100
Saldo para o proximo trimestre no Banco Com-	
mercial.	1:649\$260
Em dinheiro	12\$970
Renda com applicação especial:	
Na Caixa Economica.	55\$000
Balanço ultimo.	145\$540
Juros recebidos neste trimestre.	39\$000
	<hr/>
	7:808\$770

OFFERTAS

As que foram lidas em sessão e constam do appendice.

O Sr. Fleiuss offerece um exemplar da obra do Sr. conselheiro Candido de Oliveira sobre *Legislação Comparada*.

O Sr. Presidente diz que o Instituto recebe com especial agrado esta valiosa offerta e que tendo sido, em 6 de abril de 1900, apresentada uma proposta relativa ao mesmo Sr. conselheiro Candido de Oliveira, para socio effectivo, distribuida á Commissão Subsidiaria de Historia, manda que se remetta o trabalho hoje offerecido á mesma commissão, designando para relator o Sr. Dr. Affonso Celso, por isso que o antigo relator não faz mais parte da referida commissão.

O Sr. Fleiuss apresenta ao Instituto um exemplar do mappa para o ensino intuitivo, organizado pelos Srs. Dr. Albino Alves Filho, coronel Julio Cesar Pinto Coelho e Julio Verdussen, tra-

balho este já approved pelo Instituto quando o orador submetteu á apreciação da casa o original.

Faz diversas considerações sobre a excellencia da obra, notando entretanto, com pezar, a pouca perfeição dos retratos, e a vasta proporção do mappa, que seria preferivel ser reduzido a um atlas. O Instituto aprecia devidamente o trabalho, e o Sr. presidente manda que se agradeça aos autores.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, é dada a palavra ao Sr. Eduardo Marques Peixoto, que lê um trabalho seu sobre os *Descaminhos do Ouro. Devassa do Governador Luiz Vahia Monteiro, 1730.*

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º secretario.

Pelo International Bureau of the American Republics, *Monthly Bulletin*;

Pelo Observatorio Astronomico Nacional do Mexico, *Informes*;

Pelo Secretario da Agricultura do Estado da Bahia, *Boletim*;

Pela Commissão do Serviço Zoologico de Portugal, *Comunicações*;

Pela Societé Khediviale de Géographie — *Bulletin*;

Pela National Geographie Magazine — *The Magazine*;

Pelo socio Victor Ribeiro — Garrett, *A Archeologia Portuguesa*;

Pela Sociedad Cientifica Argentina — *Anales*;

Pela Estatistica Demographo-sanitaria da Bahia — *Boletim*;

Pela Sociedade de Géographia de Lisboa — *Boletim*;

Pela Societé de Géographie de Bordeaux — *Bulletin*;

Pela American Geographical Society — *Bulletin*;

Pela Real Academia de la Historia de Madrid — *Boletim*;

Pelo Sr. Josaphat Bello (Fidé Iori) — *Estudos* (1.º Interesses mineiros);

Pela Sociedad Geografica Italiana — *Bolletino*;

Pelo Sr. Ferreira da Rosa — *O Commentario*;

Pelo Sr. Carlos Reis — *Education in the Stet of São Paulo*;

Pelo socio Sr. Barão de Studart — *Historia Portugueza de 1610 a 1640. D. João, o 4º*, por Manoel Severim de Faria;

Pela Commissão Archeologica da India Portugueza — *O Oriente Portuguez*;

Pela Sociedade Nacional de Agricultura — *Monographia, O Assucar e o Alcool na Bahia — A Lavoura*;

Pelas redacções as *Revistas da Sociedade de Medicina e Cirurgia — O Trabalho*;

Pelas redacções, os jornaes — *Le Nouveau Monde — Jornal do Recife — Club Coritybano — Jornal Official do Amazonas — A Estrella.*

4ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 29 DE ABRIL DE 1904

Presidencia do Sr. Conselheiro C. H. Aquino e Castro

Às 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, desembargador Souza Pitanga, conselheiro José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, commendador Oliveira Catramby, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Dr. Antonio de Paula Freitas, general Francisco Raphael de Mello Rego, Eduardo Marques Peixoto, Dr. Alberto de Carvalho, coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo e Max Fleiuss, 2º secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem debate.

O Sr. Raffard, 1º secretario, lê o expediente que consta de diversas offertas e convites para que o Instituto se faça representar.

O Sr. Presidente diz que, por intermedio do consocio Sr. José Luiz Alves, o Sr. Antonio da Rocha Lemos offereceu uma medalha de prata commemorativa da Independencia, offerta que agradece em nome do Instituto.

O Sr. Dr. Alberto de Carvalho, offerece uma cópia extrahida do original guardado no Archivo do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro, relativa á cerimonia da collocação, na Cathedral, da urna contendo residuos mortuarios de Pedro Alvares Cabral.

O Sr. Presidente declara que o Instituto muito agradece as interessantes offertas.

O Sr. Marquez de Paranaguá communica que o Sr. Barão Homem de Mello, por justo motivo, deixa de comparecer.

O Sr. desembargador Pitanga offerece, em nome do Sr. Dr. Carlos R. Tobar, ministro do Equador junto ao governo do Brazil, dous livros seus: *Breves consideraciones acerca de educacion*, e *Consultas al diccionario de la lengua*.

O Sr. Presidente declara que o Instituto recebe com prazer as duas interessantes obras.

Achando-se sobre a mesa um convite do Instituto Polytechnico Brasileiro para a sessão solemne e commemoração ao 50º anniversario da Inauguração das estradas de ferro no Brasil e homenagem ao Visconde de Mauá, nomeia o Sr. Presidente os Srs. Marquez de Paranaguá, Max Fleiuss e conselheiro José Mauricio F. P. de Barros para representarem o Instituto.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, lê os seguintes pareceres:

Da commissão da admissão de socios — Em presença da proposta firmada pelos membros da Mesa e outros consocios, apresentada na sessão de 4 de março do corrente anno, junta por cópia, a commissão de admissão de socios é de parecer que merece ser recebido como socio honorario deste Instituto, Sr. Dr. Manoel de Mello Cardoso Barata. — Rio de Janeiro, 18 de

abril de 1904. — *João Carlos de Souza Ferreira*, relator; *A. de Paula Freitas*, *Manoel Francisco Correia*.

Fica sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte.

Da Comissão de Historia:

Acompanham a proposta do Dr. D. Eduardo Poirier para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, varios trabalhos impressos. O mais volumoso delles em dous volumes, é uma simples traducção, do inglez para o hespanhol, do conhecido romance «*Quo Vadis*», e isto por certo, não é titulo bastante para fazer do traductor um socio do Instituto.

Um exemplar do jornal *Lyra Chilena* traz tres paginas da penna do Sr. Poirier, ligeiramente esboçando o perfil biographico de M. E. Cabrera, presidente de Guatemala. Um numero da *America Literaria*, contem em oito paginas outra biographia do mesmo genero de D. German Riesco, escripta tambem pelo Dr. Poirier e tirada em avulso em um folheto que acompanha a proposta.

Ao lado de uma minuscula novella de Dias Sanchez offerecida ao Sr. Poirier, vem um pequenino folheto em que este faz a largos traços a biographia do seu offeritante. Um folheto sob o titulo de *La Republica Centro — America* tambem apresentado como trabalho do Sr. Poirier, é uma simples exposição, ou pequeno relatorio do pacto de união dos cinco estados da America Central, constando quasi todo de transcripções de artigos desse tratado internacional.

Finalmente, um outro exemplar da *Lyra Chilena*, que nada tem da lavra do Sr. Poirier, traz o seu retrato e alguns dados biographicos encomiasticos, onde se leem lisongeiras referencias ao seu estylo, aos seus artigos de jornaes, ás suas traducções, á sua carreira diplomatica; mas nenhuma referencia ahi se faz de qualquer obra sua, nem de qualquer cousa que o cite, ao menos como historiador.

Do exposto decorre que, de quanto foi apresentado como trabalho do Sr. Poirier, apenas são de sua lavra propria, tres pequenos rascunhos biographicos de um litterato e de dous Presidentes de Republica, simples noticias encomiasticas de paginas de revistas, sem terem absolutamente qualquer valor historico.

A proposta do Sr. Dr. D. Eduardo Poirier para socio correspondente do Instituto não está, portanto, amparada em titulos de recommendação de seus meritos como historiador, e julgamos absolutamente insufficientes para esse fim todos os trabalhos apresentados.

Rio, 17 de março de 1904. — *Dr. Alfredo Nascimento* (relator).

De perfeito accordo com o parecer do illustre relator.

E' mister insistir, com justiça e coragem, no intento de pôr cobro a pretensões descabidas.

Rio, 6 de abril de 1904. — *Dr. Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho*. — *Visconde de Ouro Preto*.

O Instituto resolve adiar a sua deliberação para occasião oportuna, archivando-se o processo.

Da Comissão de Historia :

A memoria que nos foi distribuida para admissão do Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo, como socio correspondente do Instituto Historico, tem por assumpto um episodio tristissimo do periodo calamitoso da guerra civil resultante da revolução de 6 de setembro. Abstrahindo das reminiscencias ainda vivazes e de paixões partidarias que em pontos da memoria se denunciam, e que não me cumpre analisar, o trabalho do candidato é prova de que elle possui os dotes de investigador e expõe com lucidez os factos averiguados; e para que persevere nos estudos historicos, entendo que não se lhe deve negar como estimulo, a graduação que ambiciona. — Rio, 22 de abril de 1904. — *Dr. Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, relator ; Visconde de Ouro Preto, Dr. Alvaro Nascimento.*

Foi approvedo e, em seguida, remetido á Comissão de Admissão de Socios, relator o Sr. conselheiro Souza Ferreira.

Da Comissão Subsidiaria de Historia:

Devia, de ha muito, fazer parte do nosso gremio o Conselheiro Dr. Candido Luiz Maria de Oliveira, proposto para socio effectivo, a 6 de abril de 1900.

Na verdade, tinha naturalmente um lugar indicado no seio da mais antiga e respeitavel associação scientifica e litteraria do Brazil, e naquella que se preza de prestar constante culto á memoria de D. Pedro II, o Magnânimo, quem, como S. Ex. foi duas vezes Ministro do saudosissimo soberano, dirigindo repartições importantes em dous gabinetes historicos, Dantas e Ouro Preto, — occupando no primeiro, o que iniciou a solução radical do problema servil, a pasta da guerra, e, no segundo, o que encerrou honrosamente o periodo imperial, a da justiça.

Por longos e fecundos annos, representou, de modo brilhante, o Conselheiro Candido de Oliveira, Minas Geraes, na Camara dos Deputados e no Senado.

Pode-se affirmar que não se agitou, no ultimo decennio da monarchia, questão alguma valiosa de politica ou administração na qual não intervesse S. Ex. dando eloquentes testemunhos de talento, illustração, actividade e civismo fóra do commun.

Depois da Republica, embora recolhido a nobre retrahimento, proveniente de rara fidelidade a sua antiga bandeira, continuou o Conselheiro Candido de Oliveira a salientar-se, como advogado acatadissimo, como jornalista insigne, — redigindo o *Liberdade* desde o inicio deste até ser saqueado e destruido em março de 1897, e como emerito professor do direito, procedendo sempre numa vida de trabalho e sacrificios, com exemplar correção.

Trata-se, pois, de um brasileiro notavel, por muitos e variados titulos.

E' copiosa a sua obra. Qualquer dos seus numerosos escriptos justificaria plenamente a sua admissão no Instituto. O que

nos foi apresentado e serve de base á proposta para socio — *Curso da Legislação Comparada* — qualificou-o de monumental a critica dos competentes.

E' um volume de cerca de 600 paginas, onde, com elevação, lucidez e elegancia de dizer, são condensadas e commentadas as lições de perto de 300 auctores sobre a formação das principaes nacionalidades contemporaneas e sobre as respectivas legislações.

No tocante ao Brazil, estuda minuciosamente as fontes das nossas leis e passa em revista tudo quanto se tem feito, em materia de direito publico e juridico, durante os nossos quatro seculos de vida social.

Não ha na litteratura nacional ou estrangeira tratado sobre o amplo assumpto que se compare a este—tratado revelador de vastos conhecimentos de jurista, historiador, homem de letras e homem de Estado.

A Commissão subsidiaria de historia entende, em resumo, que com a aquisição do Conselheiro Candido de Oliveira enriquece o Instituto a lista dos seus membros mais prestimosos, inscrevendo entre os delles um nome puro, illustre e aureolado por grandes serviços á Patria.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1904. — *Affonso Celso*, relator.
— *Max Fleiuss*. — *Rocha Pombo*.

Foi approvedo e, em seguida, remettido á Commissão de Admissão de socios, relator o Sr. conselheiro Manoel Francisco Correia.

O Sr. Eduardo Marques Peixoto pede ao Sr. Presidente que lhe conceda a palavra na sessão seguinte, pois deseja ler um trabalho que preparou para esse fim. E' concedida.

Nada mais havendo a tratar levanta-se a sessão ás 4 1/2 horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º Secretario.

OFFERTAS

Pelo Srs. Silio Boccanera Junior e A. Fernandes as seguintes obras — *Adelia Carré* — *O Grito da Consciencia* — *André Strahl*.

Pelo socio Sr. Barão de Studart — *Documentos para a Historia do Brazil*, especialmente a do Ceará.

Pelo Sr. Luiz Gama — *Primeiras Trovas Burlescas*.

Pela Associação protectora da Infancia Desamparada — *Relatorio*.

Pelo Instituto Hahnemanniano do Brazil — *Annaes*.

Pela Societé de Géographie Commerciale de Bordeaux — *Bulletin*.

Pela Societé de Géographie de Genève — *Le Globe*.

Pelo socio Sr. Vicente G. Quesada — *Los indios en las provincias del Rio de la Plata* — *Recuerdos de Mi Vida Diplomática*.

Pelo Museo Nacional de Mexico — Boletim — Annaes.
 Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro — Boletim.
 Pelas respectivas redacções as seguintes revistas: O Oriente
 Portuguez — Revista Mensal de la Camara Mercantil de Bar-
 racas al Sur, Archivos de Assistencia á Infancia.
 Pelo Sr. Dr. Vieira Fazenda — Discussão acerca da perso-
 nalidade de Jesus, por José de Gouvêa Mendonça.
 Pelas redacções os seguintes jornaes — Le Nouveau Monde
 — Jornal do Recife — Diario Official do Amazonas.

5ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE MAIO DE 1904

Presidência do Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Barão Homem de Mello, commendador Henrique Raffard, desembargador Souza Pitanga, commendador Oliveira Catramby, conselheiro José Mauricio Fernandes P. de Barros, Dr. Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, Eduardo Marques Peixoto, Dr. Antonio de Paula Freitas, conselheiro João Carlos de Souza Ferreira, Dr. Antonio da Cunha Barboza, Belisario Pernambuco, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e Max Fleiuss, 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta da sessão anterior a qual é approvada sem debate.

O Sr. Presidente, communica que o Sr. Conselheiro Manoel Francisco Correa, 1º vice-presidente, por justo motivo, deixa de comparecer.

O Sr. commendador Raffard, 1º Secretario, faz identica communicação relativamente ao Sr. Marquez de Paranaguá, 2º Vice-Presidente.

O Sr. commendador Raffard, 1º Secretario, lê o expediente que consta da seguinte carta do consocio effectivo Sr. coronel Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo:

— Exm. Sr. Presidente do Instituto Historico e Geographico.

Tendo de seguir para o Amazonas, como Prefeito do Alto Jurua, e na impossibilidade de despedir-me pessoalmente em sessão do Instituto, rogo a V. Ex. se digne de acceitar e transmittir aos illustres consocios as minhas saudações, os votos que faço pelo progresso do Instituto e o bem estar de cada um dos seus dignos membros; cubendo-me offerecer alli os meus serviços como um dos mais humildes socios dessa util instituição.

Com a mais distincta consideração e apreço, subscrevo-me de V. Ex. amigo affectuoso muito obrigado e criado, G. Thaumaturgo de Azevedo.—Rio, 17 de maio de 1904.»

O Sr. Presidente diz que, interpretando os sentimentos do Instituto, agradece as amaveis expressões do digno consocio.

OFFERTAS

As que foram lidas em sessão e constam do appendice.

O Sr. Belisario Pernambuco offerece em nome do Dr. Plátão C. de Albuquerque os seus trabalhos *Mechanica Celeste* (critica) e *Propaganda nacionalista* (Economia)

O 1.º Secretario lê os seguintes pareceres :

« Srs. socios do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

A commissão de fundos e orçamento examinou attentamente as contas apresentadas pelo digno consocio Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro, que substituiu no cargo de thesoureiro o Dr. Liberato de Castro Carreira, a cuja memoria a Commissão não póde deixar de prestar homenagem.

Estas contas referem-se ao periodo decorrido desde o fallecimento do Dr. Castro Carreira até 31 de dezembro de 1903. Dellas se ve que a receita foi de 24:503\$800, inclusive 7:430\$780, saldo do periodo anterior, 6:717\$220, liquido da venda de apolices municipaes e 201\$540, renda com applicação especial. A alienação dessas apolices foi opportunamente autorizada pelo Instituto.

Com os serviços ordinarios e extraordinarios do Instituto despendeu-se a quantia de 16:562\$750 e com a aquisição de apolices geraes (nas quaes foram convertidas as do emprestimo Municipal acima mencionadas) a de 6:536\$280. Toda a despesa está devidamente comprovada. Em 31 de dezembro havia o saldo de 1:404\$270, inclusive 201\$540, pertencente aos fundos especiaes sob a gerencia do Instituto. O nosso zeloso thesoureiro juntou ao balanço de 1903 algumas interessantes informações sobre a conversão das apolices e o numero e valor dos titulos dessa especie que possuímos. Lamenta elle, com razão, que fosse diminuto o producto das prestações recebidas dos consocios, e cita o facto notavel de não se ter vendido, no periodo de sua gestão, um unico exemplar da *Revista Trimensal*.

São, na verdade, lamentaveis estes factos. Quanto ao primeiro já o Instituto tem adoptado algumas providencias. Em relação ao segundo talvez fosse proveitoso encarregar uma ou mais livrarias do annuncio e venda, por conta do Instituto, de exemplares da *Revista*.

Pelo que fica exposto a Commissão é de parecer que sejam approvadas as contas do digno thesoureiro Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro, conforme o balanço de 31 de dezembro de 1903.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1904. — João Carlos de Souza Ferreira, relator. — José Mauricio Fernandes Pereira de Barros. — Belisario Pernambuco. »

Fica sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte.»

Da Commissão de Admissão de socios:

« Concordando com a opinião constante do parecer da Commissão de Historia, datado de 22 de abril ultimo, a Commissão de Admissão de socios pensa que deve ser admittido como socio

correspondente deste Instituto o Sr. Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo.

Sala do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 20 de maio de 1904.— *João Carlos de Souza Ferreira.*— *A. de Paula Freitas.*»

Fica sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte.

E' depois lida pelo mesmo Secretario a seguinte proposta:

«Propomos que seja elevado á classe dos honorarios, attendendo aos serviços relevantes que tem prestado ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, o socio correspondente desembargador Thomaz Garcez de Paranhos Montenegro.

Sala das sessões, 20 de maio de 1904.— *O. H. de Aquino e Castro.*— *Barão Homem de Mello.*— *Henrique Raffard.*— *Max Fleiuss.*— *A. F. de Souza Pitanga.*— *Oliveira Catramby.*— *B. T. de Moraes Leite Velho.*— *Eduardo Marques Peixoto.*— *Antonio de Paula Freitas.*— *João Carlos de Souza Ferreira.*— *Beli-sario Pernambuco.*— *Salvador Pires de Carvalho Albuquerque.*»

Vai á Comissão de admissão de socios, relator o Sr. conselheiro Manoel Francisco Correia.

Procedendo-se á votação do parecer da Comissão de Admissão de socios que havia ficado sobre a mesa, da anterior sessão, é o mesmo approvado e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama socio honorario do Instituto o Sr. Dr. Manoel de Mello Cardoso Barata, a quem se fará a devida comunicação.

Passando-se á ordem do dia, o Sr. Fleiuss lê um trabalho seu sobre as opiniões do Marechal Deodoro e Dr. Benjamin Constant relativamente á separação da Igreja do Estado e o Sr. Eduardo Marques Peixoto lê uma memoria de sua lavra sobre os *Descaminhos do ouro e ourives, 1693-1827.*

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º Secretario.

OFFERTAS

Pela Societá Africana da Italia — Bolletino.

Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro — Boletim, 10, 11 e 12.

Pelo Sr. J. F. Gonçalves Junior — Breve noticia sobre a propriedade rural no Estado da Bahia.

Pelo Sr. Pedro V. Renault — Indigenas de Minas Geraes.

Pelo Museu Goeldi — Boletim.

Pelo Grande Oriente do Brazil — Boletim.

Pelo Sr. José Carvalho — A Primeira Insurrecção Acreana.

Pelo Club Republicano de Commemorações Civicas — Commemoração Civica.

Pela Universidade de Santiago de Chile — Anales.

Pela Sociedad Cientifica Argentina — Anales.

Pelo Instituto Polytechnico Brasileiro — A Estrada de Ferro Mauá e o Visconde de Mauá.

Pelos Srs. A. Tavares de Lyra e desembargador Vicente S. Pereira de Lemos — Questão de Limites entre Ceará e Rio Grande do Norte, 1º e 2º volumes.

Pela Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico — Relatório.

Pelo socio Antonio Borges Sampaio — Sertão da farinha pôdre actual triangulo mineiro.

Pelo socio coronel Ernesto Senna — O Telegrapho no Brazil.

Pelo socio Romário Martins — O Rio Sahy.

Pela Société de Geographie Commerciale de Bordeaux — Bulletin.

Pelas redacções as seguintes Revistas :

Revista dos cursos da Escola Polytechnica — A Escola, Revista Maritima, Renascença n. 2.

Pelas redacções os jornaes « Le Nouveau Monde », « Jornal do Recife », *Diario Official* do Amazonas.

6ª SESSÃO ORDINARIA EM 3 DE JUNHO DE 1904

Presidencia de Sr. Conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, Visconde de Ouro Preto, Dr. Leite Velho, Eduardo Marques Peixoto, Drs. Antonio de Paula Freitas e Antonio da Cunha Barbosa, general Francisco Raphael de Mello Junior, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Dr. João Mendes de Almeida Junior e Max Fleiuss, 2º secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é, sem debate, approvada.

O Sr. Raffard, 1º Secretario, lê o seguinte expediente:

Officio do Sr. coronel Dr. Manoel Rodrigues de Campos, communicando a sua nomeação para director da Collegio Militar. — Inteirado e agradece-se.

Officio do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, solicitando a remessa de varios tomos da *Revista Trimestral*. — A' secretaria para providenciar.

Circular da Carnegie Institution, solicitando varios esclarecimentos. — A' secretaria.

O Sr. commendador Raffard, 1º secretario, diz que o digno consocio correspondente Dr. João Mendes de Almeida Junior offereceu ao Instituto um busto em gesso de seu finado pai o Dr. João Mendes de Almeida, que tambem pertenceu ao Instituto.

Propõe que se consulte á Casa sobre se permite seja collocado na sala das sessões o mesmo busto.

Não havenlo observações, dá o Sr. Presidente por approvada a proposta e agradece a offerta.

Pelo mesmo Sr. 1.^o secretario são lidos os seguintes pareceres da Comissão de Admissão de socios, os quaes ficam sobre a mesa para votação na sessão seguinte:

« A commissão subsidiaria de historia, em seu bem elaborado parecer de 22 de abril ultimo, demonstra amplamente a conveniencia de fazer parte do Instituto Historico o illustre Sr. conselheiro Candido Luiz Maria de Oliveira, ex-senador do Imperio e ex-ministro, autor do mui justamente apreciado *Curso de Legislação Comparada*, onde, como observa aquella commissão, « estudadas minuciosamente as fontes das leis do Brasil, é passado em revista tudo quanto se tem feito em materia de direito publico e privado, durante os nossos quatro seculos de vida social »

O parecer da Comissão de de Admissão de socios é que seja approvada a proposta para socio effectivo, do conselheiro Candido Luiz Maria de Oliveira.

Sala das commissões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 3 de junho de 1904. — *Manoel Francisco Corrêa*, relator. — *A. de Paula Freitas*. — *João C. de Souza Ferreira*. »

« De inteiro accordo com a justificada proposta da Mesa, subscrita por outros consocios, para que seja elevado á classe dos socios honorarios o prestante socio correspondente des-embargador Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, a Comissão de Admissão de socios é de parecer que a mesma proposta seja approvada.

Sala das commissões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 3 de junho de 1904. — *Manoel Francisco Corrêa*, relator. — *A. de Paula Freitas*. — *João C. de Souza Ferreira*. »

Procedendo-se á votação do parecer da Comissão de Fundos e Orçamento, que havia ficado sobre a mesa da anterior sessão, sobre as contas apresentadas pelo Sr. thesoureiro Dr. Francisco Baptista Marques Ribeiro, é o mesmo parecer approvedo unanimemente.

Corre-se em seguida o escrutinio para votação do parecer da Comissão de Admissão de socios, que ficara sobre a mesa da anterior sessão e sendo o mesmo approvedo, por unanimidade, o Sr. presidente proclama socio correspondente do Instituto o Sr. Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley e Araujo.

O Sr. Visconde de Ouro Preto pedindo a palavra faz algumas considerações sobre o andamento que tem tido a proposta que, com outros consocios, apresentou em 6 de novembro do anno passado; sobre a creação de um premio, em moeda corrente, ao autor da melhor monographia sobre os 13 annos de Governo no Brasil, do Principe Regente e Rei D. João VI. Lembra a conveniencia de ser resolvida, quanto antes, a questão, já sufficientemente informada.

O Instituto delibera que se officie ao Sr. conselheiro Barão Homem de Mello, que, em fevereiro do corrente anno, pediu vista dos papeis, solicitando-lhe que apresente o seu parecer até á proxima sessão ordinaria em que terá, definitivamente, de entrar em discussão o parecer já assignado pela maioria dos membros da commissão de estatutos e redacção.

O Sr. commendador Raffard, 1º secretario, diz que, devido aos concertos porque está passando o edificio do Instituto, o respectivo porteiro é obrigado a comparecer ás seis horas da manhã, só se podendo retirar ás 5 da tarde; acha, por isso, que se lhe deve dar uma gratificação de 30\$ mensaes, emquanto durarem as mesmas obras.

E' approvada esta proposta.

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 horas da tarde.

MAX FLEIUSS

2º Secretario.

OFFERTAS

- Pela Societá Africana d'Italia — Bolletino.
- Pelo Dr. Moncorvo Filho — Das amas de leite no Brazil.
- Pela Sociedade Humanitaria dos Empregados no Commercio de S. Paulo — 15º relatorio.
- Pela Societé de Geographie Commerciale de Bordeaux — Bulletin.
- Pela Junta Superior de Sanidad de la *Isla de Cuba* — Informe Mensuel.
- Pela Historical Society of Pensylvania — The Magazine.
- Pelo Instituto Hahnemanniano no Brasil — Annaes.
- Pelo Sr. Clemente Barrahona Vega — Juicios de escritores brasileiros.
- Pela National Geographic Society — The National Geographic Society.
- Pela commissão do Congresso Scientifico Latino-Americano — Terceira reunião.
- Pela Associação do 4º Centenario do Descobrimento do Brasil — 3º Livro do Centenario.
- Pelo Museu Nacional de Montevideo — Annaes.
- Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro — Boletim.
- Pela American Geographical Society — Bulletin.
- Pela Directoria Geral de Saude Publica — Boletim mensal.
- Pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia — Boletim.
- Pela Real Academia de la Historia de Madrid — Boletim.
- Pelo socio Dr. Emilio A. Goeldi — Os mosquitos no Pará.
- Pelo socio Dr. Ruy Barbosa — Discurso pronunciado na collação do grão de bacharel em sciencias e letras no collegio Anchieta, em Nova Friburgo.

Pelo Sr. Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme sua obra — *Genealogia Paulistana*, vol. 2º, 1904.

Pelo International Bureau of the Republics — *Monthly Bulletin*.

Pelo Instituto Geographico e Historico da Bahia — *Revista e relação dos socios*.

Pela Geographical Society of Philadelphia — *Um mappa*.

Polar Regions Baffin bay to Lincoln sea.

Pelo Archivo Publico Mineiro — *Revista*.

Pelo Oriente Portuguez — *Revista*.

Pelas redacções as revistas *Maritima e Renascença*.

Pelas redacções os *Le Nouveau Monde*, *Jornal do Recife*, *Club Coritibano*, *Diario Official do Amazonas*, *O Reformador*, *Gazeta Commercial e Financeira*.

7ª SESSÃO ORDINARIA EM 17 DE JUNHO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiro Aquino e Castro, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, conselheiro João Carlos de Souza Ferreira, Eduardo Marques Peixoto, Dr. Manoel de Oliveira Lima, Belisario Pernambuco, Dr. Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho e Max Fleiuss, 2º secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é sem debate approvada.

O Sr. Presidente declara que o Sr. Barão Homem de Mello, 3º vice-presidente, por justo motivo, deixa de comparecer.

O Sr. commendador Raffard, 1º secretario, faz igual comunicação relativamente ao Sr. Conselheiro Manoel Francisco Correia, 1º vice presidente.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, justifica igualmente a ausencia do Sr. Visconde de Ouro Preto.

O Sr. Raffard, 1º secretario, lê as offertas.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, apresenta e justifica a seguinte proposta, que é unanimemente approvada :

« O Instituto Historico e Geographico Brasileiro registra na acta da sessão de hoje um voto de louvor ao seu distincto consocio, Sr. Joaquim Nabuco, em attenção aos relevantes esforços pelo mesmo empregados na defesa do territorio nacional, a proposito da questão de limites com a Guyana Inglesa.

S. S. — Rio, 17 de junho de 1904. — *Max Fleiuss*. — *Henrique Raffard*. — *M. de Oliveira Lima*. — *Belisario Pernambuco*. — *Eduardo Marques Peixoto*. — *Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho*. — *João Carlos de Souza Ferreira*. — *Marquez de Paranaguá*. »

Procedendo-se á votação dos pareceres da commissão de admissão de socios, que haviam ficado sobre a mesa, da anterior sessão, são os mesmos approvados por unanimidade de votos e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama socio honorario — o socio correspondente desembargador Thomaz Garcez Paranhos Montenegro e socio effectivo o Sr. conselheiro Dr. Candido Luiz Maria de Oliveira.

Entrando em discussão a proposta assignada pelos Srs. Visconde de Ouro Preto, Henrique Raffard e Max Fleiuss sobre o premio ao autor da melhor monographia, relativa ao governo do Principe Regente e Rei D. João VI, no Brazil, o Sr. 2.º secretario lê o seguinte parecer de Sr. conselheiro Barão Homem de Mello :

« A idéa, aventada ultimamente no Instituto, de abrir-se concurso para apresentação de uma monographia historica sobre os treze annos do governo do Principe Regente, depois Rei D. João VI, no Brazil, está de accordo com as tradições do Instituto. Concursos semelhantes constituem a boa pratica seguida pela nossa associação nos tempos mais proximos de sua fundação. Póde-se ver em nossa *Revista* os importantes trabalhos historicos de nossos benemeritos consocios, que por esse meio elucidaram muitos dos mais interessantes pontos de nossa historia.

E occorre que o trabalho que se tem em vista assume na actualidade um character de verdadeira concatenação historica, pois que, sobre proposta minha, approvada pelos meus collegas da commissão de redacção, estão se reunindo nos ultimos numeros da *Revista*, os documentos historicos mais importantes á decada decorrida de 1821 a 1831.

E assim a monographia relativa ás decadas anteriores, em que incide o governo de D. João VI no Brazil, ficam sendo a introducção obrigada do trabalho já realizado pelo Instituto.

A pratica invariavelmente seguida pelo Instituto para o julgamento e consagração do merito desses trabalhos, tem sido sempre a outorga de uma medalha ao trabalho premiado. Para o concurso que se pretende abrir para a monographia historica sobre o treze annos de governo do Principe Regente, depois El-Rei D. João VI, apresentaram os nossos illustrados consocios Visconde de Ouro Preto, Henrique Raffard e Max Fleiuss uma proposta estatuinto, em vez de medalha, um premio pecuniario de cinco contos de réis para a melhor memoria apresentada.

Na mesma sessão em que esta foi offerecida ao Instituto, impugnei a innovação proposta, recordando a tradição constante seguida pela nossa associação sobre esta materia.

Citei, entre outros, os nomes dos consocios do Instituto, brigadeiro Machado de Oliveira e Joaquim Norberto, que foram premiados com a medalha de ouro por terem apresentado o melhor trabalho historico sobre theses formuladas pelo Imperador.

Durante os 66 annos de existencia que conta o Instituto, foi esta pratica constantemente observada pela nossa associação.

Existe, sim, em França o premio Monthyon, ponderei eu; mas tão philantropica instituição não existe entre nós. Sabe-se que este premio annual é permanente e foi instituido em 1816 pelo seu generoso doador, o Barão de Monthyon, em dous legados de dez mil francos cada um, sendo um para os premios de virtude e outro para a obra que for julgada mais util aos costumes, ambos a juizo da Academia Franceza.

Entrando em outra ordem de considerações, lembrei o maximo esculpulo que o Instituto tem sempre observado em suas finanças, attenta sobretudo a circumstancia de constar a maior parte de sua renda da subvenção de quatorze contos de réis que o mesmo recebe annualmente do Thésouro Nacional. Neste ponto observou o 1º secretario, Sr. Henri Raffard, que esses quatorze contos que recebemos annualmente valem menos que os nove contos annuaes, que o Instituto recebia até 1889. Esta consideração, porém, não illide a observação por mim feita de que o Instituto teve sempre na maior attenção a circumstancia de que os poderes publicos são fiscaes naturaes do dispendio das subvenções que concedem. E eu duvido do direito de converter em recompensa pecuniaria a juizo do Instituto sommas que não sejam exclusivamente da contribuição de seus socios. E nisso estou de accordo com os principios inflexiveis que sempre guardei em minha vida publica durante vinte annos.

Foi isto em sessão de novembro do anno passado.

O Instituto julgou de ponderação a materia, nomeando uma commissão especial, na qual tive a honra de ser incluído, para interpor parecer sobre a mesma.

Entraram as férias. Mas antes de se findarem estas, foi convocada em fevereiro do corrente anno sessão extraordinaria, á qual compareci. Nella foi lido o voto motivado do illustrado consocio Sr. Dr. Affonso Celso, a que deu o seu assentimento o Sr. 1º secretario Henri Raffard.

Como não me houvesse sido feita communicação alguma desse documento, o Instituto decidiu que me fosse o mesmo remettido para sobre elle emitir o meu parecer como membro da commissão.

Não tendo recebido ainda o mesmo documento, só de memoria posso referir-me aos argumentos nelle adduzidos para o fim de justificar a creação de um premio de cinco contos de réis para o melhor trabalho que se apresentar no concurso que se vai abrir.

Da mais detida reflexão que fiz sobre o assumpto, resultou robustecer-se ainda mais a minha anterior convicção contraria á substituição do premio honorifico conforme a pratica ininterrupta de 66 annos, por premio em dinheiro, e na avultada somma de cinco contos de réis.

No parecer invocou-se (cito de memoria) a lei do Conselho Municipal que creou o premio de cincoenta contos de réis para a melhor monographia que se organisasse sobre o Districto Federal. A verdade é que deste facto só ficou a lembrança do bom serviço que prestou o Instituto, contribuindo para que fi-

cassee, como ficou, sem effeito uma lei que desde o seu começo tivera contra si o repudio da opinião publica.

Pelo que se refere á pratica do nosso Instituto, vê-se que deixou-se de conferir premios ainda honorificos a trabalhos da maior relevancia historica, que figuraram nos annaes da nossa associação; taes, entre outros, as eruditissimas memorias de nossos consocios Gonçalves Dias, Freire Allemão, Joaquim Caetano, Visconde de Araguaya, Macelo, Joaquim Norberto, que elucidaram pontos tão importantes da nossa historia.

Por incumbencia do Instituto organizou o nosso finado consocio coronel Conrado Jacob de Niemeyer a Carta Geral do Imperio do Brazil, verdadeiro monumento de geographia patria.

O nosso finado presidente Joaquim Norberto, por incumbencia do mesmo Instituto, escreveu a *Historia da Inconfidencia Mineira*, que representa annos e annos de trabalho. E todo o galardão que receberam foi a propria consciencia dos serviços prestados e os applausos de seus concidadãos.

São estas as tradições do Instituto.

Devemos nós abandonal-as, substituindo por uma deprimente cogitação de dinheiro os nobres estímulos da intelligencia, unica fonte fecunda dos trabalhos litterarios, verdadeiramente dignos desse nome?

Penso de modo inteiramente contrario.

Aos novos engenhos, que tanto desabrocham já no seio da nova geração, nós os depositarios das tradições do Instituto só temos a apontar uma vereda: aquella que seguiram os nossos maiores.

Não será com o meu voto que na realização de uma idéa patriótica, como é o concurso que pretendemos abrir, venha uma preocupação material de lucro deformar-lhe as linhas e amesquinhar-lhe as proporções.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1904. — *Homem de Mello.*»

Em seguida o mesmo Sr. 2º secretario lê o parecer anterior da maioria da Comissão de Estatutos e Redacção, assignado pelos Srs. Dr. Affonso Celso e Henri Raffard, opinando pelo premio em dinheiro.

O Sr. Presidente diz que se acham em discussão os pareceres.

O Sr. Raffard, 1º secretario, pedindo a palavra diz poder assegurar ao Instituto que no dia immediato á segunda sessão realizada a 19 de fevereiro ultimo, remetteu, acompanhada de officio, ao Sr. Barão Homem de Mello, cópia de todos os papeis relativos a essa questão. Diz mais que por diversas vezes o Sr. Barão Homem de Mello conversou com o orador sobre a materia, informando-o de certos desejos que pretendia realizar com relação ao premio em dinheiro; nunca, porém, lhe notando a falta de remessa dos papeis para que S. Ex. pudesse dar o seu parecer.

Não pôde affirmar se o Sr. Barão os recebeu; garante, porém, que foram entregues na residencia de S. Ex. pelo porteiro do Instituto.

O Sr. conselheiro Souza Ferreira declara-se favoravel ao premio em dinheiro; mas como membro da Commissão de Fundos e Orçamento acha que devem ser tomadas algumas providencias a respeito.

Sobre esse ponto fazem observações os Srs. Raffard, Fleiuss e Belisario Pernambuco.

O Sr. conselheiro Souza Ferreira pensa que deve ser encerrada a discussão, adiando-se, entretanto, a votação para a sessão seguinte, o que propõe.

O Sr. presidente declara que vai-se votar o adiamento.

Respondem *sim*, pelo adiamento, os Srs. Souza Ferreira e Marquez de Paranaguá; respondem *não*, querendo a decisão immediata, os Srs. Raffard, Fleiuss, Oliveira Lima, Marques Peixoto, Leite Velho e Pernambuco.

A' vista deste resultado, o Sr. Presidente declara que vai proceder á votação da proposta e do parecer da maioria da commissão de estatutos e redacção, bem como do Sr. Barão Homem de Mello.

Votam pelo parecer da maioria da commissão, estabelecendo o premio de 5:000\$, os Srs. Raffard, Fleiuss, Souza Ferreira, Oliveira Lima, Marques Peixoto, Leite Velho e Pernambuco.

Vota pelo parecer apresentado pelo Sr. Barão Homem de Mello o Sr. Marquez de Paranaguá.

O Sr. Presidente não tomou parte em nenhuma destas duas votações.

O Sr. Pernambuco requer a retirada da proposta, que com outros dignos consocios apresentou, relativamente ao Sr. D. Manoel Estrada Cabrera para socio correspondente.

O Instituto concede a retirada.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, diz que tendo apresentado com o apoio de outros dignos consocios na 19ª sessão ordinaria do anno passado um projecto de reforma dos estatutos, foi o mesmo distribuido ao Sr. Barão de Alencar para emittir parecer, como membro, que era, da commissão de estatutos e redacção.

Acontece, porém, que S. Ex. agora não faz parte dessa commissão e assim o orador pede ao Sr. Presidente que se digne nomear outro relator.

O Sr. Presidente declara que na sessão seguinte nomeará o relator em substituição, bem como a commissão para regulamentar o concurso sobre a monographia relativa ao governo de D. João VI no Brazil.

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 horas.

MAX FLEIUSS,

2º Secretario.

OFFERTAS

Pelo socio Damasceno Vieira sua obra *Memorias Historicas Brasileiras* (2 volumes).

Pela Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira, Boletim.

Pela Repartição da Carta Maritima do Rio de Janeiro, Boletim, ns. 10, 11 e 12.

Pela Sociedade Cientifica Argentina, Anales.

Pelo Instituto Geographico Argentino, Boletim.

Pela Real Sociedade Geografica de Madrid, Boletim.

Pela Directoria Geral de Saude Publica, Boletim Mensal.

Pela American Geographical Society, Boletim.

Pelo Grande Oriente do Brazil, Boletim.

Pelo Instituto Geographico e Historico da Bahia, *Relação dos socios*.

Pela Société de Géographie Commerciale de Bordeaux, Boletim.

Pelo socio Dr. Nelson Coelho, o Estado de Minas Geraes na Exposição de S. Luiz.

Pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, Boletim.

Pela Societá Geografica Italiana, Boletino.

Pela Sociedade de Geographia de Lisboa, Boletim.

Pelas redacções as seguintes revistas: *O Trabalho, Revista Commercial e Financeira, Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia, Revista Medico Cirurgica do Brazil, Revue Thérapeutique des Alcaloides, Revista Mensual de la Camara Mercantil*.

Pelos Srs. Laemmert & C, Almanak para 1904.

Pelo 2º secretario Sr. Max Fleiuss, Poderes dos Bispos sobre os Sodalícios e Inviolabilidade da Propriedade da Igreja, pelo Dr. Ferrer.

8ª SESSÃO ORDINARIA EM 1 DE JULHO DE 1904

*Presidencia do Sr. conselheiro Manoel Francisco Correia
(1º Vice Presidente)*

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, Visconde de Ouro Preto, Dr. Manoel de Oliveira Lima, Rocha Pombo, Dr. Antonio da Cunha Barbosa, desembargador Paranhos Montenegro, conselheiros Souza Ferreira, Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Dr. Leite Velho, Belisario Pernambuco, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem debate.

O Sr. Presidente informa que o Sr. conselheiro Aquino e Castro, Presidente do Instituto, por justo motivo deixa de comparecer.

O Sr. commendador Raffard, 1º Secretario, declara que o Sr. Barão Homem de Mello, 3º Vice-Presidente, por motivo identico tambem não comparece.

O mesmo Sr. 1º Secretario informa que o Instituto foi convidado pela Academia de Medicina para a solemnidade do 75º anniversarios de sua fundação, tendo-se feito representar pelo digno consocio Dr. Alfredo Nascimento, que tambem faz parte daquella illustre associação.

OFFERTAS

As que foram lidas em sessão e constam do appendice, destacando-se as do consocio Dr. M. de Oliveira Lima, do seu trabalho — *Secretario d'El-Rey* — e Belisario Pernambuco, da sua conferencia. — *A Redempção dos Proletarios*.

O Sr. 2º Secretario lê a seguinte declaração: « Declaro que se fosse presente á sessão do Instituto de 17 do corrente, teria votado pelo premio em dinheiro ao autor da melhor monographia sobre os 13 annos de reinado no Brazil do Rei D. João VI. Rio 27 de junho de 1904. — *J. I. Martins Junior*. »

O Sr. 2º Secretario diz que autorizado pelos Srs. Drs. Affonso Celso e Rodrigo Octavio faz a mesma declaração.

O Sr. 1º Secretario diz que por ordem do Sr. Presidente foram restaurados os bustos existentes na sala das sessões, trabalho que importou em 130\$000.

Solicita pois, do Instituto a approvação dessa despesa. E' concedida a approvação.

O Sr. Fleiuss propõe que se agradeça ao *Jornal do Brasil* o interesse que tem demonstrado pelo Instituto, publicando dous extensos artigos, um delles com a planta do actual edificio, e salientando a conveniencia de ser o Instituto accommodado em local onde possam caber a sua grande bibliotheca, os seus archivos, o seu museo e as suas preciosas estampas que se estão deteriorando por falta de espaço, E' approved.

O Sr. desembargador Paranhos Montenegro profere depois as seguintes palavras:

« Meus caros consocios, o estudo da geographia e da historia, principalmente de nosso paiz, sempre mereceu a minha especial attenção e grande predilecção, desde que comecei a conhecer as letras.

Quando minhas indagações sahiram da estreita zona de meu torrão natal e se estenderam até esta cidade, o que mais me impressionou foram os trabalhos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Data isso de perto de cincoenta annos.

Causava-me enthusiasmo a dedicação tão proficua quão desinteressada dos illustres varões que aqui se congregavam para estudos importantes, e admirava os seus trabalhos.

Para mim achava tão honroso e elevado o título de socio deste Instituto, que nunca me passou pela mente que me pudesse ser conferido.

Escrevendo um livro sobre o *Rio S. Francisco*, offereci-lhe um exemplar para sua bibliotheca.

Ajuizae de minha surpresa e satisfação, quando, algum tempo depois, ha perto de trinta annos recebi a communicacão de ter sido eleito seu socio correspondente.

Meu contentamento subiu ao maior auge, quando da cópia do parecer ácerca de minha admissão, que me foi enviada e de que foi relator o eminente homem de letras e sabio geographo Dr. Candido Mendes, vi que alli se dizia que aquelle trabalho era o melhor que até então se tinha publicado sobre o alludido rio.

Para este juizo, demasiadamente generoso, devia ter influido a circumstancia de que eu descrevia o que tinha visto, e não era um simples repetidor do que outros diziam.

Bem sabeis os equívocos que se dão na historia e na geographia, só pela repetição do que outros disseram e escreveram, sem se verificar a sua exactidão, não se podendo considerar uma censura a rectificação desses equívocos.

Nem to los, porém, assim o entendem.

No meu trabalho apontei diversos enganos de alguém que tinha escripto um livro sobre aquelle rio, sem conhecel-o por si, mas aproveitando-se apenas do que tinha lido.

Isso valeu-me na introduccão de uma segunda edição do livro a que alludo as mais grosseiras aggressões.

Não me molestel, porque os erros ficaram registrados, mas este facto muito contribuiu para o meu retrahimento na publicação de trabalhos, que quasi todos ficaram destinados só para meu uso particular.

Méro socio correspondente, que nunca tinha vindo a esta cidade, só em 1894 tive ingresso neste recinto.

Acompanhando desde então com assiduidade e interesse os trabalhos desta douta corporação, cada vez mais se accentúa a minha admiracão.

E' tal a minha ufania por pertencer a este Instituto, que, sempre que se offerece occasião, que eu muitas vezes procuro, não me descuido de, com desvanecimento, dar a conhecer que sou socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Será talvez uma infantilidade de que não me posso emancipar. Aqui nada tenho feito em relação aos estudos especiaes desta corporação.

Trabalhos outros me têm roubado a attentção, mas não me tenho descuido de cooperar para dar-lhe recursos de que precisa para sua manutencão.

Este pequeno serviço foi exaggerado por vossa generosidade, conferindo-me agora o honroso título de socio honorario.

Eu vos agradeço tão elevada distincção, e vos prometto empregar todos os meus esforços para a prosperidade da mais notavel associacão scientifica de nosso paiz. Obrigado.»

— O Sr. 1.º Secretario lê a seguinte proposta, que é remettida á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o Sr. Dr. Paula Freitas :

« Propomos para socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Sr. D. Manoel Estrada Cabrera, Presidente de Guatemala, e que por seus trabalhos e elevada posição social se acha no caso do merecer esta distincção por parte do Instituto.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1904. — *Marquez de Paranaguá*. — *Henrique Raffard*. — *Max Fleiuss*. — *T. G. Paranhos Montenegro*. — *Salvador Pires de Carvalho Albuquerque*. — *A. da Cunha Barbosa*. — *M. de Oliveira Lima*. — *J. C. de Souza Ferreira*. — *B. T. de Moraes Leite Velho*. — *Visconde de Ouro Preto*. — *Eduardo Marques Peixoto*. — *Rocha Pombo*. — *Belisario Pernambuco* ».

O Sr. Fleiuss, diz que em novembro do anno passado teve a honra de apresentar uma proposta para alteração dos estatutos e pede agora ao Sr. Presidente lhe conceda que substitua aquella proposta pela que ora offerece, tambem amparada pelo prestigio de mais dous illustres consocios :

« Propomos que nos actuaes estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro sejam feitas as seguintes alterações, de grande beneficio para o prestigio da associação :

Art. 4.º O Instituto se comporá de :

§ 1.º Socios effectivos.

§ 2.º Socios honorios.

§ 3.º Socios correspondentes.

§ 4.º As actuaes classes de benemeritos e bemfeitores ficarão extinctas desde que os socios a ellas pertencentes, até a data da approvação da presente reforma, tenham desapparecido.

Art. 5.º Os socios effectivos serão em numero de 66, os honorarios de 50, os correspondentes de 100.

Art. 6.º Os socios de qualquer classe poderão ser nacionaes ou estrangeiros.

Art. 7.º

Só poderão ser socios honorarios :

a) os socios effectivos que tenham prestado serviços notaveis ao Instituto, ou exercido por mais de sete annos consecutivamente cargos de directoria ou das commissões permanentes, pelo mesmo periodo de tempo.

b) os socios correspondentes que tiverem entrado para o Instituto por meio de trabalhos sobre historia, geographia e ethnographia do Brasil, distinguindo-se por seu valor intellectual e só depois de annos de permanencia na classe dos correspondentes ;

c) as pessoas que por sua idade provecta, consummado saber e distincta representação, revelados especialmente nos departamentos da historia, geographia e ethnographia.

§ 2.º Os socios honorarios serão propostos pela maioria dos membros da mesa e demais socios, sendo a proposta informada

pela Comissão de admissão de socios e depois votada em escrutínio secreto, na sessão seguinte á da leitura do parecer.

§ 3.º Os socios honorarios pagarão apenas o diploma, podendo esta contribuição ser dispensada pelo Instituto, quando se tratar de pessoa nas condições da lettra c do art. 7º.

Art. 8.º Supprimam-se os ns. 2 e 3 e o § 1º.

Art. 9.º Supprimam-se os ns. 1 e 2.

Art. 10. Supprima-se.

Art. 11. Supprima-se.

Art. 12. Supprima-se.

Art. 15. Observem-se as alterações feitas depois da data dos actuaes estatutos.

Art. 16. O diploma será assignado pelo Presidente e pelo 1º Secretario.

Art. 17. Observem-se as alterações já approvadas.

Art. 21. Os membros da mesa serão :

§ 1.º Um Presidente.

§ 2.º Tres Vice-Presidentes.

§ 3.º Um 1º Secretario.

§ 4.º Um 2º Secretario.

§ 5.º Um Orador.

§ 6.º Um Thesoureiro.

Art. 26, § 1.º Cada socio presente lançará na urna duas cédulas, uma, contendo o nome do Presidente, dos Vice-Presidentes, do 1º Secretario, do 2º Secretario, do Orador e do Thesoureiro, e outra, contendo o nome dos membros das diversas commissões.

§ 2.º A apuração será, porém, feita separadamente e só depois de proclamados os membros da mesa se procederá á apuração das commissões.

Art. 27. O Presidente tomará posse e dirigirá superiormente todos os trabalhos do Instituto.

§ 1.º Em falta do Presidente regerá o 1º Vice-Presidente, o qual será substituido pelo 2º ou 3º e pelo 1º Secretario, na falta deste regerá as sessões o socio effectivo mais antigo que se achar presente.

§ 6.º Nomear o Bibliothecario, sob proposta do 1º Secretario e *ad referendum* do Instituto.

Art. 29. O 1º Secretario, que será o membro nato da Comissão de Estatutos e Redacção, terá a seu cargo a correspondencia, a expedição de diplomas, o archivo, a bibliotheca e o museu do Instituto. A elle compete :

§ 3.º Mandar arrolar os manuscritos, etc.

§ 6.º Supprima-se.

Art. 30. Ao 2º Secretario compete :

§ 3.º Providenciar sobre a compra dos objectos necessarios ao expediente, attendendo á respectiva verba do orçamento, verificando todas as contas, que serão depois visadas pelo 1º Secretario.

§ 4.º Providenciar sobre a guarda, distribuição e venda dos exemplares da *Revista Trimensal*, do que fará a devida es-

cripturação, entregando a importancia das vendas ao The-soureiro.

Art. 31. Supprima-se, substituindo-se pelo seguinte :

Na ausencia dos Secretarios durante as sessões, o Presi-dente nomeará, dentre os socios presentes, quem suppra as re-spectivas faltas.

Art. 35. Ao Bibliothecario compete o que se acha con-signado no regulamento approved em 1896 e publicado na acta da sessão ordinaria de 8 de março do mesmo anno.

Art. 45. Ao Escripturario cabe :

§ 1.º Escrever o que fôr necessario ao serviço do Instituto, sob as ordens immediatas do 1.º e do 2.º Secretario.

Art. 46. Ao porteiro cabe :

§ 4.º Cumprir as ordens do 1.º Secretario, bem como as do 2.º, sobre expediente e serviço do Instituto.

Capitulo 8.º Supprima-se.

Approvadas que sejam estas alterações, a Mesa mandará sem demora imprimir os novos estatutos.

Rio, 28 de junho de 1904.—*Max Fleiuss*. — *B. T. de Moraes Leite Velho*. — *Rocha Pombo*.»

Vai á Comissão de Estatutos e Redacção, sendo relator o Sr. Dr. Affonso Celso.

O Sr. Fleiuss diz que o Sr. conselheiro Candido de Oliveira desejava tomar posse de sua cadeira na presente sessão. Não o pôde, porém fazer devido a trabalhos de natureza inadiavel, fi-cando, entretanto, certo de comparecer na proxima sessão.

O Sr. Belisario Pernambuco pede ao Sr. Presidente que seja feita a nomeação da comissão que deve regulamentar o concurso sobre a monographia relativa ao governo de D. João VI no Brasil, achando que devem ser escolhidos para tal fim os autores do projecto.

O Sr. Presidente declara que o Sr. conselheiro Aquino e Castro, Presidente do Instituto, conforme consta da ultima acta, ficou de fazer essa nomeação na sessão de hoje. Não tendo com-parecido por motivo imprevisto, acha conveniente esperar a sua decisão a respeito.

O Sr. Pernambuco assevera ser dos que mais respeitam e admiram o venerando Presidente do Instituto e que, fazendo o pedido, teve unicamente em vista evitar que o concurso soffra maiores delações, pois sabe que os candidatos desejam quanto antes iniciar os seus estudos, carecendo, porém, de uma orien-tação sobre as regras do certamen.

O Sr. Fleiuss diz que o Instituto pôde perfeitamente dar desde já, por approvada a nomeação que o seu sabio Presidente fizer, não carecendo para isso esperar-se pela proxima reunião, Assim se resolve por unanimidade.

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 horas da tarde.

Nota — O Sr. conselheiro Aquino e Castro, Presidente do Instituto Historico, por acto de 2 de julho nomeou os Srs. Vis-conde de Ouro Preto, Drs. Alfredo Nascimento e B. T. Moraes

Leite Velho, membros da Comissão de Historia, para redigirem o regulamento do concurso sobre a monographia relativa ao governo do Principe Regente e Rei D. João VI no Brazil.

MAX FLEIUSS,
2º secretario.

OFFERTAS

Pela Alaska Boundary Association — *The Alaska Boundary*.
Pela Real Sociedade Geografica de Madrid — *Boletim*.
Pela Directoria Geral de Saude Publica — *Boletim Mensal*.
Pela Societé Imperiale des Naturalistes de Moscow — *Bulletin*.

Pela Revista da Commissão Archeologica — *O Oriente Portuguez*.

Pelosocio Dr. Ernesto Quesada — La Propriedad Intelectual en el derecho Argentino — Recuerdos de mi vida diplomatica.

Pelo Sr. Ferreira da Rosa — *O Commentario*.

Pelo Instituto Hahnemaniano do Brasil — *Annaes*.

Pelo Archivo do Estado de São Paulo — Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de S. Paulo. Vol. 42, 43.

Pelas Redacções *Le Nouveau Monde*, *Jornal do Recife*, *Club Corytibano*, *Diario Official do Amazonas*.

9ª SESSÃO ORDINARIA EM 15 DE JULHO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, desembargador Souza Pitanga, Visconde de Ouro Preto, desembargador Paranhos Montenegro, commendador Oliveira Catramby, Drs. Antonio da Cunha Barbosa, Manoel de Oliveira Lima, Belisario Pernaambuco, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é sem debate approvada.

O Sr. Presidente declara que o Sr. Barão Homem de Mello, 3º vice-presidente, por justo motivo, deixa de comparecer.

Achando-se na ante-sala o novo socio effectivo Sr. conselheiro Candido de Oliveira, o Sr. Presidente nomeia os Srs. secretarios para introduzill-o no recinto. Ahi chegado, o Sr. Presidente dirigiu-lhe a seguinte allocução :

« Sr. conselheiro Candido Luiz Maria de Oliveira—O Instituto Historico e Geographico Brasileiro com summo prazer vos

recebe hoje em seu gremio, certo de que o valioso concurso de vossa esclarecida e activa collaboração dará brilho e vigor a esta patriótica associação litteraria, que tanto mais se engrandece quanto mais avulta a superioridade moral e intellectual de seus dignos associados.

Tendes titulos que muito vos recommendam á nossa estima e justo apreço — caracter, talento e illustração; com tão elevados attributos facil ser-vos-ha distinguir-vos entre os homens de letras que aqui cultivam a sciencia da historia.

Elles affectuosamente vos acolhem e, por meu intermedio, vos dirigem cordiaes saudações.»

O Sr. conselheiro Candido de Oliveira, pedindo a palavra, lê o seguinte discurso :

« Srs. membros do Instituto—Ao entrar no recinto, onde perduram os ecos de tantas tradições do patriotismo e da sciencia, sou dominado pelo terror religioso, que se apossa dos espiritos em frente das cousas sagradas.

E' um logar profundamente historico este em que o Instituto celebra as suas sessões.

Parte integrante do antigo Paço Imperial da cidade, agora convertido em repartição da Republica, esta casa lembra, cada momento, os successos de que emergiu a Independencia e evoca na memoria de todos a inesquecivel imagem do bonississimo Soberano, o Augusto Protector do Instituto.

Aqui bem perto, em modesto salão do velho palacio dos Vice-Reis, funcionava a commissão doCodigo Civil, a cujos trabalhos assistia em pessoa o Imperador e onde tive a fortuna de encontrar-me, tantas vezes, com o nosso douto presidente.

E foi do seu alpendre, por uma manhã sombria e melancolica, que, na hora do exilio, o Monarcha destronado disse o supremo adeus a terra da Patria, partindo para a viagem de onde não mais devia voltar !!!

Portavimus umbram Imperii, diziam os gaulezes da época gallo-romana.

Tambem este edificio, destinado á *Pacifica scientiæ occupatio*, é, no meio das transformações da sociedade contemporanea, um como porto de abrigo, o asylo consolador, onde se pôde fallar do passado e se illuminam ao facho vivificador da critica os successos da Historia.

Sejam, pois, as minhas primeiras palavras, ao ver aquella cadeira sempre vazia, o preito de sentida homenagem á memoria de D. Pedro II, maior ainda no tumulo de S. Vicente do Fóra do que quando presidia os destinos do povo, que lhe embalara o berço.

Elle não dormirá eternamente na terra estrangeira...

A mesma Inspiração, que levou o povo francez a recolher na chrypta dos Invalidos os restos do seu genial guerreiro; ha de guiar os brasileiros, na cruzada em prol do regresso a terra de Santa Cruz das cinzas do seu primeiro cidadão.

Agradeço-vos me terdes chamado a collaborar na patriótica obra de reconstrução scientifica do passado, idealizada pelos

fundadores do Instituto e com tão nobre perseverança continuada durante mais de meio seculo. Honras ha que não se solicitam, mas se aceitam com justo desvanecimento.

Fazem cinco annos que, já no limiar da velhice, acceitei um logar no alto professorado, para dedicar ao culto immarcescível do direito as reliquias de uma actividade, outr'ora desperdiçada nas pugnas extenuantes da politica.

Quizestes, na vossa generosidade sem par, confundir o obscuro combatente, abrindo-lhe os cancellos da mais antiga associação scientifica do Brazil.

E foi precisamente este livro, onde condensei a traços largos as lições destinadas á mocidade das escolas de Direito o diploma da investidura do neophito.

Hesitei ante a insigne distincção, sobretudo quando a vossa comissão subsidiaria de historia me confundia, exaggerando o merecimento de um trabalho de character meramente didactico.

Ha, porém, casos na vida, em que o dever supremo é a obediencia.

Eis-me hoje acudindo ao talvez imprudente chamamento.

Postando-me entre os egregios consocios, serei o ultimo delles pela exiguidade dos recursos.

Alentar-me-ha, porém, a interrupta fé de ser, de ora em diante, neste alto centro scientifico, tambem o obscuro operario da grande causa, a que tão denodadamente servis — a causa da sciencia, e que é igualmente a dignificação da Patria.»

O Sr. desembargador Souza Pitanga, orador, responde-lhe nos segintes termos :

« Sr. conselheiro Candido Luiz Maria de Oliveira—O Instituto Historico e Geographico Brasileiro exulta todas as vezes que no seu gremio assoma um novo obreiro e sente sinceramente vibrar-lhe a fibra do contentamento porque cada vulto que aqui penetra é um asserto de que em nossa patria não desfallece o amor da sciencia.

Em vossa individualidade, porém, avulta nobre sentimento porque aqui entraes, já consagrado pela tradição, quer no tocante á sciencia, quer á vida politica de nossa patria..

Desde o tirocinio do joven advogado e jornalista, terçando valentemente as armas na arena forense e na arena jornalística de vossa terra natal, até o batalhador parlamentar que soube conquistar a posição eminente que occupastes, quando elevado aos Conselhos da Corôa, no benemerito Ministerio Dantas, que vos contiou a pasta directora do Exercito Nacional no período grave da evolução abolicionista; e no Ministerio historico que fechou, com firmeza, que se impoz aos proprios adversarios, o cyclo de vida da Monarchia brasileira.

Mas o traço especifico que justifica o vosso advento ao nosso gremio é a aptidão scientifica e a capacidade de historiador que revelastes no trabalho historico-juridico que serviu de base á vossa admissão.

Entrai, pois, na officina da historia com a familiaridade com que penetraes os arraiaes da sciencia!»

O conselheiro Correia dirige também algumas palavras de congratulação ao novo socio, recordando a época em que ambos faziam parte do antigo Senado e dizendo que nesta saudação julgava interpretar também os sentimentos dos Srs. Marquez de Paranaguá e Visconde de Ouro Preto.

O Sr. commendador Raffard, 1º secretario, lê o expediente que consta de um convite para a distribuição de premios no concurso das fachadas para a Avenida Central, cerimonia na qual o Instituto foi representado pelo Sr. Conselheiro Corrêa e pelo 1º secretario, e do seguinte officio do consocio honorario Dr. Manoel Barata:

« Rio de Janeiro, 12 de julho de 1904 — Illm. e Exm. Sr. — Cumpro o grato dever de accusar recebido o officio de V. Ex., datado de 4 de junho ultimo, communicando-me que em sessão de 20 do mez precedente fui eu eleito e proclamado socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Posto me conheça carecido de titulos para tamanha distincção, confesso-me profundamente penhorado pela elevada honra que, por sua benevola e respeitavel deliberação, aprouve a essa conspicua e benemerita associação conferir-me.

Quanto em mim couber, buscarei merecel-a, pondo ao serviço do Instituto os meus nenhuns prestimos, suppridos pela boa vontade de ser esforçado cooperador da sua prosperidade.

Tenho a satisfação de assegurar a V. Ex. os sentimentos da minha subida consideração e apreço.

Illm. e Exm. Sr. commendador Henrique Raffard, muito digno 1º secretario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.— *Manuel de Mello Cardoso Barata.*»

O Sr. Presidente diz que o Instituto fica inteirado.

Pelo Sr. 2º secretario é lida a seguinte proposta, que vai á Comissão de Admissão de Socios, relator o Sr. conselheiro Correia: «Propomos para socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Sr. Barão de Muritiba, em cuja pessoa concorrem todos os requisitos exigidos pelo § 1º do art. 10 dos Estatutos.

Sala das sessões, 15 de julho de 1904 — *G. H. de Aquino e Castro.* — *Manoel Francisco Correia.* — *Marquez de Paranaguá.* — *Henrique Raffard.* — *Max Fleiuss.* — *A. F. de Souza Pitanga.* — *Visconde de Ouro Preto.* — *T. G. Paranhos Montenegro.* — *Belisario Pernambuco.* — *A. da Cunha Barbosa.* — *Eduardo Mirques Peixoto.* — *M. de Oliveira Lima.* — *Condido de Oliveira.* — *Barão de Alencar.* »

O Sr. 1º secretario diz que o Sr. Dr. Marques Pinheiro, digno thesoureiro, communica ter comprado para o Instituto quatro apolices da divido publica a saber:

Tres ao preço de 992\$	2:976\$000
Sello	3\$300
Corretagem.	7\$500
Total	2:986\$800

Uma ao preço de	991\$000
Sello	1\$100
Corretagem	2\$500
	<hr/>
	994\$600
Total.	3:981\$400

As apolices teem os ns. 279.082, 279.083, 279.084 e 189.361.
A compra effectuou-se por intermedio do corretor Alfredo G. V. do Amaral.

O Sr. Presidente declara que o Instituto fica inteirado.

O mesmo Sr. 1º secretario lê o seguinte balancete, que é remettido a commissão de fundos e orçamento, sendo relator o Sr. conselheiro Souza Ferreira.

BALANCETE DO 2º TRIMESTRE DE 1904 DO INSTITUTO HISTORICO
GEOGRAPHICO BRAZILEIRO

Receita

No Banco Commercial em 30 de março.	1:649\$260
Em caixa	12\$970
Em caixa, renda com applicação especial	39\$000
	<hr/>
	1:701\$230

Annuidade dos Srs. :

Affonso Celso Assis Figueiredo.	12\$000
Amaro Cavalcante.	12\$000
Antonio Olyntho dos Santos Pires	12\$000
Arthur Sauer	12\$000
Barão de Loreto	12\$000
Evaristo Nunes Pires	12\$000
João Barbosa Rodrigues	12\$000
José Antonio Rodrigues Oliveira Catramby.	12\$000
Ovidio F. Trigo Loureiro	12\$000
José Mauricio P. Barros.	12\$000
J. Carlos S. Ferreira.	12\$000
Rodrigo O. Langgard Menezes	12\$000
Eduardo Marques Peixoto	12\$000
Antonio Cunha Barbosa	12\$000
Capistrano Abreu.	12\$000
Salvador Pires Carvalho Albuquerque	12\$000
Manoel de Oliveira Lima.	12\$000
Candido de Oliveira	6\$000
	<hr/>
	210\$000

Joia dos Srs. :

Candido de Oliveira	50\$000
Vicente Ferrer.	50\$000
José F. de Oliveira	50\$000
Prestação do Thesouro Federal.	5:833\$330

Juros em conta corrente do Banco Commercial	12\$530
	<hr/> 7:907\$090 <hr/>

Despeza

Fornecimento á Secretaria	150\$000
Folhas de empregados	1:530\$000
Gratificação ao porteiro.	60\$000
Sello	\$600
Commissão aos cobradores	46\$500
Depositado na Caixa Economica.	9\$000
Saldo que passou para o 3º trimestre no Banco Commercial	6:061\$790
Em caixa	49\$200
	<hr/> 7:907\$090 <hr/>

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1904. — Dr. B. Marques Pinheiro, thesoureiro.

OFFERTAS

As que foram lidas em sessão e constam do appendice, destacando-se a que é feita pelo consocio Sr. Belisario Pernambuco do n. 1 do 1º anno da *Revista Maçonica*, da Grande Loja do Chile.

Passando-se á ordem do dia, é lido o parecer da comissão especial nomeada pelo Sr. Presidente e composta dos Srs. Visconde de Ouro Preto, Drs. Alfredo Nascimento e Leite Velho, para regulamentar o concurso sobre a monographia relativa ao governo do Principe Regente e Rei D. João VI no Brazil.

Fazem a proposito observações os Srs. conselheiros Corrêa, Visconde de Ouro Preto, Oliveira Lima, Raffard e Fleiuss, declarando o Sr. Visconde de Ouro Preto que, como relator, acceptava as indicações offerecidas.

E' approvedo o regulamento nos seguintes termos :

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro resolve :

1. Para a concessão do premio de cinco contos de réis, em moeda nacional, que será conferido á melhor monographia

sobre o governo do Principe Regente, depois Rei D. João VI, no Brazil, e o acto do reconhecimento, por esse soberano, da Independencia do Imperio, observar-se-ha o seguinte :

II. A creação do premio será communicada a todas as associações litterarias e scientificas, nacionaes ou estrangeiras, com as quaes o Instituto se corresponde, solicitando-lhes que ao facto dêem a maior publicidade possivel e que promovam concorrência ao alludido certamen.

III. Este será annuciado nos jornaes de grande circulação da Capital Federal e nos de cada Estado da União.

IV. A concorrência será encerrada no dia 7 de setembro de 1907.

Até essa data aquelles que pretenderem disputar o premio deverão ter remettido o seu trabalho, em carta registrada, ao 1º secretario do Instituto, ou em mãos deste entregue mediante recibo.

V. As monographias poderão ser manuscriptas, impressas ou estampadas a machina e deverão ser firmadas por um pseudonymo, revelado ao presidente do Instituto, em carta reservada, tambem registrada, ou pessoalmente entregue, na qual o autor declarará seu nome, nacionalidade e residencia.

VI. Encerrada a concorrência, elegerá o Instituto, em sessão convocada para o dia immediato, uma commissão de seus membros, que emittirá parecer sobre o merecimento e classificação das monographias apresentadas.

Os membros da commissão serão em numero impar, maior ou menor, conforme o dos trabalhos a examinar.

VII. Sobre, o parecer que será formulado no prazo maximo de tres mezes, impresso e distribuido, deliberará o Instituto em sessão convocada para oito dias depois da distribuição, e que poderá ser prorogada para os immediatos, concedendo o premio e as menções honrosas que julgar merecidas.

VIII. Após a deliberação, serão abertas e lidas as cartas reservadas a que se refere a resolução 5ª, afim de verificar-se a quem couberam o premio e as menções honrosas.

IX. A solemnidade da entrega do premio e da declaração das menções honrosas terá logar no dia 28 de janeiro de 1908.

X. A monographia premiada será impressa na *Revista do Instituto*.

A commissão de redacção decidirá sobre o destino das demais, restituindo as que forem reclamadas por seus autores.

XI. O autor que tiver divulgado o seu trabalho antes da deliberação do Instituto, ficará excluido da concorrência.»

Levanta-se a sessão ás 5 horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º secretario,

OFFERTAS

Pelo Sr. Bernardo Horta de Araujo — Historia do Brazil, por Beauchamps, em 10 volumes.

Pela Société de Géographie Commerciale de Bordeaux — Buletin.

Pela Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia — Boletim.

Pelo National Geographic Magazine — The Magazine.

Pelo Congresso Internazionale di Scienze Storiche — Atti.

Pelo socio Dr. Vicente Ferrer de B. W. Araujo — A execução de Silvino de Macedo.

Pela Société des Etudes Indo-Chinoises — Géographie Physique, Economique et Historique de la Conchinchina.

Pela Academia de Commercio — Boletim.

Pela Société Géografica Italiana — Bolentino.

Pela Società Africana de Italia — Bolentino.

Pela American Geographical Society — Bulletin.

Pelo Cuerpo de Ingenieros de Minas del Perú — Boletim.

Pela Real Academia de la Historia de Madrid — Boletim.

Pelas redacções as seguintes revistas — Cartophila, Medico Cirurgica do Brazil, Revista Maritima, Revista Mensal de la Camera Mercantil da Provincia de Buenos Aires, Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia.

Pelas redacções os seguintes jornaes — Le Nouveau Monde, Jornal do Recife, Club Coritibano.

Pelo Sr. 2º secretario Max Fleiuss — Superior Tribunal de Justiça do Recife, Acção ordinaria commercial.

Pelo Sr. coronel Ernesto Senna — O Commercio do Porto (Bodas de Ouro).

10ª SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE JULHO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, desembargador Souza Pitanga, Visconde de Ouro Preto, desembargador Paranhos Montenegro, commendador Oliveira Catramby, Dr. Manoel de Oliveira Lima, conselheiro Canido de Oliveira, Rocha Pombo, Belisario Pernambuco, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem debate.

O Sr. Presidente communica da seguinte forma o fallecimento do consocio effectivo Sr. general Francisco Raphael de Mello Rego :

« Senhores — Com muito pezar tenho hoje a communicar-vos a perda de um nosso distincto consocio Sr. general Fran-

cisco Raphael de Mello Rego, fallecido nesta capital no dia 23 do corrente.

O illustre finado, assiduo companheiro em nossos trabalhos desde 1898, recommendava-se á geral estima em que era tido, não só pelas suas qualidades pessoais e relevantes serviços que prestara como militar e funcionario publico, mas ainda como homem de letras e erudito escriptor, especialmente em assumptos de historia do Brazil.

Entre os seus trabalhos contam-se a *Historia da Revolução Praieira* e a *Memoria sobre limites de Goyaz e Matto Grosso*, que lhe serviu de titulo de admissão ao nosso gremio, revelando-se nesses estudos o espirito illustrado e criterioso de habil escriptor.

O Instituto Historico cumpre hoje rigoroso dever fazendo inserir na acta da presente sessão um voto de profundo pezar por tão funesto acontecimento. »

O Sr. Fleiuss, 2º secretario, communica que o Sr. Barão Homem de Mello, 3º vice-presidente, por imperioso motivo deixa de comparecer.

O Sr. commendador Raffard, 1º secretario, lê o expediente, que consta de :

Um officio da Delegacion Para la Adopcion de Una Lengua Auxiliar Internacional, datado de Buenos Ayres, de Julho corrente, o qual é remettido á Commissão de Redacção, e um officio da Sociedade União dos Proprietarios, enviando a quantia de vinte cinco mil réis (25\$000) para auxiliar a obra de arte no logar onde repousam os restos mortaes de Pedro Alvares Cabral.

OFFERTAS

As que foram lidas em sessão e constam do appendice.

O Sr. 1º secretario lê o seguinte parecer da commissão de admissão de socios, o qual fica sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte :

« A commissão de admissão de socios, conformando-se com a proposta da mesa, assignada tambem pelos socios presentes na sessão anterior, para ser incluido entre os socios honorarios do Instituto o illustre Sr. Barão de Muritiba, é de parecer que a mesma proposta seja approvada. Rio, 29 de julho de 1904. — Manoel Francisco Correia, relator. — Antonio de Paula Freitas — Souza Ferreira. »

O mesmo secretario lê a seguinte proposta que é remettida á commissão de Historia, sendo relator o Sr. Dr. Alfredo do Nascimento :

« Propomos para socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Sr. Dr. Alcibiades Furtado, natural do Pará, com 41 annos de idade, bacharel em sciencias juridicas e sociaes, formado na Faculdade de Direito do Recife, em 1885, residente nesta capital, servindo de base para sua admissão, nos termos do art. 7º dos estatutos, o seu trabalho inedito,

O Morgado dos Viscondes d'Assêca no Brazil. Rio, 29 de julho de 1904. — *M. de Oliveira Lima.* — *Henrique Raffard.* — *E. Marques Peixoto.* »

O Sr. Presidente communica ao Instituto o que ha não só sobre a cessão, por parte do governo, de um terreno na *Avenida Central* para a construcção do edificio do Instituto, como do que lhe informou o Sr. ministro do interior relativamente ao edificio da praia da Lapa.

Sobre esses assumptos fazem longas considerações os Srs. Pitanga, Raffard, Correia, Fleiuss, Paranhos Montenegro, Ouro Preto, Paranaguá e Presidente, deliberando, afinal o Instituto, por proposta do Sr. Fleiuss, com mettér ao Sr. Presidente, cujas provas de interesse pelo Instituto são constantes e innegaveis, o estudo e providencias sobre essa importante questão. Levantase a sessão ás 5 horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º secretario.

OFFERTAS

Pelo Cuerpo de Ingenieros de Minas del Peru. — *Boletim.*

Pela American Geographical Society. — *Bulletin.*

Pela Directoria Geral dos Correios. — *Boletim Postal.*

Pela Real Sociedad Geografica de Madrid. — *Boletim.*

Pela Directoria Geral de Saude Publica. — *Boletim Mensal.*

Pelo Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia. — *Archivos.*

Pelo Sr. Pedro Sanches de Lemos. — As Aguas Thermaes de Poços de Caldas.

Pelo Sr. Pedro d'Able. — A peste bubonica desmascarada em Pernambuco.

Pelo Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro. — *Relatorio.*

Pela Societé de Geographie de Genève. — *Le Globe.*

Pela Sociedad Cientifica Argentina. — *Anales.*

Pela Real Academia dei Lincei. — *Atti del Congresso Internazionale di Scienze Storeche di Roma.*

Pelo Instituto Paraguay. — *Revista* ns. 45, 46, 47 e 48.

Pelo Museu Nacional de Buenos Ayres. — *Anales.*

Pelo Museu Nacional do Mexico. — *Anales.*

Pela Junta Superior de Sanidad de la isla de Cuba. — *Informe Mensual.*

Pela Sociedade Nacional de Agricultura. — *Boletim.*

Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro. — *Boletim* ns. 21 e 22.

Pelas redacções as seguintes revistas — *La Nueva America Carlophila, O Trabalho e Brazilian Mining Review.*

Pelas redacções os seguintes jornaes *Le Nouveau Monde, Jornal do Recife e Diario Official do Amazonas.*

11ª SESSÃO ORDINARIA EM 12 DE AGOSTO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

Às 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, Max Fleiuss, Visconde de Ouro Preto, conselheiro Candido de Oliveira, Dr. Antonio da Cunha Barboza, commendador Oliveira Catramby, Dr. Antonio de Paula Freitas, Rocha Pombo e Eduardo Marques Peixoto, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, servindo de 1º, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem debate.

O Sr. Presidente designa o Sr. Marques Peixoto para servir de 2º Secretario.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, servindo de 1º, lê o expediente que consta de um officio do *Instituto dos Bachareis em Lettras*, datado de 11 do corrente, declarando ter recebido o convite circular do Instituto, relativo ao concurso sobre a historia do governo de D. João VI no Brasil.

O mesmo Sr. Secretario informa que o Sr. Barão Homem de Mello, 3º Vice-Presidente, por justo motivo, deixa de comparecer.

Diz mais que mandou expedir a todos os Governadores, Arcebispos, Bispos, redactores dos principaes jornaes dos Estados, associações litterarias, consulados e legações, o convite circular sobre o concurso para a historia do governo de D. João VI no Brasil.

Informa ainda que o distincto consocio Sr. Senador Dr. Manoel de Mello Cardoso Barata se tem esforçado junto á Mesa e commissão de Orçamento do Senado Federal para que tenha andamento o projecto que autoriza a franquia postal para as publicações do Instituto, sendo de esperar, á vista de tão notavel patrocínio, que o referido projecto se transforme em breve numa realidade, da qual tanto necessita a associação, e que é aproveitada pelos outros gremios do paiz.

O Sr. conselheiro Correia pede noticias sobre a publicação do tomo LXVI da *Revista do Instituto*.

O Sr. Presidente declara acharem-se muito adiantados os trabalhos da primeira parte desse tomo.

OFFERTAS

As que foram lidas em sessão e constam do appendice, destacando-se a que é feita pelo Sr. Marquez de Paranaguá, de um novo volume dos *Documentos para a Historia dos Cortes Geraes da Nação Portuguesa*, tomo VIII, 1831.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, servindo de 1º, lê o seguinte marecer da Commissão de Admissão de Socios, o qual fica sobre a pesa para ser votado na primeira sessão.

« Os estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro determinam no art. 10, § 1º, que o titulo de socio honorario será conferido — ás pessoas que, por sua idade provecta, consummado saber e distincta representação, estejam em circumstancias de justificar a proposta. Nestas condições o Sr. D. Manuel Estrada Cafrera, actual Presidente reeleito da Republica de Guatemala, está nas condições de pertencer ao gremio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, não só pela distincta representação que occupa no seu paiz, como também pelas circumstancias de serviços incontestavelmente animadores que alli tem prestado á instrucção, organisando com alto esplendor o Album e as Festas de Minerva, consagrados ao ensino da infancia, fundando institutos de ensino de diversos ramos, e offerecendo ao nosso Instituto o elegante Album das Festas Escolares de 1902, onde se acham varios pensamentos e dedicatorias de representantes de quasi todos os paizes da America.

Pensa, pois, a Commissão de Admissão de Socios, que a proposta apresentando-o para socio honorario, assignada por membros conspicios do Instituto Historico, está nas condições de ser approvada.

Sala das sessões, em 29 de julho de 1904. — *A. de Paula Freitas*. — *João Carlos de Souza Ferreira*.

Corrido o escrutinio para a votação do parecer da Commissão de Admissão de Socios, que havia ficado sobre a mesa da anterior sessão, é o mesmo approvado por unanimidade, e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama socio honorario o Sr. Barão de Muritiba.

Em seguida o Sr. Marques Peixoto pede a palavra e lê um trabalho seu sobre a «Vaccina no Rio de Janeiro, de 1798 a 1821».

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 horas da tarde. —

EDUARDO MARQUES PEIXOTO,

Servindo de 2º secretario

OFFERTAS

Pelo Internacional Bureau of the American Republics — «Monthly Bulletin».

Pela Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia — «Boletim».

Pela Directoria Geral de Saude Publica — «Boletim Mensal».

Pelo Corpo de Ingenieros de Minas del Perú — «Boletim».

Pela Sociedade de Geographia de Lisboa — «Boletim»

Pelo Sr. Luiz Gonzaga da Silva Leme — sua obra «Genealogia Paulistana».

Pelo socio Sr. Ermelino A. de Leão — «A Secular Pendencia».

Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro — «Boletim».
Pela Administração Superior da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro — «Relatorio».

Pela National Geographe Society — «The National Geographie Magazine».

Pelo Quinto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia — «Memorias», 1º e 2º volumes.

Pela Society of Pensylvania — «The Pensylvania Magazine».

Pelo Instituto Hahnemanniano do Brazil — «Annaes».

Pela Escola Pratica de Commercio de S. Paulo — «Conferencias» « varias Noticias e Discursos ».

Pela Repartição da Carta Maritima — «Boletim».

Pelo socio Dr. Vicente Quesada — «Recuerdos de Mi Vida Diplomatica».

Pelo Sr. Dr. Lyra Costa — «Santa Casa de Misericordia Paraense».

Pelas redacções, as seguintes revistas: «La Vie Medical», «Revista Medico-Cirurgica do Brazil», «Revista do Centro de Sciencias, Letras e Artes», «Revista de la Real Academia de Ciencias exactas, Fisicas y Naturales de Madrid», «Revista Maritima», «Revista de la Camera Mercantil de Avellaneda», «O Oriente Portuguez».

Pelas redacções, os seguintes jornaes: «Le Nouveau Monde», «Jornal do Recife», «Club Corytibano», «Diario Official do Amazonas».

12ª SESSÃO ORDINARIA EM 26 DE AGOSTO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, desembargador Souza Pitanga, Visconde de Ouro Preto, conselheiros Candido de Oliveira, João Carlos de Souza Ferreira, Dr. Manoel de Oliveira Lima, desembargador Paranhos Montenegro, Dr. Antonio da Cunha Barbosa, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Dr. Leite Velho, Belizario Pernambuco, Rocha Pombo, commendador Oliveira Catramby, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é, sem debate, approvada.

O Sr. Raffard, 1º Secretario, lê o seguinte expediente:

Officio do Dr. Vicente Machado, Presidente do Paraná, datado de 15 de agosto, declarando ter providenciado sobre a

publicação do regulamento para o concurso da historia do Governo de D. João VI no Brazil — Muito se agradece.

— Officio da Sociedade Belga de Astronomia, datado de 30 de julho ultimo, convidando o Instituto a se associar ao mesmo gremio. — A' Secretaria.

— Carta do consocio Julius Meili, datada de Zurich, de 8 de junho ultimo, remettendo o seu trabalho — *A moeda fiduciaria no Brasil*, em dois volumes. — Muito se agradece a importante offerta.

Telegramma do consocio honorario Dr. Susviela Guarch, Ministro do Uruguay, agradecendo as felicitações do Instituto pela festa nacional desse paiz. — Inteirado.

O Sr. 1º Secretario communica que o Sr. Conselheiro Correia, 1º Vice-Presidente, por justo motivo, deixa de comparecer.

Igual comunicação fez o 2º Secretario, com relação ao Sr. Barão Homem de Mello, 3º Vice-Presidente.

O Sr. Presidente communica nos seguintes termos o fallecimento do consocio effectivo Dr. José Isidoro Martins Junior :

« Senhores, mais uma perda e bem sensivel acaba de soffrer o Instituto Historico:

A 22 do corrente falleceu nesta Capital o estimavel consocio Dr. José Isidoro Martins Junior.

Com profundo pezar vê-se o Instituto para sempre privado do valioso concurso de tão illustrado collaborador, e faz, como deve, inserir na acta de hoje a cordial expressão de seus sentimentos.

O illustre morto deixa de seu nome as mais gratas recordações, pelo brilhantismo com que em sua breve, mas luminosa existencia, serviu ás lettras e ás sciencias, exercendo as elevadas funções que no magisterio, na politica e na administração foram confiadas ao seu patriotismo e cultivada intelligencia.

Suas sabias lições, nós o esperamos, serão aproveitadas pelas gerações novas, que hoje com razão, lamentam o infausto acontecimento que tanto nos contristou.

As honrosas manifestações que acompanham o finado ao tumulto são o justo tributo do apreço devido ao verdadeiro merito.»

O Sr. 1º Secretario lê as offertas. Corrido o escrutinio para votação do parecer da commissão de Admissão de socios, que havia ficado sobre a Mesa, da anterior sessão, e relativo ao Sr. D. Manoel Estrada Cabrera, é o mesmo approved por maioria de votos, e acto continuo o Sr. Presidente proclama o mesmo Sr. D. Manoel Estrada Cabrera, socio honorario do Instituto.

Não havendo parecer, nem leituras, o Sr. Presidente levanta a sessão ás 4 horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º Secretario.

OFFERTAS

Pelo Sr. A. Eloy da Camara, presidente do Centro da Industria e Commercio de Assucar no Rio de Janeiro, 2 volumes Crise do Assucar, Representação e Memorial — O centro da Industria e Commercio do Assucar.

Pelo Sr. Provedor da Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de N. S. da Candelaria — Relatorio de julho de 1904.

Pelo Sr. Manuel Dominguez — «La Sierra da la Plata».

Pelo Sr. Dr. Alvaro Gurgel de Alencar — «Diccionario Geographico, historico e descriptivo do Estado do Ceará.»

Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro — «Boletim».

Pelo Museo Nacional de Mexico — «Anales».

Pela Geographical Society of the Pacific — «Transactions and Proceedings».

Pela Comissão do Serviço Geologico de Portugal — Communicações.

Pela American Geographical Society — «Bulletin».

Pelo Grande Oriente do Brazil — «Boletim».

Pela Directoria Geral de Saude Publica da cidade do Rio de Janeiro — «Boletim».

Pelo Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — «Archivos».

Pela Universidad de Santiago de Chile — «Anales».

Pela Junta Superior de Sanidad de la Isla de Cuba — Informe Mensual.

Pelas redacções, as seguintes revistas : «Revista da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro», «Revista Cartophila», «O Trabalho» e a «Renasçença».

Pelas redacções, os jornaes «Le Noveau Monde», «Jornal do Recife» e «Club Corytibano».

13ª SESSÃO ORDINARIA EM 9 DE SETEMBRO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, desembargador Souza Pitanga, Visconde de Ouro Preto, Dr. Manoel de Oliveira Lima, desembargador Paranhos Montenegro, Dr. Antonio de Paula Freitas, conselheiro Camelo Lampreia, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, conselheiro Candido de Oliveira, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem debate.

O Sr. Raffard, 1º Secretario, lê o seguinte expediente :

Officio do 1º secretario do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, de 1 de setembro, convidando o Instituto para a sollemnidade commemorativa do 61º anniversario da installação daquelle gremio, a realizar-se a 8 do corrente. — Agradece-se e o Sr. Presidente declara ter nomeado para representarem o Instituto os Srs. Marquez de Paranaguá e Dr. Leite Velho.

Officio do Prefeito de Niteroy, de 4 de setembro, convidando o Instituto para se representar na inauguração do monumento a D. João VI, agora restaurado naquella cidade. — Agradece-se e o Sr. presidente declara ter nomeado os Srs. desembargador Souza Pitanga e Dr. M. de Oliveira Lima para representarem o Instituto.

Carta do Governador de Santa Catharina, de 19 de agosto ultimo, communicando ter mandado annunciar o concurso sobre a historia do governo de D. João VI no Brazil. — Muito se agradece.

O mesmo Sr. 1º Secretario lê as offertas.

O Sr. Presidente diz que o Sr. conselheiro Francisco Augusto de Lima e Silva offereceu ao Instituto um interessante quadro historico representando a *Passagem da Ponte dos Afogados*, em Pernambuco, acompanhado da seguinte carta :

« O quadro representando a *Passagem da Ponte dos Afogados*, em Pernambuco, durante o combate de 12 de setembro de 1824, pertenceu ao marechal Francisco de Lima e Silva, que commandou em chefe as forças legaes.

Por sua morte, a 2 de dezembro de 1853, foi aquelle quadro offerecido por seus filhos, Duque de Caxias, Conde de Tocantins e Baroneza de Suruhy, ao marechal Marquez da Gavea. Fallecendo o Marquez da Gavea, ficou o mesmo quadro em poder de seu genro o Conde de Tocantins. Posteriormente foi-me entregue este quadro pela Condessa de Tocantins, quando falleceu seu marido, em 1894.

E' provavel que o Instituto Historico possua em seu riquissimo archivo o relatorio em que transcreveu a noticia da morte do marechal Francisco de Lima e Silva, senador do Imperio, e por onde melhor poderá avaliar do valor do quadro que tenho a subida honra de offerecer. »

O Sr. Presidente diz que o Instituto recebe com muito agrado a preciosa offerta.

O Sr. Fleiuss offereceu em nome do consocio effectivo, Sr. conselheiro Ruy Barbosa, um exemplar do trabalho por este elaborado sobre os *Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte*. — O Sr. Presidente manda agradecer.

O Sr. Presidente declara que o Sr. Barão Homem de Mello offerece ao Instituto a memoria que apresentou ao 3º Congresso Scientifico Latino Americano sobre *Sciencias Pedagogicas* e um numero do periodico *A Aspiração*.

Aproveita o ensejo para informar que o mesmo Sr. Barão Homem de Mello, por motivo justo, tem deixado de comparecer ás sessões.

O Sr. commendador Raffard faz identica communição, relativamente ao consocio Dr. Alfredo do Nascimento.

O Sr. Marquez de Paranaguá declara que assistiu, representando o Instituto, á festa do Instituto dos Advogados.

O Sr. desembargador Souza Pitanga declara que a commissão nomeada para representar o Instituto na sessão em homenagem a D. João VI, realizada a 7 do corrente, em Nietheroy, desempenhou-se da sua incumbencia.

O Sr. conselheiro Camelo Lampreia prevalece-se da oportunidade para dar testemunho do brilhantismo que teve a solemnidade acima referida, constituindo uma homenagem historica inteiramente justa e verdadeira.

Salienta o valor das orações pronunciadas, referindo-se ás do orador official, o Sr. Oliveira Lima e do presidente da sessão, o Sr. Desembargador Souza Pitanga.

O Sr. Presidente diz que o Instituto recolhe as estimaveis palavras do digno consocio Sr. Ministro de Portugal.

O Sr. Oliveira Lima diz que, devendo partir em breve para o seu novo posto em Venezuela, despede-se do Sr. presidente e demais membros do Instituto, agradecendo as provas de boa camaradagem que lhe foram dispensadas, e offerecendo seus serviços.

O Sr. Presidente declara que o Instituto agradece as amaveis expressões, fazendo votos pela feliz viagem e completo exito da missão que o digno consocio vai representar.

O Sr. Presidente convida o Sr. conselheiro Correia para substituir o Sr. Barão Homem de Mello na commissão que deve dar parecer sobre a reforma dos estatutos.

Passando-se á ordem do dia, é dada a palavra ao Sr. Marques Peixoto, que lê um trabalho seu sobre a descoberta da *Ilha da Trindade*.

Levanta-se a sessão ás 4 $\frac{1}{2}$ horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º Secretario.

OFFERTAS

Pelo socio Sr. Conselheiro Ruy Barbosa. — Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, Razões finais.

Pela Bibliotheca Rio-Grandense — Relatorio.

Pela Geographischen Gessellschaft in Hamburgo — Mitteilungen.

Pela Inspectoria Geral de Hygiene do Estado da Bahia — Anuario.

Pela Sociedade de Geographia de Lisboa — Boletim.

Pela Directoria Geral dos Correios — Boletim Postal.

Pela Repartição da Carta Maritima — Boletim.

Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro — Boletim.

Pelo Sr. Armando Dias — Perfis e impressões.

Pelo Sr. Alberto Souza — Memoria Historica sobre o Correio Paulistano.

Pelas redacções, as revistas: a *Revista Maritima*, *O Oriente Portuguez e Luz*.

Pelas redacções os jornaes *Diario Official do Amazonas*, *Gazeta Commercial e Financeira*, *Jornal do Recife*, *O Seculo*, *L'Etoile du Sud*, *Portugal Moderno*, *Cametá e Reformador*.

Pelo socio Sr. Barão Homem de Mello — Memoria apresentada no 3º Congresso Scientifico Latino Americano, sobre sciencias pedagogicas e A A-piração.

14º SESSÃO ORDINARIA EM 7 DE OUTUBRO DE 1904.

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, Barão de Loreto, desembargador Paranhos Montenegro, contra-almirante Calheiros da Graça, Drs. Affonso Arinos, Rodrigo Octavio, Antonio de Paula Freitas, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, padre Corrêa de Almeida, Rocha Pombo, monsenhor Vicente Lustosa, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é, sem debate, approvada.

O Sr. Raffard, 1º Secretario, lê o seguinte expediente:

— Convite para a sessão solemne em homenagem ao finado Dr. Martins Junior, a realizar-se no dia 11 do corrente, na Associação dos Empregados do Commercio. — O Sr. Presidente nomeia o Sr. conselheiro Salvador Pires para representar o Instituto.

— Officio do encarregado de Negocios do Brazil em Lisboa, datado de 14 de setembro ultimo, declarando que promoverá os meios de ser divulgado em Portugal o concurso aberto pelo Instituto para a historia do Governo de D. João VI no Brazil.

— Inteirado e agradece-se.

Carta de Principe D. Luiz de Orleans e Bragança nos seguintes termos:

« Sr. 1º Secretario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. — Com grande satisfação recebi ultimamente o officio, com data de 26 de Julho proximo passado em que, communicando-me que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro resolveu por unanimidade de suffragios em sessão de 6 de Novembro ultimo, eleger-me para o cargo de socio honorario e tambem se serviu V. S. remetter-me o respectivo diploma. Muito me penhora a honra que me confere tão

illustre Associação, á qual meu magnanimo e saudoso avô, o Sr. D. Pedro II, constantemente favoreceu e afagou com sua augusta protecção e que, ha longos annos já, presta ao Brazil tão importantes serviços no dominio das sciencias historicas e geographicas. Pedindo a V. S. queira apresentar ao Instituto a expressão destes meus sentimentos, rogo-lhe receba a segurança da minha elevada consideração. 31 de agosto de 1904. — *Luiz de Orleans e Bragança.*» — Inteirado. — Circular da *Carnegie Institution*, datada de Washington, de 25 de agosto ultimo, solicitando varias informações. — A' Secretaria.

O Sr. conselheiro Correia participa ao Instituto que, á vista do seu estado de saude, pretende passar algum tempo fóra desta Capital, offerecendo desde já os seus prestimos em Miguel Burnier.

O Sr. Presidente agradece em nome do Instituto, que faz sinceros votos pelo restabelecimento da preciosa saude do seu digno 1º Vice-Presidente.

O Sr. Fleiuss communica que o Sr. Barão Homem de Mello, 3º Vice-Presidente, por motivo de molestia em pessoa de sua familia deixa de comparecer á sessão. Communica igualmente que o Sr. Visconde de Ouro Preto não comparece por justo motivo.

O Sr. Raffard lê as offerlas, destacando-se a do consocio Sr. Marques Peixoto, feita nos seguintes termos:

« Offereço ao Instituto a cópia do Alvará de 7 de fevereiro de 1554, de D. João III.

Vê-se pelo referido documento que Gaspar Alvares, filho de Diogo Alvares, o *Caramurú*, foi, pelo Capitão Geral do Brazil, Thomé de Souza, em virtude do Regimento que trouxe e poderes que nelle tinha, a 6 de julho de 1553, armado em cavalheiro, em recompensa de seus serviços prestados em tempos de guerra e paz.

Gaspar Alvares requereu a D. João III a confirmação da sua mercê, a qual, de facto, obtêve em 7 de fevereiro de 1554.

Jaboatão, no seu importante estudo sobre a *Genealogia das principaes familias*, na parte referente á familia de *Caramurú*, fl. 138, vol. 52, da *Revista* deste Instituto, faz referencias a Gaspar Alvares, dizendo «ter sido elle casado com Maria Rabello, irmã de Lobo Rabello, escrivão da alçada, officio que lhe deu El-Rei, pelo que perdeu em Arsila, na Africa, onde era morador, quando se perdeu aquella fronteira.»

A presente copia foi extrahida de uma outra authenticada, do *Archivo Publico*, com a devida permissão do seu digno Director.

Acha-se o registro na *Torre do Tombo*, livro III de privilegios de D. João III, fl. 103 v., onde são encontrados outros alvarás, *mutatis mutandis*, relativos a Gabriel Alvares e João de Figueiredo, filho e genro de *Caramurú*, e José alvares, filho de Diogo Alvares *Caramurú*. Rio, 23 de setembro de 1901, — *Eduardo Marques Peixoto.*»

Destacam-se também as offertas do consocio Dr. Manoel Barata — *Epanaphora Indica* e *Serie chronologica dos prelados conhecidos da Igreja de Braga*, e do consocio Dr. Macedo Soares do opusculo — *Le Brésil et la loi de Menrêe*.

O Sr. Raffard, 1º Secretario, lê o seguinte *Balancete do 3º trimestre do corrente anno*, o qual é enviado á commissão de Fundos e Orçamento, sendo relator o Sr. conselheiro Souza Ferreira.

RECEITA

No Banco Commercial em 30 de junho de 1904.	6:061\$790	
Em caixa	49\$200	6.110\$990
Subvenção do Thesouro Federal	—	1:166\$666
Juros apolices	—	2:470\$000
» da inscripções	—	217\$500

Renda com applicação especial :

Juros apolices	30\$000	
» inscripções	9\$000	39\$000

Anuidade dos Exms. Srs. socios :

Visconde de Sinimbu	12\$000	
José Candido Guillobel.	12\$000	
Luiz Cruls	12\$000	
Alfredo do Nascimento Silva.	12\$000	
Tristão Alencar Araripe Junior.	12\$000	
Francisco Raphael de Mello Rego	12\$000	
José F. da Rocha Pombo	12\$000	
Antonio Paula Freitas	12\$000	
Ruy Barboza.	12\$000	
Bernardo T. M. Leite Velho	12\$000	
Thomaz Garcez Paranhos Monte-negro.	12\$000	144\$000
		10:148\$158

DESPESA

Pago a Daguerre	—	140\$000
Folhas dos empregados.	—	1:500\$000
Estampilhas	—	\$900
Porcentagem do cobrador.	—	21\$600
Compra de tres apolices de 1.000\$ de ns. 279.082 a 279.084.	2:976\$000	
Estampilhas	3\$300	
Corretagem	7\$500	2:986\$800

Compra de uma apolice de 1:000\$		
de n. 189.351	991\$000	
Estampilhas	1\$100	
Corretagem	2\$500	994\$600

SALDOS

No Banco Commercial.	4:461\$790	
Caixa	42\$466	4:504\$256
		<hr/> 10:148\$156 <hr/>

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1904. — (Assignado)
F. B. Marques Pinheiro, Thesoureiro.

Passando-se á ordem do dia é dada a palavra ao Sr. contra-almirante Francisco Calheiros da Graça.

O Sr. contra-almirante Calheiros da Graça disse que ia occupar-se de um ponto que interessava á geographia do Brazil.

Em todas as obras que se desenvolvem sobre o contorno do nosso litoral se lê a citação do cabo Gurupy, na costa do Maranhão, e todos os mappas o collocam na foz do rio desse nome, formando sua margem oriental. Essa crença está generalizada e della participava o nosso illustre consocio, de saudosa memoria, o Sr. Senador Candido Mendes de Almeida, cujos estudos sobre a geographia do Brazil davam-lhe saliente logar entre os nossos mais eminentes geographos.

Ha no emtanto razão para essa crença.

Para a organização dos seus trabalhos é natural que os autores recorressem ás cartas hydrographicas mais conceituadas e entre estas salientam-se as que foram levantadas pelo Almirante Mouchez. Infelizmente os trabalhos desse illustre hydrographo terminaram no porto de S. Luiz do Maranhão, e para completar o contorno da costa, que dahi segue até o Pará, elle teve de recorrer aos levantamentos de Tardy de Montravel. E' nestes que se encontra, na posição acima citada, uma grande extensão de terra avançando por algumas milhas para o mar e caracterisando o denominado cabo Gurupy.

Em 1890, no cumprimento de uma commissão que lhe foi destinada, teve o orador de fazer a exploração do rio Gurupy desde a cidade de Viseu até sua foz, e bem assim se proceder ao levantamento hydrographico da costa adjacente e dos bancos que se estendem por muitas milhas pelo mar a fóra. No exemplar lythographado que ora offerece ao Instituto, se vê o resultado de seus trabalhos e ao contrario do que se observa no contorno traçado por Montravel se nota que a costa oriental, logo após a foz do rio Gurupy, se inclina para o sul sem saliencia alguma que autorize a denominação de um cabo.

Na margem occidental e ligando-se a grandes bancos de areia que descobrem na baixa-mar, é que se nota uma ponta saliente a que dão o nome de Ponta Gurupy, unica denominação que lhe compete ; é muito provavel, porém, que em algumas dezenas de annos ella esteja completamente transformada, apresentando contorno muito diverso do que tinha em 1890.

Dessas transformações que ahí se operam, dá frísante exemplo a Ilha Nova, na foz desse rio, a qual como lhe affirmou o habil e conhecido pratico da costa do Norte, Felippe Francisco Pereira, que o acompanhou durante todo esse levantamento, foi por elle conhecida como um simples banco, que com o augmento gradual dos depositos arenosos, transformou-se em extensa corôa e por fim tornou-se uma ilha marginada por densa vegetação, como hoje se apresenta.

Trazendo estes esclarecimentos ao Instituto é seu fim offerrecer elementos, oriundos de suas proprias observações, para desfazer um engano que corre sobre a geographia do nosso litoral e foi com prazer que vio que o nosso distincto e saudoso geographo Dr. Moreira Pinto, a quem communicou estas idéas ao regressar de sua commissão ao Pará, não fez menção do alludido cabo Gurupy em seu importante Diccionario Geographico do Brazil.

O Sr. desembargador Paranhos Montenegro diz que, tendo provocado estas explicações, agradece-as ao illustre consocio, e declara que as aproveitará num trabalho que está elaborando.

Em seguida o Dr. Affonso Arinos pede a palavra e lê um trabalho seu intitulado — *Atalaia Bandeirante*.

Levanta-se a sessão ás 5 horas.

MAX FLEIUSS

2º secretario.

OFFERTAS

Pelo socio Sr. Senador Manoel Barata duas obras «Epanaphora Indica» e «Serie chronologica dos prelados conhecidos da Igreja de Braga».

Pelo Sr. Bernardo Horta um manuscripto intitulado «Historia do direito de Portugal, 1º periodo até a entrada dos Romanos nas Hespanhas».

Pela Societé de Géographie Commerciale du Havre — «Bulletin».

Pelo Instituto Hahnemaniano «Annaes».

Pelo Internacional Bureau «Monthly Bulletin».

Pela Societé Africana d'Italia «Bulletin».

Pela Sociedade Geographica de Lima «Boletin».

Pela Real Sociedade Geographica de Madrid «Boletin».

Pela Junta Superior de Sanidad de Cuba «El Hospital Las Animas» «Chappa acropatia mutilante».

Pelo Canadian Institute «Transactions»

Pelo Dr. José Zeferino Cunha «Conferencia sobre factos gloriosos»

Pelo Gremio Carlos Ferreira «Estatutos».

Pela National Geographic Society of Washington «The Magazine».

Pela Societá Geografica Italiana «Bolletino».

Pelo Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte «Revista».

Pela Universidad de Chile «Anales».

Pelo Grande Oriente do Brasil «Boletim»

Pela Societé Imperiale des Naturalistes de Moscow «Boletiu»

Pela Sociedad Cientifica Argentina «Anales».

Pelo Presidente do Estado de Sergipe «Mensagem».

Pelas Redações as Revistas «Renascença», «O Trabalho» e «Revista Médico-Cirurgica do Brazil».

Pelas Redações os Jornaes «Le Nouveau Monde», «Jornal do Recife», «Brazil Illustrado», «Reformador», «Cruzada», «Revista Commercial e Financeira»

Pelo socio Sr. Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares «Le Brésil et la loi de Monroe».

15ª SESSÃO ORDINARIA EM 21 DE OUTUBRO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, Marquez de Paranaguá, commendador Henrique Raffard, Dr. Marques Pinheiro, Visconde de Ouro Preto, Dr. Affonso Arinos, conselheiros Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e Candido de Oliveira, desembargador Paranhos Montenegro, contra-almirante Calheiros da Graça, Dr. Leite Velho, Dr. A. de Paula Freitas, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem debate.

Achando-se na sala immediata o socio correspondente Dr. José Vieira Couto de Magalhães, o Sr. Presidente designa os secretarios para o introduzirem no recinto.

Ahi chegando, o Sr. Presidente dirige-lhe a seguinte allocução:

«Sr. Dr. Couto de Magalhães — O Instituto Historico e Geographico Brasileiro, com muita satisfação vos recebe hoje em seu gremio, tendo como certo, que muito proveitosa será a cooperação do novo consocio que vem tomar parte em seus trabalhos. Não sois um extranho entre nós: o nome illustre que trazeis desperta sempre as nossas mais gratas recordações; tendes mostrado amor ao estudo e dedicação ao trabalho; são

conhecidas as vossas habilitações litterarias já manifestadas no interessante estudo que fizestes sobre os selvicolas das nossas vastas regiões e que serviu de justo titulo á vossa admissão entre os cultores da sciencia da historia; continuae, pois, como esperamos, a concorrer com as vossas luzes, actividade e prestigio para o desenvolvimento e progresso da patriotica e util associação de que fazeis parte e tereis condignamente cumprido os deveres do vosso novo encargo.»

O Sr. Dr. Couto de Magalhães respondeu da seguinte maneira :

« Exm. Sr. Presidente — Illustres membros do Instituto Historico—A par de vossa reconhecida bondade, abriu-me as portas deste Instituto, mais por vossa benevolencia do que por merecimento proprio, o discurso que proferi em S. Paulo, por occasião de ser installada, alli, a Sociedade de Ethnographia e Civilisação dos Indios.

A minha iniciativa, naquella Capital, em prol dos nossos irmãos das selvas não traduz senão a boa vontade de quem, como eu, deseja ver amparados pelo Governo os milhões de indios que deshumanamente o homem branco, fundado em uma falsa civilisação, vae pouco a pouco desalojando dos sertões, como se não fossem elles os seus legitimos senhores.

Está o typo-indio intimamente ligado aos nossos destinos; foram representantes dessa raça perseguida quem primeiro, nesta terra, estendeu a mão de amigo aos tripolantes da frota de Cabral; foram elles, depois nas pessoas de Araryboia e Poty o braço direito dos colonisadores, na expulsão dos Francezes, e dos Hollandezes e elle finalmente, o typo-indio, o tronco dessa raça valorosa que, atravez de quatro seculos, ha escripto na nossa historia tantas paginas de heroismo.

A indifferença, á que chamarei criminoso, do Governo com relação ao selvagem brasileiro levou-me, com alguns patriotas á fundação de uma sociedade que em S. Paulo, estudando a sua lingua, usos e costumes, tratasse ao mesmo tempo de sua catechese, no sentido de protegê-lo contra a bala homicida dos chamados *posseiros*, e de aproveitá-lo como elemento de colonisação.

Infelizmente a boa semente não germinou e so creará raizes duradouras e proveitosas, quando outro for o terreno, desgraçadamente, nos dias de hoje, invadido pelas hervas daninhas da politicagem.

E enquanto não se approxima esse dia almejado para a redempção do gentio e enquanto, nesse particular não seguirmos o patriotico exemplo dos Estados Unidos, que devem ao elemento selvagem a maior parte de sua grandeza e de suas glorias —contentemo-nos, no silencio do gabinete, em estudar-lhe, além dos usos e costumes, a suavissima lingua, ligada por innumerous vocabulos á nossa historia e á nossa geographia.

Para esse fim nenhum lugar mais proprio que o Instituto, ao qual fico pertencendo desde hoje, como um dos membros mais humildes; humilde, mas animado de boa vontade, para

quanto possível corresponder á honra que me dêstes elegendo-me seu socio correspondente.»

Não se achando presente o orador do Instituto, o Sr. Presidente designa o Sr. conselheiro Candido de Oliveira para responder ao recipiendario.

O Sr. conselheiro Candido de Oliveira diz o seguinte :

« Sr. Dr. Couto Magalhães — O Instituto acolhe-vos jubiloso. Não sois um desconhecido importuno a pedir abrigo nesta pacifica mansão da sciencia. De ha muito ensaiastes as vossas armas na arena seductora do jornalismo politico. Durante longo tempo fostes o director desse inolvidavel *Commercio de S. Paulo*, a folha de Eduardo Prado, e onde tive a honra de ser vosso obscuro collaborador em dias de luta inesquecivel.

Sêde, pois, bemvindo. Trazeis um nome que é para vós uma grande responsabilidade. Elle pertence a esse espirito de eleição que se chamou José Vieira Couto Magalhães, o intemerato scientista que escreveu o *Selvagem*, e cuja extraordinaria actividade se manifesta assombrosa em tantas zonas dos conhecimentos humanos. Não renegareis, no recinto onde ecoam as tradições da Historia Brasileira o laço da hereditariedade familiar. Com o vosso ingresso coincide o anniversario da fundação do Instituto.

Foi a 21 de outubro de de 1838 que, sob os auspicios do inesquecivel Imperador, se congregaram os homens de boa vontade para erguer o tabernaculo das sciencias historicas, que no meio de tantas ruinas tem sabido resistir á deleteria expansão dos sentimentos inferiores e egoisticos.

Por vosso turno, e alistando-vos hoje entre os seus obreiros concorreis para o engrandecimento do edificio onde as más paixões não podem imperar, e onde consoante á nobre divisa: *Pacifica scientiae occupatio* — é o estudo consolador da Historia, o empenho incessante dos vossos confrades.»

O Sr. commendador Henrique Raffard, 1º Secretário, lê o seguinte expesiente :

—Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1904. Exm. Sr. — Tenho a honra de trazer ao conhecimento de V. Ex. os seguintes factos, relativos á aquisição de um predio para o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, de cujas negociações me encarregou V. Ex.

Depois de varias conferencias com os Srs. Drs. André Gustavo Paulo de Frontin e Lauro Muller, tenho o prazer de comunicar a V. Ex. que fica á disposição do Instituto escolher uma das duas hypotheses seguintes:

1.^a Doação por parte do Governo do necessario terreno na Avenida Central e levantamento em um estabelecimento de credito de um emprestimo para a construcção do edificio, cuja planta fosse approvada pela Comissão Central da Avenida; devendo esse emprestimo ser pago com a parte que se accordasse da subvenção annual que percebe o Instituto.

2.^a Reconstruir o Governo o edificio em que funcçãoa o Archivo Publico e nelle abrigar o Instituto.

A verba necessaria á reconstrucção do edificio do Archivo será pedida no correr da presente sessão legislativa.

Caso aceite a 2ª hypothese, mas não conceda o Poder Legislativo a mencionada verba até 31 de dezembro do corrente anno, o Dr. Paulo de Frontin reservará o terreno preciso para cumprimento da 1ª hypothese.

Prevaleço-me do ensejo para mais uma vez apresentar a V. Ex. os meus protestos de subida consideração. Illm. Exm. Sr. Conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, M. D. Presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.—*Dr. Vicente de Ouro Preto.*—Fica sobre a mesa para ulterior deliberação.

—Officio do Consul Geral do Brazil em Lisboa, datado de 1 de outubro, communicando ter dado publicidade ao regulamento sobre o concurso para a historia do Governo de D. João VI no Brazil.—Inteirado e agradece-se.

—Officio do Sr. Ministro de Portugal, datado de 13 de outubro, agradecendo as felicitações do Instituto por occasião dos anniversarios de Suas Magestades Fidelissimas.—Inteirado.

—Os Srs. conselheiros Manoel Francisco Correia e Barão Homem de Mello deixam de comparecer por justo motivo.

O Instituto resolve associar-se inteiramente ás manifestações em homenagem ao anniversario da morte do saudoso consocio Antonio Gonçalves Dias.

O Sr. conselheiro Salvador Pires communica que representou o Instituto na sessão em homenagem a memoria do consocio Dr. Martins Junior.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a seguinte proposta, que é enviada á commissão subsidiaria de historia, sendo relator o Sr. Rocha Pombo :

« Propomos para socio effectivo do Instituto Historico Geographico Brasileiro o Sr. Arthur Guimarães, Brasileiro, com 35 annos de idade, negociante e residente nesta cidade, servindo de titulo para sua admissão a sua obra — *Questões Economicas Nacionais*.

Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro em 21 de outubro de 1904.—*Visconde de Ouro Preto.*—*Francisco Calheiros da Graça.*—*Henrique Raffard.*—*F. B. Marques Pinheiro.*—*Max Fleiuss.* »

Comparece neste momento o Sr. desembargador Souza Pittanga.

OFFERTAS

O Sr. 1º Secretario lê as offertas entre as quaes se destacam a feita pelo Sr. Dr. José Carlos Rodrigues, de sua obra — *Religiões Acatolicas no Brazil, 1500-1901* e a do Director da Bibliotheca Nacional Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, dos volumes 23 e 24 dos *Annaes*.

Pede a palavra o Sr. Dr. Affonso Arinos, que lê um documento que lhe foi offerecido pelo collector e administrador

dos terrenos diamantinos na cidade de Diamantina, datado do Tejuco de 20 de agosto de 1801, e a que allude Joaquim Felício dos Santos na sua obra *Memorias do Districto Diamantino*, relativo a uma representação contra o Intendente dos diamantes João Ignacio do Amaral Silveira e fiscal João da Cunha Souto Mayor.

Finda a leitura, o Sr. Presidente convida o Sr. Dr. Affonso Arinos a escrever uma introdução explicativa do curioso documento, afim de ser o mesmo impresso na *Revista do Instituto*.

O Sr. Dr. Affonso Arinos compromette-se a preparar em breve essa introdução.

Levanta-se a sessão ás 5 horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º Secretario.

OFFERTAS

Pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro — *Annaes*, volumes 23 e 24.

Pelo Tribunal de Contas — *Relatorio*.

Pelo Dr. José Carlos Rodrigues — *Religiões Acatolicas no Brazil 1500-1900*.

Pelo Sr. Almado Negreiros — *Le Mozambique*.

Pela Federação Espirita Brasileira — *Memoria historica do Espiritismo*.

Pela *Société de Géographie Commerciale de Bordeaux* — *Bulletin*.

Pela Real Academia de la Historia de Madrid — *Boletin*.

Pela *American Geographical Society* — *Bulletin*.

Pelo *Cuerpo de Ingenieros de Minas del Peru* — *Boletin*.

Pela *Geographic Society of Washington* *The National Geographic Magazine*.

Pela *Junta Superior de Sanidad de la Isla de Cuba* — *Informe Mensual*.

Pela *Société de Géographie de Genève* — *Le Globe*.

Pela Sociedade Nacional de Agricultura — Meios para debellar, mais facilmente, as crises no Brazil.

Pelo Museu Nacional de Mexico — *Boletin e Anales*.

Pelo *International Bureau of the American Republics* — *Monthly Bulletin*.

Pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas — Uma collecção do *Jornal dos Agricultores*.

Pelas redacções as seguintes revistas :

Renasçença, *Luz*, *Cartophilia*, *Oriente Portuguez*, *Revista Mensual*, *Revistado Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, *Revista Didactica*, *Revue de Pharmacologie Medicale*, *Revista Commercial e Financeira*.

Pelas redacções, os jornaes :

Le Nouveau Monde, *Jornal do Recife*, *Diario Official*, do Amazonas, *Reformador Correio do Povo*, *L'Etoile du Sud*.

16ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 4 DE OUTUBRO DE 1904

Presidência do Sr. desembargador Thomaz Garcez Paranhos Montenegro

Às 3 horas da tarde, presentes os Srs. desembargador Paranhos Montenegro, commendador Henrique Raffard, desembargador Souza Pitanga, Visconde de Ouro Preto, Dr. Affonso Arinos, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Rocha Pombo, commendador Oliveira Catramby, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º Secretario, o Sr. desembargador Montenegro assume a presidência, na qualidade de socio mais antigo, visto não terem comparecido o Sr. Presidente, nem os Srs. Vice-Presidentes.

Aberta a sessão, o Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada, depois de ligeiras observações do Sr. Dr. Affonso Arinos, que são immediatamente attendidas.

O Sr. Presidente declara que o Sr. Presidente do Instituto e os Srs. Vice-Presidentes faltaram por justo motivo.

O Sr. Presidente communica em phrases expressivas o fallecimento do consocio effectivo Sr. Barão do Ladario, occorrido a 24 do mez ultimo, e que fazia parte do Instituto desde 7 de novembro de 1862.

Declara que, exprimindo os sentimentos do Instituto, faz inserir na acta da sessão de hoje um voto de profundo pezar por tão lutooso acontecimento.

O Sr. Raffard, 1º Secretario, dá conta do seguinte expediente e officio do governador do Estado do Maranhão, datado de 5 de setembro ultimo, declarando ter providenciado sobre a publicidade do concurso historico relativo ao governo de D. João VI no Brazil.—Inteirado e agradece-se.

—Officio do Sr. Ministro da Belgica, datado de 23 de outubro, convidando o Instituto a tomar parte na secção geographica da proxima exposição universal de Liège, a realizar-se no anno vindouro. — A' Commissão de Geographia, relator, o Sr. contra-almirante Calheiros da Graça.

O mesmo Sr. 1º Secretario participa que pelo Sr. Deputado Federal Dr. Frederico Augusto Borges foi dirigido ao Sr. Presidente do Instituto, em data de 31 de outubro, um requerimento pedindo certidão de alguns pontos geographicos, tendo o mesmo Sr. presidente proferido o seguinte despacho:

« O Instituto Historico, não sendo repartição publica, não dá por certidão o que consta dos seus archivos; faculta, porém, aos interessados o exame e cópia dos documentos que lhes possam convir.

Rio, 3 de novembro de 1904.— *Aquino e Castro.* »

Este despacho é unanimemente approvado pelo Instituto.

O Sr. Fleiuss disse que, de accordo com mais dous illustres collegas, apresentou em junho ultimo um projecto de reforma dos estatutos.

O Sr. Presidente determinou que sobre o mesmo emittisse parecer a Comissão de Estatutos e Redacção, sendo relator o Sr. Dr. Affonso Celso.

Em data de 27 de julho o Sr. Dr. Affonso Celso deu a sua opinião, com a qual concordou o outro membro da referida comissão, o nobre commendador Raffard.

Em seguida foram os papeis submettidos ao Sr. Barão Homem de Mello, que por imperioso motivo excusou-se de pronunciar-se a respeito, tendo sido enviados ao Sr. conselheiro Correia, o qual, por doente, os devolveu. Assim pede se designe outro socio para estudar a questão.

O Sr. Presidente acha que, estando o parecer assignado pela maioria da comissão, deve o mesmo constituir o objecto da ordem do dia da sessão seguinte, o que fica resolvido.

O Sr. 1º Secretario lê então o alludido parecer.

«Parecer da Comissão de Estatutos e Redacção — A projectada reforma de estatutos, devido á iniciativa do laborioso e digno Sr. 2º secretario Max Fleiuss, consiste no seguinte:

1º, reduzir as categorias dos socios ;

2º, fixar o numero de socios de cada categoria ;

3º, regulamentar a admissão dos socios honorarios ;

4º, facilitar a direcção dos trabalhos ;

5º, determinar as attribuições dos secretarios, bibliothecario e escripturario.

Ditados pela experiencia, não alterando em pontos essenciaes os estatutos em vigor, ha 14 annos, visando augmentar a influencia do Instituto, as innovações propostas parecem-me merecedoras de approvação.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1904. — *Affonso Celso.* — *Henrique Raffard.*»

Entrando em discussão o officio relativo ao novo edificio do Instituto, pensa o Sr. Presidente que a mesma deve ser adiada em vista do pequeno numero de socios presentes. Assim se resolve.

O Sr. 1º Secretario lê a seguinte proposta :

«Propomos para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Sr. Dr. Silio Bocanera Junior, natural da Bahia, diplomado pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro e actual director da Secretaria do Conselho Municipal do Estado da Bahia e socio de diversos institutos e associações brazileiras, com 35 annos de idade, servinlo-lhe de titulo de admissão a sua obra *A Bahia a Carlos Gomes*, offerecida a este Instituto.

Sala das sessões, 4 de novembro de 1904. — *A. F. de Souza Pilanga.* — *Henrique Raffard.* — *Rocha Pombo.* — *Paranhos Montenegro.* — *M. Fleiuss.* — *Eduardo Marques Peixoto.* — *Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.*»

Vae á Comissão de Historia, sendo relator o Sr. Dr. Alfredo Nascimento.

O Sr. Presidente declara que achando-se ausente o Sr. conselheiro Manoel Francisco Correia, nomeia para substitui-lo

interinamente na commissão de admissão de socios o Sr. Dr. Affonso Arinos.

O Sr. 2º Secretario lê o seguinte parecer :

« A' Commissão Subsidiaria de Historia foi presente um exemplar do livro intitulado *Questões Economicas Nacionais*, da lavra do Sr. Arthur Guimarães, prefaciada pelo Sr. Dr. Sylvio Romero.

Cumprindo o seu dever, a referida commissão vem emitir o seu parecer.

O livro em questão, é claro, como aliás já temos visto enunciado — não é propriamente um trabalho de historia ; mas incontestavelmente tem, mesmo sob este ponto de vista, um grande valor, pois é um complexo de monographias sobre pontos especiaes da nossa evolução historica. O autor, segundo se vê do prefacio, tem produzido outras obras: bastar-lhe-hia a presente, no entanto, para esta justiça que lhe vae fazer o Instituto, abrindo as suas portas a um espirito tão bem orientado e tão culto como o Sr. Arthur Guimarães. E' de parecer, pois, que a proposta seja approvada.

Sala das sessões do Instituto, aos 4 de novembro de 1904. — Rocha Pombo, relator. — Max Fleiuss. — Affonso Celso.»

Vae á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o Sr. Affonso Arinos.

O Sr. commendador Raffard, 1º Secretario, lê as offertas.

Pede depois a palavra o Sr. Dr. Affonso Arinos, que lê um documento contendo : — *Redacção da festa feita pela Camara da Villa Nova da Rainha, na Capitania de Minas Geraes, aos Faus-tissimos Annos do Principe Regente Nosso Senhor, a 13 de maio de 1812.*

Levanta-se a sessão ás 4 horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º Secretario.

OFFERTAS

Pelo Sr. Dr. Silio Bocanera Junior, a sua obra — *A Bahia a Carlos Gomes.*

Pela Repartição da Carta Maritima do Rio de Janeiro — Boletim.

Pelo Sr. Dr. Carlos Villalva — *Biographia do Dr. Americo Braziliense.*

Pelo socio Sr. desembargador T. G. Paranhos Montenegro, a sua obra — *Fallencias.*

Pela Sociedade Geographica de Lisboa — Boletim.

Pela Real Academia de la Historia de Madrid — Boletim.

Pela Societá Africana d'Italia — Boletino.

Pelo Grande Oriente do Brasil — Boletim.

Pela Associação Commercial de Pernambuco — Boletim.

Pelo Instituto Hahnemaniano do Brazil — Annaes.

Pelo Sr. Raphael Duarte — Traços Biographicos de Custodio Manoel Alves.

Pela Historical and Statistical — Handbooks-Sweden its people and its industry.

Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro — Boletim.

Pela Junta Superior de Sanidad de la Isla de Cuba—Informe Bi-Anual.

Pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, as seguintes obras : Boletim do Serviço de Estatística Commercial — O Auxiliador da Industria Nacional — Almanack do Ministerio da Guerra — Relatorio do Ministerio da Justica e Negocios Interiores — Descrição das Installações Electricas, pelo engenheiro Saurin — Almanack do Ministerio da Marinha — Memoria Historica da Faculdade de Medicina da Bahia — Instrucção para a Repartição Geral dos Telegraphos — Almanack do Pessoal da Repartição Geral dos Telegraphos do Rio de Janeiro — Almanack da Repartição Geral dos Correios — Supremo Tribunal Federal: jurisprudencia, accordãos proferidos em 1900 e compilados pelo presidente do tribunal — Terceiro Congresso Scientifico Latino-Americano: Questionario geral, 1º boletim, trabalhos preparatorios — Novo Regulamento das loterias federaes e estaduais — Compilação alphabetica e chronologica da Legislação da Marinha, de J. M. Monteiro.

Pelas redacções as seguintes revistas: Renascença — La Vie Médicale — Revue Thérapeutique des Alcaloides — Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia.

17ª SESSÃO ORDINARIA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiro Aquino e Castro, commendador Henrique Raffard, desembargador Souza Pitanga, Visconde de Ouro Preto, Rocha Pombo, desembargador Paranhos Montenegro, Eduardo Marques Peixoto, commendador Oliveira Catramby e Max Fleiuss, 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem debate.

O Sr. commendador Raffard, 1º Secretario, lê o expediente, que consta de um officio do Departamento de Agricultura e Ganaderia de Montevidéo, remetendo diversos exemplares da Estatística Agricola.

Lê em seguida as offertas, entre as quaes se destaca *Sanctuario Mariano*, dadiva do consocio honorario Sr. Bispo do Amazonas.

O Sr. Fleiuss offerece ao Instituto dous trabalhos de seu finado pai, Henrique Fleiuss, um representando o Gabinete Im-

perial em 1889, do qual vivem ainda, mercê de Deus, dous titulares que fazem parte do Instituto : Srs. Visconde de Sinimbu e Marquez de Paranaguá ; outro representando as Princezas D. Izabel e D. Leopoldina em 1860.

O Presidente declara que o Instituto agradece estas ofertas.

O Sr. Raffard, 1.^o Secretario, lê o seguinte parecer da Comissão de admissão de socios; o qual fica sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte :

« A Comissão de admissão de socios do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tendo em vista o parecer da Comissão subsidiaria de historia, relativo ao Sr. Arthur Guimarães, pensa que o mesmo senhor está nos casos de ser admittido como socio effectivo. Sala das sessões, 4 de novembro de 1904.— *Affonso Arinos*, relator.— *A. de Paula Freitas*.— *Souza Ferreira*. »

E' lida a seguinte proposta de orçamento para 1905, firmada pela Comissão de Fundos e Orçamento :

Obedecendo ao determinado no art. 36 § 2.^o dos estatutos, a Comissão de fundos e orçamento vem apresentar aos Srs. socios do Instituto Historico Geographico Brasileiro o projecto de orçamento da receita e despeza social no anno de 1905 e que é concebido nos seguintes termos :

Art. 1.^o A receita do Instituto no anno é orçada na somma de 20:253\$000 e será arrecadada pelos titulos seguintes :

§ 1. ^o Juros de apolices da divida publica geral (Patrimonio do Instituto)	5:120\$000
§ 2. ^o Juros de inscrições do Banco da Republica (Idem) . . .	435\$000
§ 3. ^o Subvenção nacional	14:000\$000
§ 4. ^o Prestações mensaes dos socios	600\$000
§ 5. ^o Joias de admissão.	\$
§ 6. ^o Remissão	\$
§ 7. ^o Venda de exemplares da « Revista trimestral » e de outras publicações do Instituto . . .	\$
§ 8. ^o Donativos	\$
§ 9. ^o Renda com applicação especial	98\$000
	<hr/>
	20:253\$000

Art. 2.^o A despeza do Instituto, na somma de 18:700\$, será effectuada pelas verbas seguintes :

§ 1. ^o Publicação de trabalhos do Instituto	8:000\$000
§ 2. ^o Encadernações	500\$000

§ 3.º Empregados :

Bibliothecario	3:000\$000	
Escripturario	1:800\$000	
Porteiro	1:200\$000	6:000\$000

§ 4.º Expediente (papel, pennas, despezas miudas da secreta- ria, percentagem para co- brança, etc.)	1:200\$000
--	------------

§ 5.º Eventuaes	3:000\$000
-------------------------	------------

18:700\$000

Art. 3.º O saldo, que se verificar (dada applicação, opportunamente, à renda especial) será empregado em apolices da divida publica geral.

Sobre o assumpto da nova installação do Instituto, o Sr. Presidente communica que o Sr. Ministro do Interior prometiu mandar reparar o edificio em que ora se acha o Archivo Publico, entregando-o ao Instituto, para que naquella proprio nacional se estabeleça definitivamente a nossa Associação. Ficou o Sr. Presidente autorizado a dirigir ao Ministro um officio, acceitando o valioso offerecimento e agradecendo-o.

Passando-se á ordem do dia, é posto em discussão o parecer da Comissão de Estatutos e Redacção, relativamente á reforma dos estatutos, e não havendo quem pedisse a palavra foi adiada a votação para a proxima sessão de assembléa geral.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão ás 4 horas da tarde.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1904.

João Carlos de Souza Ferreira.

Nota

Fazem parte do patrimonio do Instituto os titulos seguintes :

99 apolices da divida publica geral, do valor de 1:000\$, cada uma, a juros de 5 %.

3 ditas de 600\$000, dito.

2 ditas de 400\$, dito.

4 ditas, de 200\$, dito.

14 inscrições do Banco da Republica do valor de 1:000\$, cada uma, juro 3 %.

1 dita de 500\$, dito.

O Instituto administra tres fundos especiaes, sendo :

O 1º destinado a celebrar o centenário da independencia do Brazil e consistente em uma (1) apolice da divida publica geral do valor de 1:000\$, juro de 5 %, uma (1) dita de 200\$, dito, e uma inscrição do Banco da Republica do valor de 100\$, juro de 3 %.

O 2º destinado a celebrar o centenário da criação do Instituto e consistente em uma (1) inscrição do Banco da Republica do valor de 500\$, juro 3 %.

O 3º destinado á celebração annualmente de uma missa por alma dos socios fallecidos do Instituto e consistente em duas (2) apolices da divida publica geral do valor de 200\$ cada uma, juro 5 %.

Rio, 18 de novembro de 1904.

MAX FLEIUSS,

2º Secretario.

OFFERTAS

Pelo socio Sr. Conselheiro Joaquim da Costa Barradas — Questão de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catharina.

Pela Bibliotheca da Marinha do Rio de Janeiro — Catalogo, 2 volumes.

Pelo Sr. Antonio B. Barboza de Godoy — Historia do Maranhão, 2 volumes.

Pelo Dr. Justo Jansen Ferreira — Fragmentos para a Corographia do Maranhão. 1 volume e a Proposito da Carta Geographica do Maranhão.

Pela Sociedade Scientifica Argentina — Anales.

Pela American Geographical Society — Bulletin.

Pela Directoria Geral de Saude Publica do Rio de Janeiro — Boletim.

Pela Real Sociedade Geographica de Madrid — Boletim:

Pelo Cuerpo de Ingenieros de Minas del Peru — Boletim.

Pela National Geographic Society — The Magazine.

Pelo Canadean Institute — Proceedings.

Pelo Exm. Rev. Monsenhor Bispo do Amazonas — O Sanctuarios Mariano, obra em 10 volumes.

Pela familia Lisboa o busto em gesso de Venancio José Lisboa ex-socio do Instituto.

Pelo International Bureau of the American Republics — Monthly Buletin.

Pelo Museo Nacional de Montevideo — Geographia física y esferica de las Provincias de Paraguay y misiones Guaranies.

Pelo Departamento de Ganaderia y Agricultura — Censo Ganadero de la Republica Oriental del Uruguay.

Pela Pennsylvania Historical Society — The Magazine.

Pelo Sr. Francisco Drouet sua obra — Au Nord de l'Afrique.

Pela Junta Superior de Sanidad de la Isla de Cuba — Informe Mensual Sanitario Demographo.

Pelo Dr. Ludwig Kersteen — Die Indianerstamme der Gran Chaco.

Pelas Redacções as seguintes, Revistas — *O Trabalho*, *Carthophilia*, *Revista Maritima*, *Revista Mensual*, *O Oriente Portuguez*, *Revista Medico Cirurgica do Brazil*, *Revue Pharmacologie Me-*

dicale, Revista de la Real Academia de Ciencias de Madrid, Revista Académica Militar.

Pela Directoria Geral dos Correios — Boletim.

Pela Associação Commercial do Rio de Janeiro — Boletim.

Pelas Redacções os jornaes, *Le Nouveau Monde, Jornal do Recife e Club Coritobano.*

18ª SESSÃO ORDINARIA EM 9 DE DEZEMBRO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. conselheiros Aquino e Castro, commendador Henrique Raffard, Capistrano de Abreu, conselheiro Candido de Oliveira, Drs. Affonso Arinos, Leite Velho, Eduardo Marques Peixoto e Max Fleiuss, 2º Secretario, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, lê a acta anterior, a qual é approvada sem debate.

O Sr. Raffard, 1º Secretario, lê o seguinte expediente:

Officio do Sr. Ministro da Belgica, datado de 2 de dezembro, pedindo uma collecção completa da *Revista* para a Sociedade Geral de Geographia de Anvers. Respondeu-se dizendo que fica satisfeito o pedido.

Officio do secretario geral da Academia Real de Sciencias de Lisboa, datado de 15 de novembro, declarando ter feito publicar no *Diario de Noticias* daquelle capital o regulamento para o concurso sobre a historia do governo de D. João VI no Brazil. — Inteirado e agradece-se.

O mesmo Sr. secretario justifica o não comparecimento dos Srs. vice-presidentes, Conselheiros Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá e Barão Homem de Mello.

O Sr. Conselheiro Aquino e Castro participa nos seguintes termos o fallecimento dos consocios conselheiro Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro e monsenhor João Tolentino de Guedelha Mourão.

« Senhores — Celebremos hoje a ultima sessão ordinaria dos nossos trabalhos no corrente anno, e temos de deixar ahi registrada intelizmente a perda de mais dous estimaveis consocios, os Srs. Conselheiros Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro, fallecido nesta Capital a 26 do mez proximo passado e Monsenhor João Tolentino de Guedelha Mourão, na Bahia, a 4 do corrente.

Golpes tão sensiveis como os que temos soffrido nestes ultimos tempos em extremo nos penalizam, porque na effectiva e valiosa cooperação e infatigavel zelo de seus dignos consocios, tem o Instituto a mais segura garantia da sua prosperidade.

Os saudosos companheiros que acabam de nos deixar bem mereciam a geral estima de que gozavam pelo seu nobre character e reconhecida illustração.

O primeiro fôu magistrado distincto, percorrendo com brilho do primeiro ao ultimo grão a honrosa carreira a que se dedicou por dilatados annos e prestou culto ás letras a que nos consagramos, escrevendo entre outros trabalhos o que lhe serviu de titulo de admissão ao nosso gremio, em 1892.

O segundo, nosso consocio em 1902, salientou-se nas lutas que soube sustentar com proficiencia, dignidade e energia, tanto na politica, em que occupou proeminente posição, como sacerdocio de que era ornamento e extremo defensor da fé. Era de espirito elevado; tinha um coração generoso que fatalmente deixou de pulsar quando a religião e a patria mais contavam com os seus bons e leaes serviços.

Cumpro o Instituto rigeroso dever, fazendo inserir na acta da presente sessão um voto de profundo pesar por tão lastimaveis perdas.»

O Sr. Presidente diz que, em virtude do que ficou resolvido na ultima sessão, relativamente á nova installação do Instituto, dirigiu o seguinte officio ao Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores, tendo recebido a resposta que tambem lê:

« Instituto Historico e Geographico Brasileiro — 25 de novembro de 1904 — Exm. Sr. Ministro — O Instituto Historico e Geographico Brasileiro em sessão de hoje teve conhecimento, por communicação feita pelo seu presidente, de que, em attenção aos pedidos do mesmo Instituto, dignara-se V. Ex. de declarar que cederia o edificio em que actualmente se acha o Archivo Publico, depois de devidamente reparado, para nelle ser instalado o mesmo Instituto, com as precisas accomodações para a sua vasta bibliotheca, archivo e museu.

O Instituto Historico desde já muito agradece o importante beneficio que lhe é promettido, e tem como certo que em breve V. Ex. o tornará effectivo, demonstrando assim mais uma vez o justo apreço que liga á instrucção e progresso das nossas letras. Exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, digno Ministro da Justiça e Negocios Interiores. — Dr. *Olegario Herculano de Aquino e Castro*, presidente. — *Henrique Raffard*, 1º secretario. »

« Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. — Directoria do Interior. — N. 1.727 — 1ª secção — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1904 — Sr. Presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro — Accusando recebido vosso officio de 25 do corrente mez, cabe-me declarar-vos que, effectuada a mudança do Archivo Publico para o predio que o Governo lhe destina, providenciarei para que se torne effectivo o offercimento do edificio onde actualmente se acha o dito Archivo, depois de convenientemente reparado, a fim de ser ahi installado esse Instituto, com as precisas accomodações para as suas diversas dependencias.

Saúde e fraternidade. — Dr. J. J. Seabra. »

Diz o Sr. Presidente que esta resposta é recebida pelo Instituto com o mais especial reconhecimento,

O Sr. Fleiuss, 2º Secretario, communica que acaba de receber do Sr. Dr. Leopoldo de Bulhões, Ministro da Fazenda, uma carta em que este declara ter attendido o pedido do Instituto quanto á reimpressão, na Imprensa Nacional, dos numeros esgotados da *Revista*.

O Sr. Presidente declara que esta noticia é tambem recebida com justa satisfação.

O Sr. Raffard justifica a seguinte proposta :

PROPOSTA

Considerando os relevantes serviços prestados á historia, á geographia e á patria pelo finado consocio, senador do Imperio Dr. Candido Mendes de Almeida ;

considerando que uma commissão popular promove os meios de erigir uma estatua ao referido geographo e historiador e pede que ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro caiba a gloria da realização da idéa auspiciando e tomando a iniciativa moral della, correndo por conta da subscrição promovida pela commissão, a responsabilidade da despeza com o monumento ;

considerando que o conhecido escultor nacional Benvenuto Berna já apresentou o projecto para a referida estatua ;

Propomos que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro tome sob seus auspicios a idéa da commissão promotora do referido monumento.

Sala das sessões, 9 de dezembro de 1904.— *Henrique Raffard*.— *Max Fleiuss*.

O Instituto por unanimidade approva a proposta.

Em seguida é approvado o orçamento apresentado pela commissão de fundos e orçamento para o anno social vindouro e lido na ultima sessão.

O Sr. 1º Secretario lê as offertas.

Procedendo-se á votação do parecer da Commissão de admissão de socios, que havia ficado sobre a mesa na sessão anterior, é o mesmo approvado por maioria de votos, e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama socio effectivo do Instituto o Sr. Arthur Guimarães.

Achando-se na ante-sala o novo consocio, o Sr. Presidente designa os secretarios para introduzil-o no recinto.

Ahi chegado, o Sr. Presidente declara que o Instituto recebe com muito prazer o novo consocio, cujo nome acaba de ser alvo de tantos encomios na imprensa deste paiz e da antiga metropole, em virtude do excellente livro que publicou e que tambem serviu para abrir-lhe as portas deste Instituto.

Conta que será um cooperador effectivo e valioso da Associação que o acolhe certa deste concurso.

O Sr. Arthur Guimarães, pedindo a palavra, profere o seguinte discurso :

« Venerando Sr. Presidente — Illustres consocios — Quando o preclaro cathedrático da Universidade de Coimbra, Bernardino Machado, surprehendeu-me um dia com a escolha do meu humilde nome para socio correspondente do Instituto de Coimbra, percebi que só á sua amizade ficava devendo a distincção.

Sim, que eu não tinha meritos, não tinha titulos justificativos da investidura; e só a. acceitei por não ser preciso, no referido cargo, dar provas de competencia.

Sylvio Romero dera-me anteriormente a honra de um curso particular, e só devido ás sabias lições do mestre brasileiro é que fiquei habilitado a apreciar o valor do erudito autor das *Notas de um pai*.

Posteriormente o venerando Visconde de Ouro Preto convidou-me para escrever a parte commercial da *Decada Republicana*; escrevi-a, e a approximação deste Illustre brasileiro, bem como da dos dous emeritos professores, fez-me grandes beneficios.

E, meus consocios, dahi para cá a admiração pelos tres só tem crescido; sendo certo que as portas desta nobre casa são-me abertas por influencia dos dous ultimos como as do Instituto de Coimbra o foram pela do primeiro.

Sylvio Romero impoz-me (e não exaggero empregando este verbo) a publicação das *Questões economicas nacionaes*; o Visconde de Ouro Preto esqueceu-se da distancia entre o estadista cheio de serviços á patria e o obscuro negociante confinado num escriptorio commercial e foi arrancal-o para fazer parte do Instituto, honra a que não aspirava.

Ainda não me illudo desta vez, máo grado a gratidão que me vai na alma: o Exm. Sr. Visconde de Ouro Preto propondo-me, conjuntamente com outros distinctos cavalheiros, para socio do Instituto, concedeu-me honras que não mereço.

As *Questões economicas nacionaes* não são senão o fructo de sinceridade patriótica, que tanto assiste a um negociante como nos perlustradores das sciencias e das artes...

A minha formação será diferente, o meu sentir não...

Qual dos illustres consocios, a começar pelo venerando presidente actual do Instituto, não se abraza em santo patriotismo quando sonha para o Brazil elevados feitos e o quer grande, unido, forte, recto e prospero!

Todos! todos! embora a diversidade de prismas, do ideaes, e a formação diferente...

E ao escól do pensamento e da actividade do amado Brazil, que aqui está, eu peço permissão para dizer da minha sinceridade.

O patriotismo é, como definiu algures, um nosso criterioso patrio: « A patria precisa conhecer a verdade. »

Si commetteu erros, é de seu interesse e dignidade saber quaes foram, para os emendar, ou para não cahir outra vez nelles.

Bacon disse: *Quantum est homo ; tantum potest.*

Ora, isto é tão verdadeiro fallando das cidades como dos individuos, do mundo moral como no mundo physico.

« Todo o erro se paga, e o homem que diz a verdade ao seu paiz, é o mais piedoso dos seus filhos, é aquelle que lhe presta o serviço maior e mais corajoso. »

Não tenho a veleidade de ajustar a mim as palavras transcriptas; seria importinencia e não me julgo competente e estreme de erros. Muitas vezes julgamos estar com a verdade, e ella não está comosco.

O amor da patria eu o tenho; como tenho outros, sincera e firmemente.

Ah, tenho tambem o amor da profissão que exerço; envaideço-me de ser negociante quando acompanho a evolução commercial no mundo e vejo espiritos luminosos como Edmond Demolins, dizerem :

« Nós rehabilitaremos as profissões agricolas, industriaes e commerciaes, mostrando que ellas são essencialmente liberaes, libertam verdadeiramente o individuo em si assegurando-lhe situações as mais independentes, as que permitem a vida a mais larga e a mais digna.

As profissões que geram a fortuna publica devem ser as mais consideradas.

E' para ellas que é preciso orientar a parte mais energica e mais emprehendedora da nossa mocidade.

E' necessario imprimir com decisão á essa mocidade o sentimento de que as profissões vitaes são muito honrosas, uma vez praticadas com honestidade, intelligencia e largueza de vistas.

Este methodo scientista — o da escola social — educa a agricultura, a industria e o commercio; transforma-os ás vezes em arte e sciencia.

Torna-os dignos de serem dirigidos por gente selecta; exige essa selecção e, de resto, a tem creado.

Não se trata mais do commercio á maneira de pequeno mercieiro, que só sabe attender á sua clientella do fundo de sua loja e se lamentar quando ella deixa de vir.

E' um conquistador que sabe ir em busca dessa clientella até o fim do mundo e que, enriquecendo, enriquece o seu paiz tornando-se capaz de crear e de sustentar com seus recursos obras de utilidade publica.

Comparai este homem ao funcionario sujeito toda a sua vida, vivendo de privações com o seu magro tratamento; ao advogado sem clientes; ao medico sem doentes, de que nosso estado social multiplica abusivamente os typos, e dizei se a superioridade não está ao lado do agricultor, do industrial e do commerciante. »

Proseguindo nesta ordem de idéas, Demolins mostra como e porque é houroso ganhar dinheiro, e conclue assim :

« Preparar homens aptos a ganhar dinheiro pelo trabalho e a dispendel-o largamente no interesse publico deve, pois, ser o fim o mais elevado do educador. »

E' ao mesmo tempo o melhor meio de afastar nossos filhos das funcções publicas e de os dirigir para as situações independentes que asseguram ao homem a maior dignidade e a maior influencia social.

Na França, esse brilhante discipulo de Le Play, com o seguir os ensinamentos do notavel mestre, põe por obra o que este doutrinará numa existencia proveitosa e bella: a *Escola de Roches* é um padrão de henemerencia para elle e para a sciencia social e visa um alto escopo educativo.

Pois bem, meus illustres consocios, acolhido tão gentilmente nesta douda associação de honradissimas tradições e promettendo ao seu venerando presidente e a todos esforçar-me por não deslustrar a escolhida companhia, eu ambiciono para o Brazil o mesmo movimento educativo que Demolins iniciou na França, e daqui faço um appello a todos os competentes por que o realizem.

E affirmando ainda uma vez que não mereço a honra recebida, agradeço-a commovido.»

Não se achando presente o orador desembargador Souza Pitanga, o Sr. Presidente designa o Sr. conselheiro Candido de Oliveira, para substituil-o.

O Sr. Candido de Oliveira dirige ao novo consocio as saudações do Instituto, que na sua pessoa conta ver um bom elemento para os triumphos que vem conquistando ha 66 annos. Refere-se ao livro do Sr. Arthur Guimarães e á sua collaboração na *Decada Republicana*, nos quaes patenteou profundos conhecimentos da carreira que abraçou e a que serve com a maior honestidade, intelligencia e dedicação, e sendo assim, as esperanças do Instituto podem ser em breve traduzidas na mais positiva realidade.»

O Sr. Presidente consulta sobre o modo por que deve ser realizada a sessão magna annual a 15 do corrente, ficando resolvido que se proceda em tudo como nas antecedentes.

Levanta-se a sessão ás 4 ¹/₂ horas da tarde.

MAX FLEIUSS,

2º Secretario.

OFFERTAS

Pela Bibliotheca Nacional, Annaes.

Pela Universidad de Santiago de Chile, Annaes.

Pelo Instituto Hahnemanniano do Brazil, Annaes.

Pela Società Geografica Italiana, Boletim.

Pela Societé de Geographie Commerciale de Bordeaux. Bulletin.

Pela Societé de Geographie Commerciale du Havre, Bulletin.

Pela Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia, Boletim.

Pela Real Academia de la Historia, Boletim.

Pelos Srs. Medeiros & C., Anuario Commercial do Estado de S. Paulo.

Pelas redacções as seguintes revistas — *La Vie Medicale*, *O Oriente Portuguez*, *Revista da Associação Commercial do Rio de Janeiro*, *Renascença*.

Pelas redacções os seguintes jornaes — *Commercio de Campinas*, *Diario Official da Capital Federal*, *Diario Official do Estado do Amazonas*, *Jornal do Recife*, *O Seculo*, *Reformador*, *Correio do Povo*, *Revista Commercial e Financeira*, *L'Etoile du Sud*, *Cametá*.



SESSÃO MAGNA ANNIVERSARIA

DO

Instituto Historico e Geographico Brasileiro

EM

15 DE DEZEMBRO DE 1904

Presidencia do Sr. conselheiro O. H. de Aquino e Castro

A 15 de dezembro de 1904, 66º anniversario da fundação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, na sala das sessões da mesma Associação, ás 7 horas da noite, foi celebrada com a solemnidade do estylo a sessão magna prescripta pelos Estatutos.

Presentes os srs. conselheiros Olegario H. de Aquino e Castro, Manoel Francisco Correia, Marquez de Paranaguá, Henrique Raffard, Max Fleiuss, desembargador Souza Pitanga, Arthur Guimarães, D. Joaquim Arcoverde, Affonso Arinos, Dr. Epitacio Pessoa, Jesuino da Silva Mello e Rocha Pombo, abre-se a sessão, achando-se tambem presente o Exm. Sr. Ministro da Justiça, Dr. José Joaquim Seabra.

O Sr. Presidente profere o discurso de abertura, dando em seguida a palavra ao Sr. 1º Secretario que lê o relatorio dos trabalhos do anno social e ao orador do Instituto Sr. desembargador Souza Pitanga, que faz o elogio dos socios fallecidos.

DISCURSO

DO

Sr. Conselheiro Olegario Herculano d'Aquino e Castro

PRESIDENTE DO INSTITUTO

Senhores — Sempre que ao impulso de elevados sentimentos de patriotismo e amor ás letras acham-se, como agora, reunidos neste luminoso templo consagrado á sciencia os dedicados consocios do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e os constantes amigos da instrucção que, ainda uma vez, aqui vemos celebrando em confraterna união as apraziveis festas da intelligencia e do saber, occorre-nos á lembrança um judicioso conceito de Tacito, no seu interessante — *Dialogo dos oradores* —: Que póde haver, diz elle, que mais deleite e arrebate as pessoas de alma nobre e esclarecido espirito, que recreiam-se com prazeres honestos do que a frequente companhia de homens illustres? ! — *Quid enim dulcius libero et ingenuo animo, ad voluptates honestas nato, quam videre plenam et frequentem domum suam splendidissimorum hominum?*

E' na verdade honroso e sumamente agradavel o convivio de homens superiores, recommendaveis pelas suas qualidades moraes e intellectuaes, e lisongeiro o apreço que delles merecemos; eis porque com jubilo, de vós rodeados, memoramos, hoje, glorias literarias por todos nós presadas.

Grato é o motivo desta selecta reunião.

Ha 66 annos foi fundado o Instituto Historico, e um marco ainda de assignalada grandeza vem elle agora assentar no largo espaço de sua laboriosa e accidentada vida social.

Largo tem sido o estadio percorrido; não poucas as difficuldades encontradas, mas nem por isso menos firmes os esforços envidados no fiel cumprimento da grandiosa missão que lhe foi confiada.

Fructuosos trabalhos vão sendo accumulados em proveito da difficil e delicada empresa que faz objecto dos mais sollicitos cuidados; e de maior valia poderiam ainda ser outros produzidos se de mais amplos recursos pudesse dispor a douta associação.

Sobram-lhe bons desejos, diligencia e constancia de que tem dado provas em dilatados annos; se é pouco o que offerece, com o que ha feito dá testemunho, da robusta fé que a anima, do amor que consagra ao estudo e fervoroso empenho com que se propõe ao serviço e gloria da patria.

Conta-se que os habitantes do Mexico, percorrendo uma extensa região, levavam sempre consigo uma pequena e tosca pedra que ao termo da viagem cada um de per si, attentamente, depunha na grande piramide que se levantava no interior do seu paiz. Nenhum delles deixava ahi o seu nome, diz o escriptor; todos, porém, haviam desse modo contribuido para a elevação do monumento que a todos teria de sobreviver.

E' o que faz o Instituto, na medida de suas forças; incessante e desveladamente collabora no excelso monumento da nossa gloriosa historia.

Servem-lhe de instrumento de trabalho nas lides a que se entrega as armas que só fornece a intelligencia robustecida pelo estudo, e que asseguram os triumphos incruentos colhidos nos amplissimos dominios da sciencia.

Neste vasto campo se exercita a nossa actividade esclarecida pelo pharol da doutrina e da experiencia.

E' a sabedoria a suprema aspiração das almas bem formadas.

A sciencia que é a luz do entendimento, e a sabedoria que é o conhecimento da verdade pela razão, constituem, na phrase do mestre da philosophia stoica, o summo bem, alem do qual nenhum outro ha mais a desejar.

O afamado philosopho, que como lembra um profundo observador, por lamentavel desvio puderia ter-se abysmado no imundo pelago das devassidões dos Claudios e dos Neros; que poderia ter curvado o espirito sob o pezo acabrunhador de uma athmosphera viciada pelo pestilento halito das Messalinas do baixo imperio, quando o materialismo parecia desprender o sinistro manto que em suas dobras envolvia Roma e o mundo inteiro, Seneca tristemente meditando sobre as ruinas da humanidade e por natural, mas sublime antithese conculcando as leis da materia, combate as illusões do tempo, proclama a supremacia do espirito e ensina a desprezar a morte.

Foi porfiada a luta da verdade contra o erro.

Hoje, porém, que as luzes do seculo têm inundado os vergeis da intelligencia; hoje que mallogradas são as tendencias materialistas; quando a tyrannia sobreleva a liberdade, á desordem e á libertinagem o predominio da lei e do benéfico influxo da moral e da religião; quando ás trevas do paganismo succedem os esplendidos clarões do evangelho, podemos repetir bem alto: — a sabedoria e a sciencia são o summo bem, sobre o qual nenhum mais ha a desejar.

Nem devem ser estes attributos separados, mas hão de co-existir, como elementos da perfeição que almejamos. E com effeito, sendo a sabedoria, segundo Cicero, a razão perfeita, ou antes o conhecimento intellectual das cousas divinas e humanas, é toda subjectiva e pressuppõe sciencia no que a exercita para que dos conhecimentos e da experiencia derivem os meios de obrar com decisão e acerto.

Não são, diz o escriptor, sabios os impios, por mais illustrados que o pareçam, tendo como hypotheses a Providencia, a ordem e a immortalidade para lhes substituirem outras hypotheses, como a fatalidade, o acaso e o nada. Não é sabio Aristipo, que proclama ser o deleite o fim unico dos bens e o dos males a dôr; nem Epicuro que abominou a Dialectica e combatia a natureza divina e menos o famoso encyclopedista a quem Napoleão negava até a sciencia, porque mostrava não conhecer nem as cousas, nem os homens, nem as grandes paixões, nem a si mesmo, manifestando-se verdadeiramente antereeligioso no modo por que em suas cartas inglezas menosprezava a Paschal e a Malebranche e toma a mascara da hypocrisia para offerecer a Benedicto XIV o seu Mahomet, depois de haver plantado doutrinas subversivas, perturbando a ordem e anarchisando a sociedade.

O sabio, diz um illustre escriptor portuguez, pôde merecer este nome, feliz em todas as idades, veneravel em todos os tempos, glorioso e quasi divino em todos os seculos sem pleno conhecimento de todas as sciencias, mas não sem o exercicio constante da virtude.

Assim Newton, que depois de ter ouvido o concerto admiravel das espheras, comprehende que tão sublime harmonia revela o nome de Deus; elle, que elevando-se acima dos preconceitos e paixões humanas, constitue-se na obrigação de entoar puros e sagrados hymnos ao Creador — Newton, sim, pôde ser chamado um sabio.

Cantu, que fazendo passar diante de si todos os seculos e todos os povos, deduz do maravilhoso encadeamento dos factos as provas mais convincentes da necessidade da verdadeira religião; o historiador philosopho que, analysando as diversas linguas, reconhece-lhes uma só fonte, que pela uniformidade de crenças, habitos e tradições faz derivar todos os povos de um só tronco, que oppõe com a autoridade do seu nome obice ao desregramento dos costumes, á perversão da sociedade — Cantu escreveu o seu nome em aureas letras no codice dos verdadeiros sabios; o naturalista, que na magnificencia das entranhas da terra admira a riqueza da criação; na rapidez da luz a incalculavel immensidade do espaço, na irresistivel força dos phenomenos a omnipotencia do Ser Supremo, que, estudando todos os effeitos e reunindo todas as causas, simultaneamente as deriva da causa por excellencia, estes, sim, que firmaram no temor de Deus o principio da sabedoria, obterão tambem a corôa de gloria e caminharão por veredas juncadas de flores, que se transformarão em fructos de celebridade e de honra.

Estes, sim, são os verdadeiros sábios, que illustraram a todos com o seu ensino, por se derivar da eterna doutrina, que, na phrase da Escripura, é como a luz da madrugada, que serena e pura se manifestará na successão dos seculos.

Aquelle que devassando os limites do tempo colhe da historia os meios de dar louvores ao passado, dictames ao presente e salutares conselhos ao futuro; aquelle que, inebriando-se nas bellezas naturaes, concebe o grandioso ideal do bello, sente pulsar-lhe o peito de gratidão e amor, e queimar-lhe, os labios torrentes de poesia e de eloquencia; o ser privilegiado, que esclarecido por transcendente luz, não se considera um vulto isolado, mas um elo da cadeia humana, o sabio verdadeiramente tal, não póde constituir-se o cego instrumento do egoismo, pois é o apostolo da virtude, não deixa condemnar-se á inercia, pois é o symbolo da actividade; nem se negará á communicação dos homens, pois existe e sabe nelles perpetuar-se. Qual vaso precioso, que em si não pode conter as odoríferas particulas que de continuo se evolvam, o sabio tende constantemente a diffundir entre os homens os finissimos perfumes que lhe embalsama a intelligencia.

Immensos são os fructos que traz á sociedade essa communicação intellectual; entregue a si proprio, o homem, ainda dotado da maior aptidão para as lettras, mal poderia apprehender os principios geraes e os factos isolados, si outros lhe não viessem dilatar a esphera dos conhecimentos, apresentando syntheticamente o que já houvera custado longas vigílias e afanosas diligencias em precedentes investigações.

Devem-se, pois, de boa mente congregar, como fazemos, os que professam a sciencia e aspiram a sabedoria, para que pela observação e pelo estudo, pela discussão e incessante permuta de idéas e impressões, se abasteçam os desprovidos e consolidem os ricos de instrução mais estavelmente a sua opulencia, contribuindo assim todos para o aperfeiçoamento moral da sociedade em que vivemos.

E' o que aconselha o bom senso e o que ensina a historia, sciencia que nos faz conhecer o desenvolvimento do espirito humano, tal qual se manifesta em todas as suas relações sociais.

O culto da sciencia, a veneração pelos seus ministros, a glorificação dos bemfeitores do genero humano pelos serviços prestados ás lettras são o mais evidente thermometro da verdadeira grandeza de um povo.

São palavras já por vós ouvidas do alto da tribuna reservada neste recinto á linguagem da historia, que é a expressão austera e sentenciosa da verdade.

Das occurrencias do anno, que ora termina, excusado é dar-vos especifica noticia nesta ligeira allocução, porque telt-a-heis completa nas peças oratorias que vos vão ser apresentadas;

vereis ainda uma vez ahi revelado o eterno contraste da vida — luz e sombras, alegrias e dôres.

Ao prazer com que saudamos a auspiciosa entrada de novos e prestimosos obreiros que vieram avigorar as nossas forças, de perto acompanharão sentidas magoas pela perda de saudosos companheiros, de nosso seio arrebatados pelas garras da morte.

Cabe esse duplo encargo aos autorizados órgãos do Instituto, que de longa data com talento e erudição desempenham as funções de 1º secretario e orador; um, em risonho painel engrandecendo as vistosas scenas de nossa vida litteraria; outro desdobrando o melancolico quadro em que pela ultima vez divisaremos as queridas imagens daquelles que para sempre nos deixaram.

Não raro ha perdas, infelizmente, irreparaveis; com ponderado acerto dizia um escriptor dos nossos tempos: «Julga-se vêr penar mais do que um homem, quando com elle se extinguem as eminentes qualidades de que era dotado.»

O tributo de admiração e respeito que prestamos á memoria dos que em vida se distinguiram pelos seus serviços, illustração e virtudes, é a solemne consagração do merito; o authentico reconhecimento da verdadeira superioridade, que, na expressiva phrase de um bello talento, consiste na força d'alma, e a força d'alma não é sómente a intelligencia ou a vontade, é tambem a virtude.

O Instituto Historico extremamente lisongeado pela delicada attenção que recebe das distinctas pessoas que se dignaram de tomar parte nesta festividade academica, rende-lhes com cordialidade e affecto os seus mais profundos agradecimentos, especialmente ao illustrado Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores, a quem já deve o Instituto não esquecidos favores, e ao venerando Sr. Arcebispo, nosso respeitavel e muito prezado consocio honorario.

A graciosa presença dos que vieram assim abrilhantar a sessão anniversaria, em que é commemorada uma data para nós das mais gratas recordações, muito nos anima e conforta. O obsequio recebido, honroso para o Instituto, é para os que o prestam altamente significativo do justo apreço em que são tidas as instituições scientificas e litterarias, poderosos elementos de civilização e progresso de um povo, quando á liberdade se allia o patriotismo.

Prosiga o Instituto com resolução e coragem no arduo commettimento por nobres sentimentos iniciado, e pelo inestimavel favor do magnanimo e sempre lembrado protector das lettras brasileiras, generosamente engrandecido.

Seguras garantias de prosperidade e vigor na proveitosa existencia desta illustrada e benemerita associação nos offerecem as liberaes disposições dos poderes publicos, até hoje manifestadas nos favores que nos tem sido dispensados e que em

extremo nos penhoram; e demais confiamos nas provadas habilitações e dedicado zêlo dos dignos consocios, a quem são devidos os mais francos elogios.

Não nos desalentam as difficuldades da empresa, guiados pela voz animada de um nosso inspirado cantar:

Eia! marchemos, pois, unidos sempre!
Nos fastos memoraveis celebremos
A historia do passado; e no futuro
Soletremos a gloria que ha de vir-nos!

Está aberta a sessão.

RELATORIO ANNUAL

DO

Primeiro secretario Commendador Henrique Raffard

LIDO

Na Sessão Magna de 15 de Dezembro de 1904

Mais uma vez, neste dia de gratas recordações, nos congregamos para, em modesto festim litterario, solemnizar a data convencional da fundação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Creada para o patriotico commettimento de levantar o edificio consagrado aos feitos e glorias passadas da nossa patria, vai felizmente essa utilitaria associação seguindo o caminho já de 66 annos, durante os quaes não têm sido improficuos os esforços de perseverança e dedicação de todos quantos aqui têm vindo alistar-se ás bandeiras do estudo, poderoso e fecundo principio de toda civilisação.

Que apesar de embaraços e difficuldades, o Instituto se vai desempenhando da missão de que se encarregou, dil-o o favor publico, as sympathias e considerações que o cercam, não só dos poderes publicos mas das associações congeneres nacionaes e estrangeiras, e principalmente o afan com que são procuradas estas cadeiras nas quaes nos sentamos para na « *Pacifica Scientia Occupatio* » seguir os exemplos que no passado nos deram os fundadores deste gremio.

Decorrido, pois, mais um anno de existencia, justo é que o Instituto contemplando o espaço percorrido, venha dizer o que conseguiu realizar, mostrando parte do trabalho que coube a cada um dos operarios, animando os que ainda não cansaram e pagar o tributo de saudade e veneração aos que dormem nos braços da morte o derradeiro somno, augmentando as fileiras daquelles cujos bustos assistem como mudos convivas ou antes severos juizes a esta simples mas suggestiva solemnidade.

Comprehendo, senhores, seria desnecessario fallar de factos dos quaes fostes testemunhas ou nelles tomastes parte, evitando a pecha de enfadonho.

Ao desejo de não cansar a vossa attenção veda-me o espirito da nossa lei que me impõe o dever de apresentar relatorio em que exponha os trabalhos do Instituto durante o anno e faça menção honrosa dos autores de qualquer obra, historica, geographica ou ethnographica que durante esse lapso de tempo foi offerecida ao Instituto.

Não andou mal avisado o legislador estatuinto este compromisso porque será com esses elementos parcellados que em rapida synthese, quem quizer poderá conhecer esta associação e a influencia que ella exerceo em nosso meio scientifico e litterario.

Summariando, pois, os successos do anno cadente com o testemunho dos factos mostrarei que o Instituto não se conservou inactivo, antes deu provas de sua constante combatividade em prol de tudo quanto se refere á gloria, ao progresso e á felicidade desta grande nação.

Certo da vossa benevolencia, acostumada a ella—já fazem mais de 15 annos que immerecidamente occupo este logar, breve serei.

O Instituto neste anno reuniu-se 19 vezes, sendo duas em sessão extraordinaria.

Por justos motivos o Sr. Presidente Conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro deixou de comparecer a quatro sessões, tendo como substituto o Sr. 1º Vice-Presidente, Conselheiro Manoel Francisco Correia em tres sessões e o Sr. Desembargador T. G. Paranhos Montenegro em uma; tambem com causa justificada faltou o 1º Secretario a tres sessões, nas quaes foi substituido pelo 2º Secretario Sr. Max Fleiuss, servindo então de 2º Secretario o Sr. Eduardo Marques Peixoto.

Foram admittidos no nosso gremio no corrente anno sete novos collaboradores—dois na classe dos correspondentes, dous na de effectivos e tres na de honorarios.

Na 1ª o Sr. José Feliciano de Oliveira, distincto homem de letras, o qual apresentou para titulo de admissão consciencioso e erudito trabalho sobre o descobrimento do Brazil, provando conhecimentos da nossa historia e revelando requisitos de profundo investigador; e o Sr. Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley de Araujo, integro magistrado que nas horas vagas de afanosa profissão se entrega com prazer a assumptos de historia contemporanea, apoiado em testemunhos insuspeitos e em documentos ineditos, apresentou um estudo sobre a execução do sargento Silvino de Macedo. Tratando-se de factos acontecidos em epoca recente, comprehende-se a difficuldade com que taes assumptos podem ser apreciados—criterio, imparcialidade e moderação são os requisitos que se encontram nas

paginas deste trabalho, que não pôde ser definitivamente julgado senão em épocas posteriores. Na 2ª o Sr. Conselheiro Dr. Candido Luiz Maria de Oliveira, que foi eleito em sessão de 17 de Junho.

Não ha quem não conheça os merecimentos desse distincto juriconsulto, ex-ministro de Estado, habil politico e administrador. Seus numerosos escriptos, sobre varias materias do saber humano, davam-lhe, de ha muito, logar saliente nas nossas fileiras. Para ter aqui ingresso apresentou elle o seu Curso da Legislação Comparada. Volume de cerca de 600 paginas, com profundeza de vista e aprimorada linguagem, dá utilissimas noticias sobre a formação das principaes nacionalidades contemporaneas e suas respectivas legislações.

Quanto ao Brazil, estuda com todas as minucias as fontes das nossas leis e tudo que entre nós se tem feito em materia de direito publico e juridico.

O Sr. Arthur Guimarães que apresentou seu livro intitulado «Questões Economicas Nacionaes», prefaciado pelo consocio Dr. Sylvio Romero.

Não me cabe dizer aqui o merecimento dessa obra, que tantos elogios tem merecido, limitando-me apenas a citar algumas palavras do parecer da commissão subsidiaria de historia: «O livro em questão é claro—não é propriamente um trabalho historico, mas incontestavelmente tem, mesmo sob este ponto de vista, um grande valor, pois é um complexo de monographias sob pontos essenciaes da nossa evolução historica.»

Na 3ª classe—o Sr. Senador Manoel de Mello Cardoso Barata. Esse illustre representante do Estado do Pará, assiduo frequentador da nossa bibliotheca e infatigavel nas pesquisas das coisas do seu torrão natal, impunha-se á gratidão do Instituto pelas valiosas offertas de documentos e obras raras. Possuidor de importantes manuscritos, delles se vai servindo para esclarecimento das primeiras phases da historia do Brazil Septentrional. Segundo consta, tem entre mãos importante monographia sobre o descobrimento, conquista e povoamento do Pará. Meticuloso, como verdadeiro historiador e modesto em excesso, o nosso distincto consocio se propõe a ler nas primeiras sessões do anno vindouro o trabalho fruto de sua culta intelligencia.

Serve de prova a tudo isso a memoria publicada no *Jornal do Commercio*, de 13 do corrente sob a fundação da cidade de Belém.

— O Sr. Don Manoel Estrada Cabrera, Presidente re-eleito da Republica de Guatemala, foi admittido em virtude do art. 10, § 1º dos nossos Estatutos, que permite conferir o titulo de socio honorario ás pessoas que por sua idade provecta, consumado saber e distincta representação, estejam em circumstancias de justificar a proposta. Ora, além do alto cargo que occupa, S. Ex. tem prestado incontestaveis e animadores serviços á instrucção da infancia, fundando institutos de ensino de diversos ramos.

-- e o Sr. Barão de Muritiba, pelos motivos acima expendidos, accrescendo mais o facto de ser illustre brasileiro que em prol de nossa patria tem prestado reaes serviços.

Reconhecendo os importantes serviços por muitas vezes prestados a esta associação pelo nosso socio Sr. desembargador Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, deputado federal pelo Estado da Bahia, houve por bem o Instituto eleva-lo, com toda a justiça, á classe dos socios honorarios.

Em 21 de outubro, o Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, proposto e aceito no anno passado, tomou posse da sua cadeira, proferindo substancioso discurso, no qual mais uma vez provou seu amor ao estudo da nossa indianologia, seguindo em tudo o seu illustre tio, o general Couto de Magalhães, nosso inolvidavel consocio.

Dos socios que se achavam ausentes fomos honrados com as visitas do Sr. Dr. Antonio Zeferino Candido, do Illm. e Exm. e Revdmo. Monsenhor D. José Lourenço da Costa Aguiar, D. Bispo do Amazonas e Exm. Sr. D. Guilherme Seoane, D. Ministro do Perú.

O primeiro, ao retirar-se para Portugal, declarou-se ao serviço do Instituto, promettendo enviar cópias de importantes documentos existentes nos riquissimos archivos daquelle paiz; o segundo aqui veio diversas vezes, deixando como lembrança sua a valiosa offerta da obra em 10 volumes *Santuario Mariano*, que propositalmente mandara vir de Lisboa; o terceiro frequentou a nossa bibliotheca, manuseando obras della e antigos mappas.

Em 8 de abril, coincidindo o dia da sessão com o anniversario natalicio de S. M. o Rei da Dinamarca, Christiano IX, nosso venerando presidente honorario, o Instituto deliberou inserir na acta um voto de congratulação, e na sessão de 17 de junho um voto de louvor ao illustre diplomata e nosso consocio o Sr. Dr. Joaquim Nabuco, pelos seus esforços em prol da causa do Brazil na questão da Guyana Inglesa.

A 28 de setembro, dia em que, por notavel coincidência, passa o anniversario natalicio de Sua Magestade El-Rei de Portugal, D. Carlos I e Sua Magestade a Rainha D. Amelia, o Instituto dirigiu um officio de congratulação a Sua Excellencia o Sr. Ministro de Portugal, Conselheiro Lampreia, nosso illustre consocio, que não se cansa de dar as maiores provas de sympathia a nossa corporação.

Convidado o Instituto fez-se representar nas seguintes ceremonias: Manifestação de apreço ao Sr. Barão do Rio Branco, nosso consocio, realizada a 20 de fevereiro; encerramento, na Cathedral Metropolitana, de parte das cinzas do sarcophago de Peiro Alvares Cabral; festa commemorativa da fundação da Associação dos Empregados no Commercio; sessão solemne no 50º anniversario da inauguração das estradas de ferro no Brazil e homenagem ao Sr. Visconde de Mauá, nosso finado consocio; sessão magna do 50º anniversario dos telegraphos em homenagem ao Sr. Barão de Capanema, nosso antigo confrade; sessão do 75º

anniversario da fundação da Academia Nacional de Medicina; distribuição dos premios conferidos aos projectos de fachadas para a Avenida Central; festa do 61º anniversario da fundação da Ordem dos Advogados Brasileiros; solemnidade da restauração do monumento a D. João VI, em Nietheroy; sessão em homenagem ao nosso pranteado consocio Dr. José Izidoro Martins Junior; cerimonia do assentamento da primeira pedra do Club Militar.

Tornaram-se dignos de especial menção, lendo trabalhos, os quaes tornaram as sessões mais interessantes, os Srs. Eduardo Marques Peixoto, Dr. Affonso Arinos e Max Fleiuss.

O primeiro leu—*Memoria sobre terrenos em S. Diogo, Estudo sobre Fidel Franco Beloto (1626) —Trabalho sobre os descaminhos do ouro e Ourives (1693-1827) —Estudo sobre o descobrimento da Ilha da Trindade— Trabalho sobre a vaccina no Rio de Janeiro (1798-1821).*

O segundo leu — *Atalaia bandeirante*, de sua lavra, e um documento, que lhe foi offerecido pelo collector e administrador dos terrenos diamantinos, na cidade Diamantina, datado do Tejuco 20 de agosto de 1801 e ao qual allude o Dr. Joaquim Felício dos Santos na sua obra *Memoria do Districto Diamantino*, relativo a uma representação contra o intendente dos diamantes João Ignacio do Amaral Silveira e fiscal João da Cunha Souto Maior. Um outro importante documento manuscripto: Relação da festa feita pela Camara da Villa Nova da Rainha na Capitania de Minas Geraes aos faustissimos annos do Principe Regente Nosso Senhor a 13 de maio de 1812.

O terceiro leu—Notas sobre as opiniões do Marechal Deodoro e coronel Benjamin Constant, relativamente á separação da Igreja do Estado.

Interessantissima foi a sessão de 7 de outubro de 1904, preenchida pela importante conferencia feita pelo Sr. contra-almirante Francisco Calheiros da Graça sobre um ponto da Geographia do Brazil.

Em todas as obras, as que se desenvolvem sobre o contorno do nosso littoral, disse o illustre homem do mar, se lê a citação do Cabo Gurupy, na costa do Maranhão, e todos os mappas o collocam na foz do rio desse nome, formando a sua margem oriental. Essa crença está generalisada e della participava o nosso illustre consocio, de saudosa memoria, Senador Candido Mendes de Almeida. Ha, no entanto, razão para essa crença.

Para organização de seus trabalhos os autores recorreram ás cartas hydrographicas mais concertuadas, salientando-se entre ellas as levantadas pelo almirante Mouchez; infelizmente o trabalho deste illustre hydrographo terminaram no porto de S. Luiz do Maranhão e para completar o contorno da Carta que dahi segue até o Pará teve Mouchez de recorrer aos levantamentos de Tardy de Montravel. E' neste que se encontra na posição acina citada uma grande extensão de terra, avançando por algumas milhas para o mar e caracterizando o denominado Cabo Gurupy. Em 1890, no cumprimento de uma commissão que

lhe foi destinada, teve o orador de fazer a exploração do rio Gurupy desde a cidade de Vizeu até a sua foz e bem assim de proceder ao levantamento hydrographico da carta adjacente e dos bancos que se estendem por muitas milhas pelo mar a fóra. No exemplar lithographo que offereceu ao Instituto se vê o resultado de seus trabalhos e ao contrario do que se observa no contorno traçado por Montravel se nota que a Costa Oriental, logo apoz o rio Gurupy, inclina-se para o sul sem saliência alguma que autorize a denominação de um cabo. Na margem occidental e ligando-se a grandes bancos de areia que descobre na beira mar e que se nota uma ponta saliente a que dão o nome de ponta Gurupy denominação que lhe compete; é muito provavel, porém, que em algumas dezenas de annos ella esteja completamente transformada apresentando contornos muito diversos do que tinha em 1870.

Está a ponto de ser distribuido o volume 66 da nossa Revista, que tão apreciada tem sido não só aqui como no estrangeiro. A despeito da melhor vontade da Imprensa Nacional são conhecidas as causas da demora e atrazo da impressão dessa nossa importante collectanea.

A nossa bibliotheca e archivo continuam a ser com assiduidade frequentadas por muitos consultantes que buscam compulсар livros impressos, mapps e manuscriptos existentes nos codices das nossas colleções de ineditos. Entre os frequentadores aprez-nos salientar, deputados, senadores, funcionarios publicos, litteratos e homens de sciencia.

Como sempre o nosso bibliothecario continúa a dar provas de seu amor ás cousas do Instituto e todos quantos delle se acercam fazem justiça aos merecimentos desse illustre funcionario, cuja illustração, assiduidade e gentileza são de todos conhecidas.

Continuam a ser offerecidos ao nosso Instituto importantes trabalhos, revistas, jornaes, relatorios, memorias e livros de autores nacionaes e estrangeiros, bem como das sociedades scientificas com as quaes o nosso gremio entretém correspondencia.

Seria prolio citar o numero de tantas preciosidades. Contam ellas de appendices annexos as respectivas actas. Para dar, porém, uma ideia do quanto fomos favorecidos, seja-me licito citar apenas, como exemplo, algumas dessas valiosas offertas. Recebemos do Sr. Dr. Anselmo Ruvia Riquelme, Ministro do Chile, a obra em 22 volumes denominada « Anuario Hydrographico de la Marina del Chile »; do Sr. Agostinho de Leão « Monographia Paranaense, a Federação de Curityba », do Sr. Francisco Campos Andrade, o autographo ricamente encadernado: « Os voluntarios da Morte »; do Sr. Carlos H. Tobar, Ministro do Equador, dois livros seus « Breves Consideraciones acerca de Educacion », Consultas Diccionario de la lengua; do Sr. Dr. Pláton C. de Albuquerque seus trabalhos « Mechanica Ceeste » e « Propaganda Nacionalista »; do Sr. Dr. José Carillos Rodríguez « Religiões Acatolicas »; do Sr. Deputado Dr. Ber-

nardo Horta a traducção portugueza da Historia do Brasil, de Beauchamp e um curioso manuscrito sobre o antigo Direito Portuguez ; do socio Sr. Damasceno Vieira «Memorias historicas Brasileiras» ; do socio Sr. Dr. Nelson de Senna «O Estado de Minas Geraes na Exposição de São Luiz» ; dos consocios Manoel de Oliveira Lima «O Secretario del Rey» e Belisario Pernambuco a sua conferencia «A Redempção dos Proletarios» ; do socio Dr. Antonio Piza os ultimos volumes dos «Documentos interessantes para a historia e costumes de S. Paulo» ; do Sr. Dr. Alcebiades Furtado «O morgado dos Viscondes de Asseca no Brazil» ; do socio Sr. Marquez de Paranaguá «Documentos para a historia das Côrtes Geraes da Nação Portugueza» ; do socio Sr. Julius Meili «3ª parte da sua interessante e importantissima obra «A Moeda Fiduciaria no Brazil» ; do socio Senador Ruy Barbosa «Limites entre o Ceará e Rio Grande do Norte» ; do Sr. Conselheiro Francisco Augusto de Lima e Silva, um interessante quadro historico representando a passagem da Ponte dos Afogados em Pernambuco, em 12 de setembro de 1824, que pertenceu ao Marechal Francisco de Lima e Silva, pai do nosso saudoso consocio Duque de Caixias ; do socio Sr. Max Fleiuss, 2º Secretario, duas gravuras da lavra de seu pae, representando uma o Gabinete formado em 10 de agosto de 1859, e outra as duas Princesas Imperiaes, em 1859 ; do consocio Marques Peixoto, cópia do Alvará de 7 de fevereiro de 1554, confirmando a mercê de cavalleiro, dada por Thomé de Souza a Gaspar Alvares, filho do celebre Caramurú ; do socio Dr. Ministro Macedo Soares «Le Brasil et la loi de Monroe» ; do socio Senador Manoel Barata «Epanaphora indica» e «Serie chronologica dos Prelados conhecidos da Egreja de Braga», e mais um retrato em lythotipia, do almirante Luiz da Cunha Moreira, Visconde de Cabo Frio, Ministro de S. M. D. Pedro I ; do Director da Bibliotheca Nacional, Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, os volumes 23, 24 e 25 dos «Annaes» ; do socio Sr. Desembargador Paranhos Montenegro, a sua obra «Fallencias» ; do socio Dr. João Mendes de Almeida, o busto de seu illustre pai, tambem nosso consocio ; da Imprensa Nacional, volumosa collecção de trabalhos alli dados á estampa durante o anno passado ; da familia Lisboa, o busto de Venancio José Lisboa, membro do antigo Senado da Camara do Rio de Janeiro, pae do nosso consocio, fallecido Desembargador Venancio José Lisboa e avô do finado Visconde de S. Venancio e do venerando magistrado Desembargador Bento Luiz de Oliveira Lisboa ; e, finalmente, as Memorias e Mappas apresentados pelo nosso consocio Dr. Joaquim Nabuco, no litigio acerca dos territorios da Guyana Ingleza.

Pende de votação na proxima assemblé geral o projecto de reforma dos mesmos estatutos apresentado pelo Sr. Max Fleiuss, 2º Secretario.

Como sabeis o Instituto em dias do anno passado, e por unanimidade de votos, concedeu um premio á melhor me-

moria que, mediante concurso previamente annuciado, fosse escripta sobre o governo de D. João VI no Brazil como Principe Regente e Rei. Durante este anno foi approvado o respectivo regulamento e marcada a quantia de 5:000\$ como premio.

Determinando-se dar a esse certamen a maior publicidade, foram enviadas circulares á imprensa e associações scientificas e litterarias nacionaes e estrangeiras. De todas as partes temos recebido adhesões que provam o acerto dos intuitos do Instituto, e tudo faz crer que a nossa aggremação commemorará con dignamente em 8 de janeiro de 1908 o centesimo anniversario da abertura dos portos do Brazil.

Depois de concluir a edificação do predio outr'ora destinado á Maternidade, o Governo resolveu alli accomodar a Academia Nacional de Medicina, o Instituto da Ordem dos Advogados, a Academia de Lettras e o nosso Instituto.

Manda a justiça confessar que a nossa Associação fôra contemplada com as melhores accommodações; ellas, porém, não eram nem de longe sufficientes para a completa installação do Instituto Historico.

Tendo de deixar a sua antiga séde o Instituto tratou de estudar a questão de sua transferencia e obteve do Governo a opção entre levantar o edificio proprio para o qual lhe seria dado gratuitamente terreno apropriado na Avenida Central, ou receber outro proprio nacional convenientemente reconstruido.

Na nossa ultima sessão foi lido um officio do Sr. Ministro do Interior garantindo mandar reparar o edificio em que ora se acha o Archivo Publico, entregando-o ao Instituto para que naquelle proprio nacional se estabeleça definitivamente a nossa Associação.

Diante de tanta gentileza por parte do Governo curva-se agradecido o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, contando no numero de seus bemfeitores aquelles que directa ou indirectamente garantem o futuro da instituição, que desde 1838, sem interrupção, cuida de *colligir, methodizar, publicar e archivar* os documentos relativos á historia, geographia e ethnographia do Brazil.

Não é de menor valor a ordem do Sr. Ministro da Fazenda para que na Imprensa Nacional sejam feitas novas edições dos numeros esgotados da nossa Revista.

Havendo sido constituida nesta capital uma comissão promotora para o levantamento, por meio de subscripção popular, de uma estatua á memoria do nosso finado consocio, o eminente jurisconsulto, geographo e historiador, Dr. Candido Mendes de Almeida, dirigiram-se os iniciadores da ideia ao nosso Instituto pedindo seu apoio moral para a realização do almejado comettimento. Foi enviada tambem a respectiva *maquette*, feita pelo conhecido artista nacional Sr. Benevenuto Berna, encarregado de fazer a referida estatua.

O Instituto, por unanimidade de votos, accedeu a este convite de auspiciar a execução de monumento tão justo e meritorio.

Se a gratidão é a primeira de todas as virtudes, o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, no meio de seus arduos labores, presta verdadeiro culto a este sentimento que eleva o coração do homem.

Como nos outros annos, o Instituto no dia 5 de Dezembro cerrou as suas portas em preito de homenagem, saudade e veneração ao seu Grande Protector, o Senhor Dom Pedro II, de saudosissima memoria.

Foi elle quem protegeu, em seu nascedouro, a nossa Associação. Foi elle quem abrigou o Instituto Historico e Geographico Brasileiro em uma dependencia dos Paços Imperiaes.

Foi elle quem, longe da patria, antes de morrer, legou á nossa agremiação grande parte de importantissima bibliotheca, cujas obras, durante 50 annos, escolhera, colleccionara e constantemente manuseava.

Assiduo em presidir ás nossas sessões, activava o ardor dos combatentes e obstou, pela mais alevantada dedicação a que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro naufragasse nos parceis da inercia e do indifferentismo.

Poucas horas antes de aqui nos reunirmos foi celebrado acto religioso em suffragio dos nossos confrades fallecidos.

Foram elles, neste anno, o Sr. Major José Domingos Cedeceira, Dr. Aristides Augusto Milton, General Francisco R. de Mello Rego, Dr. José Isidoro Martins Junior, Barão do Ladario, Dezembargador Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro e Monseñor José Tolentino de Guedelha Mourão.

O elogio historico de tão distinctos cooperadores vai ser feito. Possa a mascula eloquencia do nosso distincto orador compensar-vos do tempo perdido em ouvir a pallida synthese por mim feita no dia do sexagesimo sexto anniversario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

DISCURSO

DO

ORADOR DO INSTITUTO DESEMBARGADOR ANTONIO FERREIRA
DE SOUZA PITANGA

Meus caros confrades — Um dos trechos mais alevantados de inspiração daquelle bardo inglez, em que a cegueira parece ter feito refluir para o interior da abobada craneana toda a luz que irradiou-s de seu cerebro genial; um dos lances illuminados dessa epopéa christã que se intitula *Paradise lost*, é aquelle em que a mente creadora do poeta imagina a figura radiante do archanjo Miguel, ao descer a montanha do Céu, no desempenho da dura missão de expulsar da bemaventurança o par procreador da humanidade, condemnado ao trabalho e a dôr, procurando mitigar o rigor do castigo com a predicção consoladora do mysterio da Redempção e com a perspectiva da justiça eterna exercida pelo Deus vivo no Juizo Final.

.
« With glory and power to judge both, quick and dead ;
To judge the unfaithfull dead, but to reward
His faithfull, and receive them into bliss,
Whether in Heaven or earth ; for then the earth
Shall all be Paradise, far happier place
Then this of Eden, and far happier days ».

E o descortino dessa grandiosa perspectiva que inspirara a John Milton essas estrophes epicas, já havia suggerido, mais de um seculo antes, a concepção, ainda mais grandiosa, dessa outra epopéa da Arte com que o genio do divino Buonarrotti illuminou o recinto augusto da capella Sixtina.

E para transmittil-a ao fresco immortal, perlustrou o colossal Artista o decurso de oito annos de lucubrações e de trabalho ! Porque, senhores, que genio haverá, bastante vasto, para crear e reproduzir em forma transitoria e humana o que é sobrehumano e eterno ? Imaginai a visão prophetica que devia ter povoado a mente genial do grande mestre, para tirar do

calos informe de sua palheta o genero humano redivivo na vastidão interminada do valle de Josaphat!

Vibra nos paramos immensos do azul infinito o clagor dos clarins dos archanjos, fulgida legião de arautos do Supremo Juiz da humanida; e nos sons argentinicos e penetrantes dessa banda sileral, surgem de todos os pentos do universo os peris simultaneos dos seres humanos, desde o periodo inicial da Creação, até esse marco final indefinido da consummação dos seculos.

E entre as ondas montantes dessas moles humanas, que avançam accumuladas e movediças como um oceano em tormenta, em um arfar de terremoto, elevam-se como alterosas papoulas, os vultos extraordinarios dos grandes justos e dos grandes réos, que sobresaem em relevo de pyramide da massa amorpha da mediania humana, assignalando periodos na continuidade insoluta da vida universal. E' logo no vestibulo da Creação o perfil sinistro do fraticida, tinguido a terra virgem com o sangue innocente do irmão piedoso, pelo impulso da inveja, a mais abjecta das paixões, mas que ha de impellir a humanidade á eterna luta, e adiante, como equipollente para manter o equilibrio da vida, o perfil genial do primeiro legislador, do glorioso hebreu que primeiro lançou as bases em que devia florescer a fé monotheistica do Deus de Israel, de cujas sagradas mãos recebera as taboas da lei, da lei que é a antithese do crime. Aqui o vulto illuminado do divino bardo da Hellade, em sua cegueira luminosa, tendo em torno da sua lyra as figuras collossaes dos semi-deuses que ella eternisara, enermes no heroismo, como no crime.

E logo após, desprendendo-se dos véos nebulosos da mythologia e da fabula, os perfis inspirados dos legisladores hellenos, de Lycurgo e de Solon, de Thales e de Pericles, sobraçando os monumentos immortaes da sabedoria humana; ou os vultos extraordinarios dos fundadores da sciencia, os mathematicos de Samos ou de Syracusa, a assombrarem a Eternidade com os seus engenhos sobrehumanos; e após esses as figuras athleticas dos capitães invictos que á frente de reduzidas legões faziam recuar destrocadas as hostes innumeraveis ou as frotas immensas dos Medas e dos Parsis, implantando o predomínio da Grecia florescente; ou dos que disputavam a preponderancia do poder e da gloria no sólo sagrado da Attica portentosa, até o formidavel Macedonio, que transpondo os limites da Grecia, atirou-se, mundo em fóra, á conquista do universo, para aquelle que deixava de ser filho de Philippe para ser filho de Jupiter.

Além, sobre os cimes azues das sete colinas, as phalanges garbosas do povo dominador do mundo, representando o periodo da civilização romana, em sua grandeza e em sua decadencia, desde a época de sua fundação, regada, como a Creação, pelo sangue de um fraticidio, consolidada pelas sabas leis de Numa, até o desmoronamento da realza pela concupiscencia e pela tyrania dos Tarquínios: desde a formação do caracter espo-

cifico desse povo singular pelo stoicismo de Mutius Scaevola e de Junius Brutus pela virtude inquebrantável de suas matronas, de Clelia ou de Veturia, através da vida gloriosa da República, assignalada no perfil de seus innumerados heróis, de Coriolano a Paulo Emilio, de Virgínio a Atilio Regulo, de Camillo a Cincinato, dos Scipões aos Gracchos, até a sua queda fomentada pelas ambições anarchicas dos dictadores, caminhando fatalmente para o despotismo sobre o cadaver dilacerado de Catão de Utica, e ultimada pelo advento assombroso dessa aguiá formidável que espalhando as azas gigantéas, desferia seu vôo incommensurável dos areíes africanos aos gelos da Britannia, abatendo-se terrível sobre as Gallias e transpondo os Alpes, cravava a garra adunca no coração de Roma; e após elle as sombras sinistras dos Cesares, cingindo o régio diadema, para encobrir o stygma indelevel com que Tacito e Suetonio marcaram as frentes ignominiosas dos que desertavam dos cenáculos para os triclinios, saturados de lubricidade e de incesto.

E em suas purpuras roçagantes a pleiade dos que embalde procuravam restaurar a grandeza romana sob seu imperio, dos Flavios, de Marco Aurelio e dos Antoninos, e dos que os arrastavam pelos marneis de torpezas ainda mais baixas, dos Caracallas e dos Helicabalos, até que sobre a sacra terra da *Urbs* abateu-se a revoadá famelica dos açores do norte, suas aguias á frente, quando a Roma gloriosa dos reis e dos legionarios, dos consules e dos tribunos, viu ruirem por terra seus monumentos legendarios, desmoronarem seus templos, abaterem-se os altares e com elles seus deuses penates, anniquilar-se, enfim, seu secular predominio ante a nascente preponderancia dos barbaros vencedores.

Quando, porém, entre os estampidos desse trovejar modonho de destruição e de morte, scintillavam couriscantes as figuras fulmineas dos chefes, hunos ou godos, e invadido o imperio do Oriente via-se o do Occidente na contingencia de entregar a sua defeza ao vandalo Flavius Stilicon, para enfrentar com o visigodo Alarico que a invadia, e quando devastado aquelle, batia ás portas da cidade eterna a figura sinistramente phantastica do Flagello de Deus, a crestar a relva, e esterilisar o sólo com a pata de fogo de seu cavallo infernal, surge no seu limiar em toda a grandeza de sua magestade serena, a figura angelica do Papa Leão I, sem outras armas que as de sua coragem stoica, e de sua palavra persuasiva, e o faz parar e retroceder, pelo unico prestigio dessa Boa-Nova que elle pregava, dessa lei divina que elle professava.

Era o triumpho da civilisação christã. O sangue dos martyres, regando o sólo maldito do Circo, havia-o fecundado para a germinação da vasta sementeira espargida pelos Apostolos dos Evangelhos; e a vinha do Senhor brotava com toda a pujança; e a grande messe ostentava em sua nascente florescencia para nutrir a humanidade por todos os seculos.

E alentado pelo pabulo confortante da fé, o Christianismo triumphante lança-se a conquista do sólo sagrado do berço e

do tumulto do seu fundador, do suave Rabino da Galliléa, cuja palavra singela havia de tornar-se a lei do Universo. E as legiões dos Cruzados arrojam-se nessa faina piedosa, tendo á frente... il Capitano.

Que il grané Sopolero liberò di Cristo :
Molto egli oprò col senuo i colla mano
Molto soffici nel glorioso acquisto.

— E após elle todos os grandes dominadores da Europa, Luiz VII de França e Conrado da Allemanha ; Philippe Augusto, Ricardo Coração de Leão, Frederico Barberousse, todos os representantes das dynastias dominantes, armam-se em guerra e lançam-se á porfia, em busca desses palmos de terra que guardara por tres dias o Corpo Sagrado do Divino Mestre.

Não obstante, porém, esse triumpho, a doutrina dos Evangelhos não havia ainda penetrado o organismo dos povos, e o feudalismo reinante dividia-os em suseranos e servos, creando um regimen de escravidão e annullando a igualdade christã. Na França, na Allemanha, as glebas e as communes mantinham a oppressão da maioria pelos senhores feudaes ; imperava na Hespanha o despotismo ferrenho ; a Italia, dilacerada pela anarchia, exauria-se na luta rancorosa de guelfos e ghibelinos, quando surgiu, como espectro vidente, o grande hardo florentino com a sua genial epopéa, em que desvendou aos olhos da humanidade attonita a perspectiva da vida de além-tumulo.

Parou ahi a visão retrospectiva de Miguel Angelo ; e, como Phidias se havia inspirado em Homero, o grande mestre havia encontrado o modelo para a sua obra immortal. A Divina Comedia bastava ao genio creador para a realização do seu Juizo Final, pela grandezza da idéa que continha, : a eterna Justiça !

E é porque domina-me o espirito o pensamento de que o Instituto exerce neste momento uma parcella dessa grandiosa idéa, que eu me sinto possuido de um pavor sagrado quando tenho de cumprir o arduo dever de proferir sobre o tumulto de nossos irmãos extinctos o *verdictum* da Historia.

Suppra a sincera intenção que a elle preside a grande incompetencia daquelle a quem vossa magnanimidade incumbio de tão gloriosa tarefa.

Aristides Milton

Comecei esta allocução fallando-vos de um Milton, poeta. Não deixou o nosso extincto confrade, em seu espolio litterario, obra do folego do — *Paraiso Perdido*.

Quando, porém, no roseo periodo de adolescencia o conheci, era a poesia uma de suas aptidões intellectuaes.

A musa da Patria despertara lhe por vezes o estro do civismo em estos de enthusiasmo juvenil. Foi na época de maior brilho da vida escolastica do Gymnasio Bahiano, ninho

propicio a muitas das aguias que mais alto tem erguido o vôo até ás culminancias de nossa Patria. Florescia a esse tempo uma pequena pleiade de poetas precoces, entre os quaes sobresahiam, além dos poucos que sobrevivem, os irmãos Castro Alves, Antonio, José e Guilherme, sendo o primeiro o unico que teve tempo de transmittir o seu nome á posteridade; Antonio Alves de Carvalho e Plinio Augusto Xavier de Lima. Só quem teve a dita de conhecer essas primorosas creaturas, essas aves canoras dos mangueiraes bahianos, fulminadas quasi ao desferir o primeiro vôo do portico escolar, terá idéa do nivel intellectual a que havia attingido o ensino naquella estabelecimento. Aristides Augusto Milton fazia parte dessa pleiade.

Nascido na leal e valorosa cidade da Cachoeira, aos 29 de maio de 1848, filho do major Tito Augusto Milton e D. Leopoldina Clementina Milton, feitas as suas primeiras armas scientificas nesse talvez mais completo instituto particular de instrução secundaria que tenha possuido o Brasil, e com tal aptidão que foi por vezes chamado a reger classes elementares, em uma das quaes fui eu seu discipulo, seguiu Aristides Milton para o Recife em cuja Faculdade matriculou-se em 1864, terminando em 1869 o curso juridico com tal distincção que o seu nome foi um dos suffragados, com os seus collegas José Jansen Ferreira Junior e Geminiano Brasil de Oliveira Góes, para orador official de sua turma, conforme a praxe academica de então. Essa eleição foi annullada por um decreto do Governo Imperial que extinguiu essa pratica.

Voltando á terra natal cingido desses primeiros louros, foi por seu temperamento rectilineo impellido á ingrata profissão de magistrado, revestindo após o periodo legal a alva desse sacerdocio que é ao mesmo tempo, para os que tal a entendem, a tunica de Nessus do sacrificio de Hercules e a mortalha de todas as aspirações. Nomeado juiz municipal e de orphãos de termo de Santa Izabel do Paraguassú, e dahi removido para o lugar de juiz substituto da capital da Bahia, ahi se manteve durante dous annos, tempo sufficiente para comprehender a rudeza da profissão; e achando-se no poder o partido conservador, ao qual se filiara, apresentou-se candidato á deputação provincial, sendo eleito, em 1872 para a respectiva Assembléa, da qual foi escolhido Presidente.

Chefe de Policia de Sergipe e por decreto de 8 de maio de 1875 juiz de Direito da Camarca de Maracás, de onde foi removido para a de Pedro II no Piauhy, em 1881, voltando ao poder seu partido, foi eleito em 1866 deputado geral pela Bahia, e em 1881 nomeado Presidente de Alagoas, onde assignalou sua passagem pela administração com actos da ordem da fundação do Asylo de Santa Leopoldina, e da reedificação da ponte de desembarque de Maceió.

Com o advento da Republica julgou em sua consciencia de patriota continuar a prestar á Patria seus serviços, e, eleito deputado á Constituinte por seu Estado natal, prestou valiosa contribuição á constituição republicana, da qual foi depois um

dos primeiros commentadores com a publicação de sua obra *Analyse da Constituição de 24 de fevereiro*, já em mais de uma edição. A sua competencia profissional o indicou depois á escolha para membro da commissão especial encarregada de rever o Código Penal, onde revelou conhecimentos praticos nesse departamento de jurisprudencia.

A nota da philantropia e da caridade vibrava com intensidade em sua alma, como attestam as innumeraveis instituições pias de que fazia parte, entre as quaes o Monte-pio dos Artistas Cachoeiranos, a Irmandade da Candelaria desta Capital, de que era socio benemerito, e particularmente a Santa Casa da Misericórdia da Cachoeira, da qual foi Provedor até á morte, tendo obtido em seu beneficio subsidios no valor de 70 contos, no periodo de 7 annos de sua Provedoria.

Cultor fervoroso da historia, publicou as « Epheméridos Cachoeiranas », que são um seguro repositório de informações da vida de sua terra natal, em que são fielmente guardadas as tradições heroicas do periodo de nossa independencia, de que foi aquella cidade um dos mais gloriosos reductos; e a « Campanha de Canudos » que illustra hoje as paginas de nossa Revista. E' um trabalho leal, que precedeu ao do nosso erudito confrade Euclides Cunha, em que já se revelam os factores dessa desgraçada pagina ensanguentada de nossa historia, em que uma heroica legião de civismo consciente deu so em sacrificio, para sacrificar uma misera agglomeração de fanatismo inconsciente!

Sabia lição para os dirigentes do futuro, que no Brasil já o poderiam ter aprendido com a ingloria expedição dos mukers, que nos roubou a vida preciosa do bravo Sampaio, poupada pela armas Paraguayas para cahir ás balas de misera-veis transviados. Mas, não é nosso apanagio esse desvio. Tambem o grande Napoleão fez immolar o Duque de Enghien, victima innocente do fanatismo dos *Chouans* da Vandea, e esse erro devia mais tarde custar a vida do glorioso Marechal Ney e de seus 32 companheiros de proscripção. Como é doloroso e esquecimento das lições da Historia!

E' essa sabia mestra que vem hoje depôr sua modesta grinalda sobre o tumulo de seu devotado cultor Aristides Augusto Milton.

O general Mello Rego

Quando em nossa sessão solemne do anno anterior tive de occupar-me do perfil do militar scientista general Miranda Reis, vos dizia, a proposito da situação actual das forças armadas no convívio internacional dos povos cultos, gravitando cada vez mais para o instituto da arbitragem: « A milicia instruida é ao mesmo tempo um elemento de capacidade nas operações de guerra, e de prestigio para o paiz que a mantém ».

Cada dia que passa adduz nova demonstração para esse theorema de doutrina publicista. Como na memoravel campanha franco-prussiana a illustração militar do Teld-Marechal Von-Moltke foi por si só o factor mais effcaz do estrondoso triumpho das armas germanicas, assim o mundo actual pasma ante os successos extraordinarios da guerra do extremo Oriente em que alguns milhões de mongões, que ha meio seculo eram refractarios á civilisação occidental, enfrentam galhardamente o exercito moscovita, havido como o mais forte dos de todas as nações europeas, e mostram-se até superiores nas forças navaes.

A Hollanda, a Suissa, os Estados Unidos da America, por largo tempo prescindiram do manter exercitos e armadas permanentes, confiando exclusivamente, para a eventualidade do conflito internacional, na proficiencia de officiaes instruidos de mar e de terra.

O general Francisco Raphael de Mello Rego, sem registrar em sua fé de officio grandes serviços de guerra, foi contudo um ornamento da corporação a que pertencia pela cultura de seu espirito, pela firmeza de seu character e pela dedicação e civismo com que se desempenhou das multiplas commissões civis e militares de que foi encarregado durante sua longa e porficea existencia. Nascido no interior da provincia de Pernambuco em 1823, filho de Sebastião Antonio de Mello Rego, assentou praça como voluntario em 1842, sendo reconhecido cadete de 1ª classe a 14 de setembro do mesmo anno' e promovido a alferes do Estado-Maior de 1ª classe a 23 de junho de 1844, foi mandado servir em sua provincia natal.

Ahi se achava em 1848, quando a foi presidir o Pr. Manoel Vieira Tosta, depois visconde de Muritiba, cuja administração começou, como sabeis, durante a revolução Praieira, sob a direcção do desembargador Joaquim Nunes Machado. Mello Rego, ainda em verdes annos, era o ajudante de ordens do presidente Tosta, que, apesar de sua proverbial energia, teve que empregar recursos extraordinarios para estabelecer a resistencia á revolta, que assumia proporções assustadoras.

Aguardava-se a entrada no Recife do capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, á frente de numeroso exercito; e essa se teria effectuado vantajosamente, se não fôra a estrategia do general José Joaquim Coelho, depois barão da Victoria, que se lhe antecipou, pelos Afogados, caminho dos Remedios, por onde devia aquelle capitão reunir-se ás forças de Nunes Machado, acampadas na Soledade, no mesmo sitio onde uma bala traiçoeira immolou cobardemente o heroico tribuno, matando com elle a revolução. Imaginai por ahi a situação do ajudante de ordens do administrador, encarregado de transmittir as noticias, entre os grupos facciosos de um e de outro matiz, que percorriam atterradoramente as ruas do Recife.

O joven militar, porém, tal serenidade guardou nessa emergência difficil, que se tornou depois um dos melhores narradores dessa pagina de nossa historia, descrevendo-lhe os

detalhes e diagnosticando até a feição psychologica dos seus personagens proeminentes. Após essa espinhosa commissão, foi mandado servir junto ao Commando das armas da Bahia, de onde regressou a Pernambuco como engenheiro das Obras Publicas, sendo promovido a Capitão em 1857. Dahi foi mandado em commissão ao Amazonas, de onde regressou como Chefe das Obras Publicas de Pernambuco; em outubro de 1865 seguiu para o Rio Grande do Sul, á disposição do Commando em Chefe da Exercito, sendo promovido a Major por decreto de 23 de janeiro de 1866, e nomeado commandante da praça de Jaguarão, e dessa removido para a de Pelotas. Em 1868 foi nomeado director do Arsenal de Guerra de Pernambuco e promovido a Tenente-Coronel; em 1875 foi nomeado chefe da seccão geodesia e topographia do Archivo Militar, sob a direcção do General Innocencio Velloso Pederneiras, e agraciado com habito de Aviz e officlalato de Rosa. Graduado em Coronel, foi em setembro de 1886 elevado a effectividade desse posto e em 1887 nomeado Presidente e Commandante das armas da provincia de Matto Grosso. Advindo a proclamação da Republica, pediu a sua reforma, que lhe foi concedida no posto de General de divisão. Entendeu, porém, não recusar seus serviços á Patria, e no Ministerio presidido pelo Barão de Lucena, foi nomeado consultor technico do Minirterio da Industria e Viação, vindo, depois eleito deputado federal pelo Estado Matto Grosso.

Em 1866 e durante essa permanencia no Rio Grande do Sul desposou D. Maria do Carmo de Mello Rego, senhora de elevados dotes de espirito, autora do «Guido», livro che'o de inspiração sentimental, cujas paginas commoventes constituem um traço original de nossa litteratura. No convivio desta distincta companheira passou Mello Rego os ultimos dias affastado das lutas, *procul negotiis*, na phrase do poeta, só sahindo dessa obscuridade beatifica para prestar seu valioso concurso á historia patria. Não está longe a polemica por elle travada com o Dr. Hemerito Velloso da Silveira, primo do legendario Pedro Ivo, sobre o perfil historico desse valente percursor da Republica. E' uma tendencia invencivel essa gravitação das almas superiores para o remanso da Historia quando se lhes vão cerrando as palpebras ás sombras crepusculares da Eterna Noite.

E' que a Historia é antípoda da morte; o crepusculo desta corresponde ao seu alvorecer.

O Major Codeceira

Outro consocio roubado pela morte no decurso deste anno, e que, como o precedente, teve o seu berço na Provincia de Pernambuco, foi o Major José Domingues Codeceira. No Diccionario Biographico de nosso illustre companheiro extinto Sacramento Blake, é indicada como sua patria a Provincia do Rio Grande do Sul. Esse equivoco, porém, deriva de ter acompa-

nhado em sua infancia, para a Capital do Rio Grande do Norte, a seus paes, que para alli haviam transferido sua residencia.

Nasceu na cidade do Recife a 8 de março de 1820, filho do negociante Custodio Domingues Codoceira e D. Francisca Joaquina dos Anjos, e na cidade do Natal, onde fez as suas primeiras armas litterarias, cultivou com ardor o estudo das linguas e das humanidades, em geral, regressando ao Recife, de onde veio para esta cidade do Rio de Janeiro, em busca de mais largos horizontes. Depois de haver trabalhado algum tempo em um tabellionato, regressou ao Recife, onde estabeleceu-se no commercio, carreira que abandonou por não ser a mais adaptavel ao seu temperamento. Nomeado official da Guarda Nacional, deitou-se com afincio á organização desse instituto, tornando-se o verdadeiro consultor da respectiva legistação, tendo, subido gradativamente até o posto de major, em que reformou-se.

Espírito liberal, nas fileiras de cujo partido militava com enthusiasmo, travou estreitas relações de amizade com os deputados Nunes Machado e Felix Peixoto; por elles, porém consultado sobre a revolução praieira, opoóz-se formalmente a essa temeraria empreza, prophetizando uma victoria de Pyrrho, na melhor hypothese de seu triumpho. Os acontecimentos vieram demonstrar a justeza de suas previsões.

Magoado, porém, pelo dissabor de haver perdido aquellas affeições, abandonou a politica e recolheu-se ao estudo da historia, que é o traço brilhante de sua existencia. A provincia do Rio Grande do Norte, onde passára uma parte da mocidade, ministrou-lhe elementos para diversas memorias interessantes, tendo-se occupado dos perfis de Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e do Padre Miguelinho. Uma importante memoria, porém que elucidou uma questão chronologica da maior relevancia na historia patria, foi elle quem leu no Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, relativamente á precedencia da aspiração republicana no Brasil, até então deferida aos Inconfidentes mineiros.

O Major Codoceira demonstrou com argumentos irrecusaveis que a proclamação da Republica no Brazil fóra tentada mais de 80 annos no Senado de Olinda por Bernardo Vieira de Mello, que expiara com a vida seu audacioso tentamen. Diversas refutações se tem querido fazer a esse notavel trabalho, mas todos sem procedencia.

O argumento de que a aspiração de Vieira de Mello era uma republica aristocratica pelos moldes de Veneza, não lhe diminue o merito, attendendo a que, a seu tempo, ainda não tinha rompido a revolução franceza, e nem sequer os Estados Unidos da America estavam emancipados.

Além disso, ella envolvia em suas dobras a questão da nossa independencia. A esse cenaculo de historia patria, que se chama Instituto Archeologico Pernambucano, onde floresceram os vultos venerandos de Francisco Moniz Tavares, de Abreu Lima, de Antonio Joaquim de Mello, de Aprigio Guimarães, de

Torres Bandeira e de José Hygino, e onde hoje florescem ainda os de Pereira da Costa, Luna Freire e Regueira Costa, dedicou o Major Codeceira o melhor de seu talento e de sua alta competência historica.

O nosso Instituto desempenha-se de um dever de justiça laureando-o um dos mais perseverantes e leaes historiographos de nossa época,

Monsenhor Guedelha Mourão

Nessas pittorescas paragens, onde sobre as margens verdejantes do Mearim debruçam-se as palmeiras em cujas frondes cantam perennes os sabiás, que deram lições de harmonia ao nosso primeiro lyrico, teve berço João Tolentino Guedelha Mourão, que sentiu-se desde verdes annos impellido á meditação merencoria e ao fervor das crenças do levita christão.

Tendo recebido ordens sagradas no Seminario Episcopal procurou realçar-as com a lição dos notaveis exegetas que professam em S. Sulpicio, nesse baluarte do catholicismo de onde evolvam-se os mensageiros da fé, transmittindo os mysterios e os dogmas da religião aos crentes e até aos infieis. Quando regressou á Patria occupava o solio episcopal do Pará esse Principe da Igreja, que reunia ao largo descortino de doufor da Igreja de S. Bernardo ou de S. Thomaz de Aquino, a piedade austera e as energias dos lutadores da fé, de Domingos de Gusmão ou de Ignacio de Loyola; comprehendendo que me refiro ao finado D. Antonio de Macedo; este apercebendo-se da capacidade technica do joven sacerdote, chamou-o para seu secretario; e no exercicio desse cargo foi aquella diocese convulsionada pela attitude de seu prelado na questão religiosa, isto é, na luta travada entre parte do clero mais intransigente e a maçonaria, determinando um conflicto com o Governo e a intervenção da autoridade judiciaria. Fiel ao seu compromisso, Guedelha Mourão collocou-se resolutamente ao lado de seu chefe, affrontando as consequencias enfadonhas dessa luta, o processo e a prisão, e só retirando-se da arena quando a amnistia poz termo áquellas discussões.

Desgostando-se ulteriormente com a orientação mais pacifica, porém, mais transigente de-sa diocese, passou-se para a do Maranhão, sob a direcção de Fr. Luiz Saraiva, e depois de Monsenhor Antonio Alvarenga, aos quaes prestou concurso de sua proficiente actividade. Neste periodo, tendo o notavel jurista consulto e poeta Tobias Barreto publicado seus « Estudos alle-nães » e o seu tratado de psychologia juridica, intitulado « Menores e loucos » foi atacado pela critica maranhense constituida por mais de um homem de sater, que guardavam a reserva de pseudonymo, em cujo numero achava-se o Padre Guedelha Mourão.

E o valente campeão da critica, que fazia recuar os mais fortes antagonistas, sentiu a massa feita pelos dardos hervados dos contendores do norte, especialmente na parte em que foi demonstrado que elle claudicára em lingua latina, e nas cartas humoristicas escriptas em verso e assignadas uniformemente com a fórmula brejeira : Do vosso amigo e criado — *Lourenço Gomes Furtado.*»

Proclamada a Republica dos Estados Unidos do Brazil, sentiu Guedelha Mourão a mesma natural impulsão para a democracia, que na Italia levava ao supplicio Savanarolla e Campanella; na Allemanha impellira o movimento da reforma, na França inspirara a mente de fogo de Laménais e de Lacordaire; e entre nós levava ao cadafalço e ao exilio os perfis ideaes do Padre Carlos Corrêa de Toledo, vigario de S. João d'El-Rei; do Padre Roma, do Padre Miruellinho, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. E, emquanto a maioria do clero, affeita tradicionalmente ao regimen do padroado, recebia com prevenção a separação da Igreja do Estado, implantada pela Republica, elle adheriu resolutamente a essa idéa, preconizando as vantagens que para a Igreja advinha desse regimen de liberdade. Eleito ao Congresso Nacional por seu Estado, ahi salientou-se em todas as discussões em que era interessada a Igreja, particularmente na questão relativa ao divoreio, de que foi um dos mais acirrados impugnadores. Possuido da face espirital do vinculo conjugal, considerando-a um sacramento necessario á constituição da familia, repellia com sincera energia a dissolução desse vinculo, que não era a rescisão de um contrato, mas, um sacrilegio.

Entrando neste Instituto, pelo qual revelava o maior acatamento, foi, ainda robusto, colhido pela morte na Bahia, deixando grata memoria de sua passagem pelo templo da Historia, onde tambem celebrou.

O Barão do Ladario

Notavel jornalista brasileiro, por uma dessas idéas felizes, instinctivas nos espiritos observadores, descobriu grandes traços de semelhança entre o nosso notavel companheiro de quem me occupo e o grande navegador portuguez, a quem deve o mundo a passagem do Cabo das Tormentas. Effectivamente, tal como foi transmittida á posteridade pela estatuaría, pela gravura e pela numismática, Vasco da Gama devia ter opproximadamente a figura do Barão de Ladario. Nessa semelhança ha algumas vezes um predestine. Comquanto não tenha scientificamente triumphado a theoria de Lavater, dá a analogia entre a physionomia e a psychologia, comtudo não deixa de conter ella uma certa relatividade que nos leva por vezes a estabelecer a diagnose de um temperamento pelo seu habito externo,

A meu ver é esse um dos casos. Acredito que, se José da Costa Azevedo houvesse florescido em Portugal, na época em que a revoadada de seus albatrozes espalhava-se pelos oceanos em busca de ignotos muros, elle teria enfrentado o Adamastor e transposto o cabo tormentoso. Sem entusiasmos emphaticos, a sua vida de marinheiro, de militar e de scientista justifica essa minha conjectura. ~

Filho do Coronel de Engenheiros José da Costa Azevedo e D. Maria Amalia de Azevedo, nasceu nesta cidade do Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1825; e sentindo desde a infancia natural pendor pela carreira naval, em 1839, aos 14 annos de idade, foi reconhecido aspirante a guarda-marinha, e por aviso de 11 de dezembro de 1841 nomeado Guarda-marinha, embarcando na fragata *Paraguassu*, na qual realisoou sua viagem de instrucção em 1842; de regresso embarcou no brigue *3 de Maio*, de onde passou para a fragata *Constituição* em viagem para Napolis, de onde, voltando, embarcou na corveta D. *Januaria*, sendo promovido a 2º tenente, por decreto de 21 de dezembro de 1843, e passando para o brigue *alliope* da divisão naval do Centro. De regresso a esta cidade foi mandado embarcar na fragata americana *Ravitan* sob as ordens do Comodoro B. Thomaz; e passando para a fragata *Congresso* seguiu para os Estados Unidos, de onde ao voltar foi elogiado pela maneira briosa por que alli se houvera, sendo nomeado commandante do vapor *Urania*, que deixou para embarcar no D. *Afonso* em construcção na Inglaterra, Promovido a 1º tenente em 1849 assumio de novo o commando do *Urania*, que permutou pelo do patacho *Thereza*, então em Pernambuco, de onde foi mandado seguir para a divisão naval do Rio da Prata, assumindo ahi o commando do patacho *Deslerro*; e voltando a este porto foi agraciado com o habito de Christo e nomeado para uma commissão de limites, que desempenhou com proficiencia, sendo promovido a capitão-tenente por decreto de 2 de dezembro de 1866; passando á disposição do Ministro dos Estrangeiros, foi nomeado para fazer, no Amazonas, as observações astronomicas para determinação dos limites com a Guyana Franceza, sendo em seguida nomeado Commissario por parte do Brasil para demarcar as fronteiras com o Perú, sendo elogiado em peça official, que declarou « ter elle correspondido á confiança do Governo Imperial », e agraciado com os habitos de Aviz e da Rosa. Promovido a Capitão de Fragata, a 21 de janeiro de 1867, foi chamado pelo Ministro da Marinha para serviço da guerra com o Paraguay; o Ministro de Estrangeiros Sá e Albuquerque exigio a sua permanencia na commissão de limites, visto ter elle já subido a serra dos Parintins. Costa Azevedo, porém, embarcou incontinentemente para o Rio, e foi servir na esquadra em operação no Paraguay, seguindo logo no transporte *Vassimon*, que o levou a Montevidéo em 21 de agosto de 1858. Assumio logo o commando da corveta encouraçada *Silvado*, forçou as baterias de Angustura a 7 de setembro, sendo elogiado por sua coragem e sangue frio; e descendo até

Palmas, afim de receber munição, forçou de novo aquellas baterias, e bombardeou Tebiquary, nos dias 29 e 30 de agosto de 1869, até outubro do mesmo anno, em que se renderam aquellas baterias. Passando o commando do *Silvado* ao 1º tenente Alves de Barros, assumio o commando da *Princesa de Joinville*, e o lugar de chefe maior na esquadra, para o qual foi nomeado, sendo promovido a capitão de mar guerra a 2 de dezembro de 1869. Nomeado depois commandante do Corpo de Imperiaes Marinheiros, passou a servir no Conselho Naval, no qual foi effectivamente provido a 17 de junho de 1873. Foi ulteriormente nomeado chefe do Estado-Maior das forças no Paraguay e Matto Grosso, de onde regressou para assumir o commando da corveta *Nitheroy*, exercendo diversas commissões, entre as quaes a da reforma da Escola de Marinha. Promovido a chefe de divisão, foi nomeado intendente da Armada, e mandado à Inglaterra para fiscalizar a compra de navios. Promovido a chefe da esquadra em 1882, e agraciado com o titulo de Barão do Ladarío, foi a 8 de junho de 1889, na organização do ultimo Ministerio da Monarchia, nomeado ministro da marinha, lugar que exerceu até 15 de novembro do mesmo anno, quando foi proclamada a Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Esse extraordinario momento historico da nossa vida politica, que foi para quasi todo o Brazil uma simples transição da forma de governo monarchico para a forma de governo republicano, foi para José da Costa Azevedo, um desses instantes épicos em que a fibra de um character é posta á prova do heroismo. Apesar da surpresa que o sensacional acontecimento causara em todos os espiritos, o Ministerio de 7 de junho mantinha-se em serena altivez no quartel-general do exercito, falando apenas o ministro da marinha.

Este não era, por seus precedentes, um fervoroso defensor da Monarchia. Em 1878 viera eleito deputado pelo Amazonas na mesma chapa com Joaquim Saldanha Marinho, o mais notavel propagandista da Republica naquella época. Pois bem, meus senhores, esse extremado liberal, que já orçava pelas raías da Republica, ao enfrentar o exercito reunido, que em attitude hostil intimava-lhe á deposição, saca do revólver e atira contra o primeiro que se lhe defrontou, devendo a vida á magnanimidade cavalheirosa do Marechal Deodoro. Nos tempos heroicos essa bravura phenomenol de um homem a afrontar um exercito, ministrava a Homero um vulto para a *Illiada*; entre nós., commentou-se sympathicamente a firmeza do velho Bayard, *sans peur et sans reproche*, que desde então retirou se da arena politica, até que a perspicacia vidente do Marechal Floriano o foi buscar em seu retiro para o convívio republicano, encarregando-o de missão especial no Japão e na China.

Entrando na Republica por essa porta larga, por onde para ella entraram na França Thiers e Mac-Mahon, foi eleito Senador pelo Amazonas, e no exercicio desse mandato veio sorprendel-o a morte, em pleno vigor psychico, ao descambar para os 80 annos.

E' cedo ainda para o *veredictum* formal da Historia sobre todos esses acontecimentos. Ella contenta-se hoje em apontar á posteridade a figura de um marinheiro do Brazil, que, guardada a relatividade do espaço e do tempo, seria capaz de transpôr o Cabo da Boa Esperança e *por mares nunca dantes navegados passar ainda além da Taprobana.*

O Dr. Trigo de Loureiro

Outro doloroso tributo pago ha bem poucos dias por este Instituto, foi o da supressão das suas fileiras do venerando magistrado Dr. Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro. O seu panegyrico poder-se hia reduzir a esta fórmula singela, propria para ser gravada em uma lousa tumular, como glorioso epitaphio : « *Patriam dilexit justitiam coluit.* »

No atticismo desse lemma está feita a historia de uma longa existencia.

Nasceu nesta cidade, em 1828, e era o primogenito do legendario conselheiro Lourenço Trigo de Loureiro, que, atravez de innumeradas gerações de academicos, professou a cadeira de Direito Civil, na escola de Olinda e depois na Faculdade do Recife.

Tendo recebido de seu venerando progenitor esmerada educação litteraria, matriculando-se na Faculdade de S. Paulo onde foi graduado, a 4 de novembro de 1848, optou logo pela magistratura, como a mais idonea vocação para o seu espirito rectilíneo e, tendo-se iniciado na carreira, seguiu para o Rio Grande do Sul, onde a exerceu durante largo período de sua existencia, nos termos de Cachoeira e Pelotas, como juiz municipal, e nos de Cacapava e Bagé, como juiz de direito, tendo nessa provincia escolhido para esposa aquella que, durante grande parte de vida, foi a fiel companheira em sua peregrinação do magistrado nas provincias de Matto Grosso e de Minas, para onde teve de seguir como desembargador. Da placidez de sua profissão habitual, foi chamado em momento difficil, para o logar de chefe de policia desta cidade. O presidente do conselho de então, impopularizado, apezar do seu valor cívico, pela resistencia ao movimento atolicionista, que crescia vertiginosamente, teve de enfrentar com a corrente irresistivel dessa campanha que se travava na praça publica, em comicios por vezes sediciosos. Era curiosa então no mais revoltado borborinho da onda popular, a figura erecta do chefe Loureiro, a pé, sem uma ordenança, a inedir em pessoa, o alcance dos acontecimentos e a obter, pela energia e pela prudencia, o que em regra não se obtem pela violencia.

Mas, além de sua impolluta carreira de juiz, na qual attingiu o ultimo grão, chegando ao Supremo Tribunal de Justiça, Trigo de Loureiro era um cultor das letras, de que nos dá noticia a interessante monographia sobre « *Geographia Rio*

Grandense », que lhe abriu as portas deste Instituto, que rende á sua illustre memoria esta modesta homenagem.

Martins Junior

Vou terminar, meus senhores, com a mais plangente nota, na gamma do sentimento humano ; com essa vibração de dór que faz tremer a alma, ainda mais forte, com a elegia tristemente harpejada em honra da mocidade morta em pleno apogéo da vida. E se essa inevitavel fatalidade da morte prematura é, por si só, causa perenne de tamanha tristeza, avulta o pezar quando a roubada existencia é a de um eleito do povo pelas qualidades superiores do sua compleição. E tal era, senhores, o nosso joven confrade extincto José Izidoro Martins Junior. Nascido na cidade do Recife a 24 de novemhro de 1862, filho de José Izidoro Martins e D. Francisca de Oliveira Martins, revelou desde os primeiros torneios litterarios, ainda em periodo inicial da adolescencia, lucida intelligencia. propicia aos triumphos obtidos nas lutas incruentas da sciencias e das lettras. Dentre as diversas gerações academicas, que transitaram pela Academia do Norte, na 2ª parte do seculo findo, muito sobressahio a que floresceu pelos annos de 1865 a 1872. Além dos que sobrevivem, e não são poucos, brilhavam como astros de 1ª grandeza os perfis de Fagundos Varella, Castro Alves, José Jorge de Siqueira, Maciel Pinheiro, Tobias Barreto e José Hygino.

Por esse tempo travou-se entre Castro Alves e Tobias Barreto renhido certamen pela primazia nas lettras academicas, que prolongou-se até muitas gerações ulteriores. E o eminente litterato sergipano, tendo permanecido em Pernambuco, onde conquistou uma cadeira na congregação da faculdade, exerceu, por sua alta superioridade, grande influencia no movimento scientifico e litterario da mocidade academica. Martins Junior foi, no seu tempo, discipulo amado do poeta-jurista, introductor da nova escola penal naquella Faculdade.

Jurista elle adherio *sponte corde*, á orientação que o projecto mestre imprimira á sciencia juridica no seu curso ; scien-tista sentio-se arrastado á doutrina positiva com as reformas nella introduzidas por Littré, que foi desde então o seu philosopho favorito ; poeta exerceu em seu espirito manifesta influencia o realismo scientifico já cultivado em Portugal por Guerra Junqueiro, que por vezes servio-lhe de modelo. Sem ser esta a oportunidade de uma resenha critica, manda a justiça que se lhe reconheça incontestavel *verve* de poeta, revelada em diversas produções, particularmente na *Visão de hoje* e na *Tela polychroma*, onde ha versos inspirados o burilados por alma de artista superior.

Publicou também trabalhos jurídicos, entre os quaes avulta a sua historia *História do Direito*, premiada pelo Governo. Essas provas de capacidade scientifica e litteraria abriram-lhe as portas da Academia de Lettras e as deste Instituto, que hoje o deplora. A pagina, porém, mais vibrante de sua existencia foi a de jornalista, de propaganda ao lado do stoico paladino da imprensa do Norte, o mais strenuo campeão das duas campanhas politicas do Abolicionismo e da Republica, Luiz Ferreira Maciel Pinheiro.

Os seus artigos nas columnas d'O Norte, os seus discursos nos comicios eram hymnos cheios de harmonia, que faziam palpitár de nobre enthusiasmo o coração do povo. Entrando nos arraiaes da politica militante, cheio de tal prestigio que em torno de si reuniram-se quasi todos os chefes do antigo regimen, elle revelou para taes funcções a mesma inaptidão que Lamar-tine revelára na França.

Abandonando o fastigio official, voltou á tenda do operario, do Direito, onde foi colhido pela morte, em plena florescencia, mas também em plena indigencia.

E' a eterna lenda do consorcio da poesia com a desgraça. atravez do espaço e do tempo: Em todos os seculos, em todas as nações, desde o épico genial disputado por sete cidades depois de haver estendido a mão á esmola, até o desvairado florentino repellido pela Patria, que seu estro immortalisava. E' Esopo sacrificado depois de haver legado á humanidade a incomparavel lição de suas fabulas, ou Ovidio exilado no Ponto Euxino depois de edificar a com as suas metamorphoses; é Tasso encarcerado e louco depois de cantar a grandeza das Cruzadas; ou Camões no catre de um hospital, legando a Portugal a sua immortalidade; é Chatterton envenenando-se aos 18 annos nas ruas de Londres para pôr fim ao supplicio da fome, ou Gilbert, infeliz conviva do banquete da vida, sem ter para regar-lhe a segura da tumba uma lagrima sequer; é Henrique Heine proscrito, legando á Allemânia as notas melancolicas do *Intermezzo* ou as notas causticas da *Germania* ou do *Reisebilder*, ou Victor Hugo 20 annos no rochedo de Guernesey a aprender com o marulho da Mancha a harmonia tragica do *Homme qui rit* ou de *l'année terrible*. E dos nossos, meus senhores, é Antonio José immolado ao fanatismo ou Gonzaga, o Claudio e os Alvarengas ao despotismo; é Gregorio de Mattos a passear pelas ruas da Bahia sua samarra russa; é Gonçalves Dias expirando como Moysés á vista da sua Chanaan, é Junqueira Freire a gelar na frieza do claustro sua alma de fogo; é Pedro de Calazans a levar para as profundezas do oceano seu profundo sentimento; é Alvares de Azevedo intoxicando á noite na taverna seu cerebro de sabio aos 20 annos; é José Jorge a entregar á sua obscura Itabaiana o cadaver quasi anonymo, daquelle que deveria ser um glorioso; e Casemiro, Varella, Castro Alves, Carvalho e Plinio de Lima, e... uma revoada de condores fulminados todos ao desferirem os primeiros vãos entre os clarões crepusculares do alvorecer da vida! E o ingrato olvido dos posterios indifferentes!

Mas, para compensal-o, aqui neste seu modesto tugurio, a Historia, a mãe carinhosa de todos os que para ella trabalham, conserva piedosa a luz perpetua de sua justiça para illuminar-lhes as campas ignoradas. A olla podemos pois, dirigir a apostrophe inspirada, que Theophilo Dias dirigio á Gloria, referindo-se a Camões :

Mas tu que ateias fogo ao peito humano,
Si de humano é seguir teu brilho ardente,
Que n'alma accendes o desejo insano
Que a sobreleva ao vulgo inconsciente ;
Que animavas o bardo luzitano
Na vida triste, asperrima, inelemente,
Bem haja; tu, oh Gloria, que sublime
Vingas de sobra a victima do crime.

SESSÃO DE ASSEMBLÉA GERAL PARA ELEIÇÕES EM 21 DE
DEZEMBRO DE 1904

(1ª CONVOCAÇÃO)

Tendo apenas comparecido os Srs. Dezembargador Souza Pitanga, Commendador Henrique Raffard e Max Fleiuss, não houve sessão, sendo, nos termos dos Estatutos, convocada nova reunião para 23 do mesmo mez, ás 3 horas da tarde.

SESSÃO DE ASSEMBLÉA GERAL PARA ELEIÇÕES EM 23 DE
DEZEMBRO DE 1904

(2ª CONVOCAÇÃO)

Presidencia do Sr. Marquez de Paranaguá

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. Marquez de Paranaguá, Visconde de Rodrigues de Oliveira, Dezembargador T. G. Paranhos Montenegro, Dr. B. T. de Moraes Leite Velho, Commendador Henrique Raffard, Max Fleiuss, Arthur Guimarães, J. Barbosa Rodrigues e Eduardo Marques Peixoto, o Sr. presidente abre a sessão e declara que se vae proceder á eleição da mesa e das comissões permanentes para o anno de 1905, realisando-se esta assembléa de conformidade com os Estatutos.

Recolhidas as cédulas, verifica-se o seguinte resultado:

PRESIDENTE

Conselheiro Olegario Herculano Aquino e Castro (reeleito).

1º VICE-PRESIDENTE

Conselheiro Manoel Francisco Correia (reeleito).

2ª VICE-PRESIDENTE

Marquez de Paranaguá (reeleito).

3º VICE-PRESIDENTE

Barão Homem de Mello (reeleito)

1º SECRETARIO

Commendador Henrique Raffard (reeleito).

2º SECRETARIO

Max Fleiuss (reeleito).

THESOUREIRO

Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro.

ORADOR

Desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga (reeleito).

SUPPLENTES DE SECRETARIOS

José Francisco da Rocha Pombo e Eduardo Marques Peixoto.
As commissões permanentes eleitas foram as seguintes:

ESTATUTOS E REDACÇÃO

Dr. Affonso Celso.
Commendador Henrique Raffard.
Capistrano de Abreu.

HISTORIA

Visconde de Ouro Preto.
Conselheiro Candido de Oliveira.
Dr. Bernardo de Moraes Teixeira Leite Velho.

SUBSIDIARIA DE HISTORIA

Dr. Affonso Celso.
Max Fleiuss.
José Francisco da Rocha Pombo.

GEOGRAPHIA

Marquez de Paranaguá.
Contra-Almirante Francisco Calheiros da Graça.
Barão Homem de Mello.

SUBSIDIARIA DE GEOGRAPHIA

Dr. J. Barbosa Rodrigues.
Conselheiro Salvador Pires de Carvalho Albuquerque.
Dr. Epitacio Pessoa.

ARCHEOLOGIA E ETHNOGRAPHIA

D. Joaquim Arcoverde, Arcebispo.
Conselheiro Tristão de Alencar Araripe.
Barão de Capanema.

BIOGRAPHIAS

Dr. Alfredo Nascimento.
Dr. Rodrigo Octavio Langaard Menezes.
Dezembargador Antonio Ferreira Souza Pitanga.

PESQUISAS DE MANUSCRIPTOS

Dr. Manoel Barata.
Dr. Affonso Arinos.
Monsenhor Vicente Lustoza.

FUNDOS E ORÇAMENTO

Conselheiro João Carlos de Souza Ferreira.
Conselheiro José Mauricio Fernandes Pereira de Barros.
Arthur Guimarães.

REVISÃO DE MANUSCRIPTOS

Eduardo Marques Peixoto.
Capitão Tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas.
Dr. Antonio da Cunha Barbosa.

ADMISSÃO DE SOCIOS

Conselheiro Manoel Francisco Correia.
Conselheiro João Carlos de Souza Ferreira.
Dr. Antonio de Paula Freitas.

O Sr. Presidente proclama o resultado da eleição.

Levanta-se a sessão ás 4 1/2 da tarde.

CADASTRO DOS SOCIOS

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO

EM 21 DE NOVENBRO DE 1906

Organizado de inteira conformidade com o art. 70 dos Estatutos
de 16 de abril de 1906.

Presidentes honorários

Nº	NOMES	DATA DA ADMISSÃO	RESIDÊNCIA
1	Comte d'Eu	16 de set. de 1834...	Paris.
2	Duque de Saxe.....	16 » » » 1854....	Vienna.
3	D. Miguel Juarez Celman.	13 » » » 1889....	Buenos-Aires.
4	D. Carlos I, rei de Portugal.....	8 » nov. » 1893 ...	Lisbôa.
5	M. Grover Cleveland.....	8 » » » 1893....	Washington.
6	Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles.....	12 » maio de 1899..	S. Paulo.
7	General D. Julio A. Rocá.	17 » julho de 1899..	Buenos-Aires.
8	Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves.....	6 » dez. de 1902...	Rio de Janeiro.

Socios benemeritos (em numero de 10)

1	Barão de Capanema	19 de out. de 1848..	Rio de Janeiro.
2	José Maurício Fernandes Pereira de Barros.....	19 » set. » 1856...	» » »
3	Barão Homem de Mello...	3 » junho de 1859..	» » »
4	Barão Ribeiro de Almeida	11 » out. de 1866...	» » »
5	Barão do Rio Branco.....	7 de nov. » 1867...	» » »
6	Joaquim Pires Machado Portella.....	17 » junho de 1870..	» » »
7	Tristão de Alencar Azevedo.....	21 de out. de 1870...	» » »
8	Thomaz Garcez de Paranhos Montenegro.....	10 » maio de 1878..	Bahia.

Sócios bemfeitores (numero indeterminado)

N.º	NOMES	DATA DA ADMISSÃO	RESIDENCIA
1	Domingos José Nogueira Jaguaribe	7 de dez. de 1883...	S. Paulo.
2	Conde de Figueiredo.....	1 » agosto de 1890.	Rio de Janeiro.
3	Candido Gaffrée.....	26 » set. de 1890....	» » »
4	Antonio José Dias de Castro.....	28 » nov. » 1890....	» » »
5	Conde de Leopoldina.....	5 » dez. » 1890,...	» » »
6	Luiz José Lecocq de Oliveira.....	5 » » » 1890....	» » »
7	Tobias Lauriano Figueira de Mello.....	12 » dez. » 1890....	» » »
8	Barão de Quartim.....	6 » março de 1891.	» » »
9	Luiz Augusto da Silva Cannedo.....	6 » março de 1891.	Portugal.
10	Francisco de Paula Mayrink.....	20 » » » 1891.	Rio de Janeiro.
11	Barão de Mendes Totta...	3 » abril de 1891...	» » »
12	Visconde de Moraes.....	3 » » » 1891...	» » »
13	Barão de Ibiapaba.....	22 » maio » 1891...	Ceará.
14	Manoel José da Fonseca.....	28 » agosto de 1891.	Rio de Janeiro.
15	José Joaquim da França Junior.....	9 » out. de 1891...	» » »
16	Luiz Ribeiro Gomes.....	4 » dez. » 1891...	» » »
17	Luiz Alves da Silva Porto.	17 » out. » 1897...	» » »
18	Luiz Martins do Amaral...	17 » » » 1897...	» » »
19	Visconde de Thayde.....	7 » julho » 1899...	Portugal.

Sócios honorarios (em numero de 50)

1	Estanisláo C. Zeballos.....	7 de dez. de 1883...	Buenos-Aires.
2	João Alfredo Corrêa de Oliveira.....	19 » out. » 1887...	Rio de Janeiro.
3	Marquez de Paranaguá....	31 » agosto de 1888.	» » »
4	D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo.....	2 » agosto de 1889..	Austria.
5	Barão de Alencar.....	13 » set. de 1889...	Rio de Janeiro.
6	Henrique Moreno.....	13 » » » 1889...	Roma.
7	José Francisco Diana.....	13 » » » 1889...	Rio de Janeiro.
8	Norberto Quirno Costa.....	13 » » » 1889...	Buenos-Aires.
9	Blas Vidal.....	29 » nov. » 1889...	Uruguay.
10	Manoel Villamil Blanco.....	29 » » » 1889...	Chile.
11	Guilherme A. Seoane.....	22 » maio » 1891...	Perú.
12	Julius Meili.....	11 » março de 1892.	Suissa.
13	D. Carlos Luiz d'Amour...	9 » dez. de 1892...	Cuyabá.
14	Cardeal D. Mariano Rampolla del Tindaro.....	7 » abril » 1893...	Roma.
15	Augusto del Castilho Barreto de Noronha.....	19 » julho » 1896...	Lisboa.
16	D. Jeronymo Thomé da Silva (arcebispo da Bahia)	25 » » » 1897...	Bahia.

N.º	NOMES	DATA DA ADMISSÃO	RESIDENCIA
17	D. Francisco, ex-bispo do Pará.....	25 de julho de 1897.	Roma.
18	Adrien de Gerlache*.....	28 de out. de 1897..	Belgica.
19	Cardeal D. Joaquim Arcoverde.....	31 » » » 1897..	Rio de Janeiro.
20	Francisco Joaquim Ferreira do Amaral*.....	25 » maio » 1898..	Lisboa.
21	João de Oliveira Sa Camelo Lamprêa *	15 » » » 1898..	Rio de Janeiro.
22	Cardeal D. Jeronymo Maria Gotti*.....	14 » out. » 1898..	Roma.
23	Manoel Antonio Duarte de Azevedo.....	27 » » » 1899..	S. Paulo.
24	Visconde de Cabo-Frio.....	26 » maio » 1899..	Rio de Janeiro.
25	Jo é Constantino F. Muniz*.....	10 » nov. » 1899..	Lisboa.
26	General Francisco Maria da Cunha*.....	20 » abril » 1900..	»
27	D. Pedro de Orleans e Bragança.....	22 » junho de 1900.	Paris.
28	Alfredo E. de Almeida Maia.....	10 » agosto » 1900.	S. Paulo.
29	Joaquim Duarte Murtinho.....	10 » » » 1900.	Rio de Janeiro.
30	Barão de La Barre*.....	12 » out. de 1900...	Barcelona.
31	Visconde de Ouro Preto....	9 » nov. de 1900...	Rio de Janeiro.
32	Emilio Augusto Galdi....	10 » dez. » 1900..	Pará.
33	Eduardo Muller*.....	10 » » » 1 00..	Suissa.
34	Manoel B. Otero*.....	25 » março de 1901.	Uruguay.
35	Epitacio da Silva Pessoa....	27 » » » 1901.	Rio de Janeiro.
36	Susviela Guarch*.....	29 » » » 1901.	» » »
37	Saíno Barroso Junior....	2 » maio de 1902..	» » »
38	Anselmo Hevia Riquelme*..	8 » agosto de 1902.	Petropolis.
39	Barão Ernest de Hesse Wartegg*.....	25 » junho » 1903.	Allemanha.
40	General Adriano Augusto Pina Vidal *.....	21 » agosto de 1903.	Lisboa.
41	Alberto dos Santos Dumort	11 » set. de 1903...	Paris.
42	Duque dos Abruzzos*.....	18 » » » 1 03...	Roma.
43	D. Luiz de Orleans e Bragança.....	6 » nov. » 1903...	Paris.
44	Manoel de Mello Cardoso Barata.....	20 » maio » 1904...	Pará.
45	Barão de Muritiba.....	12 » agosto de 1904.	Paris.
46	Manoel Estrada Cabrera*..	26 » » » 1904.	Guatemala.
47	Jo é Joaquim Seabra.....	28 » abril de 1905..	Rio de Janeiro.
48	José Leopoldo de Bulhões Jardim.....	28 » » » 1905..	Petropolis.
49	D. João Braga (Bispo de Petropolis.....	21 » julho » 190 ..	» » »
50	D. Julio Tonti* (Nuncio em Lisboa).....	30 » abril » 1906..	Lisbôa

NOTA — Os socios designados com este signal * são estrangeiros.

Socios effectivos (em numero de 50)

NS.	NOMES	DATA DA ADMISSÃO	RESIDENCIA
1	Visconde de Sinimbu.....	1 » out. de 1840...	Rio de Janeiro.
2	Angelo Thomaz do Amaral...	10 » » » 1851...	» » »
3	Barão de Ramiz.....	16 » agosto de 1872.	» » »
4	Barão de Teffé.....	17 » out. de 1888...	» » »
5	José Alexandre Teixeira de Mello.....	24 de nov. de 1882.	» » »
6	José Candido Guillobel...	24 » » » 1882.	» » »
7	João Barboza Rodrigues...	29 » set. de 1883...	» » »
8	João Capistrano de Abreu...	19 » out. de 1887...	» » »
9	José Verissimo de Mattos.....	16 » nov. de 1887...	» » »
10	Visconde de Ibituruna....	13 » julho de 1888...	» » »
11	Arthur Indio do Brasil e Silva.....	31 » agosto de 1888.	» » »
12	João Luiz Alves.....	31 » » » 1888.	» » »
13	Luiz Cruls.....	31 » » » 1888.	» » »
14	João Carlos de Souza Ferreira.....	1 » » » 1890.	» » »
15	Felishello Firmo de Oliveira Freire.....	26 » set. de 1890...	» » »
16	Alfredo do Nascimento Silva.....	12 » dez. de 1890...	» » »
17	Arthur Sauer *.....	19 » junho de 1891...	» » »
18	Luiz Rodolpho C. de Albuquerque.....	23 » set. de 1892...	» » »
19	Conde de Altons Celso...	2 » dez. de 1892...	Petropolis.
20	T. de Alencar Araripe Junior.....	31 » junho de 1893...	Rio de Janeiro.
21	Evaristo Nunes Pires....	31 » março de 1895.	» » »
22	Francisco B. Marques Pinheiro.....	11 » agosto de 1895.	» » »
23	Amaro Cavalcanti.....	6 » dez. de 1897...	» » »
24	Paulino J. Soares de Souza Junior.....	10 » junho de 1898.	» » »
25	Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna.....	12 » out. de 1899...	» » »
26	Innocencio Serzedello Corrêa.....	12 » dez. de 1899...	» » »
27	José Americo dos Santos...	12 » » » 1899...	» » »
28	Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.....	12 » » » 1899...	» » »
29	Dionysio E. de Castro Cerqueira.....	17 » abril de 1900...	» » »
30	Antonio Ferreira de Souza Pitanga.....	3 » agosto de 1900.	Nitheroy.
31	J. F. Rocha Pombo.....	3 » » » 1900.	Rio de Janeiro.
32	Max Fleiuss.....	3 » » » 1900.	» » »
33	Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.....	17 » » » 1900.	» » »
34	Carlos Vidal de Oliveira Freitas.....	23 » out. de 1900...	» » »

Nº.	NOMES	DATA DA ADMISSÃO	RESIDENCIA
37	Rodrigo Octavio.....	26 de out. de 1900..	Rio de Janeiro.
36	Belisario Pernambuco..	23 » agosto de 1901.	» » »
37	Sylvio Romero	23 » » » 1901.	» » »
38	Afonso Arinos de M. Franco	6 » dez. de 1901..	» » »
39	Ruy Barbosa.....	23 » maio de 1902..	» » »
40	Salvador Pires de C. Al- querque.....	13 » junho de 1902.	» » »
41	Joaquim da Costa Barra- das	20 » » » 1902.	» » »
42	Bernardo T. de M. Leite Velho *.....	24 » abril de 1903..	» » »
43	Vicente F. Lustosa de Li- ma	19 » junho de 1903..	» » »
44	Alberto de Carvalho.....	18 » set. de 1903..	» » »
45	Eduardo Marques Peixoto.	23 » out. » 1903..	» » »
46	Jesuino da Silva Mello...	28 » » » 1903..	» » »
47	Candido Luiz Maria de Oliveira.....	17 » junho de 1904.	» » »
48	Arthur Guimarães.....	9 » dez. de 1904..	» » »
50	Alcibiades Furtado.....	7 » julho de 1905..	» » »
51	Manoel Cicero P. da Silva	21 » » » 1905..	» » »
52	Barão de Paranapiacaba..	21 » » » 1905..	» » »
53	Joaquim Xavier da Sil- veira Junior.....	4 » dez. de 1905..	» » »

Ha um excesso de tres socios nesta classe.

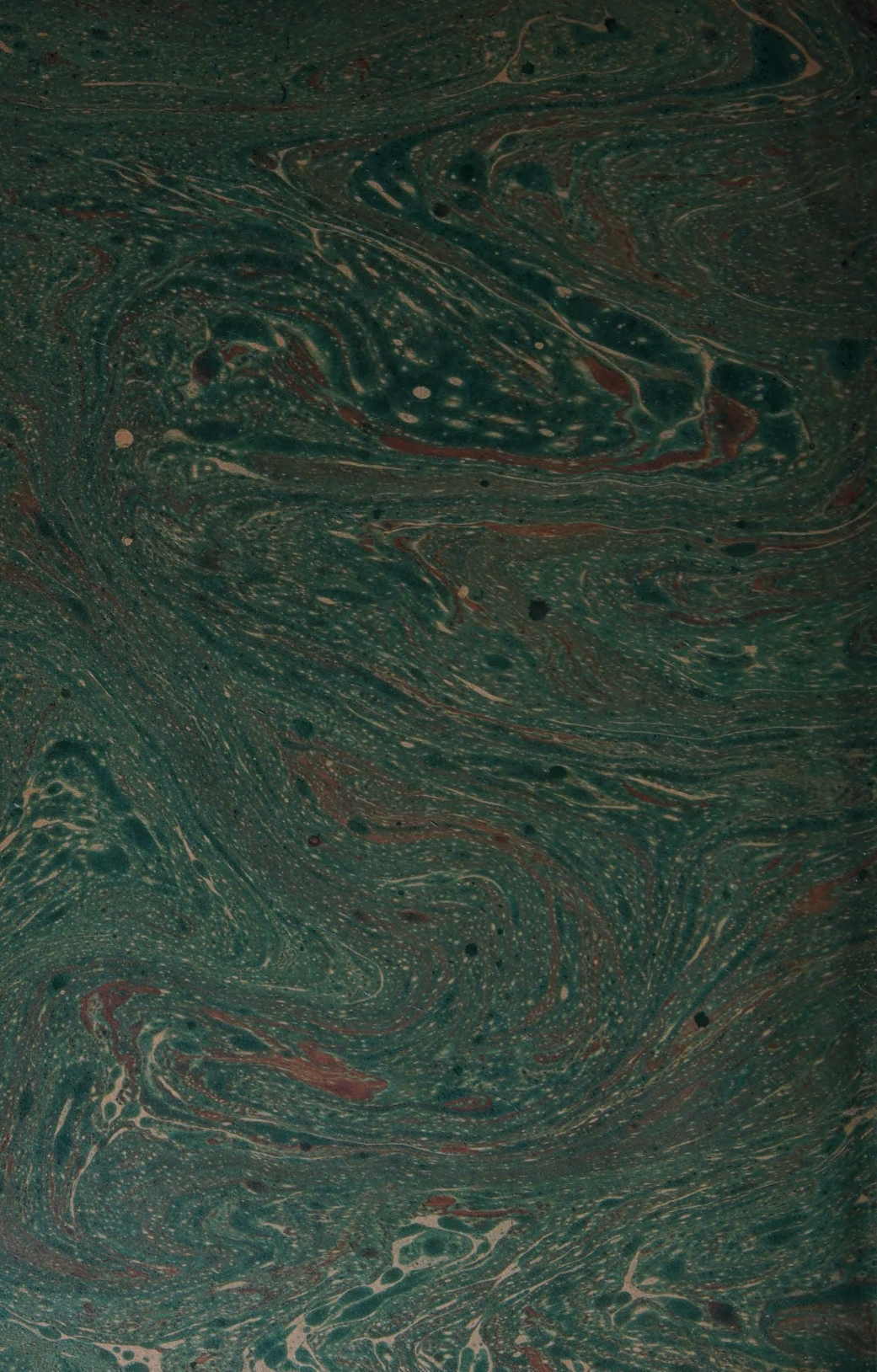
Socios correspondentes (em numero de 100)

1	Barão de Guajará.....	8 de nov. de 1860..	Pará.
2	José Antonio de Azevedo Castro	24 » julho de 1883..	Londres.
3	Antonio Borges Sampaio..	9 » dez. de 1886..	Minas.
4	Francisco A. Pereira da Costa	9 » » » 1888..	Pernambuco.
5	Antonio Ribeiro de Macê- do.....	19 » out. de 1887..	Paraná.
6	Paulino N. Borges da Fon- seca.....	19 » » » 1887..	Ceará.
7	Virgilio M. de Mello Fran- co	31 » agosto de 1888.	Minas.
8	Annibal Echeverria y Reis *.....	25 » out. de 1889..	Chile.
9	Bouquet de la Grye.....	25 » » » 1889..	França.
10	Alexandre Sorondo *.....	29 » nov. » 1889..	Buenos Ayres.
11	Constantino Bannén *.....	29 » » » 1889..	Chile.
12	Rodolpho Marques Theo- philus	11 » julho de 1890..	Ceará.
13	Erastio A. Machado de Oliveira.....	12 » set. de 1890..	São Paulo.
14	João Damasceno Vieira Fernandes	31 » out. de 1890..	Bahia.

	NOMES	DATA DA ADMISSÃO	RESIDENCIA
15	João Baptista Perdigão de Oliveira.....	19 de junho de 1891..	Ceará.
16	Arthur de Léon *.....	3 » julho » 1891..	Uruguay.
17	Argemiro A. da Silveira..	25 » set. de 1891...	São Paulo.
18	Guilherme Studart.....	20 » maio de 1892..	Ceará.
19	Lafayette de Toledo.....	17 » junho de 1892..	São Paulo.
20	Antonio Olyntho dos Santos Pires.....	4 de maio de 1891..	Minas.
21	Antonio M. de Azevedo Pimentel.....	1 » junho de 1894..	Rio de Janeiro.
22	Christiano Frederico Seybold *.....	1 » » » 1894..	Allemanha.
23	João Lucio de Azevedo....	31 » março de 1895.	Lisbôa.
24	Vicente Chermont de Miranda.....	31 » » » 1895.	Pará.
25	Gabriel do Monte Pereira.	31 » » » 1895.	Portugal.
26	Manoel de Oliveira Lima.	11 » agosto de 1895.	Europa.
27	Cincinato C. da Silva Braga	25 » » » 1895..	São Paulo.
28	Raymundo Cyriaco A. da Cunha.....	20 » out. de 1895..	Pará.
29	Henrique Marques de Santa Rosa ..	16 » agosto de 1895.	»
30	Joaquim A. Nabuco de Araújo.....	27 » set. de 1896...	Washington.
31	José Clementino Souto*...	8 » nov. de 1896...	Buenos Ayres.
32	Padre Raphael M. Galanti	22 » » » 1896...	Rio de Janeiro.
33	André P. de Lacerda Werneck.....	13 » dez. » 1896...	» » »
34	Tancredo do Amaral.....	13 » junho de 1897..	São Paulo.
35	D. Joaquim Silverio de Souza.....	19 » set. de 1897...	Minas.
36	Adelino A. de Luna Freire	9 » dez. » 1898...	Pernambuco.
37	Augusto Cesar de M. Azevedo.....	1 » set. » 1899...	São Paulo
38	Padre Julio Maria.....	15 » » » 1899...	Minas.
39	Honorio Lima.....	10 » nov. de 1899...	Rio de Janeiro.
40	Antonio Zeferrino Candiolo*	24 » » » 1899..	Portugal.
41	Adolpho Saldias *.....	8 » dez. » 1899..	Buenos Ayres.
42	José de Andrade Pinheiro.	23 » julho de 1900..	Pará.
43	José A. Ismael Gracías *	3 » agosto de 1900.	África.
44	Philoteio Pereira de Andrade *.....	3 » » » 1900.	Asia.
45	D. Francisco B. y Sanz *.	28 » set. de 1900...	Hespanha.
46	Sebastião de Vasconcellos Galvão.....	26 » out. de 1900...	Pernambuco.
47	Orville Alalbert Derby *.	26 » » » 1900...	São Paulo.
48	Ermelino Agostinho de Leão.....	10 » dez. » 1900...	Paraná.
49	Antonio Augusto de Lima	9 » set. de 1901....	Minas.
50	Alfredo Romario Martins	23 » agosto de 1901.	Paraná.
51	Candido Costa.....	23 » » » 1901.	Espirito Santo.
52	João Mendes de Almeida Junior.....	23 » » » 1901.	São Paulo.

NR.	NOMES	DATA DA ADMISSAO	RESIDENCIA
53	Nelson de Senna.....	23 de agosto de 1901	Minas.
54	Pedro Augusto Carneiro		
	Lessa	23 » » » 1901	São Paulo.
55	Sebastião P. de Sá Souto		
	Maior	23 » » » 1901	Paraná.
56	Horacio de Carvalho.....	18 » out. de 1901...	São Paulo.
57	José Vieira Couto de Ma-		
	galhães	18 » » » 1901...	» »
58	Alfredo de Toledo.....	6 » dez. de 1901...	» »
59	Carlos Lix Klett *.....	6 » » » 1901...	Rio de Janeiro.
60	Ernesto Quesada *.....	6 » » » 1901...	Buenos Ayres.
61	Manoel Ferreira G. Re-		
	dondo.....	30 » maio de 1902..	São Paulo.
62	Martim Francisco R. de		
	Andrada.....	24 » out. de 1902...	» »
63	Theodoro Sampaio.....	24 » » » 1902...	Bahia.
64	D. Manoel Amunategui *	6 » dez. » 1902...	Chile.
65	D. Emilio Rodrigues Men-		
	doza*.....	6 » » » 1902...	»
66	Euclides da Cunha.....	24 » abril de 1903..	Rio de Janeiro.
67	Anselmo de Andrade *....	8 » maio » 1903...	Lisbôa.
68	Albino Alves Filho.....	22 » » » 1903...	Minas.
69	J. M. Cardoso de Oliveira	22 » » » 1903...	Londres.
70	Augusto de Siqueira Car-		
	doso	25 » junho de 1903..	São Paulo.
71	Laureano de Figueirola *	24 » julho » 1903..	Madrid.
72	Ernesto Senna.....	11 » set. de 1903...	Rio de Janeiro.
73	José Maria Pereira de Li-		
	ma *.....	11 » » » 1903...	Lisbôa.
74	Victor Ribeiro*.....	11 » » » 1903...	»
75	Visconde de Sanches de		
	Baena *.....	11 » » » 1903...	»
76	Francisco de Campos An-		
	drade.....	4 » dez. de 1903...	São Paulo.
77	José Feliciano de Oliveira.	19 » fev. de 1904....	» »
78	Vicente Ferrer B. W.		
	Araujo	3 » junho de 1904..	Recife.
79	Alberto Pimentel *.....	23 » » » 1905..	Lisbôa.
80	Alfredo Ferreira de Car-		
	valho	7 » julho de 1905..	Recife.
81	Bernardo Horta de Araujo	18 » set. de 1905...	Espirito Santo.
82	João Pandiá Calogeras...	18 » agosto de 1905	Minas.
83	Joaquim Nogueira Para-		
	naguá.....	4 » dez. de 1905...	Piauhý.
84	Diogo de Vasconcellos...	4 » » » 1905...	Minas.
85	José Pereira Rego Filho...	25 » junho de 1906..	Rio de Janeiro.
86	Bernardino Luiz M. Gui-		
	marães	9 » julho » 1906..	Coimbra.
87	Daniel García Acevedo *	3 » set. de 1906....	Montevideo.
88	Arthur Orlando	8 » out. de 1906....	Recife.
89	Gonzalo de Quesada*.....	8 » » » 1906....	Cuba.
90	Clovis Bevilaqua.....	15 » » » 1906...	Rio de Janeiro.





THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT CHICAGO



3 8198 314 925 437

